Do mesmo autor:

Formação Histórica do Brasil
As Razões da Independência
O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil
Síntese de História da Cultura Brasileira
História Militar do Brasil
Brasil — Radiografia de um Modelo
O Governo Militar Secreto

NELSON WERNECK SODRÉ

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA

9.ª EDIÇÃO



desenho de capa:
ÁPEX

CIP-Brasil, Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S663h Sodré, Nélson Werneck, 1911-
9.ed. História da literatura brasileira / Nelson Werneck Sodré. — 9.ed. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.
668p.

Inclui bibliografia

1. Literatura brasileira - História e crítica. I. Título.

94-1261 CDD — 869.909
CDU — 869.0(81)(092)

1995
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.
Av. Rio Branco, 99 — 20º andar — Centro
20040-004 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (021) 263-2082 — Fax: (021) 263-6112 — Telex: (21) 33798
Caixa Postal 2356/20010 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Paulista, 2073 — Conjunto Nacional
Horsa I — Grupos 1301/1302
01311-300 — São Paulo — SP
Tel.: (011) 285-4941/285-0251 Telex: (11) 37209
Fax: (011) 285-5409

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

A literatura como expressão da sociedade — A literatura como parte do processo histórico — Objetividade e mecanicismo nas relações causais — O que é literatura — Processo de desenvolvimento literário no Brasil — Influência do regime colonial — Contraste entre o novo e o velho em literatura — Papel do isolamento colonial — Regra e rotina — Arte e estética — A transplantação — Problemas de semântica — Perspectiva de uma literatura nacional 1

LITERATURA COLONIAL

1 Origens do Brasil

O alvorecer da época moderna — Precocidade nacional portuguesa — O mercantilismo e as descobertas — A feitoria no Brasil — A colonização e seu caráter — Predomínio absoluto da propriedade territorial e da propriedade servil — Capital comercial 32
Notas ao Capítulo 1 44

2 Estrutura da sociedade colonial

Origem de classe dos colonizadores — A ilusão do luxo e da cultura — Dispersão e isolamento — Papel do jesuíta — Catequese e ensino — O púlpito — Aulicismo — A cultura jesuítica e sua influência .. 49
Notas ao Capítulo 2 63

3 Primeiras manifestações literárias

Caráter do ensino jesuítico — O teatro jesuítico — Os autos — O humanismo jesuítico — Papel dos colégios — Material pré-literário da fase jesuítica — Anchieta — Literatura jesuítica — Gregório de Matos 74
Notas ao Capítulo 3 89

4 Evolução colonial — Padres e letrados

Caráter da exploração mineradora — Esboço da vida urbana e da circulação interna — Contradições entre os senhores de terras e a metrópole — Arcadismo colonial — As academias — Poesia colonial — Gonzaga — As *Cartas Chilenas* — Letras e classe social — Processo da autonomia — Hipólito da Costa 98
Notas ao Capítulo 4 124

5 Agonia do colonialismo político

Reflexos da Revolução Industrial — Colapso do regime de monopólio — Alterações sociais correspondentes — O ensino — Letrados e religiosos como políticos — Influência das idéias externas — Desenvolvimento do aparelho de Estado — Os quadros após a autonomia — A cultura como traço de classe — Os cursos jurídicos 134
Notas ao Capítulo 5 149

6 Os senhores territoriais no poder

A vida urbana — A casa — Papel da mulher — A família e a cidade — Ensino leigo e ensino dos religiosos — Liberdade comercial e atividades urbanas — Posição da inteligência — A realidade e a formulação política — Os padrões literários 168
Notas ao Capítulo 6 186

ESBOÇO DA LITERATURA NACIONAL

1 Origem do romantismo

Burguesia e romantismo — Características estéticas do romantismo — Condicionamentos históricos e sociais — Papel do teatro no advento do romantismo — A conquista do público para a literatura 189
Notas ao Capítulo 1 197

2 Bases do romantismo brasileiro

Revolução Industrial e processo da autonomia — Estrutura social brasileira na fase da autonomia — O saber privativo de classe — A vida urbana, a propriedade, a família e o casamento — A atividade política — Transplantação romântica — O público: a mulher e o estudante — A poesia romântica — A ficção romântica — Transição para o indianismo 199
Notas ao Capítulo 2 230

3 As razões do indianismo

O índio e o negro na colonização — O índio nas narrativas de viagens — O índio e os utopistas — O índio e a literatura jesuítica — O índio e os Enciclopedistas — O índio como assunto na literatura colonial — O índio como herói no esboço de uma literatura nacional — Razões da valorização do índio 255
Notas ao Capítulo 3 269

4 O indianismo e a sociedade brasileira

O indianismo como traço geral de distinção — O antilusismo indianista — Nativismo e indianismo — Raízes do indianismo — O indianismo no romance: José de Alencar — O indianismo na poesia: Gonçalves Dias — Fim do indianismo 272
Notas ao Capítulo 4 284

5 A poesia romântica

A cidade e o bacharel — Polimento literário das profissões liberais — Características do romantismo brasileiro — Da superficialidade à erudição ornamental — A poesia como gênero nobre — De Casimiro de Abreu a Castro Alves 295
Notas ao Capítulo 5 310

6 A prosa romântica: sertanismo

A conquista do público — o teatro e o folhetim — A tipografia e o livro — Opúsculo, panfleto e pasquim — Esforço por uma definição nacional: o sertanismo — Bernardo Guimarães, Távora e Taunay — Crítica política e crítica literária — Coexistência da vulgaridade no romantismo — Esforço criador da escola 319
Notas ao Capítulo 6 328

7 Declínio do romantismo

Transformações da segunda metade do século XIX — Desenvolvimento da vida urbana e da classe média — Alterações na vida intelectual — Instituições e publicações — Apropriação de instrumentos externos de cultura — A família e os temas tradicionais da literatura — Evolucionismo e positivismo — A influência francesa 340
Notas ao Capítulo 7 348

8 Reação anti-romântica — a crítica

A Escola do Recife — Tobias Barreto e seu papel — O direito como representação do processo social — Efeito das novas idéias no pensamento brasileiro — A agitação doutrinária e as interpretações do país — Sílvio Romero: seu papel na crítica e na história das idéias — Araripe Júnior e a crítica do naturalismo — Transformações no direito — Crítica social e crítica histórica 358
Notas ao Capítulo 8 369

9 O episódio naturalista

O naturalismo como processo de decadência — Origens sociais do naturalismo — Suas falsidades na transposição da realidade — Suas deformações no Brasil — Naturalismo e regionalismo — Adaptações e soluções ortodoxas — Tendência ao individual, isolado e patológico — Aluísio Azevedo e o romance naturalista — Sentido episódico do naturalismo brasileiro 381
Notas ao Capítulo 9 395

10 O regionalismo

Influência do naturalismo na literatura regionalista — Transplantação e regionalismo — Papel do meio físico: a valorização da natureza — Regionalismo e linguajar — Regionalismo e prosa parnasiana — Simões Lopes Neto — Afonso Arinos — Regionalismo do libelo: Monteiro Lobato e o Jeca Tatu 403
Notas ao Capítulo 10 417

11 A transição do fim do século

Transformações na vida brasileira — As grandes questões políticas e a nova estrutura social — A classe média e a valorização da inteligência — A militância — A geração da Academia e suas formas de organização

— Papel do teatro, da imprensa e do parlamento — Primeiros sinais da cultura nacional 429
Notas ao Capítulo 11 436

12 Os problemas da forma

A perfeição da forma como ideal artístico — Conhecimento e divisão em classes — Apuro formal como traço de classe quando exclusivo — O timbre aristocrático — Língua e literatura — Heranças românticas no parnasianismo e no simbolismo — Lirismo parnasiano — Reação na forma e reação no conteúdo — Figuras do parnasianismo e do simbolismo 449
Notas ao Capítulo 12 461

13 A transplantação cultural

Transplantação e regime colonial — O problema da transplantação após a autonomia — Diagnóstico e perplexidade da transplantação — Transplantação e classes — Ideologia do colonialismo — Agonia da transplantação 471
Notas ao Capítulo 13 485

14 Interpretação do Brasil

Instrumentos de análise e realidade nacional — Esforço de interpretação e condicionamento histórico — A luta entre o novo e o velho — Formas de erudição e de distanciamento — A interpretação histórica e biográfica: Nabuco — A interpretação social: Euclides — A interpretação pela ficção: Machado de Assis — A interpretação pela crítica literária: José Veríssimo — De Raul Pompéia a Lima Barreto .. 489
Notas ao Capítulo 14 507

LITERATURA NACIONAL

1 Modernismo

Alastramento das relações capitalistas — A Semana de Arte Moderna — Heterogeneidade do Modernismo — Periodização — Modernização da poesia — Avanço na forma — A prosa modernista — Avanço no conteúdo — Balanço do Modernismo 522
Notas ao Capítulo 1 562

2 A crise formalista

A nova etapa histórica brasileira e o avanço das relações capitalistas — A liberdade e a disciplina na literatura — Formalismo e reação política — Relação entre forma e conteúdo — Vanguardismo e inovações formais — A crítica e o ensino de letras 580
Notas ao Capítulo 2 607

FONTES BIBLIOGRÁFICAS 619
ÍNDICE ONOMÁSTICO 657

Introdução

A literatura como expressão da sociedade — A literatura como parte do processo histórico — Objetividade e mecanicismo nas relações causais — O que é literatura — Processo do desenvolvimento literário no Brasil — Influência do regime colonial — Contraste entre o novo e o velho em literatura — Papel do isolamento colonial — Regra e rotina — Arte e estética — A transplantação — Problema de semântica — Perspectivas de uma literatura nacional.

Ao NARRAR O DESENVOLVIMENTO do povo brasileiro, Oliveira Viana não deixou de mencionar um dos aspectos mais característicos do método a que haviam obedecido os que o precederam naquela tarefa. Assim se manifestou: "Duas coisas, realmente, não aparecem nas obras dos nossos velhos historiadores senão furtivamente e a medo, duas coisas sem as quais a história se torna defectiva e parcial. A primeira é o povo, a massa humana sobre que atuam os criadores aparentes da história: vice-reis, governadores-gerais, tenentes-generais, funcionários de graduação, diretamente despachados da metrópole. A segunda é o meio cósmico, o ambiente físico, em que todos se movem, o povo e os seus dirigentes, e onde um e outro haurem o ar que respiram e o alimento que lhes nutre as células, e que age com o seu relevo, a sua estrutura, o seu subsolo, a sua hidrografia, a sua flora, a sua fauna, o seu clima, as suas correntes atmosféricas e as suas intempéries. Tudo isto influi, tudo isto atua, tudo isto determina as ações dos homens na vida cotidiana, e, entretanto, nada disso parece se refletir na explicação da nossa gente.

"Não vai nesta afirmação a mais leve censura aos nossos velhos historiadores, nem o mais leve desapreço à sua obra formidável

de análise das fontes documentárias e de pesquisa dos nossos arquivos. Mas, seria impossível negar que essa bela e soberba obra está truncada e incompleta, porque nela não aparecem dois fatores capitais da nossa história: nem o *meio cósmico*, com o seu poderoso determinismo, nem o *povo*, que é, afinal, o verdadeiro criador dela. Narram-se os seus acontecimentos ou descrevem-se as ações dos seus personagens, como se eles agissem sem dependência do meio social, em que se movem, e do meio físico, que os envolve. Por detrás do cenário dos acontecimentos, não parece que os nossos velhos narradores hajam sentido o surdo borbulhar da vida social, nem o latejar poderoso das forças do meio cósmico."[1]

Não interessa agora discutir os aspectos da atuação do meio físico na plasmagem de um povo e sua atuação no desenvolvimento histórico. Sem lhe negar um papel, tanto mais relevante quanto mais rudimentares os recursos de que o homem dispõe, é evidente que não atua com aquele "poderoso determinismo" a que se refere o ensaísta.[2] De qualquer forma, na elaboração artística, o seu papel é reduzido e de nenhum modo determinante. Nem convém discutir até que ponto, reconhecendo o papel do "surdo borbulhar da vida social" e vendo no povo o "verdadeiro criador" da história, o autor de sentenças tão justas se distanciou delas, ele próprio, na elaboração dos seus estudos. O que importa é verificar como, a certa altura do desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil, houve quem verificasse a preeminência do quadro social e a impossibilidade de apreciar devidamente a evolução de um povo sem colocar todas as suas manifestações na subordinação daquele quadro.

Ora, entre as manifestações da vida social, nenhuma traduz mais fortemente os seus traços do que as artísticas e, entre elas, as literárias. Omitir a existência do quadro social, apreciar figuras, gêneros e correntes como tendo vida autônoma porque divorciados das condições de meio e de tempo, na apresentação do desenvolvimento literário de um povo, é mais do que uma falha, porque erro fundamental. Nada na existência coletiva acontece sem motivo, nada acontece fora de tempo, tudo tem o lugar próprio, e não outro, tudo traz a marca indelével da sociedade. Esse erro cometido pelos que configuram a história literária no simples arrolamento de obras e de autores, dando relevo à circunstância biográfica, representa, no fim de contas, o total falseamento da realidade.

Nossos historiadores de literatura, pelo menos os bem dotados, e entre estes especialmente Sílvio Romero e José Veríssimo, sentiram a importância do problema e, subordinados ainda nisso às condições do tempo, procuraram mostrar as íntimas ligações existentes entre a manifestação literária e o meio social. Não se submeteram, entretanto, a um método, não fizeram disso a norma, o caminho natural. Trabalharam empiricamente. Na obra de um como na do outro há observações exatas nesse sentido, intuições profundas, mas são sinais isolados e descoordenados. Mesmo Sílvio Romero, que compreendeu, e até exteriorizou a mencionada subordinação, oscilou entre métodos interpretativos desencontrados. Dos que vieram depois desses mestres pouco se poderia escrever. Acreditaram na eminência do fato literário, por si só, atribuíram importância capital aos julgamentos de valor. Escreveram trabalhos que poderiam ser tomados como de outras literaturas, se não soubéssemos a naturalidade dos autores a que se referiam. A sociedade brasileira não ficou representada naqueles trabalhos. Para historiadores desse tipo — e ainda para os críticos — a obra de arte nasce inteira e acabada da cabeça dos autores, sem raízes, sem condicionamentos, sem nenhum laço com o meio. Dentro desse critério, os autores poderiam tanto ser brasileiros como persas, escrevendo no século XX como no século XVI.

Encaramos aqui o problema de maneira muito diversa. Pensamos que "a formação e o desenvolvimento da literatura são uma parte do processo histórico total da sociedade. A essência e o valor estético das obras literárias, e também de sua ação, é uma parte daquele processo geral e unitário pelo qual o homem se apropria do mundo mediante a sua consciência."[3] Se, em literaturas amadurecidas, do ponto de vista de que produziram muitas obras importantes e generalizaram os seus efeitos e influências, a ausência do método histórico conduz a um evidente falseamento, isso é ainda mais grave quando se trata de literaturas em elaboração, que não atingiram ainda consistência efetiva e por isso mesmo não conseguiram criar obras destacadas nem impor-se ao meio em que se geraram. Este, precisamente, o caso da literatura brasileira, cujo traço específico, que assinala a sua precariedade e a justifica, é o de ser elaborada por um povo de passado colonial, cuja evolução foi muito lenta, mercê desse passado, e que não teve, por isso, as condições para elaborar outra exteriorização artística que não aquela das poucas e isoladas obras de valor mais histórico do que literário.

Não poderíamos compreender, entretanto, as verdadeiras linhas da literatura brasileira atual sem analisar objetivamente esse obscuro passado onde ela deixou as suas raízes. O próprio Veríssimo,

tão justo em assinalar a precariedade da literatura brasileira colonial, que, a rigor, nem devia figurar nos trabalhos de levantamento do nosso patrimônio, considerado unicamente o critério qualitativo, ressalva a necessidade da tolerância, no caso: "No período colonial haverá esta forçosamente de ocupar-se de sujeitos e obras de escasso ou até nenhum valor literário, como são quase todas as dessa época. Não sendo, porém, esse o único da obra literária, nem o ponto de vista estético e só de que podemos fazer a história literária, cumpre do ponto de vista histórico, o mais legítimo no caso, apreciar autores e livros que, ainda àquela luz medíocres, têm qualquer importância como iniciadores, precursores, inspiradores ou até simples indículos de movimentos ou momentos literários."[4]

Veríssimo viu bem o problema. Mas a sua tolerância em relação a autores e obras do período colonial e o reconhecimento de que, no caso, o ponto de vista histórico era mais legítimo do que o estético, não mostram senão um aspecto da realidade. O motivo essencial de ter a história de preocupar-se com um período em que a manifestação literária era pobre não está na tolerância pelo que conseguiu realizar, nem no fato de terem sido os seus fracos e isolados cultivadores os iniciadores, precursores e inspiradores dos que vieram depois. Está na necessidade de compreender por que eles eram fracos e isolados, por que a manifestação literária era pobre, uma vez que sôbre esses alicerces frágeis é que repousou tudo o que se fez depois. E se fez melhor em conseqüência de serem outros os tempos, de já não perdurarem inteiramente, ou pelo menos com a mesma intensidade, as condições antigas, que dificultavam ou proibiam ou vedavam a manifestação literária, podavam as suas possibilidades estéticas, condenavam tudo à mediocridade.

É uma ilusão cômoda a de supor que os escritores da fase romântica produziram obras estimáveis porque fôssem mais capazes, individualmente, do que os dos tempos coloniais; que estejamos hoje descobrindo verdades transparentes, que permaneceram obscuras para personalidades do porte de Veríssimo ou Romero por que lhes sejamos superiores. A verdade é que os escritores da fase romântica viveram num meio em que as condições para a criação literária eram muito menos desfavoráveis do que aquelas dos tempos coloniais; e nós estamos hoje muito mais aparelhados intelectualmente, porque as condições do país já são muito diferentes, do que o estavam Veríssimo e Romero para interpretar e sentir a realidade, enquadrando nela o problema do processo literário. Daí, precisamente, a importância que existe em relacionar a elaboração

artística com as condições do tempo e do meio em que se desenvolveu, e como é falso o isolamento, o divórcio, entre uma e outras. Daí a absoluta inocuidade do julgamento estético, como se os padrões fossem absolutos e eternos. Como se o meio e o tempo representassem uma constante, sem variação alguma, sem mudança, estáticos e mortos. E os homens desfilassem, num cenário de papel pintado, como atores que se sucedem arbitrariamente nas suas intervenções e a cujos dotes pessoais ficasse entregue, tão-somente, o sucesso do espetáculo.

Mas é certo que historiadores literários e críticos do passado, no caso brasileiro, como em outros casos, já reconheciam a importância de relacionar os julgamentos com as condições do tempo e do meio. Vimos que Romero e Veríssimo constatavam essa verdade. Aquilo que no segundo foram lampejos de intuição, foi no primeiro um cuidado presente em todos os momentos. É reconhecido que, na obra de Romero, há mais exatidão nos quadros gerais, em que representa o meio econômico, o meio político, o meio social, do que na análise estética, em que muitos dos seus julgamentos necessitam de revisão. Revisão, aliás, que ele foi o primeiro a iniciar. Não é menos certo, entretanto, que, devido às condições do meio em que trabalharam, não estavam aparelhados para elucidar devidamente aquela relação. Em Romero, especialmente, que se preocupou mais com o problema, os erros de interpretação, nesse terreno, são constantes e repetidos. Tais erros não eram apenas os da ciência do tempo, já de si subordinada, nos seus recursos, ao imperativo histórico. Eram aqueles derivados do próprio quadro brasileiro, em que viveu o ensaísta sergipano. É importante não esquecer que ele escreveu o seu trabalho monumental a respeito do nosso desenvolvimento literário no preciso instante em que se abolia o trabalho escravo em nosso país.

O fim do século XIX assinalava, por outro lado, o aparecimento de muitas teorias novas, em todos os setores do pensamento. A literatura não ficara imune àquele movimento. Data dessa época, realmente, uma das teorias mais importantes e difundidas, com larga repercussão por toda a parte, segundo a qual a literatura seria uma espécie de ciência. Não foi por coincidência que tal teoria surgiu com o aparecimento da sociologia como ciência autônoma, separada metodologicamente da economia.[5] Aquela concepção "científica" da vida social não via no homem senão um produto mecânico do ambiente e da hereditariedade. Está claro que operava fora do campo da literatura, encarando esquematicamente os conflitos mais profundos da vida social. Tais conflitos eram des-

prezados de plano, como excessos românticos de índole estreitamente individual, que rebaixavam a dignidade da literatura, elevada a ciência objetiva. O método da observação e da descrição, surgidos da idéia de tornar a literatura científica, transformando-a em uma ciência natural aplicada, levava apenas à sociologia, com as falsidades a que estava subordinada em seu nascedouro. Partindo do pressuposto da objetividade, o seu mecanicismo era tão falso que caía no extremo oposto de um subjetivismo integral.[6]

"Trata-se — escreveu Lukács — de uma corrente muito mais vasta do que aquela circunscrita a uma aberta profissão de fé na arte pela arte. A interpretação teórica dos fenômenos literários que prende a atenção na própria literatura, nas correntes de desenvolvimento a ela imanentes, no influxo exercido por individualizados escritores, obras, tendências; na indagação dos temas, dos motivos e da expressão literária como se se movessem e evolvessem em um plano de autonomia; nas análises da circunstância biográfica e das peculiaridades pessoais do processo da criação literária, ainda que dos 'modelos' imediatos desta, considerados como a verdadeira chave do aprofundamento dos problemas literários — estas e outras tendências são todas indícios do fato de que teóricos e historiadores literários perderam o contacto com a vida social do povo. Forçando um pouco a mão pode dizer-se que eles oferecem um reflexo caricatural de certos fenômenos superficiais da divisão capitalista do trabalho, tratando a literatura como um território fechado em si mesmo, de que se pode sair para tomar contacto com a vida só através da porta demasiado estreita da biografia psicológica de cada escritor."[7]

As falsidades de tal teoria, entretanto, divulgaram-se com rapidez e encontraram largo campo de aplicação justamente naquelas literaturas que, elaboradas muito lentamente e entravadas por poderosos obstáculos, não haviam ainda atingido a maturidade necessária à análise de tais métodos. Foi o nosso caso, em que, surgindo tarde, como era natural, a crítica e a história literária, apesar dos esforços de alguns estudiosos, deviam subordinar-se, como até agora, às teorias sem nenhuma afinidade com o quadro real. Tanto mais perturbadoras porque, isolando o estudo da literatura do estudo da sociedade, admitiam, para a compreensão daquela, conceitos que prejudicavam o seu próprio desenvolvimento. Entre outros, o etnografismo, de que está eivada fortemente a obra do próprio Sílvio Romero. Num país de passado colonial, cujo povo se constituíra sobre extensa base africana, oriunda do sistema de trabalho escravo, tal conceito, além de falso como base analítica, represen-

tava o reconhecimento de uma inferioridade — que alguns levavam ao extremo da incapacidade hereditária — para formas superiores da vida e, conseqüentemente, de criação artística.

Se constatarmos a confusão desse conceito com a sua decorrência natural, oriunda do isolamento e do hermetismo da atividade literária, a de uma espécie de determinismo artístico, quando a inteligência seria aceita como normativa, o motivo de todo progresso, verificamos quanto era antinacional aquela conceituação.[8] Não devemos supor que tais erros e desvios estejam inteiramente superados, entre nós. O erro, quando serve a poderosos interesses, tem a força destes, representa a sua verdade, sempre afirmada e mantida. Por outro lado, "erraríamos se pensássemos que as semiverdades valem mais do que as lacunas; ao contrário, elas são muito perigosas porque, cobertas pela autoridade das coisas impressas, por vezes com o renome do autor, impõem-se como verdades inteiras e se tornam difíceis de desalojar. Em ciência física e biológica, o erro, a meia verdade, sofrem o desmentido da experiência e não lhe podem resistir. Em história, o desmentido é menos infalível e menos imperioso."[9]

A aceitação de que a lei determinante do desenvolvimento histórico está na base econômica, seu princípio diretivo, e que, do ponto de vista desta conexão, a ideologia e, nela, a arte e a literatura, seja condicionada pela situação material, não representa uma espécie de chave universal que abre por si só todas as portas do entendimento, lança a clareza sobre todos os quadros. Desta constatação fundamental, o materialismo vulgar, conforme acentuou um mestre, tira uma conseqüência mecânica e errônea, a de que intercorra entre a situação material e as manifestações artísticas uma simples relação causal, em que a primeira seja causa única, e as segundas meros efeitos. A realidade, entretanto, é muito diferente. A conceituação referida poderia ser verdadeira se a realidade fosse estática. Mas esta pemanece em constante movimento, é dinâmica, não assume jamais a mesma fisionomia porque os fatores que nela intervêm não se conservam sempre no mesmo sentido e direção e com a mesma intensidade. "A dialética contesta — escreve o mesmo mestre — que existam em qualquer parte do mundo relações simplesmente de causa e efeito. Reconhece, ao contrário, nos fatos mais rudimentares, a presença de uma complexa ação e reação de uma e outro." Para esclarecer: "O processo total do desenvolvimento histórico e social tem lugar, acima de tudo, sob a forma de um complexo intrincado de ações e reações recíprocas. Só com um método desse gênero é possível enfrentar,

assim, o problema da ideologia. Quem vê nesta o produto mecânico e passivo do processo econômico, que lhe constitui a base, nada perceberá de sua essência e de seu desenvolvimento e não representará o marxismo mas a caricatura do marxismo."[10] Um dos fundadores dessa doutrina, aliás, definiu o problema nos mesmos termos.[11] Admitir o contrário seria supor, entretanto, que houvesse até uma relação de ritmo, numa sociedade dividida em classes, entre o desenvolvimento material e o desenvolvimento artístico, o que não é absolutamente verdadeiro, e temos disso o exemplo diante dos olhos, no quadro atual do mundo.[12]

☆

Definir o método não é o suficiente, entretanto; é preciso definir o campo de trabalho. Que é literatura? Emerson dizia que o homem é apenas metade de si mesmo, a outra metade é sua expressão.[13] Ora, se uma das formas mais altas e características da expressão humana é a forma artística, a literatura assume importância extraordinária como sinal da atividade coletiva. Nela, alguns querem ver apenas a beleza, como Charles Du Bos: "Em todo texto onde há beleza, há literatura; onde não há beleza poderá haver originalidade, profundeza, mas não literatura na única acepção digna de tal nome."[14] E José Veríssimo amplia ainda o conceito, quando escreve: "Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem, é, a meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo de infalível, sistematicamente excluo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é, neste livro, sinônimo de boas ou belas-letras, conforme a vernácula noção clássica."[15] E cita, em apoio de suas palavras, um texto de G. Lanson.[16] Este texto, que corresponde à conceituação do problema na época, refere-se à literatura como prazer, repouso, preenchendo os ócios da existência, de um lado, de outro refere-se ao seu papel de neutralizadora da especialização.

Quando Lanson escrevia, e quando, bem depois, Veríssimo iria citá-lo, a divisão do trabalho, conseqüente do desenvolvimento da sociedade capitalista, havia atingido já a um limite extremo e os seus efeitos saltavam aos olhos, mesmo no campo da atividade literária. Daí o ensaísta francês mencionar o aspecto neutralizador da literatura, no sentido de "humanizar" os especialistas. Por outro lado, a conceituação da criação literária como motivo secundário, atraindo apenas, pela leitura, as atenções ociosas, repousando-as de

atividades essenciais, oferecendo prazer e pausa como distrações, não representava senão a característica eloqüente da própria subalternidade a que a literatura vinha sendo condenada, na medida em que a sociedade capitalista atravessava as etapas de seu desenvolvimento. Esta observação tem propriedade aqui porque a conceituação de Lanson, que era a do tempo, teria reflexos muito profundos, traduzindo a realidade, e sendo ainda mais exata naquela tradução quando o caso fosse o das literaturas de povos coloniais ou apenas emancipados do colonialismo político. Tal o caso da nossa literatura.

A esta conceituação, entretanto, poderia responder um escritor mais recente, caracterizando os novos tempos: "A literatura não é uma atividade de adorno, mas a expressão mais completa do homem. Todas as demais expressões referem-se ao homem como especialista de alguma atividade singular. Só a literatura exprime o homem como homem, sem distinção nem qualificação alguma. Não há caminho mais direto para os povos se entenderem e se conhecerem entre si, como esta concepção do mundo manifestada nas letras."[17]

Não foi por desatenção que o raciocínio transitou da caracterização da literatura segundo os seus aspectos exteriores, meramente formais, nem por isso desimportantes, para sua caracterização por assim dizer filosófica, de conteúdo. É que existe um profundo entrelaçamento entre os dois aspectos, e eles evoluem em íntima dependência, na medida em que a divisão do trabalho se acentua e as especializações repartem e condicionam as atividades do homem. Em nossa própria literatura esse desenvolvimento pode ser acompanhado sem esforço. Varnhagen, na interessante introdução ao *Florilégio*, que é uma das primeiras sínteses da nossa história literária, encara com amplitude o conceito formal de literatura.[18] Ferdinand Wolf vê o problema pelo mesmo ângulo.[19] E Pereira da Silva, em 1843, podia escrever, sem que traduzisse mais do que a conceituação vulgar: "A literatura é o desenvolvimento das forças intelectuais todas de um povo: é o complexo de suas luzes e civilização; é a expressão do grau de ciência que ele possui; é a reunião de tudo quanto exprime a imaginação e o raciocínio pela linguagem e pelos escritos."[20]

Dentro desse conceito, que permitiria, aliás, disfarçar a pobreza literária arrolando como literatura um mundo de criações que hoje entendemos estranhas ao seu campo, foram incorporados às letras nacionais autores e obras, aqueles principalmente, que lhe não pertencem. José Veríssimo, um pouco por convicção, um pouco

para combater a tolerância de Sílvio Romero no caso, com o extenso arrolamento feito no seu trabalho histórico, impugnou o critério até então seguido e estabeleceu os limites da literatura, procurando respeitá-los, embora sem rigor extremo, o que teria sido impossível. É devido a essa diversidade de conceituação que verificamos a presença, nas letras brasileiras, e especialmente no que se refere a períodos mais recuados, de nomes em torno dos quais um outro critério, o do nosso tempo, estabeleceria proibição inequívoca. Nelas coabitam, realmente, missionários, navegadores, linhagistas, meros narradores de aventuras, cronistas, historiadores, bandeirantes, viajantes, geógrafos, oradores, panfletários — e poetas, romancistas, críticos, sem que fique claro o papel de cada um e até existindo preeminência dos primeiros sobre os segundos.

Veríssimo opinava que a tolerância — que ele próprio concedia, quanto aos períodos mais recuados — conduzia a um acúmulo inútil de material. Mencionou mesmo a desvalia intrínseca desse material quando classificou a nossa como literatura de livros mortos: "Não existe literatura de que apenas há notícia nos repertórios bibliográficos ou quejandos livros de erudição e consulta. Uma literatura, e às modernas de após a imprensa me refiro, só existe pelas obras que vivem, pelo livro lido, de valor efetivo e permanente e não momentâneo e contingente. A literatura brasileira (como aliás sua mãe, a portuguesa) é uma literatura de livros na máxima parte mortos, e sobretudo de nomes, nomes em penca, insignificantes, sem alguma relação positiva com as obras. Estas, raríssimos são, até entre os letrados, os que ainda as versam. Não pode haver maior argumento da sua desvalia."[21] Para ser ainda mais incisivo adiante: "Não obstante o pregão patriótico, tais nomes e obras continuaram desconhecidos eles e elas não lidas. Não quero cair no mesmo engano de supor que a crítica ou a história literária tem faculdades para dar vida e mérito ao que de si não tem. Igualmente não desejo continuar a fazer da história da nossa literatura um cemitério, enchendo-a de autores de todo mortos, alguns ao nascer."[22]

Claro está que, a rigor, assiste razão ao historiador da nossa literatura que se referiu com tão ásperas palavras ao nosso passado, nesse campo da criação artística. Parece verdade, entretanto, que, no caso das literaturas elaboradas pelos povos de origem colonial, importa tanto escrever a história como mostrar o extraordinário esforço consumido para criar uma literatura. Saber não é tudo, é preciso também compreender. E só chegaremos a compreender aquele esforço, sentindo os seus motivos e discriminando os

obstáculos encontrados, quando nos detivermos com alguma atenção não só no quadro social que condicionou a fragilidade das criações, mas em todas as tentativas, isoladas e desvaliosas que tenham sido, para vencer os embaraços e levar a outros homens, através da palavra escrita, alguma coisa que se pretendia salvar do implacável esquecimento. Através de todos os embaraços, vencendo a poderosa resistência do meio, os escritores antigos, do período colonial, buscavam completar-se pela expressão e conseguiam, de maneira rudimentar embora, refletir a sociedade em que viviam, traduzindo-a em termos de literatura.

Nesse sentido é que damos importância a contribuições dos mais recuados escritores, aceitando-os mesmo quando trabalhavam sem nenhuma intenção estética ou sem a sua intuição. Menos, assim, pela obediência de um critério já ultrapassado — que abandonamos, em relação aos mais recentes — do que pela necessidade de desvendar os alicerces, as obscuras origens do desenvolvimento literário brasileiro, buscando explicar, ao mesmo tempo, como a fraqueza de tais manifestações esteve condicionada às peculiaridades do meio. Quanto aos tempos mais próximos de nós, quando a sociedade brasileira reúne já alguns dos elementos que possibilitam a criação especificamente literária, não há necessidade de concessões, evidentemente. Neste caso, Veríssimo estava com a razão quando definia o escritor e o seu papel: "As qualidades de expressão, porém, não são apenas atributos de forma sob o aspecto gramatical ou estilístico, senão virtudes mais singulares e subidas de íntima conexão entre o pensamento e o seu enunciado. Não é escritor senão o que tem alguma coisa interessante do domínio das idéias a exprimir e sabe exprimi-la por escrito, de modo a lhes aumentar o interesse, a torná-lo permanente e dar aos leitores o prazer intelectual que a obra literária deve produzir."[23]

Na reconstituição do nosso passado literário, críticos e historiadores têm-se ocupado de preferência com a circunstância biográfica. Deram-lhe preeminência tamanha que os seus trabalhos não passam, no fim de contas, de extensas galerias de retratos, mais ou menos felizes conforme a habilidade de cada um ao traçá-los. Não existe neles, por isso mesmo, nem sequer o encadeamento que corresponde à idéia de sucessão, de duração, de tempo. São quadros justapostos, uns em seguida aos outros, sem clara conexão e sem outro sentido que uma simples ordenação. Estão tais galerias, para a história, como as habilidades da lanterna mágica para as maravilhas do cinema. Embora importante, quando exatamente compreendida e situada, a circunstância biográfica, ao ser confundida

com a história e mesmo com a crítica, leva a deformações desarrazoadas. São frisantes os exemplos, mesmo em nossa literatura, a esse respeito. Embora tivesse uma segura intuição histórica, muitas vezes surpreendente, Sílvio Romero cedeu à preocupação biográfica. José Veríssimo foi mais equilibrado, nesse terreno: "Os elementos biográficos, necessários à melhor compreensão do autor e da sua época literária, como outros dados cronológicos, são da maior importância para bem situar estas obras e autores e indicar-lhes a ação e reação. A história literária deve, porém, antes ser a história daqueles do que destes. Obras e não livros, movimentos e manifestações literárias sérias e conseqüentes, e não modas e rodas literárias, eiva das literaturas contemporâneas, são, a meu ver, o imediato objeto da história da literatura."[24]

É interessante lembrar, a esse propósito, que os nossos dois maiores historiadores literários formaram a mentalidade na obediência a cânones que se originavam da primazia do individualismo, de um lado, e da tendência à preponderância psicológica, de outro, intimamente entrelaçados. Logo em seguida, aliás, embora com repercussão posterior entre nós, por ausência de estudos especializados, que o meio ainda não comportava, surgiria a reação contra as inevitáveis deformações a que conduziam aqueles cânones. "Mesmo assim esclarecido pela classificação dos caracteres — escreveu um teórico da história — dos tipos normais e anormais, o estudo das individualidades não tem interesse em si mesmo na síntese histórica. A etologia, sob todas as suas formas, é aqui simples auxiliar. Permite ver alguma ordem nos jogos infinitos da contingência individual, quase tão desconcertantes quanto os jogos de puro acaso; simplifica o problema daquilo que pode a individualidade como causa; mas na síntese está o verdadeiro problema. A individualidade é um elemento da história de um caráter mais geral que o acaso, um elemento em relação ao qual e numa certa medida, podem-se prever fatos de natureza psíquica. Mas aos fatos de ordem pessoal, que estão na dependência direta da individualidade, ligam-se fatos exteriores ao indivíduo, em número e importância variáveis. Assim como há acasos indiferentes e *acontecimentos*, há individualidades desprezíveis e *personagens*. Como o acontecimento foi definido pela multiplicidade e duração dos efeitos, a personagem se deve definir pela amplidão e vulto de sua *influência*."[25] O mesmo autor, a propósito de outro tema, já afirmava: "A história se compõe de uma multidão de pequenos fatos; mas o pequeno fato, por si próprio, não é a história." E

ainda: "Uma coleção de fatos não tem mais valor científico do que uma coleção de selos ou de conchas."[26]

Reduzir a história à circunstância biográfica, e particularmente à face da vida de um homem voltada para a literatura, num meio em que ela não foi jamais estimada nem importante, corresponde a uma falsidade manifesta e irrecorrível. A tentativa de conferir aos estudos biográficos, em nosso tempo, aliás, um destaque especial, elevando-os à categoria de gênero peculiar, com suas regras e os seus modelos, não representa mais do que uma das freqüentes e variadas formas de fugir à primazia explicativa da história e tem um fundamento ideológico inequívoco. Um crítico moderno abordou o assunto, quando mencionou a condenação de tais tentativas, cada vez menos importantes: "Quando tais críticos, em busca de coerência, fazem uma tentativa de superar, nos pressupostos teóricos, esse dualismo, surge uma espécie de ecletismo à frente: os cânones técnicos de certas correntes da moda vêm ligar-se, com brilhante superficialidade, a algum fragmento de filosofia, no auge naquele momento, e aspectos efêmeros da técnica literária apresentam-se como princípios fundamentais da arte. Com isso atingimos a um pecado original da crítica burguesa moderna: ela está privada de historicismo, e não importa que tal deficiência se manifeste em forma de um anti-historicismo professado abertamente ou de um alambicado pseudo-historicismo."[27]

O grande problema da reconstituição histórica está na elucidação dos contrastes entre o novo e o velho, entre o que declina e o que reponta, entre o que está morrendo e o que apenas começa a viver. Do ponto de vista da história literária, essa elucidação tem sido tentada através da sucessão das chamadas escolas, e subordinada a critérios exclusivamente estéticos. Haveria, no decorrer do tempo, e ordenadamente, a sucessão do Classicismo, do Arcadismo, do Romantismo, do Naturalismo. Em seguida, a concomitância de escolas modernas, simbolistas, parnasianos e românticos, lado a lado. Depois, em nosso tempo, com o Modernismo, tornou-se freqüente a referência a gerações. Isso indica como se procurou iludir a crescente complexidade do problema com artifícios mais ou menos inócuos. A inoperância dos meramente estéticos e por isso mesmo formalísticos ficou cada vez mais evidente. A própria periodicidade do desenvolvimento histórico — colocada no nível de problema fundamental — padece desses critérios essencialmente arbitrários, distanciados da realidade.

A esse respeito, na medida em que caminhamos do passado para o presente, há que considerar dois aspectos essenciais. O primeiro deles, que afeta o período colonial, é o do isolamento. O segundo, na medida em que a autonomia política proporcionou maiores contactos com o mundo, o da transplantação. Convém separá-los e discuti-los.

Os motivos fundamentais da ausência de manifestação literária, de sua precariedade, da falta de ressonância de suas manifestações, estiveram, na época colonial — e estamos longe de admiti-la encerrada com a autonomia política — fundamente ligados ao caráter do sistema de produção aqui estabelecido e, assim, à estrutura da sociedade colonial. Mesmo que os contactos fossem mais freqüentes, no conjunto o quadro teria sido o mesmo. Mas, na estreita dependência daquela estrutura, foram difíceis ou impossíveis os contactos. O regime de clausura imperou, com maior ou menor rigor, séculos a fio. O isolamento que isso proporcionou teve também influência no desenvolvimento da nossa literatura. Não é possível omiti-la. A esse respeito, é interessante lembrar, e frisar, que não há uma relação mecânica entre a estrutura material e as demais manifestações da vida coletiva. O esquematismo, aqui como em outros terrenos, pode levar a erros perturbadores. Demais, é preciso não admitir o isolamento como absoluto, mesmo em relação a tempos recuados. Quando ele chega a erigir-se em sistema — e decorre do caráter da produção — cumpre levá-lo em consideração e apreciar os seus efeitos.

Embora, no nosso caso, o isolamento não tivesse sido geograficamente condicionado, é interessante verificar as observações de um geógrafo a respeito do assunto: "O interesse que despertam em nossos dias esses exemplares de civilização autônoma se justifica. Vê-se como, espontâneamente, independentes uns dos outros, sobre pontos muito diversos, organizam-se gêneros de vida. Forçado a tirar partido dos recursos fornecidos pelo meio, não podendo fazer sua vida depender dos laços fracos e aleatórios do comércio, o homem concentrou o seu engenho em um número por vezes muito restrito de materiais, e soube aplicá-los a uma extraordinária multiplicidade de serviços."[28] Para ampliar ainda a sua observação: "Mas, por interessantes que pareçam essas civilizações; por isso mesmo que são ligadas a meios especiais, são visceradas de incerteza, falta-lhes o dom de se comunicar e de se expandir. Todavia, se sua dependência para com o meio local é uma inferioridade, ela não faz que melhor esplender, em certos casos, o poder e variedade de invenções de que o homem é capaz."[29] Citando um

exemplo: "Mesmo nas regiões de civilização avançada, o círculo dos gêneros de vida fechou-se. As riquezas minerais de que a China abunda não fizeram do chinês um minerador. Esse engenhoso cultivador não se dedicou nem à horticultura nem à criação."[30]

O isolamento, no período colonial — isolamento do mundo exterior e também aquele representado pela distância e pelas diferenças entre os vários focos ou as várias áreas de povoamento e de produção — vincou profundamente a sociedade brasileira, padronizou tipos e quadros, proporcionou a relativa estagnação, rotinou os processos. Nessa existência esquematizada, em que a hierarquia tinha força enorme, nada convidava à especulação, à mudança, ao jogo dos contrastes, ao prazer da criação. Nem inquietude, nem descontentamento, poderosos fermentos de renovação, encontravam lugar na tranqüilidade estabelecida, particularmente nas zonas em que a produção conseguira levantar alguma coisa importante, provocando o adensamento humano, gerando núcleos de vida coletiva. Tudo encontrava o seu lugar, fixo, marcado, imutável. A placidez da existência rural, com todos os seus quadros preenchidos, dominava a paisagem humana.

Não havia motivos ou causas que proporcionassem o aparecimento e o desenvolvimento do princípio filosoficamente diabólico da alteração. A aprendizagem era imitativa e um largo mimetismo dominava tudo. Não surpreende, pois, que aqui, nos primeiros séculos, tenha existido uma simples e rudimentar literatura de cópia, de imitação servil, de reprodução primária, relegada pelas suas origens a uma inferioridade indiscutível. "Diabo ou não — menciona o geógrafo — esse princípio de inquietude e de descontentamento, capaz de ação criadora, existe nos recônditos da alma humana, mas não age senão à sua hora, segundo o tempo e os homens. Para que se manifeste é necessário que a idéia do melhor se apresente sob forma concreta, que se entreveja algures uma realização capaz de despertar inveja. O isolamento, a ausência de impressões de fora, parecem, portanto, o primeiro obstáculo que se opõe a essa concepção do progresso. Efetivamente, as sociedades humanas que as condições geográficas deixaram à parte, seja nas clareiras das florestas, parecem tocadas de imobilidade e estagnação."[31]

Nesse ambiente criador de rotina, sem uma aberta para a luz da mudança, tudo acontece normalmente, igualmente, repetidamente. "Cada operação se complica de regras de observância entre as quais a iniciativa não encontra lugar para exercer. O gênero de vida, integrado a esse ponto nos hábitos, torna-se um meio limitado no

qual a inteligência murcha. O novo parece o inimigo; vêem-se cristalizar, sob tais influências, os organismos sociais e, faltas de renovação, obras combinadas para o bem comum tornarem-se conservatórios de rotina."[32] Nada pode surgir, nesses ambientes em que não penetra o sopro renovador, que se imobilizaram, petrificados nas regras estabelecidas e obedecidas, em que todos os atos da vida, até mesmo os da morte, foram ajustados inflexivelmente. "Tais organizações — aduz ainda o geógrafo — supõem um acordo fundado sobre experiências seculares e resumindo longos esforços de iniciativa, mas indicam também que, repousando nos resultados adquiridos, a inteligência cessou de procurar outros; e, nelas, o que era movimento fixou-se; o que era iniciativa tornou-se hábito; o que era vontade caiu no domínio do inconsciente."[33] Tais quadros, ao que o da sociedade colonial se assemelha como reprodução exemplar, são condicionados pelo isolamento, e talvez tanto pelo isolamento social, como pelo geográfico. Nessas sociedades estratificadas, em que tudo tem o seu lugar intocável, nenhuma forma de mudança chega a manifestar-se, nenhuma tentativa de renovação chega a surgir. Nada disso se deve ao meio, entretanto. Ao contrário, foi ele afeiçoado às normas sociais; como que disciplinado pelo homem, jungido também ao carro material, de rusticidade acentuada. Não há conhecimento recíproco entre as zonas e os focos de povoamento, possibilitando as reações e as influências; não existe freqüência nas comunicações difíceis e condicionadas ao oceano — o isolamento estende as suas asas sobre tudo e paralisa em cada uma das aglomerações, nas maiores e nas menores, toda manifestação de mudança.

Permanecem debruçadas sobre o mar, pelas portas estreitas e pouco freqüentadas dos ancoradouros, ou nas barrancas dos rios, mais escondendo o interior, vigiando-o como sentinelas, do que como degraus de acesso. Não existe nelas uma população permanente, estável, ligada às atividades locais. Seus habitantes vão e vêm, do interior para a cidade, conforme as festas e motivos poucos. Nem as ruas e as praças, que surgem na improvisação, geradas de caminhos que as atravessam ou condicionadas apenas pelo capricho dos moradores, têm qualquer papel de relevo. De raro em raro, e só por razões especiais, cresce o movimento nesses pontos esparsos, mais zonas de reunião do que de morada. Seu crescimento é, por tudo isso, de uma lentidão exasperante. Só depois da fase colonial começam a tomar parte ativa na vida coletiva, encontram um papel, mas ainda assim devagar, com passos inseguros, na incerteza a que obedecem.

É evidente que um meio tal não oferece nenhuma condição para a atividade do espírito e condena qualquer esforço de criação artística. Mas, na medida em que surgem e se desenvolvem as lavouras e cresce a produção, atrai novos elementos, originários da metrópole, que aumentam os contingentes demográficos e condensam-se em algumas zonas. O homem se desloca com facilidade levando a sua concha, afirmou o geógrafo. Ele quer transportar consigo o seu mundo. Nesses contingentes chegam uns poucos elementos dotados de dimensão intelectual, adquirida numa terra em que ela já se fazia desestimada. Mais tarde, são filhos da terra que adquirem aqui uns poucos conhecimentos, quase sempre ornamentais porque desnecessários, ou vão adquiri-los na metrópole, e regressam para as primeiras atividades que os exigem, embora bitolados e estreitos, reduzidos a algumas poucas normas e a alguns aspectos formalísticos. São eles que, com afoiteza, esboçam as primeiras tentativas literárias e elas ficam ilhadas do conhecimento geral e carecem de ação efetiva. Seus livros — sermões, narrativas de viagens, alguma poesia, meros relatórios — imprimem-se na metrópole, após as permissões da praxe, e lá circulam. O meio colonial, em todo o tempo, consagra um horror profundo à matéria impressa e só a reconhece quando tocada da unção e da forma religiosa.

Descobrir e discriminar nesse parco material, a que é necessário incorporar um mundo de criações à margem das letras, e só a elas identificadas por se traduzirem por escrito e circularem impressas, mudanças, renovações, contrastes, choques de correntes, parece impossível. Tudo decorre quase na imitação, e não nos diz respeito senão por tênues laços — o nascimento do autor, o cenário em que decorre a narração, alguma referência poética mais direta. São aspectos secundários da literatura portuguesa, ocorrências coloniais dos seus efeitos, manifestações distantes do que acontece na metrópole. Não há nenhum contraste, nenhuma mudança. Não há alguma coisa nova, que nos pertença, em confronto com alguma coisa velha, que seja apenas lusa. As forças da criação literária são ainda insuficientes para gerar mudanças e contrastes. Tudo é morno, vago, desvalioso e apagado. É importante, do ponto de vista histórico, acompanhar essa difícil e demorada gestação da atividade das letras numa sociedade rudimentar, estratificada, rijamente subordinada à hierarquia das classes. Mais do que importante, é mesmo fundamental. Isso não significa, entretanto, que se deva ou que se possa colorir essa atenção com o que não existe, discriminando variações impossíveis, de um formalismo irredutível,

ou assinalando marcos e etapas de acôrdo com acontecimentos secundários, vistos no conjunto: a edição de um livro, o aparecimento de um autor, o nascimento de um poeta. É artificial, pois, relegada a mero convencionalismo, qualquer discriminação de escolas, qualquer critério de periodicidade. Não tem nenhum suporte objetivo, não encontra correspondência com a realidade. A história é a síntese do que aconteceu e jamais do que não aconteceu.

A clausura absoluta não existiu jamais. Mas é verdade também que os seus efeitos se prolongaram muito além de sua vigência formal. Prolongaram-se bastante pela inércia social, que confere vida ao que morreu, e ainda mais pela continuação, após o seu rompimento, dos motivos que a haviam gerado e mantido. O regime colonial atravessou a etapa da autonomia e projetou-se além, com todas as suas características. Os senhores do novo país tinham necessidade, entretanto, de estruturar o poder, de preencher o aparelho de Estado, de acionar o funcionamento de órgãos que desconheciam e que surgiam pela primeira vez no cenário. A autonomia, empreendimento da classe dominante, a que as demais deram sua tácita adesão, impunha reformas, inovações, uma montagem relativamente grande e relativamente importante. Na mesma medida em que a atividade comercial começava a encontrar um lugar definido e a vida urbana esboçava os seus traços específicos.

A saída natural, a única saída, estava na transplantação. Fora esta, no período colonial, uma necessidade, a solução espontânea. "Rigorosamente, durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal — assinala um sociólogo moderno — as transplantações obedeciam e serviam a um propósito pragmático e historicamente positivo. Graças a elas saltamos várias etapas de desenvolvimento, um território sobre o qual se distribuíam várias tribos na idade da pedra lascada passou de repente para o plano da história européia. Não será através do mero crescimento vegetativo que isto poderia ocorrer. A transplantação foi um expediente historicamente necessário para que se tornasse possível, a seu tempo, a nação brasileira."[34]

É o mesmo sociólogo quem assinala a face de mudança: "Há entretanto um momento em que a transplantação se torna entre nós algo de que se toma lúcida e dramática consciência. Foi a Independência que inaugurou a fase em que aos nossos quadros dirigentes deveria caber o mister ciclópico de criar instituições para um país. Este momento só o tiveram os países colonizados ou descobertos."[35] Convém lembrar, em aditamento a tais observações, que o problema da transplantação — em que será enquadrado o do

desenvolvimento literário — ficou condicionado à persistência, depois da autonomia política, da estrutura colonial de produção. Isto significa, em suma, que os suportes essenciais do colonialismo persistiam intactos. Éramos, na verdade, muito menos independentes do que supúnhamos. Tal coisa se deve, em particular, ao fato de que a autonomia não trouxe nenhuma alteração quanto à posição das classes no Brasil. Do ponto de vista do desenvolvimento literário, isto significa que a independência não assinala nenhuma mudança. Não há com ela, em torno do seu processo, nenhum contraste. Não aparece escola nova. Não se marca um novo período. No seu formalismo, os historiadores da nossa literatura, não se afoitaram em convencionar o início da terceira década do século XIX como nova etapa. Pelo menos do ponto de vista cronológico, separaram a autonomia política de qualquer sintoma de autonomia literária. Isso não deixa de representar um reconhecimento tácito de que a independência era mais formal do que real. O colonialismo continuava presente entre nós e com uma força que não se podia desconhecer ou obscurecer.

A transplantação apresenta os seus traços dramáticos na medida em que, muito lentamente a princípio, aceleradamente depois, desenvolveu-se no Brasil o processo nacional, isto é, a luta para, sobre uma herança colonial enorme e pesada, dotada de extraordinária força e profundamente ancorada no tempo, construir uma nação. Nesta luta, um dos aspectos mais característicos é o esforço inconsciente para a elaboração de uma literatura própria. Só na medida em que as condições econômicas evoluem, refletindo-se na ordem social, pela definição das classes e pelo papel que elas representam, conduzindo à formação de uma estrutura nacional de produção, é que surgem as possibilidades para o aparecimento de uma literatura nacional. Confundir, pois, como o fizeram muitos dos nossos ensaístas, críticos e historiadores, o aparecimento do Romantismo entre nós com a definição literária de traços próprios, brasileiros, não representa mais do que evidente falseamento da realidade.[36]

Onde existe imitação formal não pode existir originalidade nem autonomia. Muito depois do Romantismo, Sílvio Romero assinalava o predomínio imitativo em nossas letras, na sua maneira candente e acusatória de apontar os males: "A Nação brasileira não tem [. . .] em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política nem intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera, não têm feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as idéias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão". Para acrescentar: "Temos uma literatura incolor;

os nossos mais ousados talentos dão-se por bem pagos quando imitam mais ou menos regularmente algum modelo estranho".[37] A posição imitativa, que caracteriza a transplantação, não se resumia naturalmente ao plano literário. Por isso mesmo, Sílvio Romero, com a sua aguda intuição, começava por falar em nação, frisando a ausência de individualidade tanto política como intelectual, entre nós, para só depois mostrar o aspecto imitativo do trabalho dos escritores.

O contraste entre as correntes que giravam em torno do problema da transplantação era mais aparente do que real. Os que viam nela a saída natural, achando que a salvação do país e a solução de suas mazelas, inclusive o atraso, estava apenas na dependência da cópia e estabelecimento de instituições e normas que haviam provado sua efetividade em países mais adiantados, chocavam-se com os que, colocados em pólo oposto, opinavam por uma originalidade normativa, oriunda da vontade, capaz de transformar o país "de cima para baixo, da inteligência para os instintos". Apenas variavam os da última corrente quanto aos processos. Para o Visconde do Uruguai, tratava-se de uma tarefa das elites, exercendo uma espécie de ação tutelar sobre o povo pois que "nos países nos quais não estão definidos ainda em todas as classes agudos hábitos de ordem e legalidade, que únicos podem colocar as liberdades públicas fora do alcance das invasões do poder, dos caprichos da multidão e dos botes dos ambiciosos, e que não estão portanto devidamente habilitados para o *self-government*, é preciso começar a introduzi-lo pouco a pouco, a sujeitar esses ensaios a uma certa tutela, e a certos corretivos".[38] Para Sílvio Romero, tratava-se de estar de acordo "com todas as outras manifestações espirituais ativas do povo, cuja vontade dirige a formulação do direito, religião, moral, arte, ciência, vida econômica", renunciando à "mania de supor que instituições se copiam indiferentemente de estranhos, sem atenção às condições de tempo e espaço".[39] Para Alberto Tôrres, também muitas vezes lúcido nos seus diagnósticos, tudo se resolveria com a mudança da estrutura político-jurídica.[40] Acreditava que a "consciência nacional" fosse suscetível de formação como tarefa política, de maneira artificial. E Oliveira Viana, mais adiante, opinava que a transplantação, cujos males condenava asperamente, derivava dos costumes e do caráter da nossa gente. Fornecia, como remédio: "Organização sólida e estável da liberdade, principalmente da liberdade civil, por meio de uma organização sólida e estável da autoridade, principalmente da autoridade do poder central".[41]

Laboravam as duas correntes no mesmo erro e andavam distantes da realidade. Insistindo em trazer para aqui soluções externas, que haviam sido historicamente condicionadas e representavam conseqüência de longo processo, e atribuindo-lhes um poder miraculoso, os adeptos da pura e simples transplantação voltavam as costas ao país. Pensando em curar os males brasileiros pela ação normativa da inteligência, adotando soluções cuja originalidade única consistia em serem diferentes das externas, os adversários da transplantação iludiam a realidade. Como a iludiam os que, na própria época da Independência e pouco depois, supunham que o conhecimento puro e simples de doutrinas elaboradas em outros meios representasse a chave dos problemas nacionais. Naqueles meios, tais doutrinas se haviam elaborado porque houvera uma revolução. Aqui havia apenas a sua repercussão ideológica. A ideologia não cria as condições materiais para a sua vigência. A idéia de que a transplantação poderia ter sido evitada pelo esclarecimento das elites era evidentemente falsa.

Assim, era também falsa a idéia de que a simples imitação de processos e escolas estrangeiros trouxesse algo de novo às letras brasileiras. De fato, tais mudanças não ancoravam na realidade do meio, que não havia sido sequer capaz de elaborar uma literatura original. O contraste entre o novo e o velho, entre nós, deve, pois, ser devidamente separado das repercussões formais aqui obtidas pelo jogo das escolas externas. Tal jogo, aqui precipitadamente imitado, muitas vezes sem nenhuma ressonância, representava o lado exterior, a face ostensiva do problema literário, sem nenhuma ligação com o meio, conduzido e vivido apenas nos domínios da reduzida elite que se dedicava ao mister das letras.

Os momentos de renovação têm importância, sem dúvida alguma, na reconstituição do processo histórico do desenvolvimento literário. Um crítico autorizado, a tal propósito, escreveria: "Aludimos à supervalorização abstrata, isolada, unilateral da novidade, no desenvolvimento da arte. Não há dúvida de que a luta do novo contra o velho é um momento decisivo do movimento dialético da realidade; é justo portanto que a história e a crítica literária dediquem a máxima atenção à análise dessa luta e aos caracteres essenciais que distinguem o novo que está surgindo. Mas os momentos essenciais do que é realmente novo e progressista podem ser individualizados só com o conhecimento do movimento de conjunto e das tendências reais a ele imanentes. Na realidade das coisas, cruzam-se continuadamente as direções e os fenômenos mais diversos, cuja novidade essencial não pode de modo algum ser deduzida dos carac-

teres exteriores que conduzem ao vistoso e ao espetacular".[42] Para definir melhor: "E ainda nos problemas literários, somente a concretividade histórica pode oferecer um seguro apoio para distinguir os fatos verdadeiramente novos e progressistas".[43]

O problema da identificação do que é realmente novo, e vai deixando em abandono o que envelheceu, ultrapassa pois o plano estético. E aqui convém mencionar que a estética tem um lugar indisputável na caracterização literária. Não há arte sem estética. Só aquilo que se reveste de fisionomia estética está dentro do campo da criação artística e como tal pode ser aceito. Mas a importância da estética não é tão ampla que a torne emancipada dos condicionamentos históricos. "A forma estética possui, naturalmente — escreveu Lukács — dentro das definições gerais do materialismo dialético e histórico, a sua peculiaridade. Isto se pode formular, sinteticamente, assim: toda forma estética é a forma de determinado conteúdo. Assim, desde que o desenvolvimento social e a luta de classes criam um conteúdo novo (e também novos aspectos para reprodução do passado na nossa consciência e ainda novas perspectivas para o futuro), a autêntica projeção do novo conteúdo no pensamento e na arte, a nova disposição a favor ou contra esse conteúdo, não pode deixar de produzir uma renovação na forma artística. De tudo isso resulta que a concepção (do conteúdo das idéias) não corresponde a um rebaixamento mas a uma elevação da sua importância: as inovações formais verdadeiramente grandes não são problemas de somenos, questões de experiência artística mas — enquanto forma, propriamente — projeções e por conseqüência estímulos de mutações significativas, mutações na vida histórica e cultural da humanidade. Só do ponto de vista da prioridade do ser social sobre a consciência, e do conteúdo das idéias, produto do ser social, sobre a forma, se pode compreender a importância histórica universal das grandes inovações formais, seja quando se trata do aparecimento de novos gêneros literários, como o romance; seja quando se trata de variações qualitativas no interior do mesmo gênero".[44]

A sucessão histórica que apresenta a literatura como uma seqüência de períodos, de fases, quando as escolas se substituem umas às outras, e muitas vezes surgem ao mesmo tempo, só pode aparecer claramente quando se verifica, sob os aspectos formais, o que existe de realmente novo. Se isso não ficar nítido, a simples enumeração das escolas, discriminando nelas as exterioridades formais e mostrando sua sucessão no tempo, representa um processo descritivo sem nenhuma importância. É por isso que não existe neste

trabalho, pelo menos como preocupação destacada, a idéia de subordinação às categorias aceitas e repetidas, de periodicidade, de escolas, de precedências, de inovações, de autorias.

* * *

A literatura trabalha com palavras, sinais que obedecem a convenções subordinadas em muito à índole do idioma. Embora um autor suspeito, H. Bergson, tenha insistido em que "a arte do escritor consiste em fazer-nos esquecer de que emprega palavras", a verdade é que, sob a montagem literária, aparece sempre o instrumento. Essa necessidade conduziu, no nosso tempo, a alguns desvios singulares. Um ensaísta vulgarizado mencionou a idéia seguinte, que não representa senão a porta para as deformações mais esdrúxulas: "Atrás de cada expressão do abstrato há uma metáfora; atrás de cada metáfora, um jogo de palavras. Dessa maneira, o homem cria uma e outra vez suas designações para o existente, quer dizer: um segundo mundo inventado, à margem da natureza".[45] O que está mais ou menos de acordo com o que, a respeito de uma forma peculiar de transmissão, a eloqüência, mencionou outro ensaísta atual: "A eloqüência é absolutamente independente dos objetos e idéias que se empenha em descrever", admitindo sua dependência, em troca, do acerto na escolha de idéias, de palavras, da ressonância destas e das frases, de seu movimento, combinações, acentos, cesuras, ritmos e cadências.[46]

Não foi por acaso que teorias tais surgiram ao mesmo tempo em que a literatura se tornou arena de experiências formalísticas as mais estranhas. Até mesmo na Sociologia, ciência que tem merecido todo o carinho da apologética vulgar, são levantados, a cada passo, os problemas de semântica e semiologia como fundamentais. Esses interessantes malabarismos servem para distrair as atenções e preencher o vazio em que trabalham os artistas no circo em que pretendem transformar a existência. O reflexo, no Brasil, de controvérsias desse tipo ou de inovações, particularmente no terreno da poesia, sem qualquer correspondência com a realidade, que pretendem antes iludir, traduz-se numa atitude presumidamente estética e de isolamento, transformando a obra literária em fenômeno para os iniciados, privativa dos puros, atividade misteriosa pertinente a uns poucos. Isso traduz a eliminação, do campo da estética, de tudo o que possa trazer ou traduzir uma preocupação ética, distanciando o criador de tudo o que o rodeia e absorvendo-o em experiências as mais diversas, que não trepidam em resvalar mesmo para o gro-

tesco. É o velho, travestindo-se de novo, a dar os derradeiros lampejos, entre os quais surge mesmo a valorização daquilo que de mais negativo continha um movimento, como o Modernista, em que houve, com outras, também a influência deformante dos jogos florais em que se esteriliza a inteligência quando divorciada da vida ou dela horrorizada.

Não atingimos, nesta edição, a fase atual do nosso desenvolvimento literário, quando o pós-modernismo se define em todas as suas linhas. Esboçamos aqui o quadro em que se desenvolveu o Movimento Modernista, e apenas abrimos as perspectivas para a etapa que se seguiu. Isso não obedece a nenhum respeito pela anedota da "perspectiva histórica" ou a qualquer constrangimento em falar dos vivos, mas à necessidade de aguardar que muitos destes, em plena atividade, realizem os seus trabalhos e que o quadro de conjunto defina, finalmente, os seus traços. Mas, assim como julgamos conveniente mencionar os malabarismos formais, que constituem um dos aspectos mais curiosos do momento, é importante frisar, o que não foi possível fazer no texto das últimas páginas, o positivo do movimento literário que se desenrola diante dos nossos olhos, com os contrastes naturais de uma fase de transição.

O mais sério desses aspectos está na elaboração da literatura nacional, que se processa agora, com uma vitalidade e com um surpreendente ritmo, na medida em que a estrutura colonial vai sendo derruída e a sociedade apresenta uma fisionomia nova. Este é o grande acontecimento do processo literário em nosso país, e por si só definiria uma fase. "O gênio — afirmou Veríssimo — não é a emancipação absoluta das condições que nos rodeiam e limitam. Consiste principalmente em compreendê-las no que elas têm de mais sutil, de mais fugaz e de mais difícil".[47] Ora, é precisamente o que vêm realizando os nossos escritores, quando se subtraem à influência, cada vez mais reduzida, dos exercícios formais e das seduções de aparências novas acobertando irrecorrível caquexia. Mas é também verdade que "o verdadeiro nacionalismo literário é como a verdadeira personalidade criadora. Vem na hora que a vocação se manifesta, quando estamos maduros para dar flor e fruto".[48] Acontece que, por condições históricas, agora é que estamos maduros para elaborar uma literatura nossa, original, brasileira, e tudo o que ficou para trás não foi mais do que a longa preparação para o que ocorre neste momento. O Modernismo teve, sem dúvida, os seus desfalecimentos, quando procurou o pitoresco, e não o Brasil, tal como fizera o Romantismo e o Regionalismo que o sucedeu — mas abriu os caminhos e esclareceu os aspectos em que se poderia

encontrar a verdade do país, da terra como da gente, despojando a criação dos artifícios e das falsidades que o pitoresco apenas disfarça.[49] Machado de Assis, no seu excelente e atualíssimo estudo "Instinto de Nacionalidade" já definia o problema com uma clareza exemplar. José Veríssimo colocou-o de maneira inexcedível quando ligou o problema de autenticidade ao da participação, combatendo a falsidade da arte pura, desinteressada, a que o formalismo atual pretende, quando já não tem condições para impor as suas mazelas, na fase de elaboração da literatura nacional.

"Ser social, ser humana — mencionou Veríssimo — é, porém, a condição suprema da arte, e não só não é concebível, mas possível, senão assim. Uma arte, se pudéssemos admitir a hipótese — que apenas exprimisse o indivíduo, sem nenhuma influência ou reação social, uma tal arte seria talvez a negação da própria arte. Poderia acaso possuir eminentes qualidade de forma — admitindo, o que nos parece impossível, a independência da forma do fundo — tais qualidades, porém, por assim dizer superficiais e exteriores, apenas lograriam dar à obra de arte a vida efêmera e vã de uma dessas imprevistas combinações de nuvens e de cores com que o sol no poente forma no céu quadros extraordinários e surpreendentes. Ao mais individual, ao mais pessoal dos artistas, ao mais natural como ao mais intencionalmente despreocupado dos interesses sociais, não é dado não ser, embora em mínimo grau, o homem da sua raça, do seu meio, do seu tempo. À inteligência humana é impossível conceber e realizar alguma coisa senão conforme aos modelos que a vida oferece. A arte pela arte, pois, é científica e esteticamente uma impossibilidade, e os seus sectários mais convencidos, e justamente os mais notáveis, a despeito das suas opiniões e malgrado a sua vontade, trabalham, ao invés das suas teorias e intenções, não pela arte pura — coisa inconcebível — mas pela vida e com a vida".[50]

É nesta fase que vamos vivendo que os escritores, em nosso país, aproximam-se da vida, isto é, do que os rodeia, da terra, da gente, dos dramas e dos problemas próprios do nosso meio e do nosso tempo, elaborando uma literatura peculiar, original e brasileira. E tão-somente por isso é que nos distanciamos da periodicidade adotada, com as suas poucas variações, para obedecermos ao critério histórico, mostrando como o desenvolvimento literário em nossa terra obedeceu às contingências econômicas, políticas e sociais que lhe impuseram um período colonial, na vigência da subordinação à metrópole, um período de elaboração nacional, na vigência da estrutura econômica levantada na fase de subordinação, e um

período, ainda recente, caracterizado como nacional, quando o Brasil adquire os traços que definem a nação, entre os quais se destaca, pela sua importância, o da participação do povo na obra nacional, inclusive na literária, pelo conhecimento e pelo interesse com que começa a encará-la e recebê-la.

* * *

As notas que acompanham os capítulos destinam-se a proporcionar, aos especialistas e aos que se interessam mais profundamente pelo problema do desenvolvimento literário, os elementos de informação indispensáveis. Como o campo dos livros de síntese é ainda reduzido, entre nós, sobrecarregamos o trabalho com algumas centenas de notas de informação bibliográfica, úteis ao estudioso, o que lhe permite servir como livro de texto e consulta. As fontes foram arroladas ainda sob critério antigo, quando mereceriam uma seleção crítica: não interessa informar tudo, mas o essencial e o necessário. Com o texto presente, fica integralmente substituído o que serviu à segunda edição. Não pode ser apresentado ainda como definitivo — mas já é um rascunho do que, em futuro previsível, poderá vir a ser uma história da literatura brasileira.

NOTAS À INTRODUÇÃO

1 Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 3.ª edição, S. Paulo, 1938, págs. 55 e 56.

2 O esforço a que o nosso tempo assiste para a elaboração de uma teoria geográfica determinista, levado ao extremo limite da autêntica chantagem que é a geopolítica, não representa mais do que a reiterada tentativa de afastar a atenção dos motivos econômicos, que realmente determinam o desenvolvimento social, e não de forma mecânica, por simples e direta causalidade. A tal propósito, é interessante recordar alguns conceitos de um mestre de geografia, em que colocou o problema nos seus termos exatos: "Criando instrumentos, o homem obedeceu a uma intenção; aplicando-os de forma a mais e mais aperfeiçoar suas armas, seus utensílios de caça, de pesca ou de cultura, as paragens onde podia colocar em segurança sua pessoa e seus bens, seus utensílios domésticos ou seus ornamentos de luxo, foi guiado por um desejo de apropriação mais preciso a um fim determinado. Nas diferentes condições de meio em que se encontrou colocado, tendo em primeiro lugar que assegurar sua existência, concentrou tudo o que existia nele de habilidade e de engenhosidade sobre esse fim. Os resultados a que atingiu, por inferiores que nos possam parecer, testemunham qualidades que não diferem das que acham seu emprego nas nossas civilizações modernas, senão pela menor soma de conhecimentos acumulados. Há, certamente, desigualdades, graus diversos na invenção; mas por toda a parte o estudo do material etnográfico indica a engenhosidade, mesmo em um círculo restrito de idéias e de necessidades.

"Os instrumentos que o homem colocou no trabalho ao serviço de sua concepção de existência, derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um gênero de vida. Por isso, eles formam um conjunto, eles se encadeiam e mostram entre si uma espécie de filiação [. . .]. Assim, através dos materiais que a natureza lhe fornecia, por vezes a despeito de sua resistência e de suas insuficiências, o homem obedeceu intenções, realizou arte. Obedecendo aos seus impulsos e ao seu próprio gosto, ele humanizou ao seu uso a natureza ambiente." (P. Vidal de La Blache, *Principes de Géographie Humaine*, 4.ª edição, Paris, 1948, págs. 200 a 202.)

Em outro trecho: "Sob este nome de *meio*, caro à escola de Taine, sob o de *vizinhança* de emprego freqüente na Inglaterra, ou mesmo sob o de *ecologia*, que Haeckel introduziu na linguagem dos naturalistas — termos que, no fundo, se referem à mesma idéia —, é sempre a mesma preocupação que se impõe ao espírito, à medida que se descobre mais a íntima solidariedade que une as coisas e os seres. O homem faz parte dessa cadeia; e em suas relações com o que o cerca, ele é ao mesmo tempo ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto ele é uma coisa ou outra." (Idem, pág. 104.) Para definir, conclusivamente: "É sobretudo a propósito da população que se pode dizer que as causas geográficas não agem sobre o homem senão por intermédio dos fatos sociais." (Idem, pág. 98.)

3 Gyorgy Lukács, *Il Marxismo e la Critica Letteraria*, Turim, 1953, pág. 25. Lukács completa o seu pensamento assim: "Do primeiro ponto de vista, a estética marxista e a história marxista da literatura e da arte são uma parte do materialismo histórico, enquanto do segundo ponto de vista são uma aplicação do materialismo dialético: em ambos os casos, porém, uma parte essencial, peculiar, daquilo tudo, com leis definidas, específicas, com definidos princípios estéticos." (Idem, pág. 25.)

4 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 20.

5 "Comecemos com a nova ciência da época de decadência: a Sociologia. Esta surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses queriam estudar as leis e a história do desenvolvimento social *separando-o da economia*. A tendência objetivamente apologética dessa orientação não deixa margem a dúvidas. Depois do aparecimento da economia marxista, teria sido impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, uma vez que se fosse estu-

dar as relações sociais sob o ângulo da economia. Para fugir a essa necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma, e quanto mais ela elaborou o seu método particular tanto mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à pesquisa das reais conexões causais de vida social, análises formalísticas e vários raciocínios analogísticos." (G. Lukács, *op. cit.*, pág. 166.) Em outra passagem, o mesmo autor assim se expressa: "A moderna sociologia burguesa surge na mesma época e é uma conseqüência imediata disso. Ela implica no isolamento *especialístico* da sociologia em sentido estrito, na sua *emancipação* dos vínculos que a uniam à história e à economia, o seu desvio para abstrações exaustas e estranhas à realidade." (Idem, pág. 438.)

6 "Nessa pseudo-objetividade da teoria e da prática da nova literatura burguesa se reconhece estreitamente a sua pseudocientificidade. O Naturalismo se afasta sempre mais da viva ação recíproca dos grandes contrastes sociais substituindo-a por vagas abstrações sociológicas. E essa pseudocientificidade assume, sempre em medida crescente, um caráter agnóstico. A crise dos ideais burgueses vem representada em Flaubert sob a forma de naufrágio de todas as aspirações humanas, de bancarrota do conhecimento científico do mundo. [...] Aqui emergem já claramente as tendências místicas fundamentais dessa pseudo-objetividade. A estrutura rigidamente estática da sociologia literária de Taine dissolve-se, ante uma observação mais acurada, em *estados de ânimo*, não diversamente, enquanto acontece com as situações sociais e humanas, nos Goncourt por exemplo. Não é por acaso que, para o pseudo-objetivismo de tal literatura e teoria literária, a ciência fundamental seja a psicologia. Taine quer representar o ambiente como um fator objetivo que determina o pensamento e os sentimentos do homem com a força mecânica de uma lei natural. Mas quando se restringe a falar dos *elementos* desse ambiente, ele define, por exemplo, a essência do Estado, afirmando que é o senso da obediência que agrupa uma massa de homens em torno da autoridade de um *capo*'. A inconsciente apologética do capitalismo, implícita no método sociológico, transforma-se aqui em aberta e conseqüente apologética." (G. Lukács, *op. cit.*, págs. 353 e 354.)

7 G. Lukács, *op. cit.*, pág. 356.

8 Buckle, autor ao qual Sílvio Romero concedeu, em sua obra capital sobre a nossa literatura, uma grande atenção, escreveu esta sentença característica: "Procuro demonstrar que o progresso que a Europa realizou desde o estado de barbaria até a civilização é devido inteiramente à atividade intelectual."

9 Henri Berr, *A Síntese em História — Ensaio Crítico e Teórico*, S. Paulo, 1946, pág. 215.

10 G. Lukács, *op. cit.*, pág. 26.

11 F. Engels, em uma de suas cartas, definiu o problema da maneira seguinte: "O desenvolvimento político, jurídico, religioso, literário, artístico, etc., deriva do desenvolvimento econômico. Mas todos reagem uns sobre os outros e ainda sobre a base. Não é que a situação econômica seja a única causa ativa e todo o resto somente efeito passivo. Ao contrário, ocorre uma ação recíproca sobre a base da necessidade econômica que sempre se afirma, em última instância."

12 "Na história do comunismo primitivo e da sociedade de classes, sobre que Marx e Engels escreveram, não é absolutamente necessário que toda ascensão econômico-social se traduza infalivelmente em uma ascensão da literatura, da arte, da filosofia, etc.; não é absolutamente necessário que uma sociedade mais adiantada que outra, do ponto de vista social, tenha infalivelmente uma literatura, uma arte, uma filosofia mais avançada do que esta." (G. Lukács, *op. cit.*, págs. 29 e 30.)

13 W. Emerson, *Ensayos Escojidos*, Buenos Aires, 1951, pág. 23.

14 Charles Du Bos, *Qu'est-ce que la littérature?*, Paris, 1945, pág. 39.

15 J. Veríssimo, *op. cit.*, pág. 17.

16 G. Lanson, *Histoire de la littérature française*, 12.ª edição, Paris, 1912, pág. 8: "A literatura destina-se a nos causar um prazer intelectual, conjunto ao exercício de nossas faculdades intelectuais, e do qual lucram estas mais forças, ductilidade e riqueza. É assim a literatura um instrumento de cultura interior; tal o seu verdadeiro ofício. Possui a superior excelência de habituar-nos a tomar gosto pelas idéias. Faz com que encontremos num emprego do nosso pensamento, simultaneamente, um prazer, um repouso, uma renovação. Descansa das tarefas profissionais e sobreleva o espírito aos conhecimentos, aos interesses, aos preconceitos de ofício; ela *humaniza* os especialistas. Mais do que nunca precisam hoje os espíritos de têmpera filosófica; os estudos técnicos de filosofia, porém, nem a todos são acessíveis. É a literatura, no mais nobre sentido do termo, uma vulgarização da filosofia: mediante ela são as nossas sociedades atravessadas por todas as grandes correntes filosóficas determinantes do progresso ou ao menos das mudanças sociais; é ela que mantém nas almas, sem isso deprimidas pela necessidade de viver e afogadas nas preocupações materiais, a ânsia das altas questões que dominam a vida e lhe dão um sentido ou um alvo. Para muitos dos nossos contemporâneos sumiu-se-lhes a religião, anda longe a ciência; da literatura somente lhes advém os estímulos que os arrancam ao egoísmo estreito ou ao mister embrutecedor." A tradução é de José Veríssimo.

17 Alfonso Reyes, *Él Deslinde*, México, 1944, pág. 207.

18 F. A. Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira*, Rio, 1850, T. I, pág. 12.

19 Ferdinand Wolf, *O Brasil Literário — História da Literatura Brasileira*, 2.ª edição, S. Paulo, 1955, pág. 12.

20 J. M. Pereira da Silva, *Parnaso Brasileiro*, Rio, 1843, pág. 22.

21 José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 19 e 20.

22 Idem, pág. 20.

23 Idem, Idem, pág. 22.

24 Idem, pág. 21.

25 HENRI BERR, *op. cit.*, pág. 73.

26 Idem, pág. 27.

27 G. LUKÁCS, *op. cit.*, pág. 441.

28 P. VIDAL DE LA BLACHE, *op. cit.*, pág. 131.

29 Idem, pág. 132.

30 Idem, pág. 203.

31 Idem, pág. 203.

32 Idem, pág. 204.

33 Idem, pág. 205.

34 A. GUERREIRO RAMOS, "O Tema da Transplantação e as Enteléquias na Interpretação Psicológica do Brasil", separata da revista *Serviço Social*, ano XIV, n.º 74, S. Paulo, 1954, pág. 75.

35 Idem, pág. 76.

36 "Verdadeirámente é do século XIX que podemos datar a existência de uma literatura brasileira, tanto quanto pode existir literatura sem língua própria." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 139.) Mais elucidativo, em outro trecho, o mesmo Veríssimo assim opina: "Independente e constituído, desenvolvendo-se menos adstrito à exclusiva influência da metrópole e ao seu absorvente predomínio, entra o país a experimentar o influxo de outras e melhores culturas, sofre novos contactos e reações, que são outros tantos estímulos da sua inteligência e capacidade literária. O maior de todos, porém, não será externo mas o mesmo sentimento nacional afinal consciente: o desvanecimento da sua independência, da sua maioridade de povo, das suas possibilidades de crescimento com as suas promissoras esperanças de futuro. Por isso, a literatura imediatamente posterior à Independência é ostensivamente, intencionalmente nacionalista e patriótica." (Idem, págs. 11 e 12.) Em outra passagem: "A literatura que se escreve no Brasil é já expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa emancipação política." (Idem, pág. 7.)

37 SÍLVIO ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1943, t. I, págs. 129 e 130.

38 VISCONDE DO URUGUAI, *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, Rio, 1862. Foi o professor Guerreiro Ramos que teve a primazia em chamar a atenção dos estudiosos para a importância desse trabalho na compreensão do problema da transplantação.

39 SÍLVIO ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1943, t. I, pág. 127.

40 ALBERTO TÔRRES, cuja obra teve uma fase de prestígio incontestável, até mesmo nos círculos políticos, e que lhe servia admiravelmente ao verbalismo inócuo, fornecia um diagnóstico curioso quando apresentava o problema nacional: "As nações de origem remota e de lenta evolução não conheceram, nem conhecem o *problema nacional*, pela mesma razão por que os *herdeiros* de grandes fortunas desconhecem o *problema* da subsistência e cada indivíduo desconhece o problema da formação estrutural de seu organismo." (Alberto Tôrres, *O Problema Nacional Brasileiro*, S. Paulo, 1938, pág. 93.)

41 F. J. DE OLIVEIRA VIANA, *Evolução do Povo Brasileiro*, 3.ª edição, S. Paulo, 1934, pág. 36.

42 G. LUKÁCS, *op. cit.*, pág. 441.

43 Idem, pág. 442.

44 G. LUKÁCS, *op. cit.*, págs. 12 e 13. Lukács leva mais longe ainda, e aprofunda melhor, a distinção fundamental entre o novo e o velho: "Quando se acentua de modo abstrato e unilateral, sobretudo a originalidade, o elemento distintivo de uma nova fase evolutiva, afirmando que é 'qualquer coisa de inteiramente diverso da precedente", sem ter em conta a viva dialética da luta entre novo e velho nas formas múltiplas que assume em tal transição, acaba-se sempre por descurar a novidade essencial, historicamente decisiva, por erigir em categorias centrais características exteriores, técnicas, psicológicas." (Idem, pág. 443.)

45 J. HUIZINGA, *Homo Ludens — El Juego Como Elemento de la Historia*, Lisboa, 1943, pág. 19.

46 JEAN D'UDINE, *Q'est-ce que l'Éloquence et la Poésie?*, Paris, 1932, pág. 17.

47 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 128.

48 ALCEU AMOROSO LIMA, *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio, 1956, pág. 180.

49 ÁLVARO LINS, *Jornal de Crítica*, 6.ª série, Rio, 1951, pág. 29.

50 JOSÉ VERÍSSIMO, *Estudos de Literatura Brasileira*, 1.ª série, Rio, 1901, págs. 80 e 81.

Literatura Colonial

1 — ORIGENS DO BRASIL

O alvorecer da época moderna — Precocidade nacional portuguesa — O mercantilismo e as descobertas — A feitoria no Brasil — A colonização e seu caráter — Predomínio absoluto da propriedade territorial e da propriedade servil — Capital comercial.

O BRASIL SURGIU para a história no alvorecer da Idade Moderna. O processo característico da mudança de épocas em que se anunciou uma nova etapa histórica foi, sem dúvida, o desenvolvimento do mercantilismo. No amplo quadro desse desenvolvimento é que ocorreram as grandes viagens e descobertas ultramarinas. O surto mercantil, que correspondeu à progressiva liquidação das relações econômicas e sociais que deram fisionomia ao feudalismo, revestiu-se de dois aspectos fundamentais: o extraordinário alargamento da área geográfica das trocas, pela incorporação àquela área das vastas regiões então descobertas, e o formidável aumento no volume das mesmas trocas, com o conseqüente e natural desenvolvimento da riqueza.

A economia fechada, reduzida a áreas diminutas, ilhada em torno de mercados próximos, iria sendo aceleradamente liquidada na medida em que o mercantilismo alastrava os seus efeitos. Como reflexo natural, as relações sociais que correspondiam à estrutura econômica vigente no medievalismo iam sofrendo sucessivas transformações. A etapa histórica que surge assinala a progressiva ascensão da burguesia na escala social. Sua luta contra os velhos

privilégios feudais que favoreciam a nobreza marca-se por constantes triunfos. A burguesia é a nova força que impulsiona o progresso material e arrasta a sociedade para um quadro histórico inteiramente diverso daquele que o mundo conhecido vinha apresentando. Aquela luta não se processa por toda a parte com a mesma celeridade e nem atravessa em cada uma as mesmas etapas. Há regiões em que a ascensão burguesa é mais demorada, onde a burguesia deve viver lado a lado com a classe cujo domínio era mais antigo. Outras há em que os seus triunfos se antecipam, restando à nobreza muito mais uma aparência de dominação, muito mais uma supremacia formal, conservada nos costumes, do que uma supremacia real.[1]

É interessante verificar, nesse sentido, que, como vem sendo repetidamente assinalado pelos historiadores, de algum tempo a esta parte, Portugal se mostrou, desde suas origens, quando se desenrolava ainda a luta entre cristãos e muçulmanos, de que resultou a sua integração territorial, extremamente refratário às influências essenciais do medievalismo.[2] O antigo condado, de que surgiria, em progressivo desenvolvimento, o reino peninsular, constituiu, realmente, um singular exemplo de precoce formação nacional, pela supremacia que, em seu território, assumiu o poder real, desde o início, ao mesmo tempo que o grupo mercantil surgia com ponderável influência em sua sociedade. Portugal, assim, ingressou na Idade Moderna bem antes do que outros povos europeus, pela clareza com que se apresentou nele tudo o que caracterizou aquela etapa histórica.

As exigências da luta com o sarraceno e a necessidade de afirmar, numa península dividida por prolongadas dissensões, um poder central capaz de polarizar as forças em presença, contribuíram fortemente para impedir que os laços fundamentais do medievalismo se aprofundassem ou persistissem sólidos, ao mesmo tempo que concorriam para conferir ao rei uma ascendência acentuada sobre os demais elementos da nobreza, contribuindo para que aceitassem os vínculos que ligaram a coroa ao grupo mercantil e a concessão de direitos aos elementos populares que estes dificilmente conquistariam em outras circunstâncias.

Terra de trânsito, colocada em região geográfica privilegiada do ponto de vista das rotas de navegação mais freqüentadas na época, Portugal aproveitou bastante de tal circunstância, particularmente da passagem das frotas que conduziam os Cruzados ao Oriente e da função que desempenharam os seus portos nas trocas que se haviam estabelecido de há muito entre as praças do Mediterrâneo

e as do Mar do Norte.[3] Os estudos de Herculano e, especialmente, os de Costa Lobo e de Gama Barros mostram-nos com nitidez não só o precoce nacionalismo luso como a repartição das classes sociais no reino, quando surge a fase singular das grandes navegações.[4]

O reino peninsular estava, assim, preparado para ingressar na competição pela conquista nas novas terras que teria lugar então. Menos pela sua posição geográfica na ponta da Europa, ou pela predestinação de sua gente para as lides marítimas, ou porque seus bosques fossem ricos em madeiras próprias para a construção de barcos — conforme indica uma interpretação histórica destituída de informação, operando segundo critérios formais, sem nenhum cunho científico. Mas porque era uma nação, isto é: ingressara na Idade Moderna, constituía uma representação de tudo o que a época tinha de mais característico, inclusive o destacado papel que ocupava o grupo mercantil em sua sociedade. Não é possível aceitar hoje, com efeito, a arremetida das grandes navegações, de que resultaram as novas descobertas e também, e principalmente, o extraordinário aumento das trocas comerciais, como a empresa da aventura. Nada esteve, realmente, mais distante da mera improvisação, do sonho visionário, do ímpeto originado no puro heroísmo, do que tudo o que se ligou às grandes navegações. Muito ao contrário, elas foram o resultado de um longo e pertinaz trabalho, fundado no simples método e na cuidadosa e fria montagem que caracteriza os empreendimentos comerciais de importância.[5] Isso não aconteceu, aliás, como é natural, apenas no momento em que os navegadores se lançaram às longas rotas oceânicas. Vinha ocorrendo desde muito antes, no acelerado desenvolvimento mercantil luso, começando com a expansão na costa africana, estendendo-se depois pelas ilhas dessa costa ou do mar alto. A crônica de Azurara, mostrando as fundas razões que impulsionaram o reino à conquista de Ceuta, é um documento de clareza irrespondível, nesse sentido.[6]

A capacidade para montar a importante e sólida empresa comercial que surge com as grandes navegações demonstrada pelo reino luso corresponde, pois, ao destacado papel que o grupo mercantil vinha já desempenhando em sua sociedade. Portugal estava integrado na Idade Moderna uma vez que a sociedade lusa, mercê da estrutura econômica do país, evoluíra de forma que nela já não vigoravam apenas as relações peculiares ao mundo feudal. Ao contrário, o mercador conquistara uma posição importante naquela sociedade. O reino peninsular participava, assim, ativamente, do acelerado desenvolvimento do capital comercial que caracterizou com precisão os primeiros tempos da Idade Moderna. No alvorecer

do século XVI, quando o Brasil surge para o mundo, esse aspecto essencial da sociedade portuguesa é muito mais claro no que se refere ao comércio com o Oriente uma vez que, naquelas paragens, o tráfico já existia, com as especiarias, alteradas apenas as rotas, que passavam a ser marítimas, e alguns intermediários.

A distinção que existe, desde o início, entre o papel representado pela América portuguesa e aquele representado pelo Oriente — que é importante e explica, entre outros problemas, a sorte de abandono inicial em que ficou o Brasil e as diferenças aparecidas posteriormente nas soluções da colonização — consiste especialmente em que o Oriente, mercê do seu desenvolvimento, tinha produtos a oferecer ao tráfico enquanto a América não os tinha, ou os que tinha não eram conhecidos e procurados, ou careciam de valor. "No Brasil, com efeito — conforme observou um estudioso — os portugueses não vieram encontrar produtos acabados, prontos para o consumo, como haviam encontrado na Índia. Encontraram apenas matérias-primas que só poderiam ser entregues ao consumo depois de elaboradas e por isso o tráfico só se desenvolveu nas nossas costas (pau-brasil) por iniciativa dos manufatureiros flamengos e franceses e, posteriormente, para supri-los.[7]

O tráfico marítimo com o Oriente — em cujo desenvolvimento a descoberta do Brasil ou a sua posse oficial foi apenas um acidente — era a meta a conquistar pela arrancada lusitana da navegação de longo curso. Os produtos do Oriente, que se destinavam a consumo imediato, tinham valor e mercados. Constituíam uma realidade comercial. Existia no Oriente não apenas a produção mas o sistema de comércio, já montado, em pleno funcionamento. O tráfico não alterou, naquelas paragens, pelo menos no essencial, a ordem social e econômica existente. Articulou-se com ela. Não teve nenhuma necessidade de mudá-la. No contraste explica-se a relativa demora com que a América portuguesa ingressou no quadro do desenvolvimento mercantil. Houve aqui, ao contrário, a necessidade de criar riqueza. Não é possível esquecer, nesse sentido, o papel da fase proto-histórica, que é a da feitoria, fundada na exploração do pau-brasil, único bem econômico nativo que a terra pôde proporcionar de imediato aos seus descobridores ou exploradores. A feitoria, estabelecida na costa — muito diversa, pelos seus traços e pela sua função, daquelas estabelecidas nas regiões orientais — não é mais do que um ponto de embarque da madeira abatida nas matas próximas e para aí transportada.

O sistema em que se fundamentou o escambo da madeira tintorial tinha linhas muito simples, uma vez que era rudimentar.

Consistiu no estabelecimento de feitorias na orda oceânica, em qualquer aguada propícia, na zona em que se desenvolviam as grandes matas, feitorias que se resumiam em uns poucos homens que aí permaneciam até o retorno da frota ou do barco que iria transportar a madeira. No intervalo, a empresa local consistia apenas em derrubar as árvores e trazê-las à praia. Por vezes, o próprio estabelecimento ficava dispensado: o barco esperava o prazo necessário à derrubada e transporte da madeira.[8] Esta sumária descrição do sistema da feitoria mostrava um aspecto isolado da progressiva integração do regime colonial brasileiro no grande conjunto do surto mercantil, integração que condicionou a estrutura da sociedade e, em conseqüência, cada uma de suas manifestações, inclusive a literária.

Discutiu-se já, e parece que com evidente impropriedade, ou pelo menos com incompreensão, se aos indígenas, que forneciam via de regra a mão-de-obra para o corte, transporte e embarque da madeira, poder-se-ia conceder a denominação de trabalhadores, isto é, numa sociedade dividida em classes, os que concorrem apenas com o trabalho.[9] Está claro que há, no caso, uma aplicação rigorosa e exata da expressão. Parece evidente, por outro lado, que, desde essa fase proto-histórica, começa a aparecer a classe da população que, na estrutura econômica, oferece o trabalho no mercado, e que, por isso mesmo, na escala social, fica situada no mais baixo nível quanto à posse ou ao direito à posse da riqueza que ajuda a criar. Tal posição, aliás, não deixará de ser confirmada, logo adiante, quando se estabelece na colônia o regime da grande lavoura, com a diferença que, nessa etapa, surge o sistema de trabalho escravo. Na fase da feitoria, realmente, o trabalho era esporádico e o tratamento ao índio, por parte dos concessionários do tráfico da madeira ou de entrelopos, era mais ou menos cordial, sendo aqueles recompensados com pequenos presentes. Na fase que se segue imediatamente, o tratamento sofre profunda alteração, estabelecendo-se o trabalho servil.

Na etapa pro-histórica de que nos ocupamos surge, pois, no esboço de sociedade que vem substituir as relações coletivas mantidas pelos indígenas, o elemento que, inicialmente, fornecerá o trabalho. Não vemos aparecer ainda, estabelecendo-se na terra, fixando-se nela, o elemento que usufrui do trabalho porque a exploração da madeira tintorial ou foi objeto de incursões isoladas de barcos de diversas bandeiras ou ficou submetida ao regime de concessão monopolista, de que se conhece o exemplo de Fernando de Noronha.

A solução do povoamento — que não esteve nas cogitações da metrópole nos primeiros tempos que se sucederam à descoberta — forçou o reino a optar pelo sistema das capitanias hereditárias, na fase que se seguiu à da feitoria. No quadro dessa discutida iniciativa, interessa-nos em particular a apreciação sobre as origens da gente metropolitana que se deslocou para a colônia. A respeito dessas origens, duas controvérsias surgiram. A primeira, quanto à procedência de classe dos donatários e a gente a eles imediatamente ligada. A segunda, quanto ao teor moral dos sesmeiros. Uma confusão primária entre nobre e fidalgo — conceitos distintos e bem definidos — levou alguns estudiosos do nosso passado a supor e difundir que tivessem vindo para o Brasil, desde o início da colonização, elementos da nobreza peninsular. A verdade é que tais elementos, que constituíram as primeiras levas, aquelas que vieram estabelecer o sistema das capitanias, e as imediatamente seguintes, eram oriundos da pequena nobreza quando muito e só em parte. O problema dos degredados carece de significação desde que se estabeleça um rápido confronto entre a legislação da época e o conceito jurídico atual. Esse confronto permitirá verificar que a gama de faltas passíveis de punição com degredo estava, na maioria dos casos, longe de infamar os punidos.[10]

Na sociedade portuguesa do século XVI, cujos traços, modificados ou não, serão os da sociedade brasileira dos primeiros tempos, vamos encontrar os profundos efeitos deixados pela prolongada luta contra os sarracenos, de que resultou a expansão territorial do reino, e pelo papel do grupo mercantil nessa luta, colocado ao lado do rei. Encontramos, assim, na cúpula, uma nobreza territorial e de títulos, em que se integrava grande parte do clero, largamente beneficiada com doações provenientes da incorporação das faixas territoriais conquistadas aos árabes, gravitando em torno do trono.[11] Segue-se o grupo mercantil cujo papel ao lado do monarca viera em ascensão desde os tempos em que se esboçava a vida autônoma de Portugal. O comércio com a Flandres, já importante no reino no século XII, desenvolvera-se bastante, enquanto o com a Inglaterra crescera a partir do século XIII. Ao mesmo tempo, barcos portugueses freqüentavam os portos do Mediterrâneo e do Mar do Norte e, na foz do Douro, surgia um poderoso e rico centro de trocas.

A importância do capital comercial luso não deve ser aferida apenas do que sabemos em relação ao tráfico marítimo. Correntes internas de comércio, oriundas da mobilidade econômica gerada pela guerra aos árabes, desenvolveram-se com relativa intensidade.

As necessidades da prolongada luta, por outro lado, forçaram a constituição e o desenvolvimento de um capital usurário de que se valia o poder real, em troca, muitas vezes, da concessão para recolhimento de certos impostos. É difícil determinar, na verdade, em que medida essa acumulação comercial era nacional, ou quais, a rigor, os seus laços com a economia nacional. Parece não ser demais admitir que uma parte ponderável dessa acumulação tinha raízes nacionais inequívocas. Havia um grupo mercantil, pois, dentro do qual os grupos não nacionais por origem de nascimento ou vinculação dos bens econômicos encontravam representação, particularmente aqueles ligados a interesses alemães e italianos. Podemos admitir o elemento judeu como nacional, dada a sua antiguidade no meio luso e o seu papel na integração do país, não devendo ser aceitos, no caso, preconceitos gerados na competição pela riqueza. O capital comercial, pois, na época dos descobrimentos, tinha papel importante e fecundo na vida lusa. Estava por trás de todos os grandes empreendimentos que marcaram a história nacional.

Vinha por último o elemento desprovido de posses e de riqueza, a que a guerra afetara largamente porque contribuíra para quebrar as antigas relações que o sujeitavam à nobreza territorial. A classe dos servos sofrera transformações acentuadas, realmente. Seus elementos, em grupos cada vez mais numerosos, emancipavam-se de fato ou de direito, em conseqüência da guerra, enquanto os episódios desta desorganizavam por toda a parte os laços de subordinação dos servos para com os senhores. Tal desorganização, aliás, responde pela necessidade do aparecimento do regime da escravidão no território metropolitano, regime que vai adquirir nas áreas ultramarinas a sua plenitude e que vai caracterizar, no quadro colonial, o processo de desenvolvimento do capital comercial. A disponibilidade dos servos se entrosa também com a exigência do recrutamento das levas que fornecerão a equipagem das frotas. De outra parte, a situação do elemento popular, em Portugal, pode ser ainda esclarecida com a verificação da ausência, no território metropolitano, de uma agricultura estável e em desenvolvimento, formidável alicerce das instituições feudais na Europa, desde os primórdios do medievalismo.

Não devemos esquecer, além disso, a tese de Pirenne a respeito da reagrarização européia, desde que o avanço dos árabes fechara o Mediterrâneo ao tráfico comercial. O movimento das Cruzadas, em que a acumulação mercantil, em sua primeira fase, encontrou considerável impulso, correspondeu à necessidade de reabrir as velhas rotas do mar interior ao comércio com o Oriente. Não é sem

razão que o início da Idade Moderna fica assinalado no momento em que tais rotas, tornando-se oceânicas, correspondem a uma solução face às barreiras opostas às correntes comerciais terrestres que tinham início no Oriente Próximo.

O desenvolvimento das trocas internas na Península, e particularmente em Portugal, não teria sido possível se as relações de subordinação dos servos aos senhores tivessem permanecido aquelas que caracterizavam o mundo feudal. A existência de um poderável mercado interno e a acumulação mercantil que antecede e possibilita os grandes empreendimentos que são as frotas para as viagens de longo curso assinalam, assim, a posição alcançada pela classe popular. Está fora de dúvida que os poderes da nobreza territorial não haviam desaparecido e que o medievalismo, nos elementos efetivos de sua vigência, encontrava representação na sociedade portuguesa como, de resto, em toda a sociedade européia.[12]

Esta a estrutura da sociedade lusa no século XVI, quando a empresa das navegações entra na etapa extraordinária das conquistas marítimas, ampliando as posses de ultramar e enfrentando, em seguida, o problema até aí desconhecido da colonização, isto é, da transplantação a terras desconhecidas e distantes, inicialmente colocadas fora do campo das trocas comerciais, de uma ordem econômica e social que, enquadrada no conjunto do desenvolvimento do capital comercial em processo, vai sofrer as influências peculiares aos novos meios em que se instala.

Ultrapassada a fase preparatória da feitoria, começa, no Brasil, o período propriamente histórico, ao ter início a obra da colonização, quando se transferem à colônia não só levas de povoamento destinadas a permanecer, a construir, a criar riqueza, como tudo o que modelava a fisionomia social lusa, instituições, crenças, normas, padrões de comportamento, que aqui vão sofrer transformações inevitáveis.

É interessante verificar, de início, uma vez que isso teve influência significativa na estrutura econômica e social que surgiu desde os primeiros tempos, a diferença fundamental que existiu entre a colonização espanhola e a colonização portuguesa em terras americanas. Aquela encontrou sua base, a partir do ato inicial, na exploração de minérios, o ouro ou a prata, para o que, aliás, deparou elementos nativos habituados ao trabalho. Estes davam aos minérios preciosos um valor meramente ornamental. O colonizador provocou, com o lançamento deles no mercado, uma formidável vitalização na estrutura mercantil em desenvolvimento. Proporcionou, por outro

lado, à monarquia espanhola uma ascendência correspondente sobre o grupo mercantil, de vez que o rei se associou diretamente aos lucros proporcionados pela mineração. Tal ascendência teve um papel muito importante no desenvolvimento político e social da Espanha — como teria, em Portugal, quando a monarquia também se associou aos lucros da exploração colonial, alterando as relações entre as classes.

Aconteceu com a zona portuguesa da América a circunstância de não ter surgido a mineração nos primeiros tempos. Desse modo, a exploração colonial teve de encontrar outras bases. Elas foram encontradas no estabelecimento da lavoura extensiva. É interessante lembrar que, conforme foi observado, não existia em Portugal, no século XVI, uma atividade agrícola estável e organizada, como não existira desde os primeiros tempos em conseqüência das perturbações da luta contra os sarracenos e a quebra parcial dos liames feudais. A experiência agrícola, tentada nas ilhas em escala reduzida, encontraria no Brasil a sua oportunidade e todas as condições para corresponder ao esforço despendido em sua montagem. Mas acarretaria também uma mudança de rumos. Nessa mudança, as relações de classe sofreram influência ponderável.

Não tendo encontrado riqueza nativa ou já explorada, forçadas a produzir riqueza, as primeiras levas de colonizadores, orientando-se para a agricultura, conferem à terra uma primazia indiscutível entre os bens econômicos. O que vai regular a posição das classes, o que as vai distinguir, então, é a propriedade da terra. Conforme sejam ou não proprietários territoriais, conforme tenham direito ou não a essa propriedade, é que, inicialmente, distinguir-se-ão os elementos das diversas classes. Segundo o direito à propriedade ao seu exercício, e segundo o abuso que se verifica, desde os primeiros tempos, quando a extensão da apropriação territorial proporciona o aparecimento de figuras destacadas, é que se reconstituem, no Brasil, não só algumas fortunas individuais que provieram da metrópole em condições difíceis, como uma espécie de patriciado rural que logo passa a ocupar uma situação de indiscutível preeminência, fazendo com que, numa sociedade nova, tenha cabimento o termo *nobreza*, inteiramente deslocado aqui de seus motivos originários. O termo, em si, carece de importância. A importância provém de que, pela extensão da posse territorial e pelo apossamento em limites estreitos, isto é, vinculados a determinado grupo, distingue-se logo uma classe superior.

A empresa das capitanias, em que o rei delega poderes a representantes seus, poderes que alguns comentadores chegaram a qualificar como *majestáticos*, tal a sua amplitude, proporciona a base para o levantamento da sociedade colonial dos primeiros lustros, base da qual ela só se afastará muito depois, e que dura, assim, longamente. Repartindo o território em largas faixas e concedendo-as aos seus validos, aos quais conferia amplos direitos, o rei lhes permitia o usufruto da extensão total, a posse plena de algumas áreas e, o que foi importante, o direito de conceder outras áreas, denominadas sesmarias, aos que as requeressem, tudo dentro das atribuições reguladas nos forais e na obediência às leis do reino.[13]

Dentro do quadro em que a propriedade territorial se estabelece como base para a colonização e constitui a referência na repartição das classes sociais, é importante considerar que a organização da lavoura extensiva, processo único dos primeiros tempos do período histórico da colônia, tem todos os traços de um empreendimento escravista e está vinculada ao conjunto do surto mercantil da época. O fracasso de alguns donatários encontra melhor explicação na insuficiência dos meios disponíveis do que na resistência dos indígenas como vulgarmente se difunde. Vingaram aquelas tentativas que tinham base mais sólida, mercantil e financeira, capaz de enfrentar as dificuldades dos primeiros anos, alicerçando a riqueza. Outras, que não dispunham de tal solidez, estavam naturalmente condenadas ao fracasso. A resistência dos primitivos habitantes e dificuldades intercorrentes não explicam de maneira clara o naufrágio da maioria das donatarias.

A propriedade territorial, contituindo a ossatura em que repousa a articulação econômica, por ser a terra o bem por excelência, e servindo para discriminar a posição das classes sociais, deve ser complementada, entretanto, no estabelecimento do regime de trabalho. Com ele se completa, e adquire toda a sua amplitude, a estrutura da produção. Ora, o regime de trabalho só pode encontrar uma saída, na empresa colonial, a da escravidão. Não há outra. O capital mercantil, alimentado, em seu desenvolvimento, pelas conquistas ultramarinas, ampliando consideravelmente as áreas de tráfico, vai proporcionar o aparecimento e a longa vigência do regime de trabalho servil. Aproveitando as levas humanas existentes nas regiões conquistadas, a princípio. Enveredando, em seguida, para a solução da transferência de populações inteiras, na maior transplantação humana a que assiste a Idade Moderna. Não interessa aqui a análise dos motivos por que, depois de extinta, a escravidão renasceu, para constituir um dos elementos essenciais do desenvolvimento mercantil, e nem distinguir os traços que definiram a fisionomia peculiar

do regime de trabalho servil no alvorecer dos tempos modernos, bem diverso da que apresentara em época histórica anterior.

Uma particularidade, estreitamente ligada à revivescência do trabalho escravo, precisa ser examinada. É aquela que nos mostra como a Europa do século XVI — muito ao contrário do que ocorreu quando o desenvolvimento econômico indicou a transição da etapa do capital comercial à etapa capitalista produzia os alimentos necessários à substância de suas populações, dispensando o seu fornecimento por regiões distantes. Desse modo, as zonas coloniais ficavam relegadas à produção de determinados gêneros, que o continente europeu não estava em condições de produzir, por força de fatores ecológicos, gêneros que, por isso mesmo, passaram a ser conhecidos como *coloniais*, por se terem tornado, com o passar dos tempos, específicos daquelas zonas. É o que acontece com o açúcar, no nosso caso. É o que acontecerá mais adiante, no caso das colônias britânicas do hemisfério norte, e também com o Brasil, com o algodão.

Para fundamentar esse tipo de produção, complementar daquele que se processa no continente originário dos colonizadores, o regime de trabalho escravo representou uma solução imperativa. De outra parte, é fácil verificar como, em conseqüência, a estrutura que se gera na exploração das zonas coloniais, perfeitamente entrosada no desenvolvimento do mercantilismo, é uma forma distinta e subsidiária — é a empresa colonial, isto é, destinada a servir e complementar o processo de acumulação em crescimento. Tais particularidades influem de maneira profunda na formação e na posição das classes sociais em regiões de estrutura colonial, como o Brasil. Não é possível esquecer ainda, a propósito do trabalho escravo, que o tráfico humano constituirá um dos elementos mais importantes da atividade comercial. O trabalhador africano é um bem precioso, colocado nos mercados coloniais.

Qualquer dos autores que se referiram ao quadro brasileiro do século XVI, Cardim, Gandavo, Brandônio, Gabriel Soares de Sousa, assinala, reiterando mesmo, o quadro autárquico da economia canavieira, que é a base do desenvolvimento da colônia nessa etapa. Conquanto o conceito de autarquia represente uma ficção, bem apreciado o problema, é aceitável a conceituação, entendida por autarquia a possibilidade, que os engenhos tiveram, de prover as necessidades de sua gente com os recursos próprios, quando tais necessidades correspondiam a objetos, utilidades, alimentos. Coisa distinta, assim, de autarquia que compreende também o campo financeiro. Aquela significação interessa-nos, entretanto, porque demonstra como o trabalho servil compreendia mesmo atividades do

tipo do artesanato, colocadas em nível superior ainda na estrutura medieval. Não só os engenhos fabricavam as suas utilidades. Mesmo no organismo produtor das reduções jesuíticas, quadro inteiramente particular, deparamos a repetição do problema. E são inúmeros os exemplos de catequistas que se entregam à aprendizagem de ofícios para poder socorrer as suas próprias iniciativas, as mais rudimentares. Ora, a importância consiste precisamente na verificação de que o terreno deixado ao trabalho livre era tão exíguo que a sua representação pode ser praticamente desprezada.

Os cronistas são ainda unânimes, no que diz respeito à mencionada etapa, em assinalar que não havia na colônia *coisa pública*, que tudo era privado e particular, ainda mesmo iniciativas destinadas a melhoramentos que interessavam à coletividade, pontes e estradas por exemplo. Tal ausência de *coisa pública*, tão frisantemente proclamada, corresponde, na verdade, à ausência do que hoje convencionamos conhecer como *povo*, isto é, uma classe livre, vivendo do seu trabalho. A remuneração salarial, por isso mesmo, quase não existia. Não há lugar para ela, no quadro da economia da colônia. Nem poderia haver. Daí as distinções fundamentais entre o capitalismo que se esboça na Europa e a empresa colonial que aqui se desenvolve, embora estejam sempre estreitamente conjugados, sejam peças do mesmo sistema.

A sociedade da primeira etapa histórica da fase colonial tinha linha muito simples, pois. Na cúpula, encontramos os proprietários de terras e de escravos, aqueles que, com o passar dos tempos, constituíram o que alguns estudiosos gostam de batizar como *aristocracia rural*, ou *patriciado rural*, ou *nobreza rural*. Não importa discutir a popriedade ou não das denominações. Importa definir tal classe, e ela se define, com precisão absoluta, segundo o direito ou o exercício da propriedade, propriedade da terra e propriedade servil, nitidamente conjugadas, pois o sistema deixaria de funcionar sem essa conjugação. Embaixo, encontramos as cada vez mais numerosas massas de escravos, sem qualquer direito, tratados os seus indivíduos como coisas pela própria legislação, fornecendo trabalho sem perceber qualquer pagamento, em dinheiro ou em espécie, assegurada a subsistência, no interesse do proprietário. De permeio, praticamente, nada existe — não existe espaço para o trabalho livre, não existe *coisa pública*, não existe *povo*, e não pode existir, assim, uma classe média. E nem existe, de outra parte, qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia.

Tal estrutura responde com perfeição às necessidades do desenvolvimento do capital mercantil. Resiste a modificações, dotada de

uma vitalidade, de um poder de duração, de uma capacidade para manter-se que indica a sua força. Atravessará longos decênios sem padecer mudanças e incontrastável em sua solidez, em sua grandeza, em sua imponência.[14]

NOTAS AO CAPÍTULO 1

1 NELSON WERNECK SODRÉ, *As Classes Sociais no Brasil*, Rio, 1957. O presente capítulo é todo calcado no estudo citado.

2 AZEVEDO AMARAL, *Ensaios Brasileiros*, Rio, 1930: "A refratariedade de Portugal às influências essenciais do medievalismo afigura-se à primeira vista fenômeno estranho e de explicação difícil. Entretanto, não é preciso um grande esforço de análise para atingirmos as causas dessa curiosa imunidade, que singulariza a metrópole européia dos fundadores da civilização brasileira da mentalidade coletiva da Europa. Três fatores parecem-nos suficientes para explicar o que se apresenta com as aparências de extravagante anomalia. O primeiro foi o nacionalismo precoce, que se desenvolve em Portugal, enquanto por toda a Europa a idéia de nacionalidade ainda não se havia esboçado mesmo em forma embrionária. O segundo é a ascendência igualmente precoce da monarquia sobre o feudalismo, resultante como corolário lógico do nacionalismo que apontamos. Finalmente o terceiro é a luta com o sarraceno que, em Portugal, assume um caráter muito mais acentuadamente político e nacionalista, que na parte oriental da Península, onde o recalcamento dos mouros se integra no conflito geral entre a civilização européia e o mundo islâmico. As duas primeiras causas foram, sobretudo, poderosas no determinismo do isolamento, que nos autoriza a dizer ter sido Portugal um país sem Idade Média na acepção sociológica do termo." (Págs. 125 e 126.) Outra é a nossa opinião: em Portugal, embora com traços peculiares, a estrutura econômica é feudal.

3 GILBERTO FREYRE, *Casa-Grande & Senzala*, 5.ª edição, Rio, 1946: "Predisposto pela sua situação geográfica a ponto de contacto, de trânsito, de intercomunicação e de conflito entre elementos diversos, quer étnicos, quer sociais, Portugal acusa em sua antropologia, tanto quanto em sua cultura, uma grande variedade de antagonismos, uns em equilíbrio, outros em conflito. Esses antagonismos em conflito são apenas a parte indigesta da formação portuguesa; a parte maior se mostra harmoniosa, nos seus contrastes, formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português." (T. I, pág. 363.) No mesmo sentido: Antônio Sérgio, *História de Portugal*, t. I, *Introdução Geográfica*, Lisboa, 1941: "Para o Sul, na foz do Lima, encontramos Viana, que faz atualmente seguir patachos para a faina bacalhoeira da Terra Nova, e que acaso a iniciou, juntamente com Aveiro. Foi porto de valia, depreendendo-se do seu foral que já em 1258 importava de França e de terras de moiros. Os seus navios empreendiam viagens, desde os meados do século XII, até os portos da França e do Levante. [...] Pelo decreto de D. Afonso III, de 1253, taxando os preços das mercadorias, sabemos que dos portos do Minho ao Douro se efetuava comércio com a Inglaterra e a Holanda, com a Flandres e a França; proibida por lei a saída de dinheiro, todas as mercadorias que assim entravam deveriam ser pagas com fazendas nossas, sendo as agrícolas provenientes do Minho, Trás-os-Montes, Beira, e ainda de uma parte da Estremadura: mel, peles, cera, coiros, grãos, vinho, azeite, figos, uvas, madeiras — e também açúcar, que importaríamos do Levante ou de terras de moiros." (Págs. 152 a 154.)

4 ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, 8.ª edição, Lisboa, s. d. Costa Lôbo, *A História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, 1904. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª edição, Lisboa, 1945.

5 ANTÔNIO SÉRGIO, *História de Portugal*, Barcelona, 1929: "Os descobrimentos do século XV foram uma empresa de gente metódica, dotada de fria inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, de objetivos práticos aos quais pretendia, e que estudou minuciosamente os meios adequados a tais objetivos; em suma, um extenso plano de conjunto, e capacidades excepcionais para a organização; nada que se pareça à aventura inconsciente com que foi pintada depois pelos celtistas românticos do século XIX." (Pág. 59.)

6 Nem só em Azurara, mas em todos os cronistas da época. E nos historiadores, como Antônio Sérgio, *op. cit.*: "Intensificou-se a luta entre as duas políticas: a de dedicação à terra e a de navegação; a dos rurais e a dos comerciantes, a da produção agrícola e a da circulação pelo transporte marítimo. Já no tempo de D. Fernando, fêz-se sentir a importância desta; os mercadores, naturalmente, inspiraram àquele rei as leis protetoras do comércio marítimo e da construção naval, verdadeiras obras-mestras de ciência administrativa; apoiaram o Mestre de Aviz contra os aristocratas senhores rurais; por intermédio de João Afonso, incitaram depois a conquista de Ceuta (1515) para reprimir os piratas marroquinos que lhes dificultavam o tráfico." (Pág. 53.)

7 INÁCIO RANGEL, *A Duplicidade Básica da Economia Brasileira*, t. II, *Abertura dos Portos, Independência*, Conferência no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, Rio, 1955.

8 As tarefas e a fisionomia apresentada na fase inicial, proto-histórica, da colônia, ficaram bem estudadas em dois trabalhos de Alexander Marchant, *Do Escambo à Escravidão*, S. Paulo, 1943, e "Colonial Brazil As a Way Station for the Portuguese India Fleets", *in Geographical Review*, vol. XXI, n.º 3, julho de 1941, ainda não traduzido.

9 ASTROJILDO PEREIRA, "Sociologia ou Apologética", *in Interpretações*, Rio, 1944: "É anticientífico, e além disso inútil, querer pôr o Brasil fora da regra universal da luta de classes. Não há exceção nesta regra. É anticientífico porque não é verdadeiro. E é inútil porque vãos aparecem

todos os esforços por ocultar a realidade. Vamos servir-nos do próprio livro do Sr. Oliveira Viana para comprovar o que dizemos. Veremos que a luta das classes e subclasses enche todos os períodos históricos estudados nas *Populações Meridionais*. Certo, nem sempre as classes e subclasses mostram contornos definitivos e inconfundíveis em suas linhas mútuas. Quando, porém, isso não acontece, é no desenvolvimento mesmo dessas lutas que tais contornos se precisam e definem.

"Em primeiro termo, há que apontar a luta fundamental e genérica, que se inicia com a descoberta cabralina: entre os representantes da metrópole, donatários, sesmeiros, capitães-mores, latifundiários, bandeirantes, mineradores, senhores de engenho, fazendeiros, de um lado, e os silvícolas do outro lado. Que foi esta luta secular, obstinada, feroz, cruel, travada desde os primórdios da nacionalidade? Que objetivos visava ela? Um único: a posse da terra e das riquezas nela contidas. Objetivos puramente econômicos. Luta de classes da boa, evidente, caracterizada, autêntica." (Pág. 164.)

Afonso Arinos de Melo Franco, em crítica literária, a propósito do trabalho de Astrojildo Pereira, nega a existência da luta de classes na fase inicial da vida brasileira, quando se procedeu à escravização do índio, e ainda quanto à fase anterior, da feitoria.

10 Afonso de E. Taunay, "Pedro Taques e Sua Obra", *in* Pedro Taques, *Informação sobre as Minas de S. Paulo*, S. Paulo, s. d.: "Incontestável é: dentre o primeiro núcleo de fundadores de S. Vicente gente havia muito bem aparentada em Portugal. Acaso procurou o genealogista — dominado, aliás, como o monge seu primo, pelos mesmos preconceitos e idéias de casta — acaso imaginou prender os primeiros povoadores de S. Paulo às dinastias européias, sequer às casas titulares portuguesas? Absolutamente não, como no-lo inculca a resenha que acabamos de fazer; provêm os troncos, de que se orgulha, da pequena nobreza do reino, da boa burguesia a que se atribui os qualificativos de "nobre" e "nobilíssima", e isto quando em língua portuguesa nobre e fidalgo não são exatamente a mesma coisa." (Págs. 59 e 60.)

11 Antônio Sérgio, *op. cit.*: "As terras da nobreza e do clero eram isentas; não pagavam, pois, tributos. Tais terras tendiam a aumentar por novas doações ou por usurpação, o que prejudicava a Fazenda do Estado. Além disso, boa parte das rendas do rei era por ele freqüentemente cedida aos nobres e ao clero, a título de empréstimo." (Pág. 30.)

12 A posição das classes sociais em Portugal pode ser perfeitamente compreendida pela consulta às leis do país, desde a *Ordenação Manuelina*, publicada pela primeira vez em 1514, o *Código Sebastiânico*, de 1569, e a simples recompilação da legislação anterior que é a *Ordenação Filipina*, de 1603. O *Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais* regula, por seu lado, as questões econômicas e financeiras, contribuindo para esclarecer a posição das classes em relação à riqueza, e o *Repertório Geral* ou *Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*

reúne as leis que foram surgindo para regular os casos particulares e que não constavam das *Ordenações*.

13 O instituto da sesmaria não era novo nem mesmo no direito português. São conhecidas suas origens romanas e sua introdução no país era muito antiga. Na colonização das ilhas, estendeu-se pela primeira vez a território ultramarino. A distinção que logo se estabeleceu entre o que era tradicional e o que se inaugurava proveio das condições inteiramente diversas da região em que se estabelecia agora. Desde suas fontes primárias, com a Lei Cássia e com a Lei Licínia, até o seu estabelecimento no reino, com a Lei de Santarém, de 1375, o que se buscava era fomentar a utilização da terra, tomando-a aos que a deixavam inculta, e dando-a aos que se obrigavam a cultivá-la. Isso significava a admissão de uma posse anterior. Ora, esse não era o caso das terras brasileiras, que não tinham antecedentes de posse. Por outro lado, o regime estabelecido por D. João III importava numa prática revogação da *lei mental*, que mandava reverter à propriedade da coroa as terras não aproveitadas. Tais alterações correspondiam, na verdade, de um lado ao declínio do grupo mercantil na sociedade lusa, onde viria a sofrer sucessivas espoliações, de outro lado as circunstâncias próprias do meio colonial, onde a extensão era muita e o direito à propriedade pertencia a poucos.

A legislação ligada ao regime das capitanias, constante, além disso, das cartas de doação e dos forais, encontra-se em alguns documentos interessantes, como sejam: *Regimento de Tomé de Sousa, Regimento de Antônio Cardoso de Barros, Regimento do Governador-Geral Lourenço da Veiga, Traslado da Carta de Tomé de Sousa, Traslado da Carta do Ouvidor-Geral, Traslado da Carta do Provedor-Mor da Fazenda, Traslado da Carta dos Provedores das Capitanias*, e no curioso índice que representa a *Legislação Portuguesa Relativa ao Brasil*. Além desses documentos, são ainda fecundos em ensinamentos os seguintes: *Carta de Grandes Poderes ao Capitão-Mor Martim Afonso de Sousa, Carta de Poder ao Capitão-Mor Para Criar Tabeliães e Mais Oficiais de Justiça, Carta Para o Capitão-Mor Dar Terras de Sesmaria, Carta de Doação a Martim Afonso de Sousa, e Carta de Foral de Martim Afonso de Sousa.*

O estudo sistemático da sesmaria foi feito por diversos autores, como Manuel Madruga, Aarão Reis, Valdemar Ferreira, César Trípoli, do ponto de vista jurídico. Informações sobre a execução prática da legislação encontram-se em alguns historiadores nacionais e nas coleções de documentos de arquivo, sendo fácil a consulta daqueles que chegaram à publicação, como ocorreu em S. Paulo com os *Inventários e Testamentos, Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo, Atas da Câmara da Vila de São Paulo, Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Cartas de Datas de Terras e Sesmarias.*

14 Nessa estrutura rígida, simétrica, maciça é que se geram quadros e entidades e conceitos a que a sociologia brasileira tem concedido

grande atenção, de algum tempo a esta parte, aparentando originalidade. Entre os quais o de *patriarcalismo* ou o de *paternalismo*. Sem penetrar, e mesmo desinteressada disso, no que existe de objetivo, no que está por trás de conceitos assim, naquilo que motivou o seu aparecimento e a sua prolongada vigência. Aspectos superficiais que ajudam a esquecer os aspectos fundamentais, em suma.

2 — ESTRUTURA DA SOCIEDADE COLONIAL

Origem de classe dos colonizadores — A ilusão do luxo e da cultura — Dispersão e isolamento — Papel do jesuíta — Catequese e ensino — O púlpito — Aulicismo — A cultura jesuítica e sua influência.

No amplo espetáculo proporcionado pelas grandes navegações e pelas descobertas ultramarinas, o problema da colonização surge como um acidente inevitável daquelas regiões em que era necessário gerar a riqueza, que não existia. Os elementos humanos que chegam às zonas coloniais não têm outra finalidade senão produzir em larga escala, para abastecer mercados distantes. Encontram a conjugação dos dois fatores imprescindíveis: a disponibilidade de terras, de que expulsam o indígena, efetivando uma destruição maciça, e o regime de trabalho escravo. Trabalho servil e grande propriedade são, assim, os traços principais do sistema colonial de produção.

A sociedade que se desenvolve no Brasil, desde o início da colonização, ultrapassada a fase da feitoria, corresponde à estrutura de produção que logo se instala. Tem havido, nesse campo, da parte dos nossos historiadores, a acentuada preocupação em frisar o destaque de origem social dos nossos primeiros povoadores. São eles, nisso, dignos seguidores dos linhagistas do passado, esmerados em distinguir personalidades ilustres nos senhores de terras. O simples fato de terem sido numerosos aqueles linhagistas e de terem os estudos de Genealogia ocupado grande espaço, relativamente, entre os que poderíamos aceitar como colocados no campo da atividade intelectual, denuncia uma singularidade que merece atenção. No nosso tempo, ensaístas e historiadores, sociólogos e cronistas insistem na idéia de que a colônia recebeu fidalgos ou elementos

da nobreza, gente bem situada pelas origens e pelas condições de classe e, portanto, com as maneiras, o gosto, o teor de vida próprio daquelas origens e condições. Oliveira Viana traça, a esse respeito, um quadro interessante pelo seu colorido:

"Eles vivem à maneira fidalga, cultivando as gentilezas dos salões, o gosto das mundanidades elegantes, o amor das suntuosidades, os excessos da indumentária luxuosa e brilhante. Em Pernambuco, segundo um cronista do tempo, "as mulheres andavam tão louçãs e custosas que não se contentavam com os tafetás, os chamalotes, os veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas e os ricos brocados; e eram tantas as jóias com que se adornavam que pareciam chovidas nas suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos e adagas, nem vestidos de novas invenções com que se não ornassem. Os banquetes cotidianos, as escaramuças e os jogos de canas em cada festa se ordenava. Tudo eram delícias; e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso".

"Os senhores do Sul nada ficam a dever, neste particular, aos senhores do Norte: também aqui, como ali, sente-se a influência prestigiosa de uma fidalguia afeita às graças e aos encantos das européias daquele tempo."[1]

Tal quadro, que Oliveira Viana calcou nos exageros de um cronista de pincel carregado, está longe de representar a realidade. A vida colonial era apagada, monótona e pobre, pelo menos das exterioridades que a opulência permite e de que se ornamenta, mesmo entre os proprietários rurais mais destacados. E nem poderia ser de outra maneira. Os inventários e testamentos, publicados em parte já considerável, tanto no que se refere ao núcleo de exploração açucareira de Pernambuco e Bahia, como no que se refere ao núcleo incontestavelmente muito mais modesto de Piratininga, desmentem tal pintura. Nem eram predominantemente de origem nobre os primeiros povoadores, nem levaram em suas posses territoriais a existência que Oliveira Viana imaginou.

Alcântara Machado coloca o problema em seus devidos termos, ao estudar os inventários paulistas: "É nulo ou quase nulo o capital com que iniciam a vida. Entre eles não há representantes das grandes casas peninsulares, nem da burguesia dinheirosa. Certo que alguns se aparentam com a pequena nobreza do reino. Mas, se emigram para província tão áspera e distante, é exatamente porque a sorte lhes foi madrasta na terra natal. Outros, a imensa maioria, são homens do campo, mercadores de recursos limitados, artífices, aventureiros de toda a casta, seduzidos pelas promessas

dos donatários ou pelas possibilidades com que lhes acena o continente novo".[2]

Para esclarecer, com detalhes eloqüentes:

"Daí se conclui quanto se distanciam da realidade os que se fiam cegamente na palavra dos linhagistas. Dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança. Cinco por cento. A imensa maioria das avaliações denuncia a carência de cabedais apreciáveis. Sabem quanto recebem a viúva e os filhos do Capitão Belchior Carneiro, sertanista ilustre, companheiro de Antônio Raposo, êmulo de Borba Gato e Fernão Dias no descobrimento de Minas Gerais? Duzentos mil e oitocentos e cinqüenta réis."[3] Esclarece, logo adiante, as particularidades das declarações de bens quinhentistas e seiscentistas, mostrando como o quinhão maior não é representado pela propriedade territorial.

Toma como exemplo o arrolamento dos bens de Grácia Rodrigues, mulher de Pero Leme. E mostra que, num total de pouco mais de setenta mil réis, concorrem com sete mil e duzentos as casas da vila e da roça, vinte e dois mil réis os dois escravos e vinte e sete mil e seiscentos a pouca roupa, mobília e ferramenta. Indica como, ao mesmo passo que se arbitra em cinco mil réis as casas da vila, um colchão velho é estimado em mil e duzentos e uma saia tem o mesmo valor atribuído às casas. O inventário de Catarina de Pontes prova a mesma ordenação nos valores: as casas da vila são estimadas em vinte mil réis, ao mesmo tempo que um saio e saia alcançam vinte e cinco mil réis. No de Isabel Ribeiro, da mesma forma: o sítio da roça vale trinta e dois mil réis.[4] As atas da Câmara, aliás, mencionam a desculpa de Afonso Sardinha, provavelmente a maior fortuna da época, em S. Paulo, que declarava ao alcaide não poder comparecer às sessões por não ter "huas botas."[5]

A mesma Câmara fazia chegar, em 1561 — o protesto de Sardinha é de 1583 —, à Rainha D. Catarina o apelo para que enviasse povoadores à terra: "Venham até degradados, somente não sejam ladrões".[6] Em 1582, realmente, Frutuoso da Costa, não se constituindo em exceção, alegava não poder aceitar a chefia do executivo municipal por ser "degredado para todo sempre para estas terras do Brasil".[7] Anchieta, em suas infomações, não oferece senão um testemunho de penúria: "Em tantas estreitezas nos achamos na verdade colocados que é muitas vezes necessário aos irmãos explicar a lição de gramática no campo, e como ordinariamente o frio nos incomoda da parte de fora, e dentro de casa o fumo, preferimos sofrer o incômodo do frio de fora de que o do fumo de dentro".[8] Um documento de 1585, no mesmo sentido, esclarecia que não

sabiam mais os moradores como "se sustentar honradamente e pagar os dízimos devidos a Deus e a Sua Majestade".[9]

Dir-se-á que assim era em S. Paulo mas não no Salvador ou em Olinda e Recife. Há depoimentos de viajantes do tempo que mencionam, realmente, o luxo, nessas áreas. Um historiador como Southey aceitou tais depoimentos como verdade e incorporou as suas conclusões ao texto de seu trabalho histórico, mas isso está longe de constituir uma prova.[10] Embora o açúcar, com o seu desenvolvimento, proporcionasse lucros altos a alguns proprietários de terras, a alguns senhores de engenho, não lhes permitia o meio a ostentação, nem existia ainda, pelo menos de forma normal, o comércio de utilidades. Estas, ou eram feitas pelos artífices dos próprios engenhos ou, quando muito, pelos dos reduzidos centros urbanos. Cardim, que pecou, ao que parece, por excesso de benevolência, menciona muito o vinho, entre os produtos importados de que gozavam os proprietários abastados. Indica, por outro lado, a vastidão de suas posses, o número de seus escravos, a tonelagem de suas safras, e menciona a fartura com que os visitantes eram servidos à mesa. Isso está muito longe, entretanto, de denotar a opulência e, muito mais do que isso, os hábitos que ela gera e mantém, o gosto que habitualmente desperta para os prazeres do convívio, as necessidades novas que acaba forjando. Tanto mais que a abastança, em detalhes aliás secundários, que o visitador indica, pode bem ter sido apenas denunciada quando de sua passagem, e não constituir o uso, o tratamento normal. De qualquer forma, a mesa abundante é minúcia que se encontra em muitos depoimentos.

Oliveira Viana vai um pouco mais longe, entretanto, na interpretação do nosso passado, e confere àqueles elementos, os senhores territoriais, um traço que evidentemente não poderiam ter possuído, o da cultura individual, o do gosto pelas letras:

"Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, esses aristocratas, paulistas ou pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles somente homens de cabedais, com hábitos de sociabilidade e de luxo, são também espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura. Ninguém os excede nos primores do bem-falar e do bem-escrever. Sente-se na sua linguagem ainda aquele raro saber de vernaculidade, que na Península parecia já haver-se perdido. Pois é aqui, na colônia, segundo Bento Teixeira Pinto, que os filhos de Lisboa vêm aprender aqueles bons termos que já lhes faltavam, e com os quais se fazem, no trato social, polidos e distintos."[11]

Em outra passagem de sua obra, o sociólogo fluminense trata como "altamente instruídos e cultos" os elementos paulistas da classe dominante.[12] Mais adiante menciona, referindo-se, é verdade, a um período em que o regime colonial se aproximava do fim, à posse, por parte dos senhores de terras e de escravos, de "um lastro de cultura intelectual deveras notável para esse tempo". Trata-se de desconformidade evidente. Nem traziam os mencionados elementos a cultura que lhes é atribuída, nem a poderiam aqui adquirir. Não estavam interessados nisso, e nada os estimulava para um rumo tão distante daquilo que constituía a preocupação dominante na colônia. Nesse sentido, José Veríssimo é muito mais exato em sua apreciação, e coloca o problema em seus devidos termos:

"Roda de fidalgos, de cortesãos, de eclesiásticos, dos quais, justamente os mais cultos, raríssimos se iam a conquistas e empresas ultramarinas. O grosso dos que se nelas metiam eram da multidão ignara que constituía a maioria da nação, o 'vulgo vil sem nome' de que, com o seu desdém de fidalgo e letrado, fala o Camões, chefiados por barões apenas menos incultos do que eles. Nem o empenho que os cá trazia lhes consentia outras preocupações que as puramente materiais de a todo transe assenhorearem a terra, lhe dominarem o gentio e aproveitarem a riqueza, exagerada pela sua mesma cobiça.

"Não é, pois, de estranhar que em nenhum dos primeiros cronistas e noticiadores do Brasil, no primeiro e ainda no segundo século da colonização, mesmo quando já havia manifestações literárias, se não encontre a menor referência ou alusão a qualquer forma de atividade mental aqui, a existência de um livro, de um estudioso ou coisa que o valha."[13]

E se assim era em relação à classe dominante, que se destinava ao apossamento da terra e ao usufruto das riquezas, o que pertencia aos elementos outros, os dependentes dos sesmeiros ou dos grandes proprietários, e os engajados para os misteres reduzidos de gerência oficial, os membros da administração, e quejandos, não podiam apresentar fisionomia mais animadora, no sentido da inclinação ou do cultivo pelas artes. Ainda nesse terreno, é de José Veríssimo a palavra esclarecedora, que coloca o problema objetivamente e lhe fornece as linhas reais:

"Salvo exceções diminutas, esse português pertencia às classes inferiores do reino, e quando acontecia não lhes pertencer pela categoria social, era-o de fato pelas condições morais e econômicas. Soldados de aventura, fidalgos pobres e desqualificados, assoldados de donatários, capitães-mores e conquistadores, tratantes ávidos de

novas mercancias, clérigos de nenhuma virtude, gente suspeita à política da metrópole, além de homiziados, degradados, eram, em sua maioria, os componentes da sociedade portuguesa para aqui transplantada... Ao contrário do que passou na América inglesa, excetuando algum eclesiástico ou alto funcionário, quase não veio para o Brasil nenhum reinol instruído, e ainda incluindo estes pode dizer-se que no primeiro século da colonização não houve aqui algum representante da boa cultura européia dessa gloriosa era."[14]

Veríssimo viu com mais realidade o quadro colonial. Não se deixou enganar por informações isoladas de cronistas em que exageros talvez ancorados no aulicismo estimularam inverdades transparentes. E nem poderia — agora raciocinando com os condicionamentos do quadro social — a vida na colônia proporcionar ambiente para a atividade intelectual em qualquer sentido. Na estrutura econômica levantada, e que só fez acentuar os seus traços, aprofundando o desnivelamento entre as classes, não poderia existir espaço para as cogitações do pensamento e ainda menos para as da criação artística. Teria sido um contra-senso, um absurdo.

Na sociedade que se elabora aqui, dividida entre os grandes proprietários rurais, isolados em suas terras, e a numerosa escravaria, não poderia surgir o interesse e nem mesmo a necessidade de aquisições e de trocas intelectuais. Não havia lugar, por outro lado, para a vida urbana, que agremia, aproxima e cria as condições para a comunicação de idéias. O fato de não existirem técnicas de transmissão do pensamento é uma decorrência natural das características do meio. Por aí se verifica a distorção que representa datar a literatura brasileira de tempos tão remotos, quando não tinha possibilidade alguma de vigência. Por todos os lados em que seja apreciada, a existência colonial dos primeiros séculos é pobre, dispersiva, apagada. As casas são pesadas e feias, tendendo para a fisionomia de fortificações. O mobiliário é pouco e rústico. Não há notícia de qualquer atividade no campo das artes figurativas que mereça crédito. As exceções, entre as quais devem ser mencionadas as que ocorreram no episódio do domínio holandês, carecem de significação: não têm qualquer ligação com as condições locais, nem encontram nelas admiração ou sequer atenção.

Os únicos elementos dotados de dimensão intelectual, nessa sociedade de linhas simples, simétrica e rígida, são os religiosos e particularmente os membros da Companhia de Jesus. A respeito do tema, as variações têm sido curiosas, despertando pontos de vista desencontrados, existindo uma valorização demasiada da atividade,

nesse campo, desenvolvida pelos Jesuítas. Pela sua formação e pela finalidade de seu mister, os padres eram dotados de indiscutíveis condições intelectuais, que empregavam, na medida do possível, na tarefa da catequese. Empregaram-nas em particular no ensino, que lhes pertenceu por largo período como monopólio, e em que tiveram, mesmo quando ao lado de outros elementos, um papel de singular destaque. Em 1576 tinham já, realmente, os Jesuítas, um aparelhamento instalado, uma rede de escolas e colégios a que procuraram desenvolver sempre, até a expulsão pombalina. Havia escolas de instrução preliminar, naquele ano, as chamadas aulas de ler, escrever e contar, em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, São Vicente, Pernambuco e Salvador. Havia colégios, em que se ensinava Latim e Humanidades, no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Neste, havia uma classe de Artes e outra de Teologia. Em seguida foram fundados colégios em São Paulo, Espírito Santo, Recife, Cachoeira, Paraíba, Belém, Maranhão e Paranaguá.

O *Ratio Estudiorum*, de 1586, reformado em 1599, antecedido pelas *Constituições*, de 1559, definem a organização do ensino jesuítico e permitem-nos verificar os seus moldes na colônia. As últimas exigiam cinco anos para a formação em Letras e sete para os estudos universitários de Filosofia e Teologia. O primeiro, a que a reforma de 1599 apenas reforçou, esquematizava o ensino em três cursos ou períodos, de Artes (Filosofia e Ciência), de Teologia e Ciência Sagrada. O curso de Artes abrangia o estudo de Aristóteles e São Tomás, a Física e Ciências Naturais na parte explorada pela observação ou pelo cálculo, e a Física especial ou aplicada. A respeito de tal ensino no Brasil, anotaria um comentador moderno:

"Nos Colégios, o *Ratio Estudiorum* fazia homens letrados e casuístas. Não concorriam as ciências com as letras. A natureza interessava menos que a retórica: 'mera cultura da forma, da imaginação, do gosto, da palavra'... Sendo a maior parte dos seus professores homens letrados, os educandos julgavam-se em ilustrada academia com eles. As Humanidades, culminando em Teologia, revestidas do Latim, tendendo à religião, por fim transcendente, habituavam as 'classes' (e 'clássicos' foram os autores lidos) à contemplação da beleza literária, à meditação da velha poesia, ao sentimento da moral antiga. Mas os colégios não se limitavam a êsse ensino de letras: educavam e escolhiam os discípulos."[15]

Segundo tais informações, é possível distinguir os traços peculiares ao ensino jesuítico: o seu finalismo, em primeiro lugar, o seu desinteresse pela realidade, o seu distanciamento da vida. Traços que se conjugaram estreitamente com as condições do meio, que se colocaram nele como uma peça adequada. O ensino, além do mais, assim moldado e conduzido, com a pertinácia e a simetria tão do gosto jesuítico, orientava-se em dois sentidos: o de ganhar a infância, com a difusão das primeiras letras, nas escolas de ler, escrever e contar, em que se misturavam os pequenos índios e os filhos dos colonos — e o de recrutar elementos para a Ordem, com os colégios, distribuídos nos principais centros de povoamento. A tarefa de alfabetização, dentro das dificuldades naturais na colônia, não deixaria conseqüências importantes. O mesmo não se pode dizer da outra, aquela desenvolvida nos colégios. Com esta, operava-se um aliciamento natural, que aproveitava os elementos melhores, moldava-os, enfileirava-os na Companhia e lhes abria as portas do saber, largas perspectivas intelectuais, do ponto de vista em que se colocavam os missionários. A esse respeito, Vilhena, professor de Grego, ele próprio um produto do referido ensino, escreveria:

"Que nada era neste mundo quem não tinha um filho religioso da Companhia, e, a não ser nesta, em alguma das outras religiões que tinham por segunda classe, motivo por que ainda hoje se acham restos de famílias com quatro e cinco irmãos religiosos e religiosas, e algumas com outros tantos clérigos, e por esta razão foram imensos cabedais cair em corpos de mão morta."[16]

Assim foram recrutados os primeiros elementos coloniais dotados de alguma dimensão intelectual. E só o destino religioso poderia explicar ou justificar os estudos, uma vez que nenhuma outra atividade necessitava dos elementos fornecidos pelo ensino ministrado nos colégios dos jesuítas hauridos em livros, direta ou indiretamente, que outra profissão os dispensava. Só para difundir os preceitos religiosos se recebiam e utilizavam os conhecimentos. Outra finalidade teria sido incompreensível aqui. Dentro de tais limitações, a educação não poderia emancipar-se de sua curteza, de sua deficiência natural. José Veríssimo ainda aí é de uma exatidão digna de registro:

"A educação jesuítica, quase a única dos nossos primeiros poetas e letrados, é essencialmente formalista, apenas vistosa, de mostra e aparato, parecendo não apontar senão a ornamentar a memória. Não é porventura temerário atribuir-lhe a feição geral, abundante destes estigmas, do século da decadência literária portuguesa, já bem estreada, e o caráter incolor, e dessaborido como um tema de escolar, da primeira poesia brasileira."[17]

Nas levas humanas que a metrópole para aqui encaminhava, entre os que vinham no cumprimento de serviços ou entre os que procuravam aqui apenas o enriquecimento, era muito raro que se encontrassem elementos dotados de dimensão intelectual. Só os religiosos a possuíam. E só eles, na colônia, por força de seu próprio mister, tiveram a atitude singular de voltar-se para o estudo. Na continuação espontânea daquele mister, trataram de recrutar novos elementos para a ampliação da catequese, exercendo uma ativa seleção. Os letrados dos primeiros séculos, assim, são homens da religião, soldados da fé. Os conhecimentos que recebem não são procurados por si mesmos, pelo prazer ou pela utilidade que possam proporcionar ao indivíduo, mas pela finalidade, como um instrumento indispensável, uma ferramenta no trabalho da catequese. Desse modo, aqueles conhecimentos conservavam-se como abstrações, não tinham nenhum vínculo com a terra e com a sua gente, permaneciam meramente formais, ornamentavam apenas. Não eram um caminho para o entendimento da vida e do homem, e não estavam em condições de proporcionar de forma alguma as bases para novas conquistas ou as pontes para a aventura do espírito.

Não é possível acusar tal ensino, entretanto, de todas as culpas da inexistência de preocupações literárias ou políticas, de desinteresse pelas idéias. Nenhum outro ensino, a não ser que a colonização tivesse sido diferente, o que não pertence à história, teria tido condições de sucesso, e nem havia possibilidades, numa sociedade dividida entre uns poucos grandes proprietários e numerosos escravos relegados à mais completa ignorância, para qualquer atividade intelectual. O ensino jesuítico, conservado à margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupações outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível na medida em que não perturbava a estrutura vigente, condicionando-se aos imperativos do meio.[18]

Sua marginalidade era, assim, a essência de que vivia e se alimentava. Quando, logo adiante, alguns dos elementos nele recrutados voltam-se para as letras, com o traço desinteressado que lhes era inerente, trabalham sobre as águas, sem receber e sem deixar traços, e só uma convenção formal nos permite, hoje, aceitá-los como letrados e incluí-los na relação dos primeiros autores. É interessante lembrar ainda que o idioma usado na colônia, recebido da metrópole, conservava muito vivos os traços da diferenciação de classes: só foi empregado, durante largo espaço de tempo,

pela gente proprietária e pelos elementos dela dependentes, inclusive os da administração e do clero.[19] E não havia, pois, aquilo que hoje conhecemos como público, isto é, a componente que consagra, que valoriza, que vivifica a tarefa da criação. Não poderia haver, porque a estrutura social proibia tal existência. E nem mesmo o idioma permitia: as classes inferiores não falavam, a rigor, a mesma língua dos senhores de terras e da administração. Daí o derivativo, incompreensível à primeira vista, de muito da atividade intelectual do clero ser exercido em latim, isolando ainda mais as possibilidades de comunicação e ilhando num círculo extremamente reduzido os efeitos das criações. Numa colônia do tipo do Brasil, a utilização de uma língua culta, em contraposição a uma língua popular, denuncia, com veemência, o largo divórcio existente entre os homens de pensamento e o povo.

Demais, não existia vida urbana. O quadro era o do largo e absorvente domínio da existência rural, tantas vezes comentado e discutido pelos nossos cronistas e historiadores. Belém, no século XVII, apresentava fisionomia de vulgar aldeamento: "Então não passavam estas ruas de estreitas veredas, parte invadidas pelo mato; as casas de barro e cobertas de palha apareciam irregularmente semeadas, ao capricho dos moradores; e os quintais, à volta de cada uma, faziam ainda maior o espaço vazio de edificações."[20] De Recife, no mesmo século, alguém escreveu o seguinte: "A orgulhosa Veneza Americana não passava, então, de um imundo amontoado de ruas estreitas, bordadas de casas pequenas e infectas."[21] Do Salvador, outro informava: "Como quer que seja, a cidade do Salvador, na sua extravagância e incoerência de todas as primitivas cidades americanas, meios aldeamentos de índios, meios acampamentos militares, meias povoações civis, aglomerações de choupanas, fortalezas, casas de moradia, residências oficiais, todas mesquinhas e feias, era a sede do Governo-Geral e assento dos seus membros, autoridades civis e militares, cujas funções, aliás, ainda se confundiam. Dessas autoridades, o maior número eram fidalgos de condição e tratamento. Era também a sede do único bispado do país, com a sua sé e o que ela implica de cônegos e mais dignidades. Possuía já muitas igrejas, alguns conventos e um colégio dos Jesuítas, cujas aulas quase todos os letrados do tempo haviam freqüentado."[22] De S. Paulo, referindo-se ao século XVIII, alguém escrevia: "Vida caríssima (meio quilo de pão custava doze mil-réis em moeda de hoje), falta absoluta de higiene, principalmente caracterizada nos terríveis surtos de varíola; comércio desorganizado e pobre; ruas e caminhos infames; ausência de instrução

(nunca aparecem livros nos bens arrolados nos inventários); população atrasada, que passeava pelas ruas em chinelas e com os cabelos em desalinho."[23] Era este, pois, o espetáculo da vida urbana brasileira do tempo.

O ensino inicial, cujos traços principais buscamos definir, proporcionaria, de todo modo, os primeiros ensaios de atividade intelectual. Atividade embrionária, é bem de ver, sem qualquer significação, sem amplitude, restrita, apagada, dissociada pelas condições adversas do meio, a que se acomodava. José Veríssimo apreciou essas tentativas primitivas com a sua parcimônia: "As suas primeiras preocupações de ordem espiritual, que possamos verificar, produziram-se quase meio século após o descobrimento, com a chegada dos primeiros jesuítas em 1549, e sob a influência destes. As escolas de ler, escrever e contar, gramática latina, casos de consciência, doutrina cristã e, mais tarde, retórica e filosofia escolástica, logo abertas por esses padres nos seus 'colégios', imediatamente à sua chegada, foram a fonte donde promanou, no primeiro século, toda a cultura brasileira e com ela os primeiros alentos da literatura."[24]

Mas, a propósito das distorções que tal ensino proporcionava, do ponto de vista literário, Veríssimo observa com sagacidade: "A estes primeiros incitamentos juntou-se o aumento da cultura colonial pela educação distribuída nos colégios dos jesuítas. Fazia-se esta principalmente nos poetas latinos, lidos, comentados, aprendidos de cor. Dessa educação, sempre e em toda a parte literária, e apontando apenas ao brilhante e vistoso, eram elementos principais exercícios retóricos de poesia, o que, aliás, não obstou a que da Companhia jamais saísse um verdadeiro poeta, em qualquer língua."[25]

Há que mencionar, entretanto, um aspecto importante, na discriminação do quadro colonial, ligado à exclusividade religiosa no trato dos problemas intelectuais. Tal aspecto é o que nos mostra o púlpito como o único meio generalizado de difusão do pensamento, órgão exclusivo utilizado na tarefa de divulgar idéias. Do alto do púlpito é que se fazia natural e possível alguém dirigir-se a muitos e os atos religiosos, que eram os que conseguiam reunir povo, adquiriam por isso uma significação singular. Não espanta que, com a mencionada exclusividade, o púlpito acabasse por se tornar, ao lado de veículo destinado a transmitir a palavra religiosa, uma espécie de tribuna em que muitos assuntos eram tratados, inclusive os assuntos políticos, isto é, aqueles que interessavam à comunidade ou à sociedade. Está claro que a linguagem

dos pregadores só era acessível aos elementos dotados de entendimento mínimo, os proprietários e gente na sua imediata dependência, os funcionários de categoria. Não havia, a rigor, povo, coisa pública, interesse público. A ordem privada dominava, sem contrastes, e os elementos religiosos giravam em torno desse incontrastável poder, de tal sorte que lhes teria sido impossível representar dissidência, e muito menos oposição. A única forma de mobilizar a parca e estreita opinião colonial, entretanto, e por motivo das grandes festas coletivas, que eram as festas religiosas, estava no púlpito, onde os elementos dotados de dimensão intelectual exerciam a sua atividade, utilizavam os seus recursos, alçavam os pequenos e baixos vôos que a época lhes permitia.[26]

Outro aspecto que não deve ser esquecido, embora a sua importância tenha sido muito menor do que a dos elementos religiosos, girando no palco único do exercício verbal que era o púlpito, é o que nos mostra, pelo menos na zona que mais depressa se desenvolveu, a da capitania de Pernambuco, e talvez um pouco na capital colonial, a cidade do Salvador, uma reduzida atividade intelectual girando em torno de um que outro elemento altamente colocado na hierarquia administrativa. Aqui vamos encontrar uma espécie de mecenato, quando o capitão-mor, ou outra autoridade, aceita as homenagens de algum elemento intelectual, geralmente formado na metrópole ou ao influxo jesuítico, amparando manifestações isoladas ou afagando vaidades que o meio não podia satisfazer.

Trata-se de uma espécie de mecenato subordinado às duras condições locais, naturalmente, que impossibilitavam qualquer atividade literária. O aulicismo, que representa o reverso do mecenato, o outro lado da medalha, derivava, assim, das próprias condições do meio, integralmente refratário à criação artística, ainda a mais rudimentar. Estávamos, realmente, muito distantes do aplauso generalizado, ou mesmo da atenção de muitos, valendo ao indivíduo que se entregava ao ingrato mister das letras, como derivativo apenas, o ambiente fechado e restrito de algum salão palaciano, quando existisse, ou de alguma casa senhorial mais acolhedora. Reminiscências, aliás, com os traços próprios do meio colonial, e na escala que ele comportava, de costumes antigos, do ambiente europeu de época mais recuada, quando a precária atividade do espírito vivia nos poucos refúgios em que encontrava guarida, trocando as suas criações pela transigência da adulação pessoal ou pelo servilismo jogralesco.[27]

Verificamos, então, a quase total impossibilidade de desenvolvimento, nos dois primeiros séculos, de qualquer atividade intelectual digna de registro. A colonização se caracterizava por um imediatismo vulgar, por vezes quase vesânico, destruidor em seus métodos e jungido a uma dependência externa absoluta. A população se dispersava pelas zonas agrícolas e tais zonas viviam independentes umas de outras. O grande domínio rural desfavorecia os contactos, a associação, a comunhão de interesses e dos traços do gosto. Os centros urbanos incipientes dependiam da atividade exercida no interior, não passavam de portos de transbordo, em sua maior parte, para as safras anuais, agremiando os elementos da administração local ou regional quando muito. Não possuíam vida permanente. Agitavam-se, a intervalos, por motivos especiais, entre eles os das festas religiosas. A maioria da população livre originava-se das classes inferiores do reino. Eram soldados da aventura, fidalgos pobres e desqualificados, criaturas suspeitas à polícia metropolitana, homiziados, degradados, gente ávida de fortuna, elementos ligados ao tráfico mercantil, pequenos funcionários de um aparelho administrativo reduzido. Salvo os eclesiásticos, não há notícia, nos primeiros decênios, da vinda à colônia de algum elemento expressivo das letras portuguesas, da cultura européia. Mesmo as exceções, que ocorreram mais adiante, como a de D. Francisco Manuel de Melo, carecem de significação. Não há na obra de tais elementos esporádicos nenhum sinal do meio, e nem influíram nele.

No regime de clausura em que a metrópole mantinha a colônia, logo depois de uma fase, relativamente curta, de muitos e variados contactos, no núcleo vicentino em particular — regime a que o episódio da mineração obrigaria a limites singulares — o conhecimento com o exterior era muito raro e sempre precário. Não se constituíam, como seria natural, em outras condições, os portos marítimos portas abertas ao mundo, centros de aproximação a que chegassem influências e onde existisse, ainda que embrionária, a troca de alguma coisa mais do que as mercadorias. No interior, a vida privada dominava tudo. O espaço concedido à atividade pública era extremamente reduzido. As classes sociais distinguiam-se pela simples aparência exterior de seus componentes e a hierarquia em que se colocavam criava obstáculos intransponíveis. Mas nem mesmo a classe proprietária, realmente pouco numerosa, estava em condições de apresentar fisionomia movimentada e digna de menção. Em nenhum momento, os seus membros foram levados a considerar o espetáculo das artes e das letras ou o mais rudimentar jogo de idéias. A vida política se resumia no predomínio absoluto dos senhores. Organizando-se as câmaras locais, nos mol-

des do velho direito português, consignado nos forais, ficou desde logo estabelecida a representação restrita aos "homens bons", isto é, os homens de posses, vedando-se taxativamente a intromissão de outros, embora livres.[28]

Os religiosos detinham todo o saber e eram os únicos preocupados com atividades não ligadas diretamente ao enriquecimento ou ao trabalho físico. Tal saber, que buscamos definir atrás, constituía um ornamento, uma prenda, só utilizado no exercício do sacerdócio ou da catequese. Suas manifestações ativas mais eminentes eram as que se exerciam pelo ensino ou pelo uso do púlpito. O ensino de pura alfabetização perdeu cedo o interesse para aquele que se destinava a recrutar elementos capazes de ampliar a tarefa da catequese e a influência da Companhia. A igreja era o grande cenário, o palco único, o centro de reunião.

Dentro de tais linhas é que se desenvolve a vida colonial. Tais são os traços da sociedade que aqui se estabelece desde os primeiros dias da colonização. Verificamos a sua refratariedade fundamental às manifestações do espírito, às criações da arte, a qualquer esforço de natureza literária. Todas as especulações que têm sido feitas em torno de uma vida intelectual relativa a esse período — cujo termo podemos convencionar, para facilidade expositiva, com o da primeira metade do século XVIII — resultam inócuas. Verificar a existência de períodos literários, de escolas literárias, apurar com requintes de erudição problemas de precedência e de autoria, indagar, exaustivamente, se devemos considerar a Anchieta ou a Bento Teixeira o primeiro dos autores nacionais, são esforços sem nenhuma significação objetiva, sem nenhuma correspondência com a realidade.[29]

Os trabalhos isolados deste ou daquele autor — e logo veremos os poucos nomes que o tempo salvou e que têm um mérito muito mais cronológico — não quebram as linhas do quadro a que nos referimos. Ou são religiosos, mais voltados para os misteres de sua vocação, ou são áulicos, que celebram os feitos de alguma autoridade colonial. O estilo, a forma, toda a estrutura do trabalho literário, carecem de originalidade. Não ultrapassam o nível mais rudimentar da pura imitação lusa — e todo esse material, ainda que aceito como literário, o que é bastante discutível, está muito distante de poder ser considerado como literatura brasileira. Trata-se de literatura portuguesa feita na colônia e quase sempe pior do que os modelos.[30] São folhetos ou livros publicados em Lisboa, sob as condições severas do tempo — particularmente no que dizia respeito às informações sobre as riquezas coloniais — de que che-

gam ao Brasil, quando chegam, uns poucos exemplares. Alguns originais ficarão esquecidos em arquivos, de sorte que o nosso povo vai conhecê-los muito depois.

Os conventos e colégios religiosos não recolhem apenas o que diz respeito ao ensino. São as instituições que, na medida em que passam os tempos, podem apresentar bibliotecas. Como as igrejas representam o cenário único de reunião indiscriminada, quando a palavra dos pregadores constitui o exemplo singular da comunicação de idéias. Além disso, elas recolhem, com o saber dos seus servidores, a arte do tempo, tosca em suas manifestações, pois representam os monumentos em que a sociedade oferece o que possui de melhor e também de mais característico, embora tal característica não seja geral, mas de uma classe. O artesanato colonial e os raros artistas, mais artífices do que outra coisa, encontram nos templos a oportunidade de exercerem a sua tarefa. Tais templos concentram, assim, todos os recursos da época: nas suas naves ressoa a palavra dotada de dimensão intelectual; nas suas paredes surgem os poucos quadros e as pinturas dos mestres do pincel; nos arcazes, púlpitos e bancos reponta o esforço dos artistas que trabalham a madeira; nos altares erguem-se as imagens modeladas por grossas e pesadas mãos, cuja aprendizagem constitui um sacrifício tenaz; nas frontarias, com os pesados ornamentos que as movimentam, esplende o barroco. Eles dominam, assim, a paisagem social, com uma eminência destacada e indisputável. Fora deles, quase nada resta a apreciar — é a vida triste, apagada, monótona e rasa de um povo que não tem a mínima perspectiva de alterar as rígidas normas da sociedade colonial, em que se desenvolve a riqueza dos senhores da terra e dos escravos, na mesma medida em que estão fechadas todas as possibilidades para a melhoria da sorte dos que são trabalhadores e que, mesmo livres da servidão, permanecem à margem do sistema vigente.[31]

NOTAS AO CAPITULO 2

1 OLIVEIRA VIANA, *Evolução do Povo Brasileiro*, 3.ª edição, S. Paulo, 1938, págs. 68 e 69.

2 ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, 2.ª edição, S. Paulo, 1930, pág. 14.

3 Idem, págs. 19 e 20.

4 Idem, pág. 21.

5 AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos (1554-1601) — Ensaio de Reconstituição Social*, Tours, 1920, pág. 26.

6 Idem, pág. 89.

7 Idem, pág. 91.

8 AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, *S. Paulo no Século XVI, História da Vila Piratiningana*, Tours, 1921, pág. 23.

9 Idem, pág. 118.

10 ROBERT SOUTHEY, *História do Brasil*, Rio, 1862, t. I, pág. 459: "Mais de cem pessoas se contavam, na Bahia, cuja renda regulava de três a cinco mil cruzados e a propriedade de vinte a sessenta mil. Suas mulheres não arrastavam senão sedas. O povo distinguia-se, em geral, pela extravagância de seus trajares; até homens das classes mais baixas passeavam pelas ruas com calças de damasco de cetim: suas mulheres traziam vasquinhas e gibões da mesma fazenda, e carregavam-se de ouro. As casas estavam, não menos que as pessoas, perdulariamente alfaiadas. Havia colono que possuía baixela e ouro no valor de dois e de três mil cruzados. No mercado do Salvador nunca faltava pão feito de farinha portuguesa, nem diferentes qualidades de vinho da Madeira e das Canárias."

11 OLIVEIRA VIANA, *Populações Meridionais do Brasil*, 4.ª edição, S. Paulo, 1938, pág. 10.

12 Idem, págs. 7 e 8: "Não ostenta a aristocracia colonial do Sul, menor suntuosidade de viver. Os homens que a formam vêm da mesma estirpe étnica e trazem a mesma civilização social e moral. Como os de Pernambuco, os representantes da nobreza paulista são altamente instruídos e cultos. Nas suas relações sociais e domésticas, o tratamento que mantêm é perfeitamente fidalgo."

Mais adiante, à pág. 33: "Essa nobreza territorial não é, aliás, um conjunto de rústicos e incultos caudilhos, à maneira dos potentados medievais. Há um certo polimento de maneiras na sua sociabilidade, embora já sem aquele alto timbre aristocrático dos dois primeiros séculos. Grande número dos seus representantes chega mesmo a possuir um lastro de cultura intelectual deveras notável para esse tempo. Não é raro que muitos deles, dentre os mais opulentos, mandem os florões da sua descendência ao reino, na freqüência da velha universidade coimbrã. Por outro lado, o ensino jesuítico nos seminários, que tão largamente se espalham, durante o período colonial, pelos interiores de Minas, do Rio e de S. Paulo, faculta também à nobreza rural a aquisição de uma recomendável cultura em humanidades. O gosto pelos livros e pelos estudos clássicos chega a criar verdadeiros autodidatas. Tudo isto é, por certo, muito relativo — porque, em regra, esses magnatas rurais, na sua maior parte, descuidam-se da cultura do espírito. Os seus tipos de escol sumariam, porém, não só o que há de mais moralmente excelente na colônia, como o que nela há de mais culto, prestigioso e rico."

13 JOSÉ VERÍSSIMO, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 27.

14 Idem, págs. 33 e 34.

15 PEDRO CALMON, *História Social do Brasil*, t. I, *Espírito da Sociedade Colonial*, S. Paulo, 2.ª edição, 1937, págs. 126 e 127.

16 LUÍS DOS SANTOS VILHENA, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*, Bahia, 1921, t. I, págs. 282 e 283.

17 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 71.

18 Não só não perturbava como ajudava, uma vez que a catequese representava o amaciamento das resistências indígenas para a tarefa posterior de escravização pelo colono, pelo proprietário de terras. Sobre o ensino de primeiras letras, particularmente destinado aos meninos indígenas, Gilberto Freyre menciona restrição interessante: "Gabriel Soares, com a sua sagacidade de homem prático, apresenta os caboclos aqui encontrados em 1500 como 'engenhosos para tomarem quanto lhes ensinam os brancos'; excetuando precisamente aqueles exercícios mnemônicos e de raciocínio e abstração, que os padres da S. J. insistiram, a princípio, em ensinar aos índios em seus colégios: cousa de conta ou de 'sentido', nas palavras do cronista. Ler, escrever, soletrar, rezar em latim. Em tais exercícios se revelariam os indígenas sem gosto nenhum de aprender; sendo fácil de imaginar a tristeza que deve ter sido para eles o estudo no colégio dos padres." (Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, 5.ª edição, Rio, 1946, t. I, pág. 286.) E Azevedo Amaral, por seu lado, acusa o jesuitismo, na sua tarefa intelectual, de outras culpas, agora diversas: "Habituamo-nos a ter vergonha de nós mesmos. Aprendemos na cartilha do jesuíta a deprimir os traços vigorosos que formaram a nobreza violenta e dominadora do caráter dos nossos antepassados. Acreditamos através da nossa cultura livresca que só é grandioso o que corresponde aos padrões éticos e estéticos das civilizações que se elaboraram em torno do Mediterrâneo e do Báltico. A nossa alma comprimida fervilha em reivindicações platônicas a que a nossa consciência empresta as formas fictícias de aspirações pueris e mesquinhas, enquanto o sentido daquelas forças subterrâneas é a libertação do nosso espírito na afirmação orgulhosa da nossa realidade psíquica e dos traços singulares da nossa personalidade nacional.

"Quando nos comparamos aos nossos antepassados do desbravamento dos sertões, das lutas com os invasores, do empreendimento audaz e ganancioso dos garimpos, da resistência astuta e violenta aos agentes do fisco de El-Rei, sentimo-nos aleijados e ridículos, como se o peito robusto do bandeirante e do aventureiro estivesse comprimido pela roupeta do missionário ou pelas casacas traçadas pela arte delicada dos alfaiates de Londres e Paris. A obra de recalcamento da brasilidade tentada em vão durante o período colonial, pelo esforço cristianizante dos jesuítas e da qual possuímos documentação valiosa na obra de Manuel Bonfim e no recente livro de Gilberto Freyre, foi a nosso ver levada por diante com muito mais eficácia pela nossa classe dirigente a partir da organização independente da nacionalidade. O sonho de domesticação cristã

dos silvícolas e dos colonos não menos bravios que eles, foi-se tornando realidade na atmosfera debilitante do Império e na confusão que caracterizou a primeira República." (Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934, págs. 181 e 182.)

Nesse mesmo trabalho, Azevedo Amaral sustenta tese interessante, que merece atenção, embora deva ser dissociada das roupagens e dos motivos em que ele a envolve, a de que não somos na realidade um povo cristão. Ao mesmo passo em que define o cristianismo muito mais como um movimento político do que como uma religião, o movimento político característico da expansão européia: "Antes de tudo mais, duas grandes ilusões logo se nos deparam. A primeira é a de sermos um povo essencialmente cristão. [. . .] Hoje que uma turma já um pouco mais numerosa de pioneiros da cultura sociológica entre nós nos trazem de retorno de suas peregrinações penosas pelo período genético da nacionalidade, fatos de bom quilate, para trocar pelas fábulas com que o beletrismo do último século nos enchera a cabeça, começamos a compreender quanto é pequena a parcela de influência autênticamente cristã que subsiste no meio dos automatismos psicológicos legados ao Brasil civilizado pela cultura rudimentar do índio, pelo psiquismo infantil do africano e, pela mentalidade do português, em cujo sangue mourisco nos chegava muito mais da alma maometana, que da consciência cristã, apenas afirmada fortemente em Portugal nas regiões do Norte, de população mais puramente céltica. [. . .] O Cristianismo diferencia-se de todas as outras religiões antigas e atuais por um traço que o singulariza como fato muito mais social que místico e teológico. [. . .] O Cristianismo não irradiou, mas surgiu na Europa através de um processo lento de combinações ideológicas, de caldeamento de crenças e de fantasias e da mestiçagem de deuses heterogêneos. Enquanto outras regiões da terra receberam credos que ali se implantaram, dominando as consciências dos homens e configurando a ética das sociedades, a Europa criou, por um processo quase espontâneo e em grande parte inconsciente, a sua própria religião. O Cristianismo que se identificou com a alma européia, ao ponto de que europeu e cristão se tornaram sinônimos, enraizou-se exatamente por esse motivo no psiquismo dos povos que o criaram, até ser impossível a qualquer indivíduo isolado emancipar-se do ciclo espiritual por ele demarcado." (Azevedo Amaral, *op. cit.*, págs. 187 e 188.) E vai mais longe o ensaísta, quando afirma: "Mas por isso mesmo que foi uma criação espontânea do gênio europeu, o Cristianismo, apesar da ambição de tornar-se uma religião universal, sob o ritmo do espírito imperialista do continente que o gerou, nunca se aclimatou fora da isotérmica cultural da Europa." (Idem, pág. 189.)

19 A propósito do bilingüismo que surgiu desde os primeiros tempos, esclarece Gilberto Freyre: "Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a disparidade, a que já aludimos, entre a língua escrita e a falada do Brasil; a escrita recusando-se, com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contacto com a falada; com a do

povo, com a de uso corrente. Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhôzinho com o moleque, acabou com essa dualidade." (Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, 5.ª edição, Rio, 1946, t. I, pág. 553.) A respeito do alcance das aulas de ler, escrever e contar, menciona: "Os colégios dos jesuítas nos primeiros dois séculos, depois os seminários e colégios de padres, foram os grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial. Aqueles estenderam tentáculos até os matos e sertões. Descobriram os primeiros missionários que andavam nus e à toa pelos matos meninos quase brancos, descendentes de normandos e portugueses. E procuraram recolher aos seus colégios esses joões-felpudos. Foi uma heterogênea população infantil a que se reuniu nos colégios dos padres, nos séculos XVI e XVII: filhos de caboclos arrancados aos pais; filhos de normandos encontrados nos matos; filhos de portugueses; mamelucos; meninos órfãos vindos de Lisboa. Meninos louros, sardentos, pardos, morenos, cor de canela." (Idem, pág. 662.) Esclarece, adiante: "Só negros e moleques pareciam ter sido barrados das primeiras escolas jesuíticas. Negros e moleques retintos." (Idem, pág. 662.) Mas faz referência à carta do rei, de 1686, que manda matricular os negros nos colégios dos jesuítas. A simples existência da carta, entretanto, mostra a velha preferência dos missionários pelo índio, e sua desafeição pelo negro. O índio, que sempre buscaram valorizar, em sua correspondência e em seus trabalhos todos, inclusive os literários. Quanto ao bilingüismo, parece o problema, posto nos termos em que o viram Freyre e outros, mais uma confusão entre o divórcio que existe naturalmente entre a linguagem literária escrita e a linguagem coloquial, do que entre a linguagem culta e a linguagem do povo, que é a que nos preocupa, em particular porque, nos primeiros decênios, o problema era mais profundo: o povo falava a língua geral; a gente branca, proprietária falava o português; o latim era idioma literário, usado pelos padres que, inclusive, versejaram nesse idioma. Mais do que isso: fizeram os meninos índios recitar nele.

20 João Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, Lisboa, 1918, pág. 65.

21 Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936, pág. 186.

22 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 68.

23 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 189.

24 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 28.

25 Idem, pág. 65.

26 "Desde que se iniciou, com o primeiro estabelecimento dos portugueses, até o começo da segunda metade do século XIX, a instrução aqui foi toda e exclusivamente dada por padres nas escolas, colégios e

seminários, e ainda nas famílias. Os homens mais instruídos, os letrados que encheram as listas de sócios das academias literárias coloniais eram em sua maioria padres ou frades, doutores em cânones, homens de igreja em suma. A forma oral e popular da literatura tinha a sua mais alta, mais freqüente e mais autorizada expressão no sermão. Desta educação, recebida na escola e fora dela, de eclesiásticos, mais do que um real sentimento religioso resultou o hábito de expressões de caráter religioso não só em a nossa conversação corrente, mas em nossos escritos, discursos, poesias. São antes tropos, frases feitas, locuções proverbiais que a expressão de verdadeiro sentimento religioso." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 168.) É o próprio Veríssimo quem esclarece o grande papel literário do púlpito: "O sermão, porém, teve no passado uma importância, mesmo literária, muito grande, muito maior do que tem hoje. Social ou mundanamente foi um divertimento, um espetáculo que, conforme o pregador, podia despertar o interesse e atrair concurso tão alvoroçado ou numeroso de ouvintes como outros quaisquer do tempo: um auto-de-fé, uma corrida de touros, um jogo de canas, uma representação teatral ou alguma solenidade da Corte. Mas, como espetáculo gratuito e aberto ao povo, era mais concorrido do que estes, só a abastados ou favorecidos acessíveis. Tanto mais que não constituía o sermão só por si o espetáculo, mas era apenas um 'número' nos que a Igreja oferece aos seus fiéis, com a prodigalidade, a pompa, a encenação semipagã das suas pitorescas cerimônias. Ajudava, pois, o sermão a sociabilidade de uma gente de natureza retraída e triste, qual a portuguesa, em tempo em que à sociabilidade se deparavam poucos ensejos de exercer-se. Servia de elemento de instrução pela discussão de problemas morais e noções de toda ordem, que ao redor dêles forçosamente surgiam, e mais pela forma de os expor. De um ou de outro modo, excitavam as inteligências, punham e resolviam questões, assentavam ou retificavam opiniões, suscitavam emoções e forneciam, como os discursos acadêmicos ou parlamentares de hoje, temas às conversações. Foi a sua repetição importuna e corriqueira, a sua vulgarização, a trivialidade dessaborida e fatigante dos seus processos, dos seus estilos, dos seus "truques", a inópia do pensamento, invariavelmente o mesmo que o alimentava, e da língua, constantemente a mesma que falava, com o mesmo arranjo e corte do assunto, o mesmo aparelho de erudição, idênticos recursos retóricos, e até iguais entonações e gestos no orador, que acabaram com o sermão, como gênero literário estimável. Prejudicou-o também a sua cada vez mais crescente incoerência com os tempos. Foi um grande expediente de propaganda e edificação religiosa, e ainda moral, não só quando as almas eram mais sensíveis a tal recurso de lição oral bradada de cima de um púlpito, mas quando sendo pouco vulgar a imprensa, e menos ainda a capacidade de leitura, encontrava o sermão nas massas analfabetas ou pouco lidas, ou ainda com poucas facilidades de ler, ouvintes numerosos e de boa vontade. Com a multiplicação dos livros, mesmo religiosos, à literatura parenética oral se foi substituindo a literatura piedosa escrita.

Ceci tuera cela. E a decadência do sermão, acompanhada com grande avanço pela da oratória sagrada, não diminuiu apenas a importância do gênero; teve ainda uma influência retrospectiva. Amesquinhou e lançou no olvido os produtos do seu bom tempo." (Idem, págs. 61 e 62.)

27 "Em todos os tempos, poetas e literatos foram inclinadíssimos à bajulação dos poderosos. Casando-se geralmente pouco o seu gênio com o árduo de uma existência de trabalho e esforço próprio, e amando sobretudo os lazeres de uma vida ociosa, propícios às suas invenções e imaginações, para os haverem sacrificam de boa mente à vaidade dos grandes dos quais sem mais fadiga do que a de contá-los e louvá-los, esperam lucrar tais ócios, muito seus queridos. Igualmente coroáveis da grandeza, pompa e luxo desses magnatas, com os quais facilmente se embevecem, à satisfação desse gosto imolam brios e melindres. Em Portugal, tais poetas e literatos faziam até parte da domesticidade da corte ou das grandes casas fidalgas e ricas, que os aposentavam e pensionavam, em troca dos poemas e escrituras com que infalivelmente celebravam a família em cada um dos seus sucessos domésticos, nascimentos, casamentos, mortes, façanhas guerreiras, vantagens sociais obtidas, aniversários. Como havia desses poetas efetivos, privados, caseiros, os havia também ocasionais, mas não menos prontos ao louvor hiperbólico, à lisonja enfática, à bajulação rasteira, em câmbio da proteção solicitada ou em paga de alguma graça obtida. Na sociedade de então, o homem de letras, ainda sem público que o pudesse manter, e até forçado a apenas muito limitadamente exercer a sua atividade, quase só dos principais pelo poderio e riqueza, que acaso lhes estimassem as prendas sem os estimar a eles, podia viver. Freqüentemente eram estes que lhe mandavam imprimir as obras, que sem tais patronos dificilmente achariam editores. Tais costumes, explicáveis e porventura desculpáveis pelas condições do tempo, passaram naturalmente do Reino à sua colônia da América, onde os vice-reis, governadores e capitães-generais e mores faziam de reis pequenos, e os fazendeiros, senhores de engenho e outros magnatas locais, substituíam e arremedavam os grãos-senhores da metrópole. Tanto passaram que desde as suas primeiras manifestações, a poesia, e depois toda a espécie de literatura, inspirou-se grandemente aqui daqueles motivos, e foi consideravelmente áulica. Aulicismo, arcadismo, gongorismo foram sempre aliás traços característicos das letras portuguesas." (Idem, págs. 40 e 41.)

Veríssimo acrescenta, a este respeito, algumas pinceladas surpreendentemente irônicas num escritor de hábito comedido e austero: "Quer em Portugal, quer no Brasil, duraram estes costumes até o século XVIII. Não sei, aliás, se é possível dizer estejam de todo extintos. Mais certo será tenham antes variado e se transformado do que desaparecido completamente as formas e modos com que poetas e literatos sempre atiraram ao patrocínio dos poderosos, adulando-os em prosa e verso. Seja que ainda pesa sobre eles essa herança, seja porque continuam a preferir

alcançar por tais meios o que só com fadiga e dificuldade lhes daria trabalho mais honesto, certo é que não desapareceu o costume de todo. Bento Teixeira fica, pois, sendo, não só o primeiro em data dos poetas brasileiros, mas o patriarca dos nossos "engrossadores" literários. E de ambos os modos progenitor fecundíssimo de incontestável prole." (Idem, pág. 41.)

28 Carecem de razão os que atribuem às câmaras locais, na fase colonial, uma organização, um poder e uma expressão que estavam longe de possuir. Os colonizadores trouxeram, na verdade, e aqui tentaram implantar, a tradição comunal lentamente elaborada na Europa e tão nitidamente expressa, no Reino, nos conselhos. Os Regimentos são claros na menção de providências para a organização de câmaras, quando determinam a fundação de cidades. O meio, entretanto, indicou sua inflexível refratariedade à existência de tais câmaras, pelo menos com os traços que tinham no velho continente. Lá, elas refletiam a força do mercador citadino (o que nem sempre é um pleonasmo), como ficou nítido com o exemplo do Porto. Aqui, deixaram-se absorver, e nem poderia ser de outra maneira, pela força dos senhores de terras. Estiveram, pois, muito longe de constituir a expressão urbana que eram, nas suas fontes originárias. A formação da cidade, na colônia, foi muito diversa do mesmo processo na Europa. Isso não significa que, como expressão dos latifundiários, não tivessem elas um papel, na luta contra a administração oficial e, algumas vezes, na luta contra os catequistas, como ocorreu no caso de S. Paulo, em que, para se chegar à expulsão dos missionários, verificou-se o caso, certamente singular, da reunião em *cortes* de várias câmaras. De qualquer forma, não foram expressão da vida urbana e, por isso mesmo, de outra classe que não a dos senhores de terras.

29 O problema da divisão em períodos da história literária brasileira mereceu já discussões extensas. No que diz respeito à fase colonial, tal repartição é muito difícil e parece assistir razão a José Veríssimo quando se recusa a tratar do detalhe, em seu trabalho histórico: "No primeiro período, o colonial, toda a divisão que não seja apenas didática ou meramente cronológica, isto é, toda a divisão sistemática, parece-me arbitrária. [...] Nenhum fato literário autoriza, por exemplo, a descobrir nela mais que algum levíssimo indício de "desenvolvimento autonômico", insuficiente em todo caso para assentar uma divisão metódica. Ao contrário, ela é, em todo esse período, inteira e estritamente conjunta à portuguesa. Nas condições de evolução da sociedade que aqui se formava, seria milagre que assim não fosse." (Idem, págs. 10 e 11.)

Sílvio Romero, que estudou o nosso desenvolvimento literário conjugando-o ao desenvolvimento político e servindo-se de instrumentos de análise sociológica, no que se colocava em posição inaugural e destacada, discutiu e aceitou, para o período colonial, a divisão em duas fases (ele

chama períodos), a de formação e a de desenvolvimento autonômico, a primeira encerrando-se em 1750, a segunda dilatando-se até os dias do Romantismo. Posteriormente, sugeriu modificações que não afetam sensivelmente o critério que estabelecera. (*Op. cit.*, págs. 17 e 18.) Ronald de Carvalho prefere denominar o segundo período, aceitando a repartição no tempo e o batismo do primeiro, como "de transformação", quando "os poetas da escola mineira começaram a neutralizar, ainda que palidamente, os efeitos da influência lusitana". (Ronald de Carvalho, *Pequena História da Literatura Brasileira*, 5.ª edição, Rio, 1935, pág. 45.)

A propósito dos sentimentos de apego ou de amor à terra que tivessem transparecido na obra literária dos autores compreendidos no segundo dos citados períodos, Sérgio Buarque de Holanda, em artigo de jornal, explica a relatividade com que devem ser encarados: "E não será deformar o passado chamar de impulso autonômico a certas manifestações de incipiente nativismo que encontramos através de toda a nossa história colonial? Manifestações que não exprimem em geral, mais do que uma fidelidade instintiva ao próprio lar, à parentela, à vizinhança, à paisagem natal, e que têm seu correlativo necessário na aversão ao adventício, ao que fala língua diferente ou pronuncia diversamente a mesma língua, ao que tem costumes, preconceitos e — quem sabe? — credos exóticos. É bem significativo que na mais antiga gramática portuguesa — a de Fernão de Oliveira — que se publicou em 1536, quando mal tinham chegado às nossas praias os primeiros donatários de capitanias, já se dissesse dos portugueses nascidos no Brasil (e também na África e na Índia), que não estimavam muito aos outros 'pela diferença da língua' e só queriam aos que "falam assim como eles". [...] Dessa fidelidade ao pequenino rincão natal pode dizer-se, quando muito, que representa um patriotismo da espécie paroquial, patriotismo esse que costuma ser tanto mais profundo quanto menos consciente. É um engano de perspectiva querer equipará-lo ao que, nos nossos dias, denominamos complacentemente consciência nacional. Esta pode ter surgido, em verdade, nos últimos tempos do período que nos ocupa, entre certos indivíduos de exceção, e seria arriscado presumir que chegou a cristalizar-se em alguma forma e de expressão literária." (Sérgio Buarque de Holanda, *Literatura Colonial, in O Estado de S. Paulo*, 2-1-1949.)

30 "A nossa literatura colonial manteve aqui tão viva quanto lhe era possível a tradição literária portuguesa. Submissa a esta e repetindo-lhe as manifestações, embora sem nenhuma excelência e antes inferiormente, animou-a todavia desde o princípio o nativo sentimento de apego à terra e afeto às nossas cousas. [...] As reações que daquele meio porventura sofreu foram apenas de ordem física, a impressão da terra em seus filhos; de ordem fisiológica, os naturais efeitos dos cruzamentos que aqui produziram novos tipos étnicos; e de ordem política e social, resultantes das lutas com os holandeses e outros forasteiros, das expedições conquistadoras do sertão, dos descobrimentos das minas e conseqüente dilatação do país e aumento de sua riqueza e importância. Estas

reações não bastaram para, de qualquer modo, infirmar a influência espiritual portuguesa e minguar-lhe os efeitos." (José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 7 e 8.) Mais adiante: "Por isso é que durante todo o período colonial, salvo algumas raras, mofinas e intermitentes manifestações de nativismo, a literatura daqui é inteiramente portuguesa, de inspiração, de sentimento e de estilo. Não faz senão imitar inferiormente, sem variedade nem talento, a da mãe pátria. E milagre seria se assim não fosse." (Idem, pág. 35.)

A respeito do mesmo assunto, e voltando agora a apreciar o problema dos períodos literários da fase colonial, Veríssimo assim se manifesta: "Após acurado estudo desses fatos tenho por impossível e vão assentá-los em divisões perfeitamente exatas, ou dispô-las em bem distintas categorias. Fazê-lo com êxito importaria o mesmo que descobrir outros tantos aspectos diversos e característicos em uma literatura sem autonomia, atividade e riqueza bastantes para se nela passarem as alterações de inspiração, de estesia ou de estilo, que discriminam e assentam os períodos literários; uma literatura que em trezentos anos da sua existência apagada e mesquinha não experimentou outras reações espirituais que as da metrópole, servilmente seguida. Assim sendo, é evidente que os únicos períodos literários aqui verificáveis seriam os mesmos ali averiguados." (Idem, pág. 8.) E nem só a respeito de períodos assim se manifesta, mas ainda a respeito dos gêneros e sua discriminação: "Nesse período e ainda no seguinte aqueles diferentes gêneros não apresentam bastante matéria à história, sem perigo desta derramar-se ociosamente. Ao contrário, expor esses fatos na ordem e segundo as circunstâncias em que eles se passam, as condições que os determinam e condicionam e as feições características que afetam, parece fará mais inteligível a nossa evolução literária com a vantagem de guardar maior respeito ao princípio da última unidade da literatura. Nesta, como na arte e na ciência, é conspícua a função do fator individual. Um escritor não pode ser bem entendido na sua obra e ação senão visto em conjunto, e não repartido conforme os gêneros diversos em que provou *engenho*" (Idem, pág. 23.) Conquanto a posição de Veríssimo contenha uma crítica à de Sílvio Romero, que tentou um longo arrolamento onomástico e catalogou os autores pelos gêneros, fragmentando o estudo de cada um deles, parece, pelo menos quanto ao período colonial, que assiste razão ao crítico paraense.

31 Retomando o tema do pretenso luxo colonial, convém mencionar o depoimento de Gilberto Freyre: "É provável que se faça às vezes idéia exagerada do luxo nortista dos séculos XVI e XVII. Aquelas casas com fechaduras de ouro de que fala Frei Manuel devem ter sido raras; e só os mais ricos ostentariam leitos finos. Não se deve porém confundir a vida pernambucana nos séculos XVI e XVII com a de S. Paulo — vida de uma simplicidade, de um ascetismo de móveis, e de uma rudeza de utensílios quase franciscana. Muitos dos colonos de Pernambuco foram homens de origem européia mais elevada e de capitais de instalação

mais fortes que as de S. Vicente. E maiores aqui do que no Sul, os proventos da agricultura da cana e do fabrico, do açúcar. Cardim, que percorreu do norte ao sul o Brasil do século XVI, deixou-nos bem clara a distinção: muito mais fausto em Pernambuco que no Sul. Afonso de E. Taunay reconhece terem os "colossais proventos do açúcar" permitido "na Bahia e sobretudo em Pernambuco" grande importação e uso de objetos de luxo como sedas, veludos, vinhos finos. E do século XVII resta-nos entre outros depoimentos os dos capuchinhos italianos Frei Miguel Ângelo de Gattina e Frei Dionísio de Piacenza recolhidos pelo mesmo Taunay. Foram dois missionários que em 1667 estiveram no Brasil a caminho do Congo. Ao entrarem no porto do Recife observaram em carga e descarga oitenta navios. Saltaram e assistiram à festa do *Corpus Christi.* Muita gente. Excelente música de harpas, clarins e violinos. Das casas, dizem: "ricamente adornadas"; de um engenho de açúcar que visitaram ficou-lhes impressão triste do doloroso trabalho dos negros empurrando aos magotes a enorme roda motora e arriscando a cada passo ter as mãos e os braços colhidos pela moenda; mas a impressão que os dominou foi a da riqueza dos pernambucanos. Riqueza baseada no trabalho dos negros. Os altos preços pagos por uma missa e por um sermão registram-nos, admirados, os capuchinhos. O Sr. Lúcio Costa salienta a simplicidade do mobiliário de que se tem notícia ter adornado as primeiras casas-grandes do Brasil: "além do pequeno oratório, com o santo da confiança, camas, cadeiras, tamboretes, mesas e ainda arcas. Arcas e baús para ter onde meter a tralha toda." (Gilberto Freyre, *op. cit.*, t. II, pág. 749.)

Ao depoimento de viajantes de pouca permanência ou mesmo de um visitador como Cardim, recebido com o máximo de homenagens, é importante contrapor os documentos oficiais, os inventários, os testamentos, as atas das câmaras, documentos que não eram destinados a impressionar a ninguém. E ainda o depoimento de viajantes que passaram depois, no século XIX, quando tais depoimentos se avolumam, todos unânimes em frisar a pobreza de recursos, a precariedade das utilidades, móveis, utensílios, a monotonia das ornamentações domésticas, a estreiteza da vida, a sujeira das cidades, a ausência de vida social. Ainda que tivesse havido o luxo apregoado, que não houve, mencionando-se exemplos isolados em isolados depoimentos, a sociedade do período colonial não estava em condições, por motivos outros, de gerar o gosto pelas artes, pela ciência, pela literatura. Não foi por uma espécie de condenação, por uma peculiaridade, que a literatura brasileira colonial permaneceu parca em manifestações e pobre. Nenhuma sociedade colonial teve condições para gerar e manter manifestações literárias dignas de apreço.

3 — PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS

Caráter do ensino jesuítico — O teatro jesuítico — Os autos — O humanismo jesuítico — Papel dos colégios — Material pré-literário da fase jesuítica — Anchieta — Literatura jesuítica — Gregório de Matos.

"ENTRE OS ESTUDANTES jesuítas — escreveu Serafim Leite — havia duas categorias. Uns que se destinavam a letrados: professores e pregadores; outros, à conversão do gentio."[1] Verifica-se na afirmação o finalismo do ensino jesuítico e como a aprendizagem das letras representava o tirocínio para manejo da ferramenta essencial na tarefa religiosa. Ora, a dupla finalidade acabará por encontrar conseqüências na apagada atividade literária colonial, em que o papel dos membros da Companhia foi tão importante, pelo que representaram, pelo que ensinaram, pelo que orientaram. Quando letrados, destinavam-se ao ensino e ao púlpito. Comportavam-se, é certo, como religiosos. Mas desempenhavam um papel, o de letrados, paralelo e confundido com o de padres. E transferiam aos discípulos os moldes em que haviam forjado a sua própria inteligência. Quando catequistas, entretanto, a posição era já diversa: deviam falar a uma gente inculta, que usava outra língua, muito próxima de uma espécie de infância intelectual em que a objetividade devia ser posta em primeiro plano.

As tarefas do catequista é que vão proporcionar, na colônia, a primeira tentativa de aproximação com o público. As criações não se destinariam, no caso, ao prazer individual, nem ao brilho junto aos pares, nem a servir como mero instrumento de transmissão. Elas deviam constituir o veículo do sentimento religioso, de seus padrões, de suas normas, de seus mitos, colocando-os ao alcance dos índios. Ganhar as almas dos selvagens, perdidas em meio às

adorações a que se haviam acostumado, era uma tarefa essencial. Não podiam, no caso, ser utilizados os mesmos recursos, velhos como a religião, com que outros homens eram conquistados. A linguagem comum, as imagens comuns, as técnicas comuns não representariam pontes para o elemento indígena.

O conteúdo dos temas com que os catequistas tentarão a conquista das ingênuas almas do gentio está, entretanto, fundamente ancorado nos valores e formas vindas da Idade Média. Na sua reação ao estilo erudito do tempo, em que havia o germe da heresia, os inacianos empreenderão a luta contra os artifícios renascentistas, em plena selva americana.[2] Mas esse tradicionalismo deve responder — escreve um ensaísta moderno — a uma finalidade precisa e urgente, que é a propaganda da fé. "E aqui temos, enfim, de regresso o que já foi dito neste estudo sobre os expedientes pedagógicos de que se serviram os inacianos para exacerbar a devoção nos crentes, suscitar o remorso nos pecadores, a regeneração nos infiéis, a conversão nos gentios e pagãos. Toda a sua arte consiste em tocar diretamente os corações, sem precisar convencer por meio de raciocínios abstratos, que podem significar uma superfetação e até um estorvo. Ao povo falam na língua chã do povo e aos infiéis e gentios nas suas mesmas palavras e até segundo seus ritos, cerimônias ou trejeitos, quando não se chocam muito com as normas da Igreja."[3]

Pondo de parte, na catequese, os métodos tradicionais de persuasão, deixando de lado os artifícios comuns do raciocínio, os padres dirigiam-se à imaginação dos indígenas, utilizavam recursos a que eles eram sensíveis, buscavam aproximar o mais possível as suas criações de tudo aquilo que era a vida habitual do selvagem. Utilizavam o luxo, a pompa, como um meio, e os mitos e mesmo palavras que representavam o mundo costumeiro dos assistentes. E reconstituíam, nesse molde misto de formas tradicionais e de formas inéditas e locais, os espetáculos dramáticos com finalidade didática. Tal costume foi anterior à chegada dos jesuítas. Foi com eles, entretanto, que atingiu as suas melhores dimensões e encontrou um papel de relevo. Nesse sentido é que Nóbrega encomendou a Anchieta a composição de um auto que seria a primeira peça de teatro composta no Brasil. Foi o *Auto da Pregação Universal*, representado na vila de São Paulo de Piratininga entre os anos de 1567 e 1570.

Os espetáculos oferecidos nas igrejas, a acomodação ao gosto do gentio e mesmo a certas formas exteriores a que eram sensíveis, o bilingüismo, a aproximação que permitiu entre o público e as

criações artísticas, são traços singulares dessa iniciação literária, que não tem, naturalmente, todas as características necessárias mas constitui um aspecto pouco estudado desse período primário da vida colonial, em que se aproximam elementos exteriores e contribuições indígenas, e em que a população americana começa a conhecer um mundo que ainda não teme. É que a fase em que os autos jesuíticos agremiam a indiada corresponde a uma etapa em que as relações entre os colonos e os indígenas não se haviam revestido ainda de traços violentos. Quando as necessidades da colonização alterarem o tipo de relações, a própria catequese estará integralmente perturbada. As atividades jesuíticas deixarão de preponderar no terreno da conversão do gentio, para isolar-se na assistência religiosa aos colonos. O índio, abandonado ou dizimado, voltará a refugiar-se nas zonas mais distantes. É difícil apreciar até que ponto teria influído a continuação das relações do tipo anterior, quando as criações dramáticas poderiam desdobrar-se e talvez abrir caminho a uma atividade literária de relativo interesse. O que é certo, porém, é que as alterações sofridas pelo sistema de exploração destruíram qualquer possibilidade de desenvolvimento naquilo em que os autos jesuíticos constituíram um início tão interessante.

Se o rumo da catequese, no que influiu na iniciação literária brasileira, entrou em acentuado e rápido declínio, o rumo a que se destinavam os letrados, professores e pregadores só fez crescer em importância, tornando-se o único à medida que o tempo corria. Na ordem em que se concentra, desde então, a atividade jesuítica, a aproximação com o público desaparece. Os autos da primeira fase não constituíram mais do que um episódio, transitório e inócuo, que não deixou vestígios e de que não existe elemento essencial no nosso patrimônio literário. O que vai ocorrer daí por diante é o exercício do ensino, formando novos religiosos ou concorrendo para fornecer as bases do conhecimento aos filhos dos colonos. E quase que tão-somente a estes, uma vez que a freqüência dos índios às escolas entra a declinar sempre e acaba por desaparecer. Cresce o exercício do púlpito, ao lado das tarefas correlatas, como a dos relatórios ou da literatura apologética em que se esmeram os inacianos. Tal rumo influi decisivamente no afastamento, que se manifesta constante, entre o criador e o público. A atividade do pensamento permanece, por todo o período colonial, em círculos muito reduzidos. A aceitação, por parte dos padres da Companhia, do instituto do trabalho servil, não lhes permite substituir o índio pelo negro e o público, com a fuga do índio para o interior, fica

reduzido aos elementos brancos, numericamente inferiores, inteiramente absorvidos na atividade do enriquecimento.

No ensino jesuítico, o predomínio do latim era absoluto. Nisso persistiam em velha orientação, dentro da qual o legislador da Universidade de Estrasburgo poderia mandar punir os que usassem outra língua. O jesuíta, e os que dele aprendiam, sofriam as conseqüências do conceito "a ciência é absolutamente necessária, quase tão necessária como a virtude" — mas tal ciência era a de mero ornamento do espírito, em que o latim constituía peça principal e caminho de acesso.[4] "Humanistas por excelência e os maiores e seu tempo — esclarece Fernando de Azevedo — concentraram todo o seu esforço, do ponto de vista intelectual, em desenvolver nos seus discípulos as atividades literárias e acadêmicas que correspondiam, de resto, aos ideais de 'homem culto' em Portugal onde, como em toda a Península Ibérica, se encastelara o espírito da Idade Média, e a educação, dominada pelo clero, não visava, por essa época, senão formar letrados e eruditos. O apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de caracterizar na colônia toda a educação, modelada pela da metrópole, que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico e de análise, à pesquisa e à experimentação". O mesmo autor, aliás, anota, a propósito do nível cultural da metrópole: "Não era de esperar melhor resultado intelectual na colônia quando, na capital da metrópole, em Lisboa, era geral e profunda a ignorância no século XVI, somente duas pessoas, ao que afirma R. Oliveira, se ocupavam em ensinar leitura às meninas. Nos séculos XVII e XVIII a situação na metrópole, a esse aspecto, não se modificara sensivelmente, até o Marquês de Pombal, e era enorme por todo o país a massa de iletrados. O clero detinha em suas mãos o monopólio do ensino. A única universidade que funcionava no país ultramarino — a de Coimbra, fundada em 1290 em Lisboa e transferida em 1537 para Coimbra — estava também ela sob a influência direta do clero e, particularmente, da Companhia de Jesus, que dela se apoderou em 1555, e constituía, nos seus cursos acanhados e livrescos, de apostilas, glosas e comentários, antes um aparelho de esterilização mental do que um fator de progresso intelectual e científico".[5]

Mas eram os colégios dos jesuítas os únicos centros de ensino. Neles se concentrava a atenção da Companhia. "É nesses colégios e nas casas dos jesuítas — escreve um historiador — que se instalaram as primeiras bibliotecas do país e, por um largo período, os únicos focos de irradiação de cultura, no litoral e no planalto. Neles se

educaram, ainda no século XVI, entre outros, Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*, Frei Vicente do Salvador, a que se deve a primeira história do Brasil, e Jerônimo Albuquerque Maranhão; no século XVII, Antônio Vieira, Eusébio e Gregório de Matos, e a seguir, até o século XVIII, em que foram alunos de jesuítas os poetas Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto, 'todos ou quase todos, diz o Barão do Rio Branco, os que no Brasil colonial tiveram algum nome nas letras, nas ciências, nas artes e na política'. Nesses três séculos que abrange o regime colonial, o ensino, abandonado inteiramente ao clero, esteve a cargo exclusivo dos jesuítas, no primeiro de nossa formação, e passou a ser dado, nos seguintes, sobretudo pelos religiosos da Companhia e pelos Beneditinos, Capuchinhos, Carmelitas, e de um modo geral por sacerdotes, regulares ou seculares, em seus colégios, conventos e seminários".[6]

A confusão inevitável entre o ensino e a religião não seria dos aspectos menos importantes da unilateralidade com que era ministrado aquele: "Pode-se, pois, dizer, sem nenhuma ênfase, que a cultura no Brasil, elaborada pela Igreja, ao longo de nossa história colonial, foi tributária da religião. Certamente, porque lhe faltava ambiente apropriado, não logrou desenvolver-se, senão dentro de certos limites, mesmo entre os eclesiásticos — os homens mais ilustrados do tempo cujos conhecimentos não passavam do latim e da teologia — e continuava a ser tão rara que o indivíduo, senhor do conhecimento do latim e do francês, 'era olhado, diz Armitage, como um gênio tão transcendente que de grandes distâncias vinham pessoas consultá-lo'. Mas, ainda que dominada pela influência predominante ou quase exclusiva da religião e orientada sobretudo para a formação profissional de sacerdotes, essa cultura, de feição literária e escolástica, era até certo ponto desinteressada, sem preocupações utilitárias, e se caracterizava pela sua unidade orgânica, ligada como estava a uma determinada concepção de vida, dominante por essa época na metrópole e no seu único centro universitário".[7]

O curso de Letras, no colégio dos jesuítas na Bahia, começou em 1553 e nunca deixou de funcionar. Nele eram estudados todos os clássicos, desde Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. "Mas os mestres de estilo, mais recomendados pelo *Ratio*, eram Cícero e Virgílio", acentua um historiador da Companhia.[8] Inaugurou-se em 1572 o curso de Artes (Filosofia e Ciências), mais elevado que o de Letras. Tal curso começou, em 1593, com vinte alunos; em 1598, com quarenta, o que demonstra o seu desenvolvimento. Sabatinas, disputas intelectuais, academias, prêmios escolares, foram criações desse tipo de ensino, que procurava a emulação,

para discriminar e selecionar valores em que recrutasse novos membros à Companhia. Processos e métodos que se enraizaram no ensino brasileiro, como o caráter ornamental e desinteressado que constituía o seu conteúdo. A disciplina era severa, acompanhando os usos do tempo, embora os jesuítas fossem mais inclinados às sanções morais. Os castigos representavam moeda corrente.

Com o passar dos tempos, e com a preeminência que os colégios assumiram, na paisagem urbana e na função que desempenhavam, começaram a discriminar os alunos, menos na intenção do que por força da estrutura social vigente. A própria pompa de que se revestiam as solenidades de formatura indica a distinção de classe dos discípulos. Da que ocorreu em 1581, afirmou um historiador que "foi um espetáculo europeu". E Anchieta, em carta inédita, revelada por Serafim Leite, descreve: "...o número de estudantes aumentou este ano; cem, além dos meninos da escola elementar, que são quase outros tantos. Nestas regiões, onde ninguém cultiva as letras, e todos se dão a negócios, é o máximo. E ainda que não aumentassem numericamente, contudo, em letras e virtude, fizeram mais progressos do que nunca nesta Província. Além das lições de Teologia e de casos de consciência, houve outra de Teologia exclusivamente destinada aos que tinham concluído o curso de Artes; o grande aproveitamento nos estudos funda boas esperanças na sua doutrina. Este ano elevaram-se à dignidade de Mestre alguns externos. A cerimônia fêz-se ainda com maior solenidade e com o aparato que se costuma nas Academias da Europa, como nunca se tinha feito aqui. Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pajem do barrete, nem o capelo feito de estôfo de sêda".[9]

Traçadas as linhas do ensino vigente e caracterizada a ausência de ressonância para qualquer manifestação do espírito, fácil é concluir que o material literário surgido nos dois primeiros séculos não poderia apresentar outra fisionomia senão aquela condicionada por uma sociedade refretária a qualquer manifestação artística. Aquele material, que só por extrema tolerância e por critério cronológico pode ser aceito como incorporado ao nosso patrimônio literário, cabe perfeitamente na ampla chave da literatura jesuítica, isto é, a que foi elaborada por elementos da Companhia ou por homens por ela educados, com a sua indelével marca, e os seus sentimentos, e as suas orientações. É um material na sua maior parte meramente informativo, com o traço, que lhe não confere valia, de ter sido escrito no idioma do colonizador. Suprimido esse traço, que é frágil liame que o admite, no critério generalizado, nos domínios da história literária, ficaria no mesmo nível daquelas contribuições de

estrangeiros que aqui estiveram, nos primeiros séculos, por força de viagens ou de tentativas de colonização, aventureiros, missionários, homens da fortuna, os Staden, os Thevet, os Barléu. Autores de utilidade, muitas vezes, para o conhecimento da terra e da gente, dos seus usos, de seus costumes, de acontecimentos mesmo — absolutamente distantes do campo literário, ainda que considerados nos idiomas em que escreveram. Os que o fizeram em português, só por isso têm tido ingresso em nossa literatura. Nem a intenção, nem a arte, nem o engenho, lhes permitiriam, sob qualquer pretexto, esse gratuito passaporte, que lhes tem sido concedido, sem maior exame.

O primeiro, entre todos os que podem ser compreendidos no critério que ficou estabelecido, e que tão desrespeitado tem sido, é o canarino José de Anchieta. Trata-se, sem dúvida alguma, mesmo dentro das normas mencionadas, de uma figura diferente e singular. O que marca, do ponto de vista da criação literária, a personalidade de Anchieta é, evidentemente, a intenção literária. Trata-se, ao que tudo indica, de uma autêntica vocação. Existe, em muito do que escreve, a manifestação e o teor artístico. O meio lhe era adverso, a tarefa de catequese o absorvia, a língua constituía um obstáculo enorme, mas Anchieta revela, sob a diretriz principal que nortearia a sua existência e a sua atividade, a posse de qualidades criadoras que, postas em relação com o tempo e com o meio, marcam a sua preeminência e a sua singularidade.

No fenômeno Anchieta é indispensável distinguir, em primeiro lugar, o que realmente lhe pertence, o que individualiza a sua contribuição. Como todo homem de mérito, num meio e num tempo de ação coletiva, acoberta com o seu nome um mundo que não é seu — é o mundo em que foi a figura principal, aquela que se destacou, aquela que ficou como referência, a que deu o nome a tudo. Afirmar do canarino as produções que estão em seus cadernos é mais do que arriscado. O problema da autoria, por outro lado, difícil e inócuo, parece fora de propósito. Demais, Anchieta só deve ser estudado e compreendido no quadro, que procuramos rapidamente traçar, das criações edificantes em que o auto, representado nas igrejas, tinha uma finalidade ostensiva. Tinha, mas possibilitava o entendimento com o público, a comunicação, o traço por excelência da criação artística, aquilo que a distingue e que lhe possibilita os efeitos. Nem foi por acaso que se encarregou de composições tais, misturando a sua autêntica vocação literária com a sua não menos autêntica vocação de missionário. O simples fato de que Nóbrega tivesse recorrido ao canarino mostra que era o mais indicado, aquele naturalmente predestinado ao mister.

"Das virtudes literárias de Anchieta — escreve um crítico — a mais significativa é, sem dúvida, essa de ter conquistado um público para a sua obra. Em vez de gastar engenho e fôlego perpetrando sonetos arrebicados, que poucos haveriam de ler, preferiu descer à praça e lá recrutar audiência mais ampla. Recrutar é a palavra certa, porque, fiel à sua vocação de missionário, o trovista de Reritiba fez da arte instrumento de catequese e nesse instrumento e nesse sentido foi o nosso primeiro poeta político, ou interessado, ou engajado, se preferem." Para aduzir adiante, frisando um ponto dos mais característicos: "Para ser entendido, ele, que era naturalmente simples e desataviado, simplificou-se e desataviou-se ainda mais, não hesitando em sacrificar à inteligibilidade os primores da forma. Nem por isso lhe saía a escritura desfigurada. Ainda que didática, simplória, tosca, sua poesia trás consigo aquela fragrância que faltou quase que inteiramente aos nossos escritores quinhentistas e seiscentistas, via de regra artificiosos na linguagem e nas idéias."[10]

Clóvis Monteiro situa o problema anchietano com propriedade quando escreve: "Se as condições do meio em que o padre Anchieta exerceu as suas atividades, sobretudo como dramaturgo, favorecessem o desenvolvimento de sociedade capaz de formar uma literatura, teríamos tido nesse meio as bases da nossa literatura nacional. Há no seu teatro passagens que são preciosos flagrantes da vida do Brasil, no momento em que este surgia para a civilização. Aí se encontram, entrelaçando-se, os espíritos de indígenas e de europeus; ali se misturam ou se repelem os sentimentos das raças que se fundiram. São flagrantes naturais da vida como era, dos costumes mais característicos, de situações morais que não podiam escapar à observação do zeloso catequista".

Mas é este mesmo ensaísta que compreende a impossibilidade de fixar no canarino um início de literatura brasileira: "Não se pode propriamente dizer que a produção literária do padre Anchieta constitua o início da literatura brasileira. Se o Brasil ainda não existia como nação, não é lícito se vá procurar nessa época a origem de sua literatura. Anchieta foi um precursor, como bem entendeu Sílvio Romero, e a orientação de sua obra, o objetivo com que foi feita e os traços que mais a caracterizam estão conformes à orientação que seguiu a literatura brasileira logo depois da nossa independência política. Pintura dos costumes, de aspectos da vida quotidiana, intenções morais elevadas, exaltação das virtudes, assim humanas como divinas, tudo quanto, enfim, mais valoriza os dramas simples de Anchieta, são caracteres fundamentais da nossa literatura, com o Romantismo, no século XIX".[11] Em estudo especializado,

M. L. de Paula Martins assegura, sem qualquer dúvida, que a "obra literária de Anchieta tem menos interesse estético que científico e histórico".[12]

Aceitar, sem mais discussão, como literatura, e como literatura brasileira, aquelas produções de autoria incerta, a maior parte das quais constituíam simples paráfrases que se destinavam a complementar e facilitar a conversão do gentio e que, por isso, se adaptavam a muito do que eles conheciam e entendiam, parece subordinação a um critério elástico demais e vazio de exigências. O simples problema da língua demonstra a precariedade de razão nos que se preocupam em incorporar autores e criações à nossa literatura. Os dramas eram bilíngües, ou mesmo trilíngües, e não tinham outro laço com a terra e com a gente senão aquelas alterações formais que possibilitavam o seu entendimento pelos índios. O poema dedicado à Virgem, composto no silêncio da praia de Iperoig, foi escrito em latim. A *língua geral* não era aquela que representa o fundamento da nossa literatura, e nela Anchieta e seus companheiros deixaram o melhor de seus escritos. Tais razões, e outras, alinhou Sílvio Romero, no debate do problema.[13] Demais, as produções mencionadas não constituem material utilitário, material para aplicação dos eruditos e, não tendo representado nenhum papel no desenvolvimento literário brasileiro, interrompidos os seus possíveis efeitos pela mudança do quadro em que haviam surgido, só recentemente vêm sendo retirados do esquecimento. Cumpre, entretanto, na situação devida do problema, distinguir tudo o que vem sendo apresentado sob o nome de Anchieta da mera relação das contribuições informativas, cartas, relatórios, descrições, arrolados no título de literatura jesuítica. Se, no primeiro caso, temos uma gorada tentativa literária, com muitos dos seus traços definidores, no segundo já não existe nada que permita a incorporação de peças tais ao campo literário.[14] Assim, no primeiro século, os trabalhos de Fernão Cardim[15], de Manuel da Nóbrega[16], jesuítas, de Gabriel Soares de Sousa[17], português que deixou uma ampla descrição da colônia, de Pero de Magalhães Gandavo, que fez crônica histórica[18]; no segundo século, de Vicente do Salvador[19], de Diogo Gomes Carneiro[20], de Manuel Morais[21], de Eusébio de Matos[22], de Antônio de Sá[23], de Antonil[24], jesuítas todos eles, de Brandônio[25], que contou em diálogos interessantes as coisas da terra. Todos os citados, uns mais e outros menos, fizeram obra meritória sob muitos títulos. Mas não sob aqueles que caracterizam o trabalho literário. Mesmo um narradór simples como Frei Vicente do Salvador, que contava com clareza os acontecimentos que conhecera ou que estudara, está distante, e muito, de merecer o galardão literário. O mesmo se poderá, sem nenhuma dúvida, afirmar da oratória sagrada reduzida a textos em que houve alguns exemplares conhecidos. Todo esse material, por vezes extremamente útil para o conhecimento da colônia, está à margem da literatura, em que tem ingressado por vias travessas, mais, ao que tudo indica, pela deficiência de nomes a apontar, numa fase em que não havia condições para qualquer espécie de atividade artística no Brasil. O mesmo é possível afirmar das narrativas motivadas pela guerra com os holandeses, as dos frades Manuel Calado[26] e Rafael de Jesus[27] e dos leigos Brito Freire[28] e Duarte de Albuquerque[29], sendo que a deste nem em nossa língua foi escrita, como as que pretendem um quadro geral da colônia, entre elas a de Diogo de Campos Moreno[30] e a excelente *Jornada do Maranhão*[31].

Já o mesmo não é possível dizer dos trabalhos, em que há teor literário evidente, de Bento Teixeira[32], cuja *Prosopopéia* aparece a muitos como o primeiro documento da literatura brasileira, de Antônio Vieira[33], de quem se pode discutir a naturalidade literária mas não o valor, de Diogo Grasson Tinoco[34], um precursor ainda pouco estudado, de Gregório de Matos, principalmente, todos colocados no campo da literatura jesuítica, segundo o critério que estabelecemos[35]. Com estes, estamos evidentemente no campo da literatura, quaisquer que sejam as restrições qualitativas que mereçam alguns. Vieira foi um dos mestres da língua e Gregório, com todas as suas deficiências, é uma figura de teor literário inconfundível, um espírito criador que o meio triturou e cujo temperamento concorreu para isso[36].

Da *Prosopopéia* só se salva, a rigor, a intenção literária. É a literatura dos áulicos, com os defeitos específicos e mais os da época, juntos à deficiência pessoal do autor. José Veríssimo não viu motivos para poupar a obra de Bento Teixeira: "Não tem mérito algum de inspiração, poesia ou forma. Afora a sua importância cronológica de primeira produção literária publicada de um brasileiro, pouquíssimo valor tem. No meio da própria ruim literatura poética portuguesa do tempo — aliás, a só atender à data em que possivelmente foi este poema escrito, a melhor época dessa literatura — não se elevaria este acima da multidão de maus poetas iguais".[37] Surpreende quando algum ensaísta penda para a benevolência, no caso, como Afonso Arinos de Melo Franco, que vê em Bento Teixeira o que ele parece não possuir: "Mas já por outro lado, o ambiente colonial se tornava favorável à eclosão de uma obra de outro gênero, a *Prosopopéia*, de Bento Teixeira. É este um poema heróico e não místico à maneira do de Anchieta, escrito em português, língua

próxima e social, que começava a ser o idioma da terra, e não em latim, língua da Igreja, ou dos distantes letrados europeus, seguidores de Erasmo de Roterdã. Um poema como a *Prosopopéia*, já traz a marca da criação brasileira, já reflete literariamente as paixões dos homens e da vida humana, e não mais o anseio metafísico, a luta pela salvação, tema inseparável da obra literária jesuítica que era, afinal, um simples instrumento do trabalho espiritual de catequese".[38]

Citando a pesquisa de João Peretti, a respeito da identidade do autor da *Prosopopéia*, que não é o do mesmo nome, mencionado nas *Denunciações*, Gilberto Freyre situa o poema como o primeiro "composto no Brasil e que teria sido uma expressão da vida de lazer e de refinamento cedo criada no país pela economia açucareira", o que parece em contraste com a realidade. Bento Teixeira, em quem dificilmente se poderia encontrar talento, pelo que revela o poema, pertence apenas ao grupo dos áulicos. E nem havia em Pernambuco, nos fins do primeiro século de vida colonial, refinamento algum e nem mesmo lazer, pelo menos como o lazer que, em outros meios e em outros tempos, permitiu o aparecimento de determinado tipo de literatura. Tipo que a sociedade brasileira, particularmente a de tal fase, não estava em condições de gerar.[39]

A valia literária de Diogo Grasson Tinoco já não reside apenas na intenção. Descrevendo o que chamou *fundo histórico* de seu poema *Vila Rica*, Cláudio Manuel da Costa levanta o problema da criação épica devida a Grasson Tinoco, transcrevendo quatro estrofes do que seria o trabalho completo, cujos originais lhe teriam sido enviados por Pedro Taques. O assunto, infelizmente, não encontra outros caminhos e só pesquisas posteriores permitirão, acaso, situar devidamente a importância daquele que versejou primeiro a respeito das bandeiras.

A propósito de Vieira, a questão controversa é a de incorporá-lo ou não à literatura brasileira. Parece que a contenda carece de fundamento. Não existia literatura brasileira ao tempo em que o jesuíta insigne fazia ouvir a sua voz. Era tudo literatura portuguesa, aquela feita na metrópole e aquela elaborada na colônia. Nem outro foi o critério de José Veríssimo, sempre equilibrado em seus julgamentos: "No Brasil, desde que se começou a escrever prosa a que já possamos chamar de literária, foram justamente os defeitos dessa prosa portuguesa, a dureza e simultaneamente o amaneirado do frasear, o inchado e o retorcido da expressão, com o sacrifício intencional da sua correnteza e naturalidade, que predominaram".[40] Veríssimo fala no estilo, na moldura literária. Há que mencionar,

entretanto, o conteúdo, o espírito das criações. Ele era inequivocamente português, e nem poderia deixar de ser. Fazia-se, aqui, literatura portuguesa, sem dúvida alguma. O que poderá, então, distinguir, para a história, que é a concatenação e a ordenação do passado literário, a busca das origens, muitas vezes meramente cronológicas, o que é português do que é brasileiro — e apenas por força daquela ordenação? O fato simples de terem vivido na colônia, de terem feito da terra e da gente que aqui trabalhava ou usufruía, tema de suas criações os que hoje podem ser enfileirados como precursores da nossa literatura, que ainda estava longe de existir. Pertencem ao passado literário luso os que, aqui nascidos ou não, fizeram das terras e das gentes metropolitanas os seus motivos e os seus temas. Vieira é um antepassado comum, visto que temos com Portugal um longo período de vida comum. E nem é o único. Meio século de sua existência, e a fase característica da formação de sua mentalidade, transcorreu entre nós. Coisas da colônia, seus problemas, sua gente, sua paisagem social e política, constituíram motivos de sua oratória e de suas cartas, em que há grandes momentos.

E ainda hoje ele nos ensina a todos não só coisas históricas que pertencem a ambos os povos mas, e principalmente, como escrever o idioma que permanece comum, guardadas as diferenças naturais que o tempo fez avultar dadas as diversidades de meio e de formação e desenvolvimento. De sua grandeza como orador sagrado e como prosador já muito se escreveu e não há o que acrescentar senão em estudos especializados. Sua influência, que foi tão larga quanto permitia a época, exerceu-se em vida sobre quantos o ouviram e conheceram. Ela permanece intacta e não é surpreendente que as questões da língua, levadas a extremos tão caprichosos e singulares até bem pouco, exigissem sempre a sua autorizada presença, como mestre incontestável. Se dúvida houvesse, tais aspectos bastariam para dirimi-la. Demais, se já se verificou a importância da tribuna sagrada, na época colonial, como único meio de transmissão de idéias, por que afastar da galeria dos que a engrandeceram, no nosso passado, falando de nossas coisas, aquele que foi nela soberano?

Em Gregório de Matos vamos encontrar uma das singularidades mais expressivas da formação literária na colônia. O simples fato de sua obra servir de motivo a tantas controvérsias e despertar ainda tão grande interesse para a pesquisa, apesar de seus fracos atrativos, assinala aquela singularidade. É que, como em todos os repentistas, Gregório foi um misto de homem de letras e de cantador popular; ao mesmo tempo que se esmerava em indicar a posse de cultura

ampla, que parece não ter realmente dominado, buscava aproximar-se dos motivos triviais, rolando para o nível da vulgaridade mais simplória. Aparentemente paradoxal, nesses violentos contrastes, Gregório de Matos é mais do que uma figura e um autor porque retrata, sob muitos aspectos, e tipifica, em quase toda a sua obra, o meio e o tempo. Nem poderia um exame objetivo de tal obra aferrar-se aos problemas de autoria, ou extremar-se nos temas do plágio ou da cópia. Pode assistir razão, e sem dúvida assiste, pelo menos em parte, aos que, menos tolerantes, discutem com aspereza a desculpa de que eram os usos do tempo que permitiam a apropriação de versos alheios, correndo pela responsabilidade de copistas e recompiladores muito do que se lhe atribui de plagiário contumaz. Sílvio Júlio, com cuidados de exato e minucioso pesquisador, e Paulo Rónai, com a paciência de erudito, procuraram desmontar peça a peça as tramóias de Gregório de Matos, responsabilizando-o por um mundo de furtos a que a simples ética condenaria. Tais estudos devem ser levados adiante, sem dúvida alguma, a compreender melhor não só a individualidade do poeta baiano como o que ele representou de coletivo, de tradutor de uma época.[41]

Um julgamento equitativo, porém, colocará o satírico baiano em lugar de destaque, consideradas as condições do tempo e do meio. Conquanto grande parte de sua obra exija uma revisão crítica, particularmente em tôrno do problema da autoria, e tôda ela esteja a exigir estudo especial, para distinguir o teor literário da mera criação vulgar, sem nenhuma qualidade e ligada ao talento repentista do poeta. É importante não esquecer que, numa época em que a transmissão se fazia por via oral, de ouvido em ouvido, de boca em boca, e o ato da criação revestia-se de traços inteiramente diferentes do que hoje acontece, irrompendo os versos em festa, reuniões, lugares públicos, nos pontos em que se aglomeravam tocadores de viola, cantadores, gente vulgar na sua maior parte, a qualidade nem sempre podia ser excelente, o agrado dos ouvintes prevalecia, o teor literário parecia secundário. A popularidade das criações de Gregório de Matos indica, nesse sentido, que era ele uma figura apreciada, pelo menos divertida. Daí as suas descaídas, as licenças de que abusa, o gosto vulgar de muitas de suas criações ou daquilo que lhe atribuem, o desleixo delas, a transitoriedade do que está demasiado preso a um certo meio e não resiste ao tempo e às mudanças, do que agrada por surgir de condições locais, de coisas locais, de fatos e de pessoas então conhecidas, sem nenhuma possibilidade de salvar-se à ação dos anos porque a vulgaridade carece de resistência.

Os estudos sobre a obra do poeta sofrem do fascínio em torno de sua existência atribulada, de tudo o que foi anedótico nela, justamente a parte perecível. Os ensaístas, os críticos, os historiadores que se demoraram na análise de sua contribuição ocuparam-se muito mais de episódios do que dos versos e nem sequer, ocupando-se de fatos, ligaram-nos ao estudo do meio, ao levantamento do quadro em que Gregório de Matos exerceu a sua tarefa curiosa e característica. Presos ao encantamento, até certo ponto aceitável, do pitoresco dessa contribuição inexcedível a respeito da vida na capital da colônia na segunda metade do século XVII, deixaram de parte o exame acurado de uma obra que está a merecê-lo devidamente enquadrado nas condições em que foi elaborada. Porque a verdade é que nenhum homem de letras de época tão recuada deixou no que criou tantos traços e tão nítidos da existência comum, a tal ponto que há quem o aponte como o intérprete de uma nascente burguesia citadina em protesto contra as demasias dos grandes proprietários, do clero, da nobreza e dos funcionários reais. Na obra de Gregório de Matos há que diferenciar ainda a influência do cultismo, a da poesia espanhola, particularmente de Quevedo, muito maior que a de Gôngora, se é que esta teve algum papel no caso. Influência natural em quem se formou no reino, quando os traços da dominação hispânica ainda estavam vivos, dominação que representara, sem dúvida, a supremacia da nobreza sobre as demais classes metropolitanas, nobreza em que o cultismo e, depois, o gongorismo, com os seus caprichos e a sua inanidade, calhavam como um produto específico.

E não menos interessante é o estudo da contribuição de Gregório de Matos para a aproximação entre a linguagem literária e a linguagem popular, pela maneira como introduziu em suas composições não só palavras até então proibidas ou vedadas ou mal-aceitas como expressões de uso comum. Não é sem motivo, antes fundado em exemplos inumeráveis, que Sílvio Romero pode afirmar que Gregório "emprega um torneio de linguagem inteiramente popular" e verifica na obra do poeta baiano uma "diferenciação já crescente da maneira brasileira de manejar a língua".[42] E José Veríssimo, mais cuidadoso, seguro em suas conclusões, concorda inteiramente: "A sua língua, que julgamos poder classificar de clássica, tem modalidades, idiotismos, adágios, fraseados, muito peculiares, e alguns certamente já brasileiros. O seu vocabulário, que está a pedir um estudo especial, é abundante em termos castiços, arcaicos e raros, espanholismos e brasileirismos".[43] Segismundo Spina dedicou parte

de seu trabalho sobre Gregório à tarefa de esmiuçar o vocabulário de origem tupi nos versos do baiano.[44]

De qualquer forma, a pesquisa e análise que a obra de Gregório de Matos exige pode muito bem levar a um julgamento favorável sobre o poeta, tão discutido ainda, em quem alguns querem ver "uma espécie de ator Vasques do tempo, um jogral, um mascate de pilhérias", enquanto outros encontram nele uma figura digna de apreço literário e nos seus versos "modelos de boa poesia do gênero, em que podemos admirar imaginação, chiste, e conceito, além da beleza métrica e da excelente língua, numerosa e propríssima".[45]

O material acumulado no primeiro e no segundo século da vida brasileira carece de sentido literário. Trata-se de mera informação, por vezes preciosa, sem qualquer intenção artística e com parcas possibilidades de concretizá-la, se houvesse. O episódio anchietano, com as peças edificantes, carece de significação, ilhado que permaneceu e só agora reconstituído pela tarefa da pesquisa erudita. As cartas jesuíticas, os roteiros de viagem, as narrativas de sertanistas e de senhores de engenho, ainda as descrições da vida colonial e as reconstituições históricas, são inteiramente destituídos de teor literário. Não trazem sequer a intenção. O poema de Grasson Tinoco perdeu-se. A oratória de Vieira, que reivindicamos, e suas epístolas, muito mais documentos políticos do que literários, constituem exemplo isolado, de homem afeito a outro meio e nele engrandecido. Meio que lhe concedeu, desde logo, a ressonância propícia e a que fazia jus. De Gregório de Matos, sobre cuja figura e cuja obra tantas controvérsias giram, negando-lhe apreço alguns, enquanto outros o superestimam, é possível afirmar que, necessitando de estudo acurado, para que possa ser bem compreendido e situado em nosso desenvolvimento literário, permanece no limiar em que se misturam teor literário e criação popular. De qualquer forma, uma coisa é certa: não influiu nos que se seguiram, não transmitiu a sua obra, só recentemente reconstituída, e de forma precária e discutível.

Os dois primeiros séculos representam, assim, por motivos perfeitamente conhecidos, em conseqüência da refratariedade da sociedade colonial a qualquer manifestação artística, uma espécie de pré-história literária. Seu estudo é uma tarefa de erudição, e tem um interesse informativo e cronológico. Os autores nele arrolados são leitura, por vezes obrigatória, de ensaístas, etnógrafos, historiadores, sociólogos. Estão, do ponto de vista literário, naquele cemitério a que José Veríssimo se referiu sem nenhuma ironia.

NOTAS AO CAPÍTULO 3

1 SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 6 vols., Lisboa e Rio, 1938-1948, pág. 82.

2 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, "Literatura Jesuítica", *in Diário de Notícias*, Rio, 9-1-949.

3 Idem.

4 SERAFIM LEITE, *op. cit.*, pág. 71.

5 FERNANDO DE AZEVEDO, *A Cultura Brasileira*, Rio, 1943, pág. 133.

6 Idem.

7 Idem.

8 SERAFIM LEITE, *op. cit.*, pág. 75.

9 Idem, pág. 97.

10 JOSÉ PAULO PAIS, "O Sapateiro e o Canário", *in O Tempo*, São Paulo, 26-6-955.

11 CLÓVIS MONTEIRO, "Aspectos Originais da Obra Literária de Anchieta", *in Correio da Manhã*, Rio, 12-2-1951.

12 M. L. PAULA MARTINS, *Anchieta, Poesias*, S. Paulo, s. d.

13 SÍLVIO ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1943. A nota de Sílvio, em barra de página, situa precisamente a posição do grande historiador literário face ao problema de Anchieta: "Como se vê, a idéia capital dêste capítulo é a designação de um lugar para José de Anchieta em nossa história literária. Depois de terem saído estas páginas na *Revista Brasileira* de 15 de novembro de 1881, o Dr. Melo Morais Filho publicou em 1882 na segunda edição de sua antologia — *Curso de Literatura Brasileira* — algumas poesias de Anchieta e outras mais tarde em 1885 na crestomatia — *Parnaso Brasileiro.*

"Aventou também a idéia, a meu ver bastante exagerada, de dever ser considerado o jesuíta canarim o genuíno criador da poesia e da literatura nacionais. Considero Anchieta um ponto de partida, um simples precursor, e não aceito a idéia do Dr. Melo Morais Filho pelas razões seguintes:

"1.ª — A literatura não é uma obra individual; não tem um criador, tem apenas tipos representativos e nada mais;

"2.ª — No caso vertente, e esta razão é capital, haveria o absurdo da criação da literatura — antes da existência do povo;

"3.ª — O padre não teve intuitos literários porém somente desígnios de religião e de catequese;

"4.ª — Para verdadeiro criador, no sentido nacionalista, faltava-lhe o misterioso impulso do nascimento, único que sabe dar completamente a nota pátria;

"5.ª — Escreveu principalmente em três línguas que não são a nossa;

"6.ª — Não foi só ele o jesuíta de seu tempo que escreveu autos e poesias; outros o fizeram e, entre eles, o Padre Navarro, denominado — o *Orfeu Brasílico;*

"7.ª — Os versos do canarim passaram despercebidos durante os últimos três séculos; não foram publicados, não influíram sobre o espírito nacional; são hoje apenas uma descoberta tardia de erudição;

"8.ª — É, certamente, um equívoco querer tirar do cosmopolitismo abstrato, da intuição generalizante e universalista de um jesuíta a idéia particularista do nacionalismo literário;

"9.ª — Os versos publicados agora e os existentes na Biblioteca do Instituto Histórico, enviados de Roma por Franklin de Massena, são, sob o ponto de vista literário, de valor muito problemático para sobre eles levantar-se a teoria que combato.

"Por tais motivos é justo conservar-se o padre em seu lugar, sem ser necessário exagerar-lhe as proporções.

"É o que faço neste livro." (T. II, págs. 24 e 25.)

14 José de Anchieta (1534-1597) nasceu em São Cristóvão de La Laguna, capital de Tenerife, uma das ilhas Canárias. Era filho de Juan de Anchieta, de Guipúzcoa, e de Mência Dias de Claviko Llarena e pertencia à nobreza local. Entrou para o Colégio dos Jesuítas, em Coimbra, em 1551. Chegou ao Brasil, com D. Duarte da Costa, em 1553, sendo destinado a S. Vicente, como mestre de Latim. Prestou grandes serviços na catequese e na dominação dos índios. Voltou à Bahia, em 1565, recebendo aí ordens sacras. Exerceu funções governamentais em S. Vicente, a partir de 1567 e aí professou, em 1577. Provincial, de 1578 a 1586, passou a residir no Colégio do Rio de Janeiro, desde aquele último ano. Nomeado superior do Colégio do Espírito Santo, em 1594, faleceu em Keritiba. Compôs uma *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, a *Vida dos Religiosos da Companhia dos Missionários no Brasil*, a *Dissertação Sobre a História Natural do Brasil*, que surpreendeu Saint-Hilaire. Escreveu o *Poema em Louvor da Virgem Nossa Senhora.* São-lhe atribuídos outros trabalhos, dos quais muitos permanecem desconhecidos. Discute-se a autoria dos autos em que aparece como criador ou adaptador. A *Arte da Gramática* foi editada em Coimbra, em 1595; existe dela uma edição recente, de 1933, feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A poesia e a prosa de Anchieta estão quase completas nos dois volumes editados pela Academia Brasileira de Letras: *Primeiras Letras*, Rio, 1923 e *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, Rio, 1933. Uma antologia de Anchieta acompanha o volume de M. L. Paula Martins: *Anchieta*, I, *Poesias*, S. Paulo, s.d., com estudo biográfico e crítico e bibliografia. A. Cardoso, Batista Caetano de Almeida Nogueira e M. L. Paula Martins traduziram vários trabalhos de Anchieta. A relação desses trabalhos encontra-se na obra citada de M. L. Paula Martins.

15 Fernão Cardim (1540-1625) nasceu em Viana de Alvito, Portugal, filho de Gaspar Clemente e Inês Cardim, ambos de famílias antigas e importantes no reino. Parece que o seu noviciado na Companhia teve lugar em 1566. Veio para o Brasil em 1583, com o Governador Manuel Teles Barreto. Viajou pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro. Eleito, em 1598, procurador da Província do Brasil em Roma, regressava de viagem, em 1601, quando foi aprisionado por corsários ingleses e levado para a Inglaterra onde permaneceu até ser resgatado. Regressou ao Brasil, em 1604, como provincial, cargo em que ficou até 1609. A queda da Bahia nas mãos dos holandeses, em 1624, encontrou-o como reitor do colégio local. Faleceu no ano seguinte. Sua *Narrativa Epistolar*, constando de duas cartas escritas ao provincial em Portugal, constitui um quadro da vida brasileira dos fins do primeiro século, em que há alguns exageros muito repetidos pelos cronistas posteriores. Foi impressa em Lisboa, em 1847 e reimpressa, no Rio, por iniciativa de Melo Morais, em 1860. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* reproduziu-a, em 1902, na parte I do tomo 65. Esse trabalho, como os demais de Cardim, *Do Clima e Terra do Brasil* e *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil*, foram reunidos em um só volume, em 1925, no Rio. Em 1939, na coleção Brasiliana, apareceu a 2.ª edição, conservando-se as preciosas notas e introdução de Rodolfo Garcia, e as notas de Capistrano de Abreu e Batista Caetano.

16 Manuel da Nóbrega (1517-1570) nasceu em Portugal e, filho de um desembargador da Relação, cursou a Universidade de Salamanca e formou-se em Cânones, em Coimbra. Ingressou na Companhia em 1542 e veio para o Brasil em 1549, entregando-se à catequese. Provincial em 1553, exerceu o cargo até 1559. Concorreu para a pacificação dos índios, em S. Vicente, e para a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, onde fundou o colégio dos Jesuítas, de que foi reitor e em cujas funções faleceu. As cartas de Nóbrega constituem, desde o primeiro século, uma das mais preciosas fontes para o conhecimento do Brasil naquela época. Começaram a ser divulgadas, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e nos *Anais d. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, na medida em que eram encontradas. Vale Cabral organizou a publicação em livro, as *Cartas do Brasil*, Rio, 1886, a que acrescentou notas. Tal volume foi reeditado, em 1931, pela Academia Brasileira de Letras, com notas novas de Rodolfo Garcia. Quinze outras foram incorporadas ao volume organizado por Serafim Leite: *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, S. Paulo, 1940, com notas do organizador.

17 Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) nasceu em Portugal, em lugar que se desconhece. Veio para o Brasil em 1570 e fez-se senhor de engenho entre o Jaguaribe e o Jequiriçá. Em 1587 estava de volta à Europa e em Madri ofereceu o livro que escrevera nos dezessete anos de permanência no Brasil a Cristóvão de Moura. Regressou à colônia em 1591, obtida a licença para procurar minas. Malogrou em seu in-

tento e faleceu naquele mesmo ano (outros, como Pirajá da Silva, mencionam o ano de 1592), estando sepultado no mosteiro de S. Bento, na Bahia. Por muitos anos discutiu-se a autoria dos originais da *Notícia do Brasil*, que escrevera, ficando obscuro o problema. Coube a Varnhagen elucidar o caso. Inúmeras edições teve o trabalho de Gabriel Soares, como se pode verificar da erudita introdução de Pirajá da Silva à que foi lançada em S. Paulo, em 1945, sob títulos diversos, seja *Descrição Geográfica da América Portuguesa*, seja *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. As mais modernas são a da Brasiliana, S. Paulo, 1938, com introdução de Varnhagen e sem notas e a que restabelece o título de *Notícia do Brasil*, S. Paulo, 1945, em dois volumes, com a introdução e preciosas notas devidas a Pirajá da Silva. A narrativa de Gabriel Soares mereceu grande apreço de quantos estudaram o Brasil. Constitui um precioso acervo de informações a respeito da vida colonial quinhentista, da terra e da gente. Há quem lhe atribua características literárias.

18 PERO DE MAGALHÃES GANDAVO nasceu em Portugal. Não se conhecem suficientemente os seus dados biográficos. Estabeleceu-se na colônia, no século XVI, como senhor de engenho. Escreveu um *Tratado da Terra do Brasil* e uma *História da Província de Santa Cruz*, que foi o primeiro livro sobre o Brasil publicado em português. Foi impresso em Lisboa, realmente, em 1576. Reimpresso pela Academia Real de Ciências, em 1858, foi reproduzido, no mesmo ano, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 21. Há uma reedição recente, lançada em S. Paulo, em 1922, sob a responsabilidade de Afonso de E. Taunay. O *Tratado da Terra do Brasil* só foi impresso em 1826.

19 VICENTE DO SALVADOR (1564-1636) nasceu na Bahia, filho de João Rodrigues Palha e de Mécia de Lemos e foi batizado como Vicente Rodrigues Palha. Formou-se em Teologia e Cânones, não se sabe se na Bahia ou em Coimbra. Tomando ordens sagradas, foi cônego, vigário-geral e governador do bispado. Tomou o hábito de São Francisco, em 1599, professando no ano seguinte, quando tomou o nome com que se tornou conhecido. Percorreu grande parte do território colonial, no exercício de atividades religiosas. É certo que viveu na Bahia, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio de Janeiro. Os originais do trabalho histórico de Frei Vicente permaneceram desconhecidos por muito tempo e, depois de conhecidos, demoraram a ser impressos. Barbosa Machado e Jaboatão referiram-se ao autor e à obra, principalmente o segundo. Foi descoberto, finalmente, em 1881, numa exposição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Começaram os capítulos a ser publicados no *Diário Oficial* em 1886 e, para sanar deficiências e solucionar dificuldades, foi a obra publicada integralmente nos *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 13 em 1889. Com o texto revisto por Rodolfo Garcia, apareceu em livro, no Rio, em 1918. Sobre esse texto, surgiu a edição de S. Paulo, em 1931, completa, acabada, com os magistrais prolegômenos devidos a Capistrano de Abreu. A *História do Brasil* de Frei Vicente constitui mais

do que uma narrativa concatenada de acontecimentos de que a colônia foi teatro entre a descoberta e as invasões holandesas. Há no trabalho traços pessoais de indiscutível mérito e a maneira de contar merece admiração, tratando-se de um seiscentista colonial.

20 DIOGO GOMES CARNEIRO (1618-1676) nasceu no Brasil e foi educado em Portugal. Teve a consideração dos homens de seu tempo, na metrópole, pois foi nomeado "Cronista-Geral do Brasil". De sua autoria existe uma *Oração Apoxídica*, publicada em Lisboa, em 1641.

21 MANUEL DE MORAIS (1586-1651) nasceu em S. Vicente. Jesuíta, tomou parte na luta contra os holandeses em Pernambuco. Aprisionado, foi conduzido à Holanda, onde apostatou. Regressando ao Brasil, foi obrigado, em Lisboa, a retornar à crença antiga pela Inquisição. Escreveu numerosas obras, como as *Memórias Históricas Sobre Portugal e Brasil*, aparecida em Amsterdam, uma *História da América* e um *Dicionário dos Nomes e Palavras Mais Comuns da Língua Portuguesa* que permaneceram desconhecidos. Sua *Resposta aos Holandeses*, escrita por ocasião da guerra nordestina, foi divulgada no tomo I dos *Anais do Museu Paulista*.

22 EUSÉBIO DE MATOS (1629-1692) nasceu na Bahia onde fez os primeiros estudos no colégio dos Jesuítas, para cuja ordem entrou, notabilizando-se como orador sacro. Mudou de roupeta, tomando o nome de Frei Eusébio da Soledade, entre os Carmelitas, ao que parece desgostoso com aqueles que o haviam educado. Publicou *Sermões*, em Lisboa, em 1691. Vieira afirmou dele que "Tarde se criarão para a Companhia outros Matos", e J. J. Nunes julgou que "por sua dicção pura e correta bem merece figurar entre os clássicos".

23 ANTÔNIO DE SÁ (1620-1678) nasceu no Rio de Janeiro. Estudou com os Jesuítas, formando-se em 1639. Viajou para Portugal e Roma e notabilizou-se no Brasil como orador sagrado. Seus *Sermões* só foram impressos em 1750, em Lisboa.

24 JOÃO ANTÔNIO ANDREONI (1650-1721) nasceu na Itália e, professando na ordem dos Jesuítas, veio para o Brasil, de cujas coisas fez curiosa e excelente descrição no trabalho *Cultura e Opulência do Brasil*, que constitui uma das melhores fontes para estudo da época colonial. A obra, publicada em Lisboa, em 1711, foi retirada da circulação, dentro do critério dominante de sonegar as informações sobre as riquezas do Brasil. Foi reimpressa, no Rio, em 1837. Afonso de E. Taunay organizou nova edição, em 1923, em S. Paulo.

25 AMBRÓSIO FERNANDES BRANDÃO, sobre quem faltam dados informativos, é identificado, sob o pseudônimo de Brandônio, como autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, precioso repositório de informações sobre a vida colonial. Brandão foi, ao que parece, senhor de engenho na Paraíba, onde escreveu o seu trabalho. Este só foi lançado em livro, em 1930, na edição da Academia Brasileira de Letras, Rio, com introdu-

ção de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia. Com prefácio de Jaime Cortesão, surgiu edição nova, em 1944, no Rio.

26 MANUEL CALADO (1584-1654) nasceu em Portugal, professando em 1607. Permaneceu trinta anos no Brasil e assistiu a episódios da guerra com os holandeses. Disso resultou o trabalho *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, impresso em Lisboa, em 1648. Há edição brasileira, de 1943, em dois volumes, lançada em S. Paulo.

27 RAFAEL DE JESUS (1614-1693) nasceu em Portugal, professando na ordem de S. Bento, em 1629. Cronista-mor do reino, sua fama se deve principalmente ao insípido *Castrioto Lusitano*, impresso em Lisboa, em 1679.

28 FRANCISCO DE BRITO FREIRE (1623-1692) nasceu em Portugal e seguiu a carreira das armas. Participou da guerra com os holandeses, no Nordeste e sobre ela escreveu a *Nova Lusitânia*, que não chegou a concluir, e cuja primeira parte apareceu em Lisboa, em 1670.

29 DUARTE DE ALBUQUERQUE, donatário de Pernambuco, escreveu *Memórias Diárias* da campanha contra os holandeses, que apareceram em 1654, em espanhol.

30 DIOGO DE CAMPOS MORENO escreveu o precioso documento conhecido como *Livro que Dá Rezão do Estado do Brasil*, inédito que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Constitui o tipo da informação colonial.

31 A *Jornada do Maranhão* foi impressa em Lisboa, em 1812, na *Coleção de Notícias Para a História*. Reimprimiu-a Cândido Mendes, na sua coleção *Memórias Para Servir à História do Estado do Maranhão*.

32 BENTO TEIXEIRA (1545-1618) nasceu em Portugal segundo ficou comprovado pelas pesquisas de Rodolfo Garcia. Não se conhecem dele muitos detalhes biográficos. Residiu em Pernambuco, quando governador Jorge de Albuquerque Coelho. Está provado que lhe pertence a *Prosopopéia*, poema em verso endecassílabo, em louvor dos feitos do terceiro donatário de Pernambuco, composto em noventa e quatro estrofes em oitava-rima. Discutiu-se bastante a autoria, que chegou a lhe ser atribuída, da *Relação do Naufrágio*. Houve mesmo quem pretendesse ver nele o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, e sem nenhum fundamento. A *Prosopopéia* foi impressa em Lisboa, em 1601, o que lhe dá uma precedência que constitui talvez o seu maior mérito. Longa controvérsia, a respeito da autoria de tais trabalhos, movimentou Lourenço Couto, no *Novo Orbe Seráfico*, Pereira da Silva, no *Plutarco Brasileiro*, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (vol. 13, de 1850), Porto Seguro, nas *Reflexões Críticas a Gabriel Soares* e na *História Geral*, Capistrano de Abreu, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, em 1904. Controvérsia que, a respeito da naturalidade e da autoria de outros trabalhos que não, a *Prosopopéia*, prolongou-se aos nossos dias.

Um dos depoimentos mais interessantes, a esse respeito, é o de Cândido Jucá (filho): "O pernambucano Jorge d'Albuquerque Coelho é cronologicamente o nosso primeiro escritor", *in Correio da Manhã*, Rio, 4-6-1955. As primeiras 77 páginas da edição da *Prosopopéia*, de 1601, pertencem à *Relação do Naufrágio*, ali batizada simplesmente como *Naufrágio*. Varnhagen, Sílvio Romero e, por repetição, Ronald de Carvalho, afirmam ser essa a 2.ª edição da obra, mas não aduzem razões disso. Bernardo Gomes de Brito incluiu-a na sua *História Trágico-Marítima*, de 1636. Publicou-a, em 1850, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no número do 3.º trimestre. A *Prosopopéia* foi reimpressa no Rio em 1923, pela Academia Brasileira de Letras.

33 ANTÔNIO VIEIRA (1608-1697) nasceu em Lisboa, mas veio para o Brasil com seis anos e aqui viveu meio século. Ornamento da Companhia de Jesus, teve questões com ela, e foi tanto político, e conselheiro da Corte, como homem de letras. Nesta qualidade, notabilizou-se como orador sacro, dos maiores, mestre incomparável do idioma. Seus *Sermões* foram, pela primeira vez, reunidos em volumes, em Lisboa, publicados os quinze de 1679 a 1748. Suas *Cartas* foram compiladas por João Lúcio de Azevedo, que lhe escreveria a biografia, em 3 volumes, publicados em Coimbra, em 1925. Foi-lhe atribuída, por muito tempo, a *Arte de Furtar*, até que Solidônio Leite e, depois, e de forma exaustiva e erudita, Afonso Pena Júnior provassem a autoria de Antônio de Sousa de Macedo.

34 DIOGO GRASSON TINOCO é indigitado como autor do poema *Descobrimento das Esmeraldas*, escrito em 1689 e mencionado por Cláudio Manuel da Costa nas páginas que escreveu como fundamento histórico de seu trabalho *Vila Rica*. Afrânio Peixoto supõe que o poema de Grasson Tinoco possa ter inspirado Bilac em *O Caçador de Esmeraldas*. (Afrânio Peixoto, *Panorama da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1940, pág. 153.)

35 GREGÓRIO DE MATOS GUERRA (1633-1692) nasceu na Bahia e formou-se em Coimbra, conseguindo notoriedade na metrópole como homem de leis. Tal notoriedade e alguma proteção, mesmo de um rei, não impediram que tropeços obrigassem o poeta a voltar à Bahia, em 1681, onde o arcebispo lhe concedeu os empregos de vigário-geral e tesoureiro-mor, além da murça de cônego, o que não impediu que logo abandonasse a batina. Malvisto, pouco adiante, em virtude de suas sátiras, partiu para Angola, onde exerceu ainda o mister de homem de leis, granjeando simpatias oficiais que lhe permitiram o regresso a Pernambuco, onde veio a falecer. Como acontece em relação a Anchieta, é difícil dizer, da obra que lhe é atribuída, o que realmente lhe pertence. Seus trabalhos não foram impressos, sendo copiados ou recolhidos pela tradição oral. Nos manuscritos que lhe foram atribuídos é precário supor que tudo tivesse saído de sua inventiva. Copistas poderiam ter colecionado a êsmo as produções, nelas incluindo tudo o que lhes agra-

dasse, o que possibilitou as controvérsias futuras sobre os plágios de Gregório de Matos. Misto de cantor de modinhas e de rapsodo, que recolhia com facilidade e difundia com extrema graça, o poeta baiano não pode ser apreciado senão dentro do quadro em que viveu, e de que foi uma expressão típica sob muitos motivos. As acusações de Varnhagen, como as dos contemporâneos Sílvio Júlio (*Reações na Literatura Brasileira,* Rio, 1937; págs. 102 e 135, e *Penhascos,* Rio, 1933, págs. 245 e 259) e Paulo Rónai, este em artigo de jornal, não consideram tais detalhes. Colecionando os apógrafos atribuídos a Gregório de Matos, a Academia Brasileira de Letras organizou publicação ordenada de suas obras, que ficaram grupadas assim: *Sacra,* Rio, 1929; *Lírica,* Rio, 1923; *Graciosa,* Rio, 1930; *Satírica,* Rio, 2 vols., 1930, e *Última,* Rio, 1933. Afrânio Peixoto, que conseguira o material para o derradeiro volume, lamentava que fosse impublicável a *Erótica.*

36 O estudo de Gregório de Matos está por ser feito. Araripe Júnior, em 1894, começou uma tarefa que os seus antecessores mal haviam aflorado.

37 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira,* 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 37.

38 Afonso Arinos de Melo Franco, *Mar de Sargaços,* S. Paulo, 1944, pág. 27.

39 Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala,* 5.ª edição, Rio, 1946, t. I, pág. 184. Os livros de João Peretti citados são: *Barléu e Outros Ensaios,* Recife, 1941, e *Novos Ensaios,* Recife, 1945.

40 José Veríssimo, *op. cit.,* pág. 45.

41 "As poesias de Gregório corriam em manuscritos de mão em mão, e o Governador da Bahia, D. João de Alencastro, que tanto admirava 'as valentias desta musa', coligia os versos de Gregório e os fazia transcrever em livros especiais, além das cópias de seus admiradores, entre os quais o maior foi o licenciado Manuel Pereira Rabelo, que também legou à posteridade a melhor biografia do poeta. Gregório não compilou os seus versos, razão por que se torna difícil, à falta de uma cronologia, o estudo crítico da obra e da vida do poeta. E assim foram sendo reunidas as produções de Gregório, e aparecendo depois apógrafos e códices, que traziam também poesias alheias à musa gregoriana e atribuídas a ele." (Segismundo Spina, *Gregório de Mato..,* S. Paulo, s.d.)

42 Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira,* 3.ª edição, Rio, 1943, t. II, pág. 45. Sílvio foi dos admiradores de Gregório de Matos e assim julga o poeta baiano: "Se a alguém no Brasil se pudesse conferir o título de fundador da nossa literatura, esse deveria ser Gregório de Matos. Foi filho do país; teve mais talento poético do que Anchieta; foi mais do povo; foi mais desabusado; mais mundano, produziu mais e num sentido mais nacional. O que me prende no estudo desta individualidade é a ausência de artifício literário; o poeta não vai por um

caminho e o homem por outro; a vida do indivíduo ajusta-se à obra do poeta. Estava, além disto, em perfeita harmonia com o seu meio." (Idem, pág. 38.) Interessante Sílvio Romero arrolar, entre os seus argumentos, o de ter sido o poeta baiano "mais do povo", como uma característica de nacionalismo.

43 José Veríssimo, *op. cit.,* pág. 88.

44 Segismundo Spina, *op. cit.,* págs. 39 a 45.

45 José Veríssimo, *op. cit.,* pág. 85.

4 — EVOLUÇÃO COLONIAL. PADRES E LETRADOS

Caráter da exploração mineradora — Esboço da vida urbana e da circulação interna — Contradições entre os senhores de terras e a metrópole — Arcadismo colonial — As academias — Poesia colonial — Gonzaga — As Cartas Chilenas *— Letras e classe social — Processo da autonomia — Hipólito da Costa.*

A ESTRUTURA SOCIAL gerada no Brasil desde os primeiros tempos da colonização denunciou a sua solidez na capacidade que demonstrou em durar e na capacidade, que também ficou comprovada, de resistir a toda e qualquer transformação. Isso não significa, entretanto, que, sob a aparente placidez com que se apresentava a sociedade brasileira colonial — cujos fenômenos principais são constituídos pela extensão no apossamento da terra e pela elevação da população escrava — tudo corresse sem a mínima alteração. Tais alterações não tiveram força para afetar a fisionomia social, na verdade. Entre elas é preciso não esquecer os levantes de escravos, particularmente quando atingiam à etapa dos que se aquilombavam, e a intercorrência curiosa do domínio holandês em extensa faixa territorial nordestina, justamente a zona mais rica da colônia. Aqueles levantes não tiveram, entretanto, possibilidade de alterar a fisionomia social e nem representaram um perigo profundo ao regime de trabalho vigente, e o domínio batavo, após ter chegado a operar modificações de certo vulto, acabou por diluir-se, sem deixar vestígios ponderáveis na estrutura social, que subsistiu praticamente imune, no conjunto, às suas influências.

O primeiro acontecimento importante, que contribui para uma alteração significativa na sociedade colonial, vem a ser, realmente,

o aparecimento da atividade mineradora, dentro dos moldes em que a colocou a coroa portuguesa, aproveitando os elementos existentes na colônia. Tal atividade, que enche o III século, concorre de forma acentuada para modificar o quadro até então apresentado. Antes de seu aparecimento, realmente, o que tinha vigência, na colônia, era a participação de grupos particulares na exploração econômica que se desenvolvia na América. A coroa, fortalecida nos primeiros tempos pelos resultados do comércio com o Oriente e, depois, pela contribuição arrecadada sobre o movimento exportador colonial e sobre o tráfico dos bens ditos realengos, iria entrar a fundo na participação da atividade mineradora, carreando para as suas arcas os lucros formidáveis que ela proporcionaria e colocando-se, assim, em posição econômica e financeira privilegiada. A atividade agrícola permitira, realmente, o enriquecimento de uma classe, a dos proprietários territoriais. A da mineração, ao contrário, deixaria um mínimo de margem para aquele enriquecimento, para a participação dos elementos locais, ao mesmo tempo que acarretaria transformações específicas, como a alta no preço do escravo, fomentando a transferência de grandes levas para os altiplanos mineiros, num deslocamento humano que não poderia deixar de ter repercussão na estrutura colonial de produção, perturbando, até certo ponto, o ritmo tradicional de atividades.

O declínio do grupo mercantil luso, que se vinha processando desde que a expansão ultramarina fora levada aos seus máximos limites, terá, com a mineração brasileira, acentuados os seus traços. As transformações operadas na sociedade lusa, realmente, desde o século XVI, representavam um singular retrocesso que tinha os seus motivos ancorados no papel assumido pela coroa na atividade comercial. O declínio do grupo mercantil luso se fundamentava na estreiteza do espaço que lhe vinha sendo concedido na exploração do tráfico ultramarino, em virtude da desmedida participação da coroa que, por outro lado, investia em benefícios à nobreza os seus lucros e em empreendimentos de natureza antieconômica. A estrutura do colonialismo luso não lhe permitia, por outro lado, estimular o desenvolvimento nacional metropolitano. O declínio do grupo mercantil em Portugal sofre uma aceleração enorme quando o disfarce de perseguição religiosa marca, com a expulsão dos judeus, a simples espoliação de um dos mais ativos grupos da sociedade lusa, já reduzido em sua ação à tarefa de simples acumulação financeira, por força da estreiteza do espaço deixado ao capital particular na participação da atividade comercial.

A mineração brasileira vai conferir um considerável impulso ao sentido já tomado pela sociedade lusa, concorrendo para arruinar todas as possibilidades de estruturação de uma economia nacional. A transferência do capital usurário para regiões onde encontrava garantias não foi dos menores males trazidos ao reino peninsular. O capital comercial também se desinteressou do quadro português, transferindo-se a zonas onde encontrava melhores e mais seguras perspectivas para o seu desenvolvimento. Nesse panorama é que se coloca a função do ouro brasileiro que, conforme vem sendo observado por vários estudiosos, concorreu enormemente para o desenvolvimento da acumulação capitalista.[1] De uma acumulação capitalista estranha ao quadro nacional português, de vez que a nação lusa acentua a sua subordinação econômica a uma outra em que aquela acumulação encontra todos os caminhos abertos e pode proporcionar o progresso que deriva de seu papel.[2] Assim, nem Portugal e nem o Brasil recebem os benefícios da mineração, no sentido de deixarem eles resultados na estrutura econômica, impulsionando-a para novas etapas, e, portanto, na estrutura social da metrópole e da colônia. Nesta, muito ao contrário, concorre para reduzir ainda mais as possibilidades de transformação social que poderiam fundamentar o esboço de uma classe comercial, o delineamento de uma economia própria, alicerçando o seu desenvolvimento.

As conseqüências de tal mudança de rumos são mais graves ainda. Elas influem no sentido de ampliar e aprofundar de maneira extraordinária os efeitos da exploração predatória dos bens econômicos que a colônia estava em condições de proporcionar. O conteúdo essencial da exploração que se procede no Brasil é de desperdício, de esbanjamento, de esgotamento das riquezas, de transferência pura e simples dos lucros que ela proporciona. Tais lucros se acumulam, na colônia, de maneira muito lenta, porque nela permanece uma espécie de resíduo apenas daqueles lucros. A maior parte se escoa, sem deixar qualquer vestígio. Na metrópole, os vestígios ainda aparecem, na verdade, e são bem característicos do tipo de economia a que está subordinado o reino. São as obras suntuárias, as dotações oriundas do beneplácito real, uma ostentação aparente que, no fundo, não esconde senão o dessoramento de uma estrutura que tivera grandes momentos.

A espoliação mineradora, por outro lado, coloca em antagonismo a classe dominante na colônia e a metrópole. Alguns sinais políticos são evidentes. Reina inquietação. Já se conspira contra o poder metropolitano. Já se distinguem, em termos de contraste, os nascidos na terra e os nascidos em Portugal. Já se pensa em conseguir a autonomia, isto é, a libertação dos ônus de uma dominação que se desvinculava cada vez mais dos elementos que usava na colônia para nela se manter. A associação íntima, que vem dos primeiros tempos coloniais, entre a classe proprietária e a metrópole, que aquela representava, começa a fender-se, a denunciar um enfraquecimento que não cessará de progredir. Isso explica, finalmente, como o processo da independência não se vai caracterizar pelo desenvolvimento de uma economia nacional, fundada particularmente na ascendência de uma burguesia vinculada ao regime de produção vigente na colônia, mas apenas no afastamento da participação metropolitana. Nada anuncia, realmente, transformação ponderável na estrutura social aqui. Estamos longe, e muito longe ainda, de qualquer movimento de ascensão burguesa. Aquele processo decorrerá, então, muito mais no plano político do que no plano econômico interno. Não importará em modificação alguma no quadro social vigente, senão em aspectos de detalhe. Isso no que existe de relação entre o processo da autonomia e a transformação social da colônia. Mas o processo da autonomia foi um dos fatores a atuar no sentido de alterar a sociedade colonial, apenas. Outros tiveram presença.

No III século, realmente, tais fatores começavam a denunciar a sua presença. O mais importante deles foi, sem dúvida, o esboço do mercado interno que não tivera, até aí, representação e importância prática. Se a zona mineradora nos apresenta crises de fome que denunciam a unilateralidade da exploração que nela tem lugar, o adensamento humano que polariza obriga a uma circulação comercial interna de relativa importância. Não se indica a mencionada circulação apenas no fornecimento aos núcleos mineradores de gado para a alimentação e de muares para o transporte de utilidades e do próprio ouro. E tal circulação não interessa apenas zonas nordestinas e sulinas, em que os rebanhos se desenvolviam, como os portos mais próximos, por onde entravam os produtos, enquanto outros saíam. É muito mais ampla porque proporciona possibilidades de consumo e de produção que, sob muitos aspectos, eram novas. Começa a esboçar-se, por isso mesmo, a divisão do trabalho, e o escravo já não é o único trabalhador. As relações de escravo e senhor, no regime da mineração, por outro lado, são muito diversas do que no regime agrícola da grande propriedade. Surgem, nesse tempo, necessidades outras, que não tinham presença no quadro antigo, e que motivam o aparecimento de relações diversas. O soberbo e maciço edifício colonial apresenta as primeiras fendas. Elas não cessarão de crescer.

A sociedade de linhas muito simples dos dois primeiros séculos, a que nenhum fator afetara até então, começa a sofrer transformações, muito lentas na verdade, que não lhe alteram os fundamentos, mas que alicerçam transformações mais importantes que aparecerão nitidamente adiante. A circulação interna de mercadorias, a quebra do quadro antigo em que aparecia a fisionomia autárquica dos núcleos de produção agrícola, suprindo as próprias necessidades e reduzindo-as aliás ao mínimo, começa a proporcionar espaço ao trabalho livre, ao mesmo tempo que cria as primeiras condições para o estabelecimento de uma vida urbana que até então tinha sido impossível. O comércio urbano não só se desenvolve como começa a ter um papel. Sua posição no quadro da sociedade, ainda é sem relevo, porque só a propriedade territorial distingue. Mas isso está longe de significar que deixe de existir e de ponderar. Alguns episódios mostram já os primeiros choques entre os elementos comerciais e urbanos e os territoriais e agrícolas. Entre eles, o caso apresentado pelo Recife comercial, em face de Olinda. E o que apresenta, em outra zona, a rebelião de Beckman. No fim do III século, o espetáculo da Inconfidência Baiana, com a participação de artífices, indica, de maneira eloqüente, a existência de atividades livres, de atividades urbanas, de atividades comerciais, quebrando a fisionomia primitiva em que a sociedade se desnivelava bruscamente do senhor ao escravo. Esboçam-se, assim, os traços de uma classe média, a cuja evidência e até representação política a dos senhores opõe todos os obstáculos, e ainda de uma classe trabalhadora que está distante já do elemento servil.

Tais alterações enquadram-se, como numa moldura natural, no ambiente urbano. A cidade adquire, a pouco e pouco, uma função, o que não acontecia no passado. Surgem, com a divisão progressiva do trabalho, extraordinária no regime colonial, e tardia, profissões e misteres que até o instante não haviam encontrado oportunidade por surgir. A resistência da classe proprietária não deixa de ser rigorosa e intensa. Apresenta mesmo todos os sinais exteriores que evidenciam a sua longa e indisputada primazia. Entre eles, o horror ao mister do comércio, relegado a um nível social secundário. Outro, e mais importante, porque mais profundo, o horror ao trabalho que exigisse esforço ou habilidade física, entre os quais se colocavam todos os que se aparentassem com o artesanato.

Nem só o aumento demográfico e as sobras humanas da atividade agrícola, aquelas que já não encontravam em tal atividade um lugar, impunham à cidade um papel. O próprio aparelhamento

administrativo e político havia crescido o suficiente para dar aos centros urbanos uma função. Crescera a administração, particularmente nos setores judiciário e fiscal, enquanto as milícias, de um lado, e o clero, de outro, não só aumentavam como, o que é mais importante, recolhiam elementos da terra, davam-lhes uma posição. Profissões urbanas de alguma variedade surgiam. Os núcleos urbanos, antigamente meros portos de embarque dos produtos destinados aos mercados externos, viam sua fisionomia mudar muito depressa. Esboçava-se a rede de comunicações interiores, neutralizando um pouco a primazia absoluta dos transportes marítimos da primeira fase.

Nas cidades, a maior parte dos trabalhos pertencia ainda aos escravos, agora com uma função doméstica muito grande, além da que tinham como trabalhadores de diversas profissões, fornecendo os lucros aos seus proprietários. O grupo comercial, entretanto, ia crescendo em importância, de tal sorte que, muitas vezes, colocava-se na posição de credor ante representantes da classe privilegiada pela distribuição dos bens econômicos. Diversificava-se a produção, por outro lado, não só sob o influxo da atividade mineradora, em declínio no fim do terceiro século, como pela solicitação dos mercados externos. A fisionomia social não só se alterava nas zonas tradicionais como oferecia aspectos peculiares em zonas do interior, ou nas distantes e características regiões amazônica e sulina, onde o trabalho servil não tivera a mesma influência e o mesmo papel. O afastamento entre tais zonas e o centro de gravidade político da colônia contribuíra para que suas peculiaridades tivessem uma ação muito atenuada no conjunto. Não seria possível esquecê-las, porém, mesmo porque, em seguida, através de perturbações de maior ou menor importância, vão denunciar a agudeza e a força com que sofrem as transformações sociais que as diferenciam.

De um modo muito sumário, denuncia-se no terceiro século o aparecimento de uma classe média, de características essencialmente urbanas, inteiramente divorciada da terra, enquanto surge a classe trabalhadora, agora definida pela retribuição em dinheiro do seu trabalho, inteiramente distinta da massa constituída pelo elemento servil que, apesar de tudo, também encontra um nôvo campo de atividade, agora em misteres urbanos e domésticos. A classe proprietária, por seu lado, vê-se colocada em progressivo antagonismo com a coroa, deixando de fornecer-lhe o maciço apoio antigo, deixando de representá-la integralmente no interior, como nos primeiros séculos.

Tais transformações, algumas já com sinais evidentes, outras apenas esboçadas, traduzem-se, no campo ainda precário da manifestação literária, como uma reação, a princípio tímida, depois pronunciada, contra o gongorismo. Essa reação é conhecida pela denominação de arcadismo e é difícil traçar os limites que diferenciam, no tempo, uma de outra. José Veríssimo, que viu bem o nosso desenvolvimento no campo das letras, em geral, não distingue os dois campos: "Mas, como acertadamente nota um novo crítico, 'o Seiscentismo não terminou em 1699, no último dia do ano, perdurou até a segunda metade do século XVIII e a Arcádia e suas imitações não encerram o século XVIII; a Arcádia de Antônio Dinis só se fundou em 1756. No segundo quartel, ainda Antônio José satirizava o gongorismo, que era uma atualidade'.

"O que, portanto, havia no Brasil era o Seiscentismo, a escola gongórica ou espanhola, aqui amesquinhada pela imitação, e por ser, na poesia e na prosa, a balbuciante expressão de uma sociedade embrionária, sem feição nem caráter, inculta e grossa. Que o era, o mais perfuntório exame, a leitura ainda por alto dos versejadores e prosistas dessa época o mostrará irrecusavelmente. Não há descobrir-lhes diferença que os releve na inspiração, composição, forma ou estilo das obras. Sob o aspecto literário são todos genuinamente portugueses, por via de regra inferiores aos reinóis."[3] Mais adiante, anota: "Quando aqui se começou a fazer prosa, a feição dominante da portuguesa era o gongorismo, o hipérbaton, as construções arrevesadas e rebuscadas, os trocadilhos."[4]

A propósito do arcadismo, o sisudo crítico discrimina assim a confusão entre o gongorismo e a nova escola: "Quando se lhes formou o espírito aos poetas mineiros ou começavam eles a poetar, viçava em Portugal o arcadismo, movimento propositadamente iniciado ali por meados do mesmo século XVIII contra o gongorismo do século antecedente. O arcadismo, porém, foi mais do que uma escola, um estilo literário. Ao contrário dos seus manifestos intuitos não conseguiu, se não muito parcialmente, nem desbancar o Seiscentismo, nem fazer regressar as letras portuguesas, como era o seu propósito, à natureza e ao natural, à nobre simplicidade, à pureza da frase, à verossimilhança dos pensamentos. Aliás estas virtudes nunca foram comuns nessas letras. E no arcadismo ficaram ainda ressaibos demasiados do Seiscentismo contra o qual se organizara".[5]

Não fora uma coincidência a progressiva substituição do classicismo, em que a literatura lusa ofereceu o que tinha de melhor, as grandes obras do Quinhentismo — o século, justamente, em que

a sociedade portuguesa oferecia o quadro de influência incontestável do grupo mercantil — pelo gongorismo. Dessa época data, aliás, a confusão, que alguns estudiosos não discriminam e apenas repetem, entre judeu e letrado. É que no grupo mercantil o elemento judeu tinha representação ponderável. Não se trata aí, como aliás em outras questões, de pendor racial. Como a derivação do elemento judeu para o capital comercial e, finalmente, para a usura, não foi ligada a nenhum dom específico mas à pressão histórica e social. A morte de Camões, em situação miserável, tão explorada depois pela literatura romântica, representa, sem dúvida alguma, um desses marcos singulares que o desenvolvimento histórico proporciona às vezes. É que, com ela, coincidia a dominação espanhola sobre toda a Península e sobre as zonas coloniais dominadas pela corte de Lisboa. Aquela dominação assinalava, por sua vez, o triunfo da nobreza ibérica sôbre o comércio, um dos seus grandes e decisivos acontecimentos.

E foi com a dominação espanhola que começaram a predominar, em Portugal, o gongorismo e todas as suas derivações, isto é, uma forma literária que correspondia, em tudo e por tudo, à supremacia da nobreza, dando fisionomia a uma sociedade e tornando, por isso, a manifestação artística o fruto de uma visão artificial e falsa da vida e do homem. Nas áreas coloniais, refletiam-se, inevitavelmente, as mencionadas transformações. No Brasil, em particular, verificamos como aquilo que se convencionou conhecer como literatura jesuítica, do primeiro e do segundo século — nos meados do terceiro ocorre a expulsão dos jesuítas — sofria a poderosa influência da formação clássica dos elementos da Companhia. Essa formação neutralizou o gongorismo, até certo ponto, mesmo porque aquela literatura era apologética no seu conteúdo e, assim, estreitamente ligada à forma que dependia da educação ministrada pelos membros da Companhia. Quando tal formação deixa de predominar, o gongorismo surge, com uma força irresistível, na colônia, e ornamenta todas as produções. Não foi, também, uma simples coincidência a identidade que existiu entre o choque da ação jesuítica, de um lado, e da ação metropolitana, de outro, motivando a expulsão, e o choque da formação literária jesuítica, nitidamente clássica, e da formação literária que ocorre em seguida, em que os enfeites gongóricos avassalam tudo. De qualquer maneira, tais contrastes são muito vivos nas áreas metropolitanas e apenas representam reflexos nas áreas coloniais, em que a manifestação literária era mero derivativo de uns poucos, sem nenhuma repercussão popular, sem nenhuma clientela. A própria ausência, a que nenhuma colônia escapou,

naquela fase histórica, de repercussão popular e de clientela para a manifestação artística, explica a necessidade de se voltarem os que se interessavam por ela, com a autoria, para o que ocorria nas áreas metropolitanas. É uma literatura, a colonial, que vive de olhos postos na matriz, e que dela reflete as tendências e rumos.

A reação anticlássica, aliás, não foi privativa de Portugal e Espanha. Existiu na Itália com o *marinismo*, na França com o *preciosismo*, na Inglaterra com o *eufuísmo*. Na Espanha, e em Portugal, conseqüência dos sucessos de 1580, tomou a forma de *culteranismo* ou *gongorismo*. Essa predominância explica, ainda, o bilingüismo dominante nos letrados lusos da época, que faziam do espanhol um dos seus idiomas. Gongóricos foram Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira e os oradores sacros que deram prestígio ao púlpito colonial, inclusive Vieira, de que se conhecem manifestações exteriores de combate à nova escola. Por aí se verifica, também, a confusão no tempo, entre os adeptos e seguidores do gongorismo, e os do arcadismo, que vai suceder ao gongorismo. Fruto também do retardo com que chegavam à colônia as alterações metropolitanas, e em particular as literárias, numa época em que o livro era aqui objeto raro e até perigoso. Em 1725, às vésperas do arcadismo, Nuno Marques Pereira dizia, com exatidão exemplar: "Pois que livro se há de ler? — Gôngora, Quevedo. . ."[6] E Gregório de Matos, no século anterior, era um imitador de Quevedo, a ponto de um crítico moderno caracterizá-lo como "vate quevedesco".[7] E a erudição contemporânea se esmera em verificar os seus plágios do mestre espanhol.[8] Gongorismo e arcadismo se confundem, pois, pelo menos nos primeiros decênios em que o arcadismo aparece na colônia. É que a imitação, aqui, agravava-se com o retardo. E a emancipação do pensamento se confundia com a identificação com as manifestações metropolitanas: "Assim, no momento em que os brasileiros se sentem espiritualmente mais vinculados ao Velho Mundo, é quando começam a pensar em emancipar-se. E, em realidade, não para libertar-se da Europa, mas para ajustar-se melhor à sua imagem ideal e remota".[9] Por aí se verifica também a inanidade das demonstrações de nativismo literário a que se teriam subordinado homens como Manuel Botelho de Oliveira ou Itaparica — nativismo que se refletiria apenas na emoção e no calor com que descreveriam algum aspecto da paisagem colonial.[10] Este é o grande quadro do barroco colonial.

Do ponto de vista da forma, o arcadismo, que vai suceder ao gongorismo, representa uma reação a este e procura um retorno à simplicidade clássica, à ingenuidade campesina, à pureza de idéias

e costumes. No começo, confunde-se com a escola contra a qual se levanta. No fim, traduz já as influências do romantismo. O fim, aliás, opera as suas alterações na fase da autonomia. Por isso mesmo, romantismo e autonomia serão incorporados no mesmo conjunto, fundidos como produto das mesmas causas, apreciados como resultado das mesmas transformações, segundo muitos. Não há, entretanto, motivos que fundamentem tal idéia.

Como retorno clássico, o arcadismo representava uma falsidade evidente e as obras dos que seguiram aquela escola denunciam vivamente isso. Tal retorno não ultrapassa o nível de meras e quase sempre pretensiosas reminiscências, de uma nomenclatura vazia de sentido e de descrições da natureza em que a simplicidade não aparece, como a realidade. Não havia condições, sob qualquer ponto de vista, para um retorno clássico. Se não as havia na metrópole, menos ainda na colônia. Nesta, o letrado permanecia distante da terra como da gente. Não participava, não sentia os seus problemas, do ponto de vista da criação artística. Alguns sinais disso não constituem senão exceções. É a participação de alguns árcades em conjuras, ainda pouco elucidado o papel que realmente tiveram, aparece mais em contraste do que em concordância com o que escreveram. Na qualidade de letrados, estavam de olhos postos nos modelos europeus, e em particular nos metropolitanos. O grande documento de participação, já dos fins do arcadismo, as *Cartas Chilenas*, é mais político do que literário, embora suas características literárias tenham sido prejudicadas, até aqui, pelo sinistro problema da autoria, em que tanta erudição se derramou.

O insulamento dos letrados denunciou-se nitidamente na criação das academias. Tinham eles necessidades de se agremiar, para resistir à indiferença do meio. Precisavam do apoucado calor, da admiração dos pares, já que lhes não vinha a do público, que não existia. A criação das academias assinala um dos traços mais claros da fase em que o arcadismo encontra a sua expressão mais ou menos generalizada. Os grupos estavam dispersos pelos poucos centros urbanos coloniais. Não se comunicavam sequer entre si. Viviam de si mesmos, ilhados, distantes, relegados à condição de satélites de algum protetor poderoso. E não é singular que tais academias tenham surgido mais pelo beneplácito de governadores do que pelo esforço dos próprios árcades. Outros pertenciam a academias distantes, sediadas na metrópole, de onde a voga viera, importada como tudo o mais. Efêmeras e inócuas, pouco deixaram de si. Os seus membros subsistiram, literariamente, por si mesmos, pela valia de suas obras, quando isso aconteceu, o que foi raro. Confundiram-se,

em seguida, na luta política e acabaram no quadro curioso em que apareceu a maçonaria. As academias começaram, pois, como sociedades literárias fundadas no aulicismo, e terminaram por se transformarem em sociedades políticas. Na primeira fase, despertaram desconfianças e provocaram medidas de repressão. Nenhuma delas teve possibilidades de permanência. Ao fim, acobertaram apenas, com o rótulo das letras, atividades outras, até que esse acobertamento se tornou dispensável. Quando isso aconteceu, perderam a razão de ser.

A *Academia Brasílica dos Esquecidos* surgiu em 1724, na Bahia, sob os auspícios do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses, depois Conde de Sabugosa. Durou até o ano seguinte e os resultados de seus trabalhos constituem três volumes do arquivo do Instituto Histórico. Em 1736, no Rio de Janeiro, surgia a *Academia dos Felizes*, com apoio do Brigadeiro José da Silva Pais. Parece ter tido, após longa interrupção, nova atividade em 1740, estinguindo-se em seguida. Apareceu depois, em 1751 ou 1753, no Rio de Janeiro, a *Academia dos Seletos*, protegida por Gomes Freire de Andrade. Constitui resultado de seus trabalhos o volume *Júbilos da América*, aparecido em Lisboa, em 1754, poliantéia sem nenhum mérito. Na Bahia, em 1759, apareceu a *Academia Brasílica dos Renascidos*, que realizou algumas sessões, parece que quatro no primeiro ano e três no segundo, desaparecendo pela ação de Pombal, depois de ter reunido as figuras mais expressivas das letras coloniais. Discute-se a existência da *Arcádia Ultramarina*. Os que a admitem assentam sua idéia nas menções de Cláudio Manuel da Costa, que se dizia árcade. João Ribeiro, numa nota inteligente, esclarece que árcade, no caso, era um título semelhante a simbolista, ou romântico, não significando ligação com um grêmio literário. "Os poetas eram árcades — explica o ensaísta sergipano — no sentido em que ainda se dizem *romanos* ou católicos da Polinésia e de todo o orbe".[11] Afonso de E. Taunay, baseado em códice pertencente a J. F. de Almeida Prado, menciona a existência, em S. Paulo, de uma segunda *Academia dos Felizes*, parece que em 1770.[12] Arthur Mota, conhecedor do aludido códice, já havia mencionado o episódio, na sua *História da Literatura Brasileira*.[13] O papel de tais academias foi reduzido. A existência delas representa, por si só, um traço da precariedade do trabalho literário na colônia, ainda no terceiro século. Constituíram esforços destinados a superar as deficiências insanáveis do meio. E não se emanciparam do aulicismo, o que lhes revela também a fraqueza. Careceram pois, de

importância, e a pesquisa em torno delas é tarefa de erudição desinteressada.

Um exame sumário dos autores e das obras da fase nos comprovará aquela mesma fraqueza. Em torno de Manuel Botelho de Oliveira e principalmente dos versos de *A Ilha de Maré* muito se escreveu já, no esforço de descobrir as origens de um sentimento nacional na literatura dos tempos da colônia.[14] Varnhagen afirmou dele: "Manuel Botelho de Oliveira foi o primeiro brasileiro que do Brasil mandou ao prelo um volume de poesias".[15] Trata-se de um valor cronológico, pois. Girando particularmente a respeito da primazia atribuída a Bento Teixeira. Problemas absolutamente destituídos de significação. O que teria significação, realmente, a ser verdade, seria o sentimento brasileiro dos versos do advogado baiano. Quanto a isso, é Sílvio Romero quem ter razão: "Ser brasileiro não é descrever o Pão de Aúcar, a Tijuca, a Ilha da Maré, ou a Cachoeira de Paulo Afonso. Cenas destas ninguém as descreveu melhor do que Dranmor, poeta alemão, que residiu entre nós. Ser brasileiro é sê-lo no âmago do espírito, com todos os nossos defeitos e todas as nossas virtudes. É ter em si um quê indefinível mas real, que é só nosso, que ninguém mais tem. Este caráter nacional não está ainda bem determinado, por causa de uma de suas tendências — a imitação, que é justamente um de seus elementos; mas um tal quê obsta que ele se determine claramente. Nas criações populares é onde se pode hoje bem divisar o caráter nacional. Quanto a Botelho, seu nacionalismo não era subjetivo, era exterior; a pena queria pintar o Brasil; mas a alma era o cultismo espanhol ou português".[16] Não se poderia melhor definir a deficiência do propalado sentimento nacional da mencionada poesia de Botelho de Oliveira que, publicando um livro de versos, em 1705, em Lisboa, ganhou um galardão cronológico. Não mais do que isso.

Nuno Marques Pereira foi o autor do incrível *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, que Varnhagen compara às páginas de Vieira e Leite de Vasconcelos acha uma obra bem observada e bem escrita.[17] Sebastião da Rocha Pita escreveu a gongórica e aborrecidíssima *História da América Portuguesa*, a que tanto falta mérito literário quanto histórico.[18] Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão foi autor do *Novo Orbe Seráfico*, crônica dos frades menores da província eclesiástica do Brasil, trabalho também destituído de valia.[19] José Mirales, nome dos mais celebrados na época das academias, escreveu uma *História Militar do Brasil*, abrangendo os acontecimentos de 1549 a 1762.[20] Frei Manuel de Santa Maria Itaparica publicou, em 1769, um poema, *Eustáquidos* e

uma *Descrição da Ilha de Itaparica* em que se pretendeu verificar a existência do mesmo sentimento nacional que residia nos versos de Botelho de Oliveira, e com a mesma sem-razão.[21]

Pedro Taques foi, com uma tenacidade digna de estima, consideradas as condições do meio, linhagista e cronista, deixando trabalhos que merecem consulta, embora não pertençam à literatura.[22] O mesmo caminho, o da crônica histórica, seguiu Frei Gaspar da Madre de Deus.[23] Tal como Domingos Loreto Couto, com os *Desagravos do Brasil* e *Glórias de Pernambuco*.[24] Bartolomeu Lourenço de Gusmão[25] e Alexandre de Gusmão[26] foram ilustres figuras nascidas na colônia, mas cujas carreiras se desenvolveram fora dela, não tendo sido homens de letras em nenhum sentido. Foram-no, entretanto, e com sobejas razões, Antônio José da Silva[27] e Matias Aires[28], que de forma alguma podem ser considerados numa literatura brasileira de vez que, de brasileiro, tiveram apenas o acidente do nascimento. O infortunado teatrólogo, que conseguiu atrair o público de Lisboa, e o arguto pensador que escreveu as *Reflexões Sôbre a Vaidade dos Homens*, nada tiveram com o desenvolvimento das letras na colônia, nem a terra em que nasceram aparece em suas obras, sob qualquer aspecto. Incorporá-los ao patrimônio nacional é procedimento estranho, sem fundamento.

Nesse rápido exame, é fácil verificar que, do ponto de vista literário, a atividade dos que escreviam, na colônia, carece de importância. São versos, em sua maior parte, e versos destituídos quer de mérito, quer de originalidade. A prosa permanece encerrada na crônica histórica, na genealogia, na descrição pura, seca, ordenada cronologicamente, ou arrolando nomes e fatos. A intenção artística está ausente, em todos os sentidos. Nem há esmero de forma, ou capricho, ou teor de belas-letras, ainda que no sentido que o tempo apreciava. A informação é colocada em primeiro lugar.

É interessante considerar ainda que tais nomes e obras, aqui reunidos — e poderiam os primeiros ser em muito maior número — surgiram esporadicamente, dispersos no tempo. Os autores viveram separados uns dos outros, e mal se agremiaram nas academias de malogrados sucessos. Não havia na colônia, e não poderia haver, pelos motivos já explicados, apreço pela criação literária. E não havia, pelos mesmos motivos, as técnicas próprias: a imprensa, o livro. Não só eram proibidas como, se não o fossem, teriam tido um campo demasiado restrito para produzir efeitos dignos de nota. No século XVI, apareceram na metrópole, a *História da Província de Santa Cruz*, de Gandavo, impressa em Lisboa, a *Arte de Gramática*, de Anchieta, impressa em Coimbra. No século XVII a *Prosopopéia*,

de Bento Teixeira, criação a que não é demais conceder o beneplácito literário, de 1601; a *Oração Apodíxica*, de Diogo Gomes Carneiro, oratória sagrada, em 1641; os trabalhos do Padre Simão de Vasconcelos, aparecidos em 1658 a 1672, entre os quais a biografia de Anchieta; os *Sermões* de Vieira, cujo primeiro volume é de 1679; os de Eusébio de Matos, que são de 1691 e, finalmente, o *Castrioto Lusitano*, de Frei Rafael de Jesus, também de 1678, como o volume inicial de Vieira. Está claro que não foram apenas essas as obras impressas, em todo o século, de nascidos na colônia. Foram as mais conhecidas, as que costumam aparecer nas histórias literárias. Todas impressas em Lisboa. É difícil dizer quantas vieram para o Brasil, assim que foram impressas, mas não será arriscado afirmar diminuto o número.

E nem foi, a rigor, melhor a situação no terceiro século. A *Música do Parnaso*, de Botelho de Oliveira, apareceu em 1705; o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, em 1728; a *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, em 1730; a poliantéia *Júbilos da América*, em 1754; o *Orbe Seráfico*, de Jaboatão, em 1761. Desses livros, todos impressos em Lisboa, o de mais divulgação foi o de Nuno Marques Pereira, por mais que isso nos pareça hoje espantoso. Verdade é que as obras teatrais de Antônio José vieram a lume entre 1733 e 1738 e que o conhecido livro de Matias Aires apareceu em 1752, mas não pertencem à literatura brasileira, no nosso modo de ver. Há que mencionar, também, quanto ao terceiro século, que surgiram numerosas obras de sermões, reunindo as criações oratórias dos pregadores mais conhecidos da colônia. Tais obras, entretanto, carecem de conteúdo literário, em conjunto. Padres e frades, aliás, eram os elementos que freqüentavam as letras — os leigos que o faziam eram poucos. Os motivos dessa aparente anomalia foram já mencionados, e não há o que acrescentar a tal respeito. Convém lembrar, a propósito da dispersão em que viviam os cultivadores coloniais das letras, que determinados historiadores, em vista daquela mesma dispersão, adotaram o critério de grupá-los em *escolas*, pela procedência ou pelo lugar em que exerciam atividade, a *mineira*, a *baiana*, por exemplo. Trata-se de um artifício que encobre a realidade, e carece de todo e qualquer sentido, prestando-se, aliás, a deformações e a forçamentos curiosos. Não consideramos, aqui, tal critério.

Começamos a entrar na literatura com Cláudio Manuel da Costa.[29] Frei José de Santa Rita Durão o antecede, no nascimento como na morte, mas o seu poema *Caramuru* só apareceu em 1871 quando, já em 1768, Cláudio era autor publicado. Antecede, nesse

sentido, o próprio Itaparica, cujos *Eustáquidos* vieram à luz em 1769, ano em que apareceu também *O Uruguai*, de José Basílio da Gama. Cláudio Manuel da Costa é a primeira figura literária brasileira que merece atenção e que se desprende do arrolamento a que os outros estão subordinados ou do critério cronológico, de que derivou a valia de muitos.

Esse "Mestre em Arte" pelo colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro, depois doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, cedo adquiriu o pendor das letras, que tudo fez para aprimorar e a que ofereceu todos os esforços. Sua preeminência, em Coimbra e em Vila Rica, quando formado, foi indiscutível. Personagem de governo e homem respeitado, deve ter exercido influência sobre os que o rodeavam, particularmente aqueles que pendiam para as letras. Parece, por isso, que foi uma espécie de orientador dos poetas que o destino reuniu em Vila Rica, uns leigos, outros padres, e que, depois, juntou na conjuração.

Colocado entre o declínio do gongorismo e a ascensão do arcadismo, Cláudio Manuel da Costa revela, em suas obras, defeitos de ambas as escolas. Salvou-o da obscuridade total o virtuosismo, fundado em uma sólida cultura literária, denunciado particularmente nos sonetos, dos quais Garrett afirmava a superior qualidade. Há neles, sem dúvida, mais técnica do que inspiração, o que relegou sua obra, de certo modo, ao desconhecimento do público numeroso. Mas é incontestável que os seus versos merecem ser lidos além do ponto em que acaba a simples curiosidade histórica. Entre os defeitos de sua lírica estão principalmente os do tempo, a que não fugiu. A consideração que mereceu na época lhe adveio por esses mesmos defeitos.

Frei José de Santa Rita Durão seguiu a trilha da poesia épica.[30] Conforme anotou um historiador literário, não merecia estima no tempo quem não fizesse prova de épico. Fê-la o frade com alguns sinais de estima pela terra, embora copiando o modelo camoniano. Episódios de seu poema *Caramuru* revelam os referidos sinais e podem ainda ser lidos sem enfado. José Veríssimo vê nele um Rocha Pita em versos mas não lhe nega méritos: "Em nenhum dos poetas da plêiade mineira, ou quaisquer outros seus contemporâneos, o nativismo que preludiou aqui o nacionalismo e o patriotismo, como estímulo de inspiração literária, manifesta-se tão claramente como em Santa Rita Durão. O seu poema tinha já, por volta de 1778 a 80, quando foi imaginado e escrito, um propósito patriótico".[31] É interessante, ainda, na consideração do poema de Durão, mencionar o traço de que se antecipava ao indianismo. O índio era apenas um

assunto, nessa fase, mas já aparecia com alguns dos traços de valorização que o indianismo levaria aos mais extremos limites. Nesse sentido, o *Caramuru* revela um indiscutível precursor em quem compôs os seus versos.

Domingos Caldas Barbosa foi mais um trovador do que um poeta, o que não constituiu caso isolado na época.[32] E não poderia figurar numa história da literatura brasileira senão pelo título, que mereceu, de vulgarizador da modinha nos salões metropolitanos. Nêles exerceu ele a quase totalidade de seu trabalho de homem de letras. Suas produções, que fizeram sucesso e se difundiram com uma facilidade expressiva, traduzem a inspiração popular. Muitas delas são encontradas na tradição oral. É difícil afirmar se a precedência foi do poeta e trovador, se ele as encontrou e transpôs para as suas produções. É possível que haja acontecido as duas coisas. De qualquer forma, a figura desse padre mulato que conseguiu brilhar, através de criações curiosas e populares, nos salões lisboetas, não é destituída de mérito. A *Viola de Lereno*, cujo primeiro tomo apareceu em Lisboa em 1798, alcançou cinco edições, até 1825, o que frisa a penetração dos cantares do poeta.

José Basílio da Gama foi outro épico brasileiro em que os sinais do indianismo aparecem com clareza indiscutível.[33] Com o merecimento da precedência, é bom notar, pois, O *Uruguai* apareceu em 1769 e o *Caramuru* em 1781. O poema de José Basílio da Gama pertence sem a menor dúvida, ao arcadismo então dominante. E até mesmo o uso do verso branco constitui uma prova dessa filiação, conforme Clóvis Monteiro: "O fato de ter Basílio da Gama empregado o verso branco em seu poema é prova de que se mantinha fiel ao princípio da Arcádia Romana, e nisso também estava em perfeita harmonia com as idéias literárias já vitoriosas em Portugal quando elaborou, atendendo, sem dúvida, a solicitações de quem tinha interesse em apresentar a questão das Sete Missões do Uruguai com aspectos favoráveis às determinações régias e à prepotência pombalina, em oposição àqueles que tanto se sublimaram no Brasil, lançando os alicerces da civilização de que nos orgulhamos e da religião que tantos benefícios nos tem proporcionado".[34] Veríssimo afirma, e parece que sem razão, ter Basílio da Gama fugido à imitação de Camões. Não o poderia ter feito, e por isso mesmo as reminiscências do poema quinhentista estão presentes em todas as passagens do *Uruguai*. A épica do século XIX, aliás, não se furtou ao modelo camoniano. Toda ela se reporta, com maior ou menor fidelidade, segundo as possibilidades originais dos autores, ao padrão que o vate luso esculpiu. Internacional na sua criação, *O*

Uruguai conserva, entretanto, alguns tons brasileiros que lhe salvam a valia nativista. Além disso, em muitos versos, no mencionado poema e em outros trabalhos de José Basílio da Gama, há mostras de talento literário. Um deles, que terá por certo mais vida que todo o poema *Uruguai*, é aquele de que Sílvio Romero afirmou, com exatidão singular: "Naquele tempo, no fim de um romântico episódio, era preciso ter muito talento para dizer de uma pálida e triste moça, que morrera e que era linda,

TANTO ERA BELA NO SEU ROSTO A MORTE."[35]

Inácio José de Alvarenga Peixoto foi poeta áulico, que não regateou encômios a todos os grandes da colônia e da metrópole, o que não impediu que se visse envolvido na Inconfidência Mineira, em cuja devassa portou-se de forma ignóbil. Seus trabalhos parece foram perdidos, pois resta dele muito pouca coisa, vinte sonetos, duas liras, três odes incompletas, uma cantata e um canto em oitava-rima, de que a parte lírica é a melhor. Veríssimo, de ordinário severo em seus julgamentos, e quase sempre justo, julga-o com benevolência: "Não lhe falta imaginação nem conceito".[36] Pelo que resta de sua obra, tal juízo é demasiado.

Não há demasias, entretanto, nos louvores acumulados em torno do que escreveu Tomás Antônio Gonzaga.[37] Neste, houve realmente o estofo de um grande poeta. A primeira edição da *Marília de Dirceu*, feita em Lisboa, em 1792, ano de sua condenação e desterro, foi o começo de uma sucessão só ultrapassada pelo poema de Camões, em nossa língua. O tema do amor, o mais antigo dos temas, adquire em sua obra lírica infinitas variações. E foi o tema que assegurou imortalidade aos seus versos. Numa literatura cujo interesse, para o historiador, em três séculos, reside particularmente no teor cronológico, nos motivos de precedência, no aumento do valor de figuras e de obras, para que assinalem alguma coisa de sensível, e em particular algum sinal de apreço pela terra ou algum pendor pelos seus problemas, e a que foi necessário incorporar, com critério elástico, um mundo de trabalhos que, a rigor, não lhe pertencem, por serem história, crônica, genealogia, descrição corográfica ou geográfica, os versos de Gonzaga aparecem como os primeiros dignos de serem lidos pelo brasileiro de hoje, que pode encontrar neles motivo de prazer literário. Se o critério de precedência fosse o da permanência no interesse dos leitores, e em particular dos leitores comuns, a obra de Gonzaga marcaria o início da nossa literatura que outros buscam em Anchieta, em Bento Teixeira, em Botelho

de Oliveira, cujos trabalhos são consulta do erudito, e nada mais. De Gonzaga não se pode afirmar o mesmo. Se os seus versos não são leitura popular — o que seria a suprema consagração, que talvez nem mesmo Camões mereceu, — são leitura fácil de todo aquele que tem algum interesse literário e alguma sensibilidade poética.

Nesses versos, predomina o arcadismo, sem dúvida. Mas a inspiração se conjuga, neles, com a mestria técnica, de que Cláudio Manuel da Costa foi o representante máximo, no tempo. Estamos, com eles, em pleno domínio da literatura e não apenas daquela que fica circunscrita a um pequeno número, mas da que extravasa para o conhecimento comum, da que fica na memória, como uma recordação grata. Veríssimo, nesse ponto, foi justo: "A brasileira sua amada era uma jovem matuta, sem outra cultura e espírito que as suas graças naturais. Para ser dela entendido e tocá-la, versejou-lhe naturalmente, simplesmente, com o mínimo de artifícios clássicos possível à poética portuguesa, quase sem arrebiques literários, nem rebuscas de expressão, que ela pudesse desentender. Assim como lhe forneceu o motivo e o estímulo de inspiração, deu-lhe o Brasil também o estilo que o distingue e sobreleva aos seus pares. Como poeta é, pois, Gonzaga um lídimo produto brasileiro".[38] A respeito desta última afirmação, nem há o que discutir. Gonzaga é um escritor brasileiro, com a marca do nosso sentimento, do nosso lirismo, da nossa feição de cantar o velho tema do amor. A controvérsia de nascimento, como prova de que deve pertencer à literatura lusa, não tem cabimento.

E existia em Gonzaga, fora de qualquer dúvida, o verdadeiro talento, a capacidade de traduzir em versos os seus sentimentos. Foi a qualidade que o salvou dos males do arcadismo, que lhe permitiu a eternidade. Mesmo descrevendo cenas a que a escola obrigava, as campestres por exemplo, existe em Gonzaga o sentimento íntimo e a naturalidade de expressão capazes de neutralizar aquela subordinação, que não deixava de estar presente e que, por isso mesmo, transparece em todos os seus versos. Esta a medida em que deve ser avaliada a sua qualidade, além da outra, a que lhe adveio da popularidade permanente, senão da obra toda, pelo menos de muitos de seus trechos. Com ele, quaisquer que sejam os juízos, estamos diante da poesia. "Nunca interpretou a natureza local", afirma dele um crítico moderno.[39] É verdade. Mas deu um tom universal à sua poesia e permanece, em nossa língua, como um poeta de primeira qualidade. E não se pode afirmar que tenha sido indiferente ao quadro colonial a que assistiu. Nesse sentido, Sílvio Romero parece ser mais exato, quando escreve: "Vê-se que o lirista

quase romântico, o amoroso sonhador conhecia o seu meio; a natureza e a sociedade não lhe eram estranhas".[40] A aproximação com a realidade, através da criação poética, Gonzaga conseguiu-a muito mais refletindo cenas humanas, como a do trabalho dos mineradores, do que refletindo a paisagem física, quando o arcadismo concorreu para falsear as suas manifestações, em que aparecem os mesmos pastores e figuras outras que a escola tanto preferia.

Um juízo aproximado da grandeza de Gonzaga é o de Sílvio Romero: "Ele tinha o sentimento das coisas, o sentimento da vida; não possuía a falsa eloqüência dos poetas pretensiosos; tinha a simplicidade dos poetas verdadeiros."[41] Sua participação na conjura, por outro lado, mostra como se interessou pela terra em que vivia, como lhe sentiu os problemas. Se não colocou, em seus versos, tudo aquilo que acabou por pertencer à sua atividade política, e se o maneirismo arcádico impediu-o de cantar a natureza, pintou vigorosamente as cenas humanas do trabalho e, mais do que isso, fêz de um grande amor o tema central de sua obra, sublimando-o em poesia que resistiu ao tempo.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga foi outro poeta dos que, sentindo os problemas do tempo, foram envolvidos em inconfidências e devassas.[42] De formação clássica, conhecendo bem os humanistas, tinha cultura a que se comparava apenas talvez a de Cláudio Manuel da Costa. Não regressou a Vila Rica, quando retornou à colônia, permanecendo no Rio de Janeiro, onde, com as boas graças dos vice-reis, tentou e conseguiu agremiar os letrados do tempo. Logo foi acusado de pregar idéias contrárias aos dominadores e sobre ele recaiu, como já acontecera com os confrades de Vila Rica, a fúria dos mandatários da metrópole. Preso, sofreu as inquirições de Antônio Dinis, o mesmo que presidira às dos inconfidentes mineiros. Teve melhor sorte, porém, pois alcançou a liberdade e viveu ainda os tempos da corte de D. João no Brasil.

Mais clássico do que os seus confrades, menos subordinado aos cânones do arcadismo, Silva Alvarenga evoluiu do simples aulicismo, traduzido nos versos laudatórios, para os madrigais, em que não dá mostras de subida inspiração. Seu poema *Glaura*, publicado, em 1801, em Lisboa, e antecedido pelo tragicômico *O Desertor das Letras*, de 1774, lançado em Coimbra, não faz senão comprovar aquela deficiência. Silva Alvarenga, respeitado pelos seus contemporâneos, e particularmente pelos confrades letrados não oferece nenhum interesse à leitura atual.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, relegado à vida de província, só teve sua obra publicada muito depois de seu desaparecimento, carecendo de importância.[43] Francisco de Melo Franco foi mais homem de ciência do que de letras.[44] Seu poema, *O Reino da Estupidez*, em que protesta contra o atraso do ensino em Coimbra, cuja autoria foi bastante discutida, revela algum pendor literário e representa um documento interessante para o estudo da época. Domingos Vidal Barbosa Laje, inconfidente de 1789, poetou sem mérito e sem ressonância.[45] Já o mesmo não aconteceu com Antônio Pereira de Sousa Caldas, que escreveu poesia religiosa e é autor da comentada *Ode ao Homem Selvagem*, de inspiração indianista, mas do indianismo de origem na mentalidade dos enciclopedistas.[46] Conquanto haja quem considere "um modelo de linguagem clássica" os seus *Salmos de Davi*, a verdade é que os versos de Sousa Caldas caíram no esquecimento e que tal esquecimento foi merecido. José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo fez crônica histórica, publicando entre 1820 e 1822, os nove volumes de suas *Memórias Históricas*.[47] Antes, Aires do Casal publicara a sua *Corografia Brasílica*, cujos dois volumes são de 1817. Os trabalhos de Pizarro e de Casal foram impressos no Rio de Janeiro, o que anuncia uma transformação importante.[48] A parte literária da copiosa obra de José da Silva Lisboa é fraquíssima.[49] Também o é a de Antônio de Morais e Silva, mas os dois volumes do seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, aparecidos em Lisboa, em 1789, salvaram o seu nome do esquecimento.[50] Baltasar da Silva Lisboa deixou obra variada e de fraco interesse, na qual se destacam os *Anais do Rio de Janeiro*, em sete volumes, aparecidos no Rio, entre 1834 e 1835.[51]

Mais tradutor do que criador, e tendo vivido muito tempo afastado do Brasil, José Elói Ottoni pode ser catalogado entre os poetas religiosos.[52] Político de ação eminente, José Bonifácio de Andrada e Silva, poetando desde a mocidade, só na velhice e no exílio cuidou de publicar os seus versos.[53] Não têm eles grande mérito. *As Poesias Avulsas de Américo Elísio*, publicadas em Bordéus, em 1825, pouco representam, em si mesmas, para a nossa literatura. A importância relativa que tiveram, e que mantém, deriva da controvérsia de terem visto alguns em José Bonifácio um precursor do romantismo brasileiro, disputando mesmo a primazia atribuída a D. J. Gonçalves de Magalhães. A controvérsia é destituída de interesse. Parece justo verificar, entretanto, muitos sinais do romantismo nos versos do Patriarca.[54]

Luís Gonçalves dos Santos, jornalista, distinguiu-se como cultivador da história.[55] Francisco de São Carlos, frade, cuja única obra publicada foi o poema *A Assunção da Santíssima Virgem*, aparecido no Rio, em 1819, aumenta a galeria dos poetas religiosos.[56] Mariano José Pereira da Fonseca, mais conhecido pelo título de Marquês de Maricá, é o autor das *Máximas, Pensamentos e Reflexões*, coleção chatíssima de preceitos sem nenhuma agudeza ou originalidade.[57] José Feliciano Fernandes Pinheiro, também mais conhecido pelo título de Visconde de São Leopoldo, escreveu crônica histórica.[58] Evaristo da Veiga, político e jornalista, teve mais parentesco com a literatura do que os religiosos e cronistas antes arrolados.[59] Domingos Borges de Barros, outro titular, Visconde da Pedra Branca, escreveu poesias absolutamente desinteressantes.[60] Caetano Lopes de Moura freqüentou muitos gêneros e em nenhum se distinguiu.[61] Miguel do Sacramento Lopes Gama fez jornalismo, mas distinguiu-se particularmente pelo seu poema *Coluneida*, aparecido em Recife, em 1832.[62] José da Natividade Saldanha publicou as suas primeiras poesias ainda em Coimbra, em 1822.[63] Continuou a poetar e adotou a posição patriótica, sem que, com isso, crescessem os seus méritos poéticos. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi um dos mais ardorosos jornalistas da época da autonomia.[64] Nesse padre possuído do fervor patriótico, a palavra política sobrelevou sempre a palavra religiosa, por isso mesmo os seus artigos de imprensa valem mais do que os sermões reunidos em livro muito depois de seu sacrifício.

Mesmo deixando de parte o problema de sua autoria, que tanto interessou aos nossos ensaístas e historiadores literários, é preciso não esquecer a importância das *Cartas Chilenas*. É verdade que tal importância deriva muito mais do que elas representam como o documento político por excelência da época que antecede a Independência e que ficou assinalada pela inconfidência em que se viram envolvidos tantos religiosos e letrados. Isso está longe de significar que tenham permanecido estranhas à literatura e que devam ser postas de lado, como elemento marginal. O simples fato do problema da autoria ficar circunscrito a alguns nomes, entre os quais se alinham os dos maiores escritores do tempo, mostra que o teor literário delas não pode ser diminuído. Se as considerarmos em confronto com a literatura então dominante e vulgar, para cujo arrolamento todos os materiais são ajuntados, crônica histórica, genealogia, descrição geográfica e que tais, avulta ainda aquele teor.

Pena é que a controvérsia de autoria, em que até o método estatístico foi aplicado, tenha absorvido a atenção dos comentadores, obscurecendo neles o interesse pelo enquadramento daquelas cartas no ambiente político e social em que apareceram ou circularam, provavelmente de mão em mão, às escondidas, até que fossem colocadas no arquivo de onde, muitos anos depois, vieram à luz, em letra de forma, para conhecimento geral. O exame do texto, rico em informação para a história, permitiria sentir perfeitamente as tendências literárias da época. A sátira, em que fomos pobres, em todos os tempos, constitui uma das mais ricas expressões do talento literário. Caricatural que seja, pela sua natureza, guarda os inequívocos sinais, a marca indelével da expressão, como guarda a dos sentimentos. Nesse sentido, as *Cartas Chilenas*, lidas com cuidado e paciência, postas de lado as questões formais que giram em torno de suas páginas, constituem uma criação curiosa e importante, revelam muito do tempo e do meio e têm direito a um lugar de destaque na galeria não muito grande das obras brasileiras que merecem apreço. Ao par da *Marília de Dirceu*, e até mesmo em contraste com o suavíssimo poema de Gonzaga, um dos mais altos momentos da lírica nacional, pela forma e pelo fundo, representam uma exceção, em meio a uma literatura pobre, apagada, destituída de ressonância e de grandeza e em que mesmo as figuras isoladas, algumas dignas de estima, não conseguem diminuir o vazio.[65]

Numa literatura em que a condescendência permite o arrolamento de autores e de obras que, na realidade, estão distantes de qualquer molde artístico, e quase sempre também da intenção, é estranho que não tenha merecido mais demora na análise e mais cuidado e calor no apreço uma figura como a de Hipólito da Costa. Mesmo do ponto de vista jornalístico, só de algum tempo a esta parte vem merecendo Hipólito um pouco mais de curiosidade.[66] Na coleção do *Correio Brasiliense* que, por treze anos, o grande publicista lançou, em Londres, e que constitui, nos vinte e nove volumes conservados na Biblioteca Nacional, um dos mais fecundos subsídios para a compreensão da época que antecedeu a independência brasileira, verifica-se a existência de um comentador seguro e bem informado, de um homem dotado de aguda visão e, além do mais, de umá figura literária em que as qualidades avultavam, entre elas a da cultura e a do estilo. Em Hipólito da Costa verifica-se a conjugação, que nem sempre ocorre, do conhecimento com a firmeza e clarividência da orientação, da lucidez do pensamento com a maneira de transmiti-lo. Quando, o que não há de tardar, o tempo permitir a reconstituição da tarefa formidável que esse

homem de invulgar talento empreendeu, desde o primeiro decênio do século XIX, em favor do seu país, a personalidade de Hipólito há de surgir em suas verdadeiras dimensões e causará espanto, então, que por tantos anos tenha permanecido na obscuridade. E nem se diga se isso se deve ao desconhecimento de detalhes de sua vida, só agora apreciados e discriminados na aparente confusão das fontes, pois aí estão as coleções do jornal que manteve, distante da pátria, por tantos anos, e em que se encontra a súmula do seu pensamento e de suas orientações e que já está longe de ser desprezível como fonte de estudo mesmo para a interpretação literária do Brasil.[07]

Tais foram as principais figuras de letrados que escreveram na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, precedendo o romantismo, que coincidiria com a Independência. Foram aqui indicados por ordem cronológica, com as exceções de Hipólito e das *Cartas Chilenas*, que pretendemos destacar na massa informativa de nomes e de obras, pouco mais ou menos destituídos de importância. Outros foram os critérios seguidos por críticos, historiadores, ensaístas, antes de nós. Pensamos que sem fundamento, ou com o mesmo que firmou o nosso. Certo é, sem dúvida, que houve alguns focos de atividade literária, por menos importante que fosse ela, na capital baiana, na capital pernambucana, em Vila Rica, em São Paulo, no Rio, uns mais e outros menos destacados. Demasiada licença seria, por isso, entretanto, grupar em escolas os elementos que neles viveram. Tal tendência conduziu a desmandos e nem teve qualquer motivo que a firmasse e justificasse. Não eram escolas, e nem mesmo a chamada mineira, em que houve alguns elementos formais — a reunião habitual, a troca de idéias e, finalmente, a conjura política — pode justificar o batismo. Elemento houve que nela foi incluído, segundo autor de renome, apenas por ter nascido em Minas. Afigura-se-nos, e parece que com algum senso, que o arrolamento cronológico teria o mérito de fornecer uma certa ordenação, a do tempo, que a falta de outra, que não existe, suprisse lacunas e facilitasse o entendimento, quando menos da seqüência segundo a qual apareceram autores e obras. Aqueles focos de atividades literárias, por outro lado, não influíram de forma alguma uns nos outros, nem mesmo quando contemporâneos, e o extraordinário esforço das academias buscou em vão cobrir a vacuidade do apreço e do interesse que a população colonial não estava em condições de oferecer aos que poetavam.

Poetavam, é bem o termo. Porque não é necessário muito esforço para verificar que o teor literário existiu na poesia, quase

sem exceção. A prosa colonial, no terceiro século, não tinha ainda qualidade literária. Não a encontramos, efetivamente, por maior que seja a boa vontade, na crônica histórica dos Pizarro e dos Baltasar da Silva Lisboa. Não a encontramos nos arrolamentos geográficos, do tipo do benemérito trabalho de Casal. Não a encontramos nas genealogias dos Taques, dos Jaboatão. Não a encontramos na imprensa do tempo, mesmo quando trabalhada por homens da estirpe de Evaristo da Veiga. O que encontramos é poesia e quase somente poesia. Literatura e poesia eram sinônimos, e todos se julgavam no dever de prestar homenagem às musas. Quando não no direito. Não espanta que fossem poetas homens da religião, voltados para os assuntos da fé, ou políticos, voltados para os assuntos do mundo. José Bonifácio, que fazia versos no tempo de estudante, retornaria ao hábito, na velhice e no exílio, para lançar em livro as suas criações. Tudo serve de motivo, tudo merece ser colocado em rima. José Veríssimo verificou os desmedidos limites do costume: "A fecundidade poética de alguns é assombrosa. Ladislau Titara, de 1827 a 1852, publicou oito tomos em formato de 8.º de *Obras Poéticas*, somando 1.819 páginas de versos, e o seu irmão Gualberto, em seis anos, quatro tomos do mesmo formato."[08] Para acrescentar, sobre os motivos de tão desenfreado hábito: "À imitação do seu Horácio, que sabem talvez de cor, mas cujo íntimo sentimento mal alcançam, e de cujo talento andam afastadíssimos, e seguindo velhos hábitos arraigados dos poetas portugueses, são-lhes motivos de inspiração fatos e datas de pessoas gradas, a cuja benevolência armam com lisonjas metrificadas, elogios poéticos, epitalâmios por casamentos, nascimentos e quejandos".[09]

Veríssimo aponta aí um outro traço dos que caracterizaram os versejadores da época, aquele do aulicismo irrefreável, a que a esmagadora maioria ficou subordinada, a que não podia fugir e a que prestou obediência. E nem se tratava de mecenato, pelo menos de que fosse possível resultar benefícios para a arte, mas daquele de que advêm benefícios para o indivíduo, resultante das boas graças do homenageado, concretizada em nomeações e benesses diversas. Este traço serve também para assinalar a precariedade do estro dos poetas do tempo, que se serviam da lira como de um instrumento vulgar, e que mais o vulgarizavam com finalidades tão fora do campo da inspiração e da criação. O mecenato a que ficavam obrigados não tinha, e nessa época e nesse meio não poderia mesmo ter, nenhum traço de grandeza ou de fecundidade. Estiolava-se em recompensas materiais, a que o estro andava alheio, e vivia dos estímulos à vaidade dos pretensos mecenas e dos pre-

tensos poetas, colocados no mesmo plano e todos dignos do mesmo julgamento.

Há de comum entre os versejadores ainda o fato de terem uma formação semelhante e sistemática: o estudo das primeiras letras nos colégios jesuíticos, antes da expulsão, ou religiosos, depois dela; a formação coimbrã, numa época em que a universidade atravessava uma de suas fases mais apagadas, aquela que mereceu de Francisco de Melo Franco o sarcasmo de *O Reino da Estupidez*. Os que pretendiam a carreira religiosa ou os que pretendiam outra, irmanavam-se nos bancos acadêmicos e muitas vezes eram as impressoras de Coimbra que transformavam em letra de forma as suas criações. No reino, desenvolvia-se o aulicismo, que na colônia encontrava o mais amplo campo.

Há que mencionar, por último, a origem de classe desses fazedores de versos, a que o título de poetas vai quase sempre imerecidamente: mesmo os de vocação religiosa são elementos originados na classe proprietária, aquela que tinha acesso ao ensino e que começava a se ver forçada a voltar as suas vistas para a formação intelectual, destinando cada família um de seus componentes jovens para receber o título de letrado. Casos isolados, como o de Silva Alvarenga, filho de homem humilde, ou de Caldas Barbosa, homem de cor, apenas confirmaram a regra. E a formação dos filhos-família — com a importância que adquire, no tempo, o problema de "ser de família" — obedecia a moldes estreitos, indeformáveis.

A época é aquela que antecede a fase em que vai se processar a independência. Começam a surgir, por isso mesmo, as manifestações de nativismo, e há sinais, na poesia desses versejadores, de algum interesse pela terra em que nasceram. É um interesse ainda vago, e todo voltado para a paisagem física, o encantamento pela natureza transparecendo, aqui e ali, sob a pesada roupagem arcádica. A luta pela autonomia, com o que ela podia significar no tempo, colocada que estava sob a égide da classe dominante, encontrou nesses poetas mais solidariedade pessoal do que a da lira. Parece surpreendente, na realidade, que homens que conheceram a prisão, como Silva Alvarenga, como Maricá, ou que a conheceram e ao exílio, como os inconfidentes de Vila Rica, e que, por isso, deviam ter sentido de alguma forma o problema que começava a assumir aspectos agudos, deixassem os seus versos praticamente imunes a tudo o que lhes estava tão próximo e a que davam muito do seu esforço. É explicável, porém, a aparente anomalia de tal procedimento. Em primeiro lugar, a luta pela autonomia era uma

tarefa mais ou menos conspirativa, e era totalmente conspirativa ao tempo em que a maioria dos mencionados poetas versejava, e a criação artística, dentro dos limites em que se estiolava, era um fato público. Em segundo lugar, a divergência de interesses, entre a coroa lusa e a classe proprietária colonial, que se aprofundava cada vez mais, e que tomaria em seguida a forma aguda que provocaria a independência, não empolgava a população, mas apenas uma parte dela, que nisso punha todos os seus horizontes. A própria Inconfidência Mineira, em que padres e letrados estiveram juntos, e comungaram com elementos os mais diversos, oficiais da milícia, senhores de terras, membros da administração, padeceu do defeito de ficar circunscrita aos conspiradores. Não ganhou a rua e o campo, e não tinha mesmo condições para isso. Daí a tendência, que se caracterizou, e se caracterizou nitidamente, de considerar arte uma coisa e política outra coisa — traço que define uma classe e que ela procura preservar cuidadosamente. Que isso influiu no sentido de tirar da arte, que era, do ponto de vista literário, a poesia, todo o seu conteúdo, a substância que teria permitido alguma grandeza às suas criações, não há dúvida.

E é necessário notar que não surgira, entre nós, a prosa. O verso representava um exercício quase didático a que todos se sentiam obrigados. Perdia, a pouco e pouco, as suas características de arte, para se tornar o caminho comum, a trilha costumeira — era a sabatina do homem formado. Ora, o simples fato, de importância desmedida, de não existir uma prosa literária indica a precariedade dessa arte na colônia. Não existia a prosa e não existia portanto a ficção. Tal anomalia, que é aparente, pois que fundas e justas razões a fundamentavam, indica, com eloqüência indiscutível, que a literatura brasileira não tivera ainda início e que estava longe de adquirir as bases sobre as quais fosse possível dar os primeiros passos. Tudo o que fica para trás, pois, é ainda material para a história, é a acumulação de elementos que permitam à fase seguinte surgir e caracterizar-se. Não estamos nos domínios de uma literatura digna de atenção, mas de acontecimentos isolados, quase sempre destituídos de significação. Só o romantismo permitirá, com a prosa e, logo em seguida, com a ficção, o aparecimento de uma literatura que, em três séculos de vida colonial, viveu de fatos individuais a que o esforço dos contemporâneos buscou, afadigadamente, conceder linhas artísticas que não tinham.

É indispensável, por último, mencionar o advento, na primeira década do século XIX, quando a corte de Lisboa se desloca para o Rio de Janeiro, de técnicas até então desconhecidas no Brasil,

entre elas, e com uma importância singular, a técnica de impressão. Começam a ser publicados aqui os primeiros livros. Surgem os primeiros jornais. Isso significa que, com a precariedade natural, começa a existir a possibilidade de difusão do pensamento, ultrapassada a fase obscura em que as obras eram impressas no reino, sob cuidadosa vigilância, que motivou o extravio de tantas contribuições, quando não a intencional sonegação, ou até a apreensão. A crônica histórica de Pizarro, a descrição geográfica de Casal encontram meios de passar à letra de forma na Corte. Os jornais permitem, com dificuldades próprias do tempo, que o escritor tome contacto com o público. Silva Alvarenga escreve em *O Patriota*, e a justaposição do nome do antigo conspirador a um título de jornal tão expressivo já revela mudança apreciável. Hipólito é um doutrinador fecundo e sagaz, que aponta caminhos e que esclarece um público reduzido. José Bonifácio cria um órgão próprio, em que escreve, disfarçando a identidade. O tema político tem primazia, sem dúvida, mas há algum espaço dedicado às letras. Não tardará o momento em que o romantismo abrirá caminho através de uma de suas manifestações específicas: o folhetim.

NOTAS AO CAPÍTULO 4

1 Nelson Werneck Sodré, "O Tratado de Methuen", *in Digesto Econômico*, S. Paulo, ns. 53 a 57 (de abril a agosto), 1949.

2 Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, S. Paulo 1937.

3 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, págs. 8 e 9.

4 Idem, pág. 45.

5 Idem, pág. 110.

6 Afrânio Peixoto, *Panorama da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1940, pág. 232.

7 Agrippino Grieco, *Obras Completas — Evolução da Poesia Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1947, pág. 14.

8 Paulo Rónai, "Os Plágios de Gregório de Matos", *in Correio da Manhã*, Rio, 6-8-1950.

9 Sérgio Buarque de Holanda, "Literatura Colonial", *in Estado de S. Paulo*, S. Paulo, 7-9-1947.

10 Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1943: "Quanto a Botelho, seu nacionalismo não era subjetivo, era exterior; a pena queria pintar o Brasil; mas a alma era do cultismo espanhol ou português." (T. II, pág. 50.)

11 João Ribeiro, Introdução às *Obras Poéticas* de Cláudio Manoel da Costa, Rio, 1903, t. I, pág. 31.

12 Afonso de E. Taunay, "A Primeira Academia Paulista de Letras", *in Correio Paulistano*, S. Paulo, 28 e 30 de junho de 1955.

13 Artur Mota, *História da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1930, t. II, pág. 382.

14 Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) nasceu na Bahia. Publicou em Lisboa, em 1705, a *Música do Parnaso*, versos em que existe a silva *A Ilha de Maré*, em que muitos querem ver um sentimento nativista que era meramente descritivo. Varnhagen defendeu a prioridade de Botelho de Oliveira como brasileiro que mandou ao prelo um livro de poesias.

15 F. A. Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira*, Lisboa, 1850, t. I, pág. 26.

16 Sílvio Romero, *op. cit.*, t. II, pág. 50.

17 Nuno Marques Pereira (1652-1728) nasceu, ao que parece, na Bahia. Publicou, em Lisboa, em 1728, o primeiro volume do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, que teve várias outras edições, em 1731, 1752, 1760, 1765, sendo um dos livros mais lidos em Portugal no século XVIII. Em 1939, a Academia Brasileira de Letras organizou a edição completa, com as duas partes, sexta se contarmos aquelas em que apareceu apenas a primeira parte.

18 Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) nasceu na Bahia e fez os primeiros estudos com os Jesuítas, bacharelando-se em Cânones, em Coimbra. Realizou pesquisas para escrever a sua *História da América Portuguesa*, abrangendo os acontecimentos ocorridos entre 1500 e 1724, cuja primeira edição apareceu em Lisboa, em 1730. Em 1878, apareceu a segunda, impressa na Bahia; a terceira, de 1880, surgiu em Lisboa e a quarta no Rio, em 1910. Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques atacaram com veemência o trabalho de Rocha Pita, cuja importância histórica é reduzida.

19 Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1764) nasceu em Santo Amaro de Jaboatão, termo da cidade de Recife e professou, em 1717, na ordem dos Franciscanos. O seu *Orbe Seráfico* apareceu em Lisboa, em 1761. É a crônica dos frades menores da Província do Brasil. A segunda parte da obra só veio à luz em 1858, com o nome *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, em edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, junto com a primeira. Escreveu também um *Catálogo Genealógico* que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, no tomo 52, de 1889, primeira parte.

20 José Mirales (1696-1770) nasceu na Espanha. Escreveu uma *História Militar do Brasil*, compreendendo os episódios entre 1549 e 1762, publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, tomo XXII.

21 MANUEL DE SANTA MARIÁ ITAPARICA (1704-1768) nasceu na Bahia e professou, em 1720, na ordem dos Franciscanos. Seu poema *Eustáquidos* apareceu em Lisbóa, em 1769. Extraída do canto V daquele poema, teve voga a *Descrição da Ilha de Itaparica*, de que foi feita uma edição especial, na Bahia, em 1841, de nativismo exterior e descritivo, gongórica e vazia de conteúdo.

22 PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAIS LEME (1714-1777) nasceu em S. Paulo. Estudou com os jesuítas e desempenhou funções administrativas na capitania em que nascera. Escreveu a *Nobiliarquia Paulistana*, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos 32, 33 e 34, com nova edição, em 1926, em dois volumes, com prefácio de Afonso de E. Taunay, e a terceira, em S. Paulo, em 1954. Sua *História da Capitania de S. Vicente* foi publicada no tomo 9.º da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, aparecendo uma segunda edição, em S. Paulo, em 1929, com esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. A *Informação Sobre as Minas de S. Paulo*, publicada no número 64 da mencionada *Revista*, e a *Notícia da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de S. Paulo*, publicada no tomo 12 da mesma, foram reunidas em volume, ainda por Taunay, em S. Paulo, em 1929.

23 GASPAR DA MADRE DE DEUS (1715-1800) nasceu em S. Vicente. Ingressou na ordem beneditina, na Bahia, em 1732. Escreveu diversos trabalhos, principalmente históricos, dos quais apenas apareceram em livro as *Memórias Para a História da Capitania de S. Vicente*, editadas em Lisboa, em 1797. Desse trabalho, Varnhagen fez uma segunda edição, lançada em Lisboa, em 1839, e Taunay a terceira, aparecida em S. Paulo, em 1920.

24 DOMINGOS LORETO COUTO escreveu *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, editado no Rio, em dois volumes, separata dos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1904.

25 BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO (1685-1724) nasceu em Santos e viveu quase toda a sua existência na Europa. Escreveu trabalhos científicos e sermões.

26 ALEXANDRE DE GUSMÃO (1695-1753) nasceu em Santos e, como seu irmão, passou a vida na Europa. Foi eminente político, com grande papel na orientação exterior de Portugal. Seus trabalhos literários merecem consideração.

27 ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA (1705-1739) nasceu no Rio de Janeiro e aos oito anos seguiu para Portugal. Em um lustro, de 1733 a 1738, Antônio José escreveu e fez representar, no Bairro Alto, em Lisboa, as suas peças, que despertaram o maior interesse. Tem sido controversa a sua posição em relação à literatura brasileira, mas parece não haver argumento aceitável que permita a inclusão de suas obras em nossas letras. Do homem, só o nascimento o fez brasileiro. Por maior que tenha sido a importância do seu teatro, não revela nenhuma influência do nosso meio, não foi escrito para ele e não lhe pertence por qualquer título.

28 MATIAS AIRES RAMOS DA SILVA d'EÇA (1705-1763) nasceu em São Paulo, partindo para Portugal com doze anos de idade e não mais voltando ao Brasil. Sua obra *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, aparecida em Lisboa, em 1752, revelava uma personalidade literária de primeira ordem. Solidônio Leite, em *Clássicos Esquecidos*, Rio, 1914, concorreu para abrir o debate em torno da inclusão de Matias Aires na nossa literatura, a que compareceram, entre outros, Laudelino Freire, José Veríssimo e Artur Mota. Ernesto Enes tem empregado grande esfôrço em estudar a personalidade do pensador paulista, apreciando-a em livros como *Dois Paulistas Insignes, José Ramos da Silva e Matias Aires Ramos da Silva de Eça (Contribuição Para o Estudo Crítico da Sua Obra)* — (1705-1763), S. Paulo, 1944, e *Estudos Sobre História do Brasil*, S. Paulo, 1947. Está fora de dúvida, entretanto, que Matias Aires não pertence de forma alguma à literatura brasileira, e nisso concordava já José Veríssimo quando lhe escreveu a história. Nos últimos tempos, por esforço do citado escritor português Ernesto Enes e do paulista Rui Bloem, em particular, há relativo interesse em torno da reconstituição literária da figura da irmã de Matias Aires, Teresa Margarida da Silva e Orta, a quem se pretende fornecer postumamente o diploma de romancista, a primeira romancista do Brasil. É visível a tenuidade do problema: nem Teresa Margarida escreveu romance, a rigor, nem romance brasileiro. O que quer que tenha escrito não nos pertence, pelas mesmas razões que afetam o irmão.

29 CLÁUDIO MANUEL DA COSTA (1729-1789) nasceu no sítio da Vargem de Itacolomi, próximo à Vila do Carmo, em Minas Gerais, filho de português entregue aos misteres da mineração. Cursou Coimbra, como quatro de seus cinco irmãos, depois de ter estudado com os jesuítas, no Rio de Janeiro. Começou a versejar na Universidade e publicou em Coimbra o seu *Minúsculo Métrico*, romance heróico, em 1751. Regressou ao Brasil, em 1753, autor, além do trabalho antes referido, do *Epicédio*, Coimbra, 1753, *Labirinto do Amor*, Coimbra, 1753, e *Números Harmônicos*, Coimbra, 1753. Exerceu a advocacia em Vila Rica e, além do destaque intelectual, teve o de bens, pois possuiu propriedades rurais e exerceu altos cargos administrativos. Refundiu e organizou suas *Obras* que apareceriam, em Coimbra, em 1768. Envolvido na Inconfidência Mineira, foi preso, teve os seus bens seqüestrados, inclusive biblioteca notável para o tempo, e foi interrogado uma só vez, pois, a 4 de julho, foi encontrado morto, presumindo-se que se tenha suicidado. Seu papel na conjura parece ter sido secundário; estava velho e já não tinha possibilidade para nenhuma forma de ação. Suas *Obras Poéticas*, com introdução de João Ribeiro, apareceram no Rio, em dois volumes, em 1903, incluindo o *Parnaso Obsequioso*, que Caio de Melo Franco descobriu em Paris. Em 1839, apareceu o seu poema *Vila Rica*, antecedido por um *Fundamento Histórico* em que procura explicar a tessitura dos fatos sobre os quais versejava. É trabalho de mérito secundário, no conjunto

de sua obra. Em 1897, apareceu segunda edição do mesmo poema, em Ouro Preto, onde surgira a primeira.

30 José de Santa Rita Durão (1718-1784) nasceu em Cata Preta, arraial do Inficionado, próximo a Mariana, em Minas Gerais. Estudou com os jesuítas, no Rio de Janeiro e professou, em Portugal, na ordem dos Gracianos, fazendo ainda o curso de Coimbra. Viajou para a Itália, por motivos políticos e, de regresso ao reino, escreveu em Coimbra o seu poema *Caramuru*, que foi publicado em Lisboa, em 1781, tendo sido reeditado, em Lisboa, em 1836; na Bahia, em 1837; em Lisboa, em 1845, na edição de Varnhagem; e no Rio, em 1878, pela quinta vez. Em 1913, a casa Garnier lançou a sexta e última edição.

31 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 131.

32 Domingos Caldas Barbosa (1738-1800) nasceu no Rio de Janeiro. Estudou com os jesuítas, foi militar e, transferindo-se para Portugal, depois de abandonar a farda, recebeu ordens sacras. Mulato e pobre, mereceu a proteção de figuras destacadas da sociedade lisboeta, em cujos salões gozou popularidade com os seus versos e modinhas cantadas ao violão. A *Viola de Lereno*, cujo primeiro volume apareceu em Lisboa, em 1798, surgindo o segundo em 1826, teve procura, pois já em 1806 aparecia segunda edição, seguida de outra, de 1819. Na Bahia, em 1813, apareceu também edição do referido livro. Embora tivesse deixado o Brasil aos vinte e quatro anos, Caldas Barbosa reflete, em suas modinhas, algumas das quais gozaram popularidade enorme e se difundiram bastante, muito do espírito brasileiro.

33 José Basílio da Gama (1741-1795) nasceu no sítio do Caxeú, freguesia de Santo Antônio, no arraial de S. José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes, em Minas Gerais. Estudou com os jesuítas no Rio de Janeiro, viajou para a Itália e Portugal, regressando ao Brasil em 1767. Em 1751, aparecia em Lisboa a *Relação Abreviada*, que é a descrição dos acontecimentos que José Basílio da Gama aproveitaria para constituir o entrecho do seu poema *O Uruguai*, lançado em Lisboa, em 1769. O poema teve dez edições: a 2.ª, no Rio, em 1811; a 3.ª, em Lisboa, em 1822; a 4.ª, no Rio, em 1844; a 5.ª, em Lisboa, em 1845, que é a edição Varnhagen; a 6.ª e 7.ª, no Rio, em 1855; a 8.ª, ainda no Rio, em 1895; a 9.ª, em Pelotas, em 1900, e, finalmente, a 10.ª no Rio, sem data, que é a edição organizada por José Veríssimo, no quadro das *Obras Poéticas* de José Basílio da Gama.

34 Clóvis Monteiro, "O Uruguai e o Caramuru" *in Correio da Manhã*, Rio, 17-5-1950.

35 Sílvio Romero, *op. cit.*, t. II, pág. 88.

36 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 120.

37 Tomás Antônio Gonzaga (1744-1809) nasceu em Portugal, mas veio para o Brasil aos quinze anos, com o pai. Formou-se na Universidade de Coimbra, em 1768, e, em 1782, foi nomeado provedor da Fazenda, em Vila Rica, cargo de que tomou posse naquele mesmo ano. Contratou casamento, em 1787, com D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, que seria Marília de Dirceu em seus versos. Envolvido na Inconfidência Mineira, em que o seu papel parece ter sido secundário, prestou depoimentos sucessivos em que alegou inocência e portou-se dignamente. Condenado a degredo em Angola, ali viveu ainda por mais dezesseis anos. A obra conhecida de Gonzaga resume-se na *Marília de Dirceu*, cuja primeira edição, contendo apenas a primeira parte, apareceu em Lisboa, em 1792. Na edição seguinte, apareceu o trabalho completo, isto é, com a segunda parte, ainda em Lisboa, sem data. A terceira edição é ainda de Lisboa, de 1799, e a 4.ª, em que aparece pela primeira vez a terceira parte, é do ano seguinte, também em Lisboa. A primeira edição brasileira é a sétima, aparecendo no Rio de Janeiro, em 1810. A 29.ª, do Rio, é a de Pereira da Silva, e apareceu em 1845. A de Joaquim Norberto é a 32.ª, lançada por Garnier, no Rio, em dois volumes. José Veríssimo reviu e prefaciou a 34.ª, lançada também por Garnier, no Rio. Há traduções em seis línguas. A bibliografia de Gonzaga, intrincadíssima, mereceu severo, meticuloso e seguro trabalho de Gaudie Ley, *Gonzaguiana da Biblioteca Nacional*, publicada nos *Anais* da mesma, volume 49, onde estão compendiadas vinte e cinco edições em português. Depois desse trabalho, surgiu a edição prefaciada e anotada por Rodrigues Lapa, em Portugal. Ainda de Rodrigues Lapa é a edição das *Obras Completas* de Gonzaga, 2 vols., Rio, 1957.

38 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 117.

39 Agrippino Grieco, *op. cit.*, pág. 10.

40 Sílvio Romero, *op. cit.*, t. II, pág. 131.

41 Idem, idem.

42 Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) nasceu em Vila Rica, filho de um músico. Estudou na colônia e formou-se em Coimbra. Viveu no Rio de Janeiro, ao tempo do Marquês do Lavradio, protetor das letras, que lhe permitiu a organização de uma Sociedade Científica. Quando do regresso do marquês ao reino, a Sociedade, sob o beneplácito do novo vice-rei, seria literária, agremiando os melhores homens do tempo, os mais ilustrados e conhecidos. Em fins de 1794 foram presos os seus membros, acusados de conjura política. Entre eles, Silva Alvarenga, que só voltou à liberdade em 1797. O seu poema *O Desertor*, foi impresso em Coimbra, em 1774, *Glaura*, o poema mais conhecido de Silva Alvarenga, apareceu em Lisboa, em 1801. O Instituto do Livro fez nova edição, no Rio, em 1944. Joaquim Norberto dirigiu a publicação das *Obras Poéticas* de Silva Alvarenga, que apareceram, em edição de 1864, em dois volumes, no Rio de Janeiro.

43 Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811) nasceu na vila de Barcelos, província do Amazonas. Obedeceu ao arcadismo e ao aulicismo. Deixou inéditos muitos trabalhos. A vida de província, de que

não lhe foi possível fugir, nem sequer para os estudos superiores, estiolou um talento que mal chegou a se caracterizar. Em 1850, em Belém, apareceram as suas *Obras Poéticas*, reeditadas em Lisboa, em 1899.

44 FRANCISCO DE MELO FRANCO (1757-1823) nasceu em Paracatu, província de Minas Gerais. Cursou Coimbra, onde escreveu o poema satírico *O Reino da Estupidez*, foi perseguido pela Inquisição e esteve preso por quatro anos. Distinguiu-se mais pelos trabalhos científicos do que pelos literários que pouco freqüentou. O poema referido apareceu em livro, em Paris, em 1819, e dele se fizeram várias edições, inclusive a de Belo Horizonte, de 1922. Embora seus méritos literários sejam reduzidos, constitui um precioso documento da época, e em particular do ambiente da Universidade.

45 DOMINGOS VIDAL BARBOSA LAJE (1761-1793) nasceu em Nossa Senhora da Conceição do Caminho do Mato, província de Minas Gerais. Formou-se em Medicina em Bordéus; de regresso à sua terra envolveu-se na Inconfidência Mineira, foi preso e desterrado. Deixou versos que nunca foram reunidos em livro e cujo mérito é bastante discutível.

46 ANTÔNIO PEREIRA DE SOUSA CALDAS (1762-1814) nasceu no Rio de Janeiro. Estudou em Coimbra e foi perseguido pelo Santo Ofício, particularmente pelas suas inclinações às idéias francesas. Escreveu uma *Ode ao Homem Selvagem* que reflete a valorização do índio, e distinguiu-se pelas traduções que fez. Suas *Obras Poéticas* apareceram em Paris, em 1820-1821, em dois volumes, reunindo poesias sacras e profanas.

47 JOSÉ DE SOUSA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO (1753-1830) nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em Coimbra e professou em Portugal. Publicou, entre os anos de 1820 e 1822, os nove volumes de suas *Memórias Históricas*, trabalho sem método, em que se encontram, entretanto, algumas informações interessantes para a reconstituição da vida na capital brasileira e províncias próximas. Desse trabalho há reedição, feita pelo Instituto Nacional do Livro, entre 1945 e 1948, em nove volumes.

48 MANUEL AIRES DO CASAL, de cuja vida não se sabe muito, era padre e português de nascimento. Escreveu uma notável *Corografia Brasílica* que apareceu, em dois volumes, no Rio, em 1817, e que teve nova edição, ainda no Rio, em 1833. A terceira apareceu em S. Paulo, em 1943.

49 JOSÉ DA SILVA LISBOA (1756-1835) nasceu na Bahia. Estudou em Coimbra e, de regresso à colônia, dedicou-se aos assuntos econômicos e literários, publicando, em 1803, os seus discutidos *Princípios de Direito Mercantil* e, no ano seguinte, os *Princípios de Economia Política*. Publicou, em 1829, a *História dos Principais Sucessos do Império do Brasil*. Dedicou-se ao jornalismo, ao ensino e à política, em tudo sendo acatado. Cairu merece um estudo especial que permita fixar a sua figura nas devidas dimensões e a ação que teve em diversos episódios, particularmente quanto à orientação de liberalismo portuário de que resultou o ato de 1808 que quebrou o regime de monopólio comercial.

50 ANTÔNIO DE MORAIS E SILVA (1755-1824) nasceu no Rio de Janeiro. Cursou em Coimbra e, perseguido pela Inquisição, passou-se à Inglaterra e à França. Em 1789, em Lisboa, lançava o seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, obra de erudito, cuja valia para o tempo era muito grande. Desse trabalho, em dois volumes, apareceram várias edições, sendo a última, a 8.ª, do Rio, organizada por Laudelino Freire. Morais fez história e poesia, sendo autor de um trabalho sobre a *História de Portugal*, de uma *Gramática Portuguesa* e de poesias de que se conhece apenas o segundo volume de obra aparecida em 1812. Foi o *Dicionário*, porém, que lhe deu renome e lugar em nossas letras.

51 BALTASAR DA SILVA LISBOA (1761-1840) nasceu na Bahia. Cursou em Coimbra e desenvolveu atividades, tanto jurídicas como de ciências naturais. Escreveu vários trabalhos, entre os quais se destacam os *Anais do Rio de Janeiro*, publicados em sete volumes, de 1834 a 1835, no Rio.

52 JOSÉ ELÓI OTTONI (1764-1851) nasceu na vila do Príncipe, em Minas Gerais. Destinado à vida religiosa, viajou pela Itália, onde traduziu as *Geórgicas*, de Virgílio. Professor e funcionário, no Brasil, escreveu poesias religiosas e profanas, ficando mais conhecido pelas traduções dos *Provérbios de Salomão*, aparecidas na Bahia, em 1815, e do *Livro de Jó*, publicado em 1852, no Rio.

53 JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (1765-1838) nasceu em Santos. Formou-se em Coimbra e viajou pela Europa em estudos. Homem de ciência, tornou-se político com o regresso ao Brasil, onde teve eminente papel na Independência. Além de memórias científicas, publicou, em Bordéus, as *Poesias Avulsas de Américo Elísio*, em 1825.

54 "Primeiro dos nossos românticos", afirma Afrânio Peixoto (*Panorama da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1940, pág. 242). Em "Ferdinand Wolf e a Aurora do Romantismo Nacional" Jamil Almansur Haddad estuda em detalhe o problema da precedência atribuída a José Bonifácio, frisando a precariedade em que assenta (Introdução a *O Brasil Literário — História da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1955, de Ferdinand Wolf).

55 LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS (1767-1844) nasceu no Rio de Janeiro. Recebeu ordens sacras, em 1794, e exerceu o magistério. Deixou muitos trabalhos inéditos e freqüentou gêneros diversos. Distinguiu-se em particular pelas *Memórias Para Servir à História do Reino do Brasil*, aparecidas em Lisboa, em dois volumes de 1825, que constituem uma preciosa fonte de informações sobre a época que antecedeu a autonomia.

56 FRANCISCO DE SÃO CARLOS (1768-1829) nasceu no Rio de Janeiro. Distinguiu-se mais como orador sacro do que como poeta. O poema sacro *A Assunção da Santíssima Virgem*, publicado em 1819, é a única obra impressa que dele resta.

57 MARIANO JOSÉ PEREIRA DA FONSECA (1773-1848), nasceu no Rio de Janeiro. Fez o curso de Coimbra e regressou ao Brasil onde foi envolvido na devassa aberta pelo Conde de Resende, em 1794, de que resultou

sua prisão. Começou a publicar em 1813, em *O Patriota*, as suas *Máximas, Pensamentos e Reflexões*, que só foram reunidas em livro, em 1841, com uma edição definitiva em 1850.

58 José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847) nasceu em Santos. Estudou em Coimbra e, de regresso ao Brasil, destinou-se ao Sul, onde fez carreira administrativa e militar. Como ministro dos Negócios do Império, coube-lhe, em 1827, a instalação dos cursos jurídicos. Dos seus vários trabalhos, o mais conhecido são os *Anais da Província de S. Pedro*, publicado no Rio, em 1819, com o segundo volume dessa edição original lançado em Lisboa, em 1822.

59 Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837) nasceu no Rio de Janeiro. Livreiro, tornou-se jornalista, com a *Aurora Fluminense*, aparecida em fins de 1827 e que teve um papel relevante nos acontecimentos políticos do tempo. Sem ter reunido em livro os seus trabalhos jornalísticos ou parlamentares, Evaristo da Veiga deixou nas colunas do jornal que dirigiu e nos anais da Câmara as suas contribuições políticas.

60 Domingos Borges de Barros (1779-1855) nasceu na Bahia, no engenho paterno. Cursou em Coimbra e viajou pela França. De regresso à colônia, foi eleito deputado às Cortes de Lisboa, onde defendeu os interesses brasileiros. Ali apresentou projetos curiosos, defendendo a liberdade política das mulheres, a extinção do tráfico negreiro e a abolição gradual dos escravos. Depois da Independência, dividiu as suas atividades entre a política e a diplomacia. Sua vida, como freqüentemente acontece com os escritores brasileiros, é mais digna de estudo do que a sua obra.

61 Caetano Lopes de Moura (1780-1860) nasceu na Bahia, de origem humilde, o que constitui exceção no quadro dos homens de letras da época. Concluiu o curso médico na França e lá iniciou a clínica. Dedicado à literatura, traduziu muito e criou alguma coisa. Entre suas obras tem destaque, embora não tenha méritos especiais, o *Castrioto Lusitano*, editado em Paris, em 1844. Sua *Autobiografia* apareceu na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano III, ns. 8 e 9.

62 Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) nasceu no Recife e ingressou na ordem de S. Bento, em 1805. Jornalista político, fez poesia satírica, de que são exemplo *A Coluneida*, impressa em Recife, em 1832, e *A Farpeleida*, aparecida em 1841, na mesma cidade.

63 José da Natividade Saldanha (1795-1830) nasceu em Santo Amaro do Jaboatão, província de Pernambuco. Cursou em Coimbra e, de regresso ao Brasil, comprometeu-se na revolução de 1824, o que o obrigou a abandonar o país. Refugiado na Colômbia, faleceu em Bogotá. Deixou muitos trabalhos inéditos, provavelmente perdidos, e dois livros de versos, o primeiro dos quais, aparecido em Coimbra, quando ainda era o autor estudante, em 1822, carece de qualquer mérito. Suas *Poesias*, com um estudo de José Augusto Ferreira da Costa, foram impressas em Lisboa, em 1875.

64 Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825) nasceu em Recife, filho de pais humildes. Recebeu ordens sacras em 1796, o que o não impediu de participar ativamente das lutas políticas da época, como jornalista e orador. Envolveu-se na revolução de 1817, ficando preso até 1821. Em fins de dezembro de 1823, começou a publicar o jornal *Tifis Pernambucano*, que contribuiu bastante para o clima político em que deflagrou a revolução de 1824. Frei Caneca, um dos grandes mártires da liberdade no Brasil, foi fuzilado, em 1825. Seus trabalhos foram reunidos nas *Obras Políticas e Literárias*, organizadas por Antônio Joaquim de Melo, publicadas em dois volumes, no Recife, em 1875.

65 *As Cartas Chilenas* são treze sátiras contra o Governador Luís da Cunha Meneses em que aparece o quadro da vida mineira dos fins do século XVIII. Figuras e cenas de uma fase, entre 1783 e 1788, desfilam nos versos. Fingidamente, como foi moda em certo momento, a ação passa-se na capital chilena. Apareceram, anônimas e manuscritas, em Vila Rica, parece que em fevereiro de 1789, o ano da Inconfidência Mineira, e não podem ser compreendidas separadas do ambiente em que surgiu a conjura. A primeira edição, na *Minerva Brasiliense*, jornal do Rio de Janeiro, n.º 8, de 1845, foi de Santiago Nunes Ribeiro, diretor do jornal. Resumia-se em sete cartas. A segunda edição, reunindo as treze, apareceu em 1863, organizada por Luís Francisco da Veiga, que teria obtido as seis inéditas de um antigo manuscrito pertencente a Francisco Luís Saturnino da Veiga. Luís Francisco atribuía as cartas a Gonzaga e declarava que o manuscrito tinha a assinatura do autor da *Marília de Dirceu*. O problema da autoria será discriminado, segundo as diversas correntes, no estudo das fontes.

66 Os estudos e pesquisas de Mecenas Dourado e de Carlos Rizzini têm contribuído para fazer luz em torno da vida e das atividades de Hipólito da Costa, cuja biografia, constituindo um claro enorme em nossa história literária e política, foi escrita por aqueles dois ensaístas, em 1957.

67 A coleção do *Correio Brasiliense* encontra-se na Biblioteca Nacional.

68 José Veríssimo *op. cit.*, pág. 142. Veríssimo confirma a monotonia com que o verso se apresentava como caminho solitário da inspiração literária, a sua única forma de expressão, deixada a prosa ao domínio da crônica histórica, do jornalismo político, da oratória sagrada reduzida ao papel, tudo denunciando a fraqueza literária da fase.

69 Idem, pág. cit. O aulicismo estava longe ainda do desaparecimento. Sob novas formas, permanecerá sob o Império. E não desapareceu, a rigor, apenas está disfarçado na ânsia com que se descobrem gênios literários, ou simples talentos, em políticos e titulares da República. Tal sintoma não passa, no fim de contas, de uma prova a mais da ausência de atividade literária definida, entre nós.

5 — AGONIA DO COLONIALISMO POLÍTICO

Reflexos da Revolução Industrial — Colapso do regime de monopólio — Alterações sociais correspondentes — O ensino — Letrados e religiosos como políticos — Influência das idéias externas — Desenvolvimento do aparelho de Estado — Os quadros após a autonomia — A cultura como traço de classe — Os cursos jurídicos.

A SEGUNDA METADE do século XVIII assinala a vigorosa ascensão da burguesia, que desfere os últimos golpes contra a aristocracia, por toda a parte, assumindo a vanguarda do desenvolvimento social, agora sem contrastes. A larga acumulação proporcionada na etapa mercantil, verdadeira fase preparatória, quando se verifica a associação, em muitas regiões, da burguesia e da monarquia, juntos reis e comerciantes na sua luta contra os senhores feudais — permitiria agora o decisivo impulso à classe que vinha ascendendo progressivamente. Esse impulso, que se alastra por toda a parte e a todos os recantos leva as suas conseqüências, no conjunto de seus quadros e episódios é convencionalmente conhecido como Revolução Industrial. Na segunda metade do século XVIII surgem a acumulação, as técnicas e as reformas que coroam o domínio burguês.

As nações ibéricas, que tão relevante papel haviam desempenhado na primeira fase, Portugal em particular, pelo papel do capital comercial em seu território, passariam, na nova etapa, a segundo plano. Ligadas ao carro do mercantilismo, agora retardado, viviam da herança colonial e tanto mais procuravam apertar os laços de domínio sobre as suas áreas distantes e dependentes quanto mais se viam relegadas a uma função subalterna na fase que se desenvolvia. Um dos aspectos essenciais daquele domínio consistia no regime de clausura e de monopólio comer-

cial imposto às colônias. Ora, o impulso que levaria o mercantilismo à etapa da Revolução Industrial denunciaria, desde cedo, sua profunda e irremediável incompatibilidade com a existência de grandes áreas geográficas fechadas ao tráfico.

A pesada e maciça construção do regime de clausura e de monopólio — que a mineração levara, entre nós, a extremos até então desconhecidos — estava irremediavelmente condenada pelo sistema a que a ascensão burguesa ligava tão estreitamente a sua sorte. As pressões para a derrocada daquele regime crescem, pois, com o passar dos anos. Um dos sinais desse crescimento, no que nos interessa, está na ascendência progressiva da Inglaterra sobre Portugal e nas concessões que, apesar de todas as resistências, o comércio britânico vinha conseguindo, seja em relação à área metropolitana, seja em relação às áreas coloniais lusas. A política pombalina corresponde aos derradeiros esforços para disfarçar uma situação que se tornava insustentável.[1]

Ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII, a colônia sul-americana alcançava uma posição singular. Em primeiro plano, destacava-se a sua amplitude territorial: salvo pequenas alterações em face da enormidade do conjunto, a área delimitada ao Brasil pelo tratado de Madri, assinado em 1750 precisamente, corresponde à área atual. Isto significa que a expansão em superfície atingira os seus máximos limites. A conquista da terra estava efetivada. Dentro de tão imenso território, a população se condensava em núcleos esparsos ou áreas de reduzidas dimensões, isoladas praticamente umas das outras, contrastantes nisso como no nível de progresso a que haviam atingido. O Brasil já apresentava, também, a fisionomia de arquipélago demográfico e econômico que hoje defrontamos, com todas as suas conseqüências e anomalias. Nessa grandeza, a circulação terrestre era diminuta, levando ao divórcio de muitos núcleos e áreas. A circulação marítima se mantinha quase única, conferindo uma importância suprema às regiões próximas ao litoral e aos centros urbanos que nele se escalonavam. A profundidade das regiões em que existia atividade produtiva era função principalmente da rede fluvial, que permitia a descida das safras, e de alguns roteiros terrestres, em que as tropas de muares se destacavam pela sua utilidade no transporte de cargas.[2]

Outro traço importante do início da segunda metade do século XVIII, em relação à colônia, foi o nítido declínio da atividade mineradora.[3] No início, passou despercebido. Com o decorrer dos anos, entretanto, já não foi possível esconder o malôgro: os veios estavam exaustos, a exploração exigia trabalhos cada vez mais vul-

tosos. O fisco metropolitano não verificava as causas essenciais, e se desmandaria na extorsão e na repressão. A derrama era um sinal eloqüente e as insurreições prenunciavam dias amargos, indicando um estado de espírito que já não era possível esconder. Na sua amplitude territorial, a mineração devassara uma área extensa, povoara essa área, levantara vilas, lugarejos, cidades. Proporcionara caminhos novos e vulgarizara pelas necessidades, as longas viagens. Abrira os primeiros marcos do consumo interno, também — cheios de altos e baixos, pontilhados de crises de fome, peados pela fiscalização, pelos registros, pelas taxas de passagem.

A mineração fizera mais: proporcionara a transferência da sede colonial para o Rio de Janeiro e produzira um considerável aumento dos quadros administrativos. Queixavam-se os mineiros de que a capitania, desmembrada da de São Paulo, não poderia suportar o gravame de tanta tropa, tal o vulto da milícia ali distribuída.[4] Na nova capital, cresciam os misteres a que o aparelhamento administrativo devia atender. A justiça, outro sinal dos tempos, aumentava as suas fileiras. Surgiam as primeiras grandes fortunas não acumuladas com a lavoura, fortunas em que o numerário já encontrava um lugar. Já antes, Pompeu, o solitário senhor de Parnaíba, acumulara bens como fornecedor das bandeiras mineradoras e como agente de empréstimos. Agora, o comércio, em grosso nos portos, a retalho nos centros urbanos do litoral e do interior, proporcionava enriquecimento. O tráfico de muares, como o tráfico de escravos, abria possibilidades muito amplas. No Centro-Sul, a sede colonial já se constituía cabeça de área apreciável, que entrava pelas zonas auríferas e ia além da capitania de São Paulo. Tropas de muares vinham do Sul ou desciam das montanhas para os pequenos portos do fundo da Guanabara. No Rio de Janeiro levantavam-se as construções necessárias às mais importantes repartições do governo, ou ainda obras públicas dignas de registro como o aqueduto e os chafarizes. Havia, portanto, uma vida urbana que começava a encontrar a sua fisionomia própria, a se emancipar do largo domínio rural.

Quando a mineração começa a denunciar um declínio a que é impossível fugir, a estrutura colonial apresenta fendas indisfarçáveis — ameaça tornar-se um anacronismo diante das condições novas que se apresentam ou de fatores antigos que adquirem nitidez e força. De fora, a pressão das componentes ligadas à Revolução Industrial não faz senão crescer. Dentro desse quadro, aliás, é que é preciso compreender o conjunto das reformas que o go-

verno de Pombal empreende, na sua tentativa de revitalizar os lucros de uma exploração colonial que ameaça ruir.

O crescimento demográfico e o aparecimento de uma progressiva diferenciação nas atividades, um esboço de divisão do trabalho, juntando-se à vida urbana que se apresenta agora como aspecto interessante no conjunto da colônia, traduzem sensíveis mudanças que os costumes sancionam e colocam em destaque. Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Vila Rica são centros em que aparecem traços permanentes de vida, e não aqueles simplesmente transitórios e esporádicos das festas religiosas. Há nesses centros não só uma população que cresce, particularmente recolhendo os elementos expulsos pela estrutura rural de produção, mas que está vinculada, pelas necessidades profissionais, à ordem urbana, e que não encontraria lugar nas zonas de lavoura.

Surgem, por outro lado, profissões antigamente relegadas aos elementos metropolitanos, ou por serem vedadas aos da colônia ou por serem inacessíveis. Aparece, então, pela primeira vez, a importância, ou pelo menos a valia da instrução, do saber que está nos livros, da cultura individual — e a curiosidade também. Torna-se necessário que haja quem saiba as leis, quem as difunda, quem as aplique. Torna-se necessário, por outro lado, a comunicação escrita, do particular ao particular, e não somente da autoridade à autoridade. Abre-se algum espaço à tarefa do espírito, muito embora à que traduza um fim ou aplicação utilitária.

A vida urbana, por outro lado, proporcionando a vizinhança, aproximando os homens, forçando a convivência, traduz-se em relações, em concorrência, em estímulos novos. E começam a aparecer, então, as associações, os grêmios, as sociedades — sociedades literárias, subordinadas aos padrões do arcadismo e imitando as suas fórmulas; sociedades beneficentes ou profissionais muito rudimentares; sociedades secretas, principalmente, por vezes travestidas de interesse literário. Entre estas, com um papel que crescerá sempre, dentro da fase a que nos referimos, a maçonaria se destaca.[5]

Começam a surgir, assim, os elementos dotados de dimensão intelectual que não são religiosos, ao mesmo passo que estes, na linha da fase anterior, permanecem como letrados de nascença, por injunção do mister profissional, e ainda ampliam a curiosidade, diferenciando-se nisso, interessando-se por muito daquilo que não pertence apenas ao ofício da religião. Daí os padres políticos, os padres revolucionários, os padres maçons, emparelhando-se com os desembargadores, com os altos funcionários, com os elementos civis que cultivam as letras, juntos todos naquelas sociedades, misturados,

confundidos. E o clero colonial, com a expulsão dos jesuítas, toma uma coloração singular, porque se nacionaliza, por assim dizer, automaticamente, ficando a atividade religiosa entregue, de forma quase absoluta, aos elementos aqui nascidos, recrutados nos colégios das ordens, nos seminários. Entre estes, justamente em 1750, tem lugar de destaque o de Mariana, centro tradicional de estudos, que espalha os seus alunos por toda a colônia. É dessa fase o hábito, que anteriormente fora exceção, de mandarem os senhores de terras um dos filhos a Coimbra, fazer-se doutor em leis e em Cânones.[6]

Formar-se era, assim, uma forma de distinguir-se. O ensino, e particularmente o ensino superior, feito em Coimbra, um traço de classe. Mesmo o recrutamento religioso da fase anterior deve ser colocado nesses termos. Ter um filho padre era um imperativo dos costumes. Já na fase a que nos referimos, com a expulsão dos jesuítas, com o advento dos mestres-régios, dos capelões de fazendas e engenhos como professores de primeiras letras, do aparecimento dos primeiros didatas civis, profissionais, estes particularmente nos centros urbanos, o recrutamento de sacerdotes começa a ser mais largo, mais arejado, mais despido dos duros preconceitos do colonialismo vigente e antigo.[7] É agora, e nos referimos ao período que começa com a segunda metade do século XVIII, que começam a surgir os padres mulatos, os padres pobres, e por isso mesmo os padres maçons, os padres carbonários, os padres rebeldes.

Mas o ensino era algo de duro, rude, flagelante. Vilhena, ele próprio mestre de Grego, cujo depoimento é sempre tão interessante, afirma, a esse propósito: "Logo que constava pelo professor que o estudante o desatendera, era mandado para o Forte do Mar, e se na indagação que dele se fazia, se tinha a certeza de que era pouco aplicado, mandrião ou vadio, então se lhe sentava praça de soldado para ensinar-lhe a conhecer a subordinação!"[8] Tratava-se, assim, de um ensino áspero, uma espécie de caserna, em que a lei da obediência devia ser rigorosamente respeitada. Um ensino dogmático, estreito, forjado em moldes rígidos, sem nenhum horizonte, sem nenhuma perspectiva, sem qualquer atrativo e até mesmo evidenciando uma total despreocupação por isso, articulado em linhas muito simples, ainda estreitamente forjado ao sabor dos moldes jesuíticos. Note-se, nas palavras de Vilhena, por outro lado, o conceito de subordinação, e de subordinação militar especialmente, muito vizinha da humilhação, eivada fortemente dos prejuízos do tempo, de uma sociedade em que a divisão em classes se havia estratificado, era vincada ao extremo, e em que o mister

de soldado se revestiria, pois, de todos os sinais de inferioridade, das supremas cores da ignomínia.

Padres e letrados confundir-se-iam em todos os episódios, nessa fase de transição. Da Inconfidência Mineira muitos afirmaram que foi uma sedição de elementos tais: "A Inconfidência Mineira fora uma conjura de padres e poetas. A livraria do cônego de Mariana, Luís Vieira, rica de mais de mil volumes, entre os quais a incendiária literatura de França dos economistas, vale por exemplo da liberdade de estudos a que se davam aqueles. O mentor literário dos liberais do Rio de Janeiro, em 1820, foi Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, luminar do Convento de Santo Antônio. A Revolução Pernambucana de 1817 orienta-se por padres-mestres e frades carmelitas; e, a despeito do fim trágico, a Confederação do Equador, em 1824, teve na vanguarda outros monges e vigários. A Independência contou com eles, em todo o Brasil. Frades doutrinadores, frades políticos, frades guerreiros. As vocações explodiam, ao contacto com as paixões da luta. Frei Breyner comandou os couraças do Perdão, na Bahia. Participou dos trabalhos da junta provisória o Padre Dendê Bus, que escolhera esses bárbaros apelidos em intenção dos sentimentos jacobinos. Fazia o jornalismo intemperante, em Pernambuco, Frei Caneca, afinal, como o Padre Roma, como o Padre Miguelinho, como o Padre Mororó, fuzilado pelos soldados da lei. Um companheiro de Frei Caneca, o carmelita, depois cônego Antônio Joaquim das Mercês, seria um dos diretores da maçonaria baiana e deixar-se-ia retratar, em corpo inteiro, de vestes talares, e sobre estas a faixa resplandecente de patriarca de sociedade secreta. Cada convento era uma pequena academia, e, de muito tempo, os religiosos brasileiros moviam aos portugueses uma guerra semelhante à que faziam os nacionalistas contra os estrangeiros. A rebeldia generalizara-se, como um ideal comum dos homens esclarecidos que, nem por vestirem a samarra, tinham perdido o entusiasmo patriótico, a exaltação das idéias-força. Na Constituinte do Império, os bacharéis em Direito eram vinte e seis, os desembargadores vinte e dois, os clérigos dezenove..."[9]

O cronista refere-se a tempos mais avançados do que aqueles que nos preocupam. Retornemos o momento da Inconfidência Mineira. A tal respeito, um comentador moderno, tratando das *Cartas Chilenas*, o documento político da época por excelência, afirma, com muita exatidão: "Em Minas, o movimento foi sem dúvida elaborado por intelectuais, e devia ter sido mais um sonho teórico de poetas, juristas e padres, do que propriamente uma conjuração de

líderes revolucionários. Retratava a mentalidade liberal dos que iam estudar Leis e Cânones nas universidades européias".[10] Para acrescentar, logo adiante, com alguma dose de erro: "A Inconfidência Mineira, embora sem base popular, foi uma inconfidência burguesa e poderia ter dado ótimos frutos, caso fosse vitoriosa. A Baiana, não. Faltava-lhe a elite dirigente, que não se improvisa e sem a qual não é possível construir-se uma nação. O caráter intelectual da conjuração mineira se, por um lado, foi uma de suas insuficiências, por outro constituiu uma de suas qualidades mais sugestivas".[11]

Nas citações, queremos frisar particularmente a opinião concordante de que a Inconfidência Mineira foi uma conspiração de padres e letrados, padres na verdade letrados, e cuja situação de letrados os levava a conspirar contra a dominação lusa. Não é possível esquecer aqui que o recrutamento de sacerdotes, colocado em novos termos, processava-se em boa parte da classe média que esboçava a sua fisionomia por essa época. Esse traço de classe parece constituir o segredo da motivação rebelada dos padres do tempo. A cultura individual, sendo eles ainda os maiores depositários do saber, constituiu apenas o instrumento, o caminho que lhes possibilitou a concretização de seus impulsos. Nos sacerdotes da Inconfidência Mineira, como naqueles de 1817 e 1824 em Pernambuco, já não vamos encontrar filhos de famílias tradicionais, ligadas à propriedade territorial, mas homens de outra origem, de outra formação — de outra classe, em suma.[12] Homens que, nos três séculos de domínio colonial, influíram através do ensino e do púlpito, e que, depois, teriam sempre um papel naqueles dois setores, mas se desdobrariam, por toda a parte, em políticos, parlamentares, jornalistas, escritores, revolucionários.

Que o púlpito permanecia, na fase de que tratamos, como um instrumento privilegiado, a única e, adiante, a mais alta e por vezes a mais livre das tribunas, com um papel político e com um papel literário sempre importante. A esse propósito, José Veríssimo observou: "A oratória sagrada, no Brasil, foi, sem dúvida, no período colonial e no início do nacional, uma revelação e porventura um estimulante, em estreitos limites, aliás, da cultura do momento. Era uma das formas por que se manifestava a inteligência e cultura brasileira, principalmente eclesiástica. Mas como outras dessas formas de expressão, a poesia, a história, os panegíricos pessoais ou da terra, os escritos morais, tinham os sermões a mesma inferioridade de toda essa literatura convencional, retórica, sem alguma relevância de engenho, sentimento ou expressão. Só mais

tarde, quando os oradores sagrados se fizeram também, sob a influência do momento histórico, oradores e até tribunos políticos, e exprimiam ou ressumavam as paixões nacionais da época da Independência, se nos deparam alguns, bem poucos aliás, cuja obra, somente por este aspecto, ainda não morreu de todo".[13]

Vemos o desenvolvimento do sermão: verdadeira lição oral, único momento de reunião popular, meio isolado de transmissão do pensamento, a princípio; depois, sua inevitável decadência, quando se estiola dentro de seus moldes, demasiado estreitos para, em época diversa, conter um desenvolvimento espontâneo, decadência que coincide, e nisso existe poderosas razões, com o aparecimento de outros meios de transmissão de idéias; mais adiante, quando se alça, agora em terreno diferente, a um nível de estima, traduzindo o sentimento político da fase da autonomia com as suas lutas e os seus desencontros, para se fazer estimado apenas sob este aspecto.

A formidável e crescente pressão das necessidades ligadas à Revolução Industrial teria de acarretar, para as áreas coloniais americanas, e para o Brasil em particular, alterações cuja importância o desenvolvimento histórico poria em evidência. A derrocada das cortes ibéricas, sob o impacto da intervenção napoleônica, cria as condições de circunstância que permitem a eclosão do largo movimento de autonomia que agita os povos americanos. Aos observadores menos atentos, presos as acontecimentos mais do que às razões, atraídos para a crônica mais do que para a história, não terá passado sem interesse o fato da generalização daquele movimento. Na primeira década do século XIX, realmente, como que tocados pelos mesmos motivos, e verdadeiramente tocados, surgem por toda a parte os sintomas e logo os fatos que anunciam graves transformações. A ação de Miranda e de Bolívar, no Norte, o aparecimento de San Martin e O'Higgins, no Sul, a transferência da corte lusa para o Brasil, no Centro, ocorrem na mesma etapa. O pensamento de Silva Lisboa, em favor da liberdade comercial, é o mesmo da obra de Mariano Moreno. E nem representa coincidência a participação de uma figura tão sugestiva como a de Abreu Lima nas lutas de Bolívar e nas agitações do Recife, como não a representa a transferência ao Brasil de Lord Cochrane, depois de ter propiciado o deslocamento das forças de San Martin ao Peru, centro de gravidade da administração espanhola nas colônias sul-americanas.

O impulso da Revolução Industrial, com o movimento manufatureiro britânico à frente, rasga as cortinas que vedavam o conti-

nente e, sob sucessivos golpes externos e internos, rui a formidável, hermética e maciça construção política da clausura e do monopólio. Abrem-se as vastas áreas americanas à expansão do tráfico comercial e isso não pode acontecer, como não acontece, sem provocar grandes transformações internas capazes de afetar a fisionomia política dos povos coloniais. Os contactos com o mundo, daí por diante, não serão apenas os das trocas e relações comerciais. Na mesma medida em que se abrem os portos aos navios de diversas bandeiras, embora nos primeiros tempos com um predomínio absoluto da bandeira inglesa, surgem condições para contactos mais amplos, em que influências diversas terão efetividade, todas com largas conseqüências no ambiente até então plácido das áreas coloniais.

O pensamento dos homens da época pode ser observado não só pelo exame das peças das devassas realizadas pela justiça metropolitana, no seu afã de deter o ímpeto pela autonomia, pela leitura dos depoimentos então prestados, pela verificação dos documentos apreendidos, mas, e talvez principalmente, pela constatação dos livros arrolados nas bibliotecas de conspiradores e agitadores. Eram, realmente, e nem poderiam deixar de ser, inconfidências de padres e letrados. Não teriam podido alcançar, na etapa em curso do desenvolvimento da sociedade brasileira, a participação popular, que não existia povo, a rigor, não existia uma classe que definisse a sua participação. A sociedade dos tempos que precedem a autonomia apenas se modificara, em relação àquela que surgira e se desenvolvera nos séculos de sujeição colonial, no sentido de esboçar, e apenas esboçar, o aparecimento de uma classe média cuja representação econômica era secundária.

Os movimentos de rebeldia, pois, só poderiam encontrar condições objetivas de desenvolvimento quando interessassem à classe proprietária, no todo ou em parte, quando lhe satisfizessem os anseios, quando correspondessem às suas necessidades. Em boa parte, os elementos dotados de dimensão intelectual, aqueles que poderiam, como demonstraram, cuidar de idéias e de transformações políticas, estavam vinculados à classe proprietária, e não seriam senão os seus intérpretes, de forma consciente ou de forma inconsciente. Aqueles que pertenciam à classe média, que se esboçava apenas, e não tinha função específica no conjunto, dependiam de tal forma da classe dos senhores de terras e de escravos que não falavam ou escreviam como homens de sua classe, mas como homens da classe superior com a qual, no fundo, desejavam identificar-se.

Pretender, pois, verificar uma participação de camadas populares, como hoje as entendemos, nas inconfidências, nas conspirações, na elaboração do pensamento político da época, corresponde a uma inverdade, a uma posição anti-histórica que não resiste à menor análise. No movimento pela autonomia, assim, o que existe, realmente, é uma associação, cada vez mais íntima, entre as necessidades da classe proprietária e as necessidades do capitalismo em sua etapa industrial. O resultado político é a independência. O resultado econômico é a integração dos sistemas coloniais de produção no conjunto do capitalismo internacional. A empresa colonial passa a constituir uma peça importante, por vezes essencial, na estrutura do capitalismo internacional. Daí a circunstância de não ter sido possível conjugar os movimentos pela autonomia com alterações internas capazes de indicar modificações importantes na sociedade dos países que surgem então no palco como nações autônomas. A estrutura social que sucede à autonomia é, nos seus traços essenciais, a mesma dos tempos de subordinação colonial.

Mas há, em todo caso, um detalhe que convém não esquecer porque sua importância futura, pelas conseqüências que acarreta, virá a destacar-se. É que o processo da independência, pelas suas necessidades mesmas, viria a libertar forças que, embora destituídas de função e de peso naquela fase, não cessariam de crescer. As mudanças no quadro interno devem ser apreciadas principalmente na direção em que tais forças vão atuar. Depois da autonomia, realmente, não seria mais possível manter determinadas peças, que estavam ligadas ao sistema colonial e só nele tinham um lugar específico. A independência é uma vitória da classe proprietária, sem dúvida alguma; mas trará para ela alguns problemas e vai gerar as condições em que o seu domínio único será disputado. Demais, a sua associação com as forças externas que impulsionaram a derrocada do regime de clausura e de monopólio, torna-se indissolúvel. Daí por diante, não poderá mais prescindir daquela associação. Isso lhe retirará, no quadro do desenvolvimento nacional, a posição de vanguarda. A autonomia foi o seu último serviço.

O pensamento político dos homens do tempo, que pode ser investigado, conforme observamos, no arrolamento das bibliotecas de inconfidentes e conspiradores de toda ordem, orienta-se particularmente pela leitura de autores franceses, os Enciclopedistas em plano destacado. A polícia colonial perseguia com particular rigor o que chama *francesismo*.[14] O Padre Lopes Gama, em 1843, podia escrever, com uma veemência singular, que "nos pacíficos tempos coloniais" raros eram os brasileiros de Pernambuco que

atravessavam o oceano, em busca de escolas européias, particularmente Coimbra. Para acrescentar: "Por intermédio desses viajeiros e desses doutoraços é que as doutrinas ímpias dos filosofantes da França pouco a pouco se foram importando no Brasil". Tinha razão o padre. Eram muitos os que, entre os letrados, liam os livros franceses. O biógrafo de Frei Caneca, Lemos Brito, esclarece alguns traços dessa influência:

"É evidente que esta formação se faz ao influxo das idéias de Montesquieu, o extraordinário filósofo cuja obra surge com o predestino de imprimir um feitio inteiramente novo à organização universal do Estado, principalmente no século em que se desencadeiam as duas célebres revoluções pernambucanas. Com acerto o acentuou já o Sr. Alcides Bezerra, no estudo que precede as *Publicações do Arquivo Nacional* consagradas aos documentos da Confederação do Equador na Paraíba. A *Politique Contitutionnelle* de Benjamin Constant foi o livre inspirador dos nossos estadistas do primeiro e do segundo reinado, conforme diz Carlos Maximiliano. Convém, entretanto, não passar adiante sem lembrar que alguns deles já conhecem e citam de primeira mão os clássicos norte-americanos do Direito Público: em seus comentários de 1865, já o Visconde do Uruguai discute, apoiado nos originais ingleses, Story, nos *Commentaries, The Federalist* e a Constituição dos Estados Unidos. 'Frei Caneca — escreve Alcides Bezerra — bebêra em fonte mais remota, em Montesquieu, cujo livro principal, *L'Esprit des Lois,* muitas vezes cita, e mesmo quando não invoca a autoridade do grande mestre, sente-se no seu pensamento a influência avassaladora do pensador francês. Assim como a Constituição do Império saiu de Benjamin Constant, da mesma forma a Confederação do Equador deriva em linha reta do *Espírito das Leis* de Montesquieu'."[15]

Nas bibliotecas dos padres e poetas de Vila Rica como nas dos conspiradores de outras regiões, nas epígrafes dos pequenos jornais que começam a circular depois do advento da corte lusa, nas citações mais constantes da tribuna religiosa ou parlamentar, quando esta começa a exercer a sua função, verificamos, com uma abundância exaustiva de provas, como o pensamento político é sempre provido das mesmas fontes, as dos Enciclopedistas. Epígrafes de Voltaire tornam-se normais, citações de autores gauleses, cousa comum. Isso pode ser verificado a todo propósito, nos pasquins, nos discursos, nos escritos de natureza política, nos opúsculos, nos textos mais diversos. Há dois grandes exemplos, a que se reportam, infalivelmente, todos os comentaristas políticos do tempo,

a Revolução Francesa e a independência norte-americana. Desde José Joaquim da Maia, o estudante que procurou Jefferson, até os legisladores que vão dar forma à estrutura do Estado saído das convulsões da autonomia, o filão é sempre o mesmo. Se identificarmos o pensamento dos que deram forma legal ao estatuto norte-americano, dos fins do século XVIII, chegaremos à conclusão de que a origem é idêntica, embora as condições sejam diversas.

Com a trasladação da corte lusa e com a autonomia, cuja complementação necessária e indispensável estaria contida no movimento de 1831, torna-se necessário preencher o aparelho de Estado recém-construído. Surgem as primeiras leis, os primeiros choques, uma situação de inquietação generalizada, que se traduz, com evidente eloqüência, nos movimentos locais ou regionais de rebeldia. A imprensa, estritamente vedada na época colonial, a ponto de ter sido condenada ao fracasso a tentativa de Bobadela, encontra o seu campo de ação. O livro, introduzido sob cuidados especiais, quase sempre como material clandestino e exclusivamente pessoal, antes, torna-se mais acessível aos elementos dotados de situação e instrução. Aparecem alterações, algumas dignas de nota, no ensino, na forma sistemática de transmissão da cultura. Surgem as primeiras escolas superiores. Não é necessária uma grande dose de observação do quadro histórico para verificar que não existiam aqui as condições para surgir o aparelhamento universitário de que outros se orgulham. Os nossos empreendimentos são muito mais modestos: em 1827, quando a complementação do movimento de 1831 não estava sequer esboçada, criam-se os cursos jurídicos. Trata-se de formar, no meio ainda eivado de todos os sinais da estrutura colonial, elementos dignos de constituir a elite intelectual do novo país, capazes de dar a fisionomia, a aparência, o aspecto formal, ao aparelho de Estado, dos elementos que vão traduzir o pensamento político e que, por ser diminuta a camada dotada de instrução, vão também dar a forma das manifestações literárias.

O movimento da autonomia, e toda a sua sinalização exterior, exigia grupos aptos a traduzir um pensamento que não encontrava fontes internas, que se teria de improvisar, que se interessaria essencialmente em confundir-se com sinais externos que lhe conferissem autoridade. Daí data, sem dúvida alguma, o problema da transplantação cultural, que tanto nos preocupou e ainda nos preocupa e só recentemente vem sendo colocado em seus justos termos pela análise sociológica. É necessário recrutar os elementos para o aparelho de Estado que se instala — o legislador, o administrador, o orientador político. É importante, de qualquer forma, gerar

o partidarismo, criar as condições para as escolhas eleitorais, preencher os vazios deixados pela retirada dos elementos mandatários da metrópole. A carência de quadro é tão grande que, apesar dos sentimentos jacobinos que surgem, muitos daqueles elementos permanecem no país, incorporam-se à nossa situação, são por ela assimilados.

Trata-se de um país novo, que se apresenta agora ao mundo, e que pretende apresentar-se da melhor forma, com os seus enviados diplomáticos, as suas forças armadas, os seus parlamentares, os seus administradores e, ainda mais, com a sua política econômica, a sua política tarifária, a sua política externa — muito preocupado em não parecer colônia, muito cioso dos seus pruridos autônomos, muito sensível a tudo que lhe recorde o passado, a tudo que rememore, pela simples presença, os tempos de submissão. E que, ao mesmo tempo, não tem condições para repudiar o que a herança colonial lhe transmitiu — o trabalho servil, a grande propriedade territorial, a ausência de manifestação do pensamento, a pobreza da vida intelectual, o grande silêncio em torno de todas as manifestações que, em outros lugares, distinguem e classificam.

Trata-se, por todos os motivos de uma fase difícil, agitada, cheia de perturbações políticas e sociais. O vasto, disperso e ganglionar império que surge para o mundo internacional se dilacera em lutas internas as mais contraditórias. De norte a sul, as rebeliões repontam, duram ou são logo vencidas, denunciam a presença de fatores profundos ou de efeitos transitórios. O período que separa a Independência, completada no ato de 7 de Abril, da Maioridade, quando se inaugura uma nova etapa, oferece um panorama conturbado. A agitação alça-se de todos os recantos e ameaça a aparente tranqüilidade daquela maciça e pesada construção oriunda da época colonial. As duas revoluções pernambucanas, a de 1817 e a de 1824, a Cabanagem amazônica, a Balaiada maranhense, o levante dos Farrapos, com a sua duração prolongada e os seus efeitos, a Sabinada baiana, as insurreições mineira e paulista, a rebelião Praieira pernambucana, são seguros indícios de que existe uma surda fermentação em todo o organismo do novo império, fermentação que se traduz, de forma singular, em manifestações as mais diversas, quase sempre pesadamente eivadas de regionalismo, mas que denunciam, ainda assim, a presença de traços comuns. Nenhuma delas conseguirá êxito e chegará a afetar a estrutura do Estado, mas é certo que surgiram e se desenvolveram dotadas de força e indicaram a presença de fatores que merecem atenção cuidadosa.

Para atender a todas as necessidades novas, o país deve improvisar quadros políticos, quadros diplomáticos, quadros militares, quadros intelectuais. Pois agora surgem os cursos jurídicos, nas regiões mais importantes; surge a imprensa, que se alastra por todo o país, gerando o produto singular e característico que é o pasquim; surge o parlamento, onde deságuam, de uma forma ou de outra, muitas das inquietações do tempo; surge uma ordenação da justiça, uma ordenação administrativa, uma ordenação política, com a lei eleitoral e com as funções a preencher, por nomeação ou por sufrágio; surge uma força militar, que recebe os traços da etapa anterior, inclusive os do soldado mercenário, mas que evolui rapidamente, neutralizada embora pela constituição da Guarda Nacional, de que os proprietários territoriais se reservam o domínio.

Tudo isso acelera, de forma imprevista e impetuosa, a vida dos centros urbanos, dá-lhes um relevo que não tinham, concede-lhes uma primazia que sempre fora negada pela realidade da larga supremacia rural. Nessa vida urbana, que se transforma, não só a atividade comercial aumenta depressa como surgem traços novos: o da vida de família, que se torna mais arejada, mais larga, mais aberta; o das festas, com o movimento trazido pelo parlamento e pelo teatro; o da luta política, com as competições eleitorais, a que o pasquim concede uma virulência singular.

Alguns pretenderam ver, no súbito engrandecimento das atividades liberais, entre elas podendo ser incluída, com um pouco da natural deformação do tempo, a dos homens de saber, uma transformação mais profunda do que realmente a sociedade brasileira estava em condições de proporcionar. Não é verdade que tivesse surgido, pelo menos na etapa inicial, nenhum conflito entre os elementos letrados e a classe dos senhores de terras e de escravos. Muitos não haviam ainda ousado trocar os seus afazeres pela milícia ou pela mercancia, que diminuíam e desclassificavam, mas já ousavam trocá-los pelos misteres em que concorria o saber individual, o brilho da inteligência, o timbre do talento, porque assim podiam resguardar a própria dignidade.[16]

Novas ocupações reclamavam uma eminência que, em outros tempos, não poderiam ter. É perfeitamente explicável que tais ocupações tivessem de recrutar os seus elementos no campo da classe proprietária. Transportados, quase de súbito, para as cidades, tais elementos traziam as mentalidades, os preconceitos, a soma de interesses que tinham sido e continuavam a ser os de sua classe. Não há, pois, o conflito que alguns pretenderam verificar e nem a sociedade brasileira dos primeiros decênios do século XIX estava

apta a proporcioná-lo. A tal propósito, um intérprete moderno situa bem a questão:

"Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e inteligência, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. O prestígio universal do *talento*, com o timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como são eminentemente as do Nordeste do Brasil, provém sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico [...]. O trabalho mental, trabalho que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa, forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo. A verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais — mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que, para bem corresponder à função que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e de ação [...]. Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais como o anel de grau e a carta de bacharel podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas, que pertencem às classes servis."[17]

A beca, pois, traduz uma posição de classe, e os magistrados, doutores, legisladores, quando não os próprios homens de letras, não são mais do que representantes dos proprietários territoriais. Não há nenhuma forma de conflito, no caso. Não existe uma elite de letrados, em oposição a uma elite de senhores rurais.[18] O conflito entre a cidade e o campo, próprio da fase histórica que atravessamos na época, está longe de identificar-se com o contraste entre uma classe urbana e uma classe rural. Quem desce dos domínios territoriais, com a autonomia, para o parlamento, para

a diplomacia, para os cursos jurídicos, para as atividades liberais, para o círculo apagado e estreito das letras, é ainda a aristocracia latifundiária, por si ou por elementos seus. Ela herda o Império, feito à sua imagem e semelhança, embora possam disfarçar a exterioridade, alguns aspectos de detalhe, sem maior significação.[19]

NOTAS AO CAPÍTULO 5

1 Nelson Werneck Sodré, "O Tratado de Methuen", *in Digesto Econômico*, n.s 53, 54, 55, 56 e 57, S. Paulo, 1949.

2 Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, S. Paulo, 1945; "A maior concentração do povoamento é na faixa costeira; mas esta mesma, largamente dispersa. O que havia eram núcleos, de maior ou menor importância, distribuídos desde a foz do rio Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul. Mas entre esses núcleos medeava o deserto, que em regra não servia nem ao menos para as comunicações, que se faziam de preferência por mar." (Pág. 109.)

3 W. L. von Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 2 vols., S. Paulo, s. d. Também João Pandiá Calógeras, *As Minas do Brasil e Sua Legislação*, 3 vols., Rio, 1904.

4 Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, "Descrição da Capitania de Minas Gerais", *in Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1891: "Se uma capitania do Centro, despovoada como adiante se dirá, pode sofrer vinte e seis regimentos milicianos, sem detrimento da agricultura, mineração e mais misteres, é questão a decidir-se pelos políticos." (Pág. 108.)

5 Salomão de Vasconcelos, *O Fico, Minas e os Mineiros na Independência*, S. Paulo, 1937: "Não ostentava essa loja o rótulo disfarçado de 'academia' com que geralmente se apresentavam as sociedades maçônicas daquele tempo. Seu nome era simbólico, e os sinais, toques e palavras de que usava eram diversos dos que se serviam as demais. Também o emblema era privativo: um índio, de olhos vendados, com as mãos agrilhoadas, tendo a presidi-lo a sombra de um gênio, como a querer libertá-lo da prisão. Era, pois, o Brasil escravizado e o sentimento da pátria atento e velando por sua liberdade." (Pág. 37.) Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. I, *Espírito da Sociedade Colonial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1937: "O Fenômeno da colaboração maçônica coincide com a grande concentração urbana." (Pág. 283.)

6 Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 3.ª edição, São Paulo, 1938: "Há de fato, de norte a sul, uma nobreza rural, assentada sobre a base dos grandes latifúndios, numerosa, rica, orgulhosa, esclarecida pelas idéias novas, que revolucionam os centros cultos do Rio e de Pernambuco. Há também uma aristocracia intelectual, graduada na sua maioria pelas universidades européias, especialmente a Universidade de Coimbra, e que resume, não apenas a alta cultura da colônia, mas

mesmo a alta cultura da metrópole; porque, desde os fins do III século, os maiores poetas, os maiores escritores, os maiores humanistas, os maiores sábios, os maiores talentos da raça são quase todos brasileiros. Com a lei de abertura dos portos em 1808, o grande desenvolvimento comercial, que daí resulta, cria uma poderosa burguesia dos grandes comerciantes, cujos descendentes são também mandados a Coimbra, onde se graduam em Cânones, em Leis, em Matemáticas, em Ciências Naturais e, ao retornarem à pátria, trazem à nossa aristocracia mental novos brilhos, novas idéias, novas capacidades." (Págs. 277 e 278.) Claro está que o quadro pintado por Oliveira Viana é falso em muitos detalhes: não existe a supremacia intelectual da colônia, a *aristocracia* não é "esclarecida pelas idéias novas", nem estas "revolucionam os centros cultos" da colônia. Menos exata ainda é a existência de uma "poderosa burguesia", no tempo a que se refere o ensaísta.

Pedro Calmon é mais exato nas suas observações: "O filho segundo, esse ia estudar à Europa. As famílias abastadas tinham nisso o seu velho orgulho. Mandavam um rapaz a Coimbra, bacharelar-se e seguir a carreira letrada. A universidade era um ideal comum: a magistratura, o canonicato, honravam por seus privilégios, elevavam o homem a um nível egrégio, davam-lhe, principalmente na colônia, uma eminente situação, a par dos cargos de governo. Os doutores pertenciam à classe da nobreza, capazes de entrar nos cargos nobres...' [...] Os colégios dos jesuítas formavam mestres, não licenciados. Segundo Anchieta, já em 1584 havia aqui 'mestres formados em teologia de consciência, filosofia e latinidade'. A universidade foi uma só. Deveras os jovens brasileiros não aprendiam a Coimbra as ciências e letras que os fizessem sábios: o ensino era irremediavelmente abstrato, nitidamente dogmático." (Pedro Calmon, *op. cit.*, págs. 84 e 85.)

José Veríssimo não deixa de mencionar o fato: "Os moradores mais abonados mandavam os filhos estudar a Coimbra, depois de os haverem feito cursar as aulas preparatórias locais, mormente as dos jesuítas, que eram as mais recomendadas e freqüentadas. Além das matérias de Religião e Teologia, estudavam-se nessas aulas o Latim e sua literatura e conjuntamente a História e Geografia antigas e a Mitologia. Nelas explicou e comentou Sêneca, está-se a ver com que abusos de subtilezas e desmancho de trocadilhos, o padre Antônio Vieira. Os jesuítas mantinham em seu colégio uma livraria, ou biblioteca como hoje chamamos, em que certamente com livros de religião e teologia se achariam os poetas antigos e os portugueses e espanhóis de mais nomeada e estimação." (José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 71.)

Mais adiante, Veríssimo volta ao tema: "A riqueza feita a muitos dos seus moradores pela mineração, no mesmo passo que os excitava a uma vida larga e de luxo, largueza e luxo relativos mas consoantes com o meio, e para ele até ostentoso, movia-os a mandarem os filhos não só a Portugal, mas também a outros países europeus, seguir estudos superiores. No século XVIII, mormente na sua segunda metade, o número de doutores, leigos e eclesiásticos, e de clérigos com estudos superiores dos seminários, era com certeza em Minas Gerais maior do que em qualquer outra capitania." (Idem, págs. 107 e 108.)

[7] O ensino passa por uma transformação realmente importante, na segunda metade do século XVIII, e a partir daí. Desaparece, pouco a pouco, o primado jesuítico. Começa a ser neutralizado pelos colégios de outras ordens, pelo ensino doméstico dos capelães, pelos mestres-régios, pelos mestres civis avulsos. Os depoimentos, a propósito dessa transformação, são numerosos, e abordam questões secundárias, como a da superioridade ou não do ensino jesuítico. No começo, era apenas o ensino dos jesuítas: "A Igreja transportou para a América a 'inteligência'. Até a expulsão dos jesuítas, tiveram estes padres o monopólio do ensino. Somente o púlpito foi livre: e os conventos guardaram, para uso dos frades, os poucos livros que transpuseram o oceano naqueles tempos de escassa leitura e muita devoção. O padre tornou-se o letrado, no seu sentido vulgar: o rapaz que se dava a estudos deixava de preferência a povoação rude, a fazenda remota, a barbárie dos engenhos, para se meter noviço nas casas religiosas: professava. [...] Em 1549 trouxe Tomé de Sousa os seis primeiros jesuítas. Seis anos depois, a Companhia se apoderava da Universidade de Coimbra: porque 'dirigissem e lessem as artes e tudo o mais que lessem os mestres franceses'. E em breve, em Portugal e no Brasil, possuíam o privilégio de cátedra. Aqui, principalmente, só houve aula particular onde os jesuítas não se estabeleceram: mestres do colégio único, ensinaram, diligente e sistematicamente, à sociedade heterogênea e desagregada desta nova Lusitânia." (Pedro Calmon, idem, págs. 117 e 119.) Para explicar a transformação que se sucedeu à saída dos jesuítas do território colonial: "Com o ensino, coisa semelhante sucedeu. Desorganizado em 1759, com a expulsão dos padres, só muito vagarosamente se reaparelhou nos novos moldes, filosóficos e políticos, sob a direção incerta do Estado. As ordens religiosas, que até então tinham os seus cursos internos de Teologia, os padres seculares, os capelães dos engenhos, alguns letrados pobres, preencheram como puderam a grande falha. A reforma pombalina foi mais de método que de fundo. Ao invés da excessiva gramática latina dos jesuítas, foram criadas 'as cadeiras de Retórica, línguas grega, hebraica e latina, como também as escolas das primeiras letras', a que o Príncipe Regente D. João juntou uma aula de Matemática." (Idem, págs. 135 e 136.)

A condenação do ensino que substituiu o dos jesuítas é um motivo constante em cronistas e historiadores: "As 'aulas régias', espalhadas pelo interior do país, em substituição do ensino dos jesuítas, deixaram uma triste lembrança de estudos fragmentários, de professores negligentes, de cadeiras anacrônicas, sobretudo de serôdias latinidades que esterilizavam as jovens inteligências..." (Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940, pág. 312.)

No mesmo propósito, Gilberto Freyre observa: "Os padres-mestres e os capelães de engenho, que, depois da saída dos jesuítas, tornaram-se os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros, tentaram reagir contra a onda absorvente da influência negra, subindo das senzalas às casas-grandes; e agindo mais poderosamente sobre a língua dos sinhô-moços e das sinhazinhas do que eles, padres-mestres, com todo o seu latim e com toda a sua gramática; com todo o prestígio das suas varas de marmelo e das suas palmatórias de sicupira." (Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala,* 5.ª edição, Rio, 1946, t. I, pág. 554.) Mas não se preocupa apenas com o aspecto da corrupção do idioma, mas com outros, mais graves e talvez mais profundos: "Os padres esforçaram-se em fazer dos meninos, o mais depressa possível, homens ou adultos, que fizessem frente ao caciquismo das tabas e ao patriarcalismo dos velhos das casas-grandes. Regozijavam-se diante dos meninos mais precoces que, logo cedo, amadurecidos à força, cantassem em latim, pregassem a Paixão, discutissem teses, parecessem aos pais criaturas superiores, sem nenhum jeito ou modo de menino. Visando, ao que parece, aquele domínio social, estimularam a precocidade literária, que se tornou tão característica do menino brasileiro, no regime de vida patriarcal de nossa formação. [...] Essa precocidade era conseguida não só por uma série de estímulos à vitória do indivíduo mais brilhante, e não do mais profundo em coisas intelectuais — estímulos muito característicos da antiga pedagogia jesuítica: a maior responsável, talvez, pelas escolas-campos-de-batalha, com os alunos desafiando-se em latim para as competições em que vencia justamente o melhor polemista, o argumentador de palavra mais fácil e de memória mais fértil — como também à custa de vara. A vara, já o bom do Anchieta a considerava a melhor pregação entre os caboclos. Deve ter sido também o auxiliar mais poderoso dos padres-mestres, nos primeiros colégios que a Companhia fundou no Brasil." (Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos — Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano* — 2.ª edição, Rio, 1951, págs. 219 e 220.)

Sobre o teor do ensino jesuítico e as conseqüências que deixou, o mesmo autor discrimina ainda: "Os organizadores ou consolidadores da nossa vida civil e intelectual, os revolucionários da Bahia e de Vila Rica, os poetas, oradores, escritores dos tempos coloniais foram quase todos alunos de jesuítas. O gosto pelo diploma de bacharel, pelo título de mestre, criaram-no bem cedo os jesuítas no rapaz brasileiro. No século XVI já o brasileiro se deliciava em estudar Retórica e Latim para receber o título de bacharel ou de mestre em Artes.

"Já a beca dava uma nobreza toda especial ao adolescente pálido que saía dos 'pátios' dos jesuítas. Nele se anunciava o bacharel do século XIX — o que faria a Abolição e a República, com a adesão até dos bispos, dos generais e dos barões do Império. Todos um tanto fascinados pelo brilho dos bacharéis.

"Mas toda aquela cultura precoce um tanto tristonha, saliente-se mais uma vez que os jesuítas a impuseram aos filhos mais inteligentes dos colonos e aos culuminzinhos arrancados às tabas à força de muita disciplina e de muito castigo. Tradição que se perpetuaria nos colégios de padre até os fins do século XIX.

"Os Jesuítas, repita-se, deram no século XVI valor exagerado ao menino inteligente, com queda para as letras, tornando-o mesmo criatura um tanto sagrada aos olhos dos adultos, que se admiravam de ver os filhos tão brilhantes, tão retóricos, tão adiantados a eles em conhecimentos." (Idem, pág. 223.)

Do confronto entre o ensino jesuítico e o que sucedeu com a expulsão dos membros da Companhia, parece Freyre ter preferido o primeiro, uma vez que menciona: "No século XVI e primeira metade do século XVII a situação intelectual dos colonos foi melhor que no XVIII devido aos educadores jesuítas: aos seus colégios e escolas." (*Casa-Grande & Senzala,* t. II, pág. 631.)

8 Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas (ano de 1802)*, Bahia, 1921, t. I, pág. 292.

A propósito da dureza do ensino do tempo, a que se referem algumas passagens das transcrições de Gilberto Freyre já mencionadas, há que repetir ainda, por se tratar de aspecto característico da época, outras observações: "E felizes dos meninos que aprenderam a ler e a escrever com professores negros, doces e bons. Devem ter sofrido menos que os outros: os alunos de padres, frades, 'professores pecuniários', mestres-régios — estes uns ranzinzas terríveis, sempre fungando rapé; velhos caturras de sapato de fivela e vara de marmelo na mão. Vara ou palmatória. Foi à força de vara e palmatória que os 'antigos', nossos avós e bisavós, aprenderam Latim e Gramática; Doutrina e História Sagrada.

"É verdade que, depois da Independência, começaram a aparecer colégios particulares, alguns de estrangeiros — pedagogos ou charlatães; e a freqüentá-los, filhos de magistrados e altos funcionários públicos, de negociantes e até de senhores de engenho." (*Op. cit.,* t. II, pág. 669.) Gilberto Freyre estende-se bastante sobre a tristeza da infância e da adolescência brasileira, sobre as roupas e os modos de adultos que tinham os meninos, sôbre o ambiente abafado dos colégios internos, de padres e mesmo os particulares. Em *Sobrados e Mucambos,* escrevendo a respeito de colégio cuja fama atravessou o país e o tempo, tem ele oportunidade de frisar os traços do que deu fisionomia ao ensino do tempo: "Caraça tornou-se alguma coisa de sinistro na paisagem social brasileira dos primeiros tempos do Império, arrebatando os meninos aos engenhos (onde eles, tratados de resto nas casas-grandes, pelos mais velhos, eram entretanto uns reis na bagaceira e na casa-de-purgar, dominando aí muleques, galinhas, carneiros, cavalos, bois); às fazendas sertanejas de criar; às casas de sítio, aos sobrados da cidade. E reduzindo-os a internos, num casarão triste, no meio das montanhas, dentro de salas

úmidas, com estampas de São Luís Gonzaga pelas paredes, uns São Luís Gonzaga de olhos doces de mulher, lírios brancos na mão: com imagens de Santo Antônio, de São José, da Virgem e de São Vicente por todos os salões de aula. Que todos esses salões pareciam sacristias, o ar mole de tanto cheiro de incenso e de flor murcha. E sobretudo com padres terríveis, que em vez de lírios brancos como São Luís na sua mão cor-de-rosa de moça, empunhavam palmatórias de sicupira e varas de marmelo.

"'Caraça!' 'Mando-te para Caraça!' Os mineiros antigos, piraquaras e do Norte, dizem que era o nome com que se fazia medo aos meninos mais valentes. Caraça — lembrou há anos um cronista que colhera impressões de alunos da época de maior prestígio do colégio, e também de maior crueldade dos padres — Caraça era 'um nome execrando'." (*Op. cit.*, t. I, págs. 224 e 225.)

Apesar de haver pintado assim as cores do ensino, e em particular do ensino nos colégios de padres, Gilberto Freyre não deixa de dar razão a esse teor de crueldade, a essa maneira de educar, quando mostra os seus efeitos disciplinadores: "Entretanto, nunca será exagerado acentuar o valor que tiveram para a sociedade brasileira nos seus períodos mais difíceis de integração — os séculos XVI e XVII, no litoral todo, o século XVIII, na área mediterrânea: séculos com tanta tendência para excessos, rebeldias, desmandos e para a preponderância dos valores materiais ou dos interesses de família, ou de chefes de família, sobre os gerais — os seminários e colégios de padres. Foi das mais poderosas, no sentido daquela integração, sua influência sobre os filhos dos ricos e sobre os meninos caboclos, e através deles, sobre os elementos social e culturalmente mais indigestos da população. Os meninos formados nesses seminários e nesses colégios foram um elemento sobre o qual em vez de se acentuarem os traços, as tendências, por um lado criadoras, mas por outro dissolventes, de uma formação excessivamente patriarcal, à sombra dos pais heróicos, de indivíduos em extremo poderosos, senhores de casas-grandes quase independentes do resto do mundo, se desenvolveram, ao contrário, o espírito de conformidade e certo gosto de disciplina, de ordem e de universidade, que os padres, e principalmente os jesuítas, souberam como ninguém comunicar aos seus alunos brasileiros." (*Op. cit.*, t. I, pág. 227.)

9 Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940: "Até 1821, quando os padres da Missão fundaram, com quatorze alunos, o solitário colégio do Caraça, o verdadeiro estabelecimento de ensino em Minas Gerais fora o seminário de Mariana, que datava de 1750. Era a maior província do Brasil, quanto à instrução, uma colônia latina...

"No período português, ali não tiveram os jesuítas um colégio sequer. Em compensação, a circunstância de ser escola única o seminário de Mariana deu a Minas Gerais a população eclesiástica mais numerosa e latinista do país.

"A Independência não encontrara formada uma aristocracia mental, desmembrada do clero, puramente leiga: as sacristias, as celas dos frades, o púlpito, as vigararias, polarizavam a animação intelectual, que ressumbra nos documentos ideológicos daquela quadra de revolução e definição nacional." (Pág. 315.)

10 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*: "É curioso constatar que as próprias gerações mais novas de filhos de senhores de engenho, os rapazes educados na Europa, na Bahia, em São Paulo, em Olinda, no Rio de Janeiro, foram-se tornando, em certo sentido, desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados.

"O bacharel — magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia — seria, na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do *pater familias* rural, o aliado do Governo contra o próprio Pai ou o próprio Avô. O médico, o desprestigiador da medicina caseira, que era um dos aspectos mais sedutores da autoridade como que matriarcal de sua mãe ou de sua avó, senhora de engenho. Os dois, aliados da Cidade contra o Engenho. Da Praça contra a Roça. Do Estado contra a Família.

"Além do quê, bacharéis e médicos raramente voltavam às fazendas e engenhos patriarcais depois de formados. Com seu talento e sua ciência foram enriquecendo a Corte, abrilhantando as cidades, abandonando a roça. A diplomacia, a política, as profissões liberais, às vezes a alta indústria, absorveram-nos. Empolgaram-nos.

"As cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres — e também os padres e os que se dedicavam à carreira das armas." (*Op. cit.*, t. I, págs. 138 e 139.)

Para reiterar, mais adiante: "Esses alunos de colégios de padres foram, uma vez formados, elementos de urbanização e de universalização, num meio influenciado poderosamente pelos autocratas das casas-grandes e até dos sobrados mais patriarcais das cidades ou vilas do interior, no sentido da estagnação rural e da extrema diferenciação regional. Nas modas de trajar, e nos estilos de vida, eles, alunos de colégios de padres, representaram aquela tendência para o predomínio do espírito europeu e de Cidade sobre o meio agreste ou turbulentamente rural, encarnado muitas vezes pelos seus próprios pais ou avós." (Idem, pág. 227.)

Conforme apreciamos, não existiu esse divórcio ideológico entre os filhos dos senhores de terras, educados nos colégios de padres ou nas escolas superiores do país e da Europa, e seus pais e avós. Oriundos da mesma classe, e mantendo-se solidários com ela, não divergiram senão naquilo que representou um desenvolvimento natural na fisionomia do domínio rural, numa época em que começava a ser neutralizada a supremacia de fazendas e engenhos sobre as cidades. Nestas, os filhos

de senhores de terras, tornados bacharéis, vão ser justamente os representantes mais ativos e também os mais úteis de sua classe, de que não desertam, conforme pensa Gilberto Freyre, mas com a qual, ao contrário, se identificam sempre, apenas dando fisionomia peculiar às suas manifestações. Não há o divórcio entre o campo e a cidade, e não existe conflito entre as gerações, no caso. As próprias idéias européias, que os bacharéis copiam, denunciam o caráter de representantes dos senhores territoriais que são. Tal tema está apreciado, mais adiante, quando tratamos do problema da transplantação e da ideologia do colonialismo, ideologia que, diga-se de passagem, encontrou nos bacharéis oriundos da classe dominante o veículo natural, o caminho mais útil e fecundo — o único, por assim dizer.

Gilberto Freyre aceita, por outro lado, a diferença de resultados no ensino doméstico e no ensino dos colégios, o primeiro mais subordinado à fisionomia patriarcal: "O número de homens ilustres da época colonial e dos primeiros anos do Império que receberam sua educação primária e secundária nos colégios de padre sobrepuja o dos educados em casa, com capelães e tios-padres. Capelães e tios-padres que, subordinados mais ao *pater familias* que à Igreja, não deixavam, entretanto, de representar, sob a telha-vã dos casarões patriarcais, alguma coisa de sutilmente urbano, eclesiástico e universal — a Igreja, o latim, os clássicos, a Europa, o sentido de outra vida, além da dominada pelo olhar dos senhores, do alto das suas casas-grandes. Das casas-grandes exclusivamente suas: tanto que os próprios padroeiros das capelas patriarcais eram santos que muitas vezes os patriarcas faziam substituir por outros.

"Foram educados em casa, o Morgado do Cabo, depois Marquês do Recife e provavelmente a maior parte dos seus antecessores, fidalgos rústicos, Pais Barretos de engenhos; muitos dos Albuquerques e dos Cavalcantis, que já rapazotes seguiam quase diretamente dos engenhos da 'mata' para Coimbra ou para universidades francesas, alemãs e inglêsas onde alguns deles se formaram em Filosofia, em Matemática, em Direito, em Medicina. E Joaquim Caetano da Silva, vindo do extremo Sul do Brasil, dizem que ganhou fama de 'menino prodígio' em Montpellier. Também Joaquim Nabuco foi educado a princípio em casa, sob as vistas da madrinha, senhora do engenho Massangana.

"Mas nos colégios de padre é que principalmente se educaram, em maior número, as grandes figuras da política, das letras e das ciências brasileiras dos tempos coloniais e do Primeiro Império. Eusébio e Gregório de Matos, Bento Teixeira, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Frei Vicente do Salvador e Rocha Pita. Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto." (*Op. cit.*, ed. cit., t. I, págs. 228 e 229.)

11 "Em Vila Rica — a cidade do ouro — reúne-se uma elite que, aí, assiste. São todos letrados. Aí estão os três poetas Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, os dois primeiros juristas. Não faltam padres: Carlos Correia de Toledo e Melo, José da

Silva de Oliveira Rolim, Manuel Rodrigues da Costa, José Lopes de Oliveira e o Cônego Luís Vieira da Silva.

"Homens de beca e de batina, amigos das musas, não podiam concertar os planos senão os de uma conjuração de letrados." (Joaquim Ribeiro, *As Cartas Chilenas e a Inconfidência Mineira*, Rio, 1950, págs. 12 e 13.)

Pedro Calmon acentua as mesmas linhas: "O clero nacional tomara a sua larga parte nos sucessos da Independência, e sobressaíra, na direção mental, com as revoluções que se seguiram, continuando, nesse século, as tradições de inquietação, tolerância, idealismo, do período colonial.

"A Igreja brasileira, pois, divergira fundamentalmente da portuguesa, na formação intelectual e na ação civil. Lá, fora conservadora, ultramontana, aliada natural do velho Estado; aqui, liberal 'iluminada', verbalista, amiga das reformas políticas.

"A razão é simples: a melhor instrução no reino concentrara-se em conventos e sacristias, mas era a instrução vigiada e dirigida pelos governos absolutos, expurgada de novidades perturbadoras, equilibrada na fixidez dos dogmas. E, não a melhor, porém, a única instrução na colônia, muito tempo se limitara a sacristias e conventos, enchendo-os de uma elite de letrados que teve o amável privilégio de conhecer livros e idéias do século XVIII.

"Quando raiaram as lutas emancipacionistas, também se abriram os mosteiros, e aos seus lúcidos espíritos pediram os revolucionários leigos o pábulo das doutrinas em voga. Surgiram assim frades *carbonários*, sacerdotes ideólogos, mesmo os eclesiásticos maçons, que usavam a tribuna sacra para a discreta propaganda dos novos princípios, as imunidades do hábito para salvaguarda dos seus movimentos, a inviolabilidade do claustro para asilo de conspirações.

"Esses religiosos herdavam, desenvolviam históricos apanágios de casta. Desde os primeiros anos da vida brasileira, fora o púlpito a voz livre da terra, que bramia contra os governadores injustos, as malversações das Câmaras e os vícios populares. Por toda a parte, onde houve, na colônia, uma freguesia, um pregador, e os seus fiéis, embraçara o padre o escudo de sua sinceridade corretiva, e a palavra desembaraçada castigava os abusos evidentes." (Calmon, *op. cit.*, pág. 328.)

A propósito da diferença entre o clero português e o clero brasileiro há uma observação de Freycinet, que passou pelo nosso país às vésperas da Independência, que merece atenção: "Em país em que tanto o clima como os costumes levam à indolência e à languidez, onde tantas instituições úteis, mesmo necessárias, ficam ainda por criar, não se deve esperar que o estudo das letras, das artes e das ciências seja levado a um grau muito elevado de desenvolvimento. Entretanto, alguns portugueses, distintos por seu mérito em mais de um gênero, vieram estabelecer-se no Brasil; sem dúvida animados por seu exemplo, os colonos procurarão dentro em pouco seguir tão honrosas pegadas e assim se encontrarão

desmentidas essas asserções severas que me foram tantas vezes repetidas de que 'os brasileiros, na maioria, não sentem nem a importância da instrução nem a vantagem de ter bons livros'." (*In* Cândido de Melo Leitão, *Visitantes do Primeiro Império*, S. Paulo, 1934, págs. 142 e 143.)

Entre aqueles "portugueses distintos por seus méritos em mais de um gênero", a que se refere o viajante francês, não estavam apenas os fidalgos e funcionários que vieram na turba amedrontada e confusa do Príncipe D. João, mas os eclesiásticos, que detinham o saber do tempo, também em Portugal. A estes, principalmente, menciona o cronista. E é ainda a tal respeito, das diferenças dentro da identidade da posse do saber, que Pedro Calmon se refere, em outro livro: "Notaria Almeida Garrett esse contraste, entre os eclesiásticos daqui e de Portugal: que os brasileiros eram exaltados liberais, os lusos inabaláveis ultramontanos. A Igreja forneceu, na crise da Independência e nos dramas do primeiro reinado, mártires, apóstolos, soldados, arrebatados aos conventos-academias também de doutrinação democrática — pelas tempestades da época. Nisso, o púlpito conservou suas tradições: alta tribuna da qual os pregadores disseram aos poderosos as verdades cruéis, continuava a dominar o meio social com a autoridade e o desassombro da única palavra realmente livre que os brasileiros puderam então ouvir. A Inconfidência Mineira fora uma conspiração de padres e poetas; a Revolução Pernambucana de 1817, um movimento de eclesiásticos e 'pedreiros livres'. A agitação da Independência teve-os na vanguarda; a revolução de 1824 ainda foi feita por eles." (Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. I, *Espírito da Sociedade Colonial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1937, págs. 283 e 284.)

Não seria, porém, por terem uns nascidos no Brasil e outros em Portugal que assim se diferençavam, mas por condições de origem, origem de classe, e por condições próprias do meio, bastante diverso.

12 "Mas é ponto de fé pia que esta Maria da... (era a tataravó de Frei Caneca) havia de ser alguma tapuia, potiguar, tupinambá, senhora de muito *mingau, tipóias, aipi, macaxeiras;* e também se foi alguma rainha jinga, nenhum mal me faz; já está à porta o tempo de muito nos honrarmos do sangue africano." (Lemos Brito, *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império — Frei Caneca* — S. Paulo, 1937, pág. 29.)

13 Nem só os sermões tinham tal inferioridade, mas ainda a literatura, mercê do padrão de ensino ministrado, que era, por sua vez, o único possível numa sociedade que não concedia nenhuma importância ao trabalho intelectual. O próprio Veríssimo menciona tal deficiência: "Por citações de Botelho de Oliveira, um dos poetas maiores do grupo baiano, verifica-se que eram aí conhecidos, entre os letrados, Tasso, Marini, Gôngora, Lope de Vega, Camões, Jorge de Montemor, Gabriel Pereira de Castro. E o seriam com certeza ainda outros, famosos naquele tempo. A educação jesuítica, quase a única dos nossos primeiros poetas e letrados, é essencialmente formalística, apenas vistosa, de mostra e aparato,

parecendo não apontar senão a ornamentar a memória. Não é porventura temerário atribuir-lhe a feição geral, abundante destes estigmas, do século da decadência literária portuguesa, já bem estreada, e o caráter incolor, e dessaborido como um tema de escolar, da primeira poesia brasileira." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 71.)

Pedro Calmon insiste nos mesmos pontos: "Na dispersão de seus núcleos de instrução superior, preocupados com um liceu modelar (o *Pedro II*, depois de 1838), duas Faculdades de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), não pôde obstar a persistência das antigas características da instrução literalista, arcádica, adornativa, que aperfeiçoava, até à sabedoria, reduzida elite, de 'eruditos', sem consolidar os conhecimentos úteis de uma classe mediana e numerosa de homens adaptados à vida social econômica e política do país novo, cujo progresso dependia principalmente dela." (Pedro Calmon, *op. cit.*, págs. 313 e 314.)

Azevedo Amaral insiste nas mesmas mazelas: "O Império, continuando as tradições culturais formadas em torno da mentalidade estreita que a famosa universidade metropolitana entretinha na elite portuguesa, imprimiu aos nossos métodos educativos o cunho de um beletrismo superficial, que nos viciou lamentavelmente ao ponto de criar uma confusão perturbadora entre autênticos valores intelectuais e meras expressões de vazio verbalismo retórico." (Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934, pág. 143.)

Com todos esses traços, que não pertencem ao clero, ao ensino que o clero ministrou, mas que são próprios da sociedade que se formou na etapa colonial, e que apenas possibilitou a vigência, sobre número reduzido de elementos, e elementos de classe, daquele ensino e daquele saber, ficou o clero, apesar do advento do ensino leigo e, o que é mais importante, apesar da necessidade do saber por parte de indivíduos que iam formar os grupos profissionais novos, oriundos da precária divisão do trabalho então processada, como o núcleo de homens de conhecimentos, que participavam da vida pública. Nesse sentido, os depoimentos são os mais numerosos. Convém alinhar alguns, a título de exemplo. "No meio do clero, geralmente ignorante, encontravam-se muitos sacerdotes de vida austera, espírito esclarecido e conhecimentos muito acima da média das classes dirigentes. Ensinava o Padre Araújo Costa a vinte meninos, o Latim e elementos de Filosofia e Matemática; possuía bela biblioteca de livros clássicos e de Filosofia, quase todas as obras de Lineu e Brotero. E diz Gardner 'se todos os padres do país tivessem metade da atividade, dos conhecimentos e do desejo de difundir a instrução, da que êle tem, a condição do Brasil muito breve seria bem diversa da atual'.

"No tempo de Koster o povo só compreendia a leitura pelos padres e isto mesmo do breviário. Em Itamaracá, alguém lhe perguntou: *Vocemecê não é padre; então por que é que lê; é o breviário?* E como todos o viam lendo, veio contar-lhe alguém: *Dizem que Vm. é muito santo!*"

(*In* Cân... de Melo Leitão, *O Brasil Visto Pelos Ingleses*, S. Paulo, 1937, págs. ... e 221.)

Os depoimentos de viajantes estrangeiros, aliás, insistem nesse aspecto como num refrão. O mais arguto e minucioso deles, Saint-Hilaire, quase não tem página em que deixe de mencionar o detalhe: "Os eclesiásticos são, é verdade, os únicos homens desta província que possuem conhecimentos." (Augusto de Saint-Hilaire, *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e Pela Província de Goiás*, 2 vols., S. Paulo, 1937, t. I, pág. 313.) Mais adiante: 'Durante esse espetáculo assaz monótono, eu conversava com o cura, e não tardei em verificar que ele reunia instrução e muita amabilidade. [...] Poderia pôr-me em marcha logo depois da chegada, mas estava a tanto tempo privado do prazer de conversar com um homem instruído, que me decidi a prolongar a estada em Santa Luzia para gozar da companhia do cura. O Sr. João Teixeira Álvares entendia latim, francês, italiano e espanhol; conhecia a maioria dos nossos bons autores do século de Luís XIV e possuía uma biblioteca seleta de várias centenas de volumes, o que, nesse país, era uma grande raridade." (Idem, t. II, pág. 25.) Em outro trecho: "Antes de deixar a povoação (17 de junho), fui despedir-me do pároco e do jovem sacerdote Luís Gonzaga de Camargo Fleury, que já vira com ele em Corumbá. Durante o tempo em que fiquei em Meia-Ponte, ambos me cumularam de gentilezas, vieram visitar-me freqüentemente, e conversamos muito. Luís Gonzaga era de origem francesa, como indicava o seu nome de família. Não ignorava quais os deveres do seu estado, e, em geral, achei-o bastante instruído; conhecia os nossos bons escritores franceses, lia muito uma das nossas histórias eclesiásticas e tinha alguns princípios da língua inglesa." (Idem, t. II, pág. 56.) Logo depois: 'Durante todo o tempo que passei em Jaraguá, o capelão quis que eu fizesse as refeições em sua companhia; teve comigo inúmeras atenções e me cumulou de gentilezas. Já ouvira falar a seu respeito no Rio de Janeiro, onde se conhecia o seu gosto pelas matemáticas; fizera os estudos nessa cidade, e, além da sua ciência favorita, aprendera um pouco de grego e filosofia; compreendia também o francês, e tinha na sua biblioteca alguns dos nossos livros. Em geral, as pessoas do interior que, por ocasião da minha viagem, possuíam instrução, tinham-na haurido em obras francesas, e a maioria só falava da nossa nação com entusiasmo..." (Idem, t. II, pág. 64.)

Ainda no mesmo sentido: "Durante a estada em Vila Boa, travei conhecimento com o Padre Luís Antônio da Silva e Sousa que, enquanto aguardava a chegada do prelado nomeado, governava a diocese de Goiás com o título de vigário-geral. Era um homem educado e modesto, a quem se devem as primeiras informações que se possuem sobre a história e a estatística de Goiás. Emprestou-me o manuscrito de seu importante trabalho, intitulado *Memória Sobre o Descobrimento, População, Governo e Coisas Mais Notáveis da Capitania de Goiás*, trabalho que, sem autorização do autor, já fora publicado no Rio de Janeiro, no jornal brasileiro *O Patriota*. Casal teve em mãos o mesmo manuscrito, utilizou-o e não citou o nome do autor; Pizarro tampouco o menciona, mas Pohl esmerou-se em fazer-lhe toda a justiça." (Idem, t. II, pág. 167.) Um pouco antes: "Seja como for, as pessoas dessa província, que se entregaram a alguns estudos, como o capelão de Jaraguá, abandonam-nos em pouco tempo, porque são em número insignificante. Se um homem instruído for arremessado a qualquer das povoações de Goiás, não encontrará ninguém com quem possa cultivar os seus gostos e ocupações favoritas; se encontrar dificuldades, ninguém o poderá ajudar a vencê-las, e jamais a emulação sustentará a sua coragem; perderá pouco a pouco o gosto pelos estudos que faziam a sua felicidade, abandoná-los-á completamente e terminará passando uma existência tão vegetativa como a daqueles que o rodeiam." (Idem, t, II, pág. 64.) As citações seriam infindáveis, só retiradas dos volumes em que Saint-Hilaire descreveu suas viagens pelo interior do Brasil, às vésperas da Independência e na sua época.

Quando menciona ele, por outro lado, o quadro em que se achavam colocados os elementos dotados de dimensão intelectual, numa província como a de Goiás, quadro a que outras províncias não escapavam, estava sendo objetivo em seu depoimento. Porque, apesar de tudo, o estado da instrução e, portanto, o da cultura individual, ao fim do período colonial, era dos mais tristes. Gilberto Freyre, em um dos seus livros, tem oportunidade de frisá-lo, sem nenhuma restrição: "Mal saíra a nação, vencidos apenas dez anos de vida independente, do estado de ignorância profunda em que a conservara a Coroa no século XVIII e princípios do XIX, quando 'os mais simples conhecimentos elementares eram tão pouco espalhados que, não raro, ricos fazendeiros do interior encarregavam seus amigos do litoral de lhes arranjar um genro que em vez de quaisquer outros dotes apenas soubesse ler e escrever'." (Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, ed. cit., t. II, págs. 503 e 504.)

E Sérgio Buarque de Holanda, buscando interpretar a ânsia reformista dos elementos religiosos, tão prontos sempre em acudir ao apelo dos revolucionários do tempo, aduz: "O fato dos nossos clérigos se terem distinguido freqüentemente como avessos à disciplina social e mesmo ao respeito pela autoridade legal, o célebre 'liberalismo' dos eclesiásticos brasileiros de outrora, parece relacionar-se largamente com semelhante situação. Como corporação, a Igreja podia ser aliada e até cúmplice fiel do poder civil, onde se tratasse de frear certas paixões populares; como indivíduos, porém, os religiosos lhe foram constantemente contrários. Não só no período colonial, mas também durante o Império, que manteve a tradição do Patronato, as constantes intromissões das autoridades nas coisas da Igreja tendiam a provocar no clero uma atitude de latente revolta contra as administrações." (Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1948, págs. 171 e 172.) Parece-nos que não assiste razão integral ao comentarista, uma vez que as intervenções foram poucas, no período colonial, e só depois da Independência elas

assumiram um papel de relevo, desaguando na Questão Religiosa. A causa de rebelião de clérigos nos parece estreitamente ligada às condições de classe, uma vez que os clérigos, desde a expulsão dos jesuítas, recrutavam-se de preferência, ao contrário do que ocorria nos primeiros séculos coloniais, numa classe média embrionária que, através desse meio, conseguia manifestar a sua ação de presença.

14 SAINT-HILAIRE, *op. cit.*: "Durante o tempo que passei em Jaraguá", etc., mostrando a influência dos autores franceses. Saint-Hilaire, aliás, manifesta-se integralmente adverso à influência francesa que percebe generalizada no Brasil: "Numa obra impressa em 1845, o Sr. Kidder, depois de dizer que se fazem freqüentemente, no Rio de Janeiro, vendas de livros, lamenta-se de que os escritos deletérios, é assim que ele se exprime, dos pretensos filósofos franceses, se encontrem sempre em abundância nas bibliotecas, e achem facilmente compradores. Enviam-se para as colônias as modas do ano passado, e elas são tomadas aí como as últimas; é por isso que os escritores franceses do século passado excitam hoje em dia, nas cidades do Brasil, o entusiasmo que inspiravam durante a vida a uma geração licenciosa cuja imoralidade lisonjeavam." (Idem, t. I, pág. 340.)

Pedro Calmon confirma: "O Brasil, maior assinante estrangeiro da *Revue des Deux Mondes* no Império, leitura única de certos estadistas, associou essa predileção pela idéia estrangeira, que ainda bem perto de nós surpreendia viajantes, à atávica repugnância pelo trabalho estrangeiro." (*Op. cit.*, pág. 23.)

Craveiro Costa também menciona o aspecto da fascinação pelas idéias estrangeiras, o chamado *francesismo*: "Toda gente está farta de saber que as idéias democráticas abrolharam no Brasil, principalmente em Pernambuco, semeadas por homens que haviam formado a sua mentalidade no Velho Mundo, por livros introduzidos clandestinamente na colônia e por associações políticas cautamente disfarçadas em inofensivos grêmios literários. A propaganda, porém, ficou limitada aos círculos letrados, nas cidades litorâneas. Não penetrou o interior, não se difundiu na massa popular, ignorantíssima, presa da superstição da origem divina da realeza e esmagada pela compressão das autoridades reinóis e dos senhores nos seus latifúndios. Por isso mesmo essa difusão não era possível. Nos lugares maiores, como Recife, e nos povoados de certa importância, como Alagoas, havia uns tantos elementos de disseminação — havia o livro, embora raro o privilégio de poucos; havia um certo espírito de associação, apesar dos rigores da vigilância policial, havia um alvorecente sentimento de autonomia política formado pela convicção da superioridade da colônia sobre a metrópole, que era visível. E se bem que tudo isso fosse ainda peças mal-ajustadas na engrenagem social, era contudo elementos valiosos de reação, não diremos democrática, nacionalista.

"Todavia, mesmo nos centros diretores da civilização colonial, o derrame das idéias democráticas era restrito a algumas dezenas de iniciados,

mais letrados que homens de ação. Sem o menor exame dos acontecimentos políticos e das condições sociais do meio e do momento histórico brasileiro, adotava-se a revolução, o apelo extremo à força, como recurso seguro e único para a implantação dessas idéias. Mas essa força, que serviria de base à revolução, não era a força emanada do povo, na consciência plena de sua soberania — era a tropa." (Craveiro Costa, *O Visconde de Sinimbu — Sua Vida e Sua Atuação na Política Nacional* (1840-1889) — S. Paulo 1937, pág. 25.)

Craveiro Costa menciona, inclusive, a ação policial contra a difusão de idéias. Menciona com exatidão, pois a perseguição era realmente efetiva. O *francesismo* foi perseguido com tenacidade. José Veríssimo indica um dos sinais dessa perseguição: "Que desde o século XVII havia em S. Luís poetas, embora nenhum nome tenha chegado até nós, mostra-o o fato da existência de devassas contra os *homens versistas*, autores de sátiras contra os governantes." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 218.)

15 LEMOS BRITO, *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império (Frei Caneca)*, S. Paulo, 1937, págs. 94 e 95.

16 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, págs. 106 a 108. No mesmo sentido, o autor de *Raízes do Brasil* prossegue: "Nem mesmo um Silva Lisboa que, nos primeiros decênios do século passado, foi grande agitador de novas idéias econômicas, parece ter ficado inteiramente imune dessa opinião generalizada, de que o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito. Nos seus *Estudos do Bem Comum*, publicados a partir de 1819, o futuro Visconde de Cairu propõe-se mostrar aos seus compatriotas, brasileiros ou portugueses, como o fim da economia não é carregar a sociedade de trabalhos mecânicos braçais e penosos. E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adão Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações contribui mais, e em que grau, a *quantidade de trabalho* ou a *quantidade de inteligência*.

"A propósito dessa questão que, diga-se de passagem, não figura no trecho referido de Smith, mas resulta, sem dúvida, de uma tradução malfeita e, em verdade, mais segundo o espírito do tradutor do que do original, nosso economista toma decididamente o partido da 'inteligência'. Às faculdades intelectuais competiria, no seu modo de ver, a imensa tarefa de aliviar as atividades corporais 'pelo estudo das leis e obras do Criador', a fim de 'terem os homens a maior riqueza possível como o menor trabalho possível'.

"Ao economista baiano deveria parecer inconcebível que a tão celebrada 'inteligência' dos seus compatriotas não pudesse operar prodígios no acréscimo dos bens materiais que costumam fazer a riqueza e prosperidade das nações. Essa, em resumo, a idéia que, julgando corrigir ou rematar o pensamento do mestre escocês, expõe em seu livro. Não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada 'inteligência' é ser simplesmente decorativa, de que ela existe em função

do próprio contraste com o trabalho físico, por conseguinte não pode supri-lo ou completá-lo, e finalmente que corresponde, numa sociedade de coloração aristocrática e personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos seus semelhantes por alguma virtude aparentemente congênita e intransferível, semelhante por esse lado à nobreza de sangue.

"A 'inteligência' que há de constituir o alicerce do sistema sugerido por Silva Lisboa é assim um princípio essencialmente antimoderno. Nada, com efeito, mais oposto ao sentido de todo o pensamento econômico oriundo da Revolução Industrial e orientado pelo emprego progressivo da máquina, do que essa primazia conferida a certos fatores subjetivos, irredutíveis a leis de mecânica e a termos de matemática." (*Op. cit.*, págs. 108 a 110.)

17 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, págs. 106 e 107.

18 Que as fileiras parlamentares, políticas, literárias, foram preenchidas pelos elementos da classe dominante, não pode padecer dúvida. Oliveira Viana, na sua fascinação pelo que estimava denominar "aristocracia rural", "patriciado rural", e apelidos idênticos, assim descreve a classe a que pertenciam os homens públicos da fase da autonomia: "Nada mais surpreendente do que o estudo da vida e dos costumes da aristocracia rural do Sul e do Norte, durante os primeiros séculos coloniais, principalmente nos seus dois centros mais vivazes: Pernambuco e S. Paulo. Dir-se-ia um recanto de corte européia transplantada para o meio da selvageria americana. Tamanhas as galas e as louçanias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom-tom e da elegância." Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 4.ª edição, S. Paulo, 1938, pág. 5.)

Oliveira Viana pode não ter razão na sua descrição, carregando nas cores. Mas tem muita razão quando mostra que tal "aristocracia" é que domina os quadros políticos: "Esta aristocracia rural é que fornece todos os elementos dirigentes da política no período imperial. Os cargos da administração local, nos municípios e nas províncias, são preenchidos por ela. Dela saem a nobreza do Império e os chefes políticos, que fixam e arregimentam, nos municípios e nas províncias, os elementos eleitorais e partidários locais. Dela, a juventude que aflui para as academias superiores do Norte e do Sul, em Recife, na Bahia, em São Paulo, no Rio e daí para o campo das profissões liberais e para as altas esferas da vida parlamentar e política do país." (Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 3.ª edição, S. Paulo, 1938, pág. 118.) Pouco adiante, mostrando a urbanização da sua querida "aristocracia", o mesmo autor esclarece: "Desmoronada essa velha e soberba edificação, que é a nossa aristocracia territorial, parte dos seus elementos entram a viver, na solidão dos seus vastos domínios, agora incultos, a vida vegetativa dos decaídos: de modo que hoje não raro encontramos, quando percorremos o nosso interior agrícola, descendentes de grandes e antigas famílias aristocráticas nivelados com os elementos mais obscuros da nossa plebe rural. Outra parte, porém, fugindo da decadência em seu próprio meio, emigra para as capitais mais importantes, em busca de uma nova situação nas indústrias, nas profissões liberais ou burocracia." (Idem, pág. 122.)

Para Oliveira Viana, que faz a apologia de uma classe, o pendor intelectual da "aristocracia" é uma coisa inata, um dote hereditário: "Na sua maioria, as grandes famílias primitivas que figuram nas genealogias de Taques, de Jaboatão e Borges da Fonseca, obscurecem-se completamente nos últimos tempos do período colonial; aquelas famílias, entretanto, continuam, ainda hoje, a fornecer belos tipos da superioridade intelectual e moral às nossas letras, às nossas ciências, às nossas indústrias, à nossa política. São famílias, pois, ricamente dotadas de eugenismo — o que prova que os troncos fundadores o possuíam em alta dose." (Idem, pág. 149.) Oliveira Viana vai mais longe, porém; leva às últimas conseqüências os seus preconceitos e a sua tranqüila apologética: "O homem branco cultiva, com efeito, certas aspirações, move-se segundo certas predileções e visa certos objetivos superiores, que de modo algum serão capazes de constituir motivos determinantes da atividade social do homem negro. Esses objetivos, que são a causa íntima da incomparável aptidão ascensional das sociedades arianas, deixam indiferentes os homens da raça negra, na sua quase totalidade incapazes de se elevarem, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária." (Idem, pág. 177.)

Craveiro Costa, fazendo a biografia de um dos mais expressivos exemplares da classe dominante, confirma as observações anteriores: "Como outras famílias de estirpe brasonadas ou guindadas à supremacia dirigente pelo prestígio incontrastável da riqueza, dominava na vida regional. Tinha representação na magistratura ordinária, e, de posse dessas posições oficiais, influía na administração pública e se colocava acima da massa heterogênea, ignorante e inerte, de bufarinheiros e assalariados de todas as espécies." (Craveiro Costa, *op. cit.*, pág. 24.)

Veríssimo constata o mesmo, através de outro aspecto, o de raça: "Há bons fundamentos para supor que os primeiros versejadores e prosistas brasileiros eram brancos estremes e até de boa procedência portuguesa." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 29.) Está claro que o historiador da nossa literatura se refere aos primeiros tempos, aos séculos XVI e XVII. Mas que a arte literária permaneceu acessível apenas aos elementos da classe dominante em fase ainda mais avançada não padece dúvida. No nosso próprio tempo, um cronista sincero poderia escrever o seguinte: "Os intelectuais e estudiosos das coisas brasileiras, que são, em geral, representantes das classes superiores da sociedade, estão convencidos de que, na formação brasileira (tanto cultural quanto econômica, política e social), existe uma sólida base que não é branca. Mas consideram este fenômeno mais sob um ponto de vista coletivo, não chegando a sua emancipação, via de regra, ao ponto de considerar pessoalmente a

hipótese de participarem, eles próprios, de tais origens étnicas, ainda tidas como inferiores." (Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936, pág. 96.)

A propósito do rótulo da cor, diferenciando as classes, tivemos oportunidade de apreciar o quadro colonial, em outro trabalho: "Nada mais natural, portanto, de que essa sociedade embrionária entendesse e começasse a proclamar que o branco não devia ser destinado ao trabalho, e que o negro devia ser a ele apenas destinado. Daí a afirmar que o trabalho físico era a sua única aptidão não ia mais do que um passo. O conceito *a posteriori* tende sempre a pretender-se apriorístico. Mas a intercorrência de uma circunstância singular vai como que colorir o quadro que se esboça: os escravos eram negros, isto é, traziam uma exterioridade diferente, a pigmentação. Poderiam ter sido escravos de outra cor — poderiam mesmo ter tido a cor igual à dos proprietários — e isso não alteraria a relação social. A circunstância é, entretanto, muito importante pelas suas conseqüências: tudo o que está por baixo, socialmente, é negro; tudo o que está por cima, é branco. O rótulo da cor começa a funcionar com os seus poderosos e generalizados efeitos. Nesse sentido, devemos considerar bem como, muito tempo depois de ficar livre da escravidão, o negro permaneceu submetido à violência dos preconceitos, rotulado que estava. E é ainda indispensável considerar, nessa apreciação, um aspecto que tem sido propositadamente omitido: o negro continua a fornecer, puro ou mestiçado, o grosso da massa de trabalho, em nosso país. Se isolarmos uma consideração da outra correremos o risco de cuidar erradamente o problema — relações de raça jamais se podem isolar de relações de classe [...]. A miscigenação teria sido colocada em outros termos ainda, mesmo considerando o caso de brancos e negros, quando a particularidade do rótulo permanecia indelével, pelo menos nos primeiros intercursos, se nela não estivesse inevitavelmente contida a questão de classe. É impossível esquecer que os cruzamentos de brancos com negros, nos países de formação colonial, processaram-se entre brancos de uma classe, a classe dominante, e negras de outra classe, a classe dominada, fossem os seus elementos escravos ou livres, desde que, conforme já foi lembrado, o negro permaneceu, em conjunto, na classe que fornece o trabalho. No quadro, é ainda importante destacar que o componente negro dos cruzamentos era feminino, em maioria esmagadora dos casos, e sabemos bem que um dos traços mais característicos da sociedade que começou a vigorar com os tempos modernos foi o da submissão da mulher, de seu papel secundário, do plano inferior em que foi sempre colocada." (Nelson Werneck Sodré, *Relações de Raça no Brasil*, Rio, 1955, pág. 6.)

Sérgio Buarque de Holanda mostra com clareza como os elementos da classe dominante é que descem das fazendas e dos engenhos para as cidades e vêm preencher os quadros políticos, administrativos, parlamentares, artísticos: "Porque, com o declínio do velho mundo rural e de seus representantes mais conspícuos, essas novas elites, a aristocracia

do 'espírito', estariam naturalmente indicadas para o lugar vago. Nenhuma congregação achava-se tão aparelhada para o mister de preservar, na medida do possível, o teor profundamente aristocrático de nossa sociedade tradicional como a das pessoas de imaginação cultivada e de leituras francesas. A simples presença dessas qualidades, que se adquirem, em geral, numa infância e numa adolescência isentas de preocupações materiais imperiosas, bastava, quando mais não fosse, para denunciar uma estirpe de *beati possidentes*." (Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pág. 245.)

19 O desenvolvimento demográfico que se operava na colônia não encontrava correspondência no sistema de produção vigente, permanecendo consideráveis elementos sem posição definida. O episódio da conquista holandesa, por outro lado, colocando em evidência a concorrência internacional no tráfico açucareiro, despertara novos sentimentos nas populações nordestinas. A pouco e pouco, nos centros urbanos escalonados no litoral, surgia um quadro novo, que se desenvolvia lentamente: o grupo comercial nele se organizava, sob as maiores dificuldades e deparando sempre grandes entraves quanto à representação política, enquanto uma incipiente organização profissional se fazia sentir. O aparelho administrativo, que tomara considerável impulso desde a época da mineração, não cessava de crescer. A sociedade colonial, às vésperas da Independência, e nos lustros que a ela se seguem, começa a sentir a presença de componentes novas, cuja força é ainda precária. Sobre esse edifício é que se vai refletir o efeito da grande transformação operada no mundo com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII. Os problemas internos serão agravados e aquele edifício colonial denunciará a presença das primeiras fendas.

Se, sob o ponto de vista do desenvolvimento das idéias, e particularmente da literatura, é possível considerar o período encerrado em 1750 como uma espécie de pré-história, em que os acontecimentos têm um interesse mais cronológico do que objetivo, vamos entrar, a partir daí, no período que poderemos admitir como proto-histórico, pois é nele que se encontra o começo de tudo aquilo que acabará por definir o pensamento político e o pensamento literário da gente brasileira. (Nelson Werneck Sodré, *A Cultura Colonial*, Rio, 1955, Conf. no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, pág. 15.)

6 — OS SENHORES TERRITORIAIS NO PODER

A vida urbana — A casa — Papel da mulher — A família e a cidade — Ensino leigo e ensino dos religiosos — Liberdade comercial e atividades urbanas — Posição da inteligência — A realidade e a formulação política — Os padrões literários.

A SOCIEDADE BRASILEIRA dos primeiros decênios do século XIX revela alterações importantes, em conseqüência do aparecimento de fatores novos na vida do país ou do fortalecimento de fatores antigos, que a estrutura colonial havia impedido de crescer e ponderar. A abertura dos portos, a introdução de costumes diferentes, o desenvolvimento da atividade comercial, o crescimento do aparelho administrativo, influíam particularmente nos quadros urbanos. O ensino sofreu transformações, de alto a baixo, dos colégios de primeiras letras às faculdades, com a fundação dos cursos jurídicos e com o aparecimento dos internatos — colégios de padres ou colégios particulares que reuniam meninos de regiões as mais diversas. O teatro começou a ter um papel, na existência comum das cidades. Surgiu a tipografia e, com ela, o jornal. Apareceram as livrarias. O problema político tomou proporções até então desconhecidas, especialmente depois da autonomia. Fase de profunda agitação e de desencontros, foi pontilhada de rebeliões regionais, mais importantes pelo que revelavam do que pela força ou duração de suas manifestações.

No palco variado da cidade é que desembocaram os sinais mais evidentes da mudança que atravessava a sociedade brasileira. Du Petit-Thouars, que esteve no Rio de Janeiro em 1837, deixou um interessante depoimento: "A sociedade do Brasil fêz há dez anos imensos progressos, tendendo com sucesso para elevar-se ao nível

das sociedades da Europa que marcham à frente da civilização. Hoje, o estudo e a educação são quase de direito comum, o que era raro ainda há dez anos. Nesse tempo, com efeito, era difícil encontrar um brasileiro (não português de nascimento) que tivesse feito estudos ou que soubesse falar outra língua que não a sua. Encontram-se hoje no mundo do Rio de Janeiro numerosos rapazes e moças que se exprimem correta e facilmente em inglês ou francês e às vezes nos dois idiomas."[1] É exagero, naturalmente. Não fora tão grande a mudança que permitisse um quadro tão sugestivo. A simples manifestação do viajante francês, entretanto, mostra que alguma coisa havia mudado.

Eram mudanças vagarosas, naturalmente. As que afetavam a fisionomia das cidades, o seu aspecto exterior, o das ruas e o das casas, em particular. Maria Graham, chegando ao Brasil às vésperas da autonomia, viu a Bahia com maus olhos: "A rua que se segue à porta do Arsenal e forma aí a argura de toda a cidade baixa é, sem nenhuma exceção, o lugar mais imundo em que eu tenha estado. É extremamente estreita e apesar disso todos os artífices trazem bancos e ferramentas para a rua; nos espaços que deixam livres estão quitandeiros, vendedores de lingüiças, murcelas, peixe frito e doces, negros entrançando chapéus ou esteiras, cadeirinhas com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, na maior promiscuidade e confusão e, como a sarjeta corre no meio da rua, tudo é aí lançado das tendas e das janelas e aí os animais vivem e comem."[2]

O Rio de Janeiro era uma cidade "pobre, triste, feia, quente, malsã. No princípio do século XIX a pobreza de sua vida é atestada por este simples fato: a família real só possuía dois veículos e, assim mesmo, ridiculamente maltratados".[3] "As ruas são estreitas, mal calçadas, quase sem iluminação à noite — escreve um viajante estrangeiro —, as casas, muito feias por fora, profundas e só recebendo a luz do dia por um pátio interno, semelhante a uma cisterna, pareceram-me de mortal tristeza e suas janelas de grades suspensas em charneiras e meio levantadas aumentam ainda o incômodo das ruas onde só se encontram negros. De dia o calor é insuportável; à tarde é uma horrível fedentina, e não fossem as tempestades que vêm depurar o ar e carregar as imundícies que seus indolentes habitantes deixam acumular-se nas portas, a cidade não seria habitável."[4]

Tais viajantes, habitualmente verdadeiros em suas impressões, mostram-nos o quadro das cidades quando começam a influir, e crescem em seus efeitos, os fatores que darão aos núcleos urbanos

uma fisionomia nova. É claro que tais mudanças encontrarão resistências: a vida urbana não existia, praticamente, na fase colonial. A cidade não constituíra uma preocupação do colonizador, sua função era secundária e complementar. O caráter da produção, por outro lado, sua instabilidade constante, sua marcha e expansão territorial, a ausência de mercado interno — em que a cidade mesmo não participava — interditavam ou dificultavam ao máximo a expansão urbana: "Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária."[5] Sobre esse quadro precário, sobre esses ajuntamentos de casas, esses portos de escoamento, surgidos ao acaso geográfico, é que recaem os efeitos das mudanças a que o século XIX assiste. Há muito que transformar, sem dúvida, mas o fato é que as alterações se processam, por vezes com celeridade, contrastando o novo com o velho, o antigo com o moderno, o pobre com o rico, o atrasado com o adiantado, na mesma moldura urbana. "A partir dos princípios do século XIX — escreve Gilberto Freyre — a rua foi deixando de ser o escoadouro das águas servidas dos sobrados, por onde o pé bem calçado do burguês tinha de andar com jeito senão se emporcalhava todo, para ganhar em dignidade e em importância social."[6]

É aquele ensaísta ainda quem menciona alguns dos traços da transformação que se operava: "Dentro das cidades, fábricas fabricando o sabão, a vela, o pano, que outrora só se fabricavam em casa, nos engenhos, vagarosa e patriarcalmente. Estrangeiros de procedências e ofícios diversos — marceneiros, cabeleireiros, químicos, funileiros, ferreiros, modistas, fabricantes de queijo — estabelecendo-se com oficinas, fundições, lojas. As senhoras mais chiques penteando-se não mais à portuguesa, ou quase à oriental, mas à francesa, vestindo-se também à francesa, indo ao teatro ouvir óperas cantadas por italianas a quem os estudantes ofereciam buquês, faziam discursos, dedicavam sonetos. Os meninos educando-se em colégios — alguns de estrangeiros — e em academias; e não apenas em casa, com o tio-padre ou o capelão. Nem simplesmente nas escolas de padres."[7] Para mencionar um detalhe, a que tem faltado atenção: "Foi a Cidade que, aliada à Igreja, desenvolveu entre nós não só a assistência social, representada pelos hospitais, pelos hospícios, pelas casas de expostos, pelas santas-casas, pelas atividades das ordens terceiras e confra-

rias, como a medicina pública, geralmente desprezada pela família patriarcal."[8]

Dentro em pouco, as alterações apareciam aos olhos menos atentos. Gardner viu a Rua do Ouvidor já com fisionomia alterada: "Uma das mais belas ruas da cidade é a Rua do Ouvidor, não porque seja mais larga, mais limpa ou melhor pavimentada do que as outras, mas porque é ocupada principalmente por modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, sapateiros, confeiteiros, barbeiros. Todas as casas guarnecidas com elegância que um estrangeiro não espera encontrar, e muitas têm janelas formadas de grandes painéis de vidro, semelhantes aos que são agora comuns nas grandes cidades da Grã-Bretanha. É a *Regent Street* do Rio e aí se encontram quase todos os objetos de luxo europeus."[9]

Pouco a pouco, as transformações invadem o interior das casas. Já não prevalece a modéstia antiga do equipamento doméstico, quando o interior dos lares era como que um recinto vedado. Há que cuidar da aparência. A dos tempos recuados era paupérrima. Maria Graham anotou o cenário: "O mobiliário da sala de visitas é quase sempre constituído por um sofá em cada extremidade e, à direita e à esquerda, uma longa fila de cadeiras, que parecem nunca ter sido afastadas de seu lugar. Entre estas, largo espaço para as danças, um piano ou violão (ou ambos). Gravuras e pinturas, geralmente horríveis borrões, decoram as paredes."[10] Na Bahia, o cenário não era diverso: "Os inventariantes da Bahia do mesmo século revelam semelhante modéstia da vida interior — apesar da importância do comércio e dos quarenta navios que nos traziam anualmente as quinquilharias da Europa e até as pedras dos edifícios. Em 1764, Mrs. Kindersley, confirmando Dampier, só encontrou, nas paredes baianas 'toscos pratos de cobre ou de madeira com imagens sacras. Às vezes em enorme cômodo só haviam um mau sofá, um par de escabelos e um crucifixo'. O paço do governo-geral era paupérrimo, disse Martinus. O do Rio de Janeiro espantou Bougainville, pela mesma nudez. Além das igrejas e de certa casas patrícias, muito decoradas, a vida brasileira transcorria num ambiente miserável."[11]

Diante das condições novas, quando começavam a abrir-se as residências citadinas, houve mister alterar o mobiliário, os ornamentos e até a repartição interna das casas. Mudaram os costumes, a pouco e pouco, na rua como nos domicílios. Em nenhum outro aspecto como no tratamento dado às mulheres essa mudança se revelou tão nitidamente. O resguardo oriental começaria a ceder terreno. Emancipava-se, vagarosamente sem dúvida, a esposa, como

a filha, da áspera condição doméstica. Os traços anteriores, que se harmonizavam tão bem com a casa do tempo, no seu mobiliário e na sua própria repartição interna, foram apontados em numerosos depoimentos. O de Expilly, por exemplo, apesar dos exageros de quem tem sido acusado, merece atenção: "Cito agora o provérbio português ao qual fiz alusão: 'Uma mulher já é bastante instruída quando lê correntemente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais que isso seria um perigo para o lar'. Desse provérbio nasceu um hábito odioso, conscienciosamente praticado em Portugal e introduzido por Cabral e seus companheiros no Brasil, hábito esse que dominou por três séculos. A desconfiança, a inveja e a opressão resultantes prejudicavam todos os direitos e toda a graça da mulher, que não era, para dizer a verdade, senão a maior escrava do lar. Os bordados, os doces, a conversa com as negras, o cafuné, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à igreja, eram todas as distrações que o despotismo paternal e a política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas.[12] Outro depoimento confirma o do viajante francês: "Quando, em 1846, por aqui passou Ida Pfeiffer em sua viagem de circunavegação, a cidade continuava a mesma: ruas sujas, casas pequenas, de um só pavimento, sem flores, com as janelas fechadas por folhas de madeira, de modo a não deixar entrar o mínimo raio de sol, conservando os compartimentos na mais completa obscuridade. 'Isto, aliás, diz ela, é coisa das mais indiferentes para as mulheres brasileiras, que certamente nunca se cansam a ler ou a trabalhar'."[13] Mawe é do mesmo parecer quando escreve: "Sua conversação, às vezes cheia de vivacidade, parece ganhar mais brilho com a música. Toda sua educação parece limitada a uma cultura muito superficial. Muito pouco se preocupam com os trabalhos domésticos, confiando tudo o que se relaciona com a porção inferior do arranjo doméstico à cozinheira negra, e deixando tudo o mais aos cuidados dos servos. Graças a esta indiferença, são inteiramente estranhas às vantagens dessa ordem, asseio e conveniência que reinam numa família inglesa, passam quase o tempo todo ocupadas em coser, bordar e fazer renda".[14] Um historiador brasileiro concorda com as linhas gerais desse quadro: "Passava-se o tempo. Crescia a descendência. Coimbra ou as academias de S. Paulo e Recife eram o melhor dos sonhos; o emprego público, o único refúgio para colocar os rapazes. As meninas casavam por uma olhadela na novena, pelo bilhete lançado da varanda, atos regidos por alcoviteirice profissional ou determinados pela decisão incôngrua e irremissível dos pais; forneciam as flores a telegrafia das comunicações à distância. Os primos eram

quase sempre as vítimas consignadas na lareira aos arranjos nupciais. Ficava tudo em casa".[15]

Começava a mudar a fisionomia social em que a mulher, na realidade, era uma escrava classificada. A vida urbana lhe permitiria desfrutar as delícias, que quebravam o quadro da reclusão antiga, das janelas e das varandas: "Perdiam-se já os escrúpulos carrancistas da mulher confinada no segredo da sala de jantar ou das alcovas. No remanso das chácaras e fazendas, os rossios e pátios, no terreiro das roças, nos salões, ela ia aparecendo aos homens, em visita e nos saraus, aceitando o braço dos cavalheiros em passeio. Não se contentavam em expor-se nas gelosias ou à varanda dos prédios, e freqüentavam algumas ruas tornadas a galeria da elegância nacional, os corredores de francesias, frioleiras e destaques".[16] A mudança começava na própria educação: "A instrução da mulher, a qual se reduzia anteriormente a algum trabalho de agulha, a calcular de cabeça e rezar de cor, melhorava com as primeiras letras e algum francês".[17] Bates, apreciando a sociedade de Belém, oferece um depoimento interessante: "Em 1848 começa a sociedade mais fina de Belém a libertar-se das noções ignorantes e hipócritas que herdaram dos antepassados portugueses, especialmente as que se conservam no tratamento das mulheres. Antes, os portugueses não consentiam às esposas freqüentarem a sociedade ou às filhas aprenderem a ler e escrever. Em 1848, as senhoras brasileiras começaram a erguer-se dessa posição inferior e os pais brasileiros abriam os olhos para as vantagens da educação das filhas".[18] Um ensaísta nacional, comentando as observações dos viajantes estrangeiros, confirma as alterações na vida feminina: "O ócio das sinhás, quando os gineceus se tornaram menos rigorosos, passou para a sala de visitas, para o teclado amarelento dos pianos desafinados ou para o peitoril das janelas e valem por magnífico instantâneo, desses que o lápis de Ângelo Agostini fixou, para deleite de seus contemporâneos, estas linhas de Wells, no terceiro quartel do império: 'Mas esse tempo (o que levam ao piano) é uma fração mínima, comparado ao gasto nas janelas, a olhar para fora; os peitoris ficam lustrosos pelo constante debruçar-se quando não são acolchoados de propósito."[19]

Gilberto Freyre frisa o contraste entre a época de predomínio absoluto do que chamou patriarcado e a outra, em que a mulher, pouco a pouco, foi ganhando direitos, pela inovação nos costumes, quando a vida brasileira começou a urbanizar-se. Dos primeiros tempos, escreveu: "Mulheres sem ter, às vezes, o que fazer. A não ser dar ordens estridentes aos escravos; ou brincar com papagaios,

ragüis, molequinhos. Outras, porém, preparavam doces finos para o marido; cuidavam dos filhos. As devotas, cosiam camisinhas para o Menino Jesus ou bordavam panos para o altar de Nossa Senhora. Em compensação, havia freiras que se encarregavam de coser enxovais de casamento e de batizado para as casas-grandes". Dos últimos tempos, poderia escrever: "Essa dona de casa ortodoxamente patriarcal, o Padre Gama não se conformava que, nos princípios do século XIX, estivesse sendo substituída nos sobrados e até em algumas casas-grandes de engenho, por um tipo de mulher menos servil e mais mundano; acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador a preparar a chaola da cabeça'; outras tantas horas no piano, estudando a lição de Música; e ainda outras na lição de Francês ou na de Dança. Muito menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessionário. Menos conversa com as mucamas. Menos história da carochinha contada pela negra velha. E mais romance. O médico da família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo a mulher elegante mais do que a igreja".[21] É verdade que tais transformações se operaram com lentidão, e que foram muito mais pronunciadas nas zonas urbanas do que nas zonas rurais, onde o velho quadro ainda imperava. Saint-Hilaire, que percorreu grandes zonas do interior brasileiro, justamente na segunda e princípio da terceira década do século XIX, notou e menciona com freqüência o resguardo feminino. Resguardo e curiosidade, intimamente misturados. Nas cidades, porém, a transformação era evidente.

Elas surgiam, sob novos moldes, cobrindo e escondendo os antigos, de tal sorte que já não era possível disfarçar a profunda mudança na vida brasileira, particularmente pronunciada desde o advento da corte do príncipe D. João. Acarretando diferenças sensíveis: "No Brasil, onde imperava, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje".[22] Desequilíbrio social não se manifestou apenas nas subversões provinciais que sacudiram o país, mas em alterações não menos subversivas, como a da educação feminina, a da posição da mulher na sociedade, a do advento da imprensa, a do advento de uma apaixonada, embora limitadíssima, vida política. Sintomas cuja eloqüência dispensa comentários e cujos efeitos apenas se agravarão,

de forma tal que o Brasil do século XIX parece contrastar com o dos seculos anteriores, embora, em verdade, guarde dele muito de essencial, de profundo e de residual.

Entre outros aspectos fundamentais, alterava-se o do ensino, com todas as conseqüências que disso decorriam: "No primeiro reinado criaram-se cursos de Direito, abriram-se as escolas de Desenhos e primeiras letras, reformou-se a de Medicina e Cirurgia, prosperaram os seminários. Poetaram o cadete Muniz Barreto, Pedra Branca e Porto Alegre mediocremente, quando Vítor Hugo compunha as estrofes estupendas do *Cromwell* e do *Hernani*. Na tribuna parlamentar trovejava Antônio Carlos; no púlpito Montalverne, Sampaio e São Carlos, sermonários portentos; Debret, Felix Taunay, Simplício e Francisco Pedro não descansavam a palheta, brochando paredes, panos de teatro, arcos de triunfo e animando alguns retratos, decorações pagãs e paisagens do natural; no teatro ensaiava João Caetano as suas interpretações de gênio; Marcos Portugal marcava os coros da Capela Imperial; Cairu escrevia tratados abaixo do seu valor; Veloso e Sacramento cultivavam as ciências naturais; Martim Francisco traduzia Kant, sacudindo fora, a gôlpes de razão pura, os carunchos da escolástica; Spix e Martius desencantavam para a classificação a silva nacional com os seus inumeráveis habitantes; D'Arlincourt explorava com a caderneta de engenheiro larggos itinerários pelo Brasil adentro".[23]

Tal inquietação intelectual denunciava o longo e profundo trabalho de transformação social que se caracterizava em particular pelo advento da vida urbana: "Com a atração exercida pela cidade sobre o campo, a burguesia enobrecida pelo engenho de açúcar e pela fazenda de café perdeu depressa as suas características históricas. Surgiram o empregado público, o bacharel, o negociante, o homem político sequioso de idéias deslumbrantes, o povo urbano, resultado de um duplo movimento, em sentido inverso: a aristocracia rural, que degenerara, e a escravatura, que recuperara, na liberdade, o direito de valer. À frente desse povo, que não era mais o superpovo dos senhores escravocratas, nem o subpovo dos servos emudecidos pelo cativeiro, ondulavam os estandartes da juventude nas faculdades, da elite de literatos e jornalistas, os renovadores mentais. Aquilo acontecia na época da introdução de capitais estrangeiros, da construção das fábricas, do prurido industrial, da criação dos bancos, da prosperidade do comércio, do desaparecimento das velhas travas, do preconceito colonial contra os negócios, do orgulho que induzia a uma indolência digna. A riqueza supre as condições de nascimento, de herança territorial, de títulos e ser-

viços públicos: os comerciantes viscondes, os capitalistas barões, os fazendeiros comendadores formam uma aristocracia flutuante, indecisa, materialista, sem nítidos compromissos com o regime, que desfrutava".[24]

Na paisagem urbana, os edifícios dos colégios tinham uma preeminência singular: "O colégio de padres, quase sempre sobradão enorme, é um dos edifícios que marcam, na paisagem social do Brasil, a partir do século XVIII, a decadência do patriarcado todo-poderoso da casa-grande. No primeiro século de colonização, o colégio de jesuítas já chegara a fazer sombra, em cidades como Salvador, às casas-grandes e aos sobrados patriarcais, na sua autoridade sobre o menino, a mulher, o escravo. Com relação ao poder sobre o menino, o jesuíta antecipou-se, no Brasil, em ser o mesmo rival do patriarca que com relação ao escravo indígena".[25] Tradição distante, certamente, a dos enormes edifícios colegiais urbanos: "Na arquitetura escolar parece ter-se antecipado entre nós a arquitetura urbana mais grandiosa que não foi assim a propriamente eclesiástica — catedral ou igreja — nem a puramente civil; as casas de governo, as casas de câmara, as casas chamadas de função. Nem mesmo os grandes sobrados dos ricos. Os colégios de padres, como o da Bahia, com seus cubículos para oitenta religiosos, seus dormitórios para duzentos meninos, foram talvez as massas mais imponentes de edificação urbana no Brasil dos primeiros séculos coloniais".[26]

O efeito do ensino ministrado nesses colégios de padres, que dominavam a paisagem urbana como dominavam o quadro de transmissão sistemática da cultura, não podia ser muito diverso. sob todos os títulos, daquele derivado dos seus antecedentes religiosos e jesuíticos: "Já outra era a fisionomia dos colégios que, pela mesma época — fins do século XVIII, princípio do XIX — substituíram no Rio de Janeiro as antigas escolas dos jesuítas. Luccock, pelo menos, teve impressão má do Seminário de São Joaquim. E um dos aspectos que mais o impressionaram foi o atraso com relação às ciências; o ensino era ainda todo literário e eclesiástico. Jesuiticamente literário".[27] Mas é o mesmo autor que menciona o contraste, em exemplos isolados, como o do Seminário de Olinda, por influência de um homem como Azeredo Coutinho: "Em vez de só Religião e Retórica, Gramática e Latim, o Seminário de Olinda começou a ensinar as ciências úteis, que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida mais urbana e mais industrial, exigia orientadores técnicos bem instruídos e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos, que aqui continuassem de oitiva a tradição peninsular dos artistas mouros, ou a africana, dos seus avós negros. Exigia, também, o meio em transição, o estudo dos problemas econômicos criados pela mineração, pela industrialização, pelo declínio da economia baseada simplesmente na monocultura ou no monopólio: outro aspecto da situação brasileira que Azeredo Coutinho parece ter compreendido admiravelmente".[28] Para acrescentar: "Tollenare achou no Seminário de Olinda certo aspecto de liceu francês — dos departamentais, não dos metropolitanos — com alunos que se destinavam não só às ordens sacras, mas às outras carreiras: rapazinhos desejosos de fazer os estudos de Humanidades; e estudando não só Latim e Filosofia, mas Matemática, Física, Desenho. Era a orientação de Azeredo Coutinho que assim rompia com os restos da tradição jesuítica de ensino colonial".[29] Exagero, certamente, do ensaísta, que menciona uma industrialização inexistente, uma atividade artesanal que não encontraria campo. Os influxos do ensino jesuítico permaneciam, constituiriam a essência do didatismo do século XIX, menos por força da tradição da Companhia do que por força da permanência de fatores sociais em que as mudanças que vimos arrolando não tinham podido ainda introduzir alterações profundas e substanciais.

A abertura dos portos, a liberdade comercial, a franquia tarifária, proporcionaram, sem dúvida alguma, um desenvolvimento e uma difusão maior na atividade comercial. Isso influiu para acelerar a urbanização. Mas influíram também outros fatores, intimamente ligados ao processo da autonomia e estreitamente independentes de suas características: o crescimento do aparelho de Estado, o aparecimento da atividade política, o advento da imprensa, a expansão das profissões liberais e de uma série de empregos que era necessário prover, ao mesmo tempo que crescia a população das cidades, formando-se um mercado consumidor de apreciável importância, enquanto surgiam ou cresciam atividades outras, como a dos pequenos ofícios, que já encontravam lugar. O que não aconteceu, e nem podia acontecer, foi a radical mudança que alguns intérpretes superficiais supõem. Não existiu nenhuma alteração na posição relativa das classes; nem mesmo o instituto servil ficaria abalado, pelo menos na aparência. Está claro que as transformações então ocorridas contribuiriam, ao longo do tempo, para enfraquecê-lo; a independência não correspondeu a um fortalecimento do regime de trabalho escravo. Mas deixou-o intacto e só muito adiante denunciaria ele a presença dos sinais inequívocos de declínio.

A freqüência às academias, a clientela dos teatros, os leitores dos jornais e pasquins, os membros do parlamento e da alta administração, os políticos, os diplomatas, os chefes militares de maior graduação, os governadores de província, são todos recrutados na mesma classe, e dela trazem o timbre e a indelével marca. Nada os faz contrastar com suas origens. O ensino ministrado nos colégios de padres, naqueles imponentes edifícios que dominam a paisagem urbana, como as igrejas — e também nos colégios particulares, que começam a surgir, alguns até dirigidos por estrangeiros; o ensino professado nas academias; as teorias difundidas pelos jornais — tudo indica a presença dominadora e praticamente exclusiva da classe proprietária. Em todos esses novos ramos da atividade ou da representação, são os seus elementos que concorrem. A velha estrutura da sociedade colonial começa a oferecer diferenciações, sem dúvida. Está ainda sólida, em seus fundamentos, no entanto. A classe média que se esboça, e que encontra na vida urbana o campo natural de expansão, não pode concorrer na vida pública, não tem representação. O seu poder está muito longe de constituir um fator novo. Muito distantes estão os tempos em que poderá surgir a burguesia brasileira.

Estamos longe, pois, de verificar, no movimento de idéias que reponta, com uma aparente violência, na fase em que a autonomia se concretiza, aquela força normativa que possui em regiões nas quais surge das contingências sociais, profundamente ancorado nas necessidades da gente e da terra. Não havendo essa íntima correspondência, as conseqüências são sempre as mesmas: pronuncia-se um divórcio inevitável entre os que pensam e os que vivem, entre o mundo imaginário das idealizações e das criações formais, e o mundo real da existência, com as suas imposições irremissíveis. O teor da atividade intelectual que reponta no Brasil, quando a independência anuncia uma nova moldura, é inevitavelmente falso.

Os fundamentos dessa falsidade foram anotados por um ensaísta moderno com acuidade: "Mas há outros traços por onde nossa intelectualidade ainda revela sua missão nitidamente conservadora e aristocrática. Um deles é a presunção, ainda em nossos dias tão generalizada, entre os seus expoentes, de que o verdadeiro talento há de ser espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo acurado podem conduzir ao saber, mas assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem. Outro é exatamente o voluntário alheamento ao mundo circunstante, o caráter transcendente, inutilitário, de muitas das suas expressões mais típicas. Ainda aqui

cumpre considerar também a tendência freqüente, posto que nem sempre manifesta, para se distinguir no saber principalmente um instrumento capaz de elevar seu portador acima do comum dos mortais. O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente o enaltecimento e a dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas". Para continuar, com uma clareza absoluta no diagnóstico: "O prestígio de determinadas teorias que trazem o endosso de nomes estrangeiros e difíceis, e pelo simples fato de o trazerem, parece enlaçar-se estreitamente a semelhante atitude. E também a uma concepção do mundo que procura simplificar todas as coisas para colocá-las mais facilmente ao alcance de raciocínios laboriosos e minudentes, excluindo por conseqüência a sedução das palavras ou fórmulas, de virtude quase sobrenatural e que tudo resolvem de um gesto, como as varas mágicas".[30]

As características da inteligência, no Brasil, visíveis naquele tempo e ainda hoje presentes, constituem um dos traços mais significativos do caráter nacional: "Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro. Essas construções de inteligência representam um repouso para a imaginação, comparável à exigência de regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dançarino. O prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, às idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos construir a verdadeira essência da sabedoria".[31]

Tal posição, assumida de plano, com os lugares ocupados, e plenamente ocupados, pela representação dos proprietários de terras, correspondia a uma distorção na arte literária e em todas as formas de criação artística, que não poderiam, de forma alguma, encontrar ressonância e receptividade. O nosso povo, que trabalhava no interior, ainda com predomínio absoluto do regime servil, ou que vivia na cidade, apertado entre uma atividade comercial incipiente e va-

riadas formas de atividade mental, tornadas aristocráticas como que por definição, abstinha-se e se desviava para as tarefas cotidianas. Nada o poderia atrair, naquilo em que se resumia o trabalho intelectual, de que estava divorciado e até proibido. O homem de saber, por sua condição de classe, era um adversário, um estranho, incapaz de sentir os seus anseios e muito menos de traduzi-los. Daí o largo, o prolongado conflito entre a intelectualidade, de um lado, e o povo, de outro, conflito que ainda não cessou e cujas origens, muito claras e nítidas, vamos encontrar no tempo em que cuidávamos, com a independência, ter resolvido os problemas fundamentais do país. Conflito, quando não simples contraste, que aparece em todos os depoimentos, quer os tomados no tempo, quer os prestados depois. Atitude que vai corresponder, no fim de contas, ao caráter aristocrático da atividade literária, entre nós, ao seu alheamento fundamental aos motivos nacionais, à sua tendência inevitável para a cópia de modelos estrangeiros, à sua infatigável busca de traços de separação, de diferença, de enobrecimento, que o aulicismo da época consolidará e que todas as circunstâncias, somando-se, ajudarão.

Desse contraste, são inumeráveis os depoimentos e testemunhos: "Não há talvez caso igual de um país onde tão enorme seja a diferença de nível entre uma pequena minoria educada e as massas da população, como acontece no Brasil. O que surpreendia e chegava a causar assombro aos europeus que nos visitavam em fins do século XVIII e nos primeiros decênios do século XIX, continua a ser mais ou menos a mesma situação que se nos depara nos dias atuais. A linguagem de James Bryce exprimindo as suas impressões do contraste entre a plêiade de homens ilustres com quem esteve em contacto no Rio de Janeiro, em 1910, e a incultura geral que observara, é quase literalmente a reprodução de palavras dos viajantes que aqui tinham estado um século antes".[32] Os males a que conduzia esse inevitável divórcio foram percebidos por muitos dos nossos intérpretes. E um deles não teve meias medidas em afirmar, com clareza inequívoca: "Essa desproporção cultural entre a elite e a população foi agravada nos seus efeitos políticos pelo excesso de erudição livresca que as nossas tradições de formação intelectual causaram. Enraizou-se na nossa mínima classe culta o hábito de uma voracidade de leitura que, insensivelmente, foi atrofiando a faculdade de pensar e sobretudo de observar. Os nossos intelectuais criaram para si um mundo fictício, em que conviviam com as figuras e com as idéias das grandes civilizações, perdendo pouco a pouco qualquer contacto com a realidade ambiente".[33]

Esse contraste entre os detentores do saber e os que não tinham possibilidades de acesso ao saber ficou perfeitamente assinalado quando da eclosão dos diversos movimentos de rebeldia que sacudiram as províncias, na fase a que nos referimos. Nesses movimentos o que mais nos surpreende é a profunda incompatibilidade entre a participação popular, realmente diminuta ou inexpressiva, e a de elementos dotados de cultura intelectual, os quais através de enormes dificuldades e de indecisões e incoerências, buscavam dar expressão ideológica ao quadro em que se agitavam. Isso começou com a própria Independência. Saint-Hilaire, que percorreu o país, às vésperas do movimento que levou à ruptura com a metrópole, tem observações de uma veracidade singular, em seus livros: "Caiu a conversa sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro. Tive a impressão de que estes homens não têm idéia sobre os fatos. Estão também muito pouco ao par dos fins colimados pela revolução de Portugal. Enfim, tanto desconhecem os interesses de seu país quanto fazem confusa idéia das relações do Brasil com a mãe-pátria. As agitações do Rio de Janeiro, anteriores a 12 de janeiro, foram promovidas por europeus, e as revoluções das províncias obra de algumas famílias ricas e poderosas. A massa popular a tudo ficou indiferente, parecendo perguntar como o burro da fábula: 'Não terei a vida toda de carregar a albarda'?"[34] Convém frisar, no depoimento do viajante francês, tão veraz em suas manifestações, a referência, absolutamente característica, às revoluções provinciais como "obra de algumas famílias ricas e poderosas", além daquela que nos mostra a massa popular indiferente. É o mesmo viajante quem elucida: "As revoluções que se operaram em Portugal e no Rio de Janeiro não tiveram a menor influência sobre os habitantes desta zona paulista; mostram-se absolutamente alheios às nossas teorias; a mudança de governo não lhes fez mal nem bem, por conseguinte, não sentem o menor entusiasmo".[35] Para frisar, com uma clareza meridiana, o quadro a que assistia: "O povo nada ganhou absolutamente com a mudança operada. A maioria dos franceses lucrou com uma casta favorecida. Aqui, lei alguma consagrava a desigualdade, a Revolução que suprimiu os privilégios e direitos auferidos por todos os abusos eram o resultado dos interesses e dos caprichos dos homens poderosos e dos funcionários. Mas são estes homens que, no Brasil, foram os cabeças da revolução; não cuidavam senão em diminuir o poder do rei, aumentando o próprio; não pensando, de modo algum, nas classes inferiores".[36]

Outro depoimento, agora de brasileiro, nos confirma as lúcidas e exatas observações de Saint-Hilaire: "Contavam-se apenas algu-

mas dezenas de homens entusiastas, de inteligências diretoras formadas à européia, nas universidades e nos claustros. Pelo interior da capitania, eram raríssimos os que andavam em dia com os graves mistérios da democracia, e os comentaram a medo, em palestras íntimas, escapas ao ouvidor e autoridades militares. Falava-se, é certo, a cada momento, no povo, nos direitos do povo, nos sagrados interesses do povo. Mas o povo, na realidade, era uma ficção, simples figura de retórica, empregada, como ainda hoje, talvez de boa-fé, pela demagogia irrompente do espírito revolucionário francês, que os intelectuais da colônia assimilavam ainda muito mal".[37]

Confirmando, adiante: "Toda gente está farta de saber que as idéias democráticas abrolharam no Brasil, principalmente em Pernambuco, semeadas por homens que haviam formado suas mentalidades no Velho Mundo, por livros introduzidos clandestinamente na colônia e por associações políticas cautamente disfarçadas em inofensivos grêmios literários. A propaganda, porém, ficou limitada aos círculos letrados, nas cidades litorâneas. Não penetrou o interior, não se difundiu na massa popular, ignorantíssima, presa da superstição da origem divina da realeza e esmagada pela compressão das autoridades reinóis e dos senhores nos seus latifúndios. Por isso mesmo, essa difusão não era possível. Nos lugares maiores, como Recife, e nos povoados de certa importância, como Alagoas, havia uns tantos elementos de disseminação — havia o livro, embora raro e privilégio de poucos; havia um certo espírito de associação, apesar dos rigores da vigilância policial; havia um alvorescente sentimento de autonomia política, formado pela convicção da superioridade da colônia sobre a metrópole, que era visível".[38] Da massa popular, o mesmo ensaísta escreve: "Quando muito, essa massa popular, aviltada pela servidão secular, marcada indelevelmente pela ignorância, mesmo dela excluindo a escravaria, que a legislação equiparava ao gado, só podia ter uma idéia da autoridade, e era que o rei encarnava a divindade, e um conceito da liberdade aquele que mais de perto lhe falava aos instintos".[39]

A estrutura política, aliás, traduzia a realidade do país, mal entrado no regime de separação da metrópole. "O artigo 90 da Constituição de 1824 — esclarece um historiador — estabelecia que a eleição de membros do parlamento e a dos conselhos provinciais seriam feitas por processo indireto, isto é, a 'massa dos cidadãos ativos' reunida em assembléias paroquiais elegeria os eleitores da província e estes os senadores, deputados e membros das assembléias provinciais. Na eleição primária, ou de primeiro grau, tomavam parte todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros, excetuados os menores, na forma declarada pela Constituição, os que não tivessem renda líquida anual de cem mil réis, os servos, os religiosos que vivessem em comunidade claustral. Quem possuísse os requisitos para eleitor primário podia ser eleitor provincial, contanto que possuísse uma renda líquida de duzentos mil réis anual, pelo menos. Podiam ser eleitos membros dos conselhos provinciais, deputados-gerais e senadores, os eleitores que tivessem uma renda líquida anual de quatrocentos mil réis. Excetuavam-se os estrangeiros naturalizados e os que não professassem a religião católica".[40] Na discriminação mencionada pelo texto constitucional, verificava-se a amplitude do poder econômico, a dominação exclusiva dos senhores de terras e de escravos, dos herdeiros da autonomia dos seus empresários.

Essa discriminação, que excluía da vida política qualquer parcela popular, que se fundava na força econômica, traduzir-se-ia, inevitavelmente, num jogo partidário completamente divorciado da realidade do novo país. Nesse jogo, a parte espetacular e evidente seria fornecida, naturalmente, pela imitação, pela cópia de outros países, pelos exemplos distantes, disfarçando o quadro existente e cobrindo-o como um diáfano véu: "Num país novo como o Brasil, onde nenhuma tradição existia, e todos os instintos políticos eram de ontem e de empréstimo, nada de importante havia a conservar. As diferentes alcunhas dos partidos apenas cobriam e disfarçavam sentimentos, interesses ou até paixões pessoais ou de grupos, sem alguma correspondência efetiva com princípios necessários e definidos".[41] Daí a tendência irreprimível para a vulgar transplantação de instituições, de modelos e de organizações estranhas, a cópia a que nos referimos, a subordinação a padrões distantes, o extraordinário esforço, levado a limites pueris, de traduzir no quadro nacional o solene espetáculo que, em outros ambientes, estava em correspondência com o meio e o tempo. Dessa imitação, por vezes servil, os exemplos e os testemunhos são numerosos e concordantes. Um deles, o de Maria Graham: "Os viajantes estrangeiros, desde Maria Graham até o diplomata Itier, impressionavam-se com o vigor dos contrastes de uma sociedade excessivamente adornada de coisas francesas numa humilde moldura colonial. Teatro, modas, leitura, salões, conversação, para serem elegantes, deviam ser franceses. *O Tamoio*, primeiro periódico de oposição (1823), tinha uma epígrafe de Voltaire. Alcide Itier, em 1844, foi recebido numa fazenda da Tijuca com a declamação do hino de Beranger *Reine du Monde*".[42]

Alterava-se, inclusive pelo advento da vida política, a fisionomia das cidades, e em particular das que existiam no litoral. A rua assumia o papel público que lhe faltava antes. A mulher ia ficando mais livre e mais desembaraçada em seus movimentos. Ampliavam-se os estudos. Bates informava, já ao fim da primeira metade do século, com referência ao Pará: "Há um sistema de educação popular e cada aldeia tem sua escola de primeiras letras. Além das escolas comuns, há um seminário bem dotado em Belém para onde são enviados os filhos dos agricultores e comerciantes do interior, a completar sua educação". Em 1859, havia na capital paraense várias livrarias, um edifício em que se instalava a biblioteca pública, algumas tipografias e quatro jornais diários.[43] Na Bahia, em 1802, havia teatro cômico português, dirigido por um italiano. A casa mais parece um celeiro e a rua é tão suja que torna sua visita muito desagradável. Atores, drama e cenário são igualmente miseráveis; a música é a parte melhor, é a única tolerável do espetáculo. O Conde da Ponte deu início à construção do Teatro de S João, inaugurado pelo Conde dos Arcos, a 13 de maio de 1812. Visitando-o, em 1821, Maria Graham escreve: "O teatro está situado na parte mais alta da cidade, e de seu terraço se descortina a mais bela vista imaginável. É edifício de bonito aspecto e muito confortável para os atores e espectadores. Dentro é muito amplo e bem lançado, mas sujo e precisando ser pintado. Os atores são péssimos, sendo um pouco melhores como cantores, mas a orquestra é bem sofrível. Durante a representação, homens e mulheres pareciam despercebidos do palco, rindo, comendo doces e tomando café".[44]

É um quadro provinciano, sem dúvida alguma, e que revela ainda o atraso da vida urbana brasileira, na primeira metade do século XIX. Maria Graham tece outras considerações, que um anotador colheu com rigor: "A mesma inglesa já encontrou na Bahia uma livraria na cidade baixa e outra na subida para a cidade alta, ambas vendendo os livros por preço absurdo. 'Aqui, diz ela, o estado geral da educação é tão baixo que é preciso muito talento e muita força de vontade para conseguir algum conhecimento. O número dos que lêem é reduzidíssimo e os que estudam assuntos políticos se dizem discípulos de Voltaire'. Em 1838 a situação tinha melhorado. Visitando a sala de leitura da Sociedade Literária aí encontrou Gardner 'muitos jornais científicos e literários da França, Inglaterra e Estados Unidos'."[45] E, em Recife, o quadro não era mais animador: "E não havia, em 1810, uma única livraria ou tipografia! No Convento da Madre de Deus vendiam-se almanaques e vidas de santos impressos em Lisboa. Em 1821 ainda era completa

a ausência de livrarias, apesar do aumento da população mas começava a ser publicado o primeiro jornal, *Aurora Pernambucana*".[46] Mesmo no Rio de Janeiro, o negócio de livraria estava em início. Os nobres de Portugal, como os fidalgotes do Brasil, tinham o maior desprezo pelas letras. Entre os assinantes da *Corografia Brasílica* não havia o nome de um nobre que fosse. E já em 1820 comenta Caldcleugh: "A livraria no Rio de Janeiro é mau negócio. O *stock* fica muito tempo encalhado. Talvez por isso o número de livreiros, que era de dois, em 1792, apenas dobrara, em 1820. Os jornais desse ano estavam dando as novidades européias de março de 1819".[47] Em Outro Preto as coisas não se passavam de outra maneira: "Ao tempo de Walsh, havia uma tipografia e um jornal, *O Universal*, mas nem biblioteca e nem sociedade literária. Gardner fala em oito mil almas, duas tipografias, quatro jornais (dois governistas e dois da oposição, do pequeno formato in-fólio) e... nenhuma livraria. Eram os mesmos oito mil habitantes do cômputo de Burton (1868), que ainda não encontrou aí nenhuma livraria..."[48]

"No Rio, depois do boticário Amarante, cuja casa abrigou os inconfidentes de 1794, Evaristo da Veiga teve, na sua loja de livros da Rua do Pescador, o mesmo refúgio intelectual — anota um historiador. — Foi a botica-academia, a loja-carbonária. Livrarias, quase não existiam. Vendiam, de envolta com os produtos de mercearia, pequenos volumes religiosos e inofensivos livros populares. Só as tinham, fartas e variadas, os conventos; também os frades — naturalmente a porção mais letrada e conversada da sociedade colonial — monopolizavam a ciência e os conhecimentos clássicos."[49]

Nas cidades reunia-se, assim, uma sociedade inculta e rude, até então acostumada à vida fechada e monótona das propriedades rurais, cheia dos preconceitos de um passado colonial de séculos, fortemente impregnada de prejuízos e de restrições, visando particularmente a mulher, a grande vítima da ascensão capitalista e, portanto, condenada, nas formas rudimentares de exploração colonial, a um tipo de existência monacal. As novas e quase subversivas exigências da vida brasileira, como a do provimento das funções públicas, organização de forças militares, estruturação bancária e comercial, efetivação da atividade parlamentar, aparecimento da imprensa, desenvolvimento do teatro, abertura dos salões, vão conferir fisionomia inteiramente diversa aos núcleos urbanos que se debruçam sobre o oceano, e por onde entram, com as mercadorias mais variadas, também idéias e costumes, particularmente aqueles

que afetam a vida feminina, os da moda em destaque. Rasgam-se, assim, novas perspectivas àquela sociedade até então hermética, e quadros diferentes começam a surgir. A visão da Europa, com as suas grandezas e as suas infinitas variações, permanece em evidência. A sociedade brasileira do quadro urbano vai tentar imitar, sob os trópicos, a vida citadina européia, num arremedo que às vezes deriva para o grotesco e representa o extraordináio esforço para disfarçar as insuficiências e as mazelas do passado colonial e de toda a esmagadora herança que ele deixara.

Com as possibilidades de impressão, com os novos e relativamente amplos campos abertos ao talento individual, com o aparecimento da imprensa, a atividade literária adquire condições outras, muito diversas daquelas que até então vigoravam. Não são condições fundamentais, entretanto. No fundo, o que ponderava, o que tinha vigência efetiva, era a mesma divisão em rígidas classes, a dos senhores e a dos escravos, entre as quais, sem representação, esboçava-se a camada média, sem encontrar um lugar definido, degradada pela opressão da estrutura dominante, malarrimada no comércio que começava a crescer e onerada pelos contingentes de libertos, que acorriam às cidades, de brancos pobres que não encontravam ocupação remuneradora, de remanescentes e sobras da propriedade territorial, que buscavam o palco urbano e que disputavam os altos cargos públicos, ostentando mas não possuindo.

As profissões liberais, a imprensa, o meio estudantil e o mundo feminino, entretanto, no amplo quadro urbano, vão oferecer as primeiras condições, como público, para o advento de mudança singular na literatura brasileira. Nesse quadro urbano, ainda precário em suas linhas, ainda indefinido em suas manifestações, é que o romantismo vai encontrar ressonância, vai penetrar a fundo. José Veríssimo viu com exatidão um dos aspectos aqui mencionados: "Daquelas primeiras leituras de romances romanescos traduzidos na intenção das damas sentimentais, lhe ficaria sempre o conceito — que foi aliás o de toda a nossa romântica até o naturalismo — que o romance é uma história puramente sentimental, cujos lances devem pela idealização e romanesco nos afastar das feias realidades da vida e servir de divertimento e ensino. É uma história principalmente escrita em vista das senhoras".[60]

NOTAS AO CAPÍTULO 6

1 Cândido de Melo Leitão, *Visitantes do Primeiro Império*, S. Paulo, 1934, págs. 90 e 91.

2 Idem, págs. 38 e 39.

3 Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936, pág. 188.

4 Cândido de Melo Leitão, *op. cit.*, págs. 63 e 64.

5 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1948, pág. 166.

6 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos, Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, 2.ª edição, Rio, 1951, t. I, pág. 19.

7 Idem, t. I, pág. 145.

8 Idem, t. I, pág. 174.

9 Cândido de Melo Leitão, *O Brasil Visto Pelos Ingleses*, S. Paulo 1937, pág. 117.

10 Idem, *Visitantes do Primeiro Império*, São Paulo, 1934, pág. 41.

11 Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. I, *Espírito da Sociedade Colonial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1937, págs. 71 e 72.

12 Charles Expilly, *Mulheres e Costumes do Brasil*, S. Paulo, 1935, pág. 401.

13 Cândido de Melo Leitão, *op. cit.*, pág. 76.

14 Alberto Rangel, *Rumos e Perspectivas*, 2.ª edição, S. Paulo, 1934, págs. 54 e 55.

15 Cândido de Melo Leitão, *O Brasil Visto Pelos Ingleses*, ed. cit. pág. 173.

16 Alberto Rangel, *op. cit.*, pág. 56.

17 Idem, pág. 63.

18 Cândido de Melo Leitão, *op. cit.*, pág. 34.

19 Idem, pág. 132.

20 Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, ed. cit., t. II, pág. 577.

21 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos, Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, ed. cit., t. I, pág. 279.

22 Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pág. 211.

23 Alberto Rangel, *op. cit.*, pág. 63.

24 Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, ed. cit. págs. 362 e 363.

25 Gilberto Freyre, *op. cit.*, t. I, pág. 219.

26 Idem, t. I, pág. 221.

27 Idem, t. I, pág. 234.

28 Idem, t. I, pág. 233.

29 Idem, t. I, pág. 234.

30 Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, págs. 245 e 247.

31 Idem, pág. 234.

32 Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934, págs. 162 e 163.

33 Idem, pág. 163.

34 A. de Saint-Hilaire, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*, 2.ª edição, S. Paulo, 1938, pág. 160.

35 Idem, pág. 161.

36 Idem, pág. 180.

37 Craveiro Costa, *O Visconde de Sinimbu — Sua Vida e sua Atuação na Política Nacional (1840-1889)*, *ed., cit.*, pág. 27.

38 Idem, págs. 25 e 26.

39 Idem, pág. 26.

40 Idem, págs. 234 e 235.

41 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, ed. cit., pág. 224.

42 Pedro Calmon, *op. cit.*, págs. 22 e 23.

43 C. de Melo Leitão, *O Brasil Visto Pelos Ingleses*, ed. cit., pág. 36.

44 Idem, págs. 94 e 95.

45 Idem, págs. 91 e 92.

46 Idem, pág. 71.

47 Idem, pág. 174.

48 Ibidem, pág. 190.

49 Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. I, *Espírito da Sociedade Colonial*, ed. cit., págs. 280 e 281.

50 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 229.

Esboço da Literatura Nacional

1 — ORIGENS DO ROMANTISMO

Burguesia e romantismo — Características estéticas do romantismo — Condicionamentos históricos e sociais — Papel do teatro no advento do romantismo — A conquista do público para a literatura.

O TRIUNFO DO ROMANTISMO, como escola, assinala, no mundo ocidental, a plenitude do desenvolvimento burguês. Suas origens, nos fins do século XVIII, indicam o progresso da ascensão da classe que vai, dentro em pouco, destruir os últimos vestígios da dominação medieval. Não é por fortuita coincidência que o auge romântico ocorre quando a Revolução Francesa, ao derrocar um regime em que se traduziam os restos do feudalismo, alastra os seus efeitos pelo continente, depois de ter detido o avanço das tropas restauradoras nas planícies de Valmy. A arrancada napoleônica desperta a Europa inteira para as transformações que a época impõe. Burguesia e romantismo, pois, são como sinônimos, o segundo é a expressão literária da plena dominação da primeira. Demais, criando os instrumentos de que necessita, a burguesia, no amplo quadro da vida urbana, a que dera fisionomia, generaliza a curiosidade pelas criações artísticas, particularmente através da imprensa e do teatro. Sua aliança com o povo, na luta contra os remanescentes do feudalismo, permite levar-lhe o conhecimento dos novos tipos de arte, associando-o à difusão, fazendo dele partici-

pante do grande espetáculo literário que começa a se desenrolar. Cria-se, com isso, o público, isto é, a platéia indiscriminada, que assiste às peças ou lê os folhetins e os livros, cujo gosto é necessário atender e cujas preferências geram notoriedade.

"O nivelamento das classes — assinala um historiador — foi uma das conseqüências da Revolução Francesa; dela resultou que o predomínio da aristocracia sobre a literatura, que lhe atribuiu espírito de casta, cessou. Ora, uma casta interessa-se somente pelo que lhe diz respeito; daqui a literatura clássica francesa ter dado a sua atenção só ao que era francês e coevo, e afrancesar e atualizar a matéria remota de que se ocupasse. Depois, a revolução democratizou a literatura, e o âmbito dos assuntos literários alargou-se, tornando assim mais ampla a concepção do belo".[1] E Aragon, num estudo excelente e didático, distinguiu nitidamente o alastramento dos novos conceitos: "O reflexo desta grande subversão não se limita aos poucos anos da República, mas vai prosseguir por vias complexas, levado através da Europa pelas armas de uma nova tirania, apossando-se dos mais diversos espíritos, conduzindo a situações paradoxais na literatura que fazem com que, no romance, a mais alta expressão dessa subversão seja oferecida por Balzac, um monarquista".[2] Subversão que define como "a Revolução em que a burguesia, para derrocar o antigo regime e estabelecer o seu, quebrou não somente as instituições que se opunham ao desenvolvimento de seus interesses, mas muitas outras coisas que são, desde então, impulsionadas pelo fato da necessidade em que a burguesia se encontrava de alianças populares, contra o Rei e os feudais".[3] Certo é que as origens do romantismo são antigas e pronunciam-se definitivamente quando a burguesia inicia a sua marcha ascensional. Um estudioso da novelística pôde escrever, nesse sentido: "Depois, o conto se firma, isto é, torna-se conto no sentido em que o entendemos (sem explicá-lo todavia bem) nos dias de hoje. No século XIV surgem os seus dois grandes marcos, o *Decameron*, de Boccaccio e os *Contos de Canterbury*, de Chaucer. É o relato burguês que surge".[4] Já nos fins da Idade Média — acrescenta — nos albores do Renascimento, damos com o Boccaccio do *Decameron*, obra-prima que o grande flagelo da peste em Florença permitiu inscrever em perenidade. Com o *Novellino*, obra eminentemente popular, pensamento burguês a zombar dos altamente colocados na hierarquia das castas".[5] Não é por coincidência que tais origens remotas são encontradas na Itália renascentista e comercial. Só a plenitude do triunfo burguês, com a Revolução Francesa e o alastramento

dos seus efeitos, criando o estado moderno, nos seus fundamentos jurídicos, permite ao romantismo o seu irrompimento apaixonado e dominador, desbordando por todos os idiomas. Do ponto de vista político, daí surge o liberalismo, e Vítor Hugo, na célebre batalha do *Hernani*, definiria o romantismo como "liberalismo em literatura", o que não deixava de ser exato.

Na sua união com o povo, para conseguir expulsar do palco os remanescentes feudais, a burguesia teria necessidade de encontrar as suas pontes para as camadas menos favorecidas da fortuna. Encontrou-as no teatro, que proporcionou o cenário das primeiras batalhas do romantismo e que lhe forneceu, com o drama variado e sentimental, um veículo extraordinário; na imprensa, em que, através do folhetim, atingiu amplas camadas de leitores; no gênero a que concedeu, desde então, a primazia, o romance, pelo qual fazia participar da literatura um mundo de criaturas que dela estavam distanciadas até então. Não é destituída de verdade a informação de que o triunfo burguês proporciona, com o romantismo, a diferenciação exata dos gêneros. É verdade que os confunde e mistura, na prática, na execução, pela liberdade mesmo que concede ao criador.[6] Mas acaba por definir as linhas que separam e distinguem a prosa da poesia, a lírica da épica, o conto do romance. Conferindo uma primazia absoluta à ficção, e dentro dela ao romance, restringe e melhor limita o campo da literatura, em que se englobavam, até então, os gêneros mais diversos, desde os da erudição, como a história, a crônica, a explanação científica, ate os profissionais, como a oratória, os arrazoados forenses, as pesquisas utilitárias. Não é acidental o fato de abrangerem os germânicos como literatura um mundo extraliterário, enquanto os latinos restringem como espaço das letras o que tem a intenção ou o toque artístico; entre os germânicos, o romantismo representou repúdio à influência francesa e latina, porque a Revolução não chegou a completar-se na Alemanha, fragmentando-a nas pequenas cortes, que "macaqueavam Versailles", enquanto concedia unidade e todos os traços do estado moderno aos povos latinos, com a França à frente.

O primado do romance, tornado o gênero literário por excelência, proporciona a melhor ponte, o caminho natural para os espíritos; generaliza o gosto da leitura, incorpora novas e amplas camadas ao interesse literário, permite celebridade, sucesso variado ao romancista, tornando-o um instrumento fácil e flexível, capaz de interpretar a sociedade a seu modo, apto a aceitar, defender e difundir o primado da classe que atinge a plenitude do seu poder

ao mesmo tempo em que se geram os fatores que concorrerão para a sua ruína, porque ela oferece liberdade e proporciona uma disfarçada escravidão, que é imprescindível disfarçar sempre mais. O surto individualista, ampliando extraordinariamente o campo literário, acarreta os seus grandes problemas, entre os quais se destaca o da liberdade de expressão e o da honestidade interpretativa.

Para distinguir o romantismo que surge, o caminho mais fácil é confrontá-lo com o antecedente, com o classicismo que fica derrotado. É o quadro da batalha teatral, é o que se traduz na execução, é o que transparece à superfície. Qualquer característica em profundidade é desprezada. Trata-se de colocar em evidência a exterioridade do quadro. A consulta às enciclopédias e obras especializadas, num tema tão amplo e sedutor, que consumiu já milhares de obras, leva sempre às mesmas conclusões — como um refrão. Define-se o romantismo como contraste com o classicismo, como a negação da escola que dominava até então, e surgem os elementos diferenciadores, alinhados quase na mesma ordem: apelo mais à imaginação do que à inteligência, predomínio da sensibilidade sobre a razão, ruptura com as regras e modelos que limitam a criação individual, exploração da natureza e dos seus aspectos pitorescos. Alguns vão um pouco mais além, e não deixam de mencionar a substituição do geral pelo particular e, com destaque, a exaltação do individualismo. Ora, precisamente a época representava aquela exaltação. Burguesia e individualismo não passam de sinônimos, no fim de contas. Como processo, distinguem os historiadores literários, a escolha dos poemas líricos, o retôrno à balada, a propensão para as histórias de amor e de heroísmo para as narrativas aventurosas, fantásticas ou pitorescas. Outros, distinguindo as diversidades que caracterizaram a escola na França e na Alemanha, na Itália e na Inglaterra, isto é, entre os povos que tinham uma tradição clássica antiga e sedimentada, provinda inclusive do idioma, e os que ficaram à margem dela, acabam por colocar em evidência o retorno às fontes nacionais, a valorização folclórica, a volta aos motivos ancorados na alma popular. Este último traço merece atenção, uma vez que se generalizou a afirmativa de que, no Brasil, autonomia política e romantismo foram como que sinônimos, estiveram intimamente ligados, derivaram do mesmo quadro, o que não é verdade.

Falando de escolas literárias, Bonet obedece às normas gerais que estabeleceram a distinção convencional do romantismo: "Em muitos aspectos, o romantismo é o contrário do neoclassicismo, pois uma escola, como veremos, é a negação da imediatamente

anterior. Assinalaremos alguns pontos desse antagonismo." E passa a mencioná-los: "Os neoclássicos pregaram o culto da Antiguidade pagã; os românticos, o culto da Idade Média: exumaram lendas medievais e um riquíssimo material folclórico. Ao paganismo, opuseram os românticos o cristianismo. Para alguns, o romantismo nasce com o cristianismo (assim opinaram Madame de Staël e Vítor Hugo), porque o cristianismo, com o exame de consciência, habituou as pessoas a voltarem-se para si mesmas e fomentou a melancolia, que é tristeza espiritualizada e sentimento base do romantismo." Para continuar, mais adiante: "Mas romantismo não é só melancolia; é também outras coisas. É liberdade, mãos livres, libertação de grilhões. Posição anticlássica, pois classicismo é disciplina, submissão a normas, arte dirigida pela razão." Depois de discriminar a diferença como viam os românticos a natureza, e como os clássicos a viam, aponta nova distinção: "Outra característica do romantismo: o culto do eu. O clássico era mais reservado, mais impessoal, mais objetivo. O romantismo trouxe uma profunda subjetivação da arte. Explorou como nunca o egotismo. Para o romântico, o mundo girava em torno do seu coração." Para completar, anotando, quanto à vida afetiva: "O romântico não atende razões."[7]

Certo, tudo isso eram distinções formais. Tão formais que, como ocorre sempre nos limites em que uma escola ultrapassa outra, autores numerosos traduziram em suas obras influências clássicas, ou obediência a padrões clássicos, ao mesmo tempo que se afirmavam como românticos. Chateaubriand, incluído entre os últimos, tem sido apontado como neoclássico por mais de um ensaísta e historiador, por exemplo. As distinções formais, no fim de contas, acabam por não ser distinções. A retomada da temática medieval, rica em motivos, não representava, em suma, mais do que a procura de modelos que abrissem perspectivas ao individualismo que assume o seu apogeu com o triunfo burguês. É muito mais isso, naturalmente, do que a ânsia em contrapor-se ao classicismo. O advento do romantismo, pois, só tem uma explicação clara e profunda, a explicação objetiva, quando subordinada ao quadro histórico em que se processou. E não há outra forma de distinguir as suas manifestações, tão diversas na Alemanha daquelas que teve na França, tão diferentes as inglesas das italianas, senão segundo as etapas que o triunfo burguês atravessou em cada um desses países. Sem a compreensão dessas aparentes disparidades não será fácil a interpretação objetiva do romantismo brasileiro, isto é, da transposição dos motivos, dos processos e dos métodos românticos numa

literatura colonial, num país em que a revolução burguesa estava muito distante de poder encontrar quadros idênticos e, portanto, repercutir de maneira semelhante ao que ocorreu onde a nova classe assumia o domínio social. Só a compreensão do ambiente histórico permitirá, ainda, situar precisamente a singularidade, meramente formal, do indianismo brasileiro, que é a manifestação romântica mais profunda e alastrada em nosso país, na fase em que a nova escola domina a manifestação literária.

Na Europa, o advento do romantismo representava o contraste entre o velho e o novo, que é um dos aspectos essenciais das fases de mudança. Stendhal via, por isso mesmo, com a sua aguda observação e senso da realidade, na escola que começava a exercer sua influência, o direito e o dever literários de uma geração para exprimir uma sensibilidade nova, mediante uma forma de arte também nova, verificando, assim, a ligação entre o conteúdo e a exteriorização, a cada conteúdo correspondendo determinada forma. O classicismo, ao ver do romancista francês, correspondia a um conjunto de regras que se propunham impor à sensibilidade de uma geração novas formas de arte determinadas pela sensibilidade de gerações anteriores.

Entre os inimigos naturais do classicismo, que se aliam à manifestação romântica e lhe conferem vigência, um historiador da literatura francesa menciona os três elementos, o estrangeiro, o isolamento e o popular, que terão influência no desenvolvimento da nova escola. Não é fortuita a afinidade da primeira geração romântica com o exótico, com os motivos distantes, com as coisas estrangeiras. É uma literatura de exilados, em grande parte, que busca o novo na distância e no pitoresco. O isolamento corresponde ao surto do individualismo burguês, que avassala a sociedade e que marca o rompimento com as barreiras antigas, com a regra social, com as limitações de classe, quanto aos aspectos exteriores dessas limitações. Tendo a revolução burguesa surgido da aliança da burguesia com o povo, é o terceiro elemento, o popular, que melhor caracteriza o advento do romantismo. Porque ele proporciona, pela primeira vez na história, a extensão das manifestações artísticas a uma classe até então delas divorciada ou desinteressada. As pontes para a participação popular são várias, desde esse momento: o teatro, a poesia heróica e a poesia popular, o folhetim e a imprensa, o romance. Comparecendo a tais formas de exteriorização, como auditório ou como leitor, e assistindo aos seus próprios motivos, ou a motivos em que esteve representado, como fonte de inspiração, o povo participa do desenvolvimento do romantismo

e lhe confere um sentido nítido e lhe generaliza os efeitos. Nessa generalização concorre ainda o advento de novos meios de transporte, que aproximam as populações, enquanto os novos meios de transmissão das idéias, a imprensa principalmente, padronizam o gosto. O desenvolvimento da vida urbana, por outro lado, proporciona, ao criador e ao público, as oportunidades para o encontro indispensável. Não é coincidência, assim, que as primeiras batalhas do romantismo tenham sido travadas no teatro, onde o auditório apresenta de imediato as reações do público, e que tenha havido mais o teatro literário, o teatro do livro, do que o teatro específico, gênero autônomo, com regras próprias e com processos particulares de criação e de transmissão artística. Do teatro, o romantismo alastra os seus efeitos a um gênero que vai caracterizar a sua fisionomia justamente com o advento da nova escola, o romance. Ela será, assim, uma "revolução literária menos pelo lirismo e pelo teatro do que pela novela".[8]

O romantismo surgia, assim, do ponto de vista da estrutura social, justamente em uma fase em que, na França, os limites e as distinções exteriores entre os homens tendiam a desaparecer, quando as marcas profundas que a sociedade deixa nos indivíduos entravam em transitório declínio pelo triunfo do individualismo. Momento de mutação de valores, de brusca subversão, quando as grandes fortunas do reinado orleanista se tinham fragmentado e outras surgiam, ao sopro da guerra, ao improviso da fumarada dos acampamentos. Tempo em que os valores se tornaram relativos e falsos, contingentes, fora de qualquer molde absoluto, os literários como os humanos. Tempo propício ao advento de aventureiros, conquistando posições palmo a palmo ou subindo vertiginosamente. A nova escola aparece quando o império napoleônico chega ao fim e o orleanismo retoma os destinos da França, sem possibilidades de reformar a ordem social. O arcabouço político e mesmo administrativo que a Revolução destruíra não voltaria a imperar. Voltaria o rei antigo, mas sem condições para modificar, pela sua simples presença no trono, a marcha dos acontecimentos. A consolidação das conquistas liberais, realizada no período napoleônico, cimentada em uma legislação já codificada e aceita, não sofreria senão pequenos abalos sem qualquer conseqüência maior. As conquistas revolucionárias, no que tinham de essencial, estavam definitivamente incorporadas à sociedade.

Como em todas as fases de transformação social, o organismo econômico do país havia passado por profundas e rápidas transformações. As grandes fortunas da monarquia, fundadas nos

direitos derrogados, cederiam lugar a outras, construídas ao calor das campanhas militares. Os fornecimentos aos exércitos que combatiam em todos os cantos do continente deram impulso à indústria e nesse campo, como em outros, grandes fortunas novas surgiram. Essa mudança não poderia deixar de imprimir-se na fisionomia da sociedade. Nota-se, por toda a parte, a infiltração de gente desconhecida, de gente sem tradição, substituindo, nos salões da própria Restauração, a velha nobreza.

Ora, que melhor época para a agitação romântica? Em outras oportunidades, em outros tempos, o espetáculo teria sido impossível. O que se assistia, agora, era uma extraordinária transformação, com a receptividade das novas figuras às novas teorias. O romantismo surgiria nessa sociedade de raízes pouco profundas, mal dissimuladas por uns poucos nomes tradicionais, constituída de gente nova, como a manifestação natural e correspondente. Foi esta sociedade que Balzac trouxe para o mundo do romance, dominando as suas páginas, com a majestade singular do dinheiro presidindo todos os seus atos. O romantismo surge nessa ordem de coisas transitória, mantendo a luta constante contra os velhos temas, com a sua vibração desordenada, o seu descomedimento, a sua fúria iconoclasta. Chega no momento preciso, quando os tempos lhe propiciam a ascensão. A subversão dos valores econômicos e sociais implica na subversão dos valores éticos e estéticos. A luta romântica não é mais do que o conflito entre o mundo novo que surge e o velho mundo que declina depressa. É um choque de mentalidades, a da Revolução e a do feudalismo que dormitava sob as cinzas de uma monarquia decrépita e sem forças, sem serviços e já sem nobreza. É o contraste entre a gente tradicional cuja vida exterior se revestia de solenidade, de tudo o que estava associado ao direito divino e à ordem feudal, e a que surgia da terra e dos negócios, das novas instituições, do fogo da Convenção, do tumulto dos Estados Gerais, da noite do Terror, da empolgante aventura napoleônica.

Mais próximo da freqüência popular, mais acessível à generalidade, o palco é o primeiro terreno da luta romântica. O livro, mais aristocrático nesse tempo, pouco difundido, restringiria o contraste a uma estéril polêmica de iniciados, de uns poucos, dos escolhidos. O teatro, franqueado a todos, transferia ao auditório a participação. E o folhetim, divulgado pela imprensa, levaria a cada um a semente do tema e da forma romântica, interessando a gente mais distante, que se revia nos dramas e nos romances. Assim, à boca de cena, para platéias eminentemente populares,

onde a gama das opiniões e das posições sociais era enorme, montaram-se barricadas e operaram-se transformações que lembravam o Pátio dos Milagres. O romantismo venceu após um crepitar de incêndio, depois de um desordenado tumulto. Triunfou totalmente como oriundo dos novos princípios, como representação revolucionária de uma nova sociedade, como refúgio de camadas desfavorecidas na escala econômica. A exposição de temas de forma a tocar os sentimentos, o caráter igualitário que envolvia os dramas jogados por um mundo de personagens, a solenidade de certos gestos, em sentido oposto à índole antiga, a caricatura de um arcabouço inteiro de sociedade derrotada com os seus preconceitos e limitações, a arte de ferir a sensibilidade e de interessá-la, tudo frisava o teatro romântico como a vingança da ordem recente, a desforra dos homens novos, a derrocada dos padrões antigos. Nesse ambiente confuso, por vezes hostil nas suas manifestações, desumano nos seus julgamentos, o romantismo agradaria ao homem comum, com o seu gosto fácil, a sua maneira de explorar o sentimento popular, o sentido próprio de expor os acontecimentos, enredando-os em teia complexa, da qual surgia triunfante, a virtude geral, o sentimento calcado pelo preconceito, o amor desigual e perseguido, coroando tudo, aquilo por que se haviam batido os revolucionários, nas suas furiosas investidas contra as primitivas instituições.

Não podia senão agradar à burguesia enriquecida subitamente ou aos poucos e agora presidindo a ordem social, aquela pública consagração de direitos recentes. Não poderia senão afinar com o gosto popular aquela seqüência de episódios em que qualquer um se iluminava dos esplendores do heroísmo. Tudo, no romantismo, representava a queda das barreiras, o triunfo da igualdade. Daí a luta ter sido áspera mas rápida e fulgurante, e a fama ter favorecido os batalhadores do teatro romântico, os mestres do drama sentimental. Surgem, então, consagrados pelo povo, pelo sentir geral, pelo gosto comum.

NOTAS AO CAPÍTULO 1

1 ALBERT THIBAUDET, *Historia de la literatura francesa desde 1789 hasta nuestros días*, 2.ª edição, Buenos Aires, 1945, pág. 11.

2 ARAGON, "Stendhal en une heure et quart", *in La Nouvelle Critique*, n.º 64, Paris, 1955.

3 Idem.

4 ANTÔNIO D'ELIA, "Notas Para Um Estudo da Novelística", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 14, S. Paulo, 1950.

5 Idem.
6 Carmelo M. Bonet, *Escuelas literarias*, 2.ª edição, Buenos Aires, 1953, pág. 15.
7 Idem, pág. 17.
8 Albert Thibaudet, *op. cit.*, pág. 113. No balanço do romantismo, Thibaudet assinala especialmente as transformações trazidas pela nova escola quanto aos partidos, ao pluralismo, às relações entre os autores e o público, às gerações, ao romance e à literatura pessoal. No que diz respeito aos partidos, menciona a participação apaixonada que obrigava a uma tomada de posição; no pluralismo, verifica a variedade romântica em contraposição à unidade clássica; nas relações entre autores e público, indica a associação íntima que passou a existir; quanto às gerações, frisa o contraste entre o velho e o novo que o romantismo colocava pela primeira vez; no romance, denuncia o gênero como específico da nova escola; na literatura pessoal, assinala o traço do autor, de sua personalidade, na obra, traço que ficava diluído, na fase do classicismo.

Apresentamos intencionalmente o estudo do romantismo francês, de que derivou o nosso, para frisar o contraste entre os ambientes da França e do Brasil e como isso afetou o nosso caso.

2 — BASES DO ROMANTISMO BRASILEIRO

Revolução Industrial e processo da autonomia — Estrutura social brasileira na fase da autonomia — O saber privativo de classe — A vida urbana, a propriedade, a família e o casamento — A atividade política — Transplantação romântica — O público: a mulher e o estudante — A poesia romântica — A ficção romântica — Transição para o indianismo.

Na primeira metade do século XIX, quando o desenvolvimento da Revolução Industrial vai proporcionar o quadro em que se torna possível às colônias americanas encontrarem o caminho da emancipação política — e que é o mesmo quadro em que o romantismo faz a sua irrupção violenta — a posição das classes era, em nosso país, já diversa daquela que vigorara nos três séculos anteriores. Embora o predomínio da classe territorial ficasse ainda indisputado, ela já não estava sozinha no palco, como nos velhos tempos. Ao longo daqueles três séculos, e de forma muito lenta, a posição relativa das classes evoluíra bastante. As condições em que a autonomia se processara, sob a égide britânica, com o ato de abertura dos portos anunciando a separação formal e decisiva, marcavam a referida mudança, particularmente com o surto da atividade comercial. Surto que determina, na colônia, não só a ampliação, em termos relativos, do mercado interno, como novas atividades na repartição do trabalho. Anunciam-se aqueles fatores que levarão, no fim de contas, à supressão do tráfico negreiro, a curto prazo, e, a longo prazo, à Abolição. Tais fatores pressionam no sentido de desenvolvimento do mercado interno, do aumento do poder aquisitivo, defrontando, entretanto, os formidáveis obs-

táculos de uma estrutura anacrônica de produção fundada na grande propriedade territorial e no regime de trabalho servil.

Não era apenas a posição das classes entre si que se vinha alterando. Dentro da própria classe proprietária deviam processar-se transformações, concorrendo para que ela passasse a conceder atenção maior a formas de atividade que deixara de parte até então. Data desse tempo a generalização do hábito de fazer doutor a um dos filhos, ou de casar as filhas com doutores, homens hábeis na defesa dos interesses forçados agora a alterações de fisionomia. Tendo de presidir então os destinos do país, a classe proprietária necessitava forjar os instrumentos e os quadros a isso destinados, sem que perigasse a sua posição de primazia. Os cursos jurídicos, um lustro após a autonomia, atendem a tal necessidade e fornecem os titulares do diploma, que se emparelham, e muitas vezes substituem, os titulares territoriais. O saber permanece, sem dúvida alguma, um traço de classe, mas busca correspondência e necessita, para afirmar-se e definir-se, auditório, leitores, público. Surgem, por outro lado, atividades complementares, destinadas ao manejo de novas técnicas, de novos instrumentos; o funcionalismo administrativo, os empregados das firmas comerciais que desenvolvem os seus negócios, no mercado interno e no mercado externo, o homem de imprensa, o militar, o artesão, este estiolado pelas condições sociais que não lhe permitirão jamais um papel definido. As cidades, por sua vez, criam novos hábitos, impõem formas de convívio até então desusadas, geram exigências inéditas. Surge a vida dos salões e, principalmente, a vida das ruas. A mulher começa a encontrar os caminhos que lhe permitirão abandonar o resguardo colonial, aparecendo e convivendo. Entre as publicações que vão aparecer, e que têm vida, os figurinos encontram um lugar de destaque, e não é apenas curioso, mas sintomático, que forneçam, com os modelos de vestidos, também as suas peças literárias, a que o público feminino concede uma gulosa atenção. Nesse palco é que o romantismo vai penetrar, com suas galas e com seus ingredientes próprios, difundindo-se com uma facilidade singular.

A nova escola, na Europa, se gerara e triunfara na medida em que a burguesia impunha o seu predomínio, associada aos elementos populares, de cuja aliança se valera para derrocar os obstáculos que se antepunham à plenitude com que ultimava o seu desenvolvimento. Ora, no Brasil o quadro era muito diverso. Nem só não havia, de forma alguma, aqui, as condições para aquela associação, como a burguesia apenas se esboçava e não possuía forças

para impor-se pollticamente. Dava fisionomia aos ambientes urbanos, crescia em importância, transitava para o enobrecimento, com a posse territorial que sempre buscava, mas não tinha possibilidades de definir-se com um papel específico. De outra parte, as camadas populares, estas estavam totalmente divorciadas da ação política, não tinham nenhuma possibilidade de atuar, nem formas de organização que lhe permitissem um papel.[1] Dentro da reduzida e apoucada burguesia brasileira surgiria, pouco a pouco, não só o sentimento político, embora deficiente em suas formulações, buscando sempre adaptar-se ao da classe predominante, como necessidades que a confundiriam com aquela classe, inclusive a do acesso ao ensino, ao saber, ao gosto artístico. De outro lado, não havia nela qualquer tendência para aproximar-se das camadas populares, nem as condições do ambiente lhe permitiriam isso, nem isso lhe proporcionaria qualquer vantagem.

Assim, enquanto o romantismo, em suas raízes européias, representa o pleno triunfo burguês, o coroamento de suas conquistas, conseguidas através da aliança com as classes populares, aqui teria de condicionar-se, muito ao contrário, à aliança existente entre uma fraca burguesia e a classe dos proprietários territoriais. O choque de interesses e o antagonismo que existiam já entre aquelas duas classes não eram de molde a permitir ou possibilitar a aliança da burguesia com o povo. O que existia, pelo contrário, era a tácita aliança entre a burguesia e a classe territorial, copiando aquela os hábitos, costumes, traços e exteriorizações desta, com a qual procurava identificar-se por todas as formas. Daí as evidentes falsidades do romantismo no Brasil, a necessidade de tomar aqui expressões inteiramente diferentes daquelas que apresentava na Europa, em suas fontes originais. Não será, pois, em nosso país, a expressão burguesa por excelência, mas a expressão da classe territorial, na sua fase de urbanização, a que a burguesia se atrela, concorrendo com as suas identificações.

Desse ponto de vista, em que não tocaram, nem sequer de leve, é que assiste razão aos ensaístas e historiadores literários que verificaram uma associação, entre nós, do romantismo com a autonomia, esta já realizada, aliás, quando a escola fez o seu aparecimento aqui. Aquela associação é verdadeira, sem dúvida, do ponto de vista que a autonomia foi empresada pela classe proprietária, de que o romantismo viria a ser, em conseqüência, a expressão artística. Claro está que tal alteração de conteúdo exigiria alterações correspondentes nos motivos e nos processos. Daí a falsidade dos quadros urbanos que o romantismo brasileiro oferece o

a exuberância dos quadros rurais, o carregado violento da cor, o pitoresco levado à espetaculosidade, o recurso à paisagem física e, finalmente, como coroamento específico, o indianismo, saída espontânea para um contraste irredutível.

Convém examinar, com maiores detalhes, entretanto, o quadro da sociedade em que o romantismo surgiu e se desenvolveu, assinalando, realmente, o primeiro passo no esboço de uma literatura nacional. "O Brasil do 1.º e do 2.º Império, dirá um ensaísta, é quase que uma cópia — ampliada e melhorada — da era colonial."[2] O domínio da classe dos senhores de terras, realmente, permanecia incontrastado. Não só isso, mas com uma capacidade de resistência que lhe denunciava a vitalidade.[3] Todas as reformas propostas, encontravam vigilância tenaz da parte dos representantes daquilo que alguns dos nossos historiadores e intérpretes apreciam conhecer como aristocracia rural. Depois da primeira metade do século, em pleno triunfo do romantismo brasileiro, pois, quando surgiam no quadro econômico sinais evidentes de mudança, alguns daqueles representantes, os membros da Comissão de Inquérito sobre o Meio Circulante, denunciavam, em seu relatório, como perigosos os progressos que repontavam:

"Antes bons negros da costa d'África — diziam — para cultivar os nossos campos férteis do que todas as tetéias da Rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil-réis para as nossas mulheres, do que laranjas a quatro vinténs cada uma em um país que as produz quase espontaneamente, do que milho e arroz, e quase tudo que se necessita para o sustento da vida humana, do estrangeiro; do que finalmente empresas mal-avisadas, muito além das legítimas forças do país, as quais, perturbando as relações da sociedade, produzindo uma deslocação de trabalho, têm promovido mais que tudo a escassez e alto preço de todos os víveres."[4]

Quando as alterações diziam respeito ao ensino que, desde a expulsão pombalina, vinha sofrendo transformações indispensáveis, inclusive com a instalação de colégios leigos, havia reações como a do Padre Lopes Gama, que se voltava contra os mestres estrangeiros: "qualquer francês, qualquer inglês, qualquer suíço, etc., qualquer abelha-mestra desses países aporta a Pernambuco, e não tendo outro gênero de vida, diz que vem repartir conosco das suas muitas luzes." Para denunciar: "em breve irão saindo desses focos de heterodoxia, uns socinianos, outros anabatistas, outros presbiterianos, outros metodistas, etc." Desejaria o padre que tudo se conservasse imutável, que tudo corresse como nos velhos tempos, em que as idéias eram severamente policiadas e fornecidas em

série, iguais, uniformes, modeladas, dispensando o raciocínio.[5] Ora, um dos setores em que as alterações sociais se refletiam diretamente era o do ensino, forma sistemática de transmissão da cultura que, apesar de praticamente vedada aos elementos populares, representava veículo natural por onde penetravam idéias novas, embora com dificuldade.

"Até meados do século XIX — conta Gilberto Freyre —, quando vieram as primeiras estradas de ferro, o costume nos engenhos foi fazerem os meninos os estudos em casa, com o capelão ou com mestre particular. As casas-grandes tiveram quase sempre sala de aula, e muitas até cafua para o menino vadio que não soubesse lição. Muitas vezes, meninos se reuniam, crias e moleques, todos aprendendo juntos a ler e a escrever, a contar e a rezar. Noutros engenhos cresceram em igual ignorância meninos e moleques."[6] Para esclarecer ainda: "Os pretos e pardos no Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. A ler e a escrever e também a contar pelo sistema da tabuada cantada."[7]

A sociedade escravocrata do Império gerou um tipo de ensino, aliás, bem na conformidade de seus padrões. Um ensino em que ficava caracterizada a face desinteressada, meramente ornamental, divorciada da realidade ambiente. Mas em que se encontravam também os duros traços da disciplina social da colônia, a que a classe dos senhores dera todos os seus traços. "Essa pedagogia sádica — menciona Gilberto Freyre —, exercida dentro das casas-grandes pelo patriarca, pelo tio-padre, pelo capelão, teve com a decadência do patriarcado rural seu prolongamento mais terrível nos colégios de padre e nas aulas dos mestres-régios. Mas principalmente nos colégios de padre do tipo do Caraça. Os pais autorizavam mestres e padres a exercerem sobre os meninos o poder patriarcal de castigá-los a vara de marmelo e a palmatória."[8] Ensino que recordava, pois, em tudo e por tudo, o período colonial, de que nos forneceu informação Vilhena. Ensino peculiar à sociedade rígida que aqui se formou, em que o saber não se constituía em meio, mas em fim, e devia ser fornecido, não só com rigor, mas padronizado, estreito, medido.[9]

Alguns estudiosos pretenderam ver no saber individual um caminho para a ascensão social, na sociedade escravocrata. É certo que houve exemplos de figuras marcadas pela miscigenação, quando a cor da pele significava um rótulo de classe, que ascenderam assim, que chegaram a exercer funções importantes. Seria difícil, realmente, traçar no Brasil, mesmo naqueles tempos, a linha de

cor. Aquilo que conhecemos como mulato representa um mundo de variações e não um tipo. A ascensão de elementos isolados, aliás, não invalidaria a característica de classe que o saber representava, quando a cor assinalava o indivíduo e lhe fixava a posição social, ou pelo menos a condicionava. Os aspectos sociais da miscigenação, entretanto, foram demasiado complexos, e a linha de cor, por isso mesmo, demasiado fluida, para que se estabelecessem normas rígidas. De qualquer forma, a realidade é que o domínio da classe senhorial impedia, ou dificultava extremamente, a ascensão dos elementos destituídos de posses, a aquisição do saber por eles. E ainda que tenha havido exemplos de homens de cor, ou de mulatos, que chegaram a posições destacadas, pelo caminho das letras, da política, das profissões liberais, no conjunto os elementos oriundos da miscigenação em que haviam concorrido componentes de classes diferentes permaneciam na camada inferior.[10] Conquanto a sociedade brasileira da época da autonomia revelasse já alterações importantes, tais alterações não haviam sido tão profundas que representassem uma mudança na posição relativa das classes. O que já não existia, realmente, era o domínio absoluto da classe dos senhores territoriais. Ele se defrontava agora com uma burguesia cuja fraqueza obrigava a identificar-se com a classe dominante e que de maneira nenhuma encontrava afinidade com a classe que fornecia o trabalho.

Mas está fora de dúvida que as alterações ocorridas na sociedade brasileira encontrariam acolhida no romantismo. Tais alterações denunciavam-se particularmente no quadro da vida urbana, para onde afluíam os elementos novos e onde eles tinham condições para exercer os seus papéis, o comerciante, o artesão, o empregado no comércio, o político, o parlamentar, o escritor, o médico, o advogado, o funcionário público. No ambiente urbano é que circulavam os jornais, é que funcionavam os teatros, é que as duas casas do Legislativo se reuniam, é que se encontravam os elementos dotados de poder e de influência, é que tinham sede as firmas comerciais importantes, os bancos, as empresas de transporte, as empresas industriais incipientes do tempo. Aí se inauguravam primeiro a maioria das inovações técnicas, que alteravam a fisionomia antiga, aí se decidiam os grandes problemas, aí chegavam os navios com as gentes, as notícias e as mercadorias de outras terras. No ambiente urbano, ainda, encontrariam a sua moldura natural dois elementos que vão ter um papel característico e, sob muitos aspectos, novo: o estudante e a mulher, e isso interessa em particular o desenvolvimento literário, uma vez que o público do tempo vai

ser constituído especialmente pelos dois, eles é que consagrarão as reputações e definirão as preferências. Os cursos jurídicos, inaugurados em 1827, em S. Paulo e Olinda, haviam motivado a concentração, nessas duas cidades, de elementos de todo o país. Desenvolvendo-se o de S. Paulo, transferido o de Olinda para Recife, surgindo depois as Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, as cidades reuniam, aos grupos que já tinham, mais esse, que lhes deu um colorido inédito. Recife e S. Paulo, a partir da segunda metade do século, seriam os centros de formação intelectual por excelência, e a Corte consagraria os talentos ali elaborados.

Não se poderia compreender, entretanto, o quadro do tempo sem o conhecimento das alterações surgidas na vida feminina. A verdadeira ferocidade na reclusão da mulher, que começara a ser vencida pela presença, embora sem representação em conjunto, de elementos de outras classes, a classe média, ou de elementos expulsos da classe dominante, os parentes pobres — tios pobres, primos pobres, irmãos pobres — entrava em declínio, no ambiente urbano, com o início da vida dos salões e mesmo da função pública da rua, sobre a qual, antes, como que se estendia a propriedade privada, de tal forma ela aparecia como um prolongamento desta.[11] Começava a receber a mulher uma educação em que apareciam certas prendas que predispunham a demonstração, a apresentação às visitas.[12] Começava a figurar nos salões, a receber e a tratar com os convidados, a conviver com estranhos, a freqüentar modistas, a visitar, a ler figurinos e, também, a ler romances.[13] Dos salões, as mulheres ao teatro e à rua.[14]

Na sociedade imperial dessa época, fase em que os senhores territoriais transitam para o quadro urbano, onde projetam a sua influência, uma vez que moldam a nação e fornecem os seus quadros dirigentes, o problema fundamental da família começava a assumir novos aspectos. Na fase anterior, de absoluto domínio da vida rural, quando a cidade era lugar de festa, de estação, mas não de residência, de permanência, a constituição da família ficara quase relegada ao campo endogâmico da parentela, num esforço extraordinário para reter a propriedade. E a transmissão se fazia por herança ou por casamento, sendo a compra e venda muito mais rara. Daí a importância que o casamento apresenta, no problema da transmissão da propriedade. Ora, com a transição para a vida urbana, os laços de correção familiar começavam a afrouxar. Abriam-se novas perspectivas para as moças, surgia a relativa liberdade de escolha. Embora as crônicas façam referência aos casamentos de-

siguais, é evidente que eles constituíram a exceção. Cada grupo vivia no ambiente de sua classe, e nele é que se realizavam os casamentos. A vida de família, mais aberta nos centros urbanos, permitia as festas, o convívio, tudo o que vai ficar representado, em suma, nas páginas dos romances do tempo. Nessas festas, nesses salões, é que se encontravam os elementos da mesma classe, a moça casadoira e o estudante — justamente os elementos mais numerosos do público de então. Eram poetas quase sempre tais estudantes, e as moças as suas musas e leitoras. Nos enredos dos romances, buscavam elas a evasão necessária, a dose de sonho que já lhes era permitida. José Veríssimo assinalou a literatura romântica brasileira como encontrando o seu grande público na mulher: "Daquelas primeiras leitoras de romances romanescos traduzidos na intenção das damas sentimentais, lhe ficaria sempre o conceito — que foi aliás o de toda a nossa romântica até o naturalismo — que o romance é uma história puramente sentimental, cujos lances devem pela idealização e romanesco nos afastar das feias realidades da vida e servir de divertimento e ensino. É uma história principalmente escrita em vista das senhoras."[15] E a paixão amorosa que envolve o romance que estudantes e moças consagram, na sociedade escravocrata do Império, está longe de ser o sentimento humano generoso e profundo que aproxima as criaturas.[16]

Estudantes e mulheres, no quadro urbano da sociedade imperial, constituem, pois, o público literário, na sua maior parte.[17] Figuram nos romances, também, como as personagens fundamentais.[18] Estudantes e mulheres da mesma classe, em regra, em que pese o caso isolado do moço de família empobrecida, mas vinculado à classe que detém a riqueza: via de regra, nos romances, o autor, seguindo os preceitos da época e do meio, lhe dá a esposa e lhe dá a riqueza.[19] Reintegra-se no círculo a que pertencia, por origem, e do qual as circunstâncias o afastaram. Não é verdade que, em conjunto, o curso jurídico tenha permitido a ascensão de elementos inferiores na escala social.[20] Permitiu, sim, a adesão dos elementos da burguesia, que encontraram no canudo, no título, no anel de grau, o timbre de enobrecimento que buscavam, e que o casamento tantas vezes coroou. Mudança de posição social terá havido, em casos isolados, sem qualquer influência no quadro geral. O ambiente urbano transforma-se na medida em que tais aspectos novos são introduzidos na vida imperial.[21]

Vimos como se justifica a idéia que associa o romantismo brasileiro à autonomia, não por relação de causa e efeito, como parecem admitir alguns, mas por concomitância, como peças do mesmo quadro, como manifestações da mesma época. Outros associaram o romantismo brasileiro ao Império, e ainda aí, inexistindo as relações causais, houve a simultaneidade e a afinidade. O Império traduzia a realidade econômica e social, aquilo que o romantismo também traduzia, no plano literário.[22] É o romantismo, sem dúvida, expressão, em arte, de tudo aquilo de que o regime era a expressão política. Declina, quando o Império declina, e por força dos mesmos motivos.

É, pois, no quadro de uma sociedade em que a supremacia da classe dos senhores de terras continuava indisputada, embora aquela classe já não figurasse sozinha no palco, que devemos assistir ao espetáculo da irrupção do romantismo brasileiro. Ele representa, por isso mesmo, um processo ostensivo de transplantação, a que os homens de letras buscam por vários caminhos. O primeiro deles será, sem dúvida, o de uma diferenciação lingüística que não tem condições para encontrar colocação exata e que acaba por promover confusão evidente, como costuma acontecer quando se procura estabelecer diferenças em detalhes, deixando, por impossibilidade, de tocar no essencial. O romantismo brasileiro empreende um enorme esforço, que se define especialmente com a obra de José de Alencar, para definir uma autonomia lingüística que não estava em condições de caracterizar.[23] O segundo caminho será o da exaltação apaixonada da paisagem física, a procura de definição pelo pitoresco.[24] Existe, em último lugar, um paradoxal estímulo a determinados processos primários de fixação da realidade, a transposição para a poesia e principalmente para a ficção, de acontecimentos, de figuras, de padrões que, ligados à existência comum, contrastam com a violência do processo de criação romântica, justapõem-se nele, jamais chegam a confundir-se na forma e nem no conteúdo.[25]

Todas essas tentativas, geradas em parte ou no todo, não dissimulam o caráter fundamental de transplantação de que o romantismo brasileiro se reveste e que tanto o enfraquece. A transplantação traduzia exatamente o domínio econômico e social de uma classe, a dos senhores territoriais, que empresara a Independência, que forjara o Império, mas que vivia exilada em seu próprio país. Tal classe, isolada em sua dominação, existia em função dos padrões externos, a que se afeiçoava, porque dependia dos fatores externos, no plano econômico, subsistia pela exportação de gêneros alimentícios e de matérias-primas, estava associada ao regime co-

lonial, que disfarçava apenas com o complexo aparelhamento de um país autônomo.

"Na ausência de participação do povo nesse movimento, a classe que assumiu o poder — escreve Cruz Costa — era ainda a dos ricos proprietários de terras e de engenhos, a herdeira dos letrados do século XVIII. São essas classes superiores, constituídas de eruditos bacharéis e de ricos proprietários de engenhos que conduzem o Brasil na fase imperial. A literatura, a arte enfim, o pensamento concentra-se quase todo nos altos postos de governo. O parlamento imperial seria, assim, no dizer de Tristão de Ataíde, a 'forja das nossas letras'. Mas, quando ainda não se conseguira encaminhar os problemas fundamentais da nação, quando as condições de vida, no Brasil, eram inferiores às da própria China, quando o Brasil começava a andar 'pela mão maternal de Lombard Street', como escrevia Rui, a nossa experiência intelectual só podia ser, como realmente foi, fruto de simples diletantismo, puro artifício. O pensamento brasileiro, no decorrer do século XIX, exprime desse modo as vicissitudes de uma variadíssima importação cultural européia [...]. Desde os fins do século XVIII, como vimos, começamos a nos desligar da tutela intelectual portuguesa. Havíamos nos 'habituado — diz sintomaticamente Sílvio Romero — a interessar-nos pelo que ia pelo mundo.' De fato, tomamos desde então o *hábito* de imitar outras experiências, a ver se assim nos emancipávamos da condição colonial. Confundimos constantemente *tradição* com *tradução* e acreditamos, como muita gente ainda acredita hoje, que apenas por meio das idéias é possível conseguir a libertação e a cultura para um povo."

Para frisar a maneira como se procedia à transplantação: "Depois de proclamada a Independência, caberá ao romantismo inaugurar a importação. Esta obedece quase que simplesmente ao critério do aparecimento do livro em grandes centros editoriais da Europa, principalmente Paris. Dali vêm idéias e teorias que o sibaritismo intelectual das classes superiores vai deglutindo sem assimilar de maneira conveniente e adequada. 'Na história espiritual das nações cultas — escrevia em 1876 Sílvio Romero — cada fenômeno de hoje é um último elo de uma cadeia. Na história intelectual do Brasil, mercado de consumo da produção européia, esse fenômeno não se deu. A leitura de um escritor estrangeiro, a predileção por um livro de fora, vem decidir da natureza das opiniões de um autor entre nós.' As idéias no Brasil não descendem umas das outras, não as liga um liame histórico. As idéias são consideradas como absolutos e os seus valores se colocam, todos, num mesmo plano. 'São folhas perdidas no torvelinho da nossa indiferença; a pouca ou nenhuma influência que hão exercido sobre o pensamento naci nal explica essa anomalia'."[26]

Não é esta uma opinião isolada. Ensaísta literário, em estudo importante sobre o romance brasileiro, afinaria pelo mesmo diapasão: "Verdade, porém, é que à liberdade política não se seguiu a nossa liberdade de pensamento; intelectualmente, continuamos tão coloniais como dantes, e coloniais não somente de Portugal, mas da França."[27] Para esclarecer melhor adiante: "O romantismo no romance brasileiro sofreu de tal forma a influência estrangeira que nunca chegou a marcar um período notável na história da nossa literatura."[28] Transplantação que teria de desembocar na transparente falsidade dos processos e do conteúdo: "Falta neles a evidência do homem e do meio que o circunscreve; são quase todos de uma bem pobre ficção e um lirismo sem jeito. Salvo num ou noutro autor em quem a força de imaginação consegue dominar a ideologia sentimental (ideologia de Joaquim Manuel de Macedo), a ilusão da idéia pelo sentimento."[29] Mas isso não aconteceu na ficção apenas, foi até mais acentuado na poesia, e em particular naqueles autores que uma repartição cronológica sem nenhum sentido de conteúdo grupou como "primeira geração romântica": "O manifesto romântico chegou-nos de Paris, que no-lo remeteu como um figurino ou frasco de perfume. Enviou-nos de lá esse produto de tantas conseqüências futuras um diplomata que se fincou em nossa literatura com um mau livro mas com a etiquêta de predecessor. Esqueceu-se o livro, mas o nome do autor ficou. O grito de renovação, de morte do classicismo, o elogio aos desvairos sentimentais, foram dados, assim, em nosso país, por um senhor fidalgo austero e medíocre. Domingos Gonçalves de Magalhães — era esse o seu nome — escreveu muitas poesias religiosas que não levam ninguém à igreja. Manuel de Araújo Porto Alegre, seu amigo e continuador, não o sobrepujou poeticamente. Pintor que foi muitos anos, sua poesia é puramente pictural. Embora defendessem o romantismo, Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre não passaram de clássicos fatigantes."[30]

É interessante distinguir um aspecto a que temos concedido, em regra, atenção distante, quando a concedemos: aquele que se refere à origem de classe dos homens de letras, já mencionado, de passagem, ligando-o agora ao detalhe de fazerem tais homens de letras seus estudos na Europa. O costume, próprio da classe proprietária, de mandar os filhos estudar em Coimbra e, mais adiante, nos centros universitários mais conhecidos, particularmente na

França, constituía, não só um inequívoco sinal de classe, como o caminho natural para a evasão da realidade da colônia e do país, tão diversa do ambiente em que iam aprimorar os conhecimentos e que lhes pareceria o modelo insuperado. A alienação — que é ainda um traço de classe — uma vez que não podiam tais elementos solidarizar-se com um povo representado, em esmagadora maioria, por escravos e libertos pobres, em que a classe comercial mal começava a se definir e era vista com desprezo, corresponderia, no fundo, à secreta ânsia de disfarçar em cada um o que lhe parecia inferior, identificando-se com o modelo externo, tão fascinante. E tais elementos, cuja formação mental os distanciava do seu país, e cujas origens de classe os colocavam em contraste com este, ligando-os ao estrangeiro, eram os que formavam os quadros imperiais, quadros a que os cursos jurídicos atendiam: "Já então as Faculdades de Direito eram ante-salas da câmara", conforme observou Nabuco.[31]

A classe senhorial vinculara-se à transplantação através de sua longa formação colonial. Na fase de dependência, realmente, a transplantação era a fórmula viável, a única saída. Daí a tradição clássica, na nossa literatura, ter tido cabimento, conjugar-se com o quadro político. Entre o classicismo colonial e a submissão política e econômica à metrópole havia perfeita consonância. Quando a autonomia quebra os laços de subordinação política e transfere os de subordinação econômica, o problema da transplantação se apresenta em suas dramáticas dimensões. O clássico tinha a marca portuguesa, e devia ser apresentado como o passado a esquecer; o romântico trazia o rótulo novo e provinha de outras fontes, devia constituir a saída natural para uma afirmação de independência que tinha muito mais de superficial do que de profundo, que se traduziria, por isso mesmo, muito mais na forma do que no fundo, no conteúdo. Que deveria exercer o seu esforço, justamente por essa origem, nas questões exteriores, nas aparências.

Esse lado exterior da manifestação romântica é nitidamente verificado por José Veríssimo: "Somente com os primeiros românticos, entre 1836 e 1846, a poesia brasileira, retomando a trilha logo apagada da plêiade mineira, entra já a cantar com inspiração feita dum consciente espírito nacional. Atuando na expressão principiava essa inspiração a diferençá-lo da portuguesa. Desde então somente é possível descobrir traços diferenciais nas letras brasileiras. Não serão já propriamente essenciais ou formais, deixam-se, porém, perceber nos estímulos de sua inspiração, motivos da sua composição e principalmente no seu propósito."[32] O romantismo era, assim,

uma forma de patriotismo: "Além de patriótica, ostensivamente patriótica, a primeira geração romântica é religiosa e moralizante. Estas feições fazem que seja triste, como aliás será a segunda. Somente a tristeza desta é a do ceticismo, do desalento e fastio da vida, segundo Byron, Musset, Espronceda e quejandos mestres seus. A melancolia de Magalhães e seus parceiros é a tristeza de que penetrou a alma humana o sombrio catolicismo medieval."[33]

Era a tristeza dos exilados, realmente, o ceticismo dos que não acreditavam em seu país, a nostalgia de outras terras e de outros motivos. Veríssimo procura caracterizar o romantismo, aliás, como reação contra o passado, isto é, contra a dependência colonial: "Quaisquer que hajam sido os seus motivos e característicos, sejam quais forem as definições que comporte (e inúmeras lhe têm sido dadas), o romantismo foi sobretudo um movimento de liberdade espiritual, primeiro, se lhe remontarmos às últimas origens, filosófica, literária e artística depois, e ainda social e política. Em arte e literatura, seu objetivo foi fazer algo diferente do passado e do existente, e até contra ambos. Excedeu o seu propósito, e em todos os ramos de atividade mental, até nas ciências, foi uma reação contra o espírito clássico, que, embora desnaturado, ainda dominava em todos."[34]

Não tendo penetrado, conforme se verifica de suas definições, o conteúdo do fenômeno de transplantação romântica, Veríssimo viu bem alguns de seus aspectos e compreendeu a sua evidente superficialidade: "Sob o aspecto filosófico, o que é possível notar no pensamento brasileiro, quanto é lícito deste falar, é, mais talvez que a sua pobreza, a sua informidade. Esta é também a mais saliente feição da nossa literatura dos anos de 70 para cá. Disfarça-as a ambas, ou as atenua, o íntimo sentimento comum do nosso lirismo, ainda em a nossa prosa manifesto, a sensibilidade fácil, a carência, não obstante o seu ar de melancolia, de profundeza e seriedade, a sensualidade levada até à lascívia, o gosto da retórica e do reluzente. Acrescentem-se como característicos mentais, a petulância intelectual substituindo o estudo e a meditação pela improvisação e invencionice, a leviandade em aceitar inspirações desencontradas e a facilidade de entusiasmos irrefletidos por novidades estéticas, filosóficas ou literárias."[35] Aí tocou Veríssimo com o dedo na chaga da transplantação e mostrou, com muita clareza, a origem das transparentes falsidades do romantismo. Aquela superficialidade, a tendência à imitação, a ausência de um pensamento original, denunciavam os fundamentos da transplantação, e denunciavam ainda o formidável esforço para enganar a

verdade profunda com a verdade superficial, travestindo, na prosa e no verso, as manifestações com o espírito patriótico, com a tendência à diferenciação do idioma, com a exaltação do pitoresco, com a infatigável busca do trivial, do quotidiano, do comum.

Outros sinais ofereceria ainda o período do romantismo para caracterizá-lo. A substituição do mecenato, que oferecera alguns exemplos, apesar de apoucados, na fase colonial, pelo pensionismo, quando o imperador, homem tão nitidamente enquadrado no romantismo, mantinha alguns escritores, bafejava-os com o seu aplauso e com o seu apoio, que era uma forma de disfarçar o desapreço geral.[36] Desapreço que doía no espírito dos homens à literatura dedicados, que lhes parecia um insulto, e que mais ajudava neles a idéia de que desafortunada era a terra em que não se dava atenção e glória aos que escreviam.[37]

Visto o problema no quadro da realidade, entretanto, o que surge, à simples observação, como novo, como em esboço, e já de uma maneira clara, indiscutível, é a participação do público. Claro que do público possível, daquelas camadas da população urbana que estavam em condições de conceder atenção às letras, e que se comportavam, nisso como em tudo, de acordo com as suas origens e condições de classe, camadas que englobavam o estudante, a mulher, o pequeno funcionalismo, parte do grupo comercial. Era uma sociedade, a do Império, que concedia às manifestações literárias sobras de atenção, sobras de apreço, aquela atenção e aquele apreço próprios do lazer e do repouso, ligados estreitamente ao conceito de arte como divertimento, como evasão da rotina, como busca do sonho, como refúgio, como preenchimento do ócio. Ora, tal sociedade se caracterizava, precisamente, naquelas camadas que constituíam o público, e que não eram numerosas, pelas sobras de ócio, pelos longos lazeres e pela imperativa necessidade de preenchê-los.[38] A ligação entre o público e os autores, pois, começava, mas começava de acordo com as características do meio e do tempo. Começava, a bem dizer, com o teatro — e eram escritores os que faziam as peças, na confusão de tarefas da vida literária do tempo. Faziam as peças, faziam os jornais, faziam a política, faziam versos, faziam razões de defesa, faziam discursos, faziam tudo.

A participação do público vai começar a se definir, entretanto, com o aparecimento da ficção romântica. "A leitura — escreveu Lavelle — nos dá uma familiaridade e até uma fraternidade com pensamentos que diferem do nosso e, amiúde, o ultrapassam: a leitura é uma espécie de sociedade que formamos com outros homens por intermédio de um só."[39] E Olívio Montenegro, estudando o

romance brasileiro, confirma esse laço de participação que encontra as mais amplas possibilidades, condicionadas ao meio e ao tempo, no campo da ficção: "De todas as formas de arte ainda é a literatura a de significação mais universal, e das formas de literatura ainda é o romance a que se prefere mais; a que atrai uma massa ilimitada de leitores. O que, aliás, bem se compreende: o romance é a forma de arte de que o leitor participa mais intimamente, já pela sua liberdade de rever-se nos personagens, já pela liberdade ainda mais deliciosamente pura de julgá-los."[40] O romance aparece, pois, na fase em que existe um público, ainda que reduzido, para assegurar-lhe vigência. Vem atender uma necessidade, uma exigência, uma solicitação natural e espontânea do meio, quando o Brasil atinge a uma etapa de desenvolvimento em que a atividade literária se torna possível, quando a vida urbana estabeleceu as condições mínimas para a sua existência. O que ficara para trás, o passado literário colonial, nada dizia à gente que povoava as cidades, que lhes concedia um papel, que estimulava novas manifestações, logo após a autonomia, quando o país atravessava profundas alterações políticas e administrativas, alastrando-se a imprensa, surgindo a competição partidária, a eleição, o debate parlamentar, quando a rua tinha uma função pública, quando o comércio crescia e impunha contactos e alterava hábitos, quando a moda atraía a atenção das mulheres, quando os salões se abriam para festas, quando as lojas ofereciam objetos e utensílios até então desusados. É esta sociedade uma singular mistura do velho e do novo, com os contrastes mais violentos e singulares. Nesse quadro, no campo literário, a poesia começa a encontrar leitores, o teatro a conquistar freqüência, e o romance fará, por fim, o seu aparecimento, preenchendo os lazeres de moças casadoiras e de estudantes em caminho da atividade profissional.[41]

Um rápido e mesmo superficial exame do que a literatura já conseguira realizar mostra como o esforço criador consumira quase todas as suas possibilidades na poesia. Literatura era poesia, por assim dizer.[42] E nem se compreenderia de outra forma até o fim do século XVIII. Só como poeta conseguia alguém realizar-se literariamente, e no reduzido círculo dos interessados. Não só a maioria esmagadora dos trabalhos surgidos do primeiro ao terceiro século era constituída de versos, como o verso era a forma alta, a forma nobre de traduzir o sentimento literário. A prosa era plebéia e vulgar Quando a autoridade do autor a emancipava desse plano subalterno, constituía mero veículo: servia para concretizar a crônica, a genealogia, o elogio acadêmico, a narrativa de viagem, o

trabalho político ou histórico, o discurso parlamentar, o apoucado jornalismo, tentativas mais ou menos vulgares de moralismo e de filosofia. Não chegara a ultrapassar tais níveis, e era crônica, memória, anais, recompilações. Só especial tolerância, condicionada pela própria subalternidade literária, permite arrolar tais trabalhos no campo da literatura.

O romantismo traduz, não só no campo literário, as alterações já pronunciadas de uma sociedade em que novos fatores surgiam e velhos fatores mudavam de sentido e de força. Há, para os homens cultos, de então, que pertencem à classe dominante, em maioria esmagadora, e que dão as normas e traçam os rumos, "uma zona em que a literatura confina com a política, sem que as separe uma linha muito nítida".[43] "Ao lado do nosso romantismo e inseparável dele — escreve o mesmo autor — existiu no Brasil todo um cortejo de formas e de idéias que convém pôr em relevo para a boa inteligência desse movimento, mas que não pertence, em verdade, à história da literatura. Houve uma política, uma sociedade, um clero obedientes à mesma inspiração que animou aquela escola de poetas." Razões ainda esclarecidas por Cruz Costa, quando acentua: "O romantismo corresponde, pois, a um *momento* histórico do Brasil que, na *história das suas idéias*, traduz ainda a influência francesa. Magalhães, por exemplo, que freqüenta a obra dos franceses, pretende, com isso, compensar o rompimento literário com Portugal. Os exageros, a que chegou Magalhães, são, por vezes, ridículos. O romantismo é, pois, um *momento*, e não uma *constante* da história espiritual do Brasil."[44] São observações superficiais, assim, aquelas que mostram a continuação, entre nós, de um problema romântico, de um clima romântico, pelo menos enquanto consideramos o fenômeno do ponto de vista literário, não confundindo romantismo, escola, forma de expressão literária, com sentimentalismo, com atitude diante da vida. Romantismo, como expressão substantiva, é processo ultrapassado; romantismo como posição diante do homem e de suas relações, sinônimo de idealismo, como expressão adjetiva, existirá enquanto existirem determinadas condições sociais que o motivam. Neste último sentido, e só nele, está claro que persistem, na existência brasileira, traços românticos, facilmente perceptíveis, e que denunciam a presença de restos ainda da estrutura colonial.

Algumas datas podem auxiliar e esclarecer o advento do romantismo no Brasil. No início do século XIX, surgem, realmente, os primeiros indícios de atenção para com a literatura elaborada no nosso país: Bouterwek menciona as suas manifestações na *Geschichte der portugiesischen poesie und beredsamkeit*, publicada em Goettingen, em 1805; Sismondi, em *La litérature du Midi de l'Europe*, aparecida em Paris, em 1812, quase que repete as mesmas referências; Ferdinand Denis, no *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal et du Brésil*, surgido em Paris, em 1826, já fornece indicações propiciadoras do romantismo brasileiro. Em 1825, José Bonifácio publica as suas *Poesias*, editadas em Bordeaux; em 1829, o Cônego Januário da Cunha Barbosa estabelece o balanço constante do seu *Parnaso Brasileiro;* em 1832, Domingos José Gonçalves de Magalhães publica o volume das *Poesias*, aparecido em Paris. A vida urbana, no Brasil, sofrera já as alterações que procuramos esboçar; entre elas, com repercussão no campo literário, estava a do aparecimento de uma imprensa mais estável, com órgãos de vida longa e já não apenas as efêmeras folhas políticas do primeiro e do segundo decênio do século: o *Diário do Rio de Janeiro* começa a aparecer em 1821, e o *Jornal do Comércio* em 1827.

A importância do verdadeiro manifesto contido no *Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil*, publicado no primeiro número da revista *Niterói*, em Paris, pode ter sido apenas cronológica, e mesmo o aparecimento daquela revista, de que só vieram à luz dois números ou a edição dos *Suspiros Poéticos*, em 1836, podem representar para Magalhães um papel meramente precursor. Isso não vem ao caso. O importante é que se desencadeia, então, uma série de acontecimentos que prenunciam a mudança literária e que vão balizando o seu desenvolvimento até o instante em que o romantismo se define, precisa as suas linhas, caracteriza a sua vigência. São acontecimentos como a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o aparecimento de sua *Revista*, em 1838; ano em que, aliás, tem início o trabalho teatral de Martins Pena, com o lançamento de *O Juiz de Paz da Roça*. Em 1843, começa a ser publicado o *Correio Mercantil*, jornal que teve papel importante na atividade literária da fase romântica; Paula Brito edita o romance de Teixeira e Sousa, *O Filho do Pescador;* e a *Minerva Brasiliense*, publicação literária dos românticos, aparece com a *Brasiliana*, de Manuel de Araújo Porto Alegre. Em 1844, vem a público o livro de Dutra e Melo, *O Ramalhete de Flores*, e Martins Pena apresenta mais duas comédias. *O Judas em Sábado de Aleluia* e *Os Irmãos das Almas*. Em 1845, Martins Pena lança várias peças: *Os Dous* ou *O Inglês Maquinista*, *O Noviço*, *Quem Quer Casa*, *Os Três Médicos* e *Os Namorados;* Varnhagem publica, em Lisboa, os *Épicos Brasileiros* e acontece o mais importante, com o lança-

mento do romance de Joaquim Manuel de Macedo, *A Moreninha*, que, no ano seguinte, fato pela primeira vez ocorrido no país, alcança a segunda edição, permitindo que o Doutor Macedinho apareça logo com outro romance, *O Moço Loiro*. Em 1846, Martins Pena comparece com a peça *A Barriga de Meu Tio*, e a Casa Laemmert edita os *Primeiros Cantos* de Antônio Gonçalves Dias. Em 1848, Macedo lança novo romance, *Os Dois Amores*, e Gonçalves Dias dois novos livros de versos, os *Segundos Cantos* e as *Sextilhas de Frei Antão*. Em 1849, Macedo lança *Rosa*, a terceira edição de *A Moreninha* e estréia no teatro, com a peça *O Cego*. Em 1850, Varnhagen, em Lisboa, publica o primeiro volume do *Florilégio da Poesia Brasileira*, em cuja introdução faz um balanço da nossa literatura a que é necessário recorrer até hoje. Em 1851, Gonçalves Dias edita, com Paula Brito, os *Últimos Cantos*. O ano de 1852 assinala a morte de Álvares de Azevedo, cujas *Poesias* aparecerão em livro no ano seguinte; o aparecimento do primeiro fascículo do *Jornal de Timon*, de João Francisco Lisboa; e dos primeiros capítulos das *Memórias de Um Sargento de Milícias*, que terminaria em 1853. Em 1854, aparecem as *Obras Oratórias* de Montalverne, editadas pelo Laemmert; Teixeira e Sousa lança *A Providência;* Garnier inicia a edição das *Obras Completas* de Domingos José Gonçalves de Magalhães, que só terminaria em 1865; Macedo publica a segunda edição de *O Moço Loiro;* aparecem em livro as *Memórias de Um Sargento de Milícias;* Odorico Mendes publica, em Paris, a *Eneida Brasileira;* e Varnhagen lança, com a Casa Laemmert, o primeiro volume da sua *História Geral do Brasil*. O ano anterior assistira ao aparecimento das *Trovas*, de Laurindo Rabelo, editadas na Bahia, e do romance de Macedo, *Vicentina*, além dos versos de Álvares de Azevedo. Em 1855, aparecem as *Inspirações do Claustro*, de Junqueira Freire, na Bahia; a segunda edição das *Trovas*, de Laurindo Rabelo, agora no Rio; o segundo volume das *Obras* de Álvares de Azevedo; e Macedo lançava mais dois livros, com Paula Brito, *O Forasteiro* e *A Carteira de Meu Tio*. Em 1856, Teixeira e Sousa se apresentava com outro romance, *As Fatalidades de Dois Jovens;* Gonçalves de Magalhães publicava *A Confederação dos Tamoios*, despertando críticas. Paula Brito seria o lançador de ambos. José de Alencar preferiria a tipografia do jornal *Diário do Rio de Janeiro* para publicar o seu primeiro romance: *Cinco Minutos*, lançado antes em folhetins no mesmo jornal e depois por este distribuído, em livro, como prêmio aos assinantes. Em 1857, finalmente, aparecia o poema de Joaquim Manuel de Macedo, *A Nebulosa;* a edição alemã dos *Cantos*, de Gonçalves Dias; a *Revista*

Brasileira, em sua primeira fase, que durou até 1860. Dois livros, nesse ano, marcariam mudança de rumos, entretanto, um de poesias, outro de ficção. Pois foi o ano em que apareceram *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias, e *O Guarani*, de José de Alencar. O indianismo fazia sua tempestuosa irrupção.

Assim, em pouco mais de vinte anos, de 1836, quando Magalhães lançou os *Suspiros Poéticos*, em Paris, até 1857, quando, no Rio, Alencar lançou *O Guarani*, o romantismo brasileiro se desenvolvera, alastrara os seus efeitos, criara o seu público, estruturara os seus métodos, escolhera os seus motivos e generalizara os seus processos. Estava lançado no teatro, desde as peças de Martins Pena, a que se seguiriam as de Macedo e as de Alencar. Estava lançado na poesia, senão com Magalhães e com Porto Alegre, pelo menos com Gonçalves Dias. Estava lançado na ficção, senão com Teixeira e Sousa, pelo menos com Macedo e com Alencar, sem falar em Manuel Antônio de Almeida. Estava lançado na oratória sacra, com Montalverne, sua expressão suprema, como na oratória política, com todos os que fizeram da retórica a arte predileta. Era o seu momento triunfal. Nem lhe faltavam manifestações acessórias: desde as históricas, com o providencialismo de Varnhagen, moralizante e estreito, especificado, além de tudo, nos trabalhos, memórias e monografias acolhidos pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, cenáculo dos pensadores da época, colocados sob a égide do Imperador — até as da crônica, do folhetim e do editorial político, com a imprensa virulenta e apaixonada do tempo.

O romantismo começou com a poesia e começou de fora, vindo de Paris. Domingos José Gonçalves de Magalhães assinalou o seu início, em Paris, muito mais em algumas passagens do seu ensaio sobre a literatura brasileira, em que pregou a necessidade de encontrar uma nova expressão para a manifestação literária, do que mesmo nos versos dos *Suspiros Poéticos*. Embora ligasse a mudança ao quadro político, mostrando que a autonomia impunha o abandono dos modelos portugueses, o que era uma tese evidentemente falsa, sentiu que chegara o instante de alterar a forma de expressão artística. As suas formulações, ainda que deficientes, não encontraram correspondência na execução. Seus versos traduzem a presença do classicismo e até do arcadismo. E as poucas tentativas mais ou menos felizes de abandonar os velhos processos foram postas de lado por ele, nos trabalhos posteriores. Sua importância cronológica, entretanto, não deve encontrar divergências, nem no sentido de uma antecipação para José Bonifácio, como queria Afrâ-

nıo Peixoto, sem nenhum fundamento, nem no sentido de uma transferência para Gonçalves Dias, como outros alvitram. Não cabe, aqui, o critério da qualidade, que seria decidido, sem dúvida, em favor do maranhense. Cumpre verificar que, quaisquer fossem as deficiências de Gonçalves de Magalhães, inclusive aquelas ligadas à vaidade, ao orgulho de origem, de posição e de classe, teve ele um papel, cumpriu-o à sua maneira, dentro das possibilidades da época e até as ultrapassando, no grande esforço que desenvolveu.[45]

José Veríssimo, nessa eventualidade, como em tantas outras, foi justo, quando deu a Magalhães o merecido: "Com esta intuição, senão inteligência clara do problema, que para ele e os jovens intelectuais seus patrícios se estabelecia, Magalhães colaborou em revistas com ensaios diretamente interessantes ao movimento literário e ao pensamento brasileiro, criou, com Martins Pena, o teatro nacional, iniciou, com Teixeira e Sousa, o romance, reatou com os *Tamoios* a tradição da poesia épica do *Caramuru* e do *Uruguai*, fez etnografia e história brasileiras, deu à filosofia do Brasil o seu primeiro livro que não fosse um mero compêndio, e ainda fez jornalismo político e literário, e crítica. Pela sua constância, assiduidade, dedicação às letras, que a situação social alcançada no segundo reinado, ao contrário do que foi aqui comum, nunca lhe fez abandonar, é Magalhães o primeiro em data dos nossos homens de letras, e um dos maiores pela inspiração fundamental, volume, variedade e ainda mérito da sua obra. Pode dizer-se que ele inicia, quanto é ela possível aqui, a carreira literária no Brasil, e ainda por isso é um fundador".[46] Veríssimo destaca, com razão, o apego de Magalhães às letras, a que deu o que tinha de melhor. Não era muito, mas era o possível. Dir-se-á, e é justo, que tudo fez com proteção, com o beneplácito do Imperador, com as facilidades de fidalgo. Mas é certo que poderia ter escolhido outro caminho, e preferiu o das letras.

A sociedade do tempo não oferecia condições para outro tipo de atividade literária que não aquele bafejado pelo mecenato ou ajudado por meios diversos. Magalhães sofreu, em seu trabalho nas letras, do mal da época. É interessante verificar, entretanto, dentro da moldura do tempo, o esforço de um homem de letras que funda uma revista em Paris, a *Niterói*, de que se publicam dois números, que faz da poesia a sua fascinação, que ajuda todos os empreendimentos culturais, como a *Guanabara* e a *Minerva Brasiliense*. A refratariedade do meio provoca o isolamento dessas atividades, os elementos a elas dedicados se agrupam, e tudo isso

distancia o escritor da realidade e acarreta a formação da igrejinha. Males do tempo, mais do que dos indivíduos.[47]

Foi companheiro de Gonçalves de Magalhães, na poesia e em muitas outras atividades literárias, Manuel de Araújo Porto Alegre, cujos méritos foram menores do que os do fundador do romantismo brasileiro.[48] Tendo-se iniciado na pintura, acompanhando Debret à Europa, ali se juntou a Magalhães e a Sales Torres Homem, na publicação da *Niterói*, em que lançou o poema "Voz da Natureza", destituído de mérito. Regressando ao Brasil e retomando a pintura, decidiu-se depois pelas letras, cooperando com os antigos confrades, na *Minerva Brasiliense*, em que lançou, a partir de 1843, as poesias que tomaram o título de *Brasilianas*, e no Teatro Constitucional Fluminense, depois São Pedro de Alcântara, em que, ao lado de Martins Pena, impulsionou a comédia ao gosto fácil do público, fazendo representar algumas peças de sua autoria. A poesia de Porto Alegre, em que o prosaísmo é constante, jamais alcança nível razoável, e não merece ele qualquer relevo na literatura nacional.

A fase em que Magalhães e Porto Alegre dominam o meio literário conhece ainda as glórias do púlpito sagrado, as mais antigas no Brasil. Nenhuma delas, entretanto, com o calor, a pompa, o movimento, a grandiloqüência romântica da de frei Francisco de Montalverne, respeitado como orador sacro e também como professor de Filosofia. Mais típico talvez do que representativo, Montalverne não resistiu à passagem do tempo: a leitura de seus sermões não nos dá aquela impressão que alguns depoimentos anotaram, de grandeza verbal impressionante, e o seu compêndio de Filosofia não resiste a uma análise mais atenta.[49] Na época, porém, a ascendência intelectual do frade era enorme, e o seu regresso ao púlpito atraiu muita gente. Montalverne pertencia ao passado, porém, e nada mais poderia oferecer ao movimento romântico.

Numa fase em que brilhavam na crítica, ou aquilo a que se dava o nome então, o chileno Santiago Nunes Ribeiro, que pontificava na *Minerva Brasiliense*, e o francês Emílio Adet, Dutra e Melo, chegado a Porto Alegre e a Magalhães, começou a escrever as suas observações e fez mesmo a introdução a uma das edições de *A Moreninha*. Mas foi na poesia que se distinguiu, e realmente deixou alguma que merecem leitura, particularmente o poema descritivo "Uma Manhã da Ilha dos Ferreiros" e os versos de "A Noite", que Sílvio Romero apreciava muito e que revelam uma inspiração digna de apreço.[50] João Duarte de Lisboa Serra é nome quase esquecido,[51] mas não se pode esquecer de maneira alguma, pelo muito

que merece e pelo muito que fez, o de Francisco de Paula Brito, político, jornalista, poeta, editor, mestiço de talento que deu às atividades literárias do seu tempo todo o estímulo e que teve um papel importante em quase todos os acontecimentos das letras na época.[52] Paula Brito merece uma biografia, realmente, e a fase inicial do romantismo brasileiro não poderá ser plenamente compreendida sem a apresentação desse político e tipógrafo que se tornou literato e protetor de homens de letras, acabando a vida pobre, embora não esquecido, depois de ter, no mesquinho ambiente da época, dado à atividade editorial o impulso máximo a que ela se poderia sujeitar então.

Outra figura que merece atenção é a do cônego Januário da Cunha Barbosa, orador sacro de renome, propugnador da Independência, fundador, com Gonçalves Ledo, do *Revérbero Constitucional Fluminense*, opositor de José Bonifácio, exilado político, preso em fortaleza, deputado-geral, diretor da imprensa oficial e da Biblioteca Nacional, homem de invulgar atividade, combativo, estudioso, dado às letras, poeta, teatrólogo, jornalista. Januário da Cunha Barbosa foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando regente Araújo Lima. Esta instituição surgiria sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tendo como fundadores, além de Januário da Cunha Barbosa, a Fernandes Pinheiro, depois Visconde de São Leopoldo, Cunha Matos, José Clemente Pereira, Aureliano Coutinho, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Bento da Silva Lisboa, José Silvestre Rebêlo, tendo sido seu primeiro presidente o Visconde de São Leopoldo. Organizado por homens que vinham das lutas da Independência, que haviam conhecido a fase colonial, o Instituto Histórico foi uma espécie de academia literária da época, a que se recolheram os homens de estudo, aqueles que, na erudição, encontravam, num meio apagado, uma forma compensatória. Não se desembaraçou, assim — nem mesmo no nosso tempo, quando já secular — dos traços negativos e desinteressados da erudição antiga, distanciada da realidade, laborando no vazio e no efêmero. Dos seus fundadores, Januário da Cunha Barbosa foi o que teve mais notórios méritos literários e a sua antologia, *Parnaso Brasileiro*, mostra sua preocupação com o assunto.[53]

A grande voz da poesia romântica, nessa fase, foi, sem dúvida alguma, a de Manuel Antônio Álvares de Azevedo.[54] Estudante, morto aos vinte anos, Álvares de Azevedo, pela sua inspiração e pelo seu sentimento, eleva a poesia brasileira, que vinha do verso medido e frio de Magalhães e de Porto Alegre, a alturas até então

desconhecidas. Nem o romantismo encontrou outra figura a que desse um tão primoroso acabamento, em que atingisse expressão tão viva e característica, num meio como o nosso. Na academia, desde os primeiros dias, distinguiu-se Álvares de Azevedo pelo talento excepcional, que a todos surpreendia. Ninguém como ele serviu tão nitidamente para marcar o contraste entre as manifestações românticas, trazidas nos livros franceses, e a estreiteza do ambiente brasileiro, com todas as cores coloniais presentes, apenas disfarçadas na superfície, naqueles primeiros decênios de vida autônoma, inclusive pelo funcionamento dos cursos jurídicos. E o meio estudantil, numa cidade provinciana como S. Paulo, procurava afeiçoar-se aos modelos distantes, que os poetas preferidos transmitiam e que algumas inteligências privilegiadas recebiam e divulgavam, no esforço de emprestar grandeza e colorido ao apagado burgo paulistano.

Um estudo acurado da obra de Álvares de Azevedo mostrará, muito ao contrário do que têm dito alguns, e com evidente impropriedade, que a grandeza do seu estro não proveio de uma espécie de predestinação. Estudante, o autor da *Lira dos Vinte Anos* distinguiu-se pela aplicação, não só ao curso como à poesia. Percorreu os grandes poetas de seu tempo e, quando os mencionou, em poesia, é que os havia lido e relido. Muito mais extravagante na prosa, em que deu vazão a todos os descomedimentos da escola, ungiu os seus versos de simplicidade e de calor, de inspiração direta, colocando neles aquilo que o cercava e aquilo que estimava. E nem teve os olhos fechados e surdos os ouvidos para os problemas de sua terra e de sua gente.[55] Conjugou, assim, como grande poeta que foi, a forma delicada e segura com os motivos, que acolheu em torno de si. O melhor de Álvares de Azevedo, aquilo que atravessará o tempo, está, sem dúvida, nos versos de tristeza e de prematura saudade, nos presságios da morte, em tudo o que a sua apurada sensibilidade deixou transparecer e a que emprestou, além da técnica da métrica, o calor da participação. Conhecido apenas dos companheiros de estudo, Álvares de Azevedo só teve suas poesias reunidas em livro após sua morte, quando encontraram a divulgação tão ampla quanto era possível no meio brasileiro da metade do século XIX.

Dominando a oratória sagrada e a oratória profana, o jornalismo e a literatura, o romantismo brasileiro ganhou o público principalmente pelo teatro. Nesse campo é que se exerceu a tarefa pioneira de Martins Pena.[56] Estimulado por Magalhães e Porto Alegre, Luís Carlos Martins Pena ofereceu ao povo da Corte, no

palco, a reconstituição dos seus próprios costumes, temperados pela caricatura da comédia. O gênero se antecipa, dessa forma, na conquista popular, ao drama, caminho natural do romantismo. E aqui vamos verificar a presença de uma componente romântica pouco apreciada ainda hoje, e às vezes mal compreendida, a da vulgaridade. No romantismo, realmente, coexistem a eloqüência, o exagero, a deformação, o descomedimento sentimental com o vulgar, com o quotidiano, com o costumeiro, com o simples levado aos limites do simplório. Verificamos essa vizinhança na poesia, ainda na épica, como tem sido observado. Aparece a mesma vizinhança na ficção, com Macedo e, principalmente, com Manuel Antônio de Almeida. Surge ainda no teatro, e Martins Pena, com as suas comédias, comprova o problema. Não deixa de ser romântico por isso, como romântico é o autor das *Memórias de Um Sargento de Milícias*. O comediógrafo — que não deixou de freqüentar o drama — apresenta ao público os cenários que o público compreende, conhece e distingue, facilitando o entendimento. A deformação, no caso, está na caricatura, e convém não esquecer, a tal propósito, que a caricatura é um dos elementos do romantismo. Será aqui como foi nas suas origens francesas, e representa um veículo para o entendimento vulgar, para o acesso direto, para a compreensão visual. Destina-se, assim, a incorporar novas camadas de público ao existente. O teatro de Martins Pena traduz em caricatura aquilo que a imprensa vai traduzir em traços. O preconceito de que o romantismo corresponde à tristeza — tão frisado no Brasil pela poesia dos primeiros românticos, inclusive Magalhães — contribui para a vulgarização de que o riso é incompatível com as manifestações específicas da escola. Ora, nada mais falso. Nem só o riso, e todos os recursos destinados a provocá-lo, pertencem ao romantismo como definem um dos seus aspectos específicos. O drama de lágrimas, traições e amarguras, ao contrário, é próprio do declínio romântico. No teatro de Martins Pena, que coloca os problemas do cotidiano, levados ao ridículo, deformando-os pela caricatura, o romantismo oferece um dos seus aspectos mais interessantes, em nosso país.

No desenvolvimento do romantismo brasileiro chegara o momento em que a prosa encontraria ambiente para a sua difusão, para colocar-se no nível da poesia, em termos literários. Esse momento assinala a plenitude do romantismo entre nós — o classicismo, o arcadismo estão plenamente superados. O aparecimento da prosa, e particularmente da prosa de ficção, marca o amadurecimento literário em nosso meio, e é definido muito mais pelo público do que pelos autores. Aquilo que se conhece, por convenção — e nem sempre acertada — como primeira geração romântica, e que abrange principalmente a poesia, representa a tarefa preparatória. Aquela poesia só oferecera um exemplo digno de apreço, realmente, o de Álvares de Azevedo, até então, constituindo o resto mero ensaio poético, com valor de precedência. Daqueles autores, o leitor atual aprecia apenas o moço paulista que morreu cedo e que deixou algumas poesias que merecem ser lidas em todos os tempos. É a prosa que dá a medida da consistência à contribuição romântica e ela é que assegura os laços, ainda tênues, entre os criadores e os leitores, entre o autor e o público, ela é que, dialogada no teatro, ou lida, nos romances, e mesmo nos ensaios, define a plenitude da escola e conquista o mundo dos leitores.

Se deixarmos de parte duas ou três contribuições destituídas de importância e só a rigor abrangidas pelo gênero, verificaremos que o primeiro romancista nacional foi Teixeira e Sousa.[57] Mulato pobre, ingênuo em suas manifestações, juntando como vários outros, o vulgar e o sentimental, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa teve o mérito de precedência, e quase tão somente esse mérito. *O Filho do Pescador*, romance editado pelo benemérito Paula Brito, em 1843, abre a reduzida lista da ficção brasileira dos fins da primeira metade do século XIX. É uma crônica com enredo, e enredo complicado, ao gosto da época. A obra de Teixeira e Sousa, insuficiente na técnica, prolixa e descuidada, perdeu-se no tempo. Já não interessa o leitor. Sua falsidade é transparente e sua narração aborrece. Foi expressivo, entretanto, consideradas as condições do meio e as dificuldades pessoais do autor, o esforço de Teixeira e Sousa. Seus romances, que chegam a meia dúzia, estendem-se em digressões e perdem-se em artifícios vulgares. É necessário frisar, ainda, em sua contribuição, a precedência em colocar o índio como objetivo de romance e em voltar-se para os ambientes rurais, inaugurando o sertanismo, com que a literatura regional teve seu início entre nós.

É com Joaquim Manuel de Macedo que encontramos o romance urbano. E é com ele que a ficção conquista os leitores do tempo.[58] Em Macedo, o que aparece é a rua, a casa, o namoro, o casamento, o escravo doméstico, a moça casadoira, o estudante, o homem de comércio, a matrona, a tia, o médico, o político, a pequena humanidade que vive na Corte, que se agita em seus salões, que freqüenta o teatro, que se agrupa nas "repúblicas", que povoa as lojas, que lê os jornais e que discute os acontecimentos do dia. São romances do trivial, compostos com uma graça sem sutilezas,

com um excesso de acomodações, com a presença fiscalizadora e condutora do autor em todos os instantes, com uma intenção apriorística, dentro de critérios morais fixos, rigorosamente padronizados, com o triunfo do bem e arremates bem arrumados, ficção comedida, vulgar, feita de pequenos fatos e de pequenas criaturas, sem tipos, sem relevos, sem asperezas, montada em relações cerimoniosas, obediente às pautas comuns, fiel à realidade, nas minúcias, e descambando para o inverossímil no conjunto, pleno dos artifícios da carpintaria e do bastidor romântico — romance que, sob muitos sentidos, espelha o seu público, submete-se ao seu gosto e respeita as suas convenções. Macedo teve a habilidade de movimentar-se com desembaraço nos escolhos de um oceano de convencionalismos, conseguindo, apesar de tudo, fazer um público que, como já foi dito, compunha-se principalmente de mulheres e de estudantes, daquelas criaturas que, a certa altura da existência, têm um grande problema a resolver, o do amor conveniente, solucionando esse problema com o máximo de rigor e o mínimo de concessões ao extravagante e ao excepcional. Desse ponto de vista, refletiu os sentimentos e também a trivialidade da vida social dos meados do século, foi o seu narrador miúdo, o seu cronista, sempre eqüidistante de qualquer perigo, fugindo às fascinações extremas, rigorosamente autopoliciado. Despojado dos elementos, e foram muitos, que constituem a sua presença nos romances, a sua ficção espelha o meio.

Verifica-se nela a mencionada coexistência entre o descomedimento romântico e a vulgaridade romântica, e verifica-se em formas típicas, tal como ocorrera no teatro de Martins Pena, e pelos mesmos motivos. Muito mais em Macedo, entretanto, que não tinha malícia alguma e, portanto, não permitiria a caricatura ou qualquer deformação semelhante. Não — a sua fidelidade pacífica e vulgar ao ambiente coexiste, sem nenhum prejuízo, com a extravagância constante de suas intervenções, com o desembaraço com que torna bons os maus e resolve qualquer problema, ainda o mais complexo. Nisso, não tem meias medidas. Macedo reflete, também, e muito por ter posto em cenário urbano a sua ficção, o que era a classe média que, na segunda metade do século XIX, começa a ter uma presença crescente. Não figura a fidalguia, os elementos das profissões liberais. Claro está que os seus estudantes são rapazes abonados, que têm os pais nas fazendas e nos engenhos, mas os pais não aparecem.

Macedo cultivou a poesia e o teatro, mas foi o romance que o consagrou, e que ele também consagrou, pois foram as suas histórias misturadas de vulgaridade de sentimentalismo descomedido, transmitidas em linguagem quase coloquial, que permitiram a conquista do público. Foi um pioneiro, um abridor de caminhos, sem muitas preocupações, sem demasias de orgulho, sem rigores literários, cultivando leitores fáceis, acomodando-se ao gosto deles, servindo-os da melhor maneira. E se fez importante no romance por tudo isso, que não soube influir em seu teatro e em sua poesia e passaram estes gêneros, em suas mãos, a plano inferior.

Enobrecida pela divulgação do romance, a prosa brasileira estava em condições de circular nos gêneros nobres, a crônica e a história, e mesmo a crítica, dentro das possibilidades do tempo. Muitos foram os temas tratados, e muitos os caminhos escolhidos, mas a história constituiu uma espécie de vala comum a que a maioria se atirou. José Inácio de Abreu e Lima,[59] figura singular que aguarda interpretação, o homem que escreveu livros como a *Cartilha do Povo* e *O Socialismo*, verdadeiramente surpreendentes no ambiente do tempo, sofreu da campanha organizada no Instituto Histórico, já sob comando de Varnhagen, contra a sua maneira de reconstituir o passado. José Joaquim Machado de Oliveira,[60] Francisco Muniz Tavares[61] e João Manuel Pereira da Silva[62] fizeram história, crônica e memórias. Cipriano José Barata de Almeida,[63] Justiniano José da Rocha[64] e Manuel Ferreira de Araújo Guimarães[65] fizeram jornalismo. A história literária e o esboço de crítica já surgira com o ensaio de Gonçalves de Magalhães, prosseguindo com o trabalho de Abreu e Lima, mas é com Francisco Adolfo de Varnhagen[66], na introdução ao *Florilégio da Poesia Brasileira*, que dá o passo mais firme. O sorocabano apreciava as letras e foi tratando-as que se iniciou junto ao público: os *Épicos Brasileiros* são uma simples antologia, mas no *Florilégio* Varnhagen analisa e dispõe o desenvolvimento literário ao longo do tempo, emitindo alguns juízos que merecem atenção. De qualquer forma, não deve ser esquecido o seu esforço nesse terreno. E tem sido esquecido porque, tendo mudado de rumo logo em seguida, Varnhagen dedicou-se afincadamente à história e nela é que firmou a sua reputação. Com ele, realmente, vamos nos emancipando da monotonia da crônica ou das narrativas de viagens ou das memórias descritivas. Varnhagen é, além de tudo, um pesquisador, trabalhando nos arquivos e determinando esclarecimentos interessantes em torno de pontos e trechos obscuros do passado colonial. Com o lançamento do primeiro volume de sua *História Geral do Brasil* aparece como o renovador da história nacional.

Mas, ainda nesse terreno, o seu papel é muito mais o de um precursor — precursor rigoroso, monumental, prolixo, apaixonado, operoso, mas apenas antecedendo o trabalho de outros. Os livros que deixou, os que descobriu e entregou ao conhecimento geral, as pesquisas que realizou, fizeram dele, principalmente pela extensa narrativa da época colonial, uma figura destacada, cujo lugar é indisputável. Abeberando-se nela, ou utilizando-a como roteiro, os que vieram depois só fizeram valorizá-la e engrandecer o papel do sorocabano. Mas a verdade é que essa longa crônica, essa acumulação de materiais os mais diversos, não revelam argúcia mas esforço, não denunciam um pensamento crítico, mas uma energia plana e uniforme. Não traduzem simpatia pelo formidável esforço da gente brasileira, em três séculos da vida americana, construindo, sob as maiores dificuldades, um país; não denunciam calor patriótico e afinidade de sentimentos; não traduzem uma posição revisionista, na fase em que o Brasil se tornava independente. O esforço de Varnhagen deve ser reconhecido, e ele cresce em importância quando consideramos os obstáculos que encontrou, como todos os pioneiros. Mas as suas conclusões devem ser discutidas, seus textos submetidos à crítica — não a crítica capistrânea dos detalhes, mas aquela que relaciona os acontecimentos e mostra suas profundas razões.[67] Na época da autonomia, quando se buscava, por todos os meios, ainda os artificiais, valorizar o brasileiro, Varnhagen permanece lidimamente português e nem sequer o indianismo, que traduz a afirmação diferenciadora, o atrai. Varnhagen não compreende o novo movimento e, contraditoriamente, pretende a inclusão do tupi nas escolas primárias e recusa o romantismo indianista. Seu método histórico, simplesmente expositivo, enquadra-se na escola romântica e a sua erudição, seca, personalista e orgulhosa, distancia-o da nossa gente.[68]

Muito mais compreensivo, muito mais agudo em suas observações, muito mais esclarecido na análise do passado brasileiro, foi João Francisco Lisboa.[69] Sua refratariedade ao indianismo, que parece colocá-lo no mesmo pé de Varnhagen, provém de outros motivos, e está ancorada justamente no entendimento da transparente falsidade da valorização do indígena.[70] Demais, João Francisco Lisboa é um escritor, claro, preciso, fluente, o que Varnhagen não chegou a ser jamais. No maranhense não ocorreu, em seu desfavor, o fato de ter pesquisado os arquivos, realizando descobertas, e o fato de ter deixado uma obra una, extensa, como a *História Geral* de Porto Seguro. A isso tão-somente, e à ausência de uma rigorosa historiografia brasileira se deve a subalternidade imerecida em que

permanece o seu nome. Pesquisador, assim que existiu oportunidade, Lisboa o foi, por tempo escasso porque na fase final de sua existência; e o *Jornal de Timon*, sem unidade de assunto e sem ordenação cronológica embora, representa um dos maiores monumentos de erudição histórica, sempre temperada de crítica e de participação.

E existe em Lisboa, ao longo de toda a sua vida e em cada uma de suas páginas, a compreensão do nosso passado, a visão esclarecida, a simpatia pelo que fizeram muitos daqueles a que a história do tempo não concedeu guarida ou cumulou de injustiças. Se os seus pontos de vista merecem revisão, em vários trechos e temas, não podem ser acusados de manifesta parcialidade, de intenção deformadora. Lisboa reabilita muitas figuras e ilumina muitos dos episódios mais controversos da história brasileira e em particular da história de sua província. Sabe fazê-lo, abandonando a crônica pura, deixando de parte os critérios cronológicos, a reconstituição continuada, e exercendo a crítica, por vezes irônica, dos costumes. Político, jornalista, manteve-se fiel aos ideais do liberalismo e chegou a ser cáustico em muitas de suas manifestações contra os dominadores adversários. Existiu em Lisboa um entendimento, uma afinidade com a nossa gente, um senso de proporções que denunciam a sua indiscutível superioridade sobre Varnhagen. Os trechos em que se ocupou de literatura, e a biografia de Odorico Mendes, além daquela sobre Vieira, indicam a presença de uma cultura fundamentada, esclarecida, o melhor que o tempo podia proporcionar. Equilibrado na sua prosa, afeito à lição dos clássicos, refugando a liberdade e a licença da época, João Francisco Lisboa é uma das grandes figuras do romantismo nacional. Precisa ser lido, estudado, apreciado na medida de seus méritos, ainda esquecidos e diminuídos.

Em 1852 e 1853, num folhetim do *Correio Mercantil*, intitulado "Pacotilha", começaram e terminaram de aparecer os capítulos de um dos romances mais divulgados e menos compreendidos da nossa literatura, as *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida.[71] O traço singular dêsse aparecimento foi o sucesso que alcançou, dentro dos limites da época, entre os leitores comuns, e o absoluto desapreço com que foi recebido pelos escritores. Manuel Antônio de Almeida não foi considerado, em vida, digno de enfileirar-se entre os letrados. Sua tarefa de folhetinista, complementada por umas poucas traduções, ficou relegada a plano secundário, colocada fora da literatura. O público voltava-se todo para os romances de Macedo. Estávamos, quando

as *Memórias* apareceram em livro, às vésperas da irrupção do Indianismo. Manuel Antônio faleceu na fase em que os romances de Alencar disputavam com os de Macedo as preferências dos leitores ou as repartiam — e permaneceu esquecido por muitos e muitos anos. Quando foi redescoberto, provocou explicações as mais estranhas, permanecendo a incompreensão, embora fosse agora reconhecido em sua importância. Indicado como "realista" e até como "precursor do Modernismo", Manuel Antônio ficou à margem do romantismo, na classificação costumeira — como se fosse possível, no início da segunda metade do século XIX, ser alguém realista ou modernista no Brasil. Os menos afoitos, penduraram as *Memórias* em lugar marginal, temendo enfrentar a classificação anterior. Não houve o mínimo de entendimento que mostrasse como a trivialidade de Manuel Antônio era também romantismo, e dos mais caracterizados. Outro elemento de perturbação foi o traço histórico que prendia os acontecimentos e os quadros de costumes a uma fase anterior à vida do romancista: "Era no tempo do rei".

Mencionamos já a particularidade de coexistência, no romantismo brasileiro, como, de resto, no de outros países e idiomas, do grandiloqüente e do trivial — como mencionamos a presença do riso e, em particular, da deformação caricatural. Nem foi a escola, aqui e fora daqui, imune à linguagem comum, vulgar, aproximando-se do coloquial. Era apenas uma deformação a mais, uma vez que existe, em arte literária, uma incompatibilidade profunda entre a linguagem coloquial e a do escritor, quando no exercício do seu mister. O esforço em busca do coloquial, de que se aproximam, por parte dos românticos, pois — estreitamente ligado à difusão do folhetim, que é um dos instrumentos por excelência de que se utiliza a nova escola para incorporar grandes grupos de leitores às suas criações — não significa, de forma alguma, distanciamento dos rigores românticos, a que atendem, transparentemente, em outros aspectos, embora disfarçando-os neste.

Não deve escapar à atenção dos estudiosos a coincidência de terem sido romancistas urbanos os iniciadores brasileiros da ficção romântica. É uma particularidade interessante, quando considerarmos que a nova escola se iniciara, nos países de origem, com a ficção dos exilados, com os exageros do exótico e do pitoresco, e se avolumara com os idílios rurais e com os quadros do campo. No Brasil — deixando de parte as contribuições pioneiras de Texeira e Sousa, que não encontraram larga divulgação e cujo teor literário é muito fraco — as coisas acontecem de modo diverso: os ficcionistas valorizam o ambiente urbano. E não deixam de ser românticos por isso. A que devemos tal singularidade? Em primeiro lugar é conveniente mostrar que isso representa um detalhe — não caracteriza o quadro. Em segundo lugar, é indispensável verificar como o romantismo brasileiro, ao contrário do europeu, desenvolvia-se numa estrutura social em que todos os elementos a que atendia, todo o seu público, estava concentrado no ambiente urbano. Frisamos já que uma parte numerosa desse público era representada pelo estudante e pela mulher e voltava-se para a leitura, dentro das estreitas possibilidades do tempo, mercê dos largos lazeres próprios do quadro urbano de uma sociedade escravocrata, quando todos os encargos recaíam sobre o negro. No ambiente rural não havia estudantes e as mulheres tinham ocupações domésticas que as absorviam, ainda na fase de solteiras, quando o grande problema era o da preparação para o casamento. Só existia, em nosso país, para a mulher, a profissão de esposa, e ela representava o veículo de transmissão da propriedade. Assistimos, assim, ao aparecimento do romance urbano, atendendo a um público quase totalmente urbano, e afeiçoando-se ao gosto e até aos problemas da gente urbana. O que diferencia Manuel Antônio, por isso mesmo, é coisa muito outra.

O que diferencia é a ausência de intenção. Ao escrever os capítulos das *Memórias*, Manuel Antônio de Almeida não tem nenhuma pretensão literária e, portanto, não se julga obrigado a submeter o seu processo de criação às regras literárias. E isso foi, provavelmente, o que o salvou. Julgando-se dispensado da ênfase, dirigindo-se a um público, o de jornal, que não possuía nível capaz de aceitar a criação literária normal, obediente às regras, despojou-se de todo o artifício, procurou aproximar-se da linguagem coloquial, usou e abusou da caricatura, provocou o riso, esforçou-se por apresentar figuras de rua, pintou o quadro de costumes e, para disfarçar, frisou que a época não era a dos leitores, mas aquela do rei. Nem mudara tanto o quadro dos costumes, nem era grande o intervalo de tempo entre as duas épocas, e nem o autor colhera as observações nos livros, mas na tradição oral. A vida de rua, os tipos de rua, as figuras comuns e populares que percorrem as páginas das *Memórias*, não eram muito diferentes, em 1810 e em 1850, em 1808 e em 1852, salvo uma que outra, tirada ao vivo, como o Vidigal. A antecipação histórica, aliás, poderia ter sido uma saída natural e intencional do autor, para fazer crítica — e há muita crítica transparente nas páginas do livro — e não chocar os criticados. A figura dos meirinhos, por exemplo, existia ainda, e tinha aliás uma longa tradição. Na intenção de divertir — que não teve outra — Manuel Antônio evitou tudo o que se aproximasse do ataque di-

reto, da crítica frontal, da reconstituição imediata. Mas soube fazer tudo isso conservando-se fiel ao quadro dos costumes. Procurou mostrar o povo cómo o povo era, e continuava a ser. Nisso, não fugiu a nenhum dos imperativos do romantismo, a menos que se convencione para a ficção romântica um modelo rígido, de que esteve ela muito distante, variando suficientemente as suas manifestações, exteriorizando de formas diversas os seus aspectos, para enriquecer-se com isso e difundir-se melhor. Manuel Antônio conseguiu o que pretendia, divertir. Não quis outra coisa — e daí, talvez, o desleixo de sua linguagem, lado fraco que tem sido indicado com freqüência. Uma literatura que incorpora o romance de Macedo, cujo teor literário é evidentemente fraquíssimo, não se tem o direito, entretanto, de negar ingresso ao autor das *Memórias*. Têm estas, a rigor, muito mais substância literária do que as obras do romancista fluminense. Com Manuel Antônio de Almeida, a ficção brasileira avança uma etapa importante, no romantismo, e conquista um público a que dificilmente chegaria por outro caminho.[72]

Abre-se ao romantismo brasileiro, agora, a perspectiva, fascinante no momento, do indianismo. Seus fundamentos históricos e sociais estavam lançados. Elaboravam-se os estéticos. De assunto, o índio ia tornar-se herói. Apesar do impulso que recebeu, desde logo, o indianismo não mereceu aplauso e adesão de todos os escritores do tempo. Varnhagen, João Francisco Lisboa, por exemplo, impugnaram-no. Foram vencidos, porém.[73] O indianismo encontraria receptividade enorme no mundo dos leitores. Atendia os anseios de afirmação, que a Independência, ainda recente, vinha impor e estimular. Houve aí uma confusão natural: existia no povo a vontade de afirmar a autonomia mas não o tocava o caminho do indianismo. Este seria, assim, a expressão que a autonomia apresentava para uma classe, a dos senhores de terras e de escravos, a que se juntava a fraca burguesia existente, na sua tendência em afeiçoar-se aos padrões da classe dominante.[74]

NOTAS AO CAPÍTULO 2

1 "No Brasil, como observa Luís Couty, não existe *povo* no sentido político da expressão. [...] Durante o período imperial tínhamos, ainda mais do que hoje, uma estrutura social muito simplificada; de maneira que a vida política não se distribuía por vários centros de atividade, não se dispartia por várias classes ou grupos profissionais; concentrava-se quase toda numa classe única, que era a grande aristocracia territorial. Esta preponderância tão absorvente da grande aristocracia da terra fazia com que nem a classe média rural, nem a plebe dos campos tivesse, ou pudesse ter opinião." (Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*, S. Paulo, s. d., pág. 131.)

2 Ciro T. Pádua, "Contribuições Para o Estudo das Classes Sociais no Brasil", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 6, S. Paulo, 1945.

3 A resistência aos golpes em favor da libertação dos escravos denunciava-se constantemente: "Na história da escravidão ver-se-á que os júris de senhores, primeiro condenavam sistematicamente os escravos depois conluiavam-se para absolvê-los, em uns casos para não ser lesada a propriedade, em outros para eles serem castigados exemplarmente perante os outros escravos." (Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 2.ª edição, S. Paulo, t. I, pág. 182.) Quando foi apresentada a reforma eleitoral conhecida como Lei dos Círculos, em 1855, a resistência dos senhores foi assinalada: "Os deputados e senadores, dizia a comissão do senado, não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitas por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local serão os escolhidos." (Idem, t. I, pág. 132.) O mesmo ocorreu quando Eusébio de Queirós conseguiu a lei que suspendeu oficialmente o tráfico negreiro: "Eusébio desfechara o seu tremendo golpe contra o comércio de africanos. Em março daquele ano, o cônsul inglês no Rio de Janeiro envia a Lord Palmerston uma extensa lista dos indivíduos que, na capital, negociavam com a costa da África; os principais deles eram Bernardino de Sá e Manuel Pinto da Fonseca. A influência desse alto comércio africanista era preponderante, as fazendas estavam-lhe hipotecadas e iam caindo de dia a dia em seu poder. A antiga classe dos proprietários territoriais mudava, assim, rapidamente de constituição e de caráter, ao passo que a força do africanismo duplicava por essa solidariedade da agricultura devedora no interior com o comércio credor da capital." (Idem, t. I, pág. 165.)

4 Joaquim Nabuco, *op. cit.*, t. I, pág. 188.

5 Cit. de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, ed. cit., t. II, pág. 670.

6 Idem, pág. 661.

7 Idem, pág. 665

8 Idem, *Sobrados e Mucambos*, ed. cit., t. I, pág. 217. Gilberto Freyre estuda alguns aspectos exteriores do ensino na sociedade a que aprecia chamar de patriarcal. O da solenidade, por exemplo: "Até os princípios do século XX os estudantes de Direito em S. Paulo e em Olinda, os de Medicina no Rio e na Bahia, os médicos, os advogados, os professores, só achavam jeito de andar de cartola e sobrecasaca preta. Um ou outro chapéu-do-chile mais afoito branquejou no meio desse prêto ortodoxo de cartolas. A transigência dos doutores e dos fidalgos com o clima tropical foi se fazendo de baixo para cima: pelas calças brancas. Desde meados do século XIX que começaram a usá-las na Bahia e no Recife os armazenários de açúcar ou de café, os altos funcionários públicos, ou médicos, advogados, professores". (*Casa-Grande & Senzala*, ed. cit., t. II, pág 668.) Para arrimar-se num observador dos

princípios do século XIX: "Luccock, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, observou a falta de alegria nos meninos e de vivacidade nos rapazes. A educação da criança pareceu-lhe reduzir-se a esta função, melancólica: destruir nos pequenos toda a espontaneidade. Em casa até os cinco anos, notou que os meninos de família andavam nus do mesmo modo que os moleques; mais tarde é que vinham as roupas pesadas e solenes distinguir os filhos-família dos molecotes da senzala. Roupas de homem". (Idem, pág. 660.) Gilberto Freyre colheu algumas informações sobre os compêndios adotados no tempo: "Recomendamos alguns ao leitor mais pachorrento: *Compêndio de Aritmética*, por Cândido Batista de Oliveira, Rio de Janeiro, 1832; *Educador da Mocidade*, por Alexandre J. Melo Morais, Bahia, 1852; *Guia de Leitura e Máximas Gerais de Conduta*, por Antônio Alves Branco Moniz Barreto, Rio de Janeiro, 1854; *Lições Elementares de Aritmética*, por "Um Brasileiro", Rio de Janeiro, 1852. Quanto aos séculos XVI e XVII, Alcântara Machado encontrou em testamento paulista referências aos seguintes trabalhos didáticos: *Epitome Historial*, *Floro Histórico*, *Prosódia*, *Tratado Prático de Aritmética*, *Cartilha Pastoral*, *Repertório*, *Segredos da Natureza*". (Idem, pág. 744).

9 "Outra evidência de que o sistema patriarcal no Brasil teve suas constantes transregionais como o hábito de estudarem os filhos das grandes famílias patriarcais, das várias regiões em escolas onde confraternizavam; e onde o seu pensamento e o seu comportamento de algum modo se unificavam. Coimbra, Montpellier, Olinda, São Paulo, o Rio de Janeiro, a Bahia foram esses centros principais de unificação de pensamento e de comportamento de moços que, em alguns casos, voltaram aos remotos domínios paternos, constituindo-se em fazendeiros ou senhores de engenho de um novo tipo: os fazendeiros-doutores. Os senhores de engenho-bacharéis". (Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, ed. cit., t. I, pág. 77).

10 GILBERTO FREYRE, em cuja obra os problemas de raça se confundem habitualmente com os problemas de classe, mencionou a ascensão dos mulatos através do saber em vários trechos de suas obras: "A ascensão de elementos dos sobrados e, até, das casas térreas ou dos casebres aos casarões dos grandes proprietários de terras, seria mais freqüente no século XIX, com o maior prestígio das cidades; com o prestígio de um elemento novo e brilhante — os bacharéis e médicos, alguns filhos de mecânicos ou de mascates com negras ou mulatas; com a maior dependência dos senhores rurais de seus correspondentes e comissários de escravos, de açúcar e de café. Dependência que só veio a enfraquecer-se com o desenvolvimento das comunicações por estrada de ferro, já quase no fim da era imperial. Mas para acentuar-se outra: a da lavoura com relação aos bancos — ainda mais desprestigiadores da gente rural endividada ou necessitada de adiantamentos". (*Op. cit.*, pág. 125). Este autor verificou mesmo possibilidades de revolta nos elementos miscigenados que ascenderam pelo saber: "À importação de escravos do Norte

pelo Sul correspondeu a importação, pela mesma região, magnificamente próspera, de bacharéis baianos, pernambucanos, maranhenses, cearenses, alagoanos, paraibanos, alguns dos quais, filhos de velhas famílias empobrecidas ou apenas moços pobres e nem sempre louros de extraordinário talento. Talento que às vezes atenuava a origem humilde e até a cor escura dos portadores de títulos acadêmicos. E ambas as importações — a de massa e a de elite — levaram do Norte para o Sul rebelados contra a ordem dominante com os quais transferiram-se também de uma região para a outra velhas insatisfações contra o Governo e contra a Igreja — ou pelo menos, contra os Bispos ou contra os Padres; e contra a Grande Propriedade". (Idem, pág. 102.) Em outra passagem: "Admitia assim o diário conservador, sob a forma um tanto simplista de 'medidas policiais', a intervenção do Estado na vida econômica. Intervenção reclamada pelos socialistas de formação francesa como Figueiredo e pelos quase-socialistas como Feitosa — ambos, aliás, homens de cor aristocratizados em líderes intelectuais pela inteligência e pelo saber. Continuadores, ambos, dos homens de cor afrancesados da conspiração baiana de 1798 e não apenas dos insurretos negros e pardos do Recife de 1823, para quem o inimigo estava no 'caiado' e a inspiração no 'Rei Cristóvão' de Haiti". (Idem, pág. 198.) E acaba Freyre por indicar mesmo exemplos: "Em 1834, o Dr. Henrique Félix de Dacia, não sabemos se negro ou mulato, mas 'Bacharel e advogado público' muito orgulhoso de seu título e até de sua cor, aparece n'*O Censor Brasileiro*, insurgindo-se contra o preconceito de se reservarem 'as ciências e os cargos para os brancos': 'querem que um pobre homem de cor não passe de um simples artista'; 'querem antes dar-lhe uma esmola do que franquear-lhe aquelas condecorações, e lucros, que por direito lhe pertencem: eu não tenho descansado, hei de ser sempre vítima desses soberbos, porém, jamais serei humilde com eles'." (Idem, págs. 14 e 15.) Já na página seguinte, o conflito parece suavizado para o intérprete da "sociedade patriarcal": "Essas distâncias sociais, se por um lado diminuíram com o declínio do patriarcado rural no Brasil através do século XIX, e com o desenvolvimento das cidades e das indústrias, por outro lado se acentuaram — entre certos subgrupos pelo menos — com as condições de vida industrial desenvolvidas no país, outrora quase exclusivamente agrícola; com os maiores e mais freqüentes atritos entre os homens, que a Revolução Industrial excitou em nosso meio. A casa patriarcal perdeu, nas cidades e nos sítios, muitas das suas qualidades antigas: os senhores dos sobrados e os negros libertos, ou fugidos, moradores dos mocambos, foram se tornando extremos antagônicos, bem diversas as relações entre eles, das que haviam se desenvolvido, entre senhores das casas-grandes e negros de senzala, sob o longo patriarcado rural. Entre esses duros antagonismos é que agiu sempre de maneira poderosa, no sentido de amolecê-los, o elemento socialmente mais plástico e em certo sentido mais dinâmico, da nossa formação: o mulato.

Principalmente o mulato valorizado pela cultura intelectual ou técnica". (Idem, págs. 16 e 17).

A sociedade do tempo, entretanto, foi vista de maneira mais exata por um outro intérprete: "A influência da família Cavalcanti não é um fato de 1835, mas de tempos remotos; essa influência não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas; é a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga, rica, e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas: na primeira legislatura de 1826, cinco membros dessa família foram eleitos deputados; na segunda e terceira legislaturas, seis Cavalcantis obtiveram essa honra popular; essas eleições foram anteriores à presidência do Sr. Barão de Suassuna... Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuravam como capitães-mores, tenentes-coronéis, coronéis e oficiais de ordenança e de milícia e em todos os cargos da governança; os engenhos, que a maior parte deles tem, foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores, e não adquiridos depois da revolução; enumerai os engenhos da província e vos damos fiança de que um terço deles pertence aos Cavalcantis..." (Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 2.ª edição, S. Paulo, 1936, t. I, pág. 28.) Quem escreveu tais linhas foi o pai de Nabuco, em defesa da família a que se ligaria por casamento. Mas não se pense que isso ocorria apenas no Norte canavieiro. Há um exemplo relativo ao Sul dos cafezais, nas páginas do mesmo livro: "O que estava por trás do *Brasil* era o chamado 'movimento de Vassouras', onde tinha sua sede a opulenta família Teixeira Leite; tomara as proporções de um acontecimento a representação de alguns fazendeiros vassourenses contra o projeto de lei que tirava às pequenas localidades o seu embrião de júri, e a esse veto da grande propriedade fluminense foi sacrificada a reforma no Senado". (Idem, t. I, pág. 150.) Ante tais contrastes, pouco interessava a suavização das relações, mencionada por Gilberto Freyre.

11 É o mesmo intérprete da sociedade brasileira quem aprecia a reação contra a posição da mulher evidenciada nos raptos: "Sellin assinalou o grande número de moças raptadas dos sobrados e das casas-grandes, na segunda metade do século XIX. Eram moças a quem os pais não consentiam, ou por questão de sangue, ou de situação social, o casamento com homens de sua predileção sexual ou sentimental. Elas, porém, já não se sujeitando, com a doçura de outrora, à escolha de marido pela família, fugiam romanticamente com os namorados, que nem as moças das novelas; e muitas vezes com homens de situação inferior à sua e até de cor escura, sendo elas alvas, louras ou de um moreno claro ou pálido". Para frisar: "Esses raptos marcam, de maneira dramática, o declínio da família patriarcal no Brasil e o começo da instável e romântica. Patriarcas arrogantes ficaram reduzidos quase a reis Lear. A ascensão do mulato e do bacharel — de que adiante nos ocuparemos — acentuou-se através desses raptos; mas também a ascensão da mulher. Seu direito de amar, independente de considerações de classe

e de raça, de família e de sangue. Sua coragem de desobedecer ao pai e à família para atender aos desejos do sexo ou do 'coração' ou do 'querer bem'." (Gilberto Freyre, *op. cit.*, t. I, pág. 312). Note-se que o tema do rapto é um dos mais repetidos na literatura romântica.

12 "Da falta de feminilidade de processos — na política, na literatura, no ensino, na assistência social, noutras zonas de atividade — ressentiu-se a vida brasileira, através do esplendor e principalmente do declínio do sistema patriarcal. Só muito aos poucos é que foi saindo da pura intimidade doméstica um tipo de mulher mais instruída — um pouco de literatura, de piano, de canto, de francês, uns salpicos de ciência — para substituir a mãe ignorante e quase sem outra repercussão sobre os filhos que a sentimental, da época de patriarcalismo ortodoxo". (Gilberto Freyre, *op. cit.*, t. I, pág. 278).

13 "A verdade é que esse começo de brilho da inteligência feminina nos salões patriarcais do Brasil data do Primeiro Reinado e até da época colonial: é o que indica o depoimento de Maria Graham, que até uma 'bas bleue' conheceu no Rio de Janeiro. Mas não nos iludamos com a participação da mulher na vida intelectual do Primeiro Reinado e mesmo do Segundo: o que houve foi uma ou outra flor de estufa". (Gilberto Freyre, idem, pág. 86). Sem dúvida, mesmo porque a participação da mulher foi na qualidade de componente do público, em que exerceu um grande papel, não na qualidade de criadora, para o que não existiam ainda as condições no meio da época. De que ela teve aquele papel e que deu o colorido ao quadro romântico, o próprio Gilberto Freyre fornece comprovantes: "Em torno dessas figuras de poetas e romancistas pálidos, nazarenos, olhos grandes e sofredores; em torno desses poetas e romancistas cujos versos de amor os estudantes e as moças recitavam ao som da Dalila, naquelas salas escuras do tempo do Império, com sofás de jacarandá e espelhos de Nuremberg, as velas ardendo dentro das grandes mangas de vidro, fez-se uma idealização doentia da mocidade doente. Castro Alves, pela saúde, pela firmeza da voz mais de orador que de poeta, seria uma exceção; mas também morreu moço. Contribuiu para aquela idealização mórbida da mocidade incapaz de tornar-se maturidade". (Idem, pág. 239). Passando ao aspecto, evidentemente superficial, mas característico do romantismo, dos escritores que morriam cedo: "Alguns morreram aos vinte e um, aos vinte e dois anos: um deles o acadêmico de Direito de São Paulo, Manuel Antônio Álvares de Azevedo, doce poeta que seria por tanto tempo o ídolo dos estudantes, o São Luís Gonzaga das devoções literárias do adolescente brasileiro. O poeta Casimiro de Abreu, morrendo tuberculoso aos vinte e três, ficou outro ídolo: das moças sentimentais. Junqueira Freire, esse finou-se do coração aos vinte e dois anos: e foi mais um santo literário a ser adorado pelos estudantes e pelas moças. Aureliano Lessa, morrendo aos trinta e três anos, e Laurindo Rabelo, aos trinta e oito, aumentaram o número dos santos de vinte e de trinta anos da nossa literatura sentimental e até mórbida do tempo do Império". (Idem,

págs. 238 e 239). Vale, nos trechos citados, a menção ao público do tempo, que era justamente esse, o dos estudantes, o da mulher.

Aspectos todos esses da vida literária e da literatura romântica, o do rapto, e dos amores fora da regra, o da paixão e o da morte, que mereceriam repulsa de autoridades institucionais ou não. Se, em 1843, o já citado padre Lopes Gama prevenia os espíritos contra os que se educavam fora do país, afirmando, "Por intermédio desses viajeiros e desses doutoraços é que as doutrinas ímpias dos filosofantes da França pouco a pouco se foram importando no Brasil" — já em 1885, uma escritora, Ana Ribeiro de Góis Bettencourt, colaboradora do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro,* publicado na Bahia, advertia, a propósito dos novos costumes que eram introduzidos pela literatura romântica, "certas cenas um pouco desnudadas", "perfis de mulheres altivas e caprichosas", alguns pretendendo mesmo que "a união dos sexos promovida somente pelo amor seja tão santa e pura como a que a religião e a sociedade consagra". (*Apud* Gilberto Freyre, *op. cit.*, t. I, págs. 317 e 318).

14 "A Rua do Ouvidor renova-se, engalana-se, resplandece. Havia, naquele ano (1850), 23 casas de modistas, quatro de floristas, 77 de ourives, 33 de relojoeiros, 66 de sapateiros, 25 de tipógrafos, oito de retratistas, 24 de fabricantes de carruagens... a aparelhagem de uma cidade grande, de hábitos complicados e nobres". (Pedro Calmon, *História Social do Brasil,* t. I, *Espírito da Sociedade Imperial,* ed. cit., pág. 255). Calmon esclarece, em seguida: "Circulam profusos jornais: o *do Comércio,* o *Correio Mercantil,* o *Diário do Rio de Janeiro,* com correspondentes na Europa, no Rio da Prata e nas províncias; dez outros de menor formato. Na década de 70, ganham a popularidade, o vulto, a importância, da imprensa moderna. Sai em 1875, na Bahia, o primeiro vespertino: o *Diário da Bahia.* Proliferam os grêmios de diversões e arte, o Casino Fluminense, de todos o mais aristocrático, a Sociedade de Recreação Campestre, o Fil'Orfeônico Dramático..." (Idem, pág. 256).

15 Estudando o romance de Macedo, num ensaio de singular penetração, Antônio Cândido aprecia devidamente o problema: "No entanto debaixo de sua amena superficialidade sedimentam-se os frutos de uma observação de tal modo honesta, que a aparência familiar e otimista se crispa às vezes para o leitor atento numa contração de dureza analítica. É o caso, por exemplo, de certos romances que patenteiam com felicidade o sistema básico das relações sociais na sociedade burguesa do tempo, como *Rosa.* Se neles tudo gira em torno do amor, não é apenas porque isto era requerido pela convenção e o gosto do público, ou porque o sexo sempre foi um dos fulcros da literatura. É preciso distinguir o tipo de amor versado nos seus livros. Veremos então que ao lado das peripécias sentimentais — namoricos, intriguinhas requebros, reconciliações — há uma infra-estrutura determinada pela posição da mulher na sociedade, uma sociedade acanhada de fazendeiros, comerciantes, funcionários e estudantes em que ela é um dos principais transmissores de propriedade, um dos meios de obter fortuna e posição. Daí os combates travados em seu redor e que, em *Rosa,* vêm descritos em sua verdadeira natureza". Para definir ainda mais claramente, logo adiante: "As mulheres, do seu lado, sentem que sendo o casamento a sua grande carreira, o amor é uma técnica de obtê-lo do melhor modo. O realismo de Macedo, embora miúdo, leva-o a alicerçar as suas ingênuas complicações sentimentais com fundamentos bem assentados no interesse econômico e a descrever a estratégia da corte masculina do ponto de vista da caça ao dinheiro e à posição. Ainda nisto revela fidelidade ao tempo, desvendando quase sem querer alguns mecanismos essenciais da moral burguesa, toda apoiada no problema de adquirir, guardar e ampliar a propriedade. Os labirintos românticos da paixão são as sendas sociais do namoro, neste bom burguês que não sabe trair a realidade e, ao cabo de tudo, termina por dar a nota de felicidade conjugal, onde se congraçam o dote da noiva e o talento mercável do bem-amado". (Antônio Cândido, *Macedo, Realista e Romântico.* Prefácio a *A Moreninha,* de J. M. de Macedo, S. Paulo, 1952).

A referência ao "talento mercável do bem-amado" é de todo pertinente ao tema: era hábito da época a procura do casamento entre os moços inteligentes, dotados de um diploma, de anel de grau, destinados a se constituírem em porta-vozes dos interesses dos senhores de terras, seus representantes, particularmente no campo político. O casamento rico com a rica herdeira representava um caminho para a Câmara, além daquilo que representava como sociedade na fazenda ou no engenho. O médico local, o promotor, o juiz, entravam na larga tarefa de aliciamento, e o casamento fazia parte desse aliciamento, com que os senhores de terras ampliavam o recrutamento de seus quadros.

O problema foi tratado por Astrojildo Pereira, em seu estudo sobre Machado de Assis, dentro do mesmo ângulo: "É coisa mais que sabida que a família, seja qual for a sua forma, constitui sempre o centro e a base da vida em sociedade. Ora, quem diz família diz casamento, e quem diz casamento diz amor, e quem diz amor diz complicação — 'complicação do natural com o social'. É nos conflitos suscitados por esta complicação que Machado de Assis vai buscar os elementos necessários à tessitura de quase toda a sua obra de ficção. Eterna complicação, conflitos eternos". (Astrojildo Pereira, *Interpretações,* Rio, 1954, pág. 19).

16 Conhecemos a maneira como Goethe imaginava o desenvolvimento das possibilidades do homem. Esse desenvolvimento é impossível sem amor. O asceta é um homem incompleto. A paixão amorosa individual é, precisamente porque ela é a mais elementar, a mais natural entre todas as paixões e também porque ela representa, em sua forma atual individualizada, o fruto mais elevado e mais refinado da cultura, a realização mais autêntica da pessoa humana, na medida em que se considera o seu desenvolvimento como 'microcosmo', como fim em si mesmo. Ela pode atingir esse acabamento somente quando a paixão

amorosa torna-se uma corrente na qual confluem, na sua suprema perfeição, as aspirações espirituais e morais mais altas do indivíduo, quando a força do amor que unifica a personalidade eleva tudo no homem ao mais alto nível que ele pode atingir". (G. Lukács, *Marxismo e la critica letteraria,* Turim, 1953, pág. 300 e 301).

17 "Em 1857, talvez 56, publicou o *Guarani* em folhetim no *Diário do Rio de Janeiro,* e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bolsa, entusiasmo particularmente acentuado nos círculos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeita ao simples influxo da literatura, com exclusão das exaltações de caráter político. [...] Quando a S. Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervalo, então reuniam-se muitos e muitos estudantes numa *república,* em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio,* para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por algum deles, que tivesse órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se via agrupamentos em torno dos fumegantes lampiões da iluminação pública de outrora — ainda ouvintes a cercarem ávidos qualquer improvisado leitor". (Visconde de Taunay, *Reminiscências,* S. Paulo, 1923, págs. 85 e 86).

18 *A Moreninha* começa com uma reunião de estudantes, na sua *república.* O personagem principal é um estudante, Augusto. Todo o romance urbano da fase comporta o estudante como figura obrigatória, quando não herói.

19 "Mas por pouco tempo: toda aquela tirada se faz a propósito do moço Cândido, pobre de gravata, terno, herói do livro, sem dinheiro nem família. Macedo não tarda em dar-lhe as duas coisas, e mais a heroína, e mais a mãe desconhecida, e mais a regeneração do mau irmão". (Antônio Cândido, *op. cit.,* págs. 21 e 22).

20 Roger Bastide, em seu trabalho *A Poesia Afro-Brasileira,* S. Paulo, 1943, menciona (pág. 39) uma estatística sobre a origem e situação econômica dos escritores, citando como fonte, "alguns manuais de literatura brasileira". Segundo tal estatística, os escritores se escalonavam assim, na fase colonial: saídos das classes superiores: 86,3%; das camadas médias: 6,9%; das camadas inferiores: 6,8%. Para o século XIX, limitado o campo aos poetas, as porcentagens seriam: saídos das classes superiores: 36,8%; das camadas médias: 26,4%; das camadas inferiores: 36,8%. Isto indicaria, em pleno domínio do romantismo, embora circunscrita à poesia, uma igualdade numérica de origem entre os elementos da classe dominante e os elementos populares. Preferimos considerar falsa a estatística, por ausência de fontes precisas. De qualquer forma, ela levaria, aceita, a uma conclusão falsa.

21 Transformação que vinha desde o advento da corte do Príncipe D. João e da abertura dos portos, quando se desenvolveram as trocas

externas e, conseqüentemente, o grupo comercial cresceu em importância, no verdadeiro início da vida urbana no Brasil. Época que Otávio Tarqüínio de Sousa apresentou assim: "Depois da chegada da família real portuguesa, ao invés da perseguição antes sofrida pelos prelos, muitos livros passaram a ser aqui impressos, livros didáticos, literários, históricos, obras de José da Silva Lisboa, de frei Francisco de São Carlos, de Silva Belfort, de Navarro de Andrade, de Aires do Casal, de monsenhor Pizarro e traduções até de Voltaire. Desde 1808, aparecera a *Gazeta do Rio de Janeiro,* e cinco anos mais tarde surgiria a primeira revista 'literária, política e mercantl', fundada por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, sugestivamente intitulado *O Patriota* e na qual colaborariam nomes já conhecidos ou que depois ganhariam fama — José Bonifácio, Mariano José Pereira da Fonseca, Domingos Borges de Barros, Silvestre Pinheiro Ferreira. *O Correio Brasiliense,* impresso na Inglaterra, circulava também no Brasil, iludindo mais ou menos a proibição da polícia, e era lido até por D. João. Um gênero de comércio, que certamente não se conhecera antes, começou a tornar se comum — as livrarias. No tempo da Independência, quem quisesse comprar livros sempre os encontraria. Obras outrora reputadas nocivas de Rousseau e Voltaire, Mably e Raynal, traduções francesas e de autores ingleses e alemães, não seria impossível achar". (Otávio Tarqüínio de Sousa, "O Meio Intelectual na Época da Independência", *in Literatura,* n.º 1, Rio, 1946).

22 "Evidentemente, o esplendor do romantismo coincide com o apogeu do Império, e, de algum modo, se identificam no Brasil, o espírito imperial, e aquela fase de literatura, indianista, profundamente ideológica. Uma síntese do romantismo brasileiro facilmente seria um resumo da história mental da monarquia: se um regime político há de criar um sentimentalismo que lhe seja próprio, explicativo, necessário, ao Império no Brasil poderá imputar-se a fundação, o desenvolvimento, a voga daquela corrente literária". (Pedro Calmon, *op. cit.,* pág. 321).

23 José Veríssimo colocou bem o problema do esforço dos românticos para estabelecer uma diferenciação de linguagem: "Ao contrário do que até então se passava, a educação literária da maioria dos escritores dessa geração se fizera aqui mesmo. Por desgosto da metrópole, entraram a abandonar-lhe a escola, até aí assídua e submissamente freqüentada. Falavam, pois, a língua que aqui se falava, e naturalmente a escreviam como a falavam, sem mais arremêdo do casticismo reinol. A que escreveram, e não é porventura este um dos seus somenos méritos do ponto de vista da nossa evolução geral, mérito que avultará quando de todo nos emanciparmos literariamente de Portugal, não é mais a que aqui antes deles se escrevia. É outro o boleio da frase, a construção mais direta, a inversão menos freqüente. Usam mais comumente dos tempos compostos dos verbos, à francesa ou à italiana. Refogem ao hábito clássico português de nas suas orações de gerúndio começá-las

por ele. Colocam os pronomes oblíquos segundo lhes pede o falar do país e não conforme a prosódia portuguesa, que entra então a ser aqui motivo de chufa e troça. Usam de extrema e até abusiva liberdade no colocá-los. Dão maior extensão a certas preposições. A forma do modo finito seguido de um infinitivo com preposições à maneira portuguesa preferem a do infinito seguido do gerúndio. E propositadamente, ou propositalmente, como escrevem segundo aqui soa, empregam vocábulos de origem americana ou africana, já perfilhados pelo povo. Aceitam as deturpações ou modificações de sentido das formas castiças aqui popularmente operadas, e começam a dar foros de literários a todos esses vocábulos ou dizeres, de fato lidimamente brasileiros e para nós vernáculos, por serem de cunho do povo que aqui se constituía em nação distinta e independente. São, entretanto, parcos de estrangeirismos, quer de vocabulário, quer de sintaxe. O fundo da língua conserva-se neles mais puro, embora sem afetação de casticismo. Sua linguagem e estilo são por via de regra nativos, infelizmente até sem as qualidades essenciais à boa composição literária. Sempre crescendo e avultando segue esta maneira, que começou com eles, até depois da segunda geração romântica". (José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 160 e 161).

A diferenciação da língua falada é um processo a que Gilberto Freyre deu atenção: "João Ribeiro, mestre em assuntos de português e de história da língua nacional, que o diga com voz autorizada: 'Número copioso de vocábulos africanos penetram na língua portuguesa, especialmente no domínio do Brasil, por efeito das relações estabelecidas com as raças negras'. E não apenas vocábulos soltos, desconjuntados, se acrescentaram à língua do colonizador europeu: verificaram-se alterações 'bastante profundas não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma'. É certo que as diferenças a separarem cada vez mais o português do Brasil do de Portugal não resultaram todas da influência africana: também da indígena; 'dos ciganos'; 'dos espanhóis'; e João Ribeiro acrescenta: 'do clima, de novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas indústrias'. Mas nenhuma influência foi maior que a do negro. As palavras africanas hoje do nosso uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras. Os menos puristas, escrevendo ou falando em público, já não têm, como outrora, vergonha de empregá-las. É como se nos tivessem vindo de Portugal, dentro dos dicionários e dos clássicos; com genealogia latina, árabe ou grega; com pai ou mãe ilustre. São entretanto vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura; que deixamos que subissem, com os moleques e as negras, das senzalas às casas-grandes. Que brasileiro — pelo menos do Norte — sente exotismo nenhum em palavras como *caçamba, canga, dengo, cafuné, lubambo, mulambo, caçula, quitute, mandinga, muleque, camundongo, muganga, cafajeste, quibebe, quengo, batuque, banzo, mucambo, bangüê, bozó, mocotó, bunda, zumbi, vatapá, caruru, banzé, jiló, mucama; quindim, catinga, mugunzá, malungo, birimbau, tanga, cachimbo, candomblé?* Ou acha mais jeito em dizer 'mau-cheiro' do que 'catinga'? Ou 'garoto', de preferência a 'muleque'? Ou 'trapo' em vez de 'mulambo'? São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa experiência, ao nosso paladar, aos nossos sentidos, às nossas emoções". (Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, ed. cit., t. II, págs. 553 e 554). O mesmo autor esclareceu, ainda, a propósito do assunto: "Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. Devemo-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras. O português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhô-moços, enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa. Um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes. Temos no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um — o 'modo duro e imperativo': *diga-me, faça-me, espere-me*. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: *me diga, me faça, me espere*. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois. Ora, esses dois modos antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos; entre as sinhá-môças e as mucamas; entre os brancos e os pretos. 'Faça-me', é o senhor falando; o pai; o patriarca; me dê' é o escravo, a mulher, o filho, a mucama. (Idem, págs. 555 e 556).

Depois de mostrar o esforço da língua culta para impor-se, Freyre acentua a necessidade de aceitar a contribuição popular trazida pela colonização mista: "Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas-grandes, criaram um português diverso do hirto e gramatical que os jesuítas tentaram ensinar aos meninos índios e semibrancos, alunos de seus colégios; do português reinol que os padres tiveram o sonho vão de conservar no Brasil. Depois deles, mas sem a mesma rigidez, padres-mestres e capelães de engenho procuraram contrariar a influência dos escravos, opondo-lhe um português quase de estufa. Mas quase em vão". (Idem, pág. 552). Para definir-se: "Seguirmos só o chamado 'uso português', considerando ilegítimo o 'uso brasileiro', seria absurdo. Seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos metade de nossa vida emotiva e das nossas necessidades sentimentais, e até de inteligência, que só encontram expressão justa no 'me dê' e no 'me diga'. Seria ficarmos com um lado morto; exprimindo só metade de nós mesmos". (Idem, pág. 556).

[24] "O nosso romantismo oscilou sempre entre a exaltação puramente sentimental, em que o amor e a virtude são glorificados em todas as formas impossíveis de heroísmo, e a exaltação panteísta, em que tudo é maravilhoso na natureza". (Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*, 2.ª edição, Rio 1953, pág. 41).

[25] "Resumindo: o conformismo em face do cotidiano leva-o, pois, a um realismo miúdo, que não enxerga além das aparências banais nem penetra mais fundo que a psicologia elementar dos caixeiros bem-falantes, das donzelas casadoiras e dos velhotes apatacados. Miúdo realismo que não provém apenas da falta de acuidade e imaginação, mas também da aderência ao meio sem relêvo social e humano da burguesia carioca — de vez que se afasta apreensivo (como a velha Ema, n'*O Moço Loiro*, do mundo mais rico e promissor das revoltas populares, da agitação ideológica do período que precede imediatamente a sua atividade literária). Mas, a par dêsse primeiro tipo de conformismo, aparece em sua obra um outro, que chamaríamos poético, e vem a ser o emprego dos padrões mais próprios à concepção romântica: lágrima, treva, traição, conflito. Esta ruptura parcial da bonomia pequeno-realista. não é, por sua vez, devida apenas à convenção romanesca, muito propensa a maltratar a verossimilhança. Se pula gostosamente sobre estas é porque obedece também a uma inclinação, recessiva na sua personalidade literária, para o romantismo tenebroso do dramalhão, da poesia tumular, do sentimentalismo masoquista. Daí a desenvoltura com que emprega os choques morais e as situações dramáticas". (Antônio Cândido, *op. cit.*, pág. 16). Em outro trecho, numa definição curta, que é do romance de Macedo mas que se pode aplicar a toda a ficção romântica brasileira: "Realidade, pois, mas só nos dados iniciais; sonho, mas de rédea curta; incoerência, à vontade; verossimilhança, quando calhasse; linguagem, espraiada e familiar: eis a estética dos seus romances". (Idem, pág. 11).

Isso não ocorreu apenas na ficção, mas também na poesia: "Poesia despretensiosa, singela e amorável, a de Casimiro de Abreu! Imperfeita às vezes, com alguns tropeços na vulgaridade, é, entretanto, sempre agradável, sincera, bem ritmada e com um profundo amor pela sua terra e pela sua gente". (Casemiro Nunes, "História da Poesia Brasileira", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 7, S. Paulo, 1945). O mesmo autor menciona, a propósito de Casimiro de Abreu, a opinião de um poeta moderno, que acentua a simplicidade do fluminense como raiando aos limites do simplório.

Um crítico, Olívio Montenegro, observou da mesma forma o problema: "O que antes vamos observar é o romantismo se chegando em desespero de causa para perto do realismo, eternamente hesitante entre o real e o imaginário, entre o sentimento e a idéia. Autores meio românticos, meio realistas ao mesmo tempo, meio no chão, meio nas nuvens". Logo adiante: "O realismo que os verdadeiros românticos repelem é o que está na vulgaridade da vida presente, no cotidiano dos

fatos e das coisas, na mediocridade do homem comum. Deste material realista, entretanto, que foi sempre um material de segunda ordem para os orgulhosos da escola romântica, é que muito abusaram, e pela forma menos artística, os nossos prosadores românticos do século XIX". (Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 42 e 43). Nem só os prosadores, também os poetas, e a crítica de textos têm-se esmerado em mostrar como são vulgares, prosaicos, vazios, os versos de alguns dos mais notórios poetas românticos, particularmente os da chamada "primeira geração", e até mesmo em seus poemas heróicos.

Sobre o paradoxal contraste entre o vulgar e o grandioso, no quadro do romantismo, cumpre lembrar a figura, até hoje considerada isoladamente — pois teve muito de solitária, do ponto de vista literário, de Manuel Antônio de Almeida, justamente pelo fato de ter ele trabalhado o material comum, cotidiano, desprezando o lado eloqüente, sentimental do processo. Não deixou de ser um romântico, e a ausência de penetração crítica é que tem permitido situá-lo fora do quadro em que se ajusta, apesar dos contrastes aparentes.

[26] Cruz Costa, "Alguns Aspéctos do Pensamento Brasileiro", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 7, S. Paulo, 1945. Tais conceitos foram, com algumas modificações, que não lhes alteram a substância, incorporados ao trabalho do autor: *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio, 1956, págs. 79 a 81.

[27] Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 36.

[28] Idem, pág. 41.

[29] Idem, pág. 39.

[30] Cassiano Nunes, *op. cit.*

[31] Joaquim Nabuco, *op. cit.*, pág. 13.

[32] José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 10.

[33] Idem, pág. 158.

[34] Idem, pág. 140.

[35] Idem, pág. 17.

[36] "Se não todos, a maioria da primeira geração romântica, com muitos outros depois dela, em todo o reinado, mereceram-lhe decidido patrocínio. Revestia este não só a forma de sua amizade pessoal, que aliás nunca chegava ao valimento, porém a mais concreta e prestadia de empregos, comissões, honrarias." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 159.)

[37] "Rematava-a o descontentamento criado nesses brasileiros pela desconformidade entre as suas ambições intelectuais e o meio. Já em prosa, já em verso, todos eles lastimam-se da pouca estima e mesquinha recompensa do gênio que, parece, acreditavam ter e do desapreço do seu trabalho literário. [...] Mas a vaidade, infalível estigma profissional, destes literatos, se não contentava desta alta estima; quisera mais, quisera o impossível, que, como nas principais nações literárias da Europa, des-

sem as letras aqui consideração, glória e fortuna." (José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 158 e 158.)

38 Lukács apreciou devidamente a concepção da arte como prazer e repouso: "E Schiller vê (não sem justificação) dois perigos nascerem dessa situação social para a poesia: a concepção de que a arte existe unicamente para o prazer e o repouso e a de que ela deve servir unicamente ao enobrecimento moral da humanidade. Schiller vê um elemento justo em cada um desses dois princípios. Mas compreende, ao mesmo tempo, que a maneira por que eles agem na época moderna não pode levar senão à morte da poesia e da cultura literária. Julga, assim, pertinentemente os perigos culturais que não são apenas os de seu tempo. Suas análises contêm amplas perspectivas, antecipando a ulterior evolução da literatura burguesa e suas relações com o público." (G. Lukács, *Goethe et son époque*, Paris, 1949, págs. 173 e 174.)

39 Louis Lavelle, *La parole et l'écriture*, Paris, 1947, pág. 215.

40 Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 24.

41 "O teatro é a primeira das cogitações sociais e artísticas da jovem sociedade fluminense. No limiar do segundo reinado, funcionavam no Rio dois teatros, o vasto S. Pedro de Alcântara, de óperas, bailados e peças portuguesas, e o Francês, segundo Francis de Castelnau "miseravelmente iluminado por velas de sebo", e destinado a comédias parisienses. Mas, em 1850, a cena dramática, sobretudo a lírica, monopolizava a vida elegante da Corte. As artistas estrangeiras, as cantoras que nos traziam as suas companhias italianas, gozavam de uma popularidade inaudita. O ideal da boa gente era uma noitada no S. Pedro para ouvir algum daqueles rouxinóis que — no dizer de Expilly — vinham descoloridos das platéias da Europa e voltavam ricos e célebres. A mocidade tomava partido, por esta ou aquela prima-dona: a Donizetti e a Dalmato, a quem Joaquim Manuel de Macedo dedicou o primeiro capítulo do *Moço Loiro*. [...] O apogeu do teatro foi assinalado pelos êxitos surpreendentes de Rosina Stoltz, de Thalberg, da Pati. Nada havia melhor no Rio. [...] A política de bastidores, as intrigas de ribalta, dividiam platéias, a elite, a cidade. A construção de um amplo Teatro Lírico, em 1871, ambientou mais confortavelmente esse requinte, cujos paroxismos espantavam os diplomatas europeus, empolgavam a juventude das academias. Em três teatros funcionavam permanentemente companhias nacionais. [...] O gosto generalizado pelo teatro incita a literatura do gênero, pululam comediógrafos e dramaturgos. Não há escritor que não escreva para uma companhia teatral a sua peça. Instalou-se na Bahia, em 1857, o Conservatório Dramático, para fazer a censura dessa produção, e em seis meses examinou cinco novos dramas. As empresas não dão vencimento à oferta de originais, ao excesso de autores; estes exploram a nota patriótica, a sátira política, os escândalos sociais, o lirismo tão do agrado do público feminino." (Pedro Calmon, *op. cit.*, págs. 241 a 245.)

42 "Nota-se que, em literatura, as primeiras formas de expressão foram em toda a parte formas poéticas. Só depois, quando a vida vai se tornando mais complexa, enriquecendo-se de novas experiências, é que o romance acaba naturalmente por predominar sobre o verso." (Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 35.)

43 Cruz Costa, *op. cit.*, pág. 92.

44 Idem, pág. 94.

45 Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) nasceu no Rio de Janeiro, onde estudou, formando-se em Medicina, em 1832. No ano seguinte, viajou para a Europa e, na França, continuou, com Jouffroy, os estudos de Filosofia em que se iniciara, com Montalverne. Fez uma tentativa na carreira diplomática e fundou, em Paris, com Manuel de Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem, a revista *Niterói*, de que saíram apenas dois números, em 1836. De regresso ao Rio de Janeiro, fundou aqui a *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e a *Guanabara* (1850-1856). Tentou o teatro e tornou-se professor de Filosofia, em 1838, depois de acompanhar Lima e Silva ao Maranhão. Deputado-geral pelo Rio Grande do Sul, onde também seguira Caxias em 1846, acabou por efetivar-se na diplomacia, em 1851, servindo em diversos países e vindo a falecer em Roma, já titular. Publicou: *Poesias*, Rio, 1832; *Suspiros Poéticos e Saudades*, Paris, 1836; *A Confederação dos Tamoios*, Rio, 1856; *Obras Completas*, 8 vols., Rio, 1854-1865.

46 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 174.

47 A *Minerva Brasiliense*, jornal de ciências, letras e artes, publicado por "uma associação de literatos", reunia Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem, Francisco Bernardino Ribeiro, Francisco José Pinheiro Guimarães, Emílio Joaquim da Silva Maia, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Caetano da Silva, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e outros. Foi seu redator principal Santiago Nunes Ribeiro, a partir de 1844. Durou de 1843 a 1845. A *Guanabara*, revista mensal, artística, científica e literária, redigida também "por uma associação de literatos", durou de 1850 a 1856. Estas revistas pertenciam ao grupo em que pontificava Magalhães, cuja influência literária na época era enorme.

48 Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) nasceu em Rio Pardo, província do Rio Grande do Sul. Fez os seus primeiros estudos na terra natal e embarcou para a Corte, em 1827, com destino à carreira das armas, mas escolheu, finalmente, a das artes, freqüentando as aulas de Debret, com quem, em 1831, seguiu para a Europa. Pintor e arquiteto, dedicou-se às letras, cooperando com Gonçalves de Magalhães, não só em Paris, na *Niterói*, como no Rio, depois de 1837, quando ambos estavam de regresso ao Brasil. Ingressou na carreira diplomática e faleceu em Lisboa. Publicou: peças teatrais: *Angélica e Firmino*, Rio, 1845; *A Estátua Amazônica*, Rio, 1851; *O Prestígio da Lei*, Rio, 1859, e *Os Vo-*

lunários da Pátria, Lisboa, 1877; poesias: *Brasilianas*, Viena, 1866 e *Colombo*, 2 vols., Viena, 1866.

49 FREI FRANCISCO DE MONTALVERNE, conhecido na vida secular como Francisco José de Carvalho (1784-1859) nasceu no Rio de Janeiro. Professou na ordem franciscana e distinguiu-se como orador sacro e como professor de Filosofia. Cego desde 1832, subiu ao púlpito, após dezoito anos de silêncio, para pronunciar o sermão da festa de São Pedro de Alcântara, peça antológica que assegura a lembrança do seu nome.

50 ANTÔNIO FRANCISCO DUTRA E MELO (1823-1846) nasceu no Rio de Janeiro. De origem humilde, teve dificuldades em educar-se e não chegou ao curso superior pela necessidade de ganhar a vida. Cultivou a poesia religiosa, colaborando na *Minerva Brasiliense*. Fez também crítica.

51 JOÃO DUARTE DE LISBOA SERRA (1818-1855) nasceu no Maranhão onde fez os primeiros estudos, formando-se em Coimbra. Estudante na Universidade portuguesa, foi companheiro de Gonçalves Dias e colaborou na *Revista Acadêmica*. De regresso ao Brasil, abandonou as letras pelas finanças, com rápido percurso na política.

52 FRANCISCO DE PAULA BRITO (1809-1861) nasceu no Rio de Janeiro e fez os seus primeiros estudos em Suruí. Filho de um carpinteiro, sem recursos, Paula Brito cedo abandonou os estudos pela profissão de tipógrafo em que, depois de curta aprendizagem, tornou-se figura importante, com oficina própria desde 1831. Envolveu-se nos acontecimentos políticos daquele ano e, para defender as suas idéias, fundou um jornal à feição do tempo, *A Mulher do Simplício*, com uma posição liberal exaltada, de que se livrou logo adiante. Enveredou então pelas letras e pelo comércio de livros, não deixando as atividades de imprensa, com *A Marmota da Corte*. Sua loja, a que a freqüência dos homens de letras deu um interesse particular e característico, tornou-se um ponto de reunião, logo conhecido como *Petalógica*. Aí se iniciaram muitos dos melhores escritores do tempo, encontrando sempre em Paula Brito um amigo e um editor que lançou os grandes livros do romantismo brasileiro. Suas *Poesias*, editadas depois de sua morte, carecem de expressão.

53 JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA (1780-1846) nasceu no Rio de Janeiro, oriundo de família titulada e proprietária, tomando ordens sacras em 1803. Pregador régio, professor de Filosofia e político, o cônego Januário viria a fundar, com Joaquim Gonçalves Ledo, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que teria papel destacado na preparação da autonomia. Jornalista e maçom, esse padre ardoroso viria a conhecer o exílio e a prisão. Deputado, destacou-se na tribuna, a que o favorecia a prática do púlpito; jornalista, subordinou-se ao predomínio do pasquim, fundando *A Mutuca Picante*; estudioso, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; antologista, publicou o *Parnaso Brasileiro*. Foi uma das figuras públicas mais destacadas do seu tempo, embora os seus méritos literários não tenham sido dos melhores.

54 MANUEL ANTÔNIO ÁLVARES DE AZEVEDO (1831-1852) nasceu em S. Paulo e fez os primeiros estudos no Rio de Janeiro, no Colégio Stoll e no Pedro II, onde foi aluno de Gonçalves de Magalhães. Matriculou-se, em 1848, na Faculdade de Direito, em S. Paulo, onde logo se distinguiu, nos estudos e nas letras. Doente, faleceu antes de completar vinte e um anos. Seus versos, dispersos nos jornais, foram reunidos, no ano seguinte ao de sua morte, no volume *Poesias*, começando a encontrar a divulgação que mereciam.

55 Nos versos a Pedro Ivo, figura marcante da rebelião Praieira que mereceu também as homenagens de Castro Alves, o poeta romântico e sentimental não esconde os seus impulsos, sobre os quais o seu pai já o advertira:

Era filho do povo — o sangue ardente
Às faces lhe assomava incandescente
Quando cismava do Brasil na sina...
Ontem — era o estrangeiro que zombava,
Amanhã — era a lâmina assassina,
No cadafalso a vil carnificina
Que em sangue jubilava!

. . . .

Sim, o império salvai, mas não com sangue!
Vêde, — a pátria debruça o peito exangue
Onde essa turba corvejou, cevou-se!
Nas glórias, no passado eles cuspiram!
Vêde — a pátria ao Bretão ajoelhou-se,
Beijou-lhe os pés, no lodo mergulhou-se!
Êles a prostituíram!

Malditos! Do presente na ruína
Como torpe, despida Messalina
Aos apertos infames do estrangeiro,
Almas descridas do sonhar primeiro
Venderiam o beijo derradeiro
Da Virgem que os amou!

56 LUÍS CARLOS MARTINS PENA (1815-1848) nasceu no Rio de Janeiro. Órfão muito cedo, estudou comércio e belas-artes, carreiras que abandonou pelo teatro. Amanuense na Mesa do Consulado, foi transferido para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em 1843. Seguiu para a Europa, em 1847, em função diplomática e, de regresso ao Brasil, faleceu em Lisboa, no fim do ano seguinte. Deixou: comédias: *O Juiz de Paz da Roça* (1838); *A Família e a Festa da Roça* (1840); *O Judas em Sábado*

de *Aleluia* (1844); *Os Irmãos das Almas* (1844); *Os Dous ou o Inglês Maquinista* (1845); *O Diletante* (1845); *O Noviço* (1845); *O Caixeiro da Taverna* (1845); *Quem Casa Quer Casa* (1845); *Os Namorados* (1845); *Os Três Médicos* (1845); *As Casadas Solteiras* (1845); *Os Meirinhos* (1846); *Os Ciúmes de Um Pedestre* (1846); *As Desgraças de Uma Criancinha* (1846); *O Terrível Capitão-do-Mato* (1846); *A Barriga de Meu Tio* (1846); *Um Sertanejo; O Jogo de Prendas e Um Usurário;* dramas: *O Cigano* (1846); *Witza ou O Nero de Espanha* (1843); *O Segredo de Estado* (1846), e os inéditos *D. Leonor Teles, O Guerreiro de Tupã, O Santo Acusador* e *D. João de Lira.* Tais peças foram reunidas nos livros: *Teatro,* Rio, 1898; *Teatro Cômico,* S. Paulo, 1943, e na edição ainda incompleta: *Teatro,* Rio, 1956.

57 Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861), nasceu em Cabo Frio, província do Rio de Janeiro, de origem humilde, começando a ganhar a vida como carpinteiro. Companheiro de Paula Brito, trabalhou na loja deste e na tipografia. Mais tarde foi mestre-escola e funcionário. Pobre, estudando com extrema dificuldade e desordenadamente, Teixeira e Sousa poetou, sem grande ressonância e lançou-se à ficção, depois, assim como ao teatro, alcançando pouco sucesso. Seus romances têm o mérito da precedência, tão-somente. Publicou: versos: *Cânticos Líricos,* 2 vols., Rio, 1841-1842; *Os Três Dias de um Noivado,* Rio, 1844; *A Independência do Brasil,* 2 vols., Rio, 1847-1855; romances: *O Filho do Pescador,* Rio, 1843; *Tardes de Um Pintor ou As Intrigas de Um Jesuíta,* 3 vols., Rio, 1847; *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes,* 2 vols., Niterói, 1848-1851; *A Providência,* 5 vols., Rio, 1854; *As Fatalidades de Dois Jovens,* 3 vols., Rio, 1856; *Maria ou A Menina Roubada,* Rio, 1859; tragédias: *O Cavalheiro Teutônico,* Rio, 1855; *Cornélia,* que não apareceu em livro mas numa antologia, em 1842, e a tradução da *Lucrécia,* de Ponsard.

58 Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) nasceu em Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Fez os seus estudos na Corte, formando-se em Medicina. Foi professor, jornalista, político e principalmente escritor, tornando-se conhecido como romancista e teatrólogo. Romancista das donzelas como o batizou Prudente de Morais Neto, Macedo abriu caminho à ficção e focalizou o ambiente urbano, quase sempre, e com fidelidade nos detalhes. Figura característica do romantismo brasileiro. Deixou: romances: *A Moreninha,* Rio, 1844; *O Moço Loiro,* Rio, 1845; *Os Dois Amores,* Rio, 1848; *Rosa,* Rio, 1849; *Vicentina,* Rio, 1853; *O Forasteiro,* Rio, 1855; *A Carteira de Meu Tio,* Rio, 1855; *Romances da Semana,* Rio, 1861; *O Culto do Dever,* Rio, 1865; *Memórias de Um Sobrinho de Meu Tio,* Rio, 1867-1868; *As Vítimas Algozes,* Rio, 1869; *O Rio do Quarto,* Rio, 1869; *As Mulheres de Mantilha,* Rio, 1870-1871; *A Namoradeira,* Rio, 1870; *Um Noivo e Duas Noivas,* Rio, 1871; *Os Quatro Pontos Cardeais e A Misteriosa,* Rio, 1872; *A Baronesa do Amor,* Rio, 1876; teatro: *O Cego,* Niterói, 1849; *Luxo e Vaidade,* Rio, 1860, e

as peças não publicadas em livro separado: *Lusbela* (1863) e *A Tôrre em Concurso* (1863), todas reunidas no *Teatro de Macedo,* 3 vols., Rio, 1863; poesia: *A Nebulosa,* Rio, 1857; prosa não-ficção: *Um Passeio Pela Cidade do Rio de Janeiro,* 2 vols, Rio, 1862-1863, e *Memórias da Rua do Ouvidor,* Rio, 1878.

59 José Inácio de Abreu e Lima (1796-1869) nasceu em Pernambuco, filho do revolucionário Padre Roma, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima. Fez os primeiros estudos em Olinda e seguiu a carreira das armas, concluindo o curso da Academia Real Militar, em 1816. Participando da revolução de 1817, em Pernambuco, assistiu ao sacrifício de seu pai, na Bahia. Seguiu para os Estados Unidos, onde chegou em 1818, e daí para a Venezuela, onde ingressou nas fileiras de Bolívar, em cujas campanhas participou, chegando a general. Retornando ao Brasil, em 1832, participou das lutas políticas do tempo, envolvendo-se na Revolução Praieira, sendo preso. Abreu e Lima, figura curiosa, que espera um biógrafo, deixara trabalhos incompletos, desordenados, mas cheios de observações pessoais e de pontos de vista interessantes, inteiramente destoantes de conformismo. Escreveu: *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil,* Niterói, 1835; *Compêndio de História do Brasil,* 2 vols., Rio, 1943; *História Universal,* 5 vols., Rio, 1846-1847; *Sinopse Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil,* Recife, 1845; *A Cartilha do Povo,* Recife, 1849; *O Socialismo,* Recife, 1855; *As Bíblias Falsificadas,* Recife, 1867, e *O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos,* Recife, 1867. Colaborou intensamente na imprensa da época e deixou ainda folhetos de polêmica.

60 José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867) nasceu em S. Paulo e seguiu a carreira militar, tomando parte nas campanhas do Sul. Exerceu o governo de várias províncias e desenvolveu atividades políticas e diplomáticas. Geógrafo, etnógrafo e historiador, Machado de Oliveira deixou muitos trabalhos de interesse, nas especialidades a que se dedicou.

61 Francisco Muniz Tavares (1793-1876) nasceu no Recife, onde fez os primeiros estudos, recebendo ordens sacras, em 1816, na Bahia. Envolveu-se na revolução pernambucana de 1817, sendo preso e deportado para a Bahia. Deputado às Cortes de Lisboa, assinou o manifesto de 22 de outubro de 1822, refugiando-se com os seus companheiros em Falmouth. Regressando ao Brasil, permaneceu na atividade política, como deputado e jornalista, em companhia de Cipriano Barata. Escreveu a *História da Revolução de Pernambuco em 1817,* publicada em 1840, de que Oliveira Lima organizou nova edição, em 1917.

62 João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) nasceu no Rio de Janeiro onde fez os seus primeiros estudos, e formou-se em Direito em Paris. Deputado, senador, jornalista, advogado, Pereira da Silva distinguiu-se na tribuna como na imprensa. Foi escritor constante e abordou vários gêneros, particularmente a história, em que deixou algumas contribuições interessantes. Se as letras de Pereira da Silva carecem de

significação, parece que tem sido injustiçado no que toca aos trabalhos históricos, que, ainda sem método e muitas vezes desleixados e falsos, oferecem aspectos positivos que têm sido mencionados muito pouco. Citado como predecessor no romance, a sua contribuição, no gênero, carece de qualquer interesse. Deixou: romances: *O Aniversário de D. Miguel em 1828*, Rio, 1839; *Religião, Amor e Pátria*, Rio, 1839; *Jerônimo Corte Real*, Rio, 1840; *Manuel de Morais*, Rio, s.d.; *Aspásia*, Rio, s.d., que são mais crônicas históricas; poesia: *Gonzaga*, Paris, 1865; literatura: *Parnaso Brasileiro* (antologia), 2 vols., Rio, 1843-1848; *Plutarco Brasileiro* (antologia), 2 vols., Rio, 1847; *Obras Literárias e Políticas*, 2 vols., Rio, 1862; *La littérature portuguaise, son passé et son état actuel*, Paris, 1865; *Conferências Literárias*, Rio, 1874; *Nacionalidade da Língua e Literatura de Portugal e Brasil*, Paris, 1854; *Filinto Elísio e Sua Época*, Rio, 1891; história: *Varões Ilustres do Brasil*, 2 vols., Paris, 1858; *História Criminal do Governo Inglês*, Rio, 1842; *História da Fundação do Império do Brasil*, 6 vols., Paris, 1864-1868; *Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, Rio, 1871; *História do Brasil de 1831 a 1840*, Rio, 1879; *Curso de História*, Rio, 1876; *D. João de Noronha*, Rio, s.d.; *Cristóvão Colombo*, Rio, 1892; *A História e a Legenda*, 3 vols., Rio, 1892-1894, e *Memórias do Meu Tempo*, 2 vols., Rio, 1896.

63 CIPRIANO JOSÉ BARATA DE ALMEIDA (1762-1838) nasceu na Bahia e doutorou-se em Medicina em Coimbra. Político com exaltada participação nos acontecimentos da época da Independência, distinguiu-se particularmente na imprensa, com a sua *Sentinela da Liberdade*, publicada em todos os lugares em que as vicissitudes políticas conduziram Barata.

64 JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA (1812-1863) nasceu no Rio de Janeiro, estudou em Paris e formou-se em S. Paulo. Professor, jornalista e político, participou ativamente das lutas da fase da autonomia, colocando-se como doutrinário da facção conservadora que empresara a Independência. Publicou, em 1855, o seu opúsculo *Ação, Reação, Transação*, que define as suas diretrizes e oferece uma análise do quadro político segundo os interêsses que o autor defendia.

65 MANUEL FERREIRA DE ARAÚJO GUIMARÃES (1777-1838) nasceu na Bahia e ingressou depois na Academia Real de Marinha. Substituiu Frei Tibúrcio José da Rocha na direção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1812, onde permaneceu até 1821. Dirigiu também *O Patriota*. Deixou poesias e trabalhos em prosa, mas distinguiu-se apenas no jornalismo.

66 FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1816-1878) nasceu em São João de Ipanema, município de Sorocaba, província de S. Paulo, indo, aos oito anos, estudar em Portugal, onde se formou. Entrou para o exército como engenheiro mas logo o deixou pela diplomacia, começando suas atividades em Lisboa, onde se dedicou à pesquisa dos arquivos históricos. Trabalhador infatigável, pesquisador atento e minucioso, Varnhagen deixou obra vasta e variada, tendo a sua bibliografia sido organizada, através de enormes dificuldades, por mais de uma vez. Discutido embora o mérito da introdução histórica que precede o *Florilégio da Poesia Brasileira*, cujos dois primeiros volumes apareceram, em Lisboa, em 1850, forçoso é admitir que representaram um dos primeiros e mais importantes passos para o levantamento do passado literário nacional. Suas pesquisas em torno do cancioneiro luso também lhe acrescentam merecimento. De sua obra histórica, ampla e variada, não se fez ainda a devida crítica, mas é necessário reconhecer o formidável esforço de reconstituição e os rigores de pesquisa e descoberta de documentos. Varnhagen revelou, ainda, muitos dos melhores autores coloniais, cujos trabalhos estavam amortalhados nos arquivos, permitindo-lhes a difusão e escrevendo para eles introduções que merecem apreço.

67 CAPISTRANO DE ABREU, principalmente, e Rodolfo Garcia, foram responsáveis em muito pela duração prolongada dos métodos e dos erros de Varnhagen. Manuel Bonfim recusou-se a aceitar a autoridade do sorocabano, mas pela sua lusofobia e não fundado na análise dos trabalhos de Varnhagen. O predomínio de Capistrano de Abreu nos estudos e na pequena história, permitiu que a glória de Varnhagen permanecesse imune à crítica, e só o advento de métodos modernos de pesquisa e de reconstituição histórica nos permitiram reduzir às devidas proporções uma obra que vinha sendo aceita sem debate.

68 JOSÉ VERÍSSIMO, leigo em história, define precisamente o caráter da obra de Varnhagen e o seu providencialismo: "A filosofia da história de Varnhagen é a comum filosofia espiritualista cristã do seu tempo, com o pensamento moral e político da sua educação portuguesa. É em história um providencialista, em política um homem de razão de Estado, da ordem, da autoridade e do fato consumado. Depois de narrar as depredações do corsário inglês Cavendish nas costas do Brasil, diz que veio a 'falecer no mar, dentro de pouco tempo, provavelmente ralado pelos remorsos' (*Hist. Geral*, I, 391.) Os remorsos matarem um corsário do século XVI! Duguay-Trouin, regressando do seu assalto feliz ao Rio de Janeiro, 'sofreu temporais que lhe derrotaram a esquadra, como se a Providência quisesse castigar os que os nossos haviam deixado impune' (ibid., II, 816). Malogrou-se a revolução pernambucana de 1817. 'Ainda assim desta vez (e não foi a última) o braço da Providência, afirma seriamente Varnhagen, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade' (ibid., II, 1150). Esta filosofia tem ao menos a vantagem de não ser presunçosa e de dispensar qualquer outra. Era aliás a do tempo, e dela se serviram aqui todos os historiadores, sem exceção de João Lisboa, o mais alumiado de todos. Varnhagen, porém, com abuso, piorando o seu caso com o carrancismo de sua educação portuguesa se não de seu próprio temperamento literário." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 194.)

69 JOÃO FRANCISCO LISBOA (1812-1863) nasceu em Itapicuru, província do Maranhão, e fez os seus estudos em S. Luís. Iniciando atividades

comerciais, cedo as abandonou pelo jornalismo, pelas letras e pela política, em que a sua posição foi sempre a de um liberal. Autodidata, fez toda a sua cultura na província e só no fim da vida a deixou, quando foi ao Rio de Janeiro e, daí, a Lisboa, pesquisar documentos históricos, vindo a falecer na capital portuguesa. No *Jornal de Timon*, cuja publicação iniciou em 1852, exerceu a crítica histórica e reconstituiu a vida do interior e das cidades da região. Deixou: *Jornal de Timon*, 2 vols., S. Luís, 1852-1854; *Apontamentos, Notícias e Observações Para Servirem à História do Maranhão*, Lisboa, 1858, e *Vida do Padre Antônio Vieira*, Rio, s. d. Os seus trabalhos foram reunidos por Antônio Henriques Leal, nos quatro volumes das *Obras*, publicados no Maranhão, entre 1864 e 1865; os três primeiros reúnem o *Jornal de Timon* e o último a biografia do Padre Vieira, a de Manuel Odorico Mendes, os folhetins, os discursos, os artigos políticos. João Francisco Lisboa é uma das grandes figuras da primeira fase do romantismo, exercendo, da província, influência ponderável nos meios intelectuais do tempo, particularmente através das polêmicas em que teve parte. Escritor correto, não mereceu ainda o estudo crítico e biográfico que há de situá-lo na posição a que fez jus.

70 "Esse falso patriotismo caboclo, espécie de mania mais ou menos dominante, segundo as circunstâncias, leva-nos a formular, quanto ao passado, acusações injustas contra os nossos genuínos maiores; desperta no presente antipatias e animosidades, que a sã razão e uma política ilustrada aconselhou pelo contrário a apartar e adormecer; e ao passo que faz conceber esperanças infundadas e quiméricas sobre uma reabilitação que seria perigosa, se não fora perigosa, se não fora impossível, embaraça, retarda e empece os progressos de nossa pátria, em grande parte dependentes da emigração da raça empreendedora dos brancos, e da transfusão de um sangue mais ativo e generoso, único meio possível já agora de verdadeira reabilitação." (João Francisco Lisboa, *Obras Completas*, Maranhão, 1864-1865, t. II, pág. 271.)

71 Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) nasceu no Rio de Janeiro, fez os estudos preparatórios no Colégio São Pedro de Alcântara e formou-se em Medicina em 1855. Órfão muito cedo, e pobre, trabalhou no *Correio Mercantil* até morrer, além de ter sido administrador da Tipografia Nacional e funcionário da Fazenda. No jornal em que trabalhou, exerceu por algum tempo a direção da "revista bibliográfica" e deixou outros escritos avulsos. Nele apareceram, ainda, em capítulos, no suplemento político-literário intitulado "Pacotilha", as *Memórias de Um Sargento de Milícias*, entre 27 de junho de 1852 e 31 de julho de 1853, despertando grande interesse entre os leitores, mas nenhum entre os homens de letras. A obra, em dois volumes, apareceu, em 1854 o primeiro, no ano seguinte o outro. Não teve nenhuma repercussão literária.

72 Manuel Antônio de Almeida vem merecendo, de alguns lustros a esta parte, generalizada atenção dos estudiosos de literatura. Está fora de dúvida a sua importância — discutindo-se apenas aspectos de detalhes

em sua contribuição e particularmente a maneira de enquadrá-lo em nosso desenvolvimento histórico. Mas a própria estrutura do enredo nos confirma a qualificação romântica do autor, estroinices do herói, ameaças e perigos que corre, intervenção de um protetor, perdão e triunfo final. Como já foi observado, "Leonardo torna-se sargento de milícias apesar de toda espécie de façanhas que logicamente o deveriam levar à prisão." (Paulo Rónai, *in* prefácio à edição francesa de *Memórias de Um Sargento de Milícias*.) José Osório de Oliveira, por sua vez, explica a qualificação romântica de Manuel Antônio: "Mas embora não seja um mestre, nem o seu livro uma obra-prima, Manuel Antônio de Almeida tem duas grandes qualidades: em pleno convencionalismo romântico (e apesar de romântico ele próprio), observa como um naturalista; contra a ênfase, tão cara aos literatos brasileiros, e contra o seu culto da forma, escreve com simplicidade e despreocupação. [...] Na verdade, Manuel Antônio de Almeida foi o primeiro a escrever aproximadamente como se fala no Brasil, antecipando-se, até certo ponto, aos escritores dos nossos dias, de prosa desleixada mas natural, não artificiosa; prosa brasileira, enfim." (José Osório de Oliveira, *História Breve da Literatura Brasileira*, 2.ª edição, S. Paulo, s.d., pág. 69.) Paulo Rónai mencionara, no prefácio citado, as veleidades "dissimuladas de romântico, as quais se sobrepõe uma forte atmosfera cômica". Frisamos, anteriormente, os aspectos caracterizadamente românticos do cômico e do caricatural.

73 Resistências ostensivas ou veladas. Ostensivas, as de João Francisco Lisboa, por exemplo, as que ficaram assinaladas de público. Dissimuladas, as de Varnhagen, e até contraditórias, conforme bem observou José Veríssimo: "Ele não tem as idiossincrasias do país. Por isso Varnhagen não é de fato romântico, senão pela época literária em que viveu e colaborou; de todos os brasileiros seus contemporâneos no período inicial do romantismo, é talvez o único que além de não ser indianista, isto é, de não ter nenhuma simpatia pelo índio como fator da nossa gente, ao contrário o menospreza, o deprime e até lhe aplaude a destruição. É também o único que altamente estima o português, lhe proclama a superioridade, oculta ou disfarça os defeitos do regime colonial e, propositadamente, lhe adota o pensamento e a língua." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 191.)

74 José Osório de Oliveira viu com exatidão esse aspecto: "O brasileirismo existia já no povo, mas as classes cultas, exatamente porque eram cultas, continuavam a pensar e a sentir portuguesmente. Os poetas e os prosadores é que, pelas suas idéias e obras, foram dando àquelas classes uma estrutura brasileira. Mas como eles próprios não viam o que era realmente brasileiro — a vida social — criaram uma imagem ideal do índio, em vez de impor, literariamente, as realidades que eram já o caboclo e o mulato, o sertanejo e o homem do povo ou da pequena burguesia das cidades, ou, ainda, o senhor de engenho e o fazendeiro."

(José Osório de Oliveira, *op. cit.*, pág. 51.) Frisando o convencionalismo, pouco adiante: "O Brasil de Alencar, pelo menos o dos seus romances indianistas, é ainda um Brasil convencional. As personagens desses seus livros são heróis e não criaturas humanas arrancadas à realidade brasileira. *O Guarani* pode inspirar a ópera de Carlos Gomes e adquirir mais ainda que os heróis ameríndios de Gonçalves Dias, um valor de símbolo nacional. Mas é uma ficção o que ele representa, e não uma realidade. Digamos que essa criação poética de Alencar está para as figuras verídicas dos romances brasileiros de hoje como as telas acadêmicas de Pedro Américo estão para a pintura viva de Portinari, para o seu *Café*, por exemplo — espelho da realidade brasileira." (Idem, pág. 65.) Para concluir um juízo cuja argúcia é indiscutível com os esclarecimentos seguintes: "O indianismo correspondeu a um desejo de exaltação do aborígine, dando forma, como dissemos, a um sentimento nacional. Mas que traduzia no fundo, esse sentimento? A vontade de encontrar nos índios virtudes de que o povo brasileiro se pudesse orgulhar, ou melhor, que não devesse aos portugueses. Mas se o espírito de reação contra a antiga metrópole era natural e comum a todos os brasileiros, a verdade é que o povo não o manifestava pela exaltação do índio. Essa foi, de fato, uma expressão puramente literária, digamos desviada, do sentimento nacional de independência e de orgulho em relação aos portugueses." (Idem, pág. 79.)

3 — AS RAZÕES DO INDIANISMO

O índio e o negro na colonização — O índio nas narrativas de viagens — O índio e os utopistas — O índio e a literatura jesuítica — O índio e os Enciclopedistas — O índio como assunto na literatura colonial — O índio como herói, no esboço de uma literatura nacional — Razões da valorização do índio.

NO ESTUDO do desenvolvimento da literatura brasileira, o indianismo exige, por muitos títulos, um tratamento especial. Em torno do índio, realmente, surge e cresce, com o passar dos tempos, desde as descobertas ultramarinas, um complexo de idéias em que existe muito do que tem de mais característico e de mais profundo o pensamento nacional. Como reflexo, aliás, dos conceitos que dominam a mentalidade forjada ao calor do surto capitalista no mundo. Esmiuçando as raízes e os fundamentos do indianismo, ficaremos por vezes surpreendidos ao encontrar a origem de preconceitos, de tendências, de motivações que nos pareciam inexplicáveis, simples evasões, destituídas aparentemente de sentido, desprovidas de suportes objetivos, nus de carnadura, reduzidas a meras construções da imaginação, sem nenhum laço com a realidade.

É interessante recordar, antes de tudo, que as descobertas ultramarinas, que abriram ao mundo conhecido vastas regiões até então colocadas à margem, constituem um dos episódios capitais da ascensão burguesa. Não existiu naqueles episódios, convém repetir, ainda nos mais difíceis, nada que os aparentasse com a simples aventura, com um impulso descomedido. A arrancada para a navegação oceânica, que resultou no desvendamento de novos mundos, originou-se numa fria e metódica preparação, num cálculo seguro, em bases muito distantes da improvisação e do sonho. Só os povos

em que um grupo mercantil e francamente ascensional ajudava as monarquias imperantes, de forma a permitir-lhes a acometida aparentemente aventurosa nos mares desconhecidos, conseguiram ter um papel nas conquistas de ultramar. Aqueles em que as relações feudais eram absolutas ficaram impedidos de lançar-se a empreendimentos que exigiam, além de tudo, e principalmente, uma acumulação que aquelas relações não permitiam. Não foi por acaso, pois, que as nações ibéricas, herdeiras da técnica de navegação das repúblicas italianas, assumiram, desde logo, um papel de primeira ordem nas descobertas que resultaram da navegação de longo curso e colocaram-se na primazia da exploração econômica de regiões distantes. Nesse caminho foram acompanhadas, em seguida, por outras nações, que ascendiam economicamente e que viriam a disputar o domínio das áreas ultramarinas e de seu comércio.

Dentro desse espetáculo é que podemos colocar a literatura das utopias, corrente em certa época, aquela a que nos referimos. Tal literatura não é aqui mencionada por um interesse meramente acadêmico. Quem se der ao esforço de conhecer os trabalhos arrolados no campo das utopias há de verificar que as terras distantes tiveram neles uma situação de realce particular. E não só as terras distantes, como os homens que as habitavam, tão diferentes do europeu daquele tempo, tão ingênuo em sua maneira de viver, tão espontâneo em suas manifestações, tão livre na expansão de seus impulsos. Um rápido percurso nos textos antigos vai nos permitir a colocação em evidências das fontes do pensamento que, em pleno século XIX, sob o influxo do romantismo, proporcionou o aparecimento e o desenvolvimento de uma escola literária em que traduziríamos, os brasileiros, com as naturais insuficiências da época, os anseios nativistas que dominavam a gente letrada brasileira.

A muitos parece estranho, por outro lado, que a catequese, que é um fenômeno contemporâneo e, por assim dizer, complementar das descobertas e conquistas ultramarinas, tenha fechado os olhos ao gritante problema da escravidão dos negros africanos, protestando os seus encarregados, entretanto, e com singular veemência, contra a escravização dos indígenas. A catequese, e em particular a dos jesuítas, que ofereceu, no Brasil e fora dele, exemplos singulares de dedicação e de grandeza, no sentido em que se colocavam os missionários, deixou em completo esquecimento o problema do tráfico negreiro e da escravização dos africanos, detendo-se demoradamente na defesa dos silvícolas. E um homem com a agudeza de pensamento do dominicano Las Casas tem a primazia na posição de acusar de "lobos, leões e tigres cruéis", que não fazem senão

"despedaçar, matar, afligir, atormentar e destruir esse povo", isto é, os índios, enquanto cala qualquer protesto ante o quadro da submissão forçada e violenta dos negros, trasladados de um continente a outro e empregados como animais de trabalho, sem nenhum direito e sem nenhuma esperança de redenção.[1]

Está claro que houve, nessa atitude, a influência, sem dúvida muito importante, do conflito de orientações, da pura e simples concorrência, uma vez que o colonizador e o catequista precisavam, e ambos precisavam intensamente, pelo menos nos primeiros e terríveis tempos da conquista de novos mundos, do índio. O primeiro, para fazê-lo trabalhar em suas plantações. O segundo, para torná-lo um membro do rebanho cristão e, ao mesmo passo, um trabalhador ativo em suas posses territoriais, que eram extensas. A concorrência não traduz toda a verdade do quadro, entretanto. Ela poderia ter ocorrido, aliás, em torno do negro, e não ocorreu, ou foi muito menos dramática. O exame dos textos antigos, ainda no que diz respeito a esse particular, pode iluminar alguns caminhos e esclarecer um quadro de conjunto que parece confuso à primeira vista.

É curioso assinalar, ainda, a singularidade, mais aparente do que real, de ter sempre merecido o índio um tratamento especial, um conceito especial, um lugar especial. Quando ele encontrar esse lugar especial também na literatura verificaremos que isso não é novo, não encerra nenhuma originalidade, não traduz uma posição surgida no século XIX, mas está fundamentalmente ancorado no tempo, está largamente alicerçado. Tal esclarecimento servirá, de outra parte, para discutir as pretensas idéias importadas, a influência estrangeira no problema do indianismo. Para muitos, realmente, foi esse um tema específico de transplantação. A verdade é muito diversa, entretanto. Trata-se, no fundo, do conceito que se esmerava em ver no índio o homem bom por natureza, bom por origem, dotado da bondade natural que tanto seduziu os Enciclopedistas. Em contraposição, o negro seria ruim, ruim por natureza, ruim por origem, dotado de ruindade natural, tema que tanto seduziu a ideologia do colonialismo.

Antes que tivesse surgido a época dos descobrimentos, quando as instituições feudais ainda dominavam a sociedade européia e desde muito antes, as lendas mais absurdas encontravam guarida na imaginação popular, a respeito das terras distantes ou desconhecidas.[2] Afirma-se que foram os fenícios os primeiros divulgadores de tais e tão fantasiosas lendas, na intenção de dissuadir os concorrentes do contacto com as fontes de seu lucrativo comércio.

Não espanta, pois, que os primeiros tempos que se sucederam às descobertas fossem ainda compatíveis com as versões mais desencontradas e tortuosas a respeito da vida das criaturas que habitavam os novos mundos. Ora, quando começaram a ser divulgados os primeiros documentos relatando o que os navegadores tinham observado nas terras recém-reveladas, recaiu-se no excesso oposto. Em primeiro lugar, aquelas terras não abrigavam apenas monstros, pois os índios, como foram chamados os seus habitantes, eram homens fisicamente iguais aos europeus. Houve uma louvação derramada de suas virtudes. No que nos diz respeito, a louvação começou com a carta de Caminha que se refere aos índios com a afirmação: "Nenhum deles era fanado mas todos assim como nós". Isso depois de deliciosa e esmerada descrição de seus corpos e de seus ornamentos, não escondendo detalhe algum e pondo sempre em evidência dotes corporais que saltavam à vista.[3]

Pouco depois, começava a ser divulgada a conhecida narrativa do *Piloto Anônimo*, recolhida na coleção de Montalboddo. Entre outras minúcias, anunciava que "as mulheres andam igualmente nuas, são bem feitas de corpo, e trazem os cabelos compridos". Vespúcio e, pouco depois, Paulmier de Gonneville foram responsáveis por versões também bastante divulgadas. O francês acentuava que os habitantes do Brasil eram "gente simples, que não pretendia senão levar a vida alegre, sem grande trabalho". A *Nova Gazeta da Terra do Brasil* batia nas mesmas teclas: mencionava a "gente de bom trato, de índole honrada", e não esquecia a informação de que não havia nos índios "nem um vício". Para concluir: "Dizem que o povo é de muito boa e livre condição, não havendo naquela costa leis nem rei..." Pigafetta, o cronista da viagem de circunavegação de Magalhães, descreve os nossos primitivos habitantes com abundância de informação: "Os brasilienses não são cristãos, nem tampouco idólatras, porquanto nada adoram; o instituto natural é sua única lei. São longevos, pois freqüentemente alcançam cento e vinte anos, e muitas vezes até cento e quarenta. Andam nus, tanto as mulheres como os homens".

Parmentier, Saintonge, Hans Staden, Schmidel reafirmam de um modo geral as qualidades dos indígenas. Thevet e Léry, por sua vez, honram a bravura, a honestidade, a inocência deles. No século seguinte, a música permanece no mesmo ritmo, e vamos encontrar as mesmas afirmações, ou idênticas, nos depoimentos mais variados, de Pyrard de Laval, de Mocquet, de Abbeville, de Yves d'Evreux, sendo de notar, a respeito deste último, que a sua versão só veio a ser divulgada no século XIX.

Para completar tais informações, foi costume dos navegadores do primeiro e do segundo século da Descoberta levarem índios à Europa, exibindo-os nas cidades principais e até mesmo conduzindo-os à presença de reis e de notáveis. A ida da índia Paraguaçu, casada com Diogo Álvares, à França, é hoje aceita como fato incontroverso. A festa brasileira de Rouen, de que Ferdinand Denis nos deu uma descrição exata, constitui um dos episódios mais espetaculares do reinado de Henrique II. Villegaignon, por sua vez, levou cerca de cinqüenta tupinambás, no seu regresso à pátria, em fins de 1558. O intercâmbio entre alguns portos franceses, como Dieppe e Honfleur, com o Brasil, as viagens de índios à Europa, os depoimentos dos viajantes, navegadores, comerciantes e aventureiros, mostram como os selvagens despertaram interesse entre as gentes do velho mundo. Muitos foram os sinais perduráveis desse interesse, seja os de ordem material, como o abaixo-relevo da igreja de Saint-Jacques, em Dieppe, a casa *Ile du Brésil*, em Rouen, os medalhões existentes no castelo de Jean Ango, em Varengeville; seja os de ordem cultural, como a existência de numerosas palavras tupis assimiladas pelos idiomas europeus, particularmente o francês, fato comprovado no trabalho de Gaffarel, a que Rodolfo Garcia deu amplitude, em suas últimas pesquisas.[4]

O sinal mais profundo, entretanto, e aquele que mais de perto nos interessa, para a elucidação das origens do indianismo, esteve na larga influência que as idéias sobre os indígenas americanos, e particularmente os do Brasil, exerceram na mentalidade do tempo, influência que deixou um sulco profundo, como vamos verificar rapidamente. Aquelas idéias afirmavam, realmente, a bondade do índio, seu natural inocente, sua vida despida de problemas, a fidelidade das esposas, a simplicidade do amor feminino, totalmente destituído de entraves, a beleza corporal, a saúde, a longevidade.

Las Casas, aqui citado apenas como um exemplo entre milhares, escrevia a esse respeito: "Deus criou todas as espécies, mui simples, sem finura, sem astúcia, sem malícia, mui obedientes e mui fiéis, mui pacientes, mui pacíficas e amantes da paz, sem contendas, sem perturbações, sem querelas, sem questões, sem ira, sem ódio e de forma alguma desejosos de vingança".[5]

O dominicano, aliás, se irmanava, nesse elogio, aos jesuítas, cuja correspondência oficial está cheia de afirmações do mesmo teor. Não espanta, pois, que as idéias em torno dos habitantes primitivos das terras recém-descobertas ou recém-colonizadas acabassem por alcançar uma ampla difusão, influindo no pensamento dos letrados da época. E não apenas no sentido da idéia política ou da

idéia filosófica, como de coisas práticas, tal o uso do aleitamento materno, que os costumes vinham colocando em segundo plano, e que, citando o exemplo das índias, homens como Rousseau pregavam, como verdadeira mania, ou o costume de deixar livres as crianças, em vez de enfaixá-las, tomado também à informação de viajantes e navegadores que o haviam colhido no Novo Mundo. Os índios constituíam, assim, um tema de primeira ordem, constantemente na preocupação dos elementos dotados de dimensão intelectual. Veremos como tal preocupação se traduziu na obra dos autores principais do tempo.

É interessante não esquecer que a época, quando o Brasil surge para o mundo conhecido, assiste às grandes transformações que anunciam a ascensão burguesa. Há uma série de relações sociais, políticas e econômicas que declinam, enquanto outras assumem lugar destacado. O espírito dos escritores não poderia deixar de fixar-se naquelas transformações. O mito do índio vai servir de motivo para as críticas que então aparecem, a respeito dos problemas criados por uma fase de mudança, de rápida deterioração de valores, de subversão em padrões que o tempo consagrara. Um comentador do assunto anotou esse ambiente em meia dúzia de traços: "Os filósofos quinhentistas, impossibilitados de criticar abertamente as injustiças do tempo, por causa da severa vigilância que a Igreja e o Estado exerciam sobre toda a produção intelectual, aplicada aos assuntos políticos, começaram a fazer insidiosas descrições de comunidades ideais, que viviam num verdadeiro reino de venturas, exatamente porque adotavam e praticavam instituições que eram opostas às vigentes nos países civilizados da Europa."[6]

A vulgarização dos livros de viagens, a generalizada atenção que despertavam todas as informações a respeito dos habitantes das terras longínquas, em torno das quais lendas tinham tido voga, agora substituídas por outras, contribuiu de maneira acentuada para a transferência a tais cenários distantes dos episódios em que uma severa crítica se fazia a propósito de todas as transformações em curso. Erasmo, em sua sátira famosa, aparecida em 1508, *Elogio da Loucura*, já denuncia a presença daquelas influências, quando menciona "os homens felizes que vivem em estado natural", quando louva a inocência da vida selvagem e critica os efeitos das invenções e de tudo o que vinha, naquela época, perturbar o ritmo da civilização européia.[7]

Menos de dez anos depois, Thomas Morus lançava a sua *Utopia*. Esse extraordinário espírito, que se tornaria mártir e seria consagrado como santo, escolhendo como palco da existência que

apontava como digna um recanto da terra americana, não fazia mais do que levantar áspera crítica contra a profunda e violenta alteração que vinha sofrendo a sociedade de seu tempo. Era esse tempo, realmente, aquele em que, na Inglaterra, a propriedade feudal da terra passava a propriedade capitalista, despovoando-se os campos, agora entregues à criação de carneiros para fundamentar a produção crescente de lã que alimentaria as manufaturas do reino. Thomas Morus narra, com a sua tempestuosa e corrosiva ironia, como as pessoas de "sentimentos elevados" que não podiam "aceitar a necessidade do roubo", começavam a mandar para as prisões os que furtavam para comer. Afirmava que nenhuma punição "impedirá de roubar àqueles que não têm mais outro meio para não morrerem de fome". Em Morus, por todos os títulos, é possível ver, como foi ele realmente visto por alguns críticos e historiadores, um dos precursores do socialismo utópico. Pois esse utopista famoso não trepidava em afirmar que "a virtude consiste em se viver segundo a natureza". Entre os muitos e variados aspectos de sua época e da que se seguiu, punha em evidência o aleitamento materno, a que concedia importância invulgar.

Em Rabelais vamos verificar a influência de Thomas Morus e, diretamente, a dos viajantes americanos. Parece mesmo, segundo um comentador, que a viagem projetada por Pantagruel ao fim de suas aventuras seria uma espécie de repetição do roteiro cabralino. E Ronsard, numa ode célebre, condensa as idéias básicas para as quais o índio tinha contribuído, através de depoimentos então conhecidos, discriminando os "hábitos tão nus quanto é ele (o índio) nu de malícia"; a América de Villegaignon em que o povo desconhecido "erra inocentemente", ignorando "os nomes de virtude e de vício", vivendo "seguindo sua natureza e só senhor de si, tendo em si mesmo sua lei, seu senado e seu rei", onde a terra "como o ar, a cada um é comum, e como a água de um rio, todo o seu bem é comum", sem engendrar palavras como "teu e meu". Nos versos de Ronsard está, pois, condensada a idéia de que a vida natural dos índios americanos fazia desta terra uma espécie de paraíso.

Tudo em contraposição ao que ia acontecendo na Europa, em que a ambição de lucro, o surto ascensional da burguesia, traduzia-se em idéias, tendências e normas de vida que proporcionavam o divórcio entre os homens, as lutas e a infelicidade. Mais adiante, é Montaigne quem, apreciando os chamados canibais, num dos seus ensaios mais cheios de malícia, põe em destaque as qualidades do índio, louvando sempre o *bom selvagem*, que não se entregava a guerras de conquista, que se caracterizava pela ausência de bens

pessoais, que se conduzia sempre com bravura, criatura assim plena de virtudes, numa sociedade também digna de elogios a que os civilizados deviam invejar. Montaigne, já quando o século XVI se aproxima do fim, depois de ter lido as informações dos viajantes e de ter, ele próprio, visto e parece que até mesmo se entendido com selvagens chegados à França, coroa, ainda do ponto de vista qualitativo, uma série de autores em que a influência das idéias sobre o índio se anuncia profunda.

Influência que vai permanecer, que atravessa o tempo, prolongando-se ao século XVII. Começando com a obra de Campanella, *Cidade do Sol*, cuja redação tem início em 1602.[8] Passando ao próprio Shakespeare, em cuja *Tempestade* os investigadores verificaram reminiscências evidentes da leitura de Pigafetta. Repercutindo num racionalista do porte de Grotius, que via na existência dos índios uma espécie de Idade de Ouro do homem, o reinado da fraternidade, da simplicidade, da comunidade de bens. Ecoando num tratadista da classe de Puffendorf. Num filósofo da projeção de Locke. Mas é no século XVIII, quando a ascensão burguesa entra na sua fase decisiva, que a idéia da bondade natural do índio vai constituir o próprio fundamento dos grandes trabalhos políticos e filosóficos. Novos livros de viagens, agora um tanto coloridos de ciência, surgem em várias línguas. A tudo isso junta-se a literatura jesuítica, com o seu poderoso alcance, com a sua incontestável penetração. Exemplo dessa literatura é o trabalho de Lafitau, que encontra ponderável repercussão. Menor, entretanto, do que a do Abade Raynal, indicado como o de maior sucesso, na França, entre 1770 e 1780.

Montesquieu, na sua obra clássica *O Espírito das Leis*, não só se vale, ostensivamente, da extensa literatura dos viajantes e daquela em que os jesuítas vinham proclamando as virtudes do índio, como aprecia a sociedade indígena, proclamando e valorizando a sua rebeldia e insubmissão e afirmando que a liberdade representava o objeto da organização política dos selvagens. No estado natural, pois, reuniam-se as três idéias que tanto iriam influir no conteúdo das reformas do século XVIII, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Voltaire, por sua vez, não só acolheu o índio em seus trabalhos como distinguiu nele traços de diferenciação que o colocavam em contraste com o homem europeu. No *Ensaio Sobre o Caráter do Homem Selvagem*, Diderot se ajusta à linha dos endeusadores da bondade do índio. É em Rousseau, porém, que vamos encontrar a referida teoria levada aos seus extremos, às últimas conseqüências. Dentro de suas contradições, Rousseau é o responsável pela divulgação do mito do bom selvagem. Tal divulgação, ele a empreende desde a teoria educacional que preconiza no *Emílio* à teoria política que proclama no *Contrato Social*. Esse extraordinário esforço de pensamento, em que verificamos o impulso da burguesia para a conquista das últimas posições que estavam ainda fora de seu poder, constitui o sinal evidente da formação ideológica que vai ser traduzida na Revolução Francesa.

Vimos, nesse rápido percurso, como a idéia da bondade natural do índio, de suas virtudes individuais dos primeiros textos de viajantes e navegadores, atravessou três séculos e foi constituir um dos elementos principais na fase de transformação da sociedade que encerra um período da história. A tendência à valorização do índio, pois, nem surgiu no século XIX, como criação específica do romantismo brasileiro, nem foi por ele encontrada em obras literárias da mesma época, surgidas em outros idiomas e referindo-se ao selvagem norte-americano. E nem é necessário mais do que um simples exame para encontrar em nossa própria literatura, antes do romantismo, o tema, tratado de acordo com as possibilidades de alguns autores, mais voltados para o índio que conheciam das páginas dos escritores europeus do que para o índio que habitava as terras brasileiras. Santa Rita Durão, Francisco de Melo Franco e Sousa Caldas foram, sem dúvida alguma, os primeiros que, entre nós, trataram o tema do selvagem. Trataram-no dentro da tendência européia de valorização, que se havia divulgado bastante ao tempo em que todos os três estudaram no velho continente, onde colheram a mencionada influência. Outro brasileiro que pode ser apontado como precursor, nesse sentido, e que também fez estudos fora do Brasil, foi Basílio da Gama.

Será exagero, sem dúvida, verificar nas páginas do *Valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado, aparecido em Lisboa, em 1648, ou em narrativas do mesmo tipo, celebração das qualidades do índio. O bom do frade cumula de louvores a Camarão, mas está longe de se preocupar com os acompanhantes do grande chefe dos frecheiros. Mas não existe exagero nenhum em constatar aquela celebração nos versos de José Basílio da Gama. O poema *O Uruguai*, aparecido em 1769, pode muito bem ser colocado na linha do indianismo que antecede as manifestações românticas. Feito em louvor de Gomes Freire, pelos atos cometidos na guerra contra os índios missioneiros que guarneciam as reduções jesuíticas dos Sete Povos e que as deviam abandonar, em conseqüência do disposto no Tratado de Madri, estende-se em descrições e episódios daquela campanha. Nessas descrições e episódios, o índio aparece, com

uma clareza exemplar, dotado de grandes e nobres qualidades, guerreiro de raça altivo, lutador, defensor intransigente de seus direitos.

Não muito depois, em 1781, surgia o poema de Santa Rita Durão, *O Caramuru*, cujas estrofes, pelo menos aquelas de antologia, o leitor brasileiro conhece bem. São versos submetidos à dura forma camoniana, sem os primores do modelo, mas conservam pelo índio os mesmos sentimentos denunciados por José Basílio da Gama, e ninguém pode esquecer o episódio de Moema, nadando atrás do navio que leva o amante, num épico exemplo de fidelidade. O referido episódio, aliás, nem é novo, pois já um viajante do século XVII, Jean Mocquet, apresentara história semelhante. Constitui quase um refrão, de toda forma, o tema das relações de colonizadores com mulheres indígenas, tendo estas sempre um papel digno e aqueles um papel criticável.

Em 1783, Antônio Pereira de Sousa Caldas escreveria, segundo uma informação de Sacramento Blake, a sua ode *O Homem Selvagem*, em que Afonso Arinos de Melo Franco vê um plágio indiscutível do *Discurso Sobre a Desigualdade*, de Rousseau, e em que, portanto, a idéia do bom selvagem, da bondade natural do índio, está representada por inteiro. Rousseau influiria também no pensamento do nosso patrício Francisco de Melo Franco que, em 1790, copiava os princípios defendidos no *Emílio* em seu *Tratado de Educação Física*. Em 1843, finalmente, três lustros antes do aparecimento de *Os Timbiras*, com que Gonçalves Dias lançaria a nova escola, Manuel de Araújo Porto Alegre publicava as *Brasilianas*, na verdade muito mais descritivas do que preocupadas com o homem, mas em que já se anunciavam os sinais de generalização da estima literária pelo índio, dentro de padrões que seriam tomados como normais pela ficção e pela poesia brasileira dos meados do século XIX. No ano que antecede o do lançamento de *Os Timbiras*, aliás, Domingos José Gonçalves de Magalhães apresentava *A Confederação dos Tamoios*, em que os motivos eram já transparentemente indianistas.

Recordamos, assim, que, muito antes do romantismo, o tema do índio já representava uma preocupação da parte dos nossos escritores. Existe, entretanto, uma diferença essencial entre o modo como trataram aquele tema e o modo como os indianistas o trataram. Os precursores fizeram do índio um assunto, sem dúvida, e tomaram para modelo os mestres europeus. Os indianistas pretenderam fazer do índio mais do que um assunto, um herói. Nem os precursores e nem os indianistas, porém, tiveram qualquer preocupação em trazer o negro para o plano da criação literária, ainda

que fosse apenas como assunto. Nisso, eles se comportavam, e coerentemente, como os catequistas, que se desmandavam na defesa do índio, assistindo às maiores torpezas da escravidão e do tráfico negreiro. Ou como os homens de pensamento, desde época mais recuada, que pretendiam erguer o índio à categoria de padrão humano, enquanto omitiam tudo o que diminuía o próprio branco, em seus países mesmo, ou o negro, transferido de seu continente e arrebanhado para o labor agrícola. A escravização, e tudo o que ela veio significar para os povos americanos, aliás, é um processo que antecede as descobertas, o impulso das navegações, começando nos próprios territórios metropolitanos ibéricos e em particular no reino lusitano.

Embora os nossos historiadores não se tenham detido, e talvez intencionalmente — porque a falsidade é apenas uma das formas da apologética — em torno do problema, o certo é que, pelo menos nas zonas em que a colonização se firmou e conseguiu estabelecer uma estrutura de produção estável e contínua, o que ocorreu, em relação às populações indígenas, foi a sua rápida, total e implacável destruição. Tais populações foram relegadas ao interior, a zonas em que engenhos e fazendas não se estabeleceram. O tempo que demandou a tarefa de extermínio do indígena foi variável, segundo os recursos da colonização em determinadas áreas. Nas regiões em que a forma de produção não assumiu, desde logo, nítidas características mercantis, houve possibilidade de convivência transitória entre brancos e índios. Tal convivência, porém, ultrapassada a fase preparatória da feitoria — fase que permitiu os Ramalho, os Caramuru e exemplos da mesma ordem — jamais foi de molde a conceder aos chamados selvagens uma existência compatível com a cultura que haviam modelado. Ou aconteceu o extermínio ou aconteceu o esmagamento cultural, com a destruição de todos os valores que o indígena havia conseguido elaborar.

Houve, pois, um prolongado choque entre colonizadores e indígenas e estes foram relegados ao interior distante, dizimados ou conservados numa dependência que acabou por destruir tudo o que podiam oferecer, como coletividade, à organização que se levantava com o apossamento da terra. Passaram a representar, assim, um elemento marginal, sem nenhuma participação ponderável na tarefa da colonização. E nem poderia ter sido de outra forma, dadas as condições a que se subordinou a conquista da terra e as características que presidiram sua exploração. Nesse sentido, é interessante recordar que as tribos litorâneas constituíam um obstáculo à apropriação extensa que se processou desde os primeiros tempos. A

substituição das relações existentes entre o primitivo habitante e a terra por relações do tipo escravista foi responsável pelo extermínio que se seguiu.[9]

Há, no problema do indianismo, dois aspectos a considerar: saber como o romantismo brasileiro se revestiu dos traços que definiram uma escola indianista inequívoca, e saber como o índio se tornou a figura central da ficção e da poesia romântica. Nem um e nem outro foram traços oriundos da mera coincidência. O indianismo, a rigor, constituiu uma tendência generalizada do romantismo.[10] Não ocorreu apenas em nosso país. A valorização do índio, conforme foi verificado, é muito mais antiga do que o aparecimento da escola romântica. Há um momento, no Brasil, entretanto, em que o romantismo se traduz em indianismo, vulgariza-se em tais roupagens. Que obscuras razões teriam presidido o fenômeno? Um rápido exame do quadro histórico pode ajudar-nos bastante na compreensão do que parece singular. É fácil verificar como entre indianismo e nativismo houve mais paralelismo do que relações causais. E as verdadeiras relações causais emergirão, pouco a pouco, da aparente obscuridade em que têm sido conservadas.

O indianismo surgiu, entre nós, perfeitamente caracterizado, com a poesia de Gonçalves Dias e o romance de José de Alencar, no início da segunda metade do século XIX. É curioso, de qualquer forma, fixar a particularidade: surgiu com o maior dos poetas e com o fundador do romance brasileiro. Claro está que Alencar não foi o primeiro romancista. Quando aparecem os seus livros ou folhetins, aliás, ele já encontra o campo suficientemente trabalhado pela atividade de Joaquim Manuel de Macedo. É com Alencar, no entanto, que o gênero atinge a sua inteireza, entre nós. Ora, como é sabido, o romance representa a contribuição por excelência da ascensão burguesa ao desenvolvimento literário. É com aquela ascensão que o gênero chega à sua maturidade, torna-se o caminho natural, o caminho comum da criação literária. Alencar, o fundador do romance brasileiro, começa — salvo rascunhos a que não é possível conceder demasiada atenção — com um romance indianista. Esse romance alcança, desde o seu aparecimento em folhetins, uma voga extraordinária, difunde-se com uma rapidez curiosa, desperta um enorme interesse.[11] A poesia de Gonçalves Dias, por outro lado, suscita entusiasmo, alcança uma repercussão singular, fica retida na memória dos leitores. Aqui existe um fato de importância, que é necessário guardar: há uma afinidade absoluta entre o gosto do público e o indianismo. Teria sido o nativismo a única ou a verdadeira razão de tal afinidade? Grande parte dos

autores, historiadores e críticos defende esse ponto de vista. É curioso verificar os elementos componentes do processo, para mostrar que a substância nativista, realmente contida no indianismo e um dos seus fermentos espontâneos, não foi senão um dos traços que motivaram o seu êxito.

A Independência fora realizada, quando o indianismo surgiu, há mais de três décadas. O que representou a Independência, no quadro da vida brasileira? Em primeiro lugar, manteve as relações sociais existentes ao tempo do regime colonial. É interessante notar que não afetou em nada a propriedade territorial e nem mesmo a propriedade servil. Em segundo lugar, correspondeu à integração da economia brasileira no quadro da economia internacional, em pleno coroamento do triunfo da burguesia. O episódio da Revolução Francesa, quando a classe da vanguarda destrói os últimos elementos que se antepõem ao seu pleno domínio, enquadra-se no largo movimento da Revolução Industrial, em franco desenvolvimento, que corresponderá, para as áreas coloniais, à derrocada do sistema de clausura e do monopólio comercial. A autonomia dos povos coloniais americanos, assim, ao mesmo tempo que conserva as relações sociais internas, corresponde à integração de suas áreas no quadro internacional em que as relações econômicas se processam.

A valorização do índio, conforme buscamos evidenciar, representava uma idéia cara à ascensão da burguesia. Do ângulo interno, correspondia inteiramente ao quadro das relações sociais dominantes. Representaria um contra-senso histórico, evidentemente, se o elemento valorizado tivesse sido o negro. No quadro daquelas relações, que subsistem intocadas com a autonomia, o negro fornecia o trabalho, colocava-se no extremo inferior da escala. Não constituiu mera coincidência o fato de ter sido Alencar, a figura máxima do indianismo, o fundador do romance brasileiro, um escravocrata.

A afinidade entre o romance, gênero novo, valorizando o índio, e os grupos já dotados de aptidão para o prazer da leitura é outro traço curioso. A ampla receptividade, num meio em que a criação artística era ainda tão menosprezada, encontrada pela ficção e mesmo pela poesia indianista comprova que a referida valorização ia de encontro aos desejos, aos sentimentos, ao conteúdo emocional dos leitores. Tais leitores, como é fácil de verificar, pertenciam, por sua vez, à classe dotada de entendimento intelectual, a classe que dominava a sociedade. Não podendo valorizar o negro — e nem tal idéia, por todos os motivos, lhes acudiria — os ficcionistas românticos só podiam tomar o índio como elemento próprio para as suas criações. No plano do generalizado nativismo então domi-

nante, o português, que era o colonizador, devia receber alguns impactos. Recebe-os muito menos, aliás, do que seria de esperar, e do que receberia se, realmente, o nativismo fosse o único fermento do indianismo. A escola, segundo suas criações, é muito mais a favor do índio, mostrando-o sob luzes radiosas, do que contra o luso, apontando-o à execração. É curioso lembrar que o vilão, em *O Guarani*, é Loredano e não D. Antônio de Mariz; a figura masculina central de *Iracema* é Martim Soares Moreno. O elemento português colocado na ficção é, naturalmente, aquele recrutado entre os senhores de terras e de escravos, não aquele dado ao trabalho ou ao comércio. A valorização destes, como a valorização do negro, admitindo que tivesse sido viável, teria retirado à ficção indianista qualquer possibilidade de sucesso. E não teria sido indianista, no fim de contas.

O negro não podia ser tomado como assunto, e muito menos como herói, não porque, segundo escreveu um estudioso moderno, refletindo a idéia generalizada de sua classe, fosse submisso, passivo, conformado, em vez de altivo, corajoso, orgulhoso, dado que não podia ser senão assim, submetido que estava ao regime de escravidão — mas porque representava a última camada social, aquela que só podia oferecer o trabalho e para isso era até compelida. Numa sociedade escravocrata, honrar o negro, valorizar o negro, teria representado uma heresia. Não chegaria a ocorrer aos escritores do tempo, oriundos da classe dominante, e nem teria tido o romantismo, posto nesses termos, afinidade alguma com o mundo dos leitores, também recrutado naquela classe.[12]

Qualquer análise, pois, do indianismo em que sejam levantadas questões secundárias, como a de que o índio não era assim como o representavam os escritores, não falava assim, não procedia assim, representa uma derivação do tema, sem nenhum traço de objetividade. O índio literário dos romances é o descendente, em linha direta, do índio social e individualmente bom, dotado de bondade natural, a criatura que fascinou os elementos intelectuais da larga fase de ascensão burguesa, dos viajantes e utopistas aos enciclopedistas. Vê-lo de outra maneira, confrontá-lo com o elemento que vivia refugiado no interior, representa uma análise formal, sem nenhum fundamento e sem nenhuma possibilidade de atingir a compreensão do problema. Certo, o índio não era assim — mas *devia ser assim*, conforme anotou um crítico literário.[13] A inautenticidade do indianismo, vista por esse ângulo, não foi, aliás, um aspecto verificado apenas no Brasil, mas generalizado a todas as regiões em que

o romantismo se voltou para essa motivação curiosa e tão profundamente ancorada no desenvolvimento social.

O indianismo representa, no processo histórico da literatura brasileira, uma de suas etapas mais características, pois. Está longe de ser falso, conforme parece aos investigadores superficiais. É a manifestação de uma sociedade de senhores de terras, de regime de trabalho servil, em que apenas se esboça a classe intermediária. Nesse sentido, corresponde plenamente aos traços essenciais daquela sociedade. É a sua criação específica. Utilizando velhas idéias e conceitos seculares, traduz, em termos do século XIX e em linguagem literária, o que existe de mais caracterizado no meio brasileiro. Que lhe não pertence, apenas, que representa uma tendência generalizada, aqui travestida entretanto de cor local e em perfeita coerência com os sentimentos e as razões do ambiente social.[14]

A idéia de que os nossos indianistas tivessem copiado a maneira de ver o índio de figuras, como Chateaubriand ou Cooper, carece, assim, de todo e qualquer sentido. Aqueles autores comprovam, com as suas obras e a tendência que manifestam, a generalidade da preocupação com o índio, dentro do quadro do romantismo, preocupação que nem era nova e nem original. Tivessem os nossos indianistas sido meros imitadores vulgares de motivos distantes, alheios ao ambiente brasileiro, e não teriam alcançado a receptividade que conquistaram entre os leitores do tempo, permanecendo, até agora, como autores procurados. Se existiu manifestação típica do pensamento nacional, foi o indianismo um dos seus exemplos mais expressivos. Valorizando o índio, os românticos traduziam a realidade do país. Não teriam tido importância se não tivessem seguido as tendências dominantes no Brasil da segunda metade do século XIX. Brasil ainda suficientemente colonial para fazer da valorização literária do índio um tema supremo.

NOTAS AO CAPÍTULO 3

1 Frei Bartolomeu de Las Casas, *As Indias Ocidentais*, S. Paulo, 1944. O dominicano Las Casas (1474-1566), filho de um dos acompanhantes de Colombo em suas duas primeiras viagens à América, tornou-se, por seus escritos em favor do índio, uma espécie de apóstolo das idéias que tanta voga encontraram na Europa. Sobre sua vida e sua obra: Carlos Gutierrez, *Fray Bartolomé de Las Casas, sus tiempos y su apostolado*, Madrid, 1878.

2 Afonso Arinos de Melo Franco, *O Indio Brasileiro e a Revolução Francesa*, Rio, 1937. Excelente monografia a respeito das origens brasileiras da teoria da bondade natural.

3 A carta de Pero Vaz de Caminha está transcrita em vários trabalhos de história brasileira, inclusive na publicação: *Os Sete Únicos Documentos de 1500, Conservados em Lisboa, Referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1940. Caminha se esmera na descrição do selvagem: "Contudo andam muito bem tratados e muito limpos e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser e isto me faz presumir que não têm casas nem moradias em que se recolham e o ar a que se criam os faz tais, nem nós vimos até agora nenhumas casas, nem maneira delas." Para detalhar ainda: "Comiam conosco do que lhes dávamos e bebiam alguns deles vinho e outros o não podiam beber, mas parece-me que, se a ele se acostumarem, o beberão de boa vontade. Todos andavam tão bem dispostos e galantes com as suas pinturas que agradavam assim. Acarretavam quanta lenha podiam com muito boa vontade e levavam-na aos batéis e andavam mais mansos e confiados entre nós que nós entre eles."

4 Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au XVI siècle*, Paris, 1878.

5 Las Casas, *As Índias Ocidentais*, S. Paulo, 1944, pág. 7.

6 Afonso Arinos de Melo Franco, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, Rio, 1937, pág. 125. A bem informada monografia de A. A. de Melo Franco constitui uma das fontes mais indicadas para o assunto.

7 Erasmo, *Éloge de la Folie, in Oeuvres d'Erasme*, Paris, 1933, pág. 41.

8 Campanella, *A Cidade do Sol*, Rio, s.d.

9 Parece singular que o mesmo escritor que se deteve, minuciosamente, no estudo das ligações que existiram entre o índio brasileiro e a teoria da bondade natural, que tanto realce alcançou no pensamento europeu da época da Revolução Francesa, o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, de cuja excelente monografia muito nos valemos aliás, seja responsável por afirmações outras, em que se desvia da verdadeira questão que existe no indianismo. Declara esse autor, em um de seus trabalhos, a respeito do que chama "civilização brasileira": "O fato de não ter existido em todo o movimento abolicionista a preocupação de visar a figura do negro em dois ou três tipos literários, como a do índio, se prenderá talvez a duas circunstâncias. A primeira é que o negro não representava — pelo menos para a vaidade requintada da época — uma força nativista, de vez que não era o habitante autóctone do país, mas representava uma população importada, como a branca. Não poderia, assim, corporificar o espírito nacional... A segunda circunstância é ser o negro, em geral, gente submissa, passiva, conformada na servidão, segundo supunham os nossos antepassados... Nessas condições, seria difícil encarnar em um negro os sentimentos de altivez, superioridade mental, coragem, orgulho, e outros atributos no gênero, que constituíam o conjunto do tipo do herói literário. Pelo menos não seria razoável que assim se fizesse, quando existia o índio, cuja figura decorativa era tão própria para semelhantes caracterizações." (Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936, págs. 92 e 93.) No mesmo trabalho, aliás, o autor expressa uma opinião interessante: "Nós, se tivéssemos que desenhar a superfície geométrica da civilização brasileira, fá-la-íamos cercada por três linhas de tamanhos diferentes. Seria um triângulo, que teria como cateto menor a linha índia, como cateto maior a linha africana, e como hipotenusa a linha européia." Isso corresponde, na verdade, e sem dúvida alguma, a conferir à componente índia a menor parcela na contribuição para o que o autor procura caracterizar como *civilização brasileira*.

10 Sérgio Buarque de Holanda aprecia devidamente o assunto na introdução à obra poética de D. J. G. de Magalhães, edição do Instituto Nacional do Livro.

11 Vide nota 16 do capítulo anterior.

12 "Ajustando-se estreitamente ao meio fluminense do tempo, Macedo proporcionou aos leitores duas coisas que lhe deram popularidade e, mesmo, a modesta imortalidade que desfruta. E foram elas: narrativas cujos cenários e personagens eram familiares, de todo o dia — mais envoltos em peripécias e sentimentos enredados e poéticos, de acordo com as necessidades medianas de sonho e aventura. Fornecendo ao público elementos familiares à sua sensibilidade, ia extraindo deles as conseqüências que não ocorrem no cotidiano; desta forma, influía no gosto, dava estilo às abstrações literárias do burguês carioca, ou fluminense, como se dizia então." (Antônio Cândido, Prefácio a J. M. de Macedo, *A Moreninha*, S. Paulo, 1952, págs. 10 e 11.)

13 "Poderão objetar-me agora que nos seus dramas florestais há muita cenografia, maquinaria, carpintaria de bastidor, e que, a rigor, Peri é falsíssimo com seu cavalheirismo e sua nobreza pundonorosa, tão falso quanto Dom Antônio de Mariz e Ceci, tão falso quanto, em outros autores, Paulo e Virgínia, Atala e os Incas. Concordamos que seja, em boa parte, uma linda mentira, de precioso romantismo. Mas o indiscutível é que existe aí não sei que inexplicável originalidade local e tudo isso tem o cheiro e o gosto do nosso Brasil. Se o índio não foi assim, devia ser assim. Afinal o talento salva tudo e em Alencar, graças a Deus, essa mercadoria não escasseava.' (Agrippino Grieco, *Evolução da Prosa Brasileira*, 2.ª edição, Rio, 1947, pág. 40.)

14 "Atala e Chactas são mais ou menos tão selvagens como são gregos os personagens do *Telêmaco*." (Albert Thibaudet, *Historia de la literatura francesa desde 1789 hasta nuestros días*, 2.ª edição, Buenos Aires, 1945, pág. 38.)

4 — O INDIANISMO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

O indianismo como traço geral de distinção — O antilusismo indianista — Nativismo e indianismo — Raízes do indianismo — O indianismo no romance: José de Alencar — O indianismo na poesia: Gonçalves Dias — Fim do indianismo.

NOSSO ROMANTISMO sofreria a deformação indianista como uma imposição do meio, logo após a autonomia, quando estavam ainda vivos os sentimentos que ela despertara e a arregimentação de idéias que teria de motivar. No processo da independência o que fica evidente é a descida dos grandes proprietários territoriais aos centros urbanos, em que têm sede os novos órgãos do poder público. Descem para dirigir a nação, para configurar todos os seus elementos, para organizá-la, na medida dos seus interesses de classe, na obediência dos seus princípios e dos seus ideais. Trata-se, na etapa mencionada, de simples projeção urbana de uma classe forjada no domínio rural, sob as características dominantes da grande propriedade e do trabalho escravo. Nesse sentido, a autonomia, alterando a face externa do país, deixa intacta a sua fisionomia interna.[1]

No quadro da precária atividade artística que uma sociedade dêsse tipo poderia admitir, o romantismo derivaria para a expressão indianista na obediência a um sentir generalizado, que estava longe de circunscrever-se àquela atividade. A propósito dessa derivação do romantismo, um observador moderno anotaria com exatidão: "Adquiriu (o romantismo) entretanto na América tintas nacionais, e a essa adaptação — o colorido local, a aclimatação, a

exploração dos temas indígenas — deveu, aqui e alhures, o seu melhor êxito. [. . .] No Brasil, fixa-se na Idade Média americana: o seu assunto é, absorventemente, o índio. Firma-se, pois, numa abstração, aliás pré-romântica: o 'bon sauvage' dos utopistas do século XVIII. Cria o seu mundo artificial. Sobrepõe-se à realidade. Arquiteta uma sociedade convencional, uma civilização ideal, um Brasil fora de sua rude verdade.[. . .] Imitava-se naturalmente tudo, porque as tradições luso-brasileiras eram pobres, toscas, dissociativas. No rumo desse útil mimetismo, os românticos inventaram a sua arte. Poesia byroniana e lamartiniana, novelas ao jeito de Chateaubriand e Walter Scott, jornalismo liberal de acordo com o espírito francês de 1830 e 1848, oratória do mesmo estilo, e, a propósito de tudo — por símbolo nacional — o índio: no patriotismo, nas artes plásticas, no romance, no poema, na erudição. Caboclos dos préstitos de 2 de julho, na Bahia (desde 1826); tupi dos painéis das casas nobres, como a da Marquesa de Santos, das estátuas que lhes adornaram os jardins, os frontões dos edifícios construídos por Grandjean de Montigny e seus discípulos, na pinacoteca nacional (Escola de Belas-Artes); o Guarani, Ubirajara, Iracema; Timbiras, Tamoios, em todos os tons romantizados, cantados, e a sua língua estudada por D. Pedro II que dava o exemplo, Batista Caetano, Couto de Magalhães; a etnografia, o folclore, as fábulas. . . Imaginou-se confundir brasileirismo com indianismo, a nação histórica com o antepassado aborígine, a colônia com Tupinambás e Aimorés".[2]

Em outro trecho, mostrando a generalidade do traço de apreço pelo índio, a ânsia em identificar tudo o que era nacional com ele e com os seus motivos, o mesmo autor anotaria: "*O indianismo* foi uma exterioridade pitoresca da paixão brasileira. Comum à América, no Brasil devia ser sobremodo artificial. Nem o índio fora o maior fator da nossa formação, nem nos herdara um nítido patrimônio de influências que opuséssemos à civilização européia. Não tínhamos domesticado espessas massas indígenas que suprissem a ausência do povo nessa sociedade de proprietários e escravos. Entrara o homem branco dizimando os Tapuias. E destruíra também os Tupis, pela mestiçagem, que refundiu numa sub-raça, os primitivos elementos demogênicos do Brasil. A perda da 'língua geral', melhor do que outro fato, comprova o desaparecimento do índio na tradição brasileira. A sua conservação teria recortado, no mapa lingüístico do país, uma larga região túpica, análoga à que se mantém no Paraguai.[. . .] Suprimiram-se os apelidos secularmente portugueses: em seu lugar resplandeceram curiosos nomes indí-

genas. Canguçus, Jês, Baitingas, Patativas, Muçurungas... Na Bahia, onde a campanha da libertação foi mais aparatosa e extensa, criou-se o cortejo do 'caboclo', representando o Império a esmagar, com o pé triunfante, a serpe da tirania. Os jornais políticos adotavam invocações análogas. O dos Andradas, que abriu oposição a D. Pedro I, chamava-se *Tamoio*. Depois, o jornal restaurador, *Caramuru*. O Imperador, na Maçonaria, ficou com o pseudônimo de Guatimozim. Quando dela se afastou, para contrariá-la com uma maçonaria conservadora, ou clássica, mudou o apelido para Rômulo..."[3]

Mas não eram apenas nomes de pessoas e de jornais que denunciavam a generalidade de um sentimento que acabou por colorir a literatura. Tentou-se ir mais longe. Cuidou-se de alterar o próprio idioma: "Algumas gazetas, como *O Repúblico*, em 1830, usaram uma grafia fonética, que lhes gritasse o protesto contra a influência portuguesa. Na organização legislativa dos cursos, os deputados tinham pejo de chamar 'língua portuguesa', e diziam (o próprio José Clemente, depois muito atacado pelo seu lusitanismo) 'língua brasileira'. Em 1825, em Paris, o nosso ministro Pedra Branca colecionava os 'brasileirismos' que definiam o dialeto português do Brasil: preocupações de diferenças ou madurezas que seriam depois alteradas, sem sacrifício do propósito, noutro sentido. Demonstrar-se-ia que guardamos melhor do que a antiga mãe-pátria as tradições da língua! 'Escrevo em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani!*' — proclamara o poeta Salomé Queiroga. Não se ia mais estudar a Coimbra: agora as universidades alemãs, as academias francesas, atraíam os nossos estudantes ricos. A literatura de França avassalava as inteligências: porque punha de lado, varria a literatura do reino. Desenvolveu-se, paralelamente à guerra ao passado, a imitação irrestrita de Paris".[4]

José Veríssimo também menciona a distorção curiosa: "Inspirado nos preconceitos dos méritos do índio revelou-se este propósito em recomendações do ensino da língua tupi, em parvoinhas propostas de sua substituição ao português, na adoção de apelidos indígenas ou na troca dos portugueses por estes e no encarecimento de quanto era indígena". Para esclarecer adiante: "O próprio Varnhagen, não obstante ter sido o único brasileiro ilustre que se declarou, e não inteiramente sem razão, contra aquele preconceito, o mesmo Varnhagen, cedendo inconscientemente aos sentimentos do meio, lastimou que se houvesse acabado com o ensino do tupi, dado nos colégios dos jesuítas, e escreveu esta coisa estupenda: 'que para a literatura brasileira, a antiga língua da terra é

de muito mais importância do que o estudo do grego ou de outras línguas sábias'. E José de Alencar, em 1865, também escreveu este despropósito: 'O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura'."[5] A força de tais sentimentos, muito maior do que hoje podemos supor, uma vez que estavam ancorados na estrutura social e por ela condicionados, foi tão intensa e penetrou tão fundo no espírito nacional que ainda em nossos dias os indianistas não desapareceram de todo, conquanto, como escola literária, tais manifestações tivessem sido praticamente encerradas duas décadas antes do fim do século XIX.[6] Não tem consistência, pois, a argumentação que gira em torno da falta de conteúdo por parte do indianismo.[7] Da parte dos elementos melhores da escola, aliás, houve sempre uma preocupação séria no sentido de dar um conteúdo científico à formulação que faziam em termos literários. Magalhães escreveu curiosa monografia sobre *Os Indígenas do Brasil Perante a História* e Gonçalves Dias realizou pesquisas bastante apreciáveis e trabalhos de campo sobre os índios brasileiros.[8] Era um esforço inane, porém, e nem tinha mesmo razão de ser. Não se tratava de provar fundamentos científicos. Tratava-se de provar fundamentos sociais.

Estes, que nos apresentavam? Apresentavam o indianismo como a manifestação por excelência da sociedade do tempo, a sua formulação literária peculiar. Daí a receptividade denunciada no pobre mundo dos leitores do tempo, a ânsia com que foram recebidos os folhetins de Alencar, a vulgarização da poesia de Gonçalves Dias. Sérgio Buarque de Holanda viu bem certos aspectos dessa projeção da estrutura social no domínio da criação literária: "Também não seria outra a verdadeira explicação para o fato de se considerarem aptos, muitas vezes, os gentios da terra e os mamalucos, a ofícios de que os pretos e mulatos ficavam legalmente excluídos. O reconhecimento da liberdade civil dos índios — mesmo quando se tratasse simplesmente de uma liberdade 'tutelada' ou 'protegida', segundo a sutil discriminação dos juristas — tendia a distanciá-los do estigma social ligado à escravidão. É curioso notar como algumas das características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil — sua 'ociosidade', sua aversão a todo esforço disciplinado, sua 'imprevidência', sua 'intemperança', seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas — ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres. E deve ser por isso que, ao procurarem traduzir para termos nacionais a temática da Idade Média, própria do romantismo europeu, escri-

tores do século passado, como Gonçalves Dias e Alencar, iriam reservar ao índio virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros, ao passo que o negro devia contentar-se, no melhor dos casos, com a posição de vítima, vítima submissa ou rebelde.

"Longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-los, e é conhecido o alvará de 1755, determinando que os cônjuges, nesses casos, 'não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhe o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos'. Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalho de baixa reputação, os *negro jobs*, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como a sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque 'se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto'."[9]

O furor nativista que ocorre após a autonomia é, pois, um furor de classe, solidamente ancorado. Furor a que se referiria um estudioso moderno nos termos seguintes: "Logo depois da Independência correu por todo o Brasil grande furor nativista fazendo que muitos senhores mudassem os nomes de família portugueses para os nomes indígenas das propriedades, às vezes confirmados por títulos de nobreza concedidos pelo Império. Muitos indivíduos de origem européia, e outros de procedência africana, ficaram tendo nomes de família indígenas; pelo que alguns supõem-se caboclos e não de origem predominantemente portuguesa ou africana. Nomes arrogantemente nativistas: Buritis, Muritis, Juremas, Jutaís, Araripes. O depois Visconde de Jequitinhonha, este transformou em Francisco Jê Acaiaba Montezuma o nome portuguesíssimo de Francisco Gomes Brandão. Brasileiros menos indianistas nas suas tendências, porém não menos nativistas — alguns até bairristas — intercalaram no nome um 'Brasileiro', um 'Pernambucano', um 'Paraense', um 'Maranhão' enfático, anunciando-lhes a origem brasileira ou particularizando-lhes a regional".[10]

Nesse nativismo, que se traduziu especialmente em lusofobia, quando não em mero antagonismo orgulhoso, vê a maioria dos

estudiosos a origem única do indianismo, deixando de parte as suas raízes muito mais profundas.[11] Tão profundas que ficaram denunciadas no traço geral dos povos coloniais americanos terem presenciado a mesma manifestação, diversificada apenas pelas condições específicas de cada um. Nesse sentido, é importante verificar que só no Brasil a valorização literária do índio culminou numa escola literária de destacado papel. É que, aqui, o regime de trabalho escravo, que desvalorizaria o negro, constituiu uma peça tão fundamental que caracterizou toda uma época da vida brasileira e deixou os mais profundos traços na mentalidade de sua gente. O nativismo que repontou na fase da autonomia serviu apenas de motivo para a manifestação indianista que, aliás, ocorreu alguns decênios após a proclamação da Independência. José Veríssimo colocou o problema em termos mais exatos do que os demais intérpretes do nosso desenvolvimento literário: "É que, sob a influência do romantismo europeu, em revolta contra o classicismo, o indianismo se apresentava à nossa mente revoltada contra a hegemonia literária portuguesa, que era o nosso classicismo, como o nosso natural recurso de reação espiritual nacionalista. Foi antes o estímulo político da Independência que a ação dos nossos escritores uns sobre os outros que originou aqui o indianismo romântico e o generalizou".[12]

Filiando-se à corrente geral que vinculava o indianismo ao nativismo, Veríssimo compreende a nova escola como um caminho na reação contra o classicismo, que era o sinete português na nossa literatura e que devia, por isso, ser afastado ou combatido. Está claro que, com a introdução do romantismo entre nós, introdução que se processa ao mesmo tempo em que se sucedem os episódios que configuram a autonomia — embora suas obras tenham surgido depois da proclamação, quando o país era já independente — havia que buscar motivos locais para a expressão artística. Tal saída seria espontânea e inevitável. O que ficou esquecido, entretanto, foi o detalhe de que a autonomia manteve a estrutura interna e que, portanto, as manifestações da arte deveriam subordinar-se às características do meio, em que as alterações haviam sido muito mais superficiais do que profundas. Poucos perceberam esse detalhe e foi por isso que a interpretação permaneceu quase estéril. Um que outro, de raro em raro, descobre algum ponto do caráter essencial do problema: "Ergueu-se o Império sobre esse alicerce emocional. Amor exaltado do país, repulsa ao forasteiro, valorização dos antecedentes indianistas, a contemplação dos belos ideais franceses de 1789 ('os imortais princípios'), entretanto intransigente defesa da estrutura social que nos legara a colônia".[13]

O indianismo não era apenas uma saída natural e espontânea para o nosso romantismo. Era, mais do que isso, alguma coisa de profundamente nosso, em contraposição a tudo que, em nós, era estrangeiro, era estranho, viera de outras fontes. O indianismo era nativista, efetivamente, não por coincidir com a fase da autonomia — e não com os acontecimentos — e dela provir, como conseqüência direta, mas porque, logo após o processo da Independência, desenvolveu-se entre nós um nacionalismo vesgo, vago e virulento, traduzido em jacobinismo desenfreado, de que as nossas rebeliões provinciais mostraram traços evidentes. Indicar que o Brasil podia subsistir sem o português, e que podia viver de seus elementos próprios, dos que estavam na tarefa de colonização mas não eram lusos, constituía um tema excelente e peculiar à época. Dos três grupos humanos que haviam colaborado na obra da colonização, entretanto, excluído o português, contra o qual se voltava aquele extremado nativismo, só o índio servia como fundamento para uma temática rica e agressiva. Não podia servir o outro elemento, o negro, em virtude mesmo das condições da estrutura econômica e social brasileira, herança da fase colonial, e que o colocava na mais baixa camada.

A valorização do negro, realmente — convém repetir — nunca chegou a merecer a atenção literária, entre nós e com muito mais forte razão não poderia impressionar a um homem dos meados do século XIX, que faleceu antes que o movimento abolicionista tomasse corpo, como Alencar, o maior dos indianistas, aquele que colocou em termos de prosa literária, largamente difundida, a valorização do indígena. Oriundos de uma classe que condicionava a posição do negro a uma inferioridade irremissível, os escritores do tempo não podiam fazer dele o suporte natural de um movimento nativista no plano literário. A atividade literária, entre nós, ao tempo do indianismo, estava estreitamente condicionada à classe dominante, de senhores de terras e de escravos. Nessa classe é que se recrutavam os escritores — nessa classe é que estavam os leitores. Valorizar o negro corresponderia a entrar em conflito com tais origens. Demais, as condições de cultura, os padrões estabelecidos, relegavam o trabalho, que era sinal de subserviência, ao negro escravo. Não seria possível valorizar o trabalho, numa sociedade escravocrata e latifundiária, em que a diferença estava, justamente, na situação superior dos que não trabalhavam, mas usufruíam. O índio nada tinha a ver com o trabalho — era uma criatura livre, ao ver dos contemporâneos do indianismo. E tinha, além de tudo, na ânsia nativista, um traço de valorização histórica a mais: fora

ele o adversário do português colonizador — ele que, dono da terra, e livre nessa terra, opusera-se ao domínio luso, lutara contra ele, e fora derrotado combatendo.

A valorização do índio, as fontes do indianismo, estavam, ainda mais, na própria memória popular. Capistrano de Abreu, que juntou, nos seus primeiros anos de atividade como escritor, a tarefa de crítica literária com os pendores que o levaram à investigação histórica, situou, nos *Ensaios e Estudos*, com uma singular precisão, as fontes folclóricas do indianismo. Definiu os três ciclos dos contos populares, filiando o indianismo ao terceiro ciclo. Capistrano, com a sua peculiar honestidade, confessava a fragilidade de suas pesquisas, fazendo notar que elas haviam sido apenas efetivadas no Ceará, justamente a terra de Alencar, o maior dos indianistas. Tais origens folclóricas não escaparam, aliás, ao romancista de *O Guarani*, que definiu uma primeira etapa de sua obra como girando em torno "das lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo". Estamos longe, pois, do indianismo de cópia servil de Chateaubriand e Cooper. Verificamos, ao contrário, as profundas raízes que esse indianismo tinha lançado, em terras brasileiras.

Os elementos caracterizadores do indianismo, pois, conforme observou com muita agudeza Mário Camarinha da Silva, podem ser alinhados como sendo: o elemento folclórico, em torno do qual Capistrano levantou uma pista tão segura; a influência estrangeira, vinda através de Cooper e, de forma particular, de Chateaubriand; o elemento nativista, polarizando a tendência antilusa dominante na época e frisando a primazia da contribuição humana que resistira ao colonizador português e que se constituía como população primitiva do continente; o elemento condicionado pela escravidão, que forçava a exclusão do negro como matéria literária, ficando vedada, pelas condições culturais, em conseqüência da estrutura econômica e social do país recém-independente, a valorização do africano; o elemento idiomático, em último lugar, constituindo a preocupação dos mais eminentes escritores indianistas afirmar a autonomia literária não só através do fundo como através da forma, escrevendo diferente dos portugueses e mostrando que havia no Brasil uma linguagem diversa ou pretendendo contribuir para que houvesse e se afirmasse cada vez mais acentuada aquela diferença.[14]

Dentro de tais caracterizações, o indianismo deu um considerável impulso à literatura brasileira. Fez mais: popularizou-a, segundo as afinidades que estabeleceu com o público. Estabeleceu a ponte entre as manifestações literárias despertadas pelo romantismo,

em que se enquadrou, e a fase posterior, em que a reação anti-romântica teve lugar. Ao mesmo passo, conjugou, através da popularidade, a tarefa literária e a da imprensa, que tornou possível, fornecendo os mais divulgados folhetins da época. Forjou, com Alencar, a prosa brasileira, emancipando a manifestação literária do primado poético, em que se mantinha. Traduziu, com fidelidade exemplar, no fundo e não na forma, a realidade do país, os condicionamentos de sua estrutura econômica e social. Enriqueceu o temário com os elementos folclóricos em que ancorou as suas manifestações. Deu cunho nacional ao romantismo, que se estiolava em manifestações secundárias, copiando os modelos externos.

O tema da prioridade, aqui como em outros casos, contribui para deslocar o indianismo de seu verdadeiro significado. Não tem importância o traço indianista antes de sua vulgarização popular, antes de sua transferência aos que, no Brasil de então, constituíam o povo e representavam público. As idéias têm vigência, como as escolas, desde o momento em que ganham camadas importantes da opinião. Antes disso, sua importância carece de fundamentos e deixa mesmo de existir. O fato de terem autores do século XVIII tratado o tema do índio, ou de terem trazido o índio como figurante de suas obras, não tem significação alguma, e só mesmo desperta a atenção quando os outros, os que vieram, depois, os que lançaram o indianismo ao público, trouxeram para o tema a ampla luz da vulgarização.[15] Ora isso só aconteceu depois de 1857, quando aparece em livro *O Guarani*, de José de Alencar, quando surgem os cantos de *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias. E a manifestação de Alencar, que desperta tanta atenção, antecede apenas de um ano o lançamento de sua peça teatral *O Demônio Familiar*, em que focaliza, de um ponto de vista nitidamente de classe, o problema do escravo doméstico, e de dois anos o lançamento de outra peça sua, *Mãe*, em que situa, dentro da técnica romântica, mas ainda de um ângulo de classe, o problema da miscigenação e os distúrbios sociais que proporciona.

Quando José de Alencar inicia os seus trabalhos literários, após o estágio como folhetinista, o campo do romance, entre nós, está devidamente preparado pela divulgação de Macedo. O aparecimento de *O Guarani*, primeiro em folhetim, depois em livro, encontra um ambiente receptivo: o livro, como o folhetim, atendem, de maneira profunda, a solicitação do público existente. O romantismo dominante tem os seus caminhos abertos, a sociedade escravocrata exige a satisfação de seus anseios nativistas, o gênero literário está plenamente lançado. Existem as condições, quer as da sociedade, quer

as literárias. José de Alencar é o instrumento apropriado para, dentro do quadro romântico, oferecer a solução indianista.[16] Entre setembro de 1854 e julho de 1855, redige o folhetim do *Correio Mercantil*, onde substitui Francisco Otaviano, e passa em revista os principais acontecimentos. Suas atenções voltam-se de preferência para os quadros da cidade, mas não deixa de abordar também questões do país e do mundo. O ofício de folhetinista exigia dotes literários, mas também traços de cronista mundano. E a opinião, que os jornais emitiam em graves editoriais, transitava para o campo do comentário avulso, proporcionado pelos acontecimentos próximos. Alencar focaliza o que existe de característico numa sociedade em evolução: os seus divertimentos, as suas preocupações, as suas tendências. Aprecia a paixão pelo teatro lírico, as alterações introduzidas com o uso da máquina de coser, o interesse que despertavam as companhias por ações, o retorno de Montalverne ao púlpito. Por iniciativa de José Maria Vaz Pinto Coelho, esses folhetins foram reunidos em livro, em 1874, sob o título *Ao Correr da Pena*.[17] Abandonando o *Correio Mercantil* e depois de alguns meses de pausa, o jornalista retoma a crônica, já no *Diário do Rio de Janeiro*, em cujas páginas aparecerá *O Guarani* e em cujas oficinas será impresso o livro.

Com este romance é que o indianismo alcança, entre nós, o público. E por isso é que deve ser considerado o momento inaugural da tendência que, se não foi duradoura, nem por isso deixou de aprofundar os seus efeitos e de traduzir a ética do tempo. Não traduziu a realidade do índio, evidentemente, e nem tal caminho teria levado o indianismo à divulgação que alcançou. Esse aspecto particular, deslocando o aspecto principal, serviu muito às críticas feitas a Alencar, quer em vida, quer depois de sua morte. Numa polêmica levantada por Joaquim Nabuco, em 1875, em *O Globo*, a acusação se baseava em que Alencar ofendera a história, a verdade, a arte e as leis da composição literária, no seu romance indianista. Os tipos eram falsos, mencionava Nabuco, e mais do que isso, inverossímeis. O autor respondeu, aceitando a questão no terreno em que a colocava o crítico e pretendeu demonstrar que havia traduzido a verdade do índio. Na autobiografia *Como e Porque sou Romancista*, assumiria uma posição melhor. "No *Guarani*, escreveu, o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase raça extinta".[18]

Mas em Alencar há também a paisagem, opulenta, pitoresca, colorida, que se compõe com o tema indianista como a moldura em um quadro e que subsiste ao indianismo, pois está nos romances em que o autor pretende transfigurar o ambiente brasileiro. Os dois elementos, o índio e a paisagem, conjugam-se perfeitamente e somam os seus efeitos, nos murais magníficos que o romancista levanta. No primeiro, Alencar lança definitivamente uma escola, polariza as atenções e dá novos moldes ao romance brasileiro. Na segunda, estabelece as pontes para o sertanismo, que será a forma de que se revestirá, em seguida, e com mais longa duração, em que a literatura brasileira expressará os seus anseios de autonomia.

Cronista, teatrólogo, orador e político, José de Alencar ficou realmente na história literária como o romancista por excelência de uma época. Nem mesmo suas incursões no campo do romance urbano, de costumes, com os seus perfis de mulher, deslocaram a preferência dos leitores daqueles livros em que, no campo de sua predileção, trabalhou com os materiais característicos, o índio e a paisagem. Sua observação, denunciada na agudeza das crônicas, apanharia muitos dos traços da sociedade brasileira do tempo, situando-os nas figuras femininas e nas que as rodeiam. A mestria, entretanto, estava naquilo que, em sua obra, continua a atrair as atenções, e isso é que assegura a permanente fascinação que os seus livros exercem, constituindo uma iniciação literária que se repete através do tempo.[19] Nem pode ser desmerecido o seu esforço, apesar dos reduzidos resultados, em introduzir na criação literária uma linguagem mais próxima dos brasileiros do que aquela utilizada pelos que imitavam os mestres lusos. Fundador do romance nacional, José de Alencar pretendeu compor um quadro do país que abarcasse toda a sua variedade. José Veríssimo andou acertado no julgamento desse aspecto, valendo-se ainda do parecer lúcido daquele que, sobre a herança alencariana, levantaria, em moldes inteiramente diversos, uma obra imperecível: "Quão melhor alumiado não andou Alencar escolhendo os seus sem preferências de regiões, para compor segundo o belíssimo dizer de Machado de Assis, 'com as diferenças da vida, das zonas e dos tempos a unidade nacional de sua obra'."[20] Discutida, analisada, negada no todo ou em parte, a obra de José de Alencar não só está incorporada ao patrimônio literário brasileiro, com um lugar de indiscutível destaque, mas persiste na curiosidade popular, onde encontra ressonância, o que não deixa de ser um expressivo traço de sua força.

Com Antônio Gonçalves Dias, o indianismo se apresenta, na poesia, de forma espetacular.[21] E ainda aí carece de senso a controvérsia da prioridade. Ainda aí, Veríssimo viu bem o problema: "Alguns dos poemas dos *Primeiros Cantos*, porventura os melhores, repunham em a nossa poesia o índio, nela primeiro introduzido por Basílio da Gama e Durão. Era essa a sua grande e formosa novidade. Nos poemas daqueles poetas não entrava o índio senão como elemento da ação ou de episódios, sem lhes interessar mais do que o pediam o assunto ou as condições do gênero. Nos cantos de Gonçalves Dias, ao contrário, é ele de fato a personagem principal, o herói; a ele vão claramente as simpatias do poeta, por ele é a sua predileção manifesta".[22] É que, além de tudo, existiam em Gonçalves Dias os dotes que lhe permitiam transfigurar o tema: a autêntica vocação de poeta, que a vida atribulou, e que traduziu com inspiração todos os motivos que ela lhe apresentava; o conhecimento amplo dos temas, sem falsidades formais e sem deformações gritantes; o domínio absoluto do instrumento, com os recursos do idioma e os da arte poética.[23] O índio e a natureza são os seus dois grandes temas, como ocorre com todos os indianistas e com a maioria dos românticos. Mas sabe cantar também a saudade, o exílio, o mal de amor, com uma força que poucas vezes a língua conheceu tão grande e certamente nem uma vez maior.[24]

Conjugam-se em Gonçalves Dias os motivos e a capacidade de transfigurá-los e de transmiti-los. Foi-lhe a vida em extremo atribulada, cheia de desencontros, com os triunfos a que fez jus, próximos dos infortúnios, que não mereceu. Sofreu de suas origens de família e de raça, sofreu da distância da pátria e do lar, sofreu dos enganos do amor. E tudo isso soube cantar, como jamais outro cantou em nossa língua — talvez só Camões. É que conhecia de perto todas as dores do mundo, e também conhecia a fundo o instrumento em que as traduziu, porque escreveu com um apuro que foi raro em nosso meio.[25]. E versejou com uma segurança no dizer, com uma técnica singular, ao mesmo tempo culta, porque ancorada no que o clássico e antigo têm de mais puro, o que é essencial neles, e simples, porque apta a chegar a todos os corações. E tocou mais de uma corda, em todas notável, do lirismo mais doce, que não chega jamais a descair na vazia pieguice, ao canto heróico, no crescendo de tambores, na música do combate. Alguns de seus versos não saem da memória, e não são apenas os do indianismo. Perfeição formal, poética rica, variada e clara, inspiração forte e profunda, foram elementos que, raramente juntos, Gonçalves Dias possuía no mais alto grau. O seu indianismo, que foi apenas uma de suas notas, embora aquela que mais fundo atingiu o interesse dos leitores, ganha em força com tais recursos e atinge um nível que

não poderia ser ultrapassado. Se Alencar assegura a generalização do gosto pelos motivos indianistas, Gonçalves dias eterniza esses motivos e os incorpora à arte literária.

Depois do fundador do romance brasileiro e do poeta que melhor cantou a terra e o índio e que melhor situou os grandes temas de todos os tempos na arte poética, o indianismo declinaria, pouco a pouco, na medida em que as transformações a que a sociedade nacional se sujeitava retirassem aos seus cultores a ressonância indispensável. Aparece, sem dúvida, em muitas outras obras e em alguns outros autores, mas já não será o tema dominante, mesmo no trabalho de cada um.[26] É que, no declínio do século XIX, sentiam-se já nos homens de letras os efeitos e os reflexos das transformações processadas na intimidade social, extinguindo-se o interêsse pelo indianismo e retomando o romantismo os seus caminhos.

NOTAS AO CAPÍTULO 4

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1948: "Esse caráter puramente exterior, epidérmico, de numerosas agitações ocorridas entre nós durante os anos que antecederam e sucederam à Independência, mostra o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa. Um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil, está em que certas atitudes peculiares, até então, ao patriciado rural, logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes. É bem típico o caso testemunhado por um John Luccock, no Rio de Janeiro, do simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a carregar com as próprias mãos as ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um preto. [...] Tais condições tornam-se ainda mais compreensíveis quando se considere que no Brasil, como aliás na maioria dos países de história colonial recente, mal existiram tipos de estabelecimento humano intermediários entre os meios urbanos e as propriedades rurais destinadas à produção de gêneros exportáveis. Isso é particularmente verdadeiro onde, como entre nós, a estabilidade dos domínios agrários sempre dependeu diretamente e unicamente da produtividade natural dos solos. É sobretudo onde o desperdício das áreas de lavoura determinou com freqüência deslocações dos núcleos de povoamento rural e formação, em seu lugar, de extensos sítios ermados, ou de população dispersa e malapegada à terra. [...] Esse processo correspondeu de fato a um desenvolvimento da tradicional situação de dependência em

que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários. Na ausência de uma burguesia independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial [...] A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. Sem o incremento das cidades e a formação de classes não agrárias, o que tem sucedido constantemente é que a terra entra a concentrar-se, pouco a pouco, nas mãos dos representantes de tais classes, que residem, em geral, nas cidades e consomem a produção dos elementos rurais, sem lhes dar, no entanto, o equivalente econômico do que recebem. [...] As funções mais elevadas cabiam nelas, em realidade, aos senhores de terras. São comuns em nossa história colonial as queixas dos comerciantes, habitadores das cidades, contra o monopólio das poderosas Câmaras Municipais pelos lavradores." (Págs. 116 a 120.)

2 Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940, págs. 321 e 323.

3 Idem, págs. 19 a 21.

4 Idem, págs. 21 e 22.

5 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 13.

6 Estudiosos como Manuel Bonfim permaneceriam fiéis aos sentimentos fundamentais do indianismo: "E assim, há um dia para a consagração de Tiradentes, e a queda da Bastilha, e a descida de Pedro Álvares na ilha da Coroa... e não há sugestões sequer para que os brasileiros pensem patrioticamente na gente que já era o Brasil, e que lhe deu, na primeira massa da população, tudo o que de bem tinha em si, toda a sua experiência da terra, até o alimento corrente, e que é o nosso alimento nacional até hoje. O Positivismo não conhecia o Índio; nada sabia do quanto ele serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso, não temos consagração oficial da raça que, se parece desaparecida quase toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que bem se caracterizam nessa caboclada persistente dos nossos campos." (Manuel Bonfim, *O Brasil*, S. Paulo, 1935, págs. 45 e 46.) Lusófobo e indianista, Bonfim desejaria repetir, em pleno século XX, a atmosfera da época da autonomia...

7 No seu livro *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936, Afonso Arinos de Melo Franco desenvolveu a tese do anticientificismo do movimento indianista, comparando-o com o que denominou africanismo, isto é, o movimento de atenção em torno dos temas do negro, ocorrido em nossos dias. Pondo de parte a evidente falsidade do africanismo, em que o negro entrou mais como tema, visto sempre pelo lado pitoresco, do que como motivo central, dotado de interesse humano e social, é clara

a diferença existente entre os dois movimentos. Escreve o autor citado: "A atitude de Gonçalves Dias, ao escrever os seus poemas tantas vezes admiráveis, assim como a atitude dos estadistas que juntavam, aos sobrenomes, apelidos tais como Jê de Acaiaba Montezuma, ou Cansanção de Sinimbu, não se podia comparar com a atitude e o estado de espírito de um Capistrano, um Roquette-Pinto, um Estêvão Pinto, nos pontos de vista com que os escritores brasileiros, desde o início dêste século, apoiados nos trabalhos antropológicos e etnográficos dos sábios estrangeiros, vêm encarando o problema do índio. [...] Esta ausência de nomes brasileiros na grande bibliografia de Pericot vem confirmar o que vimos sustentando quanto ao movimento indianista do século passado: o seu romantismo, a sua falta de estrutura científica. [...] Note-se, aliás, que o atual movimento africanista possui, também, um lado interessado, ou político. Queremos nos referir à existência de certo aspecto dos estudos afro-brasileiros, que visa menos a esclarecer os problemas culturais do africano no Brasil, do que se servir do negro como pretexto para a ação demagógica e revolucionária (luta de raças preparatória da luta de classes). Como não podia deixar de acontecer, este é o pior lado do movimento africanista, o menos objetivo, o menos científico, o que mais se presta ao brilho e à eloqüência, isto é, à mistificação. [...] Não existe, nem existiu, propriamente, moda indianista, ou moda africanista. O que houve, e o que há, são duas formas antagônicas de observação do índio e do negro, decorrentes das tendências intelectuais de duas épocas. Uma, de imaginação e fantasia, outra de observação e objetividade. [...] Tomemos um poema de Gonçalves Dias, um romance de José de Alencar, um trecho de Carlos Gomes, uma tela de Vitor Meireles. Todas essas obras tratam de assuntos indígenas. Todas elas são *esteticamente perfeitas*, desde que se entenda por perfeição estética um conjunto de qualidades que se relacionem com a beleza, o bom gosto, a felicidade da forma. Mas serão *esteticamente verdadeiras*, isto é, representarão, nos planos artísticos respectivos, a substância real do motivo humano que lhes deu causa? Eis aí o problema que se oferece aos olhos da nossa geração."

Em conseqüência do ponto de vista em que se colocou, o crítico mineiro teria de misturar, como tantos outros, indianismo e nativismo, não vendo nada além disso: "Os trabalhos literários ou artísticos brasileiros que, no século passado, aproveitavam o índio e o negro como motivos, não eram reflexos nem expressões do problema afro-índio, tomado no seu complexo verdadeiro e próprio. Não definiam nem esclareciam este problema, sob o ponto de vista *histórico*, isto é, sob o ponto de vista *da sua influência na formação brasileira*. Aqueles trabalhos eram reflexões e expressões de outros problemas — *o nacionalismo e a abolição — e somente a estes poderiam servir de contribuição*." Para aduzir, mais adiante, na linha de seu raciocínio: "O fato de não ter existido em todo movimento abolicionista a preocupação de fixar a figura do negro em dois ou três tipos literários, como a do índio, se

prenderá talvez a duas circunstâncias. A primeira é que o negro não representava — pelo menos para a vaidade requintada da época — uma força nativista, de vez que não era o habitante autóctone do país, mas representava uma população importada, como a branca. Não poderia, assim, corporificar o espírito nacional. [...] A segunda circunstância é ser o negro, em geral, gente submissa, passiva, conformada na servidão, segundo supunham os nossos antepassados. [...] Nessas condições, seria difícil encarnar em um negro os sentimentos de altivez, superioridade mental, coragem, orgulho, e outros atributos no gênero, que constituíam o conjunto de traços do tipo do herói literário. Pelo menos, não seria razoável que assim se fizesse, quando existia o índio, cuja figura decorativa era tão própria para semelhantes caracterizações." (Págs. 75 a 93.)

Desejando, primeiro, para o indianismo, uma base científica, possivelmente antropológica e etnográfica; depois combatendo o que, no africanismo dos nossos dias, batiza de mistificação, porque se propõe focalizar o problema do negro sob o critério da repartição da sociedade em classes, da luta entre elas — conclui Afonso Arinos de Melo Franco, coerentemente, por admitir que "a vaidade requintada da época" não poderia fazer do negro um padrão. Mas acha no índio a possibilidade de encarar as qualidades que alinha, entre elas a "superioridade mental". Valorizar o negro "não seria razoável" — sua valorização atual lhe parece mesmo um tema demagógico, de sentido subversivo...

8 O trabalho *Os Indígenas do Brasil Perante a História*, publicado inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, foi incorporado ao volume VIII das *Obras* de D. J. G. de Magalhães, *Opúsculos Históricos e Literários*, 2.ª edição, Rio, 1865. O de Gonçalves Dias, e aqui nos referimos particularmente a *O Brasil e a Oceânia*, foi lido no Instituto Histórico, em 1852 e 1853 e está na respectiva *Revista*, além de ter sido incorporado às *Obras* de Gonçalves Dias. Raimundo Lopes estudou, também, a posição do poeta e seus trabalhos de natureza científica sobre os índios, em ensaio publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no tomo especial dedicado ao Instituto Pan-Americano de História e Geografia, vol. II, 1932-1933, sob o título *Gonçalves Dias e a Raça Americana*. Tudo demonstra o esfôrço desenvolvido para dar ao indianismo literário uma espécie de suporte científico.

9 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, págs. 58 a 60.

10 GILBERTO FREYRE, *Casa-Grande & Senzala*, 5.ª edição, Rio, 1946, t. II, pág. 722.

11 A confusão entre indianismo e nativismo está presente em quase todos, para não dizer em todos, os que vêm estudando a nossa literatura. Não houve ainda a preocupação de discriminar o condicionamento social do indianismo. Mesmo Lúcia Miguel Pereira, em estudo biográfico sobre uma das maiores figuras do movimento indianista, onde poderia esmiuçar mais a fundo o problema, permaneceu no terreno comum: "E

todavia o romantismo brasileiro, se teve uma característica própria, foi a concordância entre a atividade literária e a sensibilidade popular, a adoção dos poetas pelo povo, que lhes cantava os versos, que os sabia de cor. Repercussão que nunca se repetiu tão intensamente na história das nossas letras, e que se explica não só por ser o romantismo, de modo geral, menos escola literária do que estado de espírito, e pela simplicidade da forma nova com que exprimiu temas eternos, fundamentais, ao alcance de todos, como por ter surgido aqui justamente quando, no entusiasmo da independência recente, o Brasil foi mais acordado, mais vibrante, mais voltado para si, mais atento à própria voz." (Lúcia Miguel Pereira, *A Vida de Gonçalves Dias*, Rio, 1943, pág. 114.)

12 José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 188.

13 Pedro Calmon, *op. cit.*, pág. 230.

14 Nelson Werneck Sodré, "Posição de José de Alencar", introdução a *Sonhos d'Ouro*, Rio, 1953.

15 "*A Confederação dos Tamoios* não criou na nossa literatura o que se viria a chamar 'indianismo' e que se não foi todo o nosso romantismo, foi a sua feição mais peculiar. Mas, com a autoridade literária de que então gozava o seu autor, trouxe à iniciativa de Gonçalves Dias uma cooperação apenas inferior à ação deste, se é que no momento não foi havida por superior. Em 1859, três anos depois da *Confederação*, apresentava Magalhães ao Instituto Histórico uma extensa memória sobre *Os Indígenas do Brasil Perante a História*, que poderia ser como o comentário perpétuo de seu poema. O fim declarado desse trabalho é reabilitar o elemento indígena. Não era outro o íntimo pensamento do indianismo." (José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 177 e 178.) Veríssimo, pouco adiante, volta ao problema: "Se houvéramos de aceitar a precedência cronológica como única e principal indicação de prioridade literária, que antes deve ser julgada pela valia e influxo da obra, a Teixeira e Sousa caberia também a primazia na introdução do nosso segundo indianismo. Com efeito, de parte algumas passageiras referências a assuntos indígenas, ou episódicas apresentações de índios em alguns poemas da fase imediatamente anterior ao romantismo, é ele o primeiro a fazer do nosso selvagem tema de uma ficção em verso e a tomar índios para suas personagens principais, nos *Três Dias de Um Noivado*, poema romântico de que a *Minerva Brasiliense* publicou fragmentos em 1843 e que veio a lume em 1844." (Idem, pág. 187.)

16 José Martiniano de Alencar (1829-1877) nasceu em Mecejana, na província do Ceará. Veio para a Corte em 1839, tendo feito a viagem do Ceará a Bahia pelo sertão. Estudou no Rio e em S. Paulo e fez o curso de Direito nesta última cidade e em Olinda. Formado em 1851, destinou-se à advocacia, na Corte. Colaborou no *Correio Mercantil*, substituindo, em 1854, Francisco Otaviano no folhetim semanal. Em 1856, já no *Diário do Rio de Janeiro*, critica o poema de D. J. Gonçalves de

Magalhães, *Confederação dos Tamoios*, editado às expensas do imperador, provocando debates. Nesse jornal aparece, em folhetins, o seu romance *Cinco Minutos*, a que sucede *O Guarani* que, publicado em livro, em 1857, alcança grande sucesso. Alencar estréia no teatro, no ano seguinte, com a peça *Demônio Familiar*, comédia em que aparece a figura do moleque, escravo doméstico envolvido nas intrigas de amor das iaiás. Nova comédia sua, *Verso e Reverso*, atrai a atenção popular, quando, com a peça *Asas de Um Anjo*, tentando um dos temas prediletos do romantismo, o da reabilitação da mulher culpada, desperta as iras da censura. Parte para o Ceará, em 1860, em propaganda política, e regressa deputado conservador. Inicia, em 1865, a publicação das *Cartas de Erasmo*, dirigidas ao imperador, fazendo a crítica política mas em sentido simpático ao monarca. Nova série aparece em 1862. Entre as críticas, verifica-se a sua posição escravocrata, comprovada nas peças teatrais. Ministro da Justiça, em 1868, no gabinete Itaboraí, demite-se no início de 1870. Primeiro colocado na lista tríplice para o Senado, vê-se preterido e passa à oposição na Câmara, com invulgar atividade, que desperta revides políticos e até literários. Retirado da atividade, desde 1873, viaja para a Europa, em 1876 e, regressando ao Brasil, no fim do ano seguinte, falece no Rio de Janeiro.

17 Definindo o folhetim, Alencar assim se manifestava: "Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezagues, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sol e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho." Os folhetins de Alencar, recolhidos em livro, *Ao Correr da Pena*, título que disputou como seu, tiveram duas edições — a inicial, de 1874, e a de 1888, póstuma — que não recolheram senão as crônicas publicadas no *Correio Mercantil*. Desse jornal, após pequeno intervalo, Alencar retomou o folhetim, no *Diário do Rio de Janeiro*, onde apareceram sete crônicas, só a primeira com a sigla Al, que lhe carateriza a autoria, mas todas lhe são atribuídas. Estas foram reunidas às primeiras na terceira edição do referido livro, lançado em São Paulo, em 1956. Alencar deixou o *Correio Mercantil* por sentir o desagrado e mesmo a censura da direção do jornal, ligada aos latifundiários da província do Rio de Janeiro, ante os seus pontos de vista quanto ao jogo da Bolsa de títulos.

18 "Chegamos assim a um ponto essencial: que ninguém procure no autor do *Guarani* a verdade, e sim a poesia, a idealidade. A história de Peri e Ceci é absurda; pouco importa, se ela participa do mesmo caráter das narrativas das mil e uma noites." (Brito Broca "Conversa

Sobre José de Alencar", *in Correio da Manhã*, Rio, n.º de 2 de junho de 1956.) O mesmo crítico acrescenta: "Havia, portanto, um equívoco, quando o autor do *Guarani* procurava situar-se no plano realista. E' verdade que nos seus romances urbanos ele se aproxima um pouco mais da realidade. Neles podemos colher, por exemplo, muitos aspectos da sociedade fluminense do Segundo Reinado, e aqui lhe percebemos as reminiscências de Balzac, quando o romancista nos apresenta os seus 'perfis de mulher', relembrando os 'études de femmes' do mestre francês. Mas são vestígios muito superficiais e epidérmicos: os 'perfis' estão bem mais perto de Octave Feuillet do que de Balzac. Aliás, mesmo que José de Alencar tivesse força e inclinação para tornar-se um discípulo de Balzac, dificilmente poderia fazer aqui uma obra semelhante à do romancista francês. Balzac viveu uma grande época: a da formação da burguesia na França. Época de abalos, de convulsões, em que a nobreza ia perdendo o seu prestígio e o dinheiro passava a ser a mola real de tudo. Tinha ele diante de si um grande espetáculo social e humano para exercer a sua capacidade de observação. No Rio de Janeiro de 1860 a 1880 — período em que José de Alencar desenvolveu a sua atividade de romancista — o que existia? Uma sociedade estabilizada dividida apenas em duas classes: senhores e escravos." (Idem.)

19 "Parafraseando o provérbio alemão, ninguém passa impunemente, à sombra das palmeiras de Alencar", escreve Augusto Meyer. Para acrescentar: "Para os meus quinze anos, foi um verdadeiro delírio, a ponto de sonhar acordado com as grandes figuras que se agitavam com tanta graça e dignidade sobre um fundo magnífico de selvas, largas praias e horizontes transfigurados pela glória de outro sol, maior que o nosso de cada dia. Como sabiam amar e lutar aqueles fantasmas bem-falantes! Resplandeciam de uma beleza excessiva, quase inaturável para os limites humanos da admiração. Por isso mesmo, deixavam um rasto de saudades ao se despedirem de nós — ora que pena! — já com um pé nos brancos da última página, rumo ao olvido." (Augusto Meyer, *À Sombra da Estante*, Rio, 1947, págs. 16 e 17.)

20 A fidelidade paisagística de Alencar tem sofrido fortes restrições, bem assim a sua capacidade artística para trazer à ficção a paisagem brasileira. O Visconde de Taunay, que não reconhecia o índio alencariano como semelhante aos que encontrara em Mato Grosso, discutiu a paisagem do romancista cearense: "Nem se lhe leve a mal o convencionalismo das suas sorridentes paisagens e grandiosas perspectivas, quase todas mais criação da ardente e prodigiosa fantasia, do que da observação exata da natureza ou do conhecimento pleno do cenário em que deviam mover-se e agir os seus simpáticos heróis e adoráveis tipos de mulher; e esse contraste entre a realidade e a imaginação se torna então flagrante no *Gaúcho*, em que um filho do Rio Grande do Sul não pode absolutamente reconhecer a feição particular da sua província

natal." (Alfredo de E. Taunay, *Reminiscências*, 2.ª edição, S. Paulo, 1923, pág. 37.)

A infidelidade de Alencar na reconstituição da paisagem física do Rio Grande do Sul, aliás, tem sido tema discutido, e em particular pelos escritores daquele Estado. Parece que há exagero, em desfavor do romancista. Augusto Meyer, na introdução a uma das edições de *O Gaúcho*, a do Rio, 1953, do editor Simões, colocou o problema em termos que parecem os melhores. Quanto ao geral da paisagem física, há observações contraditórias. A do crítico Olívio Montenegro, por exemplo, é adversa: "A sua paisagem é sempre de um colorido imenso, um colorido sem nuança, sem meio-tom, sem a pausa de um esfuminho onde o leitor repouse a vista. Tudo é enorme e flamboyant na paisagem." (Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*, 2.ª edição, Rio, 1953, pág. 55.) Mas Agrippino Grieco, aproximando o colorido da paisagem do colorido do estilo, mostra-se favorável a Alencar: "Já Alencar tem a poesia, o entusiasmo dos adolescentes e das raparigas enamoradas e, com ou sem música de Carlos Gomes, vale em si mesmo, na mais deliciosa música, na mais rica pintura de sílabas com que um homem de prosa e um homem de tinteiro envergonhou os nossos alinhadores de estrofes e os nossos manejadores de pincel." (Agrippino Grieco, *Evolução da Prosa Brasileira*, 2.ª edição, Rio, 1947, pág. 49.)

21 ANTÔNIO GONÇALVES DIAS (1823-1864) nasceu em Caxias, província do Maranhão, filho de português com uma cafuza. Fez no Maranhão os primeiros estudos e trabalhou no comércio com o pai que se casara, abandonando a mãe do poeta. Conseguiu, com grandes dificuldades, fazer o curso em Coimbra, para onde seguiu em 1838, formando-se em 1844, sem alcançar o doutorado. Regressando ao Maranhão, no ano seguinte, sentiu-se incompatibilizado em seu meio e seguiu para a Corte, onde chegou em 1846. Já em 1847 publicava os *Primeiros Cantos* e lecionava em Niterói. Voltou ao Maranhão, em 1851, e aí amores contrariados lhe proporcionaram amarguras que jamais se apagariam de sua memória. Preconceitos sociais perturbam esses amores e o poeta encontra esposa em outra mulher, com a qual não foi feliz. Regressando do Maranhão, em 1852, viajou para a Europa, em 1854, em missão oficial, já como protegido do imperador. Nessa viagem escreveu ou completou o poema *Os Timbiras*, com que o indianismo ganharia popularidade no Brasil, ao lado daquela que lhe conquistaria o romance de Alencar. De volta ao Brasil, em 1858, Gonçalves Dias foi ao Norte, em viagem científica, percorrendo a Amazônia. Em 1862, retornava à Europa, doente e amargurado. Nas mesmas condições, de regresso ao Brasil, pereceu num naufrágio, à vista do litoral maranhense, em novembro de 1864.

22 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 205. Lúcia Miguel Pereira, no mesmo sentido, coloca o problema e adianta outros argumentos: "Não lhe cabe a primazia da introdução dos índios na poesia brasileira. Antes

dele já os tinham celebrado Basílio da Gama e Santa Rita Durão, já os apontara Magalhães como tema aos poetas. A despeito, porém, dessa prioridade teórica do Visconde de Araguaia e puramente cronológica dos mineiros, teve razão Ronald de Carvalho ao ver em Gonçalves Dias 'o verdadeiro criador do indianismo'.

"No *Uruguai* e no *Caramuru* os índios aparecem em função dos brancos, como vítimas do sistema colonizador dos Jesuítas, ou como figurantes passivos e decorativos dos primeiros séculos da vida brasileira.

"Gonçalves Dias viu-os em si mesmos, na sua pureza específica de selvagens. Não representavam para ele um elemento poético, mas uma força poderosa em nossa formação. E o indianismo adquiriu assim uma significação nova, que escapou aos mineiros; tornou-se uma busca das nossas fontes e razões de vida, uma explicação da nossa índole, a voz da raça que deve e precisa ser ouvida.

"Há ainda outra razão para considerarmos Gonçalves Dias o verdadeiro fundador do indianismo — ou o fundador do verdadeiro indianismo: — é que os mineiros, embora não totalmente destituídos de valor, não *ficaram*, não se incorporaram realmente ao nosso patrimônio cultural, à nossa sensibilidade, aos nossos hábitos intelectuais. E Gonçalves Dias nos marcou profundamente, o que ele sentiu e disse tem influência, significação, importância." (Lúcia Miguel Pereira, *A Vida de Gonçalves Dias*, Rio, 1943, pág. 120.)

23 "Toda a grandeza da terra natal, toda a forte epopéia da conquista e da destruição da raça selvagem, todos os extremos de ternura, — tudo coube de fato nos versos do poeta... Ele explorou profundamente, como poucos, todos os veios da profunda mina do coração humano. E todo esse trabalho coube numa forma simples e correta, num sóbrio e límpido estilo". (Olavo Bilac, *Conferências Literárias*, Rio, 1906, pág. 138).

24 "Nos poetas românticos, o tema do exílio e do desejo de voltar é freqüente." (Mário de Andrade, *Aspectos da Literatura Brasileira*, Rio, 1944, pág. 46).

25 "E a sua obra, aquela ao menos que o sagrou para os seus contemporâneos, ao contrário da de todos os seus pares nas letras e na poesia nacional, é a mais acabada, a que possui em mais alto grau o conjunto de perfeições necessárias, que sob a aparência de nonadas são os fatores indispensáveis das obras-primas: a correção da forma, a pureza da língua, o bom gosto da retórica, a distinção, a elegância, o bem acabado do principal e dos detalhes, tudo enfim que serve a dar relevo, vigor, expressão à idéia, calor à emoção, realce ao sentimento. A língua de Gonçalves Dias, sem ter talvez uma constante e rigorosa pureza gramatical, possui as supremas qualidades de uma língua como instrumento da arte de escrever: é correta, elegante, sutil, copiosa, clara, simples, natural. Sobretudo no Brasil, nenhum poeta se lhe iguala, nem antes nem depois dele, na beleza da língua. É rara a propriedade,

a variedade da sua adjetivação, como pouco vulgar é o apropositado e a riqueza das suas comparações. E em tudo isto nele se não sente o esforço, o rebuscado, o trabalho que seria o desespero e a inferioridade dos poetas que vieram ao depois, fazendo da forma o principal dos seus cuidados." (José Veríssimo, *Estudos de Literatura Brasileira*, t. II, Rio, 1907, pág. 28).

Sobre a arte poética de Gonçalves Dias, Manuel Bandeira assim expressou o seu apreço: "Foi, sem dúvida, Gonçalves Dias, o poeta brasileiro que mais profundamente e extensamente versou a nossa língua: conhecia-a não das gramáticas mas do trato com os escritores de todas as épocas, desde os poetas dos cancioneiros e dos primeiros cronistas. Nos seus versos aparecem com freqüência as dicções arcaicas, dando-lhes um encanto que Bilac comparou ao dos cabelos brancos numa cabeça de mulher em plena florescência dos anos e das graças." (Manuel Bandeira, "A Poética de Gonçalves Dias", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 3, S. Paulo, 1944).

Sobre a sua inspiração: "Para bem compreender Gonçalves Dias é preciso não esquecer que o romantismo penetrou-o todo, foi nele muito mais do que uma atitude literária; embebeu-lhe a sensibilidade; estava na fonte de todas as suas reações. Embora, naturalmente, não fosse a todas as horas o romântico cem por cento — como se vê por seus versos satíricos, por exemplo, por seu espírito galhofeiro — seria a maior das injustiças tachar de afetação literária a sua atitude romântica em face da vida. Cultivou o sofrimento, não só na literatura, mas na própria existência. Viveu os dramas da sua imaginação." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 49).

Quem melhor situou o problema da vocação poética de Gonçalves Dias, entretanto, foi José Veríssimo: "É que ele é um dos raros, se não foi o único, dos nossos que, com os dons naturais para o ser, a vida fez poeta. Não a moda, a retórica, a camaradagem, a presunção ou algum estímulo vaidoso ou interesseiro, ou sequer patriótico, o fizeram poeta senão a dor e o sofrimento." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 207.

26 "Na geração literária que surge por esta época, e que será talvez a mais brilhante de toda a nossa literatura, entra a desvanecer-se a miragem do indianismo, que justamente por esse tempo João Lisboa, no seu *Jornal de Timons*, metia pela primeira vez à bulha. Apesar do grande exemplo e durável sucesso de Gonçalves Dias, e da *Confederação dos Tamoios*, de Magalhães, publicada em 1856, nenhum poeta caiu mais nesse engano, ao menos com a convicção ou sentimento dos seus criadores na nossa literatura. Restaurou-o, ou melhor instaurou-o, no romance, José de Alencar, publicando, um ano depois dos *Tamoios* e no mesmo dos *Timbiras, o Guarani*." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 243.) Veríssimo explica, em outro trecho: "Com estas feições apenas ligeiramente modificadas por novos influxos recebidos de fora ou aqui mesmo nascidos, durou o nosso romantismo, iniciado pela terceira década do

século XIX, até o meado do decênio de 1870. As últimas obras de vulto que ainda a ele, com a sua inspiração indianista, se vinculam, são *O Evangelho nas Selvas*, de Fagundes Varela, e as *Americanas*, de Machado de Assis, ambas em 1875." (José Veríssimo, idem, págs. 12 e 13).

O indianismo durou, assim, cerca de vinte anos, no Brasil, se considerarmos os marcos de *O Guarani* e de *O Evangelho nas Selvas*, que não pode, a rigor, ser aceito como manifestação indianista pura. Se restringirmos a data final para o lançamento de *Ubirajara*, em 1874, o prazo fica ainda mais curto.

5 — A POESIA ROMÂNTICA

A cidade e o bacharel — Polimento literário das profissões liberais — Características do romantismo brasileiro — Da superficialidade à erudição ornamental — A poesia como gênero nobre — De Casimiro de Abreu a Castro Alves.

Como todas as escolas que se sucedem, ou que se confundem, no desenvolvimento literário brasileiro, desde o aparecimento do romantismo, o indianismo, apesar de suas raízes, foi episódico, e sua duração não correspondeu à intensidade de suas manifestações e ainda menos à receptividade que encontrou da parte do público de então. Mesmo ao tempo em que deu a nota predominante, o movimento romântico não cessou de seguir outros caminhos, e prosseguiu neles com o declínio indianista. Tais caminhos, que o caracterizam entre nós, foram bem discriminados por José Veríssimo: "O romantismo europeu não só influiu os poetas e escritores de todo o gênero, senão os políticos, os oradores, ainda sacros, de que é frisante exemplo Montalverne, o maior deles, e os publicistas. Como na Europa, foi também aqui mais que uma escola literária uma forma de pensamento geral". Para situar precisamente os seus motivos: "Principalmente assinalaram o nosso romantismo: a simpatita com o índio, a intenção de o reabilitar do juízo dos conquistadores e dos nossos mesmos patrícios coloniais, o errado pressuposto dele ser o nosso antepassado histórico, o amor da natureza e da história do país, encarados ambos com sentimentos e intenções estreitamente nativistas, o conceito sentimentalista da vida, o propósito manifesto de fazer uma literatura nacional e até uma cultura brasileira".[1] Até que ponto tais intenções poderiam influir na criação literária, e até que ponto chegaram os nossos escritores, dentro dos moldes românticos?

A atividade das letras se tornara possível, conforme foi já apreciado, com o advento da vida urbana, com o seu desenvolvimento, com a divisão do trabalho que correspondia à repartição social e às transformações que se vinham operando na estrutura econômica do país. O ambiente urbano se transformara, efetivamente, conferindo um papel a determinados grupos, desde as vésperas da autonomia, e não fizera mais do que vincar os traços que definiam aquele papel, na medida em que passava o tempo. Mas está fora de dúvida que tinha ainda muitas limitações e estava longe de aparentar-se com aquele que motivara, na Europa, o aparecimento da escola literária que definiu aqui as manifestações que se sucederam após a separação da metrópole. O movimento romântico influiu em todas as manifestações brasileiras, conforme Veríssimo observou e, com ele, todos os pesquisadores do nosso passado. Não se limitou ao campo da literatura e, nesta, não se circunscreveu a determinado gênero, embora predominasse na poesia, em que mais denunciou as suas características. Generalizando os seus efeitos e ungindo as exteriorizações mais diversas, mostrou como a sociedade brasileira, apesar das diferenças que a distanciavam da européia, encontrou no romantismo uma forma de definir os seus anseios.

Na época, tal sociedade, cujos traços foram já destacados, operava a consolidação do seu domínio sobre o país, dentro da hierarquia tradicional, com os senhores de terras dominando-a, mas já padecendo transformações de que a urbanização foi apenas uma conseqüência. Não só a sua estrutura vinha sendo alterada, pelo desenvolvimento da burguesia, a que o comércio urbano concedia condições cada vez mais amplas de progresso, pelo crescimento de uma classe média em que aquela burguesia dificilmente poderia ser enquadrada, tal a sua afinidade com os senhores de terras, como pelas mudanças que, no próprio campo do grupo dominante, vinham surgindo, originadas em particular do deslocamento territorial da riqueza. O fastígio açucareiro nordestino, como o episódio algodoeiro maranhense, cediam lugar, a pouco e pouco, à arrancada dos cafezais que, herdando as massas escravas postas em disponibilidade pelo declínio aurífero, e alimentada pelos capitais deslocados do tráfico negreiro, invadia novas terras. A metade do século assinala, no Brasil, transformações que se denunciam em traços os mais diversos. Outra é a atividade do campo, nas zonas cafeeiras; outros os transportes, com as primeiras ferrovias; outra a forma de transmitir as idéias, com o livro e com a imprensa, que se alastra por todo o território nacional; outra a vida política, com as lutas partidárias; outros os divertimentos, com o teatro; outros os caminhos da riqueza, agora bem mais variados, particularmente nas zonas urbanas. São outros os tipos, as personagens, as figuras de evidência, embora as antigas não desapareçam, e como são outras, as relações entre elas são também diferentes. Essa diferença se demonstra nas festas, nos atos públicos, mas ainda na ordem privada, nas relações de trabalho, nas relações de sociedade, nas relações políticas.

"A nova cidade — esclarece um historiador — elaborou, em 1850-70, tipos sociais observados com surpresa e escândalo, curiosa e ironicamente pelos cronistas de costumes. A urbanização da vida, o desenvolvimento do Estado, a democratização da lavoura, a prosperidade das classes liberais, a vasta burocracia entretida pela política, que faz do emprego um dos seus esteios partidários, subverteu a antiga estrutura pacata, hierárquica, definida, da sociedade brasileira. Houve uma alteração profunda no sentido das vocações, no destino das juventudes. Cada vez mais se fecha o caminho do campo, e a metrópole cresce. É o tempo do estudante Seixas, personagem do romance de Alencar, que vai ser funcionário num ministério. Reparou o mesmo Alencar no homem de vaga atividade que, não sendo conhecido por nenhum ofício, se diz comerciante: isto já não é, como no século anterior, atributo de português, é rótulo de burguesia. Corresponde-lhe o bacharel. Em breve, o número deles fará clamar aos pessimistas que a bacharelice é a praga que devora o Brasil".[2]

O mesmo comentador anota alguns dos traços mais característicos da transformação por que vai passando o país e que aparecem particularmente no quadro urbano: "Duas faculdades apenas, S. Paulo e Recife, não podem fartar de bacharéis o Império mas formam eles a aristocracia mental, de 'idéias feitas', que monopoliza os cargos, desfruta a preeminência, o orgulhoso do diploma, porque a tradição se conserva, da nobreza ligada ao pergaminho de formatura... Segue-se o capitalista, o homem de negócios reais, o especulador dos títulos de bolsa, o que entende de bancos, movimenta valores, ou simplesmente o 'Bilóntra', de Artur Azevedo, o 'barão de secos e molhados'... Era o que se falava no Rio, em 1869, queixou-se uma vez o ministro de França, Gobineau. De resto, o comércio, desde 1848, mudara sensivelmente. As casas bancárias, as indústrias, a extinção do tráfico de escravos, tinham alterado o ritmo do mercado, separado da casta dos velhos mercadores, fiéis, à rotina, a elite dos homens empreendedores, dos audazes: Mauá, Souto, Bahia, Mayrink, afinal os Condes de Figueiredo, de Leopoldina."[3]

Se este era o quadro da corte, não encontrava similar em outros centros urbanos, entretanto. De S. Paulo nos conta outro

historiador que o ambiente era bem diverso: "Por meados do século passado, pelas ruas desertas calçadas de pedras vermelhas ainda passava uma ou outra cadeirinha levada por escravos de calção e libré. À tarde, despertavam o sossego provinciano as cavalgadas de estudantes que iam namorar e espairecer pelos arrabaldes; às ave-marias, os presos da cadeia, acorrentados aos pares, acendiam, entre ruídos de ferro, os lampiões da iluminação pública. Duas ou três horas depois, o sino grande do Colégio tocava longamente a hora de recolher. Começava a vida noturna da cidadezinha acadêmica. Pelos bairros afastados, na Ponte Grande, Glória, Consolação, Pinheiros, Mercado de Meia-Légua, enchiam-se de estudantes as vendas à beira da estrada".[4]

Se, na Corte, os tipos novos derivavam de atividades em que se ocupava número crescente de indivíduos, em Recife e em S. Paulo o estudante constituiria o elemento de animação e de colorido capaz de quebrar a quietude provinciana que apresentavam e que era a de todos os centros urbanos do país. Para as escolas de Direito confluíam elementos de todas as províncias, entretanto, que vinham viver nas duas cidades apenas o tempo dos estudos, em busca do canudo que era um título de enobrecimento mais do que uma licença para o exercício profissional. No Recife e em S. Paulo, e muito mais na segunda cidade do que na primeira, constituíam um fator estranho, quebrando a uniformidade e destacando-se pela fuga às normas costumeiras. Avultavam justamente pelo contraste de sua conduta em face do ambiente pacato e triste. Nesses centros urbanos mal saídos da monotonia colonial, alimentados pelo xarope romântico, simulavam tudo aquilo que o meio não lhes podia proporcionar: "Como nas orgias de Newstead, se bebia cachaça em crânios humanos, coroados de rosas. Era a *Noite na Taverna*".[5]

Nesse contraste, que força a criação artificial de um clima de desenfreado romantismo, com todas as suas cores e todas as suas violências, compreende-se o problema de um Álvares de Azevedo, ao mesmo tempo pálido do contacto continuado com os livros, filho devotado, mal saído da adolescência, formulando literariamente tempestuosas orgias, e mencionando Dante, Shakespeare e a Bíblia como seus livros de cabeceira, ou os desatinos de Varela, consumido pelo vício criado na imitação livresca: "Levavam a loucura aos mais incríveis extremos. Ceavam e embriagavam-se com morféticos acampados nas imediações da cidade. Um poeta apanhou a terrível moléstia nessas saturnais de byronismo. Outros se perderam no alcoolismo barato, que sempre foi de moda na velha academia paulistana, ou devorados pela sífilis das cafuzas e sararás que pululavam à noite nas ruas escuras da Paulicéia, comparsas repugnantes nos ponches das vendas ou nos 'banquetes negros' dos cemitérios".[6]

Opiados de romantismo, forjam, nos ardores imitativos da adolescência, os quadros literários mais extravagantes: "Crimes de todos jeitos possíveis ou imagináveis: do simples assassinato pela posse de uma mulher até o incesto. De amor e morte são todos os casos narrados. Rapazes que intoxicam mulheres para poder possuí-las, que levam a desonra aos lares que os acolheram, que só espalham — na sede do amor e na atração da carne — desesperos e crimes por onde passam. Todos disputam a glória de ter vivido a mais louca aventura. Em suma, um livro tipicamente romântico, fortemente influenciado por Hoffman, Byron, etc."[7] É evidente a consumada falsidade dessa literatura e claríssima a correspondente falsidade da vida em que imitavam tal literatura, na medida do possível e um pouco além, os que estavam em condições de ler e de escrever, os que, com acesso aos conhecimentos, faziam atividade literária.

E estes eram, quase exclusivamente, os que se destinavam às profissões liberais e enchiam as escolas superiores, particularmente as Faculdades de Direito. Sua origem de classe está expressa não só na possibilidade de estudar, e até mesmo no interesse em estudar, como nas tendências literárias absolutamente desligadas do meio e totalmente vinculadas às influências externas, aos modelos europeus. Destinando-se às profissões liberais, ou apenas em busca de um título, que correspondia ao enobrecimento, porque aquelas profissões, como foi lembrado, eram pertinentes aos homens livres — em contraste com as que exigiam esforço e trabalho, infamadas pela escravidão — os elementos oriundos da classe dominante ou aqueles que apenas imitavam as normas daquela classe encontravam nisso um caminho em perfeita correspondência com o seu *status* social. As academias eram, portanto, os focos de irradiação da atividade das letras, que surgia irmanada e profundamente associada aos conhecimentos jurídicos. O estudante era o homem de letras por excelência, e todos pagavam tributo literário, pelo menos versejando, quando não discursando. As letras complementavam os conhecimentos profissionais, davam-lhes um lustre novo e apreciado. Mais do que isso: multiplicavam o prestígio que residia no título, no anel de grau, no diploma. Das academias, centros únicos da curiosidade pelas letras, o mal romântico se difundia a todas as manifestações do pensamento, a todas as formas de exercício intelectual. E ainda a todo o país.[8]

"Ninguém naqueles tempos — esclarece um crítico — podia ser acadêmico sem relativa fartura de posses: não era tempo em que se pudesse trabalhar para manter os estudos, as Faculdades para os filhos de outros Estados ficavam longe e tornava-se pois imprescindível à manutenção do aluno a mesada paterna. De modo que não pode haver a menor dúvida de que os acadêmicos do segundo império brasileiro constituíam uma camada social e economicamente muito mais homogênea do que hoje. Não haverá muita dificuldade em mostrar a origem aristocrática de muitos dêles."[9] O saber jurídico e o polimento literário conferiam um reforço a essa origem de classe e davam à inteligência esse timbre aristocrático que ainda conserva entre nós e só no nosso tempo atenuado: "Penetrado, em geral, em todo o século XIX, do velho espírito livresco e dialético, o ensino superior fabrica incessantemente uma espécie de aristocracia nova, a dos diplomados, quer dos que se conservam dentro da profissão para que se preparam, quer dos que desertam ou transbordam dos quadros profissionais para as letras, o jornalismo, a política e a administração."[10] E claro está que os cursos jurídicos se destinavam a preparar quadros para a direção do país, quadros que traduzissem a estrutura social. A política é, pois, um caminho natural para os mais afortunados, os que, por condições de família, correspondendo à extensa posse territorial e ao número alto de escravos, tinham possibilidades eleitorais. "A direção política — explica um ensaísta — partilhada entre essa aristocracia profissional e as famílias proprietárias, entre os doutores e fazendeiros, com a cultura teórica daqueles e o espírito reacionário destes, era dominada inteiramente por uma elite que não se havia preparado para resolver os problemas técnicos e para enquadrar e governar a comunidade com um rigoroso espírito de reconstrução."[11]

Claro está que a formação de uma elite intelectual, nas condições mencionadas, conduzia naturalmente à transplantação cultural. Em primeiro lugar, a herança secular da colônia, em que a transplantação era um processo inexorável e necessário, estava ainda presente nos primeiros decênios de vida autônoma, e com uma força poderosa, impondo a necessidade de buscar as fontes externas do saber. Em segundo lugar, a classe dominante, a que pertenciam os acadêmicos, estava vinculada muito mais ao exterior do que à realidade nacional. A medida de superioridade intelectual estava na estreita correspondência com o acesso àquelas fontes externas. O indivíduo tanto mais se distinguia intelectualmente quanto mais se aproximava dos modelos estrangeiros, quanto mais

se distanciava da realidade do quadro nacional, no que este possuía de específico. O distanciamento da realidade era uma tendência espontânea e natural, da parte da classe que tinha o seu destino dependente de forças econômicas externas e que tinha todo interesse em manter a situação existente no país e em disfarçar tudo aquilo que representasse a verdadeira face do Brasil. Ora, nesse sentido, o romantismo, com as suas possibilidades amplas de evasão e de fantasia, entrava como uma componente providencial.

Internamente, o título, a que as letras concediam um polimento complementar, fundamentava prestígio, para todas as conquistas. Se as profissões liberais pertenciam à classe dominante, que as monopolizava, e se as letras aumentavam a força que o diploma concedia, como um passaporte para as funções eminentes, o teor distanciado da cultura ungia de marginalidade esse instrumento insuperável de tomada de contacto com a vida. Ele se estiolava e se desfazia, no trato de homens dessa marca originária, sem constituir base para nenhuma aventura do conhecimento. Mas ajudava enormemente a projeção do indivíduo. Era um fator importante de ascensão e de destaque. Um historiador da nossa cultura define o problema em termos significativos: "Certamente, as classes agrupando e separando as profissões, influíram poderosamente, por todo o Império e na República, sobre a escolha das profissões liberais que passaram a ter uma supremacia evidente, como ocupações nobres, sobre todas as de caráter técnico, manual e mecânico. Em nossa elite, porém, quase inteiramente constituída de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutores que adquiriram, na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio. A atração exercida por esses dois tipos de escolas, as de Direito e as de Medicina, mais de acordo com as nossas tendências intelectuais (o próprio ensino médico permaneceu durante muito tempo mais teórico e especulativo do que experimental), foi tão intensa que não tardou a estabelecer-se grande desproporção entre o número de médicos ou bacharéis formados e os que exercem a profissão escolhida, em geral, prematuramente, aos 18 anos, menos por tendências individuais ou por vocação do que pela influência social dessas carreiras."[12] E os cursos superiores, assim, não apenas preenchiam as necessidades profissionais mais ajudavam a distinguir o indivíduo e a preencher os quadros administrativos e políticos na fascinação da função pública que cresce continuamente.[13]

Se os diplomados podiam oferecer, além do título acadêmico, já de si enobrecedor, o polimento das letras, estava completo o passaporte que lhe assegurava o êxito: "Essa atração pelas letras

chegou a generalizar-se de tal modo no Brasil que nenhum profissional parecia julgar-se completo sem se dobrar de um 'letrado'. Os bacharéis, pela própria natureza de seus estudos e pelos serviços que lhes presta, na atividade profissional, o domínio da língua, foram os mais sujeitos a essa poderosa atração. Não havia quase estudante de Direito que não pagasse o seu tributo à poesia e à retórica ou perpetrasse, na mocidade, alguns 'pecados' literários; e só quando lhes sorria a literatura é que os bacharéis sentiam abrir-se perspectivas na carreira intelectual: tão irmanadas andavam, nessa especialidade, as letras e a profissão."[14]

Dentro de tais limitações, o desenvolvimento do romantismo ficaria subordinado, no Brasil, a algumas deficiências insanáveis, que são menos de escola que do meio nacional. A primeira delas é, sem dúvida, a superficialidade, que se denuncia em múltiplos aspectos, e não apenas na "facilidade de decorar e loquacidade derramada, simulando cultura".[15] Na eloqüência, toda feita de palavras, que domina a poesia e a transforma num jogo artificial e vazio, como na oratória pesada de tropos e alegorias, fantasiada e prolixa, que se não acomoda ao texto escrito e que se perde nas divagações e nos símbolos mais extravagantes, como na ficção que desliza fácil e mansamente sobre temas, paisagens e personagens e supera qualquer dificuldade com audácia na apresentação e na dispensa da verossimilhança.[16] O formidável volume da produção romântica, ainda quando se considere o que pertence à escola, aquilo que lhe é peculiar, reduz-se, com o passar dos anos, com a lenta filtragem dos tempos, a um patrimônio muito reduzido. E ainda naquelas atividades que o romantismo ungiu, mas que não eram literárias, e que ficavam dispensadas da contribuição livresca, a superficialidade esteve presente, como um estigma, a ponto de diminuir a dimensão das figuras mais eminentes da época: "Sob o ponto de vista do aparelhamento mental para o exercício das atividades políticas, as gerações da Monarquia não eram superiores às que se moveram nas quatro décadas republicanas. Com exceção de alguns vultos que para contá-los talvez sejam supérfluos os dedos de uma das mãos, os estadistas do Império não escapavam às limitações da deficiente e defeituosa cultura retórica da época."[17]

Outro traço que caracterizava o romantismo brasileiro, na fase anterior e posterior à manifestação indianista, foi o da imaturidade. Era a época dos poetas jovens, que morriam muito cedo, deixando obras que refletiam as inquietações da adolescência ou da juventude, despojadas de tudo aquilo que a experiência proporciona. O fato de terem vivido pouco constituiu uma fascinação

a mais, mas não foi notado como a ostensiva restrição que sofreria a obra de cada um. Preparatorianos, ou acadêmicos, na fase da irresponsabilidade, do desligamento dos compromissos com a vida, atiravam-se à desenfreada imitação, dos modelos europeus ou uns dos outros, e apresentavam seus trabalhos como obras acabadas. Salvou-se uma que outra figura, cujo apego ao estudo, no caráter desinteressado deste, remediou as manifestações literárias — um Álvares de Azevedo, por exemplo, que conhecia os seus autores preferidos, que os freqüentava, que os tinha à cabeceira, que se debruçava sofregamente sobre os livros. A maioria, adquirindo os conhecimentos iniciais pela rama, sem domínio do instrumento, da técnica e dos mestres, atirava-se ao verso, principalmente ao verso, com uma despreocupação total. A inteligência do tempo se confundia muito mais com a inspiração, no sentido vulgar — e aliás falso — da palavra, do que ao estudo. Admitia-se que a inspiração salvava tudo, e era por si só capaz de suprir todas as deficiências, preencher todas as lacunas. A ausência de crítica, de seleção, de mero policiamento literário, concorria para a facilidade com que se atirava ao público, falando ou escrevendo, um saber mal consolidado ou mesmo mal adquirido, com todas as marcas da procedência ainda transparentes, inteiramente destituído de originalidade. O amadorismo sancionava a audácia. Os poetas morriam cedo, antes de deixar os bancos acadêmicos muitas vezes, e entravam para as antologias, para as poliantéias, para os álbuns das donzelas, para as páginas dos jornais. Não se percebeu que o simples fato de desaparecerem prematuramente correspondia a um fator negativo, denunciava a ausência de preparação. Literatura era mal da adolescência ou da juventude, realmente, e mal se compreendia, ou apenas com relutância se aceitava, que a maturidade continuasse no mesmo sentido. Foram raros, sem dúvida, os que carregaram o mal das letras por toda a existência. Deixavam-no com a formatura, na maioria dos casos; com a conquista de determinadas posições, em outros. Havia um teor de boêmia, senão de libertinagem, na cultura e na atividade literária, incompatível com a seriedade, ou mesmo com a solenidade, de determinadas funções e de determinada idade e de determinada situação social. José Veríssimo viu bem o quadro: "A nossa literatura desde o romantismo foi principalmente feita por estudantes ou moços apenas saídos das faculdades, com pouca lição dos livros e nenhuma da vida. Nelas se geraram quase todos os nossos movimentos, e todas as novidades de ordem mental, como era natural,

acharam nelas terreno adequado, tanto para o joio como para o trigo."[18]

Terceiro traço, e não menos importante, foi o do amadorismo, que se engastava naturalmente no quadro do tempo, a utilização da arte literária como recurso para o brilho fácil, o hábito de fazer dela um caminho para conquistas outras, abandonando-a assim conseguido o resultado, assim obtido o que se pretendia. O processo, que foi muito mais inconsciente do que propositado, fantasiou de literatura um mundo de manifestações que não lhe pertencem e contribuiu para confundir o que tinha importância e o que não tinha, a pouca originalidade com a extensão imensa da cópia, do simples decalque. A literatura dava notoriedade, conferia prestígio, provocava admirações quando não proteções. Era procurada por isso, e não por inclinação autêntica. E assim procurada, não estimulava estudos, pesquisas, leituras demoradas, confrontos, o enriquecimento do cabedal adquirido, a busca de novas possibilidades. Apagava-se, de início, pelo seu finalismo transparente, e despojava-se, em tendência intrínseca e espontânea, de qualquer sentido autêntico. Ainda aqui, Veríssimo denunciou o problema com propriedade: "Mais que a vocação que não tinham, moveu-os a vaidade, a presunção da notoriedade que a autoria dá ou quejando passageiro estímulo. No reinado de D. Pedro II, monarca amador de letras e caroável aos letrados, por lhe armar à benevolência e patrocínio, foi comum fingirem-se muitos de amantes daquelas e as praticarem, mesmo assiduamente, mais porventura do que lhes pedia a vocação ou consentia o talento. Alguma vez foi esse labor sincero, se bem que efeito de uma inspiração circunstancial e momentânea, que se não repetindo descobre-lhe a insuficiência. Tais autores esporádicos, amadores sem engenho nem capacidade literária, e tais obras casuais, produtos de uma inspiração fortuita ou interesseira, não pertencem à literatura e menos à sua história."[19]

Dentro das limitações que tais características assinalavam, o romantismo brasileiro conduziria a um inevitável divórcio entre a gente letrada e o povo, entre a obra literária e tudo aquilo que poderia constituir o seu público. Tal divórcio, determinado, em última análise, pela estrutura social do tempo, representa uma condenação e acarreta o estigma da inautenticidade. O homem de letras, pertencente à classe dominante, gira em domínios distanciados da vida e do homem brasileiro, da criatura comum, com os seus problemas e os seus dramas. A manifestação literária se exaure, quase sempre, nos temas transplantados, afastando-se dos assuntos locais ou regionais, embora procure, em todo o tempo, disfarçar

esse afastamento, seja pelo pitoresco da paisagem física, que traz para as suas criações, seja pela cópia de tipos vulgares, quase sempre, do interior, que se movem nela como em estufa.[20] E tal divórcio, que se desmanda no gosto das exterioridades, nem encontra mesmo, para reduzir o extremo de algumas manifestações, entraves de natureza religiosa. Parece surpreendente, por exemplo, que uma sociedade a que a disciplina católica aparentemente impõe suas normas, acabe por gerar e admitir o ingrediente da sensualidade literária, como um tempero comum. Na realidade, mais devotos do que religiosos como foram os brasileiros, se é que não são ainda, a própria religião esteve muito mais na manifestação exterior e epidérmica do que na convicção profunda e na conduta continuada e costumeira.[21] A sensualidade, a que os primeiros românticos haviam fugido, derivado até para um moralismo fora de propósito, corresponde a uma forma de preenchimento do vazio, a um disfarce fácil de insuficiências, traduzindo a superficialidade, o amadorismo, a imaturidade das figuras que cultivam as letras e lhes dão, certa ou erradamente, o realce a que alcançaram na época.[22]

Aquele divórcio conduziria ainda a duas formas de irredutível equívoco que se tornaram comuns. Foi o mecenato a primeira delas: mecenato que o imperador exerceu, com o seu apregoado amor pelas letras, que disfarçava aquilo que, ainda nêle, era superficial e ornamental, mas que, também exerceram outros elementos — os que buscavam casar as filhas com o homem de prestígio literário, os que utilizavam o homem de talento para os seus fins, os que faziam do homem letrado o instrumento a que recorriam para a representação política. Formas diversas e variadas de mecenato, não institucionais, que nem por isso deixaram de ter importância e de caracterizar uma situação, e que correspondiam plenamente à posição secundária, subalterna, desimportante que, no fim de contas, apesar do prestígio social, o escritor tinha, objetivamente.[23] A segunda, ainda mais característica, foi a tendência para encontrar compensação numa erudição extremamente apurada, que em si mesma encontrava prêmio. Um historiador conhecido por sua aversão ao romantismo mencionaria o problema: "Neste ambiente de sensualidade e ignorância deparava-se de quando em quando uma individualidade culta, a quem aperfeiçoara o curso em Coimbra, ou a autodidaxia desenvolvida pela inteligência espontânea da raça — núcleo de seleção em que se preparou e se realizou o movimento de independência, arrastando a indolência e o indiferentismo das massas".[24]

Esses exemplos de erudição isolada, apagados em seus efeitos — que são mencionados por quase todos os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil depois da autonomia — caracterizam a marginalidade do homem de cultura. E era essa mesma marginalidade que mais apurava os dotes individuais e os levava a extremos curiosos, algumas vezes tipificados, como os dos gramáticos, dos latinistas, daqueles especialistas da minúcia que não têm uma consciência muito clara do saber mas superestimam a própria capacidade. O isolamento, o desapreço do meio, impunham essa autovalorização, que não se socorria de outros instrumentos porque deles não se poderia valer. Isso correspondia, no fim de contas, a confinar o conhecimento como coisa suprema, desligada de tudo sem necessidade de ressonância, obrigado a dispensá-la. Desligava os homens do ambiente em que viviam. Suas pontes estavam lançadas no espaço, no vazio e não serviam à integração na sociedade que os deixava à margem. Daí o traço ornamental de que se reveste a inteligência, entre nós, desde a fase colonial, e que encontra uma expressão tão característica no ensino jesuítico, para complementar-se com o exemplo desses autodidatas singulares, com o estiolamento dramático de uma autoridade intelectual despojada de conteúdo. O saber exilava, embora fosse apreciado como prenda.

Restituído aos seus moldes convencionais, depois da arrancada indianista, o romantismo se expandiu amplamente na poesia, o gênero nobre, a arte por excelência, de que ninguém se julgava dispensado. A chamada segunda geração romântica é quase tôda constituída por poetas, a maior parte dos quais não conseguiu atravessar a barreira do tempo, ou porque lhes faltasse um mínimo de arte, ou porque lhes faltasse persistência. O que caracteriza a poesia romântica é a sua eloqüência, que se salva, em um que outro caso, pela nota lírica ou pela simplicidade dos temas, tratados de maneira fácil. Em Casimiro de Abreu, por exemplo, essa simplicidade, que atinge limites extremos, assegura um êxito relativo.[25] Os seus temas são triviais: o exílio, a saudade da terra natal, a memória da infância.[26] Representa excelentemente o quadro romântico: é simples, quase simplório, jovem, quase adolescente, superficial, quase prosaico.[27] Encontra, entretanto, receptividade para as suas expressões e os seus versos se conservam na memória por isso mesmo, guardados facilmente e transmitidos de ouvido em ouvido. Deficiente no manejo do instrumento, e não tendo uma só nota mais alta, Casimiro de Abreu, traduzindo em rima o sentimento da época, tocando as teclas mais comuns, restituiu ao leitor médio aquilo que este desejaria criar.

Em Odorico Mendes, ao contrário, o que se encontra é um molde de expressão que não poderia de forma alguma chegar ao público numeroso, pois traduz a face erudita e distante da expressão literária, o contacto com os valores universais e eternos, que buscou transpor para o nosso idioma em versos discutidos, a que faltam, sem dúvida alguma, as belezas originais.[28] Sob certos aspectos, embora não de forma integral, Odorico Mendes representa o lado de erudição isolada, solitária, insatisfeita por isso mesmo, de um ambiente intelectual em que a poesia ou era exercício obrigatório ou simplicidade superficial. Tão superficial, tão fácil, no outro extremo, que se confundiria algumas vezes com a trova, como em Laurindo Rabelo.[29] Confusão que não vai em desprimor do poeta e que, no caso, correspondia até a um sentido positivo na popularidade que ia da figura do autor aos seus versos, mas que traduz o único caminho por onde a criação artística podia alcançar o apreço numeroso. Apreço transitório, sem dúvida alguma, e caminho que deixaria como marginais das letras muitos dos que, não resistindo ao tempo, descairiam na medida em que o meio já não aturasse a vulgaridade como literatura.

Vez por outra, era o drama individual maior do que a força do poeta, como no caso de Junqueira Freire.[30] Banhado de retórica e apegado ao clássico, não dominou suficientemente o verso para traduzir nele todo o poderoso inconformismo de sua existência. Descambou freqüentemente para a trivialidade e para o prosaico. Já Fagundes Varela, que teve os seus graves problemas do espírito e sofreu atribulações que agravou por si mesmo, teve outro teor qualitativo. Com ele entramos quase sempre no campo da poesia.[31] Sombrio, amargo e pessimista, Varela toca as sensibilidades pelo acento doloroso de seus versos. O descritivo, o lírico, e o elegíaco sobrepujam nele todos os outros aspectos. Menos discutido, e só discutido a propósito do problema da nacionalidade literária, Gonçalves Crêspo tem um lugar indisputável nas nossas letras. Inspiração ardente, capacidade para transmiti-la, inquietação e violência, deram a Gonçalves Crêspo uma força comunicativa que não está em proporção com o lugar que lhe dão, quando lhe dão, os nossos historiadores literários.[32]

Mas é com Castro Alves que vamos reencontrar a poesia naquele nível deixado por Gonçalves Dias. Em Castro Alves confluem circunstâncias que perturbam o julgamento, levando aos extremos: foi jovem que escreveu os seus versos e leu-os ou declamou-os aos auditórios, e jovem morreu; muito amou e transmitiu à sua poesia todo o ímpeto amoroso, com as cores violentas da

sensualidade e do lirismo; viveu apaixonadamente e participou intensamente da vida de seu povo, intervindo nos problemas que se apresentavam. Exuberante de inspiração, elevando a eloqüência romântica a um nível em que dificilmente a análise fria pode exercer-se sem prejuízos, Castro Alves foi, certamente, o maior acontecimento da poesia brasileira, não indo nisso qualquer critério comparativo de sentido estrito. É fácil verificar em seus versos imperfeições, descuidos, descaídas e até forçamentos. Eles permanecem de tal forma cobertos pela violência apaixonada de sua inspiração e pela opulência verbal que essa verificação se despoja de toda conseqüência e de todo sentido. "Convulsão da natureza", afirmou dêle Agrippino Grieco, e com isso definiu o que existe de grande e de perturbador no poeta dos escravos. E foi ele, realmente, um desses espetáculos que assinalam as exceções e que fogem à regra porque dificilmente alguém pode atingir a posição que atingiu o cantor da natureza e do amor na idade em que, depois de viver intensamente, desapareceu. Aquelas deficiências próprias da mocidade, tão nítidas no romantismo, e particularmente na poesia, existem nele, sem dúvida, em certa dose, mas desaparecem ante as qualidades denunciadas à simples leitura.[33]

E há na sua poesia um traço especial que, com a marca da qualidade superior, lhe confere uma posição única entre nós: Castro Alves foi um poeta do povo — do que, no Brasil do seu tempo, era o povo. Não foi apenas do escravo, cujas dores e cujos trabalhos descreveu em versos candentes, mas de tudo aquilo que, ao seu tempo, tinha já expressão na vida coletiva. Foi esse, com a qualidade, o segredo de seu prestígio: "Creio que podemos — diz um crítico — dividir a obra de Castro Alves em duas feições: a lírica e a social. Em ambos há um traço comum — a capacidade de fazer com que o povo comungue com os seus sentimentos e as suas idéias. Aliás, um dos problemas que o caso de Castro Alves suscita é justamente esse das relações entre a poesia e o povo. Com a sua poesia, escrita e recitada, Castro Alves eletrizava as multidões. Qual a razão? Certamente pela natureza popular da causa por que se batia o poeta dos escravos, mas também porque o maior desenvolvimento dos estudos naquele tempo formava um auditório mais receptivo à poesia, fosse de feição lírica, fosse de índole social. É verdade que os poetas, depois, se distanciaram do povo".[34] Análise justa, a do crítico: a grandeza de Castro Alves, marcada em primeiro lugar pela capacidade poética, esteve na comunhão que estabeleceu com a sua gente, na forma como participou das lutas de seu povo, no sentido em que orientou a sua poesia. Não só tomando parte na

campanha em defesa dos escravos, mas assistindo de olhos abertos a todo o espetáculo que o rodeava e tomando posição sempre ao lado daquilo que, em seu tempo, era o que guardava a marca do futuro. O mesmo crítico completa o seu pensamento, no sentido em que focalizou a lição do poeta: "Realmente, a lição de Castro Alves está no amor da liberdade, no anseio de justiça social, ideais que naturalmente apaixonam e devem apaixonar os moços e a quantos se sentem capazes de teimar e de esperar ao ponto de conservar em toda a vida a generosa aspiração da juventude".[35]

Embora haja dúvidas em torno do problema da participação de Castro Alves nas lutas de seu tempo, situando-se os seus termos no campo restrito da escravidão, discutindo-se se foi ele popular por isso ou não, se se antecipou ou apenas traduziu os sentimentos do tempo, se o fez com realidade ou com romantismo apenas, o fato é que Castro Alves anunciava o novo na vida nacional. E não apenas no que dizia respeito ao escravo, mas em todos os campos, porque cantou a rebeldia de Pedro Ivo, porque sentiu que a rua era o lugar do povo, porque entendeu a posição da cultura como caminho para a liberdade.[36]

Lírico, seus versos de amor guardam ternura e sensualidade; épico, suas estrofes são como hinos e conservam o frêmito que as impulsiona; descritivo, sabe mostrar os quadros da natureza em pinceladas de palavras que cantam. Em Castro Alves existe tudo o que o romantismo podia apresentar de grande. A sua poesia salva a escola de perder-se na monotonia superficial e amorosa, sem profundidade e sem grandeza. Tudo isso, em um rapaz de vinte e poucos anos, que soube transfundir na sua poderosa inspiração não só tudo o que o tempo oferecia, em seus país, digno de ser cantado, como tudo aquilo que existe na condição humana. Predestinado, recolheu o melhor de uma época de transição para transmitir à posteridade e deu à poesia brasileira o que ela raramente conheceu. e jamais na medida em que êle ofertou: o sentido exato da missão do poeta, que anuncia o novo e distingue, na aparente confusão de valores, o grande do pequeno, o belo do comum.

A enxurrada romântica, na poesia, seria pontilhada, ao longo do século, por dezenas de autores, sem maior relevo. O verso, enobrecendo a literatura, caracterizava-se como caminho comum e, por muito tempo, mesmo os que seguiram outro gênero, não deixaram de freqüentá-lo, quando menos na estréia. Tais autores, a que o amadorismo não concedeu perspectivas, não têm condições para ocupar um lugar na história literária, senão nos arrolamentos que foram, no passado, com ela confundidos.[37] As omissões que por-

ventura derivem disso acarretarão por certo menores inconvenientes do que a sobrecarga da exposição histórica com as centenas de nomes, quase sempre destituídos de qualquer significação, a que o tempo não concedeu sanção, a última, aquela que define o valor e lhe assegura personalidade e permanência.

NOTAS AO CAPÍTULO 5

1 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 12.

2 Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940, pág. 217.

3 Pedro Calmon, *op. cit.*, pág. 218.

4 Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, 5.ª edição, S. Paulo, 1944, pág. 148.

5 Paulo Prado, *op. cit.*, pág. 148.

6 Paulo Prado, *op. cit.*, pág. 149.

7 Edgard Cavalheiro, "Evolução do Conto Brasileiro", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 8, S. Paulo, 1945, pág. 105.

8 "De 1840 em diante, e talvez se possa dizer até hoje, essas gerações de moços, espalhando-se anualmente pelo país inteiro, levaram para o que se chamava nos banquetes de formatura 'a vida prática' as miragens, as ilusões poéticas, o mau gosto literário e artístico, a divinização da Palavra, todo o divórcio entre a realidade e o artifício, que é em suma a própria essência do mal romântico. Vinha a infecção das margens do Tietê ou ao Capibaribe e aos poucos contaminava o Brasil inteiro. Caracterizavam-na dois princípios patológicos: a hipertrofia da imaginação e a exaltação da sensibilidade. Deformou insidiosamente o organismo social, muitas vezes sob o disfarce de inteligência brilhante em que a facilidade de apreensão e de expressão substitui a solidez do pensamento e do estudo. Dá ao Brasil, neste momento de progresso material e de mentalidade prática e concisa, o aspecto anacrônico de gente viva falando uma língua morta." (Paulo Prado, *op. cit.*, págs. 150 e 151).

9 Jamil Almansur Haddad, "Castro Alves, Um Poeta Contra o Seu Tempo", *in Província de São Pedro*, n.º 9, Porto Alegre, 1947, pág. 51.

10 Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, Rio, 1943, pág. 164.

11 Fernando de Azevedo, *op. cit.*, pág. 165. Esclarece ainda o autor: "Mas, com o número crescente de bacharéis e doutores que saem, às multidões, dessas faculdades, multiplicaram-se os candidatos a esses cargos e empregos do Estado. Eles passaram a constituir uma classe cada vez mais numerosa, de funcionários e letrados, saturados, na República como no Império, 'de fórmulas européias que desprezavam a sociedade de que saíram e lhes alimentavam vastas ambições'. Se o funcionalismo tão extraordinariamente desenvolvido teve a sua origem na escravidão que, degradando o trabalho da terra e amesquinhando os ofícios mecânicos, 'obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e não queriam igualar-se aos escravos', foi certamente o bacharelismo que mais contribuiu para desenvolver esse pendor para os cargos públicos e políticos, em que se instalou como em domínio próprio!" (Idem, pág. 164).

12 Fernando de Azevedo, *op. cit.*, pág. 163.

13 "O importante não era, para nós, a prática de negócios, nem a técnica industrial, nem a ciência aplicada, nem mesmo a pesquisa científica, mas tal ou qual conhecimento que os indivíduos adquiriam empalidecendo sobre os livros, e em que encontravam ponto de apoio, sobretudo quando adornado pelas letras, para a expansão de todo o seu prestígio de letrados, eruditos, jurisconsultos e oradores políticos. O bacharel tomou assim o primeiro lugar na escala profissional e social e entre as profissões liberais, nenhuma outra desempenhou papel mais importante na vida intelectual e política do país." (Fernando de Azevedo, *op. cit.*, pág. 163).

14 Fernando de Azevedo, *op. cit.*, pág. 169. Acrescenta o autor a respeito do assunto: "Essa inclinação não corresponde, de fato, apenas à tradição eminentemente literária de nossa cultura, por influência do sistema colonial de ensino, mas também a uma nobre aspiração de aperfeiçoamento e libertação do espírito, um derivativo à cultura profissional, tanto mais procurado quanto o prestígio literário sempre foi, entre nós, suscetível de aumentar, nos homens de profissão, a sua autoridade e o seu poder de irradiação intelectual." (Fernando de Azevedo, *op. cit.*, pág. 169).

15 Paulo Prado, *op. cit.*, pág. 129.

16 A subordinação ao convencional, a superficialidade generalizada e tipificada refletiu-se mesmo no Machado de Assis da primeira fase: "O próprio Machado de Assis dos primeiros livros, *Contos Fluminenses* e *Histórias da Meia-Noite*, está ainda muito longe de ter atingido a perfeição das obras da maturidade. *Contos Fluminenses* é de 1870 e reúne histórias publicadas anteriormente no *Jornal das Famílias*. Como observa Lúcia Miguel Pereira, o Machado deste livro e de *Histórias da Meia-Noite* ainda está muito prêso aos cânones do romantismo, é superficial e fútil. Seus tipos são ainda copiados da galeria de manequins românticos: a mulher faceira, a virgem sentimental, a beleza tentadora e fria, que desperta paixões sem as compartilhar, tôdas caprichosas, orgulhosas, misteriosas. Os homens são ainda mais estereotipados: o bilontra cínico, o cético afinal convertido ao amor, o apaixonado infeliz." (Edgard Cavalheiro, *op. cit.*, pág. 106.) Eugênio Gomes verifica os traços do romantismo mesmo na obra posterior de Machado, aquela que lhe assegurou renome: "A idéia generalizada de que Machado de Assis cortara definitivamente as amarras ao romantismo, com o chamado divisor de

águas que a sua obra apresenta desde 1879, não subsiste a uma investigação detida. Sua atitude consciente passara a ser de reação deliberada contra a ênfase romântica, mas sem interrupção abrupta de seus compromissos com a escola dominante de seu tempo. Dado o natural pendor de seu espírito à reflexão serena, Machado não havia de ter nenhum constrangimento, na sua maturidade, em acudir ao famoso apelo de Carlyle: 'Fecha o teu Byron e abre o teu Goethe.' Mas a verdade é que o *mal do século* tinha já empolgado sua sensibilidade de maneira irremediável. E o escritor prosseguiu sendo romântico, mesmo quando a sua forma se depurava cada vez mais no cadinho dos moldes clássicos, até adquirir aquela cristalina solidez ainda não superada por nenhum prosador brasileiro." (Eugênio Gomes, "Uma Fonte de Machado de Assis", *in Cultura*, n.º 2, Rio, 1949, pág. 169).

17 AZEVEDO AMARAL, *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934, págs. 146 e 147. O ensino superior da época fornecia um saber adornativo muito mais do que prático, como reflexo da sociedade do tempo: "Os homens cultivavam-se nos seminários e nos cursos particulares, antes de galgarem os degraus superiores das academias. A filosofia de Locke, a retórica, o latim e a matemática tinham cultores de porte conhecido. A medicina dispunha, além dos drásticos e eméticos dos boticários, das ventosas e sanguessugas dos barbeiros, da anatomia do Melo Franco, da cirurgia de Guimarães Peixoto, dos récipes do Navarro de Andrade, ficando ainda a ginecologia entregue às negras e curiosas de ofício. As escolas do exército e da marinha decifravam Legendre e Lacroix; nas de Direito, Royer Collard, Maine de Biran, o digesto, as pandectas e os praxistas portugueses eram objeto de estudo e de consulta. As artes mecânicas e liberais conservavam-se ainda nas mãos dos oficiais e mesteirais de cor. Mas nenhuma compreensão da indústria e tendência aos problemas técnicos. Os consertos da calçada de Itaguaí, a reparação de uma balsa no Paraíba, não bastavam ao desenvolvimento da engenharia." (Alberto Rangel, *Rumos e Perspectivas*, 2.ª edição, S. Paulo, 1934, págs. 63 e 64).

18 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 285. Veríssimo insiste no assunto, adiante: "É este o grande mal da literatura brasileira: que por circunstâncias peculiares à nossa evolução nacional, ela tem sido sobretudo, quase exclusivamente até, feita por moços, geralmente rapazes das escolas superiores, ou simples estudantes de preparatórios, sem o saber dos livros e menos ainda o da vida. Ora, a literatura, para que valha alguma coisa, há de ser o resultado emocional da experiência humana. A nossa tem principalmente sido uma literatura de inspiração e fundo mais livrescos que vividos." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 308).

19 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 22.

20 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 268.

21 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 243.

22 JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, pág. 245.

23 "Um Varnhagen, apenas superado, em capacidade de deturpação, pelo inesquecível escrevedor da *Fundação do Império;* comparável em descritério aos Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro. Não havia, para esses, outra orientação histórica senão os degraus do trono." (Manuel Bonfim, *O Brasil*, S. Paulo, 1935, pág. 62).

24 PAULO PRADO, *Retrato do Brasil*, 5.ª edição, S. Paulo, 1944, pág. 130. No mesmo sentido, outro historiador anotaria a anomalia: "Houve interessantes exceções. Vários foram os professores sábios, entretanto confinados na sua 'aula' sertaneja, formando silenciosamente discípulos na humildade do seu degredo. Encontrara Martius em Rio de Contas um mestre-escola cuja erudição o espantou. Um professor de grego, na Bahia, Vilhena, é o autor das magistrais *Cartas Soteropolitanas*. Na própria vila de Minas de Rio de Contas estudou, por exemplo, o futuro Barão de Macaúbas, Latim, Francês e Filosofia, bagagem intelectual suficiente para, em dois anos de estudo, terminar o curso de preparatórios... Simples professor de gramática na Bahia, José Francisco Cardoso de Morais, amigo de Bocage, foi poeta latino." (Pedro Calmon, *op. cit.*, pág. 313).

25 CASIMIRO JOSÉ MARQUES DE ABREU (1839-1860) nasceu em Indaiaçu, freguesia do Rio S. João, na província do Rio de Janeiro. Estudou as primeiras letras na terra natal e, transferindo-se para a Corte, aos catorze anos, como empregado no comércio, completou os conhecimentos, quanto lhe permitia a idade, pelo seu próprio esforço, numa leitura continuada que mais agravou a sua saúde já combalida. Viajando a Portugal, levou à cena, em Lisboa, um drama em versos, *Camões e o Jau*. Regressando ao Brasil, trouxe os originais de *As Primaveras*, que publicou em 1859. Esses versos simples ficaram na memória dos leitores e asseguraram ao poeta a notoriedade de que não se aproveitou, pois, minado pela tuberculose, faleceu no ano seguinte, aos vinte e um de existência.

26 "A infância apareceria, então, em seus versos, como a idade ideal, e o seu sítio como o paraíso perdido." (Cassiano Nunes, "História da Poesia Brasileira", *in Boletim Bibliográfico*, n.º 7, S. Paulo, 1945).

27 CASIMIRO DE ABREU confessou, com simplicidade, as suas insuficiências: "Decerto, tudo isto são ensaios; a mocidade palpita, e na sede que a devora decepa os louros inda verdes e antes de tempo quer ajustar as cordas do instrumento, que só a madureza da idade e o trato dos mestres poderão temperar." (*In "Prefácio"* às Primaveras, Rio, 1859.)

28 MANUEL ODORICO MENDES (1799-1864) nasceu em São Luís, província do Maranhão. Distinguiu-se como tradutor dos clássicos, em obras bastante criticadas mas que lhe asseguraram a memória. Faleceu em Londres.

29 Laurindo José da Silva Rabelo (1826-1864) nasceu no Rio de Janeiro, sendo pobre de origem e mestiço. Temperamento boêmio, alcançou popularidade, não só pela sua figura como pelos seus versos, em que tocou muitas cordas, da sentimental à satírica. Foi médico militar e professor.

30 Luís José Junqueira Freire (1832-1855) nasceu em Salvador, província da Bahia. Em conseqüência de uma crise moral, ingressou na ordem beneditina, em 1851, dela se afastando, por falta de vocação, três anos depois.

31 Luís Nicolau Fagundes Varelá (1841-1875) nasceu em Rio Claro, província do Rio de Janeiro. Fez os primeiros estudos em diversas cidades, onde o levaram os deveres paternos. Em fins de 1859 chegou a S. Paulo, para concluir os preparatórios e matricular-se na Faculdade de Direito. Colaborador da *Revista Dramática*, em 1860, publicou no ano seguinte o seu primeiro livro *Noturnas*. Tinha apenas vinte anos e era simples preparatoriano. Só no segundo mês de 1862 ingressaria na Faculdade de Direito. Nesse mesmo ano, casou-se; casamento atribulado que a morte do filho, em 1863, mais atribularia. Foi quando escreveu o *Cântico do Calvário*. Deixando S. Paulo, em 1864, seguiu para Recife, no início do ano seguinte, com a intenção de lá concluir o curso. A perda da esposa, que deixara com os pais, provoca o seu regresso. O ano de 1866 encontra-o novamente na escola do Largo de S. Francisco, em S. Paulo. Não chegaria a concluir o curso, porém. Os últimos anos de sua atormentada existência foram dedicados ao desenvolvimento do poema *O Evangelho nas Selvas*. Boêmio, Fagundes Varela deixou uma obra desigual, cheia de trechos altos entretanto, rica de inspiração e principalmente voltada para a natureza, que cantou em alguns de seus melhores versos.

32 Antônio Cândido Gonçalves Crêspo (1846-1883) nasceu no Rio de Janeiro e seguiu para Portugal, aos catorze anos, tornando-se cidadão português. Estudou em Coimbra. Casado com a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, escreveu alguns dos versos mais nostálgicos da paisagem brasileira, a física e a humana, que a nossa literatura conhece. A maioria dos antologistas o inclui, com razão, entre os autores nacionais, que o foi, pelo sentimento e pelo tema.

33 Antônio de Castro Alves (1847-1871) nasceu na fazenda Cabaceiras, município de Curralinho, província da Bahia. Iniciou os seus estudos em S. Félix e completou-os em Salvador, no Ginásio Baiano, de Abílio César Borges. Freqüentou as Faculdades de Direito, em Recife e em S. Paulo, sem chegar a concluir o curso. Distinguiu-se desde os bancos acadêmicos, pela eloqüência de seus versos e pelos acontecimentos de que participou. Numa época de grande curiosidade pelo teatro, digladiou, no Recife, com Tobias Barreto, a propósito de Eugênia Câmara, atriz que viria a acompanhar em Salvador, no Rio e em S. Paulo. Motiva, na Corte, a troca de cartas entre Machado de Assis e José de Alencar, em que se verifica a força de seu jovem prestígio literário. Vítima

de um acidente, em S. Paulo, em 1868, tem de amputar um pé. Retorna ao seu lar, em busca de melhoras para a saúde, para falecer, minado pela tuberculose, aos vinte e quatro anos, consagrado pela admiração de quantos conheceram a sua poesia.

34 Aires da Mata Machado, *Crítica de Estilos*, Rio, 1956, pág. 71.

35 Aires da Mata Machado, *op. cit.*, págs. 72 e 73.

36 Analisando a obra de Castro Alves, no volume dedicado ao romantismo de *A Literatura no Brasil*, Fausto Cunha tenta diminuir a importância da participação na poesia do autor das *Vozes d'África*: "Havia nele um sentido divinatório que lhe insuflava soluções difíceis de esperar no seu tempo. Merece considerações o fato de que seus melhores momentos são os descritivos, quando a criação era verdadeiramente livre, e os sentidos predominavam sobre o raciocínio e a adesão sentimental. Ao contrário de quase todos os românticos, que empenhavam na poesia dita social o espírito e o verso, Castro Alves só empenhava o espírito. Sua tendência era fugir do interior para os exteriores, do todo para os detalhes, do tema para os acessórios — do ideológico para o descritivo. A *Cachoeira de Paulo Afonso* é o desdobramento plástico de uma idéia vagamente abolicionista (nem Lucas nem Maria representam o negro escravo), onde a Natureza é a personagem central e triunfante. Nas *Vozes d'África* e no *Navio Negreiro*, a cada instante o pensamento social é soterrado pelo pensamento poético, o fato pela metáfora, o real pelo idealizado. Somente um artista absolutamente desinteressado da validade histórica de sua obra poderia construir um dos seus mais arrojados e mais valiosos trabalhos sobre um anacronismo; somente Castro Alves se empolgaria, como o fez no *Navio Negreiro*, por uma concepção altamente plástica — a dos negros chicoteados num tombadilho — sabendo que o tráfico de escravos havia sido extinto dezoito anos antes." (Fausto Cunha, *op. cit.*, t. II, pág. 825.) Não existe nenhuma dificuldade em perceber, sob a argumentação do crítico, o sentido inequívoco a que está ligada. E não passa de uma anedota, no fim de contas, o caso de "anacronismo" referido por ele, para mostrar o que supõe ser, em Castro Alves, uma forma de desinteresse pela 'validade histórica". A posição de Fausto Cunha, aliás, fica muito clara, logo adiante, quando afirma: Ele compreendeu, ou pelo menos sentiu, o que nenhum contemporâneo (exceto Varela) parecia compreender ou sentir: o que confere a uma obra de arte poder sobre o tempo não é a causa que ela defende, ou o sentido de que se imbui. É sua qualidade. A utilização extraliterária de uma obra que sobrevive são os frutos, ou percalços, da sua permanência." (Idem, págs. 825 e 826.) A tendência em divorciar, na obra de arte, o conteúdo da forma representa, seja no aspecto literário de "crítica estética", seja em outros aspectos, apenas um esforço, em desfavor do conteúdo, para despojar a criação de seus motivos essenciais. Claro está que a qualidade é que assegura

a duração. Mas esta é multiplicada quando o conteúdo se soma a qualidade formal.

Outros, aceitando a participação de Castro Alves nas lutas de seu tempo, duvidam, entretanto, da aceitação, pelo meio, quando em vida do poeta, das posições que ele defendia. Um historiador afirma a esse respeito: "É esse poeta, cuja obra é esteticamente burguesa, teve uma ação social grandiosa junto à burguesia. Embora aborrecidos, os escravocratas perdoavam Castro Alves. Ele os combatia, mas, na realidade, era o seu poeta." (Cassiano Nunes, *op. cit.*,) Logo adiante, o autor esclarece: "Castro Alves foi um poeta revolucionário, filho e ídolo da burguesia." Trata-se, no caso, de incompreensão motivada por uma análise defeituosa das condições sociais do tempo: o problema da escravidão não afetava apenas a burguesia, setores havia da classe proprietária que se distanciavam do regime de trabalho escravo. O problema da poesia de Castro Alves como expressão dos anseios de uma classe foi tratado em alguns autores modernos, e em particular por Heitor Ferreira Lima e por Édison Carneiro. Também Jamil Almansur Haddad situou aquele problema, embora de maneira discutível.

"Concordar com a hipótese de que a poesia social do poeta — escreve ele — fosse de grande aceitação na época, seria admitir que os filhos das famílias ricas brasileiras do tempo constituíssem uma geração de trânsfugas, prontos a vibrar, sem tardança nem piedade, o golpe destruidor contra uma instituição em que se assentava tudo: a riqueza paterna, os brasões das famílias, o diploma dos bacharéis, o hímen das donzelas. As gerações foram muito mais fiéis aos interesses dos avoengos patriarcais do que pode parecer à primeira vista." (Jamil Almansur Haddad, "Castro Alves, Um Poeta Contra o Seu Tempo", *in Província de São Pedro*, n.º 9, Porto Alegre; 1947, pág. 51.) Mais adiante: "Já Castro Alves, por seu lado, não foi de seu tempo, podemos afirmar com toda a segurança que foi uma voz a clamar contra a mentalidade do tempo. Ele representou uma voz isolada e de oposição a quebrar a grande unanimidade que sustentava e justificava a moralidade do sistema escravocrata de trabalho. Estão em Castro Alves as idéias do tempo que havia de vir. Ele é o profeta, o Messias, trazendo a palavra nova, anunciando a Redenção." (Idem, pág. 54).

A interpretação exata, entretanto, é outra. O poeta não inventa os motivos, eles existem na vida. Quando Castro Alves participa, com os seus versos, e até com a sua pessoa, da luta pelo escravo — e não participa apenas nessa luta, mas em outras — o abolicionismo não estava suficientemente forte, sem dúvida, para concretizar-se, não era a força dominante. Mas existia já um pensamento abolicionista e uma campanha pela libertação do escravo. Castro Alves ajuda o desenvolvimento dessa campanha e é popular, pelo conteúdo de suas poesias, nos meios receptivos à abolição. Ele não se antecipa senão a uma fase em que o abolicionismo passa a predominar de tal forma que acaba por converter-se em lei. E são precisamente os seus companheiros de geração, e até de bancos escolares em muitos casos, que vão participar da derrubada final do regime servil. Nesse sentido, é um intérprete, sem confusão alguma, dos anseios da classe média brasileira, que não era a classe dominante no seu tempo e nem mesmo tinha forte expressão política. Tal classe não estava ausente, embora intérpretes diversos a neguem, como Oliveira Viana: "Somos um povo que, por motivos particulares à nossa evolução, não temos, no quadro das nossas classes sociais, uma classe média à maneira européia, nem as classes existentes, populares ou dirigentes, possuem a coerência, a integração, a unidade das classes correspondentes nos grandes povos civilizados." (Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 3.ª edição, S. Paulo, pág. 49.) Mas José Veríssimo, a propósito de Araújo Porto Alegre, anotaria a formação da classe média, por um dos seus grupos mais expressivos, o militar, ainda antes do romantismo brasileiro: "Não indicava este propósito [o de matricular-se o poeta na escola que formava os oficiais] nenhuma vocação pela carreira das armas. Porto Alegre cedia à necessidade que levou tantíssimos moços brasileiros pobres a procurarem aquela escola para adquirirem economicamente uma instrução que de outro modo não poderiam fazer." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 179.) E o Visconde de Taunay, a respeito do *Libelo de Timandro*, em que se verificam muitas das manifestações mais características da classe média em elaboração no Brasil, poderia anotar: "É também esse panfleto, na espécie, verdadeira obra-prima, numa linguagem rápida, calorosa, vibrante, sem demasias de retórica, mas em tom de funda convicção ao apontar aos erros, a estigmatizar os ridículos e fraquezas e a prognosticar o triunfo final das grandes aspirações populares, acenando-lhes com esses tão eternos quão dificilmente alcançáveis ideais, que exaltam a imaginação e a alma do comum dos homens e das massas tumultuárias e impetuosas." (Visconde de Taunay, *Reminiscências*, 2.ª edição, S. Paulo, 1923, pág. 34).

Quando Castro Alves faleceu, a guerra com o Paraguai, que anuncia o aparecimento do Exército como força política, e força política caracterizadamente de classe média, tinha chegado ao fim; os passos para o abolicionismo estavam dados, particularmente com a lei que libertava o ventre da escrava; a sociedade brasileira sofria transformações muito importantes. Claro está que a classe dominante era ainda a dos proprietários territoriais.

37 Entre os poetas menores do romantismo podem ser arrolados: José Alexandre Teixeira de Melo (1833-1908), Aureliano José Lessa (1828-1861), Pedro Luís Pereira de Sousa (1839-1884), Agrário de Sousa Meneses (1834-1863), Trajano Galvão de Carvalho (1830-1864), Antônio Peregrino Maciel Monteiro (1804-1868), Félix Xavier da Cunha (1833-1865), Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), Francisco Muniz Barreto (1804-1868), Manuel Ramos da Costa (1840-1872), Pedro de Cal[illegible]s (1836-1874), Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876), João Saio[illegible]é de Queiroga (1810-1878), Luís Gama (1830-1882), Batista Caetano de A[illegible]-

meida Nogueira (1826-1882), Hugo Leal (1857-1883), Adelino Fontoura Chaves (1859-1884), Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1835), Veríssimo José do Bom Sucesso (1824-1886), Francisco Lobo da Costa (1853-1888), Francisco Bonifácio de Abreu (1819-1887), Vitoriano José Marinho Palhares (1840-1890), José Ezequiel Freire de Lima (1849-1891), José Maria Gomes de Sousa (1837-1893), Francisco Leite Bittencourt Sampaio (1834-1896), José de Morais Silva (1832-1896), Rosendo Muniz Barreto (1845-1897), Elzeário da Lapa Pinto (1840-1897), Torquato Xavier Monteiro Tapajós (1853-1897), João Nepomuceno Kubitschek (1845-1899), Anastácio Luís do Bom Sucesso (1833-1899), José Cândido de Lacerda Coutinho (1853-1900), José Joaquim Correia de Almeida (1820-1905), Francisco Mangabeira (1879-1904), Auta de Sousa (1876-1901), Antônio de Castro Lopes (1827-1901), Artur Lobo (1869-1901), Beatriz Assis Brandão (1779-1860), Ladislau dos Santos Titara (1801-1861), Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), Francisco Adolfo de Carvalho Júnior (1825-1879), Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-1888), sem falar naqueles que se distinguiram em outros gêneros como Bernardo Guimarães, cuja importância poética vem sendo objeto de estudos; Bruno Henrique de Almeida Seabra (1837-1876); Juvenal Galeno da Costa e Silva (1836-1931), que tanto confundiu a poesia com a trova popular, e Tobias Barreto de Meneses.

6 — A PROSA ROMÂNTICA: SERTANISMO

A conquista do público: o teatro e o folhetim — A tipografia e o livro — Opúsculo, panfleto e pasquim — Esforço por uma definição nacional: o sertanismo — Bernardo Guimarães, Távora e Taunay — Crítica política e crítica literária — Coexistência da vulgaridade no romantismo — Esforço criador da escola.

O APARECIMENTO do romance e a sua vulgarização, com o romantismo, no Brasil, assinala a conquista do público para a literatura. Está claro que o público do tempo não é o mesmo de hoje: recruta-se naquelas camadas que têm acesso à instrução, numa época em que esse acesso é uma condição absoluta de classe. Ao elemento feminino da classe dominante, cujos ócios permitiam, dentro da restrição dos parcos conhecimentos destinados à mulher, voltar as suas atenções e preencher os lazeres com a leitura, dirigia-se o romance sentimental que acabou por constituir a caricatura do gênero e que Macedo, por exemplo, salvou da perdição inteira com a vulgaridade de seu pequeno realismo, debruçado sobre os detalhes. E ainda ao estudante, para o qual o casamento representava um problema quase das mesmas proporções que representava para a mulher. A tais elementos vêm juntar-se, pouco a pouco, aqueles outros, pertencentes ao campo da embrionária classe média — comerciantes, funcionários, militares — que se identificam com os padrões e as normas da classe dominante e que, portanto, podem ser englobados nela como constituindo o público do tempo.

A tal público se dirigem dois instrumentos de comunicação que o preparam para aceitar e apreciar o romance: o teatro e o jornal. Nos centros urbanos mais importantes, e na Corte em particular,

os espetáculos teatrais conseguem atrair as atenções do público disponível, são acontecimentos de relativa importância. Autores e atores são discutidos, apreciados, destacados da galeria comum. Um deles, João Caetano dos Santos (1803-1863), alcança mesmo uma notoriedade singular. Ora, é para o gênero que tem condições de concentrar a atenção geral que se voltam os escritores do tempo. Não há uma especialização, como em todas as etapas iniciais, salvo em casos esporádicos, como o de Luís Carlos Martins Pena. O autor é, via de regra, um homem de letras que cultiva mais de um gênero e que é obrigado a isso para disputar a atenção do público. Gonçalves de Magalhães, que assistira ao espetáculo proporcionado pelos palcos europeus, atira-se ao campo teatral. É um precursor, com todos os riscos da posição somados àqueles de sua natural incapacidade para o gênero. A tragédia *Olgiato* não passa, no fim de contas, de um equívoco. Mas lançava o autor brasileiro num terreno que encontrava ressonância. Já Gonçalves Dias, com outra preparação e outro senso do teatro, consegue conciliar os pendores de poeta com o trato dramático, e *Leonor de Mendonça* sobrevive ao tempo. Os dois autores que conquistarão as platéias, entretanto, são romancistas, Macedo e Alencar. Com eles, estamos em pleno teatro romântico. Com eles, vamos sentir nitidamente a influência que o teatro passa a ter sobre o romance.

O teatro de Macedo vale como documentário de uma época. Abordando vários aspectos, tratando de maneira diversa os temas, ora inclinado à exploração dos recursos que o dramalhão trazia, ora inclinado ao burlesco, com motivos locais e regionais, representa, pela simples aproximação com as tendências da platéia, um testemunho sobre o público. Alencar, ao contrário, resistiu bastante à pressão do gosto popular, e acabou por abandonar o gênero; embora não tenha demonstrado nele uma ausência completa de aptidões. A conjugação do romancista com o teatrólogo jamais conseguiu ser tão perfeita, entretanto. Daí por diante, embora os ficcionistas não tenham abandonado de vez a aventura teatral, a regra já não é a mesma. Já não é a mesma, por exemplo, com França Júnior, que é o continuador de Martins Pena, e é, como ele, um especialista.[1] Suas comédias, em que satiriza muitos aspectos da vida nacional, inclusive a tendência à aceitação pronta de idéias estrangeiras, seguem a mesma orientação das de Martins Pena, mas com talento bem menor.

Nesse tempo, quando o interesse pelo teatro era grande, e atraía ele os pendores dos homens de outras letras, como os do próprio Machado de Assis, a atenção do público estava muito mais

voltada para o palco do que para o livro. Queixando-se da ausência de crítica literária, na época Alencar indicaria a presença, ao contrário, de uma crítica teatral ativa, com um lugar de destaque na imprensa, e com um público correspondente. Era, realmente, um sinal importante. O principal, entretanto, estava na obrigação, por assim dizer, do teatro, para o escritor inclinado a outro gênero. Obrigação que não se traduziu apenas na escolha de um caminho para ganhar o público, mas na influência que assumiram no romance determinadas técnicas, ou determinadas deficiências específicas do teatro ou daquele teatro que era possível e aceito no Brasil do tempo.[2]

A influência exercida pela imprensa foi de caráter diverso, sem dúvida, e mais ampla, no tempo e no espaço. Foi, em primeiro lugar, uma influência técnica, material: a imprensa possibilitou o livro, em seu estágio nacional primário. Foram as oficinas de jornais, no seu rudimentarismo técnico, que se fizeram, impressoras de livros, e até distribuidoras, dentro de certos limites, numa acumulação de funções que denuncia uma etapa inicial. Nas oficinas do *Correio Mercantil*, do *Diário do Rio de Janeiro*, da *Marmota* é que foram feitos os livros dos nossos escritores, quase sempre depois de ter o jornal publicado os mesmos em folhetins. Os casos, como o de Gonçalves Dias, de impressão no estrangeiro, são raros, nessa fase. Haverá uma fase posterior em que serão freqüentes, quando se esboça uma divisão de trabalho, entre o jornalismo, como técnica, e a atividade editorial. Já aí as livrarias existirão, também com o seu papel específico. Não existiam, na época a que nos referimos: eram simples lojas de variedades. A justaposição técnica do jornal e do livro, feitos nas mesmas bases materiais, caracteriza o momento culminante do romantismo brasileiro. E não apenas o caracteriza no campo literário — que o romantismo foi muito mais amplo do que um movimento literário, transvasando para todos os campos de atividade intelectual — mas em tudo o que afeta. A crítica política, por exemplo, quando tinha alguma duração, quando se emancipava da transitoriedade de motivos, traduzia-se muito no opúsculo — intermediário entre o livro e o jornal — em que chegava ao público e, simultaneamente, perdurava. Os grandes documentos políticos da época conservaram-se nos opúsculos, particularmente aqueles de sentido panfletário. Panfleto, opúsculo, livro, são, assim, etapas técnicas da impressão que, no Brasil, ocorrem simultaneamente, pelas condições próprias do meio. Em obediência, ainda, a tais condições é que o homem de letras, no sentido literário, será

também panfletário, em muitos casos, e político. As atividades se superpõem — logo, as técnicas se superpõem.

Mas o livro não é ainda o caminho apropriado para chegar ao público — o caminho é o jornal. E a ficção romântica deve atingir o leitor primeiro pelo jornal, depois pelo livro. É por isso que os escritores são também jornalistas, e é por isso que o livro é primeiro folhetim. O gênero, folhetim, é importado, sem dúvida — mas importado porque o meio o exige, e logo lhe concede importância indiscutível. Vai ser veículo específico da ficção romântica, entre nós.[3] Começa pelas traduções de folhetins franceses, e acaba por englobar a ficção nacional.[4] Ora, as conseqüências disso não se refletirão apenas no campo objetivo, a conquista do público, a justaposição de atividades, mas no próprio conteúdo da ficção romântica brasileira, na sua técnica.[5] E nesse sentido é interessante assinalar que as conseqüências são benéficas, e não maléficas como se poderia supor e muitos aceitaram.[6] E vão influir decisivamente na fisionomia do romance romântico brasileiro, dando-lhe alguns de seus traços melhores e revelando o seu progresso.[7]

É com o folhetim, realmente, que o romance, entre nós, ganha grupos numerosos de leitores e define, pela aceitação, a presença de uma atividade literária ainda balbuciante que, antes disso, não conseguira afirmar-se e muito menos definir-se. O fato pode ser aferido da simples comparação entre o que era o romance, antes de encontrar a porta de divulgação do folhetim, e o que foi, depois que encontrou correspondência entre os leitores. Quais são os primeiros passos do gênero, efetivamente, no Brasil? Claro está que não são aqueles que um simples critério cronológico pretende estabelecer, esquecidas as próprias características do gênero, nem os que nos mostram a esquecida tentativa de Lucas José de Alvarenga, em 1826, com uma novela didática, *Statira, e Zoroastes*, que nasce de uma peça teatral malograda, moralista e edificante, em que o personagem principal é um príncipe tibetano perdido de amor por uma vestal.[8] Ou aquela em que Pereira da Silva pretende romancear a história, enquanto Varnhagen tenta amenizar a narração do Descobrimento. São tentativas cuja fraqueza não escapa à análise menos atenta e em que o quadro da terra e da gente mal surge, quando surge. E isso é tanto mais característico quanto se verifica que esses precursores abandonam o gênero logo adiante, voltando-se para os assuntos que mais os interessam, aqueles em que têm condições melhores para contribuir.

Vimos que foi a vulgaridade folhetinesca de Macedo, acompanhando os moldes da escola mas adaptando o ambiente brasileiro

apresentado como cenário a tais moldes, que possibilitou a aceitação do gênero. José de Alencar, utilizando o folhetim, lançaria as bases do romance brasileiro, sob todos os sentidos inclusive na intenção de realizar, com ele, em literatura, aquilo que a Independência realizara em política, extremando-se até no esforço por uma autonomia de linguagem que não estávamos em condições de suportar.' O indianismo foi a forma literária em que a sociedade brasileira, logo após a separação, afirmou as suas características. Alencar, seguindo-o e dando-lhe forma, ampliou o quadro, na tentativa de transpor a variedade regional brasileira para a literatura. Distinguiu-se, nesse ponto, dos que se seguiram, porque não teve nenhuma restrição por assim dizer territorial, preocupando-se igualmente, pelo menos em intenção, com todos os aspectos e todos os quadros, desde os do Norte aos do Sul, desde os urbanos até os sertanejos.

Ora, o sentido dos que se seguem é diverso. Existe a preocupação fundamental do sertanismo, que vem, assim, substituir o indianismo, como aspecto formal e insistente na intenção de transfundir um sentido nacional à ficção romântica. Tal preocupação importa em condenar o quadro litorâneo e urbano como aquele em que a influência externa transparece, como um falso Brasil. Brasil verdadeiro, Brasil original, Basil puro seria o do interior, o do sertão, imune às influências externas, conservando em estado natural os traços nacionais. Nesse esforço, o sertanismo, surgindo quando o indianismo está ainda em desenvolvimento, e subsistindo ao seu declínio, recebe ainda os efeitos deste. Não é senão por isso que os romancistas que se seguem a Alencar, ou que trabalham ao mesmo tempo que ele, obedecem às influências do momento, e trazem o índio para as páginas dos seus romances. Mas serão, principalmente, sertanistas e tentarão afirmar, através da apresentação dos cenários e das personagens do interior, o sentido nacional de seus trabalhos.

No sertanismo verifica-se o formidável esforço da literatura para superar as condições que a subordinavam aos modelos externos. Existe, nos iniciadores da ficção romântica, sinais evidentes desse esforço. Verificaram logo que o índio não tem todas as credenciais necessárias à expressão do que é nacional. Transferem ao sertanejo, ao homem do interior, àquele que trabalha na terra, o dom de exprimir o Brasil. Submetem-se ao jugo da paisagem, e pretendem diferenciar o ambiente pelo que existe de exótico no quadro físico — pela exuberância da natureza, pelo grandioso dos cenários, pela pompa dos quadros rurais. Isto é o Brasil, pretendem dizer. E não aquilo que se passa no ambiente urbano, que copia o

exemplo exterior, que se submete às influências distantes. E levam tão longe essa afirmação de brasilidade que são tentados a reconstituir o quadro dos costumes. Caem naquela vulgaridade dos detalhes, naquele pequeno realismo da minúcia, naquela reconstituição secundária em cuja fidelidade colocam um esforço cândido e inútil. Não são menos românticos, evidentemente, quando assim procedem. E não têm melhores condições do que os indianistas para definir o que existe de nacional na literatura. Seria ingrato, entretanto, desconhecer o sentido ingênuo desse novo aspecto de um esforço que não poderia encontrar o êxito porque o êxito não dependia apenas dele.

O primeiro dos sertanistas que a ficção romântica coloca diante do público é Bernardo Guimarães? E nos seus romances a tendência em reconstituir com fidelidade o quadro de costumes é tão ampla que descai para a simples oralidade narrativa.[10] É um contador de histórias, transviado na literatura. Configurando aquele contraste, que é apenas aparente, do excesso, da sobrecarga, da demasia romântica, ao lado da trivialidade miúda na reconstituição de determinados aspectos. A montagem se desequilibra, evidentemente, com a integral liberdade na concepção, que se reflete no comportamento dos personagens, na intriga, no enredo, e a integral restrição descritiva, amarrada ao real, mais realista do que o real.

O que oferece motivo para crítica, como a de um pesquisador moderno, que afirma: "Autores meio românticos, meio realistas, ao mesmo tempo; meio no chão, meio nas nuvens. Bernardo Guimarães, por exemplo, quer no *Seminarista*, quer no *Maurício*, revela-se em muita parte com uma visão tão humildemente voltada para os detalhes da vida exterior; com uma observação tão material de certos fatos, tão minuciosamente objetivo como se estivesse fazendo uma profissão de fé naturalista".[11] Confusão, sem dúvida. Estava em pleno campo do romantismo esse contraste. Existiu em todos, ou quase todos, os ficcionistas da escola. E não apenas no Brasil, é claro, mas principalmente nos modelos externos, e no folhetim, que é a matriz romântica por excelência. E Bernardo Guimarães apresenta o contraste em seu estado de pureza, não sendo mera coincidência o fato de que, na medida em que a sua ficção descai de interesse, a sua poesia, em que o romantismo é muito claro, com todos os sinais, ostensivo, transparente, assume uma importância que não parecia ter.

O caso vai repetir-se com Franklin Távora.[12] Do aparente realismo deste, outro crítico poderia dizer, com justeza: "Quanto ao seu realismo, puramente descritivo, é de caráter romântico. A concepção do mundo e da vida é a mesma dos escritores dessa escola, e o que fez mais do que eles, ou menos, não foi observar e explicar a realidade e os elementos que a compõem — o homem inclusive — como um todo orgânico, sujeito a leis igualmente válidas para todos; foi inventariar aspectos exteriores da realidade, mas sem capacidade inventiva para organizá-los num mundo ideal de fantasia e de sonho". Aquilo que em Bernardo Guimarães é um ato quase inconsciente, em Franklin Távora é um propósito determinado e ostensivo, que busca definir em alguns conceitos cuja falsidade é evidente.[13] A busca do nacional pelo regional, pela valorização da paisagem física e da paisagem humana de regiões em que o elemento brasileiro estivesse imune a influências externas, acabaria por frustrar-se.[14] Nessa frustração, carregaria o romancista: "Isso não prova, apenas, que os romances de Távora eram históricos e não regionalistas. Prova, também, que ele era um mau romancista, sem imaginação, sem capacidade inventiva".[15] A ilusão do ficcionista cearense esteve em julgar a possibilidade de conferir caráter nacional a uma literatura por um ato de vontade, alheio a todas as condições do meio e do tempo.

Faltando-lhe os dotes pessoais para uma tarefa tão ampla, embora não lhe faltasse capacidade para narrar, como ficou expresso em muitas de suas páginas e particularmente naquelas de *Um Casamento de Arrabalde*, errou os caminhos e, procurando veracidade na cor local, desviou-se para as tramas históricas que constituíam justamente o antídoto para as suas intenções. Nelas se perdeu, e de tal sorte que considerava o que havia de melhor como ruim, e punha esperanças na falsidade de suas personagens e de seus quadros.

Com o Visconde de Taunay é que vamos deparar um romancista capaz de salvar o sertanismo de sua perdição completa, mesmo permanecendo dentro dos seus rumos e dos seus moldes.[16] Com uma extraordinária memória visual, reconstitui os ambientes do interior com a miúda fidelidade que tantos confundiram com realismo, enquanto transfere também a alguns tipos essa fidelidade, copiando-os simplesmente da vida e esmerando-se em situá-los na moldura exata em que os conheceu — como falavam, como procediam, como sentiam as coisas e os sentimentos — enquanto se desmanda, como era da regra romântica, na urdidura da intriga, descuidado da verossimilhança. Tal verossimilhança, entretanto, está presente nos outros traços desse paisagista feliz, e por isso sobrevive ao que, nele, foi a carga deformadora da escola. Sobrevive

pelo menos em *Inocência*, livro singular em nossas letras, de longa vida e afortunada, difundido e lido através do tempo.[17]

Vamos encontrar em Taunay aquele mesmo contraste, que não é pois fortuito, entre a minúcia na reconstituição de alguns quadros, e até de personagens, e a artificiosidade romântica do conteúdo — artificiosidade que no seu livro mais lido se salva dos exageros.[18] Aquilo que em Bernardo Guimarães e em Franklin Távora é procurado nos costumes, Taunay encontra no pitoresco, e principalmente no pitoresco da paisagem.[19] Vai além, entretanto, e torna-se um precursor daqueles que buscaram o pitoresco na língua, esforçando-se por trazer ao romance a maneira coloquial de contar.[20] De sua extensa obra, em que as repetições se sucedem, salvam-se *Inocência* e *A Retirada da Laguna*, em que um tipo, o guia Lopes, representa o papel do sertanejo no romance e avulta sobre todos os outros, denunciando a preocupação linear e básica de Taunay em decalcar a realidade, em fornecer-lhe, na ficção, uma correspondência simétrica.

Não convém esquecer que a ficção brasileira, naquela fase, esteve muito longe de resumir-se nos poucos nomes que sobreviveram ao tempo, quando não na memória dos leitores pelo menos nas páginas dos memorialistas e historiadores. Houve generalização que comprova a relativa importância do gênero. Não só os autores antigos continuaram a produzir, como Macedo e Alencar, e até variaram a fisionomia de suas criações, como figuras menores, sem o meio brilho de Bernardo Guimarães, de Távora e de Taunay, na Corte e nas províncias, em folhetim e em livro, procuraram o sucesso pela ficção e alcançaram-no em parte alguns.[21] E nem se resumia a vida literária nisso, mas em outras manifestações, inclusive as do teatro, que tiveram importância.[22] Ao mesmo passo, gêneros outros, que se acreditava aparentados com a literatura, ou mesmo abrangidos no seu campo, eram tratados por numerosas figuras.[23]

A crítica política, no jornal, no panfleto, no opúsculo, no livro, foi exercida com algum rigor.[24] Tal crítica exigia dotes literários, como os entendiam os contemporâneos, e por isso muitos dos que a trataram ficaram nas páginas da história das letras, embora hoje os julguemos hóspedes nela. E nem era a literatura tão desimportante, no tempo, que já não merecesse o exercício da crítica, das reconstituições históricas e biográficas, até mesmo a atenção demorada das reedições de antigos autores, no esforço de salvá-los do esquecimento, e com o mérito de lhes procurar definir o papel e a importância. Nesse sentido, não é possível desmerecer a tarefa

de um Fernandes Pinheiro[25], de um Sotero dos Reis[26], de um Antônio Henriques Leal[27], de um Joaquim Norberto de Sousa e Silva, principalmente.[28]

Pouco se tem demorado a crítica nos trabalhos desses precursores, que tinham, em seu desfavor, a precariedade dos recursos do tempo, a ausência de simpatia pelo que faziam, a incompreensão ante a pesquisa, a análise e a interpretação que não se cingisse à simples apologética. Claro está que mais atraíam as atenções as antologias, as poliantéias, os florilégios, particularmente os de poesia. É digna de atenção, entretanto, a tarefa daqueles iniciadores que reuniram os dados, ordenaram a matéria, estabeleceram paralelos, discriminaram influências — tudo dentro de uma deficiência natural que os levou à parcialidade. O aparecimento, em 1862, do *Curso de Literatura Brasileira*, de Fernandes Pinheiro, na Corte, é apenas um prenúncio. Já em 1866, na província, com dificuldades que é fácil avaliar, Sotero dos Reis lançava o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. Os estudos críticos de Quintino Bocaiúva, de Franklin Távora, de Rocha Lima, de J. A. Freitas, de Antônio Henriques Leal, como o trabalho de Melo Morais Filho sobre a história literária brasileira, são indicações que se completam com os ensaios de Joaquim Norberto, quer aqueles que precedem as obras dos poetas que reedita, como aqueles que fariam parte de uma obra de conjunto, infelizmente inédita, mas cujos fragmentos anunciam o que havia de mais interessante no tempo: *Da Introdução Histórica Sobre a Literatura Brasileira*, aparecido na *Revista Popular*, em 1859; *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*, na mesma revista, em 1860; *Da Inspiração que Oferece a Natureza do Novo Mundo a Seus Poetas, e Particularmente o Brasil*, na mesma, em 1862; *Da Originalidade da Literatura Brasileira*, idem, em 1861; além de outros.

Tais trabalhos, em que os processos românticos influíram profundamente, como era natural, e que só podem ser compreendidos e valorizados na escala do tempo, são indicações precisas de um desenvolvimento literário que exigia um grande esforço dos seus raros cultores. E só naquela escala poderemos entender e situar, por exemplo, o problema do aparente contraste entre as demasias românticas, bem aceitas e compreendidas pelos estudiosos modernos, e o falso realismo na reconstituição de cenários, personagens e quadros de costumes, que os pesquisadores agora recusam-se a admitir como parte do processo romântico. A verdade é que a vulgaridade minuciosa era uma das componentes daquele processo e não tinha incompatibilidade alguma com os exageros da carpin-

taria, na construção dos enredos, com os desmandos na pintura da paisagem, com os excessos na figuração de personagens.[29]

A fase romântica, entre nós, e particularmente depois de Macedo e Alencar, este muito mais do que aquele, ganhou o público com a ficção e com o teatro, definiu um desenvolvimento cujos traços podemos sentir, ou pelo menos avaliar, com o exame e o inventário do que apresentou, consideradas as condições do tempo e do meio. Se verificarmos a duração de alguns desses trabalhos, e como se incorporam ao patrimônio nacional, poderemos estimar melhor o esforço então desenvolvido, cujos méritos o tempo, na sua sentença inexorável, confirmou em boa parte, apesar de todas as inevitáveis deficiências.[30]

NOTAS AO CAPÍTULO 6

1 JOAQUIM JOSÉ DA FRANÇA JÚNIOR (1838-1890) nasceu no Rio de Janeiro, onde fez os primeiros estudos, bacharelando-se em S. Paulo. Folhetinista, focalizou os costumes e caracteres. Comediógrafo, continuou a tradição de Martins Pena, criticando, pelo burlesco das cenas e dos personagens, muitos dos aspectos da vida nacional do tempo.

2 "Já em 1833, João Caetano dos Santos havia organizado a primeira companhia de teatro nacional e agora, em 1838, Gonçalves de Magalhães escreve, para que ele represente, uma peça considerada de assunto nacional — *Antônio José* ou *O Poeta e a Inquisição*, e Martins Pena estréia com *O Juiz de Paz na Roça*. Varnhagen, Joaquim Norberto, Justiniano José da Rocha, Pereira da Silva, Martins Pena, Magalhães, substituem as novelas traduzidas ou adaptadas do francês por composições originais em que se nota o balbuciar do romance histórico, da novela sentimental, da ficção voltada para o mistério, espécie de literatura de capa e espada de que Teixeira e Sousa, que também foi poeta e cultivou o teatro, daria exemplo, com o desenvolvimento do drama apoiado na luta do bem contra o mal; e num J. M. Pereira da Silva que se vê a primeira grande influência marcante de Almeida Garrett em nossas letras, ao escrever a novela *Jerônimo Côrte Real*, decalcada no poema *Camões*." (José Aderaldo Castelo, "Os Pródromos do Romantismo", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1956, v. I, t. II, págs. 647 e 648).

Outro colaborador da mesma obra esclarece, sobre a influência teatral na ficção brasileira: "A atitude narrativa dos nossos românticos varia de acordo com as influências que eles sofreram. Determinados problemas técnicos, por exemplo, que Alencar iria resolver com processos peculiares ao gênero épico e à forma romance, Macedo solucionou como um autêntico autor de teatro. É certo que, antes de 1900, como observa Comfort, a narração encontrava na experiência real e no teatro as suas duas principais fontes de evocação visual. Em Macedo, porém, a utilização de elementos dramáticos decorre da maior experiência que ele possuía no campo do teatro, graças à qual procurou suprir suas deficiências como narrador. [. . .] No caso de Macedo, porém, a utilização de elementos dramáticos não significa aperfeiçoamento de técnica, mas, incapacidade técnica. Não houve assimilação, mas, pura e simplesmente, transferência de elementos de construção dramática para o romance, disso resultando uma construção épica defeituosa." (Heron de Alencar, "José de Alencar e a Ficção Romântica", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1956, v. I, t. II, págs, 915 e 916).

3 "Principia o gosto da literatura de ficção com traduções francesas (trazem simplesmente a indicação 'novela traduzida do francês') de novelas com esses expressivos títulos que por si sós falam de uma antecipação romântica: *O Amor Ofendido e Vingado*, *A Boa Mãe*, *O Bom Marido*, *Castigo da Prostituição*, *As Duas Desafortunadas*, *A Infidelidade Vingada*, *Triste Efeito de Uma Infidelidade*; além de outras sem qualquer indicação: *Amante Militar*, *O Amigo Traidor*, *A Cadelinha* pelo autor do *Piolho Viajante*, *Combate das Paixões*, *Lausus e Lídia*, *Metusco ou Os Polacos*. Traduzem-se os romances tradicionais: *História da Donzela Teodora*, *História Verdadeira da Princesa Magalona*. É um gosto que continuaria até as manifestações verdadeiramente iniciais da nossa ficção, de 1836 em diante, com nomes brasileiros como os de Pereira da Silva, Justiniano José da Rocha, Gonçalves de Magalhães, Martins Pena, Varnhagen, Joaquim Norberto e até Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa." (José Aderaldo Castelo, *op. cit.*, v. I, t. II, pág. 629).

4 "A influência estrangeira na formação do romance brasileiro se manifesta, principalmente, por intermédio do folhetim. E nem podia ser de modo diferente. Nascido, entre outras circunstâncias, do crescente desenvolvimento da imprensa, foi o folhetim que levou o romance a um público cada dia mais numeroso e mais fiel, graças à técnica, muito sua, de interessar o leitor, de prendê-lo ao desenrolar da intriga. Esse segredo de manter a atenção do leitor presa à ação da história levou não poucos escritores de renome, na Europa, a utilizarem recursos técnicos típicos do folhetim, a fim de ganhar leitores. É o sucesso de Eugène Sue, por exemplo, que explica certos aspectos de *Les Misérables*, como o êxito do folhetim explica o fato de todos os escritores franceses, a partir de 1840, publicarem suas obras na imprensa diária.

"No Brasil, o êxito do folhetim não foi menor, a julgar pela impressionante divulgação que teve, a partir dos meados do século passado. O número de obras dessa natureza que foi traduzido e publicado em todo o país, àquela época, é testemunho insofismável desse êxito.

"A partir de 1836, o público brasileiro passou a ler traduções dos folhetins europeus, franceses, principalmente, feitas, entre outros, por Caetano Lopes de Moura e Justiniano José da Rocha, este último um dos primeiros a escrever romances no Brasil e autor do talvez primeiro folhetim brasileiro, *Assassinios Misteriosos ou A Paixão dos Diamantes*, cuja

ação se passa em Paris. [...] Não são poucos os romances românticos brasileiros publicados primeiramente em folhetins, na imprensa diária ou periódica, na corte como na província, e só depois é que apareceriam as edições em livro. Como exemplos, podem ser citados, entre os precursores, *A Crônica do Descobrimento do Brasil* e *Sumé* de Varnhagen, *Jerônimo Corte Real* e *Religião, Amor e Pátria*, de Pereira da Silva, *Maria* ou *Vinte Anos Depois*, de Norberto, e da fase definitiva, *O Forasteiro, A Carteira de Meu Tio, Romance da Semana*, de Macedo, *Cinco Minutos, O Guarani, A Viuvinha, Til* e *Encarnação*, de Alencar, *O Ermitão de Muquém* e *O Índio Afonso*, de Guimarães, *A Trindade Maldita, Os Índios do Jaguaribe, A Casa de Palha, Lourenço* e *O Sacrifício*, de Távora." (Heron de Alencar, *op. cit.*, I, t. II, págs. 921 a 923).

5 "A influência definitiva, porém, aquela que realmente contribuiu para formar o nosso romance, dando-lhe recursos técnicos que seriam depois melhorados, essa influência foi a que se manifestou no problema do desenvolvimento da intriga e, por conseqüência, na configuração do tempo dentro da história. A técnica do corte no momento culminante de uma cena ou seqüência de cenas, para que o leitor voltasse ao romance na publicação imediata, foi a que mais universalmente se difundiu, como característica essencial do folhetim. O seu objetivo mais imediato era esse, de prender o leitor à evolução da intriga, mas é fácil perceber que, por isso mesmo, ela introduziu numerosas modificações na estrutura geral do romance; algumas de suas conseqüências são o equilíbrio dos capítulos como unidades equivalentes, disso resultando certa simetria na divisão externa; a importância conferida aos acontecimentos do primeiro plano, que representam elos de uma cadeia de eventos: a simplificação e tipificação das personagens e, finalmente, o desenvolvimento da capacidade de movimentação dramática, a fim de, subjugar a atenção do leitor." (Idem, págs. 923 e 924).

6 "Foi relevante o papel da imprensa política e literária na fase estudada. Sua vasta atuação mostra o alargamento do público, no Brasil, ao mesmo tempo que estabelece um laço entre ele e os escritores, que terá vida longa no país, numa popularidade, com altos e baixos, mas sempre presente. Contudo, a essa fusão de política e literatura se devem também muitos malefícios à produção literária. Criou ou implantou, entre nós, a moda do 'publicista' misto de jornalista, político e homem de letras, capaz de borboletear por todos os assuntos sem se fixar em nenhum. A isso se deve a primazia do 'diletante' sobre o 'profissional' no exercício das letras, de graves conseqüências para a qualidade da produção, seja no terreno da literatura de imaginação, seja no das idéias. Não será injustiça responsabilizar-se esse espírito pela superficialidade, falta de calado, conteúdo e substância, que são traços de nossa literatura." (Afrânio Coutinho, "O Movimento Romântico", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1956, v. I t. II, pág. 579).

7 "Em verdade, o romance do século XIX, principalmente o romântico, oferece aos olhos do leitor atual uma técnica muito primitiva, e mesmo ingênua. A construção da narrativa se efetua pelo decurso da ação, que é seriada segundo momentos que poderemos chamar determinantes, e o fluir do tempo é marcado por esse decurso, quase diríamos de modo objetivo. Para a época, isso significa considerável progresso sobre o romance anterior, clássico, em primeiro lugar pelas inovações referentes à própria duração do tempo e sua configuração, o que permitiu, através da presença do mundo exterior, a integração de elementos múltiplos que caracteriza o romance moderno. A técnica do folhetim contribuiu de modo decisivo, para esse progresso." (Heron de Alencar, *op. cit.*, v. I, t. II, pág. 925).

8 "De conteúdo político inspirado em princípios da revolução francesa, escrito não apenas para exaltar as virtudes da Imperatriz, mas, principalmente, para difundir idéias novas e revolucionárias a respeito dos direitos políticos e sociais femininos, inclusive com a pregação de uma república de mulheres, *Statira, e Zoroastes* é um romance alegórico ao gosto clássico, de moral edificante. A história é mero pretexto para a divulgação de idéias políticas e sociais, daí porque uma de suas principais características é a intemporalidade, a ausência de decurso temporal, como convém ao gênero. O amor de Zoroastes, príncipe tibetano, a Statira, vestal consagrada ao culto do fogo e por isso impedida de contrair matrimônio — que vai depois subir ao trono materno, instalar na Lícia a República das Mulheres e, por fim, após modificação nas leis do país, casar com o próprio Zoroastes e logo em seguida morrer — constitui, em síntese, o núcleo central da intriga da novela, mas não lhe fornece maior substância narrativa." (Idem, pág. 844.)

9 Bernardo José da Silva Guimarães (1825-1884) nasceu em Ouro Prêto, província de Minas Gerais e bacharelou-se em S. Paulo, exercendo funções públicas como delegado e juiz. Professor e jornalista, cultivou vários gêneros, distinguindo-se, no tempo, como romancista e poeta.

10 "Bernardo Guimarães tem na realidade uma concepção primária de romance, em conseqüência da influência dominadora que nele exerceu a literatura oral. Essa influência é muito fácil de ser comprovada, não apenas por numerosos dados biográficos, mas, principalmente, por significativos trechos de seus romances. A organização de sua narrativa é, quase sempre, a de uma história contada em voz alta, e mesmo em obras que poderiam ser apresentadas como exceção — *O Seminarista* e *Maurício*, por exemplo — mesmo nessas não é difícil perceber que o processo épico se organiza e desenvolve à custa de elementos tradicionais da narrativa oral. Daí porque é preferível considerá-lo mais contador-de-histórias do que romancista. Muita vez exímio contador-de-histórias, sem dúvida, porém que logo se anula pela má utilização de recursos técnicos eruditos, disso decorrendo flagrante falta de unidade estru-

tural na narrativa." (Heron de Alencar, *op. cit.*, v. I, t. II, págs. 889 e 890.)

Opinião que repete, aliás, a de José Veríssimo: "É um contador de histórias, no sentido popular da expressão, sem a ingenuidade às vezes excelente, destes, porque em suma é um letrado, e as suas letras lhe viciam a naturalidade." (José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 238.) Que se soma ainda à de João Alfonsus, quando se refere a Bernardo Guimarães como 'narrador verbal de histórias à beira do fogo, nas fazendas ou humildes habitações da roça, sabendo tocar viola para entremear as narrativas de canções. (João Alphonsus, "Bernardo Guimarães, Romancista Regionalista", *in O Romance Brasileiro*, Rio, 1952, pág. 94.)

11 Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*, 2.ª edição, Rio, 1953, pág. 42. Está de acordo o crítico pernambucano em que o traço não é apenas do romancista mineiro: "E não somente Bernardo Guimarães. De Franklin Távora no *O Cabeleira*, no *O Matuto*, no *Um Casamento de Arrabalde*, pode-se dizer que muitos dos fatos por ele observados chegam a um valor quase documentário. O próprio José de Alencar com o seu lirismo hugoano, as suas abstrações de sonâmbulo, não foi insensível em vários dos seus romances à influência dos costumes do seu tempo". (Pág. 42.)

12 João Franklin da Silveira Távora (1842-1888) nasceu em Baturité, província do Ceará, formando-se na Faculdade de Direito do Recife. Funcionário público, em Pernambuco e na Corte, fez jornalismo e ficção, participando das críticas a Alencar e pretendendo criar uma "literatura do Norte". Infeliz em suas pretensões, desiludiu-se das letras e queimou os seus últimos originais, vindo a falecer em estado de pobreza.

13 "As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte porém, do que no Sul, abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia a dia pelo estrangeiro. A feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão." (Prefácio de Franklin Távora a *O Cabeleira*, Rio, 1928, pág. 7.)

14 "Pretendendo fundar uma literatura do Norte, por entender que nessa região é que se encontravam os elementos capazes de conferir caráter verdadeiramente nacional, brasileiro, à nossa literatura — e isso seria regionalismo, ainda que Távora não tenha usado a expressão — o fato é que os romances da série são mais históricos que de costumes, que regionalistas." (Heron de Alencar, *op. cit.*, v. I, t. II, pág. 899.)

15 Idem, ibidem.

16 Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1899) nasceu no Rio de Janeiro. Filho de artista, abraçou a carreira das armas e se distinguiu na guerra com o Paraguai, quer no teatro de Mato Grosso, quer quando acompanhou a Campanha da Cordilheira. Oficial de engenharia, abandonou as fileiras para ingressar na política, sendo deputado, senador e presidente de província. Jornalista, biógrafo, memorialista, de sua obra extensa e variada se destacam o romance *Inocência* e o depoimento *A Retirada da Laguna*.

17 "A uma história de amor de acentuado sabor romântico, que se passa no interior do Brasil, na região central, junta *Inocência* uma descrição realista de hábitos e costumes, episódios e cenários da vida sertaneja, até então inédita em nossa literatura. Tendo conhecido de muito perto as regiões nas quais se desenrola a história, Taunay transportou para a sua narrativa grande parte de experiência regional que adquiriria nas viagens e campanhas militares, adiantando-se, desse modo, ao regionalismo de Alencar e Bernardo Guimarães. O cunho de novidade que lhe registraram os contemporâneos provém do realismo e certa graça com que fixou os costumes sertanejos, da descrição e, alguma vez, quase explicação dos cenários da história, da leveza e naturalidade dos diálogos espontâneos e vivos que pontuam a narrativa, alguns deles suficientes à caracterização das personagens, do registro de brasileirismos peculiares à região ou de particularidades do falar local, e, finalmente, à maneira natural e simples com que movimentou personagens e fatos do romance." (Heron de Alencar, *op. cit.*, v. I, t. II, pág. 905.) O mesmo crítico acrescenta, a propósito: "Concebendo uma história sentimental e estruturando-a segundo os moldes do melhor romance romântico, Taunay quis enriquecê-la de valores secundários reais, objetivos, retirados da vida imediata. Nem sempre, porém, foi capaz de utilizar esses valores como romancista, de integrá-los de modo adequado no mundo de *Inocência*. Daí o seu realismo descritivo, cópia fiel de alguns detalhes da realidade, mas ainda longe de ser a visão realista do mundo, que apareceria em romancistas posteriores." (Pág. 907.)

18 "Há assim uma íntima conexão entre o caso, as personagens e o ambiente, conexão essencial que confere a *Inocência* a sua resistente vitalidade." (Lúcia Miguel Pereira, *História da Literatura Brasileira*, v. XII, *Prosa de ficção* (*De 1870 a 1920*), 2.ª edição, Rio, 1957, pág. 42.)

19 "Ora, ele foi sobretudo um paisagista — haver sido também pintor revela-lhe a visão plástica dos seres e das coisas — aproveitando os vultos humanos como elementos da paisagem. E só o conseguiu quando pôs em cena gente rústica, cujo aspecto e modo de viver reforçavam a cor local." (Idem, pág. 39.)

20 "Em *Inocência*, diga-se a verdade, a preocupação quase maníaca da cor local absorve o espírito do romance. Muitos dos seus diálogos dão mais a impressão de um léxicon caipira, e onde a curiosidade do vocábulo parece dominar sobre a curiosidade da idéia. É como se essa afetação não fosse bem visível ao leitor, não desse demais na vista, o autor

do romance, com uma insensibilidade cruel, ainda reforça de notas eruditas o texto — notas que viessem identificar bem a verdade do linguajar do matuto do sertão." (Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 74.)

21 Entre muitos outros: Trajano Galvão de Carvalho (1830-1854), com *A Casca da Caneleira;* Bruno Henrique de Almeida Seabra (1837-1876), com *Paulo* (1861); João Salomé de Queiroga (1810-1878), com *Maricota e o Padre Chico* (1871); Hugo Leal (1857-1883), com *Lucrécia* (1878); José Alves Visconti Coaraci (1837-1892), com *Jovita ou A Voluntária da Morte* (1867) e *O Amor que Mata* (1873); João Zeferino Rangel de Sampaio (1836-1895), com *Os Despretensiosos* (1873), lançado no Recife, e *Amores de Um Frade* (1868), editado em Vitória; Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), com *Acaiaca* (1863); Júlio César Leal (1837-1897), com *Cenas da Escravidão* (1869), lançado em Maceió, e *Amor Com Amor se Paga* (1876), lançado em Recife; José Maria Velho da Silva (1811-1901), com *Gabriela* (1876); Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1905), com *Honra e Ciúme* (1860); Celso de Magalhães, com *Um Estudo de Temperamento* e *O Padre Estanislau;* Artur Lobo (1869-1901), com *Rosais;* os tardios José Carlos do Patrocínio (1854-1905), com *Mota Coqueiro ou A Pena de Morte* (1877), *Os Retirantes* (1879) e *Pedro Espanhol* (1884), e Carlos Augusto Ferreira (1846-1909), com *A Primeira Culpa* (1889), editado em Campinas. Isto sem falar nos já referidos romances, ou tentativas, de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), com *As Duas Orfãs* (1841), *Maria* (1852) e *Romances e Novelas* (1852), e João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), com *Religião, Amor e Pátria* (1839) e *Aspásia*, sem data. O escritor de grande público, marginal da literatura, que o tempo apresenta, na ficção, é, entretanto, Francisco Pinheiro Guimarães (1832-1877), com *História de Uma Moça Rica* (1861) e *A Punição* (1864).

22 Além de França Júnior e dos escritores que fizeram teatro mas se distinguiram em outro gênero, como Macedo e Alencar, e além de Machado de Assis, tiveram voga, como teatrólogos, Urbano Duarte de Oliveira (1855-1902) e o jornalista José Ferreira Sousa de Araújo (1848-1900).

23 A história, ou a crônica histórica, por exemplo, dentro dos moldes da época, com Alexandre José de Melo Morais (1816-1882), Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), Alfredo do Vale Cabral (1851-1894), Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), também viajante e etnografista, Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1902), Inácio Acioli de Cerqueira e Silva (1808-1865).

24 A crítica política teve um exemplo característico no opúsculo de Francisco de Sales Torres Homem (1822-1876), *Libelo do Povo,* em que o autor apareceu sob o pseudônimo de Timandro. Escrito após a derrota da Revolução Praieira, e refletindo a orientação liberal, o opúsculo, que apareceu em 1849, despertou enorme interesse. Dez anos depois, o autor pertencia às hostes conservadoras, ingressava no ministério e, depois, na nobreza. Outros opúsculos políticos, como o de Justiniano José da Rocha, *Ação, Reação, Transação,* em que o escriba conservador defendia os pontos de vista que lhe determinavam os senhores do partido, ou o de Ferreira Viana, *A Conferência dos Divinos,* tiveram também voga. Não é possível esquecer ainda a crítica política de um Antônio Pereira Rebouças (1798-1880); de um José Bonifácio de Andrada e Silva (1827-1886), sob cuja pomposa oratória havia um pouco da virulência do Patriarca; de um Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-1888), feita na imprensa. Nesta, a crítica através do pasquim, que caracteriza a época, empregava uma violência e um descomedimento de linguagem que não encontrava limite. De outro molde, objetiva, segura, foi a crítica exercida por Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), em cujos trabalhos há preocupação na análise econômica, e que se destacou particularmente no estudo dos efeitos da centralização.

25 Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) nasceu no Rio de Janeiro e, tendo professado, foi professor e historiador, além de poeta.

26 Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) nasceu em São Luís, província do Maranhão, onde se destacou no jornalismo e na cátedra. Professor e homem de letras, distinguiu-se particularmente como dos primeiros a empreender a reconstituição do nosso passado literário.

27 Antônio Henriques Leal (1828-1885) nasceu em Itapicuru-Mirim, província do Maranhão e fez parte do grupo que, na sua província, desenvolveu o amor das letras. Erudito e historiador, destacou-se especialmente no apreço que deu aos autores de sua província, estudando-os e divulgando-os em edições integrais.

28 Joaquim José de Sousa e Silva, conhecido como Joaquim Norberto (1820-1891), nasceu no Rio de Janeiro, onde fez os seus estudos, ingressando no funcionalismo, em que permaneceu até a morte. Trabalhador infatigável, produziu mais de duas centenas de obras, em vários gêneros. Romancista, teatrólogo, crítico, poeta, historiador, biógrafo, realizou as primeiras tentativas de crítica e de história literária a que não se pode deixar de dispensar atenção e promoveu reedições críticas de alguns dos grandes poetas brasileiros, numa tarefa meritória que não tem sido devidamente reconhecida.

29 Olívio Montenegro situa romantismo e realismo, como processos, de uma maneira interessante: "O realismo que os verdadeiramente românticos repelem é o que está na vulgaridade da vida presente, no cotidiano dos fatos e das coisas, na mediocridade do homem comum. Deste material realista, entretanto, que foi sempre um material de segunda ordem para os orgulhosos da escola romântica, é que muito abusaram, e pela forma menos artística, os nossos prosadores românticos do século XIX." (Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 43.) O fato é que tal realismo aparece em todos os romancistas, de Macedo a Machado de

Assis, o que faz o próprio crítico lembrar: "De Franklin Távora no *Cabeleira*, no *O Matuto*, no *Um Casamento de Arrabalde*, pode-se dizer que muitos dos fatos por ele observados chegam a um valor quase documentário." (Idem, pág. 42.) Em relação a Taunay, sua anotação é do mesmo sentido: "O espírito particular de observação, porém, que o conduz, tem a mesma objetividade. Em Taunay sempre mais minuciosa e mais fria essa observação. Por vezes tão minuciosa e fria que o autor chega a deixar a impressão de um homem de ciência mais do que de um puro escritor; de um etnógrafo mais do que de um puro romancista. [...] *Inocência* é precisamente o livro de mais cor local que existe na nossa língua. [...] É um romance realista mas que nasceu de um exagero sentimental do autor, e não perdeu nunca a sua tara de nascença." (Idem, págs. 71 e 72.) Mas, logo adiante, reconhece: "Por aí se vê que não é um romance de um realismo puro, *Inocência*. Não é um romance que marche, que avance para o interesse do leitor com a confiança e a espontaneidade de uma obra vivamente criada. Há no fundo desse romance uma impregnação sentimental, uns vagos de irrealidade que lhe quebram a vitalidade e a força. Há certos artifícios que deformam os seus personagens; tornam-nos ambíguos no espírito do leitor. [...] O romancista que pensávamos ser só de observação e análise é fácil em comover-se, perde todo o apetite do real." (Idem, págs. 75 e 76.)

O equívoco está em não conceber a coexistência, no processo romântico, daquilo que parece caracterizá-lo, e que é apenas exterior e formal, com aquilo que realmente o caracteriza, e que abrange também a vulgaridade minuciosa, a riqueza no levantamento dos detalhes, a pequena fidelidade na recomposição de cenários e de costumes. E isso não foi apenas coexistência, porque a aparente duplicidade era inerente ao processo romântico. Nem foi por coincidência que o contraste apareceu em todos os romancistas da escola.

30 Uma reconstituição cronológica dos principais acontecimentos literários dessa fase pode dar a idéia aproximada da relativa intensidade e importância da atividade das letras naquela fase e do esforço desenvolvido nela: em 1857, aparece a *Revista Brasileira*, em sua primeira fase, que vai terminar em 1860. Em 1858, surgem os *Estudos Críticos e Literários*, de Quintino Bocaiúva; representa-se a peça de José Alencar, *O Demônio Familiar;* e Odorico Mendes edita, em Paris, o *Virgílio Brasileiro*. Em 1859, Paula Brito lança *As Primaveras*, de Casimiro de Abreu; aparece o *Compêndio de Filosofia* de Montalverne; em Paris, surge a segunda edição dos *Suspiros Poéticos*, de D. J. Gonçalves de Magalhães; é representado o drama *Mãe*, de Alencar. Em 1860, Paula Brito edita em livro a peça de Macedo *Luxo e Vaidade* e aparece o romance de Franklin Távora *A Casa de Palha*. Em 1861 estréia Machado de Assis, editado por Paula Brito, com a *Queda Que as Mulheres Têm Pelos Tolos*, além das poesias de *Desencantos;* aparecem em S. Paulo as *Noturnas*, de Fagundes Varela; no Rio, os *Romances da Semana*, de Macedo, a *História de uma Moça Rica*, de Pinheiro Guimarães e as *Primeiras Trovas Burlescas*, de Luís Gama. Em 1862, o Cônego Fernandes Pinheiro lança o seu *Curso de Literatura Brasileira;* Alencar aparece com o romance urbano *Lucíola*, decalcado evidentemente em *A Dama das Camélias;* Franklin Távora lança *Os Índios do Jaguaribe;* aparece em Pelotas uma curiosa segunda edição das *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; Garnier edita as poesias *Flores e Frutos*, de Bruno Seabra, e Tavares Bastos reúne em livro as *Cartas do Solitário*. Em 1863, a tipografia do *Diário do Rio de Janeiro* lançava dois livros importantes, a terceira edição das mesmas *Memórias de Um Sargento de Milícias* e a primeira do *Teatro* de Machado de Assis; Garnier reunia em três volumes todo o *Teatro* de Macedo; aparecia a *Corografia Histórica* de Melo Morais e começava a sua vida efêmera a *Revista Mensal da Sociedade de Ensaios Literários*, no Rio. Em 1864, Joaquim Norberto lançava a edição das *Obras Poéticas* de M. I. da Silva Alvarenga, no Rio, e Antônio Henriques Leal, no Maranhão, as *Obras* de João Francisco Lisboa; Alencar publicava *Diva;* Machado de Assis, as *Crisálidas;* Fagundes Varela, em S. Paulo, as *Vozes da América;* aparecia em Lisboa a segunda edição das *Primaveras*, de Casimiro de Abreu. Em 1865, ano da guerra com o Paraguai, Garnier editava as *Poesias*, de Bernardo Guimarães e ainda o seu romance *O Ermitão de Muquém;* Alencar apresentava *Iracema* e *As Minas de Prata;* Juvenal Galeno aparecia com as *Lendas e Canções Populares;* Fagundes Varela, com os *Cantos e Fantasias;* Macedo lançava mais um romance, *O Culto do Dever;* aparecia a quarta edição dos *Cantos*, de Gonçalves Dias. Em 1866, no Maranhão, Sotero dos Reis surgia com o primeiro volume do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira;* Garnier editava dois livros interessantes, o *Colombo*, de Porto Alegre, e *O Vale do Amazonas*, de Tavares Bastos; Perdigão Malheiro apresentava seu amplo trabalho sobre *A Escravidão no Brasil* e Machado de Assis surgia com *Os Deuses de Casaca*. O ano de 1867 foi de reedições: das *Inspirações do Claustro*, de Junqueira Freire, aparecendo em Coimbra, e das *Obras Oratórias* de Montalverne, lançadas no Porto. Em 1868, Laemmert editava as *Memórias de Um Sobrinho de Meu Tio*, de Macedo, e apareciam, no Maranhão, os primeiros dos seis volumes das *Obras Póstumas* de Gonçalves Dias, completando-se a edição no ano seguinte. Em 1869, surge *Um Casamento no Arrabalde*, de Franklin Távora, a melhor obra do romancista do Norte; Laemmert lança os *Cantos Meridionais*, de Fagundes Varela, ao mesmo tempo que Garnier lança dele *Os Cantos do Ermo e da Cidade;* o ano é ainda dos romances do inesgotável Macedo: *A Luneta Mágica, As Vítimas Algozes, O Rio do Quarto;* mas a província também comparecia, surgindo em Porto Alegre a revista de Apolinário Porto Alegre, o *Partenon Literário*, enquanto, no Recife, apareciam os *Corimbos*, de Luís Guimarães Júnior. Em 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, Garnier edita as *Falenas* e os *Contos Fluminenses*, de Machado de Assis; mas edita também *O Gaúcho* e *A Pata da Gazela*, de José de

Alencar, *As Mulheres de Mantilha* e *A Namoradeira*, de Macedo, a sexta edição das *Poesias*, de Gonçalves Dias, organizada por Joaquim Norberto, e ainda *A Província*, o grande trabalho de crítica política de Tavares Bastos; na Bahia, surgiam as *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves. Em 1871, quando morre Castro Alves, José de Alencar lança *O Tronco do Ipê;* Macedo edita *Um Noivo e Duas Noivas;* Garnier lança as *Lendas e Romances*, de Bernardo Guimarães, e aparece, em Paris, em francês, *A Retirada da Laguna*, de Taunay. Em 1872, Machado de Assis lança o romance *Ressurreição;* Taunay aparece com *Inocência;* Narcisa Amália desponta com as poesias das *Nebulosas;* Bernardo Guimarães lança *O Garimpeiro*, *O Seminarista* e *Histórias e Tradições;* Macedo continua com *Os Quatro Pontos Cardeais* e *A Misteriosa*, lançados por Garnier; Alencar aparece com os *Sonhos d'Ouro;* Apolinário Porto Alegre surge com *O Vaqueano;* mas o ano é também da crítica, com *O Brasil Social e Político*, de Melo Morais e, principalmente, com *A Literatura Brasileira*, em que Franklin Távora apresenta, no Recife, as suas idéias sobre os novos rumos do romance nacional, enquanto, no Maranhão, A. R. Rocha Lima, em *Crítica e Literatura*, exige uma renovação literária que se aproxima. Em 1873, surge em Lisboa o curioso estudo de J. A. Freitas sobre *O Lirismo Brasileiro;* Alencar publica *Alfarrábios* e a *Guerra dos Mascates;* Bernardo Guimarães aparece com *O Índio Afonso;* Macedo com a terceira edição dos *Romances da Semana;* Machado de Assis com os contos *Histórias da Meia-Noite;* surgem também as *Poesias Póstumas* de Aureliano Lessa, e Joaquim Norberto reúne, para uma edição Garnier, em três volumes, as *Obras* de Álvares de Azevedo. Em 1874, Machado de Assis lançava *A Mão e a Luva;* Alencar aparecia com *Ubirajara;* surgiam os contos de Apolinário Porto Alegre em *Paisagens;* entrava em segunda edição o romance de Teixeira e Sousa, *As Fatalidades de Duas Jovens;* e Odorico Mendes traduzia a *Ilíada*, de Homero. O ano de 1875 assinalava o último sinal indianista, com as *Americanas*, de Machado de Assis, e *O Evangelho nas Selvas*, de Fagundes Varela; o romance ficava representado pelo aparecimento de *Senhora*, de Alencar, que também comparecia com a peça *O Jesuíta*, e com *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; surgia também a segunda edição das *Poesias*, de Natividade Saldanha, em Lisboa, idem das *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves, na Bahia, enquanto aparecia, no Rio, a sua peça, *Gonzaga;* nesse ano, começa a publicar-se a *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, jornal em que as letras encontraram um veículo importante. Em 1876, Garnier faz alguns lançamentos interessantes: o romance de Machado de Assis, *Helena*, a quinta edição de *O Moço Loiro*, de Macedo, e as *Obras Poéticas*, de Laurindo Rabelo, organizadas por Joaquim Norberto; surge ainda a quarta edição das *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; na Bahia, aparece *A Cachoeira de Paulo Afonso*, de Castro Alves; em Santos, o romance de Inglês de Sousa, *O Cacaulista;* em Campinas, o de Júlio Ribeiro, *Padre Belchior de Pontes;* na poesia, aparecem a *Lira dos Verdes Anos*, de Teófilo Dias, e as *Novas Poesias*, de Bernardo Guimarães; na ficção, surgem *O Cabeleira*, de Franklin Távora; *O Sertanejo*, de Alencar e *A Baronesa do Amor*, de Macedo; aparece o *Curso de Literatura Brasileira*, de Melo Morais Filho. Em 1877, quando morre José de Alencar, aparece também o seu romance *Encarnação;* surge o romance de Bernardo Guimarães, *Maurício;* surge a edição organizada por Joaquim Norberto para a casa Garnier das *Obras Completas*, de Casimiro de Abreu, e aparece a quinta edição dos *Cantos*, de Gonçalves Dias. Os novos rumos literários indicam as mudanças sofridas pelo romantismo, em todos os terrenos: edita-se, em Santos, o romance de Inglês de Sousa, *O Coronel Sangrado;* aparece a segunda edição do primeiro volume da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen; edita-se *A Independência e o Império*, de Melo Morais; Rui Barbosa traduz *O Papa e o Concílio*. Em 1878, Machado de Assis lança mais um romance, *Iaiá Garcia*, e Franklin Távora aparece com *O Matuto;* na poesia, temos os *Cantos Religiosos*, de Fagundes Varela; as *Canções Românticas*, de Alberto de Oliveira; os *Cantos Tropicais*, de Teófilo Dias; e a terceira edição, ainda na Bahia, das *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves. Em 1879, estréia Raimundo Correia, com os *Primeiros Sonhos*, em São Paulo; Bernardo Guimarães aparece com *A Ilha Maldita;* surge novamente a *Revista Brasileira*, agora em segunda fase, a de Machado de Assis, que será encerrada em 1881. O ano de 1880 assinala o pronunciamento do divisor literário e começam a surgir manifestações generalizadas de mudança: Tobias Barreto edita, em Escada, os *Estudos Alemães;* Garnier lança o romance de Aluízio Azevedo, *Uma Lágrima de Mulher*, em que nada anuncia o naturalista que virá depois; a *Revista Brasileira* edita os versos de Fagundes Varela, *Diário de Lázaro;* Raul Pompéia aparece com *Uma Tragédia no Amazonas;* publica-se o volume das *Vozes d'África*, de Castro Alves; Garnier lança a quarta edição de *A Carteira de Meu Tio*, de Macedo; Luís Guimarães Júnior, em Roma, publica os *Sonetos e Rimas*, indicando influências novas. O romantismo puro está no fim. Aparecerá, contudo, daí por diante, seja em estado específico, seja, na maior parte dos casos, tingindo ainda as manifestações novas, coexistindo com elas.

7 — DECLÍNIO DO ROMANTISMO

Transformações da segunda metade do século XIX — Desenvolvimento da vida urbana e da classe média — Alterações na vida intelectual — Instituições e publicações — Apropriação de instrumentos externos de cultura — A família e os temas tradicionais da literatura — Evolucionismo e positivismo — Influência francesa.

A SEGUNDA METADE do século XIX assinala mudanças importantes no quadro brasileiro. Algumas provêm do agravamento de condições antigas. Outras surgem de fatores novos que vêm quebrar o ritmo nacional de desenvolvimento econômico e encontram reflexo no ambiente social e político do tempo. Influências externas começam a avultar e são facilmente perceptíveis na vida brasileira, particularmente na vida urbana. A uniformidade decorrente da clausura começara a fragmentar-se, pouco a pouco, com a liberdade comercial. Interesses novos, personagens novos, idéias novas, eram agora admitidos no nosso meio, antes vedado. O papel do isolamento estava findo.[1] Iniciavam-se contactos os mais diversos, com influência maior ou menor na sociedade originada no longo período colonial, com a sua fisionomia ainda mantida, nos traços mais característicos, mas já esmaecidos, aqui e ali, atenuados em parte, alterados por força de inovações inevitáveis. A larga simetria do quadro colonial cedia lugar a uma variedade que tendia a acentuar-se.[2]

A liberdade de comércio exterior proporcionara um considerável impulso à atividade das trocas, gerando um grupo a que agora as condições traziam possibilidades muito grandes de crescimento. A atividade mercantil, realmente, colocada sempre em plano secundário, na fase colonial, assumia um destaque novo, e não apenas se

valia das trocas com o exterior como daquelas realizadas no mercado interno, que também cresciam e geravam interesses ponderáveis, particularmente em conseqüência do desenvolvimento financeiro e das facilidades de transporte. Embora a circulação marítima permanecesse preponderante, certas áreas internas valiam-se da circulação terrestre, de que os velhos impedimentos, particularmente os registros, desapareciam. A abolição do tráfico, na metade do século, pusera em disponibilidade capitais vultosos que, em parcela muito grande, foram reinvestidos em atividades urbanas. O desenvolvimento da lavoura do café, caminhando no espaço e crescendo em volume, abria novas áreas de povoamento e de atividade produtora e consumidora, e trazia saldos na balança das trocas externas. Técnicas novas faziam o seu aparecimento no quadro brasileiro: técnicas de transporte, com as ferrovias; técnicas de comunicações, com o telégrafo. Aparelhavam-se os portos, difundia-se a imprensa, que perdia a característica de transitoriedade para surgirem os primeiros jornais de vida permanente, crescia o interesse por diversões urbanas, do tipo do teatro, a rua começava a ter um papel na vida social, e uma sociedade velha, que alterava rapidamente os seus padrões, começava a povoar os salões, a interessar-se pelas modas, a conviver, a aparentar e a influir.[3]

A classe dominante, que realizara a autonomia e lhe dera a sua marca, sente-se na necessidade de exercer o poder público e para isso se adestra, nas academias, no parlamento, na imprensa, na vida política, no convívio dos salões. É ela, sem dúvida, que fornece os padrões, e a burguesia, que cresce em importância e define as suas linhas, tende a copiar aqueles padrões, a afeiçoar-se a eles, a submeter-se à norma existente, em tudo e por tudo, seja na orientação política, seja na atividade econômica, seja no simples gosto ou nas preferências isoladas. Não há, assim, nessa fase, conflito entre as duas classes, mas acomodação. O sonho do comerciante será, no fim de contas, o de afazendar-se. Quando não o de se enobrecer, pelos títulos, ou pelo diploma acadêmico, ou pelo modo de viver. Aquilo que, no Brasil do tempo, era povo — classe média e trabalhadores livres — tinha fraca expressão e mínima consciência de classe. Conquanto a divisão do trabalho começasse a fragmentar a uniformidade antiga, gerando profissões e formas de atividade até então inexistentes ou inexpressivas, havia uma sobra de trabalhadores no mercado e, por conseguinte, uma população marginal, no campo e na cidade, mais visível nesta, que gravita sem destino, ora solicitada num sentido, ora noutro. A concomitância do trabalho livre e do trabalho servil, no campo e na cidade, criava

conflitos e disparidades. A expansão cafeeira exigiria, pouco a pouco, uma transformação no regime de trabalho, traduzindo-se nos esforços para sistematizar a imigração, ao mesmo passo que o declínio de grupos rurais fomentava o crescimento do tipo de escravo doméstico, particularmente destinado ao trabalho de rua.[4]

Os acontecimentos da metade do século constituem, intencionais ou não, decorrentes de reformas ou de reflexos de reformas, o começo de uma profunda transformação cujas proporções o tempo indicará.[5] Valem mais como sintomas. Mas encontram repercussão, prolongam os seus efeitos, geram novos acontecimentos, na medida em que correspondem a necesidades antes inexistentes na vida brasileira. Na proporção em que se aproxima o fim do século, a transformação desencadeada na altura da sua metade avulta e os sinais se tornam ostensivos por toda a parte, surgem completos e acabados à simples observação. Está claro que a transformação, na medida em que acentuasse os seus traços, teria de refletir-se na situação das classes.

É verdade que então, e só então, começam a aparecer, na vida intelectual, elementos da classe média e manifestações típicas dessa classe, na relatividade com que se apresentava no quadro brasileiro e nos condicionamentos que, nesse esboço de sua função, reduziam de muito a sua influência. O trabalho intelectual, de tradição aristocrática numa sociedade como a nossa, continuava a pertencer, como um privilégio, de vez que diferenciava e distinguia, guardava um traço de classe inconfundível, aos elementos ligados à classe territorial. Nele se infiltravam, entretanto, em busca de destaque, à procura de um lugar ao sol, elementos outros, provenientes de camadas decadentes da classe dominante ou da classe média que esboçava a sua função. A herança externa dos postulados e das posições que, em todos os terrenos, assinalam a expansão burguesa no mundo, é aqui acolhida por uma classe dominante a que se associam os elementos mercantis e outros de classe média. Surgiam, com as primeiras diferenças de interesses, as divergências de orientação e de formulação, particularmente no campo político de que participavam, por ser reduzida a camada com acesso ao ensino, os intelectuais.

"De um lado, estava a nascente burguesia comercial — anota um autor — representada por banqueiros, financistas, negociantes, importadores ligados à Inglaterra pelos laços da política liberal, parlamentaristas radicais, protecionistas, partidários de uma legislação mais avançada, inflacionistas; defensores da política imigratória como solução ao problema do braço para o trabalho; industrialistas que clamavam pela substituição da agricultura dispersa, pelas fábricas centralizadas. De outro, estavam os representantes da burguesia agrária, proprietários de grandes extensões de terras, livre-cambistas, escravistas, pedindo liberdade aduaneira para saída do algodão, do fumo, do açúcar e do café, para a Inglaterra e adversários intransigentes da política imigratória".[6] Surgiam, assim, os primeiros contrastes, que se agravariam com o decorrer do tempo, até denunciarem-se, com uma clareza exterior e ostensiva, no fim do século: "Deste modo, na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo que se acentuava o antagonismo econômico entre os tradicionais burgueses proprietários da terra — que governavam o país como se governassem suas fazendas — e os representantes de novos interesses, acentuava-se também a simpatia pelas idéias novas que as transformações havidas desde os princípios do século haviam posto em circulação. A partir de 1870, esta *nova burguesia* assume papel de importância sobretudo no setor intelectual. É dessa burguesia, formada por militares, médicos, engenheiros — mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões — que irá surgir o movimento positivista no Brasil. Alguns dos que irão aderir ao movimento são homens desiludidos do ecletismo espiritualista que se ensinava entre nós e que se confundia com uma retórica palavrosa e inútil, o que justificava a atitude de desinterêsse e desprezo de Miguel Lemos em face da filosofia nessa época. São homens que se voltam para a ciência e que nela vêm encontrar resposta satisfatória e soluções definitivas para todos os problemas. Em outros, ajunta-se ainda o antagonismo que se estabeleceria entre as crenças religiosas tradicionais e as tendências republicanas às quais haviam dado a sua adesão".[7] Anseios de uma burguesia nova, fortalecida em seu papel, a que se somavam o esforço de uma pequena burguesia que começava a alinhar as suas fileiras, e o bruxulear de uma classe trabalhadora recrutada no campo em sua quase totalidade, traduzir-se-iam em formulações inéditas, quer no terreno político, quer no terreno literário.[8] Nessas formulações, e nas políticas em particular, justapunham-se conceitos tradicionais, de que era ainda impossível o desligamento, e conceitos novos, entre os quais surgiam, com um ímpeto muito acentuado, aqueles adquiridos na freqüência de livros estrangeiros.

Ao quadro simétrico e maciço herdado da longa vigência do regime colonial, respondera o romantismo, com as adaptações necessárias, como a expressão possível. Na medida em que repontam, cada vez com mais forças, as transformações indicadas, rompe-se o equilíbrio romântico e divide-se a manifestação literária, em busca de

novos caminhos. Sílvio Romero, apreciando alguns aspectos desse rompimento, poderia escrever: "Na política é um mundo que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. [...] Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da escola do Recife. Tobias foi o mais esforçado combatente com o senso de visão rápida de que era dotado".[9] Os autores a que se abeberavam os nossos homens de pensamento eram já muito diversos daqueles que preenchiam a curiosidade de seus pais ou avós.[10]

O largo e profundo movimento de idéias que dá colorido à segunda metade do século XIX começa a encontrar eco no Brasil e o intervalo entre a nota original externa e a sua resposta brasileira é já muito reduzido, particularmente se considerarmos a diferença antiga nesse processo reflexo, clara, por exemplo, na disparidade que existe no fato de aparecer aqui o romantismo indianista na ficção, com *O Guarani*, no mesmo ano em que surgia, na França, uma obra como *Madame Bovary*, de Flaubert, anunciando uma mudança radical de rumos literários. Agora, ao contrário, os reflexos serão mais rápidos, embora isso deva ser considerado em termos relativos. De qualquer forma, o que acontecia na Europa, e na França em particular, tinha uma repercussão grande, aqui, nos grupos interessados de intelectuais. Ora, muita coisa acontecia, e importante.[11]

E não apenas mudava o ambiente do ponto de vista de idéias novas que encontravam acolhida e debate. Mas também do ponto de vista objetivo de reformas as mais variadas, que alteravam, às vezes, com alguma profundidade, o aparelhamento existente: "Remodelava-se o antigo curso da Escola Central — comenta um historiador — organizando-se a Escola Politécnica, acrescentando-se-lhe aos cursos profissionais as duas importantes seções de Ciências Físicas e Naturais e Ciências Físicas e Matemáticas. Para reger as novas cadeiras vieram da Europa professores especiais, como o físico Guignet, o fisiologista Couty, incumbido da fundação e direção da Escola de Minas de Ouro Preto, nesse tempo criada. Também o ensino médico foi reformado, acrescido de matérias e cadeiras novas. A reforma que igualmente sofreram o Museu e a Biblioteca Nacional determinou maior atividade e mais útil efeito destas velhas e paradas instituições. O Museu começou a publicar os seus interessantes *Arquivos* em cujos três primeiros volumes (1876-1878) se encontram trabalhos originais de antropologia, fisiologia, arqueologia e etnografia e história natural de sabedores brasileiros, Lacerda, Rodrigues Peixoto, Ladislau Neto, Ferreira Pena, e estrangeiros a serviço do Brasil, Hartt, Orvile Derby, Fritz Müller e outros. Simultaneamente com os *Arquivos do Museu* vêm a lume os *Anais da Biblioteca Nacional*, ricos de informações bibliográficas, de eruditas memórias e monografias interessantes para a nossa história literária e geral."[12]

Claro está que tais reformas, como o movimento de idéias, iriam fornecer à classe média em ascensão os seus instrumentos, os seus caminhos para exteriorizar reivindicações ostensivas ou veladas, conscientes ou inconscientes. O grande esforço da mentalidade brasileira naquele tempo — ainda hoje pouco compreendido e pouco estudado — consistiu em utilizar, com a precariedade de transplantação, esses instrumentos estranhos, gerados sob outras condições, moldado ao sabor de contingências diversas das nossas, fixados em molduras inteiramente distanciadas das que podíamos proporcionar. A análise formal — que é a que tem sido feita, até aqui — desacredita tal esforço, atirando-o à vala comum da cópia, da imitação servil, da adaptação forçada e incorreta, quando não inadequada de todo. Mas a verdade é que foi um esforço gigantesco, gerado numa sociedade colonial nos seus traços principais, num meio acanhado e reduzido em todas as proporções, deformante pela sua própria natureza. Muitas das idéias importadas sofreram um tratamento impróprio, perderam-se, diluíram-se, demonstraram a sua inocuidade. Outras, entretanto, serviram, de uma maneira ou de outra, bem ou mal, inteiriças ou modificadas, como instrumentos de expressão do que havia de novo no Brasil. O darwinismo, que parece tão estranho, tão exótico, tão contrastante, nesse meio estreito, em que as ciências do homem estavam na infância, teve o seu papel.[13] O evolucionismo despertou verdadeira tempestade e refletiu-se nas agitações da escola de Recife e na poesia e na ficção pretensamente científicas.[14] Surgia, no mesmo andamento, um criticismo curioso, que encontraria reflexos muito fecundos na crítica e na história literária, como observou Sílvio Romero.[15]

Um dos instrumentos importados que encontrou utilização mais eficiente e prestou-se como poucos à exteriorização dos sentimentos da classe média, que começa a ter um papel social e político de relevo na época, foi o positivismo.[16] E nem foi por acaso que o pensamento contista encontrou um excelente veículo no meio da mocidade militar, que o recebeu no envoltório da matemática, que

representava a base do ensino profissional dos oficiais do Exército. O positivismo, realmente, correspondia a uma série de exigências próprias da classe média, e em particular daqueles grupos de classe média que tinha acesso ao ensino. Permitia conservar a fidelidade a determinados valores tradicionais, em especial valores éticos aos quais tal setor da sociedade dedica especial apego. Vinha na vestimenta científica com que se travestia o racionalismo do tempo, e que fascinava também aquele setor. Traduzia uma forma de participação política que se prestava, com oportunidade em nosso meio, à exteriorização, quando não à participação de grupos que vinham crescendo em força e que não poderiam conservar-se prolongadamente fora do campo em que se exercem as atividades públicas. Na fase em que, com o encerramento da guerra com o Paraguai, os militares de terra surgem como componente política de inquestionável importância, as circunstâncias lhe propiciam esse apropriado instrumento, que teria alcançado maior profundidade, possivelmente, não fosse a tendência, que acabou predominando, pelo menos entre os que ficaram donos da ortodoxia, do elemento religioso que, este sim, vinha-se chocar com bases culturais profundamente ancoradas no espírito brasileiro. De qualquer forma, a influência do positivismo é um dos traços mais característicos da época e mais uma prova de que a apropriação de instrumentos externos por parte da inteligência brasileira não correspondia apenas à mecânica cópia ou imitação de padrões estranhos ao meio. Fora do ambiente em que se originou e teve um papel, realmente, só no Brasil o positivismo encontrou ressonância e teve oportunidade para desdobrar influências. Bastaria isso para mostrar a participação de fatores nacionais, nossos, concorrendo para aquele desdobramento de influências. Positivismo, Exército, classe média, são elementos do mesmo processo, pois.[17]

Numa sociedade em transformação, como a do Brasil, na segunda metade do século XIX, quando emerge uma nova classe, e busca afirmar-se, as formulações políticas e as formulações artísticas sofrem mudanças correspondentes. E nem é o mesmo, sob qualquer aspecto, o dispositivo das classes. Ora, mudando o dispositivo, a posição de umas em relação a outras, muda o público, aquela parcela dotada de curiosidade intelectual, e mudando o público muda o gosto. O romance sentimental, dos moldes românticos, destinava-se a preencher, de preferência, os lazeres femininos, ou a preencher os alvoroços intelectuais dos estudantes. Esse público inicial, em que aqueles dois grupos estabelecem absoluta predominância, continuará presente, sem dúvida alguma, no decorrer do tempo. Mas o seu comportamento já não será o mesmo, e nem

estará na posição de predominância absoluta. A curiosidade exige novas formulações e só com elas se satisfaz. Formulações, particularmente as literárias, em que existe a influência dos padrões externos mas que se submetem também ao gosto nacional.[18] Ainda os temas tradicionais, que são eternos e que são universais, sofrem modificação de tratamento. Entre os temas tradicionais está a complicação que leva ao casamento, tudo o que leva à família.[19]

Ora, a família brasileira atravessa, na segunda metade do século XIX, e particularmente em seu final, uma transformação a que os escritores se adaptaram, consciente ou inconscientemente. O grande tema, o tema por excelência, o do amor — a que a família, desde o início da colonização, fornecia um rígido e estrito molde — já não poderia receber o tratamento antigo, uma vez que, na realidade, as coisas não se passavam da mesma maneira do que dantes. Mesmo no interior, onde o reflexo das transformações chegava com um retardo natural, o poder do chefe de família já não era absoluto como nos velhos tempos em que ia até o direito, não escrito mas respeitado, de punir com a morte, quando não de internamento da mulher em convento. As fugas da casa paterna, para os casamentos desiguais, ou para os consórcios não aprovados, começavam a turvar a placidez uniforme do quadro colonial. Os raptos já não eram tão raros quanto na fase anterior. Tudo denunciava as mudanças que, na intimidade social, vinham sofrendo um rápido processo, deteriorando-se relações antigas, ao mesmo tempo que irrompiam relações novas, a que o ambiente urbano fornecia a moldura natural, de início. Aquele processo correspondia à substituição, no Brasil, de tipos tradicionais e modelos tradicionais, ainda que lentamente, por novos tipos e novos modelos, de vida, de diversão, de enriquecimento, de destaque. A literatura não poderia ficar imune a alterações tão importantes. Na medida em que elas se acentuam, o romantismo entra em declínio. Não é exagero, de forma alguma, ligar esse declínio à ascensão da classe média.

Num meio ainda fortemente colorido de todos os elementos que haviam caracterizado a fase colonial, surgiam fatores novos, com uma importância crescente. O positivismo, enquanto diverso de sentido religioso, ganhava numerosos adeptos entre aqueles que tinham acesso aos conhecimentos.[20] Em torno de um professor de Direito, no Recife, surgia um movimento de idéias que contrastava com a mediania do ambiente que o rodeava.[21] Tudo contribuía para o avanço do que denunciava, ainda que de maneira confusa, as transformações por que passava o país. E mais contribuíam, sem dúvida alguma, as idéias externas, de que se apossavam, quase sem-

pre sem nenhum senso de medida, os mais audaciosos, os mais independentes, os mais livres nos seus movimentos e nas suas atitudes, chocando o meio com as *francesices*. O que vinha, nos tempos coloniais e no início da fase autônoma, da França, assumia um sentido revolucionário, subversivo mesmo, e era perseguido, escorraçado, malvisto. Da França nos vinha, agora, o que distinguia, o que dava o timbre melhor, todo o envoltório do saber.[22]

NOTAS AO CAPÍTULO 7

1 O isolamento colonial, proveniente do regime de clausura que traduzia o sistema de monopólio comercial exercido pela metrópole, acarretava conseqüências idênticas àquelas a que se refere o geógrafo quando trata do simples isolamento físico: "Cada operação se complica de regras de observância entre as quais a iniciativa não encontra lugar para exercer. O gênero de vida, integrado a esse ponto nos hábitos, torna-se um meio limitado no qual a inteligência murcha. O novo parece o inimigo; vê-se, sob tais influências, os organismos sociais se cristalizarem e, faltas de renovação, obras combinadas para o bem comum tornarem-se conservatórios de rotina. [...] O individualismo quebrador de rotinas não encontra lugar em um quadro que, desde o nascimento, ajusta todos os atos da existência, e não a abandona mesmo depois da morte. [...] Tais organizações supõem um acordo fundado sobre experiências seculares e resumindo longos esforços de iniciativa, mas indicam também que, repousando nos resultados adquiridos, a inteligência cessou de procurar outros; e, nelas, o que era movimento fixou-se; o que era iniciativa tornou-se hábito; o que era vontade caiu no domínio do inconsciente." (P. Vidal de la Blache, *Principes de Geographie Humaine*, 4.ª edição, Paris, 1948, págs. 204 e 205.)

2 "Não importa: uma forma de civilização capaz de irradiar-se em torno de si mesma torna-se uma fonte de forças que agem por si mesmas, independente das condições imediatas do meio. Mas, para isso, uma condição essencial é o conhecimento recíproco que engendra a facilidade de relações, a freqüência das comunicações, a ausência de isolamento." (P. Vidal de la Blache, idem, pág. 288.)

3 "Mas já o ano de 1843, que trouxe no seu bojo a tarifa Alves Branco, assinala por sua vez o aparecimento da burguesia querendo, senão ainda disputar, pelo menos partilhar com os senhores territoriais da governação da coisa pública. Está visto que o aparecimento da burguesia como tal na arena política não significava apenas o 'desejo' de partilhar do poder; significava principalmente o início da ascensão histórica de uma nova classe dirigente, que subia do meio para o ápice da pirâmide, impulsionada pela força de novos interesses acumulados em conseqüência do deslocamento subterrâneo que se operava na estruturação econômica do país. Ora, este fenômeno de deslocamento — portanto de transição — lastreou toda a evolução social do Brasil a partir de então, e as suas etapas decisivas podem ser assim demarcadas: extinção do tráfico de escravos, protecionismo, estradas de ferro, usina Mauá, lei de 28 de setembro, abolicionismo, questão religiosa, questão militar, 13 de maio, primeira república, encilhamento, Floriano, etc., etc., etc. (o último etc. é dos nossos dias: outubro de 1930)." (Astrojildo Pereira, *Interpretações*, Rio, 1944, pág. 17.)

"Não será apenas esta a conseqüência mais imediata do desenvolvimento da lavoura cafeeira. Ela terá também o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação. Graças ao amparo de um artigo como o café, das largas facilidades de produção no país e de considerável importância comercial nos mercados mundiais, aquela estrutura momentaneamente abalada pelas transformações sofridas pelo país na primeira parte do século, consegue se refazer e prosperar mesmo consideravelmente ainda por muito tempo." (Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, S. Paulo, 1945, pág. 179.)

5 "A abolição do tráfico determinara novas forças de renovação e o Brasil entrava, a partir de 1850, numa fase de prosperidade econômica. Esse ritmo de progresso material manter-se-ia apesar da Guerra do Paraguai, e os anos de 1870 a 1880 constituiriam um dos períodos de maior prosperidade nacional." (João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio, 1956, págs. 134 e 135.) No mesmo sentido depõe Caio Prado Júnior: "No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro." (*Op. cit.*, pág. 203.) A idéia fundamental é a de que as reformas da metade do século abriram caminho a empreendimentos novos, que cresceram, ocuparam um lugar, tiveram uma função, alteraram, cada vez mais depressa, o ambiente do país. Os reflexos dessas reformas — a tarifária, a do tráfico, a dos transportes por água e por terra — avultam na medida em que passa o tempo. Mas havia uma herança pesada, do ponto de vista social, a marginalidade de vultosos grupos demográficos: "Em 1880, na região de Campos, no Estado do Rio, sobre uma população livre de cerca de 56 mil habitantes, havia um total de 16 mil indivíduos sem profissão definida, ou seja 32% dos habitantes. Estatísticas de 1882 revelaram que em seis das maiores províncias, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará, a relação entre a massa de trabalhadores e desocupados de 13 a 45 anos era a seguinte: trabalhadores livres, 1.434.170; escravos de lavoura, 650.540; desocupados, 2.822.583, ou sejam mais de 50%." (Osório da Rocha Dinis, *A Política Que Convém ao Brasil*, S. Paulo, 1936, pág. 104.)

6 Lídia Besouchet, *Mauá e Seu tempo*, S. Paulo, 1942, págs. 48 e 49.

7 João Cruz Costa, *op. cit.*, págs. 142 e 143.

8 "Por volta de 1870 um novo período vai se abrir na história do pensamento brasileiro. É então que novos matizes de idéias, originados na filosofia dos séculos XVII e XVIII, começam a impregnar a vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX — vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico. Este progresso de crítica, de compreensão, era concomitante — resultado talvez — do notável progresso econômico que se expressa, no Brasil, a partir de 1860 numa sensível ascensão do padrão de vida de certas classes da população e na incipiente aparelhagem técnica do país, tal como estradas de ferro, mecanização das indústrias rurais, instalação das suas primeiras manufaturas." (João Cruz Costa, *op. cit.*, pág. 129.) A respeito da posição das classes sociais nessa transformação, o mesmo autor explica: "Não parece exato, no entanto, dizer que o *revoar de idéias novas* que, a partir da segunda metade do século XIX, marcou a inteligência brasileira, tenha como representante uma *fulgurante plebe*. Os corifeus do pensamento moderno, no Brasil, embora *fulgurantes* como quer Gilberto Amado, não eram, na sua maioria, homens pertencentes à plebe, às camadas populares. Se já não eram filhos de senhores de engenho ou de fazendeiros de café, eram representantes e herdeiros, em boa parte, da burguesia de comerciantes ou de burocratas, que surgira nas aglomerações urbanas e que, nos meados do século XIX, teve, graças às transformações econômicas que então se processaram, maior expressão e sentido. As camadas populares ainda então não se encontravam em condições econômicas capazes de galgar as barreiras que as separavam das elites do país. Os representantes dessas novas elites do século XIX são a expressão de uma nova modalidade de burguesia, que se opõe à tradicional, a que em regra era tirada da *aristocracia* — proprietária da terra e do instrumento mais importante do trabalho daquele tempo — o negro. São, assim, os filhos da modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, que irão aparecer, graças ao desenvolvimento também modesto do capitalismo no Brasil, no cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX. Nas novas gerações, que ingressam nas Faculdades de Direito do país, infiltrar-se-iam esses novos burgueses. Nas escolas técnicas, a Central e a Militar, também procurarão eles, em virtude de não possuírem recursos necessários para enfrentar estudos longos e caros, satisfação para as suas tendências intelectuais." (Idem, pág. 139.) Sobre o papel da Escola Militar na formação desses novos quadros, inequivocamente ligados à classe média, depõe Vicente Licínio Cardoso: "Assim se explica que tivesse saído da Escola Militar, nos fins do século XIX, uma plêiade de homens fortes, de autodidatas, quase todos descendentes de gente de poucos haveres, moços que ingressavam na

carreira das armas para conseguir instrução, que as condições de vida lhes negavam. Geração que se formou sob o influxo de Benjamim Constant, com idéias nitidamente democráticas e concorreu para a queda do regime monárquico e implantou a república inspirada nos princípios de Augusto Comte." (*Apud* Leontina Licínio Cardoso, *Licínio Cardoso, Seu Pensamento, Sua Obra, Sua Vida*, Rio, 1944, pág. 22).

9 Sílvio Romero, prefácio a Tobias Barreto, *Vários Escritos*, 1.ª edição, Rio, 1900, pág. 24.

10 Convém recordar as leituras comuns no século XVIII, na informação de Veríssimo: "Dão-nos informação a respeito os autos de seqüestros feitos nos bens dos implicados na chamada Conjuração Mineira. Além dos livros profissionais de estudo e consulta, constituíam-nas geralmente os melhores autores latinos no original e gregos no original e em traduções latinas, e mais os franceses Descartes, Condillac, Corneille, Racine, Bossuet, Montesquieu, Voltaire, tratados e dicionários de história e erudição, as décadas de Barros e Couto, os poetas clássicos portugueses, e também Tasso, Milton, Metastásio, Quevedo, afora dicionários de várias línguas, obras de matemática, ciências naturais e físicas e outras." (José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 108).

11 "O movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começava a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento que, influindo na literatura, deviam pôr termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social e ainda de ordem geral determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvoroçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas conseqüências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais. Certos efeitos inesperados da Guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa demasiado presumida do seu papel e importância, e os profundos instintos civilistas da monarquia, não foram sem efeito nesse momento da mentalidade nacional. Também a

revolução espanhola de 1868 e conseqüente advento da república em Espanha, a queda do segundo império napoleônico e imediata proclamação da república em França, em 1870, fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a idéia republicana que desde justamente este ano de 70 se consubstanciara num partido com órgão na imprensa da capital do Império. Esta propaganda republicana teve um pronunciado caráter intelectual e interessou grandemente os intelectuais, pode dizer-se que toda a sua parte moça, ao menos. Outro caráter da agitação republicana foi o seu livre pensamento, senão o seu anticatolicismo, por oposição à monarquia, oficialmente católica." (José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 282 e 283).

12 José Veríssimo *op. cit., págs.* 287 e 288.

13 "E em 1875, estranho a qualquer influência do excêntrico filósofo da Escada, um velho diplomata, Araújo Ribeiro (Visconde do Rio Grande), publicava no Rio de Janeiro o seu volumoso livro *O Fim da Criação*, o primeiro de doutrina darwinista, se não materialista, escrito no Brasil." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 287.) As razões do darwinismo são assim analisadas por Hermes Lima: "O darwinismo concluía, melhor que o comtismo, um pensamento que a burguesia encarnava desde o século XVIII. Filosoficamente, aquele exprimia o mundo da revolução industrial, espécie de imensa usina dirigida não por uma força estranha, sobrenatural, mas pela luta pela existência, base de toda seleção. Nesta usina, o homem aparecia como o ser mais perfeito, produto daquela luta. Este pensamento, afinal dominante, na vanguarda intelectual burguesa que atacava a posição feudal, absolutista, clerical da sociedade antiga, adotava uma atitude científica para interpretar o mundo e se emancipava das velhas crenças e prejuízos." (Hermes Lima, *Tobias Barreto, A Época e o Homem*, S. Paulo, 1939 pág. 116).

14 Num depoimento curioso sobre figura esquecida mas característica, Celso Magalhães, Graça Aranha lança luz sobre as alterações em questões vistas num quadro provinciano: "Vejo a figura atraente, fascinante, de Celso Magalhães, o promotor público. Em torno dele, uma admiração entusiástica, comovida, que eu não compreendia, mas cuja intensidade me avassalava. Das impressões que então recebi, ficou-me a imagem de um rapaz muito magro, feio, ossudo, encovado, móvel e falador. Não me lembro como se trajava, apenas me recordo de que trazia na botoeira do paletó uma flor vermelha, lágrima-de-sangue, que por muito tempo se chamou no Maranhão a flor do Celso. Morreu moço, logo depois da subida dos liberais ao poder, cujo primeiro ato de govêrno fora demitir a bem do serviço público o promotor, que ousara acusar a assassina do escravinho Inocêncio. Mais tarde, tive consciência do grande merecimento de Celso Magalhães. Foi um dos precursores do abolicionismo na poesia, com o seu poema *Os Calhambolas*. Na Academia, foi um dos espíritos tocados da ciência moderna. Pertencia ao grupo predestinado a realizar no Brasil a reforma espiritual, que o darwinismo e as ciências físicas tinham imposto à Europa. Foi ele quem primeiro estudou cientificamente o folclore brasileiro, num ensaio primacial sobre a poesia popular, dando o sinal de partida e a orientação para os estudos de Vale Cabral, Sílvio Romero, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e tantos outros. Meu pai o estimava extraordinariamente e o teve como colaborador conspícuo n'*O País*. Os seus folhetins eram vivos, de uma acrobacia prodigiosa, onde a inteligência não se deixava entorpecer pela erudição. Depois da sua morte e já eu era acadêmico de Direito, quando li o manuscrito do seu drama *O Processo Valadares*, confiado a meu pai. Esse manuscrito foi remetido ao meu tio Heráclito Graça, residente no Rio, que o passou a Artur Azevedo. Não foi representado nem publicado e jaz na Biblioteca Maranhense. Artur Azevedo fez publicar em 1881, na Revista Brasileira (2.ª fase), depois da morte de Celso Magalhães, o romance *Um Estudo de Temperamento*, que ele lhe entregara no Recife em 1873. A publicação não foi concluída por ter cessado o aparecimento da revista. É um ensaio de romance naturalista, dos costumes provincianos, romance que antecipava *O Mulato* de Aluísio Azevedo.

"O Maranhão era fiel à tradição verbal portuguesa. A disciplina de Sotero dos Reis e dos seus epígonos gramáticos abafava a espontaneidade espiritual e a liberdade de dizer. Celso Magalhães reagiu contra esse esmagamento e sua prosa vibrante criou novos ritmos para o pensamento. Quando Aluísio Azevedo surgiu com o seu realismo, o caminho estava aberto. Glória a Celso Magalhães, morto aos trinta anos, esquecido hoje como Rocha Lima, do Ceará, também prematura e genial representante da cultura livre, num país de incultos e aos quais faltou o intenso dom da poesia, que tornou famosas as mocidades de Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

"A reação de Celso Magalhães não se limitou à expressão verbal, atingiu a própria cultura. Antes dele pensava-se no Maranhão à portuguesa. Toda a ilustração, toda a erudição era lusitana ou vinha por Portugal. O próprio Gonçalves Dias, que pelo seu sangue mestiço e pelo seu contacto pessoal com as civilizações européias, devia exprimir a revolta contra o jugo literário português e trazer ao espírito maranhense aspectos mais largos e novos, submeteu-se, e nessa vassalagem talvez se explique a deformação do seu gênio brasileiro. Não precisa remontar a Odorico Mendes para testemunhar a fidelidade maranhense ao espírito português. O propício e grande João Lisboa não reformou a prosa brasileira. Ampliou-a, enriqueceu-a, coloriu-a, mas guardou o ritmo tradicional. Assim, já eu disse que o seu estilo conserva as características portuguesas, a linha horizontal, a planície. Mesmo carregado de intenções, rancores, de sarcasmo, o estilo de João Lisboa é plano, largo, dando a sensação da serenidade. Nesse estilo as agruras, as culminâncias abrandam-se, as profundidades e os abismos mascaram-se e tudo o que é aspero e violento perde-se em tranqüilidade pela vastidão da frase. Celso Magalhães anunciou na sua expressão viva e nervosa o estilo ver-

tical de hoje, estilo que se eleva em altura e penetra em profundidade. Estilo sintético, somático, explosivo. No pensamento, foi inovador. Se não tem o gênio de Tobias Barreto, nem a sua força demolidora e a de Sílvio Romero, insinuou coisas novas à cultura de seu tempo. Nos estudos do folclore e da lingüística, empregou a orientação de Bopp, de Max Müller, e as visões de Vacherot e Ewald, de Renan em matéria religiosa, e na crítica foi discípulo de Sainte-Beuve, Taine e Scherer. Tudo novo, tudo fecundo para a emancipação espiritual do Brasil. Enfim, o Maranhão se libertou do jugo da gramática e da disciplina intelectual dos bisonhos clássicos portugueses. Celso Magalhães se tornava brasileiro pela revolta, pela inquietação, pela atualidade." (Graça Aranha, *O Meu Próprio Romance*, S. Paulo, 1931, pág. 112 e 117).

15 "Graças à divulgação das novas idéias sobre filosofia e literatura, formou-se no Brasil, na década de setenta, uma geração de tendências eminentemente críticas, animadas do desejo de esquadrinhar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa. Um verdadeiro modernismo, como o apelidou José Veríssimo, cujo foco principal foi a capital de Pernambuco. Uma das principais manias de Sílvio era reivindicar a prioridade e a importância do Recife na história do pensamento brasileiro pós-romântico, chegando nisto a exageros quase grotescos. José Veríssimo, exagerando de seu lado, foi levado a amesquinhar excessivamente o papel do grupo pernambucano. Parece fora de dúvida que a divulgação do positivismo, do evolucionismo e da crítica moderna no Brasil, se processou, senão a princípio, pelo menos intensamente no Recife. Os primeiros sinais da nova crítica são os de Sílvio Romero, Celso Magalhães, Rocha Lima, Capistrano de Abreu e Araripe Júnior, os três últimos pertencendo ao grupo que se formou no Ceará, mas tendo antes estudado naquela cidade." (Antônio Cândido de Melo e Sousa, *Introdução ao Método Crítico de Sílvio Romero*, S. Paulo, 1945, pág. 39).

16 "Vimos no decorrer deste estudo que por volta de 1868 deu-se no Brasil uma verdadeira renovação de idéias. Entretanto, como mostra José Maria Belo, as influências filosóficas e literárias, aparecidas naquele período, não levariam os intelectuais para a idéia republicana. É suficiente lembrar o indiferentismo de Tobias Barreto em relação à propaganda do regime republicano e, se examinarmos bem, veremos que esse indiferentismo era também o de boa parte, senão da maioria dos intelectuais da época. Seriam certamente liberais, mas nem por isso mostravam-se republicanos. Aliás — é curioso! — quase toda a gente aprovava a república, acreditando ser forma de governo mais perfeita que a monarquia, mas acrescentava que talvez a mudança não fosse conveniente ao país, em virtude de seu atraso. *Eu no fundo sou republicano*, era o que se dizia, sem grande ou nenhuma convicção; era o que se apregoava, sem que se fizesse esforço para que as cousas realmente mudassem... A única doutrina que teve algumas influências nesse meio confuso e amorfo foi a doutrina de Augusto Comte." (João Cruz Costa, *op. cit.*, págs. 240 e 241).

17 "Não se tem dado, a meu ver, o relevo devido a esse fato capital da nossa história: a identificação do Exército com a classe média.

"Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estruturação econômica robusta, que lhe daria tanta influência, surge compensada pela concentração de força política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar.

"Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova força, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média, nascente é que o Exército vai escolher seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar. [...] É natural que o Exército venha desembocar, em poucos anos, no movimento republicano, como era natural que a formação de suas elites procurasse uma estrutura doutrinária no positivismo em oposição ao catolicismo da monarquia. [...] Voltemos, porém, ao surto da classe média. Essa nova camada social, que se avoluma nos anos de ocaso da monarquia, traz consigo um destino, um imperativo vital, que se levanta contra as formas obsoletas da sociedade que a contém. Industriais e negociantes — a classe média civil — ligados ao exército nacional — a classe média militar — podem ter entre si discordâncias de idéias, antagonismos, mas estão ligados pelo mesmo imperativo de alteração dos quadros vigentes, e por isso geram e executam a república.

"Na nova ordem que se instaura, uma personalidade lhes resume o espírito e encarna os métodos: o ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa." (San Tiago Dantas, *Dois Momentos de Rui Barbosa*, Rio, 1949, págs. 18 a 20).

18 "Em suma, embora já deixasse, aqui e ali, perceber novas tendências, embora fizesse excursões pela história, com Franklin Távora e José do Patrocínio, pelo regionalismo com Inglês de Souza e Apolinário Porto Alegre, o romance foi então sobretudo sentimental. Talvez se explique em parte essa predileção pelos casos amorosos, bem como a maneira reservada de os tratar, pela convicção em que estavam os escritores de escreverem principalmente para mulheres, num tempo em que a educação visava a mantê-las em permanente menoridade moral e social. É como se, a princípio, os próprios romancistas não levassem muito a sério a sua arte e a achassem indigna da atenção masculina. E parece ter sido mesmo através dos cestos de costura das donas que os romances penetraram nas casas e se foram encaixando nas estantes. Era preciso empolgar as leitoras sem lhes ferir a sensibilidade nem macular a inocência." (Lúcia Miguel Pereira, *História da Literatura Brasileira*, v. XII, *Prosa de ficção* (De 1870 a 1920), 2.ª edição, Rio, 1957 págs. 25 e 26.) A mesma autora mostra o reverso da medalha, logo

adiante: "Com o advento do naturalismo, porém, tudo mudou. Passando a ser experimental, e portanto científico, o romance adquiriu a todos os olhos importância e dignidade, deixou de representar um passatempo da categoria dos bordados. Já não se precisaria reger pelas preferências e melindres femininos. E o sexo, que dantes fora banido das narrativas, entrou a ocupar uma posição exagerada, refletindo talvez uma mudança de ponto de vista em relação às mulheres. O determinismo biológico então em voga e as lições de Charcot sobre a histeria transformaram, efetivamente, em fêmeas os antigos anjos. Os estudos de temperamento desbancaram os casos puramente — nos dois sentidos — sentimentais. Ao mesmo tempo que penetrava na fisiologia com Aluísio Azevedo e seus companheiros, e na psicologia com Machado de Assis, que por conseguinte rompia com os preconceitos a que se prendera, sofria a ficção outra grande mudança: de rural que fora sobretudo até então, tornava-se predominantemente citadina. Movimento sem dúvida relacionado com a decadência da lavoura em conseqüência da Abolição, e com o prestígio crescente das cidades. Para serem 'brasileiros' não precisavam mais os romances recorrer à 'cor local', já que, ainda vivendo à européia, ia adquirindo feição mais nítida e própria a sociedade. O regionalismo, antes difuso e generalizado, começou então a formar um gênero especial, com tendências limitadas e definidas: o estudo do povo do interior do país, marcadamente diferenciado, não só dos estrangeiros, como das populações urbanas." (Idem, pág. 26).

19 "É coisa mais do que sabida que a família, seja qual for a sua forma, constitui sempre o centro e a base da vida em sociedade. Ora, quem diz família diz casamento, e quem diz casamento diz amor, e quem diz amor diz complicação — 'complicação do natural com o social'. É nos conflitos suscitados por esta complicação que Machado de Assis vai buscar os elementos necessários à tessitura de quase toda a sua obra de ficção. Eterna complicação, conflitos eternos. Sem dúvida; mas as criaturas envolvidas na complicação e nos conflitos, que ele explorou nos seus livros, são a réplica literária de outras criaturas de carne e osso, que viveram um dado momento histórico num dado meio social. Criaturas humanas, na realidade e na ficção, de essência igual a todas as criaturas humanas de todas as épocas e de todos os quadrantes da terra, mas ao mesmo tempo criaturas brasileiras que viveram durante um determinado período da história brasileira. Daí por que a vida criada pelo ficcionista espelha, nas páginas dos seus livros, com igual intensidade e de modo inseparável, o humano e o brasileiro, o natural e o social, o permanente e o contingente." (Astrojildo Pereira, *op. cit.*, pág. 19).

20 "Para simplificar, todo o mundo era positivista, isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista, mas ninguém propriamente prosélito de Augusto Comte. Nenhum dos meus contemporâneos, ao que me recordo, queria ser positivista de igreja, nenhum queria adorar o

Grande Ser e Clotilde de Vaux." (Gilberto Amado, *Minha Formação no Recife*, Rio, 1955, pág. 61).

21 "Fiquei com a visão dos saraus pernambucanos, nos salões ornados de grandes espelhos; o calor do ambiente, aligeirado por uma aragem de leques de plumas, espalhando o perfume de água-de-rosas, de opopônax, de cananga-do-japão no ar salpicado de pó-de-arroz, ao rodar das valsas de Gounod e de outras melodias românticas, ensopadas de volúpia.

"Recite, Dr. Tobias!" dizia uma delas esgueirando os olhos de Leocádia sobre o ilustre mulato já doente, incompreendido e odiado, insolente e fraco, sentado a ouvir um 'colega' da Faculdade, um comerciante de praça, ambos do mesmo teor intelectual, e que no fundo o desprezavam por sua 'loucura', sua incapacidade de 'advogar', de ganhar dinheiro, por sua esposa sem jóias, sua casa de tijolo em Afogados, seus dentes apodrecendo, sua insolência de pobre, sua arrogância de 'pretensioso'. Penso naquele fim de monarquia de papo-de-tucano e de tristeza imaginativa, dentro da qual ele agonizou e na qual se ananicavam os problemas e não chegava o sopro dos séculos. Monarquia em cujo regime alimentar e sanitário morria tão cedo José de Alencar e Castro Alves não encontrou quem lhe curasse uma ferida do pé. Em cujo ambiente avitaminado o pobre gigante Tobias, com a cabeça sobre-erguida à altura do nível a que atingiam os maiores pensadores do mundo, finava-se em cima de uma rede, na miséria, aos cinqüenta anos." (Gilberto Amado, *op. cit.*, págs. 221 e 222).

22 "No Ginásio, que em Sergipe se chamava Ateneu, quem me levava à Grécia? Era o francês Seignobos com os seus compêndios de História; era Chateaubriand que nos modulava no *Atala* e em *René*, o rumor das florestas americanas e nos mostrava por entre as árvores dos druidas o cristianismo nascente, Eudoro, Veleda, os cavalos de Faramundo, as ruínas melancólicas. O mundo, que se torna tão grande *à la clarté des lampes* como dizia Baudelaire, era pela França que se nos revelava. Os livros em que estudei, na Bahia, eram franceses, Ganot, Langlebert, Desplat. Preciso repetir que na Faculdade de Pernambuco, fora a *Filosofia*, de Sílvio Romero, e o *Direito das Coisas*, de Lafaiete, só li livros franceses?" (Gilberto Amado, *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio, 1956, págs. 213 e 214).

8 — REAÇÃO ANTI-ROMÂNTICA: A CRÍTICA

A Escola do Recife — Tobias Barreto e seu papel — O Direito como representação do processo social — Efeito das novas idéias no pensamento brasileiro — A agitação doutrinária e as interpretações do país — Sílvio Romero: seu papel na crítica e na história das idéias — Araripe Júnior e a crítica do naturalismo — Transformações no Direito — Crítica social e crítica histórica.

MAL INICIADO o penúltimo decênio do século, o concurso para professor da Faculdade de Direito do Recife oferecería, na moldura de um centro de idéias ainda muito importante, o espetáculo sintomático proporcionado pelo papel que desempenhou um bacharel pobre e mulato, vindo de uma cidadezinha do interior. A moldura, o espetáculo, a figura de Tobias Barreto, a receptividade que encontrou nos acadêmicos, as idéias defendidas, e até mesmo a agressividade na colocação dessas idéias, permitiam verificar, então, a existência de um clima — embora em meio restrito, em reduzido círculo — extremamente propício, dentro da relatividade do tempo, a transformações que logo seriam denunciadas na mentalidade brasileira.[1] Claro está que tais transformações, interessando a um número reduzido de pessoas, aquelas que tinham acesso ao estudo, vinculavam-se muito mais a influências externas do que às solicitações do ambiente nacional. Mas é também irrecusável que tiveram um papel importante nesse ambiente, contribuindo para que as formulações de idéias encontrassem suas bases doutrinárias e contribuindo principalmente para que o país fosse interpretado. Não interessa, no caso, indagar, de um ponto de vista formal, se as bases doutrinárias correspondiam às exigências reais do meio, ou se as interpretações, utilizando instrumentos menos apropriados,

conduziam a falsas conclusões em muitos casos. Não poderia ser de outra maneira, e o único caminho inicial teria de ser o da apropriação de instrumentos elaborados no exterior. Sua progressiva adaptação é que as condições do meio lhe permitissem a objetividade necessária.

O impacto das novas idéias, surgidas na transformação social dos fins do século XIX, foi profundo na mentalidade brasileira e teve um papel cujo alcance não foi ainda suficientemente analisado. Ao influxo do positivismo, do evolucionismo, do darwinismo, e de tantos outros caminhos abertos ao pensamento, certos ou errados, fecundos ou infecundos, a rotina do trabalho mental, entre nós, sofre uma brecha, abre-se inteiramente, desarticula-se. É um espetáculo cheio de contrastes, sem dúvida, pleno de desencontros, pontilhado de incidentes, marcado por escândalos — mas é um grande espetáculo. O longo trabalho da clausura colonial, apenas neutralizado pela ação da imprensa, pelos contactos comerciais, conformando, moldando um pensamento subordinado ao colonialismo, enrijecido de fórmulas feitas, de receitas acabadas, começava a esboroar-se. Acutilado de todas as formas, ainda as mais erradas, o soberbo edifício intelectual destinado à eternidade fendia-se de alto a baixo. A ascensão da classe média — a única interessada, naquela etapa, em transformações na sociedade oriunda do longo período de subordinação colonial e da conseqüente uniformidade decorrente da clausura — possibilitaria a intensa curiosidade que então se manifesta.[2]

Entre os instrumentos propícios ao desencadeamento do que era novo — imprensa, parlamento, comícios, centros de estudo — os cursos jurídicos se apresentavam como os mais apropriados ainda. Continuavam a ser, pela sua própria natureza, o trato da legislação e o seu ensino, os mais ativos, dinâmicos e eficientes laboratórios de idéias — tarefa que começavam a repartir com a Escola Militar, ainda por efeito da ascensão da classe média, cujas reivindicações, por vezes informes ou inconscientes, encontravam as maiores resistências na estrutura tradicional do pensamento, moldado ao longo da vida colonial pelo ensino de Coimbra e pela sua projeção brasileira após a autonomia. Não poderia constituir surprêsa, pois, nem a localização do movimento de insurreição mental, nem o campo em que exerceria o seu trabalho primário, de desobstrução dos caminhos, de desmoralização das velhas formulações, de quebra iconoclasta de postulados aceitos porque estabelecidos.[3]

Quando Tobias Barreto afirmava as novas idéias no campo do Direito, levava o combate ao terreno que abrange todos os interes-

ses, em que confluem todas as formulações. E dizia, na firmeza de suas convicções, coisas assim: "O Direito não é uma idéia aprioristica, não é um postulado metafísico, nem caiu dos céus sobre nossas cabeças, não é também uma abstração resultante das leis da evolução, que ainda se acham em estado de incógnitas, mas é a disciplina das forças sociais, e princípio de seleção legal na luta pela existência".[4] Sabia que falava a um meio dotado de acústica reduzida, a uma sociedade em que a divisão em classes era profunda, a que se podia, sem impropriedade, referir uma repartição em castas.[5] Sua aventura intelectual, entretanto, dramática do ponto de vista dos contrastes entre a profunda e insatisfeita curiosidade que o animava e a estreiteza e mediocridade do meio, crescia em importância, destacava os seus efeitos na medida em que trazia ao ambiente de um centro de estudos dos mais enobrecidos do país aqueles problemas e aqueles pontos de vista que haviam despertado as atenções em meio muito diverso.[6]

Dessa aventura, Gilberto Amado disse bem, numa página de indiscutível justeza: "Esse olhar aquilino que atravessa o oceano em busca das ilhas remotas do conhecimento, essa inquietação de quem se não contenta com o que lhe dão e sabe que algo existe de novo que é preciso mirar; a sede de uma nova água, essa ânsia de renovação da planta que quer refecundar-se com sementes de outros climas; esse desejar, esse sentir de longe o que de bom e de grande existe além dos horizontes domésticos, isso que faz os aventureiros, os descobridores, isso era o gênio de Tobias, esse emigrante do conhecimento que parte longe do lar para ver novas terras e descobrir novos mundos.

"Compare-se o que existia antes dele no Brasil e o que depois dele existiu.

"O material que trouxe é imenso. Tudo o que havia de novo no mundo ele transportou nos braços possantes para a aldeia em que vivia.

"Antes dele uma era a idéia que faziam os brasileiros do Direito, da origem da arte, da situação da mulher, da origem do mundo, da origem da sociedade, da origem das ciências, da vida em geral.

"Depois dele alguns indivíduos começaram a ver novos caminhos abrindo-se no horizonte fechado. Novas direções rasgaram-se para os estudiosos e os pensadores.

"Enfim, em meio aos conformados, ele se revoltou. Enquanto todos, ou quase todos, resolviam o seu destino nos miúdos afãs da vida cotidiana, ele partiu na sua longa viagem para as alturas do pensamento, para as fontes da cultura."[7]

Claro está que, num meio como o do Brasil, vinte anos antes do fim do século, uma aventura desse porte não poderia ocorrer sem alterações a que o indivíduo, por melhor dotado, não poderia atender. O que faz importante o acontecimento é a sua adaptação ao meio, a capacidade que este demonstrou para, dentro de suas limitações, acudir ao abalo suscitado, atender, ainda que da parte de grupos reduzidos, ao chamado para as questões novas que eram propostas. Tobias Barreto representa, assim, não apenas um exemplo isolado de grandeza, o que seria pouco, mas um sintoma já muito claro de transformações que não podiam mais esperar, que apareciam à simples observação. Tobias se mostra desatento aos fatos que assinalam, em seu tempo, tais transformações, vez que outra. Mas compreende o sentido geral em que ela se desenvolve. E está fora de dúvida que, apesar de suas dúvidas, de suas fraquezas e de suas contradições, sentiu o crescimento de uma mentalidade nova e lhe transferiu o formidável esforço de que foi capaz.[8]

Ainda que só tivesse exercido tal esforço no campo do Direito, que foi o seu campo específico, o seu papel teria importância destacada.[9] Mas, tendo efetivado, nesse campo, uma tarefa gigantesca, particularmente pela demonstração, que hoje parece trivial mas que era revolucionária para o meio e para o tempo, de que o Direito se gera das condições da sociedade — Tobias expandiu a sua influência ao campo da política, denunciando a origem e o processo histórico das instituições.[10] E, no seu afã de invadir todos os domínios, abalou a crítica e determinou ou ajudou o impulso que corresponderia à integral revisão dos métodos antigos de tratar o problema da arte, e especialmente da arte literária, em nosso país.

Não erigiu nenhum sistema completo, nem deixou uma obra inteiriça e homogênea. O meio não estava em condições de gerar uma síntese, e nem a aceitaria. Borboleteou pelos conhecimentos e, muitas vezes através de erros e de contrastes, abriu as perspectivas de que outros necessitavam, despertou as atenções para rumos diferentes, agitou idéias e orientações, lançando luz sobre aspectos que mereciam análise e pesquisa.[11] Conquanto os estudiosos modernos prefiram datar os primeiros passos da sociologia no Brasil da atividade dos positivistas na Corte, a verdade é que em Tobias o tratamento sociológico dos problemas é muito claro e nos autores que cita e que realmente freqüentou vamos buscar, ainda hoje, os princípios que fundamentam a ciência a que o século XIX deu tanto de suas características.[12] Ele não apreciava apenas aqueles autores que trabalhavam as ciências do homem e as da sociedade — de Herbert Spencer a Comte, de Comte a Marx. E em que meio e em

que tempo realizou esse milagre? Num tempo e num meio em que apenas duzentos mil brasileiros participavam da atividade política.[13]

Se o número de pessoas que se interessavam, ou que tinham o direito de interessar-se e de participar dos atos políticos era reduzido — e mais reduzido ainda o das que podiam ser objeto de escolha — o círculo dos que cogitavam de matéria intelectual, no domínio das letras ou daquilo em que elas são auxiliares, era demasiado estreito para que uma atividade como a de Tobias Barreto encontrasse a ressonância que a qualidade por si só impunha. Se tal atividade não se tivesse exercido em um dos centros específicos de elaboração intelectual, e se ela, além de projetar-se em discípulos e seguidores, não tivesse permanecido através do tempo, crescendo com as gerações que se sucediam, o seu interesse teria sido ainda mais reduzido. Julgá-la, pois, pelo que representou isoladamente é um erro. Como erro existe na condenação liminar de tal atividade porque incompleta, desencontrada, contraditória. Tobias Barreto, e todos os que, em meio século, seguiram alguns dos caminhos por ele abertos ou indicados, não foi um construtor de sistema, um elaborador de doutrina — foi um agitador de conhecimentos.

Na sua agitação, como na dos que se seguiram à sua atividade, teria de haver, e houve, muito de agressivo e até de descomedido. A inércia do meio era enorme, acentuada a refratariedade ao novo, a tudo o que exigisse, embora de forma diminuta, qualquer esforço de compreensão. Os processos de elaboração mental eram demasiado simples, e até mesmo sistematizados por uma inflexível rotina. A resistência que apresentariam não poderia deixar de ser grande. Contra essa resistência é que se atiram os portadores de alguma idéia renovadora, em controvérsias, polêmicas e incidentes tempestuosos que pontilham a vida do tempo. Choques em que a equação pessoal teria um papel, sem dúvida alguma, mas que, pela sua repetição, denunciam um ambiente. E que traduzem também o aspecto individual do saber, a tendência, própria do tempo, em ferir o adversário ao combater os seus pontos de vista.[14] Com todas as suas inevitáveis deficiências, a tarefa de Tobias Barreto e de todos os que o seguiram e imitaram traduziu um novo sentido na vida intelectual, o do debate das idéias, o da agitação doutrinária. Esse clima é que se alastra a todos os centros urbanos do país onde havia qualquer possibilidade para que encontrasse repetição ou efeito. E o criticismo, em última análise, uma atitude renovadora diante dos conhecimentos, uma posição de debate que se amplia a todos

os campos em que se diversifica a atividade intelectual. Em todos eles repontam os sinais da intensa luta que se trava, cujo traço geral é o da apropriação, por parte de uma classe média em desenvolvimento, e por parte de uma classe dominante que muda de fisionomia e de posições, particularmente na região cafeeira do Centro-Sul, de instrumentos que a transplantação lhes proporciona, e de que se utiliza, com propriedade ou sem ela, inteiramente ou com adaptações.

Nesse ambiente é que se pode compreender o papel de Sílvio Romero, que não é apenas um historiador da literatura mas um agitador de idéias, invadindo todos os campos do conhecimento, intervindo em todos os setores e, mais do que isso, exercendo uma militância intelectual que foi um dos aspectos mais expressivos de sua personalidade e dos mais característicos.[15] Essa militância se traduz não apenas numa participação política continuada, que se estende até à luta partidária, mas no interesse constante com que acompanha o desenvolvimento de todos os grandes e graves problemas do tempo, mesmo aqueles aparentemente mais distanciados do setor em que trabalha.[16] O traço da participação, que não é peculiar a Sílvio Romero, mas geral, existindo em Tobias Barreto e em quase todos os grandes escritores do tempo — e por isso é que tem importância — corresponde à necessidade em que se encontram as forças novas que começam a figurar no ambiente brasileiro de mobilizar todos os seus elementos, inclusive os intelectuais, para formular as suas reivindicações, de tal sorte tais reivindicações se aprofundam ou se generalizam, atingem aquela maturidade que exige a sua transformação em reformas.

Ainda no caso do crítico sergipano, o que é preciso pôr em evidência, no balanço dos seus serviços, é menos o acerto de suas inclinações, a verdade absoluta ou relativa dos seus pontos de vista, do que a multiforme atividade, que se extrema, que se desmanda, que se apaixona, ora aqui, ora ali, ora de um lado, ora de outro lado, e que, assim, vai rasgando horizontes, chamando a atenção de todos, com estardalhaço, para doutrinas novas, despertando interesse para correntes que surgem, reativando velhos problemas e colocando novos problemas. Não importa, no referido balanço, o que existiu de pessoalmente contraditório e até o que existiu de individualmente errado nas posições do crítico. Trabalhando com a ciência do seu tempo, e até buscando, infatigavelmente, manter-se em dia com ela, Sílvio Romero, como tantos outros escritores do seu tempo no Brasil, adotou teorias errôneas, apaixonou-se por rumos falsos, aceitou como verdadeiro o que viria a denunciar-se como

mentiroso, hesitou entre direções as mais diversas, incapaz para a sistematização, menos por deficiência própria do que por deficiência do meio, em que era apenas um pioneiro, um abridor de caminhos, um indicador de rumos.[17]

Sílvio Romero, como Tobias Barreto, provinha de uma classe que começava a travar as suas primeiras batalhas e juntava os seus esforços aos elementos da classe dominante que necèssitavam a transformação parcial da estrutura vigente no sentido de lhes facilitar o desenvolvimento dos interesses — elementos que, consciente ou inconscientemente, representavam o que de novo começava a ganhar corpo no próprio terreno da agricultura, com a introdução e a ampliação de relações capitalistas no campo, particularmente nas zonas em que o café, abandonando o escravo, valia-se do colono imigrado, forjava um mercado interno e fornecia os saldos destinados a uma indústria de bens de consumo que começava a avultar, ao mesmo tempo que exigia e obtinha a alteração no sistema de transportes, com as ferrovias, no sistema bancário, com os financiamentos, no sistema portuário, com o aparelhamento dos ancoradouros, no sistema de trocas externas, com a organização dos exportadores. Nesse sentido, Sílvio Romero expressava, inclusive na sua incontida e profunda curiosidade, os anseios e os estímulos de tudo o que, no Brasil, começava a denunciar as transformações do fim do século, acabadas no início do seguinte. Daí também a sua necessidade de participação política, a maneira com que intervém em todos os terrenos e em todos os temas, desde os mais simples e especializados aos mais complexos e amplos.

Nessa participação ativa e dentro das possibilidades do tempo e do meio, os serviços que presta são dos mais importantes. Oscilando entre as conclusões que lhe forneciam os mestres externos, a que se submete quase sempre apaixonadamente, e os ensinamentos que lhe provêm da observação do quadro em que vive, comete erros graves mas assinala, com a sua profunda intuição, traços de uma realidade indesmentida. Serve-se daquilo que lhe ensinam os livros de fora e acredita no etnografismo, no tropicalismo, no que lhe dizem os seus Buckle, os seus Taine, os seus Le Play, quando não os seus Comte e os seus Spencer, admite os critérios da hereditariedade como preponderantes, inclina-se para o mito da "arianização", aceita um mundo de falsidades cujos fundamentos não examina. Mas examina o problema da abolição com um critério próprio e objetivo, que o faz incompreendido; mostra os perigos do imperialismo, com uma clareza surpreendente para o tempo;

indica os obstáculos ao desenvolvimento na presença de uma estrutura arcaica de produção. Mais do que isso: volta-se para as fontes mais puras da criação literária, fundamenta um pensamento nacionalista inequívoco, combate a imitação servil dos modelos literários externos.[18]

Nesse homem que percorre tantos caminhos há que assinalar ainda a devoção literária, a importância que confere à criação artística. Nem um só momento, numa longa atividade de investigação, pontilhada de artigos, livros, polêmicas, discursos, a literatura deixa de ser o centro de gravidade de seu interesse. Nela está a sua contribuição específica. E nela, inquestionavelmente, abre clareiras enormes. Em primeiro lugar, porque acumula um material imenso, certamente heterogêneo, e muito submetido à paixão e ao gosto pessoal, mas que não encontrará paralelo, e permanecerá como a maior das fontes de que terão de servir-se os que vierem depois. Podemos imaginar as dificuldades dessa acumulação, pelo simples confronto com as condições do tempo. São nomes, muitos nomes, "nomes em penca" como dirá Veríssimo, mas Sílvio Romero procede a um arrolamento até aí só feito pelos dicionaristas, pelos bibliógrafos e, com isso, salva do esquecimento, quando não situa e aprecia devidamente, muitos daqueles que, sem o seu esforço, teriam ficado esquecidos ou pelo menos indevidamente situados.

Em segundo lugar, e pela primeira vez de forma sistemática no que se liga à manifestação literária, conserva uma fidelidade exemplar às fontes populares, acolhe-as nos seus textos, estuda todas elas e discrimina os valores que representam. Sente que a arte literária deve ter raízes no povo e deve traduzir o sentimento nacional, o ambiente nacional, os traços nacionais. Os seus trabalhos folclóricos são pioneiros, em muitos sentidos, e obedecem ao critério de ligação com a formulação literária. Não são apreciados no espaço, sem algum sentido útil, sem finalidade, pelo prazer do conhecimento. São acolhidos com interesse pelo que revelam, e levados para a interpretação e não apenas objeto de um colecionamento indiscriminado.

Em terceiro lugar, e fundamentalmente, Sílvio Romero entende, pela primeira vez entre nós, a literatura como uma das manifestações da sociedade. Não a aprecia como fato isolado, arbitrário, produto apenas da imaginação. Sabe que ela traduz a realidade, corresponde a uma das mais profundas manifestações coletivas. Busca, por isso, apreciar, com os critérios ao seu alcance, tudo o que influi na manifestação literária, a sua elaboração, o seu desenvolvimento, a influência do meio. E manifesta, em muitos pontos,

a sua convicção sobre o condicionamento social da arte literária. Apaixona-se pela idéia, que está presente em todas as suas páginas, da criação de uma literatura nacional, autônoma, voltada para a realidade do país, e compreende, apesar de seus erros de visão, ainda nesse terreno, as dificuldades que se apresentam à concretização daquilo que tanto deseja. Muitas vezes, e quase sempre com propriedade, indica aquelas dificuldades e situa precisamente as deficiências que nos impedem, no seu tempo, de formular de maneira nitidamente brasileira os nossos pensamentos e de dar à criação artística o toque próprio, que a torna inconfundível, que lhe confere a marca da nossa terra e da nossa gente.[19]

Por tudo isso, a obra vasta e multiforme de Sílvio Romero está viva. Sua incansável atividade, sua dedicação à literatura, não ficaram perdidas. Como todos os pioneiros, teve deficiências enormes, erros indiscutíveis, desvios apaixonados, que devem ser vistos à luz das condições do tempo e do meio em que trabalhou. Ninguém, entretanto, realizou, no curto espaço de uma existência, e sob dificuldades tão grandes, uma obra de tal porte. Sílvio Romero não pode, evidentemente, ser apreciado segundo a paixão de seus julgamentos, a deficiência de sua crítica, as falhas de seu método histórico. O saldo de tudo o que fez é dos maiores já alcançados por um pesquisador entre nós.[20]

É do seu tempo Tristão de Alencar Araripe Júnior, crítico, ficcionista e biógrafo, observador cuidadoso e anotador seguro não só do movimento literário que testemunhou, mas de alguns outros aspectos mais distantes.[21] Pesquisador atento, Araripe Júnior fornece um quadro bastante apreciável do desenvolvimento das letras brasileiras em seu tempo, particularmente quanto ao naturalismo. Diversa da de Sílvio Romero, a sua crítica se amplia em outro sentido, permanecendo muito mais no campo específico da literatura. Seus trabalhos sobre Gregório de Matos e Alencar, consideradas as dificuldades do tempo, particularmente quanto ao primeiro, continuam a servir aos estudiosos, e as restrições que Veríssimo fez à obra de Araripe Júnior parecem hoje injustificadas no essencial. Estreando cedo, os seus contos e romances, com que inaugura uma prolongada atividade literária, foram relegados ao esquecimento, com justiça. Não seria na ficção que Araripe Júnior daria a medida de sua capacidade. Tal ficção, entretanto, que conserva laivos do naturalismo, representa um exemplo da mistura da nova escola com o regionalismo, bem assim um exemplo do avanço do influxo romântico na maioria das criações naturalistas. O criticismo do fim do século, desencadeado pelo movimento de

Recife, teve no escritor cearense uma de suas figuras mais expressivas. A análise da obra literária começa, com ele, a desprender-se da simples apologética, a desligar-se do campo biográfico, ao mesmo tempo que se alimenta de novos processos. Se não os aprofundou, de sorte a marcar a sua posição como destacada, Araripe Júnior abriu um caminho cujo começo era difícil e mereceria um apreço maior do que o que vem recebendo, quando é pouco mais do que desconhecido.

O criticismo teria em Martins Júnior outra personalidade sugestiva.[22] A tentativa de criar uma poesia científica, traduzida particularmente pelo trabalho *A Poesia Científica, Escorço de Um Livro Futuro*, aparecido em 1883, vale muito mais como sintoma do que em si mesma, evidentemente, mas aquele culto, embora artificial e forçado, do positivismo, dos postulados filosóficos, das conquistas novas do conhecimento em todos os campos, traduzia a ânsia reformadora do tempo. Ainda que em suas realizações Martins Júnior não atingisse nível apreciável e acabasse por inutilizar o próprio esforço, o seu papel teve algum relevo no tempo e representa um dos aspectos mais característicos do largo movimento que estabeleceria novos rumos nas letras brasileiras.

Artur Orlando e Clóvis Beviláqua, continuando a tradição de Tobias Barreto, estabeleceriam normas novas na interpretação do Direito. A ação de bacharéis, de jurisconsultos, de professores de Direito nem só pelo que continha de elemento intelectual estava ligada às letras, numa fase em que a atividade literária não estabelecera ainda um campo específico de desenvolvimento, porque não se dispensavam os representantes mais destacados das profissões liberais de um conhecimento literário que, neles, constituía um ornamento, um instrumental auxiliar, destinado a multiplicar o brilho da palavra escrita ou falada a que se julgavam obrigados. Em Clóvis Beviláqua isso vai mais longe, porém, pois os seus trabalhos no campo específico da literatura estão longe de merecer esquecimento, e mesmo outros, como a história da Faculdade de Direito do Recife, são fontes indispensáveis não só ao conhecimento biográfico mas ao conhecimento das características do meio e do tempo.[23]

A crítica receberia um poderoso influxo do movimento renovador empreendido na escola do Recife. No conjunto desse movimento não deve ser esquecida a figura de Aderbal de Carvalho, que aparece, em 1894, no Maranhão, com um estudo apreciável, *O Naturalismo no Brasil*. E merecem especial menção dois críticos que excederam os domínios literários, embora neles deixassem também

contribuições dignas de apreço. Um deles foi Tito Lívio de Castro, talvez por demais valorizado em vida, como muito relegado ao esquecimento depois.[24] Seu trabalho, *A Mulher e a Sociogenia*, de 1887, apesar dos exageros, lança muita luz sobre o desenvolvimento das idéias na época; na imprensa paulista deixou, além disso, uma contribuição crítica interessante, inclusive a respeito do romance psicológico. Morrendo aos vinte e seis anos, Tito Lívio de Castro não teve tempo senão para esboçar uma obra — mas está fora de dúvida que esse esboço precisa ser consultado. Outro foi Solidônio Leite, erudito, pesquisador, crítico muitas vezes preciso, cuja obra numerosa e variada foi condenada a um segundo plano de todo imerecido.[25]

O criticismo invadiu os domínios da história, ainda, e a maior figura, nesse terreno, e aquela em que o sentido novo está mais presente, foi Capistrano de Abreu.[26] Crítico, e excelente crítico, no início de sua atividade intelectual, dono de alguns trabalhos que não podem ser obscurecidos, e até indicador de alguns rumos e orientações que esclarecem várias faixas da nossa história literária, como a propósito das fontes do indianismo, foi no campo da história, entretanto, que Capistrano de Abreu realizou a parte mais ampla de sua tarefa, a parte que lhe assegurou uma consideração intelectual muito alta entre nós. A obra histórica de Capistrano de Abreu não foi ainda submetida à indispensável revisão para distinguir nela o que foi simples e notória aventura de erudição daquilo que foi análise e interpretação original. Tão somente como crítico de letras, entretanto, mereceria inclusão em qualquer súmula a respeito.

Tem sido apoucada, ainda no terreno da história, a contribuição de Manuel Bonfim.[27] Apesar de suas paixões, de seus desvios e de suas deficiências, a obra histórica do escritor sergipano oferece muitos pontos dignos de estima.[28] E, de qualquer maneira, Bonfim, como Capistrano, menos este do que aquele, retiram a narração histórica do nível meramente cronológico, a que vinha sendo reduzida, e buscam analisar os acontecimentos. Existe na obra de ambos, e mais na de Bonfim, embora também excedendo a outra em fecundidade de orientações, a preocupação em colocar determinados problemas do passado que vinham sendo objeto de simples descrição. A obra de ambos está ainda plena de contradições, e até mesmo em conseqüência da heterogeneidade das fontes a que subordinavam as suas interpretações, desligando-as de qualquer sistema. Não foi um lado específico dos historiadores, porém. Em campo algum existe sistematização — mas em todos os campos

a curiosidade se amplia, surge uma renovação de conceitos, abre-se uma perspectiva inédita. Os homens do tempo, ainda os mais dotados, não estão em condições de erguer um edifício, mas reúnem os materiais e preparam o terreno, fecundando-o com o tratamento que dão aos temas que escolhem.

NOTAS AO CAPÍTULO 8

1 "O ano de 1868 foi o começo de uma época. O assunto social — defesa do negro, que substitui afinal o indígena, na poesia abolicionista, uma soberba curiosidade pelo movimento científico da Europa, quando Tobias Barreto, com os *Estudos Alemães*, vulgariza a filosofia materialista que lá se aparelha, o seu direito, as novas concepções do mundo, o positivismo de Augusto Comte — com a sistematização dos conhecimentos, a lei dos três estados, a sua especulação política, culminando em religião leiga, e de autoridade — introduzido triunfalmente nos meios militares, pelos professores de Matemáticas, o laicismo liberal de Gambetta, Jules Ferry, Castellar — varrem as famosas nuvens do romantismo. Instalam o cetismo da década de 80, a anarquia mental de um período de 'boêmia do espírito', o seu negativismo religioso, e republicanismo, como necessidade de demolir-se a estrutura do Estado, também a imitação das paixões de 1848, na campanha contra o 'terceiro reinado' ou o francês Conde d'Eu; o economismo, *saint-simonismo*, industrialismo, no campo das atividades de progresso; aceitação fácil de todas as teorias; evolucionismo de Haeckel, simbolismo de Baudelaire, realismo de Zola, ódio ao dogma, repúdio da tradição imperial; chiste, chalaça, indiferença em relação aos 'consagrados' nos tumultos de uma indistinta ansiedade pelas reformas indefinidas." (Pedro Calmon, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940, pág. 325 e 326).

2 "Este o homem que a mocidade esperava. A mocidade não queria apenas um jurista, um sabedor de textos, um profissional, mesmo ilustre, do Direito, mas um jurista-filósofo, um dominador de idéias gerais, um revelador de concepções, um descobridor de tomadas de corrente do pensamento. Seu processo de libertação intelectual fazia-se aos pedaços, através de leituras esparsas, não raro contraditórias. Faltava-lhe sistema. Faltava-lhe a visão conjunta do homem e da natureza, da maneira por que estas duas realidades se explicavam, se completavam, se comunicavam e se moviam, já que o dualismo estava morto, já que o céu ficara vazio. Faltava, enfim, quem lhe atirasse, a essa mocidade, a *palavra simbólica*, a palavra em que se lhe concretizassem as convicções, os sonhos, os ideais." (Hermes Lima, *Tobias Barreto, A Época e o Homem*, S. Paulo, 1939, págs. 207 e 208).

3 "Abrira-se o concurso para professor substituto da Faculdade. Foi o concurso de Tobias Barreto. Eu já havia iniciado os meus estudos na

Academia. O que me ensinaram de Filosofia do Direito, eu não entendia. Era superior ao meu preparo, e professado sem clareza, sem o fluido da comunicação. José Higino, o pesado, mestre spenceriano, nos enjoava e nós não o entendíamos. A outra matéria era o Direito Romano, mais compreensível, porém que professor calamitoso era o velho e ridículo Pinto Júnior! O concurso abriu-se como um clarão para os nossos espíritos. A eletricidade da esperança nos inflamava. Esperávamos, inconscientes, a coisa nova e redentora. Eu saía do martírio, da opressão para a luz, para a vida, para a alegria. Era dos primeiros a chegar ao vasto salão da Faculdade e tomava posição junto à grade, que separava a Congregação da multidão dos estudantes. Imediatamente Tobias Barreto se tornou o nosso favorito. Para estimular essa predileção havia o apoio dos estudantes baianos ao candidato Freitas, baiano e cunhado do lente Seabra. Tobias, mulato desengonçado, entrava sob o delírio das ovações. Era para ele toda a admiração da assistência, mesmo a da emperrada Congregação. O mulato feio, desgracioso, transformava-se na argüição e nos debates do concurso. Os seus olhos flamejavam, da sua boca escancarada, roxa, móvel, saía uma voz maravilhosa, de múltiplos timbres, a sua gesticulação transbordante, porém sempre expressiva e completando o pensamento. O que ele dizia era novo, profundo, sugestivo. Abria uma nova época na inteligência brasileira e nós recolhíamos a nova semente, sem saber como ela frutificaria em nossos espíritos, mas seguros que por ela nos transformávamos. Esses debates incomparáveis eram pontuados pelas contínuas ovações que fazíamos ao grande revelador. Nada continha o nosso entusiasmo. A Congregação humilhada em seu espírito reacionário curvava-se ao ardor da mocidade impetuosa. Prosseguíamos impávidos, certos de que, conduzidos por Tobias Barreto, estávamos emancipando a mentalidade brasileira, afundada na teologia, no direito natural, em todos os abismos do conservantismo. Para mim, era tudo isto delírio. Era a alucinação de um estado inverossímil que eu desejava, adivinhava, mas cuja realização me parecia sobrenatural. Tobias Barreto fez a sua prova de preleção oral. O orador atingiu para a minha sensibilidade ao auge da eloqüência. Quando terminou, recebeu a mais grandiosa manifestação dos estudantes, a cujo entusiasmo aderiram os lentes unânimes. [...] São passados mais de quarenta anos desse grande choque mental, e ainda ressinto em mim as suas inefáveis vibrações. Por ele me fiz homem livre. Por ele saí dos nevoeiros de uma falsa compreensão do universo e da vida. A lição de Tobias Barreto foi a de pensar desassombradamente, a de pensar com audácia, a de pensar por si mesmo emancipado das autoridades e dos cânones. A sua primacial ação foi destrutiva. Naturalmente. No Brasil há sempre muito que destruir. Mas ao mesmo tempo que a sua crítica destruía, novas perspectivas surgiam para a cultura, novas bases para a inteligência se firmavam. Para se avaliar o que foi a ação de Tobias Barreto, basta atender o que eram os estudos de Direito antes dele e depois dele. Saíamos da disciplina de Brás Florentino, de

Ribas, de Justino, para as lições de tantos mestres emancipados. O Código Civil Brasileiro, construção de Clóvis Beviláqua, se filia à inspiração de Tobias. A crítica se renovou por ele. Sílvio Romero, Araripe e o próprio José Veríssimo são seus discípulos. A nossa mesquinha filosofia, o que tem de mais inteligente, vem da libertação do grande mestre do pensamento livre. Ainda hoje se pode dizer como se disse de Kant, que voltar a Tobias é progredir. [...] Onde Tobias Barreto não vacilou, foi na repulsa do Direito natural. Para ele, o Direito não é anterior à sociedade, é um produto cultural desta. Só por isso, o seu serviço ao pensamento jurídico foi incomensurável. Caiu por terra toda a construção errônea do Direito e no Brasil entrou uma rajada de pensamento livre, de cultura moderna, que fecundou numerosos espíritos e está se desenvolvendo na insurreição mental que leva de vencida as reações de toda ordem. Ninguém trouxe tamanha contribuição à cultura neste país. Pela vastidão da inteligência, pela atualidade da orientação, pelo realismo no pensamento, pela instrução dos novos valores científicos e literários, pelo desassombro, pela dialética, Tobias Barreto foi o maior homem do Brasil até hoje, não excedido, nem mesmo igualado por nenhum outro." (Graça Aranha, *O Meu Próprio Romance*, S. Paulo, 1931, págs. 147 a 154).

4 Tobias Barreto, *Questões Vigentes*, Rio, 1926, pág. 125.

5 "Entretanto podeis perguntar-me como far-se-á que cheguemos ao alvo que nos propondes, nós outros homens do quarto pela maior parte, do terceiro e segundo estado, operários, artistas, homens de letras, que nada temos, que nada somos, visto como os nossos direitos se acham seqüestrados nas mãos de meia dúzia de felizes, constituídos nossos depositários? A pergunta seria grave, porém teria resposta. É certo que, a despeito de todas as aparências e exteriores constitucionais, a sociedade brasileira em sua generalidade, e mais visivelmente, em particular, num ponto dado, é uma sociedade de privilégios, senão criados pela lei, criados pelos costumes, de cujos dislates a lei é cúmplice, não lhes opondo a precisa resistência. Debalde se fala de uma *indistinção civil*, a não serem as diferenças produzidas pelos talentos e virtudes, quando verdade é que o talento e a virtude não servem para marcar distinção entre os indivíduos, considerados como frações sociais. O denominador comum é a fidalguia, ou o seu sub-rogado — o dinheiro. É certo que a nossa população se acha dividida não somente em classes mas até em castas." (Tobias Barreto, "Um Discurso em Mangas de Camisa", *apud* Hermes Lima, *op. cit.*, pág. 292).

6 "Tudo lhe interessa, nada do que é humano e sobre-humano o deixa indiferente, em tudo quer tocar, tudo quer ver e sentir. De tudo quer entender. Para tudo tem uma opinião. Em tudo se quer meter. Sua curiosidade é universal. Sua aptidão a aprender, ilimitada. Sua capacidade de vibrar, prodigiosa na mocidade, se conserva na mesma tensão até a morte. Aos 18 anos, numa aldeia perdida no sertão de

Sergipe, sabia latim, falava e escrevia latim, lia e ensinava francês e inglês.

"Ao chegar a Pernambuco, tendo lido em Taine que toda a cultura vinha da Alemanha, aprendeu o alemão no interior da província, numa cidadezinha onde nada propiciava a cultura e o estudo. E tudo passou pelas suas mãos e tudo entrou na sua memória.

"Começou a estudar Direito já homem feito, não para *advogar*, mas para saber o que era Direito.

"Era um homem para quem o estudo das causas era o primeiro dever: saber de onde vimos, saber onde estamos, para onde vamos. Os livros, os autores do seu país não o diziam. Ninguém do seu tempo, no seu meio, se preocupava com isso: tratou então de procurar o que queria onde pudesse encontrar.

"Ao chegar à cultura alemã, ficou como louco, delirante de alegria, como uma criança que encontra numa loja brinquedos em profusão.

"E então começou a tirar da prateleira e a arrebanhar para casa tudo o que podia para mostrar às outras crianças que tinham ficado na aldeia e não encontraram o que ele vira e encontrara.

"Febrilmente, entrou a querer pôr em contacto o seu tempo e o seu meio com as maravilhas que o deslumbraram, a encher o meio de tudo o que viu, o que sentiu, o que aprendeu: o que se dizia de Deus, o que se dizia do céu, o que se dizia da terra, o que se dizia do homem, o que se dizia da sociedade, o que se dizia do Direito, o que se dizia da matéria, o que se dizia da arte, e o que se queria dizer com o que se dizia.

"Viajante que saiu do pago e voltou carregado de presentes, distribuiu aos seus o que adquirira, belas coisas e coisas sem importância, diamantes e lantejoulas, estrelas do céu e papel pintado, tudo que brilhava, que o encantava e que podia encantar os outros.

"A indiferença do meio o irritava. Sofria como o pregoeiro de novidades que não acha compradores, como o anunciante que não faz clientela.

"Quando alguém se aventurava a trazer alguma coisa nova, entrava a depreciar a concorrência, a mostrar que o produto apresentado não era de lei, não tinha sido adquirido na fonte, que era contrabando." (Gilberto Amado, *A Dança Sôbre o Abismo*, Rio, 1952, págs. 177 e 178).

7 GILBERTO AMADO, *op. cit.*, pág. 181.

8 TOBIAS BARRETO DE MENEZES (1839-1889) nasceu em Campos, província de Sergipe, filho de um mestiço, escrivão de órfãos e ausentes. Fez os primeiros estudos na terra natal, continuando-os em Estância, onde esteve na aula do padre Domingos Quirino, e em Lagarto, onde, aos quinze anos, ganhava o título de professor substituto de Latim. Encontrara, diz um biógrafo, "profissão compatível com a dignidade de um homem livre, embora pobre. No sertão patriarcal, escravocrata e analfabeto de Sergipe, graças ao latim, língua de luxo, abria o caboclinho

sem eira nem beira a primeira brecha no muro que o separava do pessoal fino e dirigente. Conquistara um brasão tornando-se familiar de Virgílio". Em 1861, transfere-se à Bahia, com o intuito de fazer-se padre, profissão de gente humilde naquele tempo. Incompatibilizado por temperamento com o ambiente do seminário, segue estudando, com os recursos que lhe vêm do lar paterno. Quando estes se esgotam, regressa a Campos, para nova tentativa, adiante, em Recife, de retomada de estudos. Em 1865, perde um concurso de Latim no Ginásio Pernambucano; em 1867, vencendo o concurso de Filosofia, outro é nomeado em seu lugar. Matriculado na Faculdade de Direito, trava áspera polêmica com Castro Alves, ídolo da mocidade acadêmica, em 1866. Dois anos depois, o mulato pobre tenta o impossível, o casamento com Leocádia Cavalcanti, da nobreza pernambucana, a que a família desta se opõe violentamente. Pouco antes de bacharelar-se, casa-se com uma filha do chefe liberal do município de Escada, para onde se retira, assim formado. É o decênio de vida provinciana e apagada, que tentará sacudir de todas as maneiras, chocando o meio estreito que o asfixia. Deputado à assembléia provincial, por força do prestígio do sogro, cedo se incompatibiliza com este, com o presidente da província, com o partido. É em Escada que publica os seus primeiros trabalhos e onde abre o seu "leque de pavão", o germanismo, lançando um jornal escrito em alemão. Retorna ao Recife e, em 1881, lança-se ao concurso para professor na Faculdade de Direito, que o consagra mas que o indispõe também com os colegas e com o meio, indisposição que Tobias agrava por todos os modos. São oito anos de atritos e de lutas, ao fim das quais, doente, atribulado, está reduzido à situação de "pensionista da caridade pública", e morre aos cinqüenta anos. Em menos de uma década, na Faculdade, entretanto, influi poderosamente no espírito dos discípulos, elabora uma obra desigual mas imponente para a época, abre novos caminhos ao Direito, vareja todos os campos do conhecimento, opina sobre todos os problemas e traduz as grandes transformações do seu tempo. Suas obras completas foram publicadas, em 1926, por iniciativa do governo sergipano. Cheias de contradições embora, assinalam uma etapa nova na inteligência brasileira.

9 "Dos produtos culturais, aquele com que Tobias de preferência se ocupou foi o Direito. Ao estudo de sua gênese, de sua história, aplicou então as idéias evolucionistas, de modo que o Direito de uma nação aparecia ligado no tempo ao seu processo social de desenvolvimento: Direito, não 'presente divino', mas 'um invento, um artefato, um produto do esforço do homem para dirigir o homem mesmo'.

"Este modo de entender o Direito implicava o reconhecimento de uma ciência dos 'fatos humanos', uma 'ciência do homem; não seguramente do homem' ser à parte 'obra da mão de Deus', mas do homem 'fenômeno natural, como outro qualquer' porque 'o homem do Direito não é diverso do da zoologia'." (Hermes Lima, *op. cit.*, págs. 134 e 135).

10 "Quanto a mim, creio que a coisa pode ser discutida de um modo muito mais simples. Quando se diz que o poder moderador foi um fruto da razão e da lógica é mister não esquecer que esta razão e esta lógica pertenciam a certos homens, e estes homens a uma certa época. Em outros termos, a teoria em questão não pode ser considerada à parte do espírito que a concebeu, nem do meio social em que ela se produziu. As idéias também têm a sua biografia. O que se costuma às vezes chamar a força da lógica é apenas a necessidade dos tempos." (Tobias Barreto, *op. cit.*, pág. 217).

11 "Faltava-lhe o gosto para os detalhes, para as análises morosas e percucientes, falecia-lhe a tenacidade para levar a termo uma obra de certa amplitude, cuja construção demandasse uma contensão de espírito prolongada por longos meses, a vista sempre detida num mesmo círculo de idéias. Surgia-lhe a concepção, a descarga das forças criadoras leva-o febril à produção, mas aliviado daquela necessidade psíquica, enfastiava-o o prosseguir no mesmo caminho e ansiava por velejar em outros mares e aspirar outros perfumes." (Clóvis Beviláqua, *Juristas-Filósofos*, Rio, 1909, pág. 112.)

12 "Não sem alguma arbitrariedade pode-se tomar a data de 1878, em que Benjamim Constant fundou a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, como aquela em que se iniciam entre nós os estudos academicamente definidos como do domínio da disciplina sociológica." (A. Guerreiro Ramos, *Notas Para Um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil*, Sep. da revista *Serviço Social*, ano XIV, n.º 72, S. Paulo, 1954, pág. 55.)

13 "Em 1889 o eleitorado do Brasil se compunha de 200.000 eleitores. Hoje [1916] se comporá de 600.000. Mas os elementos que o constituem são os mesmos. São nas capitais os funcionários públicos da União e dos Estados; nas vilas e cidades do interior os funcionários do Estado e dos municípios, comerciantes, empregados particulares, pequenos lavradores, enfim homens a que falta uma consciência cívica, de todo alheios ao conhecimento das questões do Estado, tendo da pátria uma noção vaga, imprecisa; por ela serão capazes dos maiores sacrifícios, sem saber porquê — é a terra onde nasceram e onde vivem e da qual não recebem nenhuma impressão certa senão a do orgulho de a saber grande no território, bela na paisagem, esplêndida na luz do sol, gloriosa na força das suas maravilhas naturais, tal qual como o brasileiro do primeiro reinado.

"Claro que não é esse corpo eleitoral a base em que assenta a República. A República não pode deixar de ser portanto, como eram a monarquia, senão os advogados que ano a ano saem, às multidões, das Faculdades de Direito; os médicos, os engenheiros, os doutores, enfim os antigos senhores nas suas descendências arruinadas; os filhos dos escravos, dos mestiços, dos mulatos distribuídos pelas funções públicas, pelas carreiras liberais.

"Se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo coletivismo, não sonhado pelos comunistas,

pois assenta no tesouro público, veremos que ele tem, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que, tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e brancos julgar-se-iam desonrados nele. Quando não possuíam engenhos nem fazendas e, como assinala Joaquim Nabuco no *Abolicionismo*, não logravam por meio de um casamento rico vincular-se às famílias proprietárias que os levavam à política, aos cargos da administração pública, à direção do país, haviam de resignar-se às carreiras obscuras de advogado da roça nas cidades do interior, magistrados mal remunerados, funcionários públicos enfim. O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprego público que o novo regime não pôde conjurar, antes acoroçoou, porque não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos." (Gilberto Amado, *Grão de Areia e Estudos Brasileiros*, Rio, 1948, págs. 39 a 41.)

14 Choques como o que ocorreu quando da defesa da tese por Sílvio Romero, em 1875, quando se travou o seguinte diálogo:

"— Nisto não há metafísica, senhor doutor, há lógica.

"— A lógica não exclui a metafísica.

"— A metafísica não existe mais, senhor doutor. Se não sabia, saiba!

"— Não sabia...

"— Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.

"— Foi o senhor quem a matou?

"— Foi o progresso, foi a civilização!"

Ao que, levantando-se, Sílvio Romero atirou aos examinadores as últimas palavras:

"— Não estou para aturar essa corja de ignorantes, que não sabem nada."

(Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2 vols., Rio, 1927, t. I, págs. 212 e 213.)

Ou como aquele em que se envolveu Artur Orlando, ao defender tese, diante da mesma Congregação, sobre a ciência de seres vivos, baseando-se num conceito de Eduardo Stransburger, e acrescentando:

"— Se entendem isso, tanto melhor; caso, porém, não entendam, não é culpa nossa. Talvez nos perguntem quem é esse Sr. Eduardo Stransburger? Só podemos responder que não é lente da nossa faculdade, nem candidato à deputação geral." (Artur Orlando, prefácio às *Questões Vigentes* de Tobias Barreto, Rio, 1926, pág. XVI.)

Já em 1875, Domingos Guedes Cabral, médico baiano, escolhera para sua tese inaugural o tema *As Funções do Cérebro*, fundada nos conceitos do naturalismo filosófico. Era um brado das novas idéias num

dos recintos mais retrógrados do país. A tese foi recusada e forçado o seu defensor a propor outra, *Qual o Melhor Tratamento da Febre Amarela?*, mas a mocidade acadêmica fez publicar o primeiro trabalho do inovador audacioso. (Carlos Sussekind de Mendonça, *Sílvio Romero — Sua formação intelectual, 1851, 1880*, S. Paulo, 1938, pág. 179.)

15 "Sílvio Romero parecia antecipar de maneira curiosa a tendência dos tempos modernos para afastar do espírito a sua ingênua gratuidade. Como se as idéias não fossem, no seu tempo, puras abstrações, um jogo da inteligência especulativa — uma teorização ligada à vida, apenas, por suas conseqüências remotas. Não pressentiu — como nenhum companheiro de geração — que uma ideologia era a preparação para a luta no terreno social e político: ideologia e vida têm hoje de se harmonizar numa identificação perfeita. E a sua crítica, sob certos aspectos, revelava um esforço permanente para essa identificação e nunca um exercício puramente intelectual. Neste sentido, Sílvio Romero foi mais um homem de ação — de ação em potencial do que um intelectual puro. E não é sem propósito lembrar que a ele faltavam sensibilidade artística e poder de imaginação para considerar nas idéias a sua forma plástica simplesmente. Nas idéias procurava sempre o seu conteúdo — os componentes de realidade, de absorvente realidade. Não é que Sílvio Romero obedecesse a intenções políticas na sua luta por elas — que se aproximasse de um Barrès, de um Maurras, ou de um Péguy no seu fanatismo ideológico. Mas ele discutia como se estivesse dominado pela paixão política: as idéias eram aceitas ou negadas sob uma influência passional muito semelhante à que Julien Benda denuncia nos clérigos da atualidade — os que, traindo o seu espírito, misturam as paixões políticas à sua atividade de intelectuais." (Sílvio Rabelo, *Itinerário de Sílvio Romero*, Rio, 1944, págs. 49 e 50.)

16 "É possível que Sílvio Romero, de todos os críticos do Brasil, tivesse sido o de mais extensa erudição — o que tivesse assimilado a mais vasta experiência de leitura. À crítica literária não repugna uma preparação como ele chegou a possuir — certamente maior do que a de Araripe Júnior e a de José Veríssimo. Entretanto, toda essa soma de conhecimentos teria de ser mal utilizada, à falta de qualidades propriamente artísticas. Sempre que se apresentava a oportunidade para a discussão de doutrina, de sistemas e de escolas, ele se afirmaria com desembaraço e quase sempre com lucidez. A estrutura do seu espírito foi coerentemente a mesma em todos os momentos — um espírito geométrico que, por ausência de imaginação, se deixou comprimir dentro do já experimentado, do já discutido — da experiência feita em idéias e soluções que não se cansava de manipular com sensual volúpia. O que dependesse, porém, de uma apreensão pela sensibilidade ou pela intuição escaparia sempre à sua capacidade crítica. Por isso, Sílvio Romero cometeu em literatura os mais graves erros de julgamento." (Idem, págs. 94 e 95.)

17 "Tanto quanto Tobias Barreto, Sílvio Romero foi um dispersivo e um assistemático em doutrina política. Nenhum dos dois haveria de deixar uma obra que pelas suas qualidades de generalização se pudesse classificar rigorosamente como de ciência política e pela qual fossem eles definidos na categoria de pensadores políticos." (Idem, pág. 147.)

18 "Era Sílvio Romero um grande curioso das fontes da literatura. O que há na alma do povo, de espontâneo e de ingênuo, que se exprime poeticamente sob a forma de lendas, de romances, de cantos e de danças — outras tantas revivescências de um passado que não se perdera inteiramente — era vivido por ele com aquela alegria saudável que salvaria o homem da sisudez das doutrinas. Colhido com paciência, da boca do povo, esses resíduos de procedências tão diversas, valorizando literária e cientificamente a humilde contribuição da gente do campo ou das cidades e, até mesmo, misturando às suas preferências nobres de escritor o gosto pela representação, ao vivo, de 'reisados e fandangos', como que encontrava Sílvio Romero a forma mais simples e também mais simpática de ser brasileiro. É que ele se achava a si mesmo nessas origens: as raízes ignoradas da tradição eram as suas próprias raízes." Idem, pág. 70.)

19 "Quando Sílvio Romero se esquecia das suas teorias — teorias a que tão fanaticamente se aferrava — e ficava sozinho com a sua faculdade de análise, fazia observações as mais agudas sobre os problemas brasileiros. Às vezes chegava a intuições admiravelmente compreensivas, dessas que são o ponto de partida para uma larga e boa interpretação. Mas nem sempre ele sabia aproveitar essas observações e intuições. Como que as tinha por sobras, marginais dissipações de sua obstinada preocupação de teórico. É certo que algumas vezes incluía os resultados da sua curiosidade livre no corpo das doutrinas, mas isto era apenas uma necessidade de sistematização sem mais conseqüências, uma esquematização que se perdia cedo, por inaplicável." (Idem, pág. 87.)

Num estudo digno de estima por muitos títulos, Maria Tétis Nunes, em tese apresentada ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros em 1956, anota algumas dessas intuições admiráveis de Sílvio Romero. A respeito do imperialismo, por exemplo: "Como Portugal sempre foi uma feitoria inglesa nas suas relações externas, nós o somos também, e nas internas governa-nos ainda o europeu com todos os seus abusos, com todos os seus prejuízos. [...] As forças vivas da economia do povo vão passando ou já estão todas nas mãos delas; o grande comércio bancário, farto jogo dos câmbios, o alto comércio importador e exportador, as melhores empresas de mineração, de viação, de transporte, de navegação, de obras de toda a casta, acham-se nesse número. [...] Quanto mais desunidas as nações americanas, mais fracas; quanto mais fracas, mais expostas aos arreganhos e maquinações da insaciável cobiça dos que abertamente, cinicamente, se apregoam os chefes, os guias, os senhores da humanidade, os depositários do poder de dividir a terra entre si, os

arrogantes políticos de além-mar, que ainda hoje têm a audácia de espalhar à face dos homens a degradante teoria dos povos superiores e inferiores, mesmo em referência a ilustres e dignas nações da Ásia e da própria América. [...] As gentes brasileiras por toda a vastidão do interior, e até nas próprias cidades nas camadas populares, vivem de ordinário todas em torno dum chefe, dum patrão, dum protetor, dum guia; todos têm o seu homem. [...] Praieiros, matutos, tabaréus, caipiras, sertanejos, formam um imenso proletariado rural disseminado, amorfo, mal dirigido, pessimamente encaminhado. Raros possuem qualquer parcela de terra, porque esta anda quase toda, desde o pernicioso regime das antigas doações por sesmarias a olho, nas mãos de grandes proprietários, constituindo enormes latifúndios." A respeito do sentido nacional em literatura, de que está cheia de observações a obra de Sílvio Romero, mencionou Maria Tétis Nunes: "A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina; os poucos que têm a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contacto das grandes idéias do mundo culto sem afogar esta nacionalidade nascente num pélago de imitação sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim e aos últimos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris. [...] Todo o escritor nacional, na hora presente, está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente." (Idem, pág. 126.)

20 Sílvio Vasconcelos da Silveira Romero (1851-1914) nasceu em Lagarto, província de Sergipe, onde fez os primeiros estudos. Aos doze anos, completou os preparatórios, na Corte, regressando ao Norte. Matriculado na Faculdade de Direito do Recife, em 1868, quando Castro Alves acabara de deixar aquela escola, começa a colaborar na imprensa já no ano seguinte. Trava amizade com Tobias Barreto, que cursava o quarto ano da Faculdade quando Sílvio chega ao Recife, não tendo sido seu mestre, como por vezes é indicado. O primeiro trabalho seu que aparece na imprensa é sobre *A Poesia Contemporânea e a Sua Intuição Naturalista*, por onde se verifica sua inscrição entre os renovadores do pensamento brasileiro da época. Continuando sua atividade crítica, começa a denunciar as influências doutrinárias então vigentes quando, em 1872, num trabalho intitulado *Uma Página Sobre Literatura Nacional*, aprecia o papel exercido pelo meio e pela raça no pensamento brasileiro. Antes de formar-se, em 1873, num estudo, em quatro artigos, a respeito de *O Romantismo no Brasil*, forma entre os anti-românticos e se apresenta com a fisionomia agressiva que o caracterizaria. Tal agressividade derivava da própria resistência do meio, e ele afirmaria a tal propósito, falando de si mesmo: "Não lhe passou despercebida a necessidade de levar a crítica, às vezes rude, a vários esconderijos da nossa ignorância..." Formado, em 1873, o escritor é nomeado pouco depois promotor em Estância, para se tornar deputado provincial no ano seguinte. Decide-se, finalmente, pelo magistério, embora considerasse os nossos colégios, no tempo, e com bastante razão, "verdadeiras oficinas de ignorância organizada". Faz concurso, em 1875, para a cadeira de Filosofia, e é classificado em primeiro lugar, o que lhe não vale, pois as provas são anuladas. Candidata-se às novas provas, no ano seguinte. É o concurso em que ocorre o incidente da morte da metafísica, e tal incidente o relega ao segundo lugar. Ante esse resultado, contra o qual recorre inutilmente, decide abandonar o Recife e, assim, em 1876, casa-se e vai ser juiz em Parati, na província do Rio de Janeiro, onde se demorará dois anos e meio, publicando, em 1878, *A Filosofia no Brasil*, obra em que revela a sua capacidade de análise das idéias e que denuncia a influência de Taine. Em 1879, muda-se de vez para a Corte e publica, sob o pseudônimo de Feuerbach, alguns artigos de crítica parlamentar de uma tremenda violência e sem nenhum respeito pelos deuses do momento, voltando as suas atenções, depois, para o folclore. Em 1880, vitorioso em concurso, é nomeado professor de Filosofia no Colégio D. Pedro II. Versara sua tese a respeito *Da Interpretação Filosófica na Evolução dos Fatos Históricos*. Em 1882, publica o seu estudo sobre *O Naturalismo em Literatura* e a *Introdução à História da Literatura Brasileira* para lançar, em 1888, a sua obra fundamental, a *História da Literatura Brasileira*. Envolve-se, em seguida, nos problemas político-partidários de Sergipe, por onde seria deputado federal, em 1900. Fundador da Academia Brasileira de Letras, publica, no mesmo ano, um volume de crítica a Machado de Assis. que Lafaiete responde com uma série de artigos no *Jornal do Comércio*. Depois de várias polêmicas, volta-se, em 1909, contra José Veríssimo, a quem maltrata rudemente num volume cujo seguimento abandonou. Retira-se para Juiz de Fora, em 1911, aposentado do magistério secundário, e aí pretende escrever os 3.º e 4.º volumes da *História da Literatura Brasileira*, não concretizando o projeto. Voltaria de Juiz de Fora, logo no ano seguinte, indo residir em Niterói, para falecer, no Rio, aos sessenta e três anos de idade, depois de três casamentos. Sílvio Romero deixou uma obra vasta, que abrange vários domínios do pensamento, fecunda pelo que ensina e pelo que sugere, verdadeiro monumento de investigação, de saber e de curiosidade, característica do seu tempo em todos os sentidos, ao mesmo passo que fundamental, em muitos pontos, para a compreensão do Brasil e particularmente de seu desenvolvimento literário.

21 Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911) nasceu em Fortaleza, província do Ceará, e fez os seus estudos na província para bacharelar-se em Recife. Começou a fazer ficção ainda estudante, mas foi como crítico que se distinguiu. Militante nessa atividade, foi também considerado pelo seu saber jurídico.

22 José Isidoro Martins Júnior (1860-1904) nasceu no Recife onde fez os primeiros estudos, bacharelou-se na Faculdade de Direito e fez-se depois professor da mesma. Distinguiu-se nas letras, e particularmente na poesia, pela tendência em considerar os motivos e os fundamentos

científicos, esforço que teve repercussão transitória; e no Direito, como mestre e intérprete, seguindo em parte a orientação de Tobias Barreto.

23 Clóvis Beviláqua (1859-1944) nasceu em Viçosa, província do Ceará. Formou-se em Recife e ali, ainda estudante, começou a colaborar na imprensa, iniciando uma atividade literária que não cessaria mesmo em contraste com os seus triunfos jurídicos. Alguns dos trabalhos de Clóvis Beviláqua pertencem inequivocamente ao campo da literatura e denunciam um espírito crítico de excelente quilate.

24 Tito Lívio de Castro (1864-1890) formou-se em Medicina e destacou-se como lente de Psiquiatria e como homem de letras, particularmente com o seu trabalho *A Mulher e a Sociogenia*.

25 Solidônio Ático Leite (1867-1930) nasceu em Pajeú das Flores, província de Pernambuco, fazendo os primeiros estudos no Recife, onde veio a bacharelar-se em Direito. Erudito, em literatura como no campo jurídico, deixou numerosos trabalhos de história, filologia e crítica.

26 João Capistrano de Abreu (1853-1927) nasceu em Maranguape, província do Ceará, onde realizou os primeiros estudos que completaria em Recife. De retorno ao Ceará, após a formatura, fez crítica literária na imprensa de Fortaleza, abandonando tal campo, logo, depois, pelo da história, em que se distinguiu principalmente, além daquilo que capitalizou como conhecedor da língua dos índios. A crítica de Capistrano de Abreu, posteriormente reunida em livro, merece especial atenção.

27 Manuel Bonfim (1868-1932) nasceu em Aracaju, província de Sergipe. Formado em Medicina, deixou a profissão pelo magistério e pelos estudos históricos, em que se destacou não só por um sentimento nacionalista de que a lusofobia foi apenas um aspecto acessório, como pela preocupação em analisar e interpretar o passado brasileiro à luz de novos instrumentos, entre os quais o marxismo. Na obra contraditória de Bonfim há muitos aspectos positivos a considerar e elementos de informação para o conhecimento do passado literário brasileiro que não devem e não podem ser esquecidos.

28 Nacionalismo, para Manuel Bonfim, era "confiança no destino da nação e solidariedade com esse mesmo destino". E não poderia ele aceitar "o explorador transitório, que só deseja facilidade para a sua exploração", e cujo ideal será sempre encontrar "pátrias sem fisionomia, desnacionalizadas, onde se aceitam todas as fórmulas e que, por isso mesmo, não terão outro destino senão o de serem eternamente exploradas". Desejava ele uma pátria "que sinta a necessidade de afirmar-se, por si e pela tradição humana em que existe; que não se contente de ser matéria informe, para gozo exclusivo de exploradores, e queira concorrer para o desenvolvimento e o progresso de um grupo humano e aspire definir e apurar sua tradição nacional". (Manuel Bonfim, *O Brasil na História*, Rio, pág. 176.)

9 — O EPISÓDIO NATURALISTA

O naturalismo como processo de decadência — Origens sociais do naturalismo — Suas falsidades na transposição da realidade — Suas deformações no Brasil — Naturalismo e regionalismo — Adaptações e soluções ortodoxas — Tendência ao individual, isolado e patológico — Aluísio Azevedo e o romance naturalista — Sentido episódico do naturalismo brasileiro.

O naturalismo, pelo menos considerado em seus moldes clássicos, não teve uma longa duração no Brasil, e nem mesmo correspondeu a um rompimento pronunciado com as formulações românticas. Continuou o romantismo a sua existência, embora sob outras formas, e o próprio naturalismo não ficou imune ao mágico e fascinante filtro romântico. Como a escola a que pretendia suceder, o naturalismo foi também, mais do que um processo literário, uma atitude geral diante da vida, uma posição. E posição assumida, quase sempre, senão sempre, mais por um deliberado propósito do que por uma transição espontânea. Esta ausência de raízes, a singularidade de suas manifestações, a transitoriedade com que reinou, denunciam aspectos que necessitam exame, pois constituem sintomas mais sérios do que o processo em si mesmo. Convém remontar, pois, às suas origens.

A transformação da atitude realista diante da vida em um processo literário, o naturalismo, não ocorreu por força de circunstâncias fortuitas. Enquadrado no largo movimento racionalista da segunda metade do século XIX, traduziu as exigências de uma sociedade em que a ascensão burguesa se completara e denunciava as suas contradições. De uma fase em que burguesia e povo estavam unidos para derrocar os últimos baluartes do feudalismo,

a sociedade passara a uma fase em que a burguesia se colocava de um lado e proletariado de outro, fase em que a Revolução Industrial generalizava os seus efeitos e ampliava as suas conseqüências, para isso utilizando os elementos de acumulação a que já atingira. É uma fase em que os sinais positivos da ascensão burguesa começam a desaparecer, progressivamente. Tal fase se caracteriza pelo despojamento do sentido liberal em política e pela violenta repressão dos movimentos populares que vai da derrota de 1848 à Comuna. Não é por coincidência que a pressão do tempo se reveste de uma busca pretensamente científica, a justificar a sociedade existente, enquanto os homens de letras passam de uma posição participante a uma posição de meros observadores, colocados à margem ou acima dos acontecimentos.

A reprodução artística da realidade foi sempre a meta dos grandes escritores e a medida de sua grandeza foi proporcional em todos os tempos ao esforço em reconstituir a realidade íntegra e total. A realidade não estava, como nunca esteve, entretanto, naquilo que constitui a superfície do mundo externo, naquilo que é imediatamente percebido pela observação, no que é momentâneo, isolado e circunstancial, na reprodução fotográfica dos acontecimentos e das figuras. A cópia servil dos sinais visíveis e perceptíveis da vida social não traduz a consciência da realidade. Há sempre uma verdade relativa e uma verdade absoluta, constituindo uma indivisível unidade; a essência e o fenômeno são igualmente momentos da realidade objetiva, estão nela e não apenas na consciência humana. Há, então, uma verdade relativa, que está na superfície fugitiva dos fatos, daquilo que não se repete, e uma verdade absoluta, daquilo que se repete segundo determinadas leis e que corresponde a determinadas situações. A contraposição da essência à aparência, na fusão em que vivem, valorizando a segunda, corresponde ao rompimento da unidade com que se apresentam as coisas. Voltar todas as atenções à aparência, como se nela estivesse contida toda a realidade, corresponde, assim, à posição de observadores que os naturalistas assumem, ou procuram assumir. O fato superficial pertence, sem dúvida, à realidade, é uma de suas partes, um dos seus sinais, é mesmo o visível do essencial. A sua colheita, entretanto, como processo linear e definitivo e isolado, parte do pressuposto de que a realidade é estática, imutável, passível de uma reconstituição integral em dado momento. E isso leva o artista à posição de espectador, à impassibilidade, e traduz uma posição cuja falsidade é fácil de verificar. O empobrecimento artístico que isso representa se denuncia, entre

outros aspectos, pelo esforço formidável em valorizar a forma, divorciando-a do conteúdo. O naturalismo — que foi contemporâneo do parnasianismo, e nem por coincidência — tendia a criar o virtuose, e pelo virtuosismo disfarçar a sua inevitável penúria. O virtuosismo, no seu infatigável esforço, acabaria por chocar-se com a clareza, cairia na obscuridade e, em conseqüência, distanciaria a obra de arte do público. Já não estávamos no tempo em que Stendhal afirmava: "Faço sempre o que há de melhor em mim para dizer o que está no meu coração, sincera e claramente. Conheço uma só regra: ser claro. Se não falo claramente, todo o meu mundo rui." Quando não se degradam na pretensa impassibilidade formal, os escritores buscam a saída do naturalismo, que é um disfarce, uma espécie de conciliação com a consciência. Daí a substituição da "monumentalidade retórica do romantismo" pela "monótona mediocridade do naturalismo".

Independente da vontade do homem, a arte nasce da vida e reflete a vida, e a verdadeira base da comparação artística só pode consistir na fidelidade e na profundidade com que representa a vida. Ora, nem a vida é estática e nem está somente na superfície dos acontecimentos. A visão superficial e a reconstituição plana e linear dos quadros não poderia levar jamais, assim, à expressão das aspirações de uma época ou de um povo, que é a marca dos autênticos criadores. O abandono do exame dos mais profundos motivos, que revelam as conexões causais e humanas, limitada a visão ao superficial e cotidiano da existência, conduz, inevitavelmente, ao subjetivismo. Os naturalistas tentam enganar esse subjetivismo pela utilização de recursos científicos. Escudam-se em métodos de pesquisa e de reconstituição estranhos à arte literária, na medida em que abandonam os métodos peculiares a esta arte, na medida em que voltam as costas ao que é específico na criação artística. Não é por acaso que as grandes figuras literárias, de importância universal, aquelas que ungiram de eternidade as suas criações, que são leitura do homem de todos os países e de todos os tempos, são anteriores ao naturalismo e traduziram a realidade com muito mais força do que a que os intencionalmente realistas pretenderam pôr em seus trabalhos.

Na medida em que se esforçavam por copiar a realidade superficial, levando essa cópia a limites extremos, fazendo dela um virtuosismo formal, afastavam-se os naturalistas da essência dos problemas, confundindo mais do que revelando as conexões causais que conferem unidade ao existente. Escravizando-se às teorias em

voga, os que reagiam contra o romantismo em nome de uma objetividade, de que se destanciavam, buscavam suportes estranhos em ciências que enfrentavam a fase experimental. Taine procurava mostrar a influência do ambiente e Zola enveredava pelos perigosos caminhos do biologismo, enquanto Flaubert formulava e procurava adaptar-se a uma posição de pretensa impassibilidade que conferia exatamente com a de mero observador da vida social. A unidade do real mostra, entretanto, que tudo está em conexão com tudo e que existe uma multiplicidade de elementos, numa variação constante, nos quadros da vida. E não seria a reconstituição dos detalhes superficiais que poderia transpor para a arte literária, banalizada na mediocridade dos arrolamentos, a infinita riqueza da vida social.[1]

O naturalismo, numa época em que burguesia e proletariado se chocavam, procurava trazer à ficção, como à crítica, os novos quadros que a existência européia apresentava, particularmente aqueles quadros urbanos em que se desenvolvia a tremenda luta que a acumulação capitalista proporcionava. Fugindo de figurar as suas exatas dimensões e a profundidade social de seus motivos, o naturalismo descaía inevitavelmente para o excepcional, para o isolado, para o extremo, para o arbitrário. É por isso que acaba por fixar-se no patológico, nos tipos descomedidos, no ébrio, no criminoso, na histérica, no anormal, como se criaturas tais estivessem em condições de espelhar o conjunto. Nessas figuras, por outro lado, o que avultava era antes o individual do que o social, daí a deformação a que se submetia a transposição da vida para a arte.

As condições que haviam gerado o naturalismo, na Europa, não eram, evidentemente, aquelas existentes no Brasil. Não havia, aqui, nenhum elemento específico capaz de proporcionar o aparecimento do processo, que se ligava estreitamente à etapa então atravessada pela burguesia, quando o desenvolvimento industrial, gerando as grandes aglomerações urbanas e a extensa divisão do trabalho, esmagava o humano e reduzia o artista à posição de mero observador. Embora as transformações da segunda metade do século XIX caracterizassem a ascensão progressiva da classe média, o quadro brasileiro estava longe de assemelhar-se àquele em que a Europa denunciava a extensa e profunda luta entre a burguesia e o proletariado. Na apropriação, por parte dos escritores nacionais, assim, do processo naturalista, existe uma falsidade transparente, que se disfarça, para salvar a sua contribuição, na minuciosa descrição dos costumes. O que existia de peculiar no naturalismo não poderia encontrar guarida na literatura brasileira. Na medida em que os nossos naturalistas buscam aproximar-se dos modelos externos, perdem em força, ficam isolados, e suas obras não encontram ressonância. Essa aproximação, aqui, fica marcada especialmente no terreno de uma pretensa fisiologia, que reduz o amor a uma relação mecânica e que só alcança o interesse do público por motivos estranhos à literatura. Contrastando com o meio, o naturalismo dura pouco, representa mero episódio em nosso desenvolvimento literário, prende-se demais ao modelo externo e salva-se em parte pela reconstituição do quadro de costumes — salva-se, pois, pelo que, nele, não é específico.

Chega-nos através das velhas fontes da influência francesa e até motiva um movimento de aversão ao meio, que não oferecia aqueles quadros e aquêles motivos que as letras francesas acolhiam e divulgavam.[2] E chega-nos também por um intermediário singular, veiculado pelo livro português, que dominava o mercado: Eça de Queirós.[3] O romancista luso alcança logo uma popularidade extensa e nos transmite, na sua prosa clara, a versão naturalista mais próxima da nossa sensibilidade, embora envolvida nas mesmas falsidades da fórmula original. Só Machado de Assis lhe opõe, no tempo, a resistência objetiva de uma crítica justa, fora dos termos meramente moralistas em que as demais se situam.[4]

José Veríssimo caracterizaria a nova escola com a exatidão do seu juízo crítico: "É que, como o romantismo, o naturalismo foi sobretudo uma tendência geral. Como aquele fora uma reação contra o classicismo, foi o naturalismo um levante contra o romantismo. Caracteriza-o e distingue-o a sua inspiração diversa do romantismo, mormente a sua inspiração muito menos espiritualista que a deste, e conseqüentemente a sua vontade de proceder diferentemente dele. Revela-se este seu íntimo sentimento e propósito no sacrifício ou diminuição da personalidade do autor, exuberante no romantismo; numa observação mais rigorosa e presumidamente inspirada em métodos científicos; numa representação mais fiel do observado, reduzindo ao mínimo a idealização romanesca; no menosprezo dos constantes apelos à sensibilidade do leitor, pelo abuso do patético; na invasão, não só do romance, mas de todos os gêneros literários, pelo espírito crítico, que era principalmente o do tempo. Tudo isso revia o momento, da prevalência das ciências exatas e de uma filosofia inspirada de seus métodos e baseada nos seus resultados sobre a metafísica eclética do princípio do século".[5]

Mas seria o próprio Veríssimo quem mostraria também as deficiências da nova escola.[6]

Do movimento naturalista, muito mais amplo do que hoje nos parece, mesmo naquilo que pertence exclusivamente ao campo da ficção literária, sobrou muito pouco no Brasil: "O que se vê, porém, são os autores mais célebres dessa escola, e cujos romances, pela precisão e abundância do detalhe material, foram verdadeiras fotografias em série da vida que reproduzem, diminuírem todo o dia na admiração e no gosto das novas gerações. Enquanto poetas que tanto imprimiram o caráter de romance na sua obra poética, como Shakespeare e Goethe, e romancistas da ficção mais livre, como Cervantes ou Le Sage, continuam nas suas obras principais com a frescura e a novidade dos autores de todos os tempos."[7] O naturalismo, aqui e fora daqui, representava, no fim de contas, uma dupla falsificação, da arte e da vida.[8] Falsificação que, entre nós, teve atenuantes, a principal delas sendo a tendência em reconstituir o quadro dos costumes, tendência que comprova, de vez que era uma herança romântica, o estreito enlace que existia entre a nova escola e aquela que pretendia substituir.[9]

Calhava muito melhor, numa sociedade de estrutura colonial, a fórmula romântica do que a naturalista, para a qual não estava preparada: "Num país onde se processavam experiências raciais da maior importância, onde as condições de existência variavam dos requintes sofisticados da Corte ao primitivismo das populações rurais, onde as relações de senhores e escravos suscitavam um sem-número de problemas, os romancistas que se criam realistas voltavam-se de preferência para os casos de alcova, para a análise de temperamentos doentios. Seguiam os temas de Zola e Eça de Queirós, sem atentarem nas diferenças entre as sociedades francesa e portuguesa e o nosso meio em formação, sem perceberem que o que lá refletia a desagregação da burguesia, aqui não passava de anedota isolada. Sem dúvida tudo pode ser matéria de romance, e a melhor de todas, a perene, é o homem. Mas, enclausurando-se nos seus aspectos exteriores, evocando o meio só para explicar as reações das personagens, os naturalistas traíam os mais fecundos postulados da sua escola, e condenavam ao hibridismo a sua obra. Se consideravam o indivíduo como a resultante dos choques entre a hereditariedade que plasmava o temperamento e a sociedade que condicionava a conduta, tinham que saber ver o que em torno deles se passava. E, ao contrário, foram, com poucas exceções, indiferentes às conseqüências sociais da Abolição, da proclamação da

República e do Encilhamento — sucessos desenrolados, todos, durante o fastígio naturalista. No fundo, eram românticos que se ignoravam, mas que nem por isso deformavam menos a realidade. Uns românticos mais pedantes, sem a ingenuidade dos outros".[10]

O naturalismo não corresponde, pois, no Brasil, a uma espontânea solicitação do meio, até mesmo impreparado para receber e compreender as manifestações da nova escola, particularmente aquelas mais próximas dos modelos franceses e, portanto, ortodoxas. Nem refletiria ele, como era dos fundamentos teóricos da fórmula, a realidade do meio, por conseqüência. Refletiria, antes, e muitas vezes com rigores extremos, formulações distanciadas de tudo aquilo que o Brasil apresentava como peculiar. Os simples jogos de datas explicam melhor as manifestações da escola do que o largo processo de transformação que se vinha operando e de que foram sinais inequívocos o positivismo, de um lado, e o evolucionismo, de outro. De início, a manifestação dos naturalistas sofre um atraso acentuado: o aparecimento de *Madame Bovary* coincide, entre nós, com o do *Guarani;* e enquanto Zola começa a compor a galeria dos Rougon-Macquart, o nosso Taunay escreve *Inocência*. Depois, acelera o seu desencadeamento: *O Primo Basílio* é de 1878; Zola exprime as suas formulações com *Le Roman expérimental* em 1880; o ano de 1881 assinala o concurso de Tobias Barreto, o aparecimento de *O Mulato*, mas também o das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que Machado de Assis inicia, muito distanciado do naturalismo e com um rigor muito maior na fixação do meio, a série de romances que fixarão o seu nome. Vemos, pois, que o naturalismo não domina o ambiente, mas surge paralelamente a manifestações muito diversas. Enquanto é inequívoca a função do romance de Eça de Queirós no desencadeamento da escola.[11] "O agente decisivo foi o exemplo dos naturalistas europeus", diria um crítico.[12] E confirmaria a fraca influência, no problema, da chamada Escola do Recife.[13] Seria mais claro afirmar que tanto o naturalismo como as manifestações que, em outro terreno, caracterizaram a Escola do Recife e tudo o mais que, de novo, começava a despontar no país foram resultado do mesmo processo europeu, de suas influências. Algumas, encontrando caminhos para, modificadas e adaptadas, exercerem uma função no meio. Outras, deformando-se logo ou se mantendo rigidamente dentro dos limites de origem para, num e noutro caso, exercerem função limitada. Terceiras, condenadas a uma superficialidade inelutável, mal deixaram vestígios. Entre elas, o naturalismo não teve aqui, porque não poderia

ter, dadas as condições diversas do meio, a predominância que encontrou nas suas zonas de origem, o papel definido e característico que exerceu.

No que teve de mais severo, de ortodoxo, de idêntico ao modelo externo, destacou-se, sem dúvida alguma — e a isso deve, de alguma forma, muito da influência que exerceu e de sua duração — a tendência para, no campo individual, acentuar os aspectos mórbidos, ou aqueles que, no tratamento naturalista, tornavam-se mórbidos — e foi esse talvez o traço mais nítido de sua transparente falsidade. Mesmo deixando de parte os exageros da fisiologia de que abusa Rodolfo Teófilo, em *Fome*, ou as incompreensões de Carmen Dolores, em *A Luta*, não é possível esquecer os convencionalismos do estudo do alcoolismo feito por Canto e Melo, em *Alma em Delírio*, o estudo das taras, que Faria Neves Sobrinho apresenta em *Morbus*, mas principalmente aqueles estudos de histeria que Aluísio Azevedo mostra em *O Homem*, Horácio de Carvalho em *O Cromo*, Marques de Carvalho em *Hortênsia*, e Júlio Ribeiro em *A Carne*.[14]

Numa sociedade em que o individualismo não tinha a mínima condição para figurar como normal, os naturalistas frisavam e deformavam as singularidades individuais mais extremadas, destacando personalidades enfermas, anormais e descompassadas. Na medida em que assim procediam, divorciavam-se da realidade, a que deviam subordinação, segundo a fórmula teórica da escola. Nenhum aspecto do social pode ser fixado através do exemplo isolado, do caso incomum, da personagem marginal, insuscetíveis de tratamento como expressões do meio e do tempo. O fato de serem excepcionais é que fundamenta o caráter abstrato que assumem. Assim, o naturalismo, na sua formulação ortodoxa — e só foi ortodoxo, aqui, nos seus piores aspectos — distancia-se da realidade, volta-lhe as costas e, longe de conservar-se no plano objetivo, deriva para um subjetivismo inevitável. Não foi coincidência, pois, o desinteresse da escola, pelos seus seguidores, no Brasil, em relação aos grandes problemas da época. Machado de Assis fixou exatamente esse traço característico: "Esta casta de obras conserva-se aqui no puro domínio da imaginação, desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia às crises sociais e filosóficas."[15]

Desenvolvendo-se paralelamente a outras escolas, o naturalismo brasileiro, e nem só por isso, salvou-se na maior parte dos casos, de anquilosar-se no exclusivismo da fórmula externa, e a veia romântica esteve presente em quase todas as suas manifestações. Acolheu, também, além do mencionado quadro dos costumes, a tendência regionalista, a que o sertanismo se submetia, de tal sorte que os naturalistas poderiam, entre nós, agrupar-se entre os regionalistas, sem nenhuma violência, e nem falta a cada um deles o traço local. Em muitos, esse traço sobrepuja as características de escola, que parecem artificialmente colocadas, como a marcar uma intenção. Este não deixou de ser um dos aspectos frisantes da fraqueza naturalista, em suas manifestações no Brasil.

Deixando de parte a questão da precedência, ou admitindo a precedência menos segundo a prioridade no tempo do que segundo a amplitude dos efeitos e da influência, a nova escola, a rigor surgiu em nosso país com o romance de Aluísio Azevedo, *O Mulato* em 1881. E seria o romancista maranhense, nem só por isso evidentemente, a figura máxima do naturalismo brasileiro.[16] Máxima e característica, convém acrescentar. Porque é nesse ficcionista desigual, misto de grandezas e trivialidades, que se encontram aquelas aparentes contradições peculiares ao naturalismo brasileiro — entre a crueza realista e a fantasia romântica de um livro a outro ou em um mesmo livro — entre a representação fiel do ambiente, pela soma dos detalhes, e a transposição movimentada do quadro de costumes, e isto no mesmo livro. Ninguém poderia supor, sem dúvida, em 1880, com o aparecimento de *Uma Lágrima de Mulher*, em que existe o que há de pior e de marcado no romantismo, que o autor se apresentaria, no ano seguinte, num ambiente de província, completamente mudado, no essencial do seu processo, embora não completamente no acessório. E não seria tal contraste um caso isolado, na obra de Aluísio Azevedo: depois de *O Mulato*, vêm os *Mistérios da Tijuca*, de 1882; dois anos após aparece *Casa de Pensão;* em 1887, surge *O Homem;* em 1889, *O Coruja;* em 1890, *O Cortiço;* mas já em 1893, aparece *A Mortalha de Alzira*, e recaímos no romantismo desvairado e folhetinesco; para, em 1895, o ficcionista regressar, e dentro da receita mais ortodoxa, ao modelo da nova escola, com o *Livro de Uma Sogra*.

Mas ainda naquele romance que inaugura entre nós o naturalismo, Aluísio Azevedo faz amplas concessões ao romantismo. Nem chega, entre o texto da primeira edição provinciana e o da segunda, a depurar inteiramente o romance dos traços que lhe marcavam a contradição. Mesmo no texto intencionalmente depurado, os sinais românticos estão presentes, em muitas e muitas páginas e em muitas e muitas situações. E figura, com um destaque feliz,

o quadro de costumes, levado às minúcias do levantamento das festas e tradições populares. O livro é, por isso, um quadro do ambiente do Maranhão, quadro em que existe muito de intencional e o tom de libelo, o teor acusatório, que era um traço peculiar do naturalismo, mas em que existe também uma visível simpatia pelo que a província tinha de genuíno. O confronto entre os dois textos desse romance, que inaugura uma escola nova no Brasil — trabalho que não pertence aos domínios da história literária — comprovaria a intencionalidade e o formalismo das alterações introduzidas, destinadas a fixar a fisionomia com que o autor desejava fosse visto o seu livro. Na realidade, mesmo no texto expurgado, estavam presentes, embora formalmente alterados, os traços que definiam a presença do romantismo e do quadro de costumes do que existia de mais nitidamente regionalista em literatura.

O teor acusatório do romance se configura em dois ou três aspectos, que são aprofundados no texto melhorado: a questão do preconceito de cor, que avulta no segundo texto; a questão clerical, que é aparentemente atenuada no segundo, quando o padre Diogo, cônego à maneira do Eça, tirado à galeria de Leiria do romance inicial do português, passa a personagem secundário, avultando a do mulato Raimundo; a questão sexual, que é vitalizada no texto definitivo, ainda sob a influência do modelo luso. No quadro de conjunto, figura o romance a estreiteza do ambiente de província, com o qual o autor se vinha indispondo, mercê de sua atuação panfletária na imprensa.[1]

Transferindo-se para a Corte, Aluísio Azevedo elabora os seus romances em pouco mais de um decênio, e elabora-os sob a pressão da necessidade, passando do folhetim romântico mais vadio aos livros em que capricha na feitura e em que se realiza. Confessa, em documentos íntimos, o drama de subsistência que o força a compor *Mistérios da Tijuca*, quando desejaria escrever os grandes romances do tipo de *O Cortiço*, mas, quando encontra solução prática para o problema, abandona a pena e, vivendo no estrangeiro, nem faz folhetins e nem escreve literatura autêntica. O traço não estava, pelo menos de maneira fundamental, ligado, pois, à questão de poder viver; estava ligado a outros motivos. Aluísio Azevedo compõe os seus livros, com esforço, devagar, no império de solicitações e de pressões; não os faz por vocação, não tem alguma coisa que transmitir de íntimo, de seu, de próprio. E isso não acarreta deficiência apenas no sentido de que o obriga a escrever maus livros, acarreta outras deficiências, estas talvez mais graves.

que estão presentes em todos os seus romances, particularmente aqueles mais ortodoxamente aproximados do modelo externo tradicional, da receita da escola. Só a honestidade, ou talvez o receio do pecado literário, salva-o de subordinar-se ao simples decalque. Muda, então, o ambiente, forja um ambiente nacional ou local, tira criaturas da vida quotidiana, transfere-as para a sua ficção.[18] Falta-lhe a força imaginativa que infunde vida própria às personagens. Mas, em meio a tudo isso, o dom da observação, próprio da arte a que desejaria entregar-se, a pintura, ou a caricatura, em que conciliaria temperamento e arte, fornece-lhe os elementos que permitem transfundir aos romances autênticos aquele traço que o faz figurar entre os bons autores brasileiros do gênero.

Em *Casa de Pensão*, realmente, há qualidades marcantes de ficcionista, e o ambiente, o das habitações coletivas, conhecido do autor, e a marca que deixa nas criaturas, também por ele experimentada, ficam excelentemente representados. Mas é com *O Cortiço* que atinge um nível superior e que, conservando-se fiel ao que existe de essencial na receita naturalista, transfunde no romance alguma coisa que lhe é próprio, que tem a sua marca, que assinala a sua presença. Já não estamos diante de um decalque, tão simplesmente. Há no conjunto uma força, uma vida, um movimento, e nos tipos um colorido, que demonstram a qualidade do autor. Aluísio não conseguiria repetir o feito, mas só *O Cortiço* lhe asseguraria um lugar destacado em nossas letras. *O Coruja* é rascunho de grande romance, mas *O Cortiço* é grande romance, plenamente realizado.[19] E não é apenas bem realizado do ponto de vista literário. Pintando um cenário urbano, quando o século se aproxima do fim, o romancista consegue realizar o seu libelo: no livro existe um conjunto de personagens vivas e nelas está perfeitamente fotografada a sociedade do tempo, com as suas mazelas e as suas chagas; o autor não se propõe solucionar os problemas dessa sociedade, mas sabe colocá-los, em suas verdadeiras dimensões.

Aluísio Azevedo é um exemplo, no naturalismo brasileiro, do escritor que trabalha constrangido pela fórmula e que vacila entre o desregramento romântico, a que se submete demasiado facilmente, embora lamentando o fato, e o espartilho naturalista, que o deixa peado, a que obedece a contragosto. Não poderia haver contensão absoluta na obediência, daí a mistura de elementos românticos, quando a vigilância afrouxa, e de elementos simpáticos ao autor, quando os costumes aparecem e ele os faz desfilar. Sente-se bem

assim, os seus dotes de observação encontram um campo bastante amplo, vê os detalhes e vê o conjunto. Duas ou três vezes, anda à beira da concretização de circunstâncias favoráveis e da realização feliz, com *Casa de Pensão*, com *O Coruja;* um dia corresponde à plena coincidência de tudo, e surge *O Cortiço*, um grande livro brasileiro, pintura expressiva do quadro social, flagrante singular da vida. No mais, é o desmando da receita, a fisiologia vulgar e até com pretensões didáticas de *O Homem* e do *Livro de Uma Sogra*, em que a falsidade não pode ser compensada pelo pretenso realismo, e é até mais falsa por isso mesmo. O *Mulato* é uma prova de admissão, em que confluem todos os defeitos e todos os contrastes do autor e da escola, mais os de sua adaptação a um meio, como o da província, em que os problemas tinham características e dimensões totalmente diversas daquelas do meio originário da fórmula. Aluísio Azevedo, entretanto, sendo um iniciador, foi também o maior dos naturalistas brasileiros, e o *O Cortiço* é o grande livro que a escola nos deixou.

Antes mesmo que o meio literário conhecesse o naturalismo de Aluísio Azevedo, lançara-o Inglês de Sousa.[20] Não encontrara, porém, a repercussão que cobriria a precedência com a sanção que a torna objetiva.[21] E nem mesmo depois que os romances de Aluísio conquistaram a atenção geral teve Inglês de Sousa a sorte de ver os seus livros divulgados e conhecidos. O que foi, sem dúvida, uma injustiça do tempo. Nesse autor comprova-se, e até se grava melhor, o traço comum do naturalismo brasileiro. Em primeiro lugar, em alguns cacoetes, o anticlericalismo, a tese da hereditariedade; depois, nas características fundamentais, a presença do romantismo, a preponderância — neste caso bastante acentuada — do quadro de costumes. O paraense foi mais um narrador regional do que um naturalista, e o cenário amazônico, mais o humano do que o físico, o que é uma singularidade, foi o fundo de sua ficção. Algumas das personagens de Inglês de Sousa têm um realce singular, e polarizam as condições do ambiente.

Desde *O Cacaulista*, de 1876, o estudante de Direito merecia atenção. Com *O Coronel Sangrado*, que aparece no mesmo ano em que se publica a *História de Um Pescador*, 1877, ele se afirma como novelista interessante, voltado para os cenários de sua região, capaz de movimentar figuras, trazendo para o mundo da ficção muito da pequena humanidade que vive no imenso mundo da realidade amazônica, esmagada na sua grandeza. Com *O Missionário*, porém, é que a sua obra se define, nos seus defeitos e

em suas virtudes, e apenas será complementada com os *Contos Amazônicos*. Inglês de Sousa, como tantos outros, pretende reconstituir, numa série de romances, a vida de uma região. Se não alcança os seus fins e não elabora a ampla ficção em que desejaria transpor para a literatura um mundo primitivo e cheio de contrastes, realiza boa parte do projeto com alguns dos melhores quadros regionais que a Amazônia proporciona, particularmente porque se despreocupa dos excessos descritivos, de colocar a natureza em primeiro plano. Talvez tenha sido esta a parte melhor que o naturalismo desempenhou na obra de Inglês de Sousa, a de evitar os excessos a que tantos se atiraram depois, pretendendo imitar, nas letras, a exuberância da natureza, e sem nenhuma possibilidade para isso.

Em *O Missionário*, Inglês de Sousa dá a medida de sua força. O romance, realmente excessivo em vários aspectos, conforme foi acentuado pela crítica, tem vida, tem tipos, tem movimento, o meio está presente sem tomar conta do cenário, as relações humanas são representadas com fidelidade, salvo um que outro traço de intencionalidade, de intervenção do autor. Embora tenha havido, em *O Coronel Sangrado*, mais equilíbrio, o último dos romances de Inglês de Sousa contém todas as tônicas do autor, apesar de que contém ainda as suas deficiências. Podado em alguns excessos, reduzido em suas intenções, contido nas demasias, *O Missionário* teria ocupado uma posição destacada em nossa ficção. Talvez mais, e com propriedade, na ficção regionalista do que na ficção naturalista.

Com Adolfo Caminha, novamente naturalismo e regionalismo confluem e se confundem.[22] Reaparece, ainda, um dos traços normais na nova escola, o teor panfletário, com as suas marcas inconfundíveis. Como reaparece a toada romântica, a que o cearense paga tributo, aliás, nos trabalhos iniciais. *A Normalista*, aparecendo em 1892, encontra o campo já trabalhado pelo naturalismo brasileiro e português. O sentido autobiográfico do romance, a coincidência de trazer à ficção figuras vivas, a movimentação de um quadro provinciano bastante conhecido, dão ao livro um relevo ocasional que lhe obscurece as verdadeiras qualidades. Tudo o que teve de intencional não chegou a apagar os flagrantes felizes, as cenas exatas, a reprodução viva de figuras. O libelo contra a vida provinciana, apresentada cheia de mazelas, não destrói as virtudes do livro, que tem padecido de incom-

preensão revelada pelos críticos, os antigos como os modernos, em relação ao que oferece de positivo.

Melhor do que o último de seus romances, *Tentação,* a que não é possível, entretanto, desprezar inteiramente, pois constitui pelo menos um documento da época, é *Bom Crioulo,* de 1895, em que há toques inequívocos de grandeza, e daquela grandeza dramática a que dificilmente atinge um ficcionista.[23] Adolfo Caminha foi uma vítima dos preconceitos, aliás, e isso alcançou até a sua posição literária. Vítima um pouco voluntária, sem dúvida, pois o sentido panfletário de seus trabalhos, os da imprensa particularmente, e os problemas de sua vida, foram as centelhas a cujas conseqüências não lhe foi possível fugir. Espírito crítico, com excelentes qualidades de análise, comprovadas nas *Cartas Literárias,* o romancista cearense, desaparecendo com menos de trinta anos, tem um lugar assegurado em nossas letras. No balanço de sua obra há, certamente, um saldo a seu favor e, no conjunto do naturalismo brasileiro, só foi superado pelo melhor Aluísio.

Em Júlio Ribeiro, que antecede Caminha no roteiro naturalista, repetem-se os vincos da escola.[24] Aluísio Azevedo chocara o meio maranhense, com as suas posições apaixonadas e a sua ação panfletária; Caminha repete o quadro no Ceará, e ambos representarão em *O Mulato* e em *A Normalista,* a caricatura do meio com que se chocaram. A obra posterior de ambos é recheada de libelo, tem um teor acusatório inequívoco, e nem Inglês de Sousa se livra desse traço. Mas é com Júlio Ribeiro que vamos encontrar, desse ponto de vista, a mais exata personificação do traço geral. Seu espírito ardoroso, sua ânsia combativa, denunciam-se numa atividade de imprensa que não admite transigências. E vai desaguar, por assim dizer, espontaneamente — se fosse possível existir alguma coisa de espontâneo no seu romance mais conhecido — numa obra que apesar de umas poucas qualidades, que necessitam ser catadas para surgirem à observação, representa um grande e característico equívoco literário.

Depois de escrever um livro confuso, desarticulado, romântico como *O Padre Belchior de Pontes,* meio ficção, meio história, em que está presente o seu anticlericalismo, e depois de exercer uma atividade tempestuosa na imprensa, Júlio Ribeiro surge com *A Carne,* em 1888, para servir como exemplo frisante da falsidade em literatura. Apresentando-se sob a égide de Zola e enrolando o caso feminino que constitui o romance em roupagens pretensamente científicas, Júlio Ribeiro levou a intencionalidade em arte

a limites desmedidos. O livro, marginal nas letras, não resiste à menor análise, seja de forma, seja de conteúdo. Claro está que, sendo o romancista um escritor, homem informado e hábil no manejo de idéias e palavras, há no livro fragmentos aproveitáveis. Isso não importa, entretanto, para a sua conceituação, não altera o problema fundamental.

O naturalismo prolongou os seus efeitos ainda em mais uma dúzia de autores, todos de reduzida importância, em cujas obras o teor regionalista assume a preponderância quase sempre.[25] Só por isso caracterizaria a sua fraqueza, se outras razões não houvesse para tanto. Curto na duração, misto em suas manifestações, deficiente em patrimônio — *O Cortiço,* a rigor, é a única de suas obras que alcança uma grandeza excepcional — o naturalismo não representa, no Brasil, senão um episódio. Claro está que o nosso meio não estava em condições de proporcionar o desenvolvimento de uma escola cujos fundamentos não seriam aqui correspondidos, pelas deficiências da estrutura brasileira. Apesar de tudo isso, entretanto, o naturalismo não aconteceu em vão. Teve os seus efeitos, e prolongou-se, depurando-se de excessos, decantando o que tinha de aproveitável em uma literatura que esboçava o seu caráter nacional, adaptando-se às nossas exigências. O interesse pelo real — que é apenas uma de suas faces — fundamentaria tentativas melhores, colocadas mais de acordo com as possibilidades do meio, de sorte a forçar a curiosidade dos escritores no sentido de observar, interpretar e compreender a nossa terra e a nossa gente.

NOTAS AO CAPÍTULO 9

1 "Desde o fim dos movimentos revolucionários burgueses, o contraste entre o proletariado e a burguesia colocou-se no centro de todos os contrastes sociais: os realistas burgueses da Europa ocidental e central, conseqüentemente, ilustraram os reflexos, os mais indiretos, daquele problema central. Os escritores de certo relevo observaram e descreveram os reflexos psíquicos, os problemas e as complicações humanas derivados daquela situação social. Mas como a maior parte deles não compreendia o problema social que constituía a base objetiva do conflito humano assim ilustrado, colocando-se como estranhos em face dele, acabavam inconscientemente por separar os conflitos humanos por eles descritos, da base social a que estavam objetivamente vinculados. Por isso eram levados — de novo inconsciente e involuntariamente — a prescindir dos fatores sociais mais essenciais que determinavam os seus personagens e a sua vivência, que vinham envoltos em algum fundo histórico grandioso, em um *milieu* descrito com critério sociológico e

com os métodos de uma psicologia impressionista. A ausência de um fundo histórico conduz os realistas modernos a uma situação forçada: isso os obriga a descer os seus personagens ao nível banal da vida cotidiana burguesa, em que os grandes contrastes objetivos da vida social não se apresentam senão com aspectos deformados ao ponto de se tornarem irreconhecíveis; assim, se pretendem fugir desse nível médio cotidiano, devem ilustrar o extremo puramente individual das paixões individuais; neste último caso, suas figuras tornam-se necessariamente excêntricas e vazias ou, se o escritor consegue fixá-las psicologicamente, assumem então caráter patológico." (Gyorgy Lukács, *Saggi sul realismo*, Turim, 1950, pág. 232.)

2 "O prestígio do livro francês, porém, continua imoderado e incondicional. Com que avidez o lemos! Nos colégios, ainda se estuda o nosso idioma pelas obras dos clássicos portugueses. Não há biblioteca sem o seu João de Barros encadernado em carneira, as obras de Gil Vicente e de outros marechais das letras lusas, velhos e novos, o infalível busto de Camões em terracota, com uma coroa da mesma massa na cabeça... Contudo persistimos franceses, pelo espírito, e, mais do que nunca, a diminuir por esnobismo tudo que seja nosso. Tudo, sem a menor exceção. O que temos, não presta: a natureza, o céu, o clima, o amor, o café. Bom, só o que vem de fora. É ótimo, só o que vem da França." (Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, 3 vols., Rio, 1938, v. II, pág. 701.)

É ainda o que confirma, numa visão mais ampla, Tristão de Ataíde: "Essas várias escolas, que se sucedem aqui regularmente, desde o século XVI até hoje, representam a integração de nossas letras num conjunto cultural transoceânico. Todas elas representam, de fato, a repercussão de movimentos e instituições idênticas ocorridas em outros países. O ritmo de sucessão é esse mesmo, não só aqui, mas nos demais países europeus, de onde recebemos as fontes de nossa cultura. Essas escolas, clássica ou romântica, naturalista, simbolista ou modernista, são escolas ocidentais, para não dizer universais, pois vamos encontrar reflexos das mesmas no Extremo Oriente, isto é, no mais remoto dos horizontes, a partir do seu foco de origem." (Alceu Amoroso Lima, *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio, 1956, pág. 179.)

3 "Eça de Queirós não foi somente uma grande influência na literatura brasileira, foi também moda literária, que se iniciou por volta de 1878, quando se divulgou aqui o *Primo Basílio* — implantando o que os cronistas da época chamaram de *basilismo* — até a guerra de 1914, mais ou menos. No começo do século, Eça continuava a ser uma obsessão para muitos intelectuais brasileiros." (Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil — 1900*, Rio, 1956, pág. 122.)

Alceu Amoroso Lima confirma: "Basta ver o prestígio de que aqui gozou Eça de Queirós, cuja colaboração na *Gazeta de Notícias* era avidamente acompanhada. Toda a geração naturalista se deixou ainda profundamente influenciar pelo realismo português. Foram os primeiros romances de Eça aqui chegados, e particularmente *O Primo Basílio*, em 1876, que lançaram a nova escola, no ambiente ideológico, muito preparado para recebê-la, pelo movimento que nesse momento se processava em Recife." (Alceu Amoroso Lima, *op. cit.*, pág. 144.)

4 Não apenas na crítica que fez ao romance de Eça de Queirós *O Primo Basílio*, mas em outros trechos de crônicas e de comentários diversos, Machado de Assis mostrou as falsidades do naturalismo, numa posição que ficou por longo tempo incompreendida. No prefácio às *Americanas*, já na agonia do indianismo, colocaria o problema da cor local: "O exterior muda: o capacete de Ajax é mais clássico e polido que o canitar de Itajuba, a sandália de Calipso é um primor de arte que não achamos na planta nua de Lindóia. Esta é, porém, a parte inferior da poesia, a parte acessória. O essencial é a alma do homem." E, na *Crítica*, diria, e diria muito nitidamente: "... não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trata de assuntos remotos no tempo e no espaço." Quem estava assim armado de uma visão objetiva da arte literária, não poderia deixar-se seduzir pelas aparentes facilidades do naturalismo.

5 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 293.

6 "O principal demérito do naturalismo da receita zolista, já, sem nenhum ingrediente novo, aviada em Portugal por Eça de Queirós e agora no Brasil por Aluísio Azevedo, era a vulgarização da arte que em si mesmo trazia. Os seus assuntos prediletos, o seu objeto, os seus temas, os seus processos, a sua estética, tudo nele estava ao alcance de toda a gente, que se deliciava com o se dar ares de entender literatura discutindo de livros que traziam todas as vulgaridades da vida ordinária e se lhe compraziam na descrição minudenciosa. Foi também o que fez efêmero o naturalismo, já moribundo em França quando aqui nascia.

"Não seria, porém, justo contestar-lhe o bom serviço prestado, tanto aqui como lá, às letras. Ele trouxe à nossa ficção mais justo sentimento da realidade, arte mais perfeita da sua figuração, maior interesse humano, inteligência mais clara dos fenômenos sociais e da alma individual, expressão mais apurada, em suma uma representação menos defeituosa da nossa vida, que pretendia definir." (José Veríssimo, *op. cit.*, págs. 295 e 296.)

7 Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*, 2.ª edição, Rio, 1956, pág. 25.

8 "No fim é uma dupla falsificação — da arte e da vida. Da vida porque a nossa percepção comum — os nossos olhos, os nossos ouvi-

dos, o nosso tato, a nossa memória — nunca apanha as coisas como são na realidade, mas sob tipos convencionais, pelos seus pontos de semelhança, pelos seus caracteres imediatos e mais superficiais; e também uma falsificação da arte pela conseqüente ausência de unidade e de beleza na sua expressão. [...] O defeito dos romances mesquinhamente realistas é não darem nunca essa surpresa; darem-nos apenas o que fica claramente do lado de fora das coisas." (Idem, págs. 28 e 29.)

9 Referindo-se a *Um Estudo de Temperamento*, o romance inacabado de Celso Magalhães, apontado como naturalista, Lúcia Miguel Pereira denuncia com acerto: "Certo, será leviano decidir sobre o sentido de uma obra inacabada, mas como a parte conhecida não é pequena — perto de duzentas páginas — pode dar uma idéia de execução, que é inteiramente romântica." (*História da Literatura Brasileira*, v. XII, *Prosa de ficção (1870-1920)*, 2.ª edição, Rio, 1957, pág. 128.)

10 Idem, pág. 130.

11 Aderbal de Carvalho diria, do aparecimento do romance de Eça de Queirós, que "caiu em nosso meio literário como uma verdadeira bomba de dinamite, fazendo o estrondo mais forte de que há notícia nos nossos anais literários, escandalizando a pacata burguesia, ofendendo a pudicícia dos nossos mamutes intelectuais, da nossa arqueológica literatura. Estava, pois, dado o primeiro golpe. Desde então começaram a chover nos rodapés dos jornais diários, folhetins, contos e alguns romances filiados à escola do autor de *Fradique Mendes* e dos *Maias*." (Aderbal de Carvalho, *Esboços Literários*, Rio, 1902, pág. 104.)

12 Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 126.

13 "A Escola do Recife, composta sobretudo de críticos e poetas, só deu, na ficção, o desenxabido Celso Magalhães. A ebulição intelectual, com centro em Pernambuco, não poderá deixar de ter, embora tardia e indiretamente, influído no romance. Mas daí a dizer que foi parte preponderante no movimento, que o renovou, vai grande distância. Os romancistas teriam sido preparados, para aceitar as novidades importadas, pela mesma inquietação que levara os pensadores a debater as recentes teorias filosóficas e científicas, participariam das mesmas disposições que deram vida à Escola do Recife, sofreriam certamente as conseqüências da sua efervescência intelectual, mas dela não resultaram proximamente as suas obras." (Idem, pág. 126.)

Apreciando objetivamente o processo naturalista, Lúcia Miguel Pereira adianta, entretanto, uma tendência em aceitar o critério geográfico: "Nas diversas tendências que aqui se encontram, congregando-se ou combatendo-se, as dos nortistas e sobretudo nordestinos, mais extrovertidos, e portanto mais aptos a observar, atuam em geral no sentido realista, ao passo que do Centro e do Sul chegam contribuições mais marcadas pela interiorização e pelo idealismo." (Pág. 125.) Ora, o critério geográfico, despontando da predominância, em certas fases, de ficcionistas nordestinos afeitos à descrição e à memorização, não tem

nenhum suporte científico. Um mestre da geografia, Vidal de la Blache, diria, com exatidão: "É sobretudo a propósito da população que se pode dizer que as causas geográficas não agem sobre o homem senão por intermédio dos fatos sociais." (*Principes de Geographie Humaine*, 4.ª edição, Paris, 1948, pág. 98.)

14 "O exemplo de Aluísio Azevedo, estudando na *Casa de Pensão* e no *Cortiço* o problema das habitações coletivas e de sua influência na existência íntima dos moradores, não teve eco, mas pelo escuso atalho aberto com *O Homem* enveredaram imediatamente muitos romancistas. O livro de Júlio Ribeiro e as tentativas frustradas de Horácio de Carvalho, Marques de Carvalho e tantos outros, não têm importância em si, mas demonstram como o naturalismo se prestou a fáceis falsificações. Ouvindo que a ciência moderna estabelecia a correlação entre os fenômenos físicos e morais, cuidaram, possuídos daquele 'misticismo fisiológico' denunciado por Brunetière nos seus colegas franceses, que provar essa unidade era a sua tarefa primordial; para desempenhá-las, tinham uma receita simples: apresentar criaturas governadas por instintos depravados." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 131.)

15 Machado de Assis, *Crítica Literária*, Rio, 1934, págs. 143 e 144.

16 Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) nasceu em São Luís, capital da província do Maranhão, onde fez os primeiros estudos e trabalhou no comércio. Vindo para a Corte, aos dezessete anos, matricula-se na Escola de Belas-Artes e colabora na imprensa como caricaturista. Regressando ao Maranhão, em 1879, não tarda em incompatibilizar-se com o meio provinciano, com o qual se choca pela maneira como aprecia os acontecimentos na imprensa. Depois de *Uma Lágrima de Mulher*, publica, ainda no Maranhão, em 1881, *O Mulato*, com que adere ao naturalismo. Volta à Corte, no mesmo ano, e aqui refundirá o romance, acentuando os seus traços naturalistas. Procura, e consegue, viver da pena, através das maiores dificuldades e à custa de concessões que tornam a sua obra cheia de contrastes, com a presença de vários folhetins do pior gosto romântico. Consegue, em 1895, entrar na carreira consular, servindo em Vigo, Nápoles, Tóquio e, por último, em Buenos Aires, onde falece.

17 Um dos motivos principais da incompatibilidade de Aluísio com o meio provinciano foi o seu anticlericalismo, que está figurado em sua obra publicada inicialmente no Maranhão, *O Mulato*, no cônego Diogo. A figura do mau padre, aliás, é uma constante do naturalismo, que Eça aproveitou e que os seus imitadores brasileiros copiaram. Não foi apenas presente em Aluísio Azevedo. O anticlericalismo, aliás, não tinha nenhum cabimento no Brasil do tempo e nem representava, como pensavam os pretensos rebelados, uma idéia nova, original ou progressista.

18 "O forte de Aluísio Azevedo não foi a análise psicológica, e antes a vida exterior dos seus personagens; não foi o caráter íntimo, mas o caráter convencional que tinham. Daí as figuras não fazerem nunca o

efeito de uma descoberta, não impressionarem com surpresa; são figuras quase todas como de sujeitos nossos conhecidos, que nos lembramos de ter visto já, mas que não ligamos o nome à pessoa. Elas não têm nem esse interesse nem essa profundeza psicológica. Tudo o que possuem de interior reponta logo na fisionomia e no gesto. Os romances dessas figuras são sempre os mais populares. Eles não exigem esforço do leitor; o leitor está neles como na rua inteiramente à vontade." (Olívio Montenegro, *op. cit.*, págs. 81 e 82.) E Lúcia Miguel Pereira tem uma impressão idêntica: "Parece ter havido, em Aluísio Azevedo, uma contradição essencial, que se poderá exprimir sucintamente dizendo que foi um naturalista com horror à realidade. O seu feitio independente, sempre em revolta contra o meio, devia levá-lo à literatura de evasão, mas a moda do tempo o impelia para a objetividade e o real que assim se obrigava a buscar não o satisfazia, antes como que lhe repugnava, preso que ficava aos pormenores mais grosseiros." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 149.)

19 "Livro singular, pela força da narrativa, pelo choque dos tipos em contraste, pela numerosidade das figuras, *O Cortiço* tem algo daquele potencial épico que Zola deixa fluir nas páginas de *Germinal*. Nesse romance, Aluísio Azevedo realiza a obra que lhe dá lugar definitivo na novelística brasileira. O Rio de Janeiro do último quartel do século, com seus pardieiros e suas habitações coletivas, aí se espelha de maneira definitiva e indelével." (Josué Montelo, "A Ficção Naturalista", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1955, v. II, pág. 61.)

20 Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1918) nasceu em Óbidos, província do Pará, onde fez os primeiros estudos, completados no Maranhão. Fez os preparatórios em Recife, onde iniciou o curso de Direito, que completaria em S. Paulo. Começou a escrever no Recife, onde completou *O Cacaulista*, e continuou em S. Paulo, tudo ao tempo de estudante, publicando *O Coronel Sangrado*, em 1877, o que lhe dá a primazia no naturalismo brasileiro. Jornalista e político, foi presidente de província e deputado à assembléia provincial paulista. Advogado em Santos, depois de abandonar a política, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi Professor de Direito e onde veio a falecer.

21 O problema da precedência, em história literária, carece, via de regra, de qualquer importância. Deve antes ser avaliado em termos de ressonância e de influência do que em termos cronológicos. Nesse sentido, está fora de dúvida que *O Mulato* inaugura o naturalismo no Brasil, embora quatro anos antes de seu aparecimento tivesse vindo a público o romance de Inglês de Sousa, *O Coronel Sangrado*, de algum tempo a esta parte apontado como precursor, e que o foi, da nova escola entre nós. Do ponto de vista literário, o que tem importância é aquilo de que o público toma conhecimento e que, por isso, adquire vigência. O que não encontra ressonância, deixa de existir, de vigorar, por maiores sejam as qualidades que possa ter. Deve-se a Otávio Tarqüínio de Sousa e a Lúcia Miguel Pereira a reabilitação de Inglês de Sousa, cujo lugar em nossa literatura passa a ser devidamente aceito, na conformidade com os méritos de sua obra.

22 Adolfo Ferreira Caminha (1867-1897) nasceu em Aracati, província do Ceará. Perdendo a mãe, por ocasião da seca de 1877, foi acolhido por um tio, na Corte, que o educou, como a um irmão, e o encaminhou para a Marinha. Guarda-marinha, em 1885, segundo tenente dois anos depois, começou com escândalo sua colaboração na imprensa, com um artigo, "A Chibata", em que profligava o castigo físico vigorante na sua classe. Como oficial, viajou aos Estados Unidos e, de regresso, teve, em Fortaleza, o caso amoroso que atribularia a sua curta existência. Pressionado em todos os sentidos, vítima dos preconceitos de classe, foi obrigado a demitir-se da Marinha, em 1890, retornando à terra natal para se tornar modesto praticante do Tesouro do Estado, galgando as promoções burocráticas com demora. Tuberculoso, lutando com dificuldades para viver, Adolfo Caminha transferiu-se para o Rio de Janeiro, colaborando na imprensa. Na *Gazeta de Notícias* escreveu as "Cartas Literárias", de que a assinatura, C. A., provocou dúvidas, ora atribuídas a Constâncio Alves, ora a Capistrano de Abreu. Vítima da doença que o consumia, faleceu antes dos trinta anos de idade.

23 "Mas esse livro, ousado na concepção e na execução, forte e dramático, humano e verdadeiro, é, a despeito dos senões apontados, com *O Cortiço*, o ponto alto do naturalismo. Há, porém, nele uma grandeza, uma terrível grandeza, a que só por momentos atingiu Aluísio Azevedo. Denso, cerrado, sombrio, o seu ambiente todo parece augurar as explosões do vício e do crime. Até o mau gosto por vezes desagradável de Caminha como que torna mais convincente a triste condição dos homens que evoca, oficiais endurecidos pelo hábito do mando, marinheiros desmoralizados por uma disciplina cruel. Gente rudimentar, gente grosseira — mas gente de verdade, obrigando o leitor a sentir a fatalidade do destino que a faz tão miserável." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 173.)

24 Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890) nasceu em Sabará, província de Minas Gerais. Fez os primeiros estudos no interior e destinou-se ao Exército. Abandonou o curso da Escola Militar e ingressou depois no magistério que foi a sua profissão toda a vida. Manteve, em S. Paulo, um jornal republicano, *Procelária*, onde desenvolveu os seus ímpetos panfletários. Gramático mas inteligente na conceituação dos fatos da língua, travou violenta polêmica com o padre português Sena Freitas, a propósito de *A Carne*, modelo das lutas literárias do tempo.

25 Celso Magalhães (1849-1879), com *Um Estudo de Temperamento*, publicado na *Revista Brasileira*, em 1881, dificilmente pode ser conceituado como naturalista. O mesmo se pode afirmar do folhetinista

Joaquim Maria Carneiro Vilela (1862-1913), fabricante de histórias complicadas cujo reduzido mérito está no quadro de costumes pernambucanos. Faria Neves Sobrinho (1872-1927), além do volume de contos *O Hidrófobo*, deixou o romance *Morbus*, de 1896, que esclarecia, em subtítulo, tratar de assunto patológico. Como naturalista é apontado, parece que indevidamente, o romance de Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911) *A Casinha de Sapé*; trata-se de literatura puramente regionalista, continuada com *Um Motim na Aldeia* e com *O Cajueiro do Fagundes*, de 1877 e 1911, respectivamente, retratos da vida de classe média. Só por equívoco poderia, por outro lado, ser aceito como naturalista Antônio Papi Júnior (1854-1934), cujos romances *O Simas*, de 1898, *Sem Crime*, de 1920, e *A Casa dos Azulejos*, de 1927, são escritos numa linguagem artificial e caprichada. Mais, e muito mais, regionalista do que outra coisa, foi ainda Rodolfo Teófilo (1853-1932), em cujos romances, *A Fome*, de 1890, *Os Brilhantes*, de 1895, *Maria Rita*, de 1897, e *O Paroara*, de 1899, os quadros de costumes predominam. Antônio Sales (1868-1940) escreveu um romance, *Aves de Arribação*, aparecido em livro de 1913, cujas qualidades passaram despercebidas na época. Manuel Batista Cepelos (1872-1915) foi outro naturalista menor e retardado, com o seu romance *O Vil Metal*, de 1910, em que estuda o meio paulista em que começa a se definir em sua plenitude uma sociedade capitalista. Pedro de Castro Canto e Melo (1866-1934) também fez naturalismo ao fim da escola, com os romances *Mana Silvéria*, de 1913, *Alma em Delírio*, de 1909, *Relíquias da Memória*, de 1920 e *Recordações*, de 1923. Cármen Dolores, pseudônimo de Emília Bandeira de Melo, figurou em um romance de 1911, *A Luta*, a instabilidade social da mulher; Antônio de Oliveira, com *O Urso*, de 1901; Horácio de Carvalho, com *O Cromo*, de 1888; Marques de Carvalho, com *Hortênsia*, daquele mesmo ano; Pardal Mallet, com *O Lar*, ainda de 1888 — são outros tantos exemplos do naturalismo inespecífico, em alguns casos, demasiado apertado na receita externa, em outros, que não chegou a integrar-se no patrimônio literário, permanecendo desconhecido ou esquecido.

10 — O REGIONALISMO

Influência do naturalismo na literatura regionalista — Transplantação e regionalismo — Papel do meio físico: a valorização da natureza — Regionalismo e linguajar — Regionalismo e prosa parnasiana — Simões Lopes Neto — Afonso Arinos — Regionalismo do libelo: Monteiro Lobato e o Jeca Tatu.

O REGIONALISMO, que se desenvolve a partir do desencadeamento do largo movimento de idéias que corresponde às transformações operadas no Brasil nos fins do século XIX, difere fundamentalmente do sertanismo com que a escola romântica se ornamentara. A diferença não está apenas na forma, mas no conteúdo, daí a sua importância. "As paisagens, como os textos, só falam quando são interrogadas. Tudo é mudo nas formas a que não sabemos insuflar um verbo", dizia um crítico[1]. Ao esboço de literatura regional que acompanha o desenvolvimento romântico, convencionamos conhecer como sertanismo. Regionalismo, a rigor, começa a existir quando se aprofundam e se generalizam, a ponto de surgirem em zonas as mais diversas, manifestações a que o romantismo não poderia fornecer os elementos característicos.

"Há, porém, uma diferença essencial entre o regionalismo tal como era visto pelos românticos e o que foi posto em prática pelas gerações realistas — acentua outro crítico. Em José de Alencar, Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, o regionalismo é uma forma de escape do presente para o passado, idealizado pelo sentimento e artificializado pela transposição de um desejo de compensação e representação por assim dizer onírico. Essa modalidade de regionalismo incorre numa contradição ao supervalorizar o

pitoresco e a cor local do tipo, ao mesmo tempo que procurava encobri-lo, atribuindo-lhe qualidades, sentimentos, valores que não lhe pertencem, mas à cultura que se lhe sobrepõe."[2] Esclarecendo, adiante: "Outra concepção correlata é a que reduz o regionalismo a sinônimo de localismo literário, a literatura regional não passando da exploração e exposição do pitoresco, das formas típicas, do colorido especial das regiões. É outra forma de escapismo romântico, ou então é próprio de épocas e civilizações cansadas que se refugiam no passado ou no pitoresco local".[3]

Na medida em que recuamos no tempo, o problema, característico dos povos de formação colonial, da transplantação, indica traços cada vez mais profundos. Sob o romantismo, a transplantação estava presente, com a sua máxima força — admitido que ela não pode ser considerada na fase colonial, em que era a solução única — e atuava em todos os sentidos. Na criação literária, ela provoca o sentimento de exílio, o de sermos estrangeiros em nossa própria terra, conforme já tem sido repetidamente observado. Daí a deformação do regionalismo sertanista, que se despoja, assim, de qualquer sentido local ou zonal. É um artifício — não conjuga com o meio, mas se distancia dele.[4] Com o regionalismo isso não acontece. Existem nele, com a precariedade própria do tempo, deformações e fraquezas, mas já se aproxima, algumas vezes bastante, do ambiente que pretende retratar.

Peca também por excesso, além daquilo em que peca por falta, pois que coloca o ambiente acima da criatura: "O regionalista, ao contrário, entende o indivíduo apenas como síntese do meio a que pertence, e na medida em que se desintegra da humanidade; visando a preferência ao grupo, busca nas personagens, não o que encerram de pessoal e relativamente livre, mas o que as liga ao seu ambiente, isolando-as de todas as criaturas estranhas àquele. Sobrepõe, destarte, o particular ao universal, o local ao humano, o pitoresco ao psicológico, movido menos pelo desejo de observar costumes — porque então se confundiria com o realista — do que pela crença o seu tanto ingênua de que divergências de hábitos significam divergências essenciais de feitio. É por isso levado fatalmente a conferir às exterioridades — à conduta social, à linguagem, etc. — uma importância exclusiva, e a procurar ostensivamente o exótico, o estranho".[5] Mas esse pecado não inutiliza a sua contribuição, e há mesmo nela, em alguns casos, condições para superar as fraquezas. E nem abandona o campo dos costumes, porque, em casos numerosos, a ficção regionalista se enriquece com os traços, que o naturalismo acolheu, peculiares à vida coletiva, pelo menos naquilo em que, nela, mais atuou o quadro físico. Naturalismo e regionalismo têm outros pontos de confluência, aliás.[6]

Só quando o naturalismo proporciona os instrumentos que o caracterizam, superando os processos românticos, e quando surgem os movimentos de renovação do pensamento em variados setores, o problema da transplantação sofre uma alteração importante, motivando a transição do sertanismo para o regionalismo. De puro e simples processo de idealização transita para um quadro muito mais complexo em que procura traduzir a realidade através da valorização de alguns de seus elementos mais nítidos embora ainda não os fundamentais.[7] Não é por acaso que o regionalismo literário surge ao mesmo tempo que o regionalismo como processo de interpretação histórica e social da vida brasileira.[8] Trata-se, pois, de um movimento geral, cuja profundidade e cujas características, além do que nele pertenceu ao aspecto formal, não tem sido devidamente apreciado. Nesse movimento geral, começa a afirmar-se um sentido peculiar, levado a extremos, a busca ainda desorientada de formulações culturalmente brasileiras.

Lúcia Miguel Pereira abre uma ampla perspectiva, ao abordar o problema quando situa o conflito cultural: "Foi o que sobretudo ocorreu no Brasil, onde a literatura não surgiu espontaneamente, não se originou da necessidade íntima de expressão: fruto da imitação, antecedeu essa necessidade, mormente no que ela pudesse conter de genuinamente brasileiro. Não é esse, aliás, um fenômeno restrito ao nosso, mas comum a todos os países colonizados. A cultura intelectual, vinda da Europa, atuando em estilo diverso da cultura na acepção dada ao termo pela sociologia, retarda nos escritores o amadurecimento da mentalidade nacional".[9] Esclarecendo adiante: "Certo, são sempre precariamente sondadas as origens da obra literária, não se podendo aquilatar seguramente até que ponto podem os escritores sofrer a influência das condições econômicas e sociais do meio; mas tanto quanto o indianismo refletiu, ao lado do impulso romântico da época, a necessidade de auto-afirmação de um povo em lua-de-mel com a independência política e o desejo de sobrepor aos portugueses outro fator étnico da nossa formação, o sertanismo revela o anseio, num país onde a cultura é importada, de valorizar os elementos mais genuinamente nacionais".[10]

Claro está que, em face das condições do país, o regionalismo teria suas possibilidades limitadas. A primeira de suas limitações a que obedeceu, quase sempre com uma obediência levada ao ex-

tremo, com servilismo mesmo, foi a fascinação pelo meio geográfico. Domina-o, todo ou quase todo, um geografismo por vezes delirante, um apego profundo ao pitoresco, que esteve também presente no sertanismo e que dêle proveio. A natureza absorve, na ficção regionalista, o papel do homem e este vive em função dela, esmagado pela sua imponência. A idéia de que o meio físico moldava a criatura e a coletividade e até dava o caráter, a fisionomia, a cor local — e por isso devia ter um lugar destacado na sua transposição para a literatura — provinha ainda do largo movimento de idéias do tempo. "Do ponto de vista geográfico, dirá um estudioso, o fato da coabitação, isto é, do uso comum de um certo espaço, é o fundamento de tudo".[11] Tratava-se de noção peculiar a uma fase em que as ciências naturais tomavam grande impulso e transferiam seus padrões e até mesmo o que era possível de seus processos a vários domínios. Noção a que a botânica conferia primado indiscutível: "Em suma, o que se deduz nitidamente dessas pesquisas é uma idéia essencialmente geográfica: a de um meio compósito, dotado de uma potência capaz de grupar e de manter juntos seres heterogêneos em coabitação e correlação recíproca. Essa noção parece ser a própria lei que rege a geografia dos seres vivos. Cada região representa um domínio onde foram artificialmente reunidos seres díspares que aí se adaptaram a uma vida comum".[12] O problema fundamental da pesquisa geográfica, a que a botânica conferia um considerável impulso na época, estava em distinguir justamente o que era obra do homem, no conjunto da paisagem.[13] Conquanto os verdadeiros mestres viessem a admitir, logo depois, que o meio geográfico podia no máximo condicionar, mas não determinar, os excessos naturais da fase conferiam uma absorvente preponderância ao quadro físico. O regionalismo, em que a habilidade para representar a natureza dava o padrão, receberia a influência do que dominava o pensamento naquela fase. Ora, num país em que a exuberância da natureza constituía um motivo de orgulho, uma das tônicas da afirmação nacional teria de ser justamente aquela alimentada pela grandeza do meio físico. As ciências do homem, como as da sociedade, chegaram mais tarde, no sentido de neutralizar, entre nós, esse curioso desvio. Eram ciências da maturidade, e só por um longo caminho viriam destruir, no processo de transplantação, os conceitos errôneos que nos deprimiam, particularmente aqueles ligados à antropologia.

Outra limitação do regionalismo foi aquela que se esforçou por distinguir a personagem pelo seu modo de falar. Isso mais ainda

amesquinhava o papel do homem, e correspondia a uma generalizada incompreensão, a que o naturalismo, no seu apego ao convencional e ao superficial deu grande impulso: a de que a criatura fica representada com maior fidelidade quando lhe reproduzimos certas exteriorizações, entre as quais logo se destacou, no campo da arte literária, a maneira de falar. O regionalismo admitia não só que era mais fiel à realidade permitindo que as personagens falassem, na ficção, como falavam na vida, mas, o que era extremado, que houvesse cor local, e que a cor local encontrasse plena representação, na linguagem peculiar a determinadas zonas. Era isso levar a busca do pitoresco a um limite descomedido.[14]

Surge, então, ao lado da criação artística, a necessidade dos glossários, dos adagiários, dos vocabulários, verdadeiras chaves de interpretação, sem as quais se torna impossível compreender personagens e até mesmo quadros, tão sobrecarregado de escória está o minério dessa língua estranha, que distancia o leitor do assunto e lhe denuncia, desde logo, a falsidade no tratamento.[15] No fim de contas, tudo isso reduzia o homem ainda mais do que o contraste com a natureza, a um bicho, animal de fala, sem dúvida, mas fala praticamente inumana, que lhe mostrava a ignorância e lhe frisava a pequenez. Falso o ponto de vista, de toda maneira, uma vez que as modernas pesquisas têm comprovado, muito ao contrário do que supunham os regionalistas extremados, que existe na linguagem dos ignorantes muito elemento arcaico, conservado em estado de pureza original na sua transmissão de ouvido a ouvido, através de gerações.

As limitações mencionadas mostram, no fim de contas, e isso não representa a condenação do regionalismo, que a literatura brasileira não estava ainda em condições de discriminar o essencial do secundário.[16] O regionalismo se colocava naquela posição, peculiar, em outras terras, em que a individualização decorre da própria ação, pelo modo como os personagens reagem aos acontecimentos, à fase anterior ao romantismo.[17] Nesse sentido, podava-se de qualquer possibilidade de atingir o plano épico que se apresenta como finalidade distante poucas vezes alcançada de todas as criações que pretendem mostrar a grandeza, em qualquer sentido.[18] A tendência em conferir predominância à paisagem física, por outro lado, fazia a literatura exercer todo o seu esforço no descritivo, como se fosse uma espécie de pintura, sem ter, para traduzir a realidade, os recursos próprios da arte figurativa.[19]

A deformação pelo linguajar começaria, aliás, por mostrar a rudeza dos personagens, e acabaria por uma artificiosidade singular e contrastante, desembocando numa erudição de mandarinato, naquela "requintada estilização" mencionada por um crítico.[20] Enquanto conservada nos limites irreais do linguajar próprio de cada zona, denunciava deficiências do processo. Levada ao campo oposto, entretanto, representava sintoma evidente de dessoramento literário, erro fundamental que agravava o divórcio com o mundo dos leitores, separação estabelecida por um ato de vontade e trazendo a marca aristocrática do isolamento e da superioridade afirmada de público.[21]

Longo em sua duração, largo pela generalidade de suas manifestações, o regionalismo valorizou o elemento popular, entretanto, e, algumas vezes, quando fundiu a linguagem e o tema, alcançou um teor qualitativo importante.[22] Revelou o Brasil aos brasileiros, apesar de seus quadros pejados de natureza ou dos entraves da erudição verbalista que proporcionou em muitos casos. Procurou dar à cor local um sentido mais profundo do que o trazido pelo sertanismo. Mesmo quando secundário, desviado do campo literário, representou um acervo de informação documentária a que se deve sempre atenção.[23] Sofreu, mercê das condições do tempo, muito mais favoráveis do que em relação ao sertanismo, de que se originou e onde colheu inspiração, a influência histórica: seus quadros já não são parados, de uma situação estática, como no antecedente, mas admitem o desenvolvimento, a transformação e ainda mesmo a ação do homem, ainda que reduzida.[24] Nos últimos regionalistas há que destacar também e com uma importância profunda, o sentido social, a intenção redentora, que já valoriza o homem em vez de fazê-lo um títere ante o meio, e acaba por se constituir em libelo.[25] No conjunto, o regionalismo correspondia, inequivocamente, a um grande avanço no sentido da criação de uma literatura nacional. Os primeiros traços desta encontram-se, sem dúvida alguma, nos melhores regionalistas, naqueles que conseguiram superar as deficiências ligadas principalmente ao geografismo e ao linguajar. Eles nos deram, dentro do regional mais genuíno, o sentido universal que denuncia a presença da qualidade literária, quando esta é alguma coisa mais do que simples virtuosismo formal.

Os primeiros regionalistas conservaram-se muito próximos do sertanismo, como era natural, e sentiram bastante a influência romântica. É o que acontece, por exemplo, com Apolinário Porto Alegre.[26] Não sendo um inovador, Apolinário Porto Alegre, pela

sua militância literária, dá um teor de qualidade ao regionalismo sulino, cujos primeiros esforços, em tentativas isoladas, já existiam antes de seus trabalhos.[27] Com *O Vaqueano* e os contos de *Paisagens* (1874) volta-se para o pitoresco que existe no gaúcho e confere, com os seus companheiros da Sociedade Parthenon Literário, um grande impulso ao regionalismo.[28]

A grande figura do movimento sulino, entretanto, é João Simões Lopes Neto, que oferece a singularidade de ter proporcionado, num acervo literário, como o nosso, em que o revisionismo de valores se processa em torno de pequenos problemas, não alterando em essência a colocação qualitativa dos autores, o caso realmente importante de valorização posterior e justa, com a particularidade de que o motivo principal do relativo obscurecimento a que estava votada a obra do grande regionalista foi o ter vivido sempre na sua província, numa época em que só a capital tinha condições para projetar o nome dos autores.[29] Em João Simões Lopes Neto o regionalismo atinge, realmente, um nível insuperado entre nós. Fundindo a linguagem e o assunto, o pelotense liberta-se dos entraves e das deficiências do linguajar.[30] Conhecendo de perto os cenários e os tipos que descreve, sabe trazê-los com vida às páginas de seus contos, embebidos ainda de tudo o que os moldou. Recolhe as suas histórias na tradição oral, sem se tornar um mero coletor de motivos folclóricos.[31] Conserva o sentido histórico que dá relevo às mudanças — uma espécie de terceira dimensão que destaca os traços da realidade objetiva e que fornece o enquadramento social das personagens e dos cenários.[32]

Simões Lopes Neto acolhe na sua ficção a gente humilde, a gente do povo, o trabalhador do campo e das charqueadas. "Ainda aqui, no entanto, é preciso definir os termos — dirá dele um crítico. — Blau Nunes, o herói de Simões Lopes, é o gaúcho pobre, o tropeiro, o peão de estância, o agregado, o índio humilde. Há um claro acento popular em todos os contos, autênticos e espontâneos, que toparemos dificilmente na literatura regionalista ou com veleidades 'populistas' do nossos escritores. Talvez ninguém no Brasil tenha conseguido uma identificação tão profunda com o espírito dos seus pagos, a tal ponto que o próprio João Simões Lopes Neto, o pelotense culto e de família patrícia, inteiramente se apaga na sombra de Blau, o vaqueano".[33] O que interessa ao ficcionista é, assim, as criaturas mais do que a paisagem, o que estava em contraste com o conjunto do movimento, pejado de pitoresco e entravado no linguajar. Conservando-se fiel ao que era peculiar em seu meio, com-

preendido e admirado por todos os brasileiros. Na sua prosa colorida transparece a vida e, nela, as relações sociais mais profundas, até mesmo com as suas âncoras históricas.[34] A importância de sua obra, por isso mesmo, não cessará de crescer, e talvez na medida em que o regionalismo vá perdendo, com o passar dos tempos, o que ainda oferece de interessante, apesar de suas deficiências, na medida em que o pós-modernismo lhe proporcionar um conteúdo.

O que triunfou, na época, entretanto, não foi a simplicidade do pelotense mas a opulência de Alcides Maia. [35] Com ele, o regionalismo ingressa no terreno ingrato do artifício, do ambiente reconstituído com palavras, como se estas tivessem, na sonoridade, também a cor. "Prejudica-o — dirá um crítico —, sem dúvida, certa falta de perspectiva no conjunto, e o amor à minúcia, à prosa opulenta, de saber euclidiano, obrigam o leitor a aguçar a atenção período a período, página a página, com prejuízo da leitura corrida"[36]. Lançando a sua obra na mesma época em que Simões Lopes Neto via editados os seus livros — até com algumas e sintomáticas coincidências de data: *Ruínas Vivas* é de 1910, o mesmo ano do *Cancioneiro Guasca; Tapera* é de 1911, quando os *Contos Gauchescos*, já escritos, esperam por 1912 para aparecer em livro — Alcides Maia não tarda, entretanto, em ver os seus volumes aceitos como literatura. É que correspondiam, efetivamente, a determinados padrões convencionados como altos, obedeciam ao gosto, não do público, mas dos profissionais, todos quase voltados para a forma, para a valorização verbal, para o culto da palavra sonora, da frase redonda, numa estilização que dominou por muito tempo e que, como o parnasianismo em poesia, só ficou definitivamente derrotada com o advento do modernismo. Caímos, assim, no regionalismo a que não apenas o linguajar pretende conferir a nota dominante e substituir o pitoresco, ou conviver com ele — quase sempre sendo esta a solução preferida — mas naquele em que aparece um simulacro de erudição literária, que desvia as atenções, que busca, pelo falso aprimoramento, o aprêço dos que aceitam a convenção do bem escrever, do escrever literário. É uma "prosa de míope", que avassala o país, na época, que marca os valores e que distingue, cujas culpas, assim, transcendem o individual. É uma "prosa desenhada", que acaba por fatigar, mas a que os confrades concedem uma valorização extrema, que se agarra ao perecível como se fosse a essência salvadora do trabalho literário.[37]

Numa controvérsia que nem por ter sido no ambiente de província perdeu em importância, Moisés Velinho situou, um tanto

caricaturalmente, essa prosa: "Se algum termo comezinho, iludindo-lhe a dura vigilância, ousa insinuar-se nos luxuosos recamos de sua prosa, ele acode imediatamente com um acessório imprevisto, uma desinência rara, e eis que o intruso reaparece completamente transfigurado".[38] Refere-se a Alcides Maia, em torno do qual discute questão mais profunda, a das raízes do regionalismo gaúcho. A observação caberia ainda a Roque Callage, que segue o roteiro do autor de *Alma Bárbara*, sem alcançar, como aquele alcançou, o aplauso nacional, representado na consagração dos que ditam as regras e conferem os lugares na época.[39]

Salva-se em Alcides Maia, entretanto — mais do que em Roque Callage, embora não seja este merecedor de esquecimento — a fidelidade ao conjunto e a capacidade para fixar, ainda que em forma desapropriada, alguns conflitos que a realidade apresenta, e um que outro tipo, que sobrevive naquele oceano rutilante e superficial de prosa trabalhada. Não pode ser esquecido e nem mesmo desprezado. Difícil que seja à leitura, oferece muito da terra e um pouco do homem.

O regionalismo gaúcho salvou-se, posteriormente, dos embaraços do artifício verbal, despojou-se bastante da carga do linguajar, mas trazia um mal de origem, que atingiu os que vieram depois e se enquistou em quase todos eles, tão profundas as suas raízes. Era, no fundo, saudosista e apegava-se ao passado morto com tanto maior esforço quanto mais distante fosse aquele passado, quanto mais o condenasse a realidade do presente. Há alguma coisa de dramático nesse apego. Alcides Maia, que foi um típico representante desse regionalismo, até mesmo em suas deficiências, tocou a chaga, a dolorosa chaga, quando escreveu: "É o desgosto do presente que gera nas civilizações convulsionárias a paixão exclusiva da natureza, a fuga para as idades pretéritas, o amor ao exótico".[40] A questão, em sua essência, está na afeição desolada por um tipo humano, o gaúcho, moldado segundo a forma do "monarca", mas inteiramente extinto. Na medida em que a realidade anuncia, cada vez com maior vigor, a morte daquele tipo, a literatura busca salvá-lo, como se nele estivesse contida a totalidade da vida, o que ela teve de grande pelo menos, o seu espírito de luta, o seu sentido heróico.

No passado, realmente, distante de mais de um século, o gaúcho era a representação viva do que o individualismo pode representar de melhor: era independente, era altivo, era generoso, era bravo, era insubmisso. Tudo isso, naturalmente, sobre um cavalo, de laço junto à sela, com as bombachas presas à bota, o poncho ao vento. Era

um tipo, sem dúvida alguma, e as suas lutas, sejam as individuais, nas "arriadas", nas "carreiras", nas competições amorosas, sejam aquelas dos "entreveros" sobre as coxilhas, nas guerras e guerrilhas, encheram as páginas da história e das crônicas e ocuparam a tradição oral, no "galpão", junto ao fogo. Desde que a carne, entretanto, se tornou um bem econômico, além do couro e apareceram as charqueadas, desde que os campos foram cercados — o tipo começou a perder em força, em altivez, em independência, e portanto em colorido — embora continuasse a andar a cavalo, cobrir-se com o poncho e usar adaga. A introdução de relações capitalistas na pecuária sulina liquidou o gaúcho tradicional. Quando veio o frigorífico, ele já estava morto de há muito. Mas vieram, também, outros tipos de trabalho: o da agricultura, com toda a gama que o desenvolvimento material trouxe à província, diversificando os seus quadros. Ora, cada uma dessas atividades trazia formas de conflito que, embora despojadas daquele sentido tradicional, eram igualmente vivas e fecundas, uma vez encaradas objetivamente e traduzidas em termos de literatura. O regionalismo sulino, entretanto, aferrou-se ao que estava liquidado e vem se monotonizando na nostalgia de um passado que não encontra nenhuma correspondência mais na realidade. É uma forma singular de horror ao que assiste, sem dúvida, traduzido em fuga, na romanesca fuga para uma tradição que pode estar presente nas vestes, mas está ausente em tudo o mais. E revela, além de tudo, a idéia de que o sentido heróico só pertence ao que o gauchismo teve de característico — quando há um heroísmo próprio de cada meio e de cada época. Não foi esse o sentido da controvérsia de 1925, mas esta é a análise em profundidade do caso verdadeiramente singular da situação estacionária do regionalismo gaúcho.[41]

A crítica e a história consagraram como a grande figura do regionalismo brasileiro a Afonso Arinos.[42] Tudo o que se tem escrito a seu respeito, até agora, entretanto, carece de fundo analítico, fica na superfície de um tratamento inadequado em relação a uma apologética que mereceria encontrar uma base melhor. Não faltaram a Arinos, efetivamente, qualidades literárias. Sua prosa foi sempre simples, colorida, limpa dos excessos do linguajar. Nem permitiu que os matutos falassem na sua ficção a linguagem cotidiana. Contornou habilmente o terreno ingrato e falso dessa deformação primária e encontrou autenticidade por outros caminhos. Refugou sempre, ainda, a descaída para a frase redonda, para o artifício artesanal, embora, nos trabalhos póstumos, já seja fácil

notar uma evolução para o modelo dominante, para a submissão a uma linhagem trabalhada, ainda que não houvesse exageros nesse sentido.

Na forma concisa do conto, Afonso Arinos deixou tudo o que o caraterizaria e lhe asseguraria um lugar importante nas letras brasileiras. Nessa forma, conseguiu superar, provavelmente, as deficiências que, no campo muito mais amplo do romance, surgiriam com evidência gritante. Há, sem dúvida, muito de intencional e muito de convencional nas suas personagens, e ainda nas suas paisagens. Viu as criaturas de fora, alheio ao que elas possuíam de íntimo, a sua força natural, o sentido mesmo de suas existências. Nesse europeu de cultura, a posição sertaneja parece sempre postiça e incômoda — não lhe vem da identificação mas apenas da simpatia e, se é certo que isso lhe dá possibilidade para oferecer meia dúzia de histórias interessantes, não lhe permite aprofundar a transposição. Os matutos não são bem assim — ele é que os deseja assim — e no seu processo, apesar da clareza, da limpidez narrativa, existe uma carga de romantismo que transparece à mínima observação. Apoucada é a realidade de suas figuras, recortadas à maneira impressionista, apanhadas em flagrantes rápidos, que as deixam indefinidas, mais idealizadas do que realizadas. A valorização unilateral de certas qualidades, infundidas pelo autor nas personagens, como que as mutila, leva-as para um requinte que não poderiam ter as suas correspondentes da vida real. O meio social, de outro lado, desaparece totalmente, deixando as figuras soltas, abandonadas numa paisagem que, se é levantada sobre reminiscências, não está isenta da contribuição literária.

Sob certos aspectos, e fora de época, Arinos colocou-se na posição dos que opunham o homem do interior ao homem do litoral, como forma de frisar o sentido nacional daquele, o que foi uma atitude do sertanismo, muito mais do que do regionalismo, de tudo o que caracterizou a influência romântica, e não daquilo que recebeu o positivo e o melhor da fórmula naturalista. Nem se preocupou com a fidelidade de observação que foi um dos motivos repetidos dos regionalistas, que o levaram ao excesso. Pecou por falta, nesse sentido, e o sertão que oferece é bastante alterado pela intervenção do ficcionista. "Amou o sertão mais do que lhe pertenceu", afirmou um crítico, com justiça.[43] Por tudo isso, embora as suas histórias sejam fáceis, agradáveis mesmo de se ler, parece que elas não nos transmitem a impressão que o autor desejou, não nos apresentam o sertão e o sertanejo, e, assim, houve uma valorização demasiada

do seu papel em nossa literatura, o que está longe de significar, certamente, que deva ser apoucado e desprezado.[44]

Em contraste com a maneira de Arinos, Hugo de Carvalho Ramos figura o sertão com alguns vigorosos traços. Nos contos goianos de *Tropas e Boiadas*, as personagens absorvem inteiramente a paisagem, e vivem os problemas autênticos da região. E Hugo de Carvalho Ramos leva a autenticidade aos limites do libelo, pintando algumas cenas violentas. O lado humano é que interessa a esse ficcionista áspero, cru em seus tons dramáticos, denunciando claramente a presença de muito mais do que o quadro físico nas suas histórias.[45] E é ainda o lado humano, mais no plano individual, ainda que sem deixar obscuro o que existe condicionando a sorte das criaturas, mesmo as aparentemente excepcionais, que está presente em Manuel de Oliveira Paiva, cujo romance póstumo, *D. Guidinha do Poço*, tem qualidades literárias incontestáveis e cuja história, embora retirada dos fatos vividos, tem correspondências curiosas com a realidade, o que nem sempre acontece, por paradoxal que pareça, com as coisas copiadas da vida.[46] Trata-se da aventura de personagem singular, mulher violenta, dominadora, senhora de terras, que se perde pelo amor e que se choca com o meio, em conseqüência. A reabilitação de Oliveira Paiva representa um dos raros casos de acerto revisionista em nossa literatura. No seu romance existe aquela conjugação entre naturalismo e regionalismo, que não constituiu um caso isolado mas se generalizou entre nós. Parece ter havido, de outra parte, pelo menos coincidência no valor de quase todos os regionalistas que se submeteram à influência naturalista.

Isto aconteceu particularmente com os nordestinos. O exemplo mais expressivo está em Domingos Olímpio.[47] O drama da seca aparece em muitos dos seus traços mais fortes no único romance do ficcionista cearense que tomou a forma de livro. Nele, o papel modelador da natureza. particularmente através das calamidades, reflete-se profundamente nas criaturas. E existe a repetição do exemplo de Oliveira Paiva, com a apresentação de um tipo raro, o da mulher masculinizada, num meio em que o patriarcalismo ainda estava presente e dominante. *Luzia-Homem* (1903) assinala, apesar dos seus laivos românticos, um instante curioso do regionalismo nordestino, quase inteiramente calcado no quadro da seca e dos seus efeitos sobre as criaturas, projetando-se para o futuro, como ponte para a literatura que o pós-modernismo apresentaria. Livro desigual, justifica, no conjunto, o interesse que despertou quando de seu

aparecimento. Já é bastante diferente daquele em que Rodolfo Teófilo, mais naturalista do que regionalista, ainda que misturando os traços de uma e outra coisa, situaria, mais de dez anos antes, o mesmo drama, com *A Fome* (1890). Teófilo se realizaria melhor, aliás, e seria mais regionalista do que naturalista, em *O Paroara* (1899), focalizando o problema do deslocamento dos cearenses para o cenário amazônico.[48] Não se submetendo inteiramente ao primado da seca, Antônio Sales, em *Aves de Arribação*, situou muitas vezes bem o quadro da gente sertaneja.[49] Regionalista e naturalista, como os demais, seria ainda Carlos Dias Fernandes que, com *Os Cangaceiros*, traria para a literatura o segundo elemento da paisagem, o deserdado fora da lei, lançado ao banditismo, filão ainda inesgotado, que abasteceu muitas e muitas tentativas, quase sempre goradas, de literatura e de falsa literatura.[50]

O sertanejo, já em outra região, proporcionou o romance de Lindolfo Rocha, *Maria Dusá* (1910), em que a ficção tende bastante ao documentário, mas em que há cenas fortes e sempre lembradas pelo leitor, a que se transmite a sensação poderosa da força com que o meio domina as criaturas.[51] Os costumes do sertão são figurados ainda nos romances de Afrânio Peixoto, se não em todos, porque terminaria por fixar as suas atenções nos ambientes urbanos, pelo menos naqueles menos perecíveis. É um sertão um pouco estilizado, em que as personagens, tratadas psicologicamente, tendem a dominar o cenário, e em que existe, quase sempre, o desprezo pela paisagem, mas no qual, através de amores e de amarguras, surgem os seus problemas.[52]

Pintando os cenários e as criaturas do outro ambiente, Xavier Marques pode ser aceito como um regionalista de muitos predicados, que o vício literário não corrompeu inteiramente. E o melhor de sua obra ficou sendo aquela em que estudou a vida dos praieiros. *Jana e Joel* (1899) é uma novela que salvará do esquecimento o escritor baiano.[53] Marinhista foi, em outro ambiente, Virgílio Várzea, um dos raros escritores brasileios a tanspor o mar para a ficção.[54] Os contos de *Mares e Campos* (1894) e principalmente os de *Nas Ondas* (1910) não merecem o esquecimento em que jazem.

As deformações do regionalismo, raiando a própria corrupção do gênero, surgiriam particularmente com o ardente verbalismo com que Alberto Rangel tentaria seguir o exemplo de Euclides da Cunha, ao pintar a violência da natureza amazônica em *Inferno Verde* (1908).[55] Com ele, estamos nos limites da literatura, quase marginais, tal o descompasso entre a realidade e o texto, tal o artifício

que afugenta o leitor, tira-lhe toda e qualquer possibilidade de conhecer a região pelo depoimento. Isso acontece menos em Raimundo Morais que, conhecendo a fundo os cenários que descreve, e as personagens, transpõe com muitos traços sinceros e claros, para a ficção como para o ensaio, muito da paisagem amazônica, numa contribuição que raia quase sempre os limites do documentário.[56] O outro extremo do regionalismo surgiria com Valdomiro Silveira, cuja aguda observação de costumes foi bastante prejudicada pela intenção em acentuar totalmente o traço peculiar através da linguagem dos roceiros.[57] Em uma obra que só foi recolhida aos livros muito tarde, o escritor paulista trouxe elementos dignos de atenção para o regionalismo, mas não soube fundi-los em termos de ficção, ficando gorada, lastimavelmente, uma contribuição cheia de interesse.[58]

Com Monteiro Lobato, o regionalismo chega ao fim, dentro dos moldes que haviam presidido o seu desenvolvimento. Ao estrear com os contos de *Urupês* (1918), o escritor paulista, ao mesmo tempo que ajuntava ao gênero elementos novos, acentuava as suas deficiências e, principalmente, os seus desvios, e liquidava-o.[59] Há nesses contos, e nos que vieram depois, e ainda naquilo que não chega a ser conto, permanecendo numa espécie de limbo, esboços, cenários, rascunhos de contos, um teor novo para o momento. À tortura parnasiana na forma, que domina a prosa, substitui-se a extrema simplicidade, a clareza meridiana, a simetria vocabular, o total despojamento de todo artifício. É no estilo, realmente, no contraste que estabelece com o que vem dominando, que Monteiro Lobato realiza uma alteração interessante, com o seu horror ao solene, ao postiço, ao rebuscado. Porque, do ponto de vista de construção, os contos são deficientes, e raiam muitas vezes os limites da anedota, ou não se completam — revelando um esforço, porventura penoso, do autor, para lhes dar forma de ficcção, quando era um simples expositor, com um senso agudo do detalhe significativo, um esplêndido dom pictórico, fixando a minúcia característica, o traço peculiar do cenário.

Monteiro Lobato liquida o regionalismo, aquele regionalismo em que as influências naturalistas haviam transformado o sertanismo, romântico, quando cria um tipo, o *Jeca Tatu*, que um discurso de Rui Barbosa coloca em evidência. Nesse tipo, verdadeiro nos traços exteriores, falso no conteúdo, o escritor paulista busca representar, em deformação caricatural, que por isso mesmo se vinca e se generaliza, o homem do interior, o caipira, pobre, doente, preguiçoso, ignorante, embora dotado de uma sorte de inteligência,

a esperteza solerte, encoberta sob uma aparência sonsa. Atingindo a esse máximo, o regionalismo denunciava precisamente, no instante oportuno, a sua deficiência fundamental, que lhe provinha em muito da contribuição naturalista, que estava ancorada nos mesmos motivos, tinha as mesmas raízes; a realidade não está apenas na superfície; nesta aparece por vezes a sua parte menos importante, menos característica: o meio age através das relações sociais — a seca não tem os mesmos efeitos no agregado e no proprietário. *Jeca Tatu* era falso justamente pela verdade unilateral de sua forma exterior — sob a aparência da preguiça, da ignorância, da doença, estava o drama profundo. Resultando num libelo às avessas, o tipo era condenatório da vítima. Lobato reconheceu isso depois, o que tem importância apenas biográfica. No conjunto, tendo realizado um tipo, que é um dos máximos da ficção, o regionalismo se esgotava com ele.[60]

NOTAS AO CAPÍTULO 10

1 Augusto Meyer, "Alencar, Capítulo de um Estudo", *in Jornal do Brasil*, 2-6-1957, Rio.
2 Afrânio Coutinho, "O Regionalismo na Prosa de Ficção", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1955, v. II, pág. 145.
3 Idem, pág. 146.
4 "Dos dois poderosos fatores poéticos da ficção romântica, *a distância no espaço*, — o exotismo — e *a distância no tempo*, — o primitivismo, o medievalismo, as idades recuadas, a poesia das coisas vetustas — o primeiro agiu paradoxalmente, em nosso caso, dando um sabor de novidade estranha ao que era prata de casa e devia parecer-nos, em vez de original, costumeiro, e em vez de exótico, familiar. Mas o paradoxo era uma conseqüência inevitável das condições de desterro cultural em que vivíamos; no fundo, como ainda hoje de resto acontece, éramos uns estrangeiros em nossa terra, sentíamos as nossas coisas como exilados da fantasia. O índio, a selva, a paisagem grandiosa, as ferocidades americanas sabiam-nos inconscientemente a exotismo. Estávamos — e ainda de algum modo estamos — ausentes. Só nos veio a revelação da presença muito mais tarde, em plena reação contra o Romantismo; a rigor, só a contar do Modernismo." (Augusto Meyer, art. cit.)
5 Lúcia Miguel Pereira, *História da Literatura Brasileira*, v. XII, *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*, 2.ª edição, Rio, 1957, pág. 181.
6 "Evidentemente, a par desses agentes sociais, há a registrar um agente literário: o exemplo do naturalismo que, habituado ao respeito pela realidade, tornou os regionalistas do fim do século mais objetivos do que os seus predecessores." (Idem, pág. 183.)
7 "Há que não esquecer ainda um aspecto tipicamente brasileiro do regionalismo: o sertanismo, a valorização e idealização do sertão e do

tipo do sertanejo. Desde o movimento romântico, e sucedendo ao indianismo, esse filão atravessa de ponta a ponta o nosso regionalismo. No início, era um processo de idealização e sentimentalismo, de feitio otimista, através do qual o sertão é visto somente no seu aspecto róseo, o sertão bom e saudável, povoado de criaturas boas, sadias e vigorosas, de almas puras. É o Brasil supostamente mais brasileiro." (Afrânio Coutinho, *op. cit.*, v. II, pág. 149.)

O mesmo autor caracteriza o regionalismo brasileiro, em seu estudo, de maneira seguinte: "Graças ao senso da verdade do Realismo, a mentalidade literária brasileira perdeu o sentimentalismo na consideração da regionalidade, e passou a compreender que o regionalismo literário consiste, no dizer de Howard W. Odum, em apresentar o espírito humano, nos seus diversos aspectos, em correlação com o seu ambiente imediato, em retratar o homem, a linguagem, a paisagem e as riquezas culturais de uma região particular, consideradas em relação às reações do indivíduo, herdeiro de certas peculiaridades de raça e tradição. Foi com o Realismo que se tomou conhecimento de que a cultura regional, conforme acentua B. A. Bodkin, pode oferecer à literatura 'um assunto (a paisagem física e cultural, os costumes locais, lendas, mitos, tipos, linguagem, etc.), uma técnica (modos de expressão nativos e populares, estilo, ritmo, imageria, simbolismo), um ponto de vista (a idéia social de uma sociedade) e os valores culturais movidos pela tradição, que exerce o papel de liberadora e não de confinante'.

"Desse jeito, a massa regional brasileira forneceu aos escritores realistas ampla fonte de assuntos, sugestões, linguagem nativa, tipos humanos, formas de conflito social e moral." (Idem, pág. 147.)

8 "O regionalismo é uma tradição antiga em nossos estudos sociológicos. No cultivo desta tradição constituiu-se mesmo uma seqüência de esforços aplicados no objetivo de formular uma interpretação sociológica do Brasil, seqüência que é representada inicialmente pelo tríptico: Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Oliveira Viana. [...] O primeiro regionalismo partiu dos sistemas de Taine, Frederic Le Play, Buckle e das correntes de antropogeografia vinculadas principalmente a Ratzel. [...] A região como unidade sociológica relativamente autônoma dentro de um contexto nacional é um tema que, com toda probabilidade, foi tratado pela primeira vez, entre nós, em *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. [...] Esta orientação, que se carateriza pelo propósito de obter uma interpretação configurada do Brasil, através da análise de suas peculiaridades regionais, é ainda a que leva Sílvio Romero a projetar, em 1904, a sua obra *O Brasil Social, à Luz das Idéias e do Método de Le Play* e de que só escreveu algumas páginas. Mas no ensaio *As Zonas Sociais e a Situação do Povo* (1906), Sílvio Romero esboçou as linhas principais da descrição do país à luz de uma sociologia regional." (Guerreiro Ramos, "O Regionalismo na Sociologia Brasileira", *in* revista *Serviço Social*, ano XIV, n.º 74, S, Paulo, 1954, págs. 55 a 58.)

9 Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 181.

10 Idem, pág. 183.

11 P. Vidal de La Blache, *Principes de Géographie Humaine*, 4.ª edição, Paris, 1948, pág. 104.

12 Idem, pág. 7.

13 "É preciso, diz Gallois, quando se quer dar conta dos fatos numerosos, pensar sempre na influência possível do meio. Ora, como reconhecer esta influência sem um estudo prévio, independente, do meio físico? Como discernir o que é feito pelo homem daquilo que é feito pela natureza, se se começa por confundir nos mesmos quadros a obra dos homens e as condições naturais?" (Idem, pág. 87.)

14 "Assinalava Apolinário Porto Alegre: 'Ante a parlenda do meu patrício, que, durante um bom quarto de hora, esbofou uma linguagem completamente alheia para mim, fiquei estatelado. Sem dúvida, tinha mister de recomeçar os meus estudos, refazê-los desde a cumeeira até aos alicerces. Eu nada sabia e ele, o rude agricultor e campeiro, era mais digno da América do que eu. Era ele brasileiro e eu um manequim da Europa, deslocado no meio em que nasci...' Resume então, nestes termos, a sua profissão de fé: "Para o meu país, não lhe queria só a emancipação política: almejava-lhe mais, desde então, a independência literária e científica. Desde essa época, tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa, só aproveitaria o saber e os métodos. Eis por que me iniciei no tupi-guarani, no quéchua, no caraíba e no banto." (Citado de Augusto Meyer, Prefácio a *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, de J. Simões Lopes Neto, Pôrto Alegre, 1949, pág. 13.)

15 "O comum entre escritores regionalistas é portarem-se ante o homem do povo como o espectador fino e sutil que se delicia com as 'tolices' do linguajar errado, caprichando ele o máximo na sua linguagem — como para guardar distância. Ele observa o pitoresco, lá da platéia; mas longe de querer para si mesmo alguma coisa daquele pitoresco; nada de confundir-se com o ator. [...] Parece-me este, exatamente, o caso de tais regionalistas. Estropiam sem dó nem piedade os vocábulos, no falar caipira, a pretexto de caracterizá-lo bem nitidamente; guindam-se a valer, capricham à larga na correção sintática, no retorcido da frase, quando estão com a palavra.

"Essa contínua e violenta desigualdade de nível, quebrando a unidade da composição literária, choca-nos. O excessivo caipirismo revelado na transcrição servil da fala matuta não parece de boa praxe. Prende-se a um conceito fotográfico de arte, inaceitável. Admite-se que, para assinalar bem um tipo, em uma ou algumas frases breves se lhe reproduza a fala com todas as deformações; mas o abuso desta prática desperta uma incômoda sensação de antiliterário. [...] Na ânsia de copiar com a máxima fidelidade a linguagem dos ignorantes, caem certos autores em excessos deploráveis. Não se restringem a alterar a grafia das pala-

vras naquilo em que a pronúncia caipira diverge da pronúncia culta; vão além: alteram-na ainda quando tal divergência não existe. Não contentes de fazer do linguajar inculto uma caricatura do falar civilizado, ainda por cima fazem uma caricatura dessa caricatura." (Aurélio Buarque de Holanda, Introdução a *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, de J. Simões Lopes Neto, ed. cit., págs. 27 e 28.)

16 A propósito, Lukács esclarece: "Só se o escritor sabe e intui exatamente e seguramente o que é essencial e o que é secundário, ele está em situação, ainda no plano literário, de dar expressão ao essencial e de configurar, a partir de um destino individual, o destino típico de uma classe, de uma geração, de uma época inteira. E se o escritor abandona esse critério de medida, perde com isso a mútua ligação existente entre privado e social, entre individual e típico. O elemento social, colhido abstratamente, não pode em caso algum encarnar-se em homens vivos, e permanece pobre, árido, abstrato, impoético." (Gyorgy Lukács. *Il marxismo e la critica letteraria*, Turim, 1953, pág. 216.)

17 "Já Balzac acentua, na sua crítica à *Cartuxa de Parma* de Stendhal, a importância da descrição como meio de composição essencialmente moderno. O romance do Setecentos (Le Sage, Voltaire, etc.) conhecia apenas a descrição que exercia uma função mínima, mais que secundária. A situação muda, entretanto, com o romantismo. Balzac evidencia que a tendência literária por ele representada, e de que ele considerava Walter Scott como fundador, concede à descrição uma importância maior. [...] O novo estilo deriva da necessidade de configurar de modo adequado as novas formas que se apresentam na vida social. A relação entre o indivíduo e a classe torna-se mais complexa do que era no Seiscentos ou no Setecentos. O ambiente, o aspecto exterior, os hábitos do indivíduo podiam (em Le Sage, por exemplo) ser indicados muito sumariamente e constituir todavia, apesar dessa simplicidade, uma clara e completa caracterização social. A individualização era dada quase exclusivamente pela própria ação, pelo modo como os personagens reagiam ativamente aos acontecimentos." (Idem, págs. 283 e 284.)

18 "A íntima poesia da vida é a poesia dos homens que lutam, a poesia de suas ligações mútuas que resultam de suas ações reais. Sem essa íntima poesia não pode surgir épica verdadeira, nem pode ser elaborada nenhuma composição épica apta a recolher o interesse dos homens, a reforçá-lo e mantê-lo vivo. A arte épica — e naturalmente ainda a arte do romance — consiste na descoberta dos traços atuais e significativos da prática social. O homem quer obter da poesia épica a clara imagem especulativa de si mesmo e de sua prática social. A arte do poeta épico consiste precisamente na exata distribuição dos pesos, na justa acentuação do essencial. A sua ação é tanto mais geral e transcendente quanto mais esse elemento essencial, o homem e sua prática social, não aparece em forma de um alambicado produto artificial, de resultado de um

virtuosismo, mas como qualquer coisa que nasceu e cresceu naturalmente: como qualquer coisa que não é inventada, mas simplesmente descoberta." (Idem, págs. 294 e 295.)

19 "Bem diferentes ficam as coisas onde predomina o método descritivo e a poesia empreende uma vã competição com as artes figurativas. Aplicado à configuração do homem, o método descritivo não pode senão transformar o homem em natureza morta. Só a pintura verdadeira e apropriada possui os meios para fazer da qualidade corpórea do homem a expressão imediata da mais profunda qualidade de seu caráter. E não foi por certo por acaso que na mesma época em que a tendência pictórico-descritiva do naturalismo rebaixava os homens, em literatura, ao nível de elementos da natureza morta, também a pintura desmerecia a capacidade de tornar intensa a expressão sensível. Os retratos de Cézanne, comparados à plenitude psicológica dos de Ticiano ou de Rembrandt, são pura natureza morta, exatamente como os personagens dos Goncourt ou de Zola em comparação com os de Balzac ou de Tolstói." (Idem, pág. 309.)

20 AUGUSTO MEYER, *op. cit.*, pág. 11.

21 "Afeiçoando-se à simplicidade das cenas que evocava, tirando grande efeito dos dialetos populares, o regionalismo buscou, de início — embora nem sempre o conseguisse — uma certa ingenuidade de estilo. Mas, no princípio do século, sobreveio um acontecimento que o modificaria: a publicação de *Os Sertões*. A prosa hirsuta, grandiosa e solene de Euclides da Cunha impressionou — porque era de fato impressionante — muitos espíritos, e pareceu sobretudo particularmente sedutora a alguns escritores que, para captarem paisagens e costumes do extremo Sul e do extremo Norte, Alcides Maia, Roque Calage e Alberto Rangel, navegaram na esteira euclidiana. A narrativa, forçosamente mais literária, torna-se menos objetiva e mais interpretativa; as personagens já não falam tanto, substituído pela policromia mais brilhante das palavras espocantes dos autores o colorido das locuções dialetais." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 184.)

22 "Ainda quando carece de valor literário, o regionalismo há de impor-se mais tarde pelo valor documental de grande parte da sua produção. Também existe, é sabido, um sub-regionalismo, lengalenga imitativa que está fora da literatura. Rejeitado esse, devemos assinalar duas famílias de regionalistas: os que nasceram feitos e apenas criaram dentro das fronteiras do regionalismo, e os que se improvisaram, por circunstâncias especiais, escritores regionalistas. É evidente assim que aos últimos faltará certa linha de continuidade, de profunda unidade interior, embora aconteça não raro produzirem dentro de um clima favorável às suas intenções momentâneas. Às vezes o autor, homem do grande mundo pela cultura e pelo ambiente em que se formou, volta-se para a sua província, num movimento de recuo sentimental em que predomina a nostalgia da vida simples, e, devido a um complexo de circunstâncias especiais, a página atinge um nível de necessidade jamais

superado ou jamais atingido novamente, avultando talvez pelo valor excepcional que a isola no conjunto da obra. Muito fácil apontar nesses autores as páginas de antologia', de puro acento pessoal, em que a matéria regionalista é tratada como ponto de partida e pretexto para uma incompreensível expansão do temperamento. Pela complexidade da sua cultura e das suas intensões estilísticas, estão, se é possível dizer assim, muito além do tema." (Augusto Meyer, *op. cit.*, pág. 14.)

23 "De fato, é considerável nessa literatura o valor documental, independente de qualquer mérito literário, a começar pela contribuição lexicográfica. O estudioso de etnografia e de folclore, o sociólogo e o historiador curioso de verdadeira síntese histórica, não poderão desprezar essa produção cheia de altos e baixos, às vezes simples mesmice imitativa, mas em conjunto digna de estudo aprofundado. Já o fato de sua persistência força a atenção e impõe certo respeito." (Idem, pág. 14.) O autor refere-se particularmente ao regionalismo gaúcho, mas está fora de dúvida que, guardadas as proporções — porque no Sul foi mais profundo e mais genuíno o regionalismo — a observação é verdadeira para outras zonas.

24 "Não nos reconheceríamos na existência, nada compreenderíamos dos acontecimentos e, com mais forte razão, seríamos incapazes de representar um papel útil, de tomar parte dirigente, se não soubéssemos religar o presente ao passado. Não é senão pela história que somos realmente os homens de nossa geração, cidadãos de nosso país, membros da humanidade." (Henri Berr, *A Síntese em História, Ensaio Crítico e Teórico*, S. Paulo, 1946, pág. 213.)

25 "Com menos artifícios literários, Hugo de Carvalho Ramos inaugura pouco depois, em 1917, uma nova fase do regionalismo a que se não contenta com descrever, mas fá-lo com intenções denunciadoras. *Tropas e Boiadas*, que reúne alguns contos e uma novela, tem por vezes, entre as suas descrições talvez excessivas, e as suas cenas de um dramático o seu tanto cru, uma nota de revolta. Já não é a cor local que sobretudo interessa o autor, e sim a sorte das criaturas." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 186.)

26 APOLINÁRIO PORTO ALEGRE (1844-1904) nasceu na cidade do Rio Grande, província do Rio Grande do Sul. Fundou, com outros, a Sociedade Partenon Literário, em cuja revista mensal, entre julho e novembro de 1872, apareceu a sua novela *O Vaqueano*, a partir da qual se inicia, embora não no rigor cronológico, o regionalismo gaúcho. Como todos os precursores, Apolinário Porto Alegre tem mais os defeitos do que as qualidades daquilo que é novo em seu tempo.

27 "Mas o primeiro documento literário digno de menção, na história do regionalismo gaúcho, e de interesse especial para o estudo de nosso vocabulário, é o 'Soneto monarca, com termos usados pelos gaúchos da campanha', anterior à revolução de 1835. Foi publicado por José Antônio do Vale Caldre e Fião (1813-1876). É o precursor do romance

regional gaúcho, com *A Divina Pastora* (1837) e principalmente *O Corsário* (1851) romance de aventuras, bastante descosido em seus episódios, mas já com aproveitamento de temas locais e descrições de usos e costumes. Foi reproduzido em folhetins no jornal *O Pelotense*, dos anos de 1852 e 1853." (Augusto Meyer, "Grupo Gaúcho", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1955 v. II, pág. 216.)

28 "Nos contos de *Paisagens* (1875) já registrara 'trezentos vocábulos e formas desconhecidas à linguagem clássica'. Juntamente com diversos poemas de *Bromélias* (1874) e as *Flores do Pampa* de Múcio Teixeira (1875), marca esse livro o início do *regionalismo gaúcho*." (Augusto Meyer, *Prosa dos Pagos*, S. Paulo, 1943, pág. 14.)

29 JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916) nasceu em Pelotas, província do Rio Grande do Sul, onde fez os primeiros estudos, que completaria na Corte, no Colégio Abílio, onde se matriculou aos treze anos. Ingressou na Faculdade de Medicina, em seguida, mas não chegou a concluir o curso, voltando a Pelotas, em 1882, para não mais abandonar a província. Transitou pelas atividades mais variadas, fazendo simultaneamente jornalismo municipal. Escreveu peças teatrais que não foram publicadas e deixou em jornais, principalmente *A Opinião Pública* e o *Correio Mercantil*, ambos da sua cidade, o melhor de sua obra. Lançou, em 1912, o seu primeiro livro, de pesquisa folclórica, o *Cancioneiro Guasca;* dois anos depois os *Contos Gauchescos* e, em 1913, as *Lendas do Sul*. Os demais só foram editados muito depois de sua morte e parece terem sido perdidos originais seus de impressões de viagens, ficção e pesquisa folclórica. Segundo a informação testemunhal, as narrativas de Simões Lopes Neto encontraram bastante receptividade no público do tempo, na província. De qualquer forma, sua notoriedade não ultrapassou os limites provinciais, até os nossos dias, quando estudiosos, pesquisadores e ensaístas valorizaram a sua contribuição, acompanhada da reedição ou edição de seus trabalhos, que alcançaram, desde então, um numeroso público, conquistando o autor o lugar merecido em nossas letras.

30 "Há nele um equilíbrio perfeito entre as fontes da inspiração e o sabor da linguagem. Difícil apontar uma página sua que não caiba nessa harmoniosa unidade, a qual provém da vocação a manifestar-se dentro de limites adequados.

"'A sua modelar fidelidade aos motivos regionalistas não lhe vinha somente do profundo conhecimento das nossas tradições, hábitos e costumes', diz João Pinto da Silva. Era também efeito natural do seu vocabulário, da íntima, indissolúvel consonância do assunto com o estilo'." (Augusto Meyer, *op. cit.*, págs. 20 e 21.)

31 "Na sua identificação com as fontes da tradição oral descobrimos o selo da unidade psicológica, um comportamento necessário e inevitável. Simões Lopes foi, por ensejo e instinto, o intérprete das tendências e tradições do nosso homem do campo. Seu intuito era contribuir

para a fixação do populário gaúcho. Por fatalidade temperamental, o medíocre folclorista acabou em poeta, usada a palavra no sentido lato, pois foi ele em essência o *nosso* poeta e o momento culminante do nosso regionalismo, que ainda é, bem ou mal, a única nota característica na produção literária do Sul. As suas falhas no registro impessoal do folclore ficaram sem efeito, compensadas pelo dom de recriar com a fantasia, infidelidade relativa que lhe proporcionava, por meios indiretos, a conquista da verdade. [. . .] A rigor Simões Lopes nunca foi um folclorista." (Idem, pág. 17.)

32 "Para nós outros, ele é hoje o gaúcho, em linguagem mais precisa, o campeiro rio-grandense, como tipo historicamente definido, cuja linha evolutiva poderia fixar-se entre dois extremos — o regime das invernadas e a industrialização dos nossos tempos." (Idem, pág. 11.)

33 Idem, pág. 11.

34 "Naquele tempo os campos ainda eram abertos, não havia entre eles nem divisas nem cercas; somente nas volteadas se apanhava a gadaria xucra e os veados e as avestruzes corriam sem empecilhos. . ." (Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, ed. cit., pág. 329.) As narrações de Simões Lopes Neto estão cheias de referências e amarrações precisas, que nos definem o tempo e suas transformações, que fixam os episódios e conferem a sua propriedade e vigência.

35 ALCIDES CASTILHO MAIA (1878-1944) nasceu em São Gabriel, província do Rio Grande do Sul. Ingressou nas lutas políticas, em sua província, dirigindo jornais e figurando na representação parlamentar. Ensaísta, com um excelente estudo sobre Machado de Assis e o *humour*, distinguiu-se porém como regionalista, na ficção. Passou os últimos anos de sua existência no Rio de Janeiro, onde faleceu.

36 AUGUSTO MEYER, "Grupo Gaúcho", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1955, v. I, pág. 220.)

37 As expressões são de Augusto Meyer, *Prosa dos Pagos*, S. Paulo, 1943, pág. 119.

38 MOISÉS VELINHO, *Letras da Província*, Porto Alegre, 1944, pág. 19.

39 ROQUE CALAGE (1888-1921) fez jornalismo e ficção regionalista, além de vocabulário. Distinguiu-se tanto na crônica como nos contos, acompanhando o exemplo de Alcides Maia.

40 ALCIDES MAIA, *Romantismo e Naturalismo Através da Obra de Aluísio Azevedo*, Porto Alegre, 1926, pág. 8.

41 A controvérsia entre Moisés Velinho e Rubens de Barcelos está no volume: Rubens de Barcelos, *Estudos Rio-Grandenses*, Porto Alegre, 1955. No estudo que faz parte desse livro, "Regionalismo e Realidade", Rubens de Barcelos esclarece o seu ponto de vista: "Tirai ao campeiro os seus instrumentos prediletos de uso cotidiano, o cavalo, as boleadeiras e o laço; limitai a sua liberdade de movimentos; negai-lhe o direito de bater-se cavalheirescamente; modificai-lhe as ocupações do seu viver; que resta? A sua efígie característica, esculpida em moldes predatórios e violentos pelo pastoreio e pelas guerras, funções para as quais se sente destinado, desaparece. Se ele cede às alterações do ambiente e emprega a sua atividade em outros misteres profissionais, então já deixou de ser o 'gaúcho'. Não significa esta asserção, e a ninguém de boa mente pode acudir tal propósito, que as qualidades morais ou os traços psicológicos distintivos do tipo social do rio-grandense desapareçam e morram pela circunstância de modificar-se a figura clássica do 'gaúcho'. Aponta-se, assinala-se tão-só que as transformações do ambiente alteram os hábitos e por conseguinte a conduta e as linhas de caracterização dum perfil tradicional." Concluindo: "Individualidades aproximadas das linhas puras dessa figura, encontramo-las constituindo as classes médias e inferiores dos nossos campos. São domadores, tropeiros, posteiros, agregados ou ainda peões de estância. Os mais semelhantes ao perfil tradicional 'não se ajustam', isto é, não se submetem às condições de trabalho subordinado. O seu instinto nômade e aventuroso, herança avita, vínculo indelével da estirpe, impele-os para as atividades arriscadas e irregulares. Enquanto conservam estes caracteres típicos do 'gaúcho' primevo não se adaptam à existência moderna. Por isso as transformações do meio lhes são funestas. Porque são fortes, não se amolgam. Fora dos moldes de existência para que se formaram, sentem-se deslocados. Os seus inimigos vitoriosos não são outros homens: são forças sociais e mecânicas contra as quais inùtilmente se rebelam." (Pág. 130.)

Em torno do problema há que considerar ainda a observação de Augusto Meyer, a quem se devem páginas interessantes sobre o problema, e constantes do seu estudo sobre o "Grupo Gaúcho", para *A Literatura no Brasil*, antes citada: "Mas força é repisar, com a teima cansativa de quem não aprende nunca a aceitar uma verdade humilhante: um preconceito vesgo e saudosista restringiu e empobreceu a expressão literária do regionalismo gaúcho, que poderia ser tão rico." (V. II, pág. 226).

42 AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO (1868-1916) nasceu em Paracatu, província de Minas Gerais, onde fez os primeiros estudos, terminados na Corte, depois de rápida passagem em São João d'El-Rei, vindo a formar-se em Direito em S. Paulo. Fixando-se em Ouro Preto, ingressou no magistério secundário e superior. Começou, em 1896, a fase nômade de sua existência, com a primeira viagem à Europa. Depois de transitória atividade política, em favor do regime deposto, abandonou o trabalho de imprensa, em que permaneceu como simples colaborador. Sua obra, curta aliás, foi publicada entre 1898 e 1900, na parte que surgiu em vida do autor, vindo a completar-se, anos depois, com alguns livros póstumos. Adquiriu, desde logo, destacada importância nas letras.

43 LÚCIA MIGUEL PEREIRA, *op. cit.*, pág. 192.

44 "E por isso parece-nos algo tanto exagerado o seu prestígio." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 191).

45 HUGO DE CARVALHO RAMOS (1895-1921), escritor goiano, focalizou os quadros de sua infância em um livro de contos, *Tropas e Boiadas*, que, publicado em 1917, passou quase despercebido. Só ultimamente, reeditados os contos, começou a merecer a atenção de leitores, críticos e historiadores.

46 MANUEL DE OLIVEIRA PAIVA (1861-1892) nasceu em Fortaleza, província do Ceará, e estudou no Crato, destinando-se à carreira militar, sem concluir o curso de oficial, entretanto. Regressando ao Ceará, em 1883, envolveu-se na vida política, fez jornalismo, distinguindo-se como abolicionista e republicano. Seu romance, *D. Guidinha do Poço*, só foi publicado em livro em 1951. Deve-se a Lúcia Miguel Pereira, na máxima parte, ter chamado a atenção para o autor e para a obra.

47 DOMINGOS OLÍMPIO BRAGA CAVALCANTI (1860-1906) nasceu em Sobral, província do Ceará, formando-se em Direito no Recife. Depois de ter sido promotor em Sobral, transferiu-se para a província do Pará, onde, na imprensa, bateu-se pela Abolição e pela República. Vindo para o Rio, logo após a proclamação do novo regime, exerceu diversas funções públicas, colaborou na imprensa e dirigiu a revista *Os Anais*, fundada em 1904. Nela deixou trabalhos que não foram publicados em livro. O aparecimento de *Luzia-Homem*, em1903, colocou em destaque o seu nome mas não lhe assegurou o ingresso na Academia Brasileira de Letras, em eleição de que saiu derrotado.

48 RODOLFO TEÓFILO (1853-1932) nasceu na Bahia mas passou quase toda a sua vida no Ceará, onde assistiu aos efeitos da seca de 1877, que descreveu em uma história digna de atenção. Fez ficção histórica e regionalista, em ambas situando o meio cearense.

49 ANTÔNIO SALES (1868-1940) nasceu no Ceará, onde viveu a maior parte de sua existência e onde fez parte da "Padaria Espiritual", movimento que teve importância regional. Seu romance de ambiente cearense, *Aves de Arribação*, apareceu primeiro em folhetins no *Correio da Manhã*.

50 CARLOS DIAS FERNANDES (1874-1942) nasceu na Paraíba e, depois de perambular por várias províncias, fixou-se no Rio de Janeiro. Naturalista, teve traços acentuados de regionalismo em seus trabalhos.

51 LINDOLFO JACINTO DA ROCHA (1862-1918) nasceu em Grã-Mogol, província de Minas Gerais, formou-se em Direito no Recife e viveu na Bahia. De suas obras, sobre vários assuntos, ficou o romance *Maria Dusá*, valorizado pelos estudiosos de algum tempo a esta parte, quando Lindolfo Rocha vem merecendo pesquisas e estudos.

52 JÚLIO AFRÂNIO PEIXOTO (1876-1947) nasceu em Lençóis, província da Bahia, e formou-se em Medicina em Salvador. Professor na Faculdade baiana, transferiu-se para o Rio de Janeiro, na mesma atividade, que

desdobrou depois em inúmeras outras. Começou como poeta simbolista para, no Rio, estrear no romance com *A Esfinge* (1911), que encontrou grande repercussão. Seus romances de ambiente sertanejo, entretanto, apesar do artificialismo de muitos toques, inclusive os perfis femininos, é que lhe asseguram a notoriedade. Ensaísta e biógrafo, deixou obra numerosa e desigual, cuja qualidade ainda a de ficção, parece estar muito abaixo do renome do autor.

53 FRANCISCO XAVIER FERREIRA MARQUES (1861-1942) nasceu em Itaparica, província da Bahia. Político e jornalista, deixou romances, contos, ensaios e uma biografia de Castro Alves.

54 VIRGÍLIO VÁRZEA (1862-1941) nasceu na província de Santa Catarina e distinguiu-se pelos contos em que figurou a vida do mar e da gente do litoral sul do país.

55 ALBERTO DO REGO RANGEL (1871-1954) nasceu em Recife, província de Pernambuco, onde fez os primeiros estudos, destinando-se à carreira das armas. Formado em Engenharia Militar, em 1899, demitiu-se do Exército, no ano seguinte, e publicou as razões de seu gesto no livro *Fora de Forma*, do mesmo ano. Escritor difícil, destinguiu-se pelas pesquisas históricas e pela narrativa da vida amazônica, *Inferno Verde*.

56 RAIMUNDO MORAIS (1877-1948) distinguiu-se como narrador da vida amazônica, que conheceu profundamente como comandante de navio, deixando numerosos depoimentos a respeito.

57 VALDOMIRO SILVEIRA (1873-1941) nasceu em Santos, província de São Paulo, formando-se em Direito na Faculdade paulista. Viveu muito tempo no interior, recolhendo cuidadosamente suas observações sobre o caipira, reproduzidas em contos em que se nota o rigor nos detalhes e a reprodução da fala dos trabalhadores agrícolas.

58 "Fiel na reprodução dos hábitos e do dialeto caipira, narrador alerta, Valdomiro Silveira, porque muito preso à anedota, como que restringiu o alcance de sua obra." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 196).

59 JOSÉ BENTO MONTEIRO LÓBATO (1882-1948) nasceu em Taubaté, província de São Paulo, onde fez os primeiros estudos, completados na capital do Estado. Formou-se em Direito na Faculdade paulista e foi promotor no vale do Paraíba, deixando a função pública para se fazer fazendeiro. Com o declínio econômico da zona em que tinha suas terras, vendeu-as e estabeleceu-se na capital paulista. Colaborando na imprensa, logo chamou a atenção para a maneira como descrevia a vida dos caipiras. Seus contos, reunidos no volume *Urupês*, de 1918, encontraram sucesso. Escritor e editor, Monteiro Lobato se tornou uma das figuras mais importantes da literatura brasileira no tempo. Essa importância e a notoriedade conseqüente cresceram ainda com a sua obra destinada à infância. Nos últimos anos de sua vida teve ainda atuação política, envolvendo-se nos debates em torno de alguns dos nossos problemas mais em evidência,

inclusive o do petróleo. Monteiro Lobato tornou pública a revisão de sua posição a propósito do caipira simbolizado no *Jeca Tatu*.

00 Merecem atenção ainda outros regionalistas de obra menor, ou que se tornaram mais importantes em gênero diverso: José Veríssimo de Matos, que pintou os cenários amazônicos em *Quadros Paraenses* (1878), *Viagem ao Sertão* (1878), *Cenas da Vida Amazônica* (1888) e *A Pesca na Amazônia* (1895); Carlos de Vasconcelos (1881-1923), que descreve os mesmos cenários na prosa atormentada do romance *Deserdados;* Aurélio Pinheiro (1883-1938), tomando os mesmos temas em *Gleba Tumultuária* (1937) e *Em Busca do Ouro* (1938); Emília de Freitas (1855-?), que aprecia o Ceará e o Amazonas no romance *A Rainha do Ignoto;* Ana Facó (1855-1926), que pertence ao sertanismo pela forma romântica com que trata os temas regionais nos romances *Rapto Jocoso* e *Nuvens;* Teotônio Freire (1864-1917), que focaliza os ambientes pernambucanos nos romances *Passionária* (1897) e *Regina* (1899) e nos contos de *Flâmulas* (1904); Manuel Arão (1875-1930), que acentua os traços naturalistas de sua ficção com os romances *Transfiguração, Adúltera, Magdá* e *O Claustro;* Fábio Lopes dos Santos (1864-1938), romancista de tese, autor de *Novelas* (1902) e de *O Ideólogo* (1903), caracterizando o seu regionalismo com *Virgem-Mãe* (1910), *Elias Barrão* e *Xica Maria* (1915), sobre costumes baianos; J. M. Cardoso de Oliveira (1865-?), cujo romance *Dois Metros e Cinco* (1905) tem merecido observações revisionistas no sentido de situá-lo como interessante fixação do ambiente da Bahia; José Godofredo de Moura Rangel (1884-1951) é o autor de um romance em que a vida mineira aparece em muitos de seus melhores traços, *Vida Ociosa* (1920), além de livros outros de menor ressonância; Ezequiel Freitas (1849-1890), que apresenta muito bem os costumes paulistas num livro esquecido, o romance *Pedro Gobá;* João Pedro da Veiga Miranda (1881-1935), que focalizou em páginas por vezes felizes principalmente o ambiente dos cafezais de colonos, em romances como *Pássaros que Fogem* (1908), *Redenção* (1914), *Mau-Olhado* (1919), *A Serpente que Dança* (1925), este de ambiente urbano e estudantil, *Os Três Irmãos Siameses* (1926), e *Maria Cecília e Outras Histórias* (1930); Alberto Cunha, que introduziu o tema da charqueada na ficção, Carlos Jansen e Luís Alves Leite de Oliveira Belo são esquecidos regionalistas gaúchos.

11 — A TRANSIÇÃO DO FIM DO SÉCULO

Transformações na vida brasileira — ***As grandes questões políticas e a nova estrutura social*** — ***A classe média e a valorização da inteligência*** — ***A militância*** — ***A geração da Academia e suas formas de organização*** — ***Papel do teatro, da imprensa e do parlamento*** — ***Primeiros sinais da cultura nacional.***

QUANDO O SÉCULO XIX se aproxima do fim, todas aquelas transformações que se vinham processando na estrutura brasileira, e que se denunciavam desde o início da segunda metade do século, começam a assumir aspectos evidentes e a definir a sua fisionomia, através de reformas, de contrastes e de choques que se alastram a todos os domínios da atividade. As alterações a que fora submetido o regime de trabalho escravo, a partir da suspensão oficial do tráfico negreiro, acentuadas com o seu declínio mesmo na faixa clandestina em que subsistiu por algum tempo, forçam o aparecimento de reformas parciais que apenas simulam salvar uma instituição condenada: a que liberta o ventre da escrava e a que liberta os sexagenários. A questão do elemento servil será a questão política por excelência no fim do império. Ela anunciava muito do que era novo na estrutura nacional e mostrava que o novo ganhava faixas cada vez mais amplas de opiniões e de interêsses. Quando a propriedade agrária se divide, em face da questão servil, pelo contraste entre uma lavoura tipicamente colonial, como era ainda a da cana-de-açúcar, e uma lavoura em que se introduziam nítidas relações capitalistas de produção, como a do café, a instituição anuncia a proximidade de seu crepúsculo. Nesse terreno, somam-se e conjugam-se, assim, forças de uma classe tradicional, que detinha o poder

público e forças de uma classe que apenas se desenvolvia, como a classe média, ambicionando participar do poder. Daí a força com que a campanha abolicionista se desenvolve, a sua possibilidade em empolgar a opinião existente, em mobilizar influências.

De outro lado, a reforma eleitoral efetivada por Saraiva ampliava, dentro da relatividade do meio e do tempo, o campo de participação política. Embora tal reforma não tenha, em substância, alterado o sistema vigorante — que se fundava na renda individual e que era, assim, essencialmente discriminatório — ele proporciona uma pequena folga na compressão existente em torno da escolha eleitoral. Foi um sintoma importante, sem dúvida alguma, dentro do quadro reformista, ainda que não tenha sido um fator. O campo eleitoral, extremamente reduzido, cobria, a rigor, apenas a classe dominante, ou aqueles elementos dela dependentes, entre os quais os ligados ao comércio. Não existia, no tempo, pelo menos com profundidade, contraste ou contradição entre os grupos mercantis e os grupos agrários. A burguesia nacional dava os seus primeiros passos, hesitantes, incertos. Nas preferências eleitorais, entretanto, somaria os seus esforços com aqueles setores agrícolas em que já haviam sido introduzidas alterações de alguma importância e que mudavam a sua fisionomia.

O reformismo se evidenciava, também, no aparecimento da idéia republicana, e não foi coincidência que ela tivesse alcançado uma arregimentação precoce e partidária na província de São Paulo, onde as alterações no campo agrícola tinham já atingido uma etapa importantes. Ainda nesse campo somaram-se orientações e esforços uma repercussão destacada, e houve mesmo numerosos casos de abandono, aparecendo os trânsfugas, como sempre ocorre em casos tais. Com o passar dos tempos, entretanto, a reforma do regime apareceu com uma solução aceitável para grupos cada vez mais importantes. Ainda nesse campo somaram-se orientações e esforços de setores agrários e de setores da classe média cuja ação se tornava cada vez mais intensa, entre os quais se evidenciava o dos militares de terra.

Questões episódicas, como aquela que envolveu os bispos cuja ortodoxia foi discutida — e que só pode ser compreendida no quadro de conjunto e não amarrada ao problema do padroado tão-somente — ou como aquela que envolveu elementos militares, e que se prolongou bastante — não podendo ser entendida apenas

como um caso disciplinar — anunciavam divergências cuja profundidade ancorava nas condições novas da vida brasileira. Quando todas essas questões se conjugam, compondo um quadro de contrastes e de tumultos, verifica-se a importância a que atingira a modificação da estrutura nacional. A fase de choques motivados por tal modificação só seria encerrada com os episódios em que se denuncia o profundo atraso do quadro da propriedade da terra, configurado principalmente nos incidentes que motivaram as questões de Canudos e do Contestado. Ocorrendo depois da obra consolidadora empreendida por Floriano, elas denunciam não só a presença do que era velho na vida brasileira e até mesmo arcaico, como a sua força. O contraste veemente entre o novo e o velho, na extensão geográfica do país e na disparidade do desenvolvimento das diversas regiões, seria um espetáculo constante.

Nesse amplo quadro, cheio de contrastes e por vezes aparentemente confuso, a atividade intelectual começa a encontrar novo sentido e é natural que se encontre ainda imatura e impreparada, cheia ela própria de discordâncias, guardando ainda muito do velho e mal recebendo as influências do novo. Começam a pronunciar-se, de qualquer modo, vozes ainda não ouvidas, enquanto o que estava enraizado continuava a existir e buscava formas externas ilusórias para a sua manifestação. A fase é de intensa atividade da inteligência, desencontrada sem dúvida, hesitante, atraída em muito pelas soluções enganadoras e aparentes, embalada de contribuições externas, vinculada a modelos distantes. Desde essa fase é que se torna possível destacar a atividade literária de algumas de suas manifestações anteriores, não específicas, em que aparecia como elemento auxiliar e ornamental. No arrolamento dos escritores, é possível, desde então, separar os que utilizavam a palavra falada ou escrita apenas como veículo, dentro de atividades especiais e até profissionais, daqueles que as utilizavam para a criação artística. Ficamos dispensados, a partir daí, de admitir como literárias determinadas manifestações e exteriorizações aceitas como tais, até aquele momento: a dos cultores do Direito, em suas tarefas profissionais, a dos políticos, quando no exercício de seus mandatos eletivos, a dos jornalistas mesmo, embora continue a existir uma extensa faixa comum entre imprensa e literatura. É evidente que isso está muito longe de significar que comece a ter vigência uma atividade literária autônoma, que seja possível ao escritor subsistir apenas como tal. Mas há um caminho literário de participação,

há, em muitos casos, uma atividade que o homem de pensamento, embora exerça profissionalmente outras atividades, viva de outras profissões, exerce como escritor, na qualidade de escritor. E é uma fase em que essa participação se faz sentir de uma forma acentuada: os escritores estão presentes, nessa qualidade, na campanha republicana, na campanha abolicionista, na campanha de consolidação do novo regime. Não importa que tenha havido divergências, e até equívocos, na forma como optaram por este ou aquele lado. O que importa é verificar como a fase em questão se caracterizou por uma intensa atividade intelectual e por uma intensa participação do escritor na vida e no que ela apresentava à sua escolha.[1]

Não admira, pois, que tal fase tenha motivado uma valorização da inteligência que era natural numa sociedade, como a brasileira, em que a inteligência distinguia e classificava, conferia enobrecimento relativo a quem não o conquistava ou não o trazia por outros caminhos ou motivos. Tal valorização, aliás, transcendeu os limites comuns e até amplos da inteligência, que tem sempre várias formas de se afirmar, para valer-se de sua manifestação especificamente literária, o que foi mais importante. Tudo isso concorreu para que surgisse um excesso e um desvio, próprio da época: aquele rigorismo formal, a tendência ao apuro e à limpeza no uso do idioma, a obediência disciplinada ao modelo que a tradição proporcionava, acabando por transferir ao instrumento um caráter finalista, com uma exigência artesanal levada ao descomedimento.[2]

Esse excesso curioso, associado evidentemente ao timbre aristocrático que a inteligência deseja sempre aparentar, em sociedades como a brasileira, invadiu todos os domínios e definiu muito menos a manifestação da classe dominante do que a da classe média, que então ascendia aceleradamente. Não só os caminhos próprios do talento eram os seus prediletos e lhe permitiam superar deficiências outras e apresentar serviços e disputar lugares e evidências como marcavam o seu apego a valores antigos, tornados tradicionais pela longa vigência, valores que caracterizavam a classe dominante. Ao mesmo tempo que assim regulava o seu comportamento como classe, a nova componente da sociedade brasileira tentava criar as condições necessárias ao seu desenvolvimento e à defesa dos seus interesses. Não é senão por isso que a fase de transição para o novo regime é também marcada pelas tentativas reformistas no campo econômico, como aquelas que afetavam a indústria e regulavam a moeda e disciplinavam a troca externa.[3] Para atingir tais finalidades, a inteligência, enquanto manifestação específica de classe média, não podia deixar de ser participante, adquirir uma militância indispensável e superava todas as deficiências que eram próprias a um meio normalmente refratário à sua primazia.[4] Os intelectuais do tempo, de cujos quadros globais começavam a diferenciar-se aqueles destinados apenas à manifestação artística, à literatura, distinguem-se pela sua atividade e ainda por um grande e meritório esforço em afirmar o seu papel.

Está claro que eram grandes as dificuldades que se apresentavam ao trabalho intelectual, e particularmente à criação literária. Tais dificuldades se traduziam, inclusive, na ausência da indústria do livro. O mercado brasileiro era dominado pelo produto francês, já que nesse idioma se difundia a cultura literária e por isso os movimentos ocorridos na França encontravam aqui repercussão, com a rapidez que o tempo permitia, e com a penetração que o reduzido número de iniciados possibilitava. O livro português, em seguida, encontrou no Brasil o seu mercado por excelência, sem excluir o primeiro. E foi a atividade editorial lusa que possibilitou aos brasileiros um certo desafogo, nesse campo.[5] Mas há que firmar a idéia de que não existia atividade editorial porque não havia público capaz de permitir a sua criação, e a divisão de trabalho, na sociedade brasileira, não chegara à etapa de criar e diferenciar tal atividade. O produtor estrangeiro atendia perfeitamente as necessidades do mercado.

À imprensa cabe, então, suprir aquela deficiência. Já com um aspecto novo, conforme ficou referido: anteriormente, as atividades do escritor e do jornalista se confundiam na mesma pessoa, via de regra; agora elas se separam, mas o escritor é uma peça ainda importante na imprensa, desempenha nela um papel, tem um lugar, do que lhe resulta proveito, como escritor.[6] E há, nesse campo, uma liberdade de opinião relativamente ampla, porque a imprensa não está então estreitamente ligada aos grupos econômicos, não lhes sofre as pressões próximas, nem estão eles ameaçados a ponto de terem de estabelecer sobre ela um domínio absoluto.

A fase que medeia entre o declínio do Império e o irrompimento da Primeira Guerra Mundial — fato este que os historiadores consideram, com razão, o encerramento do século XIX — denuncia importantes e profundas alterações na vida brasileira. Tais alterações, que vinham afetando a estrutura econômica e nela acabariam por frisar o contraste, que era novo, entre a tradicional atividade

agrícola, já sensivelmente modificada, e as atividades urbanas em ascensão, particularmente as industriais, acabariam por proporcionar à classe média uma força e um papel que antes não tinha. O aparecimento dessa classe no palco político é o fenômeno social por excelência desse período em que o Brasil muda de fisionomia. Conjugando os seus esforços com os de setores importantes da classe dominante, a nova classe provocara as modificações reformistas do declínio do Império e deflagrara a República. Com o novo regime, encontra uma transitória fase de fastígio, quando está presente no poder político, através do papel de Floriano. Não tardará a reação, que se inicia com o governo de Prudente de Morais e atinge o seu máximo com a "política dos governadores", sob Campos Sales. Os escritores participam, como elementos agora de classe média, nos acontecimentos do tempo. Buscam formas de arregimentação, ainda precárias.[7] E a sua atividade através da imprensa traduz justamente a coincidência de ser esta, em maioria expressiva, a intérprete dos sentimentos da classe nova que pressiona no sentido de reivindicar o papel que lhe cabe na vida brasileira.[8] A necessidade de arregimentação acaba por desembocar, copiando embora um modelo externo, na fundação da Academia Brasileira de Letras.[9]

As interpretações do Brasil, então aparecidas, dotadas de um sentido novo, denunciam uma certa perplexidade ante o quadro nacional, que permite a influência ainda de conceitos oriundos da transplantação, com o seu conteúdo essencialmente colonialista, mas anunciam também, sob contradições e desvios, um enorme interesse pelo país, uma intensa curiosidade pelos seus motivos, o desejo de afirmar um sentido nacional para as criações artísticas. Isso não derivaria, segundo é então admitido, de um ato de vontade, mas de condições que se torna indispensável criar e que os intelectuais apenas adivinham ou pressentem. E existe, na atividade deles, assim, um singular contraste entre o velho e o novo, muito próximos um do outro. Ao mesmo tempo que surgem revelações, quase sempre ásperas, sobre a vida brasileira, traduzidas em forma de libelos, a atividade das letras descamba para um terreno evidentemente falso, mundano e fútil. Isso se verifica facilmente através das conferências, que se dirigem a um público absolutamente desinteressado de qualquer preocupação artística.[10] Outro sinal curioso é o da boêmia de imitação, que pretende aceitar para o escritor, inconscientemente, o papel de jogral da sociedade, curioso apenas pelo pitoresco e pelo anedótico.[11] Formas sintomáticas repontam ainda, como traduções de remanescentes coloniais

ainda relativamente importantes: o culto da forma, levando à proliferação dos gramáticos e invadindo até o campo da crítica literária, exercida na base de um pretenso purismo que se apresenta como padrão para as aferições de valor; a subsistência de formas desinteressadas de erudição, comuns na fase colonial, isolando o sabedor da vida e dando-lhe uma idéia suprema do seu papel, quando não ultrapassa os limites da inocuidade; a tendência em valorizar o humanismo greco-latino, na intenção de assimilar o clássico, e descambando antes para um helenismo de cartolina.[12] Não tendo podido ainda elaborar os seus próprios clássicos, guardava a literatura brasileira do tempo uma superstição curiosa a respeito do conteúdo eterno das criações.[13] Não conseguia, assim, equilibrar a força conservadora da arte com a receptividade ao novo.[14]

Mas começava a aparecer, e se aprofundava, a consciência do papel do escritor, desmandando-se às vezes, excedendo os seus limites, pretendendo transfundir dons artísticos em campos em que eles teriam de ser acessórios.[15] Esses excessos, entretanto, denunciavam a preocupação na valorização do saber literário, embora em seus aspectos formais, valorização que invadia todos os terrenos, o da oratória parlamentar, o do jornalismo, o das razões jurídicas, e até mesmo alguns, cuja especialização deveria ter constituído uma barreira, como o da medicina. São numerosas as teses levantadas em torno de problemas literários, de figuras literárias, ou afins. A erudição se deformava e se enfraquecia, desse modo, perdendo em profundidade para ganhar em brilho, mais aparente do que real. Mas havia já autores que conquistavam um apreço generalizado e influíam nas novas gerações.[16] Embora o círculo dos leitores se ampliasse muito devagar, pelas condições mesmas da sociedade, aquelas camadas que tinham acesso ao ensino, inclusive as da classe média, demonstravam uma receptividade maior à criação artística, e em especial à literatura. Mas o teatro, o jornalismo, a oratória política, setores em que a palavra tinha o papel central, adquiriam importância, alargando a sua influência.

Apesar do helenismo de cartolina, da erudição formal de um vesgo conceito do clássico, mais apegado à forma do que ao conteúdo, da imaturidade para o entendimento do humanismo, e principalmente do divórcio que se estabelece prolongadamente entre o escritor e o povo, a fase que medeia entre as reformas do fim do século e a Primeira Guerra Mundial corresponde a um dos períodos de mais intensa atividade literária no Brasil. Começando com uma

alteração no campo político, que correspondia à primeira brecha na maciça construção imperial, desembocaria nos lances traumáticos em que, colocada diante de circunstâncias difíceis, a estrutura brasileira de produção reagiria com um sentido positivo, para iniciar uma etapa inteiramente nova. Da reforma eleitoral de Saraiva, efetivamente, às primeiras greves que anunciam a presença da classe operária na vida nacional, o tempo foi relativamente curto, se considerarmos a longa vigência do regime colonial e o peso de sua formidável herança. Não foi por acaso, certamente, que as transformações afetaram todos os domínios, e particularmente o campo do Direito. É quando surgem os nossos grandes jurisconsultos — aqueles que definem certos traços da inteligência brasileira, mais fáceis de surgirem e de serem identificados num plano em que a atividade refletia profundamente o jogo dos interesses.[17] Mas é incontestável que o processo pode ser admitido como tendo o seu início com a lei eleitoral de Saraiva.[18]

Não importa, realmente, que os bacharéis adquiram uma singular proeminência, de tal forma eloqüente que motiva protestos, e o diploma aparece quase como um estigma na conceituação de alguns críticos superficiais, e nem importa que a forma se destaque tanto, no labor do pensamento, que acabe por esmagar o conteúdo, a tal ponto que a controvérsia em torno de uma lei fundamental, como a que fundamenta o Código Civil, gire inteiramente em torno da redação, motivando exaustivos trabalhos de exegese, idênticos, por muitos títulos, a um torneio de mandarins. Isso é apenas uma face da realidade — e a face ligada ao velho, ao teor ornamental do talento, à inteligência como prenda, ao valor superestimado da erudição desinteressada. Há outra face, que tem sido esquecida e desmerecida e que o simples aparecimento de tantos e tão altos valores, num período relativamente curto, demonstraria à saciedade: a de uma formulação objetiva muitas e muitas vezes da realidade, a de um esforço enorme para a libertação de fórmulas acabadas de pensar, a de uma tentativa repetida de trazer o Brasil — a terra e o homem — para o quadro da criação literária. Face que apresenta, sem dúvida alguma, todos os traços de transição para a cultura nacional que está próxima.

NOTAS AO CAPÍTULO 11

1 "Nos mesmos anos, entretanto, por um desses descompassos que fazem a maravilha do espectador, eleva-se a um nível, até então inatingido, a vida intelectual do país.

"Dir-se-ia que toda uma geração, captando os problemas agitados pela cultura européia do seu tempo, lançava, entre nós, no espaço de um decênio, as bases de um grande movimento de idéias, sem diretriz comum definida, mas aberto à realidade histórica e atual do país, tanto quanto às questões universais.

"De 1895 a 1905 concentram-se os episódios e as obras mais representativas desse singular momento histórico. Em 1895, funda-se a *Revista Brasileira*, de que, dois anos depois, sairá a Academia. Machado de Assis atinge, nessa época, à plenitude de seu gênio literário; em 1891, publicara *Quincas Borba*, em 1895 as *Histórias Sem Data*, em 1899 publicará *D. Casmurro*.

"Também em 1895, Farias Brito publica o 1.º tomo da *Finalidade do Mundo*, que continuará em 1899 e concluirá em 1905.

"Em 1893 e 1896, dois livros vêm marcar a consciência brasileira, projetando nela grandes questões do tempo: *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, e as *Cartas de Inglaterra*. Pouco depois, duas outras obras assinalaram o início da reflexão crítica sobre a nossa própria formação cultural: os *Estudos de Literatura*, de José Veríssimo e os *Ensaios de Sociologia e Literatura*, de Sílvio Romero, ambos editados em 1901.

"1897 é o ano em que Joaquim Nabuco dá início à publicação do *Estadista do Império*; esse livro, que seria daí por diante o repositório clássico de temas dos nossos historiadores e pensadores políticos, precede de três anos *Minha Formação*, a autobiografia modelar, por onde nos é dado alcançar os ideais, as limitações e os problemas formativos do homem brasileiro de elite da grande época.

"De 1882 a 1902 (*Poesias*), Olavo Bilac criou sua obra poética, talvez a que mais profundamente influenciou o gosto literário do tempo. Em 1898, o grande poeta Raimundo Correia publica as *Poesias*. Em 1901, o advogado Edmundo Bittencourt funda o *Correio da Manhã*. Em 1902, já aparece a *Canaã* de Graça Aranha. Nesse mesmo ano, surge o livro que voltaria a inteligência brasileira para a compreensão do meio físico, e marcaria um dos eixos permanentes de nossa vida cultural. Euclides da Cunha publica *Os Sertões*." (San Tiago Dantas, *Dois Momentos de Rui Barbosa*, Rio, 1949, págs. 51 e 52).

2 "Sua experiência jurídica atingira nesses anos a plena maturidade, e com ela a forma intelectual, que se manteria inalterada, impregnando do seu difícil exemplo toda a mentalidade jurídica do país.

"Em vez do raciocínio conciso, mas áspero, dos jurisconsultos da época, entre os quais somente o Conselheiro Lafaiete sobressaía pelo lavor literário, uma nova *forma mentis* irmana a lógica à eloqüência, substitui o jargão pesado do foro pelo fraseado elegante do escritor, e em lugar de trilhar os caminhos seguros, mas estreitos, do casuísmo, eleva-se ao espaço das grandes teorias, e aos riscos do pensamento dedutivo. O jurista já não se contenta de procurar em face do direito positivo a solução certa, ainda que obscura; sua ciência aspira, cada vez mais, à inteligibilidade e à racionalidade das soluções. Daí a irrupção da espe-

culação doutrinária nos trabalhos do foro, a discussão acadêmica de teses jurídicas nos julgados, a importância da fonte literária ombreando com a da fonte positiva, o valor novo que adquirem os recursos verbais do advogado.

"Toda essa transformação intelectual do jurista, pela incorporação dos atributos do homem de letras, irradia do modelo, que foi para os homens do princípio deste século, o advogado Rui Barbosa. Não era essa ainda a forma dos seus primeiros trabalhos jurídicos, embora já neles se anunciasse, seria a da madureza. A obra expressiva desse *stil nuovo* será, talvez, *A Posse dos Direitos Pessoais*, modelo de racionalismo jurídico e da eloqüência demonstrativa do advogado.

"É curioso que, entre os reformadores, existam os que violentam o gosto e os hábitos mentais do seu meio, sofrendo durante um tempo mais ou menos longo a nota de extravagantes ou de revolucionários, e existam também os que exaltam e transpõem para um registro novo o que a sua época estava preparada para admirar. Do arcaico para o clássico, do clássico para o amaneirado, é deste último modo que se fazem as reformas, às vezes sob a influência de um único artista, de um só pensador.

"Desta natureza foi também a transformação profunda, que sob a influência de Rui Barbosa se cumpriu em nosso meio jurídico. Ele exaltou o que o espírito da época já continha e não sabia praticar. A obra jurídica comum do tempo aparecia tosca e desajeitada diante do acabamento de sua forma, e do vigor irresistível que ele emprestava ao raciocínio. Era natural, estava na lógica das coisas, que o seu espírito tivesse o que reivindicar no futuro Código Civil, não por motivos pessoais, como pensaria um crítico acanhado, mas pela expansão natural da nova mentalidade, que ele criara, e de que os melhores juristas da geração seguinte iriam ser os continuadores. (Idem, págs. 70 a 72).

A propósito da questão levantada em torno do projeto do novo Código Civil, o problema é novamente colocado, conforme esclarece ainda San Tiago Dantas: "Lavrar sobre o Projeto um parecer jurídico, seria, muito provavelmente, naquele fim de governo, o mesmo que lavrar um voto vencido. Ora, não era a sua responsabilidade científica, era o interesse do país, naquilo que lhe podia ser mais caro, que Rui Barbosa se propunha acautelar. Daí o Parecer literário.

"Era a época, não o esqueçamos, em que as letras brasileiras atravessavam aquele intenso período de criação intelectual e de refinamento literário a que, linhas acima, aludi. Numa sociedade economicamente deprimida, sem iniciativas privadas em perspectiva ou em desenvolvimento, sem tarefas administrativas, possíveis diante da austeridade forçada pela míngua orçamentária, eram as letras o ponto alto, e nelas se concentrava o labor da elite, tanto quanto a atenção das classes intermediárias.

"Um país subdesenvolvido e pobre, governado pela oligarquia e nutrido por uma vida intelectual pujante e vária — tal era o Brasil de

Campos Sales, à véspera das primeiras realizações materiais do governo de Rodrigues Alves.

"Naquela sociedade em que a literatura era a única forma superior de viver, um ataque como o que Rui Barbosa desferiu no Projeto do Código Civil era de molde a aniquilar todo o esforço aprobatório que se comunicara à máquina parlamentar.

"Não era a economia brasileira, estacionária e incaracterística, que reclamava o Código Civil; não era tampouco uma transformação estrutural da sociedade, como a que precedera o Código de Napoleão; nem era mesmo a necessidade de unificar a ordem jurídica, como sucedera na Alemanha; era a cultura intelectual do país que pedia o Código Civil, era a *inteligentzia* que reclamava uma suma da ciência social, em substituição à *congérie* de leis e regulamentos, acumulados sobre o fundo de normas quinhentistas, que nos servia de lei civil.

"Para essa inteligência o Parecer do Senado, em 1902, constituiu precisamente o sinal de alarme, que ela estava mais apta a ouvir. A massa das corrigendas, a autoridade do corretor, e essa indefinida sensação de indecência que se desprende da evidenciação dos erros de linguagem, puderam o que a opinião política não poderia: derrotar o governo na última trincheira, que teria de atravessar o Código Civil." (Idem, págs. 73 e 75).

3 "Rui Barbosa foi, entre nós, refletida ou espontaneamente, o ideólogo de uma reforma da sociedade. Não de uma reforma ocasional pela brusca avulsão de certos valores, pela eclosão de uma reforma iniciada difusamente nos últimos decênios da monarquia, que mergulhava nos primórdios da nacionalidade suas terminações radiculares, e que encontrou no advento do regime republicano o momento essencial de sua fixação de rumo: essa reforma pode ser chamada, dentro de limites que indicarei, a ascensão da classe média." (Idem, pág. 13.) Mais adiante: "Quero, porém, salientar que nesses poucos meses de ministro das Finanças, Rui Barbosa conduziu a única experiência de governo de sua longa vida pública no sentido das medidas e reformas reclamadas pelo imperativo da ascensão da classe média. Homem de classe média, ele próprio, vindo de uma estirpe provinciana, dada às profissões liberais, à magistratura e à política, e descendendo do ramo que se conservou pobre, enquanto os colaterais se aliavam à aristocracia agrária pelo casamento, Rui Barbosa punha naturalmente sua confiança nos homens industriosos de quem esperava o desenvolvimento econômico do país e a renovação de sua mentalidade, e para quem desejava ver abertas as portas da oportunidade num meio até então congelado pelos privilégios da classe proprietária." (Idem, págs. 20 e 21.) Em outro trecho: "Vê-se por esse tópico do seu *Relatório*, como por outras palavras, que escreveu ou proferiu em defesa de sua atacada administração das finanças, que Rui Barbosa concebeu a expansão do meio circulante como um recurso de financiamento à produção, especialmente as iniciativas industriais novas, ou surtas nos anos anteriores.

"Ao seu espírito progressista se impunha a necessidade de fomentar as atividades produtoras, num meio que há meio século, como ainda hoje, vivia à margem de suas possibilidades naturais, dentro dos limites de uma estrutura cuja manutenção dependia de se conservar o rendimento nacional superconcentrado em mãos de uma minoria, cercada de uma população de subconsumidores.

"A sociedade agrária e escravocrata se liquidara, introduzido nas lavouras o trabalho pago, abolida a monarquia que lhe assegurava os privilégios, e no Brasil, como no resto do mundo, se acelerava, na segunda metade do século, o crescimento da população. Uma nova realidade social extravasara para sempre dos quadros antigos, mas os caminhos da nova sociedade não estavam abertos, e para assegurá-los e desimpedi-los é que se voltava a política financeira, talvez um pouco ingênua, do Governo Provisório." (Idem, pág. 27).

4 "Culturalmente a nação se adiantara em escala menor por certo que no tocante ao progresso material, mas ainda assim de modo bastante considerável. Se é verdade que a educação popular não se estendera por forma a reduzir apreciavelmente a percentagem esmagadora dos analfabetos, a cultura da classe superior da população passou, durante a primeira República, a apresentar a fisionomia nova, despertando tendências de natureza muito mais consentâneas com os interesses vitais da nacionalidade." (Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934, pág. 143.) A respeito da ação dos intelectuais nos movimentos ocorridos na fase a que nos referimos, o mesmo autor mostra a diferença que existia entre os elementos letrados e a massa da população ainda: "A análise histórica das revoluções mostra que, invariavelmente, elas foram precedidas por um longo movimento de agitação intelectual que, afetando e modificando a mentalidade das classes dirigentes, nenhum efeito exerceu contudo sobre o psiquismo das massas populares. Estas, até o momento em que os elementos organizadores da revolução as estimularam por meios diretos para a ação física, permaneceram completamente insensíveis à idéia revolucionária." (Idem, págs. 57 e 58).

5 "Não era fácil a um escritor ter um original aceito pelos grandes editores do Rio. Circunstância que levava muitos deles, principalmente novos, a apelar para os editores de Portugal, cedendo muitas vezes os manuscritos gratuitamente, só pelo prazer de vê-los publicados. Foi o que aconteceu com Lima Barreto, em 1907, oferecendo, por intermédio do amigo Antônio Noronha Santos, os originais das *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* a um livreiro daquele país.

"O número de obras de autores brasileiros, editados em Portugal de 1890 a 1910, é bem grande, sendo que um dos nossos escritores mais fecundos, Coelho Neto, havia tornado a Livraria Chardron, do Porto, sua editora quase única. Machado de Assis, que de há muito vinha tendo também como editor único o Garnier, em janeiro de 1899 vende-lhe a propriedade 'inteira e perfeita da obra literária', constando de quinze livros, pela irrisória quantia de oito contos de réis. Anteriormente,

em 1896, a terceira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e a segunda de *Quincas Borba* já tinham sido negociadas com o mesmo Garnier a 250 mil-réis cada uma. Relativamente, Machado de Assis ganhava muito mais com a colaboração literária nos jornais dessa época, pois a *Gazeta de Notícias* costumava pagar-lhe pela publicação de um conto 50 mil-réis." (Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil — 1900*, Rio, 1956, págs. 142 e 143).

6 "E o certo é que a industrialização da imprensa não se vinha fazendo com prejuízo, pelo menos sensível da literatura. A maioria dos jornais do Rio continuava a acolher e a pagar a colaboração literária. Quase o mesmo se dava em S. Paulo e em proporções reduzidas, naturalmente, em algumas outras capitais de províncias. O *Jornal do Comércio* pagava a trinta, cinqüenta e até sessenta mil-réis a colaboração: o *Correio da Manhã* cinqüenta. Em 1907, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque tinham ordenados mensais pelas crônicas publicadas respectivamente na *Gazeta de Notícias* e no *País*; o mesmo acontecia com Coelho Neto no *Correio da Manhã*." (Idem, pág. 205).

"Mas ter-se-ia processado essa evolução da imprensa no sentido também de dar maior lugar à literatura? Em relação às duas últimas décadas do século 19, acreditamos que não. Já em 1875, com o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, a literatura conquistara bom terreno em nossa imprensa, conquista que o *Diário Mercantil*, de Gaspar da Silva, em S. Paulo, não viera senão enriquecer. E seguiram de perto outros jornais do Rio como *O País* (1884), *Novidades* (1887-1892), o *Correio do Povo* (1891), *A Notícia*, *A Imprensa* nos últimos anos do Império e nos primórdios da República, todos abrindo espaço relativamente apreciável às letras, apesar das perturbações políticas desses últimos decênios. Depois de 1900, os jornais que vinham do século passado não teriam feito mais do que continuar o que já se tornara rotina quanto à literatura." (Idem, págs. 209 e 210).

"*O País* criou a tradição da coluna no canto da primeira página (lado esquerdo), em que figurava um artigo geralmente literário. Ali se estendeu por muitos anos a colaboração de Carlos de Laet, com a rubrica "Microcosmo", mantida outrora no *Jornal do Comércio*. Júlia Lopes de Almeida, Cármen Dolores, depois substituída por Gilberto Amado, Oscar Lopes (na rubrica "A Semana"), Olavo Bilac, Abner Mourão sob o pseudônimo feminino de Isabela Nelson, Artur Azevedo, Oliveira Viana, Eduardo Salamonde eram outros colaboradores." (Idem, pág. 212).

"O aparecimento do *Correio da Manhã*, em 1901, fundado por Edmundo Bittencourt com o propósito de combater o governo Campos Sales, veio agitar não sòmente os arraiais políticos como também literários. Tornara-se o grande jornal do dia, de orientação essencialmente polêmica, onde se fazia o processo dos figurões da época. Tudo pois que ali aparecia no terreno das letras obtinha, pela projeção da folha, a maior repercussão. A crítica literária foi feita inicialmente por José Ve-

ríssimo, mais tarde por Osório Duque Estrada. Como uma contrapartida dos folhetins de Vieira Fazenda, na *Notícia*, Melo Morais Filho escrevia sobre aspectos do Rio antigo as crônicas que seriam reunidas no livro *Fatos e Memórias;* aos domingos, Artur Azevedo publicava um dos seus contos brejeiros, que pela leveza e graça atraíam numerosos leitores; Guimarães Passos, Carlos de Laet, Medeiros e Albuquerque, Antônio Sales, Bastos Tigre, Luís Edmundo, Cândido Lago, Heráclito Graça e muitos outros nomes de relevo, cuja colaboração se prolongou por muito tempo, integravam o elenco literário do *Correio da Manhã*." (Idem, pág. 214).

7 "Além dos cafés, as livrarias eram os pontos de reuniões dos escritores. E entre todas se destacava, como a mais freqüentada, e realmente a primeira, sob qualquer aspecto, a Garnier. Ali podia ser visto aquele que nunca andara pelos cafés e confeitarias: Machado de Assis. Costumara outrora fazer ponto na Livraria Laemmert; depois tornara-se comensal da *Revista Brasileira*, onde todas as tardes se reuniam, ao lado do mestre, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Taunay, Nabuco e outros. Dessas tertúlias acompanhadas de um chá com torrada, nascera, como se sabe, a Academia Brasileira. Foi com o fechamento da *Revista*, em 1899, que o grupo se transferiu para a Garnier. No dia 19 de janeiro, inaugurou esta o imponente edifício, até há pouco ocupado pela Livraria Briguiet, oferecendo a todos os convidados um volume de Machado de Assis, com a assinatura do autor. O romancista tornara-se uma das glórias da casa. Para ali se dirigia, todos os dias, depois de encerrado o expediente no Ministério." (Idem, pág. 49).

8 O fato de acolherem os jornais do tempo, valorizando-a, a colaboração literária, tornando-se as redações verdadeiro grupo de homens de letras, mostra como a imprensa da época refletia os ideais da classe média, tanto mais que cobria um público urbano quase tão-somente. Nem há coincidência em surgir o *Correio da Manhã*, cujo papel é um sintoma frisante do quadro do tempo, para combater a política de Campos Sales o homem que lançara as bases da representação oligárquica, em caráter organizado. Certo é que esse combate se ressente de uma virulência, de um individualismo, de um personalismo inevitáveis, é exercido à base de pequenos problemas e de casos isolados, e não do que existe de profundo, do conteúdo político. Mas não é menos significativo por isso. A única influência que cerceia a atividade da imprensa está representada no comércio urbano luso, que tem uma certa força na época e que representa exigências de orientação, formais ou informais.

9 "Mal se proclamou a República, Medeiros e Albuquerque pensou na fundação oficial de uma Academia Brasileira. Aristides Lobo, ministro do Interior, acolheu com simpatia a idéia de Medeiros. Não concordou, porém, em incluir no orçamento a verba necessária, e deixando

Aristides Lobo o Ministério e Medeiros e Albuquerque o seu cargo na Secretaria do Interior, ficou o projeto esquecido.

"Ainda bem. Hoje pode-se orgulhar a Academia de ter nascido forá da tutela do Governo, de ter nascido do meio das letras, a *Revista Brasileira*, que, refundada em 1895 por José Veríssimo, continuava o nobre esforço de dar ao nosso meio literário uma revista de sua cultura.

"A instalação da *Revista* era pobríssima: duas salas acanhadas, onde a luz vinha não do sol mas dos bicos de gás, duas mesas de pinho claudicantes. Contou Coelho Neto que ali se reuniam todas as tardes, para conversar e "chuchurrear um chá chilro', o diretor da revista, José Veríssimo, o secretário Paulo Tavares, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Graça Aranha, Paula Ney, Domício da Gama, Alberto de Oliveira, Rodrigo Otávio, Silva Ramos e Filinto de Almeida. Às vezes apareciam também Bilac, Raimundo Correia, Valentim Magalhães, Guimarães Passos, Pedro Rabelo e outros. Foi numa dessas tertúlias que Lúcio de Mendonça levantou a idéia da fundação da Academia. Segundo Antônio Sales, que estava presente, Nabuco e o Visconde de Taunay apoiaram a iniciativa de Lúcio. Veríssimo, não. Machado de Assis opôs-lhe algumas objeções. Depois todos concordaram. Os monarquistas, Nabuco, Laet, Taunay e Afonso Celso contrariaram o projeto de se criar a sociedade sob o amparo oficial.

"Constituiu-se assim livremente a Academia e a primeira sessão se realizou aos 15 de dezembro de 1896, aclamado presidente Machado de Assis e secretários Rodrigo Otávio e Pedro Rabelo. Estavam presentes Artur Azevedo, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, que redigiu o projeto de estatutos, Nabuco, Patrocínio, Veríssimo, Filinto, Lúcio de Mendonça, Medeiros e Albuquerque, Bilac, Silva Ramos, Valentim Magalhães, e Taunay. Coelho Neto, Murat e Urbano Duarte, ausentes, mandaram a sua adesão ao que fosse resolvido.

"Mais duas sessões se efetuaram em dezembro do mesmo ano, e na de 28 foram aprovados os estatutos na forma que subsiste até hoje. O projeto de Inglês de Sousa dava à instituição o nome de Academia do Brasil. Foi de Pedro Rabelo a emenda que a chamava Academia Brasileira de Letras, de Joaquim Nabuco a emenda ao Regimento, propondo que a cada uma das cadeiras se desse, em homenagem aos principais escritores mortos, o nome de um deles. Era uma novidade, uma disposição que não foi, como as outras, copiada da Academia Francesa, pela qual se modelou a nossa, conforme a declaração expressa de Machado de Assis, na sessão inaugural solene, em 20 de julho de 1897, celebrada no *Pedagogium*, à Rua do Passeio n.º 82.

"Trinta foram os sócios fundadores: os já citados e mais Afonso Celso, Alcindo Guanabara, Araripe Júnior, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Graça Aranha, Pereira da Silva (João Manuel), Rui Barbosa e Teixeira de Melo. O número de quarenta fixado nos Estatutos foi completado por eleição realizada na sessão de 28 de janeiro de 1897. A escolha recaiu nos nomes de Raimundo Correia, Aluísio Azevedo, Salvador de

Mendonça, Domício da Gama, Luís Guimarães Júnior, Eduardo Prado, Franklin Dória, Clóvis Beviláqua e Oliveira Lima." (Manuel Bandeira, "Vida e Trabalhos da Academia Brasileira de Letras," artigo em *O Jornal*, Rio, 17-11-1946.) O articulista anota, em seguida, e com propriedade, que alguns fatos empobreceram bastante a significação e a importância da Academia. Mas está fora de dúvida que, no tempo, foi uma iniciativa positiva e nem haveria outra que, dadas as condições da fase, permitisse organizar os escritores.

10 "O período de reajustamento político-social, que sucedeu à proclamação da República, não era de molde a favorecer os hábitos mundanos. Mas no começo do século, a crescente valorização das letras e a espécie de aliança que elas então fizeram com o mundanismo, contribuíram para que surgissem alguns salões de caráter acentuadamente literário. [. . .] Escritores e artistas, celebridades estrangeiras que vinham ao Rio, eram recebidos no salão da Sr.ª Santos Lobo. Lá estiveram Anatole France, Suzane Desprès, Paul Adam, Jean Catulle Mendès. Eram convivas freqüentes Humberto Gotuzzo, um dos homens mais elegantes da época, Ataulfo de Paiva, cavalheiresco e mesuroso, Joaquim Sousa Leão, Pai, Hélio Lobo, espreitando a glória acadêmica — figuras que surgiam para as letras e para a política e ali se encontravam com velhos titulares do Império, como o Barão Homem de Melo, de longas barbas brancas e perfil de Pedro II, o Conselheiro Nuno de Andrade, que escrevia contos e crônicas sôb o pseudônimo de Felício Terra, não escondendo a admiração pelo heroísmo dos nipônicos na guerra russo-japonesa." (Brito Broca, *op. cit.*, pág. 35).

"Também apresentavam certo interesse, no que concernia ao folclore e à *petite histoire*, as palestras de Medeiros e Albuquerque, Alberto de Faria, Manuel Bonfim, havia, por vezes, verdadeira réplica entre os conferencistas. A uma palestra sobre o tema 'Casar é bom. . .' Medeiros e Albuquerque se apressava a responder com outra '. . .Mas não casar é melhor'. E quando Manuel Bonfim falou sobre o ciúme, suscitou muitos debates e contraditas. Geralmente, porém, o que prevalecia eram as divagações de pura forma, floreios 'literários' inconseqüentes, realçados, com freqüência, pelo jogo aromático das antíteses. Basta ver os temas: 'A água', 'O fogo', 'O espelho', 'A dança', 'A tentação', 'A noite e o dia'." (Idem, págs. 137 e 138).

"A moda das conferências literárias, propagada do Rio, contagiara o Recife. Afigura-se hoje incompreensível o espetáculo de futilização intelectual de um país inteiro, igual ao que nos oferecia o Brasil nesse período. Poderíamos de fato conceber que homens de letras anunciassem e a imprensa aplaudisse, hoje, conferências sobre. . . o pé, a mão, o leque, o charuto, o grampo e temas como estes, pretexto para dissertações ridículas, tagarelices arrebicadas? Foram publicados em livros, pelo Alves, pelo Garnier, tão tristes documentos de uma época. [. . .] Desta voga de conferências ditas 'literárias' abatidas sobre o Recife inocente, guardo, com estas lembranças, duas outras — a do debate que se travou na imprensa sobre se se devia dizer 'conferencista' ou 'conferente'. Polêmica azeda entre competências locais. Era o tempo de Cândido de Figueiredo e da redação do Código Civil. . . 'Conferencista?' — 'Não! Conferente!' Discutiu-se tumultuosamente o problema numa reunião de estudantes. Não me lembro que partido tomei e se no meu discurso no teatro empreguei só um dos vocábulos ou ambos, indiferentemente." (Gilberto Amado, *Minha Formação no Recife*, Rio, 1955, págs. 228 e 230).

11 Em torno do quadro da boêmia do tempo, Luís Edmundo escreveu algumas das melhores páginas de *O Rio de Janeiro de Meu Tempo*. Em dois romances, Coelho Neto focalizou também aquele quadro. As biografias ultimamente aparecidas, de Emílio de Meneses, de Paula Ney e outros escritores do tempo permitem-nos a reconstituição de uma falsidade imitativa que não poderia, aqui, ser senão transitória e superficial.

12 "Era geralmente uma Grécia de cartolina, puramente decorativa, nada tendo de comum com o verdadeiro espírito helênico que dominava por toda a parte. João do Rio, cujo brilho do estilo mal disfarçava uma cultura apressada e superficial, citava a todo momento Sófocles, Eurípides, as Eumênides, etc.; e ao descrever, por exemplo, numa emocionante evocação, a 'tragédia de Rocinha' — um homem enterrado no fundo de um poço, morrendo aos poucos, sem que ninguém pudesse socorrê-lo — não deixava de carregar em Ésquilo e outros ingredientes gregos." (Brito Broca, *op. cit.*, pág. 102).

13 A época não estava em condições de compreender e situar o clássico, de que Sainte-Beuve, o crítico francês do tempo, cuja influência no Brasil parece ter sido muito mal reduzida do que se pode julgar, já afirmava: "Clássico é um autor que enriqueceu o espírito humano, que aumentou os seus tesouros, que o fez avançar um passo além, que descobriu alguma verdade moral inequívoca ou recuperou alguma paixão eterna no coração onde tudo parecia conhecido e explorado; que entregou o seu pensamento, a sua observação ou a sua invenção sob uma forma, não importa qual, mas ampla e grande, fina e sensível, sã e bela em si mesma; que falou a todos em um estilo próprio em que existe algo de cada um, em um estilo novo sem neologismos, novo e antigo, facilmente contemporâneo de todas as idades, de todos os tempos." (Sainte-Beuve, "Qu'est-'ce qu'un classique", *in Causeries du lundi*, Paris, 1850, t. III, pág. 38).

14 José Veríssimo colocaria exatamente o papel da literatura ante a renovação, na época em que tais transformações se processavam: "Apenas a literatura não deve esquecer que ela é, sobre o aspecto da expressão, uma força conservadora. Sem oferecer resistência caprichosa e desarrazoada à natural evolução da língua que lhe serve de instrumento, cumpre-lhe não se lhe submeter enquanto os seus resultados não tiverem a generalidade de fatos lingüísticos indisputáveis. A intromissão inoportuna

da literatura nessa evolução, sobretudo para lhe aceitar indiscretamente todas as novidades inventadas com pretexto dela, não pode senão prejudicá-la naquilo que justamente é importante da sua existência, a sua faculdade de expressão. Se ela, porém, por outro lado, se ativesse rigorosamente ao casticismo português, no genuíno sentido deste vocábulo, o brasileiro acabaria por ficar alheio aos seus escritores e estes aos seus patrícios, por motivo da descorrelação entre a língua falada por uns e a escrita por outros. E é talvez esta a mais íntima causa da falta de simpatia — agora talvez maior do que dantes — entre os nossos escritores e o nosso povo. Nesta sociedade descomedidamente igualitária, como talvez outra não exista, o escritor e o público vivem inteiramente alheados um do outro pelo pensamento e pela expressão." (José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, págs. 161 e 162.)

15 Um dos campos em que o tratamento literário causou desvios e induziu a erros, em desfavor do que era específico, foi o da história, em que houve a transição da simples e desinteressante cronologia, o arrolamento de fatos, quando a erudição desinteressada achou um caminho extremamente favorável à sua expansão, para os trabalhos em que a forma pretendia substituir todos os demais requisitos e constituir a razão mesma do gênero. Quanto ao primeiro desvio, aquele fundado na erudição gratuita, no arrolamento, já Henri Berr, naquele tempo, havia definido com rigor: "A história se compõe de uma multidão de pequenos fatos; mas o pequeno fato, por si próprio, não é a história." (Henri Berr, *A Síntese em História — Ensaio Crítico e Teórico*, S. Paulo, 1946, pág. 27.) Para esclarecer, mais adiante: "Não há relação causal se não houver regularidade de ligação, se não houver renovação idêntica da relação constatada, o caso único *não tem causa*, não é cientificamente explicável." (Pág. 47.) Para esclarecer, quanto ao outro desvio: "A tão debatida questão, se a história é uma arte ou uma ciência, está definitivamente resolvida. A história é uma das formas de pesquisar a verdade: não é um gênero literário. Assim como um tratado de biologia ou de psicologia, uma obra de história não comporta preocupações estéticas. Se um livro que contribuiu para o estabelecimento da verdade é, por acréscimo, julgado belo, é uma chance feliz e uma espécie de luxo. Um historiador não é obrigado a escrever como um Fustel de Coulanges, assim como um biologista como um Claude Bernard; mas desde que há uma certa maneira de apresentar e de exprimir as mais positivas verdades — mesmo as verdades exatas — que revela os méritos do fundo, tal a beleza de que se pode revestir a história — beleza severa que não é senão o esplendor do verdadeiro." (Págs. 193 e 194.)

16 Da desvalia do trabalho literário, como atividade lucrativa dá informação Luís Edmundo: "Paga-se a um bom autor, por um bom romance ou um bom livro de contos, de quinhentos mil-réis a um conto de réis; por uma novela popular, de cinqüenta a quinhentos mil-réis. Para os

livros de verso, abundantíssimos, não há tarifa. Em geral, são impressos por conta do próprio autor, ou entregues ao editor, sem compromisso de paga. As exceções à regra são raras. Os grandes romancistas que vivem e que então mais se editam são: Machado de Assis, em primeiro lugar, Aluísio Azevedo, logo a seguir e depois, então, Valentim Magalhães, Gonzaga Duque, Coelho Neto... Olavo Bilac, Luís Murat, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, B. Lopes e Guimarães Passos são os poetas mais lidos e festejados. Os livros que imprimem, porém, não alcançam grandes tiragens: mil, dois mil, no máximo dois e quinhentos ou três mil exemplares." (Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, 3 vols., Rio, 1938, t. II, págs. 702 e 703.)

Mas embora não houvesse lucro material, existia já influência, prestígio: "Trabalhando no *Diário de Pernambuco* com Artur Orlando, que era um grande curioso de idéias, sobretudo de assuntos de genética social, comecei a procurar compreender o Brasil, a ler os viajantes, o que se podia encontrar. A *História do Brasil*, de João Ribeiro, as *Páginas de Estética*, o *Canaã*, os estudos de José Veríssimo, sobretudo a *Educação Nacional*, os trabalhos da segunda fase de Sílvio Romero, a fase Le Play, das *Provocações e Debates*, o aparecimento dos *Sertões*, não nos deixavam tempo para um conhecimento mais direto de Tobias. Por outro lado, a grande influência, o prestígio e o encanto de Nabuco, nos dominavam. [...] A leitura do *Abolicionismo*, de Nabuco, um dos maiores livros da nossa literatura política, me conduziu à procura de todos os autores por ele citados e me abriu os olhos sobre os nossos problemas fundamentais. Capistrano de Abreu havia publicado *Descobrimento do Brasil*, num grosso volume comemorativo. Do Rio chegava até nós a discussão sobre o projeto do Código Civil. A *Réplica* com as *Cartas de Inglaterra* e quanto discurso de Rui podíamos apanhar iam-se juntar ao Vieira, ao Camilo, ao Herculano da nossa coleção clássica. Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, misturavam-se nas nossas leituras com Anatole France e D'Annunzio." (Gilberto Amado, *A Dança Sôbre o Abismo*, Rio, 1952, págs. 172 e 173.)

17 "É pena que a vida econômica da época não desse ao foro brasileiro ocasião para uma advocacia de interesses mais complexos, em que se pusesse a inteira prova o engenho dos juristas do tempo. É também pena que aquela geração de jurisconsultos não tenha chegado a engendrar uma grande obra doutrinária, em que se espelhasse o seu íntimo domínio do direito. Pois o que resulta da leitura dos seus trabalhos forenses e pareceres é a convicção de que saíam de uma geração dotada de excepcionais qualidades: um real conhecimento do direito positivo; uma argumentação concisa, livre de prolixidade acadêmica; uma intuição do caso, ainda não falseada pelo gosto das teorias; e uma robusta visão do direito como arte, prevalecendo sobre a do direito como ciência.

"Um nome apenas se erguia acima da plêiade dos grandes juristas da época: o de Lafaiete, que vinha da geração de Freitas e Nabuco, e se erguera pelo prestígio dos seus livros à autoridade de um oráculo.

Coelho Rodrigues, Carlos de Carvalho o Conselheiro Barradas e Rui Barbosa, são os consultores a que mais amiúde a prática vai solicitar esclarecimentos e opiniões. Na advocacia do tempo, além deles e de outros, que a ingrata tradição do foro reteve menos, já avultam profissionais, que irão afirmar sua autoridade na fase histórica seguinte: J. X. Carvalho de Mendonça, Alfredo Bernardes. A tradição doutrinária de Lafaiete encontra um continuador em Lacerda de Almeida. E na magistratura federal pesa a autoridade de alguns grandes veteranos: Aquino e Castro, Anfilófio, Lúcio de Mendonça, João Barbalho.

"Para toda essa geração de juristas, a elaboração do Código Civil como que se tornara um desafio. O Projeto de Coelho Rodrigues, rejeitado pelo parecer da Comissão encarregada de revê-lo, datava de 1893, e viera acrescentar um elo à cadeia de insucessos, em que só hoje, com o recuo de meio século, podemos ver o longo processo de amadurecimento da nossa cultura para a obra da codificação." (San Tiago Dantas, *op. cit.*, págs. 54 e 55.)

18 "A ele se devia o texto da reforma eleitoral Saraiva, que extinguindo a eleição em dois graus e alargando o censo, diminuíra o predomínio dos chefes locais e dos fazendeiros, em favor de um maior pronunciamento popular." (Idem, pág. 21.) Mais adiante: "Rui Barbosa atribuiu a essa reforma eleitoral efeitos relevantes: 'uma reforma que constitui uma verdadeira *declaração de direitos*', reforma a que a oposição constitucionalista do Senado atribuiu as proporções de uma segunda Carta e o prelúdio de uma revolução, que ela, pelo contrário, tende a evitar.

"A reforma estabeleceu a eleição direta, considerados eleitores todos os que tivessem renda anual não inferior a Cr$ 200,00; estabeleceu a elegibilidade dos acatólicos, aumentou consideravelmente o número de incompatibilidades. Diminui, em geral, o poder até aí incontrastável dos proprietários rurais. Na primeira experiência foram derrotados dois ministros." (Idem, págs. 21 e 22.)

12 — OS PROBLEMAS DA FORMA

A perfeição da forma como ideal artístico — Conhecimento e divisão em classes — Apuro formal como traço de classe quando exclusivo — O timbre aristocrático — Língua e literatura — Heranças românticas no parnasianismo e no simbolismo — Lirismo parnasiano — Reação na forma e reação no conteúdo — Figuras do parnasianismo e do simbolismo.

A PERFEIÇÃO FORMAL sempre constituiu um dos mais importantes objetivos do artista, e representa mesmo uma das características da criação artística. Do ponto de vista da literatura, o problema se torna mais profundo desde que o uso da língua não é privativo dos escritores, daqueles que a trabalham como um instrumento de arte, mas de inúmeros outros elementos, que a utilizam para a simples transmissão de idéias ou para o registro de observações ou de informações profissionais. Há uma distinção entre os escritores e os demais usuários da linguagem escrita, assim. Dos primeiros, é fundamental exigir maior rigor na expressão. Isso não justifica, entretanto, que o rigor assuma a tendência de extremar-se na falsidade, pela busca de uma linguagem privativa, tão apurada na erudição ou nas diferenças que se torne difícil ao entendimento dos demais, que estabeleça uma separação entre aquele que escreve, o artista, e aquele que lê, o homem comum. Quando o escritor só é entendido ou tolerado ou compreendido pelos confrades, usa o título, mas não o merece.

Numa sociedade dividida em classes, quanto maior a diferença entre elas, quanto maior a distância social, o apreço pelas manifestações artísticas é tanto mais diverso, quer do ponto de vista qualitativo, quer do ponto de vista quantitativo. De outra parte,

o acesso ao conhecimento caracteriza-se como um privilégio e só é permitido para os elementos da classe dominante, ou daquelas que participam da dominação. Nos países de formação colonial, em que a divisão em classes foi acentuada, o acesso ao conhecimento ficou vedado, prolongadamente, a todos os que concorriam com o trabalho, infamado, em muitos casos, pelo regime servil. A ignorância se tornou um traço de classe, de um lado, como o saber se tornou um traço de classe, de outro lado. Claro está que seria, num quadro tal, impossível o entendimento artístico, o entendimento literário, por parte da maioria da população. Com a passagem do tempo, e as transformações sucessivas que alteraram a estrutura da sociedade naqueles países, contingentes mais numerosos foram encontrando necessidade e possibilidade de adquirir conhecimentos, mas isso foi sempre limitado pelas condições de classe. Criou-se, entretanto, um espaço em que o trabalho literário, ainda admitido como ornamental, encontrava admiração e apreço, mesmo que isso não tivesse outra importância que não subjetiva. Na medida em que as transformações se aceleraram, o espaço destinado à arte literária aumentou, mas tiveram duração longa alguns de seus traços de origem, conservados muitos deles pelo novo quadro que se apresentava, inclusive o traço de distinção que trazia, a marca aristocrática.

Isso ocorreu ao longo da história brasileira, como na de outros países. Evoluímos de uma sociedade inicial de senhores e escravos para uma sociedade de senhores, de comerciantes e profissionais urbanos, e trabalhadores agrícolas livres embora não inteiramente assalariados, e atingimos mais tarde a fase em que a classe média começou a participar do poder, embora o não dominasse, enquanto surgia e se expandia uma classe de operários de fraca tradição pelas suas origens. A cada uma dessas transformações, a arte literária respondeu de determinada maneira, e o problema da comunicação, fundamental em toda criação artística, encontrou uma colocação diferente. Ora, em literatura, a língua é o instrumento de comunicação, daí a sua importância, e daí o problema, para o escritor, de ser um mestre na língua, que é a sua ferramenta, sem levar a mestria a um artesanato que a transforme em meio de isolamento. Por aí se verifica que só na medida em que as criações deixam de ser objeto da atenção apenas dos pares, para o serem de camadas mais numerosas, é que existe uma pressão natural para equilibrar o manejo do instrumento, de sorte a torná-lo flexível

mas fácil. Sempre que a criação artística tem a sua repercussão limitada, prepondera a capacidade artesanal.

Mas a linguagem é apenas instrumento, e não pode ser mais do que isso — um instrumento peculiar à arte literária, e não privativo dela, mas de uso comum, para tarefas comuns. O que distingue, pois, o uso literário do uso comum? Não é a maneira de utilizar o instrumento, mais simples no segundo caso, obrigatoriamente mais rigorosa no primeiro. O escritor deve utilizar a linguagem, como tal, quando escritor, de maneira diversa daquela que a utilizam os que não são artistas. Mas o que distingue, no fundamental, o trabalho literário de outro qualquer trabalho em que a linguagem é também utilizada, embora não seja o instrumento por excelência, é o conteúdo. A linguagem é meio, apenas; por mais perfeita que seja não ultrapassa esse nível. Ela não é a literatura, é o caminho da literatura, é o espaço em que a literatura se desenvolve, é o meio por que ela atinge aos que a aproveitam. Não pode ser colocada em prioridade, embora tenha importância. Quando todo o esforço do escritor se concentra na linguagem, de tal sorte que o conteúdo fique em segundo plano, estamos diante de um trabalho artesanal, cuja perfeição não o isenta da transitoriedade, porque cada época tem uma forma própria que traduz o que lhe é peculiar. Os clássicos encararam a perfeição de linguagem de modo diferente dos modernos, e não se tornaram clássicos por isso.

Numa sociedade dividida em classes, os homens diferenciam-se através de muitas e variadas exterioridades, que podem ir do vestuário ao modo de falar. Quando a divisão em classes é tão profunda que aparece em sinais visíveis, ninguém necessita afirmar a sua condição — ela transparece ao primeiro olhar. O senhor veste-se de maneira diversa da do escravo, usa calçado e o escravo anda de pés nus, sabe ler e o escravo não sabe. Na medida em que os traços exteriores se generalizam — o homem livre embora pobre se confundindo com o proprietário de terras, com o direito e às vezes com a possibilidade de trajar-se como este —, há que transferir os traços de distinção a outros planos. Quando isso começa a ocorrer é que existe já uma luta entre as classes e não apenas uma contradição de interesses. A classe dominante precisa lançar mão de diferenças que assinalem os seus elementos. A ostentação do saber é uma dessas diferenças.

Enquanto as diferenças de classes, no Brasil, foram a tal ponto profundas que, existindo as contradições de interesses, ao escravo

faltavam condições para lutar contra os senhores, o problema de transferir ao saber e a todas as suas exteriorizações um papel, uma função, nas diferenças de classe, careceu de sentido: o saber era peculiar à classe dos senhores. Só muito recentemente, do ponto de vista histórico, quando as exteriorizações de classe foram desaparecendo a pouco e pouco, em extensas zonas do país — embora permaneçam em algumas — e houve possibilidade da extensão do ensino a elementos das classes dominadas, é que o saber passou a exercer um papel diferenciador. Na medida em que isso ocorria, as contradições de classes transformavam-se em luta de classes, e havia necessidade de afirmar-se o indivíduo pela sua marca, diferenciando-se daqueles que não eram do seu plano. O saber teve uma função importante, a partir daí. O acesso aos conhecimentos é uma possibilidade, entre nós, para todos os elementos das classes superiores; é uma possibilidade apenas para uns poucos elementos das classes inferiores. Ora, em conseqüência, os conhecimentos continuam a distinguir os homens, embora não da mesma maneira que nos primeiros séculos. Mas se há possibilidades de indivíduos atingirem o saber, superando as deficiências de classe, e vestirem-se, e calçarem, e falarem como os de qualquer outra classe, embora privilegiada, a distinção pela capacidade artística começa a ter um papel e surge a idéia conseqüente de que o apreço que aquela capacidade merece deve provir apenas de uns poucos, dos iniciados, dos que têm condições para atingir o requinte. E o artesanato é um requinte.

Não há coincidência, pois, na superestimação formal que surge em nossas letras numa fase de intensa atividade criadora e de intensa transformação social como aquela que atravessamos nos últimos lustros do século XIX, prolongando-se até depois da Primeira Guerra Mundial. Naquela fase, acelerava-se o desenvolvimento da classe média, a que o surto industrial ocorrido durante a guerra deu importante impulso, além de proporcionar o aumento e o fortalecimento da débil classe operária. Tal classe disputaria uma participação no poder e chegaria a alcançar em parte o que disputava, embora a classe dos senhores de terras continuasse a exercer um domínio incontrastável. Nessa fase, entretanto, ela imita ainda os padrões da classe dominante, acompanha a sua ética e não está em condições de formular em termos artísticos as suas características. Há um traço, nessa imitação, que tem importância muito grande: o desejo de distinguir-se daqueles que oferecem o trabalho no mercado, e distinguir-se particularmente pela atividade intelectual, que continua a ser um terreno peculiar aos que não exercem esforço físico.

Não é por acaso que o parnasianismo, na poesia e na prosa, acompanha o apuro de uma erudição lingüística que motiva o mandarinato das questões filológicas. A grande questão da época é a controvérsia de que surge a *Réplica*, e os sabedores acompanham atentamente as razões de Carneiro Ribeiro e de Rui Barbosa, enquanto os mestres do direito esquecem o conteúdo do Código Civil para travar o debate em torno da redação dos seus artigos e parágrafos. A opulência verbal é o parâmetro a que se submetem os escritores, a crítica faz todo esforço em torno do purismo lingüístico, a oratória parlamentar aferra-se a modelos distantes, e as formas desinteressadas e unilaterais de erudição alcançam a valorização máxima.

Opulência verbal, sonoridade vocabular, demasias de sinônimos, artifícios sintáticos concorrem, assim, com as sutilezas mandarinescas das questões gramaticais, ao mesmo tempo que o regionalismo pretende caracterizar-se pela reprodução do linguajar, de um lado, enquanto, de outro, descamba para os vícios da linguagem pretensamente rica, enquanto, na poesia, surge o parnasianismo, procurando uma técnica seca e rígida, a que a regra se adapta como mordaça, surgindo em seguida o simbolismo, que frisa ao máximo o distanciamento dos poetas de tudo aquilo que a realidade apresenta. Claro está que o parnasianismo, trazendo novos problemas à técnica do verso, não se limitou ao jogo das palavras, mas acompanhou, como parte no movimento geral da literatura brasileira, as tendências acentuadas no sentido de uma especialização da arte capaz de depurá-la da participação dos ignaros. A confusão entre linguagem literária e linguagem coloquial — a que o teatro, por necessidades peculiares aparentemente ajudava, na sua tendência espontânea em reproduzir os tipos vulgares — antes confundiu do que esclareceu o problema. De qualquer forma o instrumento ultrapassava, na criação literária, as próprias finalidades.'

De tudo isso não poderia resultar outra coisa senão o distanciamento entre o escritor e o público. A artificiosidade, o apuro aparente, o luxo verbal, criavam barreiras ao entendimento e à afinidade entre escritores e leitores. Os poetas românticos haviam encontrado ressonância, na relatividade natural do meio e do tempo, para as suas criações. Os parnasianos ficaram isolados. Veríssimo acentuou o quadro numa observação exata: "Também o segredo da popularidade persistente dos poetas da segunda geração român-

tica não está somente em que eles foram os de mais rico e sincero sentimento que jamais tivemos, mas em que o exprimiram numa língua e forma poética ao alcance de todos, sem artifícios de métrica nem arrebiques de estilo."[1] Entre os parnasianos ou simbolistas e o mundo de leitores não poderia existir afinidades consagradoras. Com eles, por grande que fosse o virtuosismo técnico de alguns, não poderia comungar o homem comum, não dotado para o entendimento das perfeições meramente formais ou desinteressado delas porque lhe não diziam respeito.[2] Não existia, via de regra, entre parnasianos e simbolistas, a estreita aproximação entre a idéia e a forma, que consagra a obra de arte e lhe assegura a eternidade.[3] A impassibilidade, aliás, alardeada pelos primeiros — e mais alardeada do que obedecida — nem era nova e nem original.[4] "A forma rigorosa, impessoal, impassível — esclarece ainda Veríssimo — em que se quis ver a marca da escola — desmentida aliás mesmo em França por alguns de seus mais distintos alunos, como Coppée — se não coadunava com o lirismo português e brasileiro, ambos essencialmente feitos de sentimentalidade e de personalismo, ambos muito pessoais. Em Portugal, mais ainda que no Brasil, não houve nunca verdadeiros parnasianos, segundo o conceito comum do parnasianismo, se não o forem os seus árcades do fim do século XVIII."[5] O lirismo dos parnasianos, aliás, que salva os valores individuais da escola, estava condicionado pela nova sociedade que se gerava.[6]

Parnasianos e simbolistas, por outro lado, ancoravam, e profundamente, na herança romântica e dela hauriam o elemento neutralizador dos excessos que os modelos externos exigiam. Não apenas no que diz respeito à técnica do verso — as inovações parnasianas nem foram gerais e nem importantes e nem numerosas — mas no que diz respeito ao conteúdo. Tiveram quase todos os afeiçoados à nova escola, parnasiana, uma iniciação romântica, ao mesmo tempo que os padrões do romantismo estavam presentes no conjunto do movimento que se apresentou depois dele. Não se divorciaram tanto quanto seria de admitir da impassibilidade de tudo aquilo que a vida lhes apresentava, e até denunciaram uma atenção grave para os problemas do tempo, ainda que muito mais para os problemas da humanidade em geral do que para os da gente de seu próprio país. Nisso, realmente, diferenciaram-se dos românticos. Há, em muitos dos parnasianos e em muitos dos simbolistas, um passado de interesse pelo homem e pela sociedade e

até mesmo sinais de participação — participação através da criação artística naturalmente.[7]

Na medida em que a escola parnasiana, embora conservando-se distante do modelo externo, encontra campo para o seu desenvolvimento, na medida em que uns imitam ou acompanham os outros, o que acontece também com os simbolistas, é que ficam acentuados os traços: não só os poetas se apegam mais ao cuidado formal, que só numa segunda fase passa a preponderar, como esquecem os motivos da vida, para um distanciamento pronunciado, um ato de vontade. Inicialmente, nem são puristas, nem são impassíveis, nem são desinteressados, nem são aristocráticos. O traço de afastamento da realidade, por outro lado, não existiu apenas nos poetas parnasianos e simbolistas, porque era um sentido geral. As duas escolas novas forneceram caminho para a realização daquilo que a fase vigente impunha, embora, sem nenhum rigor de esquema, seja possível distinguir que os parnasianos se distanciavam da realidade pela forma mais do que pelo conteúdo, enquanto o contrário ocorreria com os simbolistas. Levaram estes, entretanto, quando atravessaram a etapa de confusão com o romantismo, a um extremo inexcedível a deformação artística que se convencionou apelidar "torre de marfim". Ainda nesse sentido, ficaram como coisa estranha, produto exótico, em uma literatura que dava os primeiros passos no rumo de aproximar-se da realidade nacional. Nem mesmo os entusiastas da escola tiveram base para negar esse caráter do simbolismo, que sobrevive pelo que ofereceram dois ou três valores individuais muito mais do que pelo que a escola ofereceu em conjunto.[8] E o seu distanciamento do meio, dos seus motivos e dos seus problemas, é ponto pacífico.[9] O distanciamento, aliás, estava até no que houve de mais característico no simbolismo de origem, aquele que forneceu o modelo.[10] Os adeptos brasileiros, acolhendo o modelo, e afeiçoando-se esquematicamente ao que ele tinha de formal, encontraram uma saída para a solução de uma desigualdade que era, esta sim, peculiar ao Brasil: "Aqui igualmente o simbolismo lhe permitia realizar, melhor ainda do que no Parnaso, essa promessa de aristocratização. A torre de marfim, o poema obscuro, compreensível a uma pequena minoria, a cultura doentia da inteligência e da sensibilidade, o horror à vulgaridade, uma arte de reticências e de sutilezas, eis o que oferece o maior poeta afro-brasileiro para provar a sua aristocracia. Tornar-se-á também o tipo mesmo do esteta, aquele que, como ele disse, se recusa as sensações elementares, físicas, terrestres, para

sentir unicamente com seus nervos, com suas fibras, as sensações mais etéreas, aquelas que escapam ao comum dos mortais."[11] Trata-se do caso de Cruz e Sousa, que trazia, além da origem humilde, o rótulo da cor, para classificá-lo.[12]

A transição para o parnasianismo pode ser facilmente assinalada, no Brasil, no decênio de 1870 a 1880. Alguns poetas vinham francamente do romantismo, como Luís Guimarães Júnior e ainda Luís Delfino, que transmite as impressões de muitas influências em sua longa atividade. Em Machado de Assis, também, a transição se observa. Parece que um dos que maior papel tiveram no advento da escola foi Artur de Oliveira.[13] Nas *Canções Românticas* (1878), de Alberto de Oliveira, o parnasianismo está presente de sorte a "poder ser tomada como a primeira amostra" da nova escola em nosso meio.[14] Nas quatro séries de *Poesias* (1900, 1911, 1913 e 1927), Alberto de Oliveira nos dá, efetivamente, dentro da submissão aos cânones parnasianos, o exemplo de uma variação interessante de temas, finalizando na exaltação da nossa natureza.[15] Considerado "mestre da geração parnasiana", Alberto teve uma influência considerável na poesia brasileira.[16] Iniciador da nova escola, trouxe-a até o fim, quando o modernismo liquidou os últimos remanescentes parnasianos, fazendo do poeta fluminense, inclusive, um símbolo, que combateu com vigor, uma espécie de Coelho Neto do verso, o que era uma injustiça. Em Alberto de Oliveira, realmente, a poesia não foi apenas uma obediência formal à regra parnasiana, e, ainda nos momentos em que isso ocorreu, deu-nos quadros vigorosos da natureza ao mesmo tempo que escreveu alguns dos mais perfeitos versos de amor que a língua conhece.

Se o parnasianismo já estava presente, na sua plenitude, nas *Canções Românticas*, de Alberto de Oliveira, aparecidas em 1878, os *Primeiros Sonhos*, de Raimundo Correia, surgindo no ano seguinte, estavam ainda moldados pelo romantismo. Só as *Sinfonias*, de 1883, concretizam a sua adesão à nova escola, levada ao rigor com os *Versos e Versões* (1887) e com as *Aleluias* (1891). Em Raimundo Correia o parnasianismo atinge a sua expressão melhor, no Brasil. Cuidadoso na forma, levando-a a extremos por vezes, artista apurado e meticuloso na fase de sua plenitude, quando escolhe os versos que constituirão o volume das *Poesias* (1898), capaz de captar a beleza interior e a da paisagem, de traçar um perfil e de apresentar um episódio ou uma cena, tradutor feliz e recriador, Raimundo Correia se realiza integralmente como poeta,

que o foi unicamente. Em nenhum outro, sem dúvida, existe a sua riqueza de pensamento, a sua perfeição artesanal, aquele rigor que não abafa a expressão e lhe fornece antes o molde exato, na forma que o parnasianismo impunha. Espírito atormentado, de uma sensibilidade muito viva, Raimundo Correia, de quem se discutiu a originalidade das criações, em face de paráfrases e de traduções perfeitas e de velhas idéias a que deu forma nova, deixou alguns dos mais altos exemplos que a poesia brasileira pode apresentar.[17] A variedade da obra do autor de "Mal Secreto" não mereceu ainda um estudo aprofundado, que discriminasse suficientemente a riqueza de sua inspiração e a habilidade formal de seus versos, existindo apenas, e quase tão-somente, a repetição de observações mal colhidas, que um espírito crítico inutilizará sem grande esforço.

Mas é indiscutível que o parnasianismo teve em Olavo Bilac a sua figura mais gloriosa.[18] Estreando, com as *Poesias*, em 1888, Bilac encontrava o parnasianismo triunfante e abria o volume com uma "Profissão de Fé" que nem sempre esteve presente em seus versos. Muitas de suas notas, e provavelmente as menos importantes, algumas até vulgares, ajudaram a receptividade que encontrou e que se manteve sempre, fazendo dele a mais conhecida das figuras da escola e a mais valorizada até hoje. Ao acrescentar, na edição de 1902 de sua *Poesias*, o melhor do que vinha fazendo desde uma estréia tão auspiciosa, Bilac nada trouxe de importante ao que ja havia feito, e isso se confirmou com o volume da *Tarde*, obra póstuma (1919), cujas composições estavam divulgadas em sua maioria pelas revistas e jornais. Artista inquieto, vibrante, com uma eloqüência ajudada pela perfeição da rima e da métrica, tocando as notas mais apreciadas pelo público de todos os tempos, arrimando as imagens em metáforas audaciosas e num vocabulário opulento, Olavo Bilac encontrou uma ressonância enorme, dentro da relatividade do meio e do tempo, para a sua obra. Fazendo vida de imprensa, realizando conferências, participando dos acontecimentos mais destacados da época, adquiriu uma preeminência indisputada, que desfrutou até a morte. "Nessa geração e nesse grupo de 'ases' da poesia, da crítica, da oratória, do romance, de todos os setores das letras, sem falar nos das artes, Bilac ia ser a estrela de maior fulgor no firmamento poético — escreveu um crítico —, aquela que iria reunir, em torno de sua musa, um entusiasmo, ao mesmo tempo culto e popular, só comparável, antes dele, ao de Gonçalves Dias e de Castro Alves e,

depois dele, a ninguém mais, pois desde então se implantou entre o grande público e as artes, mesmo a poesia, um mal-entendido ou uma dissociação, até hoje não suficientemente esclarecido."[19]

Classificado entre os parnasianos, na deficiência de estudos poéticos em que ainda permanecemos, aceitando velhos conceitos e colocações tradicionais, Vicente de Carvalho apresenta, em realidade, uma fisionomia muito diversa, mais variada e, em muitos aspectos, mais rica do que a maioria dos seguidores da escola e ainda de alguns de seus mestres.[20] O lirismo, a clareza de expressão, a eloqüência de imagens, muito mais que de palavras, com que cantou o mar e descreveu os males da escravidão, fizeram de Vicente de Carvalho um poeta diferente, sob pleno domínio parnasiano. Embora tenha estreado com *Ardentias*, em 1885, e, após o lançamento de *Relicário* (1888), tenha-se renovado bastante, com os versos de *Rosa, Rosa de Amor* (1902), o grande livro do poeta santista, que o consagraria, elevando-o ao mesmo plano dos mestres de então, foi o dos *Poemas e Canções* (1908), em cujo prefácio Euclides da Cunha soube fazer sentir a importância do autor e de seus versos.

Inclassificável, do ponto de vista de escolas, foi sem dúvida Luís Delfino, que todas disputaram para as suas fileiras, e que fez versos ao sabor de cada uma, na sua longa, torrencial e desigualíssima produção. Produção tanto mais difícil de estudar, classificar e analisar, porquanto dispersa em revistas e jornais, mal arrolada em numerosos volumes recentes e despojada de qualquer roteiro. Só a extrema variedade de formas de sua poesia e a habilidade que teve em se adaptar aos diversos modelos já denuncia um dos traços característicos do poeta catarinense, considerado grande em todos os momentos, aquele que Veríssimo definiu como sendo "um insigne virtuose do verso antes que grande poeta". Nessa obra extensa, de que alguns versos ficaram nas antologias, há muitos sinais da exatidão do juízo de Veríssimo — Delfino parece ter sido autor de algumas poesias felizes, em meio à florestal contribuição que deixou.[21]

O caso de Luís Guimarães Júnior foi diferente, porque veio da plenitude romântica para a plenitude parnasiana, entre os *Corimbos* (1869) e os *Sonetos e Rimas* (1880), com alguns versos dignos de lembrança, numa obra reduzida, versos de fraca inspiração e nenhuma originalidade, mas corretos e sinceros.[22] Foi, pouco mais ou menos, a evolução de Machado de Assis, em cuja obra o primado da ficção obscureceu a parte poética, que foi interessan-

te e que, por si só, lhe asseguraria um lugar em nossas letras.[23] Carvalho Júnior foi um precursor curioso da escola.[24] Precursor, sob certos sentidos, foi ainda Teófilo Dias.[25] Seguidores secundários como Artur Azevedo[26], Filinto de Almeida[27], Adelino Fontoura[28], João Ribeiro[29], Venceslau de Queirós[30], Guimarães Passos[31], Pedro Rabelo[32], Zeferino Brasil[33], Francisca Júlia[34], Goulart de Andrade[35] e Luís Murat[36], que teve notoriedade superior aos seus méritos. Merecem indicação especial Júlio Salusse[37], que se notabilizou com um soneto; José Albano[38], figura singular, inclassificável, que se refugiou num cultismo fora de época; Raul Pompéia[39], que se distinguiu como romancista, mas cuja obra, *Canções sem Metro* (1881), constitui um instante excepcional da poesia brasileira; Augusto de Lima[40], que infundiu motivos filosóficos e sociais em seus versos; B. Lopes[41], que receberia influência do romantismo, do parnasianismo e, por último, do simbolismo; e particularmente Augusto dos Anjos que, começando por ser um adepto da poesia científica, que antecedeu o parnasianismo e foi uma de suas origens, acabou por distinguir-se pela perfeição formal, outra característica da escola, sendo a sua inclusão aqui mais compreensível do que entre os simbolistas.[42] Apesar da barreira que se apresenta, muitas vezes, no uso de uma linguagem especializada, colhida nos compêndios e habilmente manipulada, há em Augusto dos Anjos uma realização que chega a ser perfeita em muitos casos e em alguns atinge ao nível de uma beleza indiscutível. O caso do poeta paraibano, aliás, tem sido mais confundido do que estudado, salvo naquilo em que a introdução de Órris Soares ajuda o entendimento biográfico. Se, de um lado, Augusto dos Anjos pertence ao campo de influência do largo movimento de renovação que se convencionou conhecer como Escola de Recife, herdando dele aqueles critérios científicos, e às vezes pretensamente científicos, que definiram inclusive o naturalismo, por outro lado é um cantor exato e até minucioso da decadência de uma classe, a dos senhores de engenho, de que traça, em uns poucos versos, a magistral mortalha.

A publicação de *Broquéis*, em 1893, lança o nome de Cruz e Sousa e lança o simbolismo.[43] Esse filho de escravos, cuja educação se fez, em parte, num meio de influência germânica e que teve mesmo como mestre a Fritz Müller, negro, doente, pobre, encontrou no meio literário da capital do país uma resistência desmedida a que contrapôs o seu orgulho e a persistência com que lutou pelo triunfo literário que só viria a alcançar, em parte,

depois de morto. "Emparedado" dentro da raça amesquinhada, pretendendo fazer da arte uma "eucarística espiritualização", Cruz e Sousa exerceu formidável esforço para realizar-se artisticamente, para "classificar-se". E conseguiu, eralmente, distinguir-se como poeta de funda inspiração, quase sempre dolorosa. Esse nostálgico do arianismo, no dizer de um ensaísta, tinha a sedução da cor oposta à de sua pele e, apesar de ter participado da campanha abolicionista, o seu anseio íntimo estava na fuga ao destino social da gente de sua raça em nosso país, desejo de livrar-se das injunções do rótulo, acomodando-se aos padrões e normas dominantes, submetendo-se àquilo que era valorizado pelo meio em que vivia. No primeiro poema do seu livro de estréia, os versos iniciais já assinalam esse destino ansiosamente almejado.[44] Alguns admiráveis versos, musicais, eloqüentes, com aquela imprecisão de idéias própria da escola, colocam Cruz e Sousa entre os excelentes poetas brasileiros, com um lugar que não admite dúvidas, enquanto consideradas apenas as qualidades e as características mencionadas.

A outra grande figura do simbolismo brasileiro foi Alphonsus de Guimaraens, cuja latinização do nome já fornece uma indicação curiosa, no sentido do misticismo que dominou toda a sua poesia.[45] Triste, atormentado pela vida e pelos seus problemas, mas jamais amargo, o poeta mineiro cantou, como nenhum outro, a doçura da existência provinciana e ungiu de sentimento cristão o seu verso. Estreando, em 1899, aparecia um lustro depois de Cruz e Sousa, já então aceito como a grande figura da escola. *Kyriale* e *Dona Mística* haviam sido já escritos quando de sua estréia em livro, que é assinalada pelo volume em que se reúnem os versos do *Setenário das Dores de Nossa Senhora* e *Câmara Ardente*. Algum preciosismo formal não chega a empanar a amplitude e a simplicidade de Alphonsus de Guimaraens, que realiza uma obra singular entre nós pelo conteúdo místico.

Os últimos parnasianos e os últimos simbolistas confundiram-se no tempo, mais resistentes os primeiros do que os segundos, mais ampla a influência daquela escola do que a desta. É o caso de simbolistas como Mário Pederneiras, suave poeta da cidade do Rio de Janeiro[46], como Alceu Wamosy[47], como Emiliano Perneta[48] e como Pereira da Silva[49], que a todos sobreviveu. Parnasianos, ou mais próximos do parnasianismo, Emílio de Meneses[50] deixou nome mais como satírico; Batista Cepelos[51] cantou os bandeirantes, numa das raras tentativas épicas do nosso tempo; Narcisa Amália, Hermes Fontes, Raul de Leoni, Amadeu Amaral, Da

Costa e Silva, Martins Fontes e muitos e muitos outros.[52] Em nenhum outro campo como no da poesia, aliás, existe a necessidade de uma revisão de valores, da ordenação, da análise e da própria classificação, entre nós.

Refugiando-se no virtuosismo tecnico, os parnasianos desviavam-se da realidade.[53] Não conseguiram hermetizar-se quanto o modelo externo exigia, no caso brasileiro, por força do lirismo que impregnou, por vezes profundamente, a sua contribuição. Quanto aos simbolistas, tangidos pelos mesmos motivos para caminhos idênticos, distanciavam-se dos motivos do tempo e do meio na medida em que descaíam para o vazio de conteúdo e para a confusão de temas em que se esmeraram. Nesse sentido, distanciaram-se ainda mais do que os parnasianos do contacto com o público e configuraram o exemplo típico da alienação intelectual.[54] A renovação social brasileira iria varrer a uns e outros do cenário, quando já exaustas ambas as escolas.

NOTAS AO CAPÍTULO 12

1 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 162.

2 "O prazer que nos proporcionam os melhores livros firma-nos na convicção de que a mesma natureza está no escritor e em seu leitor. Lemos poemas de grandes poetas antigos com uma alegria moderna, quer dizer, com um prazer devido em grande parte à supressão de toda idéia de tempo em seus versos." (R. W. Emerson, *The Works*, Londres, 1885, t. II, pág. 128.) Sartre mostra, por outro lado, como o leitor complementa e completa o trabalho do criador: "A criação não pode completar sem a leitura, já que o artista deve confiar a outrem o cuidado de terminar o começado pois um autor pode perceber-se essencial à sua obra unicamente através da consciência do leitor." (J. P. Sartre, *Qu'est-ce que la littérature?*, Paris, 1948, pág. 96.)

3 "Na união indissolúvel da idéia com a forma que a exprime, da coisa com o símbolo que a representa, é onde está todo o segredo da vida das grandes criações artísticas. [...] Donde William Blake tem toda a razão dizendo: "As idéias têm que ser expressas em palavras minuciosamente apropriadas, e nenhum plano artístico pode-se realizar senão dentro de uma execução também minuciosamente preparada." (Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*, 2.ª edição, Rio, 1953, págs. 26 e 27.)

4 "Árcades de decadência mostraram-se verdadeiramente impassíveis, muito antes que o desinteligente parnasianismo houvesse importado de Paris a moda de o ser de caso pensado." (José Veríssimo, *op. cit.*, pág. 150.)

5 Idem, pág. 300.

6 "O lirismo amoroso dos parnasianos foi de resto condicionado pelas transformações sociais. Com a extinção da escravidão, acabou-se também em breve o tipo da 'sinhá', que era a musa inspiradora do lirismo romântico, e a moça brasileira foi perdendo rapidamente as características adquiridas em três séculos e meio de civilização patriarcal." (Manuel Bandeira, *Apresentação da Poesia Brasileira*, Rio, 1946, pág. 99.)

7 A respeito do caso de Raimundo Correia, por exemplo, Bandeira esclarece: "As *Sinfonias* são ainda um livro impuro: a impureza reside nos vestígios daquela flacidez de que nos fala Machado de Assis e na sua parte militante, republicana e revolucionária. Sim, porque esse poeta que com o tempo se alhearia de todo da luta social numa atitude de introvertido, analista das misérias do coração, falava em moço nos 'estrondos da Comuna', na aclamação 'do Império Universal', atacava o Rei e a Igreja." (Idem, pág. 105.) Lúcio de Mendonça, em *Névoas Matutinas* e principalmente em *Vergastas*, além de nas *Alvoradas*, oferece diversas notas de participação política. Fontoura Xavier, Valentim Magalhães, Teófilo Dias, têm versos em que traduzem a influência dos acontecimentos do tempo, adotando a posição libertária. No prefácio às *Opalas*, de Fontoura Xavier, Aníbal Falcão analisa o problema: "Ao passo que uns reproduzem a vida vulgar, outros, sentindo, embora presos à corrente geral do realismo, a soberana importância do assunto, buscam traduzir as aspirações, as ânsias, as blasfêmias e a vaga esperança do moderno viver social." (*Apud* Péricles Eugênio da Silva Ramos, "A Renovação Parnasiana na Poesia", *in A Literatura no Brasil*, Rio, 1955, v. II, pág. 299.) Toda a segunda parte das *Sinfonias*, de Raimundo Correia, livro de 1883, é animada por um sentimento profundo não só republicano e anticlerical, como alguns notaram, mas reivindicativo dos anseios de uma sociedade nova. Eram os tardios reflexos do amplo movimento do fim da primeira metade do século na Europa. A reação também chegaria com uma ponderável e natural diferença de tempo, e se concretizaria na acentuação das tendências à abstenção, à "torre de marfim". Em ambos os casos, com deformações, excessos ou deficiências, peculiares ao ambiente brasileiro. A última forma da abstenção foi, aqui, e ainda imitando o quadro europeu, a boêmia, que teve uma importância local e transitória, seduzindo alguns elementos, sem nenhuma repercussão no conjunto e sem nenhum fundamento. Mera atitude.

8 "O simbolismo brasileiro tem sido considerado corpo estranho, excrescência exótica, no conjunto das nossas letras. Sem dúvida, muito apresenta de aparentemente imprevisto, até de chocante, considerado na linha, digamos normal, da nossa evolução literária. Dentro do âmbito estritamente nacional, pode ele parecer fruto de empréstimo, e até de empréstimo gratuito e excrescente." (Andrade Muricy, *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*, 2 vols., Rio, 1952, t. I, pág. 16.)

9 "O anarquismo puramente utópico era o regime que convinha à 'torre de marfim' dos simbolistas. A aristocracia que os caracterizava não podia se amoldar à vulgaridade burguesa; mas poucos se teriam lançado à ação militante que os anarquistas começaram a desencadear na primeira década do século, entre nós, promovendo greves e agitações. Essa aristocracia impunha até certo ponto aos poetas uma ética à parte diferente da dos outros mortais. Reconduziam eles a poesia para o terreno da iniciação de que o parnasianismo a retirara, quando admitira implicitamente que com trabalho, paciência e buril, qualquer pessoa poderia ser mais ou menos poeta. E o sentido de iniciação levou-os a se agruparem em círculos fechados. O poeta procurava readquirir a qualidade de mago, senhor de uma arte cujos poderes só ele conhece e que consiste em penetrar no próprio mistério da existência." (Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil — 1900*, Rio, 1956, págs. 129 e 130.)

10 "Se há uma poesia essencialmente nórdica, essa será exatamente a poesia simbolista. É necessário procurar as suas origens no *lied* alemão e sobretudo na poesia inglesa. Em França, onde o simbolismo assumiu a forma mais sistemática, seus adeptos se encontravam entre os poetas do Norte e nunca conseguiu agrado no Sul, a tal ponto que perguntam, de boa-fé, se os povos do Sul não eram refratários ao gênio poético. O único discípulo meridional de Mallarmé foi Paul Valéry, que só se tornou original quebrando, após longo silêncio, o feitiço do simbolismo. Não há dúvida que a filosofia subjacente a essa forma poética é uma filosofia mediterrânea: o platonismo. Porém, depois do princípio do século XVI, o platonismo (que se apresentou pela primeira vez com o caráter simbolista em Maurice Scéve, um lionês) desapareceu dos países do Sul para refugiar-se na Inglaterra, onde se mantém até os nossos dias. É, pois, um platonismo inglesado, nórdico, que admiramos na arte moderna. Não são temas simbolistas: o calor luminoso do sol, mas sim o frio límpido da lua; não a cabeleira negra, mas a cabeleira dourada dos nórdicos, ou o outono dos cabelos ruivos; é o cisne e é a neve; é o céu cinza das planícies do Norte. Como se poderá explicar, então, que o maior representante da escola simbolista no Brasil seja um descendente de africanos, um filho de escravos, um negro que encontrou sempre pelo seu caminho, para detê-lo, o preconceito de cor? Há aí um verdadeiro paradoxo, que só se pode explicar pelo caráter 'classificador' do simbolismo." (Roger Bastide, *A Poesia Afro-Brasileira*, S. Paulo, 1943, pág. 88.)

11 Idem, pág. 94. Bastide acrescenta ainda, a propósito do assunto, agora referindo-se ao caso de B. Lopes: "Poder-se-ia descobrir em Bernardino Lopes o mesmo esnobismo, a mesma embriaguez das mundanidades que se descreveu de Marcel Proust. O que o mulato procura nesta vida de festa aristocrática não é a fixação, a conquista definitiva, a estabilização. Ele se contenta de respirar-lhe o perfume perturbador. [...] Daí esse caráter tão especial da poesia de Lopes, misturando pa-

lavras francesas e italianas aos versos portugueses, falando de *five-o-clock*, de beija-mãos, de declarações de amor entre as plantas do apartamento, ao som de uma orquestra de aluguel, descrevendo *flirts* com a alemã loura, filha do Danúbio, ou a italiana, filha de Nápoles em fogo — e ao mesmo tempo cantando as conversações de café entre poetas e pintores, noites de notâmbulo em que os versos recitados são mais belos de ser declamados sob o céu carioca, e os amores fáceis. Essa tripla mistura, de vocabulário, palavras autóctones e palavras imigrantes (mas somente as que estão na moda) de mulheres, desde a condessa 'esteta, aristocrática e ardente' até a cabocla, fruto saboroso do sertão, passando pelas novas 'levas', italianas ou germânicas, enfim, de meios sociais, salões e salas de café boêmias, é a exata transcrição poética da nova sociedade urbana, mesclada e desorganizada, em que o mulato vê a possibilidade de pescar em águas turvas, de sentir, sobretudo, em torno de si o frufru das admirações, que lhe dão o sentimento de sua assimilação, total enfim, na nova comunidade brasileira.

"Mas essa igualdade ele não pode conquistá-la senão pela inteligência. E isso lhe dita uma linha de conduta no domínio da técnica do verso. Estamos nessa época em pleno Parnaso, tendo deixado para trás a era romântica da efusão sentimental. Isto quer dizer o triunfo do verso sonoro, do vocabulário rico, das rimas trabalhadas, da arte difícil." (Idem, págs. 132 e 133.)

12 "Parece pois que se o simbolismo se encontra num poeta negro, não é entretanto em conseqüência de uma secreta correspondência entre certa forma de poesia e de certo temperamento, como um meio de classificação racial. Mas também como um meio de classificação social. Porque o negro no Brasil foi menos o africano do que o antigo escravo, o homem que exercia um trabalho forçado, que estava na camada mais baixa da escala social." (Idem, pág. 93.)

13 "A influência de Artur de Oliveira (1851-1882) foi larga e extensa sobre os poetas 'novos' do Brasil, a partir de 1877. Embora não tenha deixado obra perdurável, 'le père de la foudre' trouxe de Paris as novidades literárias e portanto o parnasianismo, com o culto de Théophile Gautier, Leconte de Lisle, Banville, Sully-Prudhomme e outros poetas, que ele lia e difundia entre os jovens da época." (Péricles Eugênio da Silva Ramos, *op. cit.*, págs. 303 e 304.)

14 Idem, pág. 304.

15 ANTÔNIO MARIANO ALBERTO DE OLIVEIRA (1857-1937) nasceu em Palmital do Saquarema, na província do Rio de Janeiro. Formou-se em Farmácia e, tendo iniciado o curso de Medicina, abandonou-o em meio para exercer funções públicas e o magistério. Poeta, e apenas poeta, do ponto de vista literário, sua obra imensa foi sempre polida pelo autor, que a reuniu nos volumes das *Poesias*, ao longo de quase meio século de atividade poética, ligando o romantismo, que agonizava quando ele

começou, ao modernismo, que surgiu quando ainda vivo e atuante o "mestre da geração parnasiana".

16 MANUEL BANDEIRA, *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana*, 2.ª edição, Rio, 1940, pág. 64.

17 RAIMUNDO DA MOTA AZEVEDO CORREIA (1860-1911) nasceu a bordo de um navio, em águas da província do Maranhão, aonde seu pai fora como desembargador. Formou-se em Direito na Faculdade de S. Paulo, e já ao tempo de estudante cultivou a poesia, inclusive os versos humorísticos. Juiz em várias comarcas do interior e na capital, distinguiu-se pela sensibilidade apurada às dores humanas. Ingressou na diplomacia, como caminho para realizar no exterior o tratamento que a sua saúde impunha, e veio a falecer em Paris.

18 OLAVO BRÁS MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC (1865-1918) nasceu no Rio de Janeiro, onde fez os seus primeiros estudos e em cuja Faculdade de Medicina ingressou, em 1880, não concluindo o curso, como não concluiria o de Direito, que tentou, em S. Paulo, em 1887. A publicação de "A Sesta de Nero", na *Gazeta de Notícias*, do Rio, em 31 de agosto de 1884, assinala o seu aparecimento como poeta. Com a publicação, quatro anos depois, das *Poesias*, torna-se a figura mais conhecida e admirada entre os poetas do tempo. Fazendo jornalismo literário e conferências, Bilac demonstrou qualidades de prosador que seriam completadas pela oratória, quando em representação no estrangeiro. Participou dos movimentos políticos do tempo, conhecendo a prisão e o afastamento da capital. Consumiu os últimos anos de sua existência na campanha pelo serviço militar obrigatório, cujo sentido democrático compreendeu, e no serviço da Liga de Defesa Nacional.

19 ALCEU AMOROSO LIMA, "Apresentação", *in Olavo Bilac*, Rio, 1957, pág. 9.

20 VICENTE AUGUSTO DE CARVALHO (1866-1924) nasceu em Santos, província de S. Paulo, onde fez os primeiros estudos, bacharelando-se em Direito em S. Paulo. Foi magistrado e político. A partir dos *Poemas e Canções* (1908), considerado um dos maiores poetas brasileiros.

21 LUÍS DELFINO DOS SANTOS (1834-1910) nasceu em Desterro, hoje Florianópolis. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e, embora tenha sempre exercido a profissão, teve atividade política. Deixou em revistas e jornais abundante produção poética, que só vem sendo editada após sua morte, ultrapassando já de dez volumes.

22 LUÍS CAETANO PEREIRA GUIMARÃES JÚNIOR (1845-1898) nasceu no Recife, fez o curso secundário no Colégio Pedro II, na Corte e, tendo freqüentado as duas faculdades de Direito, bacharelou-se pela de Recife, em 1869. Pouco depois ingressava na diplomacia, vindo a falecer em Lisboa. Foi dramaturgo e ficcionista, além de poeta.

23 A obra poética de Machado de Assis assinala a sua transição do romantismo para o parnasianismo, de que foi um nítido precursor, como poeta e como crítico.

24 FRANCISCO ANTÔNIO DE CARVALHO JÚNIOR (1855-1879) nasceu no Rio de Janeiro, onde fez os primeiros estudos, formando-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1877, depois de ter também cursado em Recife. Promotor público em Angra dos Reis, veio a falecer na Corte, para onde fora transferido. Sua obra foi publicada em 1879, por Artur Barreiros, no volume *Parisina*, que a reúne toda. Adepto da poesia chamada científica e daquela a que se pretendeu denominar socialista, foi precursor do parnasianismo.

25 TEÓFILO ODORICO DIAS DE MESQUITA (1854-1889) nasceu em Caxias, província do Maranhão, onde fez os primeiros estudos, bacharelando-se em Direito, em S. Paulo, em 1881. Exerceu a advocacia e fez jornalismo. Começou a versejar ainda em Caxias, mas o seu livro *Fanfarras*, de 1882, anuncia a sua adesão ao parnasianismo.

26 ARTUR AZEVEDO, dono de obra numerosa e variada, em que a maior parte pertence ao teatro, tem seus versos reunidos em dois volumes póstumos, *Rimas* (1909) e *Peças Líricas* (1914), que autorizam sua inclusão entre os parnasianos.

27 FRANCISCO FILINTO DE ALMEIDA (1857-1945) nasceu no Porto, mas veio para o Brasil com dez anos e aqui viveu o resto da existência. Jornalista, ingressou na política, em S. Paulo, chegando a deputado estadual. Viveu no Rio de Janeiro a partir de 1895. Sua *Lírica* (1887) é ainda bastante romântica, mas com os *Cantos e Cantigas* (1915) caracteriza-se como parnasiano.

28 ADELINO DA FONTOURA CHAVES (1859-1884) nasceu em Axixá, província do Maranhão. Jornalista, deixou sua obra poética esparsa em revistas e jornais.

29 A obra poética de João Ribeiro, obscurecida pela atividade do autor em outros campos, está nos seus livros: *Idílios Modernos* (1872), *Tenebrosa Lux* (1881), *Dias de Sol* (1884), *Avena e Cítara* (1885) e *Versos* (1890).

30 VENCESLAU JOSÉ DE OLIVEIRA QUEIRÓS (1865-1921) nasceu em Jundiaí, província de S. Paulo. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade paulista, em 1890, e exerceu a magistratura, o magistério e o jornalismo. Sua obra poética, ainda não totalmente reunida em livro, compreende: *Goivos* (1883), *Versos* (1890), *Heróis* (1898), *Sob os Olhos de Deus* (1891) e *Rezas do Diabo* (1939), póstumo este último.

31 SEBASTIÃO CÍCERO DE GUIMARÃES PASSOS (1867-1909) nasceu em Maceió, província de Alagoas. Transferiu-se para a Corte, com menos de vinte anos e ingressou no funcionalismo público. Participou da revolução de 1893 e sofreu o exílio para, regressando ao Brasil, fazer jornalismo. Distinguiu-se nos meios literários do princípio do século até que, doente, faleceu na Europa, onde buscava curar-se. Sua obra poética está principalmente nos volumes *Versos de Um Simples* (1891) e *Horas Mortas* (1901).

32 PEDRO CARLOS DA SILVA RABELO (1868-1905) nasceu no Rio de Janeiro, onde estudou e ingressou no comércio, que viria a abandonar pelo funcionalismo público. Jornalista e contista, seu nome é melhor recordado como poeta cujos versos foram reunidos em *Ópera Lírica* (1894.)

33 ZEFERINO DE SOUSA BRASIL (1870-1942) nasceu em Taquari, província do Rio Grande do Sul, e foi a vida toda funcionário estadual, freqüentando a imprensa e o teatro. Romancista secundário, teve influência como poeta. Sua obra em versos está em *Alegros e Surdinas* (1891), *Traços Cor-de-Rosa* (1893), *Vovó Musa* (1903), *Visão do Ópio* (1906), *Na Torre de Marfim* (1910), *Teias do Luar* (1924) e *Alma Gaúcha* (1935), além da parte humorística.

34 FRANCISCA JÚLIA DA SILVA (1874-1920) nasceu em Xiririca, província de S. Paulo. Teve uma estréia de grande ressonância nos meios literários, com *Mármores* (1895), em que realizava o ideal parnasiano no máximo de rigor. Em *Esfinges* (1905) estão versos do volume anterior, acrescidos do que escreveu depois dele.

35 JOSÉ MARIA GOULART DE ANDRADE (1881-1936) nasceu em Jaraguá, província de Alagoas. Sua estréia, com *Poesias* (1907), incorporou-o às fileiras parnasianas, de que foi um dos mais frisantes exemplos, pela correção formal. *Névoas e Flamas* (1911) e *Ocaso* (1934), além de outros, confirmaram sua posição.

36 LUÍS BARRETO MURAT (1861-1929) nasceu em Itaguaí, província do Rio de Janeiro. Estreando com *Quatro Poemas* (1885), teve destacada atividade poética entre os parnasianos, ficando depois esquecido. Sua obra poética está, na melhor parte, reunida nos volumes de *Ondas*, em três séries, de 1890, 1895 e 1910, e nas *Poesias Escolhidas* (1917).

37 JÚLIO MÁRIO SALUSSE (1872-1928) nasceu em Bom Jardim, província do Rio de Janeiro. Fez os primeiros estudos em Friburgo e no Rio de Janeiro, bacharelando-se na Faculdade de S. Paulo, em 1896. Reuniu os seus versos nos livros: *Nevrose Azul* (1895) e *Sombras* (1901).

38 JOSÉ DE ABREU ALBANO (1882-1923) nasceu em Fortaleza, província do Ceará. Cedo viajou para a Europa, onde viveu a maior parte de sua vida e onde veio a falecer, em Montauban, França. Seus versos de *Rimas* (1912), editado em Barcelona, quase passaram despercebidos. Só recentemente vêm sendo valorizados pelos estudiosos.

39 As *Canções sem Metro*, aparecendo em 1881, antes de *O Ateneu*, que fixaria decisivamente a posição de Raul Pompéia em nossas letras, representavam uma tentativa inédita no Brasil. Existe uma segunda edição, de 1900.

40 ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA (1860-1934) nasceu em Vila Nova de Lima, província de Minas Gerais. Formou-se em Direito na Faculdade

de S. Paulo, onde já poetava. Tentou introduzir na poesia motivos filosóficos e sociais. Funcionário público, político, jornalista, deixou seus versos nos livros: *Contemporâneas* (1887), *Símbolos* (1892), *Poesias* (1909) e *São Francisco de Assis* (1930).

41 BERNARDINO DA COSTA LOPES (1859-1916) nasceu em Rio Bonito, província do Rio de Janeiro. Foi funcionário público e jornalista. Segundo o conceito de Sílvio Romero, que Manuel Bandeira acompanhou, pertence ao parnasianismo, embora o simbolismo discuta o problema, reivindicando-o para as suas fileiras. Seus versos foram reunidos nos livros: *Cromos* (1881), *Pizicatos* (1886), *Dona Cármen* (1890), *Brasões* (1895), *Sinhá Flor* (1899), *Val de Lírios* (1900), *Helenos* (1901), *Patrício* (1904) e *Plumário* (1905).

42 AUGUSTO DE CARVALHO RODRIGUES DOS ANJOS (1884-1914) nasceu no engenho Pau d'Arco, província da Paraíba, em cuja capital, em 1912, apareceu o seu volume de versos, *Eu*, que passou despercebido, apesar de reeditado, ali mesmo, em 1929, acrescido de outras poesias, com nova edição no ano seguinte, ainda na Paraíba. Seus versos tiveram uma singular penetração, sendo copiados e recopiados, desaparecidos os volumes das três edições paraibanas, até que, em 1928, com prefácio de Órris Soares, saiu a edição carioca que lhe assegurou a mais ampla divulgação, encontrando sucessivas reedições. A classificação de Augusto dos Anjos tem sido controvertida, preferindo alguns aceitá-lo como simbolista. Pela perfeição formal, de um lado, e pelo fundo científico e clareza das idéias, embora estranhas em seus motivos e inspirações, a poesia de Augusto dos Anjos nos parece muito mais próxima da escola parnasiana, embora seja indiscutível tratar-se de uma singularidade.

43 JOÃO DA CRUZ E SOUSA (1863-1898) nasceu em Desterro, hoje Florianópolis, província de Santa Catarina. Seus pais, escravos do Marechal Xavier de Sousa, foram alforriados pelo senhor, em cuja casa Cruz e Sousa foi tratado com carinho. Proporcionaram-lhe educação primária e secundária, tendo tido como um dos mestres a Fritz Müller. Com a morte dos protetores, Cruz e Sousa encontrou grandes obstáculos na vida, transferindo-se para o Rio, em 1890, onde ingressou no jornalismo e conseguiu um humilde lugar de funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil. Infeliz no casamento, em conseqüência da precária saúde da esposa, acometida de loucura, contraiu a tuberculose que, em prazo curto, levou-o à morte. Sua esposa pouco sobreviveu ao poeta, e os quatro filhos faleceram cedo. A resistência literária do meio, dominado pelo parnasianismo, atribulou bastante Cruz e Souza e perturbou o julgamento de sua obra, reunida nos volumes: *Broquéis* (1893), *Faróis* (1900) e *Últimos Sonetos* (1905), póstumos os dois últimos, além da prosa lírica reunida em *Missais* (1893) e *Evocações* (1898).

44 São estes os versos:

> *"Ó Formas alvas, brancas. Formas claras*
> *De luares, de neves, de neblinas!..."*

45 AFONSO HENRIQUES DA COSTA GUIMARÃES (Alphonsus de Guimaraens) (1870-1921) nasceu em Ouro Preto, província de Minas Gerais, onde fez os primeiros estudos, destinando-se à Faculdade de Direito de S. Paulo, cujo curso interrompeu, para retomar novamente de sorte a concluí-lo em 1894. Ingressou na magistratura em que permaneceu até o fim da vida. Juiz municipal em Mariana, desde 1906, ali escreveu toda a sua obra e veio a falecer, depois de existência difícil e modesta, para o que encontrou amparo no sentimento cristão que ungiu os seus versos. Sua obra poética compõe-se de *Setenário das Dores de Nossa Senhora e Câmara Ardente*, no volume de 1899, *Kyriale* (1902), *Dona Mística* (1899) a *Pastoral aos Crentes do Amor e da Morte* (1923). Foi toda reunida nas *Poesias*, em 1938, numa edição do Ministério da Educação, organizada e prefaciada por Manuel Bandeira.

46 MÁRIO PARANHOS PEDERNEIRAS (1867-1915) nasceu no Rio de Janeiro, aí viveu e morreu, cantando a cidade em seus versos, em que o simbolismo se atenua bastante e já não guarda fidelidade extrema ao modelo externo. *Rondas Noturnas* (1901) e *Outono* (1914) foram os seus livros.

47 ALCEU WAMOSY (1895-1923) nasceu em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, e faleceu em conseqüência de ferimento recebido em combate, na revolução de 1923, em Livramento. Deixou: *Flâmulas* (1913), *Na Terra Virgem* (1914) e *Poesia* (1924), em que estão reunidos todos os seus versos.

48 EMILIANO DAVI PERNETA (1866-1921) nasceu em Pinhais, província do Paraná. Exerceu sua atividade literária em Curitiba, onde publicou os seus livros *Ilusão* (1911) e *Pena de Talião* (1914) e onde faleceu. Andrade Muricy reuniu os seus trabalhos nos volumes das *Obras*, em 1945.

49 ANTÔNIO JOAQUIM PEREIRA DA SILVA (1877-1944) nasceu em Araruna, província da Paraíba, e exerceu sua atividade literária no Rio de Janeiro, onde faleceu. Deixou: *Solitudes* (1918), *Beatitudes* (1919), *Holocausto* (1921) e *O Pó das Sandálias* (1923).

50 EMÍLIO DE MENEZES (1867-1918) nasceu em Curitiba, província do Paraná, e exerceu atividade literária no Rio de Janeiro, distinguindo-se muito mais como boêmio e epigramista do que como parnasiano e poeta autêntico. Seus versos foram reunidos em *Marcha Fúnebre* (1892), *Poemas da Morte* (1901) e nas *Poesias* (1909), além da parte irônica, que Mendes Fradique colecionou na *Mortalha* (1924).

51 MANUEL BATISTA CEPELOS (1868-1915) nasceu em S. Paulo. Ficcionista e poeta, cantou a conquista do sertão nos versos de *Os Bandeirantes* (1906).

52 HERMES FONTES, com *Apoteoses* (1908) iniciou uma atividade poética que, encerrada com *A Fonte da Mata* (1930), encontrou grande ressonância no tempo. A estréia de Martins Fontes, com *Verão* (1917), foi

outro acontecimento. Da Costa e Silva ficou muito conhecido pelo seu soneto sobre a saudade. Amadeu Amaral, com atividade variada, teve destaque em seu tempo. Raul de Leoni, cedo desaparecido, deixou um livro singular, *Luz Mediterrânea* (1922). São valores em torno dos quais a análise especializada terá de debruçar-se. De qualquer maneira, a notoriedade que tiveram ficou muito reduzida com a passagem dos anos.

53 "Assim, elaboram a concepção da 'mestria' como 'domínio da técnica', independente da realidade, do conteúdo, da concepção do mundo; como, para retomar a expressão de Tolstói, já antes citada, 'um dom independente do espírito e do coração, quase físico'. Quanto mais sutil é o virtuosismo de tal 'mestria', tanto mais burocrática é a aproximação de tais escritores à forma literária, e eles se transformam em Billibin da literatura." (Gyorgy Lukács, *Il marxismo e la critica letteraria*, Turim, 1953, pág. 267.)

54 "Este simbolismo é o meio artístico para conciliar, ao menos aparentemente, o inconciliável, para encobrir artificialmente a contradição tornada insolúvel na vida — contradição incompreendida, vista de modo deformado e interpretada de modo ainda mais deformado. Mesmo em um realista tão notável como Ibsen, pode-se discernir claramente como o simbolismo não tinha de fato representado uma superação das contradições artísticas da tendência realística do fim do século XIX, mas permaneceu, ao contrário, como a expressão literária do fato de que os escritores não se decidiam a enfrentar aquela contradição no seu plano humano, nem no ideológico e artístico; eles se refugiaram simplesmente no simbolismo, que não é uma solução das contradições desse realismo, mas antes significa a perpetuação daquelas contradições em um nível artístico inferior, mas distante da compreensão da realidade." (Idem, pág. 212.)

13 — A TRANSPLANTAÇÃO CULTURAL

Transplantação e regime colonial — O problema da transplantação após a autonomia — Diagnósticos e perplexidades da transplantação — Transplantação e classes — Ideologia do colonialismo — Agonia da transplantação.

NENHUM TEMA como o da transplantação mereceu dos estudiosos brasileiros interesse tão profundo. É possível afirmar que, desde os primeiros episódios da Independência, a transplantação se tornou o tema central. É também possível datar dessa época o aparecimento dos pontos de vista extremos: num deles colocados os que só encontravam solução para o Brasil na cópia pura e simples de modelos externos, na imitação indiscriminada de modelos, modelos institucionais, modelos jurídicos, modelos literários; no outro, colocados os que invectivavam essa posição de subalternidade, pretendendo uma visão objetiva e realista para a solução dos problemas brasileiros e os traços originais para os seus contornos. Desde então, através de episódios históricos ou de controvérsias doutrinárias, em todos os campos do conhecimento ou da ação, na teoria e na prática, as duas correntes se defrontaram, sem conciliação, mantendo-se ambas, entretanto, e nisso idênticas, no terreno idealista, embora pretendessem, particularmente a segunda, condições de objetividade para a posição que assumiam.

Logo que o Brasil iniciou a sua vida autônoma, assim, o problema da transplantação começou a apresentar traços agudos e por vezes aproximou-se de um conteúdo dramático. Tal conteúdo, aliás, constituiu a base em que se firmaram derivações dos partidos indicados: uma, adotando um cego pessimismo em relação ao país e ao seu povo; outra, ligada a um otimismo tranqüilo que se

esmerava em afirmações categóricas de confiança sem, entretanto, qualquer preocupação de esforço para traduzir em termos de realidade aquilo que estava por trás das afirmações. Para estes, de que seria exemplo típico, com todos os defeitos de sua própria tipicidade, Afonso Celso, autor de uma espécie de bíblia notória de ufanismo, constituíamos o melhor país, o povo melhor e tudo nos fazia prever um futuro grandioso. Para aqueles, colocados em ponto de vista oposto, estaríamos irremediavelmente condenados à perdição; tudo nos desajudava: raça, clima, origem histórica.

Pouco a pouco, com o demorado desenvolvimento dos estudos brasileiros, parece ter preponderado a corrente que verberava a cópia e a imitação de modelos externos, embora a derivação otimista fosse ficando desvanecida. Ainda que se colocasse no terreno idealista, aquela corrente destacou para o índex o problema da transplantação. Críticas as mais ásperas foram feitas e repetidas à mania da adoção, sem alterações ou adaptações, de fórmulas, idéias, reformas. Políticos, legisladores, homens de letras voltavam as costas ao país — dizia-se. Ausentavam-se da realidade. Alienavam-se. Alguns exemplos, a esse respeito, são bastante elucidativos. Convém começar pelo aspecto de ordem política. Gilberto Amado comenta o quadro nacional da maneira seguinte:

"Por falta de capacidade do povo, politicamente inexistente, os estadistas, pouco advertidos diante dos problemas, eram levados por educação a procurar nos exemplos estrangeiros os moldes a aplicar, as normas a seguir, sem cogitar das peculiaridades do meio, das suas condições típicas. Os homens mais úteis do Império foram justamente aqueles que, menos instruídos nessas leituras estrangeiras, ou de natureza mais aptos a travar conhecimento com a realidade, tiveram da nossa gente uma percepção mais precisa e procuraram tirar dela o maior proveito possível, sem todavia dela esperar muito."[1]

Antes de passar adiante, é curioso notar alguns pontos interessantes da observação citada. O seu começo, em primeiro lugar: "por falta de capacidade do povo, politicamente inexistente", parecendo atirar, assim, ao povo a culpa do atraso político em que permanecíamos; em segundo lugar, a menção ao fato de que os estadistas eram levados à imitação dos modelos externos "por educação"; em terceiro lugar, a afirmativa de que os políticos mais úteis do Império foram justamente os "menos instruídos", o que parece corresponder, embora não tenha sido esta naturalmente a idéia do escritor, à valorização da ignorância. Em outro trecho

do mesmo estudo, Gilberto Amado se pronuncia com novos detalhes:

"A população do Brasil constituía-se de 4.500.000 habitantes, dos quais apenas a metade era de homens livres. Dois terços dessas pessoas livres eram mamelucos, caribocas ou cafuzos, mestiços de índios, de negros e de portugueses. O Brasil político eram algumas famílias, alguns homens que constituíam a realidade viva do país. Iam receber a Constituição para aplicar sobre uma população economicamente morta e politicamente alheia a qualquer idéia, por mais remota que fosse, de direitos políticos e direitos cívicos, destinada a regular um núcleo social que não existia como coletividade consciente e autônoma. A Constituição ficou pairando no ar, como uma cúpula sem conexão com a terra onde bracejava uma população de escravos, trabalhando sem alegria para um grupo de senhores ignorantes, ávidos, alguns com uma meia instrução mais perturbadora do que esclarecedora, todos também incapazes de compreender a carta política que lhes ia ser outorgada."[2]

O autor refere-se à época da Independência e observa que "o Brasil político eram algumas famílias". Refere-se a uma "população economicamente morta e politicamente alheia". Menciona a existência de um "grupo de senhores ignorantes ávidos... também incapazes de compreender a carta política". Muitos anos depois de escritos esses trechos, e a propósito da obra de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, o mesmo autor retoma o assunto e aduz novas considerações dignas de exame:

"Espantoso testemunho da incrível inobjetividade das nossas elites, da cegueira e mouquidão dos grupos dirigentes do país, para os quais, em pleno dinamismo do século dezenove, os problemas da terra e do homem não existiam. Os três volumes, que vão de 1813 a 1878, abrangem tão longo período da existência de uma nação e parecem gritar na sua eloqüência extraordinária que essa nação não existe. Percorrê-los, como eu fiz, cotejando-os página a página, com os livros correspondentes, relativos a outras nações nesse mesmo período, e percorrê-los apercebido de noções de ciência da História, é ficar estarrecido. Nenhuma vez se adquire consciência de que os homens de Estado em meio dos quais vivia o velho Nabuco, governo e oposição, se davam conta de que havia um país a construir, terra a povoar, campos a lavrar, estradas a abrir, moléstias a combater, transportes a estabelecer. Aqueles camaradas, salvo um ou outro, é claro, viviam em completa abstração da realidade que os circundava. Trazido em inglês, o leitor britâ-

nico ou americano teria de esfregar os olhos para verificar mesmo de que o país se tratava. Podia ser qualquer outro, tal a natureza dos problemas, destacados da sua *concretitude* e transpostos a um plano ideal de padrões eternos, como categorias da razão pura. A crítica não se aplica a Joaquim Nabuco, que notou, a vários espaços, o caráter gratuito dos atos dos homens políticos e a incrível subjetividade contínua de suas atitudes. Esses homens não eram movidos pela terra, pelo meio, pelo clima, de onde gritavam os problemas pedindo olhos e ouvidos. Estavam presos às páginas dos livros que recebiam da Europa e às tribunas dos parlamentares que pretendiam transportar para a nossa vida incipiente. Nabuco tinha cabeça política, mas ele póprio, de uma maneira geral, não viu o Brasil de seu tempo como devia ser visto. Só um ou outro, aliás, dos grandes, dos maiores, teve olhos para a realidade. Seu conhecimento dos métodos experimentais, sua capacidade de observar cientificamente — nulos".[3]

O tema da transplantação é colocado, nesse depoimento, com todas as suas linhas, e ainda dentro do teor acusatório que constitui a sua roupagem repetida. O libelo está, pois, inteiro: cita-se a "incrível inobjetividade" dos nossos políticos do Império, a "cegueira e mouquidão dos grupos dirigentes", que viviam "em completa abstração da realidade que os circundava"; os nossos problemas eram por eles "destacados de sua *concretitude*", "transpostos a um plano ideal"; os nossos homens públicos faziam-se notar pelo "caráter gratuito dos seus atos", "pela incrível subjetividade contínua das suas atitudes"; estavam "presos às páginas dos livros que recebiam da Europa"; só um ou outro "teve olhos para a realidade", mesmo Nabuco, político e escritor de incontestável realce, tinha capacidade de observação científica nula.

No mesmo sentido, Sílvio Romero, escrevendo no fim do século XIX, afirma, na sua maneira incisiva: "O moderno constitucionalismo é uma forma vulgar, corrupta e sandia, que nos envergonha a nossos próprios olhos, quer no Império, quer na República".[4]

Seria inútil e enfadonho arrolar outros depoimentos. Eles contam-se aos milhares. Enxameiam nas obras dos cronistas, ensaístas, historiadores, políticos, sociólogos. Em Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Sílvio Romero, Gilberto Amado, Tobias Barreto, Tavares Bastos, Euclides da Cunha e tantos e tantos outros, antigos e modernos, mortos ou vivos, como um refrão, o tema se repete, inexoravelmente. E não apenas no que se refere às idéias ou

reformas políticas mas também no que se refere aos problemas literários e científicos. Não há crítico ou historiador da literatura, biógrafo ou ensaísta, que não levante o problema. Para Sílvio Romero, o nosso mal estava na imitação, na ausência de originalidade, nas deficiências do traço próprio, do teor nacional, da cor brasileira. Era o mais evidente sinal da fraqueza da nossa literatura. Para isso contribuía até mesmo o ensino. É o que esclarece um autor atual:

"Na dispersão dos seus núcleos de instrução superior, preocupados com um liceu modelar (o *Pedro II*, depois de 1838), duas faculdades de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), não pôde obstar a persistência das antigas características da instrução literalista, arcádica, adornativa, que aperfeiçoava, até à sabedoria, reduzida elite de *eruditos*, sem consolidar os conhecimentos úteis de uma classe mediana e numerosa de homens adaptados à vida social, econômica e política do país novo, cujo progresso dependia principalmente dela".[5]

Azevedo Amaral insiste no mesmo sentido:

"O Império, continuando as tradições culturais formadas em torno da mentalidade estreita que a famosa universidade metropolitana entretinha na elite portuguesa, imprimiu aos nossos métodos educativos o cunho de um beletrismo superficial, que nos viciou lamentavelmente, ao ponto de criar uma confusão perturbadora entre autênticos valores intelectuais e meras expressões de vazio verbalismo retórico".[6]

Não escapam a Azevedo Amaral as conseqüências de semelhante distorção. Ele a frisa, com acuidade, pondo o dedo sobre uma das feridas mais notórias da formação letrada brasileira:

"Essa desproporção cultural entre a elite e a população foi agravada nos seus efeitos políticos pelo excesso de erudição livresca, que as nossas tradições de formação intelectual causaram. Enraizou-se na nossa mínima classe culta o hábito de uma voracidade de leitura, que insensivelmente foi atrofiando a faculdade de pensar e sobretudo de observar. Os nossos intelectuais criaram para si um mundo fictício, em que conviviam com as figuras e com as idéias das grandes civilizações, perdendo pouco a pouco qualquer contato com a realidade ambiente."[7]

É o mesmo quadro, aliás, da fase colonial, traçado numa biografia:

"Todavia, mesmo nos centros diretores da civilização colonial, o derrame das idéias democráticas era restrito a algumas dezenas

de iniciados, mais letrados que homens de ação. Sem o menor exame dos acontecimentos políticos e das condições sociais do meio e do momento histórico brasileiro, adotava-se a revolução, o apelo extremo à força, como recurso seguro e único para a implantação dessas idéias. Mas essa força, que serviria de base à revolução, não era a força emanada do povo, na consciência plena de sua soberania — era a tropa."[8]

O que o libelo apresenta em primeiro plano, na sua condenação linear da transplantação, no seu tom acusatório dominante, é o divórcio entre povo e elite, entre as camadas superiores e as camadas inferiores da sociedade, já que não fala em classe. De um modo geral, situa a transplantação como uma culpa, como a causa daquele divórcio. E não só disso como de males outros: a inobjetividade política, a fraqueza artística, a superficialidade literária. Dentro desse critério é que se coloca José Veríssimo quando escreve:

"Sob o aspecto filosófico, o que é possível notar no pensamento brasileiro, quando é lícito deste falar, é, mais talvez do que a sua pobreza, a sua informidade. Esta é também a mais saliente feição da nossa literatura dos anos de 70 para cá. Disfarça-as a ambas, ou as atenua, o íntimo sentimento comum do nosso lirismo, ainda em a nossa prosa manifesto, a sensibilidade fácil, a carência, não obstante o seu ar de melancolia, de profundeza e seriedade, a sensualidade levada até à lascívia, o gosto da retórica e do reluzente. Acrescentem-se, como característicos mentais, a petulância intelectual substituindo o estudo e a meditação pela improvisação e invencionice, a leviandade em aceitar inspirações desencontradas e a facilidade de entusiasmos irrefletidos por novidades estéticas, filosóficas e literárias."[9]

Dessa superficialidade, desse fácil talento feito de aparências, teria de originar-se a soma de erros, de fraquezas, de desvios que caracterizaria a nossa literatura. Não tem José Veríssimo meias medidas em apontá-los. Primeiro, quando situa a literatura brasileira como um enorme acervo de livros mortos:

"Não existe literatura de que apenas há notícia nos repertórios bibliográficos ou quejando livros de erudição e consulta. Uma literatura, e às modernas, de após a imprensa me refiro, só existe pelas obras que vivem, pelo livro lido, de valor efetivo e permanente e não momentâneo e contingente. A literatura brasileira (como aliás sua mãe, a portuguesa) é uma literatura de livros na sua máxima parte mortos, e sobretudo de nomes, nomes em penca,

insignificantes, sem alguma relação positiva com as obras. Estas, raríssimos são, até entre os letrados, os que ainda as versam. Não pode haver maior argumento da sua desvalia".[10]

Para acrescentar, logo adiante, com uma franqueza espantosa:

"Não obstante o pregão patriótico, tais nomes e obras continuaram desconhecidos eles e elas não lidas. Não quero cair no mesmo engano de supor que a crítica ou a história literária têm faculdades para dar vida e mérito ao que de si não tem. Igualmente não desejo continuar a fazer da história da nossa literatura um cemitério, enchendo-o de autores de todo mortos, alguns ao nascer."[11]

Os males da transplantação não se reduziam ao divórcio entre escritores e público, entretanto, e à transparente superficialidade e desvalia das obras. Estendiam-se a outros planos, motivando verdadeira e generalizada incompreensão do papel do homem de letras, cuja atividade permaneceria em plano inferior. Esse contraste é também frisado por Veríssimo:

"Rematava-se o descontentamento criado nesses brasileiros pela desconformidade entre as suas ambições intelectuais e o meio. Já em prosa, já em verso, todos eles lastimam-se da pouca estima e mesquinha recompensa do gênio que, parece, acreditavam ter e do desapreço do seu trabalho literário."[12]

Em outro trecho, depois de mencionar o mecenato exercido por D. Pedro II como a única forma ostensiva de recompensa que aqui encontravam os intelectuais, acrescenta nova observação sobre aquele contraste:

"Mas a vaidade, infalível estigma profissional, destes literatos, se não contentava dessa alta estima; quisera mais, quisera o impossível, que, como nas principais nações literárias da Europa, dessem às letras aqui consideração, glória e fortuna."[13]

Daí novo fator a aprofundar o divórcio entre o escritor e o povo. Daí a razão para que o escritor se sentisse como que justificado de voltar as costas aos problemas da realidade, como ao público, colocando-se na posição de incompreendido, pairando acima de condições ambientes contrárias e ingratas. Daí o refúgio entre os pares, a valorização artificial pelo elogio mútuo, o aparente desprezo pelo juízo geral, a fátua posição de superioridade, o esquecimento do meio. Geram-se, assim, os traços, cada vez mais claros, de uma separação nítida entre a atividade do pensamento e todas as outras atividades, mesmo as que se revestissem de sinais externos de nobreza. Mas, particularmente, em relação às que continham os traços inconfundíveis do trabalho, e ainda do trabalho

físico, submetido ao regime da escravidão e por isso mesmo desonroso.

Um rápido exame dos textos transcritos, os mais variados no tempo e na autoria, colhidos sem maior discriminação e sem preconceito quanto às tendências dos que os lançaram, permite situar com alguma precisão o problema fundamental, isolando-o de seus travestimentos e de suas aparências. Em primeiro lugar, cumpre pôr em evidência a veracidade geral do diagnóstico. Em seus detalhes de observação, os críticos tinham razão, evidentemente: havia e há o divórcio entre os escritores e o público; o homem de pensamento não tinha e quase não tem hoje lugar de destaque no conjunto social e quanto mais recuarmos no tempo mais apagado é aquele lugar; voltaram-se eles, sem dúvida alguma, para os livros estrangeiros, para os modelos externos, e se esmeraram, por vezes com invulgar virtuosismo, na imitação, na cópia de quando em quando, desprezando tudo o que os cercava, sem nenhuma intenção de reduzir o aprendido à escala local, regional ou nacional; isolaram-se do ambiente, voltaram-lhe as costas e ficaram incompreendidos por isso mesmo, criando-se um distanciamento entre as suas criações, que não interessavam ao povo, e o mundo dos leitores. Na caracterização desses males, a certeza do diagnóstico é tão profunda que alguns chegam a criticar a voracidade de leitura como um mal, a freqüência aos mestres estrangeiros como um erro. Ora, não é preciso ser muito sagaz para verificar que nem houve jamais excesso de leitura, entre nós, e nem isso poderá constituir, em caso algum, mesmo nos individuais, anormalidade digna de condenação. Temos aqui, no caso, outro exemplo não intencional de valorização da ignorância. O ideal, ao que parece, teria sido ler menos. Os menos lidos aproximar-se-iam melhor da realidade. A leitura constituiria, em vez de caminho, obstáculo a qualquer compreensão do meio e do tempo.

Por aí se verifica a perplexidade da interpretação, os seus desvios, a sua ausência de objetividade, quando tanto se preocupa precisamente com a inobjetividade, que combate e que acusa. Daí as explicações curiosas, como a da língua, "berço e túmulo, esplendor e sepultura", para a falta de ressonância das nossas criações literárias. O pensamento literário, como o pensamento político, padecia, pois, do mal irremediável da transplantação, não se adaptava ao meio, fazia por desconhecê-lo, voltava-lhe as costas. Quase todos os intérpretes citados, senão todos, colocam-se na linha pessimista, que foi situada como uma derivação das duas correntes caracterizadas no início. O libelo está completo, tanto mais que encontra alguns suportes verdadeiros, pois muito do que observa e alinha corresponde ao quadro da realidade.

É fácil verificar, entretanto, como são aquelas verdades apenas meias verdades. O fato simples e elementar de poder demonstrar isso não significa que os ensaístas, historiadores, críticos, pensadores citados fossem destituídos de capacidade individual e os de hoje possuam essa capacidade e, assim, estejam em condições pessoais de descobrir as dimensões exatas do quadro. A diferença não pode ser situada nesse plano, evidentemente falso. Aqueles homens de pensamento representavam valores indiscutíveis, cada um no campo de seus conhecimentos, de sua especialidade, de sua preferência. O que mudou foi o tempo, foi a sociedade brasileira.

Surgiram as condições que permitem aos homens de pensamento de hoje verificar os erros do passado, encontrar as suas razões, repudiando-os. Surgiram as condições que nos permitem ver com clareza tudo aquilo que parecia confuso aos observadores mais antigos. A situação atual da sociedade brasileira é que nos ajuda, que nos permite, que nos cria as possibilidades para discriminar o que houve de verdadeiro e o que houve de falso naquelas interpretações. A transplantação não era uma doença específica.[14] Era a enfermidade de uma época, um mal do colonialismo, que entrou por largo período da vida autônoma, que é essencial, de que temos agora os elementos para dissociá-la, porque, na estrutura brasileira, geraram-se as condições que nos permitem ver melhor e desmontar, peça por peça, o aparentemente complexo aparelhamento da transplantação, situando-a no seu verdadeiro sentido, isto é, como a substância fundamental da ideologia do colonialismo.

Mesmo alguns dos autores antigos, dentro de suas limitações, que eram as do tempo em nossa terra, viram parte da verdade e apenas não aprofundaram sendas em que penetraram. E é curioso que a viram quando, abandonando as impressões de leituras que constituíam o veículo mais comum da ideologia colonialista, operaram por intuição. É o caso de Sílvio Romero, por exemplo, tão acertado, tão objetivo quando abandona os seus pretensos mestres, falando pelo seu próprio raciocínio, e que tem descobertas singulares como a que se contém na observação seguinte:

"A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura."[16]

Vemos, assim, pela primeira vez, colocado o problema da pobreza, colocado o problema da nossa organização social, ligados ambos ao nosso desenvolvimento literário. Sílvio Romero não ficou nesses termos. Foi mais adiante e, dentro de sua compreensão do quadro nacional, acrescentou:

"As relações econômicas e sociais da Colônia e do Império ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional. Dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos."[16]

Vemos colocado o problema em seu enquadramento natural e lógico, nas palavras de Sílvio Romero. Dentro das deficiências de que se reveste aquele pensamento, que são próprias do meio e do tempo, o historiador tem a objetividade de alinhar as relações econômicas e de classe como constituindo as bases para a verdadeira interpretação do quadro brasileiro, propugnando pela destruição das existentes, que eram as coloniais, transitadas para o período da autonomia, relações que colocavam em primazia aquilo que ele denomina, sem eufemismos, "classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos".

No diagnóstico dos estudiosos do passado, e alguns do passado ainda recente, existe uma anomalia que não pode deixar de chamar a atenção de todos. É que tais estudiosos consideraram — e nisso estavam se misturando aos que criticavam — a transplantação como um ato de vontade. Colocavam o problema como se houvesse duas ou várias soluções, e a escolha má fosse feita espontaneamente entre elas. Ora, o problema é bem diverso. Não havia duas ou mais soluções. No quadro da estrutura colonial — que avança além do período colonial — a imitação, a cópia, a aceitação de postulados externos sem exame, tudo aquilo que englobamos no conceito da transplantação, abrangendo desde instituições até idéias literárias, e usos, hábitos, e costumes, não era uma escolha, era o único caminho. A transplantação é um fenômeno específico do sistema colonial.[17] Não é um caso particular do Brasil. Dentro do sistema colonial, não há outra solução. Podemos, desde já, avançar, pois, a conclusão de que só a eliminação dos restos de colonialismo que permanecem na estrutura brasileira é capaz de permitir criações originais, nacionais, brasileiras, em todos os campos, e que aqueles restos representam o trambolho, o entrave, o impedimento para que tenham pleno domínio as condições em que a transplantação deixará de ser um problema.[18]

Quais, então, as verdadeiras dimensões, e as origens, e os motivos fundamentais da transplantação? Nesse sentido, é imprescindível representar, de forma sumária, o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras. Surgiram elas aqui como uma forma particular do capital comercial, enquadrado no conjunto da ascensão do mercantilismo. Suas primeiras alterações de importância surgem quando a Revolução Industrial motiva o surto dos movimentos pela autonomia, ruindo o sistema de clausura e de monopólio comercial das nações ibéricas, eliminando-se o apêndice, agora absolutamente impeditivo, da metrópole, integrando-se então a empresa colonial no amplo quadro do capitalismo internacional. A este passa a interessar, na mencionada fase, a quebra dos laços de dependência política para com a metrópole, na mesma medida em que interessa a conservação, nas colônias, da estrutura social e econômica gerada na fase anterior. A associação entre a classe dos proprietários de terras das colônias e as metrópoles passa a funcionar como associação entre aquela classe e a burguesia internacional que destruiu os últimos resíduos feudais, os últimos entraves à sua plena e acelerada expansão. Na etapa da Revolução Industrial, os interesses da burguesia estão precisamente em conservar os mercados como meramente consumidores de produtos beneficiados ou acabados e fornecedores de matérias-primas. Se fosse possível reduzir o quadro a um esquema, este poderia ser representado assim: manter as áreas coloniais como crescentes mercados consumidores, impedindo que gerem as indústrias que lhes forneçam as utilidades; fomentando, ao mesmo passo, o consumo, particularmente pela derrocada, nessas áreas, do regime de trabalho servil, transformando o escravo em assalariado.

Para manter as relações antigas, herdadas dos tempos coloniais, torna-se necessário convencer aos povos destas áreas de que são incapazes, por diversos motivos, de enfrentar qualquer etapa mais avançada de desenvolvimento econômico, de que condições ecológicas os subordinam ao fornecimento de matérias-primas e há toda conveniência em explorar ao máximo a dádiva que aquelas condições representam; de que a relação social existente é justa e correspondente a uma avaliação exata da capacidade humana, até mesmo em termos fisiológicos. O colonialismo econômico gera, assim, a sua ideologia.

Daí os preconceitos que se desenvolvem. Preconceitos de raça: o negro é fisiologicamente inferior. Preconceitos de clima: o clima tropical não se presta às raças *superiores*, mas serve à maravilha para as plantações de gêneros alimentícios e matérias-primas. Preconceitos de toda ordem: incapacidade das populações, endemias tropicais, inadaptação ao regime democrático, incapacidade técnica, impossibilidade para a capitalização, aversão ao esforço continuado, impreparação para a criação artística, para a organização política, para a originalidade em qualquer setor do pensamento ou da ação.[19]

Na fase de dependência colonial, a transplantação não só era inevitável, representava a solução única, como estava em correspondência direta com a ordem social vigente, uma vez que a classe dominante, a dos proprietários territoriais, com uma supremacia incontrastável, representava, aqui, o poder metropolitano a que estava associada, que a mantinha e que ela representava. Era através dessa classe que a metrópole dominava a colônia, social, econômica e politicamente. Nada mais justo e lógico do que a identificação daquela classe com os interesses metropolitanos, do seu ponto de vista. Quando a autonomia, rompendo os laços estabelecidos entre a classe proprietária e a metrópole, elimina aquela representação, o quadro sofre alterações formais. Não existiam, ainda, entre nós, nem burguesia nem classe trabalhadora livre com efetividade que permitisse neutralizar a supremacia antiga. A classe dominante vai identificar-se progressivamente com os novos interesses que representa, e que também ajudam a manutenção de seu destaque, de uma continuação no quadro interno colonial.[20]

Há duas faces, no Brasil, evidentemente: aquela representada pela classe dos proprietários rurais, agora vinculada à burguesia européia, e que por tudo e em tudo se esforça por assemelhar-se aos padrões externos, e aquela representada pela escravaria, pela indiada fugida nas matas, pela população livre sem força econômica e sem poder político, pela reduzida classe média que se articula pouco a pouco, sem expressão ainda. Demonstrar que a face verdadeira, ou pelo menos a face expressiva, do país era a primeira, aquela em que os senhores de terras imitavam a vida européia, constituiu a preocupação principal. Não era aceitável como sendo a face real aquela em que estavam agrupados escravos negros, trabalhadores livres mestiços, comerciantes urbanos, pequenos funcionários. Esta era o Brasil, sem dúvida alguma, mas o Brasil que se devia esconder, como se escondessem as vergonhas, aparentando

identidade com os padrões externos, alardeando um tipo de existência, uma ética, uma fisionomia tão aproximada quanto possível dos padrões distantes, gerados e mantidos pela burguesia. Ora, enquanto as relações de classe permanecessem no estado em que as encontrou a autonomia, a realidade não tinha condições de ser apresentada como a verdadeira face do país. Assim sendo, a cópia servil de postulados, modelos, instituições, normas, de toda uma ética, não representava senão o formidável esforço para sonegar o Brasil. Dentro de tal tendência não havia possibilidade alguma para criações originais em qualquer setor do pensamento ou da atividade.

A ideologia do colonialismo, justificatória da exploração econômica, deveria esforçar-se sempre para demonstrar que o negro fora destinado originalmente, fisiologicamente, ao trabalho e apenas ao trabalho, não tendo condições para conquistar conhecimentos e ganhar a representação política: que o mestiço herdava as *taras* da *raça inferior* que nele concorria, que era preguiçoso por índole, incapaz por herança, falso por atavismo — conceitos que satisfaziam não só a necessidade externa de assegurar uma estrutura de produção de caráter subsidiário, meramente complementar, fundada no trabalho escravo, como os interesses de uma classe interna de senhores de terras e de braços servis; que o clima do país condenava qualquer esforço continuado, devendo pois condicionar o estágio da produção de matérias-primas e alimentícios, os velhos gêneros *coloniais* ou *tropicais* que complementavam a produção européia — conceitos que tanto ajudavam ao capitalismo externo, que auferia o lucro da exploração daqueles produtos, como aos senhores dos latifúndios; que o povo não estava apto, antes longe disso, para qualquer forma de democracia, devendo o país ser governado em regime tutelar por uma elite, para isso preparada, desde que fazia os seus estudos e educava as suas maneiras segundo os padrões externos, conceitos que fundamentavam a preponderância dos elementos econômicos externos, estreitamente vinculados à classe brasileira que, dentro de tais idéias, era a única que tinha condições para governar.

Que tal classe aceitasse, integralmente, tais conceitos e todas as suas conseqüências — mesmo aquilo que diminuía e humilhava a sua gente, ao mesmo passo que entravava o progresso do país e impedia as transformações que permitiriam o seu desenvolvimento — não seria de surpreender. Que ela levasse a sua ética ao ponto de esquecer o verdadeiro Brasil, buscando identificar-se cada vez mais com os padrões externos, não chegaria a constituir espanto. O preconceito de raça e de cor do europeu é, pois, o mesmo do

senhor de terras brasileiro. O preconceito da preguiça brasileira, da luxúria brasileira, da cobiça brasileira — que ornamentaram um livro típico, o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado — é tanto dos viajantes europeus que nos visitam como dos historiadores e sociólogos nacionais que nos interpretam.[21] Os preconceitos a respeito da adversidade do clima e outros que afetam o quadro físico do país, as suas condições naturais, são veiculados não só em obras estrangeiras como naquelas escritas por patrícios nossos. Os preconceitos relativos à incapacidade do povo para governar-se, da inaptidão da gente brasileira para formas democráticas de Estado, encontram guarida em estudiosos daqui e de fora, todos tocando a mesma música e orquestrando-se mutuamente.

Quando muito, os mais afoitos, em fase próxima, concedem que a população brasileira tende a *arianizar-se*, embora admitam que só se alcançará um resultado aceitável em futuro remoto. Ou aceitam que o escravo possa vir a ser livre, num determinado prazo, que depois encurtam, desde que permaneça como trabalhador. Ou admitem, embora com relutância, que o povo possa ter atividade política, enquanto se busca, por todos os meios, restringir ao máximo a sua participação ou desviá-la para problemas secundários.

A ideologia do colonialismo foi, pois, apenas uma forma, e a mais característica, do longo e profundo fenômeno da transplantação. Reinou sem limites em todo o tempo em que a supremacia da classe dos proprietários territoriais se manteve sem contrastes. Atravessou a época em que, no século XIX, começaram a sofrer alterações importantes quer a estrutura econômica, quer, em conseqüência, as relações sociais. Na segunda metade do mencionado século, realmente, quando se esboça uma classe média, e não cessa de crescer, de tal forma que vai influir nos acontécimentos do fim do século, a Abolição, a Questão Religiosa, a Questão Militar, a República — aquelas alterações acentuam-se progressivamente. Daí terem começado a surgir os primeiros sinais de originalidade artística, entre os quais os literários tiveram primazia. Quando, mais adiante, a partir da terceira década do século XX o domínio dos proprietários rurais, longe de ser único, começava a ser neutralizado pela existência de uma classe média cuja efetividade política é indisfarçável, e pela existência de uma classe trabalhadora que dá os primeiros passos no terreno político, criam-se, pouco a pouco, as condições para o aparecimento de uma crítica, de uma história, de uma ficção de traços nacionais indeléveis. Muitos dos preconceitos antigos estão ainda presentes, sem dúvida alguma, mas o

crédito que desfrutam é bastante reduzido. São já discutidos, negados, combatidos. Não desaparecem porque também não desaparece o domínio da classe proprietária.

E se agora podemos mostrar o travejamento dessa construção pretensamente sólida e pretensamente eterna que foi a ideologia do colonialismo, de que a transplantação não passou de aspecto particular e sintomático, é que já são diferentes as condições econômicas, políticas e sociais do país, de tal sorte que as forças interessadas em manter preconceitos e absurdidades como aquelas aqui mencionadas, enfraquecem-se, na medida em que as demais começam a ponderar no cenário brasileiro. Teria sido impossível, realmente, antes que tais alterações se tivessem definido, esposar outro corpo de conceitos senão aquele já preparado, e bem acondicionado, bem esteado e fornecido a granel da ideologia do colonialismo. E nem poderíamos ter sido originais, profundos e brasileiros, se tais alterações não se tivessem efetivado, porque a vida política do nosso povo é realmente recente e, conforme diz o aforismo conhecido, só é nacional o que é popular.[22]

NOTAS AO CAPITULO 13

1 GILBERTO AMADO, *Grão de Areia*, Rio, 1948, pág. 28.

2 Idem pág. 29.

3 GILBERTO AMADO, *Minha Formação no Recife*, Rio, 1955, págs, 122 e 123.

4 SÍLVIO ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1943, t. I, pág. 126.

5 PEDRO CALMON, *História Social do Brasil*, t. II, *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940, págs. 313 e 314.

6 AZEVEDO AMARAL, *O Brasil na Crise Atual*, S. Paulo, 1934, pág. 143.

7 Idem, pág. 163.

8 CRAVEIRO COSTA, *O Visconde de Sinimbu — Sua Vida e sua Atuação na Política Nacional*, S. Paulo, 1937, págs. 25 e 26.

9 JOSÉ VERÍSSIMO, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954, pág. 17.

10 Idem, págs. 19 e 20.

11 Idem, pág. 20.

12 Idem, pág. 158.

13 Idem, pág. 159.

14 GUERREIRO RAMOS, *O Tema da Transplantação e as Enteléquias na Interpretação Sociológica do Brasil*, Separata da revista *Serviço Social*, Ano XIV, n.º 74, S. Paulo, 1954: "Assim, todos os autores cujos estudos sobre o Brasil focalizam a transplantação, manifestaram um propósito pragmático e se preocuparam com as soluções do que consideravam o *problema* brasileiro. A crítica, no caso, era o esteio de uma conduta participante, de um programa. Daí que, em tais estudos, se torna muitas vezes difícil separar o diagnóstico da terapêutica; daí o caráter predominante normativo de tais estudos. (Pág. 75.)

15 SÍLVIO ROMERO, *op. cit.*, t. I, pág. 125.

16 Idem, t. I, pág. 127.

17 GUERREIRO RAMOS, *op. cit.*: "Portanto, antes de passar ao exame mais pormenorizado das variantes deste tipo de interpretação do Brasil, é pertinente observar que os seus autores, via de regra, negligenciaram o fato de que a transplantação foi um acidente inevitável da formação brasileira, um acidente normal e não patológico em todos os contextos coloniais. Rigorosamente, durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal as transplantaçções obedeciam e serviam a um propósito pragmático e historicamente positivo. Graças a elas saltamos várias etapas de desenvolvimento, um território sobre o qual se distribuíam várias tribos na idade da pedra lascada passou de repente para o plano da história européia. Não seria através do mero crescimento vegetativo que isto poderia ocorrer. A transplantação foi um expediente historicamente necessário para que se tornasse possível, a seu tempo, a nação brasileira." (Pág. 75.)

18 NELSON WERNECK SODRÉ, *Estudo Histórico-Sociológico da Cultura Brasileira*, Rio, 1956, pág. 22.

19 A literatura dos preconceitos e prejuízos gerados pela ideologia do colonialismo é vastíssima. Está presente em todos os nossos autores do passado e em muitos do presente. Alguns exemplos poderiam ilustrar o caso. "Pode-se dizer que as possibilidades de um povo para organizar formas superiores de civilização e para exercer influência mais acentuada na vida mundial, estão na razão direta do número de árvores genealógicas eugênicas dos indivíduos que atualmente o constituem." (Azevedo Amaral, *Ensaios Brasileiros*, Rio, 1930, pág. 88.) "Nenhuma destas inovações *liberais* — ou ditas *liberais* — tiveram aqui, em boa verdade, êxito real. O *self-government* regional, a autonomia das províncias ou dos Estados, na generalidade dos casos, falhou, como falhou a autonomia dos municípios. Falhou também a democracia — como sufrágio direto e universal. Falhou o governo de partidos — falhou no Império e também na República. O Parlamento falhou igualmente: do regime parlamentar do Império o que, realmente, se salva — e também o que o salvou — é, sem dúvida, o *poder pessoal* do Imperante." (Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras*, Rio, 1949, t. I, pág. 168.)

"A nossa imprevisão, a nossa falta de poupança, a nossa desatenção pueril para com o futuro, nos foram incutidas no sangue e na alma pelos nossos antepassados tupis-guaranis." (Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936, pág. 142.) "E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica do povo de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?" (Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1948, pág. 40.) "É que nessa concorrência admirável dos povos, envolvendo todos em luta sem tréguas, na qual a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva, o mestiço é um intruso. Não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes." (Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 15.ª edição, Rio, 1940, pág. 109.) "Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua mor parte. E que relação tem isto com a literatura brasileira? Toda. E' o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas." (Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1943, t. I, pág. 78.) "Nós, estamos em dieta... Por isso não fazemos nada, ou pouco produzimos... Inquietos, agitados... Aumentam-nos, os cálculos estatísticos, a população... A produção não é proporcional. O *standard* de vida não corresponde. Java ou Cuba, modestas nações, produzem muito mais, com muito menos gente... Subgente, subnação. Por quê? Primeiro, por subnutrição... depois outras causas menores." (Afrânio Peixoto, *Clima e Saúde*, S. Paulo, 1938, pág. 235.) As citações seriam infindáveis.

20 GUERREIRO RAMOS, *op. cit.*: "*O Ensaio Sobre o Direito Administrativo* do Visconde do Uruguai, publicado em 1862, é um dos primeiros documentos da posição crítico-assimilativa em face da produção cultural estrangeira, posição, ainda hoje, muito escassamente adotada. Uma das teses centrais deste livro é a da centralização, que lhe parecia o princípio fundamental a ser observado na organização político-administrativa de um país como o nosso cujo povo carecia de hábitos de autogoverno e de unidade psicológica e que, portanto, deveria ser educado em termos hábeis e adestrar-se lentamente para gerir os seus próprios negócios. A organização político-administrativa do Brasil, na visão de Paulino, comparava-se a uma tarefa tutelar que exigia uma elite de homens conscientes das necessidades orgânicas da sociedade brasileira. Isto porque — é o seu pensamento — 'nos países nos quais ainda não estão difundidos em todas as classes agudos hábitos de ordem e legalidade, que únicos podem colocar as liberdades públicas fora do alcance das invasões do Poder, dos caprichos da multidão e dos botes dos ambiciosos, e que não estão portanto devidamente habilitados para o *self-govern-*

ment, é preciso começar a introduzi-lo pouco a pouco, a sujeitar esses ensaios a uma certa tutela, e a certos corretivos'." (Págs. 78 e 79.)

21 PAULO PRADO, *Retrato do Brasil, Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira*, 5.ª edição, S. Paulo, 1944. Não é um retrato do Brasil, afirmamos algures, mas o retrato de uma classe. A esse respeito, Guerreiro Ramos escreve: "A interpretação da sociedade que se contenta com a mera retratação de eventuais dominantes psicológicas: a tristeza, a cobiça, a luxúria, o romantismo, a dissipação, o amor à ostentação, a cordialidade, *et coetera*, ilustra quase sempre uma perplexidade teórica em face da realidade. O que seria científico era colocar a pergunta: 'Por que se formam tais sentimentos e tais modo de ser? A que condições objetivas se aliam?' A resposta correta a perguntas como estas seria, de fato, ciência." (*Op. cit.*, pág. 93.)

22 SÍLVIO ROMERO, *op. cit.*: "O fenômeno é explicável: povo educado, como um rebanho mole e automático, sob a vergasta do poder absoluto, vibrada pelos governadores, vice-reis, capitães-mores e pelos padres da Companhia; povo flagelado por todas as extorsões — nunca fomos, nem somos ainda uma nação culta, livre e original." (Pág. 126.)

14 — INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Instrumentos de análise e realidade nacional — Esforço de interpretação e condicionamento histórico — A luta entre o novo e o velho — Formas de erudição e de distanciamento — A interpretação histórica e biográfica: Nabuco — A interpretação social: Euclides — A interpretação pela ficção: Machado de Assis — A interpretação pela crítica literária: José Veríssimo — De Raul Pompéia a Lima Barreto.

NO AMBIENTE intelectual perturbado pelas perplexidades e pelas falsidades da transplantação, em que se confrontavam, numa luta constante, o velho e o novo, surgem, na fase que vai dos fins do século XIX ao encerramento da Primeira Guerra Mundial, algumas das mais importantes interpretações do Brasil. É uma fase que se caracteriza precisamente pela curiosidade do país e pela vontade de apreciar e concluir das razões de seu desenvolvimento, por isso mesmo intensamente trabalhada pelo espírito crítico. Tal fermentação traduz, em suma, as alterações econômicas e sociais em processo cada vez mais acelerado no Brasil, o intenso trabalho ascensional de uma classe média que afirmava a sua fisionomia política, a acirrada luta da classe dominante para manter as posições que consolidara na longa vigência do regime colonial, ao mesmo tempo que começa a surgir a classe operária, particularmente no fim do período, quando a interrupção das correntes de comércio externo permite e ajuda o surto da indústria nacional de bens de consumo, fundamentada nas disponibilidades provindas da acumulação proporcionada pela lavoura cafeeira e na ampliação do mercado interno.

Nas interpretações do Brasil, que então surgem, verifica-se facilmente o reflexo desse quadro de contrastes. A curiosidade pelo homem e pela terra traduz as contradições existentes. Os intérpretes voltam-se para o Brasil munidos ainda de instrumentos de análise elaborados por uma cultura externa, que não assimilam e nem adaptam. Não os reconhecendo como historicamente condicionados, isto é, destinados à aplicação em certo tempo e em certo meio, oriundos de condições diversas daquelas aqui vigentes, utilizam-nos sem escala e sem medida, como se fossem fórmulas eternas e universais, capazes de decompor, ao longo de todo o tempo, qualquer quadro social, econômico e político, fornecendo, claramente, as peças essenciais de cada um. Não era esse o caso, evidentemente, e o complexo cultural elaborado na segunda metade do século XIX fora apropriado para justificar justamente a posição colonial de imensas áreas do mundo.

Em meio a tais contradições, entretanto, verifica-se o formidável esforço para o conhecimento do homem e da terra e a necessidade de afirmar uma consciência nacional. As condições é que não eram de molde a permitir ainda a elaboração de um complexo cultural próprio, na experiência brasileira e capaz, principalmente, capaz de valorizar o que era específico de denunciar o que, entre nós, era ainda a inércia, a força do passado colonial, poderosa e ativa. Do ponto de vista intelectual, quando a aquisição dos conhecimentos estava subordinada de forma absoluta a condições de classe ainda e quando a pressão do meio não era ainda exercida no sentido de depurar o pensamento de suas raízes coloniais, alimentadas no complexo cultural fornecido de fora, persiste a situação que admite a valorização de certos aspectos inócuos do talento, aptos a favorecer o indivíduo mas desfavoráveis às componentes sociais que começam a atuar no campo político. Existe ainda, assim, a tendência em conferir à inteligência uma função normativa, a aceitação da idéia de que ela encerra o sortilégio de modificar as condições da realidade, enquanto, por outro lado, o prestígio do talento conserva-o naquela posição de prenda pessoal, que distingue quem o possui. A oratória, a que a função unilateral do púlpito dera uma predominância absoluta em época passada, continua a encontrar um largo campo de expansão. A inocuidade de certas formas de erudição desinteressada, por outro lado, não era percebida ainda, ganhando força desmesurada os exemplos de conhecimento especializado, particularmente humanista, que conferiram a determinadas pessoas uma auréola inconfundível. O verbalismo, a fascinação da eloqüência, mesmo na poesia, mas principalmente na prosa, e ainda na ficção, proporcionava à forma aquele primado que sempre define os traços de decadência, quando vive, isoladamente, constituindo a preocupação única do artista. Os ficcionistas e os poetas esmeravam-se mais em correção formal do que na tradução dos motivos humanos, e a crítica os compreendia e valorizava na medida em que obedeciam rigidamente a regra gramatical. Claro está que tudo isso era o velho, o que declinava, o que tendia a desaparecer, mas tinha ainda condições para atuar e disciplinar as criações.

O que era novo em nossa vida intelectual, entretanto, começava a ganhar uma extraordinária força superando as resistências e vencendo os mais variados obstáculos. Apesar do formidável lastro oriundo da transplantação, dominando ainda o pensamento brasileiro e traduzindo a preeminência da classe dos senhores da terra, as interpretações do Brasil, globais ou regionais, traziam intuições importantes, abriam perspectivas para a compreensão dos nossos problemas, colocavam-nos já sob equações diversas das antigas, mostravam ângulos ainda não vistos, traduziam um esforço imenso para superar deficiências de instrumentos ou deformações profundamente ancoradas na tradição.

Não é por acaso que a ficção brasileira começa a deixar os quadros regionais, muitas vezes falseados na interpretação, seja pelo abuso do linguajar caipira, seja pela violência na valorização unilateral do pitoresco, voltando-se para os ambientes urbanos. Nestes, realmente, é que o povo começava a denunciar a sua presença e a sua importância — enquanto nos quadros rurais o velho não encontrava fundamento para se renovar. A ficção brasileira do tempo, de que alguns exemplos foram incorporados definitivamente ao patrimônio literário brasileiro, traduzia as profundas alterações em processo, na vida dos negócios, nas relações sociais, nos conceitos e nos preconceitos vigentes. Outras eram as personagens, que procediam de modo diverso, que amavam ou lutavam por razões diferentes e que se comportavam de maneira nova em relação a problemas antigos ou eternos. Outros, também, os temas que interessavam os ficcionistas, os contrastes oriundos da imigração, os cenários domésticos em que se devenvolvia uma vida familiar diferente da patriarcal, os quadros de colégio e, finalmente, as cenas e as criaturas humildes das cidades, com os seus problemas, em tudo dignos de transposição artística como os das figuras ilustres pelo nome ou pela riqueza. A ficção brasileira não é predominantemente

urbana, então, por uma coincidência, ou pelo esgotamento dos motivos que o regionalismo vinha explorando, uma vez que tais motivos jamais se esgotam, mas porque permitia ou facilitava a apreensão do que, na sociedade do país, estava em mudança flagrante. A imprensa, o teatro, a vida política, ofereciam campo para a expansão do que, em nossa intimidade, estava nascendo ou crescendo. Personalidades diferentes das antigas, comportando-se de modo também diferente, porque diferente é o meio, começam a definir-se, ocupando os lugares que a geração vinda do império dominava inteiramente. Na mesma criatura, por vezes, observa-se o contraste que é a nota característica da fase. Tudo anuncia um Brasil novo, que surge e que começa a se definir como nação, peado embora por tudo aquilo que, nele, representa o passado, e ainda não estimulado ou vitalizado por tudo aquilo que, começando a vigorar, não está apto a proporcionar as condições capazes de alterar de todo o quadro.

As formas de erudição, que encontram curiosos exemplares em Heráclito Graça[1] ou em Carneiro Ribeiro[2], quanto ao rigor no uso do idioma, em Ramiz Galvão[3] ou em Homem de Melo[4], quanto aos conhecimentos humanistas, em Rio Branco[5] ou em Alberto Rangel[6], quanto aos conhecimentos históricos, em José do Patrocínio[7] ou em Carlos de Laet[8], quanto à análise política, começam a declinar. Os mestres de Direito, antigamente refugiado na vigília dos textos tradicionais, são agora homens como Pedro Lessa[9] ou Lafaiete Pereira[10], capazes de compreender a realidade impondo novas formas jurídicas e até aptos a participar intensamente da nova política, chegando mesmo, como Lafaiete, a exercer a crítica com rigor de conhecimentos e paixão.

A impreparação do meio para a elaboração de um pensamento autônomo fica marcada pela superficialidade de Sousa Bandeira[11] e pelo ecletismo de Farias Brito[12]. A crítica é ainda uma atividade subsidiária em Quintino Bocaiúva[13], superficial com Medeiros e Albuquerque[14], apologética com Alfredo Pujol[15], gramatical com Osório Duque Estrada[17]. Os estudos históricos, a que figuras como Capistrano de Abreu e Manuel Bonfim continuavam a dar a sua contribuição, vinculam-se ainda à mera acumulação de informações, com Eduardo Prado[18], ou com Rocha Pombo[19], relegando-se ao campo da crônica detalhista, com Melo Morais Filho[20], para debruçar-se nas reminiscências, com Afonso Celso[21], ganhando em força, entretanto, com as contribuições de Oliveira Lima[22], capaz de elucidar com argúcia muitos dos principais problemas de nossa

formação e de escrever uma síntese apreciável da literatura colonial, e de alcançar um nível artístico, embora falseando o conteúdo, como acontece com Paulo Prado[23]. A oratória sagrada em que brilha um Antônio de Macedo Costa[24] cede lugar à oratória política de Rui Barbosa[25], que fascinou uma geração e que acolheu todos os motivos e todas as teses do liberalismo, vinculando-se profundamente ao sentimento da classe média.

O jornalismo já não fica representado por figuras como a de Félix Pacheco[26], pela superficialidade literária de um Valentim Magalhães[27], mas acolhe a crítica de arte de um Gonzaga Duque[28], os ensaios de Elísio de Carvalho[29], tão característicos de uma fase de transição, os estudos muitas vezes interessantes de Constâncio Alves[30], a crítica de Nestor Víctor[31]. Homens como Salvador de Mendonça[32], Licínio Cardoso[33] e Alberto Torres[34] preocupam-se com os caminhos para o desenvolvimento político do país. Surgem cronistas da força e da importância de um Antônio Torres[35], ou da projeção e da versatilidade de um Paulo Barreto[36].

A ficção será animada, a princípio, pela inocuidade de um Tomás Lopes[37], pela superficialidade de um Garcia Redondo[38], ou pela gratuidade de uma Júlia Lopes de Almeida[39], mas tem já outra expressão com Coelho Neto, figura engrandecida em sua época e amesquinhada depois, tornada simbólica em determinado momento e padecendo dessa situação, em que os traços caricaturais substituem a verdadeira fisionomia do escritor[40]. Em Coelho Neto, aliás, os contrastes de uma literatura em transformação acentuam-se vivamente, e disso viria a sofrer o romancista maranhense. Glorificado pelos que viveram o seu tempo, representou, para os que vieram depois, o tipo do ficcionista superado, destruído pelos próprios artifícios, esterilizado pela fascinação vocabular. Um reexame da obra de Coelho Neto, entretanto, mostrará, sem dúvida, que as suas deficiências não consistiram senão em ter quintessenciado aquilo que o tempo e o meio admitiam como valores supremos, estacionando nos padrões que admitia como fundamentais. Dois ou três livros seus merecem leitura e proporcionam uma visão aproximada da sociedade urbana brasileira, numa fase interessante e movimentada. Exemplar de uma arte literária que estava em liquidação, não teve condições pessoais para superar a transitoriedade de tudo o que o fascinou e a que se aferrou irredutivelmente. A sua prosa, incompatível com a ficção, inutilizou uma obra extensa, elaborada com enorme dedicação e confiança, feita por um homem que exerceu a

atividade literária como dominante, senão única, num meio em que ela era subestimada ainda e que merece, por isso, respeito.

Nos fins do século XIX e início do seguinte, surgem no Brasil as grandes figuras e as grandes obras que constituem, sem dúvida, as bases da literatura brasileira, seja porque fossem tais obras elaboradas com uma consciência das nossas coisas já pronunciada, seja porque denunciam uma grandeza formal que concorre para a perenidade delas e afirma a existência de uma língua preparada para o trabalho das letras, no seu sentido artístico. Entre aquelas figuras, destaca-se a de Joaquim Nabuco, e entre aquelas obras, duas ou três das que ele deixou. O largo e movimentado painel em que reconstituiu a vida política do Segundo Império, e que é muito mais isso do que a biografia de Nabuco de Araújo, representa um dos trabalhos fundamentais das letras brasileiras, pela clareza de expressão, pelo rigor da forma, pela grandeza de alguns quadros, pela nitidez de alguns retratos e pelo equilíbrio na disposição dos assuntos. Do ponto de vista do conteúdo, realmente, haveria restrições a formular, em torno de *Um Estadista do Império*, particularmente o ter reduzido a vida brasileira apenas ao ângulo em que se desenvolveram as lutas políticas, quando este ângulo, na verdade, abrangia uma fração, e reduzida, do país. A reconstituição histórica é feita de um ponto de vista soberano, também, de cima para baixo, e o povo não tem lugar nela. Mas a realidade confirma também que a participação do povo no plano focalizado pelo autor era realmente diminuta, embora houvesse necessidade de, pelo menos, admitir a sua existência. Como trabalho literário, porém, a obra tem uma importância indiscutível. Essa importância é ainda maior em *Minha Formação* que, além de constituir um depoimento humano característico do tempo, tem algumas das mais belas páginas já escritas em português. E nem é de segundo plano um livro como *O Abolicionismo*, seja como testemunho de uma campanha a que Nabuco deu o que tinha de melhor, do ponto de vista político, como depoimento a propósito de um problema que movimentou a fase a que nos referimos e lhe deu os grandes motivos que a agitaram. Escritor límpido, claro, seguro na fixação do pensamento, Nabuco é um clássico brasileiro, e a obra que deixou está vinculada à nossa terra e à nossa gente, apesar do plano aristocrático a que jamais fugiu o seu autor.[41] Poucas vezes a prosa terá sido trabalhada, em nosso país, como o foi por esse homem que trouxe para as letras o timbre de sua classe, evidentemente, mas também a sua capacidade artística.

Em contraste com a limpidez da prosa de Nabuco, a de Euclides da Cunha é intensamente trabalhada, mas esse trabalho denuncia, mais do que uma intenção, uma personalidade.[42] Nem é de ser desprezada a verificação de que o traço científico, a tendência em fundir na expressão os elementos oriundos de conhecimentos especializados — que existiu, entre nós, até mesmo na poesia, e deixou nela pelo menos uma figura destacada, a de Augusto dos Anjos, para não mencionar os menores — foi um traço reiterado naquela fase, vindo desde o movimento de apropriação dos instrumentos externos de análise, com a Escola do Recife, o positivismo e o naturalismo. Parece que tal tendência estava vinculada ao desejo de conferir um teor mais alto à expressão, em diferenciá-la da prosa comum, que deveria pertencer ao domínio da ficção, em dignificá-la, por assim dizer, enobrecê-la para a utilização não pròpriamente literária. E isso estaria ligado, de certo modo, à subestima então votada ao homem de letras, como tal. Distinguindo a expressão daquela que pertencia, especificamente, aos domínios deste, o homem de ciência procurava definir a separação entre os dois. Mas é verdade ainda que a prosa de Euclides traduz a sua personalidade, e seria imprópria como regra — seria incompatível em outra pena. Os seguidores e imitadores comprovaram isso, aliás.

Havia nela, além de tudo, a grandeza, como reforço, como realce intencional do tema, que tem, particularmente na obra mais divulgada de Euclides da Cunha, um tom de libelo, um teor acusatório, que se engrandeceria com a forma atormentada, que ganharia em força, pelo menos em eloqüência, para chegar mais viva e mais poderosa aos ouvidos e aos olhos a que se dirigia. De qualquer modo, o estilo euclidiano, que encontrou ressonância extensa no Brasil e que prejudicou muito os que o adotaram — quando não tinham nem os motivos pessoais e nem os motivos intrínsecos da obra para ajudá-los —, não poderia apresentar-se como norma. Em outro escritor, que não Euclides, seria uma deformação, um empréstimo e, no fim de contas, uma falsidade. No narrador da campanha de Canudos, tinha correspondência com o assunto e com a intenção de verberar o crime cometido contra uma coletividade, mencionado na última página, com a grandeza exùberante da Amazônia, com os temas todos a que Euclides concedeu atenção e que colocou face ao país com a violência desmedida que o caracterizava. Com o passar dos tempos, entretanto, mesmo nesse sentido, a prosa torturada constitui a parte perecível da obra de Euclides, o obstáculo a transpor para os que dela se aproximam.

Em Euclides da Cunha dá-se o caso de uma longa preparação para o trabalho literário. O rascunho não lhe merece nenhuma atenção: a correspondência para o jornal de S. Paulo, que o enviara a Canudos, serve-lhe apenas de apontamentos para o livro definitivo. Prepara-se para escrevê-lo, com rigores, com paciência, com um cuidado acurado, que vai desde as consultas aos que conhecem o meio físico, como a literatura dos mestres do pensamento do tempo, postos nas suas por mãos amigas e espíritos arejados, até o estudo meticuloso da língua, porque anseia por dar à expressão toda a grandeza e toda a veemência que o empolga. As páginas, e principalmente aquelas em que ressalta o teor muitas vezes dúbio da eloqüência, o tom de falsete daquela eloqüência áspera, viriam pontilhadas de expressões científicas, de demasias de linguagem. E é curioso notar que a inverdade da forma corresponde quase sempre a uma inverdade de conteúdo, e por isso mesmo ocorre com muito mais freqüência na parte dedicada ao estudo da terra e do homem, em que acolhe os conceitos e os preconceitos da ciência externa, a única de que se pode valer. O falso da sua botânica, da sua antropologia, da sua sociologia, encontra paralelo, em cada caso no falso de sua linguagem. Quando surgem os acontecimentos, os episódios, as peripécias, o estilo se torna menos tortuoso, e a parte da campanha propriamente é muito mais acessível do que a introdução, de que pretendeu fazer um monumental bloco para servir de base aos fatos vividos. Nas páginas escritas sobre a Amazônia — de que deveria sair um livro que fosse para a terra das águas como *Os Sertões* fora para a terra das secas — o estilo é muito menos complicado e há muito menos a intenção de elaborar o trecho antológico.

Euclides da Cunha alcançou, no seu tempo, a finalidade a que se propunha, com a intenção de engrandecer o tema pelo tratamento que lhe deu. Os leitores se fascinaram bastante com a sua maneira de apresentar o meio e o homem, e os escritores, obedientes à pressão por uma forma lapidar, aceitaram aquele estilo como um modelo. Isso obscureceu muito o conteúdo. que só a pouco e pouco, com o passar dos anos, adquire a sua importância, e é devidamente situado. Porque a importância de Euclides consistiu em conferir grandeza, em dar forma literária, embora aquela que fosse recebida pelo meio, naquele tempo, como suprema realização artística, a uma interpretação nova do Brasil, aquela que coloca em contraste o abandono do sertão, e tudo o que decorre desse abandono, com o enriquecimento do litoral, com as mazelas que esse enriquecimento proporciona. O sentido fundamental do libelo está na valorização do

sertanejo, como do seringueiro depois, esquecido pelos responsáveis, vítima de uma natureza violenta, seja pela abundância das águas, seja pela sua falta, esmagado por um meio físico poderoso, que mais ainda o amesquinha, mas também por um meio social que faz dele um pária. O homem que fundaria um jornal socialista e que se preocuparia sempre com o problema da sociedade, constante e continuamente voltado para o seu país, e vendo-o com uma penetração por vezes inédita, viveria o drama de tentar ajudar, com a sua pena, aqueles abandonados e aqueles esquecidos que estavam trabalhando para fazer do Brasil uma nação. Daí as suas veemências, a sua apaixonada e áspera eloqüência, que lhe vinha de um profundo sentimento patriótico. Nos trabalhos de Euclides da Cunha está sempre presente o Brasil, e justamente aquele Brasil que ele sabia esquecido, abandonado, porque sofria diretamente as conseqüências do que tínhamos de profundamente colonial em nós. Onde residia o atraso maior, realmente, senão no inteiror, em que as condições de vida, de trabalho e de cultura eram mínimas? No litoral, em constante e rápida transformação, proporcionada pelo aparecimento de formas de produção novas, com o esforço industrial, com a vida urbana, com a divisão do trabalho, começavam a surgir condições de progresso, que se difundiam e que introduziam relações sociais correspondentes. No interior predominava, de forma absoluta, o Brasil colonial, atrasado, esquecido, distanciado do progresso, entravado pelas condições da propriedade. Só um homem com os estudos de Euclides, e com a sua paixão pela verdade, poderia transpor para as páginas dos livros, e ainda lhes dar grandeza literária, que era uma forma de engrandecê-las, aquelas mazelas a que jamais ficou insensível. As deficiências de suas interpretações, assim, vinculadas aos instrumentos de análise de que se apropriou e utilizou, desaparecem ante a importância de uma posição que sempre assumiu integralmente, devotadamente. Euclides da Cunha é, em verdade, o iniciador de uma interpretação do Brasil fundada no conhecimento direto e exato da verdadeira situação do homem e da terra. Um iniciador a que a ênfase concede os seus favores e os seus desfavores, em cujas páginas passa sempre um sopro apaixonado de vida, um generoso calor humano, e que têm uma consistência literária perdurável, apesar das tortuosidades do estilo e das impropriedades de alguns conceitos.

Homem da geração de Joaquim Nabuco e de Rui Barbosa, chegando ao fim de sua obra quando Euclides da Cunha começa as suas atividades, Machado de Assis é a grande figura literária do

tempo e a maior que o nosso país conheceu. Vem do romantismo e recebe da escola, na primeira fase de sua obra, os elementos de técnica e de conteúdo. Sua aprendizagem literária atravessa todas as etapas, é longa, minuciosa, ascensional. Ela se entrosa, a rigor, com o desenvolvimento das letras brasileiras, desde os tempos em que, com Paula Brito, o escritor carecia de qualquer importância, vivendo da colaboração em jornais como *A Marmota,* atravessando a fase em que a imprensa adquire alguma estabilidade, com os diários que acolhem os folhetins e em que o homem de letras, fora de seu campo, constitui o pessoal de redação, ao mesmo passo que as revistas destinadas ao mundo feminino, que representava a parte maior do público de leitores, acolhiam as histórias próprias a preencher os ócios das sinhás, até a grande fase de transformação em que o meio é perturbado pelas questões políticas mais sérias, a do elemento servil, a religiosa, a militar, para chegar ao novo regime, cujos primeiros anos denunciam os contrastes a que o meio brasileiro se submete.

A carreira de Machado de Assis, desse modo, acompanha o desenvolvimento econômico, político e social do país, naquela fase em que se esboça a sua fisionomia nacional, em que começam a decair os elementos coloniais e começam a surgir ou a crescer os elementos destinados a dar-lhe uma fisionomia e todas as características de nação. O trabalho literário sofre as conseqüências dessa profunda transformação, e Machado de Assis, como escritor, conhece-lhe todas as etapas. Do ponto de vista individual, por outro lado, ele ascende da camada mais humilde, condenada pela pobreza e pela cor, às fileiras da classe média, em que se integra, por fim, horrorizado de suas origens. Como vem de muito baixo, socialmente, o seu esforço deve ser maior, deve ser o máximo que uma criatura possa realizar, no limite do humano e dentro das condições que o meio oferece. Busca valorizar-se pela ingrata e terrível carreira literária, que não pemite recompensas materiais de importância, que nem mesmo corresponde às exigências da subsistência. Mas que proporciona, numa sociedade escravocrata, o destaque, o enobrecimento, a ascensão, cujo preço é múito alto e não encontra paralelo em título ou em moeda. Como o seu caminho é longo e as restrições são grandes e a literatura é subestimada, deve realizar um esforço desmedido — deve tornar-se um virtuose do seu ofício. Não basta que saiba escrever, que os leitores o aceitem, que distraia os prolongados ócios femininos, que se refugie totalmente em sua arte e, na vida, seja apenas um funcionário desconhe-

cido e modesto. Precisa atingir um nível desmedido, ainda não alcançado, para que o reconheçam. Precisa tornar-se mestre.

Se a sua vida acompanha todo o desenvolvimento de uma das fases mais movimentadas e mais ricas da história brasileira e se, do ponto de vista literário, conhecerá todas as etapas que pode um escritor percorrer naquela fase, vindo da tipografia à Academia — a sua obra refletirá também, com uma clareza e com uma fidelidade absolutas, tudo aquilo que movimentou e que enriqueceu a fase a que assistiu e de que se tornaria uma das grandes testemunhas. Custa a crer, nesse sentido, que o tenham acusado de omisso de esquivo, de demissionário, e que a acusação tenha resistido tanto, pois não houve ainda exemplo de participação tão íntima da literatura com a vida como aquela que, em sua obra, Machado de Assis realizou. E não teria realizado, sem dúvida alguma, se o tivesse feito pela participação exterior, em acontecimentos, em episódios, sendo o escritor abolicionista, como Patrocínio foi o orador, sendo o propagandista da República, como o foi Silva Jardim, sendo o comentador das questões do tempo, como o foram tantas e tantas figuras hoje esquecidas. Muito ao contrário, realizou na sua ficção aquela forma de participar que é específica do artista, e de que a outra é apenas secundária e acessória, não caracterizando, de forma alguma, a posição do artista, quando artista e como artista.

Não há exemplo em nossas letras, realmente, de uma fidelidade tão exemplar à vida como aquela que Machado de Assis realizou com a sua ficção. Realizou-a através das maiores dificuldades e é triste que apenas algumas dessas dificuldades, aquela da origem de classe e de cor, aquela da doença, aquela da humildade, tenham despertado a atenção dos pesquisadores. Porque elas não foram as maiores. Dificuldades muito mais sérias eram as que se vinculavam aos preconceitos do tempo, à resistência do meio à colocação de problemas oriundos da mudança de costumes, à inércia natural das posições e dos prejuízos, tanto mais que a sociedade, embora em mudança, assegurava o primado daquela classe que os guardava desde os primeiros tempos e que lutava contra todos os esforços para neutralizar a sua dominação. Vencer o obstáculo imenso que representava tudo isto, escrevendo para a mulher, conservadora por força de sua posição social, ou para o estudante, recrutado na classe superior, de forma a traduzir a realidade, a mostrar como se vinham transformando as coisas, como passava a ser aceito o que era refugado, como passava a ser estimado o que antes era esquecido ou amesquinhado — foi a tarefa de Machado de Assis, que a

cumpriu com um rigor exemplar de observação e com uma riqueza imensa de tipos e de situações.[43]

Não trouxe a realidade à evidência apenas no que se refere ao individual, como tem parecido a tantos. Quando mostra as relações sociais, tem aquele senso que foi notado pelos que admiraram nele, em relação à mulher, a habilidade em mostrar a personagem "mais nua do que a inteira nudez", porque pôs a mestria muito mais na transposição dos costumes do que na transposição de figuras.[44] Um dos seus críticos notaria que, na obra de Machado de Assis, "umas coisas nascem de outras, enroscam-se, desatam-se, confundem-se, perdem-se e o tempo vai andando sem se perder a si", conforme esclarecia o próprio romancista, e acrescenta: "Eis a técnica do destino — a expressão é dele — eis o processo dos séculos".[45] Processo dos séculos ou técnica do destino, a forma de enredar umas coisas nas outras, que o romancista confessava, revela a agudeza na compreensão do social e do humano, onde nada acontece por acaso e tudo está em ligação com tudo. "A força do hábito — dirá outro — é um dos seus temas prediletos. Com uma satisfação especial, procura tirar do embotamento, da indiferença e do olvido, não só a sua razão necessária, como as virtudes — por assim dizer, o lado positivo de todas as qualidades consideradas negativas. Faz, por exemplo, o elogio da formalidade, da opinião feita, da preguiça, do esquecimento".[46] Mas tudo isso — hábito, formalidade, opinião feita, preguiça, esquecimento — pertence ao social e lhe traz a marca, como aquela "poesia do cediço", também mencionada. "Para alcançar a representação da realidade, entretanto, não aplicou desordenada ou sistematicamente fórmulas e receitas, sempre sensível aos lados vulneráveis das construções teóricas".[47] Não teve necessidade de rotular os seus livros com a expressão em voga, "romance brasileiro", para autenticar as suas origens[48].

Se traiu as suas raízes de classe e de cor, aparentando sempre o domínio da situação a que ascendeu e esquecendo e fazendo esquecer a infância e a adolescência difícil,[49] não se fascinou pelo oposto, não trouxe para o mundo de sua ficção, o mais amplo já apresentado no Brasil, aquilo que estava em cima, na classe dominante, e que constituía o seu apanágio. Foi, muito ao contrário, um colecionador de vulgaridades. Sabia que na vulgaridade está o característico. Nos seus romances, quase nada acontece, são retalhos de situações, ligados por uma análise cuidadosa.[50] Trazem a marca do real, entretanto, e não daquele real que se detém à superfície e que nela se esmera, mas do outro, que se aprofunda, que possui

outra dimensão e que, por isso mesmo, ganha em relevo e surge inteiro aos olhos do leitor.

Sua carreira literária tem duas fases bem nítidas, a primeira, em que é ainda romântico, embora anunciando, aqui e ali, a posse daquelas virtudes que se engrandecerão na segunda. Depois, e com intervalo curto, evolui para uma posição realista inequívoca, embora não ligada à forma de expressão que o realismo assumiu com a escola naturalista, que teve o senso de desprezar.[51] No início, existe nêle uma certa submissão ao gosto comum, obediência literária e obediência de conceitos. Na segunda fase, entretanto, desmentindo mais uma vez a sua propalada omissão, quando se realiza artisticamente, define as suas posições e opina, muitas vezes com veemência. Sua obra, em alguns pontos, toma a feição de um libelo.[52] Espelha a realidade, sem dúvida, mas está claro que a realidade não agrada ao seu sentimento, nada nela o seduz. Aquela sociedade em que triunfou, que o acolheu e lhe permitiu a glória, não a estima, não afina com os seus costumes, sente-lhe a pequenez. Daí ter parecido cético, pessimista, decrente da vida e dos homens. Cético, pessimista, descrente daquela vida, daqueles homens, na verdade. Quando afirma a literatura como "mais do que passatempo e menos do que apostolado", compreende que a arte não se destina a preencher os ócios, como era aceito naquele tempo e em muitos meios, mas tem missão a cumprir e deve ensinar aos homens as coisas da vida, mas tal ensino perderia em vigor e se diluiria na refratariedade se tomasse a forma de apostolado, se denunciasse intenção. Assim, realiza a sua obra, a mais alta já elaborada em nosso país e aquela em que está mais presente o Brasil, numa fase característica de seu desenvolvimento.

Machado de Assis se fizera conhecido principalmente, para o público de então — o que o público posterior confirmou —, como um mestre do conto, da história curta, em que os seus dotes de extrema concisão, de vigorosa economia de estilo, denunciam-se em grandeza insuperada. O gênero começa a despertar atenção e a ganhar leitores, adquirindo a fisionomia própria. Cultivaram-no também Lúcio de Mendonça[53], com uma segurança digna de estima, Domício da Gama[54] e principalmente Artur Azevedo, que lhe deu o movimento, o colorido e as atrações que punha em suas peças teatrais.[55] Mas foi ainda no romance que surgiram e se afirmaram as figuras literárias mais expressivas da fase, entre as quais se destaca a de Raul Pompéia.[56]

O aparecimento, em folhetim da *Gazeta de Notícias*, em 1888, do romance *O Ateneu*, não poderia deixar de constituir uma surpresa. O naturalismo estava em pleno desenvolvimento e, embora tivesse uma vigência curta, exerceu influência poderosa, a que não fugiu o próprio Pompéia. Não fugiu nem mesmo nesse estranho e por vezes fascinante livro de reminiscências, com o seu tom amargo e ao mesmo tempo saudosista de quem se refugia na infância. Realizado com um capricho minucioso, e ainda assim ardente no que exprime e no que sugere, o romance de Pompéia permanece um recanto isolado da ficção brasileira, mesmo consideradas as obras muito posteriores, trabalhadas em outro sentido, e em que os memorialistas se substituem aos ficcionistas. A prosa contida, rigorosa, um tanto caprichada do autor não esconde a intensa vibração de algumas cenas e a grave crise de sensibilidade que constitui o fundo do problema apresentado. *O Ateneu* permanece isolado, em nossas letras. Revelara, entretanto, um escritor de primeira ordem, que os tabalhos anteriores vinham escondendo e que se confirmaria em algumas páginas perdidas na imprensa, cheias de colorido, de vivacidade e de paixão.

Só as condições do tempo explicam, de outro lado, a ressonância extraordinária para o meio que teve a extréia de Graça Aranha com o romance *Canaã* (1902). Tais condições correspondiam à crescente curiosidade pelos problemas brasileiros, já num nível diverso daquele a que o regionalismo se submetia, preocupando-se mais com o homem do que com o ambiente físico, e à fascinação da eloqüência, a fácil admiração da opulência verbal. A primeira afetava ao conteúdo, a segunda à forma. *Canaã* atendia a ambas: focalizava um problema humano, resultante dos contrastes estabelecidos pela imigração, particularmente quando os elementos introduzidos provinham de meio muito diverso, e emoldurava o problema numa linguagem rica, colorida, propositadamente caprichada, destinada a seduzir mais do que o próprio conteúdo. Qualquer que tenha sido o julgamento posterior, o certo é que *Canaã* foi recebido com grandes homenagens e exerceu ponderável influência.[57] Mesmo Veríssimo, rigoroso em seus julgamentos, e quase sempre exato em seus juízos, sofreu da impressão favorável que o romance produziu.[58] Só um equívoco, entretanto, poderia possibilitar a aceitação do livro como socialista, ou mesmo como literatura social, salvo naquilo em que, genericamente, toda atividade, e particularmente a atividade artística, é social pela sua própria natureza. O equívoco prolonga-se quando da classificação

do romance, ora no campo do naturalismo, ora no campo do simbolismo. Concorria para isso a versatilidade do autor, apto a receber todas as influências e a denunciá-las à superfície do que escrevia. *Canaã* era, na verdade, muito menos do que parecia, inclusive no que diz respeito ao teor qualitativo, como literatura. Capaz de sentir epidermicamente as influências, o autor não tinha aptidão para reconstituir o problema a que se atirara. Permaneceu num fácil esquematismo, diluindo o profundo e dramático conteúdo dos quadros que pretendia transpor para a literatura, e ornamentou de tal forma a ficção que terminou por despojá-la quase totalmente de sentido. Os diálogos de que o romance está cheio, de um artificialismo escandaloso, acabam por sufocar toda e qualquer possibilidade de sentir alguém o humano sob a pompa verbal que absorve e domina.

Numa fase tão importante do nosso desenvolvimento literário não poderia faltar a crítica. Ela se enriqueceu sobretudo com o movimento de idéias cujas características esboçamos antes. Sílvio Romero lhe deu um extraordinário impulso, apesar de suas paixões e da deficiência de julgamento que o caracterizou. Estava destinado mais à história do que à crítica, no sentido de uma aplicação metódica, continuada e imediata. O árbitro, nesse sentido, foi realmente José Veríssimo.[59]

Exercendo-a, longamente, Veríssimo lhe deu forma e importância. Tinha as condições pessoais para o mister, a segurança na informação, sempre cauta e honesta, o rigor nos julgamentos, em que poucas vezes falhou, a dedicação ao mister, que lhe permitiu um exercício continuado, e, além de tudo, um equilíbrio exato e polido, capaz de resguardar o crítico das influências e das acomodações. Nesse sentido, Veríssimo foi um exemplo digno de atenção, tanto mais que raro em nosso meio, e levava tão a sério o seu mister que deu margem ao anedotário a respeito. Isso mostra como soube fugir às ingerências estranhas, tão comuns num meio literário de traços ainda suficientemente provincianos, em que a atividade das letras não tinha autonomia e nem oferecia perspectivas materiais dignas de apreço, para que dominassem os critérios pessoais.

Animava-o, além disso, um profundo interesse pela tarefa que acabou por lhe definir a posição em nossa história literária. Esse traço levou-o a uma preparação cuidadosa, que jamais abandonou, e que lhe permitiu acertar de forma excepcional nos julgamentos, ao mesmo tempo que fundamentou a segurança com que discutiu correntes e tendências. Embora não tivesse os recursos que distin-

guiram Sílvio Romero, para situar o fenômeno literário no conjunto do desenvolvimento histórico e social, não deixou de sentir e de focalizar em sua obra as influências do meio. Como trabalho sistemático, a crítica de José Veríssimo foi de grande utilidade em nossas letras e corresponde inteiramente ao movimento que motivou a projeção dos mais importantes autores e obras que nelas figuram.

Os seus estudos constituem, por isso tudo, um dos mais preciosos mananciais de consulta, e guardam uma atualidade e um interesse que lhes assinalam o valor. Embora tenham surgido, naquela fase, trabalhos isolados de importância e o longo labor de Sílvio Romero, a crítica de José Veríssimo é que retrata bem o ambiente das letras brasileiras e representa uma justa avaliação de figuras e de obras. Nela, os erros são raros e diluem-se nas proporções, no comedimento, na parcimônia do paraense, que sabia discriminar as correntes em voga, mostrar-lhes os motivos, as origens e os rumos, sentir a repercussão dos modelos externos e compreender a importância relativa de muito que parecia grandioso aos olhos dos contemporâneos.

Mais profundo em seus conhecimentos, espírito aberto a tudo o que interessava à inteligência e à cultura, João Ribeiro desenvolveu a sua atividade em muitos setores e em todos deixou um pouco da sua marca. Escondendo sob um aparente ceticismo o senso de medida que foi uma de suas características, situou com precisão alguns dos problemas literários mais importantes e discutiu com propriedade e amplo conhecimento os mais variados assuntos. Sua obra, homogênica embora quanto à qualidade, distribuiu-se em muitas frentes. Nela, a crítica, pelo menos do ponto de vista do exercício sistemático, não constitui a parte melhor, a mais durável.[60]

João Ribeiro foi uma das pontes entre a geração que vinha dos fins do século XIX, e que sentira a profunda transformação operada na sociedade e nas letras desde aquela época, e a que, depois do primeiro grande conflito do novo século, daria novos rumos à nossa literatura. Não ancorou definitivamente naquilo que sabia e que estimava. Soube compreender a importância do que vinha próximo e foi um dos poucos que recebeu sem escândalo o modernismo, entendendo a sua contribuição e o que representava pelo menos como sintoma de uma nova fase. Esse entendimento tinha mais importância, na verdade, do que a adesão superficial de escritores como Graça Aranha, e mais consistência.

Entre os que vinham do passado, no caso de um passado recente, e sentiam, mas não compreendiam, a renovação modernista,

destacou-se transitoriamente Ronald de Carvalho, que exerceu a crítica e escreveu a história de nossa literatura, com uma polida e brilhante superficialidade.[61] Começaram no fim da referida fase a aparecer estudos especiais, como o de João Pinto da Silva sobre as letras do Rio Grande do Sul, que denunciavam a generalização e o aprofundamento da crítica no país.[62] E a crítica, sendo uma posição diante do conjunto dos fenômenos da sociedade e do homem, encontraria representantes ainda na história. Entre eles teve destaque Oliveira Viana, que renovou os estudos do passado brasileiro e teve um papel que as restrições de que sua obra é passível não chegam a obscurecer totalmente.[63] Releva notar que, nesse estudioso, havia o estofo de um verdadeiro escritor, fácil, límpido, muito claro na sua exposição. Foi com Alcântara Machado, entretanto, que se fundiram perfeitamente as qualidades do pesquisador do passado e do homem de letras. Crítico, orador, jurista, Alcântara Machado foi um dos escritores mais elegantes da época, ao mesmo tempo correto e claro.[64]

Os aspectos contrastantes do fim da fase foram frisados principalmente na ficção de Lima Barreto.[65] O romancista carioca, apesar de seu desleixo, de suas insuficiências de criador, do abuso do traço caricatural, apresentou uma galeria numerosa, viva, colorida. As figuras de sua ficção foram recrutadas, na maior parte, seja na classe média, seja entre os trabalhadores. São figuras populares, que caracterizam o aspecto urbano, em que a marca local é acentuada. É uma pequena humanidade, humilde, sentimental, obscura, que povoa os subúrbios e lhes dá fisionomia. Na transposição dessa gente é que Lima Barreto realizou o melhor, nisso é que se sentiu à vontade. O traço caricatural volta-se contra os figurões, particularmente os da política, e deforma os perfis, pela intencionalidade e pela natureza mesma da caricatura. A personagem principal, que está no centro de tudo, em torno de que giram as criaturas e em cujo fundo se situam os problemas e as cenas, é a cidade, não apenas a cidade "botafogana" das casas senhoriais, das chácaras, com a sua gente artificializada, mundana, copiando formas de existência cujos originais estão distantes do país, mas a cidade esquecida, suburbana, dos pequenos funcionários, dos cantadores de modinhas, dos militares retirados da ativa, povoando ruas quietas, enchendo os transportes coletivos, buliçosa, bisbilhoteira, amante das festas movimentadas e dos ajuntamentos agitados.

Quando Lima Barreto começou, sob condições muito difíceis, a escrever a sua obra, dominava a literatura o artificialismo verbal,

o arremedo de erudição, o falso apuro fomal que disfarçava a inocuidade. Certo é que encontrou em si mesmo obstáculos importantes: era humilde, era doente, era homem de cor. A crítica, e até mesmo a análise biográfica, tem permanecido amarrada, pelas suas notórias insuficiências, e pelo seu desinteresse em ir às verdadeiras razões, aos aspectos pessoais, ao que foi individual no romancista carioca, pretendendo demonstrar, com virtuosismo algumas vezes, que a sua maneira de colocar as criaturas e os problemas derivava de tudo o que, nele, era ressentimento. A verdade é muito diversa, entretanto. Lima Barreto realizou, e nisso está precisamente o seu mérito, nisso é que domina as suas insuficiências, uma crítica social muito viva, muito profunda, mostrando, em sua ficção, as injustiças da sociedade, o que era falso nela, o que era postiço, artificial, o que a deformava. Não procedeu assim porque fosse mulato, doente, pobre e sentisse a necessidade de vingar-se das injustiças feitas ao seu talento. Procedeu assim porque compreendeu cedo, e o ângulo pessoal apenas ajudou essa compreensão, as anomalias de um conjunto em que a sociedade denunciava a sua transformação, quando repontavam visíveis sinais de mudança. Sentiu a presença do que era novo, com a sua apurada e aguda percepção, antes que os outros sentissem.

A forma de atuar e de participar, através do trabalho literário, levou-o a demasias, a erros de visão, a deformações, sem dúvida. O seu traço é por vezes carregado, fortemente intencional, sarcástico e virulento. Não é quando se realiza melhor, não é quando deixa a marca de sua capacidade para fixar o real e o humano. A caricatura do político apenas apegado aos seus interesses, do jornalista que explora o escândalo, do escritor que vive à margem da vida, é a parte perecível de sua obra, aquela de menos consistência, quando não alcança os fins de tipificar a realidade. Alcança estes fins quando se despreocupa e transpõe para a ficção o seu pequeno mundo, tudo aquilo a que assistia e conhecia e amava. As suas figuras mais vivas não são, por isso mesmo, as que viviam no mundo real e que ele apenas levou para as páginas dos romances, trocando os nomes. São as outras, as secundárias, as humildes, aquelas que fez viver, naqueles romances, como elementos típicos de uma paisagem humana em que, individualmente, tinham reduzida representação e importância. E, no conjunto, a cidade, com os seus dramas, alguns profundos, outros apenas grotescos, gigantesco palco em que as criaturas mais diversas eram vizinhas quando, na realidade, estavam separadas por distâncias enormes.

Numa obra desigual, pontilhada de graves defeitos, realizada com deficiências insanáveis, descuidada na forma, por vezes desconexa, Lima Barreto situou precisamente, no quadro em que era possível situar, os contrastes de uma sociedade em fase de mudança. A sua presença, tão simplesmente, era já um sinal dessa mudança. O mundo literário do tempo não o aceitou. Considerava-o um marginal das letras, sem qualquer importância. Mas a recusa não se fundamentou no fato de que fosse ele pobre, mulato, doente. Tais características pertenciam também a outros, inclusive a Machado de Assis. Não o aceitou porque, exteriormente, tanto quanto interiormente, Lima Barreto era um inconformado, um homem que não adorava os deuses dominantes, não tinha a convicção dominante, não acreditava nas verdades do acessório; descobriu e sentiu o que nele era, realmente, uma ameaça, um sentido novo, um caminho diferente. Ora, isso é que tem importância em Lima Barreto. O novo, naquele momento, apresentado de maneira áspera, violenta, descomedida, como Lima Barreto apresentava, chocava, surpreendia e provocava o revide do esquecimento, da omissão, da obscuridade, a que o romancista tanto se prestava pela ausência de condições pessoais para vencer obstáculos dessa natureza. Havia muito de velho ainda, obstruindo os caminhos, dificultando o desenvolvimento literário.[68] Não tardaria, entretanto, a primeira manifestação de mudança apta a abrir perspectivas para uma transformação que não poderia demorar.

NOTAS AO CAPÍTULO 14

1 Heráclito de Alencastro Pereira Graça (1836-1914) nasceu na província do Ceará e, formado em Direito, exerceu a advocacia, distinguindo-se entretanto como filólogo.

2 Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) nasceu em Itaparica, província da Bahia, onde se formou em Medicina, tornando-se conhecido como educador e filólogo. Com o seu trabalho *Origem e Filiação da Língua Portuguesa* (1871) afirmou a reputação que o colocaria em destaque no seu tempo. Encarregado pelo Ministro J. J. Seabra de fazer, em prazo curto, a correção gramatical do projeto do Código Civil, realizou um trabalho exaustivo que recebeu as mais fortes censuras de Rui Barbosa, seu antigo discípulo. Retornando ao assunto, com as *Ligeiras Observações Sobre as Emendas do Dr. Rui Barbosa Feitas à Redação do Projeto do Código Civil* (1902), mereceu de Rui o monumental revide da *Réplica*, a que responderia com *A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa* (1905). A polêmica, que motivou um grande interesse pelos estudos filológicos, caracterizando um dos aspectos

mais interessantes do tipo de erudição apreciado na época, representa, pelos trabalhos que proporcionou, não só uma fonte excelente de estudo da língua como um documento peculiar ao tempo.

3 Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) nasceu em Rio Pardo, província do Rio Grande do Sul. Notabilizou-se como erudito e educador.

4 Francisco Marcondes Homem de Melo (1837-1918) nasceu em Pindamonhangaba, província de S. Paulo. Distinguiu-se como historiador e geógrafo.

5 José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco (1845-1912), nasceu no Rio de Janeiro. Político e estadista, distinguiu-se como historiador, e principalmente como geógrafo pelos trabalhos que elaborou para defesa dos interesses do Brasil nas questões de limites.

6 Alberto Rangel, que preferimos situar como regionalista, e em cujo campo exerceu realmente grande influência, com o seu livro sobre a Amazônia, *Inferno Verde*, foi historiador e pesquisador de mérito.

7 José Carlos do Patrocínio (1854-1905) nasceu em Campos, província do Rio de Janeiro. Formado em Farmácia, escolheu o jornalismo como profissão, ganhando notoriedade como orador político, particularmente na campanha abolicionista. Deixou alguns romances, hoje esquecidos.

8 Carlos Maximiano Pimenta de Laet (1847-1927) nasceu no Rio de Janeiro. Jornalista, com uma atividade política apaixonada e intensa, em favor da monarquia, caracterizou-se particularmente pelos seus dotes de polemista.

9 Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921) nasceu em Serro, Província de Minas Gerais. Formou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde viria a ser mestre. Grande figura das letras jurídicas e do ensino do Direito, foi um cultor seguro dos temas literários.

10 Lafaiete Rodrigues Pereira (1837-1917) nasceu em Queluz, província de Minas Gerais. Jurista, político e escritor, ficou mais conhecido, no terreno literário, pela crítica a Sílvio Romero, em defesa de Machado de Assis, com os artigos reunidos no volume *Vindiciæ* (1898).

11 João Carneiro de Sousa Bandeira (1865-1917) nasceu em Recife, em cuja Faculdade de Direito se bacharelou. Deixou trabalhos literários hoje esquecidos.

12 Raimundo de Farias Brito (1864-1917) nasceu em S. Benedito, província do Ceará. A publicação de *Finalidade do Mundo*, iniciada em 1895, colocou-o em evidência no campo da filosofia. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, foi professor de Lógica e continuou os seus trabalhos filosóficos, bastante discutidos e que os simbolistas tomaram como ligados ao seu movimento.

13 Quintino Bocaiúva (1836-1912) nasceu no Rio de Janeiro. Jornalista, dramaturgo e político, teve papel preponderante na proclamação da

República e nos seus primeiros anos. Exerceu a crítica literária, publicando, em 1858 e 1859, os dois volumes de seus *Ensaios Críticos e Literários*.

14 José Joaquim de Campos Medeiros e Albuquerque (1867-1934) nasceu em Recife, província de Pernambuco. Jornalista, ensaísta, vulgarizador, ficcionista, poeta e crítico, teve uma longa e variada atividade literária cuja importância vai desaparecendo com a passagem do tempo, embora tenha exercido grande influência quando vivo.

15 Alfredo Pujol (1865-1930) nasceu em S. João Marcos, província do Rio de Janeiro. Advogado, político e ensaísta, ficou mais conhecido pelas conferências sobre Machado de Assis, que reuniu em livro, em 1917.

16 Laudelino Freire (1873-1937) nasceu em Lagarto, província de Sergipe. Teve uma longa e variada atividade literária, distinguindo-se como filólogo, crítico, antologista e dicionarista.

17 Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927) nasceu em Pati do Alferes, província do Rio de Janeiro. Poeta, professor e crítico, caracterizou-se pelo rigor gramatical de suas restrições no noticiário de livros que fez longo tempo na imprensa, desembocando algumas vezes em polêmicas.

18 Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901) nasceu em S. Paulo. Distinguiu-se por atividade política, no fim da monarquia e início da República, de cuja fase são os seus dois estudos, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1890) e *A Ilusão Americana*, cuja primeira edição, de 1895, foi confiscada pelo governo. Nos quatro volumes das *Coletâneas* estão os seus estudos históricos e literários. Dele escreveu, com muita razão, José Veríssimo: "De formação, de índole, de sociabilidade, mais um europeu que um brasileiro. Nem era isso privilégio seu. Crescido número dos nossos intelectuais o compartilham com ele." Para definir ainda melhor: "Na literatura brasileira, Eduardo Prado tem duas singularidades: ser um dos poucos senão o único homem rico e certamente o de mais valor que aqui se deu, sequer como diletante, às letras, e ser talvez em a nossa literatura o único escritor reacionário. Refiro-me a escritor e não a políticos que ocasionalmente tenham escrito, nem a jornalistas, cuja obra efêmera não considero aqui." Tais juízos estão na *História da Literatura Brasileira*.

19 José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) nasceu em Morretes, província do Paraná. Escritor e historiador, distinguiu-se particularmente na segunda qualidade, com a sua *História do Brasil*, em dez volumes (1905), arrimada em copiosa informação.

20 Alexandre José de Melo Morais Filho (1843-1919) nasceu na Bahia, onde fez os primeiros estudos, destinando-se ao sacerdócio, que abandonou para formar-se em Medicina na Bélgica. Cronista, memoria-

lista e poeta, escreveu um *Curso de Literatura Brasileira* (1902) e organizou várias antologias.

21 AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO JÚNIOR (1860-1938) nasceu em Ouro Preto, província de Minas Gerais. Poeta realista, esteve entre os iniciadores do parnasianismo. Teve atividade política, que abandonou com a República. Historiador, memorialista e ensaísta, ficou mais conhecido como autor do livro *Por que me Ufano do Meu País* (1900) que caracteriza a posição apologética sem aprofundamento da realidade brasileira.

22 MANUEL DE OLIVEIRA LIMA (1867-1928) nasceu em Recife, província de Pernambuco. Diplomata e historiador, deixou obra extensa, em que merecem destaque o estudo sobre *Dom João VI* (1909), *Aspectos da Literatura Colonial* (1896) e as *Memórias* (1938), livro curioso para o conhecimento das figuras do tempo, inclusive a do autor.

23 PAULO DA SILVA PRADO (1869-1943) nasceu em S. Paulo. Historiador de mérito, deixou em *Paulística* (1925) a marca de sua capacidade para o gênero. Com *Retrato do Brasil* (1928), livro pessimista, em que aponta o romantismo como um dos males brasileiros, tentou uma interpretação da formação nacional cuja transparente falsidade não lhe impediu o sucesso.

24 ANTÔNIO DE MACEDO COSTA (1830-1891) nasceu em Maragogipe, província da Bahia. Bispo do Pará, foi uma das figuras centrais da Questão Religiosa. Polemista e orador sacro, deixou documentada a sua participação na questão referida em *Direito Contra Direito* (1874).

25 RUI BARBOSA (1849-1923) nasceu em Salvador, capital da província da Bahia, onde fez os primeiros estudos. Jurisconsulto e político, sua figura enche os episódios do fim do Império e da primeira República. Cultor do Direito, orador famoso, escritor opulento e rigoroso na correção, seguiu as normas do tempo, na erudição, no apuro da forma e na eloqüência de que buscou revestir tudo o que realizou com a palavra. Num estudo feliz, San Tiago Dantas definiu bem o caso de Rui no quadro brasileiro: "Desde logo é em torno dele que se cria o culto social, bastante significativo, do *homem inteligente*. O apreço exagerado pela inteligência, elevada ao primeiro grau na hierarquia dos valores, é característico dos povos ou das classes em luta contra as resistências de um meio social já consolidado. Não ocorre no seio das aristocracias; não ocorre na grande burguesia, nas gerações posteriores à sua estabilização; e é curioso observar que não ocorre no proletariado, cuja ascensão depende de outros recursos de luta. Ocorre, porém, nas burguesias nascentes, onde a inteligência é o meio por excelência de vencer, o valor a que se rendem eventualmente todos os outros e que não consolida privilégios.

"À legenda um pouco ingênua do *homem mais inteligente do país*, soma-se neste herói da burguesia o sortilégio da *grandeza do homem pequeno*. É fácil imaginar o poder emocional deste contraste entre uma pequenez natural e a grandeza da capacidade, que a supera; como que se exprime ali, no destino de um só homem, o que uma classe em ascensão e luta, pensa e espera de si.

"Todos os dons reais ou imaginários, que se reconheceram ou que se atribuíram a Rui Barbosa — seu saber, supostamente enciclopédico, seu preparo de poliglota, sua capacidade de trabalho, seus esforços mentais sem proporção com seu físico, seu gênio verbal desmedido — carregariam de uma energia emocional indestrutível o vínculo que o prenderia à sociedade de que estava fadado a ser o ideal.

"A isso acrescentemos a coincidência de sua vida e personalidade com os padrões preferidos da classe que nele se veio a reconhecer e simbolizar. A vida de Rui Barbosa foi um repertório dessas virtudes, circunstâncias e episódios que exornam o ideal ético da classe média, e que constituem uma das forças profundas de que se alimenta sua fecunda trajetória social: não teve os favores e as facilidades da existência dos filhos das classes privilegiadas; foi um produto do seu trabalho e do seu merecimento; como filho, deu testemunho de uma *pietas* exemplar; foi um homem de cuja vida amorosa não veio escândalo, e que ofereceu à sociedade o exemplo da felicidade e do decoro no casamento; como intelectual, é espantoso o grau de identificação de suas idéias gerais com o pensar mais corrente e aplaudido na sua época; na sua obra, sem juízos extravagantes, reflexões inacessíveis ou caminhos perigosos, passeia-se como num tranqüilo e policiado campo aberto; aquela inteligência, de que todos reconhecem o soberano poder de expressão, de demonstração e de polêmica, não tem momentos de dúvida ou recantos de mistério; os sentimentos que confessa, as descrições que nos oferece do seu próprio ser moral, são sempre bem pensantes, edificantes e exemplares." Para diagnosticar da seguinte maneira o fracasso político de Rui Barbosa: "Todas as vicissitudes do seu destino estiveram ligadas aos problemas vitais da classe que melhor representava o povo como coletividade política operante, e que ele encarnava. É compreensível, pois, que a volta dos fazendeiros ao poder lhe houvesse fechado as portas do governo, a que aspirava. A classe média não tinha consistência que lhe assegurasse a conquista do poder." Tais juízos estão no trabalho *Dois Momentos de Rui Barbosa*.

26 FÉLIX PACHECO (1879-1935) nasceu em Teresina, capital da província do Piauí. Poeta e jornalista, distinguiu-se também na atividade política.

27 ANTÔNIO VALENTIM DA COSTA MAGALHÃES (1859-1903) nasceu no Rio de Janeiro. Teve uma vida literária intensa, que deixou impressão muito superior ao que podia aspirar a sua obra. Poeta, jornalista, dramaturgo e ficcionista, o seu romance *Flor de Sangue* (1897) é um dos exemplos do naturalismo de segunda ordem que se manifestou em diversos centros literários.

28 Luís Gonzaga Duque Estrada (1863-1911) nasceu no Rio de Janeiro. Crítico de arte, foi uma figura exponencial do simbolismo, a cuja prosa pertence o romance *Mocidade Morta* (1899) de alguma repercussão no princípio do século.

29 Elísio de Carvalho (1880-1925) nasceu em Penedo, província de Alagoas. Ensaísta, tradutor e crítico, chamou a atenção dos brasileiros para a obra de Oscar Wilde, exercendo ponderável influência com os seus trabalhos sobre literatura: *As Modernas Correntes Estéticas* (1907), *Bárbaros e Europeus* (1909) e *Lauréis Insignes* (1924), e ainda com as suas interpretações históricas e sociais: *Esplendor e Decadência da Sociedade Brasileira* (1911), *A Realidade Brasileira* (1922) e *Os Bastiões da Nacionalidade* (1922).

30 Constâncio Alves (1862-1933) nasceu na Bahia. Jornalista por longos anos, exerceu uma tarefa de crítica que não teve o destaque que merecia, ficando, em parte, recolhida ao volume das *Figuras* (1922).

31 Nestor Vitor dos Santos (1868-1932) nasceu em Paranaguá, província do Paraná. Crítico do simbolismo, os seus livros *A Crítica de Ontem* (1919), *Cartas à Gente Nova* (1924) e *Os de Hoje* (1938), publicação póstuma, refletem a posição impressionista e a devoção pessoal às figuras da escola a que obedecia.

32 Salvador Menezes Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913) nasceu em Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Jornalista e diplomata, deixou também poesias e romances, além de numerosas traduções.

33 Vicente Licínio Cardoso (1881-1946) formou-se em Engenharia e tornou-se conhecido pelos seus estudos históricos e geográficos, além dos literários.

34 Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917) nasceu em Porto das Caixas, província do Rio de Janeiro. Político e jornalista, exerceu grande influência com as formulações e interpretações políticas de seus livros *O Problema Nacional Brasileiro* (1914) e *Organização Nacional* (1914).

35 Antônio dos Santos Torres (1885-1934) nasceu em Diamantina, província de Minas Gerais. Jornalista inclinado à polêmica, agressivo e ferino, exerceu papel de destaque na capital da República e teve felizes lampejos críticos. Suas crônicas, reunidas nos volumes *Verdades Indiscretas* (1920), *Pasquinadas Cariocas* (1921) e *Prós e Contras* (1922), tiveram grande repercussão. Menor foi a do seu trabalho histórico *As Razões da Inconfidência* (1925), carregado de furiosa lusofobia. Gastão Cruls reuniu-lhe parte da correspondência.

36 João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto (1881-1921) nasceu no Rio de Janeiro. Jornalista de invulgares dotes, que reformou a fisionomia da imprensa, arejando-a e movimentando-a, foi ainda cronista ágil e sagaz, sabendo apanhar o traço característico das figuras e das cenas, e contista de mérito.

37 Tomás Lopes (1879-1913) nasceu em Fortaleza, capital da província do Ceará. Poeta e diplomata, distinguiu-se particularmente como ficcionista. Sua obra caiu em total esquecimento.

38 Manuel Ferreira Garcia Redondo (1854-1916) nasceu no Rio de Janeiro mas exerceu sua atividade literária principalmente em S. Paulo, e em particular no teatro.

39 Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) nasceu no Rio de Janeiro. Romancista que teve destaque nos dois primeiros decênios do século, escrevendo particularmente para o público feminino.

40 Henrique Maximiniano Coelho Neto (1864-1934) nasceu em Caxias, província do Maranhão. Teve uma longa e intensa atividade literária, na ficção, no teatro, em conferências e na imprensa. Conheceu em vida a glória possível em nosso meio, pois as letras levaram-no à Câmara, à Academia e foi até proposto para o Prêmio Nobel. A isto se contrapôs o reverso: o modernismo fez dele o tipo de tudo o que vinha combater, e Coelho Neto aceitou a questão nesses termos. De sua extensa obra salvam-se dois ou três romances, como *Miragem* (1895), *A Conquista* (1899) e talvez *Rei Negro* (1914).

41 Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) nasceu em Recife e iniciou a sua educação na Bahia. Formado em Direito, iniciou atividade política que teve o seu grande momento com a campanha abolicionista. Monarquista, o novo regime chamou-o ao serviço e Nabuco veio a falecer em Washington, no esplendor de sua carreira. Escritor correto, claro e fluente, deixou algumas das mais importantes obras de nossa literatura, cujo fundo histórico e biográfico não perturbou a realização artística. *Um Estadista do Império* (1899), *Minha Formação* (1900) e *Escritos e Discursos Literários* (1901) reúnem sua produção como homem de letras. Suas obras completas foram publicadas, de 1947 a 1949, quando se comemorou o centenário de seu nascimento.

42 Euclides Rodrigues da Cunha (1866-1909) nasceu em Santa Rita do Rio Negro, província do Rio de Janeiro. Destinado à carreira das armas, abandonou-a, com um gesto de rebeldia, animado pelos seus sentimentos republicanos. Com o advento do novo regime, retornou às fileiras, que viria a deixar, pouco depois, pela engenharia. Enviado a Canudos, por um jornal de S. Paulo, fez a reportagem da campanha que transformaria, posteriormente, em sua obra de estréia, *Os Sertões* (1902), escrita em S. José do Rio Pardo, onde dirigia a construção de uma ponte. Tal estréia firmou, desde logo, o seu nome, projetando-o em todo o país. Geógrafo, historiador, ensaísta, articulista, Euclides da Cunha teve uma intensa atividade intelectual de que alguns elementos estão em seus livros *Contrastes e Confrontos* (1907) e *À Margem da História* (1909). Interessou-se profundamente pelos novos movimentos de idéias, pela transformação social em processo na Europa e, particularmente, por tudo o que dizia respeito ao seu país, a cujo serviço e a cujo estudo se devotou

apaixonadamente. Foi assassinado, num dramático lance de família, deixando uma obra perdurável, que elaborou em pouco mais de um lustro de trabalho.

43 Joaquim Mária Machado de Assis (1839-1908) nasceu no Rio de Janeiro, filho de operário, homem de cor, ficando órfão muito cedo mas encontrando amparo na madrasta, que o encaminhou numa educação difícil, de que só teve o início, pois foi obrigado a trabalhar desde a adolescência. Ingressando como tipógrafo na Imprensa Nacional, aos dezessete anos, foi revisor na oficina de Paula Brito e no *Correio Mercantil*. Começou a escrever na *Marmota*, ingressando, em 1860, no *Diário do Rio de Janeiro*. Galgou todos os degraus do funcionalismo público, falecendo como diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação. Estreou como poeta, escreveu peças teatrais, fez crítica literária e crônica, mas ganhou renome particularmente com os seus trabalhos de ficção, os contos, quase sempre escritos em revistas destinadas ao público feminino, e os romances, desde *Helena* (1872) até *Iaiá Garcia* (1878), que assinala o fim da primeira fase, predominantemente romântica, de sua ficção, continuando com as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), que inicia a segunda fase, encerrada com o *Memorial de Aires* (1908). Suas obras completas foram editadas, em 31 volumes, pela casa Jackson, aparecendo, depois, muitos inéditos devidos às pesquisas de Lúcia Miguel Pereira, J. Galante de Souza e Raimundo Magalhães Júnior.

44 Augusto Meyer, *À Sombra da Estante*, Rio, 1947, pág. 44.

45 Alcides Maiâ, *Machado de Assis*, Rio, 1912, pág. 51.

46 Augusto Meyer, *op. cit.*, pág. 70.

47 Augusto Meyer, *op. cit.*, pág. 77.

48 A acusação de omisso, feita a Machado de Assis, caiu francamente na desmoralização. Mas a verdade é que o problema começou a ser tratado objetivamente quando dele se ocupou Astrojildo Pereira, cuja análise foi aceita por Lúcia Miguel Pereira. "Já se tem dito e repetido bastante — e com razão evidente — que Machado de Assis é o mais universal dos nossos escritores, esclarece Astrojildo Pereira; estou que falta acentuar com igual insistência que ele é também o mais nacional, o mais brasileiro de todos. Eu acrescentaria, sem querer fazer jogo de palavras, que uma qualidade resulta precisamente da outra: que ele é tanto mais nacional quanto mais universal e tanto mais universal quanto mais nacional. Outros escritores terão mostrado mais paisagem brasileira; nenhum mostrou mais profundamente o homem brasileiro. Na sua obra, melhor do que em qualquer outra, encontramos uma imagem de conjunto mais expressiva do fenômeno brasileiro normal, isto é, da gente e da terra em suas manifestações normais, cotidianas, correntes. O seu regionalismo carioca não o limita, pelo contrário: porque a capital do país sempre foi o ponto de convergência, a súmula, o índice de todo o país." (Astrojildo Pereira, *Interpretações*, Rio, 1944, pág. 15.) Mais adiante: "Eu diria

então que tais e tais passagens das obras de Machado de Assis acrescentam os direitos incontestáveis que os seus livros possuem, de ocupar um lugar adequado em qualquer biblioteca onde pontifiquem os tomos da veneranda revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro." (Idem, pág. 44.)

Lúcia Miguel Pereira retomou o assunto, afirmando: "Não seriam os escritores que assim entenderam o romance, mais brasileiros do que Machado de Assis pela formação intelectual, que aqui, mais rasteira ou mais alta, sempre veio da Europa; o que deles o distanciou, entretanto, não foi apenas o maior ou menor valor, mas a direção, o alvo a atingir; o adjetivo *brasileiro*, limitador, caiu ou passou a segundo plano, permitindo que o substantivo *homem* se revestisse afinal, pela primeira vez em nossa literatura, de toda a sua significação. Não que os pormenores locais fossem inteiramente desprezados; estão ao contrário admiravelmente anotados em sua obra, pela qual se pode em boa parte reconstituir a sociedade oitocentista em alguns dos seus aspectos mais característicos; mas porque já não representavam o objeto principal, surgindo tão-somente como complemento das personagens — e talvez por isso, por estarem no devido lugar, mais verdadeiros e sugestivos. As criaturas, consideradas em sua essência humana, absorviam agora todo o interesse." (Lúcia Miguel Pereira, *História da Literatura Brasileira*, XII, *Prosa de Ficção (De 1870 a 1920)*, 2.ª edição, Rio, 1957, pág. 62.) Mais adiante: "Nessa posição assumida por Machado de Assis se reflete mais nitidamente a situação do Brasil de então do que no brasileirismo dos outros escritores. Afirmação só na aparência paradoxal porque, precisamente por possuir o que chamou de instinto de nacionalidade, é que não se sentia obrigado a estar a todo momento procurando os traços específicos de seus patrícios, e sobretudo procurando-os em exteriorizações." (Pág. 67.) Para completar depois: "Apreciar o indivíduo, concomitantemente, em face do universo e da pequena sociedade a que pertencia — foi dos seus maiores dons. Ao mesmo passo que sonda as paixões comuns aos homens de todas as latitudes, fixa os hábitos peculiares de uma região. Assim é que foi o romancista do Segundo Reinado, evocando costumes familiares, e o romancista que desceu nas análises psicológicas até as zonas profundas em que se irmanam todas as criaturas. Representou, sob certos aspectos e em menor escala, para o Brasil de sua época, algo de semelhante ao papel de Balzac para a França da primeira metade do século passado: mostrou como as condições especiais da sociedade que aqui se formou no Império repercutiram sobre os elementos constitutivos da personalidade. Nas suas matronas e damas elegantes, nos seus homens ambiciosos, libertinos de corpo ou de espírito, nos seus agregados e parasitas de casas ricas, há um traço comum: a preocupação do decôro, da respeitabilidade, que foi de fato uma das características imprimidas à nossa gente pelo reinado de D. Pedro II." (Pág. 75).

49 "Ínfimo proletário de origem, moleque de morro, operário de profissão, fez-se pelas próprias mãos o maior escritor brasileiro. Tímido até o excesso, pacato e comedido, ele era, no entanto, um autêntico homem forte, no melhor sentido do termo: tendo em si essa força que faltava a um dos seus personagens — 'a força indispensável a todo homem que põe a mira acima do estado em que nasceu'." (Astrojildo Pereira, *op. cit.*, pág. 13).

50 "Evidentemente, a obra de Machado de Assis nada possui de panorâmico, de cíclico, de épico. Não há nela nenhuma exterioridade de natureza documentária, nenhum sistema rapsódico ou folclórico, nenhum plano objetivo elaborado de antemão. Os seus contos e romances não abrigam heróis extraordinários, nem fixam ações grandiosas e excepcionais. Eles são construídos com o material humano mais comum e ordinário, com as miudezas e o terra-a-terra da vida vulgar de todos os dias." (Astrojildo Pereira, *op. cit.*, pág. 18.) Lúcia Miguel Pereira faz a mesma observação: "Resumidos, os seus romances parecem cediços: as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* narram a vida de um homem que tudo tentou e nada realizou; em *Quincas Borba*, só a loucura salva Rubião do destino vulgar do vaidoso rico, explorado pelos que o cercam; *Dom Casmurro* pode ser interpretado como um episódio vulgar de adultério; em *Esaú e Jacó* há de interessante apenas o estudo da rivalidade dos gêmeos; o *Memorial de Aires* tem a monotonia da felicidade e do cotidianismo. Em derredor das figuras principais, movem-se os parentes, os serviçais, as relações, gente comum, gente de destino medíocre. Tudo é simples, natural, extraído da vida tal como decorria nos casarões do Rio imperial, cercados de chácaras, abrigando, além dos donos, numerosos aderentes e escravos, e por isso a um tempo retirados e barulhentos." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 77.) Mais adiante, acrescenta algumas notas curiosas: "Ascendendo, ainda jovem mas já inteiramente lúcido, à mais alta classe de seu país, que viu nela? Uma burguesia que se dava ares aristocráticos, que defendia ciosamente os seus privilégios, que se apregoava cristã e repousava sobre a escravidão, cujo prestígio provinha sobretudo do dinheiro, cujos ócios engendravam a futilidade, onde o adultério era freqüentemente uma espécie de válvula de segurança do casamento. Por isso as suas criaturas são acima de tudo ciosas da opinião alheia, possuem muito nítido o sentimento da hierarquia social, prezam mais a prática do que o espírito da religião, são muito comumente avaras, demonstram um grande vazio interior, amam quase sempre fora do casamento. Sem dúvida, nem tudo era assim mesquinho, houve aspectos lisonjeiros na sociedade de então, os quais, todavia, justamente por corresponderem mais ou menos ao conceito em que se tinha, não feriam a atenção. O que sobretudo parece ter atraído Machado de Assis foi o contraste entre a substância e a aparência, entre os móveis e as ações." (Pág. 98).

51 A divisão da obra de Machado de Assis em duas fases é hoje ponto pacífico da crítica e da história literária. Não o é o motivo de mudança acentuada, num prazo curto, entretanto. A tal respeito, as hipóteses mais discutidas têm sido, ora a de um repouso forçado, quando o romancista se dedicou a leituras demoradas que teriam influenciado a mudança; ora a de um encontro consigo mesmo, por assim dizer, quando abandona, quase totalmente, as restrições que a si próprio se impunha, exercendo uma crítica profunda à sociedade do seu tempo. É a idéia que tem a propósito do problema, por exemplo, o crítico norte-americano Benjamim Mather Woobridge Jr., professor de Português da Universidade da Califórnia, cuja tese de doutoramento versou sobre a figura de Machado de Assis. Diz Woobridge Jr.: "Cedo me convenci que é preciso, para compreender Machado, diferençar o homem do escritor. Joaquim Nabuco, José Veríssimo e Mário de Alencar, que o conheceram pessoalmente, já faziam essa distinção. O exame da nova edição de Machado sugeriu-me que a obra escrita poderia, só por si, servir de base para igual contraste. Pareceu-me legítimo tomar como documento sobre o homem toda aquela parte dos escritos cujos fins não fossem essencialmente artísticos, em particular as crônicas. São peças todas compostas para o público do momento; por essa razão o autor se sentia mais à vontade, sabendo que a crônica seria jogada na cesta logo depois de lida. Acrescente-se que a maior parte desses escritos apareceu sob pseudônimos; sendo poucos os conhecedores do segredo, o cronista podia falar sem a preocupação de aparecer de casaca perante o público. Por outro lado, as poesias, os contos e os romances, onde o autor assumia uma atitude de literato consciente, me forneceram depoimentos sobre o artista. Claro está que tal distinção entre o homem e o escritor não pode ser absoluta, pois nas crônicas Machado se revelou autor cada vez mais preocupado com o estilo, e não há negar que na obra artística entraram elementos pessoais. *Grosso modo*, porém, o método me parece válido.

"Ora até 1879 a nota dominante das crônicas difere radicalmente do tom das obras literárias; daí em diante o romancista falou a mesma linguagem do cronista. Nesse encontro do artista com o homem está, a meu ver, a chave do desenvolvimento artístico de Machado de Assis." (Benjamim Mather Woobridge Jr., "Machado de Assis, O Encontro do Artista com o Homem", *in Província de São Pedro*, n.º 18, Porto Alegre, 1953.) Mais adiante: "É, porém, numa poesia publicada em 1879 na *Revista Brasileira*, onde traz a data de 1878, que o artista se fundiu com o homem: no soneto "Círculo Vicioso" o artista exprimiu enfim os pensamentos do homem. Daí por diante, abandonando uma tradição literária que não lhe correspondia ao temperamento, Machado seguiu na arte o rumo já aberto havia tantos anos na crônica: falou por si mesmo e por ninguém mais. É porque o artista acabara encontrando o caminho certo que depois de 1879 Machado escreveu as obras-primas que hoje deliciam seus leitores."

A outra hipótese foi levantada por Lúcia Miguel Pereira: "A imensa diferença entre *Iaiá Garcia*, a última e melhor novela da primeira fase, e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* talvez se deva a dois fatores que, conjugados, levaram Machado de Assis a tornar-se abertamente quem obscuramente já era: o longo retiro a que o obrigou uma doença e os contactos seguidos com os autores que tanto o impressionariam. A solidão não pode deixar de ter amadurecido esse analista que pela primeira vez nela se encerrava, tornadas tanto mais profundas as meditações quanto julgara aproximar-se da morte. E é muito plausível que a longa convalescença lhe permitisse grandes leituras, que atuariam como um reativo sobre seu espírito, aguçando-o, libertando-o de entraves, despertando muita coisa adormecida, provocando idéias novas e obrigando à revisão das antigas." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 70 e 71).

52 "Daí em diante, até a velhice, até a morte, não transigirá mais, só dirá o que sente." (Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pág. 72.) E Astrojildo Pereira confirma: "Evidencia-se aí não apenas a opinião de um personagem, porém o próprio ponto de vista moral do autor. E era deste ponto de vista que ele condenava, com veemência então, as uniões conjugais de interesse, quando, por exemplo, se referia a um de tais casamentos: "Nem mais nem menos tratava-se de um desses mercados a que, por cortesia, se chama — casamento de conveniência — dois vocábulos inimigos que a civilização aliou.' Ou quando, não mais com a veemência anterior, mas com uma dose de *humor* já bem ao tom da sua maneira definitiva, observava, em outro conto, que entre os parentes da jovem Mafalda 'havia um primo, pálido, esguio e magro, que nutria em relação a Mafalda uma paixão correspondida pelo pai'." (Astrojildo Pereira, *op. cit.*, pág. 21.) Em nota de pé de página, Astrojildo Pereira frisa ainda: "Fora das suas normas, obedecidas desde os primeiros tempos da sua carreira de escritor, Machado de Assis chega em certa ocasião a empregar um tom violento de panfletário, ao fustigar o sistema do matrimônio sem amor: 'O casamento é a perfeita união de duas existências; e mais do que a união, é a fusão completa e absoluta. Se o casamento não é isto, é um encontro fortuito de hospedaria; apeiam-se à mesma porta, escolhem o mesmo aposento, comem à mesma mesa, nem mais, nem menos...'" (Pág. 21).

53 Lúcio Drummond Furtado de Mendonça (1854-1909) nasceu em Barra do Piraí, província do Rio de Janeiro. Poeta, romancista e panfletário, distinguiu-se particularmente como autor dos contos, por vezes excelentes, das *Horas do Bom Tempo* (1901).

54 Domício da Gama (1862-1925) nasceu em Maricá, província do Rio de Janeiro. Diplomata e jornalista, deixou contos que merecem leitura ainda, nos volumes *Contos a Meia Tinta* (1891) e *Histórias Curtas* (1901).

55 Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo (1855-1908) nasceu em São Luís, capital da província do Maranhão. Jornalista, teatrólogo e poeta, deixou contos que tiveram grande divulgação na imprensa, pela facilidade

de sua composição e pela graça na fixação dos costumes reunidos nos volumes *Contos Fora da Moda* (1893) e *Contos Efêmeros* (1897).

56 Raul d'Ávila Pompéia (1863-1895) nasceu em Jacuecanga, província do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Abílio e no Pedro II, iniciando o curso de Direito em S. Paulo, para concluí-lo no Recife. Político e jornalista apaixonado, participou ativamente das lutas do seu tempo, colocando-se ao lado de Floriano. Estreou com *Uma Tragédia no Amazonas* (1880) que não deixava entrever o romancista de *O Ateneu* (1888). Deixou contos e fragmentos bem como um romance inacabado, que não chegaram a ser publicados em livro. As *Canções Sem Metro* apareceram depois de seu suicídio.

57 José Pereira da Graça Aranha (1868-1931) nasceu em São Luís, capital da província do Maranhão, onde fez os seus primeiros estudos. Bacharelou-se em Direito na Faculdade do Recife, onde foi discípulo de Tobias Barreto. Ingressou na diplomacia, passando parte de sua existência no estrangeiro. Estreou, quase compulsoriamente, com o romance *Canaã* (1902), que lhe proporcionou grande notoriedade na época. No drama *Malasarte* (1911), tentou, em forma estilizada, aproveitar motivos folclóricos. Publicou mais: *A Estética da Vida* (1920), reunindo confusas noções filosóficas; *A Correspondência de Machado de Assis e Joaquim Nabuco* (1923), em cuja introdução deixou as suas melhores páginas. Aderindo, no Brasil, ao movimento modernista, de que alguns o acreditaram chefe, num equívoco natural, publicou *O Espírito Moderno* (1925), que reúne ensaios e conferências, e o romance frustrado *A Viagem Maravilhosa* (1929), em torno do qual houve desusada atenção. Deixou incompleto *O Meu Próprio Romance* (1931), autobiografia com interessantes informações sobre o ambiente estudantil do Recife.

58 José Veríssimo diria de *Canaã* que era "obra de raro e distinto realismo", numa crítica elogiosa. (*Estudos da Literatura Brasileira*, 5.ª série, Rio, 1905, pág. 16).

59 José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) nasceu em Óbidos, província do Pará, onde fez os seus estudos e passou parte da existência exercendo funções públicas. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, tornou-se crítico sistemático, com um exercício longo e rigoroso em que firmou a sua personalidade e ganhou a posição que o definiu em nossas letras. Começou por lançar trabalhos em que situava o cenário amazônico, os *Quadros Paraenses* (1877) e principalmente as *Cenas da Vida Amazônica* (1886) e *A Pesca na Amazônia* (1892), os dois primeiros publicados em Belém e Lisboa. Ainda no Pará, lançou o primeiro volume dos *Estudos Brasileiros* (1889) e *A Educação Nacional* (1890). No Rio, entre 1901 e 1907, publicou os seis volumes dos *Estudos de Literatura Brasileira*, fonte obrigatória para a compreensão do nosso desenvolvimento literário; os três volumes de *Homens e Coisas Estrangeiras* (1902, 1905 e 1910), o volume *Que é Literatura?* (1907) e, finalmente, a *História da Literatura Brasileira* (1916), coroando uma atividade sempre exercida com proficiência, rigor e honesta vocação para as letras.

60 JOÃO RIBEIRO FERNANDES (1860-1934) nasceu em Laranjeiras, província de Sergipe. Exerceu, no Rio de Janeiro, a vida toda, a atividade de professor, particularmente de Português e de História, deixando, nessas disciplinas, livros didáticos de grande utilidade, feitos com uma inteligência aguda e compreensiva dos fenômenos sociais. Poeta e ensaísta, espírto dotado de ampla curiosidade e de tolerância exemplar, João Ribeiro foi principalmente o crítico capaz de discriminar valores e tendências.

61 RONALD DE CARVALHO (1893-1935) nasceu no Rio de Janeiro. Iniciando-se como parnasiano, em 1919, com os *Poemas e Sonetos*, aderiu ao movimento modernista, com os *Epigramas Irônicos e Sentimentais* (1922), os *Jogos Pueris* (1926) e, principalmente, *Toda a América* (1926). Escreveu ensaios sobre temas históricos e literários, de uma superficialidade colorida pela fácil e transparente prosa que o distinguiu? Sua *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919) teve grande notoriedade e sucessivas edições, que o conteúdo está longe de justificar.

62 JOÃO PINTO DA SILVA (1889-1950) nasceu em Jaguarão, província do Rio Grande do Sul. Jornalista, poeta, ensaísta e crítico, distinguiu-se particularmente com a sua *História Literária do Rio Grande do Sul.*

63 FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA VIANA (1883-1951) nasceu em Saquarema, província do Rio de Janeiro. Deixou extensa obra de história e sociologia, em que se destacam particularmente as *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e as *Instituições Políticas Brasileiras* (1949).

64 JOSÉ DE ALCÂNTARA MACHADO DE OLIVEIRA (1875-1943) nasceu em Piracicaba, província de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Direito paulista, onde veio a ser professor. Político, escritor e jurista, foi em tudo figura destacada.

65 AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO (1881-1922) nasceu no Rio de Janeiro. Depois dos estudos primário e secundário, matriculou-se na Escola Politécnica, cujo curso abandonou para trabalhar e manter a família, em virtude da doença paterna. Funcionário público e jornalista, entregou-se à boêmia, por desgosto de uma existência atormentada. Estreou com as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), verdadeira galeria de retratos de figuras reais. Com as maiores dificuldades publicou ainda o *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e a Ninfa* (1915), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), *Histórias e Sonhos* (1920) e *Clara dos Anjos*, aparecida numa revista, em 1923 e 1924. Suas outras obras foram publicadas depois de sua morte, a partir de 1948, quando já estava vitoriosa a campanha pela sua reabilitação literária.

66 É uma fase em que têm atividade ainda figuras como as dos poetas Múcio Teixeira, Paula Ney, Fontoura Xavier, Egas Muniz Barreto de Aragão, acabando em Mário de Alencar, Luís Guimarães Filho e Luís Carlos da Fonseca, todos ligados ao passado. Em que ganham

notoriedade prosadores superficiais como Humberto de Campos e Paulo Setúbal. Em que exercem atividade crítica ensaístas como Alberto Faria, Alberto de Faria e Jackson de Figueiredo. Mas que também assiste ao desenvolvimento do romance de Lima Barreto e as primeiras escaramuças da batalha modernista.

Literatura Nacional

1 — MODERNISMO

Alastramento das relações capitalistas — A Semana de Arte Moderna — Heterogeneidade do Modernismo — Periodização — Modernização da poesia — Avanço na forma — A prosa modernista — Avanço no conteúdo — Balanço do Modernismo.

Uma literatura denuncia a sua maturidade quando se emancipa da falta de originalidade no conceber e da ausência de uma técnica formal para exprimir, conforme foi exatamente observado em relação ao desenvolvimento literário dos povos sul-americanos.[1] A originalidade que define uma literatura como o "instrumento de expressão, que é o seu veículo", não surge por acaso, senão no período próprio, quando as condições sociais permitem. Na fase colonial — que avança muito além da autonomia política — tais condições não existiam, nem poderiam mesmo existir. O esforço posterior à independência, configurado nos quadros do romantismo, foi a primeira tentativa para definir a fisionomia literária autêntica. Tal esforço foi continuado, depois, quando os movimentos do fim do século XIX denunciaram a apropriação, por parte do elemento culto da sociedade brasileira, daqueles instrumentos de análise e de expressão que os povos europeus vinham elaborando e eram peculiares à etapa que atravessavam. Por esse tempo, surgiam

ou cresciam, entre nós, os fundamentos iniciais para o estabelecimento de condições em que a originalidade e a forma de expressão se produzissem. Só a partir da terceira década do século XX, entretanto, tais condições se completariam, de sorte a permitir autenticidade em nossas manifestações literárias.

E isso acontece justamente porque se afirmam, então, as componentes que poderiam caracterizar o sentido brasileiro das criações; os elementos coloniais começam a ser vivamente combatidos, a economia se transforma rapidamente e a sociedade se modifica. O predomínio dos senhores de terras recebe restrições poderosas e o drama da transplantação, a que aquela classe dera sentido, começa a diluir-se. A acumulação capitalista, derivada da expansão da lavoura do café, não só proporcionara o crescimento acentuado do mercado interno, servindo-o, além do mais, com uma rede de transportes que possibilitava a distribuição, como influíra decisivamente no surto industrial. O isolamento acarretado pelo primeiro grande conflito militar do século dera grande impulso ao parque que cobria as necessidades em bens de consumo, suprindo a falta das importações. Desenvolvia-se o crédito, por outro lado, enquanto, na própria lavoura, a introdução de relações capitalistas alterava o quadro tradicional. Certo é que tais modificações não eram generalizadas, mas acentuavam-se no centro-sul do país, levando os seus efeitos, de maneira diversa e com força diversa, a outras zonas do território nacional. Disso derivariam, inevitavelmente, condições peculiares: a burguesia, que ascendia com celeridade, era recrutada na classe dominante e, muitas vezes, no senhor de terras coincidiam o banqueiro e o industrial. No operário, recrutado no campo ou em correntes imigratórias também de origem camponesa, restaria sempre o resíduo dessas origens. A pequena burguesia refletia, por sua vez, as flutuações da época; o seu desenvolvimento é um dos grandes espetáculos do tempo, sem dúvida alguma, e a divisão do trabalho abre aos seus elementos novos campos de atividade e também novos horizontes.

As lutas políticas refletiam sensivelmente tais mudanças. Desde o advento da República, a pequena burguesia funcionava como vanguarda da burguesia que disputava uma parcela do

poder e chegava a conquistá-la, em alguns casos. Ao seu impulso, entretanto, opunha-se poderosamente a classe territorial, que dominava inteiramente o regime e, portanto, o sistema de escolha para o Legislativo e para o Executivo, travando aquele impulso de participação. O domínio absoluto do sistema fazia-se pelo consenso praticamente unânime das forças regionais que constituíam a classe territorial. Dessa unanimidade consensual e da debilidade e transigência da burguesia derivava a estabilidade relativa do regime republicano brasileiro. No momento em que aquelas forças regionais divergissem umas das outras e em que a burguesia se tornasse mais aguerrida, mobilizando ativamente a pequena burguesia, o sistema estaria ameaçado. A introdução de relações capitalistas no campo, na zona mais rica do país, geraria aquelas divergências. A urbanização, estreitamente ligada à industrialização sempre, provocaria o crescimento da pequena burguesia e o aparecimento da classe operária. Era a ruptura da estabilidade que se anunciava, disfarçada apenas pela rotina.

Essa mudança na paisagem social brasileira estava ligada a condições endógenas e exógenas. As convenções historiográficas estabeleceram, com justa razão, o fim do primeiro grande conflito militar do século como encerramento do século XIX. Isto era válido para o Brasil por todos os motivos. O escravismo fora extinto há menos de três décadas, o novo regime político não estava isento de crises que denunciavam a presença de graves contradições, que se aprofundavam agora. Em escala universal, assistia-se à crise geral do capitalismo. A Revolução de Outubro e a consolidação subseqüente do poder soviético abalavam o mundo. No Brasil, que recebia os reflexos das gigantescas transformações em processo, as mudanças acompanhavam o que ocorria no exterior, mas refletiam também o avanço da acumulação capitalista e a necessidade de maior participação da burguesia no poder. O aparelho de Estado precisava sofrer as transformações correspondentes. A pressão nesse sentido traduz-se, no país, em episódios que, coincidentes até no ano — o de 1922 — pertenciam à mesma etapa do processo histórico: a fundação do Partido Comunista, a rebelião tenentista de Copacabana, a Semana de Arte Moderna. São

peças do mosaico amplíssimo configurado pela etapa da revolução burguesa brasileira, revolução que daria, na referida etapa, um dos seus primeiros passos. O quadro político, particularmente no que se ligava aos choques da sucessão presidencial, era de grandes lutas, envolvendo correntes apaixonadas de opinião. A estrutura institucional estava gravemente ameaçada. Os movimentos de rebeldia militar denunciariam a profundidade dessa ameaça. Não seria surpreendente que a tormenta atingisse o campo das artes e particularmente o da literatura.[2]

A historiografia literária brasileira convencionou a realização das manifestações da Semana de Arte Moderna como início de uma nova etapa em nosso desenvolvimento literário, a do Movimento Modernista, ou Modernismo.[3] A Semana tem sido superestimada, sem dúvida alguma, pois sua importância, meramente episódica, embora característica sob muitos aspectos do verdadeiro caráter do movimento, foi muito menor do que pretendem fazer crer alguns de seus participantes e alguns de seus cronistas. Trata-se de uma série de atividades artísticas, realizadas em São Paulo, em fevereiro de 1922, com grande alarde e no intuito de provocar escândalo.[4] Seus participantes pretendiam subverter os padrões estéticos dominantes; o escândalo destinava-se a chamar a atenção do público para as novas manifestações. Era uma ruptura com as idéias vigentes, mas uma ruptura sob proteção das representações mais consagradas do regime, as mais austeras, as mais conservadoras. A burguesia brasileira, sempre conciliadora com o latifúndio, impulsionava a subversão nas artes e a patrocinava.[5] Sem pretender relação direta, linear, sincrônica — os processos culturais são sempre complexos — é possível verificar como o longo domínio oligárquico, forma assumida pela classe dos proprietários territoriais, senhores do latifúndio, aqui, condicionava a quietude, a monotonia, a rotina do que se convencionou conhecer, então, como passadismo, em oposição a modernismo, enquanto a ruptura dos renovadores, na Semana e depois, vinha condicionada pelo avanço da burguesia brasileira, ascendendo novo patamar, na sua revolução por etapas, sempre recusando as viradas radicais. Sem proletariado organizado, numeroso, atuante, que a pressionasse para elas, a burguesia dava passos cautelosos. No caso,

queimava alguns quadros de sua vanguarda artística, recrutados, como era natural, na pequena burguesia.

A consciência que os participantes ou assistentes tinham do processo e daquele episódio revela singular variedade e ainda nisso é característica. Desde a crueza do julgamento de Di Cavalcanti, para quem o episódio não passava de uma "semana de escândalos literários e artísticos de meter os estribos na barriga da burguesiasinha paulistana", até aquela constatação melancólica de Alceu Amoroso Lima: "O Modernismo, na sua fase inicial, iria ser, acima de tudo, um movimento *contra*".[6] Os participantes valorizaram-na sempre. O mesmo Di Cavalcanti, em outra oportunidade, diria: "Para a cultura literária brasileira, já se repetiu suficientemente, foi o movimento da operação cirúrgica necessária".[7] Oswald de Andrade frisaria o seu sentido de libertação: "Dentro da renovação literária trazida pela Semana, exprimiram-se todas as cores do Brasil político destes 20 anos".[8] Manuel Bandeira ressaltou o lado escandaloso: "A realização, tumultuária e escandalosa, constituiu um impacto emocional de benéficas conseqüências, pois despertou o interesse dos jornais para um debate até então confinado a uns círculos restritos de intelectuais jovens e ainda pouco conhecidos do grande público".[9] É pouco mais ou menos a opinião de Guilherme de Almeida: "Como e por que se fez a Semana? Como e porque costumam os moços a fazer das suas: dançar o *twist* ou jogar um Volkswagen na roleta russa. Éramos os *playboys* intelectuais de 1922: ano do centenário da Independência ou Morte. Para manter aquela e destruir esta, inventamos uma fórmula: um pouco de idealismo, muito de curiosidade e muitíssimo de *gozação*".[10] Mas Américo Facó, examinando de fora, seria objetivo em seu juízo: "A Semana foi apenas um momento de exaltação, o que se fez bem que poderia ser feito sem ela", esclarecendo quanto há de errôneo em marcá-la como início do Movimento Modernista.[11] E Sérgio Milliet, de participação discreta na Semana, confessaria "a que ponto certas informações literárias da época eram insuficientes, senão puramente palpiteiras", para rematar: "Com exceção de Mário de Andrade, que lera quase tudo, ninguém sabia nada do que se escrevia na Europa e os que liam, liam mal".[12]

O passadismo retratava ou correspondia, realmente, ao Brasil arcaico, de economia colonial, de cultura transplantada, em que reduzida minoria letrada buscava afanosamente copiar ou reproduzir padrões externos. Vista em conjunto, a nossa literatura arrastava-se no isolamento, julgados e lidos os autores quase tão somente pelos pares, distantes do público, ainda em formação. Estava certo Graça Aranha, em análise de 1913, referida por Peregrino Júnior: "A literatura brasileira está morrendo de academismo. Não se renova. São os mesmos sonetos, os mesmos romances, os mesmos elogios, as mesmas descomposturas, que ouço desde os tempos da fundação da Academia. [. . .] É preciso reformar aquilo tudo. Dar vida àquele cemitério".[13] Mário de Andrade, em um de seus melhores ensaios, descreveria o panorama das letras brasileiras com tintas fortes: "Todo um interessantíssimo movimento, de base simbolista, se processava no país, contendo alguns dos nossos maiores poetas, sem que tivesse qualquer espécie de repercussão na coletividade nacional. Por 1922 ainda os 'novos' sublimizados pela vida brasileira eram Hermes Fontes e Martins Fontes. Coelho Neto era o grande estalão glorioso das nossas prosas, passeado nos ombros da turba, em oposição a Graça Aranha, quando foi da bagunça provocada por este na Academia. E o próprio Tristão de Ataíde, que seria depois o crítico lúcido do Modernismo, ainda exaltava *Tarde* deslumbrado, sem perceber a mediocridade geral de pensamento desse livro, e a vasta deficiência técnica, os chavões, muletas e andaimes fáceis com que construíra quase todos esses versos o grande lírico da 'Via Láctea' ".[14] O que ficou estigmatizado, por convenção, como passadismo, foi fixado com clareza por Roberto Schwarz: "A mania formalizante que reinou pelos inícios do século, sustentada pelos que então eram mestres, levou à atrofia de seu próprio conceito fundamental: de interior, a forma passou a ser puramente exterior, deixou-se de *enformar* para *vestir*".[15] O formalismo da época que antecede o Modernismo, realmente, está no mesmo rasteiro nível de seu pretenso Classicismo. Quando o Modernismo se apresenta, com sua face demolidora, volta-se contra esse formalismo superficial, disfarce da indigência de conteúdo. Por isso mesmo, Peregrino Júnior comenta, sobre a

tempestade desencadeada em 1922: "Já o comparei [ao Modernismo inicial] a um 'pelotão de destruição': seguiu na frente, botando ídolos abaixo, demolindo tabus e preconceitos, abrindo caminho para as novas gerações".[16]

Se a significação da Semana de Arte Moderna foi muito menor do que tem sido comentado — um pouco por força de sua valorização pelos participantes, apesar das revisões de Mário e de Oswald de Andrade — já o amplo movimento de que foi simples episódio, e que ficou conhecido como Modernismo, não pode ser subestimado. O Modernismo, em sua complexidade, heterogeneidade e história representa uma fase muito importante do nosso desenvolvimento literário. Em sua evolução, ainda, certos cacoetes ancorados na Semana foram relegados ao esquecimento; o processo depurou excessos de efeito meramente escandoloso, que já haviam desempenhado o papel que lhes fora destinado; sem perder a heterogeneidade que o fragmentou em várias correntes e manifestações, cresceu, aprofundou-se, até se constituir em movimento realmente significativo, que deixou sua marca indelével na produção literária da época. Daqui por diante, pois, trata-se, nesta reconstituição histórica, não da Semana mas do Modernismo.

E é preciso, preliminarmente, conceituá-lo. Porque teve características que o distinguiram de outros que, no Brasil e fora do Brasil, receberam o mesmo nome. Já Peregrino Júnior havia lembrado a necessidade dessa diferenciação, sem a qual não se pode compreender o Modernismo brasileiro. Lembrou ele quão diverso foi o nosso do que existiu na língua espanhola. No Brasil, como em Portugal, diz ele, "designa, em conjunto, as correntes de reação contra o parnasianismo e o simbolismo retardatários", correntes posteriores ao "modernismo" espanhol, originário da América de origem espanhola e surgido por volta de 1880, "o qual, sob a influência do parnasianismo e do simbolismo, e deste mais do que daquele, introduziu uma sensibilidade e uma técnica novas na poesia de língua castelhana."[17] Outra distinção é referida por Afrânio Coutinho: "A palavra 'Modernismo' já havia sido usada antes por José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*. Mas o conjunto de idéias por ele assim caracterizadas é o que constitui as correntes do

positivismo, transformismo, evolucionismo, materialismo, da época realista e naturalista".[18] E reitera, adiante, a distinção a que se referira Peregrino Júnior: "Outra distinção importante a fazer-se é relativamente à palavra 'Modernismo', tal como se entende no Brasil e em Portugal e nas literaturas de língua espanhola. Entre os povos de língua portuguesa, 'Modernismo' é o movimento de após a Grande Guerra de 1914-1918, nascido em reação contra o estado de decadência parnasiana. Já nas literaturas espanholas e hispano-americanas, Modernismo designa o movimento surgido nas duas últimas décadas do século XIX, no Novo Mundo, e irradiado para a Espanha, fundindo tendências simbolistas e parnasianas, individualistas e decadentistas, realistas e idealistas, intimistas e místicas, provincianas e cosmopolitas, e que ocupou uma larga área daquelas literaturas, com Ruben Dario à frente. Corresponde ao pré-rafaelismo inglês e ao impressionismo francês."[19]

O Modernismo brasileiro, refletindo as condições da época histórica — situado, portanto, em termos cronológicos, a partir do fim da Primeira Grande Guerra e sob o efeito do abalo produzido por ela em tudo o que a cercou, a Revolução de Outubro destacadamente — rompeu radicalmente com o passado.[20] Esse radicalismo vai exigir dos participantes o uso do bom humor, como arma de luta, na fase de ruptura, e da pedrada como meio de demolição. Mário de Andrade afirmaria, desde o início, ser, aliás, "muito difícil nesta prosa saber onde termina a blague, onde principia a seriedade".[21] Na conferência do Municipal, em 1922, definiria, com precisão: "Entre ser do passado e ser passadista há uma diferença grande". E, ainda, com rudeza: "Passadista é o ser que faz o papel de carro de boi numa estrada de asfalto".[22] Sem radicalização teria sido difícil cumprir a tarefa inicial de ruptura: "superar a literatura Pós-Naturalista, Pós-Parnasiana e Pós-Simbolista".[23] A radicalização seria ampla no nível da linguagem e este foi, sem dúvida, o grande serviço apresentado pelo Modernismo em sua fase inicial. Ainda aqui, é interessante ultrapassar o aspecto externo do fenômeno estético, buscando suas origens e processos profundos, essenciais: "Na verdade — dirá um crítico — o *projeto estético*, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação

com uma nova linguagem, já contém em si o seu *projeto ideológico.* O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrindo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo".[24] O mais importante da ruptura com que o Modernismo radicaliza sua revolução está precisamente na linguagem: "Nenhuma revolução literária se prova revolução sem mudar linguagem. Já não digo mudar o tom, o metro, a imagem, a sintaxe e o vocabulário, mas alterar tudo isso e transformar, antes de mais nada, a relação de distância entre povo e poesia. Essa distância se torna menor. A proximidade da fala popular volta a fecundar a literatura. O coloquialismo aparece, não como traço dominante, mas como sintoma de que a língua dos escritores remergulhou na sua fonte eterna, no seu poço cíclico, no seu alternado e necessário banho de autenticidade social".[25]

Entendido o Modernismo como amplo movimento que se desenvolveu, aqui, de 1922 — se não considerarmos seus antecedentes — até 1945, quando novas condições externas e internas geram novas concepções artísticas, compreende-se como constituiu nova concepção de vida, realmente, gerando formas novas de interpretar as manifestações diversas da atividade social, desde as mais elementares até as mais complexas, na sua extensa variedade, compreendendo técnicas e processos inéditos no Brasil. Mário de Andrade voltou algumas vezes a esse sentido profundo do movimento. Denunciou, de início, o instante de ruptura como toque de alarme: "O Modernismo foi um toque de alarme. Todos acordaram e viram perfeitamente a aurora no ar. A aurora continha em si todas as promessas do dia, só que ainda não era o dia".[26] Depois, mostrando como a ruptura trazia, inevitavelmente, dadas as condições da época — um mundo novo, que emergia das ruínas do século XIX acarretadas pela Guerra Mundial: "O Modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas conseqüentes, foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional. É muito mais exato imaginar que o estado de guerra

da Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra, eminentemente destruidor. E as modas que revestiram esse espírito foram, de início, diretamente importadas da Europa".[27]

Oswald de Andrade escreveria, tentando analisar o impulso inicial do Modernismo: "O Modernismo é um diagrama da alta do café, da quebra e da revolução brasileira".[28] Ele associa, assim — e assim estiveram associados, na realidade — a euforia da expansão cafeeira, que proporcionaria acumulação até então desconhecida entre nós, com o conseqüente alastramento de relações capitalistas, a crise de superprodução aqui e a crise cíclica do capitalismo mundial se conjugando e, para coroamento, o conjunto de episódios que, na época, assinalaram o desenvolvimento da Revolução Brasileira. De que, aliás, o Modernismo seria uma das primeiras e melhores expressões artísticas. No diagnóstico, existe um daqueles lampejos de intuição que caracterizaram — mais do que à sua obra realizada — não apenas a personalidade de Oswald de Andrade mas o próprio movimento de que foi extraordinário ativista. O Modernismo foi, sem dúvida — e não teria importância se não tivesse sido — a expressão de um momento do processo histórico brasileiro, um momento de sua revolução burguesa. Muito se tem mencionado, com razão, a coincidência cronológica — que acentua a coincidência histórica — entre os eventos: Semana de Arte Moderna, fundação do PCB e revolta do Forte de Copacabana, este como tormentosa protofonia do Tenentismo. Não se tem observado, entretanto, outro aspecto, e importante, na associação desses eventos importantes: surgiram sem a menor ligação direta entre eles. Ao longo do decênio dos anos vinte, permaneceram isolados, cada um seguindo o seu processo. Eram fenômenos da mesma etapa — e esta a relação fundamental que existe entre eles — mas se desconheciam: "O Brasil de 1922, que precisava ser pensado — e este foi um ano de contestação política em todo o país — escreveu um crítico, não figurou no calendário dos modernistas, presos à alienação, via Cendrars, ou ao passadismo, via cronistas coloniais e pesquisas folclóricas".[29]

A compreensão do que foi, em realidade, o Modernismo, não é possível sem a busca de seus antecedentes. Porque o movimento não surgiu de súbito, do nada, sem manifestações

precursoras. De modo geral, ele reponta e se desenvolve, lentamente, abafado pelo domínio passadista; cresce na medida em que as relações capitalistas se alastram e se consolidam; irrompe num momento de crise. O processo anterior, subjacente, tem grande importância, no entanto. Sem ele, não teria ocorrido o episódio da Semana de Arte Moderna. A esse período preparatório, que se inicia com o século XX, se convencionou conhecer como pré-modernismo. O título foi proposto por Tristão de Ataíde e atende perfeitamente ao sentido do processo histórico. Compreende o movimento cultural brasileiro que ocorre do início do século à Semana de Arte Moderna. Alfredo Bosi opina no sentido de que o título cabe, não só como "conotação meramente temporal de anterioridade", como no "sentido forte de precedência temática e formal em relação à literatura modernista".[31] Aqui cabe a análise de Luiz Sérgio Henriques, que aprofunda a visão do processo, sabendo bem que "o essencial é invisível para os olhos": "Apliquemos isto ao nosso modernismo: a *necessidade objetiva* de uma reviravolta ou ruptura nos campos da poesia e do romance, das artes plásticas e, mais genericamente, do pensamento brasileiro em seu conjunto, evidenciava-se já bem antes da Semana, não só pela rigidez antiestética das formas acadêmicas, como também — e principalmente — pelo fato de a vida brasileira exigir, cada vez com maior intensidade, novas formas de expressão, mais dinâmicas e adequadas às realidades emergentes".[32] Os fatos que sinalizaram o processo foram indicados por numerosos ensaístas.[33] O esforço na interpretação do Brasil, no ensaio e na ficção, é, pois, anterior a 1922. A subversão da Semana foi, antes, no nível estético, na área da linguagem. Não no nível do conteúdo (o que viria depois). A renovação interpretativa, a busca do conhecimento da realidade brasileira, por exigência das condições objetivas, existe, antes do Modernismo: "Se, por Modernismo, entende-se, *exclusivamente*, uma ruptura com os códigos literários do primeiro vintênio, então não houve, a rigor, nenhum escritor pré-modernista. Se, por Modernismo, entende-se algo mais que um conjunto de experiências de linguagem, se a literatura que se escreveu sob o seu signo representou, *também*, uma crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço

de penetrar mais fundo na realidade brasileira, então houve, no primeiro vintênio, exemplos probantes de inconformismo cultural, e escritores pré-modernistas foram Euclides, João Ribeiro, Lima Barreto e Graça Aranha (este independentemente de sua participação na *Semana*)".[34]

São as condições objetivas que criam os estímulos em que o inconformismo se acentua e reponta na obra de ensaístas e ficcionistas, para surgir, depois, no nível estético. Trata-se, no fundo, de uma etapa da revolução burguesa no Brasil, processo complexo, difícil, tortuoso, que funde o externo e o interno, que se entrosa, anacronicamente, com a crise geral do capitalismo, em escala mundial, na fase em que a Segunda Grande Guerra e a Revolução de Outubro assinalam o fim de uma época.[35] Dessa longa e laboriosa gestação, em que confluem influências externas e influências internas, é que surgem as condições em que a subversão estética se conforma com a subversão política que avança, nas manifestações artísticas as mais diversas, na arquitetura, na escultura, na pintura, na música, na literatura. A nova sociedade exige uma nova arte: "Nesse panorama de modernização geral se insere a corrente artística renovadora que, assumindo o arranco burguês, consegue paradoxalmente exprimir de igual forma as aspirações de outras classes, abrindo-se para a totalidade da nação, através da crítica radical às instituições já ultrapassadas. Nesse ponto, o Modernismo retoma e aprofunda uma tradição que vem de Euclides da Cunha, passa por Lima Barreto, Graça Aranha, Monteiro Lobato: trata-se da denúncia do Brasil arcaico, regido por uma política ineficaz e incompetente. [. . .] Mas, notemos, não há no movimento uma aspiração que transborde os quadros da burguesia. A ideologia de esquerda não encontra eco nas obras da 'fase heróica'; se há denúncia das más condições de vida do povo, não existe todavia consciência da possibilidade ou da necessidade de uma revolução proletária".[36]

O Modernismo desenvolve-se em duas fases: a primeira, entre 1917 e 1929, enquadrando a Semana de Arte Moderna como um de seus episódios; a segunda, entre 1930 e 1945, quando depura as suas demasias da ruptura polêmica e conquista

o público para a literatura. Na primeira, quando cria a linguagem literária, a modernidade está na forma — é uma longa luta pela nova estética. Na segunda, quando passa a predominar a prosa sobre a poesia (esta já encontrou o seu caminho), a modernidade está no conteúdo.[37] Tentativas houve, sem sucesso, de limitar a existência e vigência do Modernismo entre 1922 e 1929, ou 1930; daí por diante tratar-se-ia do Pós-Modernismo. Ora, supor que as conquistas importantes dos primeiros anos do movimento, em sua etapa de ruptura, em polêmica com o passado, resumissem o Modernismo, seria limitá-lo às inovações formais, que não podem ser subestimadas, sem dúvida, e supor que a literatura se elaborasse apenas na poesia, pois foi na poesia, principalmente, que a batalha se travou, face principalmente às insuficiências do Parnasianismo e do Simbolismo, que se pretendeu denunciar. Importante? Sem dúvida. Mas não suficiente. Foi na prosa, na prosa em geral mas especialmente na prosa de ficção, que o Modernismo denunciou a subversão no conteúdo. Mais do que isso — como examinaremos adiante — definiu o sentido nacional de sua revolução. Na fase heróica, estavam presentes sempre, e por vezes predominantes, influências externas, dos movimentos europeus de vanguarda. Na segunda fase — pela nossa maneira de dividir sua duração — isso não acontece. Os romances documentários dessa segunda fase são o prolongamento do Modernismo poético da primeira. Embora utilize o título Pós-Modernismo, Peregrino Júnior viu bem o processo: "Sem a limpeza que essas 'colunas avançadas' corajosamente executaram, destruindo os tabus parnasianos, rompendo as mais reacionárias resistências, apeando alguns ídolos dos seus altares, não seria possível a aceitação da geração 'Pós-Modernista' — essa bela geração de romancistas, poetas e ensaístas, de que todos hoje nos orgulhamos".[38] Já Telê Porto Ancona Lopez, em seu estudo sobre Mário de Andrade, entende o Modernismo como compreendido entre 1922 e 1945, com uma fase inicial entre 1922 e 1929: "O período de 1922 a 1945 equivale a uma absorção de teorias estéticas e filosóficas, tendo como centro principal de indagações o binômio Psicanálise-Marxismo. [. . .] O Modernismo sofrerá, naturalmente, influência do desejo de definição ideológica que caracteriza a

década de 20 no Brasil (Revolução de 1924, Coluna Prestes, Revolução de 1930). Em seu campo configuram-se tendências que se opõem ideologicamente. [. . .] O Modernismo, em sua primeira fase, 1922-1929, é a absorção, a abertura para as assimilações, conseqüentemente seus representantes teriam que ser contraditórios e duais, consciente e inconscientemente".[39]

Balizado entre 1917 e 1945, o Modernismo está inserido entre as duas Guerras Mundiais e acompanha a crise no Brasil, com o seu capitalismo em lento crescimento, de início, para acelerar-se com os dois conflitos e a crise de 1929, que tão profundos reflexos encontrou aqui. É uma fase tormentosa, em escala mundial, e não apenas pelas guerras, mas também pelas revoluções, pelas contradições em todos os níveis, pelas inovações autênticas e pelas simulações. No Brasil, compreende o Tenentismo, os movimentos da massa operária e crescimento do Partido Comunista, a derrocada da República Velha, marcada pela dominação oligárquica, a crise de 1929, o movimento de 1930, os levantes de 1932 e de 1935, a tentativa de arregimentação fascista e *putsch* de 1938, a Aliança Nacional Libertadora, a ditadura do Estado Novo e a repressão política e cultural, a entrada do Brasil na guerra e a derrocada do Estado Novo. Nesse longo período — pela densidade que lhe conferem os acontecimentos que enquadra — avança a revolução burguesa, com altos e baixos, enquanto a estrutura colonial vê desaparecerem os seus últimos vestígios, substituída pela estrutura dependente. De qualquer maneira, o Modernismo assinala o extraordinário esforço pela autenticidade da cultura, pelo sentido nacional dela. O Modernismo acaba por definir, pois, não apenas o novo, o moderno, e daí o nome, mas o autêntico, o nacional e até o popular. Suas contradições, inclusive as estéticas, e principalmente elas, acompanham e conformam as contradições da sociedade brasileira naquele período. Nessas contradições, reside muito de sua autenticidade, inclusive no que revela de demasias e de deficiências. O Modernismo é rico na medida em que é impuro, por isso mesmo.

Aceito o ano de 1917 como marco inicial — não há alteração essencial se for aceito como tal o ano de 1922 — constata-se que este é o ano da entrada dos Estados Unidos

na Primeira Guerra Mundial, desequilibrando o impasse da extenuante luta e mortandade, o ano da Revolução de Outubro, o ano da primeira greve geral vitoriosa, a de São Paulo. Entre as personagens que se destacariam no Modernismo, constata-se a estréia de Graça Aranha, em 1902 e de Jorge de Lima, em 1914, aquele escritor de renome quando acompanha o movimento. Mas já em 1917, estréiam Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade e Murilo Araújo, e só nos versos do primeiro se anuncia algo que permite prever a nova poesia. Ronald de Carvalho assenta praça no Parnasianismo, em 1919. Oliveira Viana estréia com ensaio de longa vida, no ano seguinte. Mário de Andrade e Oswald de Andrade apresentam-se, em 1922, já aquele como modernista e este como seu descobridor.[40] Os movimentos de massa e as inquietações políticas que prenunciam o Tenentismo já são alertas significativos de mudança. Tudo está preparado para acontecimentos como o da Semana de Arte Moderna. Poderia ter sido acontecimento diverso, poderia ter ocorrido em 1923, não importa; importa que as condições estavam maduras para que surgisse de público, viesse a furo, o que estava subjacente.

A eclosão deveria ocorrer em São Paulo. Por que São Paulo? Porque ali as condições eram mais favoráveis do que em outra das grandes cidades do país, mesmo do que no Rio, centro da atividade cultural brasileira, foco de máxima irradiação. Raul Bopp teve a intuição das razões de localização do episódio da Semana: "Havia em São Paulo uma pequena elite culta, que ia e vinha todos os anos da Europa. Uma semi-nobreza rural, com longas tradições de família, florescia à base do café. Eram tempos tranqüilos e de fartura plena. Latifúndios opulentos. Cafezais a se perderem de vista. [. . .] Por que é que em São Paulo não se passa a limpo aquele 'Brasil' de Paris, para dar início a uma renovação geral das artes? [. . .] A coincidência do ano do centenário do Ipiranga daria ao movimento uma significação de autonomia, nas letras e nas artes. [. . .] Na noite da inauguração, o Municipal transformou-se num dos maiores pontos de convergência da cidade. Filas contínuas de autos despejavam seus ocupantes pelas imediações".[41] Era uma festa da burguesia, que se mobilizava e mobilizava os

artistas para a subversão estética consonante com os seus padrões e limitações. Mário de Andrade, anos depois, definirá com precisão a natureza daquele festival e do movimento que impulsionava: "Junto disso, o movimento modernista era nitidamente aristocrático. Pelo seu caráter de jogo arriscado, pelo seu espírito aventureiro ao extremo, pelo seu internacionalismo modernista, pelo seu nacionalismo embrabecido, pela sua gratuidade antipopular, pelo seu dogmatismo prepotente, era uma aristocracia do espírito".[42]

Em seu desenvolvimento, o Modernismo denuncia as suas contradições, que são, no fim de contas, as contradições da sociedade brasileira no período em que se processa aqui a revolução burguesa.[43] O rastro desse desenvolvimento contraditório pode ser acompanhado na leitura de *Klaxon,* que começou a circular logo após a Semana de Arte Moderna, em maio, e que viveu até janeiro de 1923, muito aberta às influências estrangeiras, contando com colaboradores como Guillermo de Torre, Antônio Ferro, Charles Baudoin, Claudios Caligaris; na leitura de *Estética,* que publicou apenas três números, entre 1924 e 1925, em que se verifica a preocupação em fixar a renovação da linguagem literária; na *Revista de Antropofagia,* de 1928, em que se radicalizava a tendência nacionalista, antípoda daquela que predominara em *Klaxon.* Isto para não falar nas outras revistas modernistas, que apareceram em diversas capitais e, como singularidade, em pequenas cidades do interior como Cataguazes e Itanhandu.[44] A militância modernista, na medida em que o movimento avança, vai embalada também pelas lutas internas, as divergências, a escolha de rumos os mais diversos. Quando passa do primado estrangeiro inicial, por exemplo, ao nacionalismo bastante ingênuo que o sucede, leva o germe da fragmentação. Em 1926, aparece o grupo Verde-e-Amarelo; em 1927, o movimento Anta; em 1928, o grupo da Antropofagia, todos precedidos pela irrupção, em 1924, do Manifesto Pau-Brasil.[45] Na heterogeneidade congênita do Modernismo — nasce com a Semana de Arte Moderna, precede-a mesmo — verifica-se o distanciamento do público, aquele sentido aristocrático que marca as manifestações artísticas no Brasil da época: "Nesse agitado decênio, quando era preocupação de

uma minoria ínfima, ao lado da literatura oficial aparentemente inabalada, o movimento modernista se caracterizou por certa variedade de manifestações, que tentavam, cada uma, defini-lo com mais pureza, ocasionando disputas, cisões, tomadas de posição, num longo e fecundo esforço de consciência estética, espeçada nas revistas e nos movimentos parciais".[46]

No quadro geral da heterogeneidade, que começa cedo, e está presente no desenvolvimento do Modernismo, insere-se o problema das influências estrangeiras, presentes sempre, dominantes no início, na chamada fase heróica. Mário de Andrade confessará: "Não só importávamos técnicas e estéticas, como só as importávamos depois de certa estabilização na Europa, e a maioria das vezes já academizadas". Sérgio Milliet denuncia a precariedade dessa importação sem assimilação: "Com exceção de Mário de Andrade, que lera quase tudo, ninguém sabia nada do que se escrevia na Europa, e os que liam, liam mal".[47] Daí, entre as insuficiências da Semana — que foram além dela — estar o individualismo estético, a precariedade da informação, embora disfarçada em alarde dela, a inconseqüente valorização da simples novidade. Entre os autores estrangeiros que influíram nos modernistas dessa fase — pelo menos os autores que eles mencionavam — não há, realmente, figuras de indiscutível importância. Salvo Mário de Andrade, realmente, os modernistas da fase heróica dispunham de fracos recursos de informação, eram intuitivos mais do que cultos, desconheciam mais do que conheciam. Eram deficiências próprias da elite brasileira da época, de que um dos traços marcantes é a desinformação, deficiências inerentes à vanguarda intelectual que participava da revolução burguesa brasileira, naquela etapa: "Teria ficado evidente, a esta altura, que a Semana de Arte Moderna constituiu-se num acontecimento pleno de contradições, que apareciam não raro pela primeira vez na vida e na cultura brasileira. Nas vésperas da revolução burguesa, o quadro social enriquecia-se de elementos novos e perturbadores: a ascenção de uma classe média urbana ao lado do surgimento das primeiras concentrações fabris consideráveis, a imigração vertiginosa e outros índices do processo de industrialização e urbanização que aos poucos rompiam o equilíbrio da sociedade feudo-colonial. [. . .] Mais

ou menos inconscientemente, todas as contradições, avanços e recuos deste longo processo de parto de uma nova realidade se refletiam na Semana de Arte, típico fenômeno de classe média".[48] Trata-se, no fim de contas, de fenômeno que transcende o Modernismo, aquele fenômeno que ficou conhecido como o das "idéias fora do lugar" e que um crítico colocou de forma lapidar: "Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidez ideológica das 'elites' eram parte — a parte que nos toca — da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional que é o capitalismo. [. . .] Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente, o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura".[49] Mário de Andrade refere-se com insistência ao esforço dos modernistas em busca da autenticidade nacional e admite que haviam alcançado êxito no nível da linguagem: "O espírito modernista reconheceu que, se vivíamos já de nossa realidade brasileira, carecia reverificar nosso instrumento de trabalho, para que nos expressássemos com identidade". Para completar: "O espírito revolucionário modernista, tão necessário como o romântico, preparou o estado revolucionário de 30 em diante e também teve como padrão barulhento a segunda tentativa de nacionalização da linguagem".[50]

A fase heróica — o momento da ruptura com o passado — foi mesmo "aventureira, romântica, polêmica, destruidora, caótica", predominantemente poética, apresentando as principais conquistas formais e estéticas. Na realidade, tratou-se de um momento de transição, marcado pelo escândalo, pela sucessividade das experiências formais, pelo ativismo dos protagonistas principalmente. São poucas as obras que, surgidas então, foram resguardadas do desgaste do tempo; elas tiveram, na maior parte, importância histórica, definiram posições, assinalaram mudanças.[51] Há balanços otimistas, favoráveis, como os há negativos. Como exemplo dos primeiros, o de Peregrino Júnior: "A Semana mobilizou a opinião do país, criando, como já se disse, certo entusiasmo público pela coisa literária, uma fé unânime no destino das letras, um amor veemente aos problemas da cultura, uma paixão lúdica da poesia afinal. Conseqüências naturais da

insurreição literária e artística. Mas não se confinou apenas nesses setores a sua atuação subversiva: atingiu também o plano político. Criou-se, com ela, entre os escritores, o gosto da participação política, o interesse pelos problemas econômico-sociais, uma geral curiosidade pelas coisas brasileiras, o que resultou no movimento de 'introspecção nacional' que permitiu um levantamento geral da vida brasileira. Por isso mesmo suas conseqüências foram extensas: houve renovação não só no plano da poesia e do romance, mas também no conto, na sociologia, nos estudos históricos e econômicos. Ainda mais: na música, na pintura, na escultura, na arquitetura".[52] Outro é o julgamento de Luiz Sérgio Henriques, através de uma análise severa e justa: "Cabe lembrar, de imediato, que o período entre 22 e 30 também se caracteriza pela *precariedade* dessa ruptura; o academicismo continuou presente através da obra de muitos participantes da Semana; em outros, a repulsa ao passado parnasiano prendeu-se apenas a questões de forma, absolutamente inessenciais por si próprias; e o rompimento real com o passadismo se fez problemático e cheio de altos e baixos, apenas na obra de uns poucos. E nestes, por mais paradoxal que possa parecer, tal rompimento com o *passadismo* realizou-se com base em profunda identificação — seguida de superação, é claro — com um autêntico veio do passado, que compreendia Machado de Assis e Lima Barreto, por exemplo".[53] Mário de Andrade estabeleceu um balanço objetivo do Modernismo, a que sempre voltou: "O que ficou do Modernismo? [...] Ora, é geralmente aceito, e com razão, que o Modernismo, como estado de espírito dominante e criador, durou pouco menos de dez anos, terminando em 1930 e com as revoluções políticas e pacificação literária. [...] Creio ser prematuro decidir desde já o que vai ficar dos oito anos de vida ativa do Modernismo, mas se permanecerem dessa fase, que foi eminentemente de ordem crítica, que foi de pesquisa e experiência, que foi um movimento preparatório destruidor de tabus, treinador do gosto público, arador dos terrenos, se restarem na permanência da literatura nacional três nomes que sejam, o Modernismo já terá feito mais do que lhe competia. Porque, conscientemente ou não (em muitos conscientemente, como ficará irrespondivelmente provado quan-

do se divulgarem as correspondências de algumas figuras principais do movimento), o Modernismo foi um trabalho pragmatista, preparador e provocador de um espírito inexistente então, de caráter revolucionário e libertário".[54]

Entre 1917, quando aparecem suas primeiras manifestações, e 1929, quando se abre nova fase, a segunda, de seu desenvolvimento, o Modernismo firmou suas posições, criou uma linguagem literária nova e, entre contradições que estavam fixadas em sua heterogeneidade, gerou algumas figuras e algumas obras que ficariam incorporadas definitivamente ao nosso patrimônio cultural. Entre aquelas figuras, destacar-se-ia a de Mário de Andrade.[55]. Nele se encontraram, realmente, qualidades e características importantes: a devoção à atividade cultural, entendida em sentido amplo, a seriedade no trato dos problemas e dos assuntos, a compreensão fundamental da cultura como instrumento e meio de libertação.[56] Telê Porto Ancona Lopez, que estudou a sua vida e a sua obra, destacou os seus traços essenciais: "Na trajetória literária do autor de *Macunaíma* dois pontos se evidenciam: o sentido do compromisso, marcador da modernidade dos seus primeiros trabalhos, e a ligação com a produção literária popular. Desde *Há uma Gota de Sangue em cada Poema*, entende que a Literatura deve servir à humanidade. Naquele momento, procura diretamente a universal mas, com o correr do tempo, movido pela consciência que tem das necessidades de independência artística, social e econômica de seu país, passa a visar à Nacionalidade como etapa primeira da universalidade. Nesse sentido, a literatura popular torna-se seu fator básico de conhecimento do povo brasileiro. [...] Suas contradições com a Igreja de seu tempo nascem da análise que faz do Cristianismo como roteiro de fé na eternidade, aliado à justiça social e à fraternidade. Nesse sentido, procura na teoria marxista uma complementação social necessária". Ele é, realmente, não apenas o que criou a obra mais sólida que o Modernismo apresentou, mas permanece, ao longo de todo o tempo, como o teórico da renovação e como o crítico da forma pela qual essa renovação se processou. Do texto de *A Escrava que não é Isaura* ao Prefácio Interessantíssimo à *Paulicéia Desvairada*, das primeiras cartas e artigos às conferências e entre-

vistas em que, vinte anos depois, revê posições e exerce a crítica, desempenha sua função de guia com segurança e descortino.

Num sítio, em Araraquara, em 1926, entre 16 e 23 de dezembro, escreveu *Macunaíma,* que será editado em 1928, quando o Modernismo já estava plenamente desenvolvido, em sua primeira fase, a chamada "fase heróica"./*Macunaíma* é singular, em nossas letras, e nenhuma outra obra representa com mais fidelidade a compreensão que o seu autor tinha do Modernismo e até mesmo da literatura brasileira em geral./É uma obra simbólica, naturalmente, mas só indecifrável para os que, como ele próprio destacou, "consideram ótimas as bandalheiras de Júpiter e desdenham as de Poronominare e Macunaíma". O problema começa com a classificação: a que gênero pertence o livro? romance? poema? epopéia? Pela sua aproximação com os contos populares e pela variedade dos motivos também populares, ele foge aos enquadramentos — e termina por exigir a qualificação de rapsódia. Como é vária a natureza humana, e no Brasil em particular, Macunaíma encarna uma série de personagens, mas é sobretudo livre em seus movimentos: "Em verdade, *Macunaíma* não pode ser analisado pela lógica, está fora do bem e do mal, é um herói verdadeiro, às vezes contraditório, e isso Mário notou".[57]

Ao aproximar-se do fim, a primeira fase do Modernismo admitia um balanço significativo. Passara da polêmica ruidosa, do escândalo para despertar uma atenção que pouco se fixava nos fatos culturais, do simples insulto, da postura agressiva, do esforço de demolição, para outra fase, em que sedimentaria a renovação, daria contornos definitivos à linguagem literária nova que propusera, definiria com mais nitidez os valores, expurgadas as adesões inadequadas do momento inicial, com os seus equívocos. No patrimônio daquela "fase heróica" havia muito que contar, em fatos e em feitos.[58] O Modernismo alinharia, ainda, personagens que ficariam, algumas já com fisionomia definida e obra consolidada, a maioria ainda no processo de avanço que atravessaria fases diversas. Pela sua atividade, inquietação incessante, ímpeto renovador e demolidor, por vezes inconseqüente, mas sempre ruidoso, pelo seu espírito crítico,

ainda contra si mesmo, na possibilidade, que manteve sempre, de rever suas posições, Oswald de Andrade jamais ficará esquecido e sua obra continua a despertar atenção e provocar revisões e discussões.[59] Desde os primeiros tempos, ao longo desenvolvimento do Modernismo, de que deixou depoimentos importantes, Manuel Bandeira foi, depois de Mário de Andrade, o poeta de maior importância.[60] Jorge de Lima, vindo do parnasianismo, marcou posição, em todo o tempo, voltado para as dúvidas profundas do homem e seus desencontros, ampliando as suas interpretações poéticas adiante.[61] Cassiano Ricardo, militante desde os primeiros tempos, foi versátil em suas manifestações, receptivo não apenas ao novo mas à simples novidade, caminhando da visão pitoresca de *Martim Cererê* às inovações formais de sua maturidade.[62] O renovador da prosa brasileira foi, sem dúvida, Antonio de Alcântara Machado. Captando, com aguda observação, os acontecimentos e fixando-os em suas crônicas, que renovaram o estilo da imprensa, situou o quadro paulistano, em que se misturavam gentes as mais diversas, com a tônica da contribuição italiana, em felizes instantâneos de costumes que se coloriam com a sua prosa flexível. Suas fontes européias, de fácil identificação nas crônicas, não aparecem nesse estilo e na autenticidade de suas reconstituições do cotidiano da vida paulistana. Assim, soube fundir o universal e o particular, na elaboração literária, em nível insuperado no Modernismo, de que foi representante eminente e típico.[63] Se um movimento dá o tom de sua força com a expressão de suas personagens e o valor das obras que gera, a primeira fase modernista, encerrada às vésperas do movimento de 1930, etapa decisiva da revolução burguesa no Brasil, definira bem as suas dimensões. Abrira as perspectivas para uma literatura que, sob as condições de tormenta da época, aprofundaria realmente o seu caráter nacional.

Oswald de Andrade definira o momento histórico do Modernismo como diagrama entre a alta do café, a quebra e a revolução brasileira. Realmente, entre 1922 e 1929 foi a alta do café; em 1929, conjugada à grande crise do capitalismo, foi a quebra; de 1930 a 1945 seria a Revolução Brasileira, não completa, acabada, mas em uma de suas fases mais impor-

tantes. Essa importância derivou da agudização, com a crise, das contradições que vinham impulsionando a revolução burguesa, em ritmo mais ou menos lento e que, agora, se acelerava. As contradições eram já antigas, agora se tornavam agudas. Com isso, o nível de consciência se elevava e as forças se mobilizavam. Tratava-se de uma tomada geral de posições e de um desencadeamento geral de hostilidades, em lutas em que as contradições ora se apresentavam em sua verdadeira grandeza, ora se disfarçavam sob variadas formas. A segunda fase do Modernismo está conjugada, assim, com um quadro histórico inteiramente diverso daquele em que se inserira a sua fase inicial. Tudo aquilo que a sociedade tinha de mais profundo vinha à tona — disfarçado embora, por vezes — e exigia respostas. A vida nacional era tormentosa: o aparelho de Estado passava por reformas radicais, que a ascenção burgüesa exigia e quando a pressão de baixo se exercia com violência. Desvendava-se, quase de súbito, a paisagem real do Brasil, com tudo o que continha de grande e de pequeno, de arcaico e de moderno, quase sempre em singular vizinhança. O arcaico sendo abalado e resistindo, o moderno ainda inseguro e incompleto. Em meio à tormenta política, que não poupou nenhuma área e perturbou, quando menos, aquelas a que não abalou, a atividade intelectual, a artística, a literária eram obrigadas a pôr em questão os problemas e os intelectuais eram chamados a participar, às vezes ativamente. Poucas vezes o Brasil conheceu fase em que o impulso para a participação dos intelectuais fosse mais intenso. Cada um guardou, mesmo nos traços biográficos, as marcas dessa participação.[64]

Em nossa história, as fases de liberdade têm sido curtas. Mais curtas à medida que as contradições se tornam agudas e a classe dominante é compelida a recorrer à repressão. No desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil isso aconteceu a intervalos, em movimento pendular: sofremos longos períodos de repressão para desafogar a liberdade em curtos períodos intervalares. Nesses curtos períodos intervalares, liberta das contensões, a cultura se amplia. A relação não é, naturalmente, direta, imediata, mecânica, mas a relação dialética entre o objetivo e o subjetivo é facilmente verificável. No Brasil, a

fase de liberdade — sempre relativa, frise-se — que vai de 1930 a 1935 é sucedida pela repressão que dura de 1935 a 1942. Abre-se aí — mas isso já é outra história — a fase de liberdade que vai de 1942 a 1964, marcada por altos e baixos e pontilhada, no detalhe, por períodos melhores ou piores. A partir de 1964, a fase de repressão mais longa e mais terrível que o Brasil conheceu, em escala nacional, desde o reinado de D. Maria I. Esses movimentos de sístole e diástole têm reflexos profundos na criação artística, fáceis de constatar, aliás. Ora, a crise de 1929 e o movimento de 1930 assinalam a abertura de uma dessas fases de liberdade, ultimamente pouco freqüentes e de duração curta aqui. A segunda fase do Modernismo começa, pois, com essa ampla abertura, quando tudo se discute e tudo se questiona.[65] Se a primeira fase colocará a tônica na forma, a segunda a colocará no conteúdo. A linguagem — salvo os casos excepcionais, como o de Carlos Drummond de Andrade — perderá muito de sua beleza, de sua originalidade, de sua flexibilidade. E a preocupação com a realidade brasileira pressionará no sentido desse abandono, desse desleixo, dessa impreparação formal que desqualifica, realmente, tantas contribuições da época. Porque é, sem dúvida, uma época fecunda, rica em manifestações que se espraiam em campo variado, atingindo áreas novas, rasgando horizontes, abrindo clareiras.[66]

A literatura brasileira assiste, então, à substituição do trabalho destruidor pelo trabalho construtivo, a piada virulenta cede lugar à seriedade nas discussões, surgem preocupações novas, de toda ordem: de um lado, no sentido do avanço no nível político, social e econômico; de outro lado, na atenção pelos problemas religiosos e filosóficos. As correntes repartem-se, definem-se, antagonizam. No nível artístico, aparecem contribuições significativas, que importam em valores universais. Em literatura, o avanço é importante, tão importante que a maioria dos estudiosos considera o Modernismo findo e a fase, agora, a que se abre em 1930, recebe outro título, para distingui-la da anterior: Pós-Modernismo. Na verdade, bem analisado o processo, trata-se do amadurecimento do Modernismo; antes, foi mais a semeadura; agora, é a colheita. A diferença é qualitativa, sem dúvida, mas como etapa do mesmo processo, sem

transição, sem ruptura. No nível político — traduzindo causas profundas que se somaram e que afloraram no efeito, dadas as circunstâncias — o movimento de 1930 fora uma ruptura. Mas no nível literário, a ruptura não fora súbita e nem mesmo o episódio de 1922 pode ser definido como tal. Daí a tendência a assimilar o processo de mudança nas letras e nas artes ao processo de mudança no nível político. Na realidade, eles nem sempre são sincrônicos: a arte tem sensibilidade especial, que a faz captar por antecipação o que, no nível político, vai surgir depois. Mas são elementos do mesmo processo. Assim, a fase entre 1930 e 1945 é de acabamento do Modernismo, de apuramento de sua contribuição, de complementação do que a anterior preparara. Nesta, realmente, o projeto estético constituíra a tônica e tudo praticamente se resumira nele. Na segunda fase, por força do afloramento da luta ideológica, denunciando o caráter agudo das contradições sociais, o projeto seria de outra natureza, guardando embora continuidade: vinha carregado de substância ideológica. O projeto, agora, "transborda os quadros da burguesia", daí as manifestações direitistas de reação; nos anos 20, otimismo; nos anos 30, pessimismo: "a politização dos anos trinta descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romande de denúncia, a poesia militante e de combate".[67]

É fácil admitir a continuidade do processo definido pelo Modernismo quando se verifica que 1930 é o ano de *Libertinagem*, com que Manuel Bandeira persiste nos rumos que escolhera cedo e que o fizera figura destacada do movimento, desde a fase inicial. *Remate de Males* representa o mesmo para Mário de Andrade. É ainda na poesia que se define com precisão o prolongamento do Modernismo, com os *Poemas*, de Murilo Mendes, o *Pássaro Cego*, de Augusto Frederico Schmidt, com *Alguma Poesia*, de Carlos Drummond de Andrade. Esses livros estabelecem, como peças da mesma estrutura, a identidade entre o antes e o depois de 1930 e da ruptura política. Murilo Mendes confirmará, adiante, a sua importância na poesia brasileira e o lado original de sua contribuição. Schmidt continuará sua retórica poética de grandes vôos. Eles representam, pela

posição que assumem nas letras, uma das faces do processo. A outra face é definida por Carlos Drummond de Andrade e nele, realmente, o Modernismo alcança o seu grande momento e alinha um dos seus poucos valores universais. Drummond, mais do que ninguém, define o Modernismo da segunda fase: "Estava há muito encerrada a fase heróica de 22 a 30. Vivia-se, ao contrário, uma década de serena construção, de despojamento, de semi-clássica transformação dos modernistas de ontem em poetas para sempre. O que já implica confessar que o Modernismo sobrevivia; que só morrera o seu tom de estalo, a sua inicial (e necessária) disposição de arrasar o armazém das convenções e da dignidade da literatura".[68] *Alguma Poesia* é apenas o início de uma obra poética que atingirá o seu apogeu com *Sentimento do Mundo* e com *A Rosa do Povo*: "Ora, *Sentimento do Mundo* caracteriza-se, inicialmente, pela apresentação de uma linguagem e de uma forma realmente poéticas; a linguagem sendo de caráter mágico, como em toda poesia, não de caráter exatamente lógico, como nos gêneros prosaicos. [. . .] Este livro revela o drama de um autêntico revolucionário que busca permanecer ao mesmo tempo fiel às exigências de sua arte; de um ser humano que deseja identificar-se com os problemas populares, sem abandono de sua personalidade artística, por natureza de feitio aristocrático".[69] De *Alguma Poesia*, em 1930, início da segunda fase do Modernismo, à *Rosa do Povo*, de 1945, quando ela se encerra, Carlos Drummond de Andrade alcança posição de inconfundível destaque em nossa literatura: "Outra grande fundação do Modernismo — a obra de Carlos Drummond de Andrade — não é assim 'tradicional'. Este poeta renovou a linguagem e o endereço da nossa lírica. Depois dele, uma e outra se abriram a modos mais objetivos de direção social, que já não cabem no subjetivismo anterior. O humanista dos primeiros livros deu ao lirismo uma agudeza reflexiva e irônica que o virou pelo avesso; o autor de *A Rosa do Povo* passou a emocionar-se com os sentimentos coletivos, e finalmente o terceiro Drummond, de *Claro Enigma* considerado, fundou entre nós a grande meditação poética sobre as razões da existência, a pensativa poesia sobre a 'condition humaine' e as recentes significações do Neo-Humanismo contemporâneo".[70]

É uma ascenção progressiva e sem inflexões, a da poesia de Carlos Drummond de Andrade, que começa na província, quando estréia, e se amplia em *Brejo das Almas,* quando se transfere para o Rio de Janeiro e incorpora novos motivos, sempre em sentido original, numa depuração que denuncia nele a presença constante do apuro estético modernista. Sob múltiplos aspectos, essa poesia ganha aquela universalidade peculiar ao que se conserva autêntico e, portanto, com as raízes na vida, no homem, na particularidade. Ferreira Gullar, em análise feliz da poesia de Drummond, acentua esses traços, observando que ele "não se desliga do cotidiano, do real concreto, antes abre-se a ele", e destacando a sua ironia, "esse corpo a corpo com o real, essa necessidade de transformar em poesia a matéria escura, compacta, às vezes sórdida do mundo". Gullar mostra como essa poesia é uma "aventura que encarna, no nível da literatura brasileira, o drama do homem de hoje, no mundo de hoje, num país periférico", daí apresentar-se como "uma experiência dramática, uma rebeldia e um inconformismo que atingem às vezes limites extremos", e que resulta da experiência humana do poeta, daí sua "perplexidade e revolta, que se diluem às vezes em ironia, às vezes em sarcasmo, às vezes em ceticismo". Gullar situa e caracteriza com lucidez a poesia de Drummond: "Mas essa poesia se situa de uma maneira muito especial no processo histórico-literário brasileiro. Não se trata apenas de uma obra que se distinga por suas virtudes estéticas. Trata-se, a meu juízo, do seguinte: é a poesia de Drummond que capta e dá forma e desdobramento ao que havia de radical, renovador, a proposta modernista de 22".[71] Drummond é, hoje, o poeta de sua época, uma época de tormenta e de mudança, renovadora mas às vezes cruel, cujos motivos fundamentais ele capta e transfunde em poesia. Ele mesmo dirá, um dia: "Porque a experiência literária é uma coisa bem pobre, se não vai além de si mesma, ancorando numa verdade mais íntima do homem. No próprio homem, afinal".[72]

Se a poesia de Carlos Drummond de Andrade define a continuidade do Modernismo, o mesmo não acontece com a publicação de *O Quinze,* com que estréia Raquel de Queirós, em 1931. O romance, tomado como têma o flagelo da seca,

prolonga *A Bagaceira,* em que ela é simples pano de fundo, e abre a série de ficção que ficará conhecida como "romance nordestino", e marca os compassos e características que lhe darão uma certa uniformidade, que as exceções apenas frisam, e que define desde logo as suas deficiências. Realmente, os anos trinta, e em particular na primeira metade do decênio, representam a "era do romance brasileiro". O prestígio conquistado pelos ficcionistas nordestinos empana bastante a contribuição de autores de outras regiões do país, dando a falsa idéia de que a ficção se limitou ao que aqueles apresentaram. Na verdade, há duas estrias, ou duas faixas bem definidas repartindo o caráter e o sentido da ficção brasileira, na época. A faixa do romance nordestino é a que mais se destaca, até 1935 ou 1936, mas a outra, da ficção voltada para o subjetivo, existiu sempre e ganha espaço de 1935 ou 1936 para o fim do decênio. É que, nos fins de 1935, coroando acontecimentos que assinalam a época tormentosa que o país atravessava, tem início uma daquelas fases de repressão insana e de clima opressivo com que a revolução burguesa vem periodicamente marcando o seu desenvolvimento. Assim, o decênio é repartido ao meio: no primeiro lustro, assinalando uma das fases mais ricas da história das letras no Brasil — rica não só nessa área, a da literatura, mas em outras, rica no conjunto com que a cultura brasileira avança e informa o nível de consciência de nosso povo — no primeiro lustro surgem contribuições destacadas, vivamente voltadas para a realidade do país e do mundo, buscando trazê-la para a ficção, e não só para a ficção, evidentemente, os grandes problemas, sempre dramáticos, com que ela se apresenta. De tudo tratando de forma objetiva, quase naturalista, aproximando-se da reprodução fotográfica e por isso mesmo empobrecida enquanto arte. Já no segundo lustro, desencadeada a repressão, a ficção abandona a realidade e se fecha no subjetivismo; o social — que fora a tônica do primeiro lustro — cede lugar ao individual e a arte passa a ser encarada como forma de distanciamento do real, contaminada por dilacerantes contradições de que ela deve permanecer afastada para resguardar a sua pureza. No primeiro lustro, o tom é dado pelo engajamento; no segundo, pela alienação.[73]

A significação de *O Quinze* está no fato de que inaugura uma série de romances do mesmo sentido, tendo como pano de fundo problemas da mesma região. Daí uma certa característica regional que essa ficção assume; embora em nível muito diverso daquele que definiu o outro regionalismo brasileiro, o anterior — que responde a outras contradições — e o sertanismo. Há dados circunstanciais, nessa estréia: o romance surgido de experiência direta é de uma mulher e mulher muito jovem. Esses dados negativos — nem a mulher, nem o jovem, em nosso país, têm condições para atingir nível cultural de destaque, não por ser mulher, ou por ser jovem, mas por força de condições sociais — esses dados fazem crescer o espanto ante uma descrição seca e violenta do fenômeno climático que assola uma região e lhe marca a fisionomia. Como quase toda a ficção nordestina, que vai dar o tom das letras brasileiras, no primeiro lustro dos anos trinta, *O Quinze* é a descrição de flagelo que se repete feita por alguém que vê apenas o lado exterior das coisas. Essa preocupação com o visual — quando o visível geralmente esconde a realidade — vai se generalizar no romance nordestino. Em alguns casos — e é o de *O Quinze* — com a agravante de tomar como preocupação central, única praticamente, um dos temas que mais a literatura da região adotou, o da seca. Só acompanhado em interesse, que vai da ficção ao ensaio, do cordel ao livro e ao jornal, por outro fenômeno peculiar à região e, como a seca, tratado quase sempre através do pitoresco, o do banditismo endêmico, o cangaço. *O Quinze* inaugura, ainda, e vale por isso, a literatura de denúncia, dita engajada, que é a nordestina, na série de ficção que se abre com esse romance hoje relegado à posição de referência histórica apenas.

Entre 1931 e 1933, realmente, o romance nordestino alinha os seus primeiros títulos e está fora de dúvida que eles alcançam repercussão singular, consideradas as condições do país. A *O Quinze*, de 1931, seguem-se *O País do Carnaval*, de Jorge Amado, *João Miguel*, da mesma Raquel de Queirós, e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, todos de 1932; e *Cacau*, de Jorge Amado, *Doidinho*, de José Lins do Rego, e *Os Corumbas*, de Amando Fontes, todos de 1933. O chamado "romance

nordestino" está plenamente lançado e ampliou a sua área temática, dentro dos limites regionais; aparecem, agora, a área açucareira tradicional, a área pioneira do cacau e até um pouco da área urbana, no que ela reflete a punição injusta que os flagelos climáticos impõem às populações miseráveis da região. A ficção libelista, intencional ou não, fugiu, nesses exemplos, ao imperativo dos temas obrigatórios, seca e cangaço. Não se emancipou do pitoresco, deficiência congênita, mas ganhou novo impulso. Esse tipo de ficção, às vezes simples, às vezes simplista, sem complexidades, meramente descritiva, procedendo a um levantamento informativo e a um apanhado fotográfico, vai ascendendo, sem dúvida, e esse esforço da parte dos escritores encontra ressonância no público. A ficção brasileira da segunda fase do Modernismo cria o público brasileiro, realmente. É o público que surge com o avanço da revolução burguesa e o espaço que se abre à pequena burguesia em nossa sociedade. Porque ela, a partir daí, constitui o grosso do público, aquele que consome literatura. Como consome a música popular, que amplia a sua influência com o rádio; ou o teatro, em que aparecem criações inovadoras; ou o cinema, totalmente controlado do exterior, mas onde repontam tentativas isoladas e dotadas de dimensão qualitativa especial; ou a imprensa, quando a fase artesanal é relegada aos pequenos jornais do interior.[74] Há uma relação dialética entre o público e os escritores, como entre o público e os teatrólogos ou os cineastas. O fato importante, entretanto, no que diz respeito à literatura, é que o autor passa a ser julgado — e, conseqüentemente, a depender — não mais unicamente de seus pares, como antes, quando eram os únicos leitores, os únicos juízes, os únicos críticos de literatura, mas do público. Na mesma medida, paralelamente, começa a ter função efetiva a atividade editorial brasileira.[75] E o livro vai assumindo a função de mercadoria, antes secundária nele. O papel do chamado "romance nordestino" nesse processo foi importante.

Os Corumbas, de Amando Fontes, é típico do teor dessa ficção, por muitos títulos, particularmente, como *O Quinze*, pelas suas deficiências. Sua descrição dos fatos é linear, plana, monótona e o drama das criaturas parece decorrer de uma

fatalidade inexorável que, simplesmente, se repete. O tema é, entretanto, velho mas fecundo, o dos efeitos da miséria: "O que o autor propriamente quis demonstrar no seu romance, como numa folha de documento, foram os efeitos da miséria, e, não mais desinteressadamente, os efeitos da vida. É esses efeitos particulares da miséria, independente da vida íntima dos personagens, ele os demonstra com boa observação".[76] A rudimentariedade dos recursos do romancista, a pobreza de sua capacidade criadora, a ausência de arte, em suma, são apenas substituídas, mas evidentemente não compensadas, pelo rigor da observação, pela preocupação com os dados da pequena realidade, a imediata, a próxima, aquela em que, como atores num palco, as suas figuras se movem. Ademais, no entrelaçamento dessas figuras, no jogo de paixões ou conveniências que as aproxima ou distancia ou antagoniza, o autor comete aquela falha que um crítico anotou: viola no romance as leis da vida. Ao lado da preocupação do documentarista — e ainda por isso *Os Corumbas* é típico — há as intervenções do autor na trama, como a do diretor de peça teatral que, no ensaio, entra no palco para determinar ou corrigir a interpretação dos atores. É uma transgressão elementar à técnica da ficção, cometida com a ingenuidade, a candura do caipira que, no cinema do interior, quer atirar na tela para atingir o vilão do filme. A concepção que o autor tem das condições em que a miséria aparece como nota dominante é ainda primária: "Tudo falta de uma legislação sábia e adequada". Ora, apesar de tudo isso, o romance despertou atenção e mereceu aplausos de um crítico como João Ribeiro. O que constatamos, depois, a frio, passou despercebido ao leitor comum da época e mesmo à maioria dos críticos. A simples denúncia parecia suficiente. A importância estava no conteúdo, entendido este, sumária e precariamente, como constituído pelo assunto. Amando Fontes teve o seu momento de romancista.[77] *Os Corumbas* constituiu, no entanto, uma espécie de tipo, na ficção. E só nesse caráter merece ser mencionado aqui.

Se *O País do Carnaval* não passa de rascunho de romance, na estréia de Jorge Amado aos vinte anos, já em *Cacau* o romancista definiria não só um dos temas dominantes de sua

obra — a expansão do cacau no sudeste baiano — como a sua maneira de armar o romance. E o tema como a maneira vão constituir a matéria de *Suor,* que aparece um ano depois, em 1934. Jorge Amado não é típico, como Raquel de Queirós em *O Quinze* e Amando Fontes em *Os Corumbas,* cada um a seu modo, por motivos peculiares e não partilhados pelos dois. A tipicidade de Jorge Amado deriva não do tema — a seca, para *O Quinze,* a miséria como causa da prostituição, para *Os Corumbas* — mas da maneira de tratá-lo. Essa maneira, que o romancista de *Cacau* levou aos extremos limites, na fase de que estamos tratando (ele alterou a sua maneira de tratar a ficção, adiante) cinge-se a um esquema rotineiro: o da acumulação dos dados, como numa reportagem, em simples notícia, relatório, informação, a que se acrescenta a desarrumação desses dados, dada a ausência de estrutura de sua ficção. Por outro lado, há na descrição de fatos, de acontecimentos, de pessoas, o predomínio de um convencionalismo que lembra a mais rudimentar carpintaria romântica, no contraste entre o bem e o mal, em maniqueísmo elementar. Daí a precariedade das personagens, cuja pobreza decorre de um simplorismo psicológico que atinge com mais violência as mulheres, mas que não isenta as figuras masculinas. Tais personagens são associadas, nos romances, em episódios soltos e não em qualquer tipo de ação que se desenvolva através daqueles episódios. Em *Cacau* e *Suor,* apesar de tudo, perpassa um sopro lírico, uma força poética que atenua inverossimilhanças, nas ações, não nos cenários, pois que se trata de documentários, e anima as descrições. Como os românticos menos avisados, aqueles meros escravos da fórmula romântica, Jorge Amado não carece de imaginação mas de respeito pelas suas limitações. Em *Jubiabá,* de 1935, passando agora ao cenário urbano de Salvador, há uma tentativa ou esboço de personagem, o negro Antônio Balduino, e o romance apresenta certa estrutura, a ação cresce com o tempo, os episódios, quase sempre banais, estão entrelaçados, formam uma teia, pertencem a um sistema. Mas a precariedade no domínio da técnica da ficção não permite à imaginação e à força descritiva de Jorge Amado realizar a obra pretendida. Ela permanece mutilada sempre.[78]

Com *Menino de Engenho*, em 1932, *Doidinho*, em 1933, e *Banguê*, em 1934, José Lins do Rego acrescenta ao romance documentário e libelista nordestino uma nota nova, ao mesmo passo que lhe incorpora a paisagem canavieira, com uma sentida nostalgia que busca na memória profunda a fonte de suas criações. Ainda aqui é possível apontar a fragilidade estrutural dessa ficção que colhe e alinha episódios, situações, encontros e desencontros humanos, tudo no estilo repetitivo com que o romancista procura gravar no leitor aquilo que está gravado na sua lembrança. Enquanto evocações, realmente, as descrições de José Lins do Rego ganham em força, elas nos chegam carregadas de cor e às vezes de poesia, particularmente no livro de estréia. Quando se trata de adicionar ao mundo vivido, que ele revive com mestria, aquilo que é a contribuição do ficcionista, a sua marca de criador, o nível desaba. Ele é o contador de histórias — histórias do que viu e viveu — mais do que tudo e acima de tudo. Não há imaginação, mas recordação. Os tipos existiram, os episódios aconteceram. Quando o romancista, depois, tenta emancipar-se da servidão que o domina e que o liga à sua terra, à sua gente, ao horizonte em que se moveu, sua debilidade aparece claramente. Ele é importante enquanto testemunha, protagonista. Seu depoimento está sempre próximo da verdade, a verdade dos homens, a verdade da natureza. Aqueles e esta vistos através do seu temperamento. A identidade do memorialista é tão profunda com aquilo que o cercou, que emoldurou a sua vida, que tudo parece, e é, obra de memorialista mais do que de ficcionista.[79] Nesses livros iniciais, entretanto — *Menino de Engenho, Doidinho, Banguê* — pulsa uma força singular, na descrição da natureza e da sociedade. Ele vê a esta de uma posição soberana, é sempre o filho do senhor de engenho, mas as relações que assinala, sempre servindo-se dos fatos e não de análises e juízos de valor — é o menos analítico dos ficcionistas — permitem reconstituir o meio a que se refere, na totalidade de seu tecido de relações. Nesse sentido, e sendo documentarista como os outros romancistas nordestinos do libelo e do protesto, sabe compor a sua acumulação informativa, arrumar o seu material, com verdadeiro talento. O romancista é, nele, sempre

melhor do que o escritor, que só alcança notas altas episodicamente. E, no romancista, o que impera é a memória, a capacidade para reter e reviver e reconstituir.[80] Com o "ciclo da cana-de-açúcar" em sua obra, José Lins do Rego define sua presença em nossa literatura. O que, na sua obra, está fora desse "ciclo" vai ser esquecido. Os três primeiros romances e *Fogo Morto*, com que retorna ao seu tema predileto, adiante, estão incorporados ao nosso patrimônio cultural e permanecerão resguardados do desgaste do tempo.[81]

A poesia modernista continua, nesta segunda fase, a apresentar algumas obras interessantes, continuando as figuras da primeira fase a sua obra, e ocorrem duas estréias, a de Vinícius de Morais, com *O Caminho para a Distância*, em 1933, e *Forma e Exegese*, em 1935, que já prenunciam a sua importante obra posterior; e a de Raul Bopp: *Cobra Norato*, de 1931, coloca-o em primeiro plano. Plínio Salgado, com *O Esperado*, em 1931, e *O Cavaleiro de Itararé*, em 1932, prossegue a linha iniciada com *O Estrangeiro*, na tentativa de não apenas retratar a nova sociedade que o avanço das relações capitalistas aqui vai gerando como esboçando, através de intervenções nos textos de ficção, definir a orientação a que logo se aferrará, passando à aberta e total militância política. A ficção de Plínio Salgado, de valor mais histórico do que estético, é estreitamente ligada à fase que o país atravessa, quando a variedade de manifestações e conseqüente clima de polêmica e debate marcha para a estagnação do Estado Novo.[82] Oswald de Andrade volta, em 1933, com *Serafim Ponte Grande*, em cujo prefácio faz a revisão da Semana de Arte Moderna, e em 1934, com *A Escada Vermelha*. Raquel de Queirós reaparece, em 1932, com *João Miguel*. Lúcio Cardoso, na linha do romance nordestino mas com temas do sudeste, publica *Maleita*, em 1934, e *Salgueiro*, em 1935; está pagando tributo ao modelo dominante. Modelo que, mesmo enquanto nordestino, um estreante, Graciliano Ramos, não acompanha; estreiando com *Caetés*, o que ele conta é uma pequena intriga de província, sem grandes horizontes. O romance, por isso mesmo, parece abafado pelo reinado dos documentários com que a realidade nordestina vai sendo desvendada e posta ao alcance de todos. Tasso da Silveira dá a

sua *Definição do Modernismo,* em 1932; é a do grupo de Festa, gente do Rio, com diferenças muito grandes da gente de São Paulo quanto à rebelião estética. Mário de Andrade continua o seu trabalho, com *Belazarte,* de 1935. A estréia de Érico Veríssimo, em 1932, com *Fantoches,* não tem a menor significação; mas já no ano seguinte *Clarissa* anuncia a presença de um ficcionista que contrasta com os nordestinos.[83] É diferente deles, também, José Geraldo Vieira, que aparece ainda em 1933, com *A Mulher que Fugiu de Sodoma.*[84] Nesse mesmo ano, tão fecundo e tão característico da fase, na diversidade e na modernidade de suas manifestações, estréia no Brasil um novo ensaísta: Gilberto Freyre publica *Casa Grande & Senzala.* Se Oliveira Viana foi típico da primeira fase modernista, a de demolição, com a carga de preconceitos e prejuízos de classe agasalhados nas *Populações Meridionais do Brasil,* Gilberto Freyre seria típico da segunda fase. Como o seu antecessor — escritor claro, simples, de exposição correntia, contrastando com o costumeiro estilo pesado dos ensaístas anteriores e mesmo os do tempo — Gilberto Freyre sabe dispor as idéias e alinhá-las, em estilo original. Nesses dois ensaístas, o Modernismo está claramente ativo, pela forma e pelo conteúdo. Trata-se de escrever bem, realmente, em contraste com a chatice e a ênfase dos que vinham trabalhando o gênero. Mas trata-se, também, no conteúdo, de renovar no acessório, sem molestar os tabus da classe que vai emergindo e participando cada vez mais do poder, inclusive na tarefa de estabelecer as idéias dominantes, fundar a nova cultura oficial. Os dez anos que separam o início dos trabalhos desses dois pensadores que elaboram a ideologia burguesa não os distanciam tanto quanto parece à primeira vista. O futuro dirá, a esse respeito, a palavra definitiva. Mas já é expressiva, desde logo, a forma como, na diversidade, eles se articulam e se somam.

O dado fundamental da ficção nordestina estava na maneira como, invertendo os termos colocados pelo Modernismo da primeira fase, punha ênfase no conteúdo e relegava a forma a nível baixo. Enquanto artistas, realmente, os prosadores nordestinos pecavam por deficiências graves. A simpatia que demonstravam pelos desafortunados, o caráter de denúncia das

cenas e até dos episódios que alinhavam, a escolha mesmo dos assuntos e a maneira de apresentá-los, tudo, nesse plano, trazia para aquela ficção reveladora um prestígio que durou muito tempo e lhe conferiu foros de paradigma. Essa ficção violenta, que revelava aos brasileiros as seculares e terríveis mazelas que dominavam vasta região e parcela numerosa de nosso povo — a região que, no passado colonial e imperial, fora a mais importante do país e se fixara em nossa história — tornar-se-ia, inclusive pela seqüência rápida de seus títulos e pelo escândalo que provocavam com as suas denúncias, algo de modelar. Ora, a deficiência formal, em contraste com a enérgica procura da nova forma e, portanto, do avanço estético, escondia, na realidade, o que a ficção nordestina trazia de autêntico, de profundo e de moderno. Com as suas debilidades formais, com o seu recuo estético, aquela ficção era moderna pelo seu conteúdo, pela força da denúncia, pela insistência do libelo. Sua maneira de contar era deficiente, do ponto de vista artístico, mas era tão importante que, no teor de reportagem, de informação e de protesto, trazia a realidade para a literatura, violentamente. Na verdade, a prosa brasileira moderna seria tratada particularmente por João Alphonsus, estreando com *Galinha Cega,* em 1931, por Marques Rebelo, que estréia, em 1931, com *Oscarina,* e volta, em 1933, com *Marajá* e, em 1935, com *Três Caminhos.* Mas particularmente com uma obra-prima, *São Bernardo,* de Graciliano Ramos, em 1934.

A apurada sensibilidade de João Alphonsus, servida por um estilo em que a simplicidade decorre da mestria, permite-lhe criar uma obra singular em nossa literatura, particularmente no conto, em que se destacou. Sua estréia, com os contos de *Galinha Cega,* em 1931, apresenta diversidade flagrante — confirmada com o romance *Totônio Pacheco,* de 1934 — em relação aos documentaristas nordestinos. Três livros de contos e dois romances, em carreira cedo interrompida pela morte, colocam-no como figura muito importante da literatura brasileira na área da prosa modernista.[85] Foi com o conto que estreou também Marques Rebelo, *Oscarina* é de 1931. Renovador da prosa literária brasileira e extraordinário narrador de costumes cariocas, colocando-se na linhagem inaugurada por

Manuel Antônio de Almeida e que ele apuraria, com leveza, graça e naturalidade insubstituíveis.[86] O simples confronto da ficção de João Alphonsus e de Marques Rebelo — para não falar na de Mário de Andrade — com a dos documentaristas nordestinos assinala a diferença fundamental entre aqueles que eram dominados pelo assunto e embalados pelo conteúdo e aqueles que, retomando a velha tradição e superando-a, renovaram a arte literária e fundiram forma e conteúdo, estabelecendo modelos da prosa modernista. Estes são, realmente, modernos pela maneira como realizam a ficção, seja no conto, seja no romance, como outros haviam realizado a poesia. Cada um à sua maneira, recolhem a lição clássica e a refazem. Com eles, o Modernismo se completa na prosa, a que a força narrativa dos documentaristas nordestinos dera extraordinário impulso.

A mais alta figura da prosa nordestina seria Graciliano Ramos. Nele, realmente, a língua, distanciada dos cacoetes escandalosos do Modernismo, como dos rigores formais da simples imitação de um classicismo superado, serviria de extraordinário instrumento para elaboração de uma obra de profundo conteúdo humano e social, em que os conflitos individuais e coletivos teriam exata representação. Escritor claro, harmonioso e simples, caracterizado por uma extrema parcimônia verbal, Graciliano Ramos ascendeu a uma mestria raramente encontrada entre nós, deixando uma obra em que se retrata com fidelidade exemplar a vida brasileira do nosso tempo, com os seus dramas e os seus desencontros. Minucioso e exato no traço, reconstituindo a paisagem física muito menos que a paisagem humana, mas mostrando na segunda a influência da primeira, como nos quadros da seca, Graciliano Ramos foi o narrador da decadência de uma classe, no meio nordestino, conseguindo superar, pela sua vigorosa arte literária, tudo o que o regionalismo tem de meramente superficial e externo e o documentário de elementar e limitado, ao mesmo tempo que refletiu, de maneira fiel, o resultado nas pessoas de todo o contraste e de todo o conflito representado pela vida brasileira e de seu tempo. Realizando em altos padrões literários a transposição da realidade para a ficção, Graciliano Ramos não só se destacou como figura inexcedida em sua época, como denunciou

o amadurecimento da literatura brasileira, o momento a que ela atingira como expressão nacional de um povo.[87]

Delimitar no tempo o início e o fim dos movimentos culturais, como o Modernismo, é sempre difícil, e a mesma dificuldade se apresenta quando se trata de apreciar a passagem de um movimento a outro, de uma fase a outra. A complexidade dos processos culturais resiste aos esquemas, divisões e delimitações. As mudanças não são marcadas por datas ou acontecimentos especiais, ainda que, por vezes, escolhas convencionais pretendam fixá-las assim. O Modernismo, mesmo aceitando-se, como aqui se aceita, uma fase preliminar, e ainda que se admita a Semana de Arte Moderna como assinalando o início da renovação a que se propunham as suas figuras destacadas, o Modernismo, a rigor, está presente em algumas manifestações do início do século. De certo modo, ele aparece no romance de Graça Aranha, *Canaã,* de 1902, no conteúdo mais do que na forma, em que pesa ainda demasiada retórica. Como aparece nas páginas mais calorosas de *Os Sertões,* ainda que a modernidade de determinados aspectos do conteúdo fique abafada pelo peso solene da ênfase descritiva, pela carga do estilo escultural de Euclides. A prosa de João Ribeiro e o modo de tratar os temas, alguns realmente inovadores, é também já diversa do que constituía o modelo vigente na época. As *Páginas de Estética,* de 1905, e *O Fabordão,* de 1910, definem já aquilo que, coerentemente, fará de João Ribeiro um crítico tão compreensivo do Modernismo. Os conceitos e até o método que caracterizam os ensaios de Gilberto Amado são modernos. *A Chave de Salomão,* de 1914, como *Grão de Areia,* de 1919, constituem análises modernas de aspectos brasileiros. E o ficcionista moderno que o Brasil apresenta — e que permanece longos anos quase desconhecido — é, sem dúvida, Lima Barreto. Ninguém é mais avançado, mais original, mais moderno do que ele, na época. O *Isaías Caminha,* já em 1909, como o *Policarpo Quaresma,* em 1915, como *Numa e a Ninfa,* em 1917, como o *Gonzaga de Sá,* em 1919, ou *Histórias e Sonhos,* em 1920, são o que de mais moderno a ficção brasileira apresentou até hoje. Tido como inimigo do Modernismo, Monteiro Lobato foi, na verdade, um renovador da prosa, fazendo-a simples, fácil, cor-

rentia. Essa mesma simplicidade é possível encontrar nos romances de Godofredo Rangel, *Falange Gloriosa*, de 1917, e principalmente *Vidas Ociosas*, de 1920. A modernidade aparece, também, em um livro singular, *Madame Pommery*, de 1919, em que Hilário Tácito retrata costumes paulistanos da fase de enriquecimento cafeeiro.[89] Como aparece no romance de recorte machadeano *O Professor Jeremias*, de Léo Vaz, publicado em 1920, com cinco edições até 1934, fase em que a ficção documentária imperava.[90]

A modernidade multiplica os seus aspectos, naturalmente, na medida em que se acentuam as mudanças que a definem em conjunto. Ela reside tanto no Carlos Drummond de Andrade de *Alguma Poesia*, como na prosa de *O Quinze*, de Raquel de Queirós, ambos de 1930, aquele exemplo de poesia nova e liberta, este marcando a sucessão de documentários nordestinos; tanto no estranho poema *Cobra Norato*, com que Raul Bopp fixa o seu lugar na poesia brasileira, em 1931, quanto na prosa picotada de *O Esperado*, de Plínio Salgado, ou na linguagem tipicamente carioca de *Oscarina*, de Marques Rebelo, ambos de 1931; tanto na ficção amarga de *Os Ratos*, de Dionélio Machado, quanto na poesia de *Forma e Exegese*, com que Vinícius de Morais estréia, nesse mesmo ano de 1935. Tanto nas crônicas de *O Conde e o Passarinho*, com que Rubem Braga estréia, em 1936, quanto nos contos de *Velórios*, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, do mesmo ano, outro livro solitário de um escritor que cedo abandonou o mister.[91] Tanto em um romance do desencontro humano como *Um Homem Dentro do Mundo*, de Oswaldo Alves, como num romance de teor documentarista como *Tonio Borja*, de Cordeiro de Andrade, ambos de 1940.[92]

No desenvolvimento do Modernismo há que considerar forçosamente o quadro histórico em que se desenvolveu até 1935 e depois desse ano. No Brasil, as fases de liberdade, geralmente curtas, são freqüentemente cortadas pelas fases de restrições mais ou menos profundas à liberdade, geralmente mais longas. É um movimento pendular da sociedade brasileira, movimento cuja irregularidade tem sido marcante. A verificação dos efeitos dessas alternativas na criação artística é difícil

porque ninguém contesta a complexidade das mediações entre a conjuntura política e a atividade criadora dos indivíduos, sob seus múltiplos aspectos, particularmente os artísticos. Se é precária a associação entre o plano político e o plano artístico no caso de pessoas isoladas, mostrando como o processo político condiciona as manifestações deste ou daquele artista, é possível sempre assinalar tal associação quando se considera a coletividade, o conjunto, o sentido geral das manifestações. Na história brasileira, à época em que o Modernismo se desenvolveu, ocorrem mudanças políticas que projetam seus efeitos na criação literária e esses efeitos podem ser aferidos pelo balanço e análise dos trabalhos então apresentados. A fase de liberdade, sempre relativa naturalmente, inaugurada nos fins de 1930, é encerrada em fins de 1935, quando se abre uma fase de repressão política que culminará, em fins de 1937, com a implantação de um regime, o chamado Estado Novo, que procura acompanhar a ascenção fascista que se apresenta no quadro internacional. Não interessa aqui a análise dos motivos e das características dessa fase de limitação da liberdade, sendo suficiente mencionar que ela se definiu, entre outros traços, por um obscurantismo vesânico, com repressão violenta às manifestações culturais, censurada a imprensa e vasculhadas as bibliotecas, em expurgos típicos do fascismo.

É possível constatar, no desenvolvimento do Modernismo, como o impulso criador que se definiu particularmente no terreno da ficção — e de que o romance documentário nordestino foi manifestação expressiva — sofreu mudança significativa a partir de 1936. Se, em 1935, apareceram romances como *Jubiabá*, de Jorge Amado, *Marafa*, de Marques Rebelo, *Os Ratos*, de Dionélio Machado, e os dois que assinalam a entrada de Érico Veríssimo em atividade, *Caminhos Cruzados* e *Música ao Longe*, já em 1936, *Angústia*, de Graciliano Ramos, de atmosfera opaca, é escrito na prisão e começa a definir-se uma linha de ficção subjetiva que ocupará espaço crescente em nossas letras, enquanto preocupações formais passam a primeiro plano. Lúcio Cardoso, que lançara *Maleita*, em 1934, e *Salgueiro*, no ano seguinte, transfere-se para a linha subjetiva, com *A Luz no Subsolo*, de 1936, *Mãos Vazias*, de 1938, *O Desconhecido*, de

1940, numa obra que se prolongará em outros títulos.[93] É em 1936 que Cornélio Pena estréia com *Fronteira,* voltando, em 1939, com *Dois Romances de Nico Horta.*[94] Em 1937, Otávio de Faria, vindo do ensaísmo direitista, dá início, com *Mundos Mortos,* ao amplíssimo painel da burguesia brasileira, que consumirá sucessivos romances. O regionalismo documentarista que, em nossas letras, corresponde a nova etapa, sob condições diversas do regionalismo naturalista dos fins do século XIX, repontará, em 1941, com o romance com que Dalcídio Jurandir dá início à sua reconstituição da paisagem paraense, *Chove nos Campos da Cachoeira;* com *Terras do Sem Fim,* com que Jorge Amado volta aos cenários da zona cacaueira; e com o ressurgimento de José Lins do Rego, em 1943, com *Fogo Morto,* outro retorno, agora aos cenários da zona açucareira. Mas 1943, acentuando o outro lado do processo, é o ano da estréia de Clarice Lispector, com *Perto do Coração Selvagem.* O Modernismo está no fim.

NOTAS AO CAPÍTULO 1

[1] F. DIEZ MEDINA, "El Problema de una literatura nacional", *in Cuadernos Americanos,* Buenos Aires, março-abril, 1956, pág. 135.

[2] "A arte espelhava um mundo convulso, tocado de angústia humana, com dramas profundos e arrasado pelo choque de massas brutas." (Raul Bopp, *Vida e Morte da Antropofagia,* Rio, 1977, pág. 22.)

[3] Como Modernismo, antologistas entendem "um movimento, uma estética e um período." (Antonio Cândido e J. Aderaldo Castelo: *Presença da Literatura Brasileira. História e Antologia,* III, *Modernismo,* S. Paulo, 1964, pág. 7.)

[4] O festival conhecido como Semana de Arte Moderna realizou-se no Teatro Municipal da capital paulista na noite de 13, tarde de 15 e noite de 17 de fevereiro de 1922. Foram seus patrocinadores Paulo Prado, Alfredo Pujol, Oscar Rodrigues Alves, Numa de Oliveira, Alberto Penteado, René Thiollier, Antonio Prado Júnior, José Carlos de Macedo Soares, Martinho Prado, Armando Penteado e Edgard Conceição, figuras de largo prestígio nos círculos econômicos, financeiros, sociais e políticos do estado e do país. Com a incorporação de Graça Aranha, diplomata aposentado, que regressara ao país há pouco, ficaram conhecidos como os Doze Apóstolos, "sequiosos de novidade e de novos ideais artísticos", como diria uma revista da época. René Thiollier foi o empresário, organizador da comissão patrocinadora, ativista encarregado de "passar entradas pelas pessoas da sociedade" e de conseguir que o Governo

"custeasse uma parte das despesas com a hospedagem dos artistas e escritores que vinham do Rio". Mário da Silva Brito informa ainda, a respeito da empreitada: "Há, pois, dois grupos a considerar na composição da Semana de Arte Moderna. Um — e é realmente o que importa — integrado pelos escritores, artistas plásticos e músicos — e que travou a batalha pela reforma estética e de mentalidade. O outro, constituído pela gente do *high society* e das finanças, fosse movido por esnobismo, fosse trazido pela ação pessoal de Paulo Prado ou aliciado por René Thiollier, tornou possível a realização das famosas noitadas do Municipal. [...] A Semana de Arte Moderna deu prejuízo. Revela *A Gazeta* que o déficit montou a 7:400$000, "tendo cada membro do comitê de entrar do seu bolsinho com seiscentos e poucos mil réis." (Mário da Silva Brito, "Mecenas não são Apóstolos", *Correio da Manhã,* Rio, 15 de outubro de 1967.) A Semana de Arte Moderna teve início na noite de 13 de fevereiro, com a conferência de Graça Aranha sobre "A emoção estética na arte moderna". No saguão do teatro foi instalada a exposição de artes plásticas, com obras de Antonio Moya e Georg Prsirembel (arquitetura), Vitor Brecheret e W. Haerberg (escultura), Anita Malfatti, Di Cavalcanti, J. Graz, Martins Ribeiro, Zita Aita, J. F. de Almeida Prado e Vicente do Rego Monteiro (pintura), "tudo numa rejeição de estilos e padrões consagrados". Ilustrando a conferência de Graça Aranha, o maestro Ernane Braga executou ao piano composições satíricas de Erik Satie, zombando da *Marcha Fúnebre* de Chopin. Seguiu-se uma sessão de declamação e palestra do poeta Guilherme de Almeida e do ensaísta Ronald de Carvalho, discorrendo este sobre a pintura e a escultura modernas no Brasil e dizendo o poema de Manuel Bandeira "Os Sapos". A música completou a noitada, com a apresentação de composições de Vila-Lobos. Na vesperal do dia 15 e na noite de 17, Ronald de Carvalho voltou a discorrer, seguido por Menotti del Picchia, que pretendeu esclarecer os motivos do festival; Oswald de Andrade leu versos de sua autoria e falou sobre o programa da Semana; Mário de Andrade explicou as telas que tanto escândalo já despertavam. A repercussão não correspondeu, embora o fim procurado — despertar atenção pelo escândalo — tivesse sido alcançado em parte. Os escritores associados ao festival dispunham de colunas em jornais: "Contando com o apoio da elite paulistana, a Semana de Arte Moderna obtém também a simpatia da imprensa, onde militam com brilho vários de seus participantes. É o caso, por exemplo, de Menotti del Picchia, chefe de redação do *Correio Paulistano;* René Thiollier, um dos diretores do *Jornal do Comércio,* para o qual escreve Oswald de Andrade; e Mário de Andrade, que assina uma coluna em *A Gazeta.*" (*Jornal do Brasil,* Rio, 5 de fevereiro de 1972.) Outros pensam de maneira diversa: "Se alguma influência teve a Semana, esta foi puramente literária e restrita. Hoje se conta que a Semana foi um escândalo social e que dela se falava nas casas de família aos cochichos. Tudo fantasia. E não havia razão para esse escândalo, uma vez que não era ela a editora do *Parafuso* e seus componentes, bacharéis de ótimas famílias, moralíssimos.

Escandaloso só Oswald. Escandaloso somente. A Semana de Arte Moderna foi um sarau literário burguês, que proclamou irreverências de salão, divertindo uma sociedade sem distrações. Não teve então a influência que se lhe atribui." (Nelson Palma Travassos, "À Margem da Semana de Arte Moderna", *Correio do Livro*, S. Paulo, março de 1972.)

5 "Mas a Semana, em grande medida, é um acontecimento da alta sociedade. Menotti del Picchia, escrevendo no *Correio Paulistano*, disse que se trata da 'maior ocorrência mundana da temporada, depois do baile dos Campos Elísios e antes do baile da Hípica" e considerou-a "coqueluche do nosso *grand monde*". Oswald de Andrade, no *Jornal do Comércio*, justifica esse acolhimento e a própria presença da aristocracia no movimento." (*Jornal do Brasil*, Rio, 5 de fevereiro de 1972.)

"A Semana de 1922 — afirma, em um resumo final — não teve a menor preocupação social. Os futuristas todos eram burgueses confortáveis, que gostavam de se reunir em ambiente de luxo, *gozando*, fazendo blague, mas sempre em harmonia com os Governos, auferindo deles bons proveitos para si e os seus." (Antonio Paim Vieira, "Os burgueses confortáveis", *Jornal do Brasil*, cit.)

"A tal Semana — concluiu — que foi fogo-fátuo dos *playboys* dos anos 20, serviu para divertir os *gozadores* e espantar alguns burgueses." (Leo Vaz, "Os playboys divertidos", *Jornal do Brasil*, cit.)

6 ALCEU AMOROSO LIMA, *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, Rio, 1956, pág. 64.

7 *Jornal de Letras*, Rio, agosto de 1949.

8 *Diretrizes*, Rio, 24 de junho de 1946.

9 *O Estado de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 1962.

10 Idem.

11 *Diário Carioca*, Rio, 18 de maio de 1952.

12 *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 1960.

13 PEREGRINO JÚNIOR, "Intenções e Conseqüências do Movimento Modernista", *in Três Ensaios. Modernismo. Graciliano. Amazônia*, Rio, 1969, pág. 22.

14 MÁRIO DE ANDRADE, *O Empalhador de Passarinho*, S. Paulo, s. d., pág. 160.

15 ROBERTO SCHWARZ, *A Sereia e o Desconfiado*, Rio, 1965, pág. 2.

16 PEREGRINO JÚNIOR, *op. cit.*, pág. 24.

17 Idem, pág. 22.

18 AFRÂNIO COUTINHO, *Introdução à Literatura no Brasil*, 6.ª edição, Rio, 1970, pág. 248.

19 Idem, pág. 251.

20 "Do modernismo brasileiro talvez não se possa dizer nunca que tenha sido uma escola ou mesmo uma corrente tão regular, tão uniforme quanto o foram o romantismo e o parnasianismo. O seu próprio caráter deu-lhe uma constituição diferente. Formou-se como uma revolução mais generalizada e mais radical do que qualquer outra." (Álvaro Lins, *Os Mortos de Sobrecasaca*, Rio, 1965, pág. 4.)

"Os modernistas de 1922 nunca se consideraram componentes de uma escola, nem afirmaram ter postulados rigorosos em comum. O que os unificava era um grande desejo de expressão livre e a tendência para transmitir, sem os embelezamentos tradicionais do academismo, a emoção pessoal e a realidade do País. [...] O movimento assumiu traços radicais sob o aspecto estético e agressivo e sob o aspecto polêmico." (Antonio Cândido e José Aderaldo Castelo, *op. cit.*, pág. 9 e 13.)

21 MÁRIO DE ANDRADE, *Paulicéia Desvairada*, S. Paulo.

22 MÁRIO DE ANDRADE, *A Escrava que não é Isaura*, S. Paulo.

23 ANTONIO CÂNDIDO e JOSÉ ADERALDO CASTELO, *op. cit.*, pág. 9.

24 JOÃO LUIZ LAFETÁ, *A Crítica e o Modernismo*, S. Paulo, 1974, pág. 11. O autor particulariza a sua análise assim: "A experimentação estética é revolucionária e caracteriza fortemente os primeiros anos do movimento: propondo uma radical mudança na concepção da obra de arte, vista não mais como mimese (no sentido em que o naturalismo marcou de forma exacerbada esse termo) ou representação direta da natureza, mas como um objeto de qualidade diversa e de relativa autonomia, subverteu assim os princípios da expressão literária. Por outro lado, inserindo-se dentro de um processo de conhecimento e interpretação da realidade nacional — característica de nossa literatura — não ficou apenas no desmascaramento da estética passadista, mas procurou abalar toda uma visão do país que subjazia à produção cultural anterior à sua atividade. Nesse ponto encontramos, aliás, uma curiosa convergência entre projeto estético e ideológico: assumindo a modernidade dos procedimentos expressionais, o Modernismo rompeu a linguagem bacharelesca, artificial e idealizante que espelhava, na literatura passadista de 1890-1920, a consciência ideológica da oligarquia rural instalada no poder, a gerir estruturas escleròsadas que, em breve, graças às transformações provocadas pela imigração, pelo surto industrial, pela urbanização (enfim pelo desenvolvimento do país) iriam estalar e desaparecer em parte. Sensível ao processo de modernização e crescimento de nossos quadros culturais, o Modernismo destruiu as barreiras dessa linguagem 'oficializada', acrescentado-lhe a força libertadora e ampliadora do folclore e da literatura popular. Assim, as 'componentes recalcadas' de nossa personalidade vêm à tona, rompendo o bloqueio imposto pela ideologia oficial; curiosamente, é a experimentação de linguagem, com suas exigências de novo léxico, novos torneios sintáticos, imagens surpreendentes, temas diferentes, que permite — e obriga — essa ruptura." (Idem, pág. 12.)

25 JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, *A Razão do Poema*, Rio, 1965, pág. 34. A associação entre a ordem artística e a ordem ideológica, implícita na análise de José Guilherme Merquior, é explicitada por

João Luiz Lafetá: "Vimos que, por uma razão de ordem artística (a natureza intrínseca da linguagem modernista solicitando a incorporação do popular e do primitivo) e outra de ordem ideológica (a burguesia apoiando-se em sua origem e revalorizando, através da transmutação estética modernizante, hábitos e tradições culturais do Brasil arcaico) os dois projetos do Modernismo se articulam e se complementam." (João Luiz Lafetá, *op. cit.*, pág. 16.)

[26] MÁRIO DE ANDRADE, *O Empalhador de Passarinho*, pág. 162.

[27] MÁRIO DE ANDRADE, *Aspectos da Literatura Brasileira*, S. Paulo, s. d., pág. 235.

[28] OSWALD DE ANDRADE, *Ponta de Lança*, Rio, 1972, pág. 95. José Luiz Lafetá entendeu ainda mais amplamente esse processo complexo que relaciona o material e o cultural: "O senso do fantástico, a deformação do sobrenatural, o canto do cotidiano ou a espontaneidade da inspiração eram elementos que circundavam as formas acadêmicas de produção artística. Dirigindo-se a eles e dando-lhes lugar na nova estética, o Modernismo, de um só passo, rompia com a ideologia que segregava o popular — distorcendo, assim, nossa realidade — e instalava uma linguagem conforme a modernidade do século. [...] Dessa forma, os artistas do Modernismo e os senhores do café uniam o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira." (João Luiz Lafetá, *op. cit.*, pág. 13 e 15.)

[29] FRANKLIN DE OLIVEIRA, "É preciso desmontar esse mito", *Jornal dos Debates*, nova fase, Rio, ano I, n.º 1, 13 de abril de 1972. Em outro artigo, Franklin de Oliveira acusa os modernistas de 1922, que organizaram as atividades da Semana de Arte Moderna, de reacionários. Não havia neles nenhum inconformismo político, estavam ligados ao "que havia de mais reacionário na vida política brasileira", o escapismo teria sido "a sua primeira máscara", não refutavam "as doutrinas sociais então vigentes", desconheceram a revolta de Copacabana e seus heróis etc. "Estavam atolados numa homérica alienação". Geraram movimentos de cunho direitista inequívoco. A crítica que Franklin de Oliveira vem desenvolvendo à Semana de Arte Moderna tem sido sagaz e justa. Particularmente quanto aos fatos e às pessoas. Acontece que a relação entre os diversos planos em que se desenvolve a vida social é extremamente complexa e, quase sempre, o que se vê, o ostensivo, não é o importante nem o característico. Por outro lado, a confusão entre o indivíduo e a sociedade e o esquecimento da relação dialética entre universal, geral e particular leva sempre à deformação do quadro histórico. No particular e individual, qual o verdadeiro Oswald de Andrade, o que quer armar os estudantes para combater os operários em greve, em 1917, ou o que se penitencia de ter servido à burguesia, ou o que se aproxima do comunismo, transitoriamente? Todos eles são a personalidade de Oswald de Andrade, em seu desdobramento histórico. Telê Porto Ancona Lopez estudou com inteligência a extraordinária aventura intelectual da figura mais válida da Semana de Arte Moderna, em *Mário de Andrade. Ramais e Caminho*, S. Paulo,

1972. Qual o verdadeiro Mário de Andrade? Ele próprio já dizia: "Eu sou trezentos, trezentos e cinqüenta..."

[30] ALFREDO BOSI, *A Literatura Brasileira — V — O Pré-Modernismo*, S. Paulo, 1966, pág. 11. Bosi entende como pré-Modernismo "tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural", exemplificando com o "romance social de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaísmo social de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e à vivência brasileira de Monteiro Lobato", com o "papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional"; é pré-modernista toda manifestação que "enquanto crítica ao Brasil arcaico, negação de todo academismo e ruptura com a República Velha, desenvolve a problemática daqueles, como o fará, ainda mais exemplarmente, a literatura dos anos 30"; em Euclides, por exemplo, é moderna "a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade." (Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1970, pág. 343-345.)

[31] CARLOS NELSON COUTINHO, GILVAN P. RIBEIRO, JOSÉ PAULO NETTO, LEANDRO KONDER e LUIZ SÉRGIO N. HENRIQUES, *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*, Rio, 1974, pág. 60 (trabalho de Luiz Sérgio N. Henriques, "Contradições do Modernismo".)

[33] "Desde a publicação, em 1909, das *Recordações de Isaías Caminha*, de Lima Barreto, sucederam-se os sinais, acentua Brito Broca, de aparecimento de valores novos nas letras, com evidente espírito inconformista. Gilberto Amado (1887), a partir de 1912, nos ensaios e crônicas reunidos depois nos livros *Chave de Salomão* (1914), *Grão de Areia* (1919), *Aparências e Realidades* (1922), traça, freqüentemente, análises lúcidas do fenômeno social brasileiro, num estilo ático, sem sobras, que não exclui certos assomos de emoção'. Antonio Torres (1885-1934) e Lima Barreto (1881-1922) bateram-se 'contra tudo quanto, entre nós, exprimia artificialismo, imitação estrangeira, frivolidade, literatice," (Afrânio Coutinho, *op. cit.*, pág. 256.)

[34] ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 373.

[35] Traçando a biografia de Mário de Andrade, Telê Porto Ancona Lopez assinala: "É possível que 1921 seja o ano em que começa a procurar respostas para as interrogações que surgiam na sua mente, como na de seus contemporâneos, sobre a teoria marxista, muito discutida nos meios intelectuais depois da Revolução Russa. [...] Nas vésperas da Revolução de 1930 e logo depois da vitória, percebe-se, além do entusiasmo de Mário de Andrade pelo movimento, a continuação de sua simpatia pela doutrina marxista (*Op. cit.*, pág. 37 e 59). O mesmo acontece com Graça Aranha, preso por sua simpatia pela revolta de Copacabana, que, em entrevista de 1926, declara que "o mundo terá, sem dúvida, o domínio das classes trabalhistas"; ajuizando, sobre

o futuro do Brasil: "Há de ser a cooperação, provisoriamente, até que, num regime futuro, desapareçam as separações das duas classes, a do capital e a do trabalho, e que, afinal, só haja uma classe, a dos trabalhadores, e os próprios consumidores da riqueza total; e pedindo a atenção para a União Soviética, "onde toda a organização, que o gênio de Lênin e os seus companheiros arrancaram ao caos, esplende vitoriosamente." (Mário da Silva Brito, "Graça Aranha e a Política", *Correio da Manhã*, Rio, 4 de agosto de 1968.) Graça Aranha afirmava: "Sou hereditariamente revolucionário. Esta fatalidade me impõe a ânsia de libertação, o furor de mudar o mundo e tudo transformar." Em *A Viagem Maravilhosa* condenará: "Este regime de senzala, em que há proprietários e feitores, de um lado, e, do outro, escravos, é uma infâmia." É Felipe, personagem que representa o autor, que esclarece: "A *liberdade*, sem uma base econômica sólida e justa, é uma palavra vã. Onde há pobres e ricos, há sempre senhores e escravos. O capitalismo é uma opressão." Para se definir: "O que urge, para pacificar o mundo, é a comunhão da produção e da distribuição da riqueza. Foi testemunhando a insondável miséria humana dos brasileiros que me decidi pelo comunismo." (Franklin de Oliveira, "A Viagem Maravilhosa para Canaã", *Correio da Manhã*, Rio, 8 de setembro de 1968.)

36 JOÃO LUIZ LAFETÁ, *op. cit.*, pág. 17.

37 Entende de outra maneira Eduardo Jardim de Morais: "Uma primeira fase, iniciada em 1917, caracteriza-se como a da polêmica do modernismo com o passadismo. Esta é uma fase de atualização, em que se sente fortemente a absorção das conquistas das vanguardas européias do momento e que perdura até o ano de 24. Uma segunda fase — que nos interessa analisar com mais vagar — que se inicia no ano crucial de 24, quando o modernismo passa a adotar como primordial a questão da elaboração de uma cultura nacional e que prossegue até o ano de 1929. [...] Ela vem identificar em um só momento duas fases distintas do nosso modernismo — a primeira, cuja preocupação essencial era nitidamente de renovação estética, com uma outra posterior a esta, quando a preocupação do movimento se amplia no projeto de elaboração de uma cultura nacional em sentido amplo." (Eduardo Jardim de Morais, *A Brasilidade Modernista. Sua Dimensão Filosófica*, Rio, 1978, pág. 49-50.)

38 PEREGRINO JÚNIOR, *op. cit.*, pág. 28. Adiante, o autor admite o Modernismo limitado a 1930 (porque aceita, a partir de então, o que denomina pós-Modernismo): "O movimento [...] prolongou-se por oito anos e, se não conseguiu impor a 'língua brasileira'", limpou o nosso modo de escrever dos excessos e artifícios do 'purismo' e do 'classicismo' anacrônico, bem como da ênfase e do verbalismo das gerações anteriores. Rompeu os velhos cânones lusos da poesia e da prosa. Libertou-nos do bacharelismo enfático e vazio, da pompa parnasiana, da literatura fofa e palavrosa." (Idem, pág. 29-30.)

39 TELÊ PORTO ANCONA LOPEZ, *op. cit.*, pág. 195-196.

40 Curiosamente, a *Revista do Brasil* publica, em 1918, conferência de José Ingenieros, "Significação do Maximalismo"; em 1920, publicará outra, "A Democracia funcional na Rússia". É a época dos folhetos de Hélio Negro (Antonio Candeias Duarte), Edgard Leuenroth e José Saturnino de Brito, e dos artigos de Lima Barreto; a época das atividades dos grupos *Clarté* e *Zumbi*, que agrupam intelectuais.

41 RAUL BOPP, *Vida e Morte da Antropofagia*, Rio, 1977, pág. 25 e 27. Bopp menciona o cenáculo que se tornou o centro das atividades: "Algumas vezes, em pequenos grupos, íamos ao palacete da Alameda Barão de Piracicaba, onde o casal costumava receber amigos e figuras intelectuais. O velho solar foi se tornando conhecido, como um pequeno centro de agitação literária." (Idem, pág. 39.) Mário de Andrade, contando quando e de que forma os intelectuais da Semana participavam de atividades políticas: "E, se tivesse lembrado, o Partido Democrático os teria englobado a todos, pois que esse partido, a primeira reação política perfeitamente sistemática organizada contra o regime da Primeira República, nasceu da mão desses rapazes e mais alguns amigos. Me lembro mesmo de uma das reuniões preliminares da fundação do Partido Democrático, quando ainda o velho conselheiro Prado hesitava comprometer-se nele. Na casa de Paulo Nogueira Filho formávamos quase exclusivamente uma repetição da Semana de Arte Moderna. Eu seria o decano entre os presentes e por certo o único que descria daquilo tudo. Mas ninguém falou literatura, nem poesia, escarrou-se ódio ao regime, descreveu-se lutas políticas, sonhou-se um caminho melhor para o país, voto secreto. Eu mudo, imensamente insulado no ambiente. Que era confortável e com ótimo uísque." (Mário de Andrade, *op. cit.*, pág. 24.)

42 MÁRIO DE ANDRADE, *Aspectos da Literatura Brasileira*, S. Paulo, s.d., pág. 236. Em outro depoimento, conferência de 1942, ele deporá: "Nós éramos os filhos finais de uma civilização que se acabou, e é sabido que o cultivo delirante do prazer individual represa as forças dos homens sempre que uma idade morre." (Idem, pág. 253.)

43 As contradições foram assinaladas em acontecimentos e pronunciamentos como os seguintes. Em 1922: a conferência de Graça Aranha, "A Emoção Estética na Arte Moderna" que, com a de 1924, "O Espírito Moderno", comporão o livro deste último nome, publicado em 1925; o "Prefácio Interessantíssimo" a *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade; o aparecimento da revista *Klaxon*. Em 1924: o "Manifesto da Poesia Pau-Brasil", de Oswald de Andrade, o lançamento de *Estética*. Em 1925: a publicação de *A Escrava que não é Isaura*, de Mário de Andrade e o lançamento da *Revista do Brasil*, no Rio; de *Papel e Tinta*, em S. Paulo e de *A Revista*, em Belo Horizonte. Em 1926: o lançamento de *Novíssima* e *Terra Roxa e Outras Terras*, em S. Paulo. Em 1927: o lançamento, em S. Paulo, do "Manifesto Verde-Amarelo", de Plínio Salgado e o aparecimento de *Festa*, no Rio. Em 1928: o lançamento do "Manifesto Antropofágico", em S. Paulo, e do Movimento Verde, em Cataguazes, com o início da publicação de *Verde*,

de *Elétrica*, em Itanhandu, de *Arco-e-Flecha*, na Bahia, da *Revista de Antropofagia*, em S. Paulo, e de *Movimento*, no Rio, depois *Movimento Brasileiro*. Em 1929: o lançamento de *Maracajá*, em Fortaleza, e de *Madrugada*, em Porto Alegre.

44 Se a repercussão da Semana de Arte Moderna ficou praticamente limitada a São Paulo, com o decorrer dos anos, até 1929, o fato é que o Modernismo ampliou consideravelmente sua influência. Nessa expansão, levou as suas contradições. Raul Bopp declarou: "Mas, com exceção dos principais centros urbanos (Rio, São Paulo etc.), não exerceu influência imediata nas letras e nas artes, pelo resto do país." (Raul Bopp, *op. cit.*, pág. 36). Já Mário de Andrade, julgando não a Semana mas o movimento, em seu processo e totalidade, poderia dizer: "Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional." (Mário de Andrade, *op. cit.*, pág. 23.)

45 "Assim, o Manifesto Pau-Brasil, lançado por Oswald de Andrade em 1924, entra por uma linha de primitivismo anarcóide, afim às suas origens de burguês culto, em perpétua disponibilidade." (Alfredo Bosi, *op. cit.*, pág. 386.) Raul Bopp, participante e testemunha, depõe, agora, sobre a Antropofagia: "Assentaram-se, nessa ocasião, as bases do Clube de Antropofagia (Clube de feições britânicas. Criados com luvas brancas). O velho solar era procurado, regularmente, por amigos e intelectuais dos mais variados matizes. Oswald, como se sabe, adorava a pequena polêmica de salão. [...] Debaixo de um Brasil de fisionomia externa, havia um outro Brasil, de enlaces insondáveis, ainda incógnito, por descobrir. O movimento, portanto, seria de descida às fontes genuínas, ainda puras, para captar os gérmens de renovação; retomar esse Brasil subjacente, de alma embrionária, carregado de assombros, e procurar alcançar uma síntese cultural própria, com maior densidade de consciência nacional. Em maio de 1928, apareceu a *Revista de Antropofagia*." (Raul Bopp, *Putirum*, Rio, s. d., pág. 235-236.) É o mesmo trecho que aparece em Raul Bopp, *Vida e Morte da Antropofagia*, Rio, 1977, pág. 41.

46 ANTONIO CÂNDIDO e J. ADERALDO CASTELO, *op. cit.*, pág. 15. Oswald de Andrade constataria esse dado: "A Semana dera a ganga expressional em que se envolveriam as bandeiras mais opostas." (Oswald de Andrade, *op. cit.*, pág. 95.)

47 SÉRGIO MILLIET, entrevista em *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 de novembro de 1960.

48 LUIZ SÉRGIO HENRIQUES, *op. cit.*, pág. 69. O analista completa o seu diagnóstico assim: "O contraste entre a existência de uma 'elite' intelectual esquerdizante e a ausência de uma classe que assuma efetivamente e de imediato idéias revolucionárias determina uma *praxis* extremamente empobrecida e que será a responsável, por sua vez, ou por um pessimismo em relação às potencialidades de mudança social ou por um anarquismo pequeno burguês." (Idem, pág. 73.)

49 ROBERTO SCHWARZ, "As idéias fora do lugar", em *Ao Vencedor as Batatas*, S. Paulo, 1977, pág. 21 e 24.

50 MÁRIO DE ANDRADE, *op. cit.*, pág. 244 e 250. José Guilherme Merquior admite o nacionalismo modernista, apesar dos seus estrangeirismos: "Grande parte do assédio ao Modernismo se manteve na tentativa de depreciar a sua revolução pela denúncia de seus estrangeirismos. O modernismo teria sido tão importado quanto as nossas outras antigas ondas culturais. O Modernismo ainda era, a esse respeito, mais uma mimética macacada. Mas é sobretudo aqui que se faz necessário julgá-lo, não pelos seus programas (às vezes desastrados), mas sim pela sua obra, que foi ricamente superior aos erros e até aos acertos dos seus programas: o que essa obra nos diz permite afirmar serenamente a nacionalidade de 22, porque ela nos dá muito menos futurismo, muito menos qualquer sorte de ligeiro 'experimentalismo' do que saudável penetração brasileira, proximidade da terra e vizinhança do povo. A importação foi quase nada; em contraste com ela, a conquista do Brasil se tornou uma das glórias dessa poesia." (José Guilherme Merquior, *op. cit.*, pág. 24.) Esse juízo vale para o Modernismo, como conjunto do movimento e seu desenvolvimento histórico. Para a Semana, entretanto, e proximidades, o juízo mais exato parece ser o seguinte, que toca um dos traços essenciais, a alienação: "O experimentalismo estético dos melhores artistas de 22 fez-se quase sempre *in abstracto*, ou em função das vivências de um pequeno grupo, dividido entre S. Paulo e Paris." (Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1970, pág. 430.)

51 Oswald de Andrade fará severa autocrítica dessa fase, no prefácio, de 1933, ao *Serafim Ponte Grande*. Mário de Andrade a realizará na conferência de 1942 e na entrevista a *Diretrizes*, Rio, 6 de janeiro de 1944.

52 PEREGRINO JÚNIOR, *op. cit.*, pág. 28.

53 LUIZ SÉRGIO HENRIQUES, *op. cit.*, pág. 61.

54 MÁRIO DE ANDRADE, *O Empalhador de Passarinho*, S. Paulo, s. d., pág. 161. Mário situa historicamente o fenômeno, com observações justas: "Bons ou não, certos ou não em sua orientação revolucionária, os livros de Sua Senhoria Plínio Salgado, como *A Bagaceira*, denunciavam já uma arte dirigida em sentido social, propagadora de idéias. Graça Aranha concluía, num de seus ensaios, que o Modernismo não devia se confinar à preocupação estética, mas tinha que se completar, intervindo na política também. Antes disso, já vários teóricos e poetas da *Klaxon* abandonavam as artes e eram pioneiros na formação do Partido Democrático, em São Paulo; e, ainda mais sintomático que isso, na maioria dos modernistas, quem quer lhes estude as páginas teóricas e os manifestos de então perceberá o espírito insatisfeito contra a própria pasmaceira democrática e a tendência (quando não, adesão franca) para as extremas. Veio a revolução de 30. Provocada pelo Modernismo? Deus me livre dizer semelhante bobagem! Mas, na sua força formava aquele mesmo Partido Democrático, que fora o principal preparador

dela. E na sua aceitação burguesa havia sempre uma vontade do novo, que havia dez anos os modernistas pregavam e ensaiavam. Foi um bem? Foi um mal? Foi uma necessidade, ordem natural de evolução para melhores futuros." (Mário de Andrade, *op. cit.*, pág. 162.)

55 MÁRIO RAUL DE MORAES ANDRADE (1893-1945) nasceu em S. Paulo, onde fez os seus estudos, destinando-se à música, que veio a lecionar sistematicamente. Com o lançamento de *Paulicéia Desvairada*, em 1922, deu o brado inicial do Movimento Modernista, de que viria a ser a maior figura, a mais característica e a mais conseqüente. Conhecedor profundo de música, pintura, folclore e literatura, foi um desbravador em todos esses campos. Sua obra, por isso mesmo, abrange todos esses campos, em que foi mestre consumado, sobre os quais trabalhou intensamente, em conferências, artigos de jornal e revista, e livros. Poeta, ficcionista e ensaísta, exerceu ainda intensa atividade de proselitismo, com influência extensa e duradoura nos escritores jovens de seu tempo. Suas tentativas no terreno da linguagem, incompreendidas quase sempre, merecem o apreço que virá quando o seu papel tiver sido devidamente estudado. A enorme importância de sua figura e a evolução do seu pensamento serão destacadas quando o Movimento Modernista for realmente inventariado.

56 "Os seus amigos, que o viram trabalhar, referem-lhe a técnica. Primeiro era a documentação trabalhosa e pachorrenta, para depois escrever. E nenhum trabalho seu deixou de ser documentado escrupulosamente. Desde *Macunaíma* até muitas poesias." (M. Cavalcanti Proença, *Roteiro de Macunaíma*, Rio, 1969, pág. 7.)

57 M. CAVALCANTI PROENÇA, *op. cit.*, pág. 18. Proença esclarece, ainda: "*Macunaíma* é um livro quase sempre mal julgado. Não é um livro fácil, numa terra em que a cultura autodidata, e o ensino mesmo, se fazem pelo figurino europeu. [...] Um traço bem definido em *Macunaíma* é a preocupação de autenticidade." (Idem, pág. 22 e 23.)

58 Se, realmente, o Pré-Modernismo alinhava fatos e feitos, estes particularmente, de alta significação — a ficção de Lima Barreto, o regionalismo de J. Simões Lopes, o ensaísmo de João Ribeiro e de Gilberto Amado — a fase inicial do Modernismo assinalou-os com relevo singular, em alguns casos. Em simples ordenação cronológica podem ser lembrados os seguintes: em 1917, as estréias de Mário de Andrade, com *Há uma Gota de Sangue em Cada Poema;* de Murilo Araújo, com *Carrilhões*, e de Manuel Bandeira, com *A Cinza das Horas*, só neste existindo, realmente, indícios de renovação; em 1919, apareciam *Carnaval*, de Manuel Bandeira, e *Toda América*, de Ronald de Carvalho; em 1920, estreiavam o ensaísta de largo prestígio na época, Oliveira Viana, com *Populações Meridionais do Brasil;* em 1922 não ocorreria apenas a Semana de Arte Moderna, mas a publicação de *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade, verdadeiro marco significativo, e de *Os Condenados*, romance pouco moderno do ativista Oswald de Andrade, e *Klaxon* inaugurava a série de revistas em que a nova corrente apresentava suas criações e exercia a sua crítica; em 1923, Oliveira Viana

publicava a *Evolução do Povo Brasileiro;* em 1924, *Estética* renovava o esforço desenvolvido por *Klaxon*, Manuel Bandeira publicava *Ritmo Dissoluto*, Oswald de Andrade aparecia com as *Memórias Sentimentais de João Miramar*, Nestor Victor apresentava a crítica das *Cartas à Gente Nova*, em que, sem ser modernista, discutia os modernistas, enquanto estes traziam à tona a heterogeneidade do movimento, com o "Prefácio Interessantíssimo", de Mário de Andrade, e o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, de Oswald de Andrade; em 1925, apareciam os poemas deste, *Paul-Brasil*, as publicações *Madrugada*, em Porto Alegre, e *A Revista*, em Belo Horizonte; editava-se *O Espírito Moderno*, de Graça Aranha, e *A Escrava que não é Isaura*, de Mário de Andrade, documentos da Semana; em 1926, apareciam três novas publicações periódicas do movimento, *Novíssima*, em S. Paulo, como *Terra Roxa e Outras Terras*, aquela do grupo de Cassiano Ricardo, esta do grupo de Oswald de Andrade; Mário de Andrade publicava os contos de *Primeiro Andar* e duas estréias acentuavam também que a heterogeneidade congênita do movimento se aprofundava, a de Plínio Salgado, com *O Estrangeiro*, e a de Alcântara Machado, com as crônicas de *Pathé-Baby;* em 1927, apareciam os *Poemas*, de Jorge de Lima, *Amar, Verbo Intransitivo* e *Clã do Jaboti*, de Mário de Andrade, o *Primeiro Caderno de Poesia do Aluno Oswald de Andrade*, que lançava ainda a *Estrela do Absinto*, enquanto Alcântara Machado aparecia com *Brás, Bexiga e Barra Funda*, o grupo de Plínio Salgado lançava o Manifesto Pau-Brasil, e o de Tasso da Silveira, no Rio, editava a revista *Festa;* em 1928, ano importante na história do Modernismo, as revistas se multiplicam, *Arco-e-Flecha*, em Salvador, *Movimento*, no Rio, *Verde*, em Cataguazes, e *Elétrica*, em Itanhandu, aparece o Manifesto Antropofágico e surge a *Revista de Antropofagia*, nova face do grupo de Oswald de Andrade, circula o *Canto do Brasileiro Augusto Frederico Schmidt*, que precede o seu *Navio Perdido*, Alcântara Machado publica *Laranja da China*, Cassiano Ricardo edita *Martim Cererê* e, finalmente, três acontecimentos que tipificam o movimento: o ensaio de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, a rapsódia de Mário de Andrade, *Macunaíma*, e, distante, em edição de província, *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, que anuncia o chamado "romance nordestino"; em 1929, começa a definir-se o declínio, mas ainda aparecem revistas: *Madrugada*, em Porto Alegre, e *Maracajá*, em Fortaleza, enquanto Tristão de Ataíde, que pontificava na crítica de rodapé na época, reúne alguns na primeira série dos seus *Estudos*. Está encerrada a "fase heróica" do Modernismo.

59 JOSÉ OSWALD DE SOUSA ANDRADE (1890-1954) nasceu em S. Paulo, onde fez os seus estudos e exerceu toda a sua atividade literária, muito mais na vida do que na obra. Em 1911, depois de ter já exercido o jornalismo, fez sua primeira viagem à Europa e, no ano seguinte, ao regressar, foi portador das informações iniciais que influíram na formação dos modernistas. Foi uma ponte entre as manifestações importadas, que apresentou com freqüência, e as nacionalistas, que buscou por diversos caminhos. Combatente modernista desde os pri-

meiros momentos, oscilou entre o formalismo pretensamente revolucionário e a realização objetiva, não chegando a elaborar a obra que pretendia.

60 MANUEL CARNEIRO DE SOUSA BANDEIRA FILHO (1886-1968) nasceu no Recife e estudou no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde abandonou o curso de Engenharia por motivo de saúde que o levou à Europa. Poeta de sensibilidade apurada, traduziu com insuperável mestria os sentimentos do indivíduo; espírito observador e agudo, deixou uma obra que o tempo não desmerecerá.

61 JORGE MATEUS DE LIMA (1895-1956) nasceu em Alagoas, estudou em Maceió e formou-se em Medicina na Bahia, transferindo-se logo ao Rio de Janeiro, onde viveu até o fim de sua vida. Transitou do Parnasianismo para o Modernismo, em que se afirmou com poemas de rico sabor regional. Distinguiu-se, depois, por um virtuosismo técnico que não enriqueceu senão o lado formal de seus versos.

62 CASSIANO RICARDO LEITE (1895-1974) nasceu em São José dos Campos e estudou em S. Paulo. Funcionário do estado e jornalista, participou de todos os movimentos de mudanças nos cânones poéticos, sempre preocupado com a expressão formal.

63 ANTONIO CASTILHO DE ALCÂNTARA MACHADO DE OLIVEIRA (1901-1935) nasceu em São Paulo, onde fez os seus estudos, bacharelando-se em Direito. Colaborou na imprensa desde os tempos de acadêmico e, depois, trazendo da Europa as vivas influências formais de todas as inovações oriundas do pós-guerra, apresentou-as nas crônicas de *Pathé-Baby*, sua estréia em livro. Redator de revistas modernistas — *Terra Roxa e Outras Terras, Revista de Antropofagia, Revista Nova* — distinguiu-se pela maneira como transpôs para a ficção costumes da população mista paulistana, particularmente dos italianos. Reproduzindo em linguagem peculiar os modismos populares, guardou muito do pitoresco da realidade. Ensaísta; articulista ágil, havia atingido a plenitude de sua arte quando faleceu e dele muito as letras brasileiras podiam esperar.

64 A propósito de Mário de Andrade — cuja trajetória literária conheceu nessa fase o seu apogeu — João Luiz Lafetá anotou: "Temos, aqui, portanto, um escritor que viveu obsessivamente o conflito de sua época. Não simplesmente a contradição de classes (o que já não seria simples, de fato) mas também a contradição entre um conceito da literatura e uma visão da história." (João Luiz Lafetá, *op. cit.*, pág. 159). As perplexidades de Mário de Andrade, seus avanços e recuos, refletem a violência com que as contradições afloravam; são essas contradições que correspondem às contradições individuais do escritor. Franklin de Oliveira, elogiando o livro de Telê Porto Ancona Lopez em que as contradições de Mário de Andrade são apresentadas e analisadas, situa assim o problema: "Foi o pensamento de esquerda que informou essa explosão criativa, de cuja sufocação terrorista se encarregou o Estado Novo. O confronto das datas revela precisamente que Mário de Andrade

montou na onda esquerdista, ora avançando, ora recuando, mas, de qualquer forma, a ela aderido, às vezes com rara veemência, como no caso da entrevista de 1934 — ano do apogeu da Aliança Nacional Libertadora — ao *Diário Carioca*, e de nítida afirmação marxista. Depois, com o consulado fascista instalado, dá marcha-à-ré, até abrigar-se, em 1943, na enseada de Maritain." (Franklin de Oliveira, "O duplo Atentado", *Correio da Manhã*, Rio, 25 de junho de 1972.) Para voltar — anote-se — às posições antigas, na entrevista a *Diretrizes*, de 6 de janeiro de 1944.

65 "Essa é a grande diferença com relação à segunda fase do Modernismo. O decênio de 30 é marcado, no mundo inteiro, por um recrudescimento da luta ideológica: Fascismo, Nazismo, Comunismo, Socialismo e Liberalismo medem suas forças em disputa ativa; os imperialismos se expandem, o capitalismo monopolista se consolida e, em contraparte, as Frentes Populares se organizam para enfrentá-lo. No Brasil, é a fase de crescimento do Partido Comunista, de organização da Aliança Nacional Libertadora, da Ação Integralista, de Getúlio e seu populismo trabalhista. A consciência da luta de classes, embora de forma confusa, penetra em todos os lugares, na literatura inclusive, e com uma profundidade que vai causar transformações importantes." (José Luiz Lafetá, *op. cit.*, pág. 17.)

66 "O início da década de 30 marca um dos momentos mais altos da vida intelectual brasileira. É o período do Romance do Nordeste, de acentuada inspiração esquerdista. Em 1931, Castro Rebelo publica *Mauá*. Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse é o ano do memorável concurso de Leônidas de Rezende e de sua tese *A formação do Capital e seu Desenvolvimento*. Em 1933, aparecem *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, e *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, hoje adernado na direita. É também o ano do concurso de Roberto Lyra que, com sua tese *Economia e Crime*, funda a escola socialista do Direito Penal. Época em que irrompe uma plêiade de mestres excepcionais, como J. P. Porto-Carrero, introdutor da Psicanálise no Brasil; Luís Frederico Carpenter (*Sociedade Nova e República Nova*); Eusébio Queirós Lima (*Teoria do Estado e Princípios de Sociologia Jurídica*); Hermes Lima (*Introdução à Filosofia do Direito*); Joaquim Pimenta (que ensinava Sociologia). De 1933 é, ainda, o Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1934, cria-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nesse contexto, surgem a Universidade do Distrito Federal, criação de Anísio Teixeira; o Centro de Defesa da Cultura Popular; o Clube de Cultura Moderna; as reedições de Nina Rodrigues. Arthur Ramos inicia a sua empresa de renovação da antropologia brasileira. Realizam-se os Congressos Afro-Brasileiros, no Recife e em Salvador. Eis, em suma, um período em que o Brasil vive, pulsa, pensa, discute, debate — " uma nação viva, e não um país póstumo. Esse dinamismo criativo, em que a inteligência brasileira assume a plenitude do poder crítico, dura até

1935, quando se instaura uma espécie de *reação termidoriana* (L. A. Costa Pinto), que interrompe o processo de criatividade brasileira." (Franklin de Oliveira, *op. cit.*)

67 JOÃO LUIZ LAFETÁ, *op. cit.*, pág. 18.

68 JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, *op. cit.*, pág. 34.

69 ÁLVARO LINS, *op. cit.*, pág. 26.

70 JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, *op. cit.*, pág. 26. A propósito da poesia participante de Carlos Drummond de Andrade, Merquior anota, com agudeza, o seguinte: "Não há a menor incompatibilidade entre arte e revolução, entre poesia e socialismo. O que a revolução, ou o simples 'advento do proletariado ao poder', pede à nova lírica não é nada que remotamente se assemelhe a uma autocastração. Muitíssimo pelo contrário, ao pedir à literatura a sua expressão revolucionária, o *verdadeiro* Socialismo rejeita energicamente a implantação da arte por decretos e defende com igual veemência a incorporação à cultura proletária da tradição cultural do passado, burguesa e anterior; porque assim como só os ignorantes em pânico ainda pensam que 'socialismo' significa distribuição socializada da miséria — só os imbecis de galocha consideram a idéia de repudiar toda a nossa riquíssima tradição artística pela razão lamentável de que essa cultura passada não foi 'expressiva' do proletariado e da revolução." (Idem, pág. 167.)

71 FERREIRA GULLAR, "Gullar conta Drummond", *Veja*, S. Paulo, 1978.

72 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, "A caravana Passa", *Correio da Manhã*, Rio, 22 de maio de 1968. No mesmo sentido a observação de Luiz Sérgio Henriques: "Ao contrário, as formas artísticas adquirem seu significado profundo no instante em que são relacionadas com as demais formas em que se realiza a consciência humana e das quais são a expressão totalizante, coerente e esclarecedora." (Luiz Sérgio Henriques, *op. cit.*, pág. 61.)

73 "De um modo sumário pode-se dizer que o problema do *engajamento*, qualquer que fosse o valor tomado como absoluto pelo intelectual participante, foi a tônica dos romancistas que chegaram à idade adulta entre 30 e 40." (Alfredo Bosi, *op. cit.*, pág. 437.)

74 Ver NELSON WERNECK SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1977.

75 É curioso como a atividade editorial brasileira acompanha a atividade literária, de um lado, e o desenvolvimento da sociedade, de outro lado, como é natural. Mas com a particularidade de haver sempre uma editora que marca posição, que dá o tom: Garnier, para o Romantismo, com originais brasileiros e traduções. Na segunda fase do Modernismo, justamente em 1932, surge a editora que marca posição e dá o tom, a José Olympio, cuja história é a própria história de uma época literária no Brasil.

76 OLÍVIO MONTENEGRO, *O Romance Brasileiro*, Rio, 1938, pág. 159.

77 AMANDO FONTES (1899-1967) nasceu em Santos, Estado de S. Paulo, mas cedo foi levado para Aracaju, onde fez os primeiros estudos. Depois de tentar o curso de Medicina, formou-se em Direito. Funcionário público, jornalista e parlamentar, sua estréia, com *Os Corumbas*, em 1933, deu-lhe destaque imediato, mas o romance seguinte, *Rua do Siriri*, já não encontrou o mesmo acolhimento.

78 Um juízo severo: "*País do Carnaval, Cacau* e *Suor* são obras típicas de um adolescente, revelando mesmo, em muitos aspectos, um certo caráter infantil. Representam experiências, composições simplistas de estreante, destituídas de importância e de significação literária. Perguntar-se-á: como se explicam o sucesso, o ruído e a fama que provocaram? Sim, obtiveram um sucesso de circunstâncias, foram aclamadas no período de 1933, 1934 e 1935, quase destituído de exigências estéticas, quando as preocupações políticas colocavam em segundo plano as apreciações rigorosamente literárias e artísticas." (Álvaro Lins, *op. cit.*, pág. 121.)

79 Essa presença do memorialista na ficção pode ser aferida da singularidade de ser José Lins do Rego mais feliz na reconstituição de sua infância em *Menino de Engenho*, romance, do que em *Meus Verdes Anos*, memórias. Com ele aconteceu, ao escrever estas memórias, a autenticação, a documentação do fato de que sua ficção válida foi aquela em que testemunhou, foi o seu depoimento.

80 "José Lins do Rego é desses autores que os fatos oprimem de todos os lados, o conduzem, o arrastam como uma vertigem. Recordando a sua vida da infância e de logo depois da infância — porque há muito de autobiografia nos maiores livros deste autor — ele dá o ar de quem escreve sobre documentos, sobre anotações, revendo pontos de referência que dir-se-ia impossível a nenhuma memória humana conservar. Mas não: o imaginário e o real se misturam nos seus livros em uma liga indissolúvel. Ninguém sabe até onde vai o realmente vivido e onde começa a imaginação. É difícil separar neles o que é ficção do que é fato pessoal. Talvez pelo seguinte: pelos fatos de realidade terem-se gravado numa memória mais duradoura e mais íntima do que a memória da consciência, que quase sempre dormita e esquece: gravaram-se na sua memória física, a memória sensorial e mais excitante do que a outra." (Olívio Montenegro, *op. cit.*, pág. 137.)

81 JOSÉ LINS DO REGO CAVALCANTI (1901-1957) nasceu na Paraíba e formou-se em Direito no Recife. Funcionário público, exerceu intensa atividade jornalística, vivendo no Rio de Janeiro a maior parte de sua vida literária, iniciada em Maceió. Romancista e ensaísta, foi na ficção que se afirmou, com obra de importância variada, em que se destacam os romances do chamado "ciclo da cana-de-açúcar".

82 PLÍNIO SALGADO (1895-1975) nasceu em São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo. Não completou os estudos, ingressando na imprensa e na política. Iniciando-se na poesia, estreiou na ficção com o romance *O Estrangeiro*, em 1926, e lançou depois *O Esperado*, em 1931,

e *O Cavaleiro de Itararé*, em 1933, além de ensaios e obra vasta e variada. Com a fundação da Ação Integralista Brasileira, em 1932, dedicou-se à política, voltando às letras sem sucesso.

83 ÉRICO LOPES VERÍSSIMO (1905-1975) nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Estudou em Porto Alegre, depois voltou à sua cidade natal, vindo a fixar-se na capital de seu estado, onde viveu sempre. Trabalhou na *Revista do Globo*, e tornou-se consultor editorial da editora do mesmo nome. Narrador fácil, conquistou numeroso público, numa carreira iniciada, em 1935, com *Caminhos Cruzados* e *Música ao Longe*, e que teria o seu momento mais alto com *O Continente*, de 1951, volume inicial da trilogia em que empreendeu reconstituir a história de sua terra e de sua gente.

84 JOSÉ GERALDO VIEIRA (1897-1977) nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina. Viajou à Europa, para cursos de especialização, regressando ao Brasil na época do Modernismo, de que, entretanto, não participou, desenvolvendo sua atividade de ficionista em moldes inteiramente diversos e deixando obra de méritos reconhecidos.

85 JOÃO ALPHONSUS DE GUIMARÃES (1901-1944) nasceu em Conceição do Serro, Minas Gerais. Formou-se em Direito em Belo Horizonte, onde sempre residiu, exercendo também o jornalismo. Desde *Galinha Cega* (1931) até *Eis a Noite!* (1943), um mestre do conto brasileiro, além de romancista.

86 MARQUES REBELO (1907-1973), pseudônimo de Edy Dias da Cruz, nasceu no Rio de Janeiro, onde completou os estudos iniciados em Minas Gerais, e onde trabalhou no comércio e na imprensa. Estreou em 1931, com os contos de *Oscarina*, prosseguindo com os contos de *Três Caminhos* (1933) e o romance *Marafa* (1934), a partir dos quais se impôs como um renovador da prosa brasileira de ficção. Não chegou a completar o grande painel de *O Espelho Partido*, de que apareceram três volumes e que retrata a vida contemporânea no Rio.

87 GRACILIANO RAMOS (1892-1955) nasceu em Quebrangulo, Alagoas, mas viveu parte de sua adolescência e maturidade em Palmeira dos Índios, onde foi caixeiro e comerciante, e em Maceió, como Secretário da Educação do governo estadual. Tentou a vida literária no Rio, sem sucesso, retornando à província. Ali, como prefeito de Palmeira dos Índios, redigiu os relatórios administrativos que chamaram a atenção para o seu nome. Escreveu, então, *Caetés*, que o interesse despertado pelos relatórios levou-o a publicar, em 1933. Mas já no ano seguinte, com o lançamento de *São Bernardo*, dava a medida de sua força. As perseguições políticas desencadeadas pelo fascismo caboclo apanharam-no em sua rede de insânia e de estupidez: destituído de suas funções, foi levado preso incomunicável para o Recife e daí, metido em porão de navio, para o Rio de Janeiro, onde, de mistura com ladrões e assassinos, com a cabeça raspada e como criminoso comum, percorreu os presídios. Na prisão, escreveu *Angústia* (1936), um de seus grandes romances. Libertado, os amigos conseguiram para ele a função

de inspetor escolar, cujos proventos, com os que lhe provinham da escassa colaboração na imprensa e a tarefa de revisor, permitiram-lhe manter a família. *Vidas Secas* (1938), *Infância* (1945) e os contos reunidos em *Histórias Incompletas* (1948) representam o que viu publicado em vida. Livros póstumos, *Memórias do Cárcere* (1954) e *Viagens* (1955) foram escritos quando já o câncer lhe minava o organismo. Grandes homenagens assinalaram os seus funerais, quando já sua grandeza literária estava plenamente reconhecida. Em 1946, ingressara no Partido Comunista Brasileiro. Artista minucioso e consciente, dos maiores que o Brasil conheceu, deixou obra reduzida mas inexcedida em seu tempo pela perfeição formal e pela rigorosa observação e riqueza de conteúdo humano.

88 JOSÉ GODOFREDO DE MORAIS RANGEL (1884-1951) nasceu em Três Corações, Minas Gerais. Estudou Direito em São Paulo, exercendo depois as funções de juiz e professor em seu estado natal. Além dos romances e traduções, escreveu livros didáticos.

89 HILÁRIO TÁCITO (1885-1951), pseudônimo de José Maria de Toledo Malta, nasceu em Araraquara, São Paulo. Estudou com os jesuítas, em Itu, e formou-se em Engenharia na capital paulista. Mestre em suas profissão, foi ainda um humanista ilustre. Autor de um romance solitário, seus méritos literários permaneceram praticamente desconhecidos.

90 LEO VAZ (1890-1973) nasceu em Capivari, São Paulo. Professor, funcionário e jornalista, viveu sempre na capital paulista. Cronista e ficcionista, seu nome permanecerá em nossas letras com o romance *O Professor Jeremias* (1920).

91 RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE (1898-1969) nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, estudou na Europa e, cursando Direito em sua cidade natal, São Paulo e Rio, veio a formar-se nesta. Jornalista e funcionário público, marcou o seu lugar nas letras brasileiras com os contos de *Velórios*.

92 JOÃO CORDEIRO DE ANDRADE (1912-1962) nasceu no Crato, Ceará e destacou-se como romancista de temas regionais.

93 JOAQUIM LÚCIO CARDOSO FILHO (1913-1968) nasceu em Curvelo, Minas Gerais. Jornalista e funcionário, passou da ficção documentária regional para a psicológica, em carreira iniciada com *Maleita* (1934), típica daquela, e encerrada com a *Crônica da Casa Assassinada* (1959), típica desta.

94 CORNÉLIO PENA (1896-1958) nasceu em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito em São Paulo mas exerceu sua atividade literária no Rio, distinguindo-se na ficção subjetiva, de que foi típico representante.

2 — A CRISE FORMALISTA

A nova etapa histórica brasileira e o avanço das relações capitalistas — A liberdade e a disciplina na literatura — Formalismo e reação política — Relação entre forma e conteúdo — Vanguardismo e inovações formais — A crítica e o ensino de letras.

A ANÁLISE da fase atual da história da literatura brasileira — fase cujo início pode ser datado de 1945 — não pode ser compreendida sem que se considere o quadro geral em que esteve inserida e cujas condições a afetaram profundamente. Trata-se, no fim de contas, de conhecer a revolução burguesa no Brasil, de distinguir as suas etapas e as suas formas, porque, no essencial, o desenvolvimento da nossa cultura sofreu da ação processada na área social, que lhe forneceu a moldura e fixou as limitações. A etapa anterior da revolução burguesa admitira, realmente, a tácita aliança da burguesia e das camadas e classes que constituíam, então, o povo brasileiro.[1] Na referida etapa, a revolução burguesa avançou à base de ampla aliança de classes; a burguesia estava incorporada a essa aliança e, para avançar em seu projeto político, precisava do apoio de outras classes e camadas, para tanto levantando bandeiras e propondo objetivos que as interessavam.

Nessa aliança, a vanguarda combativa era constituída pela pequena burguesia, que se tornou porta-bandeira das idéias peculiares à ascensão burguesa do século XVIII, em âmbito europeu. Tenentismo, na área política, e Modernismo, na área

cultural, caracterizam a referida etapa. Daí a fase de liberdade entre a vitória do movimento de 1930 e a repressão desencadeada a partir de 1935, fase de intensa atividade política e cultural, que ficou marcada, em nossas letras, particularmente pela extensão do Modernismo ao conteúdo da ficção e pela conseqüente conquista do público. A segunda fase do Modernismo se inicia, assim, num clima de liberdade, para conhecer um decênio final de seu eclipse, entre 1935 e 1945. Na área das letras, essa fase fica marcada pelo aparecimento de uma poesia retórica e pelo advento da ficção psicológica, ambas correspondendo à fuga à realidade, ao mesmo tempo que a safra extraordinária do ensaísmo, entre 1930 e 1935, declina e deságua no apoucado ensaísmo de louvação fascista. O rompimento, pela pressão imperialista e fascista, da ampla aliança que proporcionara a riqueza dos anos entre 1930 e 1935, fica assinalado pela instauração de formas institucionais as mais repressivas, desde o estado de sítio e o estado de guerra até a implantação do regime conhecido como Estado Novo. Na época da ascensão fascista no mundo, a burguesia brasileira, assustada com o movimento de massas no país e a tomada de consciência por parte de largas camadas populares, opta pelo avanço isolado, abandonando a aliança. O Estado Novo, que dá forma institucional às ações repressivas iniciadas em 1935, constitui um eclipse da cultura brasileira. Quando a sua crise se aprofunda, o quadro externo proporciona oportunidade para uma liquidação que, iniciada em 1942, abre nova fase de liberdade e de intensa atividade cultural, turbulenta, agitada, fecunda, um desses esporádicos instantes que, ao longo da história, têm permitido ao povo brasileiro vislumbrar o que poderá vir a ser um regime democrático.

Esse intervalo, pausa na constante histórica de repressão política, reabre, por breve espaço, as possibilidades de retomada pela burguesia de sua antes abandonada aliança com as classes e camadas que, aqui, constituem o povo. Como, no cenário internacional, a derrota do Nazi-Fascismo fora alcançada justamente pela aliança entre nações capitalistas e a União Soviética, as possibilidades, internamente, de aliança correspondente, que asseguraria um mínimo de condições democrá-

ticas ao povo brasileiro pareciam justas. Foi isso, realmente, que se apresentou como possibilidade e até como necessidade histórica, ao fim da Segunda Guerra Mundial, pelo seu caráter ideológico. Na história do nosso país, realmente, foi a oportunidade suprema e rara de alcançar o desenvolvimento por via democrática. A chamada "guerra fria", entretanto, destruiu essa oportunidade. Não tínhamos, internamente, correlação de forças que nos permitisse assegurar a vigência de um regime democrático, propício ao desenvolvimento cultural. Atravessamos, conseqüentemente, entre 1945 e 1964, agitada fase de agudas lutas políticas, até que, por imposição imperialista em sua aliança com as forças internas retrógradas, foi imposto à nação o regime que, inaugurado em 1964 por um golpe militar nos moldes latino-americanos, evoluiu, em 1968, para um regime repressivo à semelhança do Estado Novo, que estabeleceu, de forma rígida, condições tais que a atividade cultural, como sob o nazismo e o fascismo, conheceu o rebaixamento mais aviltante. Mandatário do imperialismo, criado para servi-lo, o regime possibilitou a destruição sistemática das características nacionais em nossa cultura. O capitalismo selvagem conhecido como "modelo brasileiro de desenvolvimento" — em seguida imposto a grande parte da América Latina — antagoniza intrinsecamente com toda e qualquer manifestação de cultura nacional e popular. Nesse modelo brutal, tornados unicamente mercadoria os produtos culturais, entram num mercado controlado desde a censura à ação dos meios de comunicação de massa, passando pela estrutura universitária moldada e submetida aos interesses mais retrógrados, despojados das características peculiares ao humanismo. Penetramos em sombrio túnel em que os valores próprios da revolução burguesa desapareceram e ela mesma está visceralmente atingida.

Forma e conteúdo estão estreitamente ligados e em sua relação dialética definem a obra literária. Tudo está em relação com tudo, entretanto, e aquela unidade dialética está sempre inserida na realidade e sofre seus condicionamentos. Vimos como o Modernismo começou por mudanças na forma, particularmente dum gênero, a poesia, em que ela assume função relevante, para transitar, na sua segunda fase, para mudanças

mais acentuadas no conteúdo do que na forma, e vimos como houve nesse processo — predomínio da forma para predomínio do conteúdo — a influência do quadro real, não ficando esquecido o aspecto de resistência à realidade que foi a ficção subjetiva. Está claro que objetivo e subjetivo fazem parte da vida e da atividade artística; a preponderância do segundo, entretanto, desligado de sua unidade dialética com o primeiro, é que representa anomalia e pode corresponder, como no caso apontado, a um falseamento da realidade e a uma deformação artística. De qualquer modo e em qualquer caso, visto o processo em conjunto — os casos individuais não importam, pois escapam às normas — as fases de liberdade são propícias ao avanço do conteúdo e as fases de repressão são propícias ao avanço da forma. Não é possível aceitar essa colocação como um esquema — ela não passa de verdade conceitual — mas, desde que aceita a complexidade das relações e a sua extrema variedade, é fácil verificar a sua vigência na sociedade brasileira. Geralmente, em toda parte, forma e conteúdo caminham paralelas e as fases de esplendor literário têm sido realmente aquelas em que se fundem. Também como lei, sabe-se que a cada conteúdo correspondem uma ou mais formas e as alterações profundas no conteúdo correspondem, obrigatoriamente, a mudanças formais. A unilateralidade é que rompe o equilíbrio e a unidade do desenvolvimento dialético. A preocupação predominante com o conteúdo, mormente quando se confunde o conteúdo limitando-o ao assunto, exclui da área artística manifestações como aquelas em que, isoladamente, existem apenas boas intenções que, como já dizia Gide, não são suficientes para a realização de boa literatura. Na ficção documentária nordestina houve muito dessa anomalia. As inovações formais, quando distanciadas daquelas correspondentes no conteúdo, levam, por outro lado, ao artificialismo e à superficialidade, ainda quando se pretendam supremas e revolucionárias. No desenvolvimento da literatura não ocorreu jamais inovação formal isolada que se impusesse como válida.

Gorada, por boas e sólidas razões, a oportunidade, ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Nazi-Fascismo, no quadro internacional, e com a derrocada do Estado Novo,

no quadro nacional, para instauração de uma estrutura democrática, entramos, no Brasil, em prolongada crise, pelo alastramento de relações capitalistas em condições de submissão à penetração imperialista, quando a ânsia pelo lucro máximo levou a formas inéditas de espoliação. A esse processo violento correspondeu, necessariamente, uma crise política que ficou assinalada, ao nível dos acontecimentos, pela seriação de rupturas institucionais e de tentativas de ruptura: a deposição de Vargas, em 1945, os choques pela sua posse na presidência, em 1950, sua deposição e morte trágica, em 1954, os choques pela posse de Kubitschek e ação militar, em 1955, a renúncia de Jânio Quadros e tentativa da ditadura, em 1961, e, coroando a turbulência e dimensionando a profundidade a que haviam alcançado as contradições da sociedade brasileira, o golpe militar de 1964 e a implantação de um modelo político e econômico acabado, em 1968, para permitir a exploração sistemática que, de deformação em deformação, introduziu em nosso país formas de capitalismo monopolista de estado peculiares às estruturas avançadas, já na etapa imperialista, como uma função destacada ao capital financeiro, inédita em nosso desenvolvimento. A prolongada crise referida passou por diversas etapas, desde aquela, de curta duração, entre os fins da Segunda Guerra Mundial e o governo Dutra, de liberdade, agitação, controvérsia, propicia à criação artística e ao ensaísmo, até a rígida ditadura estabelecida desde 1968, com etapas intervalares de relativa liberdade — governos de Vargas e de Kubitschek — e mesmo de ampliação da liberdade — governo Goulart. É fácil verificar como essa prolongada crise foi marcada por aguda luta ideológica, com reflexos intensos na criação artística, desde o teatro, o cinema, as artes plásticas, até a literatura. Daí a variedade dos modelos artísticos apresentados, a riqueza de manifestações ligadas a essa variedade. Há, entretanto, uma nota predominante, que acabará por dar o tom: o formalismo. Manifestações isoladas do formalismo vinham ocorrendo antes, certamente. Mas é evidente que, na medida em [illegible] ideológica se torna aguda — e os acontecimentc[illegible] assinalam essa agudização — o formalismo avança [illegible] espaço, encontra condições para impor os seus pa[illegible]

estabelecer suas escalas de valor. Acaba por definir, no conjunto, a etapa que se segue ao fim do Modernismo.

Alceu Amoroso Lima, embora proponha o título de Neo-Modernismo para o que se realiza na época, constata que esse Neo-Modernismo "ao contrário do seu predecessor, se coloca *'sob o signo da disciplina e não da liberdade'*; pelo primado do verso, na poesia; pela 'passagem do humanismo ao formalismo'." Define assim a fase: "O novo elemento é o *estilo*, a *forma*, de modo que é, afinal, na *linguagem*, no estudo da linguagem, como síntese e finalidade de toda obra literária que se concentra a crítica formalista. Daí a importância dos estudos de estilística, com base dessa nova crítica. [...] O novo formalismo não é de caráter artístico, como o Classicismo. É um formalismo científico. Procura-se fazer da crítica literária uma ciência".[2] Depois de 1945, realmente, assiste-se "a um apuramento formal cada vez mais preciso, a um esforço de recuperação disciplinar, contenção emocional, severidade de linguagem".[3] A diferença, em relação à fase anterior, é assim constatada por um crítico: "O que define a literatura brasileira de nossos dias — o módulo de sua problemática — é precisamente o trânsito da contestação à constatação".[4] Até 1968, diz ele, "a concepção dominante nos círculos intelectuais que mais influíam no país era aquela segundo a qual a literatura tinha como função, através da exploração de um imaginário enraizado no cotidiano, propiciar ao seu fruidor condições para exercer uma reflexão crítica com relação ao seu universo social. Após 1968, a decisiva influência cultural realizada no sentido de retirar da literatura qualquer funcionalidade que a sobrepasse: a literariedade se justifica por si e a si mesma. [...] A *literatura de contestação* é aquela que, articulando ao nível do imaginário elementos concretos do ser social em seu constante mover-se, oferece ao fruidor um mundo fechado, com leis próprias, que o reenvia, inevitavelmente, ao seu próprio mundo cotidiano".[5] Outro crítico opinaria no mesmo sentido: "Ainda que não tenha sido formalizado, sempre consistiu num antimodernismo. Isto é, sempre foi uma reação contra 22 como, de resto, nem mesmo no início se deixou perceber. Reação que fazia do movimento não bem um Neo-Modernismo,

como quis Afrânio Coutinho. Tentativa de desentender o espírito de 22: falso pudor da 'bagunça', desejo tímido de 'volta à ordem', repulsa ao grito, ao nacional, ao desparnasianizado que a nossa poesia tivesse até então instituído, desde a famosa Semana libertadora".[6] Este antimodernismo corresponde a uma posição ideológica, embora nem sempre consciente no nível do indivíduo: "...seu antimodernismo adquiriu contornos francamente reacionários, na medida em que significou a reinstauração das formas saudosistas e improdutivas do Parnasianismo".[7]

As alterações por que passa a sociedade brasileira atingem profundamente todas as formas de atividade artística, particularmente a mais generalizada, a literatura. Ela é atingida, entre outras formas, no que se relaciona com aquelas de contato entre o criador e os leitores, particularmente as técnicas e os meios que estabelecem esse contato, como as maneiras de concretizá-lo. É um paradoxo do desenvolvimento brasileiro, encarado enquanto crescimento apenas da produção, que a ampliação quantitativa do público não tenha sido acompanhada do surto, que deveria ser correspondente, dos meios de comunicação. Se a quantidade de informação com que se bombardeia o povo é, realmente, impressionante, releva observar que essa quantidade produz embrutecimento e não avanço e orienta-se essencialmente ao público iletrado ou pouco letrado, crianças, adolescentes, analfabetos ou aqueles apenas mobralizados, enquanto os elementos de cultura, e da literária particularmente, são reduzidos. Existe uma disparidade muito grande entre o número de pessoas dotadas de capacidade para apreender a criação literária e o número daquelas que, realmente, voltam os seus olhos para aquela criação. A privatização e a comercialização dos meios de massa e o caráter de mercadoria assumido pela criação literária inserem-se no amplo quadro da luta ideológica, permitindo e estimulando todas as limitações à cultura. A chamada sociedade de consumo — eufemismo que sonega a violência intrínseca da selvagem expansão do capitalismo no Brasil — deforma profundamente a criação artística e a sua fruição. É no quadro de tais alterações na relação entre criadores — escritores, no caso — e consumidores — leitores, no caso — que se insere a crise formalista.

Em tempos mais recuados, aqueles em que floresceu o Modernismo, mesmo em sua segunda fase, a atividade literária, de plano secundário entre nós, na divisão social do trabalho, estava muito associada à atividade da imprensa.[8] No desenvolvimento desta, por outro lado — condicionado pelo avanço das relações capitalistas em nosso país — não se havia atingido ainda a fase industrial, vivendo-se aquilo que ficou conhecido como fase artesanal, fase em que os periódicos viviam da venda avulsa e não da publicidade e em que o público da imprensa se recrutava na pequena burguesia urbana e era o mesmo público do livro, isto é, o público do livro era uma parcela do público de revistas e jornais. Na medida em que as relações capitalistas foram se alastrando e aprofundando aqui, os jornais, passando à fase industrial, assemelharam-se a grandes empresas capitalistas, e a fonte de seus recursos, paralelamente, passou à publicidade. A importância da venda avulsa diminuiu e, pouco a pouco, a atividade literária foi separada da atividade de imprensa, especializando-se esta até no uso de linguagem diferente. O desaparecimento da função de veículo literário e o crescente valor do espaço, nos jornais, alterou sensivelmente a forma de ligação entre escritores e leitores. A comparação entre o espaço e o destaque concedidos, há meio século, nos jornais, aos temas e colaborações literárias, e a redução, hoje, de um e outro, assinalam uma diferença que corresponde às alterações na sociedade sumariamente alinhadas antes. O advento e o alastramento dos meios mecânicos de transmissão, acústicos, como o rádio, visuais, como a televisão, ampliando a divisão de trabalho, confinou a literatura no tempo e no espaço. Começamos a conhecer esse espúrio subproduto que é o *best-seller*, peculiar às áreas de capitalismo avançado, quando, no livro, prevalece de forma absoluta o seu caráter de mercadoria.

No desdobramento dos cursos universitários, por outro lado, apareceram os de Letras, e abriu-se, para os elementos para elas atraídos, a perspectiva do magistério superior. Pouco a pouco, a atividade literária gravitou para o âmbito universitário e desapareceu da imprensa, enquanto a circulação do livro encontrava sérios obstáculos ao seu crescimento. A deformação se manifestou, ao longo desse processo, desde logo na área

de uma atividade literária essencialmente ligada à imprensa, a chamada crítica. Herdeiros, em Letras, da tradição francesa, conhecemos por largo tempo a crítica dita de rodapé, ainda na forma tomada ao modelo parisiense. José Veríssimo, como é sabido, foi o primeiro a exercê-la, aqui, de maneira sistemática, e ela o consagrou. Conquanto muitos outros a tivessem exercido, Agripino Grieco e Tristão de Ataíde, na fase do Modernismo e depois, foram seus herdeiros. O tempo apagou sensivelmente a obra de Agripino Grieco.[9] Os que o conheceram em pleno exercício de sua atividade, entretanto, tiveram condições para sentir quanto a sua irreverência, a sua discrepância em relação aos valores consagrados e convencionais foi saneadora e quanto foi moderna a sua crítica. Modernizadora, lúcida, bem informada foi também a crítica exercida por Tristão de Ataíde. Esse modelo de boa informação, justeza de julgamento e bom gosto foi seguido por Álvaro Lins, o último representante do modelo.[10] Os três passaram da crítica na imprensa à crítica em livro — seja aqueles em que reuniram trabalhos de jornal, seja aqueles elaborados fora do jornal — mas o certo é que a posição deles em nossa galeria de escritores está vinculada ao que fizeram enquanto críticos de jornal, acompanhando os lançamentos, no dia-a-dia, ou analisando tendências vigentes ao tempo. A esse modelo de crítica, que se compunha com os demais gêneros literários e lhes estabelecia ordenação, ao mesmo tempo que gerava uma escala de valores, chamou-se crítica impressionista — porque fundada em impressões de leituras — e passou, no decorrer do tempo e ao império das mudanças antes mencionadas, a segundo plano. Ela correspondia, no entanto, com as suas deficiências, a unilateralidade, o caráter subjetivo, as injunções pessoais e de grupos, a determinada etapa do desenvolvimento literário brasileiro e nesse contexto deve ser estudada e qualificada. Claro que, pelas deficiências indicadas, abria demasiado os seus critérios e, não obedecendo a normas sistemáticas, tornava aleatórios os seus julgamentos. Mas estava, para o mal e para o bem, muito próxima do real, das condições vigentes, aparentando-se a outras formas de militância. Estava inserida na realidade, em suma.

A primeira manifestação de resistência a esse modelo de crítica e a primeira investida no sentido de estabelecer normas, de impor padrões sistemáticos e, principalmente — como essência — no sentido de distanciar a tarefa de balanço das letras de seus laços com a realidade histórica foi a corrente conhecida como neocriticismo, importada dos Estados Unidos e apresentada como capaz de refundir a crítica brasileira e colocá-la no bom caminho. O que ela procurava evidenciar e impor era justamente aquilo que se prolongaria depois na reação formalista, isto é, considerar indevida e espúria, na análise da obra literária, toda e qualquer consideração fora do plano estético. A obra literária, para a nova crítica, deveria ser tomada e aceita fora de seus condicionamentos históricos. Estes, se considerados, e isso era tido como errôneo e superado, tornavam-na impura, deformada, falseada. Ela valeria apenas enquanto manifestação artística autônoma. A nova crítica se valia das reconhecidas e proclamadas deficiências do impressionismo crítico para apresentar-se como avanço tornado necessário e imperioso na medida mesmo em que a atividade literária superava o seu antigo caráter amadorístico e até descompromissado com formulações sistemáticas, mais próxima do traço boêmio do que da seriedade e da profundidade que os tempos, agora, estavam a exigir. Verdadeira enquanto julgamento do passado, a nova crítica era falsa quando indicada como forma de superá-lo. Discutindo a posição assumida por um crítico que vinha como porta-bandeira da corrente tida como inovadora, Antônio Houaiss afirmava o seguinte: "É que, enquanto uma posição materialista postula uma progressiva consecução do conhecimento e da liberdade unitária e globalmente para todos os homens pensantes, por via do conhecimento da necessidade, a posição do autor, ainda que não consciente, admite vias diversas de pressupostos, que vão desde o solipsismo até as formas empirocriticistas do neocriticismo. [. . .] Supor uma crítica erguida em torno de valores 'literários', como se estes fossem valores em si, com sua própria finalidade, é dissociar o real em mil setores próprios e autônomos, sem enlace possível na medida em que se aprofunda a essência abstrata em cada setor. [. . .] Se o quadro de nosso atraso social comporta,

eventualmente, a vitória dessa posição por um certo período, é certo que a sua derrota é tão fatal quão fatal é a necessidade de superarmos esse mesmo atraso social. Embora, pois, objetivamente, a pregação de Afrânio Coutinho possa parecer em favor da 'literatura' do Brasil, sua essência leva à castração da literatura e do... Brasil".[11]

O Neocriticismo foi apenas uma das manifestações em que se definia a reação literária. Mário de Andrade, em 1944, e ainda aí interpretando o que havia de essencialmente moderno em nossas letras, definiria com veemência aquilo que começava a ser negado por alguns e justamente em nome de suposta purificação da criação literária: "Acho que o artista — escrevia — mesmo que queira, jamais deverá fazer uma arte desinteressada. O artista pode pensar que não serve a ninguém, que só serve à Arte, digamos assim. Aí está o erro, a ilusão. No fundo, o artista está sendo um instrumento nas mãos dos poderosos. O pior é que o artista honesto, na sua ilusão de arte livre, não se dá conta de que está servindo de instrumento, muitas vezes, para coisas terríveis. É o caso dos escritores apolíticos, que são servos inconscientes do fascismo, do capitalismo, do quinta-colunismo".[12] Não por coincidência, foi batizada de "geração de 45" aquela que se apresentava com o deliberado propósito de isolar o estético do ético, isto é, despojar a criação literária de todo e qualquer compromisso com a realidade — com o tempo e com o meio. Tratar-se-ia, agora, de impor a disciplina formal de uma arte burguesa decadente, embalada de pessimismo, escorada na metafísica da abstração emocional e visando à afirmação de que nada existe fora do subjetivo. Era um nebuloso Neo-Simbolismo que, idêntico ao antigo, mas sob condições inteiramente diversas, tentaria valorizar a palavra acima de tudo. A busca da depuração da forma, isto é, a exclusão de qualquer laço com a realidade, tida como fonte de impureza artística, acabaria por resumir-se numa depuração do conteúdo: arte seria apenas forma. A estética formalista se colocaria, assim, deliberadamente, no campo do irracionalismo filosófico, como já foi apontado. O sinal de partida dessa reação — a que corresponderia o Neocriticismo — seria dado na poesia: "Sob o pretexto da necessidade de

uma disciplina para a poesia brasileira, da realização consciente de uma poesia de artesanato, que não seja mais um produto do espírito espontaneísta e aventureiro que caracterizara o *Movimento de 22*, porém produto de uma ordenação poética, na realidade o que eles conseguiram de mais 'impressionante' foi reviver o que existia de mais negativo antes de 1922, antes, portanto, do modernismo anárquico e aventureiro: o espírito anti-romântico e metafísico dos simbolistas e também o próprio comportamento acadêmico posterior".[13]

Abandonada pela imprensa, a crítica literária abrigou-se na cátedra universitária, onde foi submetida a tratamento destinado a despojá-la de qualquer espontaneísmo para empreender o esforço desmesurado de assemelhar-se a uma ciência. A necessidade de superar a contribuição do impressionismo crítico, etapa historicamente necessária no nosso desenvolvimento literário, cuja contribuição, longe de ser desprezada, deveria ser assimilada pela discussão, levou, como o neocriticismo levara, a um impasse. No esforço para romper o impasse, o ensino de literatura e a atividade crítica concomitante procuraram afanosamente apoiar-se, sem muita escolha, em contribuições importadas, duplamente importadas porque trazidas do exterior, sem maiores critérios, e transferidas de outras áreas do conhecimento. De um lado, pois, isto é, externamente, operava-se a reação formal a partir da poesia, enquanto de outro lado, isto é, internamente, através do ensino universitário e do seu aparelho de transmissão sistemática de cultura, operava-se a teorização da reação formal. Alfredo Bosi definiu os primeiros da maneira seguinte: "Na esfera psicológica, *habitat* ideal desse gênero visceralmente intimista de poesia, as *imagens* vêm a ser o correlato dos sentimentos e, numa fase mais avançada de condensação, os *símbolos* vêm o véu que oculta e ao mesmo tempo sugere esses mesmos sentimentos".[14] Daí deformações apresentadas como inovadoras, a concessão às exigências formalizantes e técnicas, dando lugar a um "formalismo pálido, entendido como respeito ao metro exato e fuga à banalidade nos temas e nas palavras".[15] Daí, finalmente, extremo apuramento formal e, na busca ao cienticismo, a tendência a exigir a lingüística como essência da criação literária, levando a desmandos

conceituais e abstrações em que referências semânticas e semióticas passavam a constituir parâmetros fundamentais e a criação literária assumia foros de mistério para descodificação do qual seriam necessários recursos inteiramente distanciados da literatura: "Essa direção, que tende a compor o fenômeno literário a partir dos materiais da linguagem, tem o mesmo significado histórico do abstracionismo, que constrói o quadro com entes geométricos, ou da música concreta, que trabalha a partir dos ruídos e dos sons, tais como a Física os reconhece. Afim a essas opções é o estruturalismo enquanto método de pensar formalizante. E afins lhe são todas as correntes de cultura e de moda que preferem deter-se nos códigos e nos sinais em si mesmos a aprofundar os motivos e o sentido ideológico da mensagem".[16]

O sentido essencialmente reacionário e intrinsecamente antiartístico de tais tendências visaria a separar a literatura da realidade, sua fonte vital, como separar o seu estudo das condições históricas concretas, aquelas justamente que haviam motivado as criações literárias. A forma de usar a linguagem, em literatura, está longe de ser indiferente e pode perfeitamente definir o sentido das criações.[17] Mas, sem dúvida, "o que define as revoluções no campo da arte é a libertação do formalismo e o conseqüente reencontro, o corpo-a-corpo com a realidade concreta do mundo".[18]

O esforço formalista não se limitou ao ensino de literatura — destinado a provocar repulsa à leitura e ao empobrecimento da criação e da crítica — ampliando-se, em movimentos extra-acadêmicos, paralelos àquele ensino, que se apresentavam como inovadores. A confusão vulgar entre o novo, que brota do processo histórico, da vida real, e a simples novidade, que pode surgir e surge de manifestações isoladas, descondicionadas do tempo e do meio, levou ao extremo da total adulteração do conceito de vanguarda artística. Para operar, a pretensa vanguarda estaria articulada com o formalismo mais estreito, erigindo a linguagem em fim da criação literária e não como meio e instrumento de suas manifestações, o espaço social das idéias. Renovar seria, para essa suposta vanguarda, subverter a linguagem, negando o passado e procurando desarticular a própria

estrutura semântica. No fundamental, em literatura, importaria apenas a linguagem.[19]

Tratava-se de negar a possibilidade de ser a realidade explicada conceitualmente. E de fazer com que o conceito de vanguarda limitasse as suas manifestações apenas às pesquisas formais, de sorte a expressar a separação absoluta entre o curso da arte e a história concreta dos homens. Sob o disfarce de teorizações confusas, os defensores do vanguardismo formalista, como aqueles que, na cátedra e na crítica, afirmavam a autonomia da criação literária, pretendiam o isolamento do escritor, sua omissão ante os problemas da sociedade, seu desinteresse pela política, tomada, agora, como ao tempo da arte pela arte, como atividade que macularia o artista e a sua obra. Ora, necessidade histórica, em nosso país, era precisamente a da participação, da integração no real. Ferreira Gullar, que analisou lucidamente o quadro em que se processou o vanguardismo formalista, disse bem: "A poesia dita participante é decorrente de uma convicção profunda de que o homem pode melhorar o mundo e de que as grandes misérias e sofrimentos têm causas objetivas que podem ser suprimidas. [...] Não obstante, essa poesia não é destituída de complexos problemas estéticos".[20]

O advento, em 1964, de um regime obscurantista, que se desmandou na repressão à cultura sob qualquer de suas formas de manifestação, exacerbou o formalismo, de um lado, levando-o a desvairado irracionalismo — paralelo à omissão política — ao mesmo passo que provocou, de outro lado, uma retomada de radicalização, sob subestima correspondente dos problemas estéticos, limitando as manifestações à simples contestação política. A reação formalista, desenvolvida no bojo da intensa luta ideológica das décadas dos cinqüenta e dos sessenta, atingiu o auge com a derrocada do regime de representação popular, vigente entre 1961 e 1964. Antes, a ascensão das massas trabalhadoras e a luta pelas reformas, impondo participação, engajamento, criava condições para que, face à reação formalista já em pleno desenvolvimento, fossem articuladas manifestações artísticas de qualidade muito variada, em que o novo realmente aparecia. Com a implantação da ditadura e o terrorismo cultural, a reação formalista ficou com os seus movimentos praticamente livres,

desmandando-se no irracionalismo e só encontrando pela frente, até 1968, a radicalização que colocava as exigências estéticas em plano secundário. Certo, como esclareceria Ferreira Gullar, "a verdadeira vanguarda artística, num país subdesenvolvido, é aquela que, buscando o novo, busca a libertação do homem, a partir de sua situação concreta, internacional e nacional".[21] Pretendendo-se vanguarda, apenas porque se contrapunha às formas anteriores, na poesia, a reação formalista desprezava ostensivamente o conteúdo, colocava-se distante da realidade e buscava elaborar modismos que a marcassem nitidamente como elitista. Voltava ao preciosismo verbal, de início, para extremar-se, depois, na posição de assimilar a arte enquanto técnica, valendo não o tema ou a imagem mas a própria estrutura verbo-visual.[22] A simples distribuição de palavras e até de letras no espaço da página representaria forma de criação artística. Essa forma, de efeito meramente visual, importava em propositado distanciamento de qualquer idéia: o "poema" valeria por si mesmo, resumia-se na representação (se é que existia), nas palavras ou nas letras. A inovação se circunscrevia nem mesmo à forma mas apenas à figura que palavras e letras pretendiam construir. Nisso consistia o que se apresentava como vanguarda. Era, no fim de contas, um retrocesso violento e a inovação se circunscrevia ao escândalo de negar tudo, com a preocupação fundamental de desligar-se do passado literário, mesmo o recente.

Como definiu Alfredo Bosi, o princípio linguístico geral subjacente a tais processos era o da "substituição da estrutura frásica, peculiar ao verso, por estruturas nominais; estas, por sua vez, relacionam-se espacialmente, tanto na direção horizontal como na vertical". Se esse vanguardismo formalizante não chegou a despertar interesse e a ocupar espaço em nossa literatura contemporânea, valendo como sintoma da crise formalista, o ensino de letras em nível universitário consagraria, já agora com influência natural, derivada do uso do aparelho de transmissão sistemática da cultura, os modismos importados mais estranhos e desimportantes. A ausência de crítica e a impunidade dos dispautérios, conseqüência do regime obscurantista, permitiam foros de inovação e até de profundidade a tais anomalias que lembravam, por tudo isso, o caráter aristocrático que o saber

ainda ostenta no Brasil. Mas, como observou Ferreira Gullar, "a eliminação dos elementos sintáticos e relativos da linguagem é, no fundo, a procura de uma linguagem sem conceitos". Para concluir: "Que significa pretender uma linguagem aconceitual? Significa que existe uma verdade que não pertence ao mundo racional e à qual só a arte tem acesso. Significa, também, a vontade de transferir para o campo da poesia um tipo de pensamento formal que se desenvolveu sobretudo no âmbito da pintura. E, o que é mais importante, significa a necessidade dos poetas de se furtar ao tipo de responsabilidade que implica pensar o mundo dentro de suas relações concretas. [. . .] A rejeição da linguagem conceitual é a rejeição de pensar o mundo. A supervalorização dos fatores estilísticos sobre os de conteúdo deriva daquela opção inicial. A idéia de uma vanguarda artística, que é vanguarda em relação aos próprios modos estilísticos independentemente de qualquer colocação filosófica ou política, também decorre daquela opção".[23]

Claro que a reação formalista que se desenvolve em todos os gêneros não representa senão um dos lados da literatura brasileira após 1945, quando o Modernismo chega ao fim. A poesia que continua a tradição lírica brasileira, com velhos ou novos temas, e que herda as inovações essenciais do Modernismo, conhece alguns autores novos, enquanto outros, que participaram da fase anterior, enriquecem as suas obras. É singular, ainda, a maneira como, contrapondo-se à tendência aristocratizante do hermetismo formalista, a fase assinala a multiplicação da poesia popular, particularmente aquela que está contida nas letras das músicas que o povo conhece e estima.[24] Entre os que participaram do Modernismo e continuam a criar, está Raul Bopp, cujos poemas *Urucungo* (1933) e principalmente *Cobra Norato* (1937) constituem, realmente, uma rica "movimentação de material de camada popular". Tendo estreado em 1933, com *O Caminho para a Distância*, Vinícius de Morais segue longo percurso, em que renova profundamente a sua obra, passando do misticismo e da pompa iniciais para os motivos ligados à realidade do povo brasileiro. Nele ocorre, aliás, a fusão, no mesmo autor e em alto nível, do letrista de música popular e do poeta de formação literária. As inovações formais são acolhi-

das e trabalhadas quando a fase define seu distanciamento do Modernismo por dois poetas, João Cabral de Mello Neto e Ferreira Gullar, dos maiores que a história literária brasileira conheceu. A morte de Mário Faustino cortou a trajetória de um poeta cuja obra prometia constituir acontecimento importante.[25] Vindo da época do Modernismo e muito ligado a algumas de suas virtudes e também aos seus cacoetes mais vulgares, Ascenço Ferreira foi uma figura singular em que se confundiam intuições musicais de poeta popular e coisas menores.[26] O tempo vai permitir, adiante, juízo merecido à poesia de Joaquim Cardozo, em que a ciência não perturbou uma riquíssima inspiração contida em obra pequena mas cujo lugar em nossas letras está assegurado.[27] A crônica apresenta a sua maior figura com Rubem Braga, que vem da fase anterior. Sérgio Porto faz a crítica de costumes, com humor e inovações que colhe no coloquial e no popular.[28] Eneida de Morais, em atividade desde a fase anterior, é também um misto de cronista e memorialista.[29]

Ao longo do tempo e acompanhando as mudanças, a crítica, na sua passagem da imprensa para a cátedra, conhece algumas contribuições expressivas. As mais destacadas passam ao livro e definem um gênero, o ensaio literário, que, sob muitos aspectos, assinala a maturidade literária em nosso país. Entre esses ensaístas está Astrojildo Pereira, crítico agudo que mostra as relações entre a criação artística e os condicionamentos históricos e cuja militância política não perturba a elaboração de uma obra reduzida mas cuja importância cresce com a passagem do tempo.[30] Poeta dos mais destacados do Modernismo, Augusto Meyer é também ensaísta de amplos conhecimentos e de interpretação sutil do fenômeno literário, servido por estilo em que a virtude fundamental é a clareza.[31] Jornalista político principalmente, algumas páginas escritas a largos intervalos e um estudo sobre o romance brasileiro fazem de Prudente de Morais Neto nome obrigatório na galeria de nossos melhores críticos.[32] Começando pela crítica de jornal, à época do Modernismo, e servido por sólida formação humanista, Fernando de Azevedo deixou alguns ensaios indispensáveis ao conhecimento de nossa cultura.[33] Olívio Montenegro fixou a sua dimensão numa obra sobre o romance brasileiro.[34] Lúcia Miguel Pereira fez ficção

e crítica, mas sua contribuição mais importante está em biografias de nossos escritores do passado e em um volume para a história literária brasileira.[35] Foi este também o caminho de Sílvio Rabelo, o do livro sobre autores destacados.[36] Eugênio Gomes deixou ensaios interessantes, reunidos em uns poucos livros.[37] Edgard Cavalheiro, mais na imprensa do que no livro, discutiu os problemas literários da época.[38] Exemplo particularíssimo foi o de Otto Maria Carpeaux que, aprendendo a nossa língua e estudando as nossas letras, quando para aqui tangido pelo nazismo, nelas tornou-se mestre, com exercício constante de sua análise e crítica, alicerçadas em conhecimento universal da literatura, que não perturbou jamais a sua capacidade para conhecer, discutir e situar os nossos valores. Brasileiro como poucos aqui nascidos, seu lugar em nossas letras está garantido pela sua obra, que representa fonte insubstituível para quantos pretendam estudá-las.[39] A crítica e o ensaio literário foram praticados, nessa fase, ainda por Alceu Amoroso Lima, que seria o crítico lúcido do Modernismo e continuaria a sua atividade até os nossos dias; Sérgio Buarque de Holanda, destacada figura do Modernismo que a cátedra universitária desviaria das letras, nelas sempre mestre quando volta a tratá-las; Antonio Cândido, que passou da crítica sistemática de jornal ao ensino universitário e ao livro; Ferreira Gullar, em que o grande poeta se encontra com um crítico e ensaísta dos mais importantes dessa fase; e Eduardo Frieiro que, na província, elabora alguns dos melhores ensaios literários que aqui foram escritos.

Nem só de documentaristas, como nem só daqueles que, nela, definem a valorização formalista, vive a ficção brasileira, nessa fase. Os documentaristas continuam a desenvolver suas obras, mas o próprio teor regionalista de que se revestem vai declinando. Já não é tão acentuado em autores como Dalcídio Jurandir, Ivan Pedro de Martins, Ciro Martins, em que a cor local e o detalhe que caracteriza pelo pitoresco cede lugar à exposição dos contrastes sociais e das relações sociais condicionadas, na forma, pelo meio físico. Os ficcionistas afeiçoados à subjetividade também continuam presentes; passarão a constituir uma das faixas permanentes no desenvolvimento da ficção brasileira. Aqueles em que a palavra se apresenta como elemento

essencial começam a ocupar espaço nela. E a ficção alinha, ainda, outros tipos e se enriquece na exploração de outros filões. Ela se amplia consideravelmente e apresenta uma variedade que denuncia também o amadurecimento da literatura brasileira. Há, por outro lado, crescimento extraordinário do conto, gênero em que, no passado, fomos pobres. Passamos de uma fase em que o conto era parcela, e quase sempre menor, da obra dos romancistas para a fase em que aparecem especialistas no gênero, cuja obra a ele se limita e nele se esgota. Entre aqueles, destaca-se, vindo da fase modernista, Aníbal Machado, mestre da história curta, que situa problemas e contrastes da vida com uma arte apurada e poética, escritor parco e raro, dos maiores que a fase conheceu, um clássico na realidade.[40] Ou um contador de histórias despretensiosas, com o dom da comunicação, de narrativa clara e fácil, curioso dos contrastes humanos e muito apegado às coisas da terra como Amadeu de Queirós.[41] Ou mesmo aquele que fugiu ao simples levantamento de detalhes para reconstituir os traços do meio social, como Ranulfo Prata.[42] Ou, ainda. como Afonso Schmidt, o ficcionista em que a preocupação social é sempre evidente e em cujo estilo a marca do jornalismo não desaparece.[43] Já Gastão Cruls, cuja formação científica o leva para a ficção em que aparecem personagens anormais, existe um ficcionista seguro de sua arte, que consegue apurar seus recursos a cada criação.[44] São autores mais antigos, que viveram a fase do Modernismo, dele participando pela militância ou não. Modernos na maneira de escrever e na estrutura de suas obras, sem dúvida. Moderno é também Telmo Vergara, de obra reduzida mas que não pode ser omitida.[45] Como Galeão Coutinho, em cuja obra está sempre presente o jornalista, mas cuja capacidade de reconstituir os costumes lembra Manuel Antonio de Almeida e não encontra paralelo em nosso tempo.[46] Mais jovens, desaparecendo cedo e em pleno desenvolvimento de suas obras, José Condé,[47] que vem do surrealismo para o romance picaresco, e Hermilo Borba Filho, que traça um largo painel da vida brasileira contemporânea, são figuras que estão incorporadas à galeria dos ficcionistas cujas obras continuarão a ser lidas.[48]

Nessa face, abrindo-se o amplo leque das variações da ficção brasileira, ocorrem acontecimentos como o lançamento de *Os Ratos* (1935), com que Dionélio Machado começa a ocupar lugar destacado em nossas letras, ou como o aparecimento sucessivo dos romances com que Octavio de Faria concretiza o largo mural do que denominou *A tragédia burguesa,* iniciada com *Mundos Mortos* (1936), ou como a estréia de Ciro dos Anjos, com *O Amanuense Belmiro* (1937). Eles continuarão em atividade, a partir desses lances iniciais, convivendo com a obra de Jorge Amado, de Marques Rebelo, de Graciliano Ramos, de Érico Veríssimo, de Afonso Schmidt, de Galeão Coutinho e, adiante, de José Condé, de Hermilo Borba Filho, de Ciro Martins. Nessa fase, ainda, começam a aparecer autores novos, como Oswaldo Alves; Orígines Lessa, que passa do jornalismo à ficção, contista e novelista que retrata gente do povo; J. J. Veiga, dono de obra singular em nossas letras; Mário Palmério, que liberta o regionalismo do pitoresco e fixa os costumes provincianos; W. Autran Dourado, escritor seguro de seu mister, dono de uma prosa límpida e adequada à pintura de emoções; Bernardo Ellis, regionalista sem os cacoetes típicos do gênero; Dalton Trevisan, que encabeça extensa lista dos modernos e excelentes contistas brasileiros. Nessa menção a autores e obras tão diversas — entre elas, caberia referir a criação original de José Cândido de Carvalho, *O Coronel e o Lobisomem* (1964) — fica evidenciada a amplitude atingida pela moderna ficção brasileira. De há muito, realmente, foi ultrapassada a etapa em que o desenvolvimento literário obedecia com certo rigor — admitindo discrepâncias isoladas, evidentemente — que padronizava ou mesmo uniformizava os modelos. Agora, ao contrário, os modelos estão multiplicados e em muitos destacam-se criações que têm condições de durar, de fixar-se na memória coletiva, de incorporar-se ao nosso patrimônio cultural. A escala de valores, por outro lado, se estabelece entre os juízos do público (e aqui, como o livro é também mercadoria, começamos a conhecer os nossos *best-sellers*), de um lado, e os juízos de uma crítica que, expulsa da imprensa, provém dos cursos universitários e está eivada de elitismo e de pretenso cienticismo, numa escolástica que a distância cada vez mais do juízo popular.[49] A deformação do ensino de Letras, no Brasil, segue paralela,

como elemento da mesma etapa e do mesmo fenômeno, às deformações ligadas à reação formalista.

A estréia de Clarice Lispector, em 1943, com o romance *Perto do Coração Selvagem*, provocou atenção desusada. Tratava-se, realmente, de algo insólito, entre nós, levando ao extremo uma linhagem subjetiva que, desenvolvendo-se paralelamente — e como que simetricamente — à ficção documentarista, desde o início da repressão política e aprofundamento da luta ideológica, jamais alcançara destaque, servindo apenas, pelo contraste, para definir o reverso do simplismo naturalista preponderante nos anos trinta. O universo arbitrário de Clarice Lispector e o esforço na valorização da palavra marcavam criações em que a ficção se enredava. Alfredo Bosi situou bem o fenômeno: "Há na gênese dos seus contos e romances tal exacerbação do momento interior que, a certa altura do seu itinerário, a própria subjetividade entra em crise".[50] Esse tipo de romance, em que se espelha a angústia individual, estilhaça o tempo, desarticula a história, desvencilha-se do real a tal ponto que a ficção perde a estrutura.[51] A ficção de Clarice Lispector, salvo no conto, em que fixou cenas e figuras com mestria excepcional, ocupa, em nossas letras contemporâneas, um lugar isolado, singular, diferente.[52] A linhagem introspectiva na ficção, entre nós, a par de não ter apresentado jamais valores destacados, representou a resposta inconsciente ao avanço que a literatura modernista definiu e traduziu, por outro lado, a angústia que a vida contemporânea brasileira, por força do desenvolvimento desordenado, caótico, selvagem das relações capitalistas aqui, passou a apresentar. Na maneira de criar, conteúdo e forma atendem ao individualismo e ao impasse a que esse individualismo leva. Em Clarice Lispector, no entanto, ao conteúdo subjetivo junta-se, o que antes não acontecia, um apuro formal que a distingue dos demais. Ainda na segunda fase do Modernismo, que se aproxima do fim, em plena vigência do regime ditatorial do Estado Novo, Clarice Lispector anuncia a crise formalista que se aproxima e que acompanha a aguda luta ideológica do pós-guerra.

Em 1946, com o mundo buscando novos caminhos e entrando logo no estreito impasse da "guerra fria", Clarice Lispector reaparece, com *O Lustre*, mas esse é o ano em que João Guimarães Rosa publica *Sagarana*, contos que definem, sem qualquer dúvida, o escritor excepcional. Trata-se, na verdade, de alguém que, dez anos depois, em 1956, lança, simultâneamente, o longo e estranho relato *Grande Sertão:Veredas* e a coleção de histórias de *Corpo de Baile*, depois desdobradas em três livros. Já nas sucessivas edições de *Sagarana*, com as alterações introduzidas no texto pelo autor, particularmente no primeiro conto — episódio em que entram vaqueiros e animais — era fácil observar a crescente preocupação formal de Guimarães Rosa em que se juntariam, para o mal e para o bem, extraordinárias qualidades de ficcionista com uma autêntica vocação de lingüista. A partir dos livros lançados em 1956, já não existia dúvida e ficava profunda e plenamente realizada aquela fusão, definindo-se, em nossa história literária, a sua personalidade mais singular, com uma obra em que grandeza e originalidade estão presentes e também fundidas. Entre o ficcionista e o lingüista nem sempre reina harmonia. Na medida em que desenvolve a sua obra, predomina em Guimarães Rosa o lingüista, os experimentos se multiplicam e ameaçam abafar a narrativa, o estilo se torna cada vez mais complexo, misterioso, difícil. Daí a singularidade que essa singularidade provoca e ocasiona: a obra de Guimarães Rosa passa a sofrer extensa pesquisa: "A obra de Guimarães Rosa, de riqueza e complexidade crescentes estimula cada vez mais o trabalho da exegese", dirá Paulo Rónai.[53] Já Graciliano Ramos, dos primeiros a lhe notar o valor mas também a situar a característica que se tornaria predominante, lembrava "certa dissipação naturalista" nele, exemplificando com o "movimentar uma boiada com vinte adjetivos mais ou menos desconhecidos do leitor", rematando: "A arte de Rosa é terrivelmente difícil".[54]

Em Guimarães Rosa, realmente, há que considerar especialmente a linguagem, aquela maneira de instaurar um universo lingüístico em que "mesmo as proposições de lógica perfeita passam a pedir uma leitura diversa".[55] Universo "em que se revitalizam recursos da expressão poética: células rítmicas, aliterações, onomatopéias, rimas internas, ousadias mórficas, elipses, cortes e deslocamentos de sintaxe, vocabulário insólito, arcaico ou de todo neológico, associações raras, metáforas, anáforas, metonímias, fusão de estilos, coralidade".[56] Os referidos recur-

sos da expressão poética estão a serviço do temário escolhido pelo ficcionista; eles atendem, nesse temário, a uma relação imperativa; realmente, estão no caso em que "os conteúdos sociais e psicológicos só entram a fazer parte da obra quando veiculados por um código de arte que lhes potencia a carga musical e semântica".[57] Além do curso poético, a linguagem de Guimarães Rosa está fundida com o temário também pela riqueza dos neologismos. Ele mesmo refere onde "a sensatez da inocência supera as excelências do estudo", frisando: "Pelo que, terá de ser agreste ou inculto o neologista, e ainda melhor se analfabeto for", pois é preciso trazer à luz o que ficou sepultado, aquelas "palavras em serviço efetivo, já hoje viradas naturais, com o fácil e jeito e unto de espontâneas, conforme o longo uso as sovou".[58] Os experimentos lingüísticos de Guimarães Rosa, aliás, estão intimamente ligados à linguagem rural brasileira; seriam impossíveis na linguagem urbana. A fonte de sua linguagem é sertaneja, em grande parte, na parte mais saborosa. Dessa fonte, Paulo Rónai disse, com exatidão: "O pendor do sertanejo para o lacônico e o sibilino, o pedante e o sentencioso, o tautológico e o eloqüente, a facilidade com que adapta o seu cabedal de expressão às situações cambiantes, sua inconsciente preferência pelos subentendidos e elipses, seu instinto de enfatizar, sigularizar e impressionar são aqui transformados em processos estilísticos".[59]

Ligado ao moderno quanto à forma e nela inovador, Guimarães Rosa permanece, no fundo, um regionalista, isto é, um narrador aferrado à paisagem de determinada região, no seu caso o sertão mineiro. A esse respeito, Paulo Rónai, que tanto estudou sua obra, definiu: "A unidade dessas quarenta narrativas está na homogeneidade do cenário, das personagens e do estilo. Todas elas se desenrolam diante dos bastidores das grandes obras anteriores: as estradas, os descampados, as matas, os lugares perdidos de Minas, cuja imagem se gravara na memória do escritor com relevo extraordinário. Cenários ermos e rústicos, intocados pelo progresso, onde a vida prossegue nos trilhos escavados por uma rotina secular, onde os sentimentos, as reações e as crenças são os de outros tempo. [. . .] Através dos anos e não obstante a ausência, o ambiente que se abrira para seus olhos

deslumbrados de menino conservou sempre para ele suas cores frescas e mágicas. Nunca se rompeu a comunhão entre ele e a paisagem, os bichos e as plantas e toda aquela humanidade tosca em cujos espécimes ele amiúde se encarnava, partilhando com eles a sua angústia existencial".[60] Daí os seus experimentos lingüísticos, por força do tema, girarem particularmente em torno de arcaísmos, ressuscitados sob forma nova, potenciados pela elaboração literária. Na medida em que sua obra cresce — e o seu prestígio — a preocupação lingüística prepondera sobre a criação do ficcionista e os neologismos surgem de novas fontes: "Insensivelmente chegamos de uma linguagem predominantemente oral, de forte sabor popular, a outra, de alto teor filosófico" — dirá Paulo Rónai. Misturam-se "rodeios de acentuado sabor popular" e "preciosismos rebuscados".[61] E Alfredo Bosi concordará em que João Guimarães Rosa, "experimentador radical, não ignorou, porém, as fontes vivas das linguagens não-letradas: ao contrário, soube explorá-las e pô-las a serviço de uma prosa complexa em que o natural, o infantil e o místico assumem uma dimensão ontológica que transfigura os materiais de base".[62] Além da linguagem e a ela conjugado existe quase sempre, na sua narração, um teor de mistério e de magia. Seus encantamentos assumem aspectos variados, que vão do místico ao mítico, atravessando o sobrenatural.[63] Assim, ao mistério dos fatos se junta, em sua obra, ao mistério das palavras e das frases Paulo Rónai, que o estudou profundamente, adianta, a esse respeito: "Armar um mistério no começo da narrativa para no fim satisfazer, por meio de uma explicação minuciosa, as exigências de um leitor raciocinante, é processo que Guimarães Rosa só excepcionalmente adota. Prefere esconder a explicação no título ou entre dois parênteses, sugeri-la em termos velados, fornecê-la por partes, antecipá-la do modo mais insólito. Gosta ainda de insinuar apenas uma das explanações possíveis, admitindo a plausibilidade de outras".[64] Suas estórias são daquelas "nas quais a expressão verbal acena a realidades inconcebíveis, pelo intelecto".[65] Ou como daquelas em que um personagem se preocupa em fugir à realidade: "De sobra afligia-o a corriqueira problemática quotidiana, a qual tentava, sempre que possível, converter em irrealidade".[66]

Na fase da crise do formalismo (aqui admitida a ênfase formal como crise da literatura), uma obra como a de João Guimarães Rosa teria de despertar generalizado interesse como tema de pesquisa, uma vez que ela mesma, à margem do caráter generalizante que toda obra qualitativamente excepcional assume, isto é, sua transcendência ao tempo, pertence e define aquela crise formalista. Esse interesse se conjugaria com o formalismo desatinado que passou a dominar o ensino de Letras nos cursos superiores: a crise acadêmica, na sua alienação, serviu-se amplamente desse propositado mistério, dessa intenção do autor em criar situações apenas visando à perplexidade de intérpretes. Não de leitores, mas de intérpretes. Existiu nele, realmente, o gesto de preferir a pesquisa elaborada e teorizante ao simples prazer do leitor comum. Paulo Rónai menciona esse deliberado propósito: "*Eles* eram evidentemente os críticos. Rosa, para quem escrever tinha tanto de brincar quanto de rezar, antegozava-lhes a perplexidade encontrando prazer em aumentá-la. Dir-se-ia até que neste volume quis adrede submetê-los a uma verdadeira corrida de obstáculos".[67] Ora, esse deliberado propósito, só compreensível numa fase como a da crise do formalismo, suscitaria um problema fundamental, a que Alfredo Bosi se refere: "Outro problema seria o de situar a opção mitopoética do escritor na praxis da cultura brasileira de hoje. A transfiguração da vivência rústica interessa *principalmente* enquanto mensagem, ou enquanto código? O que ficará em primeiro plano na consciência do homem culto: a reproposição da vida e da mentalidade rural e agreste, ou o experimento estético? É certo que a crítica mais recente, escolhendo o ponto de vista técnico, no espírito do neoformalismo, tende a passar por alto a complexa rede de estilos de pensamento que serviram de contexto e subjazem à ficção de Rosa. Uma leitura que ignore essas vinculações pode resvalar em uma curiosa ideologia, espécie de transcendentismo formal, não menos arriscada que o conteudismo bruto que lhe é simétrico e oposto. Mais uma vez, impõe-se a procura do nexo dialético que desnuda a homologia entre as camadas inventivas da obra e os seus contextos de base".[68] Por tudo isso, a obra de João Guimarães Rosa passou a constituir, na fase de crise do formalismo e como previa Paulo Rónai, material de

sucessivas teses e livros que se unilateralizaram na pesquisa de sua linguagem. Assim, o lingüista, para críticos e pesquisadores, resumiu o ficcionista e este praticamente deixou de existir para esse tipo de exegese. E um ficcionista de singular valor ficou reduzido a simples charadista, de cujas artes a pesquisa teria de se preocupar, na insana busca da descodificação. O artificialismo, no caso, definia a criação artística como mandarinato: o importante consistiria em usar rabicho e unhas longas, para expressar distinção e horror ao trabalho e à vida.[69]

Como é de mansa e pacífica aceitação, o artista, e não apenas aquele que trabalha em literatura, jamais reproduz a realidade em todos os seus detalhes e traços. É porque não faz assim, justamente, é que, reproduzindo-a, faz da reprodução uma realidade mais real do que aquela existente, que busca retratar. Na medida em que é artista, sabe extrair da multiplicidade do real aqueles traços que lhe definem a essência, desprezando o infinito número de traços que, nele, são acessórios. Desse modo, não se pode acusar o artista que, nessa busca do real e de sua reprodução em termos artísticos, deixa de parte, propositadamente, o secundário, o particular, o único, para apanhar e destacar o geral, o típico, aquilo que define o real. A cópia, o relatório, não pertencem ao domínio da arte, e isso é verdadeiro em literatura como nas artes plásticas. Mas isso não significa de modo algum, muito ao contrário, que a reprodução seja falsa ou deformadora. O sertão e o sertanejo, de velhos tempos, constituem matéria destacada nas letras brasileiras, particularmente na ficção. Seu aproveitamento como matéria artística, na literatura, porém, tem sido marcado por um naturalismo que se vale particularmente do pitoresco. Por isso mesmo, as criações literárias que pretenderam transpor o sertão para a arte não chegaram a apresentar obras importantes em termos estéticos. A obra que se incorporou ao nosso patrimônio literário, tomando o sertão como tema, não foi ficção mas ensaio. É interessante que, no caso, o de Euclides da Cunha, também num estilo que despertou admiração e encontrou imitadores, com uma carga retórica que representa, sem dúvida, o seu lado perecível.

Ora, o sertão não se caracteriza pelo pitoresco; os seus traços pitorescos são apenas a moldura do quadro e, conseqüen-

temente, o secundário nele. E o pitoresco ligado à gente do sertão — cangaço, fanatismo — irmana-se ao pitoresco da paisagem, a seca, em larga faixa territorial, aliás economicamente secundária e demograficamente rarefeita. O sertão, aceitando-o como sinônimo do interior brasileiro, define-se pelo latifúndio. A seca, quando ocorre, denuncia com violência, mais do que uma calamidade climática, a calamidade social. Dessa calamidade social é que derivam as anomalias que são os indícios exteriores de causas profundas. Quem vê o superficial, marcado pelo pitoresco, não vê o sertão, embora pareça vê-lo inteiro, na sua plenitude. Outro aspecto interessante do sertão reside no fato de que o seu temário é, pouco mais ou menos, o temário medieval. Mas isso não acontece por acaso, não resulta de simples coincidência histórica. Reproduz-se no sertão temática medieval porque nele são reproduzidos traços sociais medievais. No fim de contas, são as relações peculiares a um tipo extemporâneo de feudalismo que geram aquela temática, em muito reproduzindo a temática gerada pelo feudalismo europeu.[70] Não se trata, pois, da memória coletiva que mantém tipos e cenas dos chamados "livros do povo". A simples afinidade com cenas e tipos dos "livros do povo", em que se fixou, através dos tempos, a temática feudal e em que ela se universalizou, denuncia uma associação espontânea e uma apropriação expressional em que se verifica a adequação de causas e motivações. Ora, em obras como *Grande Sertão:Veredas*, que mantém o interesse da narrativa pela fusão do movimento próprio do folhetim com a qualidade própria da criação literária, os episódios sucedem-se desvinculados das condições sociais — o latifúndio está ausente. Isso não invalida, sem dúvida, a importância da obra de João Guimarães Rosa. Sobre ela continuará a debruçar-se a atenção dos estudiosos e a crítica que merece acabará por aparecer, removido o entulho dos trabalhos em que tem sido apreciada apenas como uma proeza formal.[72]

Essa unilateralidade crítica não ocorre apenas em relação à obra de João Guimarães Rosa; ela cobre todo o espaço em que se desenvolve a crítica brasileira, na fase de crise do formalismo, particularmente mantida no ensino superior de Letras, em que os modismos mais desimportantes surgidos no estrangeiro são

erigidos nele à categoria de clássicos e onde as controvérsias bizantinas assinalam a decadência, evidentemente transitória, do gênero. Aquela unilateralidade fascina os desinformados, que a aceitam como índice de superioridade indiscutível. É evidente que se a criação literária, como qualquer criação artística, compõe-se também de forma e nela se realiza, admitir a unilateralidade e supor que a crítica é uma espécie de ciência da forma, não passa de artifício e de deformação empobrecedora. Como a confusão entre literatura e lingüística, que marca também a crítica da referida fase, a confusão entre rigor formal e realização literária conserva aquele traço aristocrático da inteligência que a consciência ingênua supõe distingui-la, enobrecê-la e limitá-la, com exclusão, por supérflua, de qualquer ligação com o tempo e com o meio e particularmente com os seus problemas. Sendo claro que a lingüística merece estudo e ocupa lugar no campo do conhecimento literário, é preciso reconhecer que ela não é literatura, nem esta pode ser apreciada por métodos por ventura cabíveis em outras artes e ciências que se utilizam de sinais: semântica e semiótica não são literatura. Por tudo isso, a crítica literária, no Brasil, na fase de crise do formalismo, quase desapareceu. Salva-se, nela, quase sempre fora dos quadros acadêmicos, uma que outra figura, como a de Cavalcanti Proença.[73] A crise do formalismo, que também se aproxima do fim, na medida em que a cultura brasileira avança e se afirma como original e capaz de expressar as condições e os problemas de nosso povo, aconchegou-se, naturalmente, a formas autoritárias de exercício do poder, intrinsecamente obscurantistas. De qualquer maneira, a afirmação e o desenvolvimento da literatura brasileira, como de todas as manifestações da cultura de nossa gente, está indissoluvelmente associado a tudo o que as afirmar como de conteúdo nacional e popular.

NOTAS AO CAPÍTULO 2

1 O autor definiu o conceito de povo, diferenciando-o da significação vulgar, em *Quem é o Povo no Brasil*, Rio, 1962, posteriormente incluído no volume *Introdução à Revolução Brasileira*, 4.ª edição, Rio, 1978.

2 ALCEU AMOROSO LIMA, *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, Rio, 1956, pág. 139.

3 ALFREDO BOSI, *História Concisa da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1970, pág. 279.

4 JOSÉ PAULO NETTO, "Depois do Modernismo", *in* Carlos Nelson Coutinho, Gilvan P. Ribeiro, José Paulo Netto, Leândro Konder e Luiz Sérgio N. Henriques, *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira*, Rio, 1974, pág. 105.

5 JOSÉ PAULO NETTO, *op. cit.*, pág. 106/138.

6 JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, *Razão do Poema*, Rio, 1965, pág. 33. Mais severo ainda, adiante, o crítico afirma, da poesia dessa fase: "Suas imagens são 'raras', de rara anemia e abstração. Seus metros repelem a flexibilidade psicológica de 22. A poesia pós gravata. Uma sociedade difusa se espalhou pelo avesso. É uma 'construção' de falso ar pensado; como se esses poetas, não tendo chegado a meditativos, ficassem apenas meditabundos. Um passadismo parnasianinho faz a sua 'reentrée. Da necessidade da forma se deduziu, com moderada inteligência, a imposição da forma". (Idem, pág. 35.)

7 CARLOS NELSON COUTINHO, *op. cit.*, pág. 52. Lafetá é do mesmo parecer, quando descreve o desenvolvimento literário moderno "até desembocar, já nos anos quarenta, numa literatura incolor e pouco inventiva, e numa linguagem novamente preciosa, anêmica, 'passadista', pela qual é principalmente responsável a chamada 'geração 45' ". (João Luiz Lafetá, *A Crítica e o Modernismo*, São Paulo, 1974, pág. 21.)

8 Vide NELSON WERNECK SODRÉ: *História da Imprensa no Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1977.

9 AGRIPINO GRIECO (1888-1973) nasceu em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. Funcionário público, começou pela poesia, mas foi na crítica literária que se tornou conhecido. Sarcástico, discrepando do convencional, ficou respeitado pela extensão de seus conhecimentos literários e franqueza de seus julgamentos.

10 ÁLVARO DE BARROS LINS (1912-1970) nasceu em Caruaru, Pernambuco. Formou-se no Recife, mas foi no Rio de Janeiro que exerceu sua atividade literária e jornalística, das quais passou ao magistério, à política e à diplomacia. Sua obra jornalística foi reunida em livros e reflete a literatura brasileira da época e a sua escala de valores.

11 ANTÔNIO HOUAISS, capítulo "Correntes Cruzadas", *in Crítica Avulsa*, Salvador, 1960, pág. 178-182. Houaiss adianta: "Nossa conjuntura literária — crítica inclusive — é desanimadora, porque o é nossa estrutura literária; e esta é desanimadora também, porque o é nossa estrutura social, anacrônica, retardatária, reacionária. A literatura no Brasil tem que lutar contra a conjuntura literária, contra a estrutura literária, contra a estrutura social para a libertação do homem do Brasil". (op. cit., pág. 184). A preocupação em descondicionar a literatura fica evidenciada no levantamento organizado por Afrânio Coutinho, *A Literatura no Brasil*, 5 vols. Rio, 1955, coleção desigual de ensaios em que predomina a finalidade de desligar a literatura da história, estudando não o seu desenvolvimento no tempo e as mudanças mas segundo as escolas e os gêneros. Esse sentido a-histórico define a concepção fundamental da obra.

12 "Acusa *MÁRIO DE ANDRADE*, "Todos são responsáveis " (*Diretrizes*, Rio, 6 de janeiro de 1944). Nessa entrevista, ele coloca fundamentalmente o problema da participação, mas também o da historicidade. Conta, de sua própria experiência: "Não faço arte pura. Nunca fiz. [...] Sempre fui contra a arte desinteressada. Para mim, arte tem de servir. Posso dizer que, desde o meu primeiro livro, faço arte interessada. Naquele tempo, em 1917, se quisesse poderia ter arranjado um livro de versos menos ruim, para aparecer em público. Tinha cadernos e mais cadernos cheios de sonetos e poesias, que reputava melhores que os de *Há uma Gota de Sangue em Cada Poema*. Mas não. Senti que precisava publicar o meu livro de poemas pacifistas, escrito sob as emoções da guerra de 14. Eles me pareceram mais úteis que os sonetos e as poesias rimadas. [...] Qualquer análise psicológica, mesmo leve, da manifestação artística nos convence de que a arte é sempre interessada, e que toda obra de arte é, em última análise, 'obra de circunstância', isto é, nascida duma circunstância ocasional, social ou individualista, a que o artista atribui o seu interesse. [...] É quase exclusivamente na civilização cristã que a inflação do individualismo permitiu essa viciosa vacilação de qualidade no interesse que, de social que sempre foi, passou muitas vezes a confidencial e individualista. [...] E o intelectual sofisma que tem liberdade de pensamento, simplesmente porque não tem técnica de pensar suficiente que lhe dê coragem p'ra levar o seu pensamento até o fim. Porque, na verdade, a pseudo-liberdade dele consistiu em seqüestrar das suas manifestações intelectuais todos aqueles assuntos momentosos, cuja qualidade de interesse era social, que o haviam de deixar desagradável com o chefe da repartição em que trabalha, o diretor do jornal em que escreve, e mesmo lhe trariam complicações com as gestapos. [...] A arte é exatamente, como a cátedra, uma forma de ensinar, uma proposição de verdades, o anseio agente de uma vida melhor. O artista pode não ser político, enquanto homem, mas a obra de arte é sempre política enquanto ensinamento e lição; e quando não serve a uma ideologia serve a outra, quando não serve a um partido serve ao seu contrário". Essa linha de pensamento era justamente aquela contra a qual viria a operar a reação anti-histórica, cientificista e, finalmente, declaradamente formalista que surgiu em nossas letras na fase de que tratamos.

13 WALTER SAMPAIO, "A estética formalista da 'geração de 45' ", *in Trópico*, n.º 5, São Paulo, agosto-setembro de 1950. O articulista acrescenta, "O certo e incontestável é que o programa teórico da 'geração de 45' está enquadrado no negativismo filosófico do individualismo, no idealismo filosófico que é a base ideológica onde se fundamenta a estética formalista. Entendendo como arte formalista todas aquelas experiências estéticas que, partindo das conseqüências do naturalismo, atingiram sua maneira mais extremada com o abstracionismo, do falso objetivismo naturalista ao subjetivismo arbitrário do abstracionismo".

[14] ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 518. Ele amplia a sua análise em seguida: "Mas o que caracteriza — e limita — o formalismo do grupo é a redução de todo o universo da linguagem lírica a algumas cadências *intencionalmente* estéticas que pretendem, por força de certas opções literárias, definir o poético e, em conseqüência, o prosaico ou não-poético. Era fatal que a arte desses jovens corresse o risco de anemizar-se na medida em que confinava de maneira apriorística o poético a certos motivos, palavras-chaves, mitemas etc. Renovava-se, assim, trinta anos depois, a *maneira* parnasiana-simbolista contra a qual reagira masculamente a *Semana*, mas renovava-se sob a égide da poesia existencial européia de entre-guerras, de filiação surrealista, o que lhe conferia um estatuto ambíguo de tradicionalismo e modernidade".

[15] ALFREDO BOSI, *op, cit.*, pág. 434.

[16] ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 44. Outra referência do autor ao fenômeno: "Em caminho paralelo, progride o surto da mais recente metodologia ocidental, o *estruturalismo*. Em conexão com esse método e, não raro, com os traços tecnicistas que dele receberam os seus divulgadores, aparecem, a partir de 55, a poesia concreta, o novo romance, *pari passu* com a aura mítica generalizada em torno dos meios de comunicação de massa e certo difuso fetichismo da máquina, aliás compreensível se atentarmos para a explosão industrial dos anos sessenta nos Estados Unidos e na Europa, centros de decisão para as elites sul-americanas". (Idem, pág. 434).

[17] "De fato, nesse ou naquele modo de usar a linguagem está toda uma visão do mundo. Se me conformo em explorar as relações implícitas entre as palavras, estou afirmando ou que me cansei de indagar o mundo enquanto realidade concreta ou que o mundo está já inteiramente formulado na linguagem. Se, pelo contrário, a linguagem é para mim um meio, é que estou convencido de que a todo momento a realidade produz o novo — a realidade, dinâmica e dialética, ultrapassa a linguagem e me ultrapassa". (Ferreira Gullar, "Vanguarda e Atualidade", *in Correio da Manhã*, Rio, 7 de maio de 1967.)

[18] Idem, idem.

[19] "Em primeiro lugar, o que se chama de vanguarda é um tipo de trabalho artístico caracterizado por acentuada tendência formalista, de que são exemplo no Brasil os poetas concretos, popcretos e praxistas. [...] De modo geral, pode-se dizer que os vanguardistas tendem a transformar a linguagem — o meio de expressão — em fim. Noutras palavras, a linguagem é tomada como uma entidade autônoma, no mesmo nível de realidade da matéria natural — e o poeta age sobre ela como se agisse sobre a natureza". (Ferreira Gullar, "Vanguarda e Vanguarda", *in Correio da Manhã*, Rio, 22 de janeiro de 1967).

[20] Idem, idem.

[21] FERREIRA GULLAR, *Vanguarda e Subdesenvolvimnto*, 2.ª edição, Rio, 1978, pág. 24. Gullar saberia conceituar e definir o novo e mesmo o revolucionário de forma lapidar: "A renovação não significa romper

com todo o patrimônio de experiências acumulado. Forma revolucionária não é mera diluição de 'achados' formais e sim a forma que nasce como decorrência inevitável do conteúdo revolucionário. São os fatos, a História, que criam as formas, e não o contrário. E a prova de que furtar-se aos fatos é que esclerosa as formas e esteriliza os artistas está na própria poesia concreta, que se estagnou num número extremamente reduzido de variações formais". (Idem, pág. 21).

[22] "Os poetas concretos entendem levar às últimas conseqüências certos processos estruturais que marcaram o futurismo (italiano e russo), o dadaísmo e, em parte, o surrealismo, ao menos no que este significa de exaltação do imaginário e do inventivo no *fazer* poético. *São processos que visam a atingir e a explorar as camadas materiais do significante* (o som, a letra impressa, a linha, a superfície da página; eventulmente, a cor, a massa) e, por isso, levam a rejeitar toda concepção que esgote nos *temas* ou na realidade psíquica do emissor, o interesse e a valia da obra. A poesia concreta quer-se abertamente anti-expressionista". (Alfredo Bosi, *op. cit.*, pág. 529).

[23] FERREIRA GULLAR, *Cultura Posta em Questão*, Rio, 1965, pág. 125. Gullar remata sua análise assim: "Urge que o poeta desça à realidade. Não o conseguirá, no entanto, se se mantiver preso àquela concepção de obra literária que, conforme se tem dito, o coloca diante da seguinte opção: a obra ou a vida. Isto é, ou o poeta permanece fiel à sua obra ou à sua condição de ser social. De fato, se se admite que a realização da obra exige o não compromisso com os outros homens, o alheiamento aos problemas vitais que acossam a sociedade à qual pertence, então não será possível ao poeta ser poeta e cidadão ao mesmo tempo. Tanto mais que os próprios conceitos críticos em voga concebem a obra literária com uma estrutura sem significado, fora de situação, cujo valor só pode ser aferido por uma objetividade dita científica. [...] Mas que valores levará em conta, neste caso, o poeta? A resposta é simples: os valores da linguagem concebida como meio de comunicação social e não como código para iniciados. O poeta não escreverá, então, para os críticos nem para a 'história literária'. Escreverá, hoje, sobre os fatos de hoje, para os homens de hoje. A medida de sua poética será a clareza e a capacidade de comunicar e emocionar". (Idem, idem).

[24] Por discutível que seja o padrão literário das criações, por vezes ingênuas, dos letristas das músicas populares brasileiras, a carga poética que elas encerram e a força com que se difundem lhes dá indiscutível relevo. Mesmo, a rigor, algumas dessas letras encerram criações poéticas de grande força e de nível qualitativo sem discussão. Essa transferência da poesia da área por assim dizer culta para a área ingênua, espontânea, popular — fenômeno inteiramente diverso daquele que ocorre com os cantadores de feiras e de praças nordestinos — revela alguma coisa que está dialeticamente conjugada ao esforço formalista: está unida a ele e a ele se opõe. É como que a resposta, em nível ingênuo, daqueles que o formalismo deseja marginalizados. É evidente, entretanto, que o veio

fundamental da poesia brasileira, aquele que, inovando como não podia deixar de ser, mantém as suas características e eleva a sua qualidade, constitue-se dos que criam literariamente.

25 MÁRIO FAUSTINO DOS SANTOS E SILVA (1930-1962) nasceu em Teresina, Piauí. Jornalista e escritor, estreou com *O homem e sua Hora* (1955). *Poesias Completas* (1966) reúne os versos que deixou publicados ou inéditos.

26 ASCENÇO CARNEIRO GONÇALVES FERREIRA (1895-1965) nasceu em Palmares, Pernambuco. Funcionário público, foi o bardo na vida nordestina, com sua poesia intuitiva em que há, realmente, achados pitorescos. Estreou com *Catimbó* (1918), mas o melhor de suas criações está em *Cana Caiana* (1939). Nas *Poesias* (1951), reuniu toda a sua obra.

27 JOAQUIM MARIA MOREIRA CARDOZO (1897-1978) nasceu em Recife. Formou-se em Engenharia, em 1930, e exerceu a profissão em Pernambuco e no Rio onde, aproximando-se de Oscar Niemeyer, foi o calculista dos trabalhos deste na Pampulha e em Brasília. Profundamente culto, conhecendo literatura de vários países, só estreou em 1947, com os *Poemas*. Sua reduzida obra está a merecer o estudo que permita situá-la em seu alto valor.

28 SÉRGIO MARCUS RANGEL PORTO (1923-1968) nasceu no Rio de Janeiro, de que foi o extraordinário cronista, escrevendo a maior parte de seus livros e sua copiosa colaboração na imprensa sob o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta.

29 ENEIDA VILAS BOAS COSTA DE MORAIS (1903-1971) nasceu em Belém, Pará, onde iniciou sua atividade na imprensa, que continuaria no Rio de Janeiro, para onde se transferiu em 1930. Suas crônicas conservam reminiscências de sua militância política, que a levou à prisão várias vezes, e de sua existência movimentada.

30 ASTROJILDO PEREIRA DUARTE SILVA (1890-1965) nasceu em Rio Bonito, Rio de Janeiro. Cedo começou a participar do movimento operário, sendo preso várias vezes. Fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, foi seu Secretário Geral de 1922 a 1930 e integrou sua direção desde 1946. Dirigiu e redigiu vários jornais operários e colaborou ativamente nos do PCB. Essa militância não o impediu de elaborar alguns dos ensaios críticos mais importantes que a nossa literatura conhece, recolhidos nos volumes *Interpretações* (1944) e *Crítica Impura* (1968).

31 AUGUSTO MEYER JÚNIOR (1902-1970) nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Participou do Modernismo, em sua cidade natal, estreando na poesia em 1923. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1936. Poeta, crítico, memorialista, foi escritor primoroso, servido por cultura variada e profunda.

32 FRANCISCO DE PAULA PRUDENTE DE MORAIS NETO (1904-1978) nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou em Direito. Participou do Modernismo, mas deixou obra literária reduzida, apesar de sua ampla informação. Jornalista e crítico, sua obra escassa não lhe reflete a grandeza.

33 FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974) nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais. Estudou com os jesuítas, com os quais adquiriu sua sólida base humanista, e formou-se em Direito em São Paulo. Crítico de jornal e ensaísta, destacou-se particularmente como educador.

34 OLÍVIO BEZERRA MONTENEGRO (1896-1962) nasceu em Alagoinha, Paraíba. Formou-se em Direito no Recife onde se fixou como professor e jornalista. Exerceu a crítica literária de jornal mas o seu nome ganhou destaque com o livro sobre *O Romance Brasileiro* (1938).

35 LÚCIA VERA MIGUEL PEREIRA (1903-1959) nasceu em Barbacena, Minas Gerais. Exerceu sua atividade crítica na imprensa carioca. Ficcionista, foi no ensaio e nos estudos críticos e biográficos que se distinguiu particularmente.

36 SÍLVIO RABELO (1898-1968) nasceu no Recife, Pernambuco, onde se formou e onde desenvolveu toda a sua atividade de crítico, professor e jornalista.

37 EUGÊNIO GOMES (1897-1972) nasceu em Ipirá, Bahia. Funcionário público e jornalista, seus ensaios foram reunidos em vários volumes, a partir de 1937.

38 EDGARD CAVALHEIRO (1911-1958) nasceu em Pinhal, São Paulo. Bancário e jornalista, manteve intensa atividade na crítica de imprensa e no livro de ensaios como nos estudos biográficos.

39 OTTO MARIA CARPEAUX (1900-1978) nasceu em Viena, Áustria. Era já conhecido como jornalista e ensaísta, quando veio para o Brasil, em 1939, tangido pelo nazismo e pela guerra. Aprendeu sozinho a nossa língua e passou a utilizá-la em seus artigos a partir de 1942, quando se naturalizou brasileiro e estreou em livro, com *A Cinza do Purgatório*. Jornalista e ensaísta de grande atividade conquistou, por invulgares méritos, lugar de destaque em nossas letras. Brasileiro por devoção e por sofrimento, conheceu aqui a fúria nazista de que fugira em sua terra de nascimento.

40 ANÍBAL MONTEIRO MACHADO (1894-1964) nasceu em Sabará, Minas Gerais. Formou-se em Direito em Belo Horizonte. Professor, funcionário e jornalista, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1932, onde desenvolveu sua atividade de ficcionista de obra reduzida mas de alta qualidade, estreando em livro em 1946, era já conhecido como dos maiores escritores brasileiros de seu tempo.

41 AMADEU DE QUEIRÓS (1873-1955) nasceu em Pouso Alegre, Minas Gerais. Sem estudos superiores, ficou conhecido por romances e contos cuja urdidura simples não lhes desmerece a qualidade. Contador de histórias exemplar, pintou com segurança os cenários populares.

42 RANULFO HORA PRATA (1896-1942) nasceu em Lagarto, Sergipe. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro mas viveu no interior de São Paulo. Estreou na ficção em 1918, mas ficou conhecido com o romance *Navios Iluminados*, de 1937.

[43] AFONSO SCHMIDT (1890-1964) nasceu em Cubatão, São Paulo. Abandonou o curso de Direito para dedicar-se ao jornalismo. Poeta voltado para os problemas sociais, distinguiu-se mais como ficcionista e memorialista.

[44] GASTÃO LUÍS CRULS (1888-1959) nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina, que deixou para ser funcionário e escritor. Romancista e contista, fundou e dirigiu a revista *Boletim de Ariel*.

[45] TELMO DIAS DE CASTRO VERGARA (1909-1967) nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde se formou em Direito e ligou-se ao núcleo sulino do Modernismo. Ficcionista, distingiu-se particularmente no conto.

[46] SALISBURY GALEÃO COUTINHO (1897-1951) nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais mas fez sua carreira como jornalista em São Paulo. Foi na imprensa que escreveu algumas de suas melhores páginas. Seus romances acolhem e dão vida à existência apagada da classe média urbana, que descreve com ironia às vezes pungente, como mestre do romance picaresco.

[47] JOSÉ FERREIRA CONDÉ (1918-1971) nasceu em Caruaru, Pernambuco. Formou-se em Direito, no Rio de Janeiro onde exerceu o jornalismo, mantendo, por largo tempo, coluna de informação literária. Na ficção, utilizou recursos surrealistas mas seu livro mais importante foi o romance de costumes picarescos *Pensão Risco da Noite* (1968).

[48] HERMILO BORBA FILHO (1917-1976) nasceu em Palmares, Pernambuco. Formou-se em Direito no Recife, onde viveu a maior parte de sua vida e desenvolveu sua atividade de professor, teatrólogo e jornalista. Sua obra de ficção retrata, com traços autobiográficos, a vida brasileira contemporânea.

[49] Não é aqui o lugar para explicitar os dados do problema, bastante controverso. Claro está que, para a história literária, vale o juízo da camada culta, embora a duração de uma obra no interesse público, isto é, do mundo dos leitores, nem sempre seja proporcional ao seu valor artístico. A posteridade conhece também, às vezes, as criações medíocres do passado. A gestação e imposição de padrões acadêmicos elaborados e admitidos como supremos, por força das deformações do ensino de Letras, pode levar a uma escala de valores queestá também distante da verdadeira qualidade literária das obras.

[50] ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 476. Bosi analisa o livro de Clarice Lispector em que suas experiências parecem atingir o paroxismo? *Paixão Segundo G. H.*, ressaltando os aspectos mais singulares que apresenta: "Nos livros anteriores, Clarice Lispector se abeirava do mundo exterior como quem macera a afetividade e afia a atenção, para colher atmosferas e buscar significações raras, mas ainda numa tentativa de absorver o mundo pelo *eu*. O monólogo de G. H., entrecortado de apelos a um ser ausente, é o fim dos recursos habituais do romance psicológico". (Idem, pág. 477). Para concluir: "São exemplos que têm lição vária como sintomas de uma crise de amplo espectro: crise da personagem-ego, cujas contradições já não se resolvem no casulo intimista, mas na procura consciente do supra-individual; crise da fala narrativa, afetada agora por um estilo ensaístico, indagador; crise da velha função documental da prosa romanesca". (Idem, pág. 478).

[51] "Trata-se da ilustração repetida e idêntica, em meio à variedade dos acontecimentos, de uma experiência de solidão; não só com relação aos outros, como com relação a si mesma; Joana observava-se, lúcida e fina, mas não se alcança. Mais que apresentar ao leitor o *histórico* do isolamento, Clarice Lispector micro-relata os *momentos* em que este mais se manifesta. O romance é, por isso mesmo, desprovido de estrutura definida (o que nada tem a ver com carência). Seus episódios não se ordenam segundo um princípio necessário; agem por acúmulo e insistência; é na diversidade exterior das experiências sucessivas que melhor reconhecemos a unidade essencial da experiência de Joana, e o conseqüente desaparecer do tempo como fonte de modificação", (Roberto Schwarz, *A Sereia e o Desconfiado*, Rio, 1965, pág. 38.)

[52] CLARICE LISPECTOR (1925-1977) nasceu na Ucrania mas veio para o Brasil com meses. Estudou Direito no Rio de Janeiro, onde se fixou, após vários períodos no exterior como esposa de diplomata. Estreou muito jovm e acentuou, ao longo de sua carreira de ficcionista, o sentido de uma obra muito discutida.

[53] PAULO RÓNAI, "Os Vastos Espaços", prefácio a João Guimarães Rosa, *Primeiras Estórias*, 3.ª edição, Rio, 1967, pág. VIII.

[54] GRACILIANO RAMOS, "Conversa de Bastidores", *in Memória de Guimarães Rosa*, Rio, 1968, pág. 45.

[55] PAULO RÓNAI, *op. cit.*, pág. XXI.

[56] ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 483. Bosi completa, em seguida: "Mas, como todo artista consciente, Guimarães Rosa só inventou depois de ter feito o inventário dos processos da língua". (Idem, idem).

[57] ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 482. Graciliano Ramos havia já observado, na prosa de Guimarães Rosa — poeta premiado que jamais editou seu livro de poesias — a expressão poética: "Já em 1938, eu havia atentado nesse vigor, indicava a Prudente de Morais numerosos versos para efeito onomatopaico intercalados na prosa". (Graciliano Ramos, *op. cit.*, pág. 44). E Paulo Rónai acusaria o mesmo traço: "Ao contista suas variantes interessam não como casos clínicos (embora freqüentemente revele conhecimentos fora do comum relacionados com seus antecedentes de médico), e sim como campo propício à invasão do irreal, do irracional, do mágico — numa palavra, da poesia". (Paulo Rónai, *op. cit.*, pág. XIII).

[58] JOÃO GUIMARÃES ROSA, *Tutaméia. Terceiras Estórias*, 3.ª edição, Rio 1969, pág. 65. É trecho de um dos quatro prefácios que o autor introduziu nesse volume de seus contos e em que explica a sua maneira de criar, peças indispensáveis à análise de sua obra. Ele completa, na página seguinte: "Pode-se lá, porém, permitir que a palavra

nasça do amor da gente, assim, de broto e jorro: aí a fonte, o miriqüilho, o olho d'água; ou como uma borboleta sai do bolso da paisagem?".

59 PAULO RÓNAI, "Os prefácios de *Tutaméia*", apêndice a João Guimarães Rosa, *op. cit.*, pág. 199.

60 Idem, idem, pág. 198.

61 PAULO RÓNAI: "Os Vastos Espaços", *cit.*, pág. XXVII. Analisando essa dualidade, Walnice Nogueira Galvão escreveu, referindo-se a *Grande Sertão: Veredas*, "De todas as ambigüidades que vincam este livro, não se pode esquecer daquela que é, ao nível da prática, a raiz das demais, e que é a posição do escritor. Posição sumamente ambígua, que se revela na linguagem e através dela. Pois, neste discurso oral que é escrito, sertanejo ao mesmo tempo que erudito, lúcido enquanto apanha o processo histórico e mitologizante quando o feudaliza, identificado ao homem pobre do sertão e dele distanciado, com uma concepção metafísica veiculada pelo espiritismo popular mas que tem a sofisticação do budismo e das idéias de Heráclito, que proclama sua fé na vida mas que faz do texto um fetiche, que aprende as tensões da realidade como ambigüidades, sem radicalizá-las em contradições, é, afinal, a posição do intelectual brasileiro que se delineia". (Walnice Nogueira Galvão, *As Formas do Falso*, S. Paulo, 1972, pág. 13-14.)

62 ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 435.

63 "Tenho de segredar que — embora por formação ou índole oponha escrúpulo crítico a fenômenos paranormais e em princípio rechace a experimentação metapsíquica — minha vida sempre e cedo se teceu de sutil gênero de fatos". (João Guimarães Rosa, *op. cit.*, pág. 157.)

64 PAULO RÓNAI, "Os Vastos Espaços", *cit.*, pág. XVII. Nesse mesmo prefácio à 3.ª edição de *Primeiras Estórias*, Rónai volta ao assunto: "Não é difícil prever a perplexidade dos autores de teses de doutoramento sobre a linguagem de João Guimarães Rosa (teses que já começam a aparecer, dentro e fora do país) dando tratos à bola para desvendarem os mistérios adrede espalhados pelo autor ao longo de suas páginas, enquanto este, de longe, os observa com discreta malícia e aquelas suas risadinhas cordiais de esfinge bem educada. [...] Estendendo a observação a *Primeiras Estórias*, acrescentaria eu que há outras coisas que só o dialetologista, outras que só o filósofo, outras ainda que só o psicanalista entenderá — o que equivale a dizer que nenhum leitor entenderá a obra na íntegra. [...] Dessa própria riqueza surge a possibilidade de se encontrarem intenções e subentendidos mesmo onde não os há, de surgirem interpretações de surpreender o único detentor de todas as chaves da obra, o próprio autor". (Idem, idem, págs. XXX e XXXI.)

65 PAULO RÓNAI, "Os Prefácios de *Tutaméia*", cit., pág. 195.

66 JOÃO GUIMARÃES ROSA, *Tutaméia*, cit., pág. 101.

67 PAULO RÓNAI, "Os Prefácios de *Tutaméia*", cit., pág. 194.

68 ALFREDO BOSI, *op. cit.*, pág. 487.

69 MARQUES REBELO, dos primeiros a constatar o valor de Guimarães Rosa, observa, a esse respeito: "Mas acode-me que não devemos tomar uma certa massa de escritores jovens, que se abeberam nos processos rosianos como se fosse um rumo literário. Não! Creio que o caso Guimarães Rosa é ímpar. E o mal é quererem fazer dele o que fizeram de Euclides e de Rui Barbosa, ímpares também. O euclidismo e o ruibarbosismo constituíram um atraso de vida literária, e com o rosismo poderá se dar o mesmo". *(Em Memória de João Guimarães Rosa, cit.*, pág. 138.)

70 ALFREDO BOSI situou bem o contraste entre a modernidade da forma e a antigüidade do conteúdo, na obra de João Guimarães Rosa: "E seria talvez fácil paradoxo lembrar que uma obra de tão aguda modernidade se nutre de velhas tradições, as mesmas que davam à gesta dos cavaleiros feudais a aura do convívio com o sagrado e o demoníaco". (Op. cit., pág. 485).

71 JOÃO GUIMARÃES ROSA (1908-1967) nasceu em Cordisburgo, Minas Gerais. Formou-se em Medicina em Belo Horizonte, exercendo a profissão até 1934, quando ingressou na diplomacia. Seu livro de versos *Magma*, embora premiado, nunca foi publicado. Estreou em 1946, com os contos de *Sagarana;* dez anos depois, publicou *Grande Sertão: Veredas* e *Corpo de Baile*, este de novelas. Os contos de *Primeiras Estórias*, de 1962, e de *Tutaméia. Terceiras Estórias*, de 1967, completam sua obra editada em vida.

72 A bibliografia sobre João Guimarães Rosa alcança, hoje, numerosos títulos e não cessa de crescer, sempre voltada para a face visível e formal de sua obra, aquela oriunda do lingüista, com destaque para os trabalhos de Cavalcânti Proença e de Oswaldino Marques. Mas a melhor análise dela está ainda nos estudos de Paulo Rónai que acompanham, em apêndice, as *Primeiras Estórias* e, como prefácio, *Tutaméia. Terceiras Estórias*. Material importante sobre ela foi recolhido, ainda, ao volume *Em Memória*, lançado no ano de sua morte em 1967. A verdade, porém, é que aquela obra está por ser criticada como merece.

73 MANUEL CAVALCANTI PROENÇA (1905-1965) nasceu em Cuiabá, Mato Grosso. Militar, percorreu o Brasil e conheceu os costumes de nossa gente do interior, como poucos. Seus conhecimentos científicos, colhidos em Manguinhos, e a coleta de material folclórico diretamente nas fontes deram amplitude aos conhecimentos literários que o fizeram um dos grandes críticos brasileiros.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Introdução

TEORIA DA LITERATURA

Sem nenhuma idéia de fornecer informação completa, e apenas no sentido de frisar que foram consideradas, embora nem sempre adotadas, as idéias mais correntes a respeito da teoria da literatura, — que não deve ser confundida com a teoria dos seus aspectos formais apenas, — aqui se mencionam alguns dos trabalhos mais interessantes sobre o assunto.

ALENCAR, Heron de — *Literatura, um conceito em crise* — Salvador — 1952.

AMORA, A. Soares — *Teoria da literatura* — S. Paulo — 1944.

ANJOS, Ciro dos — *A criação literária* — Rio — 1956.

AUDIAT, P. — *La biographie de l'oeuvre littéraire* — Paris — 1924.

AUERBACH, E. — *Mimesis: la realidad en la literatura* — México — 1950.

AZORIN — *Al margen de los clásicos* — Buenos Aires, 1942.

AZORIN — *Clásicos y Modernos* — Buenos Aires — 1943.

BALDENSPERGER, F. — *La critique et l'histoire littéraire en France* — New York — 1945.

BARTH, H. — *Verdad y ideologia* — México — 1951.

BOILEAU — *Oeuvres* — Paris — s/d.

BONET, C. — *Escuelas literarias* — 2.ª edição — Buenos Aires — 1953.

BONET, C. — *Escolios y reflexiones sobre estética literaria* — Buenos Aires — 1941.

BRUNETIÈRE, F. — *L'evolution des genres dans l'histoire de la littérature française* — 9.ª edição — Paris — 1925.

Brunetière, F., *Nouvelles Questions de Critique*, Paris, 1890.
Caillois, R., *El Hombre y lo Sagrado*, México, 1942.
Câmara Júnior, J. M., — *Contribuição à Estilística Portuguesa*, 2.ª edição — Rio, 1953.
Cândido, A., — *Introdução ao Método Crítico de Sílvio Romero* — São Paulo — 1945.
Castagnino, R. H., *El Análisis Literario* — Buenos Aires, 1953.
Cauldwell, C., *Studies in a Dying Culture*, Londres, 1946.
Cauldwell, C., *Further Studies in a Dying Culture*, Londres, 1949.
Coutinho, Afrânio, *Correntes Cruzadas*, Rio, 1953.
Coutinho, Afrânio *Por uma Crítica Estética*, Rio, 1954.
Croce, B., *Problemi di Estetica*, Bari, 1949.
Cysarz, H., *Storia Della Letteratura Come Scienza Dello Spirito*, Milão, 1945.
Daval, R., *Histoire des Idées en France*, Paris, 1953.
Dinis, Almáquio, *A Relatividade na Crítica*, Rio, 1923.
Dinis, Almáquio, *Da Estética na Literatura Comparada* — Rio, 1911.
Dinis, Almáquio, *Moral e Crítica*, Porto, 1912.
Dinis, Almáquio, *Sociologia e Crítica*, Porto, 1910.
Dinis, Almáquio, *Zoilos e Estetas*, Porto, 1908.
Dragomirescu, M., *La Science de la Litterature*, 4 vols., Paris, 1928.
Dujardin, E., *Grandeur et Décadence de la Critique*, Paris, 1931.
Eliot, T. S., *Selected Essays (1917-1932)*, New York, 1936.
Ermatiner, E., *Filosofia de la Sciencia Literaria*, México, 1946.
Figueiredo, F., *A Crítica Literária como Ciência*, 2.ª edição, Lisboa, 1913.
France, A., *La Vie Littéraire*, 5 vols., Paris, s/d.
Fréville, J., *Trechos Escolhidos de Marx, Engels, Lenine e Stalin sobre Literatura e Arte*, Rio, 1945.
Gasset, O., *La Deshumanización del Arte*, Buenos Aires, 1942.
Ghioldi, A., *A Estética à Luz do Marxismo*, S. Paulo, 1951.
Gourmont, R., *Promenades Littéraires*, 5 vols., Paris, 1910.
Guyau, *L'art au Point de Vue Sociologique*, Paris, 1895.
Hennequin, E., *La Critique Scientifique*, Paris, 1888.
Ickowics, *La Littérature à la Lumière du Materialisme Historique*, Paris, 1929.
James, H., *The Art of Fiction*, New York, 1934.
Kayser, W., *Fundamentos da Interpretação e da Análise Literária*, 2 vols., Coimbra, 1948.
Lacombe, P., *Introduction à l'Histoire Littéraire*, Paris, 1898.
Lalo, C., *Introduction à l'Esthetique*, Paris, 1912.
Lalo, C., *L'Art et la Vie Sociale*, Paris, 1921.
Lalo, C., *L'Expression de la Vie en Art*, Paris, 1933.
Lanson, G., *Histoire de la Littérature Française*, Paris, 1894.
Lanson, G., *Méthodes de l'Histoire Littéraire*, Paris, 1925.
Larnac, J., *La Littérature, Expression de la Societé*, Goettingen, 1920.

Le Pape, P., *Art et Materialisme*, Paris, 1928.
Lima, A. Amoroso, *O Crítico Literário*, Rio, 1945.
Lukács, G., *Existencialisme ou Marxisme?*, Paris, 1948.
Machado Filho, A. M., *Crítica de Estilos*, Rio, 1956.
Marques, O., *O Poliedro e a Rosa*, Rio, 1953.
Marques, O., *Teoria da Metáfora*, Rio, 1956.
Marx, K., *Selected Correspondence*, New York, 1939.
Maury, P., *Arts et Littérature Comparées*, Paris, 1934.
Meyer, A., *Preto e Branco*, Rio, 1956.
Michaud, G., *Introduction à Une Science de la Littérature*, Istambul. 1950.
Montenegro, T. H., *O Comprimento do Período como Característica Estatística do Estilo*, Rio, 1956.
Munro, T., *The Arts and Their Interrelations*, New York, 1949.
Orlando, A., *Filocrítica*, Rio, s/d.
Pelayo, M., *Historia de las Ideas Estéticas en España*, Buenos Aires, 1942.
Peregrino Júnior, *O Tempo Interior na Poesia Brasileira*, Rio, 1946.
Peyre, H., *Les Générations Littéraires*, Paris, 1948.
Pommier, J., *Questions de Critique et d'Histoire Littéraire*, Paris, 1945.
Renard, G., *La Méthode Scientifique de l'Histoire Littéraire*, Paris, 1900.
Reyes, A., *El Deslinde: Prolegómenos a la Teoria de la Literatura*, México, 1944.
Richard, J. O., *Littérature et Sensation*, Paris, 1956.
Rudler, G., *Les Techniques de la Critique et de l'Histoire Littéraire*, Oxford, 1924.
Russo, L., *La Critica Letteraria Contemporanea*, 3 vols., Bari, 1946.
Scheler, M., *Sociologia del Saber*, Santiago, 1936.
Schucking, L., *El Gusto Literario*, México, 1950.
Souriou, E., *La Correspondence des Arts*, Paris, 1947.
Taine, H., *Histoire de la Littérature Anglaise*, 5 vols., Paris, 1873.
Thibaudet, A., *Historia de la Literatura Francesa Desde 1789 hasta Nuestros Dias*, 2.ª edição, Buenos Aires, 1945.
Thibaudet, A., *Reflexions Sur la Littérature*, 3.ª edição, Paris, 1938.
Tieghem, P., *Petite Histoire des Grandes Doctrines Littéraires en France*, Paris, 1946.
Tissot, E., *Les Evolutions de la Critique Française*, Paris, 1890.
Torre, G., *Problemática de la Literatura*, Buenos Aires, 1951.
Veríssimo, J., *Estudos Brasileiros*, 2 vols., Belém e Rio.
Veríssimo, J., *Estudos de Literatura Brasileira*, 6 vols., Rio, 1901-1907.
Veríssimo, J., *Letras e Literatos*, Rio, 1936.
Veríssimo, J., *Que é Literatura, e Outros Escritos*, Rio, 1907.
Waelflin, H., *Conceptos Fundamentales de la Historia del Arte*, Madrid, 1945.

WEBER, A., *Historia de la Cultura*, México, 1941.
WELLEK, R., e WARREN, A., *Theory of Literature*, New York, 1949.
ZNANIECKI, F. W., *El Papel Social del Intelectual*, México, 1944.

HISTÓRIAS GERAIS

Incluem-se aqui os trabalhos de natureza histórica ou histórico-crítica que não fiquem limitados no tempo, embora o sejam no espaço, como no caso das histórias regionais, sem qualquer preocupação qualitativa.

ABREU, J., *História da Literatura Nacional*, Rio, 1930.
ABREU E LIMA, J. I., *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*, Niterói, 1835.
Academia Brasileira de Letras, *Discursos Acadêmicos (1897-1948)*, 12 vols., Rio, 1934/1948.
Academia Brasileira de Letras, *Curso de Romance*, Rio, 1952.
Academia Brasileira de Letras, *Curso de Poesia*, Rio, 1954.
ADERALDO, M. Soriano, *Esboço de História da Literatura Brasileira*, Fortaleza, 1948.
AMORA, A. Soares, *História da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1955.
AMZALAK, M. B., *A Tipografia Hebraica em Portugal no Século Quinze*, Coimbra, 1922.
ANDRADE, M., *Aspectos da Literatura Brasileira*, Rio, 1943.
Anuário Brasileiro de Literatura, 7 vols. Rio, 1937/1944.
Anuário da Academia Brasileira de Letras, 10 vols., Rio, 1935/1953.
ARANHA, P. B. A., *A Imprensa em Portugal nos Séculos XV e XVI. As Ordenações d'el-rei D. Manoel*, Lisboa, 1898.
ARARIPE JÚNIOR, T. A., *Carta Sobre a Literatura Brasileira*, Rio, 1869.
AZEVEDO, E., *Literatura Paraense*, Belém, 1922.
AZEVEDO, Fernando de, *A Cultura Brasileira*, Rio, 1943.
BANDEIRA, M., *Apresentação da Poesia Brasileira*, Rio, 1946.
BARBUDA, P. J. *Literatura Brasileira*, Bahia, 1916.
BARREIRA, D., *História da Literatura Cearense*, 2 vols., Fortaleza, 1948/1951.
BARRETO, Paulo, *O Momento Literário*, Rio, 1910.
BARROS, Jaime de, *Poetas do Brasil*, Rio, 1944.
BELO, J. Maria, *Inteligência do Brasil. Síntese da Evolução Literária do Brasil*, 3.ª edição, S. Paulo, 1938.
BITTENCOURT, L., *Academia Brasileira de Letras. Estudo Crítico dos Patronos e Ocupantes*, 2 vols., Rio, 1941.
BITTENCOURT, L., *Nova História da Literatura Brasileira*, 6 vols., Rio, 1941/1945.

CALMON, P., *História da Literatura Baiana*, Rio, 1949.
CARVALHO, Alfredo de, *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, Recife, 1908.
CARVALHO, Elísio de, *As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira*, Rio, 1907.
CARVALHO, Ronald de, *Pequena História da Literatura Brasileira*, 5.ª edição, Rio, 1935.
CAMPOS, H., *Antologia da Academia Brasileira de Letras*, Rio, 1928.
CAVALHEIRO, E., *Evolução do Conto Brasileiro*, Rio, 1954.
CÉSAR, G., *História Literária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1956.
CRUZ COSTA, J., *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio, 1956.
COSTA, L. e VIDAL, B., *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, Rio, 1940.
COUTINHO, Afrânio e outros., *A Literatura no Brasil*, 3 vols. Rio, 1955-1957.
DENIS, F., *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal Suivie du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, Paris, 1826.
DUTRA, W., e CUNHA, F. *Biografia Crítica das Letras Mineiras*, Rio, 1956.
ERICKSEN, N., *A Origem da Imprensa no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1941.
FIGUEIREDO, F., *História da Literatura Clássica*, 3 vols. Lisboa, 1922-1931.
FIGUEIREDO F., *História da Literatura Romântica (1825-1870)*, Lisboa, 1923.
FIGUEIREDO, F., *História da Literatura Realista (1871-1900)*, Lisboa, 1924.
FONSECA, G., *Biografia do Jornalismo Carioca*, Rio, 1944.
FREITAS, J. B., *História da Literatura Brasileira*, Porto Alegre, 1939.
FREYRE, G., *Interpretação do Brasil*, Rio, 1947.
FRIEIRO, E., *Letras Mineiras*, Belo Horizonte, 1937.
GAMA, A. C. C., *Através do Teatro Brasileiro*, Rio, 1907.
GAMA, A. C. C., *Os Fundamentos do Teatro Brasileiro*, S. Paulo, 1924.
GOLDBERG, I., *Brazilian Literature*, New York, 1922.
GRIECO, A., *Evolução da Poesia Brasileira*, Rio, 1932.
GRIECO, A., *Evolução da Prosa Brasileira*, Rio, 1933.
HOLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, 2.ª edição, Rio, 1948.
JÚLIO, S., *Fundamentos da Poesia Brasileira*, Rio, 1930.
LACERDA, V. C., *Unidades Literárias*, 2.ª edição, Rio, 1952.
LIMA, A. Amoroso, *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio, 1956.
LIMA, A. Amoroso, *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, Rio, 1956.
LIMA, M., *Esboço de Uma História Literária de Minas*, Belo Horizonte, 1920.
LINS, E., *História e Crítica da Poesia Brasileira*, Rio, 1937.
LINHARES, M., *História Literária do Ceará*, Rio, 1948.
MAGALHÃES, B., *Os Jornalistas da Independência*, Rio, 1917.
MARINHO, H., *O Teatro no Brasil*, Rio, 1936.

Mariho, H., *O Teatro no Brasil*, Rio, 1936.
Martins, M., *A Evolução da Literatura Brasileira*, 2 vols., Rio, 1945.
Martins, W., *A Crítica Literária no Brasil*, S. Paulo, 1952.
Meireles, M., *Panorama da Literatura Maranhense*, S. Luís, 1956.
Melo Morais Filho, A. J., *Curso de Literatura Brasileira*, 2.ª edição, Rio, 1882.
Mendonça, C. S., *História do Teatro Brasileiro*, 2 vols., Rio, 1926.
Meneses, D., *Evolução do Pensamento Literário no Brasil*, Rio, 1954.
Merou, M. G., *El Brasil Intelectual: Impresiones y Notas Literarias*, Buenos Aires, 1900.
Montenegro, A., *O Romance Cearense*, Fortalzea, 1953.
Montenegro, J. B., *Evolução e Natureza do Conto Cearense*, Fortaleza, 1951.
Mota, A., *História da Literatura Brasileira*, 2 vols., S. Paulo, 1930.
Moog, C. V., *Uma Interpretação da Literatura Brasileira*, Rio, 1943.
Neves,, F. *A Academia Brasileira de Letras (1896-1940)*, Rio, 1940.
Norberto, J., *Bosquejo de História da Poesia Brasileira*, Rio, 1841.
Oliveira, J. Osório de, *História Breve da Literatura Brasileira*, Lisboa, 1939.
Orban, V., *Littérature Brésilienne, Paris*, s/d.
Orban, V., *Poesie Brésilienne*, Paris, 1922.
Paixão, M., *O Teatro no Brasil*, Rio, 1936.
Passos, A., *A Imprensa no Período Colonial*, Rio, 1953.
Peixoto, A., *Noções de História da Literatura Brasileira*, Rio, 1931.
Peixoto, A., *Panorama da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1940.
Pereira, L. M., *Cinqüenta Anos de Literatura*, Rio, 1952.
Pereira, L. M., *História da Literatura Brasileira*, vol. XII, *Prosa de Ficção (1870-1920)*, 2.ª edição, Rio, 1956.
Pinheiro, J., *Literatura Piauiense*, Teresina, 1937.
Pinheiro, J. C., Fernandes, *Resumo da História Literária*, 2 vols., Rio.
Pinheiro, J. C. Fernandes, *Curso Elementar de Literatura Nacional*, Rio, 1862.
Pinto Ferreira, *Interpretação da Literatura Brasileira*, Rio, 1957.
Putnam, S., *Marvelous Journey, a Survey of Four Centuries of Brazilian Literature*, New York, 1948.
Remédios, M., *História da Literatura Portuguesa Desde as Origens até a Atualidade*, Coimbra, 1930.
Ribeiro, J. S., *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, Lisboa, 1874.
Rizzini, C., *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*, Rio, 1946.
Romero, S., *A Filosofia no Brasil*, Porto Alegre, 1878.
Romero, S., *Evolução da Literatura Brasileira (vista sintética)*, Campanha. 1905.
Romero, S., *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, 5 vols., Rio, 1943.

Romero, S., e Ribeiro, J., *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, 2.ª edição, Rio, 1909.
Saez, B. S., *Vieja y Nueva Literatura del Brasil*, Santiago, 1936.
Sampaio, L. P., *A Literatura Sergipana*, Maroim, 1908.
Serra Sobrinho, J. M., *Sessenta Anos de Jornalismo: a Imprensa do Maranhão*, Rio, 1883.
Silva, J. Pinto da, *História Literária do Rio Grande do Sul*, 2.ª edição, Porto Alegre, 1930.
Silva, Lafaiete, *História do Teatro Brasileiro*, Rio, 1938.
Silva, Lafaiete, *Figuras de Teatro*, Rio, 1928.
Sodré, N. W., *História da Literatura Brasileira, Seus Fundamentos Econômicos*, 2.ª edição, Rio, 1940.
Sodré, N. W., *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, S. Paulo, 1943.
Sotero dos Reis, F., *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, 5 vols., S. Luís, 1866-1873.
Sousa, C., *O Teatro no Brasil*, Rio, s/d.
Urena, H. P., *Literary Currents in Latin America*, Cambridge, 1945.
Valentim Magalhães, A., *A Literatura Brasileira (1870-1895)*, Lisboa, 1896.
Vale Cabral, A. *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*, Rio, 1881.
Veríssimo, J., *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954.
Viana, A., *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, Rio, 1945.
Wolf, F., *O Brasil Literário (História da Literatura Brasileira)*, S. Paulo, 1955.

BIBLIOGRAFIAS

Os trabalhos bibliográficos estão em sua etapa inicial entre nós e mal ultrapassaram aquele nível em que Inocêncio e Sacramento Blake os deixaram. Os trabalhos bibliográficos ocupam, hoje, entretanto, grande espaço nas revistas e são servidos até por publicações especializadas, cuja importância é dispensável ressaltar. Entre eles, seria impossível deixar de pôr em evidência o de Francisco de Assis Barbosa, *Romance, Novela e Conto no Brasil*, aparecido no n.º 3

da revista *Cultura*, no Rio, em 1949. Não se discriminam aqui as obras literárias servidas de extensa bibliografia, mas não especificamente dedicadas ao assunto.

Academia Brasileira de Letras, *Anuário*, 10 vols., Rio, 1935/1953.
Academia Brasileira de Letras, *Bibliografia*, 13 vols., Rio, 1931/1943.
ANSELMO, A. J., *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Lisboa, 1926.
Anuário Brasileiro de Literatura (1937-1944), 7 vols., Rio, 1937/1944.
Autores e Livros, 11 vols., Rio, 1941/1950.
BITTENCOURT, A., *Mulheres e Livros*, Rio, 1948.
Boletim Bibliográfico Brasileiro.
CARPEAUX, O. M., *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, 2.ª edição, Rio, 1955.
CARVALHO, A., *Biblioteca Exótica Brasileira*, 3 vols., Rio, 1929/1930.
COSTA, F. A. P., *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, 1882.
FIGUEIREDO, F., *Aristarcos*, 2.ª edição, Rio, 1941.
FORD, J., *A Tentative Bibliography of Brazilian Belles-Lettres*, Cambridge, 1931.
GAMA, A. C. C., *Miniaturas Biográficas*, Rio, 1914.
GUARANÁ, A., *Dicionário Bibliográfico Sergipano*, Rio, 1925.
GUIMARÃES, A., *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio, 1938.
Instituto Nacional do Livro, *Bibliografia Brasileira (1938)*, 5 vols., Rio, 1938.
LEAL, A. H., *Panteon Maranhense*, 4 vols., Lisboa, 1873/1875.
LINS, A., e HOLANDA, A. B., *Roteiro Literário do Brasil e de Portugal*, 2 vols., Rio, 1956.
LOEWENSTMANN, K., *Vultos Judaicos no Brasil*, Rio, 1949.
MACEDO, J. M., *Ano Biográfico Brasileiro*, 3 vols., Rio, 1876/1880.
MORAIS, R. Borba de, e BERRIEN, W., *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio, 1949.
PAIVA, T. B., *Achegas a Um Dicionário de Pseudônimos*, Rio, 1929.
PEIXOTO, A., *Panorama da Literatura Brasileira*, S. Paulo, 1940.
PEREIRA DA SILVA, J. M., *Os Varões Ilustres do Brasil Durante os Tempos Coloniais*, 2 vols., Paris, 1858.
REIS, A. S., *Bibliografia Nacional*, 8 vols. Rio, 1942.
REIS, A. S., *Bibliografia Brasileira*, vol. I, *Poetas do Brasil*, Rio, 1949.
REIS, A. S., *Bibliografia das Bibliografias Brasileiras*, Rio, 1942.
REIS, A. S., *Bibliografia da História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero*, Rio, 1944.
SACRAMENTO, BLAKE, A. V., *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 7 vols., Rio, 1883-1902.
SANTOS, A. L., *Panteon Fluminense*, Rio, 1880.

SILVA, Inocêncio F., *Dicionário Bibliográfico Português*, 22 vols., Lisboa, 1858/1923.
STUDART, G., *Dicionário Bibliográfico Cearense*, 2 vols., Fortaleza, 1910/1915.

ENSAIOS GERAIS

Incluem-se aqui os trabalhos que tratam de mais de um autor, de mais de um assunto, sem nenhuma idéia de relação completa:

ABREU, J., Capistrano de, *Correspondência*, 3 vols., Rio, 1953-1956.
ALBUQUERQUE, Mateus de, *Crônicas Contemporâneas*, Rio, 1913.
ALBUQUERQUE, Mateus de, *As Belas Atitudes*, Rio s/d.
ALENCAR, Mário de, *Alguns Escritos*, Rio, 1910.
ALMEIDA, M. Osório de, *Ensaios Críticos e Perfis*, Rio, 1938.
ALTAVILA, J., *Estudos de Literatura Brasileira*, Maceió, 1937.
ALVES, I., *Vida e Obra do Barão de Macaúbas*, S. Paulo, 1952.
AZEVEDO, Fernando de, *Ensaios*, S. Paulo, 1925.
AZEVEDO, Fernando de, *Na Batalha do Humanismo*, S. Paulo, 1952.
BARBOSA, D., *Mosaicos*, S. Luís, 1908.
BARROS, Jaime de, *Espelho dos Livros*, Rio, 1936.
BARROS, Jaime de, *Presença do Brasil*, Lisboa, 1946.
BASTOS, F. J. T., *Poetas Brasileiros*, Pôrto, 1895.
BELLEGARDE, G., *Subsídios Literários*, Rio, 1883.
BELO, J. Maria, *À Margem dos Livros*, Rio, 1923.
BELO, J. Maria, *Estudos Críticos*, Rio, 1917.
BELO, J. Maria, *Imagens de Ontem e de Hoje*, Rio, 1936.
BOCAIÚVA, Q., *Estudos Críticos e Literários*, Rio, 1858.
BOM SUCESSO, A. L., *Quatro Vultos*, Rio, 1867.
BRAGA, T., *História da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1892.
BROCA, B., *Horas de Leitura*, Rio, 1957.
CAMPOS, H., *Carvalhos e Roseiras*, Rio, 1935.
CAMPOS, H., *Crítica*, 4 vols., Rio, 1936.
CAMPOS, H., *Reminiscências*, Rio, 1935.
CARPEAUX, O. M., *Origens e Fins*, Rio, 1943.
CARVALHO, Alfredo de, *Frases e Palavras*, Recife, 1906.
CARVALHO, Elísio de, *As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira*, Rio, 1907.
CARVALHO, M. A. Vaz de, *No Meu Cantinho*, Lisboa, 1909.
CARVALHO, Ronald de, *Espelho de Ariel*, Rio, 1922.
CARVALHO, Ronald de, *Estudos Brasileiros*, 3 vols., Rio, 1930-1933.
CORREIA, F. J., *Um Livro de Crítica*, S. Luís, 1878.

COUTO, P., *Páginas de Crítica*, Lisboa, 1906.
CUNHA, T., *Coisas do Tempo*, Rio, 1922.
DINIS, Almáquio, *A Perpétua Metrópole*, Lisboa, 1922.
DINIS, Almáquio, *Meus Ódios e Meus Afetos*, S. Paulo, 1922.
DORNAS FILHO, J., *Silva Jardim*, S. Paulo, 1936.
DUQUE ESTRADA, O., *Crítica e Polêmica*, Rio, 1924.
FARIA, A., *Aérides*, Rio, 1918.
FERNANDES, S., *O Galarim*, Rio, 1935.
FIGUEIREDO, F., *Crítica do Exílio*, Lisboa, 1930.
FIGUEIREDO, J., *Correspondência*, 3.ª edição, Rio, 1946.
FIGUEIREDO, J., *Afirmações*, Rio, 1924.
FRANCO, A., *Ensaios Literários*, Juiz de Fora, 1899.
FREITAS, N., *Ensayos Americanos*, Buenos Aires, 1944.
FREYRE, G., *Casa-Grande & Senzala*, 5.ª edição, 2 vols., Rio, 1946.
FREYRE, G., *Sobrados e Mocambos*, 2.ª edição, 3 vols., Rio, 1951.
FREYRE, G., *Continente e Ilha*, Rio, 1943.
FRIEIRO, E. *A Ilusão Literária*, Belo Horizonte, 1941.
GOMES, P., *Ensaios de Crítica Doutrinária*, Rio, 1923.
GRIECO, A., *Caçadores de Símbolos*, Rio, 1923.
GRIECO, A., *Vivos e Mortos*, 2.ª edição, Rio, 1947.
JUREMA, A., *Provincianas*, 2 vols., Recife, 1949/1953.
LEAL, A. H., *Locubrações*, S. Luís, 1874.
LEÃO, M., *Ensaios Contemporâneos*, Rio, 1925.
LESSA, V. T., *Episódios e Perfis*, Rio, 1937.
LIMA, A. Amoroso, *Estudos*, 6 vols., Rio, 1927-1934.
LIMA, A. Amoroso, *Primeiros Estudos*, Rio, 1948.
LICÍNIO CARDOSO, L., *Licínio Cardoso, seu Pensamento, Sua Obra, Sua Vida*, Rio, 1944.
LICÍNIO CARDOSO, V., *Figuras e Conceitos*, Rio, 1924.
LICÍNIO CARDOSO, V., *Vultos e Idéias*, Rio, 1924.
LIMA, A. Sabóia, *Alberto Torres e sua Obra*, Rio, s/d.
LUSO, J., *Orações e Palestras*, Rio, 1941.
LUZ, F., *Estudos de Literatura*, Rio, 1927.
MACHADO, L. G., *Teorias do Barroco*, Rio, 1953.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Crítica*, Rio, 1910.
MAGALHÃES, V., *Notas à Margem*, Rio, 1888.
MARQUES, X., *Ensaios*, 2 vols., Rio, 1944.
MARQUES, X., *Letras Acadêmicas*, Rio, 1933.
MARTINS, W., *Interpretações*, Rio, 1946.
MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C., *Páginas de Crítica*, Rio, 1920.
MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C., *Quando Eu Era Vivo*, Rio, 1943.
MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C., *Pontos de Vista*, Rio, 1913.
MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C., *Sensações e Reflexões*, 2.ª edição, Lisboa, 1922.
MELO FRANCO, A. A., *Conceito de Civilização Brasileira*, S. Paulo, 1936.
MELO FRANCO, A. A., *Portulano*, S. Paulo, 1945.

MELO FRANCO, A. A., *Mar de Sargaços*, S. Paulo, 1944.
MENUCCI, S., *Rodapés*, S. Paulo, 1936.
MEYER, A., *Literatura e Poesia*, Porto Alegre, 1931.
MIRANDA, A. C., *À Margem das Páginas*, Rio, 1952.
MIRANDA, V., *Os Faiscadores*, S. Paulo, 1925.
MONTEIRO, T., *Pesquisas e Depoimentos*, Rio, 1913.
MORAIS, C. D., *Viagens Interiores*, Rio, 1931.
MOTA FILHO, C., *O Caminho de Três Agonias*, Rio, 1945.
MUNIZ, H., *Vultos da Literatura Brasileira*, Rio, 1933.
MURICY, Andrade, *Alguns Poetas Novos*, S. Paulo, 1918.
MURICY, Andrade, *O Suave Convívio*, Rio, 1922.
NOGUEIRA, H., *Jackson de Figueiredo*, Rio s/d.
PEIXOTO, A., *Pepitas*, S. Paulo, 1942.
PEIXOTO, A., *Poeira de Estrada*, Rio, 1918.
PEIXOTO, A., *Ramo de Louro*, Rio, 1928.
PEREIRA DA SILVA, J. M., *Memórias de Meu Tempo*, 2 vols., Rio, 1896.
PIZA, M., *Roupa Suja*, S. Paulo, 1923.
POMPEU, A., *Conferências*, S. Paulo, 1933.
PRADO, E., *Coletânea*, 4 vols., S. Paulo, 1906.
PRADO, P., *Retrato do Brasil*, S. Paulo, 1928.
PRADO JÚNIOR, C., *Evolução Política do Brasil*, S. Paulo, 1933.
PRADO JÚNIOR, C., *Introdução a O Tamoio*, Rio, 1944.
PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia*, São Paulo, 1942.
RAMIZ GALVÃO, B. J., *O Púlpito no Brasil*, Rio, 1867.
RIBEIRO, João, *Colmeia*, S. Paulo, 1923.
RIBEIRO, João, *O Fabordão*, Rio, 1910.
RIBEIRO, João, *Notas de Um Estudante*, S. Paulo, 1921.
RIBEIRO, João, *Páginas Escolhidas*, Rio, 1908.
RIBEIRO, João, *Páginas de Estética*, Lisboa, 1905.
SANMARTIN, O., *Mensagem*, Porto Alegre, 1947.
SILVA, J. Pinto da, *Vultos do Meu Caminho*, Porto Alegre, 1926.
SILVEIRA, T., *A Igreja Silenciosa*, Rio, 1922.
SILVEIRA, P., *Asas e Patas*, Rio, 1926.
SOUSA BANDEIRA, J. C., *Páginas Literárias*, Rio, 1917.
SOUSA BANDEIRA, J. C., *Estudos e Ensaios*, Rio, 1904.
SOUSA BANDEIRA, J. C., *Evocações e Outros Ensaios*, Rio, 1920.
TAUNAY, Alfredo de E., *Filologia e Crítica*, S. Paulo, 1921.

Literatura Colonial

ENSINO E LITERATURA JESUÍTICOS

Muito se escreveu já sobre a ação dos Jesuítas no Brasil, traduzida no que se refere ao processo literário, particularmente pela catequese e pelo ensino. Nesse sen-

tido, a consulta aos trabalhos aparecidos em outros idiomas, como os de Azara, Charlevoix, Montoya, ajuda a compreensão do problema. É um exemplo útil, a respeito, o de Pablo Hernandez: *Organización Social de las Doctrinas Guaranies de la Compañia de Jesus*, 2 vols., Barcelona, 1913. A obra de Serafim Leite, além, do lado informativo, traz copiosa bibliografia do assunto. Deixamos de mencionar, ainda, os trabalhos aparecidos em revistas especializadas ou jornais, desde aqueles recolhidos à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, como os Fernandes Pinheiro, de J. E. Freire de Carvalho Filho, de José Luís Alves e, especialmente, o excelente estudo de E Vilhena de Morais: *Qual a influência dos Jesuítas em nossas letras?* Em livro, trataram particularmente do tema:

ALMEIDA, P., *L'Instruction Publique au Brésil*, Rio, 1889.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, Lisboa, 1925.

BARATA, J. C., *História Eclesiástica de Pernambuco*, Recife, 1921.

CABRAL, L. G., *Jesuítas no Brasil*, S. Paulo, s/d.

CAIEIRO, J., *Jesuítas no Brasil e na Índia*, Rio, 1955.

CALMON, P., *História Social do Brasil*, t. I, *Espírito da Sociedade Colonial* 2.ª, edição, S. Paulo, 1937.

CALÓGERAS, J. P., *Os Jesuítas e o Ensino*, Rio, 1911.

DEUSDADO, M., *Educadores Portugueses*, Coimbra, 1910.

DIAS, C. M., *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 3 vols., Rio, 1921/1924.

DOURADO, M., *A Conversão do Gentio*, Rio, 1950.

FONSECA, L. A., *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*, Bahia, 1887.

GAY, J. P., *História da República Jesuítica do Paraguai*, 2.ª edição, Rio, 1942.

HERMAN, J. B., *La Pédagogie des Jésuites au XVII Siècle*, Louvain 1914.

LEAL, A. H., *Apontamentos Para a História dos Jesuítas no Brasil*, 2 vols., Lisboa, 1874.

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Lisboa e Rio, 1938/1950.

MADUREIRA, J. M., *A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus Resultados*, 2 vols. Rio, 1927/1929.

MENDES JÚNIOR, J., *Os Indígenas do Brasil. Seus Direitos Individuais e Políticos*, S. Paulo, 1912.

PÔRTO, A., *História das Missões Orientais do Uruguai*, 2 vols., Rio, 1942.

PRADO, P., *Paulística*, S. Paulo, 1925.

VASCONCELOS, Simão de, *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, 2 vols., Lisboa, 1865.

ANCHIETA

O estudo da figura de José de Anchieta, sob o aspecto literário, mal teve começo entre nós e está, em grande parte, em revistas e publicações especializadas, entre as quais se destacam a *Revista do Museu Paulista*, a *Revista do Arquivo Municipal*, e os *Boletins* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, todas editadas na capital paulista, como nas publicações do Arquivo Nacional, do Rio. Os trabalhos de Batista Caetano de Almeida Nogueira, de Pero Rodrigues, este publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, encontraram seguidores em A. Cardoso, Juan Francisco Recalde e, principalmente, M. L. de Paula Martins, esta sendo hoje considerada a maior autoridade no assunto. A respeito de Anchieta:

ANCHIETA, J., *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, Rio, 1933.

ANCHIETA, J., *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, Rio, 1933.

ANCHIETA, J., *Poesias*, S. Paulo, 1954.

ANCHIETA, J., *De Beata Virgine*, Rio, 1940.

ANCHIETA, J., *Auto Representado na Festa de São Lourenço*, S. Paulo, 1948.

CAXA, Q., *Vida e Morte do Padre José de Anchieta*, Rio, 1957.

COSTER, A., *Juan de Anchieta et la Famille de Loyola*, Paris, 1930.

FRANCO, A., *Vida do Admirável Padre José de Anchieta*, Rio, 1898.

LEITE, Serafim, *A Primeira Biografia Inédita de José de Anchieta*, Lisboa, 1934.

LIMA, Jorge de, *Anchieta*, Rio, 1934.

MORAIS, D., *O Poema de Anchieta*, Rio, 1929.

PAULA MARTINS, M. L., *Contribuição para o Estudo do Teatro Tupi de Anchieta*, S. Paulo, 1943.

SAMPAIO, T., e outros, *Anchieta*, Porto Alegre, 1935.

III Centenário do Venerável José Anchieta, S. Paulo, 1900.

VASCONCELOS, Simão de, *Vida do Venerável Pe. José Anchieta, da Companhia de Jesus, Taumaturgo do Novo Mundo na Província do Brasil*, Lisboa, 1673.

VIEIRA

Muito maior que a de Anchieta, a bibliografia de Antônio Vieira encontra exemplares em muitas línguas e abrange variados aspectos da vida do grande pregador, principalmente o político. A que se segue visa uma informação biográfica e elementos para julgar do orador sacro:

AZEVEDO, J. Lycio de, *História de Antônio Vieira*, 2 vols., Lisboa, 1918/1920.

BARROS, A., *Vida do Padre Antônio Vieira*, Lisboa, 1746.

CABRAL, L. G., *Vieira Pregador*, 2 vols., Braga, 1936.

CAREL, E., *Vida do Padre Antônio Vieira*, 2.ª edição, S. Paulo, 1946.

CIDADE, H., *Padre Antônio Vieira — Estudo Biográfico e Crítico*, Lisboa, 1940.

DOMINGUES, M., *O Drama e a Glória do Padre Antônio Vieira*, Lisboa, 1952.

Exposição Bibliográfica do Padre Antônio Vieira, Lisboa, 1897.

GOMES, E., *Prata de Casa*, Rio, 1913.

GOTAAS, M. C., *Bossuet and Vieira*, Washington, 1953.

LINS, I., *Aspectos do Padre Antônio Vieira*, Rio, 1956.

LISBOA, J. F., *Vida do Padre Antônio Vieira*, S. Luís, 1891.

LISBOA, J. S., *Espírito de Vieira*, Rio, 1821.

MOREIRA, J., *As Contradições do Padre Vieira e Outros Escritos*, Rio, 1943.

PENA JÚNIOR, A., *A Arte de Furtar e o Seu Autor*, 2 vols., Rio, 1945.

VIEIRA, A., *Cartas*, 3 vols., Coimbra, 1925.

VIEIRA, A., *Obras Completas*, 27 vols., Lisboa, 1854/1858.

VIEIRA, A., *Sermões*, 18 vols., S. Paulo, 1945.

MATERIAL PRÉ-LITERÁRIO

Aqui se mencionam alguns trabalhos que, a rigor, não têm condições para encontrar guarida no patrimônio literário, embora nele sejam incluídos, à falta de outros do tempo, valendo como informação do meio colonial:

ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, S. Paulo, 1923.

BRANDÔNIO, *Diálogo das Grandezas do Brasil*, Rio, 1943.

CALADO, M., *O Valeroso Lucideno*, 2 vols., S. Paulo, 1942.

CARDIM, F., *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio, 1925.

COUTO, D. L., *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, 2 vols., Rio, 1904.

GANDAVO, P. M., *Tratado da Terra do Brasil — História da Província de Santa Cruz*, Rio, 1924.

JABOATÃO, A. S. Maria, *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, 3 vols., Rio, 1858/1862.

LEITE, Serafim, *Novas Cartas Jesuíticas*, S. Paulo, 1940.

MADRE DE DEUS, G., *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, 3.ª edição, S. Paulo, 1920.

NÓBREGA, Manuel da, *Cartas do Brasil (1550-1560)*, Rio, 1931.

Cartas Avulsas (1550-1568), Rio, 1931.

PEREIRA, N. M., *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, 2 vols., Rio, 1939.

ROCHA PITA, S., *História da América Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, 1880.

SALVADOR, V., *História do Brasil*, S. Paulo, 1918.

SOUSA, G. Soares de, *Notícia do Brasil*, 3.ª edição, 2 vols., S. Paulo, 1946.

SOUSA, P. Lopes de, *Diário de Navegação*, 2 vols., Rio, 1943.

TEIXEIRA, B., *Prosopopéia*, Rio, 1923.

GREGÓRIO DE MATOS

O processo literário de Gregório de Matos está apenas em início, como o de Anchieta, surgindo a controvérsia menos sobre a sua importância, problema já colocado pelos historiadores e críticos mais antigos, do que sobre a autenticidade de sua obra. A maior parte dessa controvérsia está, como é natural, em revistas, jornais e publicações especializadas. Alguns elementos a respeito:

ARARIPE JÚNIOR, T. A., *Gregório de Matos*, Rio, 1894.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Novas Epanáforas*, Lisboa, 1932.

BARBUDA, J., *Literatura Brasileira*, Bahia, 1916.

BARQUIM M. C., *Gregório de Matos: la Época, el Hombre, la Obra*, México, 1946.

CARILLA, E., *El Gongorismo en America*, Buenos Aires, 1946.

CIDADE, H., *O Conceito da Poesia Como Expressão da Cultura*, S. Paulo, 1946.

COSTA, A., *Baianos de Antanho*, Rio, 1955.

FREITAS, N., *Ensaios Americanos*, Buenos Aires, 1944.

JÚLIO, S., *Fundamentos da Poesia Brasileira*, Rio, 1930.

Júlio, S., *Penhascos*, Rio, 1933.
Júlio, S., *Reações na Literatura Brasileira*, Rio, 1938.
Lima, R. T., *Gregório de Matos, O Boca de Inferno*, S. Paulo, 1942.
Matos, G., *Obras*, 6 vols., *Rio*, 1923/1933.
Peixoto, A., *Poeira da Estrada*, Rio, 1918
Pessoa, Frota, *Crítica e Polêmica*, Rio, 1902.
Ribeiro, João, *O Fabordão*, Rio, 1910.
Ribeiro, João, *Cartas Devolvidas*, Porto, 1925.
Spina, S., *Gregório de Matos*, S. Paulo, 1946.

ARCADISMO

Sem qualquer preocupação de discutir a qualificação das obras aqui relacionadas naquilo que o arcadismo teve de característico ou mesmo de predominante, abrangendo desde os que escreveram nas capitanias, e que alguns estudiosos apreciaram classificar por um critério regional — escola "mineira", escola "baiana", etc. — até os que, por último, denunciam a transição para o romantismo, passando pelos épicos, a relação incluí as obras dos autores do século XVIII e início do século XIX, mencionando as edições mais recentes ou as mais credenciadas, e as interpretações biográficas e críticas que mereceram. Dentro do critério de só mencionar livros, deixamos de incluir muitos trabalhos de importância, perdidos nas publicações do tempo ou posteriores. Entre eles, dois fazem jus a uma consulta: a relação organizada por Francisco de Morais, "Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra", publicada no vol. 62 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1942, e a relação organizada por Moreira de Azevedo, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 2.ª parte, "Sociedades Fundadas no Brasil Desde os Tempos Coloniais Até o Começo do Atual Reinado".

Andrada e Silva, J. Bonifácio, *Poesias*, 2.ª edição, Rio, 1861.
Alvarenga Peixoto, I. J., *Obras Poéticas*, Paris, 1865.
Araripe Júnior, T. A., *Dirceu*, Rio, 1890.
Bandeira, M., *Crônicas da Província do Brasil*, Rio, 1938.
Basílio da Gama, J., *O Uruguai*, Rio, 1941.
Braga, T., *Filinto Elísio e os Dissidentes da Arcádia*, Porto, 1901.
Braga, T., *Os Árcades*, Porto, 1918.
Brandão, T., *Marília de Dirceu*, Belo Horizonte, 1932.
Bom Sucesso, V. J., *As Artes e as Letras no Brasil*, Rio, 1874.
Barbosa, D., *A Viola de Lereno*, 2 vols., Lisboa, 1798/1826.

Caneca, J. Amor Divino, *Obras Políticas e Literárias*, 2 vols. Recife, 1875.
Costa, C. Manuel da, *Obras Poéticas*, Rio, 1903.
Durão, J. Santa Rita, *Caramuru*, Lisboa, 1871.
Dutra, J. S., *Cairu, Precursor da Economia Moderna*, Rio, 1943.
Enes, E., *Dois Paulistas Insignes*, S. Paulo, 1944.
Ferreira, F., *Basílio da Gama*, Rio, 1895.
Figueiredo, F., *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Lisboa, 1932.
Elói Otôni, J., *O Livro de Jó*, 2.ª edição, Rio, 1923.
Elói Otôni, J., *Paráfrase dos Provérbios de Salomão*, 2.ª edição, Rio, 1841.
Fleiuss, M., *Páginas Brasileiras*, Rio, 1919.
Fonseca, M. J. P., *Máximas, Pensamentos e Reflexões*, Rio, 1896.
Franca, L., *Noções de História da Filosofia*, 9.ª edição, S. Paulo, 1943.
Frieiro, E., *Como era Gonzaga?*, Belo Horizonte, 1950.
Frieiro, E., *O Diabo na Livraria do Cônego*, Belo Horizonte, 1945.
Gonzaga, T. A., *Obras Completas*, S. Paulo, 1942.
Lamego, A., *Autobiografia e Inédito de Cláudio Manuel da Costa*, Paris, s/d.
Lamego, A., *A Academia Brasílica dos Renascidos*, Paris, 1923.
Lima Júnior, A., *Marília de Dirceu*, Rio, 1934.
Lima Júnior, A., *Serões e Vigílias*, Rio, 1952.
Machado, L. G., *O "Tratado de Direito Natural" de Tomás Antônio Gonzaga*, Rio, 1953.
Melo Franco, A. A., *Mar de Sargaços*, S. Paulo, 1944.
Mendonça, C. S., *Alvarenga Peixoto*, Rio, 1943.
Neiva, V. F., *Resumo Biográfico de José Bonifácio*, Rio, 1938.
Neves, J. G. A., *A Inconfidência Mineira: Cláudio Manuel da Costa*, Rio, 1943.
Nunes, A., *Basílio da Gama*, Niterói, 1942.
Oliveira, M. Botelho de, *Música do Parnaso*, 2 vols., Rio, 1953.
Oliveira, O. M. B., *As Edições de Marília de Dirceu*, Rio, 1930.
Osório, J. C., *Gonzaga e a Justiça*, Lisboa, 1950.
Peretti, J., *Barléu e Outros Ensaios*, Recife, 1941.
Peretti, J., *Novos Ensaios*, 2.ª série, Recife, 1945.
Silva Alvarenga, M. I., *Glaura*, Rio, 1943.
Silva Alvarenga, M. I., *Obras Poéticas*, Rio, 1864.
Sousa Caldas, A. P., *Obras Poéticas*, 2 vols., Paris, 1820-1821.
Sousa Caldas, A. P., *Poesias Sacras*, Rio, 1872.
Sousa, O. Tarquínio de, *José Bonifácio*, Rio, 1945.
Torres, Antônio, *As Razões da Inconfidência*, Rio, 1925.
Vale Cabral, A., *Vida e Escritos de José da Silva Lisboa*, Rio, 1881.
Viegas, A., *O Poeta Santa Rita Durão*, Bruxelas, 1914.

CARTAS CHILENAS

Um dos assuntos mais discutidos, o das *Cartas Chilenas*, tem sido infelizmente deformado pela questão da autoria, certamente a menos importante no caso. Mereceu extensos e numerosos estudos, em publicações especializadas, inclusive pelo emprego do método estatístico, em que se esmeraram Arlindo Chaves, Joaquim Ribeiro, Bruno Rudolfer e outros. Informação suficiente do assunto pode ser encontrada em:

CASTRO, T. L., *Questões e Problemas*, S. Paulo, 1913.
CARVALHO, Alfredo de, *Frases e Palavras*, Recife, 1906.
CHAVES, A., *Ainda as Cartas Chilenas*, Belo Horizonte, s/d.
CRILILO, *Cartas Chilenas*, Rio, 1940.
FARIA, A., *Acendalhas*, Rio, 1929.
GOMES, L., *A Autoria das Cartas Chilenas*, Juiz de Fora, 1932.
MELO FRANCO, C., *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa — O Parnaso Obsequioso e as Cartas Chilenas*, Rio, 1931.
MENUCCI, S., *À Margem das Cartas Chilenas*, S. Paulo, 1942.
RIBEIRO, João, *Satíricos Portugueses*, Lisboa, 1904.
RIBEIRO, Joaquim, *As Cartas Chilenas e a Inconfidência Mineira*, Rio, 1950.

TRABALHOS GERAIS

Incluem-se aqui os trabalhos que apreciam toda a fase literária colonial, deixando-se de parte aqueles sobre a influência da Inquisição, que foi ponderável no início, e da Maçonaria, que foi importante no fim, associando-se às sociedades de homens de letras e confundindo o sentido e a finalidade delas, a fim de não alongar a relação, e ainda aquelas obras de caráter histórico que não fizeram da atividade literária motivo dominante, e cuja consulta é, realmente, indispensável.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1910.
ARAÚJO, C. S., *A Cultura no Brasil Colonial*, Rio, 1956.
BAIÃO, A., *A Inquisição em Portugal e no Brasil*, Lisboa, 1921.
BEZERRA, A., *A Filosofia na Fase Colonial*, Rio, 1935.
BRAGA, T., *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa*, 4 vols., Porto, 1918.
CARVALHO, J., *Estudos Sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, Coimbra, 1947.
CARVALHO, J. T., *A Universidade de Coimbra no Século XVI*, Coimbra, 1922.

CIDADE, H., *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Lisboa, 1943.
COUTINHO, Afrânio, *Aspectos da Literatura Barroca*, Rio, 1951.
FIGUEIREDO, F., *História da Literatura Clássica*, 3 vols., Lisboa, 1922/1931.
LEITE, Solidônio, *Clássicos Esquecidos*, Rio, 1914.
MACEDO, S. D. T., *A Literatura do Brasil Colonial*, Rio, s/d.
MÚRIAS, M., *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, 1923.
OLIVEIRA LIMA, M., *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, Leipzig, 1895.
OLIVEIRA LIMA, M., *Dom João VI no Brasil*, 2.ª edição, 3 vols., Rio, 1945.
PEREIRA DA SILVA, J. M., *Varões Ilustres do Brasil*, 2 vols., Rio, 1868.
PERIÉ, E., *A Literatura Brasileira nos Tempos Coloniais*, Buenos Aires, 1885.
REMÉDIOS, M., *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1923.
RIBEIRO, J. S., *História dos Estabelecimentos Científicos*, Lisboa, 1871.
VITERBO, S., *A Literatura Espanhola em Portugal*, Lisboa, 1915.

ANTOLOGIAS

Incluem-se apenas aquelas que se ocupam dos escritores da fase colonial ou que, pela época em que foram organizadas, lhes dão parte dominante no conjunto:

CUNHA BARBOSA, J., *Parnaso Brasileiro*, 2 vols., Rio, 1831.
Clássicos e Românticos Brasileiros, Rio, 1952.
FREIRE, L., *Clássicos Brasileiros*, Rio, 1923.
HOLANDA, S. B., *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, 2 vols., Rio, 1953.
MELO MORAIS FILHO, A. J., *Parnaso Brasileiro*, 2 vols., Rio, 1885.
Primeiras Letras, *Clássicos Brasileiros*, Rio, 1923.
PEREIRA DA SILVA, J. M., *Parnaso Brasileiro*, 2 vols., Rio, 1843.
VARNHAGEN, F. A., *Épicos Brasileiros*, Lisboa, 1843.
VARNHAGEN, F. A., *Florilégio da Poesia Brasileira*, 2.ª edição, 3 vols., Rio, 1946.

ESBOÇO DA LITERATURA NACIONAL

AS FONTES DO ROMANTISMO

Algumas indicações preliminares sobre as origens literárias do romantismo, sem qualquer preocupação de extensão e de abranger senão parte mínima da bibliografia a respeito do assunto, aqui vão mencionadas, para ajudar a compreensão do romantismo brasileiro. A necessidade de limitar a indicação a trabalhos aparecidos em livro corta a

possibilidade de indicação de alguns estudos cuja importância é conhecida.

AUBREY BELL, F. G., *Portugal and the Portuguese*, Londres, 1915.
BAEZA, R., *Clasicismo y Romantismo*, Madrid, s/d.
BATE, W. J., *From Classic to Romantic*, Cambridge, 1946.
BATAGLIA, S., *Contributi alla Storia della Novelistica*, Nápoles, 1947.
BRANDES, G., *Las Grandes Corrientes de la Literatura en el Siglo XIX*, 2 vols., Buenos Aires, 1946.
CAILLOIS, R., *Puissances du Roman*, Buenos Aires, 1945.
CAILLOIS, R., *Sociologia de la Novela*, Buenos Aires, 1942.
CROCE, B., *Poesia e Non Poesia: Note sulla Letteratura Europea del secolo Decimonono*, 4.ª edição, Bari, 1946.
ELIOT, T. S., *What is a Classic?*, Londres, 1945.
FIGUEIREDO, F., *Características da Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1923.
LESERRE, P., *Le Romantisme Français*, Paris, 1907.
LUKÁCS, G., *Saggi sul Realismo*, Turim, 1950.
MAGNINO, B., *Storia del Romanticismo*, Roma, 1950.
MASSIS, H., *Réflexions Sur l'Art du Roman*, Paris, 1927.
MEEUS, A., *Le Romantisme*, Paris, 1948.
MORNET, D., *La Pensée Française au XVIII Siècle*, Paris, 1936.
PELAYO, M., *Orígenes de la Novela*, 3 vols., Madrid, 1915/1931.
PICARD, R., *El Romanticismo Social*, México, 1946.
SEILLIERE, E., *Le Romantisme*, Paris, 1925.
TIEGHEM, P., *Le Préromantisme*, 3 vols., Paris, 1947/1948.
TIEGHEM, P., *Le Romantisme dans la Littérature Européenne*, Paris, 1948.
TIEGHEM, P., *Tendences Nouvelles en Histoire Littéraire*, Paris, 1930.
TORRE, G., *Literaturas Europeas de Vanguardia*, Madrid, 1927.
VAN DOREN, C. C., *The American Novel*: 1789-1939, New York, 1940.
VIATTE, A., *Les Sources Occultes du Romantisme*, 2 vols., Paris, 1928.

ROMANTISMO BRASILEIRO

Englobamos aqui os trabalhos a respeito do desenvolvimento do romantismo no Brasil, em todos os campos, inclusive o papel dos cursos jurídicos na propagação da nova escola no campo literário e também no campo político, de vez que o romantismo foi também uma posição diante da vida em todos os seus domínios. Excluindo os trabalhos aparecidos em revistas e jornais, convém mencionar o de Paul Hazard, *Les Origines du Romantisme au Brésil*, aparecido em Paris, em 1927.

ABREU, J. Capistrano de, *Ensaios e Estudos*, t. I, Rio, 1931.
ALVES FILHO, F. M. R., *O Sociologismo e a Imaginação no Romance Brasileiro*, Rio, 1939.

ANDRADE, M., *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo*, Rio, 1935.
ARAXÁ, (Visconde de), *Reminiscências e Fantasias*, Vassouras, 1883.
ASSIS FIGUEIREDO JR., A. Celso, *Oito Anos de Parlamento*, S. Paulo, s/d.
AZEVEDO, Fernando de, *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*, Rio, 1948.
BASTIDE, R., *A Psicologia do Cafuné*, Curitiba, 1941.
BEVILÁQUA, C., *Épocas e Individualidades*, Rio, 1888.
BEVILÁQUA, C., *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2 vols., Rio, 1927.
BEVILÁQUA, C., *Linhas e Perfis Jurídicos*, Rio, s/d.
BOCAIÚVA, Q., *Estudos Críticos e Literários*, Rio, 1858.
BRUNO, E. S., *História e Tradições da Cidade de S. Paulo*, 3 vols., Rio, 1954.
CÂMARA, F., *Memória Histórica da Faculdade de Direito do Recife em 1903*, Recife, 1904.
CASTELO, J. A., *Introdução ao Romantismo no Brasil*, S. Paulo, 1950.
CONSTANTINO, A., *O Espírito de Nacionalidade na Fundação dos Cursos Jurídicos e da Faculdade de Direito de S. Paulo*, S. Paulo, 1940.
DEBBANÉ, N. J., *Au Brésil. L'Influence Arabe dans la Formation historique, la Littérature et la Civilisation du Peuple Brésilien*, Cairo, 1911.
DELPECH, A., *Roman Brésilien*, Paris, 1904.
DÓRIA, E., *Memória Histórica do Colégio D. Pedro II*, Rio, s/d.
EDMUNDO, L., *Recordações do Rio Antigo*, Rio, 1956.
ELIA, S., *O Romantismo em Face da Filosofia*, Rio, 1956.
FREITAS, S., *Forma e Expressão no Romance Brasileiro*, Rio, 1947.
FREITAS, J. A., *O Lirismo Brasileiro*, Lisboa, 1873.
GAMA, A. C. C., *Românticos Brasileiros: Apontamentos Sobre Alguns*, Rio, 1927.
GOMES, E., *O Romancista e o Ventríloquo*, Rio, 1952.
HADDAD, J. A., *O Romantismo Brasileiro e as Sociedades Secretas do Tempo*, S. Paulo, 1945.
LIMA, Hermann, *Variações Sobre o Conto*, Rio, 1952.
LIMA, Hermann, *A Caricatura, Arma Secreta da Liberdade*, Rio, 1949.
LINHARES, T., *Introdução ao Mundo do Romance*, Rio, 1953
MACEDO, S. D. T., *No Tempo das Sinhazinhas*, Rio, 1944.
MAGALHÃES, Fernando de, *O Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1832-1932), Rio, 1932.
MARTINS, L., *O Patriarca e o Bacharel*, S. Paulo, 1945.
MARTINS PENA, L. C., *Teatro*, 2 vols., Rio, 1956.
MAIA, A., *Romantismo e Naturalismo*, Porto Alegre, 1926.
MELO MORAIS FILHO, A. J., *Artistas do Meu Tempo*, Rio, 1905.
MELO MORAIS FILHO, A. J., *João Caetano*, Rio, 1903.
MONTEIRO, T., *Funcionários e Doutores*, Rio, 1917.
MONTENEGRO, A., *O Romance Cearense*, Fortaleza, 1955.
MONTENEGRO, O., *O Romance Brasileiro*, 2.ª edição, Rio, 1952.
MONTENEGRO, T. H., *Tuberculose e Literatura*, Rio, 1950.

MORAIS NETO, P., *O Romance Brasileiro*, Rio, 1939.
MOTA, L., *A Padaria Espiritual*, Fortaleza, 1939.
MOTA FILHO, C., *Introdução ao Estudo do Pensamento Nacional: o Romantismo*, 2.ª edição, S. Paulo, 1932.
MUNIZ, G., *A Medicina na Bahia*, Salvador, 1922.
MUNIZ, G., *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia*, 1940.
NASCIMENTO, A., *O Centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro — Primórdios e Evolução da Medicina no Brasil*, Rio, 1929.
NESTOR, O., *Faculdade de Direito do Recife — Traços de Sua História*, Recife, 1930.
NOGUEIRA, J. L. Almeida, *A Academia de S. Paulo. Tradições e Reminiscências*, 9 vols., S. Paulo, 1907.
OLIVEIRA LIMA, M., *Dom João VI no Brasil*, 3.ª edição, 3 vols., Rio, 1945.
PARANHOS, H., *História do Romantismo no Brasil*, 2 vols., S. Paulo, 1937/1938.
PEREIRA, A., *Interpretações*, Rio, 1944.
PEREIRA DA SILVA, J. M. *Memórias do Meu Tempo*, Rio, 1896.
PICCAROLO, A., *O Romantismo no Brasil*, S. Paulo, 1916.
PINHO, W., *Salões e Damas do Segundo Reinado*, S. Paulo, s/d.
PRADO, P., *Retrato do Brasil*, 5.ª edição, S. Paulo, 1944.
RIOS FILHO, A. M., *O Rio de Janeiro Imperial*, Rio, s/d.
SANTOS FILHO, S., *História da Medicina no Brasil*, 2 vols., S. Paulo, 1947.
VAMPRÉ, S., *Memórias para a História da Academia de S. Paulo*, 2 vols., S. Paulo, 1924.

POESIA ROMÂNTICA

Uma relação bibliográfica da poesia romântica no Brasil, ainda que houvesse possibilidade material para organizá-la, seria imensa. Aqui são mencionadas as obras dos principais poetas românticos, os estudos a respeito delas e alguns trabalhos e informações biográficas, mencionando-se as edições presumidamente melhores.

ALCÂNTARA MACHADO, A., *Gonçalves de Magalhães ou o Romântico Arrependido*, S. Paulo, 1936.
ABREU, Casimiro de, *Obras Completas*, S. Paulo, 1940.
ALVES, Constâncio, *Figuras*, Rio, 1921.
AMADO, Gilberto, *A Chave de Salomão*, Rio, 1914.
AMADO, Jorge, *ABC de Castro Alves*, S. Paulo, 1953.
AMÁLIA, Narcisa, *Nebulosas*, Rio, 1872.
ANDRADE, M., *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo*, Rio, 1935.
AZEREDO, Magalhães de, *Homens e Livros*, Rio, 1902.
AZEVEDO, Aluísio, *Obras Completas*, 8.ª edição, S. Paulo, 1942.

AZEVEDO, Fernando de, *Ensaios*, S. Paulo, 1925.
BANDEIRA, M., *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*, 3.ª edição, Rio, 1949.
BARBOSA, R., *Elogio do Poeta*, Rio, 1881.
BOM SUCESSO, A. L., *Quatro Vultos*, Rio, 1867.
BRUZZI, N., *Casimiro de Abreu*, Rio, 1949.
CALMON, P., *Vida e Amores de Castro Alves*, Rio, 1935.
CÂMARA, F., *Maciel Monteiro*, Recife, 1905.
CARNEIRO, E., *Trajetória de Castro Alves*, Rio, 1947.
CASTELO, J. A., *A Polêmica Sobre a Confederação dos Tamoios*, S. Paulo, 1953.
CASTELO, A., *Gonçalves de Magalhães*, S. Paulo, 1946.
CASTRO ALVES, A., *Obras Completas*, 3.ª edição, 2 vols., S. Paulo, 1944.
CAVALHEIRO, E., *Fagundes Varela*, S. Paulo, 1940.
CUNHA, E., *Castro Alves e Seu Tempo*, Rio, 1907.
DELFINO, L., *Algas e Musgos*, Rio, 1927.
DELFINO, L., *Arcos de Triunfo*, Rio, 1939.
DELFINO, L., *Atlante Esmagado*, Rio, 1936.
DELFINO, L., *Esboço da Epopéia Americana*, Rio, 1940.
DELFINO, L., *Imortalidades*, Rio, 1941.
DELFINO, L., *Intimas e Aspásias*, Rio, 1935.
DELFINO, L., *Poesias Líricas*, S. Paulo, 1934.
DELFINO, L., *Posse Absoluta*, Rio, 1941.
DELFINO, L., *Rosas Negras*, Rio, 1938.
FERREIRA LIMA, H., *Castro Alves e Sua Época*, S. Paulo, 1942.
FONTOURA, A., *Dispersos*, Rio, 1954.
GALENO, J., *Lendas e Canções Populares*, 2.ª edição, Fortaleza, 1892.
GONÇALVES CRÊSPO, A. G., *Obras Completas*, Rio, 1942.
GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J., *Obras Completas*, 11 vols., Rio, 1862.
GUIMARÃES, B., *Cantos da Solidão*, 2.ª edição, Rio, 1858.
GUIMARÃES, B., *Poesias*, Rio, 1865.
HADDAD, J. A., *Revisão de Castro Alves*, 3 vols., S. Paulo, 1954.
HOLANDA, S. B., *Cobra de Vidro*, S. Paulo, 1944.
HOLANDA, S. B., "Prefácio Literário a D. J. G. Magalhães": *Suspiros Poéticos e Saudades*, Rio, 1939.
JUNQUEIRA FREIRE, L. J., *Obras*, 3 vols., Rio, 1944.
LESSA, A., *Poesias Póstumas*, 2.ª edição, Belo Horizonte, 1909.
LOBO, H., *M. A. Porto Alegre*, Rio, 1938.
MACIEL MONTEIRO, A. P., *Poesias*, Recife, 1905.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Americanas*, Rio, 1875.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Crítica*, Rio, 1910.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Crisálidas*, Rio, 1864.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Falenas*, Rio, 1870.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Poesias*, Rio, 1935.
MACHADO DE ASSIS, J. M., *Poesias Completas*, Rio, 1901.
MAGALHÃES, B., *Manuel de Araújo Porto Alegre*, Rio, 1917.

Marques, X., *Vida de Castro Alves*, Rio, 1911.
Monteiro, C., *Traços do Romantismo na Poesia Brasileira*, Rio, 1929.
Mota, A., *Vultos e Livros*, S. Paulo, 1921.
Mota Filho, C., *O Caminho de Três Agonias*, Rio, 1945.
Nabuco, J., *Castro Alves*, Rio, 1873.
Peixoto, A., *Castro Alves*, Rio, 1922.
Peixoto, A., *Ramo de Louro*, Rio, 1928.
Rabelo, L., *Obras Poéticas*, Rio, 1876.
Rabelo, L., *Obras*, S. Paulo, 1946.
Rodrigues, L., *Castro Alves*, 3 vols., Rio, 1947.
Seabra, Bruno, *Flores e Frutos*, Rio, 1862.
Pires, H., *Junqueira Freire*, Rio, 1929.
Sousa, A., *Os Andradas*, 2 vols., S. Paulo, 1922.
Sousa, O. Tarquínio de, *José Bonifácio*, Rio, 1945.
Sousa, Pedro Luís, *Dispersos*, Rio, 1934.
Souto, L. V., *Dois Românticos Brasileiros*, Rio, 1931.
Teixeira, M., *Vida e Obra de Castro Alves*, Rio, 1896.
Vale, P. A., *Parnaso Acadêmico Paulistano*, S. Paulo, 1881.
Viana, H., *Manuel de Araújo Porto Alegre*, Rio, 1945.

INDIANISMO — JOSÉ DE ALENCAR — GONÇALVES DIAS

Merece por todos os títulos o indianismo uma relação bibliográfica especial e, conquanto não haja a menor dúvida de que a obra de Alencar, como a de Gonçalves Dias, foi apenas em parte indianista, foi conveniente reunir a bibliografia referente ao romancista e ao poeta que definiram a escola entre nós.

Abreu, J. Capistrano de, *Ensaios e Estudos*, t. I, Rio, 1931.
Ackermann, F., *A Obra Poética de Gonçalves Dias*, S. Paulo, 1940.
Alencar, José de, *Obras de Ficção*, 16 vols., Rio, 1948.
Alencar, Mário de, *José de Alencar*, Rio, 1922.
Amaral, Amadeu, *O Elogio da Mediocridade*, S. Paulo, 1924.
Araripe Júnior, T. A., *José Alencar*, Rio, 1882.
Bastide, R., *A Poesia Afro-Brasileira*, S. Paulo, 1943.
Bilac, O., *Conferências Literárias*, Rio, 1906.
Bilac, O., *Últimas Conferências e Discursos*, Rio, 1907.
Campos, H., *Carvalhos e Roseiras*, Rio, 1923.
Castro, A. A., *A Linguagem das Sextilhas de Frei Antão*, Rio, 1939.
Chagas, M. P., *Ensaios Críticos*, Porto, 1866.
Driver, D. M., *The Indian in Brazilian Literature*, New York, 1942.
Ferreira, M. C., *O Indianismo na Literatura Romântica Brasileira*, Rio, 1949.
Freyre, G., *José de Alencar*, Rio, 1953.
Garcia, O. M., *Luz e Fogo no Lirismo de Gonçalves Dias*, Rio, 1956.
Jucá (Filho), C., *Uma Obra Clássica Brasileira: Iracema*, Rio, 1949.

Mata Machado, A., *Crítica de Estilos*, Rio, 1956.
Melo Franco, A. A., *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, Rio, 1937.
Montelo, J., *Gonçalves Dias*, Rio, 1943.
Mota, A., *José de Alencar, sua Vida e sua Obra*, S. Paulo, 1921.
Orico, O., *A Vida de José de Alencar*, Rio, 1929.
Pereira, L. M., *A Vida de Gonçalves Dias*, Rio, 1943.
Pinto, M. S., *O Indianismo na Poesia Brasileira*, Coimbra, 1948.
Ribeiro, João, *Cartas Devolvidas*, Porto, 1926.
Rodrigues, T., *José de Alencar. Contribuição ao Estudo de sua Personalidade*, Rio, 1929.
Silva, M. N., *As Edições Alemãs dos Cantos de Gonçalves Dias*, Niterói, 1929.
Silva, M. N., *Bibliografia de Gonçalves Dias*, Rio, 1942.
Silva, M. N., *Gonçalves Dias e Castro Alves*, Rio, 1943.
Silva, M. N., *O Maior Poeta*, Rio, 1937.
Taunay, Alfredo de E., *Reminiscências*, 2.ª edição, S. Paulo, 1923.
Távora, F., *Cartas de Semprônio a Cincinato*, Recife, 1872.
Trovão, L., *José de Alencar, o Romancista*, Rio, 1897.

PROSA ROMÂNTICA

Grupam-se aqui os ensaístas e ficcionistas que, obedecendo às normas da escola, deixaram contribuições que merecem atenção ou curiosidade, com um mínimo de informação sobre a oratória e o teatro, além daquela já mencionada em outros títulos.

Almeida, M. Antônio de, *Memórias de um Sargento de Milícias*, Rio, 1945.
Cândido, A., Prefácio a J. M. Macedo: *A Moreninha*, S. Paulo, 1952.
Fontes, A. O., *Bibliografia de Varnhagen*, Rio, 1945.
França Júnior, *Folhetins*, 2.ª edição, Rio, 1926.
Guimarães, B., *Obras*, 13 vols., Rio, 1941.
Lisboa, J. F., *Obras Completas*, 2.ª edição, 2 vols., Lisboa, 1901.
Macedo, J. M., *A Moreninha*, S. Paulo, 1952.
Macedo, J. M. *O Moço Loiro*, Rio, 1876.
Macedo, J. M., *Os Dois Amores*, Rio, 1895.
Macedo, J. M., *Vicentina*, Rio, 1896.
Macedo, J. M., *O Forasteiro*, Rio, 1855.
Macedo, J. M., *A Carteira de Meu Tio*, Rio, 1880.
Macedo, J. M., *Romances da Semana*, Rio, 1873.
Macedo, J. M., *O Culto do Dever*, Rio, 1865.
Macedo, J. M., *Memórias de um Sobrinho de Meu Tio*, Rio, 1867.
Macedo, J. M., *A Luneta Mágica*, Rio, 1869.
Macedo, J. M., *As Vítimas Algozes*, Rio, 1896.

Macedo, J. M., *O Rio do Quarto*, Rio, 1869.
Macedo, J. M., *As Mulheres de Mantilha*, Rio, 1870.
Macedo, J. M., *Rosa*, Rio, 1895.
Macedo, J. M., *A Namoradeira*, Rio, 1870.
Macedo, J. M., *Um Noivo e Duas Noivas*, Rio, 1871.
Macedo, J. M., *A Baronesa do Amor*, Rio, 1896.
Macedo, J. M., *Os Quatro Pontos Cardeais e A Misteriosa*, Rio, 1872.
Macedo, J. M., *Teatro*, Rio, 1895.
Magalhães Júnior, R., *Três Panfletários do Segundo Reinado*, Rio, 1956.
Martins Pena, L. C., *Teatro*, 2 vols., Rio, 1956.
Mendonça, I., *Frei Francisco de Montalverne, Esteta da Palavra*, Rio, 1942.
Montalverne, F., *Obras Oratórias*, 2 vols., Porto, 1867.
Peixoto, A. C. M., *Direção em Crítica Literária (Joaquim Norberto de Sousa e Silva e seus Críticos)*, Rio, 1951.
Pereira da Silva, J. M., *Obras Literárias e Políticas*, 2 vols., Rio, 1852.
Pinheiro, M. P., *Outras Reivindicações a Favor de Cônego Fernandes Pinheiro*, Rio, 1956.
Pinheiro Guimarães, F., *História de Uma Moça Rica*, Rio, 1861.
Pinheiro Guimarães, F., *Punição*, Rio, s/d.
Rebelo, M., *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*, Rio, 1943.
Romero, S., *Martins Pena*, Porto, 1901.
Souto, L. F. V., *Dois Românticos Brasileiros*, Rio, 1931.
Taunay, Alfredo de E., *Trechos de Minha Vida*, S. Paulo, 1923.
Taunay, Alfredo de E., *A Retirada da Laguna*, S. Paulo, 1943.
Taunay, Alfredo de E., *Inocência*, 17.ª edição, S. Paulo, 1927.
Taunay, Alfredo de E., *O Encilhamento*, S. Paulo, 1925.
Taunay, Alfredo de E., *Memórias*, S. Paulo, 1949.
Távora, F., *Os Índios de Jaguaribe*, Rio, 1862.
Távora, F., *A Casa de Palha*, Rio, 1866.
Távora, F., *Um Casamento de Arrabalde*, Rio, 1869.
Távora, F., *O Cabeleira*, Rio, 1928.
Távora F., *O Matuto*, Rio, 1929.
Távora, F., *Lourenço*, Rio, 1881.
Teixeira e Sousa, A. G., *Providência*, Rio, 1854.
Teixeira e Sousa, A. G., *As Fatalidades de Dois Jovens*, Rio, 1856.
Teixeira e Sousa, A. G., *O Filho do Pescador*, Rio, 1843.
Valentim Magalhães, *Escritores e Escritos*, Rio, 1889.

ESCOLA DO RECIFE

São aqui agrupados os autores e trabalhos ligados à atividade intelectual desenvolvida na Faculdade de Direito do Recife, particularmente pela influência de Tobias Barreto, estendendo-se depois ao campo das letras pela ação de Sílvio Romero, destacadamente, e pelos trabalhos de Clóvis Beviláqua e Artur Orlando.

Aranha, Graça, *O Meu Próprio Romance*, S. Paulo, 1931.
Barreto, Tobias, *Obras Completas*, 9 vols., Rio, 1926.
Beviláqua, C., *Sílvio Romero*, Lisboa, 1905.
Beviláqua, C., *Épocas e Individualidades*, Rio, 1898.
Beviláqua, C., *A Filosofia Positiva, no Brasil*, Recife, 1884.
Beviláqua, C., *Esboços e Fragmentos*, Rio, 1899.
Bezerra, A., *Sílvio Romero, o Pensador e o Sociólogo*, Rio, 1935.
Bitencourt, L., *Crítica e Críticos*, Rio, 1920.
Brandão, O., *Os Intelectuais Progressistas*, Rio, 1956.
Cândido, A., *Introdução ao Método Crítico de Sílvio Romero*, S. Paulo, 1945.
Carneiro, M., *Sílvio Romero (na Intimidade)*, Aracaju, 1921.
Carvalho, Alfredo de, *Estudos Pernambucanos*, Recife, 1909.
Freire, L., *Sílvio Romero*, Rio, 1900.
Freire, L., *As Suas Contradições*, Rio, 1915.
Freire, L., *Sílvio Romero, Página de Crítica Impressionista*, Rio, 1900.
Guimarães, A., *Sílvio Romero de Perfil*, Rio, 1915.
Guimarães, A. M., *Sílvio Romero e Querido Moheno*, Rio, 1932.
Leão, M., *Sílvio Romero*, Rio, 1952.
Lima, Hermes, *Tobias Barreto*, S. Paulo, 1943.
Lira, R., *Tobias Barreto, Homem Pêndulo*, Rio, 1938.
Mendonça, C. S., *Sílvio Romero*, S. Paulo, 1938.
Mont'Alegre, O., *Tobias Barreto*, Rio, 1939.
Nunes, M. T., *Sílvio Romero e Manuel Bonfim, Pioneiros de uma Ideologia do Desenvolvimento Nacional*, Rio, 1956.
Orlando, A., *Ensaios de Crítica*, Recife, 1904.
Pereira, V. S., *Tobias Barreto*, Rio, 1917.
Picanço, M., *Clóvis Beviláqua*, Rio, 1936.
Pinto Ferreira, *Tobias Barreto e a Nova Escola do Recife*, Recife, 1953.
Rabelo, S., *Itinerário de Sílvio Romero*, Rio, 1944.
Ramos, G., *Notas para um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil*, S. Paulo, 1954.
Romero, L., *Clóvis Beviláqua*, Rio, 1956.
Romero, S., *A Filosofia no Brasil*, Porto Alegre, 1878.
Romero, S., *Introdução à História da Literatura Brasileira*, Rio, 1882.
Romero, S., *O Naturalismo em Literatura*, S. Paulo, 1882.
Romero, S., *Estudos de Literatura Contemporânea*, Rio, 1885.
Romero, S., *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, 5 vols., Rio, 1943.
Romero, S., *Doutrina Contra Doutrina*, Rio, 1894.
Romero, S., *Machado de Assis*, Rio, 1897.

ROMERO, S., *Novos Estudos de Literatura Contemporânea*, Rio, 1898.
ROMERO, S., *Ensaios de Sociologia e Literatura*, Rio, 1901.
ROMERO, S., *Evolução da Literatura Brasileira, Vista Sintética*, Campanha, 1905.
ROMERO, S., *Evolução do Lirismo Brasileiro*, Recife, 1905.
ROMERO, S., *Outros Estudos de Literatura Contemporânea*, Lisboa, 1906.
ROMERO, S., *Brasil Social*, Rio, 1907.
ROMERO, S., *Zeverissimações Ineptas da Crítica*, Rio, 1910.
ROMERO, S., *Martins Pena*, Porto, 1901.
ROMERO, S., e RIBEIRO, J., *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, Rio, 1906.
SEBRÃO SOBRINHO, *Tobias Barreto, o Desconhecido*, Aracaju, 1941.
SILVEIRA, J., *O Romance de Tobias Barreto*, Rio, 1953.
VIEIRA, C., *Tobias Barreto*, Rio, 1938.

O NATURALISMO NO BRASIL

Ao lado de um mínimo de informações sobre o Naturalismo e suas características européias, reúnem-se aqui as informações bibliográficas do reduzido número de autores ligados à escola e do mais reduzido ainda número de obras caracterizadamente naturalistas que apareceram em nosso país, nos domínios da ficção. Parte dos trabalhos considerados, às vezes, como naturalistas está agrupada entre os regionalistas.

ARARIPE JÚNIOR, T. A., *Literatura Brasileira, Movimento de 1893*, Rio, 1896.
AZEVEDO, Aluísio, *Obras Completas*, 14 vols., Rio, 1939/1941.
BEAUCHAT, C., *Histoire du Naturalisme Français*, 2 vols., Paris, 1949.
BEVILÁQUA, C., *Épocas e Individualidades*, Recife, 1889.
BRUNETIÈRE, F., *Le Roman Naturaliste*, Paris, 1893.
CAMINHA, A., *A Normalista*, 2.ª edição, S. Paulo, 1936.
CAMINHA, A., *Bom Crioulo*, 2.ª edição, S. Paulo, 1940.
CAMINHA, A., *A Tentação*, Rio, 1896.
CAMINHA, A., *Cartas Literárias*, Rio, 1896.
CARVALHO, Alfredo de, *Esboços Literários*, Rio, 1902.
CARVALHO, Alfredo de, *O Naturalismo no Brasil*, S. Luís, 1894.
CASTRO, T. L., *Questões e Problemas*, S. Paulo, 1913.
COGNY, P., *Le Naturalisme*, Paris 1953.
COSTA, B., *Le Roman au Brésil*, Paris, 1918.
DORNAS FILHO, J., *Júlio Ribeiro*, Belo Horizonte, 1946.
DEFFOUX, L., *Le Naturalisme*, Paris, 1929.
DUMESNIL, R., *L'Époque Realiste et Naturaliste*, Paris, 1945.
JOSEPHSON, M., *Zola e Seu Tempo*, S. Paulo, 1946.
MARTINO, P., *Le Naturalisme Française*, Paris, 1938.

MAIA, A., *Romantismo e Naturalismo Através da Obra de Aluísio Azevedo*, Pôrto Alegre, 1926.
MONTELO, J., *Histórias da Vida Literária*, Rio, 1944.
MOTA, A., *Vultos e Livros*, S. Paulo, 1921.
MOTA, L., *A Padaria Espiritual*, Fortaleza, 1939.
OLÍMPIO, D., *Luzia-Homem*, 2.ª edição, Rio, 1929.
PESSOA, Frota, *Crítica e Polêmica*, Rio, 1902.
RIBEIRO, Júlio, *A Carne*, S. Paulo, 1888.
ROCHA LIMA, R., *Crítica e Literatura*, S. Luís, 1878.
ROMERO, S., *O Naturalismo em Literatura*, S. Paulo, 1882.
Uma Polêmica Célebre: Júlio Ribeiro e o Padre Sena Freitas, S. Paulo, 1934.
VALENTIM MAGALHÃES, *Escritores e Escritos*, 2.ª edição, Rio, 1894.
VERÍSSIMO, J., *Letras e Literatos*, Rio, 1936.
ZOLA, E., *Le Roman Expérimental*, Paris, 1880.
ZOLA, E., *Les Romanciers Naturalistes*, Paris, 1881.

PARNASIANISMO E SIMBOLISMO

As escolas que introduziram inovações formais, parnasianismo e simbolismo, estão aqui representadas pelas obras e pelos autores mais notórios e por ensaios críticos e biográficos que analisam umas e outros, também sem qualquer idéia de relação completa.

ALBANO, J., *Poesias*, Rio, 1948.
ALMEIDA, M., *Poesias Completas*, Rio, 1943.
ANJOS, Augusto dos, *Eu e Outras Poesias*, 16.ª edição, Rio, 1948.
BANDEIRA, M., *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana*, 2.ª edição, Rio, 1940.
BASTIDE, R., *A Poesia Afro-Brasileira*, S. Paulo, 1944.
BILAC, O., *Conferências Literárias*, Rio, 1906.
BILAC, O., *Crítica e Fantasia*, Rio, 1904.
BILAC, O., *Poesias*, 23.ª edição, Rio, 1949.
CARVALHO, Afonso de, *Bilac*, Rio, 1942.
CARVALHO, M. C. V. e CARVALHO, A. V., *Vicente de Carvalho*, Rio, 1943.
CARVALHO, Vicente de, *Poemas e Canções*, 3.ª edição, S. Paulo, 1917.
CAVALCANTI, O. M., *O Artista da Forma e da Beleza: Estudos Sobre a Vida e Obra de Olavo Bilac*, Pôrto Alegre, 1925.
CORREIA, R., *Obras Completas*, 2 vols., S. Paulo, 1948.
DIAS, Teófilo, *Lira dos Verdes Anos*, Rio, 1876.
DIAS, Teófilo, *Cantos Tropicais*, Rio, 1878.
DIAS, Teófilo, *Fanfarras*, Rio, 1882.
FONTES, H., *Apoteose*, 2.ª edição, Rio, 1915.
FONTES, H., *A Lâmpada Velada*, Rio. 1922.
FONTES, H., *Fonte da Mata*, Rio, 1930.

Fontes, M., *Verão*, Santos, 1917.
Fontes, M., *Nós, as Abelhas*, S. Paulo, 1938.
Franco, J., *Martins Fontes*, Santos, 1942.
Gonzaga Duque, L., *A Arte Brasileira*, Rio, 1888.
Gonzaga Duque, L., *Mocidade Morta*, Rio, 1899.
Guimaraens, A., *Poesias*, Rio, 1938.
Guimarães Júnior, L., *Corimbos*, Recife, 1869.
Guimarães Júnior, L., *Sonetos e Rimas*, 2.ª edição, Lisboa, 1886.
Leoni, R., *Luz Mediterrânea*, 4.ª edição, S. Paulo, 1946.
Lima, Augusto de, *Contemporâneas*, Rio, 1887.
Lima, A. Amoroso, *Olavo Bilac*, Poesias, Rio, 1957.
Lopes, B., *Obras*, 4 vols., Rio, 1945.
Martino, P., *Parnasse et Symbolisme*, Paris, 1938.
Martins Júnior, I., *Poesia Científica*, Recife, 1883.
Melo, A. L. N., *Augusto dos Anjos e as Origens de Sua Arte Poética*, Rio, 1942.
Mendonça, L., *Esboços e Perfis*, Rio, 1889.
Meneses, R., *A Vida Boêmia de Paula Nei*, S. Paulo, 1944.
Montealegre, D., *Ensaio Sobre o Parnasianismo Brasileiro*, Coimbra, 1945.
Murat, L., *Ondas*, Porto, 1910.
Muricy, Andrade, *Emiliano Perneta*, Rio, 1919.
Muricy, Andrade, *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*, 2 vols., Rio, 1953.
Nóbrega, Melo, *Olavo Bilac*, S. Paulo, 1939.
Oliveira, Alberto de, *Dispersos*, Rio, 1936.
Oliveira, Alberto de, *Canções Românticas*, Rio, 1878.
Oliveira, Alberto de, *Meridionais*, Rio, 1884.
Oliveira, Alberto de, *Sonetos e Poemas*, Rio, 1885.
Oliveira, Alberto de, *Versos e Rimas*, Rio, 1895.
Oliveira, Alberto de, *Poesias Completas*, Rio, 1900.
Oliveira, Alberto de, *Poesias*, 2.ª série, Rio, 1912.
Oliveira, Alberto de, *Poesias* 3.ª série, Rio, 1913.
Oliveira, Alberto de, *Poesias*, 4.ª série, Rio, 1927.
Oliveira, Alberto de, *Ramo de Árvore*, Rio, 1922.
Orciuoli, H., *Bilac, Vida e Obra*, Curitiba, 1941.
Peregrino Júnior, *Discurso na Academia Brasileira de Letras*, Rio, 1947.
Peregrino Júnior, *Origem e Evolução do Simbolismo*, Rio, 1957.
Perneta, E., *Obras*, 2 vols., Rio, 1945.
Poizat, A., *Du Classicisme au Symbolisme*, Paris, 1929.
Pontes, E., *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*, 2 vols., 2.ª edição, Rio, 1953.
Resende, E., *Retrato de Alphonsus de Guimaraens*, 2.ª edição, Rio, 1953.
Serqueira, F. M. B., *Raimundo Correia: Sua Vida e Sua Obra*, Rio, 1942.

Silva, C., *Augusto dos Anjos, o Poeta e o Homem*, Belo Horizonte, 1956.
Silveira, T., *Cruz e Sousa*, Rio, 1957.
Souriou, M., *Histoire du Parnasse*, Paris, 1929.
Sousa, C., *Obras Completas*, 2 vols., Rio, 1923/1924.
Val, W. R., *Raimundo Correia Estudante*, Rio, 1956.

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Grupam-se aqui autores e obras apreciadas no capítulo referente às interpretações do Brasil, aquelas que, nos diversos domínios do pensamento, tiveram a intenção ou o teor literário mínimo para distingui-las dos trabalhos de natureza científica, surgidas do largo movimento de curiosidade pela terra e pela gente que, completado no regionalismo de ficção, definiu o esboço da literatura nacional próxima de sua definição e aparecimento.

Abreu, J. Capistrano de, *Ensaios e Estudos*, 3 vols., Rio, 1931/1933.
Amado, G., *A Chave de Salomão*, Rio, 1914.
Amado, G., *Suave Ascensão*, Rio, 1917.
Amado, G., *Grão de Areia*, Rio, 1919.
Amado, G., *As Instituições Políticas e o Meio Social do Brasil*, Rio, 1924.
Amado, G., *A Dança Sobre o Abismo*, Rio, 1951.
Amado, G., *História de Minha Infância*, Rio, 1954.
Amado, G., *Minha Formação no Recife*, Rio, 1955.
Amado, G., *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio, 1956.
Amaral, L., *Euclides da Cunha*, Rio, 1909.
Aranha, G., *Canaã*, 7.ª edição, Rio, 1922.
Aranha, G., *Malasarte*, Rio, 1911.
Aranha, G., *Estética da Vida*, Rio, 1920.
Aranha, G., *Correspondência de Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, Rio, 1923.
Aranha, G., *O Espírito Moderno*, Rio, 1925.
Aranha, G., *A Viagem Maravilhosa*, Rio, 1930.
Aranha, G., *O Meu Próprio Romance*, S. Paulo, 1931.
Barbosa, F. de Assis, *A Vida de Lima Barreto*, Rio, 1952.
Barbosa, Rui, *Obras Completas* (em publ.), Rio, 1943.
Broca, B., *A Vida Literária no Brasil — 1900*, Rio, 1956.
Carneiro Ribeiro, E., *A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa*, Salvador, 1905.
Carvalho, L. R., *A Formação Filosófica de Farias Brito*, S. Paulo, 1951.
Carvalho, Vicente de, *Páginas Soltas*, S. Paulo, 1911.
Chediak, A. J., *Carlos de Laet, o Polemista*, Rio, 1943.

Coelho Neto, H., *A Capital Federal*, Rio, 1893.
Coelho Neto, H., *Miragem*, Rio, 1895.
Coelho Neto, H., *A Conquista*, Rio, 1889.
Coelho Neto, H., *O Rei Negro*; Porto, 1914.
Coelho Neto, P., *Coelho Neto*, Rio, 1942.
Cunha, E., *Os Sertões*, 19.ª edição, Rio, 1946.
Cunha, E., *Contrastes e Confrontos*, 6.ª edição, Porto, 1923.
Cunha, E., *À Margem da História*, 4.ª edição, Porto, 1926.
Dantas, S., *Dois Momentos de Rui Barbosa*, Rio, 1949.
Delgado, L., *Rui Barbosa*, Rio, 1945.
Edmundo, L., *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, 3 vols., Rio, 1938.
Farias Brito, R., *A Base Física do Espírito*, Rio, 1912.
Farias Brito, R., *Finalidade do Mundo*, 2 vols., Fortaleza, 1894/1899.
Farias Brito, R., *O Mundo Interior*, Rio, 1914.
Figueiredo, J., *Algumas Reflexões Sobre a Filosofia de Farias Brito*, Rio, 1916.
Fontoura, J. N. *Elogio de Coelho Neto*, Rio, 1944.
Freyre, G., *Atualidade de Euclides da Cunha*, Rio, 1943.
Freyre, G., *Perfil de Euclides e Outros Perfis*, Rio, 1944.
Lacerda Filho, J., *Euclides da Cunha, Sua Vida e Sua Obra*, João Pessoa, 1936.
Leão, M., *Salvador de Mendonça*, Rio, 1953.
Leão, M., *João Ribeiro*, Rio, 1954.
Leão, M., *Nabuco*, Rio, 1950.
Licínio Cardoso, J., *Figuras e Conceitos*, Rio, 1926.
Lima, A. Amoroso, "Política e Letras" *in À Margem da História da República*, Rio, 1924.
Lima Barreto, A. H., *Obras Completas*, 12 vols. S. Paulo, 1954.
Lins, A., *Roquette Pinto*, Rio, 1957.
Machado de Assis, J. M., *Obras Completas*, 31 vols., Rio, 1936.
Magalhães, A., *Farias Brito e a Reação Espiritualista*, Rio, 1918.
Magalhães Júnior, R., *Artur de Azevedo e Sua Época*, Rio, 1953.
Mangabeira, J., *Rui, o Estadista da República*, Rio, 1943.
Medeiros e Albuquerque, J. J. C., *Homens e Coisas da Academia Brasileira*, Rio, 1934.
Medeiros e Albuquerque, J. J. C., *Minha Vida*, 2 vols., Rio, 1934.
Mendonça, C. S., *Lúcio de Mendonça*, Rio, 1934.
Montelo, J., *Artur Azevedo e a Arte do Conto*, Rio, 1956.
Montelo, J., *Estampas Literárias*, Rio, 1956.
Monteiro, T., *Pesquisas e Depoimentos*, Rio, 1913.
Morais, P., *Coelho Neto e Sua Obra*, Pôrto, 1926.
Nabuco, J., *Obras Completas*, 12 vols., S. Paulo, 1947/1949.
Nogueira, L., *Rui Barbosa*, Fortaleza, 1949.
Oberlaender, M. F., *Euclides da Cunha*, Rio, 1925.
Oliveira Lima, M., *Memórias*, Rio, 1938.
Otávio, R., *Minhas Memórias dos Outros*, 3 vols., Rio, 1934/1936.

Palha, A., *História da Vida de Rui Barbosa*, Rio, 1954.
Peregrino, U., *Euclides da Cunha, Historiador Militar*, Rio, 1944.
Peregrino, U., *Vocação de Euclides da Cunha*, Rio, 1946.
Pinto, P., *Estudos Euclidianos*, Rio, 1929.
Pinto, Roquette, *Seixos Rolados*, Rio, 1927.
Pinto, Roquette, *Ensaios Brasilianos*, S. Paulo, 1939.
Pompéia, R., *Canções Sem Metro*, 2.ª edição, Rio, 1900.
Pompéia, R., *O Ateneu*, 6.ª edição, Rio, 1942.
Pontes, E., *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, Rio, 1938.
Pontes, E., *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*, Rio, 1935.
Povina, A., *Historia de la Sociologia Latino-Americana*, México, 1941.
Prisco, F., *José Veríssimo, Sua Vida e Suas Obras*, Rio, 1937.
Rabelo, S., *Euclides da Cunha*; Rio, 1948.
Rabelo, S., *Farias Brito ou Uma Aventura do Espírito*, Rio, 1941.
Rangel, A., *Rumos e Perspectivas*, S. Paulo, 1938.
Rangel, A., *Textos e Pretextos*, Tours, 1916.
Seidl, R., *Artur Azevedo*, Rio, 1937.
Seixas, A., *Um Poeta*, S. Paulo, 1911.
Serpa, P., *Lima Barreto*, Rio, 1943.
Serrano, J., *Farias Brito*, S. Paulo, 1939.
Sousa, A., *Amadeu Amaral*, S. Paulo, 1918.
Tôrres, V., *Oliveira Viana*, Rio, 1956.
Travassos, R., *Cartas de Euclides da Cunha e Machado de Assis*, Rio, 1931.
Valério, A., *Euclides da Cunha*, Rio, 1934.
Venâncio Filho, F., *Euclides da Cunha a Seus Amigos*, S. Paulo, 1938.
Venâncio Filho, F., *Euclides da Cunha*, Rio, 1931.
Venâncio Filho, F., *A Glória de Euclides da Cunha*, S. Paulo, 1940.
Veríssimo, J., *Estudos Brasileiros*, 2 vols., Belém e Rio, 1889/1894.
Veríssimo, J., *Estudos de Literatura Brasileira*, 6 vols., Rio, 1901/1910.
Veríssimo, J., *História da Literatura Brasileira*, 3.ª edição, Rio, 1954.
Veríssimo, J., *Letras e Literatos*, Rio, 1936.
Viana Filho, L., *A Vida de Rui Barbosa*, S. Paulo, 1941.
Viana Filho, L., *Rui e Nabuco*, Rio, 1949.
Vieira, C., *Joaquim Nabuco*, Rio, 1949.
Vítor, N., *Cruz e Sousa*, Rio, 1899.
Vítor, N., *Farias Brito*, Rio, 1917.
Vítor, N., *A Crítica de Ontem*, Rio, 1919.
Vítor, N., *Cartas à Gente Nova*, Rio, 1924.
Vítor, N., *Os de Hoje*, Rio, 1938.

MACHADO DE ASSIS

Reúnem-se aqui os trabalhos críticos ou biográficos a respeito de Machado de Assis, a maior figura da fase de interpretação do Brasil, aquela que, através da ficção,

realizou, sob forma artística insuperável, o levantamento da sociedade brasileira na época.

Alves, Constâncio, *Figuras*, Rio, 1921.
Aranha, G., *Correspondência de Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, S. Paulo, 1923.
Araújo, H. B., *O Aspecto Religioso da Obra de Machado de Assis*, Rio, 1939.
Barreto Filho, *Introdução a Machado de Assis*, Rio, 1947.
Belo, J. Maria, *Estudos Críticos*, Rio, 1917.
Belo, J. Maria, *Retrato de Machado de Assis*, Rio, 1952.
Broca, B., *Machado de Assis e a Política*, Rio, 1957.
Casasanta, M., *Machado de Assis e o Tédio à Controvérsia*, Belo Horizonte, 1934.
Casasanta, M., *Minas e os Mineiros na Obra de Machado de Assis*, Belo Horizonte, s/d.
Conde, H. B., *A Tragédia Ocular de Machado de Assis*, Rio 1942.
Coutinho, Afrânio, *A Filosofia de Machado de Assis*, Rio, 1940.
Exposição Machado de Assis, Rio, 1939.
Gomes, E., *Espelho Contra Espelho*, S. Paulo, 1949
Gomes, E., *Influências Inglesas em Machado de Assis*, Rio, 1939.
Gomes, E., *Prata de Casa*, Rio, 1953.
Jucá (Filho), C., *O Pensamento e a Expressão em Machado de Assis*, Rio, 1939.
Lima, A. Amoroso, *Três Ensaios Sobre Machado de Assis*, Rio, 1941.
Matos, M., *Machado de Assis*, S. Paulo, 1939.
Maia, A., *Machado de Assis; Algumas Notas sobre o Humour*, 2.ª edição. Rio, 1942.
Menucci, S., *Machado de Assis*, S. Paulo, 1943.
Meyer, A., *À Sombra da Estante*, Rio, 1947.
Meyer, A., *Machado de Assis*, Rio, 1935.
Morais, R., *Machado de Assis*, Belém, 1939.
Nery, F., *Correspondência de Machado de Assis*, Rio, 1932.
Orban, V., *Machado de Assis, Romancier, Conteur et Poète*, Paris, s/d.
Peregrino Júnior, *Doença e Constituição de Machado de Assis*, Rio, 1938.
Pereira, A., *Interpretações*, Rio, 1944.
Pereira, L. M., *Machado de Assis*, 2.ª edição, Rio. 1953.
Pereira, L. R., *Vindiciae*, 3.ª edição, 1940.
Pontes, E., *A Vida Contraditória de Machado de Assis*, Rio, 1939.
Pujol, A., *Machado de Assis*, 2.ª edição, Rio, 1934.
Romero, S., *Machado de Assis*, 2.ª edição, Rio, 1936.
Soares, T., *Machado de Assis*, Rio, 1936.
Vale, L. R., *Psicologia Mórbida na Obra de Machado de Assis*, Rio, 1917.
Velinho, M., *Machado de Assis*, Porto Alegre, 1939.

REGIONALISMO

Agrupam-se aqui trabalhos e autores que trataram os temas regionais, posteriormente ao romantismo, embora, muitas vezes, com influências românticas, inclusive alguns dos que os trataram na conformidade com os processos naturalistas.

Abreu, Capistrano de, *Ensaios e Estudos*, 3 vols., Rio, 1931/1933.
Arinos, Afonso, *Lendas e Tradições Brasileiras*, S. Paulo, 1917.
Arinos, Afonso, *Pelo Sertão*, 5.ª edição, Rio, 1947.
Arinos, Afonso, *Os Jagunços*, Rio, 1898.
Arinos, Afonso, *O Mestre de Campo*, Rio, 1918.
Bruzzi, N., *O Homem de Maria Dusá*, Rio, 1953.
Bruzzi, N., e outros, *Lindolfo Rocha*, Rio, 1953.
Cavalheiro, E., *Monteiro Lobato*, 2 vols. S. Paulo, 1956.
Conte, A., *Monteiro Lobato, o Homem e a Obra*, S. Paulo, 1948.
Delfino, A., *Terras sem Dono*, Rio, 1921.
Figueiredo, J., *Xavier Marques*, 2.ª edição, Rio, 1916.
Inglês de Sousa, H. M., *O Cacaulista*, Santos, 1876.
Inglês de Sousa, H. M., *O Coronel Sangrado*, Santos, 1877.
Inglês de Sousa, H. M., *O Missionário*, 3.ª edição, Rio, 1946.
Inglês de Sousa, H. M., *Contos Amazônicos*, Rio, 1892.
Lima, A. Amoroso, *Afonso Arinos*, Rio, 1922.
Lobato, J. B. Monteiro, *Obras Completas*, 13 vols. S. Paulo, 1946.
Loiola, L., *Urupês e o Sertanejo Brasileiro*, S. Paulo, 1919.
Maia, A., *Alma Bárbara*, Rio, 1922.
Maia, A., *Crônicas e Ensaios*, Porto Alegre, 1918.
Maia, A., *Ruínas Vivas*, Porto, 1910.
Maia, A., *Tapera*, Rio, 1911.
Marques, X., *Praieiros* 3.ª edição, Salvador, s/d.
Marques, X., *Jana e Joel*, Salvador, 1899.
Matos, M., *O Último Bandeirante*, Belo Horizonte, 1935.
Meyer, A., *Prosa dos Pagos*, S. Paulo, 1943.
Otávio Filho, R., *Inglês de Sousa*, Rio, 1954.
Peixoto, A., *A Esfinge*, 4.ª edição, Rio, 1919.
Peixoto, A., *Maria Bonita*, Rio, 1914.
Peixoto, A., *Fruta do Mato*, Rio, 1920.
Peixoto, A., *Bugrinha*, Rio, 1922.
Peixoto, A., *As Razões do Coração*, Rio, 1925.
Peixoto, A., *Uma Mulher Como as Outras*, S. Paulo, 1928.
Peixoto, A., *Sinhazinha*, Rio, 1929.
Peixoto, A., *Obras Completas*, 25 vols., Rio, 1944.
Rabelo, A., *O Hóspede*, Rio, 1921.
Ramos, G., *O Regionalismo na Sociologia Brasileira*, S. Paulo, 1954.
Ribeiro, L., *Afrânio Peixoto*, Rio, 1950.

Simões Lopes Neto, J., *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, Porto Alegre, 1949.
Simões Lopes Neto, J., *Casos do Romualdo*, Porto Alegre, 1953.
Tavares Bastos, A. C., *A Província*, S. Paulo, 1937.
Velinho, M., *Letras da Província*, Porto Alegre, 1944.

MODERNISMO

Sem qualquer pretensão de apresentar lista completa, ou mesmo próxima da totalidade, aqui se agrupam aquelas obras e autores que participaram da campanha modernista, ou lhe seguiram as regras, embora alguns tivessem antecedentes de outra natureza. Só a norma de não mencionar trabalhos em revistas e jornais explica a omissão do número especial dedicado a Mário de Andrade, o CVI, pela *Revista do Arquivo Municipal*, de S. Paulo, em 1946.

Abreu, R., *Casa Destelhada*, 2.ª edição, S. Paulo, 1933.
Alcântara Machado, A., *Brás, Bexiga e Barra Funda*, S. Paulo, 1927.
Alcântara Machado, A., *Laranja da China*, S. Paulo, 1928.
Alcântara Machado A., *Cavaquinho e Saxofone*, S. Paulo, 1948.
Alcântara Machado, A., *Mana Maria*, Rio, 1936.
Alphonsus, J., *Galinha Cega*, Belo Horizonte, 1931.
Alphonsus, J., *Totônio Pacheco*, S. Paulo, 1934.
Alphonsus, J., *Rola-Moça*, Rio, 1938.
Alphonsus, J., *Pesca da Baleia*, Belo Horizonte, 1942.
Alphonsus, J., *Eis a Noite*, S. Paulo, 1943.
Andrade, M., *Aspectos da Cultura Brasileira*, Rio, 1939.
Andrade, M., *Paulicéia Desvairada*, S. Paulo, 1922.
Andrade, M., *A Escrava que Não é Isaura*, S. Paulo, 1925.
Andrade, M., *Primeiro Andar*, S. Paulo, 1926.
Andrade, M., *Losango Cáqui*, S. Paulo, 1926.
Andrade, M., *Amar, Verbo Intransitivo*, S. Paulo, 1927.
Andrade, M., *Clã do Jabuti*, S. Paulo, 1927.
Andrade, M., *Macunaíma*, 2.ª edição, Rio, 1937.
Andrade, M., *Remate de Males*, S. Paulo, 1930.
Andrade, M., *Belasarte*, S. Paulo, 1934.
Andrade, M., *Poesias*, S. Paulo, 1941.
Andrade, M., *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo*, Rio, 1935.
Andrade, M., *O Movimento Modernista*, Rio, 1942.
Andrade, M., *O Baile das Quatro Artes*, S. Paulo, 1943.
Andrade, M., *Os Filhos da Candinha*, S. Paulo, 1943.
Andrade, M., *Aspectos da Literatura Brasileira*, Rio, 1943.
Andrade, M., *Lira Paulistana*, S. Paulo, 1946.
Andrade, M., *O Empalhador de Passarinho*, S. Paulo, s/d.
Andrade, O., *Os Condenados*, S. Paulo, 1922.

Andrade, O., *Memórias Sentimentais de João Miramar*, S. Paulo, 1924.
Andrade, O., *Serafim Ponte Grande*, Rio, 1934.
Andrade, O., *Escada Vermelha*, S. Paulo, 1934.
Andrade, O., *Marco Zero*, Rio, 1943.
Andrade, O., *Poesias Reunidas*, S. Paulo, 1945.
Andrade, O., *Chão*, Rio, 1946.
Anselmo, M., *Família Literária Luso-Brasileira*, Rio, 1943.
Aquino, F., *Três Fases do Movimento Moderno*, Rio, 1953.
Bandeira, M., *Crônicas da Província do Brasil*, Rio, 1937.
Barbosa, F. de Assis, *Testamento de Mário de Andrade*, Rio, 1954.
Bastide, R., *Poetas do Brasil*, Curitiba, 1947.
Cândido, A., *Ficção e Confissão*, Rio, 1956.
Carvalho, Ronald de, *Tôda a América*, Rio, 1926.
Cavalheiro, E., *Testamento de Uma Geração*, Porto Alegre, 1944.
Correia, R. A., *Anteu e a Crítica*, Rio, 1948.
Costa Filho, O., *Graça Aranha e Outros Ensaios*, Rio, 1934.
Dutra, W., *Evolução de um Poeta. Ensaio Sobre a Poesia de Jorge de Lima*, Rio, 1952.
Faria, O., *Dois Poetas*, Rio, 1935.
Freitas Júnior, O., *Ensaios de Crítica de Poesia*, Recife, 1941.
Freyre, G., *Região e Tradição*, Rio, 1941.
Freyre, G., *Manifesto Regionalista do Recife*, Rio, 1955.
Fusco, R., *Política e Letras: Síntese das Atividades Literárias Brasileiras no Decênio* 1930-1940, Rio, 1940.
Garcia, O. M., *Esfinge Clara*, Rio, 1956.
Grieco, A., *Gente Nova do Brasil*, Rio, 1945.
Holanda, S. B., *Cobra de Vidro*, S. Paulo, 1944.
Jurema, A., *Poetas e Romancistas do Nosso Tempo*, Recife, 1953.
Ivo, L., *Prêto no Branco*, Rio, 1956.
Ivo, L., *Lição de Mário de Andrade*, Rio, 1953.
Kopke, C. B., *Faces Descobertas*, S. Paulo, 1944.
Kopke, C. B., *Fronteiras Estranhas*, S. Paulo, 1946.
Lima, A. Amoroso, *Contribuição à História do Modernismo*, Rio, 1939.
Lima A. Amoroso, *Poesia Brasileira Contemporânea*, Belo Horizonte, 1941.
Lima, Hermann, *J. Carlos*, Rio, 1950.
Lima, Hermann, *Alvarus e Seus Bonecos*, Rio, 1954.
Lima, Jorge de, *Dois Ensaios*, Maceió, 1929.
Lima, Jorge de, *Poemas*, Maceió, 1928.
Lima, Jorge de, *Novos Poemas*, Rio, 1929.
Lima, Jorge de, *Poemas Escolhidos*, Rio, 1932.
Lima, Jorge de, *Poemas Negros*, Rio, 1947.
Lima, Jorge de, *Poesias Completas*, Rio, 1951.
Lima, Jorge de, *Invenção de Orfeu*, Rio, 1953.
Lins, A., *Jornal de Crítica*, 6 vols., Rio, 1941/1949.
Melo, A. L. N., *Mundos Mágicos*, Rio, 1949.

Melo Franco, A. A., *Espelho de Três Faces*, S. Paulo, 1937.
Melo Franco, A. A., *Idéia e Tempo*, S. Paulo, 1939.
Mendes, O., *A Alma dos Livros*, Belo Horizonte, 1932.
Milliet, S., *Ensaios*, S. Paulo, 1938.
Milliet, S., *Fora de Forma*, S. Paulo, 1942.
Milliet, S., *Terminus Sêco e Outros Coquetéis*, S. Paulo, 1932.
Milliet, S., *Diário Crítico*, 9 vols., S. Paulo, 1945/1957.
Morais, C. D., *Tristão de Ataíde e Outros Estudos*, Porto Alegre, 1937.
Neme, M., *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, 1945.
Olinto, A., *Jornalismo e Literatura*, Rio, 1955.
Oliveira, Filipe d', *Obras*, Rio, 19?7.
Peregrino Júnior, *O Movimento Modernista*, Rio, 1954.
Rêgo, J. L., *Gordos e Magros*, Rio, 1942.
Ribeiro, João, *Crítica: Os Modernos*, Rio, 1952.
Silva, J. Pinto da, *Fisionomias de Novos*, S. Paulo, 1922.
Simões, J. G., *Crítica*, Porto, 1942.
Sodré, N. W., *Orientações do Pensamento Brasileiro*, Rio, 1942.
Vítor, N., *Os de Hoje*, S. Paulo, 1938.

ELABORAÇÃO DA LÍNGUA LITERÁRIA

Alguns elementos de informação a respeito do assunto são aqui reunidos, complementando aqueles apresentados no título *Teoria da Literatura*.

Amaral, Amadeu, *Dialeto Caipira*, S. Paulo, 1920.
Andrade, M., *O Empalhador de Passarinho*, S. Paulo, s/d.
Bueno, F. S., *A Formação da Língua Portuguesa*, Rio, 1955.
Elia, S., *O Problema da Língua Brasileira*, Rio, 1940.
Garcia, R., *Dicionário de Brasileirismos*, Rio, s/d.
Marques, X., *Cultura da Língua Nacional*, Salvador, 1933.
Marroquim, M., *A Língua do Nordeste*, S. Paulo, 1934.
Melo, G. C., *A Língua do Brasil*, Rio, 1946.
Mendonça, R., *A Influência Africana no Português do Brasil*, 2.ª edição, S. Paulo, 1935.
Raimundo, J., *O Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa*, Rio, 1933.
Ribeiro, João, *A Língua Nacional*, 2.ª edição, S. Paulo, 1933.
Sá, F. F., *A Língua Portuguesa*, S. Luís, 1915.
Sampaio, T., *O Tupi na Geografia Nacional*, 3.ª edição, Salvador, 1928.
Sanches, E., *Língua Brasileira*, S. Paulo, 1940.
Silva Neto, S., *História da Língua Portuguesa*, Rio, 1952.
Silva Neto, S., *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Rio, 1950.
Silveira, A. F. S., *A Língua Nacional e Seu Estudo*, Rio, 1921.
Soares, A. J. M., *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 2.ª edição, 2 vols., Rio, 1956.
Vale, Q., *Da Influência Tupi no Português*, Rio, 1925.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abbeville, C. — 258
Abreu, Casimiro de — 235, 242, 295, 306, 313, 336, 337, 338, 339, 353, 640, 641
Abreu, F. Bonifácio de — 318
Abreu, J. — 622
Abreu, J. Capistrano de — 91, 92, 94, 251, 279, 286, 354, 368, 380, 401, 447, 492, 627, 638, 642, 649, 653
Abreu e Lima, J. I. — 141, 225, 249, 622
Abreu, R. — 654
Ackerman, F. — 642
Adam, P. — 444
Aderaldo, M. Soriano — 622
Adet, Emílio — 219
Afonso III, D. — 45
Afonso, J. — 45
Agostini, A. — 173
Aires do Casal, M. — 117, 121, 124, 130, 161, 239
Aita, Zina — 563
Albano, J. — 459, 467, 647
Albuquerque, Duarte — 83, 94
Albuquerque, Jerônimo de — 78
Albuquerque, Mateus — 627
Alcântara Machado, A. — 543, 574
Alcântara Machado, J. — 50, 63, 232, 505, 520, 573
Alencar, Heron de — 329, 330, 331, 332, 333, 619
Alencar, José de — 207, 216, 217, 228, 254, 266, 267, 271, 272, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 286, 288, 289, 290, 291, 293, 297, 314, 320, 321, 323, 326, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 357, 366, 403, 417, 642, 643
Alencar, Mário de — 517, 520, 627, 642
Alencastro, João de — 96
Alincourt, D' — 175
Almeida, Fialho de — 447
Almeida, Filinto de — 443, 447, 459, 466
Almeida, Fortunato de — 636
Almeida, José A. — 573
Almeida, J. J. Correia de — 318
Almeida, Guilherme de — 526, 536, 563
Almeida, Júlia L. de — 441, 493, 513
Almeida, M. — 598
Almeida, M. Antônio de — 217, 222, 227, 228, 229, 230, 243, 252, 253, 337, 338, 558
Almeida, M. Osório de — 627
Almeida, P. — 630
Almeida Nogueira, B. C. — 90, 317, 318, 631
Almeida Prado, J. F. — 108, 563
Alphonsus, João — 332, 557, 558, 578
Altavila, J. — 627
Alvarenga, L. J. — 322

Alvarenga Peixoto — 78, 114, 156, 634
Álvares, Diogo — 259
Álvares, J. T. — 160
Álvares de Azevedo — 216, 220, 221, 223, 235, 247, 298, 303, 338, 353, 639
Alves, Constâncio, 401, 493, 512, 640, 652
Alves Filho, F. M. R. — 638
Alves, I. — 627
Alves, J. Luís — 630
Alves, Oswaldo — 560, 599
Amado, Gilberto — 350, 357, 360, 372, 375, 441, 445, 472, 473, 474, 485, 559, 567, 572
Amado, Jorge — 550, 552, 553, 561, 562, 599
Amália, Narcisa — 338, 460, 640
Amaral, Amadeu — 460, 470, 642, 652, 656
Amaral, L. — 649
Amora, A. Soares — 619, 622
Amzalak, M. B. — 622
Ancona Lopes, Telê P. — 534, 541, 566, 567, 568, 574
Anchieta, J. — 51, 62, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 95, 96, 110, 111, 114, 150, 152, 631, 632
Anchieta, Juan de — 90
Andrada e Silva — A. Carlos — 175
Andrada e Silva, J. Bonifácio de — 117, 121, 124, 131, 215, 217, 220, 239, 335, 634, 635, 642
Andrada e Silva, M. Francisco — 175
Andrade, Carlos Drumond de — 545, 546, 547, 548, 576
Andrade, G. Freire de — 108, 263
Andrade, J. Cordeiro de — 560, 579
Andrade, J. de Souza — 317
Andrade, J. M. Goulart de — 459, 467
Andrade, M. — 292, 526, 527, 528, 529, 530, 534, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 546, 556, 558, 563, 564, 565, 566, 567, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 590, 609
Andrade, Nuno de — 444
Andrade, O. — 526, 528, 531, 536, 543, 555, 563, 564, 566, 570, 571, 572, 573
Andrade, Rodrigo M. F. — 560, 579
Ango, J. — 259
Anjos, Ciro dos — 599, 619
Annunzio, G. D' — 447
Anselmo, M. — 655
Anselmo, A. J. — 626
Aquino e Castro — 448
Aquino, F. — 655
Aragon — 190, 197
Aranha, Graça — 352, 354, 371, 437, 443, 502, 504, 519, 527, 533, 536, 559, 562, 563, 567, 568, 569, 571, 573
Aranha, P. B. A. — 622
Araguaia (Visconde de) — 292
Araripe Júnior, T. A. — 96, 354, 358, 366, 367, 371, 376, 379, 402, 443, 622, 633, 634, 642, 646
Araújo, C. S. — 636
Araújo, H. B. — 652
Araújo, Murilo — 536, 572
Araújo Lima, P. — 220
Araxá (Visconde de) — 639
Arcos (Conde dos) — 184
Arinos, Afonso — 402, 412, 413, 414, 425, 653
Armitage, J. — 78
Assis Figueiredo Jr., Afonso Celso — 443, 472, 492, 510, 639
Aubrey Bell, F. G. — 638
Audiat, P. — 619
Auerbach, E. — 619
Autran Dourado, W. — 599
Aveiro — 44
Azara, F. — 630
Azeredo Coutinho — 176, 177
Azeredo, Magalhães de — 640
Azevedo, Aluísio — 339, 353, 356, 381, 388, 389, 390, 391, 392, 394, 397, 399, 400, 401, 443, 447, 640, 646, 647

Azevedo, Artur — 297, 353, 441, 442, 443, 459, 466, 501, 518, 650, 651
Azevedo, E. — 622
Azevedo, Fernando de — 77, 89, 310, 311, 595, 612, 622, 627, 639, 641
Azevedo, J. Lúcio de — 67, 95, 630, 632, 633
Azevedo Amaral, A. J. — 65, 66, 159, 188, 312, 440, 474, 475, 485, 486
Azorin — 619
Azurara, F. E. — 34, 45

B

Baeza, R. — 638
Bahia — 297
Baião — 636
Baldensperger, F. — 619
Balzac, H. — 190, 196, 290, 420, 421, 515
Bandeira, M. — 293, 444, 462, 465, 468, 469, 526, 536, 543, 546, 563, 571, 573, 574
Banville, T. — 464
Barata, Cipriano — 225, 249, 250
Barata, J. C. — 630
Barbalho, J. — 448
Barbosa, D. — 627, 634
Barbosa, F. de Assis — 625, 649, 655
Barbosa, Rui — 208, 339, 355, 416, 437, 438, 439, 443, 447, 448, 453, 497, 507, 510, 511, 616, 641, 649, 650
Barbosa, Machado — 92
Barbuda, P. J. — 622, 633
Barcelos, Rubens de — 424
Barléu — 80
Barquim, M. C. — 633
Barradas — 448
Barreira, D. — 622
Barreiros, A. — 466
Barrés, M. — 376
Barreto, J. Paulo — 493, 512
Barreto, M. Teles — 91
Barreto, R. Muniz — 175, 318
Barreto, Tobias — 314, 318, 339, 344, 351, 352, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 380, 387, 447, 474, 519, 645, 646
Barreto de Aragão, E. M. — 520
Barreto Filho — 652
Barros, A. — 632
Barros, A. Cardoso de — 47
Barros, João de — 351, 396
Barth, H. — 619
Basílio da Gama, J. — 78, 112, 113, 114, 128, 156, 263, 264, 282, 292, 634, 635
Bastide, Roger — 238, 463, 639, 642, 647, 655
Bastos, F. J. T. — 627
Bastos Tigre — 442
Bate, W. J. — 638
Bates — 184
Batista Cepelos, M. — 402, 460, 469
Bataglia, S. — 638
Baudelaire, C. — 357, 369
Baudoin, Charles — 537
Beauchat, C. — 646
Beckman, M. — 102
Bettencourt, Ana R. Góis — 236
Beviláqua, C. — 367, 371, 374, 375, 380, 444, 639, 645, 646
Bezerra, A. — 144, 636, 645
Bilac, Olavo — 95, 292, 293, 437, 441, 447, 457, 465, 642, 647, 648
Bittencourt, A. — 626
Bittencourt, E. — 437, 441
Bittencourt, L. — 622, 645
Blake, I. — 625
Blake, W. — 461
Bloem, R. — 127
Bocaiúva, Q. — 327, 492, 508, 627, 639
Boccacio — 190
Bodkin, B. A. — 418
Boileau — 619
Bolívar, S. — 141
Bom Sucesso, A. L. — 318, 627, 641
Bom Sucesso, V. J. — 318, 634

Bonet, C. — 192, 198, 619
Bonfim, M. — 65, 251, 285, 313, 368, 380, 444, 492, 567, 645
Bopp, Raul — 354, 536, 555, 560, 562, 569, 570, 595
Borba Filho, Hermilo — 598, 599, 614
Borba Gato — 50
Borges, A. César — 314
Borges da Fonseca — 165
Borges de Barros, D. — 118, 132, 239
Bos, Charles du — 8, 29
Bosi, Alfredo — 532, 567, 570, 571, 576, 591, 594, 600, 603, 604, 607, 610, 611, 614, 615, 616, 617
Bossuet — 351
Bouganinville — 171
Boutterwed — 214
Braga, Ernane — 563
Braga, G. H. de Almeida — 317
Braga, Rubem — 560, 596
Braga, T. — 627, 634, 636
Brandão, B. A. — 318
Brandão, O. — 645
Brandão, T. — 634
Brandes, G. — 638
Brás, Florentino — 370
Breyner — 139
Brasil, Z. — 459, 467
Brecheret, Vitor — 563
Brito, B. G. — 95
Brito, J. Saturnino de — 569
Brito, Mário da Silva — 563, 568
Brito Freire, F. — 83, 94
Broca, Brito — 289, 396, 441, 445, 463, 567, 627, 649, 652
Brotero — 159
Brunitière, F. — 399, 646
Bruno, E. S. — 639
Bruzzi, N. — 641, 653
Bryce, J. — 180
Bruckle — 28, 364, 418
Bueno, F. S. — 656
Burton — 185
Bus, D. — 139
Byron — 211, 298, 312

C

Cabo (Morgado do) — 156
Cabral, D. Guedes — 375
Cabral, L. G. — 630, 632
Caetano, J. — 175, 639
Caetano, João — 175
Caieiro, J. — 630
Caillois, R. — 620, 638
Calado, M. — 83, 94, 263, 632
Calasãs, P. — 317
Caldas Barbosa, D. — 113, 122, 128
Caldecleugh — 185
Caligaris, Claudios — 537
Callage, R. — 411, 421, 424
Calmon, P. — 65, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 162, 187, 188, 236, 239, 244, 285, 288, 310, 313, 369, 485, 623, 641
Calógeras, J. P. — 149, 630
Câmara, E. — 314
Câmara, F. — 639, 641
Câmara Júnior, J. M. — 620
Camarão, F. — 263
Caminha, A. — 393, 394, 401
Caminha, P. Vaz de — 258, 270
Camões, L. — 53, 105, 113, 114, 115, 158, 283, 313, 328, 396
Campanella — 270
Cairu (Visconde de) — 163, 175
Campos, H. — 521, 623, 627, 642
Campos, J. Pinto de — 334
Cândido, A. — 236, 237, 238, 242, 271, 354, 562, 565, 570, 597
Caneca, J. do Amor Divino — 118, 133, 139, 144, 158, 163, 555
Cardim, F. — 42, 52, 73, 82, 91, 632
Cardim, I. — 91
Cardoso, A. — 90, 631
Cardoso, Lúcio, 555, 561, 579
Cardozo, Joaquim — 596, 612
Carel, E. — 632
Carilla, E. — 633
Carneiro, B. — 50
Carneiro, D. Gomes — 82, 93, 111
Carneiro, Édison — 316, 641
Carneiro, M. — 645
Carneiro, Ribeiro E. — 453, 492, 507, 649
Carpeaux, O. M. — 597, 613, 625, 626, 627
Carpenter, Luiz F. — 575
Carvalho, Aderbal de — 367, 398
Carvalho, Afonso de — 647
Carvalho, Alfredo de — 623, 626, 627, 636, 645, 646
Carvalho, Carlos de — 448
Carvalho, Elísio de — 493, 512, 623, 627
Carvalho, Horácio de — 388, 399, 402
Carvalho, J. — 636
Carvalho, José Cândido de — 599
Carvalho, J. T. — 556
Carvalho, L. R. — 649
Carvalho, M. A. Vaz de — 314, 627, 649
Carvalho, M. C. V. — 647
Carvalho, Marques de — 388, 399, 402
Carvalho, Ronald de — 71, 95, 292, 505, 520, 536, 563, 572
Carvalho, T. Galvão de — 317, 334
Carvalho, Vicente de — 458, 465, 647
Carvalho Filho, J. E. de — 630
Carvalho Júnior, F. A. — 318, 459, 466
Carvalho de Mendonça, J. Z. — 448
Casasanta, M. — 652
Castagnino, R. H. — 620
Castelar, E. — 369
Castelnau, F. — 244
Castelo, A. — 562
Castelo Branco, C. — 447
Castelo, J. A. — 328, 329, 565, 570, 639, 641
Castro, A. A. — 642
Castro, G. P. — 158
Castro, T. L. — 368, 380, 636, 646
Castro Alves, A. — 235, 247, 295, 307, 308, 309, 310, 314, 315, 316, 317, 338, 339, 357, 372, 373, 378, 427, 457, 640, 641, 642
Catarina, D. — 51
Caudwell, L. — 620
Cavalcanti, L. — 373
Cavalcanti, O. M. — 647
Cavalcanti, Proença M. — 572, 607, 617
Cavalheiro, E. — 310, 311, 595, 613, 623, 641, 653, 655
Cavendish — 251
Caxa, Q. — 631
Cendrars, B. — 531
Cervantes, M. — 386
César, G. — 623
Cézane — 421
Chagas, M. P. — 642
Charcot — 356
Charlevoix — 630
Chateaubriand — 193, 269, 273, 279, 357
Chaucer — 190
Chaves, A. — 636
Chediak — 649
Chopin, F. — 563
Cícero — 78
Clemente, G. — 91
Cidade, H. — 632, 633, 637
Coaraci, J. A. Visconti — 334
Cochrane — 141
Coelho, J. A. — 94, 95
Coelho Neto, H. — 440, 441, 442, 443, 445, 447, 456, 493, 513, 650, 651
Coelho Neto, .P— 650
Coelho Rodrigues — 448
Cogny, P. — 646
Comte, A. — 351, 354, 355, 361, 364, 369
Conceição, Edgard — 562
Condé, José — 598, 599, 614
Condilac — 351
Constant, Benjamin — 144, 351, 374
Constantino, A. — 493, 639
Conte, A. — 573
Cooper, F. — 269, 279
Coppée, F. — 454

Corneille — 351
Corrêa, F. J. — 627
Correia, R. — 339, 437, 443, 447, 456, 462, 465, 647, 649
Correia, R. A. — 655
Cortesão, J. — 94
Costa, A. — 633
Costa, Duarte da — 90
Costa, B. — 646
Costa, C. Manuel da — 84, 95, 108, 111, 112, 115, 116, 125, 127, 156, 635, 636
Costa, Craveiro — 162, 163, 165, 188, 485
Costa, F. A. P. — 626
Costa, F. Lobo da — 318
Costa, Frutuoso — 51
Costa, J. A. Ferreira da — 132
Costa, Hipólito da — 98, 119, 120, 124, 133
Costa, Licurgo — 623
Costa, Lúcio — 73
Costa, M. Ramos da — 317
Costa, M. Rodrigues da — 157
Costa Filho, O. — 655
Costa, Lôbo — 34, 35
Coster, A. — 631
Coulanges, F. — 446
Coutinho, A. — 220, 608
Coutinho, Afrânio — 330, 417, 418, 528, 586, 590, 564, 623, 637, 652
Coutinho, Carlos Nelson — 567, 608
Coutinho, G. — 598, 599, 614
Coutinho, J. C. Lacerda — 318
Couto, D. — 351
Couto, D. L. — 110, 126, 633
Couto, Lourenço — 94
Couto de Magalhães — 273
Couto, P. — 628
Couty, L. — 230, 344
Critilo — 636
Croce, B. — 620
Cruls, G. — 512, 598, 613
Cruz Costa, J. — 208, 214, 243, 245, 349, 350, 354, 623
Cruz e Souza, J. — 456, 459, 460, 468, 652
Cunha, A. — 428
Cunha, E. — 415, 418, 421, 437, 458, 474, 487, 489, 495, 496, 497, 513, 533, 559, 567, 605, 616, 650, 651
Cunha, F. — 315
Cunha, F. Xavier da — 317
Cunha, T. — 628
Cunha Barbosa, J. — 215, 220, 245, 246, 637
Cunha Matos — 220
Cyzarz, H. — 620

D

Dacia, H. F. — 232
Dalmato — 244
Dampier — 171
Dantas, S. T. — 355, 437, 438, 448, 510, 650
Dante — 298
Dario, Ruben — 529
Daval, R. — 620
Debanné, N. J. — 639
Debret — 175, 219
Deffloux, L. — 646
Delfino, A. — 653
Delfino, L. — 456, 458, 465, 641
Delgado, L. — 650
Delpech, A. — 639
Del Picchia, Menotti — 536, 563, 564
Demóstenes — 78
Derby, O. — 345
Denis, F. — 215, 259, 623
Descartes — 351
Desplat — 357
Desprès, S. — 444
Deusdado, M. — 630
Dias, C. M. — 630
Dias, Teófilo — 339, 459, 462, 466, 647
Di Cavalcanti, E. — 526, 563
Diderot — 262
Dinis, A. — 104, 116
Dinis, Almáquio — 620, 628
Dinis, O. Rocha — 349
Dolores, C. — 388, 402, 441

Domingues, M. — 632
Donizetti — 244
Dória, E. — 639
Dória, F. — 444
Dornas Filho, J. — 628, 646
Dourado, M. — 133, 630
Dragomirescu, M. — 620
Dranmor — 109
Driver, D. M. — 642
Duarte, Antonio C. — 569
Duarte, Urbano — 443
Duguay-Trouin — 251
Dujardin, E. — 620
Dumesnil, R. — 646
Du Petit-Thours — 168
Duque Estrada, O. — 442, 492, 509, 628
Durão, J. Santa Rita — 78, 111, 112, 128, 156, 263, 264, 282, 292, 509, 635
Dutra e Melo, A. F. — 215, 219, 246
Dutra, E. G. — 584
Dutra, J. S. — 635
Dutra, W. — 623, 655

E

Edmundo, L. — 396, 442, 445, 446, 639, 650
Elia, A.D. — 197
Elia, S. — 639, 656
Eliot, T. S. — 620, 638
Ellis, Bernardo, 599
Elói Ottoni, J. — 117, 131, 635
Emerson, R. W. — 8, 29, 461
Engels, F. — 28, 29, 620
Enes, E. — 127, 635
Erasmo — 84, 260, 270
Ericksen, N. — 623
Ermatiner, E. — 620
Eschwege, W. L. — 149
Espronceda — 211
Ésquilo — 445
Eu (Conde d') — 369
Eurípedes — 445
Evreux, Y. — 258
Ewald — 354
Expilly, C. — 172, 187, 244

F

Facó, A. — 428, 526
Fagundes Varela, L. N. — 294, 298, 307, 314, 315, 336, 337, 338, 339
Falcão, A. — 462
Faria, A. — 444, 628, 636
Faria, Alberto de — 444, 521
Faria, O. — 562, 599
Farias Brito, R. — 437, 492, 508, 650, 651
Faustino, Mário — 596, 612
Feitosa — 233
Fernandes, D. Dias — 415, 426
Fernandes, S. — 628
Fernando, D. — 45
Ferreira, Ascenço — 596, 612
Ferreira, C. A. — 334
Ferreira, F. — 635
Ferreira, M. C. — 642
Ferreira, S. Pinheiro — 239
Ferreira, V. — 47
Ferreira Lima, H. — 316, 641
Ferreira Viana — 335
Ferro, Antonio — 537
Ferry, J. — 369
Feuillet, O. — 290
Fião, J. A. Vale Caldre — 422
Figueiredo — 233
Figueiredo, C. — 445
Figueiredo (Conde de) — 297
Figueiredo, F. — 620, 623, 626, 628, 635, 637, 638
Figueiredo, J. — 521, 628, 650, 653
Flaubert, G. — 28, 344, 384
Fleiuss, M. — 635
Fleury, L. G. C. — 160
Floresta, N. — 318
Fonseca, G. — 623
Fonseca, L. A. — 630
Fonseca, L. G. — 520
Fonseca, M. P. — 231
Fonseca, M. J. P. — 118, 122, 131, 239, 635

Fontes, Amando — 550, 551, 552, 553, 577
Fontes, A. O. — 563
Fontes, H. — 460, 469, 527, 647
Fontes, M. — 461, 469, 527, 648
Fontoura, A. — 459, 466, 641
Fontoura Chaves, A. — 318, 466
Fontoura, J. N. — 650
Fontoura Xavier — 462, 520
Ford, J. — 626
França, L. — 635
França Júnior, J. J. — 320, 328, 334, 643
France, A. — 444, 447, 620
Franco, A. — 628, 631
Franco, J. — 648
Freire, E. — 318
Freire, L. — 127, 131, 509, 637, 645
Freire, T. — 428
Freitas — 370, 447
Freitas, E. — 428
Freitas, J. A. — 327, 338, 639
Freitas, J. B. — 623
Freitas, N. — 628, 633
Freitas, S. — 401, 639
Freitas Júnior, O. — 655
Fréville, J. — 620
Freire, G. — 44, 65, 66, 67, 72, 73, 84, 96, 152, 153, 154, 155, 156, 161, 170, 173, 187, 203, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 287, 556, 575
Frieiro, E. — 597, 623, 628, 635
Fusco, R. — 655

G

Gaffarel, P. — 259, 270
Galeno, J. — 318, 337, 641
Gallois, E. — 419
Galvão, Walnice, N. — 615, 616
Gama, A. C. C. — 623, 626, 639
Gama, D. — 443, 444, 501, 518
Gama, L. — 317, 337
Gama Barros, H. — 34, 45
Gambetta, L. — 369
Gandavo, P. — 42, 82, 92, 110, 633
Ganot — 357
Garcia, O. M. — 642, 655
Garcia, R. — 91, 92, 94, 251, 259, 656
Garcia Redondo, M. — 443, 493, 513
Gardner, G. — 159, 171, 184, 185
Garnier — 128, 129, 216, 337, 338, 339, 440, 441, 442, 444, 576
Garret, A. — 112, 158, 328
Gasset, O. — 620
Gattina, M. A. — 73
Gaudie Ley — 129
Gautier, T. — 464
Gay, J. P. — 630
Chioldi, A. — 620
Gide, André — 583
Gil Vicente — 396
Gobineau — 297
Goethe, W. — 237, 244, 312, 386
Gomes, C. — 254, 286, 291
Gomes, E. — 311, 312, 597, 613, 632, 639, 652
Gomes, L. — 636
Gomes, P. — 628
Gonçalves de Magalhães, D. J. — 117, 209, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 245, 247, 258, 264, 271, 275, 287, 288, 289, 292, 320, 328, 329, 336, 640, 641
Gonçalves Crêspo, A. C. — 307, 314, 641
Gonçalves Dias, A. — 216, 217, 218, 246, 254, 264, 266, 272, 275, 276, 280, 282, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 307, 320, 321, 337, 338, 339, 353, 403, 457, 642, 643
Gonçalves Lêdo, J. — 220, 246
Goldberg, I. — 623
Goncourt — 421
Gonneville, P. — 258
Gonzaga, T. A. — 98, 114, 115, 116, 119, 128, 129, 133, 156, 635
Gonzaga Duque, L. — 447, 493, 512, 648
Gotaas, M. C. — 632
Gotuzzo, H. — 444

Goulart, João — 584
Gounod — 357
Gourmont, R. — 620
Graça, H. — 353, 442, 492, 507
Graham, M. — 169, 171, 183, 184, 235
Graz, J. — 563
Grieco, A. — 124, 271, 291, 308, 588, 608, 623, 628, 655
Grotius, H. — 262
Guanabara, A. — 443
Guaraná, A. — 626
Guinet — 344
Guimaraens, A. — 460, 469, 648
Guimarães, A. — 626, 645
Guimarães, A. M. — 645
Guimarães, B. — 318, 319, 324, 325, 326, 330, 332, 333, 337, 338, 339, 403, 641, 643
Guimarães, F. Pinheiro — 334, 337
Guimarães, M. F. de Araújo — 225, 239, 250
Guimarães Filho, L. — 520
Guimarães Júnior, L. — 337, 339, 444, 456, 458, 465, 648
Guimarães Passos, S. — 442, 443, 447, 459, 466
Guimarães Peixoto — 312
Guimarães Rosa, J. — 600, 601, 602, 603, 604, 606, 615, 616, 617
Gullar, Ferreira — 548, 576, 593, 594, 595, 596, 610, 611
Gusmão, A. — 110, 126
Gusmão, B. — 110, 126
Gutierrez, C. — 269
Guyau — 620

H

Haddad, J. A. — 131, 310, 316, 639, 641
Hazard, Paul — 638
Haeckel — 27, 369
Haerberg, W. — 563
Hartt, C. F. — 345
Hennequim, E. — 620
Henrique II — 259
Henriques, Luiz Sérgio — 532, 540, 567, 571, 576, 608
Heráclito — 616
Herculano, A. — 34, 45, 447
Hermann, J. B. — 630
Hernandez, P. — 630
Higino, J. — 370
Hoffman — 298
Holanda, A. B. — 420, 626
Holanda, S. B. — 71, 89, 124, 161, 163, 164, 166, 167, 187, 271, 275, 284, 287, 420, 487, 597, 623, 637, 641, 655
Homem de Melo (Barão de) — 444, 492, 508, 597
Homero — 78, 338
Horácio — 78, 121
Houaiss, Antonio — 589, 608
Hugo, V. — 175, 191, 193
Hiuizinga, J. — 31

I

Ibsen, H. — 470
Ickowics — 620
Inglês de Sousa, H. M. — 338, 339, 355, 392, 393, 394, 400, 401, 443, 653
Itaparica, M. S. Maria — 109, 112, 126, 175
Itier, A. — 183
Ivo, Ledo — 655
Ingenieros, José — 569

J

Jaboatão, A. S. Maria — 92, 109, 121, 125, 165, 633
James, H. — 620
Jansen, Carlos — 428
Jefferson — 145
Jesus, R. — 83, 94, 111
João III, D. — 47
João VI, D. — 116, 151, 158, 173, 239, 640
Josephson, M. — 646
Juçá, (Filho) — C. — 95, 642, 652
Júlia da Silva, F. — 459, 467

Júlio, S. — 86, 96, 623, 633, 634
Junqueira Freire, L. J. — 216, 307, 314, 337, 641
Jurandir, Dalcídio — 562, 597
Jurema, A. — 628, 655
Justino — 371

K

Kant, E. — 175, 371
Kayser, W. — 620
Kidder — 150, 162
Kindersley — 171
Konder, Leandro — 567, 608
Kopke, C. M. — 655
Koster, H. — 159
Kubitschek, J. N. — 318
Kubitschek, Juscelino — 584

L

La Blache, P. V. — 27, 30, 348, 399, 419
Lacerda — 345
Lacerda Filho, J. — 650
Lacerda, V. C. — 623
Lacombe, P. — 620
Lacroix — 312
Ladislau Neto — 345
Laemmert — 216, 337
Laet, C. — 441, 442, 443, 492, 508
Lafetá, João Luiz — 565, 566, 568, 574, 575, 576, 608
Lafitau — 262
Lago, C. — 442
Laje, D. V. Barbosa — 117, 130
Lalo, C. — 620
Lamego, A. — 635
Lanson — 8, 9, 29, 620
Larnac, J. — 620
Las Casas, B. — 256, 259, 269, 270
Lavelle, L. — 212, 244
Lavradio (Marquês do) — 129
Leal, A. H. — 252, 327, 335, 337, 357, 626, 628, 630
Leal, J. C. — 334
Leal, Hugo — 318, 334
Lagendre — 312
Leitão, C. M. — 158, 160, 186, 187
Leite, Serafim — 74, 79, 89, 91, 630, 631, 633
Leite, Solidônio — 95, 127, 368, 380, 357
Leite de Vasconcelos — 109
Leme, P. — 51
Lemos, Mécia — 92
Lemos, Miguel — 343
Lemos, Brito — 144, 158, 163
Lênin, N. — 568
Leoni, R. — 460, 470, 648
Leopoldina (Conde de) — 297
Le Pape, P. — 621
Le Play, F. — 364, 418, 447
Léry — 258
Le Sage — 386, 420
Lessa, A. — 641
Lessa, Orígenes — 599
Lessa, P. — 492, 508
Lessa, A. J. — 235, 317, 338
Lessa, V. T. — 628
Leserre, P. — 638
Leuenroth, Edgard — 569
Licínio Cardoso, L. — 351, 628, 650
Licínio Cardoso, V. — 350, 494, 512, 628
Lima, Amoroso A. — 31, 208, 396, 397, 465, 526, 527, 532, 541, 543, 548, 564, 573, 585, 588, 597, 607, 621, 623, 628, 648, 650, 652, 653, 655
Lima, Augusto de — 459, 467, 648
Lima, A. Sabóia — 628
Lima Barreto, A. H. — 440, 489, 505, 506, 507, 520, 521, 533, 540, 567, 569, 572, 649, 650
Lima, Hermann — 639, 655
Lima, Hermes — 352, 369, 371, 373, 575, 645
Lima, Jorge de — 536, 543, 573, 574
Lima, M. — 623
Lima, R. T. — 634
Lima e Silva, L. A. — 245
Lima Júnior, A. — 635
Lineu — 159

Linhares, M. — 623
Linhares, T. — 639
Lins, A. — 31, 565, 576, 577, 588, 608, 626, 650, 655
Lins, E. — 623
Lins, I. — 632
Lira, R. — 575, 645
Lisboa, J. F. — 216, 226, 227, 230, 251, 252, 253, 293, 337, 353, 632, 643
Lisboa, J. S. — 632
Lisle, L. — 464
Lispector, Clarice — 562, 600, 614, 615
Llarena, M. — 90
Lobato, J. B. Monteiro — 403, 416, 417, 427, 428, 533, 559, 567, 653
Lobo, Aristides — 442, 443
Lobo, Artur — 318, 334
Lobo, H. — 444, 641
Locke, J. — 262, 312
Loewenstmann, K. — 626
Loiola, L. — 653
Lope de Vega — 158
Lopes, A. C. — 318
Lopes, B. — 648
Lopes, B. C. — 447, 459, 463, 468
Lopes, J. F. — 326
Lopes, O. — 441
Lopes, R. — 287
Lopes, T. — 493, 513
Lopes Gama, M. S. — 118, 132, 143, 174, 202, 236
Luccock, J. — 176, 232, 284
Lukács, G. — 6, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 238, 244, 396, 420, 470, 621, 638
Luso, J. — 628
Luz, F. — 628
Luiz Rio — 608
Lyra, Roberto — 575

M

Mably — 239
Macedo, A. S. — 95
Macedo, J. M. — 209, 216, 217, 222, 223, 224, 228, 230, 236, 237, 242, 248, 266, 271, 280, 319, 320, 322, 326, 328, 329, 330, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 563, 626, 643, 644
Macedo, S. D. T. — 637, 639
Macedo Costa, A. — 493, 510
Macedo Soares, J. C. de — 562
Machado Aníbal — 598, 613
Machado, Dionélio — 560, 561, 599
Machado, L. G. — 628, 635
Machado de Assis, J. M. — 25, 237, 282, 293, 311, 312, 314, 320, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 355, 379, 385, 387, 388, 397, 399, 424, 437, 440, 441, 442, 443, 447, 456, 458, 462, 466, 489, 497, 498, 499, 500, 501, 507, 508, 509, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 540, 628, 641, 645, 650, 651, 652
Machado Filho, A. M. — 621
Machado de Oliveira, J. J. — 225, 249
Maciel Monteiro, A. P. — 317, 641
Madre de Deus, G. — 110, 125, 126, 633
Madruga, M. — 47
Magalhães, B. — 623, 643
Magalhães, Celso — 334, 352, 353, 354, 398, 401
Magalhães, Fernando de — 639
Magalhães, Fernão de — 258
Magalhães, J. V. Couto de — 334, 353
Magalhães, V. — 628
Magalhães Júnior, R. — 514, 644, 650
Magnino, B. — 638
Maia, Alcides — 410, 411, 421, 424, 514, 639, 647, 652, 653
Maia, J. J. — 145
Maine de Biran — 312
Malfatti, Anita — 563

Mallarmé, S. — 463
Mallet, P. — 337, 402
Malheiro, P. — 337
Mangabeira, J. — 650
Mangabeira, F. — 318
Marchant, A. — 45
Marinho, H. — 623
Marini — 158
Maritain, J. — 575
Marques, Oswaldino — 617, 621
Marques, X. — 415, 427, 628, 642, 653, 656
Marroquim, M. — 656
Martino, P. — 646, 648
Martim, Francisco — 175
Martins — 171, 175, 313
Martins, Ciro — 597, 599
Martins, Ivan Pedro de — 597
Martins, L, — 639
Martins, M. — 624
Martins, W. — 624, 628
Martins Júnior, J. I. — 367, 379, 648
Martins Pena, L. C. — 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 247, 320, 328, 329, 639, 644, 646
Marx, K. — 29, 361, 541
Mata Machado, A. — 315, 643
Massena, F. — 90
Massis, H. — 638
Matias Aires — 110, 111, 127
Matos, E. — 78, 82, 93, 111, 156
Matos, G. — 74, 78, 83, 85, 86, 87, 88, 95, 96, 106, 156, 366, 633, 634
Matos, M. — 652, 653
Mauá (Barão de) — 297
Maurras, C. — 376
Maury, P. — 621
Mawe, J. — 172
Maximiliano, C. — 144
Maykink — 297
Medeiros e Albuquerque, J. J. C. — 441, 442, 443, 444, 492, 509, 628, 650
Medina, F. Diez — 562
Meeus, A. — 638
Meireles, M. — 624
Meireles, V. — 286
Melo, A. J. — 133
Melo, A. L. N. — 648, 655
Melo, C. C. Toledo e — 156
Melo, F. M. — 61
Melo, G. C. — 656
Melo, P. C. Canto e — 388, 402
Melo Franco, A. A. de — 47, 67, 83, 96, 166, 187, 264, 269, 270, 271, 285, 287, 312, 403, 425, 487, 628, 629, 635, 636, 643, 656
Melo Franco, C. — 127
Melo Franco, F. — 117, 122, 130, 263, 264
Melo Morais, A. J. — 232, 334, 337, 338, 339, 492
Melo Morais Filho, A. J. — 89, 327, 339, 442, 509, 624, 637, 639
Melo Neto, João Cabral de — 596
Mendes, C. — 94
Mendès, J. Catulle — 144
Mendes, O. — 657
Mendes, M. Odorico — 216, 227, 252, 307, 313, 336, 338, 353, 656
Mendes, Murilo — 546
Mendes, Júnior J. — 630
Mendonça, C. S. — 376, 624, 635, 645, 650
Mendonça, I, — 644
Mendonça, L. — 442, 443, 448, 462, 501, 518
Mendonça, R. — 656
Mendonça, S. — 443, 444, 493, 512
Meneses, A. S. — 317
Meneses, D. — 624
Meneses, E. — 445, 460, 469
Meneses, L. C. — 133
Meneses, R. — 648
Meneses, V. F. César de — 108
Menucci, S. — 629, 636, 652
Mercês, A. J. — 139
Meron, M. G. — 624
Merquior, José G. — 565, 571, 575, 608
Messalina — 247

Metastásio — 351
Meyer, A. — 290, 291, 417, 419, 421, 422, 423, 424, 425, 514, 596, 612, 621, 629, 652, 653
Michaud, G. — 621
Miguelinho (Padre) — 139
Milliet, S. — 526, 538, 570
Milton, J. — 351
Mirales, J. — 109, 125
Miranda — 141
Miranda, A. C. — 629
Miranda, V. — 629
Mocquet, J. — 258, 264
Moniz Barreto, A. A. B. — 232
Montaigne — 216, 262
Montalboddo — 258
Monte Alegre, D. — 648
Mont'Alegre, O. — 645
Monteiro, C. — 81, 89, 113, 128, 642
Monteiro, T. — 629, 639, 650
Montalverne, F. — 175, 216, 217, 219, 245, 246, 281, 295, 336, 337, 644
Montelo, J. — 400, 643, 647, 650
Montemor, J. — 158
Montenegro, A. — 624, 639
Montenegro, J. B. — 624
Montenegro, O. — 212, 242, 243, 244, 245, 291, 332, 334, 335, 397, 400, 461, 576, 577, 596, 613, 639
Montenegro, T. H. — 621, 639
Montesquieu — 144, 262, 351
Montezuma, F. J. A. — 220, 276, 286
Montigny, G. — 273
Montoya — 630
Moog, O. V. — 536
Morais, C. D. — 629, 656
Morais, D. — 631
Morais, Eduardo J. de — 568
Morais, Eneida de — 596, 612
Morais, F. — 634
Morais, J. F. Cardoso de — 313
Morais, M. — 82, 91, 93
Morais, P. — 570, 596
Morais, Prudente de — 434, 615
Morais, R. — 416, 427, 652
Morais Neto, P. — 248, 612, 640
Morais, R. Borba de — 626
Morais, Vinícius de — 555, 560, 595
Morais e Silva, A. — 117, 131
Moreira de Azevedo, M. D. — 313, 334, 634
Moreira, J. — 632
Moreno, D. C. — 83, 94
Moreno, Mariano — 141
Moreno, M. S. — 268
Mornet, D. — 638
Mororó (Padre) — 139
Morus, T. — 260, 261
Mota, A. — 108, 125, 127, 624, 643, 647
Mota Filho, C. — 629, 640, 642
Mota, L. — 640, 647
Moura, C. — 91
Moura, C. Lopes de — 118, 132, 329
Mourão, A. — 441
Moya, Antonio — 563
Müller, F. — 345, 459, 468
Müller, M. — 354
Muniz, G. — 640
Muniz, H. — 629
Muniz Barreto, F. — 175, 317
Munro, T. — 621
Murat, L. — 443, 447, 459, 467, 648
Múrias, M. — 637
Muricy, Andrade — 462, 469, 629, 648
Musset, A. — 211

N

Nabuco, J. — 156, 210, 231, 234, 281, 375, 437, 442, 443, 447, 473, 474, 489, 494, 497, 513, 517, 519, 642, 650, 652
Nabuco de Araújo, T. — 473, 494
Nascimento, A. — 640
Navarro, A. — 90
Navarro de Andrade — 239, 312
Neiva, V. F. — 635

Nestor, O. — 640
Neme, M. — 656
Neves, F. — 624
Neves, J. G. A. — 635
Neves Sobrinho, F. — 388, 402
Nery, F. — 652
Ney, P. — 443, 445, 520
Niemeyer, Oscar — 612
Nina Rodrigues, R. — 575
Nóbrega, Manuel da — 75, 80, 82, 91, 633
Nóbrega, Melo — 648
Nogueira, H. — 629
Nogueira, J. L. Almeida — 640
Nogueira Filho, Paulo — 569
Norberto, J. — 94, 129, 245, 327, 328, 329, 330, 334, 335, 337, 338, 339, 624, 644
Noronha, Santos de — 440
Nunes, A. — 635
Nunes, C. — 242, 243, 313, 316
Nunes, J. J. — 93
Nunes, M. T. — 377, 378, 645

O

Odum, H. W. — 418
O'Higgins, B. — 141
Olimpio, D. — 414, 426, 647
Olinto, A. — 656
Olympio, José — 576
Oliveira, Alberto de — 339, 443, 447, 456, 464, 648
Oliveira, Antônio de — 402, 464
Oliveira, Artur de — 456, 464
Oliveira, C. Batista de — 232
Oliveira, Fernão de — 71
Oliveira, Felipe d' — 656
Oliveira, Franklin — 566, 568, 574, 575, 576
Oliveira, J. J. Machado de — 225, 249
Oliveira, J. M. Cardoso de — 428
Oliveira, J. Osório de — 253, 254, 624
Oliveira, M. Botelho de — 106, 109, 110, 111, 114, 115, 124, 125, 158, 635
Oliveira, O. M. B. — 635
Oliveira Lima, M. — 249, 444, 492, 510, 637, 640, 650
Oliveira, Numa de — 562
Oliveira, U. Duarte — 334
Oliveira Viana, F. J. — 1, 20, 26, 31, 44, 46, 50, 52, 63, 64, 149, 150, 164, 165, 231, 317, 418, 441, 474, 486, 505, 520, 556, 567, 572, 625, 652
Orban, V. — 624, 652
Orciuoli, H. — 648
Orico, O. — 643
Orlando, A. — 367, 373, 447, 621, 645
Orta, T. M. da Silva e — 127
Osório, J. C. — 635
Otaviano, F. — 281, 288, 318
Otávio, R. — 443, 650
Otávio Filho, R. — 653
Ovídio — 78

P

Pacheco, F. — 493, 511
Pádua, C. T. — 231
Pais Leme, F. D. — 51
Pais, J. P. — 89
Pais, J. S. — 108
Paiva, A. — 444
Paiva, M. Oliveira — 414, 426
Paiva, T. B. — 626
Paixão, M. — 624
Palha, A. — 651
Palha, J. R. — 92
Palhares, V. — 318
Palmério, Mário — 599
Palmerston — 231
Papi Júnior, A. — 402
Paraguaçu — 259
Paranhos, H. — 640
Passos, A. — 624
Pati — 244
Patrocínio, J. C. do — 334, 355, 443, 492, 499, 508
Paula Brito, F. — 215, 216, 220, 223, 246, 248, 336, 498, 514

Paula Martins, M. L. — 82, 89, 90, 631
Paulo Netto, José — 567, 608
Pederneiras, M. — 460, 469
Pedro Américo — 254
Pedro, F. — 175
Pedro Ivo — 247, 309
Pedro I — 250, 274
Pedro II — 159, 273, 304, 444, 476, 515
Péguy, C. — 376
Peixoto, A. — 78, 95, 96, 124, 131, 156, 217, 218, 415, 426, 487, 624, 626, 629, 634, 642, 653
Peixoto, A. C. M. — 644
Peixoto, F. — 349, 431, 434, 518
Peixoto, R. — 345
Pelayo, M. — 621, 638
Pena, Cornélio — 562, 579
Pena, Ferreira — 345
Pena Júnior, A. — 95, 632
Penteado, Alberto — 562
Penteado, Armando — 562
Peregrino, U. — 651
Peregrino Júnior — 527, 528, 529, 534, 539, 564, 568, 571, 596
Pereira, A. — 45, 46, 237, 349, 355, 514, 516, 518, 612, 640, 652
Pereira, J. C. — 220, 274
Pereira, L. M. — 287, 288, 292, 293, 311, 333, 355, 398, 399, 400, 401, 403, 415, 416, 419, 421, 422, 426, 427, 514, 515, 516, 518, 596, 613, 624, 643
Pereira, L. R. — 357, 379, 437, 447, 448, 492, 508, 652
Pereira, N. M. — 106, 109, 111, 125, 633
Pereira da Silva, A. J. — 460, 469
Pereira da Silva, J. M. — 9, 29, 94, 129, 225, 249, 322, 328, 329, 330, 334, 443, 626, 629, 637, 640, 644
Pereira, V. S. — 645
Peretti, J. — 84, 96, 635
Pericot — 286
Perié, E. — 637
Perneta, E. — 460, 469, 648
Pessoa, Frota — 634, 647
Peyre, H. — 621
Pfeiffer, I. — 172
Piacenza, D. — 73
Picanço, M. — 645
Picard, R. — 638
Piccarolo, A. — 640
Pigafetta — 258, 262
Pimenta, Joaquim — 575
Pinheiro, A. — 428
Pinheiro, J. — 624
Pinheiro, J. C. Fernandes — 327, 335, 337, 624, 630
Pinheiro, J. F. — 118, 132, 220, 313
Pinheiro, M. P. — 644
Pinheiro Guimarães, F. J. — 245, 337, 644
Pinho, W. — 640
Pinto, E. Roquette — 286, 651
Pinto, Elzeário L. — 318
Pinto, Estêvão — 286
Pinto, M. S. — 643
Pinto, P. — 651
Pinto, L. A. C. — 576, 656
Pinto Coelho, J. M. V. — 281
Pinto Ferreira — 624, 645
Pinto Júnior — 370
Pirajá da Silva — 92
Pirenne, H. — 38
Pires, H. — 642
Piza, M. — 629
Pizarro e Araújo, J. S. A. — 117, 121, 124, 130, 161, 239
Pohl — 161
Poizat, A. — 648
Pombal (Marquês de) — 77, 108
Pommier, J. — 621
Pompéia, R. — 339, 459, 467, 489, 501, 502, 519
Pompeu, A. — 629
Ponsard — 248
Ponte (Conde da) — 184
Pontes, C. — 51
Pontes, E. — 648, 651, 652
Portinari, C. — 254

Porto, A. — 630
Porto, Sérgio — 596, 612
Porto Alegre, A. — 337, 338, 355, 419, 422
Porto Alegre, M. A. — 175, 209, 215, 217, 219, 220, 221, 245, 264, 317, 355, 408, 641, 642
Porto-Carrero, J. P. — 575, 655
Portugal, M. — 175
Povina, A. — 571
Prado, Antonio — 569
Prado, E. — 437, 444, 492, 629
Prado, Martinho — 562
Prado, P. — 310, 311, 313, 484, 488, 493, 509, 510, 562, 563, 573
Prado Júnior, Antonio — 562
Prado Júnior, C. — 149, 349, 575, 629
Prata, Ranulfo — 598, 613
Prisco, F. — 651
Proust, M. — 463
Prsirembel, Georg — 563
Puffendorf — 262
Putnam, S. — 624
Pujol, A. — 492, 509, 562, 652
Pyrard de Laval, F. — 258

Q

Quadros, Jânio — 584
Queiroga, J. S. — 274, 317, 334
Queirós, Amadeu de — 598, 613
Queirós, Eça de — 385, 386, 387, 390, 396, 397, 398, 447
Queirós, Eusébio de — 231, 575
Queirós, Raquel de — 548, 550, 553, 555, 560
Queirós, V. — 459, 466
Queirós Lima, E. — 575
Quevedo — 87, 106, 351
Quirino, D. — 372

R

Rabelais — 261
Rabelo, A. — 653
Rabelo, L. — 216, 235, 307, 314, 338, 642
Rabelo, M. P. — 96
Rabelo, P. — 443, 459, 467
Rabelo, S. — 443, 459, 467, 597, 612
Raimundo, J. — 656
Racine — 351
Ramalho, Ortigão — 447
Ramiz Galvão, B. F. — 492, 508, 629
Ramos, A. — 575
Ramos, A. Guerreiro — 30, 374, 418, 486, 487, 488
Ramos, G. — 555, 557, 558, 561, 564, 578, 599, 601, 615, 653
Ramos, H. de Carvalho — 414, 422, 426
Ramos, P. E. da Silva — 462, 464
Ramos da Silva, J. — 127
Rangel, A. — 187, 313, 415, 421, 427, 492, 508, 651
Rangel, G. — 428, 560, 579
Rangel, I. — 45
Ratzel — 418
Raynal — 239, 262
Rebelo, Castro — 575
Rebêlo, J. S. — 220
Rebêlo, M. — 557, 558, 560, 561, 578, 599, 616
Rebouças, A. P. — 335
Recalde, J. F. — 631
Recife (Marquês do) — 156
Rego, J. Lins do — 550, 554, 555, 562, 577
Rego Monteiro, Vicente — 563
Reis, Aarão, 47
Reis, A. S. — 626
Rembrandt — 421
Remédios, M. — 624, 637
Renan, E. — 351, 354
Renard, G. — 621
Resende, E. — 648
Rezende, Leônidas de — 575
Reyes, A. — 29, 541
Ribas — 371
Ribeiro, A. — 352
Ribeiro, F. B. — 245
Ribeiro, Gilvan P. — 567, 608

Ribeiro, I. — 51
Ribeiro, J. Martins — 563
Ribeiro, J. S. — 624, 637
Ribeiro, João — 108, 125, 127, 239, 447, 459, 466, 504, 520, 533, 552, 559, 572, 629, 634, 636, 643, 646, 650, 656
Ribeiro, Joaquim — 157, 636
Ribeiro, Júlio — 338, 388, 394, 399, 401, 646, 647
Ribeiro, L. — 653
Ribeiro, S. Nunes — 133, 219, 245
Ricardo, Cassiano — 543, 573, 574
Richard, J. O. — 621
Rio Branco (Barão do) — 78, 492, 508
Rios Filho, A. M. — 640
Rizzini, C. — 133, 624
Rocha, J. J. — 225, 250, 328, 329, 335
Rocha, L. — 415, 426
Rocha Lima, R. — 327, 338, 353, 354, 647
Rocha, T. J. — 250
Rocha Pita, S. — 109, 111 , 112, 125, 156, 633
Rocha Pombo, J. F. — 492, 509
Rodrigues Alves, Oscar — 562
Rodrigues, Barbosa — 353
Rodrigues, G. — 51
Rodrigues, L. — 642
Rodrigues, P. — 631
Rodrigues, T. — 643
Rodrigues Alves — 439
Rodrigues Lapa — 129
Rolim, J. S. de Oliveira — 156, 157
Roma (Padre) — 139, 249
Romero, L. — 645
Romero, S. — 2, 3, 4, 5, 6, 10, 12, 19, 20, 28, 30, 31, 70, 72, 81, 82, 87, 89, 95 96, 97, 109, 114, 115, 116, 124, 125, 128, 129, 208, 219, 344, 345, 351, 353, 354, 358, 363, 364, 365, 366, 371, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 437, 447, 468, 474, 475, 479, 480, 485, 486, 487, 488, 502, 504, 508, 620, 624, 625, 644, 646, 647, 652
Rónai, P. — 86, 96, 124, 253, 601, 602, 603, 604, 615, 617
Ronsard — 261
Rousseau, J. J. — 239, 260, 262, 264
Royer Collard — 312
Rudler, G. — 621
Rudolfer, Bruno — 636
Russo, L. — 621

S

Sá, A. — 82, 93
Sá, B. — 231
Sá, F. F. — 576
Sacramento Blake, A. V. — 264, 625, 626
Sacramento, L. — 175
Saez, B. S. — 625
Sainte-Beuve — 354, 445
Saintonge — 258
Saint-Hilaire — 90, 160, 161, 162, 174, 181, 188
Salamonde, E. — 441
Saldanha, J. Natividade — 118, 132, 338
Sales, A. — 402, 415, 426, 442, 443
Sales, M. C. — 434, 439, 441, 442
Sales Torres Homem, F. — 219, 245, 334
Salgado, Plínio — 555, 560, 569, 571, 573, 577
Salomão — 131
Salvador, V. — 78, 82, 92, 156, 633
Salusse, J. — 467
Sampaio, F. L. Bittencourt — 318
Sampaio, F. L. T. de Jesus — 139, 175
Sampaio, J. Z. Rangel — 334
Sampaio, L. P. — 625
Sampaio, T. — 631, 656
Sampaio, Walter — 609
Sanches, E. — 656
San Martin — 141

Santos (Marquesa de) — 272
Santos, A. L. — 626
Santos, F. L. — 428
Santos, J. C. — 320, 328
Santos, J. F. — 334
Santos, L. G. — 118, 131
Santos, Nestor Victor dos — 493, 512, 573
Santos Filho, F. — 640
Santos Lobo, L. — 444
São Carlos, F. — 118, 131, 175, 239
Saraiva, J. A. — 430, 436
Sardinha, A. — 51
Sartre, J. P. — 461
Satie, Erik — 563
Scève, M. — 463
Scheler, M. — 621
Scherer — 354
Schiller — 244
Schmidel, U. — 258
Schmidt, Afonso — 573, 598, 599, 613
Schmidt, Augusto F. — 546
Schuncking, L. — 621
Schwarz, Roberto — 527, 564, 571, 615
Scott, W. — 273, 420
Seabrà — 370
Seabra, Bruno — 318, 334, 337, 642
Seabra, J. J. — 507
Sebrão, Sobrinho — 646
Seidl, R. — 651
Seignobos — 357
Seilliere — 638
Sellin — 234
Seixas, A. — 651
Seixas, M. Dorotéia — 129
Sêneca — 150.
Sérgio, A. — 44, 45, 46
Serpa, P. — 651
Serqueira, F. M. B. — 648
Serra, J. D. de Lisboa — 219, 246
Serra Sobrinho, J. M. — 318, 335, 625
Serrano, J. — 651
Shakespeare — 262, 298, 386
Setúbal, P. — 521
Silva, A. José da — 104, 110, 111, 126, 328
Silva, C. — 649
Silva, G. — 441
Silva, G. da Costa e — 318, 461, 470
Silva, I. A. Cerqueira — 334
Silva, Inocêncio F. da — 627
Silva, J. de Morais — 318
Silva, J. M. Velho da — 334
Silva, J. Pinto da — 423, 505, 520, 625, 629, 656
Silva, Lafaiete — 625
Silva, M. Camarinha da — 279
Silva, M. N. — 643
Silva Alvarenga, M. I. — 116, 122, 124, 129, 156, 337, 635
Silva Belfort — 239
Silva Jardim — 499
Silva Lisboa, Baltasar da — 117, 121, 131
Silva Lisboa, José da — 117, 130, 141, 163, 164, 239, 635
Silva Maia, E. J. — 245
Silva Neto, S. — 656
Silva Ramos — 443
Silveira, A. F. S. — 656
Silveira, J. — 646
Silveira, P. — 629
Silveira, T. — 555, 573
Silveira, V. — 416, 427
Simões, J. G. — 656
Simões Lopes Neto, J. — 403, 409, 410, 419, 420, 423, 424, 572, 654
Simonsen, R. — 124
Simplício — 175
Sinimbu (Visconde de) — 163, 286, 485
Sismondi — 215
Smith, A. — 613
Soares, A. J. — 656
Soares, O. — 459, 468
Soares, T. — 652
Sodré, N. W. — 44, 124, 149, 166, 167, 288, 486, 608, 625, 655

Sófocles — 445
Sotero dos Reis, F. — 327, 335, 337, 353, 625
Souriou, M. — 621, 649
Sousa, A. — 642, 651
Sousa, Auta de — 318
Sousa, C. — 625, 649
Souza, G. Soares de — 42, 65, 82, 91, 92, 94, 633
Sousa, J. Galante de — 514
Sousa, J. M. Gomes de — 318
Sousa, L. A. da Silva e — 160
Sousa, M. Afonso de — 47
Sousa, O. Tarquínio de — 239, 400, 401, 635, 642
Sousa, P. Lopes de — 633
Sousa, P. Luís — 317, 642
Sousa, Tomé de — 47, 151
Sousa Bandeira, J. C. — 492, 508, 629
Sousa Caldas, A. P. — 117, 130, 263, 264, 635
Sousa Leão, J. — 444
Southey, R. — 52, 64
Souto, L. V. — 297, 642, 644
Spencer, H. — 361, 364
Spina, S. — 87, 96, 97, 634
Spix — 175
Staden, H. — 80, 258
Staël (Madame de) — 193
Stendhal — 194, 197, 382, 420
Stoltz, R. — 244
Story — 144
Stransburger, E. — 375
Studart, G. — 627
Suassuna (Barão de) — 234
Sue, E. — 329
Sully Prudhomme — 464

T

Tácito, Hilário — 560, 579
Taine, H. — 27, 28, 351, 354, 364, 372, 379, 384, 418, 621
Tapajós, T. X. Monteiro — 318
Taques, P. — 46, 84, 110, 121, 125, 126, 165
Tasso — 158, 351
Taunay, Alfonso d'E. — 46, 63, 64, 73, 92, 93, 108, 125, 126
Taunay, Alfredo d'E. — 238, 290, 291, 317, 319, 325, 326, 332, 333, 336, 338, 387, 442, 443, 629, 643, 644
Taunay, F. — 175
Tavares, A. R. — 51
Tavares, F. Muniz — 225, 249
Tavares, P. — 443
Tavares Bastos, A. C. — 335, 337, 338, 474, 654
Távora, F. — 319, 324, 325, 326, 327, 330, 332, 336, 337, 338, 339, 635, 643, 644
Teixeira, Anísio — 585
Teixeira, B. — 52, 62, 70, 78, 83, 84, 94, 109, 111, 114, 156, 633
Teixeira, M. — 423, 520, 642
Teixeira de Melo, J. A. — 317, 443
Teixeira e Souza, A. G. — 215, 216, 217, 218, 223, 228, 248, 288, 328, 329, 338, 644
Teixeira Leite — 234
Tenreiro Aranha, B. F. — 117, 129
Teófilo, R. — 388, 402, 415, 426
Thalberg — 244
Thevet, A. — 80, 258
Thibaudet, A. — 197, 198, 271, 541
Thiollier, René — 562, 563
Ticiano — 421
Tieghem, P. — 621, 638
Tinoco, D. Grasson — 83, 84, 88, 95
Tiradentes — 285
Tissot, E. — 621
Titara, G. — 121
Titara, L. dos Santos — 121, 318
Tollenari — 177
Tolstói, L. — 421, 470
Torre, G. — 537, 621, 638
Torres Alberto — 20, 31, 474, 493, 512, 567, 628

Torres, Antônio — 493, 512, 567, 635
Torres, V. — 651
Travassos, Nelson P. — 564
Travassos, R. — 651
Trevisan, Dalton — 599
Trípoli, César — 47
Trovão, L. — 643

U

Udine, Sean D' — 31
Urena, H. P. — 625
Uruguai (Visconde do) — 20, 30, 144, 487

V

Vacherot — 354
Val, W. R. — 649
Vale, L. R. — 652
Vale, P. A. — 642
Vale, Q. — 656
Vale Cabral, A. — 91, 334, 353, 625, 635
Valentim Magalhães, A. — 443, 447, 462, 493, 511, 625, 644, 647
Valério, A — 651
Valéry, P. — 463
Vampré, S. — 640
Van Doren, C. C. — 638
Vargas, Getúlio — 575, 584
Varnhagen, F. A. — 9, 29, 92, 95, 96, 109, 125, 126, 128, 215, 216, 217, 225, 226, 227, 230, 250, 251, 253, 274, 313, 322, 328, 329, 330, 637
Várzea, V. — 415, 427
Vasconcelos, C. — 428
Vasconcelos, Diogo P. R. de — 149
Vasconcelos, Salomão de — 149
Vasconcelos, Simão de — 111, 630, 631
Vasques — 88
Vaux, C. — 357
Vaz, Léo — 560, 564, 579
Veiga, Evaristo da — 118, 121, 131, 185
Veiga, F. L. Saturnino da — 133
Veiga, J. J. — 599
Veiga, L. Francisco da — 133
Veiga, Lourenço da — 47
Veiga Miranda, J. P. — 428
Velinho, M. — 410, 424, 652, 654
Veloso — 175
Venâncio Filho, F. — 651
Vergara, Telmo — 598, 614
Veríssimo, Érico — 556, 578, 599
Veríssimo, José — 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 53, 59, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 83, 84, 87, 88, 96, 97, 104, 112, 113, 114, 115, 121, 124, 127, 128, 129, 133, 140, 150, 158, 159, 163, 165, 186, 206, 210, 211, 218, 239, 240, 243, 244, 245, 251, 253, 274, 277, 282, 283, 285, 288, 291, 293, 295, 303, 304, 310, 312, 313, 317, 332, 351, 352, 354, 365, 366, 371, 376, 379, 385, 386, 397, 428, 437, 441, 442, 443, 445, 446, 447, 453, 458, 461, 476, 477, 485, 489, 502, 503, 504, 509, 517, 519, 528, 556, 561, 588, 621, 625, 647, 651
Vespúcio, A. — 258
Viana, H. — 642
Viana Filho, L. — 651
Viatte, A. — 638
Vidal, B. — 623
Vidigal — 229
Viegas, A. — 635
Vieira, A. — 78, 83, 84, 85, 88, 91, 93, 95, 106, 109, 111, 150, 227, 252, 447, 632
Vieira, Antonio P. — 564
Vieira, José Geraldo — 556, 578
Vieira da Silva, L. — 139, 157
Vieira, C. — 646, 651
Vieira Fazenda — 442
Vilhena, L. dos Santos — 56, 65, 138, 153, 203, 313
Vilhena de Morais, E. — 630
Vilela, J. M. Carneiro — 402
Villa-Lobos, H. — 563

Villegaignon — 259, 261
Virgílio — 78, 131, 372
Viterbo, S. — 637
Victor, N. — 493, 512, 573, 651, 656
Voltaire — 144, 183, 184, 239, 262, 251, 420

W

Waelflin, H. — 621
Walsh — 185
Wamosy, A. — 460, 469
Warren, A. — 622
Weber, A. — 622
Wellek, R. — 622
Wells — 173
Wilde, O. — 512
Wolf, F. — 9, 29, 131, 625
Woobridge Jr., B. M. — 517

X

Xavier de Sousa — 468

Z

Znaniecki, F. W. — 622
Zola, E. — 369, 384, 387, 394, 400, 421, 646, 647